

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2021 a 31/03/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.726 mortes no País pela Covid-19, no dia 2 de março de 2021. Apelo ao Presidente Arthur Lira por imediata votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, relativo à alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente Arthur Lira.

Hoje o sentimento do Brasil inteiro está voltado para a pandemia. São milhares de irmãos compatriotas mortos. Só no dia de hoje, tivemos essa marca lamentável de 1.726 óbitos, numa crescente que tem transtornado a vida das pessoas.

Esta Casa, sob a sua Presidência, tem tido um cuidado e uma priorização muito grande ao tratar desse tema. Mas há um segmento que está esquecido.

Eu fui o Relator da proposta de criação da EBSEH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que veio exatamente no sentido de modernizar a administração dos hospitais universitários de todo o País e tem cumprido bem a sua tarefa. Esses hospitais são referência em todos os Estados brasileiros.

O Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, visa suprir a necessidade de convocação de concursados que já estão aprovados, para fortalecer esse quadro, que não foi renovado desde a fundação da EBSEH.

Diante disso, eu peço a V.Exa., Presidente Arthur Lira, que possamos agilizar, na urgência que requer o momento da saúde pública brasileira, a votação do PLP 266/20.

Documento 2/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:12

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio à proposição.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, eu quero agradecer, primeiro, o apoio de todos a este projeto, muito importante para o nosso País, para a sobrevivência de um setor a que, sem dúvida, não existe nenhum que se iguale.

Considerando as dificuldades que todos os setores no Brasil vêm enfrentando na pandemia, as dificuldades, sem dúvida, de faturamento, de sobrevivência, ninguém aqui duvida que o setor de eventos foi o mais prejudicado. Foi o primeiro que paralisou porque tem como característica a aglomeração e, sem dúvida, será o último que irá retomar as suas atividades, sem perspectiva de voltar em mais breve tempo.

Os programas de crédito que foram criados pelo Governo Federal não conseguiram atender o setor de eventos, porque foram criados para atender todos, e, naturalmente, quando uma instituição bancária vai deferir um crédito, ela avalia risco. Entre investir na agronomia, entre emprestar recurso à agronomia, ao setor de comércio, ao setor de serviço ou ao de eventos, que não tem perspectiva de retomada, que não tem perspectiva de faturamento... Este setor ficou demasiadamente prejudicado.

Por isso, este projeto, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, visa justamente estabelecer as condições para que o setor sobreviva, parcelando os débitos na Secretaria da Receita Federal, no Ministério da Fazenda, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os débitos com o Fundo de Garantia e as contribuições sociais vinculadas ao Fundo de Garantia. Há outras opções de parcelamento para garantir a sobrevivência do setor.

Ficam reduzidas a 0% por 60 meses, desde o início da produção de efeitos desta lei, as alíquotas da contribuição social para o PIS/PASEP, COFINS, CSLL e ISS.

O projeto garante também a prorrogação dos efeitos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, no que tange a esse setor de eventos, tão importante para a sua sobrevivência.

Cria-se também, no projeto, um crédito específico a esse setor, tão necessário para a sua sobrevivência.

Eu vou direto ao voto, Presidente, até porque o relatório já foi publicado. Todos têm ciência do relatório, então vou para a conclusão.

Por tudo que foi dito com relação a este projeto, por tudo que foi discutido nesta Casa nas últimas semanas, eu quero parabenizar aqui o Deputado Felipe Carreras, autor deste projeto de lei tão importante para a retomada da nossa economia. É um setor que sem dúvida influencia muitos outros no serviço, na segurança, todos que atendem ao setor de eventos e que precisam deste projeto aprovado. Então, eu parabenizo o autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras.

"II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, na forma do substitutivo anexo.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços."

Este é o voto da nobre Relatora.

Documento 3/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.



O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero, inicialmente, fazer um parêntese: muitas vezes, Presidente, quando nós nos inscrevemos, ainda não tivemos acesso ao relatório. Isso dificulta para alguns colegas, em determinadas situações, o posicionamento.

Acerca da matéria em discussão, eu quero registrar, como foi, inclusive, colocado pelo autor, que o setor de eventos foi o primeiro a parar e, provavelmente, será o último a retornar às suas atividades.

E há algumas características, Presidente, importantes que têm que ser registradas. O setor tem grande geração de emprego e renda, com número muito elevado de postos de trabalho, grande amplitude de modalidades e predominância de pequenas empresas e de microempreendedores individuais. É um setor que gera um efeito cascata em várias outras atividades envolvidas e permite a geração de renda para ambulantes, suporte de produtos, equipamentos e insumos. Então, deveria ter prioridade.

Eu estava muito preocupado, Presidente, e queria lhe agradecer por ter garantido a colocação desta matéria na pauta, porque já faz 2 semanas que nós estamos nessa expectativa, e o setor está parado há mais de 1 ano.

Quero lembrar que profissionais trabalhadores da cultura, do lazer, do turismo, da arte, da música, da recreação e de diversas outras atividades são abrangidos. E nós, mais do que nunca, precisamos garantir...

Eu aproveito para pedir a todos os colegas Parlamentares que viabilizemos, o mais rapidamente possível, não só a aprovação deste projeto, que, com certeza, alcançaremos esta noite, mas também a retomada do auxílio emergencial para a nossa população. Faz 2 meses que a população brasileira mais sofrida, que está sem renda, está sem trabalho, não tem o suporte do Governo Federal.

Eu sei que o projeto que nós aprovamos ano passado permitia a prorrogação do pagamento dos 600 reais e permitia, inclusive, que se viabilizasse a continuidade desse pagamento até o final da pandemia. Infelizmente, o Governo Bolsonaro cortou o auxílio para 300 reais. A medida provisória nunca foi colocada em pauta, para que nós pudéssemos analisá-la e derrubá-la. Passou o final do ano e nem continuaram a pagar o auxílio emergencial, nem viabilizaram a continuidade do financiamento dos leitos de UTI pelo Ministério da Saúde, nem adquiriram as vacinas necessárias. E, ainda, o Presidente continua propagando o não uso da máscara, facilitando a contaminação e fazendo com que a nossa população sofra.

Eu não posso encerrar, Presidente, sem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 4/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Congratulações à Relatora Renata Abreu e ao autor da proposição, Deputado Felipe Carreras. Apreensão do orador ante a desoneração de tributos municipais. Pedido à direção da empresa Suzano Papel e Celulose de apoio à instalação, no Município de Açailândia, Estado do Maranhão, de hospital de campanha para tratamento de pacientes da Covid-19.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um dos setores mais atingidos e prejudicados pela pandemia da COVID-19 foi justamente o setor de eventos e entretenimento, que deixou de fazer suas atividades de forma normal em função da necessidade de afastamento social e do impedimento de aglomeração.

Louvo e parabenizo em bom momento a atitude do Deputado Carrera, além dos outros Deputados que assinaram a presente proposta de projeto de lei.

Também parabenizo a Relatora, Deputada Renata Abreu, que fez um bom parecer.

Apenas um fato me preocupa, que é a desoneração de tributos municipais, tendo em vista que não ouvimos os representantes dos Municípios para saber se eles podem segurar a falta de recolhimento de tributos por 5 anos.

Fora isso, acredito que, se estamos votando, aqui na Câmara dos Deputados, com a concordância dos partidos que apoiam o Presidente da República, proposição para se deixar de recolher a Contribuição sobre o Lucro Líquido, para se deixar de recolher PIS e COFINS, o Governo está concordando com isso. Espero que não seja apenas uma encenação, e essa matéria fique retida

lá no Senado, já que ela ainda precisa ser votada naquela Casa e, em seguida, ser submetida à apreciação do Presidente da República, para sanção.

Sr. Presidente, quero aproveitar esse minuto que me resta para fazer um pedido à Suzano, que tem a maior fábrica de celulose existente no Brasil, localizada na cidade de Imperatriz. Peço que a Suzano prestigie também a cidade de Açailândia, onde está a maior plantação de eucalipto, que é o produto base para a indústria de celulose.

Esta semana, a Suzano anunciou que vai apoiar o Hospital de Emergência de Imperatriz. Isso é muito bom. Ponto para a Suzano! Mas é importante que a empresa também prestigie o Município de Açailândia, outro grande Município do Maranhão, onde precisa ser instalado um hospital de campanha para tratar pessoas com COVID-19.

Portanto, eu peço à Suzano que reveja sua posição e ajude os dois Municípios, tanto Imperatriz quanto Açailândia.

Documento 5/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Congratulações à Relatora Renata Abreu e ao autor da proposição, Deputado Felipe Carreras. Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como a iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o nobre Deputado autor da matéria e a Relatora, Deputada Renata, pelo relatório apresentado.

Quero reafirmar o compromisso que assumimos com o setor de eventos do Estado do Espírito Santo.

Participamos, mês passado, de um grande evento realizado em Brasília em que nos foi relatado pelo setor o seu sofrimento. Esse é um dos setores que mais sofreu com a pandemia no Brasil, pois está fechado há quase 1 ano, pagando impostos e mantendo folha de pagamento, mesmo que seja resumida,

porque algumas empresas não podem parar totalmente. Esse setor gera empregos, gera renda, gera oportunidades.

Nós temos que dar atenção não só a esse setor, mas também a outros da economia. Esse, em particular, entretanto, foi o único que ficou 100% fechado durante todo esse período. Muitas pessoas ficaram desempregadas, muitas empresas foram fechadas, muitos pais não puderam sustentar seus filhos com os recursos que ganhavam, com a remuneração pelo serviço prestado.

O setor cultural no Brasil, o setor de eventos - estamos falando de promotores de eventos, cerimoniais, casas de festas, clubes - e outras atividades que movimentam a economia, que geram receita, que geram renda, que geram oportunidades e que geram empregos ficaram extremamente prejudicados. Então, vai aqui o nosso apoio a esse setor.

Quero parabenizar o Parlamento, que nesta noite, depois de diversas votações realizadas, desde as 14 horas - são quase 22 horas -, vai votar este projeto extremamente importante para o setor de eventos no Brasil. Parabéns aos nobres Parlamentares e aos partidos que aqui encaminham de forma favorável, para que possamos aprovar ainda esta noite essa matéria para ir à sanção presidencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deus o abençoe!

Aqui ficam os nossos sentimentos às vítimas, às famílias que sofrem com a perda dos seus entes queridos durante todo esse complexo momento que a humanidade está vivendo, que é o de enfrentamento da pandemia.

Queríamos também registrar que foi votado nesta tarde aqui na Câmara o projeto de lei que permite que Municípios, Estados e empresas privadas possam comprar vacinas e ajudar no processo de imunização no Brasil. O povo não quer saber de onde vem a vacina, se é do Município, do Estado, da União ou do setor privado. O povo quer é ser vacinado. Com a vacina, poderemos também voltar aos eventos.

Um abraço a todos!

Documento 6/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 03/03/2021 --RENATA ABREU-PODE -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 14, apresentadas ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, alguns Deputados me abordaram agora sobre a questão do art. 5º - inclusive o NOVO ia fazer um destaque -, § 1º, incisos I e II, porque de fato houve uma discussão com relação à constitucionalidade. Eu estou, desde já, suprimindo esses incisos I e II, para não ser necessário o destaque.

"I - Relatório

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas quatorze Emendas de Plenário.

Ressalte-se que as Emendas nº 3, 9 e 10 não obtiveram o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual não nos manifestaremos sobre elas neste Parecer.

A Emenda nº 1 versa sobre a supressão de dispositivo do Substitutivo que visa alterar norma relativa ao pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

Com as Emendas nº 2, 4, 13 e 5, pretende-se ampliar o rol de contribuintes que podem aderir ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos, nele incluindo as seguintes atividades, respectivamente: (1) produção e circulação de produtos e serviços relacionados aos festejos de Carnaval e de São João; (2) e (3) prestação de serviços turísticos; e (4) parques de diversão, temáticos e aquáticos e atrações turísticas.

Já a Emenda nº 6 busca assegurar auxílio financeiro emergencial mensal, no valor de R\$ 600,00, a músicos e intérpretes que estejam temporariamente impedidos de se apresentar em bares, restaurantes ou estabelecimentos comerciais, por força de medidas restritivas estaduais ou municipais decorrentes de enfrentamento da pandemia de COVID-19.

A Emenda nº 7 tem por objetivo prorrogar até 2030 o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras (a chamada cota de tela) e determinar condições especiais referentes à exibição de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem premiadas em festivais e concursos nacionais e internacionais.

Por seu turno, a Emenda nº 8 equipara ao setor de eventos o setor de alimentação fora do lar, compreendendo bares, restaurantes, casas noturnas, lanchonetes, *buffets* e similares, para incluir tais estabelecimentos no PERSE.

A Emenda nº 11 acrescenta parágrafo ao art. 8º do substitutivo, para esclarecer a prioridade para adesão ao Programa Emergencial de Acesso ao Crédito - PEAC, de que trata o *caput* do referido artigo, para as organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais com ou sem fins lucrativos dos setores indicados em seus incisos.

A Emenda nº 12 insere parágrafos ao art. 4º do substitutivo, para dispor que instituições financeiras deverão disponibilizar condições especiais para renegociação de débitos contraídos junto a elas pelos espaços culturais organizados por organização da sociedade civil, empresas culturais, organizações comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais com ou sem fins lucrativos dos setores indicados em seus incisos; e para autorizar a renegociação com base em índice nas condições que especifica.

A Emenda nº 14 propõe: (1) o acréscimo de parágrafo ao art. 8º do Substitutivo para estender às empresas e profissionais de eventos sociais tais como aniversários e casamentos os efeitos da Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020; (2) a inclusão de dispositivo que trata dos valores mínimo e máximo dado pelas linhas de crédito criadas pelo projeto de lei, além de outras condições para o financiamento de empresas enquadradas no SIMPLES Nacional; e (3) a inclusão de dispositivo para prever que, até a regulamentação das atividades do setor de eventos que se enquadram no projeto de lei, a comprovação da atividade ligada ao setor poderá ser feita por certidão emitida por associação representante do setor de eventos que esteja legalmente constituída há pelo menos 5 anos, sendo vedada às associações a exigência de pagamento para tal fim.

É o relatório.

II - Voto da Relatora

Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários, resolvemos aprimorar o Substitutivo. Em relação ao texto anterior, faz-se uma única alteração, que consiste no acréscimo de um novo inciso, o IV, ao § 1º do art. 2º, incluindo a prestação de serviços turísticos entre as atividades que seriam abrangidas pelo Programa Especial.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda substitutiva global em anexo, e pela rejeição das demais emendas, com apoioamento regimental.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 1 e 4; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 2, 5, 6, 8 e 13; e pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas de Plenário nºs 7, 11, 12 e 14; e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 4,

na forma da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs, 1, 4, 7, 11, 12, 14 e da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 2, 5, 6, 8 e 13."

Era isso, Presidente.

Documento 7/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 --EDUARDO BISMARCK-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retirada do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 13, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Congratulações ao autor da proposição, Deputado Felipe Carreras.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É que eu acho que já está contemplado. Esse destaque é meu.

Caiu o sinal na hora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Então, V.Exa. retira o destaque?

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Eu retiraria esse destaque, porque já foi contemplado no relatório da Deputada Renata, a quem agradeço.

Se eu puder fazer um agradecimento a S.Exa. por 1 minuto, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Pois não. Facilita muito.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Então, pronto.

Esse destaque visa incluir prestadores de serviços turísticos que não são apenas os grandes hoteleiros. Nós estamos falando de agências de viagens,

da pessoa que tem uma *van* e faz receptivos. Já foi contemplado pela Deputada Renata, a Relatora.

Queria parabenizar o autor do projeto também, o Deputado Felipe Carreras, V.Exa., Presidente, por tudo que foi pautado e aprovado hoje, inclusive este projeto, e este Plenário, virtual e presencial, por tudo que foi aprovado.

O setor de eventos é extremamente relevante. Não tenho dúvidas de que foi o mais afetado no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns a todos!

Documento 8/1.178

11.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 03/03/2021 --EFRAIM FILHO-DEM -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a não publicação da Subemenda Substitutiva Global, apresentada pela Relatora Renata Abreu ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca da criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Estou fundamentando minha questão de ordem com base no artigo que diz que em toda votação seja publicado relatório, o que não ocorreu com o da subemenda da Deputada Renata, que não está no sistema.

Pergunto à Mesa se o relatório da subemenda da Deputada Renata está no sistema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É pertinente a razão de V.Exa. A Mesa vai se pronunciar a respeito da questão de ordem de V.Exa. e cancela a votação do Projeto de Lei nº 5.638, a pedido de V.Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Não! Não estou pedindo o cancelamento! Não estou pedindo, Presidente! Não estou pedindo, Presidente!

Documento 9/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:00

Sumário

Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrado na oposição de vetos a dispositivos essenciais da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Descaso do Presidente da República com a manutenção de leitos de UTIs em unidades hospitalares. Natureza ditatorial da gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Atuação insatisfatória do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, na condução das ações de combate à Covid-19. Inexistência de plano efetivo de vacinação contra a doença no País. Defesa de afastamento do Presidente da República.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento esta Casa, os colegas Parlamentares, e utilizo este tempo para a denúncia do que acontece no Brasil. A situação é gravíssima, e o veto à MP da vacina representa uma declaração de guerra do Governo Bolsonaro ao povo brasileiro. É um Governo que tem como projeto a morte. É um Governo que veta que Estados e Municípios, nos seus esforços, possam acessar a vacina, quando não toma providências para que a vacina seja assegurada à população. É um Governo que nos deixou diante de um colapso, porque, após o final do "orçamento de guerra", não atuou para manter os leitos hospitalares nas Unidades de Terapia Intensiva, e leitos foram fechados em todo o Brasil. Quando tantos brasileiros e tantas brasileiras estão morrendo, esse Governo destrói as ações realizadas pelo Congresso Nacional e joga à morte, à desesperança, à fome e ao desemprego o povo brasileiro.

O mais grave diante de tudo isso é que faz cada uma de suas atitudes atacando as instituições. O projeto do Governo Bolsonaro é um projeto de ditadura. Por isso, ele ofende e mente sobre os repasses da União para os Governos estaduais. Para o Rio Grande do Sul, ontem, em um desrespeito ao Governo do Estado e aos gaúchos e gaúchas, ele informou que havia repassado 40 bilhões de reais, mas o valor não ultrapassa 3,5 bilhões de reais para o combate à COVID, com grande contribuição da bancada gaúcha. O objetivo do Governo, portanto, é atacar os Governadores, porque sonha, trabalha com a ideia de uma ditadura na qual faça uma intervenção nos Estados, assim como tem feito intervenções e não simplesmente nomeado Ministros, como ocorre na saúde. Pazuello, na saúde, não é um Ministro da Saúde, não atua para garantir a saúde, não atua para um plano de vacinação ou de prevenção.

Somente os países onde há prevenção e vacinação estão conseguindo enfrentar a pandemia, mas nós, no Brasil, temos o negacionismo e o ódio ao povo como parte de um Governo. Muitos dos que votaram em Bolsonaro já têm

a clareza hoje de que elegeram na verdade alguém que os traiu, um genocida, alguém contra o povo brasileiro e contra a vida dos seus familiares.

As instituições não podem calar, e aqueles que, lá atrás, não levaram a sério a proposta de *impeachment*, hoje devem pensar com seriedade, porque manter Bolsonaro é manter a escalada de mortes e o ataque aos governos estaduais e às instituições como está ocorrendo nesta hora.

Muito obrigada.

Documento 10/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 03/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 250 mil mortes no País em decorrência do coronavírus.
Homenagem às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Protesto contra a posição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Colapso da área de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) -
Boa tarde, Sr. Presidente, demais pares desta Casa. É com grande pesar também que me refiro aos mais de 250 mil mortos durante a pandemia de COVID em nosso País.

Eu gostaria que, neste mês, juntássemos as nossas vozes para refletir e homenagear as mulheres. Nós estamos próximos de 8 de março, um dia de luta e de resistência, que ficou marcado na história porque mulheres tiveram coragem de dar as suas vidas para que outras mulheres pudessem ocupar espaços.

Neste 8 de março, pensando que 51% da população brasileira são mulheres e que os outros 49% são nossos filhos, eu gostaria de chamar bastante atenção para o papel da mulher, da cidadã, da mãe, da esposa, da irmã e das mulheres, porque são muitas em nossa sociedade que se desdobram para fazer a diferença e fazer o melhor. Então, as mulheres que geram e colocam filhos no mundo, que velam sobre seus sonhos, seu futuro e sua liberdade, neste momento de pandemia, sofrem como ninguém, vendo agora, neste novo momento, que mais de 60% dos internados já são pessoas com menos de 50 anos.



A todas as mães e mulheres deste País que estão sofrendo, a todas as famílias que já perderam seus entes queridos e estão desesperadas, porque estão vendo a COVID chegando perto de cada um e de cada uma, como mulher, como cidadã e como Parlamentar, peço a união das vozes. Não podemos aceitar que um Presidente da República faça vetos à MP da vacina, jogue sobre os ombros de Prefeitos e Governadores os erros da gestão do Ministério da Saúde e não cuide do povo para o qual foi eleito e tem responsabilidade pública.

Estamos vivendo uma tragédia. A cada dia, em nossas cidades, em todos os Estados do País, faltam leitos, faltam equipes médicas e faltam medicamentos. Falta vida para a nossa população.

Então, eu gostaria de dizer que o mês de março é o mês de reflexão sobre o papel da mulher, e todos conhecem e sabem o quanto lutam as mulheres, para que a vida seja mais digna e para que nós possamos viver com mais abundância, com mais serenidade e com mais felicidade.

Que nós possamos olhar nos olhos uns dos outros, dar as mãos e lutar contra este Governo, que não está fazendo absolutamente nada para que o País retome a sua vida normal e para que as pessoas possam ter vida.

O que nós queremos agora é vida. Queremos que o Plenário da Casa lute por vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos continuar juntos!

Documento 11/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a oposição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial. Agravamento do desemprego no País. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a não submissão, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Mensagem nº 369, de 2019, acerca da submissão do Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), e a incorporação ao Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018. Anúncio de obstrução das votações no plenário pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a todos e dizer que nós estamos muito preocupados com a situação que vive o País.

O Brasil está afundando. O Presidente da República é um absoluto irresponsável. Tem feito de tudo para que o Brasil mergulhe no caos. E está conseguindo, porque impede que se faça um combate à pandemia, impede que se contratem vacinas. Fez o veto à medida provisória das vacinas, o que é um absurdo, e está fazendo de tudo, atrasando ao máximo para enviar o projeto do auxílio emergencial.

O povo brasileiro está passando fome. O povo brasileiro não está conseguindo sobreviver. E o Governo, com 15 milhões de desempregados e mais outros 15 milhões que estão vivendo de bico, ganhando menos que o salário mínimo, não faz absolutamente nada.

O Governo vem propor aqui um projeto que é simplesmente uma chantagem, essa chamada PEC Emergencial, PEC 169. Nós vamos votar contra ela e vamos combatê-la.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados também vai na mesma linha. O Presidente da Câmara pauta o tratado de livre comércio com o Chile como um dos primeiros projetos a ser votado hoje. A Mensagem nº 369, de 2019, é um projeto que deveria ser discutido na Comissão de Relações Exteriores.

O Presidente diz que vai voltar a instalar as Comissões nas próximas semanas. Pois bem. Vamos aguardar para discutir este acordo, este tratado de livre comércio na Comissão. Vamos fazer um debate aprofundado. Do nosso ponto de vista, este projeto não ajuda em nada o trabalhador brasileiro, não ajuda em nada o povo brasileiro. Vai favorecer as multinacionais. Vai ser a porta de entrada do arraso final dos direitos do povo brasileiro, dos direitos trabalhistas.

Por isso, nós vamos obstruir a sessão hoje, para que este projeto não seja votado. Nós não concordamos. É perfeitamente possível e correto levar este projeto para o debate na Comissão de Relações Exteriores, onde ele tem que ser debatido.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso pedido é que a Câmara dos Deputados não cometa a mesma irresponsabilidade do Presidente da República. Vamos debater o que interessa ao povo. Não vamos nos perder em interesses escusos que estão se mostrando, cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 03/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Sugestão aos Governadores e Prefeitos Municipais de concessão aos comerciantes da isenção do recolhimento de impostos, bem como do pagamento de multas, juros bancários e aluguéis durante o estabelecimento de lockdown.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna nesta tarde tratar de um assunto que está no momento circulando nas redes sociais, na imprensa: os *lockdowns*, que estão sendo decretados pelos Prefeitos e pelos Governos dos Estados.

Não estou aqui para questionar se o método é bom ou ruim. Existem controvérsias, existe parte da ciência que incentiva, existe inclusive um Conselho Regional de Medicina que baixou uma nota sendo contra o *lockdown* adotado em alguns Estados, mas não estou aqui para questionar esse assunto. Eu vou deixar isso para a ciência. Eu quero falar sobre economia.

Sr. Presidente, seria importante que cada Governador ou Prefeito, ao decretar *lockdown* em sua cidade, junto com o decreto, acrescentasse alguns artigos dizendo que, no Município ou no Estado em que for decretado *lockdown*, fica o contribuinte, o dono do estabelecimento atingido pela medida, isento do pagamento de ICMS durante aquele mês. Ficam suspensas por parte das agências bancárias e dos fornecedores a cobrança de juros e a aplicação de multas para os pagamentos que não forem feitos no prazo por esses comerciantes atingidos. Fica suspensa também a obrigatoriedade de pagar os aluguéis desses pontos comerciais que são alugados.

Por quê? Como uma empresa, seja um comércio, uma clínica, uma oficina, vai ficar fechada por obrigação do Governo? O Governo não faz nenhum movimento nesse sentido, pelo menos para pregar uma solidariedade entre os clientes, entre os fornecedores.

O próprio Governo deveria abrir mão da cobrança do imposto daquele período. Deveria também, junto com o decreto, ter um artigo que liberasse os contribuintes do pagamento de IPTU durante aquele mês na sua cidade, porque, com as atividades suspensas, seja pessoa jurídica ou física, como se vai pagar o IPTU, a taxa do condomínio, o ISS, o ICMS, o COFINS? Para quem é inscrito no Super-SIMPLES, as taxas continuam chegando. O Governo Federal não as suspende durante esse período.

Então, fica aqui um apelo aos Governos e aos Prefeitos: quando decretarem *lockdown*, acrescentem junto com o decreto medidas que isentem os contribuintes atingidos pela medida de pagamento de impostos, de cobrança de juros, de aplicação de multas, de pagamento de IPTU, de ISS, de ICMS e também de COFINS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 13/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 03/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de medidas preventivas da Covid-19. Protesto contra o anúncio, pelo Presidente da República, de transferência aos Governadores Estaduais da responsabilidade pelo pagamento do auxílio emergencial, no caso de decretação de *lockdown* e de outras medidas de contenção do coronavírus. Prioridade da Casa na retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas contra a doença. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana o Presidente Bolsonaro esteve no Ceará, e a Câmara tem que reagir ao que ele fez lá.

Ele chega ao Ceará sem usar máscara e, ao mesmo tempo, diz que os Governadores que estabelecerem medidas restritivas ou *lockdown* serão responsáveis por pagar o emergencial para a população.

Bolsonaro não tem poder e nem tem autoridade para falar isso, Sr. Presidente, porque quem estabelece a legislação são os Deputados, e nós estabelecemos no ano passado que o Governo Federal teria que pagar os 600 reais de auxílio emergencial.

Nós temos que aprov ar de forma emergencial os 600 reais para o povo brasileiro suportar este momento que estamos vivendo de crise na saúde.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso que esta Casa possa colocar com prioridade nas votações o auxílio emergencial para o nosso povo.

Os Governadores e os Prefeitos tomam medidas de *lockdown*, de distanciamento social ou medida restritiva não é porque eles querem essas medidas, é porque o Governo Bolsonaro não tomou a medida lá atrás, inicialmente, de fazer os contratos para compra das vacinas.

Todos nós sabemos que o único mecanismo para restabelecer novamente a economia, a vida praticamente normal, é vacinando a nossa população.

Enquanto muitos lugares no mundo já vacinaram 30% da população, aqui no Brasil nós só conseguimos vacinar 6 milhões de pessoas de um universo de 160 milhões que têm que ser vacinadas.

O Governo Federal, que já tem o dinheiro autorizado pela Câmara dos Deputados, 20 bilhões de reais, o que faz? Corta os repasses para os leitos de UTI. No ano passado, ele liberou recurso para algo em torno de 12 mil leitos, agora só para 3. Ou seja, não libera os recursos para o Sistema Único de Saúde - SUS, para os leitos e, ao mesmo tempo, não compra as vacinas e incentiva a aglomeração. Tudo isso é contra a vida do povo brasileiro.

Fora, Bolsonaro! Essa tem que ser uma luta de todo nós, porque o principal vírus para o povo brasileiro é o Governo Bolsonaro, que não cuida da vida, não cuida da economia, não cuida do nosso País, não tem sensibilidade, tem desprezo pela nossa gente, pelo nosso povo. Nós temos que continuar lutando para salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Por isso quero saudar e parabenizar os Governadores que tomam essa atitude, pois não há outro remédio, Sr. Presidente. O remédio que nós temos agora é: distanciamento social, álcool gel, máscara e, ao mesmo tempo, *lockdown*. Esses são os únicos remédios.

Documento 14/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro ao descumprimento de medidas sanitárias de combate à Covid-19. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Protesto contra o anúncio, pelo Presidente da República, de transferência aos Governadores e Prefeitos Municipais da responsabilidade pelo pagamento do auxílio emergencial, no caso de decretação de lockdown e de outras medidas de contenção do coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, completamos 1 ano de COVID-19 e não podemos entender o Presidente Bolsonaro, que sai por aí aglutinando pessoas e dizendo que elas devem ir para a rua, que elas devem trabalhar, que elas devem proteger o capital, que elas devem realmente proteger o mercado financeiro.

Ora, Sr. Presidente, o povo quer trabalhar, mas quer vacina! O povo precisa ser vacinado. Nós temos 14 milhões de pessoas sem trabalho neste País. Como é que ele manda as pessoas trabalharem? Como é que ele manda as pessoas não usarem máscara? Isso está indo contra a ciência. Isso está indo contra a vida das pessoas. Então, ele quer que as pessoas morram?

Ele diz para governadores, governadoras, prefeitos e prefeitas: "*Se vocês quiserem colocar as pessoas em lockdown, terão necessariamente que pagar o auxílio emergencial*". Ora, Sr. Presidente, isso é demais! Por que fazer isso com o povo? Ele quer que o povo morra.

Ele diz que isso vai quebrar o Estado. Sr. Presidente, eu fiz algumas anotações sobre como se quebra um Estado. Anistiarão 1 trilhão em impostos das petroleiras; 100 bilhões das teles; 25 bilhões do Itaú.

Os milionários devem à Previdência 500 bilhões! Aí eu pergunto: a D. Tereza, a D. Maria, o Sr. João, que vão receber três parcelas de 600 reais de auxílio emergencial, que vão quebrar este País? Isso é falta de consciência. Ele quer deixar as pessoas morrerem.

Temos que ter vacina já! O Governo tem que comprar vacina. O Governo Federal tem que dar o auxílio emergencial, senão as pessoas vão morrer e ele será o responsável. Não é possível que este Governo não tenha um Ministro ou uma Ministra que tenha responsabilidade com a vida. Falam tanto nas famílias e querem que as famílias morram? Não estão nem aí para o povo?

É preciso, sim, que o Congresso Nacional tome uma providência. Depois nós vamos nos queixar de quem? Do Supremo Tribunal Federal, que, num determinado momento, vai ter que defender a Constituição brasileira, que garante benefícios e garante proteção às pessoas. Nós não estamos dando essa proteção. Nós estamos entrando em colapso na saúde. Nós estamos numa pandemia há 1 ano. Não é possível que não exista uma forma de resolver essa situação.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Indignação do orador com a oposição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Propósito do Presidente da República de geração de conflito entre o Governo Federal e Governadores Estaduais. Repúdio aos gracejos de Jair Bolsonaro diante da elevação das estatísticas de mortos pela Covid-19. Prioridade da Casa na aquisição de vacinas contra a doença. Necessidade de apresentação, pelo Procurador-Geral da República, de ação contra o Presidente Jair Bolsonaro por prática de crime de responsabilidade.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde.

Quando a Câmara Federal irá cumprir o seu papel? Temos no poder um genocida que, de forma repetida, desrespeita a ciência, desrespeita a humanidade, desrespeita o povo brasileiro. E esta Casa não prioriza essa discussão.

Mais um crime foi cometido pelo Presidente Bolsonaro: o veto na medida provisória que trata do processo de vacinação. Ele está querendo criar um conflito proposital entre o Governo Federal e os governadores. Mas os governadores tiveram uma compreensão magnânima no sentido de respeitar a Constituição, independentemente de corte ideológico. Eles tiveram uma unidade de ação no sentido de respeitar a ciência e o povo brasileiro.

A cada dia, a estatística de mortos aumenta, e o Presidente continua fazendo piada.

É necessário que a Câmara Federal tenha responsabilidade e coloque como prioridade a vacina pública e gratuita para todo o povo brasileiro. Para isso, é necessário alocar recursos no Orçamento para suprir a parte financeira.

Diante de todos os crimes cometidos, o Procurador-Geral da República não pode ser um engavetador. Já está na hora de ele entrar com uma ação por crime de responsabilidade contra esse genocida. Afinal de contas, quem diz isso não é só a oposição no Brasil, são organizações de respeito, como a Organização Mundial da Saúde - OMS e outras organizações de saúde em âmbito mundial. Há uma articulação de vários setores da sociedade e de parte

considerável da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em defesa da vida.

Chega! Não basta só indignação! É necessário que a Procuradoria-Geral da República faça o seu papel. É necessário que esta Casa tire da gaveta vários processos de impedimento que caracterizam, a cada dia, os crimes cometidos por esse genocida, esse anjo da morte, esse Capitão Cloroquina, que não respeita o povo brasileiro.

É necessário priorizar não só a vacina, mas também o auxílio emergencial. Se esse auxílio não for pautado e repassado ao povo brasileiro, nós teremos um caos no Brasil.

Chega! Vamos fazer o enfrentamento e colocar esse genocida no seu lugar, no lixo da história!

Fora, Bolsonaro!

Documento 16/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da determinação ao Ministério da Saúde, pelo Supremo Tribunal Federal, de retomada do custeio de leitos de UTIs aos pacientes de coronavírus, em atendimento ao pedido do Governo do Estado do Maranhão.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, colegas Parlamentares, eu queria destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que o Ministério da Saúde volte a custear os leitos de UTI para pacientes com coronavírus, uma decisão importantíssima, que atendeu um pedido do Governo do Maranhão.

Eu faço aqui uma saudação ao Governador Flávio Dino pela sua determinação, pela sua altivez, pela sua disposição de lutar em favor dos maranhenses e - por que não dizer? - em favor dos brasileiros e das brasileiras. Nesse episódio, o Governador mostrou mais uma vez a importância de iniciativas como essa.

Outros Estados também se insurgiram contra essa situação. Agora, por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o Governo brasileiro vai ter que cumprir a sua obrigação, que é custear os leitos de UTI. Como pode um Governo suspender o financiamento de leitos de UTI exatamente no momento

em que o povo mais precisa, durante uma pandemia que já levou à morte quase 260 mil pessoas? É muita falta de sensibilidade pela causa da população. As pessoas estão chorando a perda dos seus entes queridos. O sofrimento é cotidiano. A dificuldade é imensa. É um drama como nunca se viu no Brasil, sobretudo em matéria de saúde pública.

O Governo brasileiro negligencia as suas principais funções ao deixar de financiar leitos de UTI, que são indispensáveis para o tratamento da COVID. Todos nós sabemos que, muitas vezes, esse tratamento exige entubação, exige um controle intensivo. O Governo, em vez de fazer exatamente isso, prioriza outras pautas; prioriza o incentivo a medicações que não têm amparo da saúde, como a cloroquina, por exemplo; prioriza a confusão com todo o mundo, inclusive com os governadores, com o Judiciário, com os seus próprios aliados. O Governo não tem a capacidade de olhar para aquilo que a população está precisando. Isso aconteceu em Manaus quando faltou oxigênio. Agora, com o crescimento da pandemia no País inteiro, quando o Governo deveria estar apoiando a ampliação de UTIs no Brasil inteiro, o Governo deixa de financiar as UTIs e cria uma confusão absolutamente desnecessária com os governadores. Isso só serve para animar a sua claqué.

Então, fica o nosso registro de que não podemos aceitar isso. Temos que repudiar isso. Temos que somar forças com o Governador Flávio Dino e os demais governadores que ergueram a voz para lutar contra essa posição genocida que o Governo adota em relação à pandemia.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Peço que as registre nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 17/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Luta do orador pela votação e aprovação do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, acerca da suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados de trabalhadores da ativa e aposentados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., o Presidente da Câmara dos Deputados, todos os colegas Deputados e Deputadas, todos os Congressistas.



Eu estou brigando com muita intensidade em favor de um projeto de lei da minha autoria, que trata da cobrança de empréstimos consignados. Todos nós sabemos que, no Brasil, nós temos cerca de 35 milhões de aposentados. A imensa maioria desses aposentados fez financiamento consignado. Esse financiamento pressupõe que parte do salário seja retido, mês a mês, para pagar o financiamento, o que é muito justo, o que é muito correto.

Com o que nós estamos preocupados, Presidente? Agora, na hora pandemia, esses descontos são desnecessários e podem ser suspensos, porque o banco pode esperar. Nesta hora, é o aposentado que, em muitas casas, bota o pão na mesa, a boia no prato, porque o filho do aposentado está sem renda, o neto está desempregado. O avô e a avó estão pagando a conta exatamente na hora da pandemia. Então, é esta a preocupação que nós temos, Presidente.

Por isso, nós queremos suspender o pagamento do consignado. Todos os meses, o banco retira de 30% a 35% do salário do aposentado. O banco pode esperar. Para o banco, isso é migalha. O que é migalha para o banco é pão na mesa do aposentado. Ninguém vai negar conta. A conta vai para o final da conta e, depois, paga-se a conta.

Este projeto é do ano passado e já devia ter sido votado. Os aposentados não ganharam nada do Brasil - nada, nada! -, nada do Governo. Muita gente ganhou três vezes de 600 reais, três vezes 300 reais. Milhões de pessoas ganharam. Os aposentados, que levaram o Rio Grande nas costas e o Brasil no ombro, não ganharam nada.

Eu estou apresentando, agora, uma emenda a um projeto de lei que está tramitando na Casa para apressar o meu projeto de lei. Esta emenda está sendo destacada pelo PDT e vai hoje para a pauta.

Sr. Presidente, eu quero pedir o apoio de V.Exa. e o apoio dos Deputados, não só do PDT, mas de todos os partidos, em favor do Brasil, dos brasileiros, daqueles que mais trabalharam por este País, que são os aposentados, que precisam, que merecem, que necessitam e que têm direito ao mínimo de um benefício que lhes devolva dignidade.

Vamos respeitar os nossos aposentados valorizando-os. Não basta falar em favor deles, temos que tomar atitude. E esta é uma atitude prática, objetiva e concreta! Estou tentando, Presidente, fazer a minha parte. Este projeto já está aí há quase 1 ano para ser votado.

Os aposentados não aguentam esperar mais. Alguns até estão morrendo por conta do endividamento. Vamos suspender esse pagamento por 6 meses, dar um fôlego e uma esperança para o aposentado, além de dignidade e dias melhores. Essa é a minha perspectiva. Essa é a minha expectativa, Presidente. Vamos votar hoje este projeto, em forma de emenda, com o destaque do PDT.

Muito obrigado.



Documento 18/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 --ANDRÉ FERREIRA-PSC -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inconsistência de noticiário a respeito do falecimento do Vereador Irmão Lázaro, da Câmara Municipal de Salvador, Estado da Bahia. Inveracidade da manifestação do Senador Humberto Costa, postada nas redes sociais, a respeito de declaração do Irmão Lázaro, durante culto evangélico, sobre a contaminação por coronavírus tão-somente por pessoas do mal.

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um registro muito importante para todo o povo brasileiro.

Existem muitas *fake news* neste momento. Por isso, eu queria trazer uma informação da família do nosso querido Irmão Lázaro, que foi Deputado nesta Casa e hoje é Vereador na cidade de Salvador, na Bahia. Ele se encontra bem. Ele está entubado ainda. Estão divulgando muitas *fake news* dizendo que ele faleceu. Isso é mentira! Ele está bem, está se recuperando. Eu trago aqui essa boa notícia.

Vamos orar, pedir a Deus que ele saia dessa o mais rápido possível.

Também quero dizer que me deixou muito triste, Sr. Presidente, uma postagem do Senador Humberto Costa, do Estado de Pernambuco, que usou suas redes sociais para dizer que o Irmão Lázaro, em um dos cultos, disse que só pegava COVID-19 quem era do diabo. Isso é uma mentira! Nosso Irmão Lázaro nunca usou a tribuna nem o púlpito da igreja para falar isso. É muito lamentável ver um Senador da República usar as suas redes sociais para trazer uma inverdade, como essa.

O Irmão Lázaro é uma pessoa consciente e tomou todas as precauções. Temos fé em Deus e estamos orando para que ele possa sair dessa o mais rápido possível.

Era esse o registro que eu queria fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 19/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 03/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ascendência da curva de contaminados e de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Elevado número de brasileiros situados na linha de extrema pobreza. Aumento dos preços de alimentos, de tarifas e do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Protesto contra a oposição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Contrariedade à proposta do Presidente da República de fixação do valor do auxílio emergencial em 250 reais. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro às decisões do Congresso Nacional. Conveniência do seu afastamento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Eu peço a todos os colegas da Câmara dos Deputados que fiquem bastante atentos às curvas internacionais de contaminação e de óbitos e ao percentual de vacinação da população e os comparem com os do Brasil. Nós estamos muito atrás no número de pessoas vacinadas, mas estamos muito à frente no número de contaminados e de óbitos.

Enquanto os outros países do mundo inteiro têm uma curva declinante de contaminados e de óbitos, nós temos uma curva ascendente. Lamentavelmente, estamos numa situação muito diferente da de outros países do mundo. Nós estamos há mais de 30 dias com mais de mil óbitos diários. Nós temos mais de 30 milhões de brasileiros na linha da extrema pobreza, encarando uma inflação absurda de alimentos, de tarifas, e com um gás de cozinha a quase 100 reais.

E é exatamente neste momento que eu vejo os vetos apostos à medida provisória da vacinação, a Medida Provisória nº 1.003, de 2020. O Sr. Bolsonaro veta a obrigação do Governo Federal de vacinar, de colocar as vacinas no Plano Nacional de Imunização; veta o direito de os Estados e Municípios adquirirem a vacina; veta a ampliação do número de agências internacionais, para que a ANVISA tenha referência de autorizar emergencialmente as vacinas; veta o prazo menor para que a ANVISA possa fazer essa autorização; veta, inclusive, a transparência de dados.

Ao mesmo tempo, ele quer aprovar um auxílio emergencial de 250 reais - lembrem: o gás de cozinha está a quase 100 reais; a inflação dos alimentos está lá em cima. Repito, ele quer um auxílio emergencial de 250 reais com um monte de condicionantes, muitos condicionantes de um pacote fiscal -, por

meio de uma proposta de emenda à Constituição, atropelando todos os ritos de uma PEC.

O que mais é preciso para nós entendermos, na Câmara dos Deputados, que este Governo é criminoso? O que mais é preciso para que nós impeçamos este Governo de continuar? O que mais é preciso para que atropelemos, como um Poder neste País, um Governo como este? Ele desrespeita as decisões do Congresso Nacional, veta tudo o que nós aprovamos, em nome da vida, da saúde, do benefício do povo brasileiro. Ele quer o quê? Quer o desespero total, achando que vai ganhar voto com migalhas?

Nós não podemos mais aceitar isso! Temos que atuar em nome da vida, impedir este Governo e avançar, para salvar a vida do povo brasileiro.

Documento 20/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 03/03/2021 --RICARDO SILVA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Expectativa de votação e aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, acerca do aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, obrigado pela paciência. Nós estamos mexendo com tecnologia, enfim...

Eu quero fazer um pedido aos Deputados e Deputadas para que prestem atenção ao momento histórico que nós estamos vivendo, principalmente em relação aos aposentados e pensionistas. Eu falo em momento histórico não pelo lado positivo, mas, infelizmente, pela tristeza que estão enfrentando os aposentados e pensionistas no Brasil.

Nós vamos votar hoje a MP 1.006/20, que amplia a margem do consignado. Essa MP era para ter sido votada, Sr. Presidente, no ano passado. Por quê? Porque ela previa um prazo até o dia 31 de dezembro para que os efeitos da margem fossem levados em consideração. Com isso, muitos aposentados viraram o ano negativados. Então, é algo que o Congresso Nacional tem sua responsabilidade e tem que consertar.



E falo mais, Sr. Presidente. Falo de um recado que o Senado Federal nos mandou e que a Câmara Federal ainda caminha a passos lentos. O Senado aprovou a suspensão da cobrança do consignado durante a pandemia para os benefícios previdenciários, para os aposentados e pensionistas. Esse projeto veio para a Câmara e ficou engavetado. O Senado, que representa os Estados brasileiros, aprovou essa medida, mas a Câmara ainda não.

Hoje nós temos uma oportunidade histórica com uma emenda de minha autoria, que, infelizmente, foi negada pelo Relator. Fizemos um destaque, o Destaque nº 1, do PSB, nosso partido, que trata da suspensão do consignado nessa medida provisória, porque são temas correlatos. A MP trata de crédito consignado, aumentando a margem. São temas correlatos. E nós temos agora que enfrentar esse caráter histórico de apoio aos aposentados e pensionistas.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, daqui a pouco, estamos na expectativa, aguardando o início da votação. Esperamos que aconteça a votação da MP 1.006 e das emendas, principalmente em relação à suspensão do consignado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 03/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Constatação, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, da incapacidade do Governo Federal de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Não funcionamento do Comitê de Operações Emergenciais. Situação de pré-colapso da estrutura pública de atendimento hospitalar. Irresponsabilidade do Governo Jair Bolsonaro, demonstrada na redução do financiamento de leitos de UTIs. Compra de vacinas pelos Estados e Municípios diante da negligência do Governo Federal.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Tribunal de Contas da União apontou de maneira clara no ano passado a falta de capacidade de governança do Ministério da Saúde, alegando a ausência de planejamento centralizado no enfrentamento da pandemia.

O Comitê de Operações Emergenciais, que é fundamental na centralização e coordenação das operações em âmbito nacional, não funciona. Hoje, a estrutura pública de atendimento hospitalar está em pré-colapso; quase 20

Estados estão com 90% dos seus leitos de UTI ocupados, e a rede de iniciativa privada, com 100% de lotação.

Diversos Governadores dão conta da extrema dificuldade para ampliar novos leitos, não por falta de equipamentos, não por falta de estrutura, mas diante da ausência de profissionais intensivistas.

Nós estaremos hoje vivenciando o março da tragédia na história deste País. A prova cabal da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro é demonstrada no financiamento dos leitos de UTI para COVID. Em 2020, financiaram-se quase 13 mil leitos e, agora, neste momento trágico, menos de 3 mil leitos de UTI são financiados pelo Governo Federal. É uma tragédia!

Tendo em vista que o Governo Federal foi negligente e omissivo na priorização da compra de vacinas, Governadores e Prefeitos se organizam para comprar o imunizante. Isso é importante, mas é muito arriscado, porque falta entre nós aquele organismo centralizador e organizador da vacinação.

Esta realidade é caótica e, mesmo considerando o desespero dos gestores subnacionais, teremos fatalmente que conviver com o risco de uma vacinação desordenada em âmbito nacional. Esta, sinceramente, poderá se constituir numa tragédia anunciada.

Portanto, peço, Sr. Presidente, que autorize a divulgação de nossa fala nos meios de comunicação da Casa Legislativa.

Documento 22/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não correção da tabela de deduções do Imposto de Renda pelo Presidente Jair Bolsonaro. Tramitação na Casa do Projeto de Lei nº 372, de 2019, de autoria da oradora, sobre a alteração da Lei no 11.482, de 2007, para mudança da faixa de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física. Descaso do Presidente da República com a imunização do povo brasileiro e com a retomada do auxílio emergencial. Reajuste nos preços de combustíveis e do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Desprezo à situação do povo brasileiro revelada na aquisição, pelo Senador Flávio Bolsonaro, de mansão no valor de 6 milhões de reais no Distrito Federal. Envolvimento do Parlamentar em esquema de rachadinhas e lavagem de dinheiro na compra de imóveis.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Presidente, colegas, eu hoje venho falar aqui sobre Imposto de Renda, aquele que atormenta quem ganha pouco e a classe média brasileira.

Bolsonaro, em 2018, copiando Haddad e Lula, prometeu isentar do Imposto de Renda quem ganhasse até 5 mil reais. Depois de eleito, recuou e disse que ia isentar quem ganhasse até 3 mil reais. Semana passada, o Bolsonaro publicou a tabela do Imposto de Renda e isentou apenas aqueles que ganham até 1.903 reais, ou seja, nem 2 salários mínimos.

A última vez que a tabela do Imposto de Renda foi corrigida para aumentar a isenção foi em 2015, no Governo Dilma. Depois disso, nunca mais. Depois do golpe, nós não tivemos mais ampliação da faixa de isenção.

Se nós aplicássemos a inflação de 2016 a 2020 para corrigir essa renda a ser isenta, hoje a faixa da isenção de renda seria de 4.022 reais e não de 1.903 reais. Isso ajudaria 10,5 milhões de pessoas, de famílias, que teriam mais renda, poderiam consumir mais, ajudando a circular dinheiro e melhorando a economia.

No meio da crise em que estamos, com o desemprego, com a renda baixa, com a carestia de alimentos, com a carestia de combustíveis, chega a ser cruel Bolsonaro não reajustar a faixa de isenção do Imposto de Renda.

Enquanto isso, as petroleiras estrangeiras, que eles liberaram para explorar o nosso petróleo, não pagam imposto no Brasil. Também não pagam imposto no Brasil os empresários que tiram lucros e dividendos de suas empresas. Jatinhos e iates também não pagam imposto, enquanto o carro popular paga o IPVA.

Nós temos um projeto que isenta quem ganha até 5 mil reais. Esse projeto deveria ser prioridade da Casa, para votarmos logo, mas, infelizmente, não é. O Bolsonaro deveria ser corajoso na prática e parar de ser valente só nas redes.

Ele ainda não providenciou a vacina que o País precisa, ainda não providenciou a renda emergencial, fica esbravejando contra os preços do combustível, mas a PETROBRAS continua aumentando o preço do *diesel*, da gasolina e do gás. Não adianta tirar o imposto, porque isso não vai mudar se não mexer na referência internacional dos preços. E para piorar, a sua família humilha o povo brasileiro. O seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro, aquele investigado pelas rachadinhas e também pela lavagem de dinheiro em compra de imóveis, acabou de comprar uma mansão aqui em Brasília pelo valor de 6 milhões de reais. Isso é um tapa na cara do povo brasileiro. É um escárnio.

Bolsonaro, a bem do povo e do Brasil, você não pode continuar onde está.

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela não vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Estímulo de Jair Bolsonaro ao descumprimento de medidas sanitárias de combate à doença. Indignação com os vetos presidenciais apostos à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que nós estamos vivenciando um Governo extremamente corrupto.

Primeiro, porque é um Governo que tem corrupção nas prioridades: acha que prioridade é aprovar uma proposta de emenda à Constituição que salva aqueles que atentam contra a democracia, aqueles que fizeram a sua forma de comunicação por meio de mentiras, de *fake news*.

Mas também é um Governo corrupto, que destina por volta de 110 bilhões para a defesa e 115 bilhões para a educação. É um Governo que tem, portanto, a corrupção das prioridades. Esse Governo não consegue explicar à Nação como o Ministério da Defesa comprou 700 toneladas de picanha ou como gastou por volta de 15 milhões em leite condensado - não consegue explicar à Nação. Também não consegue explicar à Nação como a esposa recebeu 89 mil reais da conta de Fabrício Queiroz - não consegue explicar. Não consegue explicar como é que o filho tem um imóvel, ou uma mansão, que os seus rendimentos como Senador não possibilitam a compra - não consegue explicar. Ao mesmo tempo, a cada dia fica mais nítida a sua condição de inepto para a política.

Veja o que está acontecendo no Reino Unido com a vacinação: houve uma redução de 90% da internação de idosos, a partir de 70 anos. Veja o que está acontecendo no mundo inteiro: está-se combatendo a pandemia com a vacinação e com as medidas que são necessárias para prevenir a propagação do vírus.

Aqui, o Presidente da República é corrupto ao estimular que não se use máscara, é corrupto ao estimular a aglomeração, porque defende as suas próprias ideias e os seus próprios interesses em detrimento do interesse do povo brasileiro.

Estamos vendo o Brasil assistir às mortes. Em 11 meses foram 200 mil mortes; em 45 dias, mais de 50 mil mortes. Quantas mortes o Brasil ainda vivenciará? O que faz o Governo com a medida provisória que está Casa aprovou? Veta, veta e veta.

O Governo trabalha e dança com a morte todos os dias, como dança, ao mesmo tempo, com os ataques à própria democracia.

Nós estamos vivenciando um Governo que é o Governo da necropolítica, da política da morte - da morte! É um Governo que não providencia vacina para o povo brasileiro; um Governo que quer aproveitar o auxílio emergencial para pôr a granada no bolso do Brasil, para passar a boiada no Brasil, ou seja, quer aproveitar o auxílio emergencial para retirar direitos dos servidores.

Aliás, hoje, e com isso termino, Sr. Presidente, tivemos um ato de centenas de entidades que dizem: *"Basta! Basta de genocídio! Basta de morte! Basta de Jair Bolsonaro!"*

Documento 24/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 03/03/2021 --PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à política de combate ao coronavírus adotada pelo Governo Jair Bolsonaro. Colapso do sistema de saúde no Estado de Santa Catarina provocado pela doença. Repúdio à necropolítica adotada pelo Governador catarinense. Imediata retomada do auxílio emergencial e imunização do povo brasileiro. Defesa da decretação de lockdown no Estado de Santa Catarina e no Brasil, para contenção do avanço da Covid-19.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, além das críticas que nós podemos fazer à política econômica, à política social, à política ambiental, hoje quero me concentrar na política sanitária produzida pelo Governo Bolsonaro, por Governos Estaduais e por muitos Governos Municipais.

Essa estratégia de proliferação do vírus, promovida pelo Governo Bolsonaro, muito bem comprovada por Deisy Ventura, seu grupo da USP e outros especialistas brasileiros, estratégia promovida por meio de portarias, medidas provisórias ou vetos a medidas provisórias aprovadas no Congresso, discursos praticados quotidianamente pelo Presidente da República, fomenta o genocídio de quase 260 mil brasileiros.



Em Santa Catarina, nós estamos em colapso: 100% dos leitos de UTI estão ocupados. Já estamos transportando pacientes para outros Estados, como o Espírito Santo. Temos um Governador que também abdicou do seu papel de comandante, - ele é Comandante aposentado do Corpo de Bombeiros - e que não se preocupa com a vida do povo catarinense. Em 2 meses já perderam a vida mais de 2.232 catarinenses. Na minha cidade de Chapecó, em 2 meses, perderam a vida mais chapecoenses do que durante todo o ano passado: 123 pessoas morreram no ano passado, e este ano morreram, no total, 288, até o final de fevereiro. Assim, 165 chapecoenses perderam a vida nesses 2 meses, 607% a mais, se comparamos com a média mensal do ano passado. Isso se chama genocídio. Isso se chama necropolítica. Isso está acabando com milhares e milhares de vidas de brasileiros, de catarinenses e de chapecoenses.

Vacina já! Auxílio emergencial já! Eles são fundamentais. Vacina já é algo estratégico, e não há outro caminho. Que a vacina seja o instrumento fundamental para nós passarmos pela maior crise sanitária vivida por este País. Mas, neste momento, enquanto não há vacina para todos os brasileiros, precisamos de *lockdown* estadual, no nosso Estado de Santa Catarina, e de *lockdown* nacional. Não há outro caminho. É preciso o *lockdown* no meu Estado e também o Brasil tem que enfrentar o *lockdown* nacional. Senão, não vamos superar essa tragédia humana, que está tirando a vida de tanta gente.

Esse é o caminho. Essa é a minha defesa hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 25/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Empenho do Governo Jair Bolsonaro no combate à epidemia de coronavírus.
Ineficiência da gestão de Governadores e Prefeitos Municipais no enfrentamento da doença, especialmente no Estado de São Paulo.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Também desejo uma boa tarde a todos os colegas. É um prazer falar neste momento dedicado a breves comunicações.

Diz um ditado que é só dizer uma mentira mil vezes e ela vira verdade. É exatamente isso o que nós estamos vendo, infelizmente, no discurso de vários

oradores. O Governo Bolsonaro está fazendo a diferença no combate à pandemia, seja, principalmente, agora, em relação à compra das vacinas, seja em relação à compra dos insumos.

A população brasileira precisa saber que todo o esforço foi feito e que isso significa bilhões e bilhões de reais que foram repassados aos Estados e Municípios.

É bom que a população brasileira saiba também que o Supremo Tribunal Federal, acredito eu que de uma forma distorcida, acabou tolhendo um pouco as ações do Governo em relação à pandemia, e isso fez com que Governadores e Prefeitos, cada um no seu Estado, cada um no seu Município, tomassem as decisões que melhor lhes conviesse para combater a pandemia.

E nós estamos vendo os erros acontecendo. Nós estamos assistindo, sem poder fazer absolutamente nada, porque estão afiançados pela Corte Suprema deste País, Governadores e Prefeitos errando no trato da pandemia.

Hoje, os hospitais estão lotados, mas não por falta de dinheiro, não por falta de ação do Governo Bolsonaro, e, sim, por má gestão de Governadores e Prefeitos, a ponto, por exemplo, de três Governadores, dos Estados de São Paulo, Bahia e Maranhão, que receberam bilhões terem acionado o Governo Federal para receber mais recursos.

Nisso, nós percebemos uma má gestão e uma corrupção desenfreada, em especial, no Estado de São Paulo, que recebeu 135 bilhões de reais, e, apesar disso, hoje, alguns Municípios paulistas clamam por leitos. E eu pergunto: cadê os 135 bilhões de reais? Por que desmontaram quatro hospitais de campanha: Ibirapuera, Pacaembu, Heliópolis e Anhembi? Esses quatro hospitais de campanha, que nunca tiveram sua lotação completa, foram (*falha na transmissão*).

Documento 26/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 --FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acerto de nota do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, a favor da adoção de medidas restritivas nacionais para combate à disseminação do coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vamos olhar para frente.

O CONASS publicou uma nota, Sr. Presidente, recomendando a adoção de medidas restritivas de caráter nacional, a padronização das ações, a unificações das ações restritivas, para dar o mínimo de eficácia a todas as ações que visam combater a disseminação do vírus.

E eu penso que o CONASS tem razão, Sr. Presidente, pois não há nenhum sentido em se pulverizar de forma desigual, qualitativa e quantitativamente, as ações de combate ao coronavírus pelos Municípios e Estados do Brasil. O vírus não vai parar numa rodovia para pagar pedágio e decidir se entra ou não em outra cidade, em outro Estado. É preciso haver uma coordenação nacional das ações em todo o território brasileiro, para que nós consigamos ter um mínimo de eficácia na contenção da disseminação do vírus.

O CONASS está certo. O CONASS precisa ser prestigiado, neste momento, pela população brasileira, porque nós estamos sentindo falta de uma Liderança nacional que unifique os agentes políticos - Governadores e Prefeitos, Estados e Municípios -, para que haja uma certa uniformidade de estratégia.

Sr. Presidente, eu sou de Campo grande, Mato Grosso do Sul. De nada adianta a cidade de Campo Grande adotar uma série de restrições e a cidade vizinha, vamos imaginar, hipoteticamente, ampliar a abertura e não adotar as medidas necessárias. É evidente que não haverá eficácia alguma na estratégia de contenção da disseminação do vírus.

Portanto, é fundamental, Sr. Presidente - e esta é uma contribuição para o debate -, que o Brasil se unifique, que os Governadores, Prefeitos e o Presidente da República entrem em um entendimento para que haja uma uniformização estratégica. Qualquer medida de restrição, agora, deve ser adotada em caráter nacional, espriar-se por todo o território nacional, para que, evidentemente, possamos vencer esta pandemia. Já há um ano estamos tentando e só estamos perdendo, sendo derrotados pela negligência, pela desídia e pela imprudência daqueles que nos deveriam proteger.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 27/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 --RUBENS OTONI-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Federal pelo baixo índice de vacinação contra a Covid-19. Realização de investimentos públicos na geração de emprego e renda no País. Imediata retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que acompanha esta nossa sessão virtual pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, eu trago, hoje, o grito de brasileiros e brasileiras dos quatro cantos deste País em defesa da vacina para todas as pessoas. A vacina é um direito de todos e uma responsabilidade do Governo Federal. É importante registrar isso.

Sr. Presidente, é inadmissível que, até o momento, nós só tenhamos vacinado pouco mais de 3% da população; que a metade dos profissionais da saúde ainda não tenham sido imunizados; que apenas 48% da população com mais de 90 anos tenha sido vacinada!

E o que é mais grave, Sr. Presidente: o Governo não faz a sua obrigação de garantir a vacina, não se preparou para produzir vacinas. Agora quer produzir, mas não há insumo. O Governo não comprou vacina na hora certa, agora quer comprar e não tem quem entregue na rapidez que se necessita. E aí o caos se instala.

É por isso, Sr. Presidente, que o nosso grito aqui é um grito de cobrança ao Governo Bolsonaro. Queremos vacina já para salvar vidas! Nós queremos emprego! Queremos investimento público para gerar emprego, gerar renda e melhorar a vida das pessoas! Enquanto não há emprego, que se garanta o auxílio emergencial de 600 reais para salvar vidas!

É esse o nosso grito, Sr. Presidente.

Documento 28/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:12

Publ.: DCD - 03/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a oposição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pela morte de 250 mil brasileiros em decorrência da doença. Anúncio de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a autorização aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, da aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Apresentação do Projeto de Lei nº 244, de 2021, sobre o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela distribuição de vacinas contra o coronavírus, e o pagamento de indenização aos Municípios pela aquisição de imunizantes contra a doença. Atuação do Presidente Jair



Bolsonaro contra a aquisição de vacinas. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, de fato, o Bolsonaro não tem compromisso com a vida. O que ele fez com a medida provisória da vida foi vetar vários artigos que permitiam, por exemplo, aos Municípios e Estados comprarem, adquirirem vacinas para salvar o nosso povo.

Isso é uma demonstração objetiva de que ele é omissos, de que ele não tem compromisso com o enfrentamento da pandemia. E mais do que isso: sempre que o Brasil precisa de um Presidente, de um coordenador, ele se omite. Eu diria até mais: ele atrapalha.

Por isso, não é exagero dizer que se, de fato, a Câmara dos Deputados tivesse tido a coragem de fazer o *impeachment*, nós teríamos salvado a vida das 250 mil pessoas que morreram de COVID.

Hoje, nós vamos apreciar aqui, no plenário, mais um projeto de lei, o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2021. Com esse projeto, vamos novamente permitir que os Estados e Municípios adquiram vacinas. Eu lembro que, no fim do ano, quando vários Municípios e Estados fizeram um acordo com o Butantan, eu apresentei um projeto a esta Casa, o Projeto de Lei nº 244, de 2021, para que a União pudesse indenizar esses Municípios e Estados, porque, se ela não assume a sua responsabilidade - e é de responsabilidade da União, do Ministério da Saúde coordenar o Plano Nacional de Imunização -, então, cabe a ela indenizar esses entes subnacionais.

Por fim, quero dizer que o que o Governo Bolsonaro está fazendo é necropolítica. Ele é totalmente irresponsável. Diz estar preocupado com a economia, mas caem por terra todos os seus argumentos, porque a única possibilidade de recuperação econômica depende da vacinação de todos os brasileiros, e, para isso, mais uma vez, ele foi omissos: quando tinha as condições objetivas para adquirir as vacinas, ele não fez os acordos comerciais. Ele não fez acordo comercial com a Pfizer, em agosto, quando foram disponibilizadas 70 milhões de doses. Ele não fez com a Coronavac, que lhe possibilitaria adquirir 46 milhões de doses. E ele fez a opção, no consórcio da OMS, o Covax Facility, só pelo mínimo de 10% de participação do Brasil. E ele também não ajuda na aprovação da Sputnik V, vacina da qual o Consórcio Nordeste comprou mais de 50 milhões de doses. Portanto, Presidente, ele atrapalha a política de enfrentamento da COVID-19.

Então, infelizmente, o caminho que resta ao Brasil é, de fato, organizar uma CPI, apurar as responsabilidades e - este é o caminho mais curto - fazer o *impeachment* do Jair Messias Bolsonaro.



8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 03/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Prefeito Municipal de Porto Feliz, Estado de São Paulo, pela imposição de protocolo de profilaxia e tratamento precoce da epidemia de coronavírus. Contrariedade à decretação de lockdown como medida de prevenção da doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Só quero fazer uma menção ao Prefeito de Porto Feliz, cidade de 55 mil habitantes do Estado de São Paulo, que é médico e impôs um protocolo de profilaxia e tratamento precoce a todos os infectados por COVID-19. Lá ocorreram pouquíssimos óbitos pelo tratamento precoce. O protocolo usado é o mesmo determinado na Índia, país que quase tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. O coquetel de medicamentos, composto de ivermectina, hidroxicloroquina, azitromicina, zinco e vitamina D, é aplicado na Índia.

Enquanto isso, nas diversas regiões do Brasil, os Governantes não agem de forma inteligente, mas apenas politizam os efeitos da pandemia para, ditatorialmente, colocar o País de joelhos, e o povo, fechado, com o comércio também fechado. Isso é coisa mais triste que eu já vi na minha vida Sr. Presidente!

A economia é tão importante quanto a saúde. Fechar, fazer *lockdown* é para incompetentes! Nós temos, sim, que buscar o tratamento precoce urgente para a COVID-19 - depois eu vou falar da tribuna sobre isso.

Muito obrigado.

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro, no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Protesto contra a aposição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, acerca da autorização ao Poder Executivo de adesão ao

Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Descaso do Presidente a República com reivindicações de Governadores, de Prefeitos Municipais e do Conselho Nacional de Saúde, e com recomendações do mundo científico, da mídia e do Supremo Tribunal Federal para combate à Covid-19. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre a retomada do auxílio emergencial. Apelo à Casa por votação do Projeto de Lei nº 463, de 2021, a respeito do pagamento de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, nos termos da Lei nº 13.982, de 2020.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o enfrentamento da pandemia no Brasil é um criminoso desastre. E esse desastre tem nome e sobrenome, chama-se Jair Bolsonaro. As evidências estão todas sendo acompanhadas pelos brasileiros e pelo mundo.

O mundo olha para o Brasil, percebe a falta de comando, de ações e de políticas públicas e observa uma atitude criminosa do Presidente da República. Os brasileiros perplexos buscam ter acesso à vacina, e o Presidente da República sabota as iniciativas. Ele acaba de vetar dois pontos da medida aprovada pelo Congresso Nacional: o que favorecia o acesso às vacinas por Estados e Municípios e o que dava um prazo adequado para a ANVISA liberar as vacinas que estão sendo produzidas lá fora. O Presidente Bolsonaro vetou esses pontos.

Os Governadores todos se unem para cobrar uma medida de planejamento nacional, e Bolsonaro vira as costas. Os Prefeitos fazem a mesma coisa e unificam-se na mesma posição, tentando encaminhar um projeto, uma proposta, uma forma de fazer o enfrentamento, e Bolsonaro vira as costas.

O Conselho Nacional de Saúde faz cobranças, e ele não dá atenção. O mundo científico, a mídia, o STF também se manifestam, e é só Bolsonaro que está certo? E a pandemia nesse patamar em que está.

Com a renda emergencial é da mesma forma. O Governo não toma medidas. Há 3 meses, os pobres, aqueles que estão sem nenhuma renda, não têm acesso à renda emergencial. E o que o Governo faz? Nada!

Quero, inclusive, aqui fazer uma cobrança. Há um projeto de autoria da bancada do PCdoB, o Projeto de Lei nº 463, de 2021, que estabelece a obrigação do pagamento de renda emergencial de 600 reais a todos os brasileiros que dela necessitam. O projeto impõe que o auxílio se mantenha, enquanto a taxa de transmissão estiver acima de 0,9.

Portanto, se a taxa de transmissão estiver acima de 0,9 - e ela deve continuar, porque, infelizmente, não há controle da pandemia no Brasil - que se retroaja o pagamento a 1º de janeiro e que haja a possibilidade de a renda emergencial

ter um caráter regionalizado. Se houver um Estado ou uma região com uma incidência maior na transmissão, que a renda emergencial fique regionalizada.

Quero aqui cobrar que o Projeto de Lei nº 463, de 2021, seja pautado para deliberação.

Documento 31/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inauguração de unidade das Centrais de Abastecimento S/A - CEASA, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe. Prioridade do Congresso Nacional na aprovação de proposições destinadas à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, e à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Reajuste nos preços de combustíveis. Contrariedade à desestatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de aproveitar para parabenizar o Governo do Estado de Sergipe, que, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, inaugurou na última quinta-feira - e eu estive presente - uma das mais importantes Centrais de Abastecimento, CEASA, do Nordeste, na cidade de Itabaiana, com um investimento de 38 milhões para aquela cidade e toda a região do Estado de Sergipe e do Nordeste.

Parabéns ao Governo do Estado! São recursos do Proinveste. Desde o tempo do saudoso e querido ex-Governador Marcelo Déda, já se planejava essa CEASA, agora executada, inaugurada e entregue à população do Estado de Sergipe. Parabéns a toda a equipe, em especial ao povo de Itabaiana!

Eu também gostaria de registrar, Sr. Presidente, que nós no Congresso Nacional não podemos esperar as decisões de Bolsonaro. Bolsonaro é contra a saúde pública. Bolsonaro não governa para o povo brasileiro. Nós precisamos exigir que a vacina seja prioridade número um e que o auxílio emergencial não seja inferior a 600 reais, essa é a meta para salvar vidas, para cuidar do povo brasileiro.

O Governo Bolsonaro entregou a área econômica para o Paulo Guedes e o sistema financeiro. Ele admite que não domina a área econômica desde antes da eleição. Está aí novamente, hoje o preço dos combustíveis aumentou,

porque a PETROBRAS está a serviço da minoria dos acionistas ricos, em especial os que moram fora do Brasil.

A PETROBRAS, o petróleo e essas riquezas são do povo brasileiro. Não podemos assistir a isso. É preciso que os Presidentes Arthur Lira, da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, coloquem na agenda, junto com esta Casa, a emergência de aprovarmos um auxílio emergencial de 600 reais - não podemos reduzir esse valor. E não podemos aceitar esse empurra-empurra contra a ciência, contra a saúde pública, que o Bolsonaro vive fazendo em relação à pandemia e à vacina.

Quero neste momento também, Sr. Presidente, solidarizar-me com todas as famílias do Brasil que vivem esse luto. Aqui em Sergipe, ainda ontem perdemos mais um trabalhador da área da saúde, Geovane, de Itabaiana, que era do HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe. Aos 59 anos, ele foi mais uma vítima da COVID-19.

Nós não podemos aceitar isso e precisamos de medidas urgentes.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 32/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repasse, pelo Governo Federal, de recursos aos Estados e Municípios para investimentos na área da saúde. Liberação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos para o pagamento do auxílio emergencial. Anúncio pelo Presidente Arthur Lira de disponibilização, pelo Governo Federal, de 140 milhões de doses de vacinas nos próximos três meses. Assinatura pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, de contrato de publicidade em contramão das medidas de contenção de gastos públicos.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigada por me conceder a palavra.

Hoje, eu quero destacar que o Governo Bolsonaro destinou 600 bilhões de reais para os Estados investirem na saúde e desembolsou 294 bilhões com

auxílio emergencial. Somente para o Espírito Santo, o Governo Bolsonaro destinou 5 bilhões de reais para auxílio emergencial e, para a saúde, 9,81 bilhões de reais em recursos transferidos ao Estado e seus Municípios, e 6,9 bilhões de reais em benefícios ao cidadão. Em 2021, estima-se que a destinação aos Estados será de 123 bilhões de reais para a saúde e 55 bilhões de reais para a educação.

Quero destacar também que o nobre Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, anunciou em entrevista que o Governo Federal vai entregar 140 milhões de vacinas nos meses de março, abril e maio e também já acertou o pagamento, até julho, do auxílio emergencial aos mais vulneráveis.

E aí vem o Governador Renato Casagrande, do Estado do Espírito Santo, dizer que o Presidente Bolsonaro divulga *fake news* e sempre opta pelo enfrentamento, em vez de solucionar a crise da saúde do País. Segundo o Governador, os Estados não receberam um mar de dinheiro.

Portanto, Presidente Bolsonaro, ele achou pouco e quer mais. O engraçado é que, mesmo achando pouco, ele firmou, em plena pandemia, em 2020, um contrato de publicidade institucional com o DETRAN do Espírito Santo, no valor de 20 milhões de reais, isso porque não se satisfiz com o contrato já em execução de 12 milhões de reais. Ele queria um pouco mais, 20 milhões de reais.

Isso, além de lesar o Erário público, é uma grave ofensa ao interesse público, já que o mesmo Governador do Espírito Santo na época havia assinado medidas de contenção de gastos devido à pandemia da COVID-19. Isso foi ilegal, ilegítimo e economicamente vergonhoso. Ele foi na contramão das medidas de contenção dos gastos públicos e agora vem dizer que os 16 bilhões de reais recebidos não são nenhum mar de dinheiro.

Diante desse devaneio do Governador Renato Casagrande, do Espírito Santo, eu termino este discurso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 33/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Morte de amigos e correligionários da oradora no Estado do Acre, em decorrência da Covid-19. Repúdio aos vetos presidenciais apostos à Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso



Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro diante da doença. Ascendência da curva de óbitos por coronavírus, provocada pela política do Presidente da República contrária à imunização do povo brasileiro. Defesa de instalação da CPI da Saúde, para investigação de atos e omissões do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro Eduardo Pazuello no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Pedido aos Deputados de apoio ao Projeto de Lei nº 508, de 2021, de autoria da oradora, a respeito da instituição do auxílio emergencial extraordinário, para famílias do Estado do Acre em situação de vulnerabilidade social e econômica, provocada pela dengue hemorrágica, pelas cheias e pela emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero dizer aqui para todos os colegas desta Casa o seguinte: está difícil, está puxado viver no Brasil de hoje.

No Acre, há dias e dias estamos perdendo amigos, companheiros, camaradas. Hoje, perdemos o Sidenir, um Vereador do PCdoB em Tarauacá, Vereador das causas dos trabalhadores rurais. Ontem, perdemos o Beto, um amigo, militante, parceiro. Na semana passada, perdemos a Eliana; e, 5 dias depois, perdemos a irmã dela. Foram tantos os amigos perdidos que não dá para nominar todos aqui.

E hoje o que acontece? O Presidente da República pega a lei que trata das vacinas que nós votamos nesta Casa e simplesmente acaba com ela, quando desobriga o Ministério da Saúde de fornecer vacinas, de comprar vacinas, mesmo aquelas autorizadas pela ANVISA, e também quando veta a possibilidade de os Governadores fazerem o que for possível para salvar vidas, como comprar vacinas, para ajudar a população.

Eu mesma destinei 10 milhões de reais das minhas emendas parlamentares para a compra de vacina no Acre. Penso que é uma forma de tranquilizarmos o povo, dizendo: *"Nós vamos ter vacina, mesmo que o Presidente Bolsonaro tente boicotar a vida, mesmo que o Presidente Bolsonaro tente boicotar as vacinas"*.

Não dá mais para seguirmos dessa forma. O que o Presidente faz é crime, quando não cuida da população. O Presidente Bolsonaro comete um crime atrás do outro. Olhem as redes sociais dele.

Esta semana, ele ameaçou Governadores, dizendo: *"Aqueles que decretarem lockdown vão ter que se virar com o auxílio emergencial"*. Esta semana também, em suas redes sociais, ele estava incentivando manifestações na porta do Governador de Brasília. É um destemperado do Presidente da República, que não consegue comandar aquilo que é de sua responsabilidade. Enquanto isso, a população está morrendo.

Sr. Presidente, o Acre é um Estado muito pequeno, com menos de 800 mil habitantes, para ter 14 pessoas mortas num mesmo dia, vítimas desse vírus que está matando parte da população no mundo.

Os países que estão se preocupando em vacinar a sua população já estão evitando novas mortes. Mas o Brasil só aumenta sua curva de mortes. Não dá para seguir assim com o Presidente Bolsonaro. É preciso abrir a CPI da Saúde aqui para investigarmos o Ministério da Saúde, investigarmos as ações do Presidente da República.

Sr. Presidente, para encerrar, eu quero dizer o seguinte: apresentei um projeto de lei e quero pedir o apoio dos pares desta Casa, para que tenhamos um auxílio emergencial extraordinário para as famílias do Acre que perderam tudo durante a última alagação. Pelo menos 120 mil famílias precisam do apoio desta Casa.

Muito obrigada.

Documento 34/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 03/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reconhecimento pelo Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, da existência de tratamento precoce contra a Covid-19. Liberação, pelo gestor estadual, do uso dos medicamentos hidroxiclороquina, ivermectina e azitromicina para combate à doença viral.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nada podemos contra a verdade, a não ser pela própria verdade, disse o Apóstolo Paulo.

Finalmente, nos genocidas da Esquerda, já que gostam de chamar tanto o Presidente Bolsonaro de genocida, parece que agora começa a nascer um pingo de humanidade dentro de alguns deles.

Rui Costa, Governador da Bahia, finalmente admite que existe tratamento precoce contra a COVID e liberou agora para o povo baiano, que estava morrendo, hidroxiclороquina, azitromicina e ivermectina. Ontem o Secretário dele foi a público, engolindo saliva, sem graça, sem saber como se comportar, porque mentiram muito para o povo brasileiro. Agora eles estão declarando a verdade.

Bolsonaro tem razão. E agora quem são os genocidas?

Documento 35/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 03/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, e de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Empenho do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, na ampliação do número de leitos de UTIs em unidades hospitalares; no cumprimento de medidas sanitárias de combate à Covid-19 e na vacinação do povo baiano contra a doença.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso recuperar a verdade em duas questões no mínimo aqui.

A primeira é reafirmar o que disse um Deputado, defensor de Bolsonaro, de que o Governo do Sr. Presidente Bolsonaro faz tudo diferente. Realmente, ele faz diferente. Faz diferente de Israel, faz diferente do Reino Unido, faz diferente dos Estados Unidos, faz diferente da Alemanha, faz diferente da maior parte dos países de economia desenvolvida, onde os Chefes de Estado e de Governo usam máscaras, estimulam o isolamento e compram vacinas para imunizarem a população deles, conseguindo agora a diminuição de infectados e a diminuição de mortes.

Não é nessa diferença que o povo brasileiro quer um Presidente. Nós queremos um Presidente que faça igual aos outros na defesa da vida do povo brasileiro, e não esse Presidente excêntrico, bizarro, que não tem consideração com a vida da população. Ele é um verdadeiro exterminador do futuro da nossa população brasileira e da nossa infância e juventude.

A segunda questão, Sr. Presidente, além da luta pela imunização, é que vivemos agora a luta pela sobrevivência de uma população que está ficando cada vez mais pobre. Cresceu o preço da cesta básica no Brasil; cresceu o preço do combustível; varia agora entre 85 reais a 110 reais o preço do gás de cozinha.

A carestia é a marca que hoje oprime o povo brasileiro, e este Presidente nada faz para resolver essa questão. Agora envia para a nossa decisão a proposta

de um auxílio emergencial de 250 reais, quando apenas 100 reais serão usados para gastar com o gás de cozinha. Que brincadeira é essa?

Queremos auxílio emergencial, sim, de 600 reais, que é a média da cesta básica em nosso País. Queremos responsabilidade deste Presidente com a vida do povo brasileiro.

Deixem de mentir e de criar *fake news*. O Governo da Bahia está tomando as medidas devidas para aumentar o número de UTIs em nosso Estado, buscar o isolamento e determinar o *lockdown*.

O Governador da Bahia é um exemplo no cuidado com a vida do povo do seu Estado. Ontem, ele se emocionou e foi às lágrimas, ao convocar o povo para essa batalha pela vida, e luta agora pela liberação da Sputnik V, para que a Bahia tenha o direito à vacinação. E ele faz isso porque hoje este Presidente irresponsável não dá a garantia desse direito ao povo brasileiro. Portanto, parem de mentir sobre a Bahia e sobre o Brasil!

Fora, Bolsonaro!

Documento 36/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:40

Publ.: DCD - 03/03/2021 --ZECA DIRCEU-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de recriação, pelo Congresso Nacional, de novo auxílio emergencial para trabalhadores e famílias carentes atingidos pela epidemia de coronavírus. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Defesa da taxaçoão de grandes fortunas, heranças, lucros e dividendos. Congratulaçoões aos Governadores Estaduais na pessoa do Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, pela conduçoão do processo de aquisiçoão de vacinas contra a Covid-19.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, é urgente e extremamente necessário aprovarmos um novo auxílio emergencial.

As pessoas não aguentam mais viver sem renda, enfrentar uma pandemia que parece que não vai ter fim. Há pessoas passando fome no Paraná, no Brasil.

A ausência do auxílio emergencial, de dezembro para cá, traz impactos muito negativos também para o comércio, para as vendas. O consumo não existe. Isso tem afetado a indústria, a agricultura.

O auxílio emergencial mantém minimamente a economia aquecida, a economia funcionando, o dinheiro circulando e o consumo acontecendo.

Mais uma vez nós, Congresso Nacional, vamos ter que cumprir o nosso papel. Está evidente que Bolsonaro não quer e não dará auxílio emergencial algum. Já foi assim no ano passado e tem que ser assim novamente este ano. É o Congresso Nacional que tem que criar a legislação que obrigue o Governo Federal a pagar um auxílio emergencial.

Isso é urgente. Nós não deveríamos tratar de nenhum outro assunto que não fosse o auxílio emergencial, que não fossem os esforços, os mecanismos legais para uma ampla campanha de vacinação.

Não me venham com 250 reais. É impossível uma família sobreviver com 250 reais. O nosso País é um país rico, tem capacidade financeira, tem onde buscar mais receitas. Olhem o exemplo dos Estados Unidos hoje, o país mais capitalista do mundo, até selvagem. Os democratas, nos Estados Unidos, apresentaram propostas para taxar os multimilionários, e o Brasil continua sem cobrar impostos dos bilionários, dos banqueiros, dos especuladores. O Brasil continua, apesar de nossas propostas repetidas vezes, sem taxar fortunas, sem taxar heranças, sem cobrar impostos de lucros e dividendos.

O País tem sim como viabilizar receita. O País tem sim riquezas para pagar um auxílio emergencial que traga dignidade às pessoas, que estimule o consumo, que movimente o comércio e também a indústria e a agricultura.

O País precisa fazer o que o mundo todo está fazendo: socorrer, auxiliar, criar facilidade para os pequenos negócios do campo e da cidade, que estão quebrando durante a pandemia.

Quero parabenizar os Governadores, na pessoa do Governador Wellington Dias, do Piauí. Ele coordena o Consórcio Nordeste. O Fórum de Governadores está tendo um papel importante na coordenação do assunto vacina. Já que o Governo Federal não o faz, que os Governadores e os Prefeitos façam a aquisição das vacinas.

No que depender do Congresso Nacional, terão o nosso apoio, serão sempre bem-vindos. Eles estão cumprindo o papel que o Brasil esperava do Presidente, mas que o Presidente não cumpre.

Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, na *Rádio Câmara* e na *TV Câmara*.

Obrigado.

Publ.: DCD - 03/03/2021 --DAVID SOARES-DEM -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Urgente retomada do pagamento do auxílio emergencial a famílias e trabalhadores atingidos pela epidemia de coronavírus. Prejuízos causados aos comerciantes pela decretação de lockdown em São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, senhores que nos escutam, toda a população, nós somos unânimes em afirmar que o Brasil precisa do auxílio emergencial. As minhas andanças pelas cidades do interior de São Paulo mostram claramente isso. A população clama por isso. Por outro lado, precisa haver razoabilidade também dos Governadores.

Tenho apelado para que não se decrete o *lockdown*. O *lockdown* é uma medida que vai destruir para sempre o comércio. Estamos falando de uma classe de pessoas que já estão sangrando e não têm mais o luxo.

Se quiserem, apertem, dificultem, limitem os horários, façam o que for. Mas, Srs. Governadores, e, especialmente, Sr. Governador João Doria, não decrete o *lockdown* no Estado de São Paulo. São Paulo precisa trabalhar. Decrete, sim, o fim dos pancadões. Ponha a Polícia Militar nas periferias, porque lá, realmente, as pessoas estão desantenasadas em relação ao que acontece no Brasil.

Sr. Presidente, peço que encaminhe o meu discurso, por favor, para ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 38/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:44
Publ.: DCD - 03/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caos reinante no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde e a vida do povo brasileiro. Declarações do Presidente da República contrárias à vacinação e a favor do uso de cloroquina para tratamento da Covid-19. Repúdio a discurso proferido no plenário contra a decretação de lockdown por suposto agravamento da crise econômica. Incompetência demonstrada pelo Ministro Paulo Guedes na condução da economia brasileira. Prioridade absoluta da Casa na retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais.



O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O País vive um caos na pandemia. A primeira coisa é reconhecer isso. Se nós não reconhecermos que o caos existe, vamos continuar como o Presidente Jair Bolsonaro, tratando o povo como ele está tratando, permitindo que as pessoas morram, porque não há um socorro nacional, uma forma de realmente enfrentar esse problema grave, que é a pandemia.

Não vamos desconhecer, aliás, não é possível desconhecer que morreram mais de 250 mil pessoas no Brasil. Pode-se dizer: "*Mas isso é um problema simplesmente da pandemia*". Mas não foi assim e não está sendo assim no conjunto dos outros países. Aqui é o segundo país onde mais mortes houve. Só perdemos para os Estados Unidos devido à política de Trump, que Jair Bolsonaro copiou. São vários os exemplos.

É preciso que os Deputados, as Deputadas e o povo brasileiro façam um juízo do passado recente e busquem aquelas declarações feitas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Vocês lembram que ele disse que era uma gripezinha, desdenhando da morte das pessoas? Vocês lembram que ele disse: "*E daí? Pessoas morrem mesmo*", naturalizando a pandemia e a morte? Esqueceram-se disso?

Vocês se lembram do Presidente Jair Bolsonaro mostrando cloroquina para uma ema no Palácio do Planalto, propagandeando um remédio que hoje a Organização Mundial da Saúde, novamente, disse que nada tem a ver com a cura? Vocês lembram, povo brasileiro, que o Presidente Jair Bolsonaro disse claramente que a vacina era comunista, porque era da China? Vocês lembram que ele disse que ela era do Doria? Vocês se lembram disso ou não? Esqueceram-se do Presidente Jair Bolsonaro dizendo que a vacina é comunista, porque ela é da China? E outros bolsonaristas repetiam que essa vacina não teria validade no Brasil.

Se tivesse o Presidente comprado as vacinas ao invés de ter feito a farra da cloroquina, nós teríamos salvado muitas vidas. Não vamos esquecer, passado recente, fatos consumados e evidentes que estão noticiados. Agora tergiversar, falar mentira, desdizer? Todos viram o Presidente falando isso todo o tempo.

E o pior: o Presidente dizia, Deputada Talíria, Líder do PSOL, que isso era para salvar a economia. Vocês viram o dólar a quanto foi hoje? Foi a 5 reais e 76 centavos! Isso é o caos! Vocês viram o preço da gasolina? Viram o número de desempregados no Brasil? São mais de 13,4 milhões de desempregados! E vêm aqui pessoas dizerem que não pode haver *lockdown*, porque é isso que vai agravar a economia?

Antes de terminar, Presidente, quero dizer que isso não é verdade. O que agrava a economia, a crise na economia, é a incompetência do Paulo Guedes,

é o projeto ultraneoliberal que está sendo feito no Brasil, é o desmanche do Estado brasileiro. É preciso reverter esse projeto.

Por isso, eu conclamo que esse auxílio emergencial seja a pauta absoluta aqui da nossa Câmara Federal, que ele seja, no mínimo, de 600 reais, para que as pessoas se salvem da fome e possam combater a pandemia fazendo o distanciamento social.

Presidente, espero que a Câmara dos Deputados, com afinco, discuta o verdadeiro auxílio emergencial para o nosso povo.

Muito obrigado.

Documento 39/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise sanitária reinante no País e Estados brasileiros decorrente da epidemia de coronavírus. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro, no tocante ao enfrentamento da doença.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, neste momento, registrar a nossa imensa preocupação com a grave crise sanitária que estamos vivendo no Brasil e em cada Estado, provocada por esta pandemia. Nós estamos acompanhando o desenrolar dessa grave situação que o povo brasileiro está enfrentando.

Infelizmente, o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, não tem a dimensão dela. Se tem, infelizmente, encara a situação de uma forma, eu diria, totalmente criminosa. Digo isso porque o papel de uma autoridade, de um Presidente, de um Governador, de um Prefeito, de qualquer autoridade pública, é, no mínimo, alertar a população sobre a gravidade da situação; é colocar a sua função pública em defesa da população; é, principalmente, neste momento que estamos vivendo, defender medidas de precaução, de prevenção; é adotar ações enérgicas e firmes para enfrentar a pandemia.

Nós não estamos vendo isso, pelo contrário. O Presidente da República esteve no Ceará, na última sexta-feira, e promoveu uma verdadeira aglomeração. Ele mesmo, nas fotos recentes, não usa máscara, não toma medidas preventivas. Acho que ele se acha um semideus e acaba incentivando a população a encarar esse problema minimizando sua gravidade. E o que nós presenciamos

são esses casos astronômicos de óbitos e de contaminados que estamos tendo no Brasil e nos Estados.

Portanto, é uma situação extremamente delicada, é uma situação preocupante, sobretudo, Sr. Presidente, em função das novas variantes do coronavírus. Nós sabemos da virulência da transmissão dessas novas variantes, que ocorre em uma velocidade muito maior - estima-se que seja de duas vezes e meia.

Então, nós, o Presidente da República, como autoridade do País, e todos os Poderes, todas as autoridades precisamos alertar. Não é possível estarmos à mercê de um governante que não toma medidas enérgicas para combater a pandemia como deveria. Isso é algo que nos leva a ficar extremamente angustiados, além de preocupados. Estamos, sobretudo, angustiados com o que poderá vir, porque as previsões do que poderá vir pela frente com essa situação são cada dia mais catastróficas.

Eu penso que nós precisamos alertar as autoridades e a população de que nós não podemos minimizar, menosprezar e deixar de avaliar que essa não é uma crise de algo estarrecedor que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado, por gentileza.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE) - Concluindo, Sr. Presidente, eu queria trazer essa minha preocupação, lamentar profundamente as atitudes, a meu ver, inconsequentes do Presidente da República e daqueles que o apoiam com essas decisões e fazer um apelo ao Presidente da República em defesa da união nacional, em defesa do fortalecimento das entidades federativas e do povo brasileiro.

Documento 40/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, para famílias carentes e trabalhadores atingidos pela crise gerada pelo coronavírus. Sucessivos reajustes nos preços de combustíveis no País. Necessidade de redirecionamento da política de preços praticada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores

defendemos o retorno do auxílio emergencial de 600 reais para o povo pobre brasileiro. Vamos lutar para que não sejam apenas três ou quatro parcelas, como o Governo quer.

O povo está passando fome. A última parcela do auxílio foi paga em dezembro. Já estamos em março, com a população carente e os desempregados sem trabalho, sem renda. Os valores que o Governo está propondo -- 200 reais ou 350 reais -- são muito pequenos para uma família passar um mês. Isso é uma grande humilhação para os pobres.

É bom lembrar que o auxílio emergencial, Sr. Presidente, concedido no ano passado, foi uma proposta dos partidos de oposição do Congresso brasileiro.

Agora, estamos unidos novamente para defender a volta do auxílio emergencial. A fome não pode esperar!

Sr. Presidente, quero também colocar aqui a questão do aumento do preço dos combustíveis. A população brasileira hoje se depara com o quinto aumento do preço do combustível só neste ano. Mas o povo tem que se lembrar de que sempre houve cobrança de ICMS sobre o preço dos combustíveis.

Não adianta Bolsonaro tentar colocar a culpa nos Estados pelos constantes aumentos nos preços dos combustíveis. O problema não está no ICMS. Toda a culpa dos constantes aumentos está na política adotada pela PETROBRAS desde o Governo golpista de Michel Temer: a política de dolarização dos preços dos combustíveis.

É preciso adotar uma política nacional para a PETROBRAS. A estatal, hoje, agrada aos acionistas estrangeiros, que representam apenas 24% do capital da estatal. É bom destacar que 64,21% das ações da PETROBRAS pertencem ao Governo Federal. Essa estatal é nossa e precisa de uma política nacional não dolarizada.

Bolsonaro tem que deixar de mentir para o povo brasileiro!

Sr. Presidente, solicito que estes dois pronunciamentos sejam publicados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 41/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 03/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caráter demagógico do discurso do PT e da Esquerda, contrário à proposta do Governo Jair Bolsonaro de recriação do auxílio emergencial no valor de 250 reais. Prática de corrupção pelos governos petistas. Empenho do Presidente da República na redução dos preços de combustíveis.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão.

Está sendo debatido muito hoje aqui no plenário o auxílio emergencial. É muita demagogia barata! É pouco 250 reais, quatro parcelas totalizam mil reais, depois de bilhões que o Governo já concedeu ao povo brasileiro?

É interessante destacar que o auxílio não é uma aposentadoria. É muito fácil chegar um demagogo de esquerda e dizer que 250 reais é pouco. Por que não pedem mil reais, 2 mil reais?

Faço uma demagogia maior! Existe um teto de gasto, e quem é pobre e quem passa por dificuldade também entende isso.

O PT, partido que mais roubou o Brasil em toda a sua história, vem agora pedir pelos pobres! Pobre é quem não tem escola! Pobre é quem não tem trabalho! Pobre é quem foi roubado pelo PT do mensalão, do petrolão, foi roubado com obras superfaturadas! Está aí o Brasil com pobre, e por quê? Pelo roubo? Ou esqueceram que o Presidente Lula, o ex-futuro presidiário Lula, esteve preso por corrupção? Esqueceram o afastamento de Dilma?

E agora essas pessoas vêm aqui criticar, com demagogia altamente barata, dizendo que o Presidente não quer ajudar a população? O Presidente dá 50 bilhões por mês para o auxílio emergencial! E aí essas pessoas - eu não estou generalizando -, que eram e pertencem ao partido que mais roubou o País, vêm aqui criticar?

Estão morrendo pessoas, milhares, por causa do coronavírus. Quantas pessoas morreram de fome por causa do roubo do PT? Quantas pessoas morreram por não terem educação e não poderem ir para a frente no trabalho? Chega de demagogia barata! Vocês não vão chegar a lugar algum.

O Governo do Bolsonaro quer o melhor para o País. Está subindo o preço da gasolina no mundo todo. O que fez o Presidente? Ontem zerou os impostos federais e está fazendo mudanças na Direção da PETROBRAS. Para quê? Para baixar o custo. Queremos o melhor para o Brasil.

Agora, é muita falta de maturidade de quem está em partido que roubou o Brasil como nunca vir dizer que 250 reais é pouco. É pouco para quem não tem noção de respeito ao seu país, para que não tem noção de respeito ao povo pobre. Esse, sim, só sabe ser demagogo.

Nós estamos aqui, com sangue verde e amarelo na veia, para defender um Brasil digno e justo para todos, sem demagogia. Vamos vencer e fazer o Brasil retornar à posição que lhe é devida.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 42/1.178

8.2021.B-Sessão Outro Evento-02/03/2021-16:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à decretação de lockdown pelos Estados brasileiros, como medida de contenção do avanço do coronavírus. Defesa de fortalecimento do sistema imunológico e de tratamento precoce da doença viral. Posicionamento do orador contrário ao uso de máscaras, ao isolamento social, ao distanciamento e à vacinação para enfrentamento da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, querem embretar o cidadão.

Lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, uma expressão campeira designa o local onde o gado é colocado para ser marcado, examinado, vacinado. É também local de contenção e mobilização de animais. Chama-se brete. A impressão que tenho é de que as nossas autoridades estão transformando o Brasil num imenso brete, porque exigem que o cidadão fique paralisado até que seja vacinado, e o vírus vá embora.

Com essa analogia, eu me contraponho à orientação que está sendo dada pelos nossos Governadores, a de fechar tudo e isolar as pessoas, em vez de orientarem a prevenção, o fortalecimento do sistema imunológico e o tratamento precoce da COVID-19. Eu sou especialista em saúde pública e meio ambiente.

Estamos vivendo a crise da verdade. De um lado, a ciência, com a sua verdade, defende o *lockdown*, o uso contínuo de máscara, o isolamento, o distanciamento, o "fecha tudo", o paracetamol para tratamento e a vacina como condição *sine qua non*, como solução. Mas cadê a vacina? De outro lado, quem não concorda totalmente apresenta alternativas, defende a prevenção, o tratamento precoce. Eu defendo o tratamento precoce. Quem faz isso é tachado de negacionista, uma estratégia rasteira para desconstituir a imagem das pessoas e para fazer valer a "verdade científica" - entre aspas.

Negacionismo é deixar de recomendar um tratamento que pode evitar internações hospitalares e morte. Isso é negacionismo. Negacionismo é cruzar os braços e esperar a vacina, que não tem data para ser aplicada em todos e cuja eficácia ainda é desconhecida.

Negacionismo é ficar calado enquanto pessoas morrem em UTIs, que estão abarrotadas em todo o Brasil.

Desde agosto do ano passado bato nesta tecla todos os dias: tratamento precoce, pelo amor de Deus, como forma de melhorar as chances de cura da doença e evitar as mortes! Desde lá estive com Prefeitos e com o Governador do meu Estado, com o Ministro da Saúde, com o Presidente da República, com o propósito de alertar sobre a importância da recomendação do tratamento precoce. Muitas cidades brasileiras têm adotado esse sistema, um sucesso nos hospitais privados. A rede hospitalar privada de saúde já vem ministrando o chamado "*kit* COVID" para o tratamento da doença.

Peço que me conceda o tempo de Líder, Sr. Presidente, pela bancada do PL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - O tempo de Líder só é concedido na Ordem do Dia, após os Breves Comunicados.

Eu peço que conclua, porque nós já vamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu concluo, então.

Sr. Presidente, eu concluo dizendo que, infelizmente, nós vivemos hoje o brete, porque as pessoas não admitem que existem outras possibilidades, além da vacina. Há a possibilidade do remédio. Dar paracetamol ou dipirona, mandar para casa e dizer "*vá para casa morrer ou espere ser entubado*", para 70% irem para o cemitério?

Isto é negacionismo: não admitir que existe tratamento precoce no Brasil. É só ler! Vocês têm que ler, têm que ler! Não leem e dizem que não há tratamento precoce!

Documento 43/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 41-REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como

à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me manifestar favorável ao PL do Senado, do Senador mineiro Rodrigo Pacheco.

Fico muito feliz porque, no final de dezembro e início de janeiro, apresentei o Projeto de Lei nº 244, de 2021, em que proponho que a União deve indenizar os Municípios e Estados que adquirirem vacinas. De fato, é uma vergonha para o nosso País a omissão do Governo Federal. Naquele momento, é evidente, os Municípios, em especial os de Minas Gerais - e isto deve ter acontecido no Brasil todo -, começaram a estabelecer acordos com o Instituto Butantan para a compra de vacinas.

O Brasil construiu, em 1973, Deputado Rogério Correia, o Plano Nacional de Imunizações, que compreendemos que é tarefa da política nacional do Ministério da Saúde. Ou seja, é uma tarefa federativa, em cooperação, de maneira harmoniosa, mas de fato é obrigação da União. Temos que reconhecer que a União não tem exercido o seu papel de liderança, de coordenação. Pelo contrário. A União tem atrapalhado, e muito, o País nas políticas e nos acordos comerciais, porque estamos sendo governados por um governo negacionista, o de Jair Bolsonaro, que não acredita nas vacinas e faz campanha contra as vacinas. Precisamos dar uma resposta. O Parlamento brasileiro precisa dar uma resposta. É bom dizer que o Governo Federal vetou as alterações na Medida Provisória nº 1.003, na qual parte desta proposição legislativa do Senado e parte da minha proposição também já estavam contempladas. Ele fez questão de vetar a chamada "MP da Vida". Cabe a este Parlamento dar uma resposta à sociedade brasileira.

Acredito que o projeto que foi aprovado no Senado, que chega a esta Casa, é equilibrado. Ele permite a aquisição e contratos comerciais a Estados e Municípios, desde que eles sejam transferidos para o Ministério da Saúde, para que o Ministério possa fazer a distribuição, mas também garante - e isto é fundamental - a indenização por parte da União. É bom lembrar que, de maneira lamentável e irresponsável, o Governo Federal não está garantindo a sustentabilidade, o custeio dos leitos que foram abertos em 2020 para o enfrentamento da COVID-19, sejam enfermarias, sejam leitos de UTI.

Portanto, temos a responsabilidade de garantir a sustentabilidade, o repasse financeiro na crise que estamos vivendo, uma crise econômica, sanitária e social - diversas crises. Quando há uma paralisação temporária da economia, do fluxo de geração de riqueza em um país, no nosso modelo federativo, é de responsabilidade da União, é da competência da União emitir títulos da dívida pública, para colocar a Casa da Moeda para rodar, para garantir o fluxo de riqueza na sociedade. Cabe à União esse papel. Esse é o nosso modelo federativo. Se os Municípios e os Estados pudessem emitir títulos da dívida

pública, se tivessem Casa da Moeda estadualizada, talvez não fosse compromisso da União, mas é da responsabilidade da União. Então, estamos aqui exigindo que a União assuma a sua responsabilidade. O País não aguenta mais o tamanho da irresponsabilidade deste Governo, de quem está na Presidência da República.

Quero me manifestar favorável à matéria, dizer que é extremamente importante. Acho que vamos ter que correr atrás de um grande prejuízo, irreparável, quero aqui destacar, porque já perdemos vidas, e a responsabilidade por essas vidas deve recair sobre o Presidente da República.

Eu acho difícil, agora, os Estados e os Municípios conseguirem fazer os acordos comerciais para que as vacinas cheguem para o nosso povo. Diversos outros países já fizeram as compras governamentais, e o Governo Jair Bolsonaro, no momento em que poderia ter garantido essas compras, não o fez. Não é mesmo, Deputado Rogério Correia? Ele negou o acordo com a Pfizer, de 70 milhões, em agosto, ele não ajuda o Consórcio Nordeste, por perseguição ideológica, com 50 milhões de doses da Sputnik V. Pelo contrário. A ANVISA, a nossa agência, não a regulamentou até agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Reginaldo Lopes, muito obrigado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Vou concluir, Sr. Presidente.

No consórcio da OMS, ele fez a opção por 10%, a menor participação que o Brasil poderia ter comprado do consórcio.

Então, quero encaminhar favoravelmente à matéria.

Documento 44/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:16

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 42-GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, na vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Incoerência do posicionamento da Oposição, favorável ao fechamento das atividades comerciais e à retomada do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente, encaminha favoravelmente.

Eu acho importantíssimo que todos os Estados e Municípios tenham acesso à vacina e possam adquiri-la, mas quero dizer que hoje de manhã conversei com o Secretário Especial do Ministro Eduardo Pazuello, e ele garantiu que, até julho, toda a população brasileira estará vacinada. Nenhum país vacinou mais do que o Brasil, proporcionalmente. Um país do tamanho do Brasil ser comparado com Israel, com a Grã-Bretanha? Não é comparável. O Brasil distribuiu 20 milhões de doses de vacina - já foram entregues para a população brasileira. A partir de agora, 800 mil doses de vacina serão distribuídas, por dia, no Brasil. No dia 8 de abril serão comprados 15 milhões de doses de vacinas.

O que a Oposição quer mais? O Presidente da República está agindo corretamente, o Ministro Pazuello está agindo corretamente.

Negacionistas são aqueles que querem fechar tudo e aprovar o auxílio emergencial, que querem fechar o comércio e matar as pessoas, do jeito que estão fazendo hoje. Depois vêm aqui defender auxílio emergencial. Isto é ser negacionista: fechar tudo e depois arrumar auxílio emergencial.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 45/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:16

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 43-DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Congratulações à Presidência pela anunciada retomada do auxílio emergencial.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha "sim". É fundamental esta decisão, Sr. Presidente, de possibilitar a Estados e Municípios adquirirem a vacina, pois a vacina é a nossa esperança no combate efetivo à pandemia.

Sr. Presidente, eu também quero elogiar a sua posição. V.Exa. postou na rede duas notícias magníficas: sobre o auxílio emergencial, para socorrer as pessoas pobres do nosso País, os carentes; e sobre os 140 milhões de doses de vacina até o mês de maio. Portanto, o Governo está fazendo a sua parte, e a Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, através da sua liderança, dá uma contribuição efetiva para combater a pandemia, sobretudo para promover a retomada econômica do nosso País.

Parabéns, Sr. Presidente!

Documento 46/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 43-KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Indignação com o veto presidencial ao prazo acordado para a liberação emergencial de vacinas.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas orienta "sim", lamentando que o Presidente da República tenha vetado o prazo de 5 dias para a liberação emergencial de vacinas. É realmente vergonhoso que a União falte à população brasileira, que o Presidente da República, na sua omissão, vete a liberação de vacinas que já foram aprovadas por agências reguladoras respeitadas ao redor do mundo e, mais do que isso, ainda busque vedar a atuação dos Estados. Veja: nós aprovamos neste Parlamento a possibilidade de os Estados adquirirem e adotarem medidas necessárias para imunizar a população, em caso de omissão do Ministério da Saúde. Esse trecho foi vetado pelo Presidente da República. Ou seja, ele não só quer socializar a sua incompetência, como também quer punir os Estados e Municípios, caso haja omissão do Ministério da Saúde.

Então, venho lamentar isso, Sr. Presidente, e pedir o voto dos colegas para a derrubada desse veto.

Documento 47/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:20



Publ.: DCD - 03/03/2021 - 44-AFONSO MOTTA-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Perplexidade ante a tensão gerada pelo Governo Federal na execução do cronograma de vacinação.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar favorável à urgência, mas não podemos deixar de registrar a nossa perplexidade com esse tensionamento criado, principalmente, pelo Executivo na ordenação do processo todo, na utilização do cronograma das vacinas, porque determina um veto prejudicial, totalmente prejudicial dentro do contexto, porque não distingue... porque aqui nós estamos tratando de responsabilidade civil e estamos tratando da capacidade do setor privado, de pessoas jurídicas de direito privado, de fazer a distribuição. Do jeito que vai, a sociedade não vai conseguir compreender o que nós estamos aprovando no Parlamento, o que o Governo está vetando, o que realmente está acontecendo. Isso é o samba do crioulo doido!

Então, nós vamos votar a favor da urgência, mas com essa necessidade de explicitação dos fatos e do cumprimento de nossa parte, das nossas responsabilidades.

Documento 48/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 45-ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Pedido de abertura da CPI da Cloroquina.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Já está lá a orientação, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - O Deputado Reginaldo não tinha orientado, só fez a defesa.

Eu queria rapidamente dizer que nós também votamos a favor da urgência. O projeto é muito importante. O Senador Rodrigo Pacheco tem os nossos parabéns pela apresentação do projeto. A urgência aqui se faz necessária.

Agora, sim, nós do Congresso Nacional precisamos dar o exemplo e ir atrás da vacina. Infelizmente, essa não foi a prática presidencial e do Governo nos últimos tempos. Correu-se muito atrás da cloroquina. Eu inclusive tenho um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar por que tantos comprimidos de cloroquina foram fabricados, sem que nada cientificamente comprovasse a eficácia. E a vacina ficou para trás.

Agora é necessário que coloquemos como prioridade obter essas vacinas. O projeto tem essa prioridade da compra de vacinas, para que Estados e Municípios possam adquirir. É uma pena o Presidente ter também vetado parte de um projeto que aprovamos aqui.

Então, somos a favor da urgência.

Documento 49/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 45-FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Protesto contra a aposição de vetos presidenciais à aquisição de imunizantes pelos Estados e Municípios, e a mecanismos de transparência na aquisição de vacinas. Repúdio aos discursos obscurantistas, proferidos por Deputados do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Sr. Presidente. Obviamente, esta matéria é muito importante. Nós precisamos acelerar a vacinação e conceder ou garantir

a Governadores e Governadoras, a Prefeitos e Prefeitas que possam adquirir a vacina.

Agora, é lamentável que estejamos votando este Projeto 534, a admissibilidade e depois o mérito, no mesmo dia em que o Governo Bolsonaro veta a possibilidade de Prefeitos e Governadores comprarem a vacina, veta mecanismos de transparência, veta o prazo de 5 dias para a ANVISA liberar as vacinas que tenham sido liberadas por outras agências estrangeiras - isso no País que vive o pior momento da pandemia.

Eu sou do Rio Grande do Sul e me espantam algumas falas dos colegas gaúchos, porque nós estamos vivendo o pior momento da pandemia, com todas as cidades em bandeira preta, com 185 mortos nas últimas 24 horas. O Hospital Moinhos de Vento, um hospital privado, está comprando contêiner para botar cadáver, e há colegas fazendo discurso obscurantista. Basta de genocídio! É preciso salvar a vida das pessoas.

O voto do PSOL é "sim".

Documento 50/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 46-OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Natureza falaciosa da narrativa da Esquerda, a respeito do veto presidencial à aquisição de vacinas pelos Estados e Municípios.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha "sim".

Agora, é muito importante compreendermos que a narrativa da Esquerda é falaciosa. O que o Presidente Bolsonaro vetou foi a possibilidade de um endividamento do Estado ser arcado pela União. Com o atual projeto, não. Cada Governador, cada Prefeito poderá comprar e arcar com a sua responsabilidade e com a sua responsabilidade civil. Portanto, agora vamos ver até quando dura esse teatro. Não há vacina no mundo! Se alguém achar vacina, compre e pague, porque não é o Governo Federal que vai arcar com isso.

Documento 51/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 46-RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Descaracterização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19, aprovada pela Câmara dos Deputados. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero dizer, para ficar claro, o que o Presidente vetou na lei de vacinas.

Ele vetou a obrigação de o Ministério da Saúde comprar e distribuir vacinas registradas e autorizadas; vetou a autorização para que Estados, Municípios e o Distrito Federal adotassem medidas para a imunização da população; vetou a inclusão das vacinas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19; vetou dispositivos relacionados ao Plano Nacional da Vacinação que estabeleçam critérios para a distribuição de vacina; vetou medidas que permitiam agilizar o registro temporário pela ANVISA em procedimentos, acelerando esse processo de aquisição de vacinas; vetou a obrigação do Ministério da Saúde de divulgar periodicamente dados sobre aquisição, custos, estoque e distribuição de vacinas.

Sr. Presidente, o Presidente desmontou a lei que o Congresso Nacional aprovou. Contudo, na matéria que chega agora, o PCdoB encaminha o voto "sim", para que possamos discutir e aprovar de novo o que o Presidente acaba de vetar.

Documento 52/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 47-JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Repúdio ao veto do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas pelos Estados e Municípios.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria encaminha o voto "sim" à urgência, por considerar que é mais um gesto do Congresso Nacional, desta Câmara, de ajudar o País.

Vacinar, vacinar, vacinar, é isso o que o Governo Federal deveria estar fazendo, porque não o está aos olhos da população brasileira. Qualquer cidadão vê o que está acontecendo no mundo e no Brasil, e percebe que até agora nós só vacinamos 3,5% da população brasileira porque o Governo Federal, o Governo do Presidente Bolsonaro, foi negligente, omissivo e não fez qualquer planejamento para a compra de vacinas.

E o que é pior: vetou a lei que nós aprovamos. Ela garantiria aos Governadores, como disse o Deputado Renildo, a compra de vacinas, se assim o desejassem. É mais uma ação do Congresso Nacional frente à omissão criminosa de um Governo que não tem ou tem pouco apreço por vidas humanas.

Presidente, o nosso voto, portanto, é "sim" à urgência.

Documento 53/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 49-ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 1990, com vista à realização do teste do pezinho ampliado. Defesa de retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial. Não execução, pelo Governo Federal, de recursos destinados ao combate à Covid-19. Baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, penso que ampliar o teste do pezinho e possibilitar o diagnóstico precoce de



uma série de patologias é absolutamente fundamental para que se assegure um tratamento e a recuperação da saúde das nossas crianças, dos nossos meninos e meninas.

Portanto, nós somos favoráveis a essa urgência, mas também somos favoráveis a muitas outras urgências, como a do auxílio emergencial. É importante que o Brasil possa oferecer um auxílio para as pessoas que não têm renda alguma, porque milhões de brasileiros e brasileiras estão sem nenhuma renda. Já são 2 meses sem nenhum tipo de ajuda, sem o auxílio emergencial para grande parte ou parte substancial da população brasileira.

E o Governo age de forma extremamente traiçoeira e covarde - repito, traiçoeira e covarde -, como tem sido a característica dele. Aliás, o arbítrio sempre é algo central. E o arbítrio, bem como as psicopatias, sempre são imunes a qualquer empatia. É impossível conviver com o que nós estamos vendo no Brasil e não haver a tentativa de se vacinar em massa, de se produzir o auxílio emergencial, de se trazer para a centralidade do Estado as agendas que são fundamentais para o povo brasileiro.

Dizia um Senador estadunidense algum tempo atrás que todos têm direito à própria opinião, mas não aos próprios fatos. Ninguém tem o direito de inventar uma realidade. E se inventa a realidade! O negacionismo que o Governo efetiva não é pontual ou circunstancial; é um negacionismo estrutural, que nega a realidade.

Em 2020, por volta de 80 milhões de reais deixaram de ser usados no combate à COVID, seja em medidas sanitárias, seja em medidas de auxílio para que as pessoas possam sobreviver. O Governo está descredenciando leitos de UTI, e os Estados estão reclamando disso. O Governo destina ainda repasses obrigatórios, como se fossem contribuição da União, para Estados e Municípios enfrentarem a COVID - repasses obrigatórios da União!

Chega de mentira! A mentira, quando provoca a morte, como tem provocado, é extremamente criminosa. Já há países que vacinaram 40% da população, 30% da população, e o Brasil, 3%! Quase 1 mês e meio do início do processo de vacinação e caminhamos para isto: 3% da população vacinada! E se diz que o Governo está atendendo à altura as demandas da população. Ao olharmos os outros índices, veremos que das trintas moedas mais importantes do mundo a que mais perdeu valor foi o real - 22%! Este foi o ano em que mais perdemos investimentos externos, internacionais. Nos últimos 15 anos, nós perdemos 1,83 bilhões de dólares de investimentos.

Portanto, nós vivemos um caos, uma crueldade com o povo brasileiro. Estamos caminhando para 260 mil mortes no País. Isso significa por volta de 10% das mortes do mundo inteiro, mas no Brasil representa, em brasileiros e brasileiras, 2,8% da população.



Então, não me venham naturalizar as mortes evitáveis, ou insistir com a cloroquina, porque isso mata, ou repetir o discurso do Presidente e colocar em dúvida a utilização de máscaras.

O Brasil precisa de vida. E o Governo veta, como vetou, e dilacera a medida provisória que esta Câmara aprovou para que o povo tivesse vacina. É isso. Ele dilacera a medida provisória.

Por isso, nós somos favoráveis à urgência e à ampliação do teste do pezinho; somos favoráveis à urgência do auxílio emergencial sem condicionantes, sem granada no bolso, sem estouro de boiada; e somos favoráveis à vacina. Vacina já!

Documento 54/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 55-IGOR TIMO-PODE -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Na oportunidade, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu falo da importância do projeto que será relatado agora.

O Projeto de Lei nº 534, de 2021, é de iniciativa do Senador mineiro, meu amigo, Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco. Ele visa ajudar na solução do grande problema de vacinação no País.

O projeto facilita a compra de vacinas contra a COVID-19 por pessoas jurídicas e de direito privado. Ele também permite que Estados, Municípios e o Distrito Federal façam a aquisição. A medida abre caminho para a aquisição de vacinas por Governadores e Prefeitos.

O Brasil e o mundo estão passando por uma crise jamais vivida. Somente com a vacinação em massa voltaremos a crescer. Apenas com a vacinação haverá de volta uma luz no fim do túnel. Assim, parabênizo o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pela iniciativa de apresentação do PL 534/21. Clamo a esta Casa ajuda ao Brasil para que, juntos, possamos salvar muitas vidas.



Chega de COVID! Vacina, sim! Vacina já!

Sr. Presidente, nosso parecer é ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a COVID-19 e sobre a aquisição e a distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O autor do projeto é o Senado Federal, na pessoa do Presidente Rodrigo Pacheco, do DEM de Minas Gerais, e o Relator nesta Casa sou eu, Deputado Igor Timo, do Podemos de Minas Gerais.

Passa-se ao relatório.

"I. Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 534, de 2021, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, mediante o qual se busca permitir a compra de vacinas contra a COVID-19 por entidades privadas, bem como autorizar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a adquirir vacinas e assumir os riscos referentes à responsabilidade civil decorrente de eventuais efeitos adversos oriundos da aplicação, desde que a vacina tenha o respectivo registro ou a autorização temporária de uso emergencial aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Nos termos do art. 1º e correspondentes parágrafos do projeto, os entes da Federação poderão constituir garantias ou contratar seguro privado para a cobertura dos riscos decorrentes de eventual sinistro. A aquisição das vacinas deverá ser realizada pela União, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fazê-la em caráter suplementar, com recursos federais, ou, excepcionalmente, com recursos próprios, no caso de descumprimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, ou na hipótese de que este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença.

Conforme o *caput* do art. 2º, pessoas jurídicas de direito privado poderão adquirir diretamente vacinas contra a COVID-19, desde que sejam integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde - SUS. O § 1º do dispositivo estabelece que, após o término da imunização dos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, as pessoas jurídicas de direito privado poderão adquirir, distribuir e administrar vacinas, desde que pelo menos 50% (cinquenta por cento) das doses sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS e as demais sejam utilizadas de forma gratuita. As entidades privadas ainda deverão aplicar as vacinas em sala própria e autorizada pelo serviço de vigilância sanitária local, bem como deverão fornecer ao Ministério da Saúde informações relativas à aquisição, doação e aplicação das vacinas.

Segundo o art. 3º, o Poder Executivo federal poderá instituir procedimento administrativo próprio para a avaliação de demandas relacionadas a eventos adversos pós-vacinação.

E, finalmente, o art. 4º estabelece que os efeitos da lei retroagem à data de declaração de emergência em saúde pública de importância nacional.

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD), bem como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação do Plenário.

É o relatório."

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao nosso Relator.

Há um destaque para supressão do § 4º. Nós estamos falando do art. 1º, § 4º, que diz que *"a aquisição de vacinas de que trata o caput será feita pela União, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fazê-la em caráter suplementar, com recursos federais, ou, excepcionalmente, com recursos próprios, no caso de descumprimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (...) ou na hipótese de que este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença.*

Bem, a cobertura imunológica tempestiva não vai acontecer, porque não temos capacidade de produção de vacinas. Então, já está autorizado pelo Supremo Tribunal Federal que Estados, Municípios e o Distrito Federal comprem a vacina. Agora, autorizar que eles a comprem com recursos federais é contabilmente inviável. Na há como um Município comprar vacina com recurso federal, porque ele não pode fazer esse empenho.

Então, nós estamos propondo a supressão, dado que já foi autorizado, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que Estados, Municípios e o Distrito Federal comprem vacinas a qualquer momento.

Se V.Exa. acatasse já esse apelo, nós evitaríamos a votação do destaque.

O SR. TIAGO DIMAS (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - Deixe-me só tirar uma dúvida, Presidente, inclusive porque estamos tratando, no âmbito orçamentário, das emendas sobre combate à COVID.

Esses recursos destinados, por exemplo, pelas bancadas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não vamos abrir a discussão agora. Perdoe-me, Deputado Tiago. O Relator está lendo o parecer dele. Depois, no encaminhamento, daremos a palavra aos Deputados.

O SR. TIAGO DIMAS (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO) - Eu só queria que fosse sanada essa dúvida, porque esse destaque não faria sentido, inviabilizaria as emendas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós temos cinco destaques num projeto como este para votar aqui hoje.

Passe ao voto, por favor, Relator.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG) - Sim, Sr. Presidente.

"II - Voto do Relator

A pandemia de COVID-19 traz, diariamente, grandes desafios à humanidade. Os sistemas de saúde de vários países do mundo enfrentam situações de calamidade à medida que o vírus se alastra, com sua alta taxa de transmissão. No Brasil, a situação tem sido alarmante, com os serviços de saúde de vários Municípios em colapso, sem a capacidade de acolher toda a demanda gerada pelas pessoas infectadas pelo SARS-COV-2.

Nesse contexto de guerra, a imunização da população pode ser considerada a alternativa mais eficaz no combate ao vírus.

Saliente-se que ainda não existe medicamento específico contra o patógeno, que impeça sua replicação ou que cause sua morte, algo que aumenta ainda mais a importância da vacinação em massa para a contenção da transmissão.

A proposição ora em análise tem o objetivo de ampliar as possibilidades de acesso aos imunizantes, com a participação de todos os entes federados e com a contribuição solidária das pessoas jurídicas de direito privado que queiram participar da campanha de vacinação contra a COVID-19. Ao permitir que União, Estados, Municípios e o Distrito Federal assumam a responsabilidade pelos danos que porventura possam ser causados pelas vacinas, o que constitui uma das exigências dos laboratórios produtores dessas formulações, poderá ocorrer uma ampliação nos possíveis fornecedores desses produtos. Com isso, maior número de doses de imunizantes poderá ser adquirido em um tempo menor, ampliando-se a velocidade do processo de vacinação.

Diante da gravidade da situação de pandemia causada pela disseminação do coronavírus em território nacional, o presente projeto se mostra meritório, o que nos leva a recomendar sua aprovação.

Ante o exposto, no âmbito das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 534, de 2021.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 534, de 2021.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 534, de 2021."

Esse é o nosso voto, Presidente. Votamos para que o projeto seja aprovado com a maior brevidade possível, haja vista que essa é a esperança da população brasileira.

Juntos pelo Brasil!

Deixo um grande abraço ao autor, o meu amigo Senador Rodrigo Pacheco.

Documento 55/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 59-BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Inconsistência do discurso da Esquerda sobre o baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Empenho do Presidente Jair Bolsonaro na execução do cronograma de compra de imunizantes.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, satisfação!

Sou amplamente favorável. A vacina deve ser acessada de todas as maneiras, por empresas, Governadores, Prefeitos. Queremos vacina para todos. Só que existem Parlamentares que pensam que vacina é como Toddy ou Nescau. Vacina não é instantânea. Vacina surgiu neste ano. Ela não está em todos os locais. Existe uma logística.

É muito fácil chegar aqui e dizer que o Governo não está vacinando, que está faltando empenho. Há 2 ou 3 dias, a própria OMS disse que o Brasil é o sexto

país que mais vacina no mundo, e Parlamentares vêm dizer que o Brasil está atrasado na vacinação, que existe país que já vacinou 40% da sua população. Não dizem sequer o nome do país, porque essa é uma inverdade. Aliás, parte da Esquerda é mitômana, mente compulsivamente e acredita na sua mentira. Tentam de todas as maneiras menosprezar o empenho do Governo Federal, que é o sexto país do mundo em vacinação hoje.

Há pouco, recebi do nosso Líder, o Deputado Vitor Hugo, o cronograma de compras de vacinas pelo Governo Federal. Todas as vacinas disponíveis, o Governo Federal já está organizado com um cronograma para comprá-las. Estamos fazendo tudo num tempo razoável, lógico. Sabem que o Japão, país do Primeiro Mundo, começou a vacinar depois do Brasil? Qual é a situação da Argentina, do Uruguai, nossos irmãos?

Então, não vale, não soma esse tipo de ódio. Aproveitam-se do momento difícil por que passamos nós, brasileiros. Pensem nos irmãos que passam por dificuldades. A mim diariamente me pedem acesso a hospitais, UTIs, por causa do coronavírus. E vêm pessoas, Parlamentares, os famosos urubus de plantão, contra tudo e a favor de nada, querendo disseminar uma onda, a de que o Governo não quer o melhor. No mundo, qual é o Governo que não quer saúde para a sua população? Eu, com muito orgulho, lembro que o Brasil está entre os dez países - é o sexto - que mais vacinam no mundo. O cronograma de compras que recebi há pouco demonstra todo o empenho do Governo. Qual é o Governo que não vai querer o melhor para sua população?

Eu vou requerer ao nobre Presidente que coloque um detector de mentiras nesta Casa, porque, assim, a Oposição contra tudo e a favor de nada praticamente não falará mais nesta Casa.

Queremos seriedade, honra e verdade! Vacina sempre, adquirida por Prefeito, por Governador ou por empresa. Vacina, para o bem de todo o povo brasileiro!

Saúde, Presidente!

Documento 56/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 59-PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Anúncio de apresentação pelo partido Novo de emendas à proposição com vista à distribuição gratuita, pela iniciativa privada, de vacinas ao povo brasileiro.



O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fui um dos que fiz o debate sobre este projeto de lei, inclusive no Senado. Acompanhei a discussão. Havia uma preocupação quanto ao setor privado adquirir vacinas e distribuí-las de forma direta e aleatória. O projeto avançou no sentido de que essas vacinas, se a iniciativa privada puder adquiri-las, sejam destinadas integralmente ao Sistema Único de Saúde e de que a distribuição se dê pelos critérios das autoridades sanitárias. Dessa forma, a partir dessa construção, nós então nos posicionamos favoravelmente ao projeto.

Agora, preocupa-nos que o Partido Novo anuncie que apresentará emendas para que a iniciativa privada, depois de um período da vacinação, possa fazer uma distribuição de 50% gratuitamente. Mas, enquanto estiver em andamento a campanha de vacinação para todos os brasileiros, as empresas privadas não podem fazer isso. Só faltava isto, termos que votar aqui um destaque para que a iniciativa privada possa comprar suas vacinas para vacinar os ricos, a elite brasileira, e o povo ficará na fila, aguardando as vacinas oferecidas pelo poder público.

Nós queremos deixar clara a nossa posição. A vacinação tem que ser feita dentro dos critérios do Sistema Único de Saúde. Os Estados e os Municípios precisam distribuir as vacinas de forma justa, transparente e equitativa.

Só faltava votarmos hoje um projeto a favor do fura-fila, acolhendo posições dos setores da elite para que acessem a vacina sem considerarem os critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde.

Vacina já! Vacina já! Vacina já! E, junto com isso, restrições! Trata-se de radicalizar a restrição neste País, porque estamos numa tragédia, que, neste mês, aumentará.

O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, precisa agir com Governadores e Prefeitos, deve considerar Governadores e Prefeitos não como inimigos, mas sim como aliados no estabelecimento de uma paralisação nacional, na construção de uma articulação nacional a favor da vacina já e também, se for necessário - tenho convicção disto -, do *lockdown* nacional, nos Estados e nos Municípios. No nosso Estado de Santa Catarina, já há colapso. Estamos transferindo pacientes para outros Estados da Federação.

Documento 57/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 60-REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Continuidade do financiamento de pesquisas pelo Governo Federal.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nossa posição é favorável ao projeto. Ele está equilibrado. Dá permissão ao setor privado, mas estabelece que a metade tem que ser enviada ao Governo Federal e que o restante não poderá ser comercializado. É lógico que, lamentavelmente, cria um desequilíbrio no atendimento de parte da população, mas isso só poderá ser feito a partir do momento em que 50% da sociedade brasileira estiver imunizada.

Nós também queremos destacar que precisamos corrigir o § 4º, porque a intenção é garantir que os Estados e Municípios possam adquirir vacinas com recursos destinados ao combate à COVID, por exemplo. Municípios que não são operadores da média e da alta complexidade têm recursos em conta para serem utilizados para a compra de vacinas. Também queremos que aqueles Municípios maiores, se de fato o Governo Federal não cumprir o seu plano de imunização, assim como os Estados possam ser indenizados pela União, porque a responsabilidade é da União, é do Ministério da Saúde. Corrigir a redação desse dispositivo, portanto, é superimportante.

Também é fundamental que todas as vacinas que forem adquiridas por Estados e Municípios antes de atingida a meta de imunização de 50% do povo brasileiro sejam enviadas ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, ao Plano Nacional de Imunizações.

Por último, eu quero fazer um apelo: vamos aprovar este projeto, porque, de fato, o Governo tem demonstrado ser omissivo, irresponsável nas ações de enfrentamento da COVID. É lamentável. Estamos falando de salvar vidas, e, para salvar vidas, precisamos de vacinas, urgentemente, precisamos de um volume de vacinas que atenda o povo brasileiro. Nós vamos ter que correr do prejuízo, para recuperar as relações com as farmacêuticas, para garantir que as vacinas possam chegar ao Brasil.

Precisamos também que o Governo continue financiando as pesquisas.

Em Minas Gerais, a Universidade Federal de Minas Gerais vai para a sua segunda etapa de testes clínicos, e precisa de aporte de recursos para garantir a fabricação e a aprovação da sua vacina. Em Minas, temos a FUNED, a Fundação Ezequiel Dias, em que está preparado o laboratório para fabricação de vacina que vai ajudar o Brasil a superar a COVID.

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Protesto contra a aposição de vetos presidenciais a relevantes dispositivos da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, sobre a autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário ao uso de máscaras e à imunização do povo brasileiro. Abertura da CPI do Coronavírus. Saturação de leitos hospitalares no Estado da Bahia.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito oportuna esta votação. Nós temos certeza de que temos uma tarefa única na história do nosso País. Estamos vivendo uma situação, e a história vai nos dizer de que lado ficamos. Eu não tenho nenhuma dúvida de que estamos do lado certo da história.

O Parlamento, hoje, é surpreendido por um veto do Presidente da República. Aliás, diga-se de passagem, é importante que notemos um detalhe. A minha vó dizia, Sr. Presidente, que não se tropeça em grandes pedras porque elas podem ser vistas, mas se encontram muitas coisas importantes nos detalhes da vida.

Vejam que o Presidente da República deixou para sancionar no último dia - na última hora, no último momento, eu diria - uma importante norma aprovada pela Câmara e pelo Senado. Ele agiu dessa maneira para demonstrar que não estava disposto a colaborar com o Poder Legislativo e com a população brasileira. E vetou normas importantes de uma MP que trazia, no seu bojo, condição de enfrentarmos melhor esta pandemia. Todo mundo sabe disso.

Além de todas essas medidas, o Presidente defendeu que não se use máscara, disse que não vai tomar vacina. Deixou de acompanhar Israel, e vejam a situação de Israel. Ele dizia que mirava Israel, mirava os Estados Unidos, mirava países da Europa. Todos esses países estão vacinando a população, estão preocupados com a vacinação, e nós ficamos para trás.

Ele só sancionou a lei no último momento, no apagar das luzes, e ainda vetou vários importantes artigos, que dizem respeito ao nosso dia a dia, ao dia a dia de quem está vivendo esta pandemia e sofrendo com ela. Parece-me que

aqueles que pregam o negacionismo não sofrem com a pandemia. Com certeza, a história para eles será outra e vai ser contada de outra forma.

Sr. Presidente, eu acho que já chegou a hora de pensarmos com clareza. Estou dizendo isso aqui sem nenhum sentimento partidário, sem nenhuma consideração de disputa ideológica, estou dizendo isso com a responsabilidade de cidadão e de membro do Parlamento. Nós precisamos avaliar neste momento, Sr. Presidente, a clara possibilidade de abrirmos, com toda a ênfase, o debate concreto sobre a CPI do Coronavírus, junto com o Senado e junto com a sociedade, para que possamos responder a esta situação.

Para mim, a gota d'água que vimos hoje em relação ao Presidente - por isso falei aquilo sobre detalhe - torna perceptível quanto já foi feito de errado por este Governo.

Sr. Presidente, hoje, no Clériston Andrade, que é o hospital geral regional que fica na minha cidade, Feira de Santana, o maior hospital geral do interior da Bahia, que atende a milhares de baianos, todos os leitos estão ocupados. No fim de semana, praticamente todos os leitos públicos e privados nas grandes cidades da Bahia, como Salvador e Feira de Santana, estavam ocupados. Só na nossa região, mais de 90 pessoas estão à espera de internamento. Na Bahia, em 3 dias, entre sexta-feira e domingo, 320 pessoas morreram. E a situação não está diferente de segunda-feira para cá.

O Presidente acha que tudo isso é nada e não respeita, inclusive, a dor que todos sofremos e as dificuldades econômicas que estamos também enfrentando no comércio, na indústria, na economia. Ele não fez nenhum aceno em prol de fomento, de estímulo para buscar uma compensação neste momento. Essa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 59/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 62-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro quanto à aquisição de imunizantes.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas Parlamentares.

Este projeto tem o meu apoio - ninguém pode deixar de apoiar um projeto que autoriza os Estados e os Municípios a comprarem vacinas -, mas ele é uma excrescência, Presidente Arthur Lira.

A pergunta que eu quero fazer, Deputado Enio Verri, Deputado Hugo Leal, que vejo aqui na tela, é a seguinte: quando, na história do Brasil, o Governo Federal deixou de garantir as vacinas necessárias para o povo brasileiro? Resposta: só agora, no Governo irresponsável de Bolsonaro.

O Brasil tem um plano nacional de imunização, que é um exemplo para o mundo. E sabem por que há esta confusão generalizada, que faz com que Estados e Municípios tenham que comprar vacinas? Porque o incompetente do Presidente da República não garantiu a compra de vacinas, o que deveria ter feito no tempo correto! É o Governo Federal que tem de comprar as vacinas para todos os brasileiros!

Há outra coisa, Presidente Arthur Lira. Esse artigo, mesmo que mitigado, que estabelece que depois da vacinação prioritária o setor privado poderá comprar vacinas e doar a metade das doses para o SUS, diz respeito a uma política de fura-fila. Isso diz respeito a uma política de fura-fila! Nós não podemos aceitar esse artigo. A pergunta é a seguinte: isso quer dizer que grandes bancos, como Itaú e Bradesco, poderão comprar 500 mil doses de vacinas, doar a metade delas para o SUS e usar a outra metade para privilegiar, numa outra fila, os seus funcionários?

É preciso que haja uma fila única de vacinação. Todos os brasileiros -- ricos, pobres, remediados, pessoas de esquerda, de direita, brancos, negros, pessoas de qualquer religião -- temos que pressionar um único ente, o Governo Federal.

O Presidente Bolsonaro tem que parar com o negacionismo, tem que comprar as vacinas, tem que autorizar a vacina da Pfizer, o que a ANVISA já fez. Tem que haver fila única, Deputada Lídice da Mata! Para a compra da vacina, a idade, os fatores de risco relacionados à saúde é que devem ser determinantes, jamais o poder econômico. Deve ser priorizada a pessoa que precise mais da vacina. É uma questão de solidariedade, de responsabilidade pública, de dignidade e de justiça a existência de fila única referente às vacinas e o oferecimento de vacina a todos.



Documento 60/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 63-FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Congratulações ao Presidente Arthur Lira, pelo convite aos Governadores para debate do avanço da epidemia de coronavírus no País. Sugestão ao Presidente da República de reunião com os Governadores, a exemplo do Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sou amplamente favorável à matéria. A vacinação é uma imposição de consciência, consciência ética, pragmática, é uma questão de sobrevivência. Sem uma vacinação ampla, de envergadura, de dimensão nacional, não teremos condições sequer de pensar em recuperação econômica.

Quero neste momento, Sr. Presidente, saudar V.Exa. pela iniciativa de convidar todos os Governadores para tratar da pandemia, para tratar dos temas urgentes relacionados à pandemia. Sei que a reunião, como bem disse V.Exa. em entrevista coletiva, aconteceu de forma respeitosa, republicana, produtiva, sem nenhuma alteração, sem nenhuma desinteligência.

Creio, com o máximo respeito, que o Chefe do Poder Executivo Federal deveria seguir o seu exemplo, Sr. Presidente, e convidar também os Governadores para uma reunião que não resultasse em confronto. As últimas reuniões - pelo menos foi isto que nos chegou pela imprensa - sempre resultaram em alguma alteração, em desinteligência, desentendimento, calça apertada de um lado, esquizofrenia política de outro.

Enquanto isso, o vírus vai ganhando terreno ao reproduzir-se, contaminando os corpos vulneráveis daqueles que, hoje, estão órfãos de uma política padronizada, de uma política uniformizada, de uma adoção conjunta e nacional de medidas estratégicas que visem dar mais eficácia à vacinação. De nada adianta, Sr. Presidente, que um Estado faça muitas restrições e que outro faça poucas, porque o vírus, evidentemente, não vai parar numa rodovia para pagar pedágio para poder entrar numa cidade, num Estado. Ele está ganhando terreno em decorrência da falta de coordenação central, de uma política uniforme que congregue, em regime cooperativo e colaborativo, as Unidades da Federação.

Por isso, louvo a iniciativa de V.Exa. Hoje, como em alguns outros dias, sinto-me representado por V.Exa., quando, falando pelos Deputados Federais com os Governadores, estabeleceu propostas e chegou a algumas soluções importantes para o combate à pandemia.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns ao Parlamento!

Documento 61/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 64-JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Presidente, encaminha contra o encerramento da discussão, porque é importante que a população brasileira tenha oportunidade de identificar o genocídio que está acontecendo em nosso País.

O Brasil, Presidente, tem o maior programa público de vacinação do mundo. Por ano, 300 milhões de doses são aplicadas. Temos duas das maiores instituições de pesquisa e de produção de vacinas: o Butantan e a FIOCRUZ. No Governo do Presidente Lula e no da Presidenta Dilma, investimentos gigantescos fizeram com que o Butantan e a FIOCRUZ crescessem ainda mais, incorporassem tecnologia. Temos hoje na FIOCRUZ a maior fábrica de medicamentos biológicos da América Latina.

É impossível que possamos aceitar a situação absurda em que o Brasil está vivendo hoje. Tínhamos tudo para estar na frente...

(Desligamento automático do microfone.)

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 65-GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Vinculação entre a morte de pacientes com Covid-19 e a recusa no tratamento precoce da doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sr. Presidente Arthur Lira, encaminha "sim".

Eu quero mais uma vez reafirmar que negacionismo é não dar tratamento ao paciente, é dar-lhe paracetamol e mandá-lo para casa. Ele ficará então esperando a intubação e, depois, a morte. Isso é genocídio! O genocídio que está acontecendo no Brasil é resultado de negar ao paciente tratamento precoce, mandar que fique em casa e depois lhe pagar auxílio emergencial. Isso é negacionismo. Isso significa não enfrentar a batalha e se esconder debaixo da cama!

Nós temos que ter coragem. O cidadão que enfrenta uma doença tem que melhorar a imunidade. É preciso melhorar a imunidade da população. É preciso distribuir vitamina D, vitamina C, melhorar a imunidade para que a população possa enfrentar esse vírus. Para evitá-lo mesmo, seria preciso usar roupa de astronauta, porque não há como evitar qualquer tipo de vírus.

Isto é ser negacionista, isto é ser genocida: negar esse tratamento e indicar somente a vacina.

O PL vota "sim".

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 65-EDUARDO CURY-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB, obviamente, vai apoiar este projeto, que é importantíssimo.

O Governo Federal, de forma inexplicável, não compra as vacinas, de qualquer marca, de qualquer fabricante. Nós temos que permitir que os Prefeitos e os Governadores façam isso de maneira urgente.

Este projeto vai ao cerne da questão, estabelece segurança jurídica para que as vacinas possam ser compradas.

Sr. Presidente, quero fazer um adendo. Eu estava fazendo uma emenda, próxima da boa intencionalidade do Relator, que permite o ressarcimento aos Estados e Municípios que comprarem as vacinas até, obviamente, o limite da ausência do Governo Federal na compra para a população. Para não prejudicar o trâmite deste projeto, já que, é claro, retornaria ao Senado, vou fazê-lo de forma apartada.

O PSDB orienta o voto "sim", para que possamos encerrar a discussão e votar o projeto.

Documento 64/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 66-DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha "sim" a esta proposta, que consideramos muito importante.

Nós já falamos aqui do número de vítimas da COVID-19 que o Brasil vem atingindo, e não há outro caminho que não pelo acesso à vacinação, para se garantir o retorno à normalidade. A participação dos Estados e dos Municípios é fundamental no esforço de vacinação, especialmente no que diz respeito à iniciativa privada.

O PSB já apresentou um destaque do Deputado Bira do Pindaré, um destaque muito importante, que prevê, depois dos grupos prioritários definidos pelo Plano Nacional de Operacionalização da Vacina, que orienta a destinação das vacinas aderidas pelos privados, a conclusão de toda a vacinação de quem pertence ao CadÚnico. Esta é uma forma de garantirmos atendimento prioritário à população mais vulnerável do País: nós vacinamos o grupo prioritário, depois o CadÚnico, e aí, sim, o privado pode dar destino às suas vacinas.

O PSB orienta o voto "sim".

Documento 65/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:36

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 67-GILSON MARQUES-NOVO -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, aproveito o espaço para dizer que a ideia de comprar vacinas através da rede privada foi mal compreendida. Na verdade, nós temos uma emenda que está pendente de apoio, e a ideia é fazer uma fila adicional. Como se encontra o art. 2º, a compra por meio do setor privado não tem incentivo algum, porque todas as vacinas vão para a fila única do SUS. O setor privado não vai comprar desta forma.

A ideia é incentivar o setor privado não só a comprar vacinas, tornando-o mais uma frente de vacinação para, assim, nós termos mais doses de vacinas disponíveis, mas também a doar à fila única do SUS a mesma quantidade do que compra. Portanto, não há prejuízo algum: não há fura-fila, e sim uma fila adicional.

Nós somos a favor de que se encerre a discussão, Sr. Presidente.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Necessidade de assunção, pelo Governo Federal, da responsabilidade pelo Plano Nacional de Imunizações.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria apenas chamar a atenção porque este projeto ainda precisa sofrer algumas modificações.

É inacreditável o pensamento do Governo! O Ministro da Saúde e o Presidente da República subvertem a lógica dos acontecimentos, desrespeitando o povo e o bom senso. Esta crise que envolve a vacina está acontecendo porque o Governo não tomou as medidas necessárias em tempo hábil. O Governo protela e, eu diria, até boicota a vacinação da população brasileira. Se o Governo Federal não o faz, o Estado e o Município têm que fazê-lo, para imunizar sua população.

O que prevê a medida defendida pelo Governo? Prevê que o Governo Federal não vai ressarcir os Estados e Municípios, como se existissem uma população federal, uma população estadual e uma população municipal. O que existe é o povo brasileiro! Ninguém mora na União. Todos moram na cidade, no Município.

É necessário, portanto, que o Governo assuma a responsabilidade pelo Plano Nacional de Imunizações. Estes recursos não pertencem ao Presidente! Trata-se de recursos do povo, recursos que devem ser usados para pagar a vacina.

O PCdoB encaminha o voto "sim".

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 03/03/2021 - 70-JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Boicote do Governo Federal ao processo de imunização.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é claro que nós precisamos agilizar este projeto, na medida em que os vetos apostos pelo Governo à Medida Provisória nº 1.003 expressaram um verdadeiro boicote ao processo de vacinação no Brasil, contra a posição do Congresso Nacional, o que é pior ainda, um enfrentamento à posição praticamente unânime desta Casa.

No entanto, nós precisamos aprimorar o texto, não só pelo que disse o Líder do Governo, quanto a negar os recursos federais, passando um verdadeiro torniquete no pescoço dos Governadores e dos Prefeitos, o que é inaceitável diante da necessidade de vacinação do povo brasileiro, como também pela criação de nichos de vacinados, contra uma maioria de não vacinados. Portanto, é necessário este debate, e os destaques vão permitir o aprofundamento do debate.

A minoria encaminha o voto "sim" ao encerramento da discussão.

Documento 68/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:44

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 70-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Defesa de retirada do § 1º, art. 2º, constante no texto da proposição.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a oposição encaminha o voto "sim" ao encerramento da discussão, mas destaca uma de suas preocupações.

No § 1º do art. 2º, Presidente Arthur Lira e colegas Parlamentares, está prevista uma possibilidade de se furar a fila. A universalidade do sistema de vacinação é que a ordem seja a prioridade dos pacientes com maior risco, ou seja, os mais idosos ou aqueles que têm comorbidades. Nós temos que vacinar o mais rápido possível toda a população brasileira, pelo menos aqueles que têm mais de 18 anos. Nós não podemos permitir que uma empresa compre, por exemplo, 50 mil vacinas, doe 25 mil vacinas para o SUS e, com as outras 25 mil, permita um fura-fila para seus funcionários, que podem ter menos riscos do que os idosos que estão na fila, mas que não têm vacinas. Assim, a fila tem que ser única.

Nós temos que tirar esse § 1º daí, Presidente!

Documento 69/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 71-IGOR TIMO-PODE -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 2 a 6, e 9, apresentadas ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. IGOR TIMO (PODE - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria, primeiro, de agradecer imensamente o apoio dado por esta Casa e, em especial, por todos os Parlamentares. Independentemente de questões ideológicas, há um consenso na Casa quanto à necessidade da vacinação de toda a nossa população.

Com relação ao questionamento feito em se tratando da vacina, não há nenhuma possibilidade de furar fila, haja vista que serão feitas doações para que, em 100%, os grupos de risco sejam vacinados prioritariamente e, num segundo momento, de 50% de toda a vacina que for adquirida, seguindo-se os critérios do Plano Nacional de Imunizações. Portanto, não há a menor possibilidade de se furar a fila.

I - Relatório.

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas cinco emendas de Plenário. Ressalto que a Emenda nº 1 não obteve o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara.

A Emenda nº 2 autoriza os diretórios nacionais dos partidos políticos a doar parte ou a integralidade dos recursos do fundo partidário para a aquisição de vacinas.

A Emenda nº 3 acrescenta a expressão "com registro definitivo concedido pela ANVISA".

A Emenda nº 4 acrescenta ao projeto de lei (...) para estabelecer que terá prioridade essencialmente a pessoa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o CADÚnico, cuja renda familiar mensal *per capita* seja de até meio salário mínimo.

A Emenda de nº 5, em seu art. 2º, determina que pessoas jurídicas de direito privado somente poderão administrar as vacinas após o término da imunização de 80% da população elegível para a vacinação contra a COVID-19.

II - Voto do Relator.

Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários e as discussões ocorridas no âmbito deste Plenário, conclui pela rejeição de todas as emendas apresentadas, de modo a preservar o texto proveniente do Senado Federal e a imprimir maior celeridade à tramitação da matéria, tendo em vista a urgência que o caso requer.

Acrescento que as emendas apresentadas poderão gerar controvérsias para este momento e que não contribuirão para a melhoria no texto, razão que reforça a recomendação pela rejeição de todas as emendas com apoio regimental.

Ante o exposto, no âmbito das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Seguridade Social e Família, somos pela rejeição de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário com apoio regimental.

Nós iremos acatar, Sr. Presidente, apenas uma emenda de redação que fará a correção do § 4º do art. 1º, onde se lê "com recursos federais", leia-se "com recursos oriundos da União".

Esta correção é de fundamental importância para permitir que os recursos, uma vez destinados ao Fundo Municipal de Saúde, possam propiciar a aquisição de vacinas.

Sr. Presidente, agradeço imensamente a oportunidade. Rogo a Deus que, com este novo projeto de lei aprovado, nós possamos, sim, vacinar nossa população e retomar nossa vida.

Que Deus continue nos iluminando nesta missão!

Salve a Câmara Federal!

Salve o povo brasileiro!

Um grande abraço.

Documento 70/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 73-JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas de Plenário de nºs 2 a 6, e 9, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil, ressalvados os destaques.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT concorda, e eu quero reiterar a posição do Relator em relação aos recursos da União. Foi uma boa lembrança, porque o Sistema Único de Saúde é financiado pelas três esferas de Governo, apesar de o Governo Bolsonaro já ter cortado 70% do financiamento de leitos de UTI para a assistência aos pacientes com a COVID, que é parte da sua estratégia genocida.

Nós precisamos deixar clara a necessidade de que os recursos sejam viabilizados, para que Estados e Municípios que queiram comprar vacinas contra a estratégia genocida do Governo Federal possam fazê-lo. E mais: o Programa Nacional de Imunizações - PNI prevê que a responsabilidade de financiar a aquisição de vacinas é do Governo Federal. Portanto, mesmo que os Estados e os Municípios tenham que fazê-lo contra o bloqueio do Governo Federal, nós temos que garantir que os recursos sejam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 71/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 73-GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas de Plenário de nºs 2 a 6, e 9, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil, ressalvados os destaques. Vacinação da população brasileira até julho de 2021, segundo informações do Ministério da Saúde.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, o PL vota "não", mas eu quero, mais uma vez, informar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Trata-se das emendas, Deputado. Nós estamos votando as emendas, e não o projeto.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Sr. Presidente, quero dar uma informação de hoje, do Ministério da Saúde, do assessor Airton Cascavel. O Ministério da Saúde informa que até julho toda a população brasileira estará vacinada.

No dia de hoje, foram liberados 2,5 milhões de vacinas para o Brasil, dos quais, 174 mil para o Rio Grande do Sul. No dia 8 de abril, serão comprados 20 milhões de vacinas da AstraZeneca. O Rio Grande do Sul está precisando de UTI, mas nenhuma UTI ficará sem cobertura do Ministério da Saúde. Isso é muito importante.

Documento 72/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:04

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, esta é a pauta que interessa para a população brasileira. A população quer se vacinar, quer voltar à normalidade e quer que os negócios voltem a existir no País. É importante que nós facilitemos não só a aquisição de vacinas pelo Governo Federal, mas também pelos outros entes da Federação. Os governos municipais, governos estaduais, todos devem priorizar a vacinação.

Importante é a medida do Congresso, e cabe agora a cobrança aos governos municipais, estaduais e ao Governo Federal para a compra de vacinas suficientes para a população brasileira.

Documento 73/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 78-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas de Plenário de nºs 2 a 6, e 9, com parecer contrário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil, ressalvados os destaques. Boicote ao processo de vacinação pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelas mesmas razões, Presidente, expressas pela Deputada Jandira, a Oposição libera a bancada, mas aproveita para lembrar, por exemplo, que o Chile, hoje, já tem 18% da sua população vacinada e que o Reino Unido já tem perto de 30% da população vacinada. Enquanto isso, nós temos apenas 3% porque, infelizmente, o Presidente Bolsonaro boicotou, de todas as formas, o processo de aquisição de vacinas. Ele não colocou o esforço que o Brasil

deveria ter colocado para, como nação, garantir a compra de vacinas para todos os brasileiros maiores de 18 anos. Em vez disso, criou esta verdadeira anarquia que virou o combate à pandemia do Brasil, por falta de uma coordenação nacional competente e dedicada.

Documento 74/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 86-RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Boicote do Governo Federal à aquisição de vacinas. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa atitude negacionista do Governo Federal, com medidas protelatórias - que, na prática, boicotam a compra das vacinas -, nos remete a um debate delicado, que é o de discutir, na escassez, quais são os grupos prioritários.

O Brasil poderia estar em uma situação bem melhor se, no tempo certo, tivesse tomado a iniciativa de comprar as vacinas, como outras Nações fizeram. Nesse debate delicado, nós votamos favoravelmente à emenda. Nós votamos "sim", Presidente.

Documento 75/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 86-JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso

no Brasil. Declaração de voto da oradora, favorável à aprovação da Emenda de Plenário nº 4.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta pandemia começou pelos aeroportos, mas se concentrou, no número de contaminados e de óbitos, nas periferias, nas populações mais pobres, onde nós sabemos que há um recorte racial também. É lá onde uma família inteira, muitas vezes, mora num único cômodo, onde o isolamento é mais difícil, aonde a testagem não chega e aonde a atenção de saúde também não chega.

Então, eu compreendo a intenção do Deputado Bira do Pindaré e acho que a emenda vai nesse sentido de dar prioridade onde a doença se concentrou e onde a pandemia se transmite com muito mais agilidade.

Portanto, individualmente, eu vou votar a favor, mas vou liberar a bancada, pela divergência entre os partidos da base da Minoria. Eu, pessoalmente, faço a defesa do conteúdo da emenda.

Documento 76/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 86-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Declaração de voto do orador, favorável à aprovação da Emenda de Plenário nº 4. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, da mesma forma, a Oposição vai liberar sua bancada, por ter posições diferentes. Eu também, pessoalmente, como a Deputada Jandira, vou votar a favor da emenda do Deputado Bira do Pindaré. Quero, no entanto, voltar a enfatizar o que é o centro do debate neste momento, no País. Todos esses debates que nós estamos fazendo - o Deputado Renildo Calheiros falou sobre isso muito bem há pouco - estão se dando porque há uma irresponsabilidade do Governo Federal, dirigido por Jair Bolsonaro, que gerou uma escassez absurda de vacinas no País. E isso faz com que se debatam

diversos critérios de prioridade. A prioridade deve, sim, ser exclusivamente sanitária e por risco de adoecimento. Só que, na escassez enorme que o Brasil está vivendo, as pressões são inúmeras. O que falta no Brasil é vacina, porque elas não foram compradas no momento correto.

Documento 77/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 88-RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus, especialmente quanto à aquisição de vacinas.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, como tive a oportunidade de dizer anteriormente, a posição do Governo Federal é um verdadeiro crime contra a sociedade brasileira, contra o povo brasileiro. Nós estamos, há vários dias, com mais de mil pessoas morrendo por causa da COVID-19. O Presidente continua atenuando os riscos da COVID. Seu Governo desenvolve medidas protelatórias. É como a linha do horizonte que se afasta de você na mesma proporção em que você se aproxima dela. A posição do Governo Federal tem sido negar o que a sociedade brasileira busca, que é a segurança da vacina, para fugir dos perigos da COVID.

Então, neste quadro, Presidente, nós precisamos de muito critério, de muita responsabilidade e de muita atenção com o povo brasileiro. Se nós tivéssemos atualmente vacina disponível e o Governo Federal continuasse se negando a comprá-la, todos os caminhos seriam bons, todos os caminhos seriam razoáveis. Ocorre que não há disponibilidade de vacinas suficientes no atual momento, e nós pagamos o preço pelo atraso do Ministro Pazuello e do Presidente Bolsonaro. Nós pagamos um preço muito alto.

Ora, se abrimos a possibilidade de outras pessoas irem comprar vacina, que não os entes públicos, governos estaduais, municipais e o próprio Ministério da Saúde, o Presidente da República vai tirando o corpo fora, vai saindo fora. Ele já não quer ressarcir Estados e Municípios pela compra da vacina. É uma outra maneira de boicotar.

Quando o Relator apresenta a sugestão de serem vencidos os segmentos considerados prioritários, é claro que a comissão nacional ligada ao próprio Ministério da Saúde que discutiu o Plano Nacional de Imunização irá fixar quais serão as novas prioridades, dentro de critérios técnicos, dentro de critérios

científicos. Surgirá outra leva de segmentos prioritários. Parece-me evidente isso. Parece-me necessária essa medida em defesa do interesse público, em defesa da saúde pública e em defesa do SUS.

É essa, Sr. Presidente, a defesa que fazemos, reconhecendo que é um assunto delicado, que é uma matéria complexa discutir prioridades em um ambiente de escassez, quando a situação poderia ser muito diferente da que estamos vivendo com este Governo irresponsável.

Documento 78/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 89-JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Boicote do Presidente Jair Bolsonaro ao processo de aquisição de vacinas. Inconsistência da afirmação do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, a respeito da vacinação da população brasileira até julho de 2021. Inadmissibilidade de mercantilização de imunizantes contra a Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, eu acho que todos que estão acompanhando esta sessão devem estar se perguntando por que este debate está acontecendo pela primeira vez na história do Programa Nacional de Imunizações. O PNI existe desde 1975. Nos Governos do PT, enfrentamos a epidemia da H1N1, e ninguém discutiu a necessidade de compra privada, porque o Governo comprou as vacinas, viabilizou a vacinação em larga escala, e isso garantiu a vida e a saúde da nossa população.

O problema só está colocado, porque a decisão desse Governo genocida é não viabilizar as vacinas e ainda tentar impedir a iniciativa de Estados e Municípios. Chegamos ao ponto de um Parlamentar dos mais bolsonaristas, que me antecedeu, dizer que o Ministério da Saúde afirmou que vai vacinar toda a população brasileira até o meio do ano. Mentira! O Ministro da Saúde mentiu para os Governadores dando um calendário que não vai cumprir, e V.Exas. estão mentindo para a população brasileira.

Não à mercadorização da vacina! Vacina...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 79/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 89-GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do § 1º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Reiteração do discurso sobre a importância do tratamento precoce do coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, o PL encaminha "sim", e eu quero mais uma vez registrar que nada disso estaria acontecendo se nós estivéssemos fazendo o tratamento precoce para a população brasileira. Estudos, ciências, experiências nós temos muitos, inclusive com as práticas integrativas e complementares de saúde, inclusive com a ivermectina, inclusive com a vitamina D, inclusive com outros tratamentos, e não com esses - infelizmente, alguns receitam paracetamol e mandam o cara para casa, para esperar ser entubado e ir para a UTI.

Tratamento precoce já no Brasil, como fez o médico e Prefeito de Porto Feliz, que é o grande exemplo do Brasil hoje que nós podemos citar!

O PL vota "sim".

Documento 80/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 96-DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido ao Deputado Jorge Solla de retratação de declarações a respeito do voto de Parlamentares contra a vida, com relação ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a

permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, não posso deixar de fazer menção à afirmação covarde do Deputado Jorge Solla, ao dizer categoricamente, de forma mentirosa e irresponsável, que nós Deputados estamos votando contra a vida, Deputada Bia Kicis. O que é isso?! Ser Oposição tem limite.

É uma irresponsabilidade querer passar para o Brasil, nesta tribuna sagrada do Parlamento brasileiro, uma mentira, uma afirmação que não procede, uma afirmação que diz respeito aos Parlamentares, dizendo que estamos votando contra a vida.

Quem está dificultando a votação deste projeto, que é fundamental para o Brasil, que possibilita a compra de vacina pela iniciativa privada, pelos Municípios, pelos Estados, é a Oposição, é o seu partido, Deputado Solla!

Faço um apelo ao senhor para que retire essa afirmação, porque afirmações como essas não trazem nenhum tipo de contribuição para o Brasil, nem para o Parlamento.

Documento 81/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 97-CAPITÃO WAGNER-PROS -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio às acusações de Deputado contra os Parlamentares favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me somar à fala do meu antecessor que, de forma muito coerente, cobra responsabilidade de quem usa o microfone desta Casa para fazer acusações sem fundamento aos demais Parlamentares. Pelo contrário, o projeto do jeito que está garante celeridade no processo de vacinação, garante que a atividade econômica do País possa voltar mais rapidamente, Deputada Bia Kicis.

Temos não só que repudiar esse tipo de fala, mas também fazer coro sobre a verdade. Quero pedir aos Parlamentares que façam coro em relação à verdade do que esse projeto tem de importante para a população brasileira, quando permite que a iniciativa privada possa comprar, inclusive doar ao SUS parte dessas vacinas que são adquiridas.

Lamento a fala do nosso antecessor que, de forma irresponsável, sim, quer colocar a culpa no colo de quem quer resolver o problema.

Documento 82/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-18:56

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 100-JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contestação aos discursos proferidos no plenário contra o orador, em face do seu posicionamento com relação ao Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou ter um tempo muito curto para o direito de resposta. Quero dizer o seguinte: irresponsável é covarde é quem está quebrando o direito à universalidade e à saúde no País; irresponsável e covarde são aqueles que vão votar e estão votando para, pela primeira vez neste País, acabar com o direito à vacinação pública; irresponsável e covarde - e não é falta de recursos financeiros - é a vontade genocida deste Governo que está inviabilizando a vacinação em massa.

Deixo aqui o nosso registro, Presidente.

São 1.642 mortes nas últimas 24 horas, e vocês estão preocupados com o fechamento do seu comércio, da sua loja e da sua empresa? Isso é um absurdo! Vocês é que são irresponsáveis! Precisamos defender a vida e a saúde da população brasileira. Não podemos permitir que a vida seja transformada em mercadoria. Não estamos lidando com falta de recurso financeiro para comprar vacina. O que vocês querem é que a elite, a elite do atraso deste País, garanta vacina para ela, para os seus apaniguados e para os seus funcionários, para manter a sua empresa aberta. E o povo que se dane, o povo que morra! Morreram...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 83/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 101-JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde e a vida do povo brasileiro. Propósito do Governo Federal de mercantilização das vacinas contra a Covid-19. Prática de charlatanismo pelos defensores do uso de ivermectina e cloroquina no tratamento de coronavírus. Defesa da utilização de máscara facial para a prevenção da doença. Postura insana do Presidente da República com relação à Covid-19. Atuação de Jair Bolsonaro contra a imunização do povo brasileiro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu quero deixar bem claro que o debate em curso não é um problema de ordem financeira, o debate em curso é um problema de definição de prioridades. Este Governo não prioriza a vida e a saúde da população.

Ninguém poderia pensar que iríamos assistir a uma situação em que os Estados Unidos, que não têm um sistema público universal, que não têm direito à saúde na sua Constituição, estaria vacinando quase 2 milhões de pessoas por dia gratuitamente.

E o Brasil, que tem na sua Constituição a obrigação de garantir a universalidade e de garantir um sistema público para sua população, está trabalhando para transformar a vacina em uma mercadoria.

Nós precisamos garantir pelo menos 80% da população coberta, para ter efeito na redução da transmissão. E, a partir daí, para quem quiser complementar, não vamos criar nenhum óbice.

Mas o que eles querem é evitar que o PNI - Programa Nacional de Imunizações cumpra a sua finalidade. Por que não questionaram isso na vacinação da H1N1? Por que não houve empresas se propondo a comprar a vacina contra a H1N1? Sabe por que, Presidente? Porque naquela época o Brasil tinha um Governo que defendia a vida e a saúde da população e porque,

nos Governos do PT, imediatamente foi feita a aquisição das vacinas. E, assim que disponibilizadas, vacinamos em 3 meses a população-alvo.

O que nós temos agora são charlatões que ficam pregando tratar COVID com medicamento para piolho, tratar COVID com medicamento para malária, tratar COVID... Vamos parar de charlatanismo neste País! Vamos parar de hipocrisia e de mentira neste País!

Nós só temos dois caminhos. Um são as medidas de prevenção, o uso de máscara, reduzir os contágios. O vírus não sobrevive no meio ambiente, tem que passar de uma pessoa para outra. Ou se reduzem os contágios, ou se reduz a aglomeração, ou se reduz a transmissão, ou a disseminação continua. E é a isso que nós estamos assistindo.

Repito aqui: morreram 1.642 pessoas nas últimas 24 horas pela COVID. E se tivessem tomado ivermectina ou cloroquina poderiam morrer sem piolho e sem malária, mas morreriam de COVID do mesmo jeito.

Gente, nós estamos falando de uma decisão de Governo! Este Governo decidiu fazer campanha pela contaminação. O Presidente da República faz aglomerações e propagandeia contra o uso de máscaras, propagandeia a transmissão do vírus. Infelizmente, o Brasil escolheu o pior momento para ter um insano na cadeira de Presidente da República.

O outro caminho é a vacinação. E a que estamos assistindo também por parte deste Governo? Trabalhou contra a vacina do Butantan. Disse que era vacina chinesa, que era vacina do Doria. Foi obrigado a adquirir a vacina do Butantan pela pressão da população. Trabalhou contra a vacina da FIOCRUZ. Não foi iniciativa do Governo Bolsonaro o projeto da FIOCRUZ, não. Foi um projeto da própria instituição. E se não fossem os absurdos da relação internacional que este País pratica com a China e com outros países, já estaríamos mais avançados.

Este Governo pôde comprar a vacina da Pfizer, e não o fez. Este Governo pôde comprar a vacina russa, e não o fez. E o Presidente acabou de vetar os dispositivos para impedir que Governadores e Prefeitos possam adquirir as vacinas e ter custeio pelo Programa Nacional de Imunizações.

Não vamos esquecer que não pararam por aí os absurdos deste Governo. Deixaram de financiar 70% dos leitos de UTI, e vêm agora dizer que a solução é o setor privado comprar a vacina para os ricos, para os familiares dos ricos e para os empregados que os ricos querem botar trabalhando, para não prejudicar suas empresas.

É isso que está em jogo. Vamos deixar bem claro aqui. Em vez de priorizar a população de maior risco de saúde e de vida, querem priorizar os grandes empresários, os grandes financiadores que garantiram este Governo que está aí.

Não há doses suficientes hoje. Estamos disputando no mercado internacional. Poderíamos ter adquirido antes, e querem que, em vez de vir para a população que mais precisa, essas doses sejam destinadas àqueles que mais podem pagar. Vai ser a primeira vez na história que o Programa Nacional de Imunizações brasileiro vai se transformar em mercadoria neste País.

Documento 84/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 103-BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 257 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Colapso da área de saúde no País provocado pela doença. Postura irresponsável e abusiva do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Votação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Repúdio à iniciativa do Governo Jair Bolsonaro de condicionamento da retomada do auxílio emergencial à desvinculação dos recursos orçamentários das áreas de educação e saúde, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de fixação do valor do auxílio emergencial em 600 reais. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, 257 mil mortes, mais de 1.600 no último dia. É um colapso na área da saúde.

Aqui não se trata de fazer uma falsa polarização entre a vida e a economia, porque o fato de não preservar a vida e as pessoas faz também a economia estar do jeito que está hoje no Brasil. Os países que tomaram todas as medidas para ter isolamento, para ter todos os elementos de proteção à saúde das pessoas foram os que melhor recuperaram a vida do seu povo e voltaram a recuperar a economia.

No Rio Grande do Sul, a notícia de hoje é: "*Hospital Moinhos de Vento aluga contêiner para acomodar pacientes mortos: 'Ultrapassou a capacidade', diz superintendente*". A política do Governo Federal foi exatamente não cumprir com os recursos que esta Casa aprovou para a compra de vacinas. Nós não vimos nenhum programa de educação por parte do Governo. Pelo contrário,

vimos uma deseducação, estimulando aglomerações, zoando das pessoas que estavam com a doença.

O resultado concreto é exatamente este: o País tem praticamente o maior número de mortes e o menor índice de vacinação. Sim, a cada 100 pessoas, apenas 3 estão vacinadas.

O debate que nós estamos fazendo aqui busca exatamente aprovar um conjunto de medidas que façam com que o Governo possa fazer as compras, para que a população seja vacinada. É vacina já, é a imunização que precisa acontecer na população brasileira!

Esse colapso da área da saúde também está associado a outra realidade do povo brasileiro.

Nós estamos, neste momento, vendo uma chantagem por parte do Governo, que quer vincular a dificuldade que a população está vivendo à sua condição de miserabilidade. Já existem 14 milhões de desempregados neste Brasil, já existem milhões de desalentados neste País, pessoas que precisavam do auxílio emergencial, pessoas para as quais, no ano passado, nós conseguimos, aqui nesta Casa, votar os 600 reais.

Nós tínhamos a proposta de ao menos um salário mínimo para essas pessoas, mas o Governo não quis. E esta Casa votou os 600 reais, que diminuiu pela metade no final do ano, chegando a 300 reais. De lá para cá, já passados mais de 2 meses, o povo está sem esse recurso do auxílio emergencial. E, neste momento, o Governo faz uma chantagem colocando a PEC do Crédito Emergencial Fiscal, para colocar freio e não haver o repasse na educação, o repasse na saúde. Ele vincula isso à chantagem para poder liberar os recursos do Renda Emergencial.

Os cortes que estão sendo feitos apenas em cima do servidor público, do congelamento do seu salário, do não avanço nas suas atividades profissionais, significam mexer no serviço público. É o professor, que trabalha na área da educação; é a área da segurança que vão ficar prejudicados. Todo o serviço público está sendo desmantelado para que se possa fazer o ajuste dessa pressão fiscal, para que o Governo tenha os recursos para jogar sobre o tema do Renda Emergencial que ele quer apresentar.

Nós não concordamos com que o Governo apresente um valor ínfimo de 250 reais, por 4 meses apenas, para a população. A nossa proposta aqui é, ao menos, termos para a população os 600 reais durante todo o período em que durar a pandemia. Junto a isso, nós desta Casa precisamos tomar medidas em relação à defesa do povo trabalhador. Nós já votamos aqui a proteção ao trabalho, para que, na época do grande desemprego, as pessoas tenham compensação, as empresas possam funcionar e os Estados possam alocar os recursos necessários para que os trabalhadores não fiquem ao desalento. Infelizmente, os repasses aprovados não foram executados, as micro e

pequenas empresas não receberam os recursos necessários para poderem desenvolver suas atividades.

E esse caos que existe na área sanitária? E a situação difícil em relação à vacina? A vida das pessoas está sendo ceifada. As pessoas, com dificuldade, estão passando fome. Há carestia. Os alimentos estão cada vez mais caros. A inflação dos alimentos no período está em 18%, quatro vezes maior do que a inflação. E nós não vemos medidas objetivas deste Governo para desenvolver essa atividade e que tenham custos menores, para que as pessoas possam comprar com dignidade seus alimentos.

Em todas as áreas há dificuldades. Vemos o colapso dessas políticas que prejudicam a saúde e a economia.

Por isso, nós estamos aqui para não aceitar essa chantagem que é feita, porque o Governo quer fazer suas políticas a partir do crédito fiscal emergencial, e não social. Ao mesmo tempo, ele quer ter aqui os recursos necessários para aquecer a economia através do apoio à renda emergencial para a nossa população.

Sr. Presidente, eu quero concluir o meu pronunciamento chamando a atenção para esses aspectos, porque esta Casa precisa se debruçar sobre esses projetos. O Governo está mandando projetos sobre a privatização da ELETROBRAS, a privatização dos Correios, fazendo chantagem em relação à PEC que está no Senado da República. Nós não aceitamos isso. O debate, a conclamação que fizemos à sociedade é pela inversão dessa pauta, porque o povo precisa de proteção da saúde, o povo precisa de proteção da renda. Nós precisamos da proteção do trabalho e da imposição da vacinação neste momento.

Essa é a conclamação que fizemos à sociedade, que está se mobilizando em torno desse tema. Esse é o chamado que nós queremos fazer a Prefeitos, a Governadores, a entidades da sociedade civil, a todos, para que possamos, neste espaço, não ceder à pressão que o Bolsonaro faz. Temos que salvar vidas, salvar a economia, mas desenvolvendo, com apoio a quem de fato precisa. Esse é o nosso desejo nessa luta que temos que fazer e nas votações que estão postas neste momento aqui no debate na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Documento 85/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 105-GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 1º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Defesa do uso de ivermectina, vitamina D e zinco no tratamento precoce da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL orienta o voto "não".

Sr. Presidente, continuo na minha luta. Se alguém quiser salvar vidas no Brasil, além da vacina, defenda a ivermectina para a população. Se alguém quiser salvar vidas no Brasil, defenda a distribuição de vitamina D, de zinco para a população brasileira. Se alguém quiser defender vidas, faça orientação na televisão e no rádio sobre uma melhor alimentação, sobre a população diminuir o estresse, sobre a população ter trabalho, sobre a população não precisar ficar em casa; que ela possa trabalhar.

Alguém sempre tem que trabalhar para que alguém fique em casa. Não existe *lockdown*. É uma ilusão que estão vendendo para a população brasileira!

Então, se alguém quiser salvar vidas, defenda o uso de ivermectina, preventivamente, e de vitamina D.

Muito obrigado.

Documento 86/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 106-AFONSO MOTTA-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Defesa de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade da habilitação, pelo Governo Federal, de novos leitos hospitalares nos Estados e Municípios brasileiros. Necessidade de debate, pela Casa, da retomada do auxílio pecuniário emergencial. Agravamento da crise econômica brasileira. Defesa da criação de frente parlamentar ampla para enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Edição de medida provisória sobre a suspensão do Regime Especial da Indústria Química - REIQ, com vista à redução dos preços do óleo diesel.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, é uma honra usar a palavra sob a presidência de V.Exa.

Eu queria agradecer ao Líder da nossa bancada, o Deputado Wolney Queiroz, pela oportunidade de nesta matéria, no dia de hoje, conceder-nos a representação da bancada.

Nós ainda vivemos um momento de muito tensionamento, que é representado pela disputa, pelo ódio, pela exaltação das diferenças. Evidentemente, isso fica agravado pelos fatos, pela convivência nesse ambiente de tristeza e de dificuldade produzido pela doença, que alcança o conjunto das famílias brasileiras com transcendência universal.

Nesta Casa, no Parlamento, onde no dia de hoje cumprimos, para nossa honra - acredito que para a honra de todos os Parlamentares -, exemplarmente, a nossa responsabilidade de regular esse tema da vacinação, esse tema da proteção das vidas, nós devemos fazer um grande esforço - esse é o pensamento da nossa bancada no PDT - de trocar as versões pela efetividade. Nada tem mais efetividade para o povo brasileiro neste momento, nesta hora, do que as vacinas, do que o processo de vacinação. Claro, existe a questão do Governo e da sua relação com os Governos estaduais e com as Prefeituras. Mas existem esses princípios de que não estamos abrindo mão aqui na Casa - ao contrário, devemos valorizá-los -, que são os princípios da imunização, os princípios que não permitem o furo da fila; e a celeridade da vacinação.

Hoje, eu tenho certeza de que nós todos estamos recebendo apelos dos nossos Municípios e dos nossos Estados com relação à carência de leitos hospitalares.

Temos que estar ao lado dos nossos líderes, lá no Município, lá nos nossos Estados, para que esses leitos acolham o maior número de pessoas.

Nesta semana, nós temos que encaminhar, finalmente, o auxílio emergencial, para não ficar na versão de que vai ser de 250 reais, de que vai ser para 4 meses. Isso é versão, isso é vontade, isso é debate com relação à qualificação. Nós temos que trazer a matéria para cá e deliberar sobre o auxílio emergencial.

Isso ainda não é e não será tudo, porque nós sabemos que se agrava a crise econômica. Nós vamos ter que trabalhar, porque com a crise econômica vem a questão da macroeconomia. A quanto chegou o dólar hoje? Como é que vamos resolver ou ajudar a resolver um déficit primário, que 2021 está herdando de 2020, de mais de 1 trilhão de reais? E a inflação? E o desemprego, o aumento acelerado do desemprego no Brasil?

Claro, o nosso olhar, a nossa responsabilidade, com o mandato que recebemos da população brasileira, tem uma preocupação muito grande com a

política. Por isso que, no debate público, o nosso líder maior do PDT, o Ciro Gomes, tem procurado ampliar, agregar, trabalhar as diferenças, respeitar as diferenças e buscar alternativas. Nós acreditamos - não se trata da questão da Direita ou da Esquerda - que neste momento, para sair desse tensionamento, nós vamos precisar de alianças; nós vamos precisar, mesmo com diferenças, criar uma frente ampla, já que nós temos a crítica e a crença de que estamos diante de um desgoverno, de um governo que não atende aos mínimos nem da civilidade, nem da implementação da política pública, nem do atendimento das causas maiores do interesse nacional. Não há causa maior neste momento do que o combate à pandemia, e o Governo não consegue sequer valorizar esse conjunto de regulações que estamos aqui desenvolvendo neste momento.

Ontem, para resolver uma questão que envolve o óleo *diesel* - cujo mérito do barateamento, da limitação no custo para aqueles que têm a responsabilidade de transportar a riqueza nacional é inegável -, lançou uma medida provisória que acaba com o REIQ da indústria brasileira, com repercussão no agronegócio, com repercussão em todos os gêneros. Como uma coisa se relaciona com a outra?

Tudo é respeitável. Nesta Casa, eu acredito que nós precisamos recuperar um pouco do respeito pelas divergências, nós precisamos recuperar a civilidade, mas, sem dúvida nenhuma, não se justifica nós termos uma política pública para solução dos problemas do País e do Governo por impulso, por vontade de uma pessoa.

Por isso, Sr. Presidente, eu lhe agradeço muito a oportunidade e encerro valorizando o Parlamento, a nossa ação, a regulação que estamos fazendo hoje, de grande significado para o nosso País e para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 87/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 110-JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 1º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

Inadmissibilidade de condicionamento da retomada do auxílio emergencial à aprovação da propositura. Incapacidade do Governo Federal de mitigação da crise econômica brasileira. Exigência de fixação do auxílio emergencial em 600 reais.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Nesta orientação da Minoria, Sr. Presidente, solicito o uso de metade do tempo da Liderança e solicito a V.Exa. autorize a divisão do tempo com a Deputada Jandira, que está encaminhando pela Liderança da Minoria. Ela usará os outros 5 minutos no momento em que achar conveniente. O.k., Presidente?

O voto da Minoria é "sim" a este destaque. Ouvindo as diversas falas, consideramos que o que fica caracterizado com absoluta transparência no Brasil é a falta de planejamento, coisa que, nos demais países, ocorreu. Aqui não houve planejamento para a vacinação da população brasileira. E isso não acontece por conta da interferência do setor estatal ou do setor privado, como eu ouvi em algumas falas ultraliberais aí dentro.

Nos outros países, houve planejamento e houve decisão política para que o povo fosse vacinado. Aqui prevaleceu a omissão, o desdém, a irresponsabilidade, até porque não dá para levar a sério que uma Pasta como o Ministério da Saúde, tão importante e vital num momento de uma pandemia desta gravidade, seja conduzida por alguém que não tenha sequer compromisso com a ciência ou que não tenha nenhum conhecimento de como enfrentar uma pandemia desta dimensão, que está afetando milhões e milhões de brasileiros. Já são quase 260 mil as pessoas que partiram por conta da irresponsabilidade, da falta de trabalho, da falta de planejamento do Governo Federal.

E o pior é que, em vez de determinar que é preciso vacinar a população e adquirir vacina, o Governo Federal hoje vetou a medida provisória que nós aprovamos recentemente, garantindo aos Estados a compra de vacina, nos moldes em que negociassem. Esse tinha sido mais um gesto da Câmara no sentido de garantir que o País vacine sua população, porque não há outro caminho.

Eu quero, Sr. Presidente, nestes poucos minutos que me restam, tratar de outro tema que está em discussão no Senado, a tal PEC Emergencial, a PEC 186. Mesmo que no relatório divulgado dessa PEC se tenham retirado alguns itens que estavam presentes no relatório inicial, perversamente, como um bode na sala, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, essa PEC é uma tentativa desesperada do Ministro da Economia de patrocinar, a partir de uma PEC, a consolidação de um Estado mínimo derrotado nas suas políticas ultraliberais, que não tiveram nenhum sucesso nesses anos de Governo Bolsonaro.

Essa PEC engessa totalmente a possibilidade do Estado de ser um Estado protetor, um Estado indutor. Na verdade, o que o Governo quer com essa PEC? Ele quer que o Estado seja uma empresa privada e, portanto, não tenha

que prestar serviços. Não é prioridade a saúde. Não é prioridade a educação. Não são prioridade a ciência e a tecnologia. Essas não são as prioridades. A prioridade é servir aos interesses do mercado e daqueles que imaginam controlar a economia brasileira.

Essa PEC, portanto, não pode ser aprovada pelo Senado. Qual é a autoridade que têm o Governo e o seu Ministro da Economia de virem propor esse modelo derrotado? Esse modelo dirigido por Guedes e Bolsonaro é responsável pela maior taxa de desemprego dos últimos anos. Levou mais de 5,5 milhões de pessoas ao desemprego. A taxa de informalidade na economia brasileira ultrapassa os 38%. É este Governo que está gerando a maior crise fiscal do País - e ainda dizem que tem compromisso com a responsabilidade fiscal.

É esse modelo de governo, comandando por Guedes e Bolsonaro, que fez com que a nossa economia tenha tido, em 2020, a maior queda no investimento público. O País, portanto, caminha para um abismo fiscal, sanitário e de falta de perspectiva porque o Governo é incapaz de oferecer um plano para retirar o Brasil da crise.

Não há outro caminho: nós queremos e vamos exigir a votação do auxílio emergencial, mas sem condicionar a votação do auxílio à votação dessa PEC, porque essa PEC é um desserviço ao País em tempos de pandemia.

Por isso, queremos votar o auxílio emergencial de 600 reais, mas de forma alguma aceitamos que essa decisão seja vinculada a esse ajuste perverso, a essa visão fiscalista, tacanha, que foi derrotada nesses anos de Governo Bolsonaro.

Documento 88/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:40

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 111-JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à disseminação de fake news sobre a desnecessidade das medidas preventivas da Covid-19, bem como a pronunciamentos favoráveis ao tratamento precoce da doença. Agravamento das crises sanitária, social e política reinantes no País. Aposição, pelo Presidente da República, de vetos a medidas aprovadas pelo Congresso Nacional para combate à Covid-19 e seus efeitos. Supressão do art. 14 da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Contrariedade à mercantilização de vacinas contra o coronavírus.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero completar os 5 minutos que faltam do tempo da Liderança, Presidente, expressando a meu choque com a permanência aqui de algo que vem de há muito tempo, a guerra cultural que nós estamos vivendo nesse período.

Nós vivemos uma guerra cultural já há muito tempo, sustentada e estruturada numa guerra de comunicação, milionária e ilegal, inclusive, na qual as *fake news* têm uma grande proliferação, chegam a uma camada bastante popular e têm impedido a criação de uma consciência coletiva, gerando comportamentos como esses que temos visto, em que as pessoas acham que tirar a máscara, ir a festas e não seguir as medidas fundamentais de redução de contágio não tem problema. O pior é ver isso na boca de Parlamentares que ocupam lugar de Líder, para disseminar o mesmo tipo de guerra cultural que permanece neste Plenário.

É triste que algo em que o próprio Ministro da Saúde teve que recuar - ele recuou da defesa do tratamento precoce, substituindo por algo que ele chamava de atendimento precoce, para não se complicar diante do Ministério Público, por pressões da Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal - estejamos vendo na boca de Parlamentares que divulgam esse tipo de tratamento como se fosse um tratamento eficaz. É muito triste vermos que discursos que aparentemente são discursos próximos da sociedade acabam induzindo um comportamento que a leva à contaminação e à morte. É muito triste ver que isso continua acontecendo, como um manto que acaba colocando para nós a situação de agravamento de três crises: a crise sanitária, a crise social e a crise política.

Hoje nós temos no País uma crise social profunda, uma crise sanitária dramática e uma crise política em que o Governo Central entra em confronto com os entes federados, intimidando-os, ameaçando Governadores e Prefeitos. E vejo aqui Parlamentares propondo asfixiar Governadores e Prefeitos no campo dos recursos, numa situação econômica como a que nós estamos vivendo.

Estamos vendo o Presidente da República vetar todas as medidas que são aprovadas quase que por humanidade por este Congresso Nacional e estamos desafiados, inclusive, a derrubar os vetos. A resposta que nós estamos tentando dar a isso é um novo projeto para repor o conteúdo de boa parte da medida provisória que já aprovamos.

É bom dizer que nenhum de nós aqui está impedindo a compra das vacinas pelo setor privado. Não precisaríamos estar vivendo isso, se o SUS estivesse sendo abastecido corretamente por este Governo omissivo, boicotador da vida e das vacinas e incompetente - aliás, uma incompetência programada e planejada. Não precisaríamos estar vivendo isso.

O SUS sempre conviveu com as clínicas privadas, desde que tivesse suficiência de vacinas. Todas as vacinas oferecidas pelo SUS, atividade em que o SUS sempre deu exemplo para o mundo, sempre foram oferecidas também pelo setor privado, sem nenhum problema. Mas o SUS tinha suficiência de vacinas. Neste momento, há insuficiência.

Esse debate nós fizemos na semana passada, e essa questão do setor privado foi suprimida. O tal art. 14 da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, foi suprimido e retorna agora com algumas nuances de diferença. Ele foi retirado porque todo mundo entendeu que não era o caso de se fazer uma reserva de mercado quando se disputa a mesma fonte de vacinas, que não existem para o SUS neste momento.

Agora, não digam para a sociedade que o setor privado vai comprar para dar às pessoas acesso à vacina, porque não vai. Ele não vai dar acesso a quem queira pagar e se vacinar! Na verdade, haverá o nicho para alguns setores, que comprarão a vacina para os seus protegidos, porque a sociedade também não terá acesso à vacina do setor privado.

Então, parece-me que estamos num caminho torto. Em vez de pressionar o Governo para ampliar o número de vacinas, estamos num caminho torto, de fato oficializando uma maneira de se furar a fila, na votação que estamos fazendo. Estamos num caminho grave neste momento. O Governo é omissivo, e nós estamos tentando dar respostas com um tempero de tortuosidade nas propostas que estamos aprovando.

É isso, Presidente.

Obrigada.

Documento 89/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:44

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 113-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 1º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

O nosso voto é "sim", e eu quero reforçar uma informação que o povo brasileiro precisa saber: nesta iniciativa global que se chama Covax, organizada pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil poderia ter comprado em torno de 120 milhões de doses de vacina, Deputado Solla, e o Presidente Bolsonaro, deliberadamente, decidiu comprar apenas 40 milhões de doses. Segundo informação, havia oferta de 46 milhões de doses da Coronavac, o Ministro Pazuello as havia comprado, mas o Presidente ordenou que ele cancelasse a compra. Com isso, o Presidente Bolsonaro colocou no lixo em torno de 126 milhões de doses de vacina, ou seja, doses para 63 milhões de brasileiros. É realmente um genocida governando o País!

Documento 90/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:48

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 114-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 3º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Atuação do Presidente Jair Bolsonaro contra a aquisição de vacinas. Incitação, pelo Presidente da República, a discursos de intolerância e ódio.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. pode ter 100% de certeza do meu apoio à votação dessa medida provisória que garante mais 2 bilhões de reais para o combate à COVID. Mas quero, primeiro, falar rapidamente do nosso destaque.

Este destaque quer garantir - e eu peço a atenção de todo o Plenário -, dada essa decisão de que o setor privado vai poder comprar vacinas e se apropriar delas para utilizá-las como bem entender, depois de doar a metade para o SUS, que pelo menos esse setor privado que porventura compre vacinas seja obrigado a informar ao Programa Nacional de Imunizações as vacinas que foram aplicadas - em quem foram aplicadas, quando foram aplicadas - e também os mecanismos que foram utilizados para a sua compra, a fim de que não haja uma desestruturação na organização do sistema nacional de vacinação, que é outro dos riscos embutidos nessa ideia de se abrir uma segunda fila para a vacinação.

Quero aproveitar este tempo de 1 minuto e 40 segundos que me resta para reforçar às Sras. e Srs. Deputados e também ao Presidente Arthur Lira que o que falta ao País não é dinheiro para comprar vacinas. O Brasil tem um orçamento garantido e votado por este Parlamento de algo em torno de 20 bilhões de reais para comprar vacinas. O fato é que o Brasil não está comprando mais vacinas e não comprou vacinas no momento correto para garantir a universalidade do sistema de vacinação e evitar essa guerra em que alguns querem se vacinar na frente de outros.

Nós poderíamos, neste momento, ao contrário do que disse há pouco o Líder do Partido NOVO que me antecedeu, nos inspirar num país como o Reino Unido, que tem um sistema universal e público de saúde, o NHS, e já vacinou 29% da sua população.

Todas essas vacinas que foram aplicadas no Reino Unido, Deputado Solla, foram compradas pelo governo do país, pela nação, para garantir, solidariamente, a vacinação de todo o seu povo.

No Brasil, o Presidente Bolsonaro, além de incitar discursos de ódio e de intolerância, agora incita as disputas na sociedade para ver quem vai conseguir as poucas vacinas que o Governo dele comprou, porque agiu deliberadamente para perder a oportunidade de compra de vacinas para o nosso País, infelizmente.

Documento 91/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:52

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 116-TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante o pronunciamento de Deputado, favorável ao uso de vitamina D e de vermífica para combate à Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 3º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim".

Queria, rapidamente, Presidente, dizer que é inacreditável que, no momento mais grave da pandemia, com estudos de infectologistas divulgados amplamente sobre o que consegue conter a disseminação do vírus: vacina,

isolamento social e máscara, tenha gente no Parlamento brasileiro, obviamente autorizado, legitimado, estimulado pelo Governo Federal, defendendo vitamina D para enfrentar a COVID, defendendo o uso de remédio destinado a outra doença, como o remédio para verme, para enfrentar a COVID.

Isso é um escárnio ao povo brasileiro, é um escárnio à ciência. É lamentável que o centro da política brasileira seja carregado de negacionismo.

O PSOL orienta "sim".

Documento 92/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-19:56

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 117-MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 3º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Caráter preconceituoso de pronunciamentos contrários à aquisição de vacinas pela iniciativa privada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota "não" a essa emenda, por entender que não podemos burocratizar ainda mais todo esse processo da vacinação no Brasil.

Quero aproveitar para dizer que ouvi muitos discursos aqui de um preconceito tremendo com a iniciativa privada, uma discriminação enorme. Nós estamos falando de mais vacinas para a população brasileira, adquiridas pela iniciativa privada. Aqui vemos que muitos votaram a favor do projeto, mas, se pudessem, teriam votado contra, por conta desse preconceito, dessa discriminação contra quem empreende, quem é da iniciativa privada.

Aliás, Presidente, todas as vacinas no Brasil são pagas pela iniciativa privada, são pagas pelo cidadão, que é quem paga o imposto para manter o orçamento público. Portanto, no fim, não existe dinheiro público, o que existe é o dinheiro dos pagadores de impostos do Brasil, e são eles que estão financiando a importante vacinação contra a COVID.

Votamos "não".

Documento 93/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 118-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para substituição, pela redação da Emenda de Plenário nº 5, da redação do § 3º, art. 2º, do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a permissão aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, de aquisição de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Contrariedade à submissão, às regras do mercado, do direito à saúde pública e à vacinação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
A Oposição vota "sim", Presidente.

Aproveito este tempo para reafirmar o papel de um sistema público de saúde universal. O direito ao atendimento de saúde e o direito a uma vacina para proteger a saúde de uma pessoa e também de uma coletividade não podem estar sujeitos a uma regra de mercado. Isso é uma questão ética. Por exemplo, uma pessoa que não tenha dinheiro não pode ficar sem fazer um transplante cardíaco se ela necessitar desse transplante para sobreviver e continuar vivendo bem, com qualidade.

Então, digo ao Líder do NOVO: quando se defende um sistema público, se pagamos impostos todos nós, os mais ricos devem pagar mais impostos, e a política pública deve ser oferecida de forma universal e igualitária para todos. Isso é uma questão de justiça e é uma visão ética sobre o mundo.

Documento 94/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:04

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 123-EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que V.Exa. me autorize a ir direto ao voto.

"O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional das medidas provisórias, estabelece que compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal (CF).

No entanto, o parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2000, estabeleceu que *'enquanto durar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19, as medidas provisórias serão instruídas perante o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ficando excepcionalmente autorizada a emissão de parecer em substituição à Comissão Mista por parlamentar de cada uma das Casas designado na forma regimental'*.

Da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, *'em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional'*. Por sua vez, o art. 167, § 3º, prevê que *'a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62'*.

Portanto, as medidas provisórias de créditos extraordinários devem atender a pressupostos de relevância, urgência e imprevisibilidade, assim referidos na Exposição de Motivos:

1. A relevância *'decorre da atual situação da pandemia com alto risco à saúde pública, dado o grande potencial de contágio e o aumento, de forma exponencial, dos casos de morte'*.

2. A urgência, por sua vez, *'justifica-se pelo quadro apresentado de rápida propagação da doença, e a velocidade de resposta do poder público é condição necessária para garantir a proteção e recuperação da população brasileira, considerando que a imunização deve ser capaz de prevenir, conter e interromper a transmissão do novo coronavírus na população brasileira, reduzindo o número de óbitos e as demais repercussões sociais e econômicas em território nacional'*.

3. Já a imprevisibilidade *'decorre da impossibilidade de antever, para o presente exercício financeiro, a necessidade dos recursos para o enfrentamento da atual situação emergencial já que o novo coronavírus foi*



descoberto ao final de 2019, na China, e o primeiro caso registrado, no Brasil, ocorreu ao fim de fevereiro de 2020'.

Dessa forma, pelas razões apresentadas na Exposição de Motivos, consideramos atendidos pela MPV em exame os pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância, à urgência e à imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição.

Por seu turno, a autorização contida no art. 2º da Medida Provisória para a contratação de crédito é amparada pelo art. 165, § 8º, da Constituição, que inclui referida matéria como exceção ao princípio da exclusividade orçamentária, segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Quanto à constitucionalidade não há reparos a fazer. Ao editar a MPV 1.004/2020, o Presidente da República exercitou a prerrogativa atribuída pelo art. 62 da Constituição, não havendo conflito com quaisquer das vedações previstas nos parágrafos 1º e 10 do mesmo artigo. A proposição também não objetiva regulamentar dispositivo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda, respeitando assim o art. 246 da CF.

Da análise, constata-se que a medida provisória apresenta boa técnica legislativa, obedece aos devidos trâmites legislativos, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais do instrumento, previsto pelo art. 62 da Constituição, ficando demonstradas a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da MPV 1.004/2020.

Da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

A Resolução nº 1, de 2002-CN estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das MPVs abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Para que se proceda a esse exame, deve-se observar que os créditos extraordinários, pelas circunstâncias excepcionais que os justificam, recebem tratamento diferenciado no ordenamento jurídico nacional, a saber:

1. Nos termos do art. 107, § 6º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), tais créditos não se sujeitam ao Novo Regime Fiscal, que instituiu os chamados 'tetos de gasto';
2. Conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167, da Constituição, os créditos extraordinários estão dispensados da indicação da origem de recursos no ato de sua abertura. De todo modo, ao encontro da boa técnica

orçamentária, a MPV 1.004/2020 indica como fonte de recursos os oriundos da contratação de operação de crédito interna;

3. A autorização para a contratação da operação de crédito, dada pelo art. 2º da MPV, atende ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da LRF;

4. O art. 4º da Emenda Constitucional (EC) nº 106/2020, dispensou, durante a vigência de estado de calamidade pública, a observância da chamada 'regra de ouro'. Segundo tal regra, é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (...);

5. A MPV tem impacto sobre o resultado nominal ou primário, na medida em que autoriza despesa primária à custa de receita financeira. Nesse sentido, é necessário observar que, por força do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, foi reconhecido pelo Congresso Nacional o estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, para os fins do art. 65 da LRF, o que dispensa a necessidade de atingimento de resultados fiscais no corrente exercício. Nesse sentido também dispõe o art. 3º da EC 106/2020;

6. Nos termos do art. 65, § 1º, I, 'a', da LRF, também na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, são dispensados os limites, condições e demais restrições para contratação e aditamento de operações de crédito.

Destaque-se que a Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 89/2020, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, elaborada em atendimento ao art. 19 da Resolução nº 1/2002-CN, expressa entendimento de que a MPV 1.004/2020 está em conformidade com as normas que regem a matéria.

Resta demonstrada, portanto, a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da MPV 1.004/2020.

Mérito.

A MPV 1.004/2020 é dotada de justificativas de relevância, urgência e imprevisibilidade condizentes com a programação orçamentária que a contempla. Assim sendo, fica comprovada a necessidade do crédito extraordinário para assegurar o acesso do Brasil a vacinas contra a COVID-19.

Emendas.

As normas acerca da apresentação de emendas a créditos adicionais, nos quais se inserem os créditos extraordinários, estão positivadas pela Constituição Federal e pela Resolução CN nº 1/2006.



O artigo 165, § 8º, da CF, aplicável também às proposições relativas a créditos adicionais, contempla o princípio orçamentário da exclusividade, que estabelece que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receitas e à fixação de despesa. E, de acordo com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, às medidas provisórias de crédito extraordinário *'somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente'*.

Registre-se, todavia, que no prazo regimental não foram apresentadas emendas à MPV 1.004/2020.

Conclusão.

Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da MPV 1.004/2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV 1.004/2020, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

Documento 95/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:12

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 126-HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Existência de acordo para a votação da Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados. Morte de milhares de brasileiros em decorrência da recusa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós, evidentemente, temos acordo com relação a esta medida provisória. É uma medida que agrega recursos para o combate à COVID.

Mas a pergunta que não quer calar, uma das perguntas mais importantes do País, é: por que os recursos disponíveis, que são em torno de 20 bilhões de reais, não foram utilizados no momento correto para que o Brasil hoje pudesse

ter não 3 de cada 100 brasileiros vacinados, mas em torno de 10, 12 ou 15 de cada 100 brasileiros vacinados?

Infelizmente, com sua aposta no negacionismo, o Presidente Bolsonaro criticou muitas vezes diversos tipos de vacina e construiu preconceito contra as vacinas.

Por exemplo, a CoronaVac era chamada de forma pejorativa por ele de vacina chinesa que não funciona. Em relação a outras vacinas, ele chegou a dizer que as pessoas não teriam segurança sobre o que aconteceria se elas fossem vacinadas. Depois de todo um amplo processo de negação da pandemia, depois do incentivo às aglomerações, depois da propaganda falsa e charlatã de um medicamento que não funciona contra o coronavírus, depois da tentativa de deseducar o povo brasileiro, recomendando o não uso de máscaras, depois de tudo isso, o Presidente passou para a fase da negação da vacina, e hoje o Brasil vive este drama que todos nós estamos acompanhando.

Há pouco, eu fui informado - até quero checar isto com um Deputado de Santa Catarina - de que hoje, no Estado de Santa Catarina, brasileiros morreram asfixiados, sem acesso ao tratamento intensivo com respiradores, pela superlotação dos hospitais.

Aquilo que Bolsonaro dizia ser uma gripezinha, aquilo que Bolsonaro dizia que estava terminando, está, infelizmente, no momento mais duro de todo o período de pandemia que enfrentamos. Espero que, pelo menos a partir de agora, ele tenha a humildade de reconhecer que errou e coloque os esforços do Governo para garantir vacinas a todos os brasileiros e para garantir um projeto de educação e informação, para nós melhorarmos o combate à pandemia.

Documento 96/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:16

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 127-VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Consternação com a morte de 1.726 brasileiros em decorrência da Covid-19, no dia 2 de março de 2021. Manifestação de solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Observância de 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma aos falecidos. Posicionamento favorável à aprovação da Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou emocionado: acabo de receber a informação de que hoje houve 1.726 mortes por COVID no nosso Brasil - 1.726! Esse é o maior número de todos os tempos. Já há 41 dias, as mortes ocorrem aos milhares.

Diante desse fato, manifesto a minha mais profunda solidariedade, o meu mais profundo sentimento por famílias que perdem seus entes queridos diante desta pandemia sem controle.

Por essa razão, Sr. Presidente, dentro do tempo a que tenho direito, sem palavras para me manifestar diante da dor de tanta gente, eu quero fazer 1 minuto de silêncio em solidariedade a essas vítimas.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, eu sou favorável à medida provisória.

Documento 97/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:20

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 128-HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados. Falecimento do ex-Presidente do Conselho Regional de Administração, Samuel Melo Júnior, em decorrência da Covid-19. Necessidade de reforço das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS, para atendimento aos sequelados pelo coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa medida provisória complementa outra proposta legislativa, aprovada aqui, na Câmara dos Deputados, que permite ao Governo brasileiro aderir ao consórcio de 142 países coordenado pela Organização Mundial de Saúde.

Esses 2 bilhões e 513 milhões de reais que foram abertos através de crédito extraordinário vão possibilitar que 42 milhões de vacinas sejam adquiridas através desse consórcio. Pelo menos 11 milhões de vacinas serão entregues

agora. A partir de abril, até maio, o Governo já vai receber essas vacinas, que se somam às dos demais fornecedores que estão sendo entregues ao Brasil.

É importante que tenhamos vários fornecedores. Afinal de contas, essa pandemia atinge o mundo inteiro, e todos os países estão adquirindo vacinas. Se nós pudermos comprar vacinas de uma maior quantidade de fornecedores, será melhor ainda, desde que elas sejam comprovadamente eficientes e eficazes no combate à COVID-19. E essas vacinas já estão autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, podendo ser adquiridas pelo Governo brasileiro.

Portanto, trata-se de uma medida provisória simples, que abre crédito extraordinário.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar ainda o tempo que me resta para me solidarizar com a família do Samuel Melo Júnior, maranhense que foi Presidente do Conselho Regional de Administração, um jovem brilhante, que também era o Presidente nacional da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Nós o perdemos para a COVID. Esse jovem veio a falecer hoje no Maranhão, em função das sequelas que a doença lhe deixou.

Nós queremos apenas lembrar que 50% das pessoas acometidas pela COVID-19 ficam com sequelas. E essas pessoas com sequelas têm que ser acudidas pelo Sistema Único de Saúde, através da nossa rede de atenção básica. É por isso que, neste ano, nós temos que colocar recursos, por meio de emendas - eu vou fazer isso -, para a saúde básica, a saúde preventiva, inclusive para a aquisição de vacinas.

Portanto, sou a favor desta medida provisória da forma como foi relatada aqui pelo Deputado Evair Vieira de Melo.

Documento 98/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:24

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 129-ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente da República pelas crises sanitária, econômica e social reinantes no País. Não liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recursos para enfrentamento da Covid-19 e pagamento do auxílio emergencial. Defesa da realização de grande movimento a favor da vacinação do povo brasileiro contra a doença. Repúdio à política negacionista e genocida adotada por Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando uma crise sanitária que é agregada e trançada com uma crise econômica e com uma crise social e que em grande medida é provocada pela postura de desprezo à vida por parte de quem ocupa hoje a Presidência da República. No ano passado, 80 milhões de reais que deveriam ter sido aplicados no enfrentamento da crise e também no auxílio emergencial ficaram guardados nos cofres da União.

Nós precisamos fazer um grande movimento em todo este País para assegurar o direito à vacina. Alguns falam que a vacinação no Brasil não está num ritmo diferenciado do de outros países. Essa é uma mentira, que não pode se transformar em realidade.

Por exemplo, só no Reino Unido, houve a diminuição da internação de pessoas com mais de 70 anos em 90%. Em vários locais do mundo está havendo o arrefecimento da pandemia; aqui no Brasil ela está recrudescendo. Morreram mais de mil pessoas - por volta de 1.600 pessoas - nas últimas 24 horas. E o Brasil não consegue sair do percentual de 3% de vacinação, porque o Presidente da República não contratou as vacinas necessárias. Aliás, ele inclusive tem descredenciado leitos de UTI.

O Presidente da República disse que isso era uma gripezinha. O Presidente da República forçou pessoas a saírem às ruas em busca da sobrevivência e a se abraçarem com a própria morte. O Presidente da República acha que todo mundo vai pegar esse vírus e que as pessoas vão sobreviver ou não; naturaliza as mortes evitáveis - naturaliza as mortes evitáveis!

Nós estamos aqui buscando dar as respostas necessárias para que este País tenha vacina. Estamos fazendo isso frente ao fato de o Presidente da República ter retalhado, ter dilacerado a proposição que nós aprovamos nesta Casa. Ele vetou, vetou, vetou e vetou a possibilidade concreta de vacinação. Trata-se de um Presidente da República que tenta a todo custo promover um negacionismo que mata e que tentou empurrar para o povo brasileiro medicamentos que não têm efeitos para evitar a pandemia - a cada dia há mais comprovação disso.

A vacina salva - a vacina salva! Deveríamos estar fazendo um grande movimento, com o empresariado, com todos os segmentos da sociedade, para que haja vacina neste País, porque ela salva e ela significa a vida, em contraposição à política da morte.

Documento 99/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:28

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 129-CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO



Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados. Defesa de aprovação da Medida Provisória nº 1.032, de 2021, relativa à abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.861.205.000,00, para combate à Covid-19.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) -
Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta medida provisória é importantíssima, porque ela permite que o Brasil participe do consórcio COVAX Facility, coordenado pela Organização Mundial da Saúde. Nós precisamos de todas as vacinas que possam ser adquiridas no mercado para imunizar o maior número possível de brasileiros e brasileiras. Só assim nós vamos conseguir enfrentar essa pandemia, que tem aumentado, e muito, em especial neste início de ano, começando pela região do Amazonas e chegando, agora, ao Sul do País.

A pandemia está, sim, no meu Estado de Santa Catarina. Lá, profissionais da área da saúde, gestores municipais e gestor estadual, todos estão debruçados sobre o assunto, para enfrentarmos juntos essa pandemia. Estamos com pacientes intubados fora das UTIs aguardando transferência, mas eles estão sendo assistidos por profissionais. Mesmo não conseguindo transferir os pacientes para a UTI, esses profissionais estão intubando esses pacientes e assistindo-os.

Precisamos do maior número de vacinas possível. E esta medida provisória possibilita ao Brasil adquirir mais vacinas, por meio desse consórcio, para imunizar mais brasileiros e brasileiras.

Sr. Presidente, quero falar de outra medida provisória, a MP 1.032/21, que foi publicada semana passada. Ela permitiu ao Ministério da Saúde publicar hoje as habilitações dos centros de triagem, ou seja, dos serviços que acolheram pacientes com suspeita de COVID em janeiro e fevereiro e os estão acolhendo em março, assim como fazer a habilitação dos leitos de UTI que estão disponíveis País a fora.

Santa Catarina está aumentando o seu número de leitos de UTI todos os dias, mas é preciso que o Ministério da Saúde faça o respectivo financiamento. Isso poderá acontecer a partir dessa outra medida provisória, que destina perto de 3 bilhões de reais - 2 bilhões 861 milhões de reais - para o combate à pandemia. A MP vai ajudar, sim, o conjunto dos Municípios, o conjunto dos hospitais filantrópicos que estão acolhendo pacientes.

Precisamos enfrentar essa pandemia juntos. Só com unidade nós vamos conseguir vencer esse grave problema de saúde pública que estamos vivendo. Por isso, todos os recursos que pudermos liberar nesta Casa são importantes. E essa medida provisória é importante.

Repito: estamos tratando, durante toda a tarde de hoje, de vacinas. Maior número de vacinas para a população brasileira significa maior número de brasileiros protegidos, dentro do Programa Nacional de Vacinação. Só assim vamos enfrentar essa pandemia com menos mortes. Mais de mil mortes por dia é muito dolorido. Homens e mulheres estão perdendo suas vidas e deixando suas famílias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 100/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 131-ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados. Indignação do orador com o incentivo do Presidente Jair Bolsonaro às aglomerações e ao uso de cloroquina para o tratamento precoce da Covid-19. Declarações do Presidente da República, contrárias ao uso de máscara facial para a prevenção da doença.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, claro que eu vou orientar favoravelmente. São 2 bilhões e meio de reais para a vacina! É muito importante aprová-los. Mas é preciso fazer uma ressalva: não irão adiantar apenas recursos para o Governo Bolsonaro vacinar o povo brasileiro. Algumas medidas têm que ser adotadas em conjunto com o recurso da vacina. Por exemplo, é preciso vacina e não cloroquina. Isso tem que ficar claro para o povo brasileiro, senão não adianta: nós aprovamos o recurso da vacina, e o Presidente continua oferecendo cloroquina.

Segundo, não pode continuar havendo aglomerações. E o Presidente não pode continuar incentivando aglomeração, porque não há vacina suficiente para esta aglomeração que está ocorrendo no Brasil.

Por fim, o Presidente fica falando mal até da máscara. Então, na verdade, nós aprovamos recursos para o Governo Federal, mas o próprio Presidente desarticula o que é fundamental também para vencer essa pandemia.

Votamos "sim".

Muito obrigado.

Documento 101/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 132-AFONSO MOTTA-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Medidas consubstanciadoras da qualificação da Medida Provisória nº 1.004, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, farei três registros despreziosos, mas que acho muito importantes. Primeiro, nós estamos falando de 2 bilhões e 513 milhões de reais, numa estimativa para atender 10% da população brasileira - acho que é fundamental essa compreensão.

Segundo, o acesso ao consórcio global internacional já vem tarde. O Brasil deveria estar participando, ter acesso a esse consórcio, o COVAX Facility. Claro, isso é oneroso, mas o País já deveria estar participando, porque tal coisa é fundamental.

Terceiro, Presidente, nós, a partir dessa adesão, vamos ter a possibilidade de participar do desenvolvimento de pelo menos nove vacinas. Então, isso é fundamental e qualifica a medida provisória.

Documento 102/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 132-JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Questionamento sobre as razões da omissão do Governo Federal no empenho dos recursos preconizados na Medida Provisória nº 1.004, de 2020, acerca da abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para os fins especificados. Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.004, de 2020. Manifestação do cientista Miguel Nicolelis, a respeito do agravamento da epidemia de coronavírus no País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a pergunta que não quer calar é: por que o Governo não já empenhou esse recurso inteiro de 2,5 bilhões de reais, empenhou apenas um pouco mais de 800 milhões de reais? Essa medida provisória foi editada no dia 2 de outubro. Houve incompetência, omissão ou o Governo não acreditava na compra das vacinas. Essa é uma primeira questão. Bastava simplesmente cancelar o empenho caso não houvesse a compra. Isso é estranho.

Nós votaremos a favor.

Segundo, quero apenas dizer que o cientista Miguel Nicolelis acabou de apresentar um *tweet* importante de ser registrado, em que ele diz:

Recorde de mortos (...) vítimas fatais em um único dia!

Ou o Brasil se tranca por pelo menos 3 semanas e amplia o número de vacinados de forma radical, ou nos transformaremos na maior catástrofe sanitária mundial do século XXI em poucos meses.

Esse é um registro da ciência para que tomemos consciência do que está acontecendo no Brasil.

Obrigada.

Documento 103/1.178

10.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-02/03/2021-21:00

Publ.: DCD - 03/03/2021 - 142-TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Morte de 1.726 pessoas no País em decorrência da Covid-19, nas últimas 24 horas. Perplexidade ante o posicionamento de Parlamentares, favorável ao uso de cloroquina e de vermicida para enfrentamento da grave crise sanitária por que passa o Brasil.



Repúdio à postura negacionista e genocida do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Colapso do sistema de saúde e morte de pacientes à espera de leitos de UTIs em Estados brasileiros. Natureza irracional da prioridade do Presidente da República na economia em relação à crise sanitária e à vida. Defesa da decretação de lockdown, de isolamento social e vacinação para contenção do avanço da epidemia de coronavírus no País. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu vou voltar ao tema amplamente debatido aqui. Acabamos de ter a notícia de que, nas últimas 24 horas, foram 1.726 pessoas mortas em decorrência da COVID. É inaceitável que, no momento da maior crise sanitária do Brasil, tenha gente nesta Casa que defenda cloroquina, que defenda remédio para verme para enfrentar a maior crise sanitária no Brasil.

É uma tragédia e é escandaloso que um Governo, que já fez cruzada, Deputado Rogério, antivacina, que nega a ciência, tenha a coragem de falar que usar máscara causa dano, de criticar o *lockdown*, e ignorar que não estamos num estado de normalidade. Não podemos achar que estamos num momento de normalidade.

Há 17 Estados com mais de 80% de seus leitos de UTI ocupados; 9 Estados com mais de 90% de seus leitos de UTI ocupados; 16 pacientes morrendo na fila, à espera de leitos de UTI, em Santa Catarina; além da utilização de contêineres no Rio Grande do Sul, onde não há mais leitos. No meu Estado, Rio de Janeiro, 88% dos leitos de UTI estão ocupados. É uma tragédia!

Eu quero entrar em um debate: é inaceitável que, diante dessa tragédia, juntemos, mais uma vez, negacionismo com política de austeridade. Não dá para colocarmos em oposição saúde e economia. Aliás, foi justamente esta a razão da falta de controle da pandemia. Em nome da economia, realizaram ações que foram responsáveis pela exponencial morte de pessoas. Esse número ainda aumentará, lamentavelmente, nos próximos dias. Não sei se podemos evitar a morte de 2 mil pessoas por dia. Isso é desesperador! Não é possível que não nos mobilizemos diante disso!

Além de genocida - sinceramente, não há outro adjetivo a usar -, essa posição de defender a economia acima da vida é pouco inteligente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quanto mais tempo dura a crise sanitária, mais tempo dura a crise econômica.

Quem diz que o povo brasileiro só tem uma escolha - morrer ou comer, morrer ou ter um emprego - é conivente com as quase 2 mil mortes diárias, com esse recorde de mortes diárias causadas pela pandemia. Devemos interromper, urgentemente, o alastramento da contaminação. Para isso, a saída é a vacina, não a ivermectina. Deve haver *lockdown* nas cidades onde há uma situação

mais crítica. Deve haver um duro isolamento social nas cidades onde a epidemia está menos grave.

Também é necessário o auxílio emergencial no valor de 600 reais, com cota dupla para mães solo, sem a chantagem que o Governo quer impor a esta Casa para desmontar os direitos sociais constitucionais. Precisamos entender que 9 milhões de pessoas dependeram exclusivamente do auxílio emergencial; que 68 milhões de pessoas estão na extrema pobreza, dependendo desse auxílio; que 40% das chefes de família dependem do auxílio emergencial.

Então, é fundamental que o Governo tome medidas enérgicas para enfrentar a maior crise sanitária da história.

Obrigada, Presidente.

Documento 104/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:00

Publ.: DCD - 04/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Boicote do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de imunizantes. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós votamos a autorização para que os Municípios e Estados brasileiros possam comprar a vacina, a própria iniciativa privada. Por que isso? Porque o Governo Federal boicotou as vacinas. Ele sabotou a compra das vacinas. Não comprou, não tem vacina. Não é que falte dinheiro, dinheiro tem sobrando. Nós aprovamos 20 bilhões de reais para comprar vacina, mas o Governo não se interessou.

Nós sabemos que entre o mar e o rochedo quem apanha é o marisco. Entre o Governo Federal e o Governo do Estado quem apanha é o povo, que não tem vacina, quer, precisa, necessita e tem direito.

O Governo Bolsonaro negociou a duras penas só duas vacinas: uma delas contra a vontade, que é a CoronaVac, que vem da China; e a outra, da Biotech. A da Pfizer, que é a melhor vacina do mundo, ele enrolou, enrolou e não comprou até agora. É uma coisa impressionante! O mundo vacina, menos o Brasil, porque o Governo brasileiro é negacionista, Presidente.

O pior é que essa questão toda está contaminando. Contamina inclusive a população, o Congresso. Eu vi ontem -- fiquei impressionado -- o Deputado Giovani Cherini, gaúcho, dizer: "*Não, basta um tratamento precoce, com ivermectina e cloroquina*". Isso é para matar piolho, é o que a ciência diz.

É uma coisa impressionante! Eu fico assim tocado, porque a população está morrendo nas filas dos hospitais, nas UTIs, e nós estamos inventando essas coisas, enganando o povo. Já basta tomar sol e tomar água, como se o povo não tomasse sol, não tomasse água.

Aí eles vêm com outra: "*Até julho deste ano, todo o Brasil, todo o povo brasileiro vai ser vacinado*". Mentiu para o tio. Eu vou cobrar. Ah, eu vou cobrar! As pessoas estão morrendo, estão sendo enganadas. O Brasil vacina 100 mil pessoas por dia. Nos Estados Unidos, fazem 2 milhões de vacinas por dia. Essa é a verdade!

A saída, Presidente, para esse problema é a vacina. Não há outro remédio!

Aliás, é bom dizer assim: para salvar da COVID, vacina; para melhorar a economia, vacina; para combater o desemprego, vacina; para arrumar emprego, vacina; para ter renda, vacina; para que as pessoas não vão para os hospitais, vacina; para que as pessoas não fiquem nas UTIs, vacina; para que as pessoas não morram, vacina.

Só há uma saída: vacina, vacina, vacina. E a vacina está aí. O que é preciso é ação e atitude.

Felizmente, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional está chamando para si a responsabilidade e repartindo a tarefa com Prefeitos, que querem comprar a vacina, com Governadores, que querem e estão fazendo esforço para comprar vacina, até para que nós não fiquemos na mão e à mercê do Presidente da República.

Essa é a verdade, Presidente!

Vacina! Vacina! Vacina! Vacina!

Muito obrigado.

Documento 105/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso da área de saúde no Estado da Bahia, provocado pela epidemia de coronavírus. Necessidade de avanço no processo de aquisição de vacinas. Apresentação, pela oradora, de requerimento de transformação de sessão plenária da Casa em Comissão Geral para debate do tema. Reativação do parque industrial farmacêutico brasileiro. Pedido à Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, para visita à União Química Farmacêutica Nacional.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esses breves comunicados são fundamentais para que possamos passar a urgência de determinadas matérias.

No dia de ontem, o Governador do Estado da Bahia chorou em uma entrevista, diante da circunstância de 98% de leitos ocupados. No setor privado, há hospitais com 100% de ocupação. O próprio Secretário da Saúde do Estado da Bahia, que tem sido relevante na luta de enfrentamento à COVID-19, encontra-se hospitalizado, felizmente melhorando a cada dia. Irmão Lázaro, ex-Deputado Federal e hoje Vereador em Salvador, também está hospitalizado. Nós temos, cada vez mais, pessoas próximas de nós hospitalizadas.

É preciso que o Brasil avance no processo de aquisição e produção de vacinas. Pensando nisso, como farmacêutica, ingressei com o pedido de realização de uma Comissão Geral nesta Casa para discutirmos a quebra das patentes.

Nós sabemos que houve reunião da Organização Mundial do Comércio, e a Índia, o Paquistão e outros países produtores de vacinas concordam em abrir a patente. A China, que é a maior produtora de vacinas do mundo, está também simpática à proposta de abrir as patentes.

Portanto, nós precisamos debater. Vejam o avanço que foi para o Brasil quando o ex-Ministro José Serra abriu a quebra das patentes para o coquetel anti-HIV. Quantos pacientes portadores do vírus da AIDS vivem dignamente?

Então, é fundamental que o Brasil reative o seu parque econômico farmacêutico, que foi desativado depois do golpe de 2016, no Governo Temer.

Nós estamos vendo hoje que é cada vez menor a distância entre o preço de um medicamento de marca e um medicamento genérico. É preciso produzir. Por isso, quebrar as patentes de maneira harmônica, articulada, na Organização Mundial do Comércio, passando pelos fóruns internacionais, é fundamental.

Eu peço ao Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que agende essa Comissão Geral, mesmo que de forma remota, para que possamos ingressar

nesse debate estratégico, com a presença das autoridades da ANVISA, do Itamaraty, com a presença de empresas brasileiras como a União Química.

Ingressei hoje também, quero informá-los nestes segundos que me restam, com um pedido de visita de uma Comissão Externa, ou até mesmo da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 desta Casa, à União Química, que já mostrou que tem condições de produzir 10 milhões de doses da vacina Sputnik V, a russa, em 1 mês.

Por mês, com 10 milhões de vacinas e com as aquisições das outras empresas, nós teremos condições de enfrentar o coronavírus. Do contrário, Sr. Presidente, nós não cumprimos esse calendário divulgado.

Ontem Deputados disseram que até julho estaremos todos vacinados. Nesse ritmo, nós não estaremos.

Por isso, peço a Comissão Geral, que já tem assinaturas. Agradeço a todos os Deputados que assinaram e peço a visita à União Química.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 106/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:08

Publ.: DCD - 04/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Destinação, pela bancada federal maranhense, de recursos de emendas orçamentárias às universidades públicas; às obras de recuperação e duplicação de rodovias federais; ao combate à Covid-19; ao Corpo de Bombeiros Militar; ao Centro de Lançamento de Alcântara; à agricultura familiar e ao setor hospitalar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu uso a tribuna neste momento para falar sobre a decisão da bancada do Maranhão, formada por 18 Deputados Federais e 3 Senadores, relativa às emendas que nós destinamos para o Estado do Maranhão.

Este ano, nós vamos beneficiar as três universidades públicas do Estado do Maranhão. São três universidades públicas que vão ser beneficiadas com 40 milhões cada uma: o IFMA, a Universidade Estadual do Maranhão e a Universidade Federal do Maranhão.

Também estamos beneficiando as BRs, colocando recursos para as rodovias federais, que precisam do apoio da bancada. Nós colocamos recursos para a BR-135, para aquela duplicação que está sendo feita ali do trecho de Bacabeira a Santa Rita. Em seguida, vai ser feita a obra de Santa Rita até o entroncamento de Itapecuru Mirim. Colocamos, de RP 7 e RP 2, 59 milhões de reais. Na BR-010, na duplicação dentro da cidade de Imperatriz, que é uma passagem, uma travessia urbana, nós colocamos 57 milhões de reais, entre RP 2 e RP 7. Na BR-222, onde está muito ruim aquele trecho de Miranda do Norte até Santa Luzia, na cidade de Santa Luzia, que está uma tábua de pirulito, só buraco, nós colocamos 204 milhões de reais para que seja feita a restauração completa daquela rodovia. Para a BR-226 nós destinamos 57 milhões para pavimentação daquele trecho de Timon a Presidente Dutra, pois parte dele ainda não está pavimentado.

Também colocamos recursos para o combate à COVID, através de Municípios e do Estado. Também colocamos recursos para serem utilizados na atenção básica; para o Corpo de Bombeiros, que precisa comprar um novo caminhão para combate a incêndio em São Luís; para o Centro de Lançamento de Alcântara; para a aquisição de equipamentos para a agricultura familiar.

Portanto, estou aqui utilizando a tribuna para dizer aos maranhenses onde nós colocamos os recursos da bancada. Colocamos recursos, inclusive, para o Hospital do Amor -- vai ter um Hospital do Amor, hospital de câncer, lá na cidade de Pinheiro --, no valor de 25 milhões.

Sr. Presidente, gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 107/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:08

Publ.: DCD - 04/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Situação calamitosa reinante no Estado do Acre, em face das enchentes, da crise migratória e do avanço da dengue e da Covid-19. Promoção de aglomerações, pelo Presidente Jair Bolsonaro, durante a sua visita ao Estado. Visita do orador aos Municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri, situados na região do Alto Acre. Destinação pelo Parlamentar de recursos orçamentários às municipalidades. Desinteresse do Governo Federal na solução da crise humanitária reinante na fronteira do Acre com o Peru, decorrente da imigração haitiana.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria saudar todas as pessoas que nos assistem neste momento pela *TV Câmara* e dizer que, nas últimas semanas, estive em nove Municípios do Estado do Acre. Todos vocês têm acompanhado a situação calamitosa que está vivendo o Acre, com crise migratória, com dengue, com alagação e também com o colapso no sistema de saúde, decorrente da COVID-19, que se alastra por todo o Brasil.

Na semana passada, o Presidente Jair Bolsonaro esteve aqui no Acre sem máscara, promovendo aglomerações. Inclusive dois membros da sua comitiva, um Deputado Federal, o Deputado Alan Rick, e o próprio Governador do Estado foram acometidos pela COVID-19 depois dessa visita do Presidente da República.

E nós estamos cobrando o auxílio para os alagados. Nós estamos cobrando que as pessoas que tiveram perdas tenham o FGTS liberado. Estamos cobrando que os ribeirinhos, que perderam as suas safras, possam ter recursos facilitados diante dessas perdas.

No dia de ontem, eu estive na região do Alto Acre, nos Municípios de Assis Brasil, Brasileira, Epitaciolândia, Xapuri, onde anunciamos 14 milhões de reais em emendas parlamentares para investimento em diversas áreas, como saúde, infraestrutura, agricultura.

Também tive a oportunidade de ir à fronteira com o Peru, onde está acontecendo aquela crise humanitária com os haitianos. Eles estão querendo sair do nosso País, mas estão sendo barrados na fronteira com o Peru. É uma situação que já tratamos nas últimas semanas, inclusive com a presença do próprio Ministro das Relações Exteriores, mas me parece que o Governo brasileiro não tem interesse em resolver a situação.

O Prefeito da cidade de Assis Brasil, Jerry Correia, está tentando tratar dessa situação da melhor forma, mas a única ação que o Governo Federal tem feito ultimamente é uma reintegração de posse e retirada dos haitianos, sem resolver o problema. O Governo brasileiro pode, numa ação conjunta com o Governo do Peru, do Equador, fazer com que essas pessoas possam sair do País e buscar uma vida melhor em outros países, já que o nosso País está nesta situação.

Portanto, o Presidente da República, além de ser um promotor do coronavírus - e aqui, no Acre, entrei com uma representação junto à PGR -, é alguém que não tem contribuído, como disse hoje Miguel Roberto Jorge, do *Estadão*, para facilitar a situação.

Peço a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.



9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Consequências negativas da retirada do PT do poder. Necessidade de retomada do auxílio emergencial e de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Alcance da marca de 257 mil mortes no País provocadas pela doença. Perplexidade mundial ante a postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, o Brasil está à deriva. Nós estamos colhendo frutos do golpe dado em nossa ex-Presidenta Dilma Rousseff, uma mulher honesta, e da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, que culminaram com o resultado que nós temos hoje no Brasil, na economia, nas questões sociais, na falta de inclusão, no desemprego, na fome, na miséria e na saúde.

A FIOCRUZ fez um boletim extraordinário. Apresentou um mapa crítico do que está acontecendo hoje, mostrando que são necessárias, imediatamente, medidas combinadas. Nós precisamos ter medidas combinadas. Está entrando em colapso este País, e Dilma e Lula não estão no Governo. E disseram que o golpe era para botar esta Nação para frente. O povo está precisando, o povo está clamando por uma boia de salvação com o auxílio emergencial, que, para nós, é uma proteção neste momento.

Sr. Presidente, a vacina gratuita tem que estar em todos os cantos. Nós estamos vendo que ela é também uma prevenção.

À que estamos assistindo, Sr. Presidente? São 1.726 mortos em 24 horas no dia de ontem; hoje nós ainda não sabemos quantos serão. A situação é trágica, dolorosa, e o mundo inteiro está perplexo com as medidas que o Governo Bolsonaro não está tomando, o que impede que a população possa, pelo menos, atenuar essa aflição que nós estamos vivendo. Nós já passamos de 257 mil mortes. O Brasil já tem mais de 10 milhões de casos. É COVID ou com vida! Nós precisamos entender isso.

As pesquisas estão aí, as novas pesquisas, demonstrando, Sr. Presidente, o que é temor do mundo inteiro: a COVID-19 já está reinfectando os infectados e nós estamos convivendo com uma nova variante. E essa variante do Brasil está chegando ao mundo, não está apenas em Manaus, no Amazonas ou aqui no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Perpétua Almeida. PCdoB - AC) - Obrigada, Deputada Benedita.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Então, Sra. Presidente, V.Exa. há de convir que a situação é séria.

Eu peço que o meu discurso seja registrado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço a paciência de V.Exa.

Documento 109/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --EDUARDO BISMARCK-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo do Estado do Acre. Apelo ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes partidários de votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 457, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, relativa às medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, com vista à utilização temporária, pela população civil, de leitos vagos nos hospitais das Forças Armadas brasileiras.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Fico muito feliz de vê-la aí passando a palavra para este Parlamentar que vos fala. Toda a minha solidariedade ao vosso Estado, o Acre, que honra muito o nosso País.

Eu venho falar de uma coisa que é importante também para o Estado do Acre e para todo o Brasil. Eu não sei se esta Casa sabe do que eu vou falar agora, se os Parlamentares sabem, se o Brasil sabe, mas no dia 11 de fevereiro deste ano, enquanto, no Estado do Amazonas, o Município de Manaus precisava de leitos para tratar de pacientes de COVID - mais precisamente, 278 pacientes aguardavam leito -, havia 84 leitos disponíveis em hospital das Forças Armadas no mesmo Município de Manaus.

Eu chamo a atenção de todos para isto: nós temos uma demanda muito grande, estamos vivendo essa nova onda, mas não podemos utilizar os leitos das Forças Armadas. Eles contam com pessoas treinadas para fazer o atendimento, que são pagas com dinheiro público, porém estão ociosos em muitas capitais, como Fortaleza, enquanto milhares de brasileiros estão precisando de leito e muitos, como aconteceu em Manaus, com pode estar

acontecendo no querido Acre, estão morrendo à míngua, por falta de leitos no nosso País.

Apresentei o Projeto de Lei nº 457, neste ano, que permite que, em condições de esgotamento de leitos na rede SUS - somente na condição de esgotamento de leitos na rede SUS, e eu peço a atenção de V.Exa. a isso -, se houver hospital das Forças Armadas na localidade, esse hospital disponibilize os leitos para COVID para a rede SUS.

Portanto, a rede SUS arcaria com o custo de manutenção desses leitos. O objetivo é que brasileiros e brasileiras não só do Amazonas, não só do meu Ceará, não só do Acre não morram aguardando leitos. Essa é uma forma de, rapidamente, nesta onda, disponibilizarmos leitos.

Peço ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes que coloquemos urgência nesse projeto e o votemos o mais rápido possível, a fim de que tenhamos, rapidamente, mais leitos disponíveis, não tenhamos *lockdown* em várias cidades, para que pessoas possam trabalhar, e tenhamos a nossa vida voltando ao normal, enquanto não temos vacina.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 110/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário às medidas de prevenção do coronavírus, bem como à imunização do povo brasileiro contra a doença. Imediata votação e rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19, e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018; bem como do Veto Parcial nº 8, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, a respeito da autorização ao Poder Executivo de adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility), e do estabelecimento das diretrizes para o processo de imunização. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o povo brasileiro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a cada dia que passa fica mais evidente a característica genocida do Governo Bolsonaro. Eu digo isso porque o Governo Bolsonaro, quando começou essa pandemia, foi contra o isolamento social, foi contra o uso de máscara, foi contra o uso de álcool em gel, foi contra o auxílio emergencial para a população, ou seja, durante todo o período dessa crise sanitária, dessa pandemia, ele foi contra as únicas medidas que permitem salvar a vida das pessoas. E agora o Governo Bolsonaro é contra a vacina. Imaginem! Ele vetou um projeto que nós aprovamos, vetou a possibilidade de Prefeitos ou Governadores deste País adquirirem a vacina para imunizar a população! Esse Governo não está preocupado com a vida das pessoas, está brincando, está desdenhando da vida das pessoas. Nós Deputados Federais não podemos concordar com isso, não, Presidente.

O Governo vetou, no ano passado, a Lei Assis Carvalho, que destinava em torno de 1.600 reais para a família da agricultura familiar. O agricultor familiar passou essa pandemia sem nenhum apoio do Governo Federal, do Estado brasileiro - essa que é a grande verdade -, mesmo sendo o responsável por produzir alimento para a nossa população. E nós Deputados não fizemos reunião do Congresso Nacional para derrubar o veto. Então, eu quero chamar a nossa atenção. Ele vetou, mas o Poder Legislativo é que dá a última palavra, Sr. Presidente.

Nós não podemos ser coniventes com o Governo Bolsonaro. Por isso, tem que haver sessão do Congresso Nacional para derrubarmos vetos e, assim, restabelecemos o processo que permite que Governadores e Prefeitos adquiram vacina para imunizar a população brasileira. Se seguirmos o passo e o cronograma do Governo Bolsonaro, nós vamos levar no mínimo mais 2 ou 3 anos para vacinar o nosso povo, enquanto muitos países, como o Reino Unido, dizem que até junho irão vacinar toda a sua população.

O Governo Bolsonaro não cuida da nossa gente. Nós Deputados Federais temos de fazer a nossa parte. Governadores e Prefeitos estão fazendo a parte deles. Por isso, é urgente nós fazermos a sessão do Congresso Nacional e derrubarmos os vetos do Presidente Bolsonaro, para restabelecer o que nós aprovamos nesta Casa, leis que acredito que são fundamentais.

Não vamos dar a última palavra para o governo genocida que é o Governo Bolsonaro!

Documento 111/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Atuação criminosa do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Desempenho negativo do Ministério da Saúde, no tocante à coordenação das ações de combate à doença. Desestruturação, pela Pasta, do Comitê de Operações de Emergência. Boicote do Presidente da República às ações de combate à Covid-19. Situação de pré-colapso da área de saúde no País provocada pela epidemia de coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui nesta tarde denunciar o cenário de crime que está acontecendo em nosso País. E ele começa lá atrás. No início da pandemia, o Presidente exonerou dois Ministros médicos, em menos de 30 dias, e no lugar deles colocou generais da ativa; militarizou o Ministério da Saúde, que, a partir daí, deixou de ser pautado pela ciência; desmontou o Comitê de Operações de Emergência, que deveria ser o cérebro da coordenação do combate à pandemia.

O Ministério não demonstra nível adequado de governança, conforme diz o TCU. Ele não planeja, não coordena, não tem uma comunicação institucional capaz de orientar a população no enfrentamento da pandemia.

O Ministério não cuidou adequadamente da crise em Manaus, uma atitude criminosa, principalmente no tocante à oferta de oxigênio, cujos dados estavam à mão para que se estimasse que haveria falta daquele insumo fundamental. Enviou 120 mil comprimidos de cloroquina, mesmo contrariando a ciência, ou seja, desperdiçou recursos públicos com drogas ineficazes, gerando prejuízo ao Erário nacional.

Em 2020, o Ministério da Saúde teve ao seu dispor, gente, 24 bilhões de reais, mas conseguiu liquidar apenas 2,2 bilhões de reais, cerca de 10%. Em 2021, mais 22 bilhões estão à sua disposição, mas até agora, num momento em que a vacinação deveria estar a todo vapor, só liquidou 740 mil reais.

O Governo Federal continua boicotando o combate à pandemia. A comunicação do Governo não trata a COVID com a relevância que a pandemia assume neste momento em que o Brasil passa a ser o campeão em mortes diárias. A ANVISA passou a ter comportamento politizado. O Presidente não demonstra solidariedade com o sofrimento do nosso povo; desmoraliza as medidas não farmacológicas, como o uso de máscara, o distanciamento social; emite declarações de cunho negacionista, a exemplo do incentivo ao uso de medicamentos inadequados.

O cenário atual em todas as regiões é de pré-colapso da estrutura pública de atendimento à COVID, de colapso total da rede privada. Com esses dados, minha gente, já está na hora de utilizarmos as ferramentas que o Poder Legislativo tem contra esse Presidente criminoso.

Fora, Bolsonaro!

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --FERNANDO RODOLFO-PL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indignação do povo pernambucano com a decretação de lockdown pelo Governador Paulo Câmara. Incompetência do Governador na condução das ações de combate à crise provocada pela epidemia de coronavírus.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, público que nos acompanha através da *TV Câmara*, eu trago hoje uma indignação que tem tomado conta do meu Estado de Pernambuco, indignação contra...

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Fora, Bolsonaro! Aí você disse: "*Fora, Bolsonaro!*"(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Joseildo, o microfone!

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) - Sr. Presidente, peço que meu tempo seja restabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que se restabeleça o tempo de S.Exa., 3 minutos, por gentileza, para que S.Exa. comece desde o início o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) - Sr. Presidente, eu trago hoje a este plenário a indignação do povo de Pernambuco com uma medida tomada pelo Governador Paulo Câmara. O Governador baixa um decreto, sem nenhuma base científica, sem nenhuma base lógica, e provoca uma verdadeira pandemia da fome em Pernambuco, porque começa a fechar os estabelecimentos comerciais a seu bel-prazer, dizendo que não são serviços essenciais.

Ora, onde está escrito o que é ou não essencial? Vá dizer para um garçom que trabalha à noite que o trabalho dele não é essencial. É com esse trabalho que ele garante o sustento da sua família, paga seu aluguel, faz a feira da sua casa. Então, os serviços não são essenciais para quem? Para o Governador do Estado.

Ninguém está conseguindo entender lá em Pernambuco por que as igrejas, por exemplo, podem funcionar durante o dia, mas não à noite, de segunda à sexta, e no final de semana não podem funcionar em horário nenhum. Quem foi que disse ao Governador que o vírus que provoca a COVID-19 tem hora e dia para atuar? Esse Governador está perdido, é um Governador incompetente, incapaz de gerir uma crise do tamanho da que nós estamos enfrentando.

Eu quero fazer um apelo, na verdade, um desafio a esse Governador: Governador Paulo Câmara, não espere amanhã, hoje mesmo baixe um decreto dizendo que aquelas pessoas que perderam o emprego por causa do seu decreto não precisam pagar conta de água nem impostos ao Estado de Pernambuco durante o ano de 2021. Baixe um decreto dizendo que os empresários que quebraram por causa do seu decreto sem lógica e sem base científica estão livres de pagar impostos ao Estado. Mexer no bolso de quem trabalha, de quem precisa é fácil, mas mexer nos cofres do Estado de Pernambuco o senhor não deixa. Já que o senhor é o bonzão, é o Governador que sabe tudo, é o dono da verdade, faça isto: tire com uma mão, mas recomponha com a outra.

Como é que se vai pagar imposto, Governador, se não se trabalha? As contas estão chegando, o IPVA está chegando, a conta de água está chegando, assim como vários outros impostos, porque o seu Governo é o que mais cobra imposto na Região Nordeste. As cobranças estão chegando. Abra a mão delas, então, porque, assim, o senhor estará sendo justo. Eu seria o primeiro a vir aqui elogiar. Sabe por que o senhor não faz isso? Porque o senhor é um Governador pau-mandado, incompetente e incapaz.

Sr. Presidente, eu gostaria do registro deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 113/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:36

Publ.: DCD - 04/03/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio às agressões verbais da Oposição ao Presidente Jair Bolsonaro.
Desestruturação da educação brasileira e da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS pelos governos petistas. Paralisação do ensino público. Apoio às escolas cívico-militares. Protesto contra a tentativa de transferência para o Presidente Jair Bolsonaro, da responsabilidade por desacertos de Governadores e Prefeitos Municipais na condução das ações de enfrentamento da Covid-19.



O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Muito obrigado.

Eu me dirijo a todos os colegas e às pessoas que nos assistem bastante preocupado com esse discurso da Oposição que não para, o qual eu lamento muito, lamento demais. Continuam dirigindo agressões ao Presidente da República, chamando-o de coisas, o que realmente nos deixa preocupados com a memória desse pessoal que está fazendo uso da palavra, porque eles se esqueceram do que fizeram com o Brasil, do que fizeram com a PETROBRAS, do que fizeram com a educação brasileira, meus amigos.

O Brasil é o sexto país do mundo que mais investe, em percentual do PIB, na área da educação, e o nosso *ranking* é um dos piores do mundo! Tudo isso por quê? Porque começaram a fazer um proselitismo político e ideológico com as crianças, com os adolescentes e com os adultos. Inverteram a pirâmide de investimento na educação, procurando dar prioridade para o ensino superior, e se esqueceram do ensino básico. Então, hoje estamos com esta educação: as crianças e os jovens não sabem ler, não entendem português, não sabem fazer conta matemática. Isso é um crime que cometeram contra a nossa sociedade brasileira. Nós precisamos reverter isso.

Estive numa reunião hoje com o Ministro Milton, sua assessoria e alguns Deputados e Senadores. Acredito que existe um encaminhamento sendo feito. Mas, infelizmente, a Oposição teima em usar o TCU e o Supremo Tribunal Federal para tentar barrar toda e qualquer iniciativa do MEC para mudar essa história da educação e como ela foi construída. Nós precisamos construir melhor nossas leis aqui no Brasil para que esse tipo de ação por parte da Oposição não atrapalhe o Brasil.

Não se consegue enxergar esta situação! Isso está atrapalhando nosso País. As escolas estão paradas: faz 1 ano e 2 meses que não temos aulas nas escolas! As crianças não estão tendo aula, por quê? Segundo alguns, é porque os professores não podem dar aula. Nem aula remota foi pensada no ensino público! Por esta razão, é claro que o ensino privado tem que ser cada vez mais a solução, não mais o ensino público! As crianças que aprendem no ensino público estão sem aula! Esta é a realidade.

Eu também gostaria de dizer que fiquei muito feliz por ver o andamento da implantação das escolas cívico-militares que o MEC propôs, quando solicitou que os Prefeitos aderissem - houve a adesão. No segundo semestre, abriu-se uma nova adesão. Agora, alguns Municípios do nosso Rio Grande do Norte vão receber mais escolas cívico-militares. Nós ficamos muito felizes com isso, porque professor é professor, não é tio, não é coisa. Professor é professor, por isso tem que ser tratado e chamado de professor, com respeito e disciplina.

Por último, eu queria dizer a cada um dos senhores e das senhoras que o discurso não pode ser este. O Brasil está no meio de uma pandemia, e estão

querendo colocar a culpa no Presidente Bolsonaro por incompetências de Governos e de Prefeitos. Isso não pode acontecer nem prosseguir assim.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que minhas palavras sejam registradas pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 114/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o alcance do patamar de 260 mil mortos pela Covid-19 no País, e a política negacionista do Presidente Jair Bolsonaro. Não realização pelo Governo Federal de investimentos na educação brasileira. Exigência de imunização dos professores contra a Covid-19, como condição para a retomada das aulas presenciais na rede pública de ensino. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas. Caráter acintoso da compra de mansão no valor de 6 milhões de reais, por filho do Presidente da República. Repúdio à política de privatizações adotada pelo Governo Jair Bolsonaro e pelo Governo do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu fico muito impressionada com a tentativa permanente dos áulicos, de alguns histriônicos, dos sabujos do Presidente da República nesta Casa de buscar negar a realidade.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN) - Somos todos imunes!

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Estes buscam negar a realidade.

O Brasil está com quase 260 mil pessoas mortas! O Brasil tem um índice de vacinação pífiio! Nós sabemos que a vacina é a forma mais efetiva para se combater esta pandemia. De outro lado, o que nós vemos é um Presidente da República que não só coloca em questão a utilização das máscaras, mas também, ao mesmo tempo, lutou contra a vacina. Aliás, o discurso histriônico de que esta pandemia ou de que a COVID-19 é curada com sol ou com vitamina D é o discurso contra a vacina, é o discurso contra a ciência. Eles vão insistindo em negar a ciência, continuam insistindo em negar a realidade.

Dizem que este Governo defende a educação. Este Governo está com o menor investimento em educação dos últimos anos. Para o Ministério da Defesa está

prevista, no Orçamento, uma verba de 110 bilhões; para a educação, são 115 bilhões! Há um desprezo por parte dos fascistas, daqueles que utilizam métodos fascistas, para com a educação, porque a educação liberta.

Nós queremos que as escolas voltem, mas desde que os professores sejam vacinados! É preciso colocar como prioridade a vacinação dos professores e das professoras, para que tenhamos na escola um lugar seguro, não um lugar em que as pessoas convivam com um vírus que deve ser enfrentado com ciência e com compromisso público. Dinheiro para vacinar a população existe! Foram 20 bilhões que nós aprovamos para comprar vacina! No entanto, o Governo despreza, despreza e despreza a compra das vacinas, porque trabalha com a naturalização de mortes que poderiam ser evitadas.

O Presidente da República disse que todo mundo vai pegar o vírus, afirmando que uns vão sobreviver e outros, não. Ele descredenciou os leitos de UTI. Ele mente os dados de repasses de recursos aos Municípios e aos Estados. Ele não consegue explicar como é que um filho de um Presidente da República compra uma casa de quase 6 milhões de reais, valor que chega a três vezes o patrimônio que ele declarou em 2018. Isso é um acinte ao povo brasileiro, que não quer ver privatizado seu patrimônio, que não quer que aqui no Distrito Federal seja privatizada a CEB, que será entregue. O Governo do Distrito Federal disse que diminuiu o passivo da empresa distribuidora de energia e que aumentou o lucro, mas quer privatizá-la para aumentar as tarifas.

Chega! Basta!

Chega de Bolsonaro!

Em defesa da vida e contra a política a morte!

Documento 115/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:48

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 257 mil mortes no País em decorrência do coronavírus.
Comportamento genocida do Presidente Jair Bolsonaro diante da doença. Apelo aos Parlamentares por união de esforços em prol da imunização do povo brasileiro e da retomada do auxílio emergencial.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos em março, ou seja, faz 1 ano que se iniciou a pandemia, e já

contamos 257 mil mortes no País. Vejam bem: em 1 ano, são 257 mil mortes! No dia 2 de março, tivemos um recorde de mortes: 1.726. Total: 257 mil mortes. E nós sabemos que estes números são ainda maiores.

É inconcebível a insensibilidade desse Governo, seja com a compra de vacinas, seja com a aprovação do auxílio emergencial. É muito triste vermos colegas Deputados tentar defender tudo isso. Eles são contra o fechamento total, reclamam do fechamento de igrejas, não lutam para exigir providências desse Presidente que é, sim, um genocida. Ele é culpado, ele é responsável por isso! É necessário que haja uma força-tarefa de todos, independentemente de centrão, de direita ou de esquerda. O que está em jogo é a vida do povo brasileiro.

É inadmissível essa falta de sensibilidade, esse desrespeito para com a vida, essa falta de empenho para garantir, o quanto antes, vacinas para todos, auxílio emergencial e o mínimo de dignidade. São milhões de desempregados!

É neste sentido que eu apelo por unidade aos 513 colegas Deputados e Deputadas, bem como aos Senadores. Nós temos que pressionar ainda mais, temos que pressionar muito, porque o Presidente da República não só não ajuda, mas também atrapalha. Ele impede Governadores e Prefeitos de tomarem providências. Além de ele não tomar as providências necessárias, ataca a vida. Não há nem vacina nem o auxílio emergencial, que ele nega.

Sr. Presidente, daqui a 1 ano, se nenhuma providência for tomada, nós vamos passar de 500 mil mortos. A providência urgente é a compra de vacinas e a volta imediata do auxílio emergencial, para garantir a vida e a dignidade do nosso povo.

Muito obrigado.

Documento 116/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante do registro de 250 mil mortes e de 10 milhões de contaminados pela Covid-19 no País. Necessidade de adoção de pauta em prol do povo brasileiro, pelo Congresso Nacional em conjunto com instituições e a sociedade civil. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro e instalação de governo de salvação nacional. Fechamento de leitos de UTIs e enfermarias pelo Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Boicote à aquisição e vacinas pelo Presidente da República. Necessidade de autorização ao Supremo Tribunal de Justiça,

pela Procuradoria-Geral da República, da abertura de investigação contra o Presidente Jair Bolsonaro, conforme a queixa-crime apresentada pelo orador.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, ontem nós perdemos 1.726 vidas. Já são mais de 250 mil vidas perdidas, são mais de 10 milhões de brasileiros e brasileiras contaminados. No entanto, o Presidente da República, irresponsável e omissos, continua atacando os gestores que defendem a vida.

Chegou a hora de o Parlamento brasileiro, de a sociedade brasileira e de as instituições construírem uma pauta de convergências, é verdade. Chegou a hora de construir um governo de salvação nacional. Para tanto, há uma preliminar: isso não pode se dar com o atual Presidente da República!

O Presidente da República tem que ser afastado das suas funções, porque ele incentiva, por exemplo, as aglomerações. Neste momento, em todo o mundo, os países civilizados estão fechando as cidades. Aqui, Bolsonaro está promovendo aglomerações e defendendo a abertura da economia.

O mundo todo está abrindo mais leitos de UTI e enfermarias. No entanto, o Ministério dirigido pelo incompetente Ministro Pazuello fechou leitos de UTI e enfermarias. O mundo todo se organizou, não negou a ciência nem as vacinas. O Presidente da República, porém, faz questão de dificultar, a todo momento, a chegada das vacinas ao povo brasileiro.

Diante disso, qual é o caminho? Eu fico à vontade para dizer porque, há 1 ano, quando ele fez o primeiro discurso, dizendo que se tratava de uma gripezinha, de um resfriadinho, eu entrei com uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal. Aliás, essa queixa-crime não foi arquivada até hoje. Depois do crime de improbidade e da omissão no enfrentamento do caos em Manaus, eu apresentei o quarto aditamento desta notícia-crime.

Eu faço aqui um apelo. É fundamental que a Procuradoria-Geral da República autorize o Supremo Tribunal Federal a abrir esta investigação contra o Presidente da República.

Este seria o caminho mais curto para este Parlamento garantir o afastamento de Bolsonaro por 180 dias e pautar o que interessa ao povo brasileiro: o preço dos alimentos e dos combustíveis, o desemprego, um projeto de vacinação para todos, acordos comerciais com as farmacêuticas e o auxílio emergencial já.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --RUBENS OTONI-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à epidemia de coronavírus.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha neste instante pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, é importante dizer alto e bom som que nós estamos lutando para que haja vacina para todos. Nós estamos aqui para votar tudo o que for necessário para salvar vidas. Nós estamos aqui para denunciar a ação criminosa do Governo Bolsonaro, que, além do descaso e da omissão, contribui para contagiar mais e mais pessoas.

Sr. Presidente, em Wuhan, onde a pandemia começou 1 ano atrás, houve um controle total do vírus, com orientação e isolamento social. Neste ano, não houve em Wuhan uma morte sequer, nenhum caso de contágio. Aqui no Brasil, no entanto, onde o Presidente diz que a pandemia é apenas uma gripezinha, onde o Presidente questiona o uso de máscaras e trabalha contra o isolamento social, nós chegamos ontem a mais de 1.700 mortos, o que significa mais de uma morte por minuto. São 40 dias seguidos com a média de mais de mil óbitos por dia. Esta é uma situação dramática; na realidade, é uma tragédia!

Daí vem o nosso grito: nós queremos salvar vidas! Para isso, nós queremos vacina para todas as pessoas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 118/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:00

Publ.: DCD - 04/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Elevação dos preços de alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha no País. Necessidade de adoção, pela Câmara dos Deputados, de ações efetivas em prol do povo brasileiro. Imediata retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de vacinação em massa contra a Covid-19; da implantação de programa de fortalecimento das pequenas e microempresas e da aprovação de projeto de lei de apoio emergencial à agricultura familiar. Alcance da marca de 260 mil mortes no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Necessidade de reação da Casa à inação do Governo Jair Bolsonaro diante da tragédia causada pela Covid-19.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo de novo e também aos colegas Parlamentares.

Eu gostaria de falar hoje sobre um assunto que deveria ser motivo de preocupação para todos nós que fomos eleitos pelo povo brasileiro: o preço dos alimentos no nosso País. Ir ao supermercado no Brasil governado por Bolsonaro é um ato de coragem. A cada compra vemos os preços maiores: 40 reais por um pacote de 5kg de arroz, a carne batendo os 70 reais o quilo, dependendo do tipo, o quilo da banana a quase 10 reais em alguns lugares. E não é só nos supermercados, temos recebidos informes de que o botijão de gás está custando 120 reais em algumas regiões do País. O litro da gasolina já passou dos 5 reais. Em Brasília, por exemplo, há posto cobrando 5,70 reais pelo litro. Estão chamando o Presidente de Bolsocaró, e com toda a razão.

A pergunta que eu faço é: até quando a Câmara dos Deputados será tolerante com isso? Do Presidente Bolsonaro não podemos esperar nada, pois a preocupação dele é com cloroquina, armas e com a salvação dos filhos das garras da Justiça. Mas nós Deputados podemos fazer alguma coisa. Ao invés de nos preocuparmos com a PEC da impunidade e privatizações descabidas, é hora de tomarmos medidas e cobrarmos do Executivo que dê um giro na política econômica: voltar rapidamente com os 600 reais da ajuda emergencial e assegurar a vacinação em massa de toda a população, aprovar e implantar um programa de apoio às micro e pequenas empresas, e assim garantir emprego, aprovar o projeto de lei que já está protocolado de apoio emergencial à agricultura familiar e assim garantir a produção de alimentos e baratear o custo dos alimentos, dando um socorro para boa parte dos pequenos agricultores que estão à míngua e passando fome.

Ontem, tivemos 1.726 mortes por COVID-19. Já estamos chegando a 260 mil mortos. Não são números, são vidas. O Brasil real não aguenta o mundo para o qual a base governista da Câmara tem trabalhado de privatizações, de destruição ambiental, de pauperização da população sem renda, sem emprego, morrendo de COVID.

É hora de termos a grandeza de reagir à inação do Bolsonaro, do Bolsocaró.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, Presidente.

Obrigado.

Documento 119/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:00

Publ.: DCD - 04/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Expectativa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor de eventos em decorrência da epidemia de coronavírus. Defesa de supressão do art. 9º da proposição, destinado à retirada de percentual de recursos de prêmios lotéricos para financiamento do setor de entretenimento.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos aprovar hoje o projeto de ações emergenciais em defesa do setor de eventos do Brasil, que é fundamental, e eu quero fazer uma observação: o art. 9º desse projeto trata de uma fonte de receita para o financiamento dos prêmios das loterias federais. Nós entendemos que precisamos dar uma alternativa de fonte de receitas para o financiamento do setor de eventos, uma fonte que tenha mais recursos, porque a necessidade do setor é muito grande.

A fonte de recursos dos prêmios das loterias federais é um problema, porque vai diminuir o valor dos prêmios e, conseqüentemente, vai diminuir o faturamento das lotéricas, que já estão com muitas dificuldades, Sr. Presidente.

Documento 120/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Natureza acintosa da aquisição, pelo Senador Flávio Bolsonaro, de mansão no valor de 6 milhões de reais no Distrito Federal. Envolvimento do clã Bolsonaro com corrupção e

milícias. Gastos desnecessários do Governo Federal com a compra de cloroquina, em detrimento da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck. Cumprimento os colegas Deputados e Deputadas e o povo brasileiro.

Ontem o Brasil recebeu mais uma daquelas notícias que agridem o bom senso e o senso de justiça. O filho mais velho do Presidente da República, Deputada Luiza Erundina, Deputado Charles Fernandes, comprou uma mansão no valor de 6 milhões de reais. Ele tem apenas 39 anos, é um jovem e já tem 6 milhões para comprar uma mansão, além dos outros 10 ou 12 imóveis que tem em sua carteira imobiliária.

Hoje de manhã pesquisei o que fez o filho do Presidente nesses primeiros 39 anos de vida. Ele foi Deputado Estadual desde os 21 anos de idade. Se ele trabalhou 19 anos como Deputado Estadual e supondo que tenha conseguido o feito de economizar 10 mil reais por mês, em 19 anos como Deputado Estadual ele poderia ter guardado 2 milhões e 280 mil reais - o que é um exagero, Deputado Enio Verri, uma vez que um Deputado Estadual, mesmo tendo um salário alto, não poderia ter economizado esse dinheiro. De onde ele tirou então 6 milhões de reais para comprar essa mansão? A ostentação do imóvel agride o bom senso de qualquer brasileiro médio.

A família dos privilégios, o bolsonarismo da corrupção, o bolsonarismo das milícias, o bolsonarismo que quer colocar o próprio filho para ser o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, agora nos agride com a compra de uma mansão de 6 milhões de reais.

Eu desafio o Deputado Eduardo Bolsonaro, irmão do Senador Flávio Bolsonaro, a subir nesta tribuna e explicar de onde saiu o dinheiro para comprar uma mansão de 6 milhões de reais. Esse dinheiro, intuo eu, vem da milícia, vem das rachadinhas, vem de processos ilegais, e eu, desta tribuna, peço ao Ministério Público Federal que abra uma investigação sobre a evolução patrimonial de Flávio Bolsonaro, que abra uma investigação sobre as fontes desses recursos que compraram uma mansão de 6 milhões de reais.

Eu concluo, Presidente, com a sua benevolência de alguns segundos, dizendo que o Brasil está cansado de ver dinheiro público jogado fora na compra de cloroquina, está cansado de não ter as vacinas que deveria ter, e ainda mais cansado de ver o grau de privilégios e corrupção que a família do Presidente Bolsonaro vem praticando.

Sumário

Declaração de voto pela aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Importância das medidas preventivas da Covid-19. Necessidade de retomada do auxílio emergencial e de vacinação em massa contra a doença.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nas nossas redes sociais muitas pessoas estão perguntando o nosso posicionamento sobre a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, que trata da ampliação da margem de crédito consignado a aposentados e pensionistas. Eu antecipo aqui que, seguindo a orientação da nossa bancada, nós vamos votar favoravelmente a esse direito, que, inclusive, vai impulsionar a economia local.

Mas eu não posso, Sr. Presidente, fugir dessa polêmica que divide opiniões no Brasil sobre o tratamento mais adequado para o combate à pandemia. Os seguidores do Presidente da República trabalham na lógica de que nenhuma medida protetiva deve ser utilizada, nem a máscara nem o distanciamento social. Por outro lado, observo que, se nós não tivermos como uma das estratégias a proteção para evitar a proliferação do vírus, não teremos grandes resultados ou resultados positivos.

Mas eu me pergunto: é tão difícil entender que é preciso conduzir as duas coisas juntas, a proteção e a assistência junto com a economia? Não há dicotomia. Portanto, faz-se necessário que, de forma urgente, tenhamos, sim, medidas protetivas. É tão difícil entender que o nosso sistema de saúde nacional está colapsado e que não tem mais para onde levar o doente infectado? Será que é tão difícil entender que as pessoas com outras enfermidades não estão mais sendo atendidas por falta de vagas? Será que é tão difícil entender a pressa para aprovar o auxílio emergencial para que haja condições, inclusive, da retomada das medidas protetivas? Será que é tão difícil entender que não há outra saída senão a vacinação em massa para imunizar o percentual necessário do povo brasileiro, para que as pessoas possam voltar a trabalhar, possam voltar ao emprego?

Não é difícil entender isso, mas estamos fazendo briga política em torno de uma doença que está levando vidas do nosso povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 122/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 04/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reafirmação do compromisso do orador com os movimentos sociais do campo. Mobilização da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST contra imposições do Governo Federal. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Atuação do Presidente da República contra a imunização do povo brasileiro. Apresentação, pela bancada do PT, do Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2020, para sustação dos efeitos da Portaria Conjunta nº 1, de 2020, editada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a respeito da instituição do Programa Titula Brasil, seus objetivos e forma de implementação.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, eu quero reafirmar o meu compromisso com os movimentos sociais do campo, para lutar contra a municipalização da reforma agrária.

Hoje, os assentados da reforma agrária estão sofrendo as consequências da Portaria nº 1, editada pelo Governo Bolsonaro. Ela passa para os Municípios o programa de regularização fundiária e titulação de terras. A portaria e seus efeitos são praticamente uma chantagem contra os camponeses.

O INCRA negocia a liberação de terras em troca de aceitarem a titulação definitiva. Isso fere os interesses coletivos e a função social da reforma agrária. A terra passa a ser um bem como qualquer outro e poderá ser repassada.

Os movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, estão em alerta, mobilizados em reuniões *on-line*, mas de mãos atadas neste cenário caótico que estamos vivendo. Com a pandemia, não podemos realizar trabalhos presenciais de base para evitar que os camponeses aceitem as imposições do Governo.

Assim, concluímos que Bolsonaro dificulta a vacinação, para evitar que o povo realize protestos e mobilizações. Ele fica causando aglomerações a seu favor, negando a vacina e empurrando o povo para a morte.



De toda forma, eu garanto que farei todo o possível como Parlamentar contra os efeitos de ataques do Governo à reforma agrária. A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores já apresentou projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos da portaria. Espero que ela seja derrubada.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigado.

Documento 123/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 04/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de abertura, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de processo contra Deputado da Esquerda por ofensa verbal ao Presidente Jair Bolsonaro. Inconsistência do discurso da Oposição sobre a negligência do Governo Federal na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Apoio à concessão do auxílio emergencial de 250 reais a trabalhadores e famílias carentes. Defesa da adoção do isolamento vertical como medida de prevenção do coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação.

Nos primeiros dias deste ano, na sessão, eu ressalté a importância do decoro parlamentar e pedi ao Presidente Lira punição severa e exemplar a quem não respeitar o decoro.

Hoje, eu ouvi um Deputado da Esquerda, um Deputado catastrofista chamar o Presidente de genocida. Ele tem que ir para o Conselho de Ética. Temos que impor respeito. Não respeita, não vai ser respeitado e vai ser penalizado. Temos que mostrar ao Brasil que nós Deputados temos o mínimo nível de decoro parlamentar. Esse Parlamentar, sabe-se quem é, que chamou o Presidente de genocida deve ir ao Conselho de Ética. Nós o vemos falar a todo momento.

Como sempre, a Esquerda é contra tudo e a favor de nada. Essa Esquerda mitômana mente compulsivamente e acredita na sua mentira, dizendo que não existe vacinação no Brasil, que é quase nada. Atenção! Há 3 dias divulgou o Instituto Oxford: "*O Brasil é o sexto país do mundo que mais vacina*" - o sexto! Vacina mais do que a China, vacina mais do que a Rússia, vacina mais do que

Índia. Estamos com um cronograma de compras de vacina exemplar, fazendo sempre o melhor.

Então, é o que eu digo. Os urubus de plantão tradicionais não são negativistas, são catastrofistas. Isso tem que acabar. Pensem no Brasil! Parem de disseminar o ódio. Enquanto o mundo combate a pandemia, a extrema-esquerda quer derrubar o Presidente da República sem fundamento algum. Criticam até o auxílio emergencial, alegando que tem que ser de no mínimo 600 reais. Peçam mil reais, 2 mil reais. Serão quatro parcelas de 250 reais. Foram bilhões de reais já gastos! É fácil vir com essa demagogia.

Vamos aprovar o auxílio emergencial. E do que adianta o auxílio emergencial para a economia, se Governadores ficam trancando a economia? Eu sempre defendi e defendo o isolamento vertical, como fez o Uruguai. Ele deu um belo exemplo para o mundo: as crianças estudando, os idosos e pessoas convalescentes permanecendo em casa, e quem pode indo trabalhar, com os devidos cuidados. Isso é o mínimo.

Isolamento vertical para o bem do Brasil! A vacinação em massa está chegando. O Brasil já é o sexto no mundo que mais vacina.

Por fim, um detalhe: todos pedem que o pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*. Ocorre que o programa tem 1 hora de duração, não cabe todo mundo, não tem como.

Muito obrigado.

Documento 124/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, pela apresentação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a autorização aos Estados e Municípios, bem como à iniciativa privada, da compra de vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Reunião da bancada federal mineira com o Presidente Rodrigo Pacheco para debate de prioridades do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Importância da conclusão das obras da BR-265, trecho Jacuí-Alpinópolis, em Minas Gerais. Competência e preparo do Presidente do Senado Federal para o exercício do cargo. Solicitação ao Presidente da República de edição de medida provisória destinada à liberação de recursos a favor do lar do idoso.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Colegas Parlamentares, a minha fala hoje vai ser bem breve.

Queria cumprimentar e agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco pelo projeto de lei que autoriza a compra de vacina por Estados, Municípios e empresas privadas. Isso vai adiantar a vacinação. Vai ser muito bom, em breve, vacinarmos todo o povo brasileiro.

Hoje, na parte da manhã, reunidos na residência do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, junto com a bancada mineira e nosso Líder Diego Andrade, tivemos uma ótima reunião que tratou das prioridades do Estado de Minas Gerais e de todo o Brasil.

É um orgulho muito grande ter um mineiro à frente do Senado. Ele é muito responsável, preparado. Hoje também foram entregues a ele todas as prioridades da bancada mineira. Entre as prioridades está o término da BR-265. Vamos ver se nosso Senador nos ajuda a colocar na emenda impositiva uma obra que precisa ser concluída, que está parada desde 2012.

É necessária a conclusão dessa obra entre Jacuí e Alpinópolis. Fizemos a nossa parte e demos um grande passo.

Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para agradecer aos 27 Parlamentares de toda a nossa bancada que votou a Proposta 14, por nós indicada, e que foi aprovada.

Eu queria ainda pedir ao Governo, ao nosso Presidente da República, que se sensibilizasse novamente, como fez no ano passado, quando editou uma nova medida provisória que abriu crédito 160 milhões de reais para os lares de idosos. Por que estou fazendo esse pedido? Porque, no ano passado, quando liberou aquele recurso para o enfrentamento à COVID, ajudou muito os lares de idosos. Quem está nos lares de idosos hoje são pessoas que construíram o Brasil lá atrás: pedreiro, servente, produtor, doméstica, pessoas que, se não fossem os lares de idosos para acolhê-las, iriam ficar sozinhas em casa, comer comida de 2 ou 3 dias, não iriam tomar o medicamento na hora certa e não seriam cuidadas.

Os gastos com o IPI de todos os cuidados aumentaram muito. Além disso, as quermesses feitas nas comunidades para ajudar os lares dos idosos, como o Lar São Vicente, foram suspensas. Os gastos aumentaram muito e a arrecadação diminuiu muito.

Por isso, da nossa emenda individual agora de 16 milhões destinei 8 milhões para o lar de idosos da minha região: 50 mil, 100 mil, para ajudá-los. Nós somos responsáveis por eles. A diretoria dos lares dos idosos é composta por solidários e voluntários, que não têm salário, não são remunerados, fazem a parte deles e talvez a nossa, que representamos o povo.

Portanto, gostaria que o Governo pudesse, novamente, com uma nova medida provisória, abrir crédito para ajudar os lares de idosos, porque os gastos aumentaram e as quermesses foram todas suspensas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Documento 125/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 1.800 mortes no País nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Colapso da área de saúde no Estado da Bahia provocado pela doença. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por assunção de suas responsabilidades perante o povo brasileiro, notadamente quanto ao combate à epidemia de coronavírus. Despreparo do general Eduardo Pazuello para o exercício do cargo de Ministro da Saúde.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Foi mais um dia triste ontem para o nosso País. Vivenciamos ontem, Sr. Presidente, a marca histórica de quase 1.800 mortes no Brasil. Na Bahia, a situação está extremamente delicada. Na região onde moro, em Guanambi, os hospitais estão lotados. Não há leito para receber ninguém. Os hospitais mais próximos dos centros de referência também não têm mais lugar para receber pacientes. A lista de espera hoje por UTI na Bahia chegou a ter 342 pessoas.

Olhem a situação a que estamos chegando! É dramática a situação na Bahia.

Eu vi o Governador chorando numa entrevista que deu na última segunda-feira, sem saber como resolver tantos problemas.

Por isso, faço um apelo ao Presidente da República. Presidente Bolsonaro, sei das intenções que o senhor tem com a economia, das boas intenções em tocar as demandas deste País, mas a demanda maior agora é com a pandemia. Assuma este momento, Bolsonaro! O Ministro Pazuello está no lugar errado. É um general, que não tem condições de tomar conta da saúde. São milhares e milhares de vidas perdidas a cada dia. Está nas suas mãos, Presidente Bolsonaro, mesmo o senhor sendo contra algumas medidas.

Use-as agora como um grande estadista. Assuma essa responsabilidade para si. Chame os Governadores do País. Chame os Prefeitos para dialogarem neste momento difícil. Esqueça as divergências políticas.

Nas eleições, em 2022, o povo saberá escolher no momento certo. Não é possível o que está acontecendo. As coisas estão subindo a todo momento. A população não aguenta mais, Presidente Bolsonaro! Assuma este momento. É hora de um grande líder assumir as dificuldades pelas quais o País está passando.

Presidente Bolsonaro, olhe para a população brasileira, que tanto precisa da vacina neste momento. O povo está precisando do auxílio emergencial. Os combustíveis estão subindo, a tarifa de energia vai subir quase 20% agora.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Digo novamente: Presidente Bolsonaro, é a sua vez!

Documento 126/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pelo caos reinante no País em decorrência da Covid-19. Defesa de vacinação do povo brasileiro; de retomada do auxílio emergencial de 600 reais; de apoio governamental às pequenas e microempresas; de adoção de medidas preventivas, a exemplo do lockdown; e do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, para o efetivo combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, povo brasileiro, venho a esta tribuna dizer do grave momento que nós estamos vivendo no Brasil.

A pandemia da COVID-19 se espalhou por todo o País, por todos os rincões, com uma cepa mais infecciosa, uma cepa mais letal, uma cepa que inclusive atinge pessoas que não estavam no grupo de risco, porque atinge jovens, uma cepa que exige mais tempo de internação hospitalar para a recuperação do paciente.



Estamos chegando a um momento em que deve faltar leitos e UTIs em vários lugares do nosso País. Essa pandemia chegou a esse estágio por conta do Presidente da República, de quem eu vou falar no final, porque ele foi na contramão da ciência; ele desestimulou o uso de máscaras; ele estimulou concentrações de pessoas; ele não providenciou a vacina; ele não restringiu o funcionamento da economia quando era preciso para que saíssemos rapidamente dessa pandemia.

Quero trazer aqui cinco medidas que acho importante para o enfrentamento dessa pandemia:

A primeira medida - e com grande consenso - é a vacina, é vacinar todos os brasileiros. Neste momento, o Governo Federal deveria se adiantar para comprar mais doses de vacinas do que aquelas já previstas no Calendário Nacional de Vacinação, que é muito lento, para que saíamos rapidamente da pandemia.

A segunda medida é o auxílio emergencial de 600 reais. Foi anunciado o valor de 250 reais, mas 250 reais não é o suficiente para a sobrevivência de uma família. Os 600 reais é o auxílio emergencial da Oposição, mas 250 reais é o que esse Presidente quer oferecer. E nós exigimos a votação aqui para elevá-lo a 600 reais.

A terceira medida é a ajuda a empresas para suspensão do contrato de trabalho e apoio à manutenção dos empregos. Nós já perdemos 800 mil microempresas no Brasil.

A quarta medida é a adoção de medidas restritivas, como *lockdown*.

A quinta e última medida é o *impeachment* desse Presidente. Ele é sim um genocida.

Nós temos provas. Há estudos publicados por cientistas que mostraram que foram as medidas do Presidente que elevaram o número de mortes no Brasil. Estamos chegando já a quase 260 mil mortes. O seu *impeachment* é uma medida necessária neste País, para que vençamos este duro momento pelo qual estamos passando.

Obrigado, Presidente.

Conclamo o povo brasileiro ao pannelaço de hoje à noite contra esse Presidente genocida.



Sumário

Manifesto do Comitê Popular de Combate à Covid-19, de Porto Alegre, em defesa da unificação de ações de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) -
Cumprimento o Sr. Presidente Eduardo Bismarck e as Sras. e os Srs.
Parlamentares.

Eu me inscrevi para este período de Breves Comunicados com o objetivo de deixar registrado nesta Casa e pedir a divulgação no programa *A Voz do Brasil* do manifesto do Comitê Popular de Combate à COVID-19 de Porto Alegre. Esse manifesto unifica todas aquelas forças políticas, os sindicatos, as associações, os trabalhadores e as trabalhadoras da área da saúde, da educação, do transporte, de serviços essenciais. Esse comitê visa unificar ações para exigir dos governos que tomem iniciativas para salvar vidas.

Diferentemente do que escuto, muitas vezes, de colegas Parlamentares não só do próprio Rio Grande do Sul, mas também do Brasil, nós vivemos aqui, assim como em todo o Brasil, perdas significativas. Não há uma só família ou uma só comunidade em que vidas não tenham sido ceifadas. Não há um só lugar onde crianças não tenham perdido avós, avôs, pais, mães. Agora, os próprios jovens estão sendo atingidos por essa nova cepa do vírus, quando o Brasil se torna o epicentro da pandemia, o epicentro mundial da pandemia.

A cepa, o P1 brasileiro, já está identificada em vários lugares do mundo. Aqui faz vítimas muito mais rapidamente. Ela é de alta transmissibilidade. No entanto, do final do ano passado para cá, apesar das medidas que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal buscaram tomar, apesar das medidas dos Governos Estaduais de diversos partidos e dos Governos Municipais, o Governo Federal não cumpriu a sua parte.

Ao contrário, foi uma opção política fechar leitos de UTI e fechar hospitais de campanha onde eles tinham sido colocados. Os profissionais de saúde já não aguentam mais. É necessário apoiá-los. É necessário vacinar a população, porque eles já não aguentam o grau e a exigência.

O comitê em Porto Alegre, reunido hoje, demonstra a situação de um Estado que sempre teve um sistema organizado, o SUS muito bem organizado. Lá já são mais de 170 pessoas do lado de fora das UTIs esperando. Perdem-se vidas aqui, Deputada Lídice da Mata, na ordem de 7 para cada 10 que vão para uma UTI, com 300 pessoas ou mais no Estado esperando. E nada é feito pelo Governo Bolsonaro.

Basta! O negacionismo tem que ser rejeitado. A ciência tem que prevalecer. A boa política e o apoio ao SUS precisam prevalecer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 128/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 04/03/2021 --FELIPE CARRERAS-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos profissionais de saúde engajados na luta contra a epidemia de coronavírus. Relevância dos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais de educação física. Reconhecimento, pela Organização Mundial da Saúde - OMS, da importância da prática da educação física para a prevenção de doenças e redução de mortalidades. Valorização dos profissionais de educação física.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, todos que estão nos assistindo, mais uma vez, venho à tribuna da Câmara dos Deputados me solidarizar e, ao mesmo tempo, parabenizar os guerreiros que estão na linha de frente, os profissionais de saúde nesse momento de tanta dificuldade, em que aumenta o contágio do coronavírus em nosso País.

Mas quero novamente falar pelos profissionais muitas vezes esquecidos: os profissionais de educação física. Isso mesmo, o profissional de educação física cuida da saúde preventiva. E quem está falando aqui não é o Deputado que preside a Frente Parlamentar do Esporte, a Frente Parlamentar de Saúde Preventiva. Minha voz aqui procura traduzir a voz da ciência. Profissional de educação física, Presidente Eduardo Bismarck.

A Organização Mundial de Saúde, nunca tão falada na história deste século, diz que para cada real investido em atividade física economizam-se 4 reais nos hospitais. A OMS - Organização Mundial de Saúde, em dezembro do ano passado, disse que 300 minutos de atividade física são as novas diretrizes. De acordo com a OMS, a atividade física reduz risco de mortalidade por doença cardiovascular, hipertensão, diabetes, além de trazer benefícios para a saúde mental. Ajuda na saúde mental, Presidente.

Concluo, temos que ter esse olhar, equipamentos de atividade física. Valorizar o profissional de educação física é valorizar a vida. Eu não vejo, nem tenho conhecimento de nenhuma academia, de nenhum local que promove atividade física com aglomeração. Tudo é feito com responsabilidade, com distanciamento social, com álcool em gel, com acompanhamento do Conselho

Regional de Educação Física, que está presente em todos os Estados da Federação. Isso é importante e dialoga com saúde preventiva, com vida. Profissional de educação física é essencial! Academias são essenciais.

Obrigado, Presidente.

Documento 129/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 04/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 1.726 mortes no País nas últimas 24 horas decorrentes da Covid-19. Falecimento de filho do sindicalista conhecido pelo alcunha de Papa-Léguas, vítima do coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Inadmissibilidade de desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem ocorreram 1.726 mortes. Dentre essas 1.726 mortes, eu constato a perda de um jovem de 29 anos, filho do meu companheiro, lutador, sindicalista dos Condutores do ABC, o meu companheiro Papa-Léguas, que mora em Diadema.

Conversei com ele hoje, conversei com a sua esposa. Quer dor, meu Deus do céu! Então, a irresponsabilidade é muito grande. Uma hora a justiça virá à tona. Não é possível justificar tantas mortes quantas estão acontecendo! Não é possível!

Paralelamente a isso, o Estado brasileiro - e nós somos o Estado - deve cumprir com o seu papel constitucional para assegurar que a sociedade tenha um mínimo de controle econômico para a sua vida. Daí a ajuda emergencial. Nós tínhamos uma proposta de 1.045 reais. Bolsonaro propôs reduzir o salário dos servidores. Depois veio com uma "merreca" de 200 reais. E chegamos ao acordo de que seria 600 reais. Chegando aos 600 reais, praticou-se esse valor. Agora a ajuda acabou, e ele veio com 250 reais. Nós queremos 600 reais, porque nem os 600 reais valem mais o mesmo. Já estão valendo menos de 500 reais.

E não venham com essa história de mexer na Constituição para eliminar os padrões e o mínimo obrigatório para a saúde e para a educação do nosso povo. Já não basta, na regulamentação, tirarem do FUNDEB? Já não basta

aprovarem a PEC da Morte, congelando os recursos da saúde e da educação por 20 anos?

Por essa razão, não podemos concordar com isso! Por que não tiram das grandes riquezas? Por que não tiram dos grandes bancos? Por que não tiram dos poderosos? Por que o Governo não cumpre um papel social, num momento como este, no próprio Tesouro Nacional?

Por esse motivo, nós vamos lutar até o fim para aprovar os 600 reais. Mas nada de retirar da educação, nem da saúde, como um compromisso constitucional - sábias decisões do Constituinte em 1988.

Por isso, viva a vida!

Fora, Bolsonaro!

Estamos em defesa da educação e da saúde e de uma ajuda emergencial de no mínimo 600 reais!

Obrigado, Presidente.

Documento 130/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro ao descumprimento das medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Inviabilização da compra de vacinas pelo Presidente da República. Aposição de vetos presidenciais a proposições aprovadas pela Casa, em benefício de segmentos sociais atingidos pela crise gerada pela Covid-19. Alcance da marca de 260 mil mortes no País em decorrência da doença. Ameaça do Ministério da Educação a docentes e servidores de universidades federais, por participação em manifestações públicas. Abertura, pela Controladoria-Geral da União, de processo contra renomado epidemiologista por manifestação contrária à política de enfrentamento da Covid-19, adotada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

Infelizmente, nós estamos vivendo no país dos absurdos. O Brasil, neste momento de crise mundial, é o único país do mundo que tem um Presidente que, há mais de 1 ano, faz propaganda contra as medidas de proteção, contra

as medidas de prevenção, contra o uso de máscaras; fomenta aglomerações; fomenta a disseminação do vírus; menospreza a doença; ataca as medidas efetivas para a redução da transmissão; faz propaganda de medicamentos completamente ineficazes - um charlatão divulgando produtos que não têm contribuição efetiva.

Com a vacina, ele fez de tudo - e continua fazendo - para inviabilizar. Disse que não ia autorizar a compra da vacina do Butantan, que era a vacina chinesa, que era a vacina do Doria. Dificultou o trabalho da FIOCRUZ, não autorizou a compra da vacina da Pfizer, não autorizou a compra da vacina Sputnik, não autorizou a compra da vacina da Janssen. E o Brasil está numa situação caótica. Sendo o país que tem o maior programa de vacinação do mundo, encontra-se completamente quebrado nas medidas de prevenção e nas medidas relativas à imunização.

E, no que diz respeito à proteção econômica, é o mesmo desastre! Nunca mandou um projeto para a Câmara, medida provisória ou projeto de lei, para dar auxílio emergencial, para salvar as empresas. Todas são iniciativas que o Congresso fez contra a vontade dele, e ele ainda vetou. Vetou a pensão das famílias que perderam entes queridos profissionais de saúde pela COVID, vetou o projeto de auxílio emergencial para os trabalhadores do campo, vetou o apoio à população indígena.

E, depois, querem que não digamos que isso é genocídio? Isso é genocídio, sim, Presidente! Isso é genocídio, sim! Já estamos beirando 260 mil mortes num país em que, graças ao Presidente da República e a este Governo completamente insano e irresponsável, aprofunda (*falha na transmissão*).

Alcançamos, hoje, uma marca! Vocês que gostam dos Estados Unidos, passamos os Estados Unidos hoje. Pela primeira vez, o Brasil teve mais casos novos de COVID do que os Estados Unidos.

Parabéns, Bolsonaro!

E aproveito estes 30 segundos para manifestar a nossa indignação com a atitude do MEC contra as universidades federais. O MEC ameaçou, ontem, professores e servidores das universidades federais dizendo que manifestação política será punida. Ameaçou abrir processo administrativo contra professores, dirigentes e funcionários.

E a CGU não só ameaça, não, abriu um processo administrativo contra o ex-Reitor da Universidade Federal de Pelotas por críticas à atuação do Governo Federal na pandemia.

O ex-Reitor, um epidemiologista reconhecido internacionalmente, ao manifestar posição contrária aos absurdos que o Governo Federal vem fazendo no enfrentamento à pandemia, teve aberto contra si um processo administrativo pela CGU, que cumpre as ameaças que o MEC vem fazendo às universidades federais.

Triste Brasil! Há um genocida na cadeira de Presidente, um Governo autoritário, e a repressão está voltando contra as nossas universidades, contra os nossos servidores públicos, contra aqueles dirigentes que ousam manifestar publicamente a realidade, que ousam dizer publicamente que não deveriam já ter morrido 260 mil pessoas pela COVID no Brasil, que tantas mortes ocorrem porque o Governo Federal está fomentando posições contrárias às restrições necessárias para evitar a contaminação, porque o Governo Federal vem tomando medidas contra a vacinação, porque o Governo Federal vem tomando medidas contra a vida e contra a saúde da população brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 131/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 04/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa do uso dos medicamentos ivermectina, hidroxicloroquina, zinco e azitromicina, bem como de práticas integrativas e complementares no tratamento precoce da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, eu vou repetir aqui: se você defende uma vacina experimental, mas se revolta com o tratamento precoce, sua conversa é sobre paixão política ou sobre saúde?

Nós estamos vivendo uma crise, uma guerra de narrativas. Por que não defender o tratamento precoce e a vacina? Se a vacina está em fase experimental, se não existe ciência para os remédios e muito menos para a vacina, que ciência é essa?

Para chegarmos à ciência, precisamos de experiência, precisamos de experiência clínica. E que diz a experiência clínica, Sr. Presidente? Ivermectina, hidroxicloroquina, zinco, azitromicina e práticas integrativas e complementares - saúde é um estado físico, mental e espiritual das pessoas.

Nós precisamos tirar essa questão política de contrariedade ao tratamento precoce. Hoje os hospitais estariam vazios se nós tivéssemos feito tratamento precoce. Genocidas são esses que mandam fechar, que mandam fechar, que mandam fechar, e depois querem auxílio emergencial; que mandam fechar, e depois querem somente a vacina.

Vamos tratar precocemente esta doença!

Documento 132/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante a indicação, na atual conjuntura, do medicamento cloroquina para combate ao coronavírus. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro favorável ao uso de tal medicamento, e contrário à imunização do povo brasileiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fico abismado em ver pessoas receitarem, até hoje, cloroquina. Será que o mundo todo é feito de idiotas e imbecis? Será que a ciência não sabe de nada? Por que no mundo inteiro não se curaram as pessoas com cloroquina?

Fosse tão simples assim, não houvesse tanta paixão política por um remédio que não tem efeito, o mundo todo estaria curado, ou não? Será que no mundo inteiro todos mentem, porque a cloroquina é um santo remédio que cura as pessoas?

Como é que pode alguém ficar repetindo essa bobagem que o Presidente Jair Bolsonaro espalhou? Ele inclusive mostrou uma caixa desse remédio para uma embaixada no Palácio da Alvorada, para ver se ela tomava cloroquina! E há gente que fica repetindo...

Isso é genocídio, sim! E é contra a vacina! Todo mundo persegue a vacina. Agora, o Presidente não quer vacina, quer cloroquina. Por isso, há um genocídio no Brasil.

Documento 133/1.178

9.2021.B-Sessão Outro Evento-03/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido ao Presidente Jair Bolsonaro de edição de medida provisória destinada à recriação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Presidente Marcelo Ramos, Deputadas, Deputados, povo brasileiro que nos assiste, o Presidente Bolsonaro já poderia ter editado uma medida provisória para criar o auxílio emergencial agora em 2021, e não o fez. Mas isso não nos surpreende. Em 2020, não houve medida provisória, foi um projeto de lei de um Deputado da Casa.

O Presidente era contra o valor de 600 reais ou de 1.045 reais - um salário mínimo -, proposto pelo PT. Ele queria o 200 reais. Foi para 500 reais. Na última hora - eu reconheço - o Líder do Governo aqui, o Deputado Major Vitor Hugo, aceitou o valor de 600 reais. Mas Bolsonaro cortou para 300 reais, quando podia ter renovado no valor de 600 reais. Desde dezembro, não há auxílio emergencial.

Por isso, Bolsonaro, edite uma medida provisória para garantir o auxílio emergencial para o povo brasileiro que mais precisa!

Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 134/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.554, de 2020, sobre a alteração do Código Penal, para agravamento dos crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; bem como a alteração do Código de Processo Penal, com vista à previsão da competência dos crimes cometidos pela Internet ou de forma eletrônica pelo lugar de domicílio ou residência da vítima.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a orientação do PT é para que não tenhamos o regime de urgência. Não vou entrar no mérito do projeto, mas realmente não há urgência agora para nós aumentarmos, no Código Penal, a pena para furto no que diz respeito à Internet. É um debate que precisa ser feito, inclusive, do Código Penal na sua globalidade.



Nós achamos que fazer esta discussão desta forma, sem um debate global, vai desvirtuando o próprio Código Penal, ao estabelecermos penas que, às vezes, são maiores para determinado assunto, e para outros, menores. É preciso fazer uma reforma no Código Penal? Sim. Nós precisamos ter uma Comissão que faça isso.

Nós ficamos votando urgência de matérias e estabelecendo, de acordo com a conjuntura, o aumento ou diminuição de uma pena agora, em época de pandemia? O essencial é discutirmos, sim, a questão do auxílio emergencial, a questão das vacinas, como vimos fazendo aqui. Isso que é emergencial para ser discutido.

Então nós estamos fazendo o encaminhamento contrário à urgência desse projeto, independentemente da questão do mérito.

Documento 135/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.554, de 2020, sobre a alteração do Código Penal, para agravamento dos crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; bem como a alteração do Código de Processo Penal, com vista à previsão da competência dos crimes cometidos pela Internet ou de forma eletrônica pelo lugar de domicílio ou residência da vítima. Importância da vitamina D para a saúde humana.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL é a favor desse projeto, e não só da votação da urgência, porque ele passa de 3 meses a 1 ano de detenção para de 1 ano a 4 anos de detenção por crimes de Internet.

Quero dizer, mais uma vez, que muita gente vai ter que engolir a sua própria língua, neste plenário, quando nós provarmos - e já está provado isso - que existe tratamento precoce para a COVID, sem usar essa vergonha de dar paracetamol e mandar para casa.

Quero responder também que a vitamina D é um hormônio que salva vidas e que, se fosse distribuída nos postos de saúde a vitamina D, as pessoas estariam hoje, quem sabe, em casa, sem precisar ir para a UTI dos hospitais.

Eu me proponho a debater com quem quer que seja aqui sobre saúde, e não sobre doença.

Documento 136/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora favorável à discussão, em outro momento, do mérito do Projeto de Lei nº 4.554, de 2020, sobre a alteração do Código Penal, para agravamento dos crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; bem como a alteração do Código de Processo Penal, com vista à previsão da competência dos crimes cometidos pela Internet ou de forma eletrônica pelo lugar de domicílio ou residência da vítima. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência da proposição. Registro de 1.700 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Urgência da Casa no debate da imunização do povo brasileiro, na retomada do auxílio emergencial e na decretação de lockdown nos centros urbanos com maior incidência de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu acho que no mérito, podemos até, em algum momento, discutir, inserir novos tipos penais que tratam de crimes virtuais. Mas me preocupam duas coisas. Uma é tratarmos de alterações do Código Penal de forma fatiada, fazendo um retalho do Código Penal que pode dificultar pensar a totalidade.

Em relação à urgência, não compreendo, embora haja aumento de crimes virtuais neste período, que esta seja a urgência para o povo brasileiro. Ontem batemos um recorde de mortes em decorrência da pandemia: mais de 1.700 pessoas morreram nas últimas 24 horas.

Por isso, acho que esta Casa precisa se debruçar nas reais urgências, que entendo serem: vacina para todo mundo, SUS para todo mundo e *lockdown* nas cidades mais críticas, com auxílio emergencial para garantir que o povo possa ficar em isolamento devido.

Obrigada.

Documento 137/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-15:08

Sumário

Registro de 1.726 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 4%. Negligência do Presidente Jair Bolsonaro, na adoção de medidas em prol da vida dos brasileiros e da economia nacional. Facilitação do acesso às armas pelo Presidente da República. Dificuldades impostas por Jair Bolsonaro para a aquisição de vacinas contra a Covid-19. Importância da decretação de lockdown para combate à disseminação de coronavírus.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos, infelizmente, chegando a uma conclusão muito ruim a respeito da situação que o Brasil vive, a conclusão de que o Governo Federal não tomou as medidas efetivas que precisavam ser tomadas para salvar a vida do povo brasileiro.

Não adianta ficarmos nesse debate que algumas vezes se tenta colocar no Plenário: "*Ah, era possível prevenir!*" Sim, todas as medidas que forem necessárias para fortalecer a imunidade das pessoas são válidas: exercício físico, etc.

No entanto, nós não podemos continuar convivendo com fatos como o de ontem, quando houve um recorde de mortes. Nós chegamos a 1.726 mortes em 24 horas, o que nos traz a trágica média de uma morte por minuto no Brasil.

Na esteira de óbitos que se multiplicam, vimos a queda de 4% no PIB, que é a soma de todas as riquezas que o Brasil produziu em 2020.

A que conclusão chegamos? Chegamos à infeliz conclusão de que este Governo nem salva vidas, nem salva a economia. É um Governo que faz tudo para facilitar a entrada de armas no País e nada para facilitar a compra de vacinas. Pelo contrário, vem dificultando a compra de vacinas, como diversos oradores já destacaram aí.

E nós ficamos a discutir se o *lockdown* é necessário ou não é necessário. Ora, o *lockdown* não foi inventado por nenhum Governador ou Prefeito de quem nós não gostamos. O *lockdown* é uma medida, infelizmente, necessária para impedir ou diminuir o impacto da disseminação do vírus, da velocidade da contaminação do vírus. E essa não é uma medida inventada pelos brasileiros; é uma medida que foi adotada em todo o mundo desenvolvido, aliás, no mundo todo, e com revelação de eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Portanto, nós temos, no momento em que não se...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Podem deixar a Deputada concluir. *(Pausa.)*

Deputada Lídice, aperte o botão do áudio para V.Exa. concluir.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Vamos unir o Plenário da Casa para, da forma como nós estamos votando, votarmos pela vacina e pelo auxílio emergencial já.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela delicadeza.

Documento 138/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19, em especial aos do Estado de Santa Catarina. Colapso do sistema de saúde catarinense, sobretudo no Município de Joinville, provocado pela epidemia de coronavírus. Suspensão do pagamento de dívidas e repasse, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos aos Estados e Municípios para enfrentamento da doença. Criação pelo Governo Federal, com o apoio da Câmara dos Deputados, do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes. Liberação de recursos federais aos hospitais filantrópicos e às pequenas e microempresas, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Alinhamento da gestão da nova Mesa Diretora da Casa com o processo de privatização de estatais, e com a realização de reformas constitucionais necessárias para o desenvolvimento do País, especialmente das reformas tributária e administrativa. Acerto da concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Anúncio, pelo Presidente Arthur Lira, de disponibilização de 140 milhões de doses de vacinas. Apoio à criação do auxílio emergencial no valor 250 reais, com pagamento em quatro parcelas. Aprovação e disponibilização ao Governo Jair Bolsonaro, pelo Congresso Nacional, de vultosos recursos para combate ao coronavírus. Autorização, aos Estados, Municípios e à iniciativa, da aquisição de vacina contra a Covid-19. Repúdio ao discurso da Esquerda, especialmente do PT e do PSOL, favorável à queda do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, eu desejo, no espaço do meu partido, me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos no Brasil, sobretudo em Santa Catarina.

No meu Estado, na minha cidade, Joinville, na minha terra, Sr. Presidente, a exemplo do que passou o Estado de V.Exa., o Amazonas, estamos vivendo um momento difícil. O Governo já mandou pacientes para o Espírito Santo. Há pessoas morrendo por falta de UTI. Estamos vivenciando um verdadeiro caos em Santa Catarina e, lamentavelmente, em outros Estados.

Sr. Presidente, o Governo Federal, de Bolsonaro, com o apoio da Câmara dos Deputados, diferentemente do que pensa a Oposição radical, tem feito, neste período da pandemia, um esforço hercúleo para ajudar os Estados e Municípios, sobretudo para salvar vidas e para retomar o crescimento econômico do País. Mandamos recursos para os Estados. Em uma postagem do nosso Presidente, muitos Governadores reclamaram, mas essa é a verdade.

O meu Estado recebeu, oriundo do Plano Mansueto, que aprovamos nesta Casa, 1,7 bilhão de reais. Muitos Governadores, como os senhores e as senhoras sabem, utilizaram mal o dinheiro, desviaram os recursos, por isso muitos deles estão sendo investigados e, com seus assessores, com certeza, receberão penas severas, vão parar na cadeia. E não poderia ser diferente.

Sr. Presidente, além desses recursos, na ordem de 60 bilhões de reais, que foram repassados para os Estados, o Governo Federal, com o nosso apoio, suspendeu o pagamento das dívidas, o que significa mais 60 bilhões de reais.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que nós do Governo, com o apoio da Câmara, socorremos a população brasileira com o auxílio emergencial de 600 reais, com os 2 bilhões que foram repassados para os hospitais filantrópicos, com recursos, através do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, para financiamento subsidiado para as micros e pequenas empresas do Brasil, que seguram a nossa economia, com linhas de financiamento. Enfim, foi feito aquilo que deveria ser feito pelo Governo, com apoio da Câmara dos Deputados, mas estamos vivenciando uma pandemia sem precedentes, uma pandemia que assusta todos nós, que assusta o mundo inteiro; uma pandemia que abalou a economia do Brasil e de todos os países, inclusive dos desenvolvidos.

Sr. Presidente, com a eleição do nosso Presidente Lira, com a nossa chapa, com o Vice-Presidente Marcelo, com os demais Deputados e Deputadas, nós estamos tendo uma gestão independente, mas uma gestão alinhada com os avanços do País, uma gestão comprometida com as grandes reformas que vamos fazer. Numa semana, aprovamos a autonomia do Banco Central, que estava engavetada há 30 anos, Deputado Marcelo. Vamos fazer a reforma tributária, para desengessar o Brasil. Vamos tocar a reforma administrativa,

para enxugar o poder público, que é muito oneroso, que é muito lento, que não tem dado respostas para a população e que tem consumido grande parte dos nossos recursos. Vamos tocar o processo de privatização, que é necessário.

Portanto, eu sou otimista com relação ao Brasil. Com esse alinhamento da Câmara dos Deputados com a agenda econômica do Governo Federal, nós vamos avançar, sim.

E o Presidente Lira, anunciou, nesta semana, em uma postagem, que, até o mês de junho, nós teremos 140 milhões de vacinas disponíveis no Brasil. Aliado a isso, nós vamos aprovar, na semana que vem - está sendo aprovado, hoje, no Senado - o auxílio emergencial. Serão quatro parcelas de 250 reais. Nós gostaríamos que fossem de mil ou 1.500 reais, mas não há recursos. Temos que ser realistas. Nós temos que conceder o benefício conforme as nossas economias, a nossa realidade.

O dia de ontem foi importante, porque nós aprovamos e disponibilizamos para o Governo Federal, para o combate à pandemia, mais 2,5 bilhões de reais. Nós autorizamos a iniciativa privada e, principalmente, os Estados e Municípios a adquirir a vacina, o que vai ser fundamental para enfrentarmos esta guerra. Com muita união, com muita força, com muita sinergia entre os Poderes e com fé em Deus, nós vamos vencer esta pandemia.

Sr. Presidente, eu quero encerrar as minhas palavras - não poderia ser diferente - fazendo referência ao discurso da Esquerda, principalmente do PT, do PSOL, discurso radical que é favorável ao *impeachment*, discurso que propõe a destruição, que propõe a queda do Governo. Neste momento difícil que o Brasil atravessa, nós não precisamos de uma postura dessa natureza. Nós precisamos de união, de força, de sinergia, de propostas, de ideias e de sugestões que nos apontem caminhos para que possamos vencer a pandemia, salvar vidas e, principalmente, estabelecer a retomada do crescimento econômico do País.

Agradeço este espaço, Sr. Presidente, e finalizo com otimismo este pronunciamento. O Brasil é continental! O Brasil está dando certo! O Brasil tem que dar certo! O Brasil vai dar certo!

Obrigado.

Documento 139/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CARLOS JORDY-PSL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso proferido por Deputada do Estado da Bahia, a respeito da facilitação do acesso às armas pelo Presidente da República, e da importância da decretação de lockdown para contenção do avanço da epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi aqui hoje uma Deputada da Bahia fazer críticas ao Governo quanto ao combate à pandemia. Ela disse que o *lockdown* é uma medida que surte efeitos positivos e concretos e criticou o Governo por estar facilitando o acesso a armas.

Veja, o *lockdown*, até hoje, não teve um resultado positivo. O resultado foi desemprego, falência, encerramento de operações do comércio. Já a flexibilização de armas no Brasil, que começou no Governo Bolsonaro, em 2019, diminuiu em 20%, em 19%, segundo o mais novo relatório do DATASUS, o número de mortes violentas no Brasil. De mais de 60 mil, passou para 41 mil. Isso demonstra que a flexibilização referente a armas, fruto de decisão do Governo Bolsonaro, e também esse combate mais acirrado ao crime organizado surtem efeito. E o *lockdown*, ao contrário do que ela diz, não.

Obrigado.

Documento 140/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência e aos Líderes partidários de votação do Requerimento nº 292, de 2021, para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 459, de 2015, referente ao estabelecimento do piso salarial dos profissionais da enfermagem e da parteira tradicional.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, nós queremos falar sobre a importância de temáticas para as quais estamos pedindo urgência. O Requerimento nº 2.946, de 2020, é de nossa iniciativa e teve a aquiescência dos Srs. Líderes.

Nós temos também um outro requerimento de muita importância, o Requerimento nº 292, de 2021, que trata especificamente da inclusão do Projeto de Lei nº 459, de 2015, na Ordem do Dia.



Esse projeto, Presidente, dispõe sobre o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. Ele trata do piso nacional de salário dessa categoria tão importante para a nossa sociedade neste momento, principalmente porque estamos vivenciando, desde o ano passado, a pandemia de COVID.

Temos visto na linha de frente não somente médicos mas também, principalmente e essencialmente, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem, que estão trabalhando de maneira diuturna em favor da saúde pública, da saúde da população.

Por que não colocar em votação esse requerimento? Já falamos sobre isso na reunião de Líderes da qual tive o privilégio de participar como representante do nosso Líder, o Deputado Hugo Motta, do Republicanos. Falei com todos os Líderes, inclusive com o Presidente Arthur Lira, sobre o momento que estamos vivendo. Eu penso, Presidente Marcelo, que essa votação é um gesto desta Casa, é um gesto nosso, dos Parlamentares, em prol de toda a categoria dos auxiliares que trabalham diretamente com os médicos nos hospitais e nas clínicas.

Neste momento, em que todos nós estamos preocupados com a questão da saúde pública, esta Casa não pode se isentar dessa responsabilidade.

O mérito, como eu disse a alguns Líderes, discutiremos depois, para aprimorar o texto desse projeto de 2015. Ele não fala a respeito de carga horária, de jornada de trabalho. Não, de forma alguma, em absoluto! Ele trata especificamente do reconhecimento da categoria por esta Casa, por nós, que somos representantes do povo. Sim, certamente, o povo, se pudesse, estaria aqui votando o Requerimento nº 292, de 2021, para colocarmos em discussão esse projeto, a respeito da valorização de profissionais da saúde pública.

A saúde pública no nosso País, e também no mundo, é feita não somente por médicos, mas também por enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e, diga-se, por parteiras e parteiros que existem pelos rincões deste nosso País.

Aqui fica então, Presidente Marcelo, esta nossa fala, para sensibilizar os Líderes que não estavam na reunião de que participamos na semana passada. O requerimento já tem as assinaturas necessárias para ser colocado em votação. Volto a dizer, assim como aconteceu em relação a outras proposições que votamos aqui, que trata apenas da urgência. O mérito será discutido no momento oportuno. Esse é um apelo que faço a todos os Líderes, sejam da base, sejam de direita, sejam de esquerda.

Esse é o nosso gesto de reconhecimento dessa categoria tão importante neste momento, tão relevante como a categoria dos médicos, devidamente reconhecidos como heróis.

Mas não são heróis sozinhos, porque têm ao seu lado -- não atrás, não à frente, e sim ao lado -- a categoria dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.

Então, temos que votar sim o Requerimento nº 292, de 2021, de urgência, sem prejuízo da avaliação de cada partido, em momento oportuno, sobre o mérito.

Muito obrigado, Presidente Marcelo. Parabéns pela condução dos trabalhos do Plenário!

Documento 141/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:12

Publ.: DCD - 04/03/2021 --MARCELO RAMOS (PRESIDENTE)-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO
DA PRESIDÊNCIA

FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Decisão da Presidência sobre a questão de ordem do Deputado Efraim Filho, alusiva ao procedimento de apreciação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a respeito das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Encerrou-se o prazo de 1 minuto, Deputada Erika. Eu peço que conclua. *(Pausa.)*

**PROJETO DE LEI Nº 5.638-A, DE 2020
(DO SR. FELIPE CARRERAS E OUTROS)**

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.638-A, de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19; tendo parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, na forma do substitutivo apresentado (Relatora: Deputada Renata Abreu); pela Comissão de Finanças e Tributação, que conclui pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, na forma do substitutivo adotado pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Relatora: Deputada Renata Abreu); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relatora: Deputada Renata Abreu).
EMENDAS DE PLENÁRIO nºs 1 a 14: tendo parecer pela Comissão de*



Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que conclui pela aprovação da Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda substitutiva global apresentada, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental (Relatora: Deputada Renata Abreu); pela Comissão de Finanças e Tributação, que conclui pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 1 e 4, pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 2, 5, 6, 8 e 13 e pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas de Plenário nºs 7, 11, 12 e 14; e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 4, na forma da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e pela rejeição das demais emendas com apoio regimental (Relatora: Deputada Renata Abreu); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1, 4, 7, 11, 12 e 14 e da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 2, 5, 6, 8 e 13 (Relatora: Deputada Renata Abreu). As Emendas nºs 3, 9 e 10 não obtiveram apoio regimental.

Antes da apreciação do projeto, leio decisão da Presidência sobre os fatos ocorridos no encerramento da sessão de ontem.

"Decisão da Presidência

Trata-se de questão de ordem levantada pelo Deputado Efraim Filho na derradeira Sessão Extraordinária de 2 de março de 2021, alusiva ao procedimento de apreciação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, que *'dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da COVID-19'*.

Sua Excelência aduz ter havido um acordo para a deliberação da matéria em que as bancadas se dispensaram inclusive de realizar suas respectivas orientações em prol da celeridade do processo, diante do reconhecimento da importância do tema. Informa, porém, que a Relatora da matéria, por ocasião da apreciação das emendas de Plenário, teria deixado de disponibilizar em sistema o texto de seu parecer e da correspondente subemenda substitutiva, que seria fruto do entendimento entre partidos, considerando ainda financeiramente inadequada uma emenda.

Nessas circunstâncias, pede providências da Mesa.

É o relatório.

Esta Presidência tem-se orientado pela máxima da publicidade no que diz respeito à apreciação das matérias pelo Plenário da Casa. Isso quer dizer que o Plenário não deve ser colhido de surpresa. Os textos que se propõem normativos, notadamente os decorrentes de entendimentos entre as bancadas,

necessitam ser conhecidos previamente, ainda que se imprima às matérias o regime abreviado de deliberação, o conhecido regime da urgência.

No caso concreto do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, esta Presidência pode atestar os significativos esforços das bancadas no sentido da inclusão na Ordem do Dia e da produção de um texto de consenso. Nesse trabalho, é cediço, remanescem muitas vezes algumas questões polêmicas, que são decididas democraticamente pela via do voto. O exame apartado desses pontos de dissenso via de regra ocorre por meio de destaques de bancada, que se consideram previamente admitidos, nos termos do § 2º do art. 161 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nessa contextura, tendo esta Presidência constatado junto à Secretaria-Geral da Mesa que o texto do parecer às emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, somente foi disponibilizado após o início do processo de votação, comprometendo a própria apreciação dos destaques de bancada pela Mesa, outra alternativa não restou senão reconhecer a nulidade desse processo.

Para retomar a apreciação da matéria, torna-se necessário retroceder ao *status quo ante*. Sopesadas todas as circunstâncias do caso concreto, considero imperioso que a Relatora designada para proferir parecer à matéria reformule e rerepresente o seu parecer às emendas de Plenário, devendo disponibilizá-lo previamente, a fim de que todos os Deputados tenham dele conhecimento, oportunizando-se, assim, às bancadas partidárias o devido preparo para a adoção das providências regimentais que entenderem de direito.

Diante do exposto, ratifico a decisão que adotei na derradeira Sessão Extraordinária de 2 de março de 2021, em que declarei nula a votação que se encontrava em andamento, e, desta feita, acolhendo integralmente a questão de ordem formulada pelo Deputado Efraim Filho, declaro nula a apresentação do parecer às emendas de Plenário, competindo à Relatora reformulá-lo ou, querendo, meramente rerepresentá-lo, devendo disponibilizá-lo previamente, a fim de que todos os Deputados tenham dele conhecimento, oportunizando-se, assim, às bancadas partidárias o devido preparo para a adoção das providências regimentais que entenderem de direito.

Nesses termos, tenho por respondida a questão de ordem.

Publique-se.

Arthur Lira

Presidente da Câmara dos Deputados"



Sumário

Agradecimento à Presidência pelo deferimento da questão de ordem do orador, alusiva ao procedimento de apreciação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a respeito das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Como autor da questão de ordem, quero agradecer a compreensão da Relatora, a Deputada Renata Abreu; do Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira; de V.Exa., que preside a sessão neste momento, e da Secretaria-Geral da Mesa, do Secretário Ruthier, com quem conversamos. Agradeço o acolhimento da questão de ordem, o que demonstra a razão dos argumentos que apresentamos.

Eu acho que ela reposiciona o respeito que o Plenário merece ter na condução da Casa. Acredito, o que inclusive é fruto dos argumentos que foram postos, que a relatoria acaba reconhecendo a importância, Presidente, de que neste projeto, que é um gesto político que se faz para o setor de eventos, de entretenimento e de turismo, ninguém pode ficar pelo caminho. Todos sofreram. É preciso ter um olhar que não pode ser egoísta neste momento. É preciso pensar em pais e mães de família que têm dificuldade de colocar o pão em suas mesas. E não podemos dizer que é para A ou para B.

Assim seguimos. Agradecemos à Mesa. Vamos aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Efraim.

Registro que o compromisso de previsibilidade é um compromisso do Presidente Arthur Lira desde a sua caminhada na campanha e será reafirmado a cada momento nesta Casa, e V.Exa. bem alertou na sessão passada.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Agradeço o gesto da Mesa e da Presidência.

Sumário

Reformulação do parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, a respeito das ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Nós disponibilizamos o relatório a todas as assessorias. Até para que se possa dispensar a leitura do relatório, a única alteração que houve foi para esclarecer o que indagou o Deputado a respeito da questão dos parques temáticos, que, na verdade, já estavam incluídos no texto do relatório apresentado, mas foi incluído como eventos turísticos, e na Lei Geral do Turismo já existia a especificação de que parques temáticos estavam enquadrados. Superada a dúvida do Deputado Efraim, reformulamos o relatório para explicar que não houve o acatamento da emenda porque ela já tinha sido contemplada na emenda do Deputado Eduardo Bismarck.

Também suprimimos a questão do ISS e do SIMPLES Nacional. Houve um questionamento em relação à constitucionalidade, e, numa composição, até para retirar o destaque apresentado pelo NOVO, foi feita a supressão também no relatório.

Foram esses os dois pontos alterados.

Pergunto ao Presidente se eu posso ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. pode ir direto ao voto, Deputada.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE - SP) - "Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários, resolvemos aprimorar o substitutivo, em relação ao qual duas alterações são feitas. Primeiro, o acréscimo de um novo inciso IV ao § 1º do art. 2º, incluindo a prestação de serviços turísticos de que trata o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, entre as atividades que seriam abrangidas pelo Programa Especial. Segundo, a supressão do § 1º do art. 5º, renumerando o antigo § 2º para parágrafo único, a fim de atender os questionamentos realizados relativamente ao Imposto sobre Serviços (ISS) e ao SIMPLES Nacional.

Visto que, de acordo com o citado dispositivo legal, a atividade de parques temáticos, inclusive os aquáticos, é considerada prestação de serviço turístico, entendemos que a referida inclusão do inciso IV ao § 1º do art. 2º vai ao encontro da ideia central proposta pela Emenda nº 5, razão pela qual acolheremos parcialmente, conforme o que se segue.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 4, 5 e 13, na forma da subemenda substitutiva global em anexo, e pela rejeição das demais emendas com apoioamento regimental.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13 e 14 e, no mérito, pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 4, 5 e 13, na forma da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e pela rejeição das demais emendas com apoioamento regimental.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13 e 14 e da subemenda substitutiva global da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços."

Esse é o voto.

Parabenizo, mais uma vez, o autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras, e os nobres Parlamentares pela aprovação deste projeto tão importante para o setor de eventos, prejudicado demais por esta pandemia.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 144/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques. Não comemoração da aprovação da propositura, tendo em vista o registro de 1.700 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Presidente, e espera que consigamos finalizar esta votação hoje, porque este projeto é muito importante para um setor que tem grande

capacidade de geração de emprego e renda - diferentemente de outros, como o setor financeiro. Em sua absoluta maioria, é composto por pequenas e microempresas, microempreendedores individuais. O efeito cascata é muito forte. Esse setor dá suporte à geração de renda e emprego.

Infelizmente, isso ocorre num dia em que não temos nada a comemorar. Afinal, batemos mais uma vez o recorde. Houve mais de 1.700 mortes. O Brasil, ontem, foi o país com o maior número de novos casos de COVID-19, ultrapassou os Estados Unidos.

Num momento tão grave desta pandemia, hoje só temos possibilidade de comemorar a aprovação deste projeto, cuja votação se busca há tantas semanas.

Documento 145/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CACÁ LEÃO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar a Mesa Diretora da Câmara pela decisão. Cumprimento V.Exa., o Presidente Arthur Lira, a Secretária-Geral da Mesa.

Cumprimento também o Deputado Efraim Filho, pelo alerta que fez. Perdemos algumas horas de ontem para hoje, mas, com certeza, ganhamos bastante agilidade e ganhamos diretamente quanto ao procedimento futuro. Há um objetivo comum, tanto da Relatora, a Deputada Renata Abreu, quanto do grande baluarte deste projeto, o Deputado Felipe Carreras, e dos demais Deputados desta Casa.

Então, não tenho dúvida nenhuma, por merecimento, por atenção, por carinho, por solidariedade, o PP vota "sim".

Documento 146/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressaltados os destaques.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a subemenda apresentada pela Deputada Renata Abreu, que relata muito bem este projeto do Deputado Felipe Carreras, agora está correta.

Ontem, o Deputado Efraim Filho chamou a atenção, corretamente, para um equívoco regimental, porque a matéria poderia ter sido anulada. Esse setor de eventos, de entretenimento é um dos setores mais importantes da economia brasileira. Ele está presente em todos os Municípios do Brasil e gera emprego, movimenta a economia. E nós, do MDB, vamos votar a favor da proposta porque o MDB, historicamente, sempre defendeu a cultura, o esporte, o lazer, o entretenimento de uma forma geral.

Documento 147/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CAPITÃO WAGNER-PROS -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Líderes partidários, ao Deputado Felipe Carreras e à Relatora Renata Abreu pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar o autor do projeto, Deputado Felipe Carreras; saudar todos os Líderes partidários que de forma

unânime cobraram do nosso Presidente Arthur Lira a colocação da matéria na pauta.

O Deputado Arthur Lira demonstrou o que ele prometeu na campanha, quando candidato a Presidente da Casa. Ele estava honrando a palavra quando escutou os Líderes e colocou em pauta a matéria.

Quero parabenizar a Deputada Renata Abreu pela habilidade com que conduziu o relatório. Quero parabenizar a Casa pela maneira como esse projeto está sendo construído e aprovado.

Quero saudar o setor de entretenimento do Ceará, que tem sofrido muito, por conta da necessidade de um auxílio do poder público, e, em especial, o nosso amigo Pedro Neto, que neste momento deve estar comemorando lá no Ceará essa vitória.

Esperamos que de fato a aprovação aqui seja célere também no Senado e que o nosso Presidente possa colocar em sanção esse projeto.

Muito obrigado.

Documento 148/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques. Defesa da decretação de lockdown para contenção do avanço da epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "sim".

São fundamentais ações emergenciais para fortalecer o setor de eventos, que movimenta a economia, gera empregos e é um setor que está sendo impactado tanto pelo necessário isolamento social como também pelo necessário *lockdown*.



Eu digo necessário, Presidente, porque é inacreditável que algumas pessoas ainda questionem isso nesta Casa. Se *lockdown* não funciona, funciona o quê? A cloroquina que funciona, é isso? Incentivar aglomeração é o que funciona? É fazer uma cruzada antivacina que funciona? É escandaloso falar isso num País que já tem 11 milhões de infectados, 256 mil mortos. A taxa de morte no mundo recua 6% e no Brasil aumenta 11%. Sabemos que na Europa o *lockdown* salvou ao menos 3 milhões de pessoas. Então é inacreditável que o Parlamento brasileiro siga com essa cruzada anticiência.

Documento 149/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Congratulação à Presidenta da Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC Brasil, Fátima Facuri.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou do Rio de Janeiro e, como representante do meu Estado, fico feliz de esta Casa estar neste momento concedendo este auxílio emergencial, estendendo as mãos para dois setores fundamentais para a economia carioca e fluminense, que são o turismo e o setor de eventos. Eventos é um setor que movimenta milhões, ou, aliás, bilhões de reais - só agora neste último ano, antes da pandemia, movimentou 210 bilhões de reais - e gera milhares e milhares de empregos diretos e indiretos. Foi o setor que mais sofreu, foi o setor que primeiro sofreu e agora é o último que está sendo socorrido, mas ainda há tempo.

Parabéns à Fátima Facuri, minha amiga da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, a ABEOC, no Rio de Janeiro.

Viva o evento! Viva o turismo! Viva o emprego no Brasil!

Documento 150/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 04/03/2021 --AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria encaminha o voto "sim". Queremos felicitar o autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras, e a Relatora, a Deputada Renata.

Este é exatamente o papel do Parlamento. Eu acho que devemos cuidar da saúde, avançar na vacinação. Fizemos isso ontem, ao votar o importante Projeto de Lei nº 534. Hoje tratamos desse setor de eventos e de turismo, que gera tanto emprego e tanta renda, mas que está extremamente penalizado pela pandemia. O papel do Parlamento é socorrer os setores que estão sendo penalizados.

Nesse sentido, reforçamos essa importância e encaminhamos, assim como os demais partidos, o voto "sim", Sr. Presidente.

Documento 151/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 04/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pela Relatora da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria orienta "sim". Esta é uma iniciativa importante desta Casa para garantir os incentivos fiscais necessários tanto ao setor de eventos quanto ao setor de turismo.



Outros segmentos econômicos precisam desse apoio. A agricultura familiar, o PAA, o PNAE, o PRONAF precisam de apoio, de recursos. Isso implica alimentos mais baratos para brasileiras e brasileiros. Quilombolas, marisqueiras, pescadores e pescadoras artesanais, catadores de recicláveis precisam do apoio desta Casa.

A Minoria orienta "sim". Vamos continuar a lutar pela vacina!

Obrigado, Presidente.

Documento 152/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --RODRIGO COELHO-PSB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Arthur Lira pela votação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Elogio ao Deputado Felipe Carreras, autor da proposição, e à Relatora Renata Abreu. Saudação ao Presidente da Associação Brasileira de Promotores de Eventos - ABRAPE, Doreni Caramori Júnior.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela coragem em pautar este projeto, bem como cumprimentar o autor do projeto, meu amigo Deputado Felipe Carreras, que lutou bravamente nesses últimos meses para que o dia de hoje, histórico, acontecesse. Quero cumprimentar a minha amiga, a Deputada Renata Abreu, pela relatoria, pelo trabalho feito com os demais Líderes para a construção de um texto que pudesse ser aprovado no dia de hoje. Quero cumprimentar o meu amigo Doreni Caramori, Presidente da ABRAPE.

Quero dizer que o setor de eventos, em especial em nosso Estado, Santa Catarina, foi o primeiro a parar e, infelizmente, será um dos últimos a retornar. São milhões de empregos em jogo, milhões de reais de queda de arrecadação, o que atinge desde o artista mais famoso ao garçom, desde a pessoa mais simples ao músico, ao segurança de uma festa, que estão, infelizmente, impedidos de trabalhar. Esse é um apoio, um auxílio, uma colaboração, para que eles possam, dentro do possível, sobreviver.

Então, parabéns ao turismo, parabéns ao setor de eventos e viva a Câmara dos Deputados!



Documento 153/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --VERMELHO-PSD -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulação à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Solicitação à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 3.067, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.771, de 2008, acerca da execução da Política Nacional de Turismo no exercício de 2020, no âmbito da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. VERMELHO (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita alegria, quero parabenizar toda esta Casa, que resgata mais uma vez um apoio tão necessário. Eu, que venho de uma grande cidade no que se refere à prestação de serviços, a eventos e turismo, Foz do Iguaçu, sei da grande dificuldade e do clamor do setor de eventos em relação a esse projeto do Deputado Felipe Carreras.

Estamos aqui, sim, fazendo justiça a um setor que produz renda e emprego ao Brasil. É neste momento que temos que apoiá-lo, a exemplo do turismo. Pedimos a esta Mesa que se pautem também o Projeto de Lei nº 3.067, que destina um apoio aos microempreendedores do turismo, aos agentes e guias de turismo e às micro e pequenas empresas de turismo. Esse projeto já passou pela Mesa em regime de urgência nesta Casa e em breve será pautado.

Parabéns a todos por essa contribuição. Viva o setor de eventos! Viva o turismo do Brasil!

Documento 154/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação, pela Casa, da Mensagem nº 369, de 2019, do Poder Executivo, acerca da submissão ao Congresso Nacional do Texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-

35), e a incorporação ao Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Brasil e o Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018; e do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para, compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero parabenizar esta Casa. Ontem, apesar de todo o esforço, não foi possível concluir essa votação, e hoje retornamos a esta Casa e já votamos um projeto importante, que amplia a parceria comercial do Brasil com o Chile. Neste momento, nós estamos votando outro projeto importante para a retomada do desenvolvimento da cidade, um projeto que prevê apoio emergencial para os produtores de eventos e o setor de turismo do Brasil. Trata-se de um setor muito importante para a geração de emprego, de renda e de oportunidades.

Eu tenho certeza de que nós estamos aprovando aqui, nesta oportunidade, um simples gesto para amenizar os prejuízos e a dor das pessoas que hoje têm um cerimonial, uma casa de festas, são produtoras de eventos e fazem parte da cultura do nosso País.

Parabéns a esta Casa e parabéns aos produtores de evento do Estado do Espírito Santo e de todo o Brasil!

Documento 155/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Arthur Lira pelo empenho na votação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiramente, eu quero parabenizar V.Exa. por haver pautado esta matéria tão importante para o País. Isso mostra a sua sensibilidade com a economia do turismo, que gera mais de 3 milhões de empregos diretos no Brasil e representa mais de 6% do PIB do País.

Em nome de todos os pernambucanos que acompanharam a sua luta, meu amigo Deputado Federal Felipe Carreras, autor da matéria, quero parabenizá-lo pela construção de área permanente que V.Exa. fez ao longo desse processo, dialogando com o Presidente da República, com o Presidente da Câmara dos Deputados, com vários Líderes e com todos os canais institucionais de participação popular. Eu quero parabenizá-lo pela competência na condução da construção coletiva que V.Exa. fez em relação ao projeto, que foi coroado como o belo relatório da competente Deputada Renata Abreu.

Quem ganha com isso é o Brasil, é a economia do turismo e os milhares de empregos de pais e mães de família que, neste momento, estão apreensivos com a situação econômica do Brasil.

Obrigado, Presidente.

Documento 156/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Relevância dos setores de turismo e de eventos para a economia do Estado do Rio de Janeiro. Compromisso de atuação parlamentar em prol do desenvolvimento das áreas de eventos, convenções e turismo. Congratulações ao Deputado Felipe Carreras, autor do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito rapidamente, Sr. Presidente, de igual forma, porque o Estado do Rio de Janeiro tem neste tema, Deputado Felipe Carreras, um tema que impacta diretamente na economia. Penso que não é só o socorro que nós temos que ter. Nós temos que perceber que a clandestinidade dos eventos que não estão sendo regulamentados por força da pandemia aumenta demais o risco.

Então, quero me solidarizar com o tema e dizer que nosso mandato está enfileirado, Deputado Felipe Carreras, nesta causa, que é a causa do vetor econômico e do desenvolvimento turístico e econômico, através do setor de eventos e convenções, que tanto gera empregos e desenvolvimento econômico para o País.

Parabéns, Deputado Felipe Carreras, por liderar esse processo na Câmara. Estamos juntos nesta causa.

Documento 157/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --FELIPE CARRERAS-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, de autoria do orador, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Congratulações aos trabalhadores, às entidades representativas do setor e, especialmente, ao Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos - ABRAPE, Doreni Caramori Júnior.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, colegas Parlamentares e todos os que estão assistindo à sessão pela *TV Câmara*, em particular aqueles que militam, aqueles que vivem do setor de eventos, de entretenimento, a classe artística brasileira, todos os músicos, aqueles que vivem da indústria do turismo, as palavras que eu tenho aqui, na tarde de hoje, são primeiramente de agradecimento, agradecimento a V.Exa., Presidente, que está cumprindo um compromisso, agradecimento a todos os colegas Deputados e Deputadas. Todos se sintam abraçados e abraçadas, por terem esse reconhecimento. Num momento de tanta dor que o Brasil atravessa e de tanta dificuldade, a Câmara dos Deputados não vira as costas para o setor mais penalizado na pandemia.

Não foi fácil chegar aqui. É muito difícil aprovar um projeto de lei. Se não houver convergência, diálogo, decisão política, sensibilidade, as coisas não andam. E esta Casa está dando essa demonstração hoje.

Eu não posso deixar de parabenizar, em primeiro lugar, o Presidente da ABRAPE - Associação Brasileira dos Produtores de Eventos, Doreni Caramori, que está em Brasília. Também quero parabenizar todos os associados da ABRAPE, que fizeram história. Pela primeira vez, o setor de entretenimento não foi tratado como invisível e teve respeito da Câmara dos Deputados, da Casa do Povo. Isso é mérito de vocês. Esse mérito é dos artistas brasileiros, dos músicos. Esse mérito é daqueles invisíveis, daqueles que não têm vez e muitas vezes não têm reconhecimento.

Este projeto, Presidente, povo brasileiro, não é para salvar empresário, microempresário. Vai dar uma mão, sim, para um setor que, neste mês,

completa 1 ano com zero de faturamento. Esse setor vai ter a colaboração do Estado brasileiro e vai olhar para o carregador, para o iluminador, para o técnico de som, para o segurança, para o vendedor de cachorro-quente, para o porteiro, para todos os que estavam sem esperança.

O PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos não é resultado só da perseverança daqueles que não desistem, porque isso é intrínseco, está na alma de quem produz evento. O PERSE também dialoga com a esperança, pois, a partir de hoje, na Câmara dos Deputados, nós ficamos movidos por esperança. Quem trabalha neste setor fica movido pela esperança de que algo melhor está por vir.

Obrigado, colegas Parlamentares. Obrigado, Câmara dos Deputados.

O projeto segue agora para o Senado Federal. Temos a esperança de que o Senado vai ter essa mesma sensibilidade. É um compromisso do Senador Rodrigo Pacheco, que nos recebeu também.

Quero parabenizar aqueles que trabalham com eventos, com turismo, com feiras turísticas, com casamentos, com aniversários, com bufê. Quero parabenizar também as cerca de 20 entidades que se movimentaram e sensibilizaram esta Casa: a Apresenta, a Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV e diversas outras entidades que militam na área de turismo e produção de eventos.

Parabéns! Obrigado. Viva o setor de eventos! Viva a nossa cultura! Viva o emprego! Viva a vida!

Obrigado, Presidente.

Documento 158/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria primeiro saudar a sua conduta nesse projeto. É muito

importante salientar a performance da nossa Câmara dos Deputados numa matéria tão importante.

O cinema vai ser atendido - isso é importante também -, principalmente no que diz respeito aos que foram premiados e merecem uma atenção mais qualificada. Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, que o setor de eventos é uma galinha dos ovos de ouro e que nós não estamos aqui fazendo gastos, como pensa o Governo. Vimos, na votação anterior, o Governo votando contra.

Esse setor precisa ser mantido, porque gera não só empregos diretos como empregos indiretos. Além disso, gera um grande movimento econômico e contribui, na medida em que damos suporte a esse setor, para a redução dos acontecimentos clandestinos em todo o Brasil.

Portanto, é importante demais, neste momento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 159/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 04/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários de aprovação da Emenda de Plenário nº 7, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero voltar a apelar a todos os Srs. Líderes, inclusive aos que já encaminharam, para que revejam a sua posição, porque, como já foi dito, isso não gasta nenhum tostão. É uma lei já existente, uma determinação já existente, é apenas a manutenção, a prorrogação do prazo da cota de tela.

Eu apelo aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, aos Líderes em geral que acolham esta emenda, porque ela representa justamente a possibilidade de

fortalecermos o cinema nacional, os nossos artistas, os nossos roteiristas, todos aqueles que fazem do nosso cinema essa grande novidade no mundo inteiro.

Há países, como os Estados Unidos, como a Índia, onde o impacto do cinema já é muito grande no PIB. No Brasil, também já começa a ocorrer isso: cerca de 0,5% do PIB é representado pela força da cadeia produtiva do cinema.

Documento 160/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante o período da pandemia de covid-19; e do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, acerca da instituição do marco regulatório do gás natural.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota contra a emenda.

Eu quero aproveitar este tempo para pedir que sejam votados, ainda hoje, o quanto antes, tanto a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, importante para o crédito consignado aos aposentados - a data venceu em dezembro -, como também a Lei do Gás, tema importantíssimo para o Brasil, importantíssimo para o avanço desse mercado que pode trazer energia mais barata, que pode trazer gás mais barato, além de favorecer a indústria química e a indústria de fertilizantes no Brasil, impactando o agronegócio.

Então, eu peço à Presidência, agora sob o comando do nosso amigo Deputado Marcelo Ramos, que paute, logo em seguida, tanto a MP 1.006/20 quanto a Lei do Gás.

Em contrapartida, não concordamos, mais uma vez, com a votação da admissibilidade de uma PEC aqui, pois sabemos que as Comissões vão ser instaladas agora.

Vamos seguir o rito correto para um tema que não é urgente.

Obrigado, Presidente.

Documento 161/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Congratulações aos Deputados Felipe Carreras e Renata Abreu, respectivamente, autor e Relatora da proposição. Defesa da prorrogação do prazo de execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc, a respeito das ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que faz mais de 1 ano que nós registramos que a arte e a cultura têm sido muito impactadas por essa pandemia. Dissemos que este setor seria o primeiro a parar e o último a voltar.

Parabenizo, portanto, o Autor, Deputado Felipe Carreras, e a Relatora, Deputada Renata Abreu, pelo projeto.

O PCdoB já encaminhou "sim" na primeira votação, quanto ao mérito. Neste momento, nós queremos também apoiar a emenda.

Eu também realço aqui o pedido aos Líderes, a fim de que repensem. Esta emenda não tem custo. Ela apenas estende o prazo de uma lei existente, para que o cinema brasileiro, que foi profundamente prejudicado - a cadeia produtiva do audiovisual -, possa ter uma cota de tela para filme brasileiro, principalmente para filmes premiados. Não há custo para o Tesouro.

Deputados, além disso, quero lembrar que nós precisamos estender o prazo da Lei Aldir Blanc. Os recursos estão nos entes federados...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 162/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CLAUDIO CAJADO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto diz respeito, em especial, ao segmento que foi o mais prejudicado na pandemia.

Eu sou do Estado da Bahia e tenho residência em Salvador e no Município de Dias d'Ávila. Sei o quanto o setor de eventos está passando por verdadeira penúria, tanto com relação às casas, bares, restaurantes, *shows* e eventos, quanto com relação aos trabalhadores. Não é apenas o cantor que promove o recebimento e a geração de salário e renda. Há uma série de pessoas ao lado dele: produtores, trabalhadores, músicos. Toda essa gama de trabalhadores está literalmente sem ganhar dinheiro.

Essa ajuda, os meios pelos quais nós podemos auxiliá-los, é necessária para superarmos esse momento. Em Estados como a Bahia, em Estados que têm uma vertente do turismo como vetor econômico, isso é fundamental. Se há um debate sobre a constitucionalidade ou não, isso nós vamos discutir, mas estarmos ao lado desse setor produtivo neste momento é importantíssimo também para o conjunto do Brasil.

Obrigado.

Documento 163/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. DANILLO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora é comemorar a luta de todos os segmentos envolvidos no setor de serviços de eventos; comemorar a luta de todos aqueles que nos trazem alegria; e comemorar a luta daqueles que nos fazem Nação, porque é a cultura que faz do Brasil uma nação unificada, uma nação alegre, uma nação de um povo espontâneo, criativo e esperançoso. Apesar da pandemia e de todo esse sofrimento, o papel do Parlamento é dialogar e encontrar solução para os problemas. E isso foi feito, apesar das contradições necessárias à vivência da democracia. Mas o diálogo está acima de tudo.

Parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos! E há a expectativa de que, dessa forma, nós estejamos salvando vidas, estejamos salvando empregos e estejamos dando oportunidade àqueles que vivem dos eventos, do turismo, para que possam trabalhar com dignidade o sustento de suas famílias.

Parabéns a todos pela aprovação da matéria!

Documento 164/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Felipe Carreras pela apresentação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Felipe Carreras pela brilhante iniciativa. Esse projeto vai socorrer todo o pessoal de eventos.

O Estado de São Paulo não é diferente da Bahia, não é diferente do Estado de Pernambuco, não é diferente de Goiás.

São Paulo é a capital dos eventos, são inúmeras praças. No entanto, milhares e milhares de pessoas perderam seus empregos, perderam sua fonte de renda em virtude desta pandemia.

É uma atitude responsável deste Parlamento, neste momento, prestar um socorro, estender a mão a esses brasileiros, empresários, funcionários, empregados, que hoje não têm a possibilidade de receber a mesma renda de antes, aliás, ela é quase zero.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos e o pedido a todos os Deputados que apoiem realmente esta pauta. Que nós possamos nos recuperar, sair logo desta pandemia, e o setor de eventos voltar ao normal.

Deputado Felipe Carreras, parabéns!

Documento 165/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação da Medida Provisória n 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero pedir o apoio de V.Exa., da Câmara dos Deputados, a Casa do Povo, para pautar hoje ainda a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, que aumenta a margem consignável em 5%.

Os aposentados e os servidores estão negativados neste momento de pandemia, momento de desemprego, momento em que o mercado precisa ser aquecido. Esta é uma medida que vai contribuir com o nosso País.

Lembramos que, com esse salário do aposentado, nós temos a responsabilidade de deixá-lo ter acesso a um crédito com juros baixos. Não podemos entregar os nossos aposentados, pensionistas e servidores de todo o País a um crédito com juros altos, de 20%, a agiotas, a algo criminoso.

Então, não podemos deixar caducar a MP 1.006. Isso, sim, será uma grande decepção para todo o País.

Documento 166/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ERIKÁ KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alcance social do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus. Importância da emenda apresentada pela Deputada Lídice da Mata, em prol do cinema nacional.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu quero apenas dizer da importância deste projeto. Este é um projeto que socorre o setor de eventos, que tem uma relação com a cultura, que tem uma relação com a vida, com a alma, com a alma de um povo.

Então, é muito importante que nós possamos ter esta medida, que estabelece uma série de ações: de renegociação, de suspensão de débitos e, para além disso, de facilidade ao crédito. Isso é fundamental para que nós possamos contemplar um setor extremamente penalizado por esta pandemia.

E quero dizer da importância desta emenda que estamos votando, da Deputada Lídice da Mata, porque favorece o cinema nacional. Nós estamos falando da memória deste povo. Nós estamos falando das expressões culturais de um País que carrega uma diversidade imensa e que tem uma história, tem uma ancestralidade que precisa se traduzir nas suas expressões culturais.

Documento 167/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Necessidade da execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc, acerca das ações emergenciais destinadas ao setor cultural,

durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu fico muito feliz, porque nós estamos falando de arte e cultura.

Quero lembrar que aprovamos aqui na Câmara a Lei Aldir Blanc, a lei da emergência cultural. Nós aprovamos esta lei em maio de 2020, mas o Governo só concluiu o repasse dos recursos em outubro de 2020, e obviamente os gestores de Municípios e Estados não conseguiram empenhar todos os recursos até dezembro.

No final do ano passado, o Deputado Arthur Lira inclusive me ajudou, houve a edição da Medida Provisória nº 1.019, que ainda não foi votada, mas, por ação da política econômica, ela foi limitada, e os recursos estão retidos nos bancos. Nós, agora, com o aumento novamente da pandemia, precisamos fazer com que esses recursos sejam liberados para os novos projetos de 2021.

O setor está sofrendo muito. E nós precisamos que a Câmara, de novo, tenha a sensibilidade para que esses recursos novamente estejam liberados, de modo que o setor...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 168/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudação à Deputada Tia Eron, ao ensejo da reassunção do mandato parlamentar. Iminência de colapso no sistema de saúde no Estado do Tocantins, em decorrência da Covid-19. Importância do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos decorrentes das medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro eu quero saudar a Deputada Tia Eron pelo retorno, que engradece este Parlamento.

Também quero saudar de forma muito especial V.Exa., porque, assim como muitos de nós, está em um Estado que constantemente tem sofrido e sido visto nas manchetes nacionais por causa do enfrentamento desse terrível mal que nós temos presenciado.

Em Tocantins não tem sido diferente, estamos à beira de um colapso. E o setor de eventos vem sofrendo muito, porque foi o primeiro a parar e agora, quando insinuavam o retorno, quase numa normalidade, ao buscar esse espaço, tivemos que viver um novo caos.

Então, são medidas como essas aqui na Câmara dos Deputados, a exemplo do PL 5.638/20, que fomentam diversas ações para que eles possam enfrentar com mais firmeza este momento. Enaltecemos a responsabilidade deste Parlamento.

Em nome dos tocantinenses, estou convicto de que mais este projeto de lei vai ajudar consideravelmente esta classe que tanto precisa: o setor de eventos e todos os trabalhadores que atuam em paralelo.

Documento 169/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:44

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-APARTE

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus; e às Emendas de nºs 1 a 50, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Deputado Marcelo, é uma honra estar relatando, sob sua Presidência, esta medida provisória, que é tão importante para o nosso País.



Talvez nem seja necessário lembrar, vivemos o momento mais difícil da nossa história. Há mais de 14 milhões de desempregados, várias cidades estão em *lockdown*. Eu sou do Amazonas e vi o terror dessa nova cepa. O País vive o seu momento mais difícil da história.

Nós temos que equilibrar a questão da saúde, que é prioridade. Por isso, votamos ontem a questão das vacinas. Mas também precisamos analisar a questão da economia. Nós não podemos matar a nossa população de fome.

Esta medida provisória contribui para aquecer a economia do Brasil. Nos 4 meses em que esteve em vigor, ela gerou em torno de 20 milhões de reais no mercado, ajudando na manutenção de empregos e salvando aposentados e pensionistas que estavam sendo socorridos com juros altíssimos.

Eu queria fazer este convencimento ao Plenário, que o acesso ao empréstimo por meio da margem do consignado não faz parte do superendividamento.

Como militar, já fiz empréstimo consignado. Muitas vezes eu pegava o empréstimo para pagar as minhas dívidas, para reduzir a minha dívida, para reduzir o meu endividamento. É uma oportunidade para o servidor, o aposentado e o pensionista terem acesso a um crédito de juros baixos. O maior sonho do Brasil é ter acesso a crédito de juros baixos. Isso gera emprego no nosso País. Lembro que 90% dos aposentados ganham em torno de 1 salário e meio. O aposentado não para de trabalhar. Muitas vezes ele utiliza esse crédito para abrir um negócio, para usar como capital de giro, para fazer uma compra, para o seu conforto, para comprar remédios, para se alimentar.

O aumento de 5% dessa margem consignável - chamo de 5% emergencial, pois vivemos um momento emergencial, que é a pandemia - é uma medida importante, que já se mostrou necessária durante os seus 4 meses de vigência. E no projeto de lei de conversão estamos aumentando para mais 2 anos, porque entendemos que a pandemia não acabou. O Amazonas está em *lockdown*. Brasília está em *lockdown*. O Ceará está em *lockdown*.

Estamos trabalhando aqui no projeto de eventos. Portanto, várias pessoas estão com necessidade de ter acesso a crédito. Este é um momento especial, é um momento ímpar. Hoje os aposentados e pensionistas estão negativados, estão à mercê de empresas que cobram juros altíssimos. Vou dar o exemplo de uma instituição financeira, que não vou citar o nome, porque não há necessidade, cuja propaganda é esta: "*Se você está negativado, se você está no SPC, se você está na Serasa, venha pegar empréstimo conosco*". A pessoa sai do empréstimo consignado, que gira em torno de 1,2% ao mês, para pegar um empréstimo de 20% ao mês. É criminoso! É um absurdo!

Essa é uma medida provisória que vai dar alento aos aposentados. E amplio para os servidores em geral - militares da reserva, da ativa, servidores estaduais, federais e municipais, autarquias. Ampliamos, porque não há problema nenhum em a pessoa ter acesso a créditos de juros baixo. Lembro que, sobre a margem do consignável - agora estamos ampliando para 35% -,

nada impede que se utilize dos 65% do salário para ir às instituições financeiras se endividar. Aí, sim, vai se endividar, porque vai pegar empréstimo a juros altíssimos.

Esta é a realidade do nosso País. Estamos aqui lutando para mudar esta realidade.

O momento é ímpar. Os aposentados estão sofrendo. Precisamos, sim, ter alternativa, responsabilidade com os aposentados, que batalharam por mais de 30 anos por esta Nação.

Então, é justo, é responsável aumentar essa margem em 5% durante a pandemia e os seus efeitos. E nós entramos num acordo que seria por 2 anos.

Ainda recebi uma solicitação do INSS para acrescentar algumas medidas, medidas importantes, que vão zerar as filas, medidas modernas, pelas quais nós vamos ter acesso ao auxílio-doença, de maneira remota, com o atestado médico, comprovando alguns exames médicos, que vão ser analisados por peritos. Então, nós vamos zerar as filas.

Nós vamos colocar os processos que estão em atraso dentro de um programa especial do INSS, em que o funcionário poderá ganhar uma gratificação para dobrar as suas metas. Nós vamos poder tirar um perito, um agente do INSS de São Paulo, e colocá-lo lá no interior do Amazonas, para zerar a fila de atendimento do Amazonas.

Essa medida provisória vai além dos 5% do consignado: ela trabalha a questão do INSS, da aposentadoria, do auxílio-doença. Nós queremos tornar o nosso País mais moderno, mais justo. E nada mais justo do que o Estado ser eficiente, melhorar o ambiente de negócios e dar crédito com juros baixos.

Sr. Presidente, peço licença para ir diretamente ao voto.

"II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.006, de 2020;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 17 e 48, que consideramos não guardarem pertinência temática com a matéria tratada na MPV;

c) pela não implicação sobre as receitas ou despesas públicas da Medida Provisória nº 1.006, 2020, e, quanto à emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas de n^{os} 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49 e 50;

c.2) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas n^{os} 17 e 48;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória n^o 1.006, de 2020, e das Emendas n^{os} 8, 9, 13, 15, 19, 40, 42, 50, acolhidas parcial ou integralmente, na forma do projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas."

Documento 170/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a incompatibilidade temática do art. 6^o do Projeto de Lei de Conversão n^o 2, de 2021, da Medida Provisória n^o 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de supressão do dispositivo.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os colegas Parlamentares, cumprimentar também o Relator, o Deputado Capitão Alberto Neto.

Formulo, sim, a presente questão de ordem com amparo no art. 125 do Regimento Interno desta Casa.

O art. 6^o do PLV se refere à matéria estranha, que o Governo já tentou introduzir por meio de uma medida provisória, mas que terminou perdendo sua vigência. São três alterações.

A mais grave delas pretende desobrigar o INSS do cumprimento dos prazos legais de análise dos requerimentos de concessão e de revisão de benefícios administrados pelo INSS, os quais já somam milhares, em razão da redução da



equipe do INSS, bem como da ausência de concurso e de contratação legalmente assegurada pelo órgão.

Sabemos da fila de processos pendentes no INSS e do aumento da judicialização em razão de os segurados não obterem resposta do órgão no tempo legalmente estabelecido. Nossa preocupação, Srs. Deputados, é que a forma de solução da fila de processos pendentes no INSS não pode onerar ainda mais os segurados que aguardam e têm expectativa de alcançar seus direitos previdenciários. A inclusão dos processos pendentes no Programa Especial criado pela Lei nº 13.846, de 2019, deixará os segurados sem qualquer segurança quanto ao atendimento de sua demanda e sem prazos.

Sabemos que o programa tem previsão de término, mas nada impedirá que o Governo o amplie ainda mais, deixando as pessoas sem segurança sobre o resultado da análise dos seus processos.

Parece-nos que os problemas com os peritos do INSS com análise dos processos pendentes precisariam de uma solução oriunda do Governo, de forma mais definitiva e transparente. Já se tentou inserir esse mesmo texto na Medida Provisória nº 905, de 2019, mas, por razões diversas e pela polêmica de outros pontos daquela MP, sua vigência foi encerrada.

É evidente tratar-se de matéria absolutamente estranha - um jabuti, digamos assim - ao núcleo central objeto da MP 1.006/20, que trata de consignado em folha de pagamento.

Por essas razões, peço que o art. 6º do PLV seja declarado não escrito.

Documento 171/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido ao Relator Capitão Alberto Neto de acolhimento do Requerimento de Destaque nº 37, apresentado Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Relator pelo belo parecer.

Este é um tema muito sensível. Milhões de brasileiros, hoje, vivem pendurados nos consignados. Essa é uma prática que, inclusive, já levou a uma deterioração muito grande da relação entre os agentes financeiros e as pessoas que precisam de empréstimos, pois elas se tornam escravos do consignado.

Mas há uma realidade fática, principalmente no Nordeste, que diz respeito aos aposentados. Os aposentados do interior do Nordeste têm, hoje, renda que ajuda a movimentar os Municípios da Região e estão sofrendo muito e sendo sacrificados, pois, muitas vezes, são arrimo de família, sustentam sua família, e têm necessidade de uma prorrogação do prazo de pagamento desses empréstimos, ou seja, de uma suspensão dos pagamentos neste momento.

Eu apresentei o Destaque nº 37 e peço sensibilidade ao nosso Relator para que possa atender a essa demanda, porque ela não traz prejuízo para as instituições financeiras, que prorrogam o empréstimo e continuam cobrando os encargos que lhes é conveniente cobrar e que estão acordados...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - ... e, por outro lado, é benéfica para a população, principalmente, para os idosos, que estão enfrentando uma pandemia que vem num momento desastroso como este.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Então, se pudéssemos fazer essa prorrogação, estaríamos atendendo, do ponto de vista legal, a essa imensa maioria dos aposentados idosos do Brasil.

Documento 172/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 04/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Relator Capitão Alberto Neto de retirada dos arts. 5º e 6º do substitutivo oferecido à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente desta Casa, que preside a

sessão neste momento, a fundamentação da Deputada foi perfeita. De fato, há matéria estranha, a meu ver, não só no art. 6º, mas a partir do art. 5º, que V.Exa. pode perfeitamente retirar do substitutivo.

Embora a vontade do Deputado seja louvável, seja salutar - nós sabemos que a ideia dele é contribuir -, caberia, sim, outra medida provisória para isso. Até o Governo tem instrumento suficiente para acelerar isso.

Documento 173/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 04/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Não inserção de matéria estranha no texto da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros Deputados, a medida provisória trata de margem consignável e de INSS. Diz respeito aos aposentados e pensionistas do INSS. Então, nós queremos utilizar esse instrumento para alterar essa situação.

Aqui é a Casa do Povo, aqui somos soberanos para decidir o que for melhor para a nossa Nação, e há uma pertinência do assunto, sim, por se tratar do INSS. São aposentados, são pensionistas que recebem, que são geridos pelo INSS. E tornar esse órgão mais eficiente vai beneficiar todos os aposentados e quem precisar acessar o órgão. Então, não consigo me convencer de que seja matéria estranha à MP.

Sobre o comentário da Deputada, muito pertinente, digo que o § 2º do art. 1º trabalha justamente essa questão de zerar as filas. Ele coloca no § 2º, como um dos requisitos do Programa Especial, os processos que já foram expirados, processos cujo prazo superou os 45 dias.

Então, não tem como nós, que amamos o nosso País, que queremos um Estado mais eficiente, sermos contra uma medida dessas. Casos estão parados, há filas intermináveis, vivemos numa pandemia, várias agências estão fechadas, e nós precisamos encontrar uma solução para atender o nosso povo. Perder uma oportunidade de tornar o nosso INSS mais ágil, mais eficiente para

atender a população não faz sentido para a Casa que quer representar o povo brasileiro.

Documento 174/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Apoio à questão de ordem da Deputada Rejane Dias sobre a retirada de matéria estranha do texto da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Parcialidade do então Juiz Federal, Sérgio Moro, e do Procurador da República, Deltan Dallagnol, na condução da Operação Lava-Jato. Perseguição política praticada contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Necessidade de julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de pedido de suspeição do ex-Juiz Federal Sérgio Moro. Urgente necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Inadmissibilidade de desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde, preconizada no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, reforçar a questão de ordem levantada pela Deputada Rejane Dias, do nosso querido Piauí, porque, realmente, o assunto é estranho à matéria e, no nosso entendimento, não deve ser votado junto com ela, e, sim, ser discutido à parte. É um tema importante, mas não pode aparecer como um "jabuti", e nós já temos precedentes no sentido de retirar do texto esses assuntos estranhos.

Presidente, eu inicio o tempo de Liderança do PT agradecendo ao nosso Líder, Deputado Bohn Gass, por me conceder esta oportunidade.

Nesta semana, a Operação Lava-Jato, que já anda desmoralizada, desmoralizou-se ainda mais. Aliás, desmoralizar combina com Moro, e tanto Dallagnol quanto Moro passaram a ser figuras carimbadas, mas não como juiz e representante do Ministério Público que devem cumprir com sua função - o Ministério Público, a de denunciar com seriedade, e o juiz, a de julgar com isenção. Não! Isso não existiu na Operação Lava-Jato. Era uma coisa só: Juiz

Moro, Dallagnol e os meninos, os *bad boys* da Operação Lava-Jato, aqueles que, através de mensagens, foram completamente desmascarados.

Eu queria citar algumas mensagens reveladas esta semana. É importante que o povo brasileiro tenha ciência do que de fato aconteceu na Operação Lava-Jato e de toda a perseguição que fizeram, especialmente ao Presidente Lula.

Isso não pode prevalecer! É preciso que o Ministro Gilmar Mendes coloque, finalmente, em votação o pedido de suspeição do Juiz Moro feito pela defesa de Lula - que, aliás, deixou de ser juiz para virar Ministro do Governo Bolsonaro, criando uma relação, no mínimo, promíscua, pois julgou o processo do Lula e, depois, passou a fazer parte de um Governo nitidamente adversário do próprio Presidente Lula, da Esquerda e do Partido dos Trabalhadores.

Nesta semana, nós vimos coisas do arco da velha. Uma das procuradoras da Lava-Jato simplesmente saiu com uma pérola no diálogo interno que o *site The Intercept Brasil* já tinha revelado ao povo brasileiro e ao qual, agora, a própria defesa do Presidente Lula teve acesso, a partir da liberação do Ministro Lewandowski.

Uma delas diz simplesmente o seguinte: "*Dá para gritar gol?*" Ela se referia à comemoração por aquilo que considerava que o Presidente Lula poderia ter de punição. Ela debochava disso, quando a defesa do Presidente Lula pedia para ser considerada no processo. E ela debochava e dizia, depois, que era brincadeira entre colegas de trabalho: "*Dá para gritar gol quando ele se ferrar?*" Imaginem uma procuradora dizer isso de uma pessoa que ela está investigando e que está para ser julgada: "*Dá para gritar gol quando ele se ferrar?*" Foi a expressão que eles usaram.

Mas há algo mais sério do que isso. Outra procuradora disse o seguinte sobre a OAS, uma das empresas das quais os procuradores queriam retirar denúncias contra o Presidente Lula, como se fosse tortura. Ela usou um linguajar, Deputado Afonso Florence, que era utilizado - e a Presidenta Dilma comentou isso outro dia - pelos torturadores durante o regime militar.

Essa procuradora disse: "*A OAS tem que mijar sangue*". Dizia, neste caso, que Leo Pinheiro, um dos colaboradores da Lava-Jato, teria que mijar sangue para voltar a depor, porque eles iam arrancar dele o que quisessem em relação às denúncias contra o Presidente Lula.

Depois disso, dialogaram acerca de uma tese - que foi revelada como grampo - que inocentava o Presidente da República. Eles resolveram que esse diálogo poderia ajudar o Presidente Lula e simplesmente o retiraram do processo, para que o Presidente Lula não pudesse se defender acerca do conteúdo do grampo que fizeram. Vejam o absurdo que foi essa brincadeira que a Lava-Jato fez!

Depois disso, Dallagnol estabeleceu que faria, em cinco semanas, o que ele chamou de Plano Lula: um cronograma segundo o qual, semanalmente, fariam

denúncias, segundo ele, para consumir o moral do Presidente Lula. E assim iam agindo.

Mais para frente, vários deles diziam que queriam detonar a imagem do Nove, que era como eles se referiam ao Presidente Lula, debochando dele, porque o Presidente Lula, em acidente de trabalho como metalúrgico, perdeu um dos dedos. Eles diziam: "*detonar a imagem do Nove*".

Existe imparcialidade nesse processo? Nunca!

E, ainda pior, o Deputado Afonso Florence me lembrava de que uma delegada da Polícia Federal chegou a fraudar um depoimento. O depoimento não existiu, e ela o incluiu - um depoimento de quem não foi ouvido!

Tudo isso para que o Presidente Lula pudesse ser preso e não concorresse às eleições. E foi isso que aconteceu durante todo esse procedimento, com o conhecimento do Dallagnol e com as bênçãos do juiz Moro, Deputado Reginaldo Lopes. Isso tudo veio à tona nesta última semana.

Então, eu faço um apelo para que seja julgada a suspeição de Moro nesse processo, a fim de que o Presidente Lula tenha um julgamento justo e readquira seus direitos políticos.

Sabem por que isso é importante? Porque nós vivemos, no Brasil, um golpe. Hoje está muito claro isso. É um golpe que está custando caro ao Brasil. O Senado está discutindo agora uma proposta de emenda constitucional chamada de PEC Emergencial. Emergencial é o auxílio de 600 reais que o povo brasileiro precisa receber. Esse, de fato, é algo que precisa ser votado emergencialmente. Mas estão discutindo uma proposta de emenda constitucional que é um ajuste fiscal duríssimo contra não só o servidor público, mas também o serviço público. Nesse ajuste fiscal, queriam fazer com que as verbas da educação e da saúde não fossem mais determinadas no Orçamento anual, conforme previsto pela Constituição brasileira, vitória da Constituinte de 1988.

Na época, eu era professor, militava no movimento social, e nós viemos a Brasília diversas vezes para cravar na Constituição que a educação e a saúde teriam verbas anuais específicas para o seu custeio, a fim de que crescessem a educação e a saúde pública no Brasil.

Agora, querem simplesmente desconstruir o que foi posto na Constituição brasileira desde 1988, que salvou vidas nesta pandemia, através do SUS, e que possibilitou que milhões de brasileiros não fossem analfabetos no Brasil, porque garantiu a educação pública brasileira. Querem simplesmente retirar isso, em plena pandemia, no processo de votação de uma emenda constitucional que não foi debatida.

É um ajuste fiscal! Como se isso pudesse compensar quatro parcelas miseráveis de 250 reais para poucos e poucas brasileiras! Como compensação a isso, querem dismantlar o sistema de saúde e o sistema de educação.

Essa PEC está sendo discutida no Senado - e aqui eu vou concluindo, Presidente -, e já se pensa em que ela venha para cá sem passar pela CCJC e sem um debate sério com a sociedade brasileira.

Eu faço um apelo a todos os Deputados e Deputadas. Nós não podemos admitir atropelos e atos autoritários aqui na Câmara para colocar sobre o povo brasileiro esse sacrifício de perder o acesso à educação e à saúde pública por causa de quatro parcelas de 250 reais. O que nós precisamos é de um Bolsa Família consistente, o que nós precisamos é de um auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais.

Este é o apelo que faz, hoje, o Partido dos Trabalhadores.

Documento 175/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Descontentamento do orador com o não acolhimento, pelo Relator Capitão Alberto Neto, das Emendas de nºs, 47, 48 e 49, apresentadas pelo orador à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Continuidade da luta do Parlamentar em prol dos aposentados e pensionistas.

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, hoje, mais de 35 milhões de aposentados e pensionistas estão na expectativa de que esta medida provisória seja a oportunidade de nós corrigirmos injustiças feitas a esse segmento.

Grande parte dele, até se aposentar, doou toda a sua vida de trabalho para garantir a produção de alimentos, a confecção de veículos e de equipamentos. Doou toda sua vida de trabalho até se aposentar e, quando chegou esta sombria pandemia, o Governo tomou uma medida correta, concreta, a antecipação do 13º de 2021.



Entretanto, com a antecipação do 13º e a necessidade do isolamento social, com a necessidade da adoção de medidas recomendadas pelas autoridades da saúde, no fim do ano, eles não tinham recursos, não tinham as mínimas condições de adquirir medicamentos, de dar assistência à família. Algumas dessas pessoas têm essa renda como única fonte de sobrevivência da própria família.

Por isso, eu apresentei três emendas a esta medida provisória. Apresentei a Emenda nº 47, que suspendia por 120 dias o pagamento dos consignados. Apresentei também a Emenda nº 48, que instituía o 14º salário para os aposentados e pensionistas municipais, estaduais e federais, inclusive os militares. E apresentei a Emenda nº 49, que criava uma linha de crédito especial para esse segmento.

Infelizmente, elas não foram acolhidas pelo nosso Relator, que eu respeito e a quem cumprimento pelo trabalho.

Mas quero dizer que, se nós tivéssemos que lançar mão de reservas, de poupança do nosso País, do Estado brasileiro, para garantir apoio a mais de 35 milhões de pessoas neste momento de pandemia, que colocou todos nós à prova - ela parece muito mais um filme de ficção científica, em que ninguém sabe certamente qual caminho seguir -, este, com certeza, seria um caminho fundamental para o Parlamento cumprir seu papel e de o Estado brasileiro fazer justiça com essas pessoas.

Eu não vou abrir mão de continuar lutando para que o segmento dos aposentados e pensionistas tenha, no meu mandato, uma voz forte neste Parlamento; para que este microfone seja o caminho para garantir que eles tenham apoio, que eles tenham políticas públicas fundamentais para manter sua qualidade de vida.

Quero agradecer a muitos que me acompanharam nesta caminhada. Agradeço ao Dr. Sandro, junto com o Milton, pessoas que nos ajudaram a mobilizar o Brasil inteiro para a chegada deste momento, o dia em que esta medida provisória perde sua vigência. Ela tem um ponto fundamental: o aumento da margem consignada, para que essas pessoas possam pagar um juro mais barato.

Infelizmente, não conseguimos. Eu lamento, mas não vou deixar de lutar pelos aposentados e pensionistas. Vou aumentar o número de pessoas nesta luta, o número de Parlamentares e, principalmente, vou garantir que esta Casa tenha representantes que defendam com legitimidade, defendam com coragem, como eu estou defendendo, os aposentados e pensionistas de todo o nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Constatação, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, do desvio de recursos destinados ao auxílio emergencial. Pedido aos Deputados de apoio à criação de CPI destinada à investigação de irregularidades no pagamento do benefício pecuniário.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, agradeço a possibilidade de falar neste momento.

Trago uma grave denúncia sobre o desvio de recursos do auxílio emergencial, a qual chegou ao nosso conhecimento e ao conhecimento de todos por meio do Tribunal de Contas da União.

O relatório do TCU apontou que, dos 290 bilhões de reais aportados no auxílio emergencial, 54 bilhões de reais foram destinados de maneira irregular.

Esse é um dado assustador, porque esse número é maior inclusive do que o escândalo do petróleo. Mais do que isso, representa 15% dos valores investidos no auxílio emergencial. Nós entraremos, logo em breve, aqui, no debate da continuidade do auxílio emergencial, e esse valor de 54 bilhões de reais seria suficiente para custear, durante 3 meses, um benefício de 300 reais para as famílias que precisam desse atendimento, desse colchão social.

Por isso, é importante informar que nós fizemos um pedido de CPI para investigar para onde foram esses 54 bilhões de reais. Os dados do TCU apontam o seguinte: 700 mil servidores civis e militares receberam irregularmente esse benefício; 50 mil falecidos receberam o benefício; e 50 mil pessoas que moram fora do Brasil também receberam o benefício. É necessário fazer a investigação para que isso não passe impune, para que recuperemos esses recursos e para que se punam as pessoas que cometeram esse grave crime, porque, neste momento de pandemia tão duro para o Brasil em que se faz necessário o auxílio emergencial para milhares de famílias que precisam dele, nós temos um desvio desses.

O Congresso Nacional tem a responsabilidade de investigar, de buscar os responsáveis e de chegar à conclusão para punir de maneira exemplar as pessoas que cometeram ou um erro de má-fé ou um crime de desvio de recursos, por meio do auxílio emergencial.



Nós estamos pedindo o apoio de todos os colegas Líderes para que esse escândalo possa ser apurado, porque não estamos aqui falando de uma denúncia da imprensa. Foi um órgão oficial, o Tribunal de Contas da União, que fez um relatório oficial, apontando esses desvios. E nós não podemos ser irresponsáveis de não fazer essa apuração.

Por isso, eu peço o apoio de todos os amigos, de todos os colegas Deputados para obter as assinaturas necessárias para fazer essa investigação, ainda mais neste momento em que estamos entrando de averiguação desse novo auxílio emergencial, que em breve será pautado aqui na Câmara dos Deputados.

Documento 177/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com a posição de vetos presidenciais à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação; e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Queda do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 4,1%. Elevação do número de óbitos decorrentes da dengue hemorrágica no Estado do Acre. Transformação do Brasil em risco mundial diante da epidemia de coronavírus. Falta de comando central para a condução das ações de enfrentamento da doença. Agravamento do desemprego no País. Insignificância do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Jair Bolsonaro. Baixos recursos federais destinados ao Estado do Acre para a reconstrução de danos provocados pelas enchentes. Pedido aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Lei nº 508, de 2021, acerca da instituição do auxílio emergencial extraordinário, para as famílias acrianas em situação de vulnerabilidade social e econômica, em decorrência da Covid-19; da dengue hemorrágica e dos alagamentos provocados por enchentes.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quando estamos em qualquer roda de conversas, em grupos de família ou até em grupos de amigos no WhatsApp, há sempre alguém que chega e pede: *"Dá uma notícia boa pra gente"*.

De fato, as notícias sobre o Brasil são todas muito ruins. A pior notícia de ontem que podíamos ter foi o Presidente Jair Bolsonaro ter acabado com a lei das vacinas, quando ele tira a responsabilidade do seu Governo de comprar e distribuir vacinas. Ainda bem que o STF tem dado ganho de causa aos Governos, para que eles possam trabalhar.

Hoje a pior notícia que podíamos receber foi: "*PIB do Brasil despenca 4,1%*". Foi o maior tombo desde o início da série de 1996.

Pode ser que não fique só nisso, pode ser que cheguemos ainda este ano à 14ª posição entre as maiores economias do mundo. Isso é uma humilhação para o Brasil, que esteve entre as 10 maiores economias. Nós descemos de posição porque temos um Presidente que não sabe de fato para que rumo quer levar o País.

A situação da dengue no Acre, Sr. Presidente, preocupa muito. Há muitas mortes por dengue hemorrágica.

Voltando à questão nacional, a COVID está transformando o Brasil em um risco mundial, porque não temos comando. Os Governadores e Prefeitos se viram sozinhos. O desemprego assola o nosso País, e o auxílio emergencial proposto pelo Governo do Presidente Bolsonaro vai dar apenas uma nota do lobo-guará e mais uma nota da onça.

Então, Sr. Presidente, não podemos achar que esse auxílio emergencial vai resolver a situação do nosso País.

No Acre, em torno de 130 mil pessoas foram atingidas por uma forte alagação, algo que não se via pelo menos nos últimos 50 anos. O Presidente foi lá, chegou com uma conversa de que ia mandar 450 milhões de reais, e, de repente, isso se transformou em 18 milhões de reais, só que é dinheiro para reformar escolas, postos de saúde, estradas, pontes. E a vida das pessoas, como vamos reconstruir? É preciso olhar para as famílias que perderam tudo o que construíram nos últimos 10 anos, 20 anos, 30 anos.

Por isso, estamos propondo um auxílio emergencial extraordinário para as famílias do Acre que perderam tudo durante essa alagação.

Eu queria muito contar com a sensibilidade dos colegas deste Plenário, porque somos um Estado com pouco mais de 700 mil habitantes e temos em torno de 130 mil habitantes sem ter onde dormir, sem ter um colchão que não esteja molhado, sem ter uma geladeira ou um fogão, e vendo toda a sua produção estragar.

É preciso termos esse olhar. Eu espero muito e confio no Plenário desta Casa para que tenha um olhar diferenciado para o Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 178/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO



Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Apelo ao Relator da proposição, Deputado Capitão Alberto Neto, por acatamento da Emenda nº 20 sobre a suspensão do pagamento de empréstimos consignados, de autoria da Deputada Erika Kokay. Tramitação na Casa dos Projetos de Lei de nºs 1.782 e 1.328, de 2020, respectivamente, sobre a suspensão de forma transitória da Lei nº 10.820, de 2003, e do Decreto Nº 8.690, de 2016, durante a epidemia de coronavírus; e sobre a suspensão, por 120 dias, do pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos ou privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer a defesa da importância da aprovação dessa matéria que trata do aumento do valor dos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas. Quero dizer da importância dessa medida neste momento que estamos vivendo de crise, de pandemia e de dificuldades que trabalhadores, trabalhadoras, aposentados e aposentadas estão enfrentando.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para fazer um apelo ao Relator dessa matéria, no sentido de que possa também acatar a Emenda nº 20, da Deputada Erika Kokay, que propõe a suspensão do pagamento do empréstimo consignado. Eu também apresentei um projeto de lei nesse sentido. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 1.782, de 2020, pedindo a suspensão, por 6 meses, do pagamento das parcelas dos empréstimos consignados.

Há também, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.328, de 2020, do Senador Otto Alencar, que foi aprovado no Senado, encontra-se para ser votado nesta Casa e tem o mesmo objeto. Pede-se a suspensão, por 6 meses, dos pagamentos dos empréstimos consignados, para que os aposentados e os pensionistas possam, de fato, ter um fôlego, em função de toda essa crise.

Todos nós estamos acompanhando a gravidade do aumento dos casos da pandemia e a imprevisibilidade de quando essa situação vai ser resolvida. Enquanto isso, as pessoas estão sofrendo, principalmente, os aposentados e os pensionistas. Por isso, é muito importante a aprovação dessa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.



12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:48

Publ.: DCD - 04/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Importância da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. (*falha na transmissão*), os Parlamentares.

Presidente, primeiro, eu quero dizer que esta (*falha na transmissão*) é extremamente importante para o Brasil. Embora possa haver divergência dentro do meu próprio partido, é muito claro que a questão do consignado tem ajudado (*falha na transmissão*), os pensionistas, aqueles que (*falha na transmissão*) de uma hora em que o (*falha na transmissão*) pode dar em garantia do financiamento o seu salário (*falha na transmissão*) margem permitida de 35%.

O que eu estou pretendendo é aumentar esta margem para (*falha na transmissão*), uma margem justa, razoável (*falha na transmissão*) uns digam que não é correto permitir o endividamento do aposentado.

Eu tenho argumentado que o aposentado, quando precisa, que o pensionista, quando precisa de um recurso (*falha na transmissão*) por conta (*falha na transmissão*) ou de um investimento que pretende fazer ou comprar a mais, se o dinheiro do consignado (*falha na transmissão*), ele vai encontrá-lo com juro alto, com um juro exploratório (*falha na transmissão*).

Então, esta é a preocupação que eu tenho, porque, nesta hora da pandemia, o aposentado não recebeu nada (*falha na transmissão*), nada, absolutamente nada. Enquanto 60 milhões de pessoas receberam três parcelas de 600 reais e duas de 300 reais, os aposentados nada receberam. E eles é que carregaram (*falha na transmissão*) nas costas.

O Brasil não (*falha na transmissão*). Os aposentados de hoje são os trabalhadores de ontem, que fizeram (*falha na transmissão*). E nós precisamos (*falha na transmissão*) na pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Pompeo, Deputado Pompeo...



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu acho que a sua Internet está com alguma inconsistência, pois está comprometendo bastante a sua fala. Partes da fala de V.Exa. estão sendo cortadas. Então, eu acho que está comprometendo muito a sua fala. Eu acho que nós poderíamos tentar novamente depois.

Eu poderia passar a palavra para o Deputado do NOVO, e nós poderíamos tentar mais à frente, senão V.Exa. não vai ter essa fala depois, porque ela está toda recortada por alguma inconsistência. Eu acho que é o seu sinal de Internet, Deputado Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Eu vou tentar melhorar aqui, Presidente. Vou acessar pelo celular.

Então, V.Exa. pode ouvir o NOVO.

Documento 180/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 04/03/2021 --VINICIUS POIT-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Apoio à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Apresentação pelo partido Novo de requerimento de destaque à propositura, destinado à elevação para até 40% da parte da renda comprometida do trabalhador em empréstimos consignados.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela concessão desta fala.

Inicialmente, eu queria elogiar a relatoria e o trabalho do Deputado Federal Capitão Alberto Neto neste tema. Nós já falamos um pouco antes sobre isso, temos trabalhado o tema juntos.

Eu queria falar aqui, Sr. Presidente, em nome da população que nós representamos. Inclusive, vários aposentados nos contataram e mandaram mensagens nas redes sociais pedindo apoio e pedindo liberdade. Eles pedem para ter liberdade sobre a sua aposentadoria, liberdade para escolher os seus recursos. Então, nós estamos tratando aqui da liberdade de a pessoa fazer o

que ela bem entender com os seus recursos e de se planejar financeiramente como bem entender.

Esta fala é uma resposta, uma prestação de contas para aqueles que querem, sim, tomar o seu crédito consignado; que querem, sim, tomar o crédito para montar um negócio, para fazer uma compra, para pagar uma dívida mais cara, necessária. E, hoje, eles não têm liberdade nem de decidir sobre o seu próprio dinheiro.

Este pleito aqui, Sr. Presidente, é para falar também de um destaque do NOVO. Quando nós falamos de elevar para 35%, até 40%, a parte da renda comprometida não só do aposentado, mas também do trabalhador e de outros cidadãos brasileiros, não podemos pôr um limite para acabar até o final de 2022.

Se nós estamos dando 5% a mais de liberdade para eles, vamos deixar isso perdurar, ter continuidade, e não botar um limite. Isso já é um avanço. Este, inclusive, é o destaque do NOVO apresentado: elevar de 35% para 40% e não ter um limite ou uma data para acabar.

Outro tema que nós queríamos levantar - aí é um tema importante, conceitual, e nós sabemos que é de difícil aplicabilidade, Relator Capitão Alberto Neto - é o de dar da liberdade total para o aposentado, liberdade total para o trabalhador.

Isso é mérito, inclusive, da emenda que o NOVO discutiu, liberdade não só de 40%, mas de 100% se ele quiser. Com isso nós estamos defendendo nada menos do que o trabalhador, que, quando não pode pegar o crédito consignado, crédito barato, crédito com taxas de juros plausíveis para o bolso dele, acaba contratando uma linha do banco mais cara, acaba caindo na mão de agiota e de práticas de mercado com taxas de juros abusivas, garantias abusivas e práticas, inclusive, não republicanas.

Então, Sr. Presidente, essa aqui é uma fala de prestação de contas para a sociedade e da defesa da liberdade. Nós não podemos achar que o Estado sabe melhor das finanças pessoais do cidadão do que ele próprio. *"Olhe, você não pode se alavancar tanto -- quando eu falo alavancar, falo em tomar tanta dívida; você não pode comprometer mais de 35% ou 40% do seu salário, porque você não sabe lidar com o seu dinheiro. Você vai se atrapalhar, vai se endividar muito e não vai ter dinheiro depois."*

Poxa, gente, não podemos ter essa pretensão de achar que sabemos melhor da vida do outro do que ele próprio, ser paternalista, ser um Estado burocrático em cima do cidadão.

Então, novamente, é uma frase que eu repeti ao longo da minha fala, Relator, eu agradeço a V.Exa. por acolher essa fala e fazer as adequações possíveis, necessárias em torno da liberdade, da liberdade do aposentado, da liberdade

do trabalhador e da liberdade de todo cidadão, de todo brasileiro poder lidar com o seu dinheiro e com a sua vida como ele bem entender.

Crédito consignado é um crédito barato, é um crédito seguro e é uma forma de o brasileiro poder, inclusive, realizar sonhos e empreender com o seu próprio dinheiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 181/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-18:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde nos Estados brasileiros em decorrência da Covid-19. Tragédia causada pela doença viral no País. Protesto contra a fixação do valor do auxílio emergencial em 250 reais, e a retirada de direitos dos servidores públicos, preconizados na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio à postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei ali pensando em vários temas para tratar desta tribuna, mas a mudança de ontem para hoje no quadro de ocupação dos leitos, no quadro da crise sanitária que o Brasil está enfrentando não nos permite tratar de outro tema.

Ontem, falávamos que boa parte dos Estados estão com 80%, 90% dos seus leitos ocupados. Infelizmente, nem isso mais podemos dizer. Agora, há fila para a UTI. Em São Paulo, a fila para a UTI chega a 230 pacientes. Na Bahia, no Paraná, no Rio Grande do Sul, no meu Estado do Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte, Sem anta Catarina e aqui no Distrito Federal também há fila de pacientes para leito de UTI. Só na Bahia, Sras. e Srs. Deputados, 263 pessoas estão aguardando para poder ter oxigênio, aguardando para ter o direito de lutar pela vida.

Eu não consigo compreender. Deveríamos nos debruçar sobre as saídas efetivas para este quadro. É desesperadora a tragédia que está matando o povo brasileiro. Ela está matando o povo brasileiro, seja esperando por oxigênio, para poder respirar - em quantas famílias houve perdas só nas últimas 24 horas? morreram 1.760 pessoas! -, seja por falta de oxigênio, seja por causa do quadro econômico, que é aprofundado pela crise sanitária que



está em curso. Nove milhões de pessoas dependeram no último período exclusivamente do auxílio emergencial. Quarenta por cento das mulheres chefes de família dependeram do auxílio emergencial. Agora, o que está colocado é a possibilidade, na PEC que vem do Senado para cá, de associarmos a concessão do auxílio emergencial, vergonhoso, de 250 reais, Presidente, ao desmonte dos direitos sociais. Parece-me que o que vai ficar da PEC são os gatilhos que destroem carreira e que destroem a possibilidade de aumento de salário real. Estou falando de servidor público que não é privilegiado, estou falando da merendeira - e termino com isso. Quanto ganha uma merendeira? No Estado do Rio de Janeiro, acho que o piso salarial é de cerca de 1.300 reais. Essa mulher é a mesma que vai ter seu corpo morto por falta de vaga no SUS, é a mesma que vai ver o seu filho desempregado ou trabalhador informal sem vaga no SUS, é a mesma que não vai ter, em tempos de inflação, de preço do gás alto, de preço do combustível alto, uma oferta de 250 reais de auxílio emergencial, que não vai ter seu salário aumentado, nem com reajuste a partir da inflação.

E qual é a resposta do Governo Bolsonaro? "Libera arma". A resposta é "cruzada antivacina", a resposta é "máscara não serve". Não há outro nome para isso senão "genocídio", que se concretiza no mesmo corpo: no corpo pobre, no corpo preto, no corpo favelado dessa merendeira que talvez seja a expressão deste povo brasileiro judiado pelo Presidente Bolsonaro.

Obrigada, Presidente.

Documento 182/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 04/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Relevância da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Apoio ao aumento em 5% da margem de empréstimos consignados e à suspensão, por 120 dias, do pagamento de tais empréstimos pelos aposentados e pensionistas. Apelo ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por retomada do atendimento presencial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente, e agradecer-lhe pela generosidade de repor o meu tempo.



Esta medida provisória, Presidente, que trata da questão do empréstimo consignado é, na minha visão, extremamente relevante para os aposentados de todo o Brasil, para os pensionistas. Nós sabemos que o pensionista e o aposentado, na hora em que precisam de um recurso a mais, para comprar um bem ou para uma necessidade, uma demanda, socorrem-se do consignado e fazem um financiamento. Para esse financiamento ele dá em garantia o seu salário, até 35%. Nós estamos, com esta medida provisória, aumentando a margem consignável, para que chegue a 40%.

Pois bem. Eu compreendo, Presidente, que alguns não gostam que o aposentado se endivide, que fique endividado. Concordo. Mas, por outro lado, tenho a compreensão de que, se o aposentado não pegar o dinheiro do consignado, na forma da lei, com juros módicos, com juros razoáveis, o aposentado vai ali à esquina e pega do agiota, do especulador, do explorador, que vai cobrar juro alto, *spread* alto. Então, nós temos que ter essa compreensão nesta hora.

Na pandemia ninguém ajudou em nada os aposentados. Sessenta milhões de brasileiros receberam o auxílio emergencial, de 600 reais, em três vezes, e de 300 reais, em outras três vezes. Estamos brigando por mais auxílio emergencial. Para o aposentado, nada. O aposentado recebeu o que o peixe faz ali no rio: nada, nada, nada, nada. Nós precisamos, então, de maneira muito clara, ter a compreensão do papel que nos cabe, que nesta hora é o de olhar para o aposentado. É como eu vejo, é como eu enxergo, é a minha disposição. Inclusive apresentei projeto de lei, que agora transformamos em emenda, Presidente, no sentido de que o pagamento do consignado que o aposentado já deve seja suspenso por 4 meses, porque agora na pandemia em muitas casas quem está botando o pão na mesa, a boia no prato é o aposentado. O filho está desempregado, o neto não tem renda, e o avô ou a avó está pagando a conta. Então, é preciso que se dê este fôlego para o aposentado. O banco pode esperar.

O que é migalha para o banco nesta hora para o aposentado é pão na mesa, é boia no prato, é necessário, é fundamental, é vida, é sobrevivência, é qualidade de vida, é o mínimo de dignidade para o aposentado.

Então, eu quero as duas coisas, Presidente: ampliar o consignado em mais 5%, ou seja, para chegar a 40%, para que o financiamento chegue a até 40% do salário do aposentado, do pensionista, enfim, e que, para esses que já devem, que estão comprometidos com os bancos, que o pagamento seja suspenso por 4 meses. O banco não vai perder, Presidente, porque a conta vai para o final da conta, e depois se paga a conta. Os bancos não deram nada para ninguém. Qual foi a contribuição social dos bancos para o enfrentamento à COVID? Nada, nada, nada, nada. Está na hora de fazer o mínimo do mínimo para os aposentados, de suspender o pagamento do consignado.

A emenda está destacada. É o Destaque nº 7, do PDT. Eu vou brigar muito por ele, com muita convicção, com muita determinação.

Para encerrar, Presidente, quero invocar a angústia de muitas pessoas que querem se aposentar, que têm uma relação com o INSS, ou seja, contribuições ao longo de uma vida inteira, e que encaminharam sua aposentadoria e estão com os processos de aposentadoria represados. O processo daqueles a quem foram pedidos exames médicos, perícias, está represado; o processo daqueles que têm demandas no sentido de rever a aposentadoria, está parado.

Ora, nós da Câmara dos Deputados estamos sempre trabalhando virtualmente. O INSS também pode trabalhar virtualmente, pode despachar, pode decidir. O pior juiz não é aquele que decide contra mim, é aquele que não decide nunca. O pior do INSS não é ele decidir contra o aposentado, contra uma perícia, enfim, contra um pedido do segurado. O pior é ele não decidir nunca. Fica ali sentado em cima da demanda, chocando os ovos da gansa. Então, eu quero pedir ao INSS, ao Ministério responsável pelo INSS, que tome uma atitude. O povo está precisando. Há quem dependa disso para comer - é o pão na mesa. Para a pessoa que está doente o auxílio-doença não sai. E, o que é pior, não sai, e não dizem que sai, e não sabem quando vai sair. Ou seja, não há resposta nenhuma. Esse é o drama que nós estamos vivendo. Eu quero fazer este apelo ao INSS: para que compreenda que estamos numa fase de pandemia drástica, dura. Eu não estou pedindo ao INSS que volte ao atendimento presencial, mas não há absolutamente nenhum impedimento para que o INSS despache, tome decisão, toque os processos virtualmente, responda por meio virtual, na Internet, por computador, por WhatsApp, enfim, que encaminhe ao segurado uma resposta que possa lhe dar alento, esperança, para que ele seja minimamente atendido, com dignidade, porque ele contribuiu mês a mês, ano a ano, por 10, 15, 20, 30 anos e agora, quando precisa do auxílio-doença, quando precisa da proteção da Previdência Social, o que tem? Resposta nenhuma, zero. Portanto, eu faço este apelo enfático.

Queremos amparar os aposentados melhorando o consignado e suspendendo o pagamento para quem deve consignado, por 4 meses, conforme proposta que apresentei, mas aqueles que estão se aposentando precisam ter o seu processo resolvido, precisam ser atendidos minimamente, com dignidade, com respeito, com seriedade. Esse é o compromisso que o INSS tem que ter com o seu segurado, porque o segurado pagou ao INSS.

O INSS funciona e existe pela contribuição dos segurados, dos trabalhadores, da Previdência Social. A razão de ser do INSS é o seu segurado, é o seu cliente. A vida do INSS são eles, e a vida deles depende do INSS, porque eles depositaram ali, mês a mês, ano a ano, todas as suas esperanças, e as suas esperanças, Presidente, não podem escapar pelo vão dos dedos. Eles precisam de uma resposta. Essas demandas, esses processos de aposentadoria represados, o auxílio-doença represado, os exames periciais represados, todos esses processos têm que ter uma resposta por parte do INSS. É o meu apelo enfático.

O Congresso Nacional, nós todos, os Deputados, somos um pouco responsáveis por isso, porque esse futuro aposentado, contribuinte do INSS, não tem para quem apelar - não tem vez, não tem voz, não tem para quem

dizer. O INSS não o atende, não o ouve, e o processo está lá, não é resolvido, não é levado adiante, enfim, está impactado. Isso é algo muito grave para esse futuro aposentado.

Aqui no Rio Grande do Sul, Presidente, é uma grita só. Muita gente, no meu WhatsApp, nas minhas redes sociais, pede: "*Deputado*"...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 183/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mil mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Imobilismo do Presidente da República e do Ministro da Saúde com relação ao combate à doença viral. Colapso do sistema hospitalar nos Estados brasileiros provocado pela epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, volto a esta tribuna para fazer um lamento. Acaba de ser divulgado o número oficial de 1.910 brasileiros que faleceram nas últimas 24 horas em decorrência da COVID.

Não há uma palavra do Presidente da República no sentido de mobilizar o País, a Nação para enfrentar a COVID. Não há uma palavra do Ministro da Saúde na direção de um combate efetivo à COVID. Respondem com evasivas, com medidas protelatórias, fazem pouco caso da COVID, e o povo brasileiro está desesperado, sentindo-se abandonado pelo Governo do País, pela Presidência da República.

A todo o momento, as rádios, os jornais, os *blogs* mostram que os hospitais estão lotados. No setor público, 100% das UTIs estão preenchidas; no setor privado, 100% das UTIs estão preenchidas. Presidente, se alguém adoecer agora - e isso ocorre a todo o instante; foram 71 mil casos nas últimas 24 horas

-, nem sequer tem a chance, a oportunidade de ser atendido, de ser medicado, para aumentar a sua chance de sair com vida desta pandemia que toma conta do nosso País.

Presidente, o mundo está assustado com o Brasil também. Agora, falar no Brasil é como atrair coisa ruim. Há uma percepção internacional de que aqui no Brasil não há governo, de que aqui no Brasil não há medidas. Essa percepção é correta. Aqui todos são testemunhas de como o Presidente se refere à pandemia, de como o Presidente se refere à COVID. Fez ele a opção de botar um Ministro que não quer ser Ministro, de botar um Ministro que não entende de saúde pública, de botar um Ministro que apenas balança a cabeça e diz "sim" para o Presidente da República. A única medida certa que o Ministro tomou, há alguns meses, foi a de fazer a compra de vacinas, mas o Presidente cancelou essa compra, e o Brasil assistiu, com vergonha, ao Ministro dizer que *"um manda, e o outro obedece"*. É um descaso, Presidente.

Trago aqui a indignação de muitas pessoas que não podem vir a esta tribuna para fazer este protesto, para fazer este lamento e dizer que a situação não pode continuar deste jeito, porque o povo brasileiro tem que ter a oportunidade de sobreviver, no enfrentamento da COVID, com assistência médica e com vacina.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 184/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decretação de lockdown pelo Governo do Distrito Federal para contenção da epidemia de coronavírus.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente Marcelo, eu inicio as minhas palavras agradecendo esta oportunidade de mais uma vez falar da tribuna, por estes 2 minutos que V.Exa. me concede.

Peço sempre a Deus que nos abençoe e que traga unidade a este Parlamento, porque neste momento de pandemia, neste momento em que sofre a saúde pública, muitas pessoas estão chorando, pela perda dos seus entes queridos.



Eu venho aqui, Presidente, falar da minha pessoa, falar que sou brasileiro, falar do que está acontecendo na cidade de Brasília. O meu nome é Paula Belmonte. Hoje estou com 47 anos, sou mãe de seis filhos, sou uma mãe que tem filhos na escola, sou empresária e estou como política. Nós estamos vivendo aqui em Brasília algo inimaginável. Na Capital Federal, do Brasil - na Capital Federal, do Brasil -, a cúpula da Secretaria de Saúde foi presa. Foram várias as investigações - várias investigações. O Governador do Distrito Federal falou que Brasília estava preparada para a segunda onda, desativou os hospitais de campanha, fechou leitos e, de repente, faz um *lockdown*. Presidente e população, não podemos aceitar isso. O povo foi para a rua, democraticamente. É muito importante valorizar cada um, cada pai, cada criança, cada cidadão brasileiro que foi para a rua mostrar que quer respostas. Onde estão os bilhões de reais que Brasília recebeu? Onde estão os leitos a serem abertos? Onde está a dignidade para manter os empregos e, principalmente, a segurança da saúde, para bem atender? É esse o nosso apelo para o Governador.

Deixo os meus parabéns a cada um, a cada cidadão que se manifestou democraticamente e livremente a favor da reabertura da nossa cidade. Um grande abraço. Que Deus abençoe cada um dos senhores.

Documento 185/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância do Requerimento de Destaque nº 11, apresentado pelo PDT à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Solidariedade ao Governador Rui Costa e à população do Estado da Bahia, diante da tragédia provocada pela Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu agradeço.

Nós estamos celeremente debatendo uma matéria importante para os aposentados. Quero dizer inclusive que o Destaque nº 11, do PDT, é muito importante, porque garante uma espécie de moratória para aqueles que muito precisam do empréstimo consignado. Sem dúvida, a nossa compreensão é a de que, neste momento, todo tipo de socorro é bem-vindo. Por isso, o auxílio emergencial é urgente. Precisamos do auxílio de 600 reais. Não podemos ter

um auxílio de 250 reais, já que o gás de cozinha custa 100 reais em muitos lugares do Brasil. Na Região Norte - no seu Norte, Presidente -, ele passa dos 100 reais. Não podemos fazer com que a fome seja parceira da morte de 2 mil pessoas no dia de hoje no Brasil.

Presidente, agradecendo pelo tempo concedido, eu quero me solidarizar com o povo do Brasil, com o povo da minha terra. A Bahia hoje teve uma enorme perda, e o Governador Rui Costa, que tem vertido lágrimas sinceras, teve que contratar contêineres para armazenar corpos na Arena Fonte Nova.

Esse espaço de grandes alegrias, dos jogos populares, do futebol é hoje o lugar que vai receber os corpos da COVID-19, porque não houve previsibilidade para a compra de vacinas, porque houve leniência, inépcia, irresponsabilidade, porque houve crime em relação ao cuidado com o povo brasileiro. Ficam o meu registro e a minha solidariedade, especialmente, ao povo da Bahia e ao Governador Rui Costa.

Muito obrigada.

Documento 186/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:24

Publ.: DCD - 04/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Deputado Capitão Alberto Neto, Relator da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, por suspensão temporária do pagamento de parcelas de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas. Saudação à Sra. Creuza Rodrigues de Lima, ao ensejo do transcurso do seu aniversário natalício, moradora no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava aqui acessando as minhas redes sociais e vi uma mensagem da Sra. Creusa Rodrigues de Lima, que é moradora do Bairro São Torquato, no Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, Município do qual tive a oportunidade de ser Prefeito. A D. Creusa, acompanhando a sessão da Câmara neste momento, está nos mandando um recado em relação ao texto que estamos discutindo: de que há necessidade de suspender por alguns meses o pagamento do empréstimo consignado no nosso País, em face da pandemia que estamos enfrentando, de que algumas pessoas estão sofrendo com a pandemia no Brasil, em grande parte aposentadas.



Estamos recebendo apelos de diversas regiões do Brasil. Eu queria pedir ao Relator que tivesse sensibilidade e compreensão. Sei que existe pressão por parte da equipe econômica, sei que muitas pessoas defendem a liberdade econômica, mas, se há um setor que não perdeu nada com a pandemia, foi o dos bancos, foi o das financeiras. Pelo contrário. Arrecadaram muito mais. Já que eles não têm coração, nós temos que usar a razão e fazer, por meio de projeto de lei ou de emenda a esta medida provisória, essa alteração, para permitir a suspensão temporária das parcelas dos consignados dos aposentados brasileiros. Essa é a nossa mensagem.

Meus parabéns à Sra. Creusa Rodrigues de Lima, que amanhã faz aniversário e que gostaria de ganhar esse presente dos Deputados nesta noite.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 187/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema de saúde nos Estados brasileiros provocado pela doença viral. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É lamentável, Presidente, que o Brasil tenha 1.910 mortos em apenas 24 horas. Vejo Estados em que os Governadores estão comprando contêineres. Vejo uma situação de colapso em mais de dez capitais do País. Isso por conta da ausência de uma centralização no enfrentamento da pandemia, porque temos o maior amigo do vírus na Presidência da República.

Desde o início da pandemia, nós dissemos que era o momento de unir o País para enfrentar a COVID-19. Nós somos oposição e demos todas as condições fiscais para que o Governo tivesse recursos para investir na população, reduzir os impactos econômicos, comprar vacinas. O problema é que nós temos um Presidente negacionista, obscurantista, alguém que atrapalha o enfrentamento da pandemia, que vai ao Ceará fazer aglomeração e, no meio da ocorrência da segunda cepa - ou de uma das piores cepas, porque a infecção é muito maior - , faz política contra o uso de máscara.

Aí vem um leviano aqui atacar a Esquerda. Eu gostaria que essa indignação do Deputado fosse dirigida para atacar o vírus e cobrar do Presidente dele a responsabilidade que tem.

Chega de mortes! Basta da extrema-direita!

Documento 188/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 04/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Imediato encaminhamento à Casa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de proposta de recriação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta Casa não pode aceitar a chantagem irresponsável que Bolsonaro está fazendo com o Congresso Nacional. Nós estamos num quadro de colapso na saúde e na economia. Para fazer um ajuste fiscal e judiar do serviço público, da educação e da saúde, o Governo está apresentando a PEC Emergencial fiscal. O que o Brasil precisa não é de uma PEC fiscal, mas de uma PEC social. Estamos em emergência social! Nesse sentido, a nossa bancada registra que não aceitamos a vinculação do Renda Emergencial somente com a aprovação da PEC fiscal.

Bolsonaro, mande para cá projeto de lei ou medida provisória para que o Renda Emergencial tenha recursos e que os destine ao nosso povo. E que essa renda não seja de 250 reais por 4 meses, porque isso representa menos dinheiro, por menos tempo e para menos gente. Não! A crise é grande, Bolsonaro! É preciso mandar a matéria para cá imediatamente. E não aceitamos que a vincule com retirada de recursos da educação, da saúde, de fundos importantes para desenvolver o País.

Somos contra esse regime de emergência fiscal e a favor do regime de emergência social.

Mande isso imediatamente, sem vínculo, para o povo ter ao menos 600 reais por todo o período da pandemia. Essa medida ajuda as famílias, ajuda o comércio, ajuda a indústria, além de gerar emprego neste momento difícil em que vive a Nação brasileira pelo total descaso que o Governo Federal tem em

relação à saúde e à economia. A economia só vai se recuperar se for respeitada com vacina, com isolamento e com todas as medidas de proteção.

Obrigado, Presidente.

Documento 189/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Relator Capitão Alberto Neto pelo acatamento de emenda acerca da realização de perícias médicas do INSS em *home office*, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta que o Relator, o Deputado Capitão Alberto Neto, insere na Medida Provisória nº 1.006, de 2020, é de fundamental importância para uma região como a Amazônia e o Nordeste brasileiro.

Deputado General Peternelli, veja a desigualdade que temos de enfrentar: enquanto um Estado como o Rio Grande do Sul tem 25% de sua população com cobertura de atenção dos serviços da área social e previdenciária, o Estado do Amazonas só tem 6%. Não há ali a figura do perito, e nós não temos como resolver a questão neste momento.

Com essa proposta, o perito poderá atender em *home office*, com os documentos levantados naquela localidade e com o parecer do médico que atender o cidadão ou a cidadã que está pleiteando o benefício, a aposentadoria, enfim, a sua solicitação. Essa é uma conquista para o Brasil profundo, que agoniza na desigualdade, para regiões como a Amazônia e o Nordeste brasileiro. Nós temos que enfrentar esses desafios. Não podemos perder a oportunidade por melindre e detalhe da lei.

Eu entendo que a lei e este Parlamento têm que cumprir seus papéis e diminuir a desigualdade, principalmente neste momento.

Por isso, quero parabenizar o Relator, Deputado Capitão Alberto. Tenho certeza de que este Parlamento será sensível a essa questão, para beneficiar milhares de brasileiros que estão excluídos do processo de serem alcançados por um benefício, apesar do esforço e de políticas públicas do Governo.

Nós temos o Prevbarco, mas ele é insuficiente para atender as populações ribeirinhas, as populações que estão no Sertão, as populações que estão espalhadas nessas regiões. É importante que nós passamos corrigir isso com um resultado positivo. O Amazonas é o Estado do Norte do Brasil que mais contribui para a receita do INSS. Nós precisamos fazer essa justiça.

Parabéns, Deputado Capitão Alberto! Parabéns a todos aqueles que, a partir da votação dessa medida provisória, poderão ser inclusos nesse processo de política pública e política social do País!

Documento 190/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:40

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Anúncio de inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Marcelo, eu quero pedir paciência ao nobre orador que se encontra na tribuna para anunciar que, conversando com o Presidente desta Casa e conforme aprovado no Colégio de Líderes, na terça-feira, o Presidente Arthur Lira colocará em pauta o PLP 266, de 2020, aprovado pelo Senado da República, tendo como autor o Senador Wellington Fagundes, que cria a estrutura das novas universidades. Eu fui o Relator, em 2020, e agora fui confirmado novamente como Relator dessa importante matéria para o setor universitário do País.

As universidades contempladas foram criadas há 3 anos. No ano passado e no ano anterior, eu trabalhei muito com a bancada do Estado de Goiás, com a bancada do Tocantins, com a bancada de Mato Grosso e com a bancada do Piauí na criação da Universidade do Delta do Parnaíba. Também trabalhei com a bancada de Mato Grosso e com a bancada de Pernambuco na criação da Universidade do Agreste.

Sr. Presidente, a matéria entrará em pauta. Essa é uma luta de todo o Parlamento brasileiro, apoiando o setor universitário. Então, que possa constar no programa *A Voz do Brasil* a importância de a matéria ser votada. Ela estará em pauta na próxima terça-feira, garantido há pouco no despacho que tive com o Presidente Arthur Lira. Esse é o nosso compromisso com a educação e com o setor universitário.



Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente. Logo em seguida, usarei a tribuna desta Casa pela Liderança do Podemos.

Documento 191/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:44

Publ.: DCD - 04/03/2021 --OTTO ALENCAR FILHO-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Apelo ao Relator Capitão Alberto Neto de acatamento da emenda destinada à suspensão, por 120 dias, do pagamento de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço o espaço.

Eu também quero me juntar ao coro dos Deputados da Câmara Federal que vão aprovar o projeto que aumenta o crédito para aposentados e pensionais, mas peço mais do que isso ao Relator. Solicito a S.Exa. que possa aprovar a suspensão por 4 meses do pagamento dos empréstimos consignados. Inclusive, existe um projeto do Senador Otto Alencar sobre a matéria que foi aprovado no Senado e agora está na Câmara para que seja avaliado.

Eu acho que este é o momento de ajudarmos um pouco os mais de 35 milhões de aposentados e pensionistas que precisam de nosso apoio nesta grave crise econômica.

Muito obrigado.

Documento 192/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:44

Publ.: DCD - 04/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Natureza temerária da politização da epidemia de coronavírus. Contradição de posicionamentos contrários ao tratamento precoce da Covid-19, e a favor de vacinas experimentais contra a doença viral. Comprovação da segurança e eficácia do uso de cloroquina, hidroxiclороquina, azitromicina, zinco, vitamina D, ivermectina, colchicina, doxiciclina, bromexina e corticoides no tratamento precoce do coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ando na rua desde abril do ano passado, e as pessoas já me chamam de "tratamento precoce", mas eu quero que me chamem de "tratamento precoce" e também "na busca de uma vacina eficiente e eficaz".

Se você defende vacina experimental, mas se revolta com o tratamento precoce, sua conversa é sobre paixão política ou sobre saúde? Coerência é fundamental neste momento. A politização em torno da pandemia acabará matando e adoecendo pessoas desnecessariamente. Ela dificulta a fluidez de informações técnicas precisas e verdadeiras entre a população. Muita gente está tomando decisão sobre como se defender, ou não, da COVID-19 baseada em paixões políticas. Isso é lamentável, perigoso até!

Tem-se visto pessoas que não gostam de Bolsonaro criticarem o tratamento precoce só porque o Presidente o defende, sem terem a curiosidade de entender o que já se sabe sobre a eficácia e a segurança comprovadas de tratamentos empregando cloroquina, hidroxiclороquina, azitromicina, zinco, vitamina D, ivermectina, colchicina, doxiciclina, bromexina e corticoides em pessoas com COVID-19. Paralelamente, uma mesma pessoa que se revolta contra o tratamento precoce divulga as vacinas experimentais contra a COVID-19 - olhem a contradição! E falam em ciência! -, como se elas tivessem a mesma comprovação de segurança e eficácia de todas as outras vacinas já desenvolvidas antes. Mas não há.

Aliás, a ANVISA aprovou o uso das vacinas contra a COVID, por exemplo, fazendo a ressalva de que era uma aprovação experimental. No *site* da agência, ela mesma informa que esse tipo de procedimento é feito antes do registro final para aplicar a vacina em um grupo específico da população e que pode ser realizado com a fase 3 em andamento. Os testes, nessa etapa, são realizados em grandes populações, para avaliar a segurança e a eficácia da vacina. A vacina precisa provar que, de fato, é capaz de nos proteger da doença. Ou seja, as vacinas estão liberadas, mas ainda não está provado que os resultados são seguros ou eficazes.

No *site* HCQ for COVID, que, na verdade, é um banco de dados com acesso detalhado a 237 estudos científicos respeitados no mundo, verifica-se que há 171 em processo de revisão acadêmica e 195 testes clínicos com tratamento comparado e grupos de controle. Tudo isso cuidando do conhecido "tratamento precoce", que leva hidroxiclороquina, ivermectina e azitromicina.



Segundo todo esse riquíssimo repositório de informação, quando o tratamento precoce é utilizado, a taxa de sobrevivência aproxima-se de 100%. Entretanto, quando o tratamento é iniciado a partir do quinto ou sétimo dia de sintomas, a taxa de recuperação cai para 50%. O banco de dados estima que a negação do tratamento precoce tenha custado a vida de mais de meio milhão de pessoas em todo o mundo! E agora pessoas ficam criando palavras para diminuir as outras. Aliás, inventaram duas palavras novas: negacionistas e obscurantistas, algo que não dá para aceitar! É só ter dois neurônios no cérebro para pensar que realmente estão querendo o "quanto pior, melhor"; passam notícias de cemitérios para poderem sobreviver na política.

A propósito do medo de efeitos colaterais do uso de hidroxicloroquina, instituições respeitadas têm feito dezenas de estudos longos sobre o assunto há décadas. Um bom exemplo é o trabalho liderado pela Dra. Maria Raquel Nogueira, da USP, em 2005. A equipe da médica assinou a dissertação *Avaliação dos efeitos adversos, com ênfase na retinotoxicidade, desencadeados pelo uso de difosfato de cloroquina em 350 doentes com lúpus eritematoso*. Eles não verificaram alterações cardiológicas ou hematológicas em nenhum paciente.

O Dr. Rodrigo Delvecchio e sua equipe do Departamento de Genética do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro também escreveu, em 2016, o trabalho *A cloroquina, um agente bloqueador da endocitose, inibe a infecção pelo zika vírus em diferentes modelos celulares*. Concluiu-se que o medicamento era indicado, seguro e eficaz para evitar o risco de microcefalia nos bebês de gestantes contaminadas pelo vírus da zika.

Em 2017, foi a vez do Dr. Chunfeng Li e sua equipe de 16 pesquisadores do Departamento de Virologia, Patógenos e Biossegurança do Instituto de Microbiologia e Epidemiologia de Pequim. Eles escreveram o estudo *A cloroquina, um medicamento aprovado pela FDA, previne a infecção pelo zika vírus e sua microcefalia congênita associada*, em tradução livre. FDA é a equivalente à ANVISA nos EUA. Eles destacaram que a cloroquina não era uma droga oficialmente aprovada pela FDA para o tratamento do zika vírus. Mas o medicamento era aprovado há décadas como um medicamento seguro e eficaz no combate viral pela própria FDA.

Todos os estudos no mundo mostram que a hidroxicloroquina, a cloroquina, a azitromicina, o zinco, a vitamina D e a ivermectina são extremamente eficazes se usados nos primeiros dias da doença.

Eu quero mais uma vez dizer: por que não defender o remédio e a vacina? Só por uma disputa política? Mas quantas pessoas estão em casa hoje e estariam à procura de UTI? E os mesmos que denunciam a UTI são os que negam o tratamento precoce. Aliás, há também o tratamento preventivo, em que nós devemos pensar nas quatro linhas: água, alimentação, ausência de estresse - saúde é um estado físico, mental e espiritual - e bom sono. Podemos fazer um grande programa no País de tratamento preventivo, com práticas integrativas e

complementares de saúde, como acupuntura, homeopatia, reiki, conhecimentos espirituais, oração, reza, enfim, com todas as possibilidades que nós temos de fortalecer o nosso sistema imune. O sistema imune são os soldadinhos que temos dentro de nós e que vão fazer com que tenhamos mais saúde. Existe uma diferença muito grande entre um corpo ácido e um corpo alcalino. E nós precisamos trabalhar a alcalinidade no nosso corpo para termos um sistema imune melhor e podermos enfrentar qualquer tipo de doença.

Então, prevenir é melhor do que remediar. O tratamento precoce faz parte da ciência e serve para todas as doenças. Pela primeira vez na história, no caso da COVID-19, o tratamento precoce deu certo. Infelizmente, eles querem que morra gente, seguindo a ideia de que "quanto pior, melhor". Essa é a teoria, infelizmente, de muitos que estão neste plenário.

Documento 193/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-19:56

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus. União entre os Poderes da República, os Governadores Estaduais e o empresariado brasileiro, em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de cumprimento, pela população brasileira, dos protocolos preventivos da doença recomendados pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Importância de realização das reformas tributária e administrativa para a retomada do crescimento econômico do País.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, muito obrigado por V.Exa. me conceder a palavra para que eu possa falar em nome do meu partido, o Podemos.

Sr. Presidente, a Nação está doente, o planeta está doente. E nós temos que recuperar o nosso País, recuperar e salvar vidas.

O sistema de saúde está colapsando. Esse colapso só era observado no Estado do Amazonas, em Manaus, mas agora está chegando a todos os Estados da Federação. E há uma guerra política envolvendo o Presidente da República e os Governadores.

Entendo que esta Casa deve ter prudência. A sociedade cobra resultados do Parlamento brasileiro. A sociedade quer vacina.



O Deputado que usou a tribuna outrora apresentou seu "kit COVID". Nada contra o Deputado ou contra suas palavras. Qualquer medicamento que seja eficaz, nós o queremos. No entanto, temos que respeitar a ciência, respeitar os médicos. O que quer qualquer Parlamentar é uma saída, é um medicamento para salvar vidas. Mas, neste momento, esse debate político, a politização das vacinas e a falta de compromisso para a compra de vacinas têm, realmente, custado a vida de quase 270 mil brasileiros, número que pode chegar a 400 mil ou a 500 mil.

Qual é a saída? É a vacina. Não há alternativa. Se houvesse outro medicamento, ele já deveria ter sido aprovado há muito tempo.

Não quero concordar com alguém jogar a culpa em outro alguém. Não é momento de o Presidente jogar a culpa nos Governadores; também não é momento de os Governadores jogarem a culpa no Presidente.

Eu gostaria de conclamar a união dos três Poderes - o Legislativo, por meio do Congresso Nacional; o Executivo, juntamente com os Governadores e os empresários brasileiros; e também a nossa Suprema Corte, o Poder Judiciário - , para juntos acharmos a melhor alternativa, a mais rápida que existir, para salvar a vida de milhares e milhares de brasileiros.

Mas é preciso também haver responsabilidade. O cidadão que sai da sua casa e vai fazer aglomeração, o cidadão que vai para a vida noturna, sem máscara, sem seguir os protocolos da OMS e os protocolos do próprio Ministério da Saúde, ele não está cumprindo seu papel, não está ajudando o nosso País, porque neste momento nós temos que recuperar a nossa economia, e não se recupera uma economia com uma Nação doente.

Há uma contradição muito grande, embates por todos os lados, Sr. Presidente. Fecha-se comércio, abre-se comércio. E aí vem a pergunta: quem é que vai pagar o aluguel, os impostos que têm que ser pagos? Há hoje uma grande contradição no Brasil. A Nação está dividida. E, com a Nação dividida, jamais nós iremos sair rapidamente desta crise.

Então, nós queremos a unidade dos três Poderes, entre Congresso Nacional, Executivo e Judiciário, para discutirmos nesta Casa, Sr. Presidente, todas as reformas, principalmente a reforma tributária e a reforma administrativa, para que a nossa economia possa ser recomeçada, para dar ao empresário condições de empreender. É isso que nós queremos.

Que conste no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala, a fala do bom senso, a fala de quem quer resultados e salvar esta Nação.

Muito obrigado.

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Giovani Cherini pelo pronunciamento em defesa do tratamento precoce da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus, e aos atingidos pela crise financeira decorrente da doença. Apelo aos Líderes partidários e ao Presidente Arthur Lira por revogação da prisão do Deputado Daniel Silveira.

O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes que me esqueça, já vou pedir que meu pronunciamento também conste no programa *A Voz do Brasil*.

Quero parabenizar o Deputado Giovani Cherini pela coragem de defender o tratamento precoce e expor todas as suas razões em torno do tema, algo que tem diversas evidências, a partir de vários casos concretos Brasil afora. Eu tenho inúmeros relatos, inclusive de familiares, em torno disso. Mas o meu pronunciamento não vai se dirigir a isso.

Em meio a tanto problema de saúde e, por consequência, de economia - e eu me solidarizo com todas as famílias das vítimas fatais e também com as vítimas econômicas de tudo isso -, há muita gente passando dificuldade neste momento, perdendo seu emprego, suas empresas, mas não podemos nos esquecer da ofensa à nossa democracia, ato contínuo.

Há 15 dias um Parlamentar desta Casa está preso. Ele não matou ninguém, não se corrompeu, não se entregou a facções. Ainda que tenha exagerado no seu pronunciamento, ainda que seja alvo de apuração, isso jamais deveria ser motivo para a sua prisão, o seu recolhimento, o seu afastamento da família. A maioria desta Casa, sim, referendou uma decisão absurda, inconcebível, mas há diversos Parlamentares, e eu tenho orgulho de estar entre eles, que não estão conformados com isso.

É por isso que eu uso este tempo para fazer um apelo aos Líderes desta Casa, a esta Casa, em especial ao Presidente Arthur: deem um basta nisso! Já chega! Já avançou demais essa inconstitucionalidade, essa ilegalidade. Não precisam ouvir o Deputado Junio Amaral, não; ouçam a Constituição, ouçam o povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:08

Publ.: DCD - 04/03/2021 --PEDRO VILELA-PSDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Aceleração do Plano Nacional de Imunizações. Aprovação pela Casa de medida provisória e projeto de lei destinados à aquisição de vacinas contra o coronavírus. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento em que o Brasil enfrenta certamente o momento mais grave da pandemia, nós atingimos 1.910 mortes nas últimas 24 horas. É fundamental, portanto, que este Congresso Nacional se debruce e se dedique à aceleração do Plano Nacional de Imunizações. Não há outra forma de passarmos por esta pandemia que não seja pela ampla vacinação da nossa população.

Nós avançamos muito nesta semana com a aprovação da medida provisória que garantiu mais 2,5 bilhões de reais para o Ministério da Saúde adquirir vacinas. Nós avançamos com a aprovação do projeto de lei que autoriza Estados e Municípios a comprarem diretamente as vacinas para sua população. Este é o caminho.

Fica o apelo deste Parlamentar à Mesa Diretora e ao Governo Federal, no sentido de que tratemos, o quanto antes, do projeto de lei ou da medida provisória que venha a trazer de volta o auxílio emergencial. Desde dezembro, as famílias brasileiras estão sem nenhum tipo de auxílio do Governo Federal. A pandemia continua, ela não foi embora. Mais de 14% dos brasileiros estão sem nenhuma fonte de renda, sem emprego, portanto eles precisam do auxílio emergencial para ter alguma chance de sobreviver neste momento.

Mais uma vez, apelo para que o Congresso Nacional se dedique a este tema e o trate como prioridade absoluta.

Muito obrigado.

Documento 196/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:12

Publ.: DCD - 04/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER



Sumário

Indignação e revolta da oradora com o registro de 1.910 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Protesto contra a descoordenação, o boicote e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Inconsistência das declarações do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, a respeito da compra de vacinas pelo Governo Federal. Insignificância do valor do auxílio emergencial preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. a deferência de passar do tempo da sessão para nos permitir um registro que é impossível não ser feito.

Eu e o Deputado Henrique Fontana somos médicos, somos profissionais da saúde. Hoje seria impossível não registrarmos nossa indignação. Eu ouvi meu Líder Renildo Calheiros neste plenário hoje. Ele registrou o que sente o povo brasileiro, e o fez com um brilho no olhar que eu vejo em muitos colegas deste Parlamento, o brilho da indignação, o brilho da revolta, o brilho da dor que o povo brasileiro sente neste momento. No entanto, é o brilho e a indignação que eu não vejo em muitos colegas deste Parlamento, lamentavelmente.

Estou falando da indignação de quem vê mais um recorde de mortes: o recorde diário de mortes que nós estamos vendo hoje. Até às 18 horas, quando saiu o painel do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, eram 1.910 mortes - isso em apenas 24 horas! - e mais 71.704 casos de contaminação. Não saberemos daqui a pouco, às 20h30min, quando chegarão os novos números, se nós passaremos de 2 mil mortes no dia de hoje.

Qual é a resposta do Governo ao longo de todo esse período? Nenhuma! O que vemos é o deboche, a mentira, as *fake news*. O Governo, quando não mente, se omite. Nós temos visto uma absoluta descoordenação, um boicote a todas as políticas corretas que deveriam ter sido desenvolvidas nesse período: um boicote à ciência, a negação da ciência, um boicote às medidas indicadas pelos profissionais da epidemiologia, da infectologia, pelo mundo real de quem vive, convive e aprendeu com esta doença. Nós vemos a negação dos esforços feitos na ponta pelos profissionais da saúde, que também estão morrendo. Vemos a negação da vida, a total insensibilidade. Vemos o desprezo, o desprezo pela ciência e por tudo o que se desenvolve neste País.

O Ministro da Saúde obedece cegamente à lógica desse Governo e, agora, fica anunciando que vão comprar a vacina?! Pelo amor de Deus! A esta altura, estão dizendo que vão comprar vacina da Pfizer?! Isso é uma brincadeira com o povo brasileiro? Ele já recuou do pronunciamento oficial ontem e recuou de novo hoje. Está com medo de ir para as câmeras? Está com medo de falar

oficialmente ao povo, diante do panneloço que está programado? Ou ele quer esperar para anunciar algo sensacional, um novo *marketing* desse Governo?

Isso é crime! Isso é um crime sequenciado, um crime recidivado. Eu não sei o que mais nós devemos esperar para tomar uma atitude neste Parlamento!

A PEC emergencial, que está sendo analisada no Senado, por obrigação, por acordo, por acertos com essa equipe econômica, está oferecendo o limite de 44 bilhões para o auxílio emergencial!

Deputado Marcelo, V.Exa., que é da Região Amazônica, sabe o que isso significa? Significa um auxílio de 300 reais por 1 mês, o que dá 30 bilhões de reais. Quando eu ofereço 44 bilhões por um auxílio emergencial, o que isso significa? Cem reais por mês? É o preço do botijão de gás, para não cozinhar alimento nenhum? Vão acabar com o auxílio emergencial para o povo, vão acabar com os fundos estratégicos, vão cortar despesas em nome de quê, mantendo o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal? É para resolver a dívida financeira deste País. Não haverá auxílio emergencial maior que 100 ou 150 reais no valor que foi estabelecido nesta PEC. E isso na Constituição! Na Constituição, como nós vamos mudar isso? Não há nem como emendar! Não há nem como somar 171 assinaturas para fazer emendas a essa PEC emergencial, que teria que ser votada num dia!

O que eu expresso aqui é que este Governo não quer resolver a crise social, não quer salvar a vida de ninguém, não quer salvar este País, que caiu num PIB de 4,1%. Este Governo é o mercador da morte. Este Governo quer ver as pessoas morrer de fome ou de COVID. Eu repito aqui, sem nenhum medo, que este é um Governo que promove um genocídio, sim, um crime de Estado. Este Governo não quer salvar a vida de ninguém, muito menos neste País.

Não é possível que este Parlamento continue silencioso, como se nada estivesse acontecendo. A Oposição contribuiu, e muito, para todas as políticas, para os recursos, para a aprovação de todas as medidas que salvassem as vidas, os empregos e a renda. A Oposição não atuou no "quanto pior, melhor". Nós contribuimos, e muito! A Câmara e o País são testemunhas disso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 197/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:16

Publ.: DCD - 04/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Atuação do Presidente Jair Bolsonaro contra as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, para combate à epidemia de coronavírus. Postura criminosa do Presidente da República no tocante ao enfrentamento da doença. Defesa de demissão do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, e de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Quero cumprimentá-lo, Presidente Marcelo Ramos. Quero cumprimentar minha colega de oposição e minha colega de profissão, a Deputada Jandira Feghali, e todos os demais Deputados e Deputadas e brasileiros e brasileiras que assistem a esta sessão.

Presidente Marcelo Ramos, há pouco mais de 1 ano, o mundo se deparou com aquele que é o maior desafio sanitário e econômico, provavelmente, de décadas: uma pandemia desconhecida, com alta letalidade e alta contagiosidade. Milhares de cientistas se debruçaram e ainda se debruçam sobre diferentes aspectos do estudo da pandemia do coronavírus, para proporcionar ao mundo um conjunto de conhecimentos científicos e, assim, diminuir o número de mortes e o impacto da pandemia sobre o mundo.

A Organização Mundial da Saúde organizou essas informações e leva ao mundo o atual consenso científico de como enfrentar a pandemia do coronavírus.

Quais são as orientações, Deputado Zé Neto? Manter distanciamento, usar máscaras, perseguir o maior volume, com a maior rapidez possível, de vacinação da população. Esse é o estado da arte das orientações científicas para proteger empregos, para proteger vidas, para proteger os países, para proteger a humanidade.

Mas aqui nós enfrentamos a dura situação de que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, em vez de unir o Brasil, respeitando as orientações científicas, tratou de disseminar a ideia do conflito, a ideia da guerra política em torno da pandemia, a ideia - ele, sim - da divisão do País, para que, na desorientação, ele conseguisse o resultado político que buscava.

Pois bem, a propaganda do Presidente é oposta à orientação da Organização Mundial da Saúde: ele incentiva aglomerações, ele faz discursos antivacinas, ele faz discursos contra o uso da máscara e contra o isolamento social possível e necessário. E a conta dessa irresponsabilidade fica cada vez maior e cada vez mais asfíxiante contra o povo brasileiro. Nesta conta, estão os 1.910 brasileiros e brasileiras que morreram hoje, Presidente Marcelo Ramos. Há mais de 45 dias, morrem mais de mil brasileiros por dia. Nesta conta, está o maior desemprego da história recente do País. Nesta conta perversa, está o corte do auxílio emergencial que foi feito em dezembro. Nesta conta perversa, está a falta de vacinas, que não foram compradas no momento correto, porque o Presidente, criminosamente, mandou cancelar a compra de 46 milhões de

doses da vacina Coronavac. O Presidente, criminosamente, disse que o Brasil deveria pedir só 10% da vacinação disponível no Covax Facility, que é uma iniciativa internacional que poderia garantir até 30% do povo brasileiro vacinado.

Hoje nós somos um país perdido, um país desorientado no combate à pandemia. E a pergunta que eu faço desta tribuna, Deputada Jandira Feghali, é a seguinte: *"Onde está uma campanha nacional de orientação e educação em saúde usando os meios de comunicação, na qual as orientações partissem do Ministério da Saúde, como aconteceu quando enfrentamos a dengue e outras doenças?"* Não há campanha, não há orientação, não há coordenação nacional. Há boicote nacional, há anarquia nacional de parte do Governo Federal, que trabalha - ele, sim - em cima do "quanto pior, melhor".

Nós precisamos dar um basta a essa crise. O Ministro Pazuello tem que ser demitido do Ministério da Saúde. Ele não conhece o SUS, ele não conhece a gestão de saúde pública. É preciso colocar ali alguém que conheça a gestão de saúde pública, para deixar o Bolsonaro de lado e enfrentar a pandemia unindo Governadores, Prefeitos, Governo Federal, Parlamento e sociedade civil.

Essa é a receita para a cura da pandemia no País, Sr. Presidente.

Esta é a receita de que precisamos: afastar Bolsonaro do mundo da pandemia, demitir o Ministro Pazuello e colocar gente que queria enfrentar a pandemia, unindo o País para preservar vidas e recuperar a economia brasileira.

Documento 198/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:24

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ROSANGELA GOMES-REPUBLICANOS -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Alcance da marca de 250 mil mortes no País em decorrência da doença viral. Empenho da Casa na vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Implementação da agenda Governo Presente, pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Importância do funcionamento do Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Anúncio da inauguração de estação ferroviária no Bairro de Cacuia, em Nova Iguaçu. Congratulações à Frente Parlamentar Evangélica, pela declaração das igrejas como atividade essencial, no Estado de São Paulo.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu



quero ser solidária com todas as famílias que infelizmente foram vítimas da COVID-19 - foram mais de 250 mil famílias ao todo. Recebemos a informação também de que somente no dia de hoje houve 1.800 mortes. Eu, que enfrentei com a minha família alguns meses atrás a COVID dentro de casa, sei o que é lidar com essa doença, que infelizmente me parece ser pior do que o câncer.

Contudo, Sr. Presidente, esta Casa tem dado respostas à população. Ontem votamos aqui uma proposta de lei. Não só o Governo está se empenhando e se esforçando ainda mais para a compra de vacinas, como também está abrindo essa possibilidade para o capital privado.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje para falar sobre a agenda do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, na Baixada Fluminense, sob o seguinte tema: "*Governo Presente*". Isto é importante neste momento, extremamente oportuno para a nossa região. Ontem o Governador esteve em Nova Iguaçu. Hoje passou por Mesquita, Nilópolis, e finalizou as visitas em Belford Roxo.

Eu, nascida e criada na cidade de Nova Iguaçu, moradora da Baixada, sei das dificuldades da nossa localidade, das necessidades da nossa região. É muito positivo para nós quando um Governador do Estado se dispõe a ir até a Baixada ouvir *in loco*, de perto, as nossas necessidades.

Deputado Otoni, ontem ele estiveram num fórum de desenvolvimento da região. Depois, visitou o CISBAF, que é um conselho de saúde na região, que a meu ver poderia prestar um serviço melhor à nossa região, mas esse é um tema para outro momento.

Nós temos um hospital modular na cidade de Nova Iguaçu que nunca foi utilizado, extremamente importante para a nossa cidade, não só neste período pandêmico, porque Nova Iguaçu, Deputado Marcelo, tem um único hospital de alta complexidade, que é o Hospital da Posse, embora tenhamos uma região que compreenda três Municípios. Esse hospital é uma porta de emergência para toda a região. Esse hospital modular servirá muito para comportar leitos de retaguarda.

Foram discutidos diversos temas, como a questão das concessões, inclusive da Nova Dutra.

Semana passada, estivemos com o Ministro da Infraestrutura, o Governador e a bancada do Rio de Janeiro - o Deputado Otoni estava lá também. É importante para nós termos um Governador atendendo na nossa região.

Otoni, foi extremamente benéfica não só a possibilidade de entregar o hospital modular à população da região, mas também a estação ferroviária no bairro de Cacua, a qual vai beneficiar muito a população da nossa região.

Sr. Presidente, posso falar por mais um minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem mais 1 minuto.

A SRA. ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero parabenizar a Frente Parlamentar Evangélica, que conseguiu com o Governo do Estado de São Paulo um decreto declarando as igrejas como atividade essencial.

Otoni, eu também tenho um projeto nesse sentido tramitando na Câmara dos Deputados e quero, muito em breve, pedir apoio a todos os Líderes para que esse projeto tramite logo nas Comissões e seja aprovado.

As igrejas, ao longo dos anos, vêm prestando serviços que o Estado não presta. Agora, neste período de pandemia, presta ainda mais serviços. Quantas pessoas já atendemos na igreja que precisavam de uma cesta básica? Quantas pessoas vão aos templos religiosos precisando de uma palavra, porque querem cometer suicídio? As pessoas não têm paz, porque entram em pânico, em desespero, com medo da morte. E a igreja está ali firme, fazendo o papel que lhe é peculiar, que é cuidar do próximo.

Segunda-feira, conseguimos um grande avanço com o Governo do Estado de São Paulo, com esse decreto. O Deputado Celso Russomanno, de São Paulo, com certeza, apoiará essa proposta, quando ela tramitar nesta Casa, para que as igrejas sejam reconhecidas como atividade essencial nesse período de pandemia.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigada e boa noite a todos!

Documento 199/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 04/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Inoperância do Governo Jair Bolsonaro com relação ao combate à doença. Descaso do Presidente da República com a aquisição de vacinas. Pretensão do Governo Federal de redução do número de beneficiários e do valor do auxílio emergencial. Necessidade da investigação da compra, por filho do Presidente da República, de mansão por 6 milhões de reais, valor incompatível com os seus rendimentos. Imediata retomada do auxílio

emergencial e vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Só hoje atingimos 1.910 mortes. O Brasil, a cada dia, supera o número de mortes, e estamos vendo tudo isso sendo fruto de uma inoperância do Governo Federal, que descredenciou leitos de UTI, que ao mesmo tempo não contratou as vacinas em tempo hábil, que rejeitou as vacinas da Pfizer, que ao mesmo tempo disse que não compraria as vacinas da China. Inclusive, chegou a colocar a alcunha de "vachina".

E nós estamos vivenciando isso. É a dor do povo brasileiro.

Nós temos muita indignação e muita tristeza também, porque ficamos escutando discursos de como se a vacina não fosse importante, não fosse imprescindível para enfrentar esta pandemia, discursos que buscam outras soluções, que insistem na cloroquina. Esses que insistem na cloroquina têm que pagar por isso, porque não é possível negar a ciência. O Governo não nega só a ciência, ele nega a realidade. E quem nega a realidade é açoitado por ela. É criminoso o discurso de tentar responsabilizar o outro. É um Governo que só vive do dissenso, do ataque, da busca de inimigos imaginários, das mentiras. E vai negando a própria verdade, construindo outra verdade, que agride a inteligência, agride a vida do povo brasileiro.

A Oposição esteve em todas as medidas de enfrentamento à pandemia, em todas elas. Dizer que nós apostamos no "quanto pior, melhor" é fazer com que sejamos responsabilizados pela postura que existe no próprio Governo Federal, que acha que a morte evitável é natural, que faz com que tenhamos o aumento da gasolina em 41%; do diesel, em 33%; do gás, em 17%, só neste ano. Um Governo que quer reduzir o número de beneficiários do auxílio emergencial, reduzir o valor do auxílio emergencial e reduzir o tempo em que se tem direito ao auxílio emergencial.

Enquanto isso, como é que responde a família do Presidente Bolsonaro? Com o seu filho comprando um imóvel por 6 milhões de reais. Um imóvel que, seguramente, vale mais do que isso. É preciso que isso seja investigado. Um filho do Presidente que compromete quase 50% da sua renda comprando um imóvel que custa quatro vezes mais do que os seus rendimentos declarados em 2018. Isso é um escárnio com a população brasileira!

É preciso defender a vida. É vacina já, auxílio emergencial e fora, Bolsonaro!

Documento 200/1.178

12.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-03/03/2021-20:36
Publ.: DCD - 04/03/2021 --EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

Sumário

Publicação, pelo Ministério da Saúde, de edital para a compra de 138 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. Congratulações ao Ministro Eduardo Pazuello e sua equipe. Eleição do Sr. Carlos André Santos de Oliveira para a Presidência do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, no Estado do Espírito Santo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso da tribuna neste momento para anunciar que o Ministério da Saúde acaba de publicar edital para a aquisição de 138 milhões de doses de vacinas, resultado dos encaminhamentos das votações que fizemos nesta Câmara durante esta semana, dando autorização e, naturalmente, a permissão. Desses, 100 milhões de doses serão da Pfizer, e 38 milhões de outro laboratório. Portanto, esse é um gesto concreto importante de resposta.

Quero parabenizar o Ministério da Saúde, o Ministro Pazuello e toda a equipe que trabalhou para que pudéssemos dar essa notícia tão importante para os brasileiros.

Para finalizar o pronunciamento desta noite, Sr. Presidente, quero deixar registrada a minha alegria pela escolha do nosso amigo Carlos André Santos de Oliveira, conhecido no Espírito Santo como Carlão da OCB, que foi eleito nos últimos dias Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE no Estado do Espírito Santo. O nosso querido Carlão, figura conhecida em todo o nosso Estado, chega a esse importante posto dessa instituição que tem trabalhos relevantes para todo o nosso Estado, fruto da sua dedicação pessoal, da sua competência, da sua habilidade e, acima de tudo, do extraordinário trabalho que ele presta, junto com toda a sua equipe, na organização das cooperativas do Estado do Espírito Santo.

O cooperativismo capixaba tem sido, a cada ano, motivo de orgulho e de referência para todos nós. E o Carlão, figura conhecida e respeitada pelo seu pragmatismo e pela sua habilidade, chega ao Conselho Deliberativo do nosso SEBRAE.

Com certeza, neste momento, o SEBRAE do Espírito Santo passa a ser presidido por alguém que tem uma história pessoal, uma história profissional e, naturalmente também, um acervo moral que muito vão engrandecer a nossa instituição.

Tenho certeza de que o Carlão continuará na nossa OCB, prestando relevantes trabalhos, mas que também vai exercer com muito brilhantismo a Presidência

do Conselho Deliberativo do SEBRAE no nosso Estado. Com certeza, a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB e o SEBRAE saem fortalecidos agora, porque vão trabalhar juntos, numa mesma direção, para fazer um Espírito Santo de oportunidades.

Parabéns ao nosso Carlão, a toda a equipe e, com certeza, ao SEBRAE do Espírito Santo, ao que agora também vai se somar o trabalho do nosso Pedro Rigo e de toda a sua equipe! Assim, o Espírito Santo continuará sendo um grande Estado de oportunidades.

Muito obrigado.

Documento 201/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:08

Publ.: DCD - 05/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Manifestação de solidariedade aos familiares das 260 mil vítimas da Covid-19. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro diante da tragédia causada pela doença. Responsabilidade do Presidente da República pelo agravamento da epidemia de coronavírus no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu começo expressando meus sentimentos às famílias e aos amigos das 260 mil pessoas que perderam a vida para a COVID-19.

Sr. Presidente, nós recebemos ontem a notícia do registro de 1.910 mortes em 24 horas, totalizando 259 mil e 271 mortos no País, o que serve como um grande alerta do caos que nós estamos vivendo. É preciso que se faça alguma coisa.

Bolsonaro está ignorando essa tragédia. Fica muito mais fácil para ele acusar a mídia de criar pânico. Não se trata de pânico, mas do que realmente está acontecendo. Ele discursa contra o isolamento social e o uso de máscara, atrasa a compra das vacinas, gasta recursos com cloroquina, declara guerra aos Governadores. Nós sabemos que ele prefere fazer seus banquetes, dar as suas risadas, em total desrespeito às pessoas que morreram. E ainda vão morrer muitos brasileiros por conta do desavisado. Aliás, desavisado, não, o Presidente da República foi bem avisado.

O cientista Miguel Nicolelis afirmou que a falha do Governo Bolsonaro está transformando o Brasil em um verdadeiro laboratório a céu aberto. O coronavírus prolifera-se e cria mutações mais letais. Este Governo não tem responsabilidade com isso? Tem que ter. Ele disse que não haverá tempo para que se criem vacinas diante dessa calamidade. Isso compromete todo o povo brasileiro. Bolsonaro está se transformando em uma bomba-relógio para o mundo. Nós temos recebido orientações de todo lugar do universo e estamos apavorados com o que está acontecendo no nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que a minha manifestação seja registrada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Quero dizer que o que nós estamos falando não é de esquerda, de direita ou perseguição a Bolsonaro. Ele cria essa situação...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 202/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:08

Publ.: DCD - 05/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razões da contrariedade do orador e da sociedade paulistana à decretação de lockdown pelo Governador João Doria. Proficiência das ações de combate ao coronavírus, adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente, todos os nossos colegas e Nação brasileira.

Eu vou fazer uso do período de breves comunicações para, mais uma vez, dizer da minha insatisfação e de toda a sociedade paulista por mais uma decretação de *lockdown* em São Paulo.

Sr. Presidente, colegas, o Governador de São Paulo afirma que usa a ciência para implantar o *lockdown*. Entretanto, *lockdown*, até onde eu sei e traduzindo

ao pé da letra o que significa essa palavra, seria realmente parar todas as atividades.

O que eu faço com milhões de trabalhadores que estão neste momento, às 9h11min, dentro do metrô lotado? O que eu faço com os trabalhadores que desde as 5 horas da manhã utilizam o transporte público lotado? Os bares podem funcionar normalmente durante o dia. Então, isso não é ciência. Absolutamente, nenhum critério é utilizado para essa determinação. Essa é uma forma perversa para simplesmente atacar o povo brasileiro, fazer com que as empresas fechem - e fechem cada vez mais -, o desemprego aumente e o caos seja implantado para prejudicar o Governo Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro pagou o auxílio emergencial e vai estendê-lo com mais quatro parcelas, em princípio de 250 reais. O Governo Bolsonaro pagou todos os testes até o presente momento. O Governo Bolsonaro mandou ajuda para todos os Estados e todos os Municípios, até para compensar uma eventual perda de arrecadação. O Governo Bolsonaro pagou as vacinas, e as vacinas estão chegando.

Uma boa notícia de ontem: teremos mais 138 milhões de vacinas. Já há um acordo em andamento com a Pfizer e com a Janssen. Isso significa uma atuação séria, profícua e inteligente por parte do Governo para com a Nação. Esse é o Presidente que o Brasil precisava para estancar todas as podridões que nós tínhamos nos Governos anteriores.

Um abraço a todos, e que tenhamos uma excelente quinta-feira!

Documento 203/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:12

Publ.: DCD - 05/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 260 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da crise sanitária para fins eleiçoeiros. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Urgência na adoção de medidas efetivas de garantia da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos atingindo hoje a triste e trágica marca de 260 mil mortos pela COVID.

Eu fico me perguntando, cada vez que se revelam números como esses, que não são números, mas vidas humanas, quanta dor nós pouparíamos, quanta dor nós evitaríamos, não fosse a irresponsabilidade, a negligência, a falta de compromisso, o desdém do Governo que está aí?

Infelizmente, se hoje nós chegamos a essa triste marca é porque o Governo não cumpriu com as suas obrigações, não fez o que deveria. O que ele tinha que fazer era cuidar das vacinas, dos leitos hospitalares, do oxigênio que faltou em Manaus e de tantas outras providências.

Entretanto, o que o Governo fez durante todo esse período foi confusão, foi guerra política. Eles estão montando em cima da tragédia humana que é essa pandemia para fazer política, para tirar proveito eleitoral, para animar suas claque. É isso o que ouvimos todo dia. Eles são completamente irresponsáveis e desconectados das necessidades do povo.

Em vários momentos ficou provado o desdém do Presidente. Ele disse que esta pandemia era uma gripezinha. Isso não pode ser esquecido jamais. Ele incentiva aglomerações, desestimula o uso de máscaras. Tudo isso tem que ser devidamente lembrado. Ele faz campanha contra a vacina, incentiva o uso de cloroquina, coisas que a ciência não respalda. Ele nega os valores da ciência, o conhecimento produzido pela ciência.

Precisamos cobrar de quem tem essa responsabilidade. No caso dessa tragédia brasileira, se hoje chegamos a essa marca, infelizmente, o Governo Bolsonaro tem forte responsabilidade sobre isso.

O que precisamos fazer com urgência é garantir mais vacinas para o povo brasileiro. O Presidente atrasou as contratações, deixou de fazer contrato inclusive com a Pfizer. O Brasil poderia estar hoje num outro patamar de enfrentamento da pandemia, dando exemplo para o mundo, porque temos capacidade para produzir a nossa própria vacina.

É preciso fornecer o auxílio emergencial a quem precisa, colocar dinheiro no bolso do povo, que está sofrendo com as mortes, com o desemprego, com a falta de renda e com a fome.

São esses os caminhos que temos de seguir. Portanto, vamos manter a nossa luta e vencer essa batalha com dignidade. É isso que temos de fazer.

Documento 204/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:24

Publ.: DCD - 05/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a utilização, pelo Governo Jair Bolsonaro, dos vultosos recursos do Orçamento de Guerra destinados ao combate à epidemia de coronavírus, tendo em vista à não aquisição de vacinas; à não abertura de novos leitos de UTIs; à falta de respiradores mecânicos, de oxigênio e de outros insumos utilizados no combate à Covid-19. Desconhecimento dos preços de alimentos pelo Presidente da República, revelado na apresentação da proposta de recriação do auxílio emergencial no valor de 250 reais. Inconsistência da declaração de Jair Bolsonaro sobre a redução dos preços de combustíveis no País. Necessidade de votação pela Casa das proposições relativas à vacinação e à criação de renda mínima para a população brasileira. Necessidade de esclarecimento, por filho do Presidente da República, da compra de mansão no valor 6 milhões de reais, no Distrito Federal. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Sr.

Presidente, colegas, realmente acham que vamos resolver a crise na qual o Brasil está metido com Bolsonaro sentado na cadeira de Presidente? Não vamos resolvê-la dessa maneira, até porque Bolsonaro é o centro da crise e ele não permite a solução das questões mais elementares para proteger o povo brasileiro.

Esta Casa aprovou, no ano passado, o chamado "orçamento de guerra". O que representou esse "orçamento de guerra"? Liberdade para Bolsonaro gastar no que precisasse para enfrentar a crise. Sabem quanto o Brasil gastou em 2020 para enfrentar a pandemia? Gastou 8% do Produto Interno Bruto, 8%, quase 1 trilhão de reais. Isso é mais do que a média do que gastaram 185 países monitorados pelo Fundo Monetário Internacional, que gastaram 5,9%. Para onde foi essa dinheirama toda? Ele não comprou vacina, não planejou a compra de vacina, não abriu as UTIs necessárias para atender o povo. No início, faltaram respiradores. Agora está faltando oxigênio, está faltando anestesia para que possa ser feita a intubação em pacientes. Para onde foi essa dinheirama?

E a renda emergencial? Nós estabelecemos os 600 reais por mês. Depois ele reduziu o auxílio para 300 e, em dezembro, suspendeu o pagamento, deixando o povo sem renda por 3 meses já e, agora, quer pagar 250 reais! Ele não sabe o preço dos alimentos nos supermercados, do arroz, do feijão, da carne, da batata? Ele não está vendo que os preços estão subindo com a inflação, que ele está provocando porque não investe na produção de alimentos da agricultura familiar? E o preço dos combustíveis? Ele continua mentindo para o povo brasileiro, dizendo que o preço vai baixar. Ele tirou imposto. Sabe quanto isso dá em relação ao *diesel*? Isso dá 35 centavos. E em relação ao gás de cozinha? Isso dá 2 reais e 18 centavos. No primeiro reajuste internacional de preços, isso vai para o lixo. Ele não tem coragem de mexer onde tem que mexer e briga o tempo inteiro. Ele briga com o Governador, briga com todo mundo, e não consegue acertar o rumo do País, e o povo continua passando fome, morrendo.



Nós precisamos tomar medidas urgentes nesta Casa, votar as proposições a respeito de renda, vacina. É preciso impor a vacina a ele e também tirá-lo de onde está, senão ele e a família dele vão levar o Brasil para o buraco, aliás, já estão levando. O filho dele tem que explicar por que, numa crise como esta em que estamos, numa economia do jeito que está, numa situação em que o povo está passando fome, sofrendo, comprou mansão de 6 milhões de reais aqui em Brasília, sem ter renda para isso.

Bolsonaro, saia de onde está, em favor do Brasil, em favor do povo brasileiro!

Documento 205/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:24

Publ.: DCD - 05/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2020, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Razões da resistência do PT à proposição.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e os demais colegas Parlamentares.

Estamos estarecidos. Ontem foi aprovada, em primeiro turno, por ampla maioria, a Medida Provisória nº 186, oriunda do Executivo, do Governo Bolsonaro.

Qual é a consequência prática dessa medida? Primeiro, ela, para tentar fazer uma compensação, aloca um pequeno recurso - nem sabemos o valor, poderá não chegar a 250 reais - para a ajuda emergencial, por 4 meses, no máximo, o que é uma vergonha. É uma vergonha! O PT vai resistir.

Ela estabelece contrapartidas que são draconianas para os Municípios, os Estados e a União. Não haverá mais concurso público. O Governo Federal, os Governadores e os Prefeitos ficarão proibidos de dar reajustes. Além disso, ela elimina o subsídio para isenções fiscais. Eu acho que esta é a única determinação em relação à qual temos concordância num momento como este: não dar isenção fiscal. Agora, não haver concurso, não haver reajustes, isso é algo draconiano! Vai de encontro a qualquer princípio razoável. É por isso que o PT fará resistência a essa medida provisória. Quando chegar a esta Casa, temos que fazer obstrução.



Eu fui informado de que o Presidente Arthur Lira quer realizar manobra para que a CCJ não seja instalada amanhã, sexta-feira, dia em que normalmente não há sessão, e colocar na pauta essa medida provisória para que seja votada de afogadilho, sem debate. Não podemos aceitar isso. O PT fará resistência, entendendo que não podemos, sobretudo neste momento, deixar que os servidores públicos sejam considerados os vilões.

Presidente Bolsonaro, tenha coragem! Senadores e Presidente da Câmara, tenham coragem de colocar em pauta a reforma tributária, porque, aí sim, haverá recurso. No Brasil, só quem paga tributos são os pobres, os trabalhadores e a classe média. A elite, os poderosos não pagam tributos. Vamos pautar a reforma tributária...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 206/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descontrole da epidemia de coronavírus no País. Obstrução, pelo Presidente da República, do processo imunização e de outras medidas sanitárias de combate à doença. Registro de 1.910 óbitos no Brasil nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema de saúde em Estados brasileiros provocado pelo coronavírus.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e telespectadores que estão assistindo à sessão neste momento, eu me sinto enlutado. Esta é uma manhã muito triste, entre tantas outras que nós já tivemos ao longo desta caminhada.

Infelizmente nós estamos vivendo, Sr. Presidente, a volta da pandemia sem controle no Brasil. Essa volta cria uma situação gravíssima, porque pode provocar - e está provando - novos recordes de mortes e de contaminados diários.



Em função da lentidão em vacinar, sobretudo, Sr. Presidente, em função também da obstrução do Governo Federal em ter uma estratégia sanitária nacional de enfrentamento e combate à pandemia, nós teremos em breve o Sistema de Saúde em colapso, gerando um profundo caos no País e um pânico.

Todos estamos em pânico em função desta situação grave, com o aumento absurdo dos casos. Chegamos a ter, em 24 horas, 1.910 óbitos. Isso é algo gravíssimo.

A população está à mercê de uma ação articulada dos Governos Federal, Estaduais e Municipais para que nós possamos enfrentar essa situação. Nós já estamos assistindo a vários Estados em colapso no seu sistema de saúde, como é o caso, praticamente, aqui do Ceará, de Minas Gerais, da Bahia. Alguns Estados já decretam o *lockdown*, o fechamento de várias atividades para evitar o aumento dessa tragédia anunciada. Infelizmente, o Presidente da República e os seus auxiliares minimizaram o efeito, ao achar que era algo menor, uma gripezinha, e nós estamos assistindo a essa situação gravíssima de o País estar praticamente paralisado.

Documento 207/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:36

Publ.: DCD - 05/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Morte de maior número de pessoas pela corrupção praticada pelos governos da Esquerda, em comparação com os óbitos decorrentes da Covid-19. Posicionamento do Brasil em 6º lugar no ranking mundial da vacinação.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação participar desta sessão.

Vou deixar bem claro: os Governos de esquerda no Brasil mataram muito, muito, muito mais do que o coronavírus no País. Quantas pessoas vocês acham que morreram com a corrupção dos Governos de esquerda? Quantos hospitais a menos? Quantas consultas a menos? Quantas escolas? Quantos empregos? Quantas pessoas morreram com a corrupção dos Governos de esquerda?

Nós vivemos hoje uma pandemia que independe do Presidente ou de um Deputado. Independe. Surgiu, e temos que combatê-la.

Agora, a corrupção desenfreada dos Governos de esquerda era feita de propósito. Mensalão, petrolão, dinheiro do BNDES, que poderia ir para hospitais, para a saúde, foram "doados", entre aspas e com aspas, para governos socialistas, comunistas. Isso é crime. Isso é matar a população brasileira com intenção, com dolo, sabendo que estavam fazendo obras superfaturadas para a corrupção.

Então, não me venham dizer que o Governo Bolsonaro está matando pessoas, matando pobres. Ninguém, na história deste País, matou tanta gente como os Governos de esquerda. Não estou generalizando. Há muitos Deputados bons nesses partidos. Mas, nesses Governos, em que o ex-futuro presidiário Presidente Lula estava preso por corrupção, quantas pessoas morreram? Você, que me está ouvindo, quantas pessoas morreram por falta de hospital, falta de consultas, medicamentos, que foram desviados para a corrupção dos Governos de esquerda?

Então, sem falsa demagogia. Estamos aqui para falar a verdade. Chega de catastrofismo. A esquerda hoje é arauto da catástrofe. Ela só dissemina catástrofe, catástrofe, tentando denegrir a imagem do Presidente, que vai trazer de Israel inclusive o *spray* que combate o coronavírus. Para quem não sabe, o Brasil é o sexto País do mundo que mais vacinou pessoas.

Então, cuidado! Quando acusarem, olhem para o seu telhado e pensem mais no Brasil, pensem na saúde dos brasileiros com amor à causa e não com demagogia barata.

Grato, nobre Presidente.

Documento 208/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Postura criminoso do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Liderança do Brasil no ranking mundial de mortes pela Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a terceira manifestação que eu faço diretamente tratando do que estamos vivenciando hoje. Será o marco mais triste de toda a história brasileira.

É o mês de março da tragédia anunciada. E nós vamos demonstrar que Bolsonaro está no cerne, no ponto, no alvo de todas as atitudes antinacionais desse crime contra a vida, contra a saúde pública.

Desde o início da pandemia, o Presidente confrontou ostensivamente a ciência no combate à pandemia. Suas falas e seu comportamento descredibilizaram o uso da máscara, o distanciamento e o isolamento social. Comprou cloroquina e ivermectina, desperdiçando o dinheiro público, desconsiderando oferta de vacinas feita no ano passado, quando havia oferta em todo o mundo. Simulou um suposto antagonismo entre o distanciamento social e a economia, e nesse ponto a ignorância total dele se apresenta.

Ele ainda não percebeu, ele sequer entende que sem vacinação, gente, não haverá retorno seguro nem dinamismo para a nossa economia.

Ele usou politicamente a ANVISA para atrapalhar o processo de viabilização das vacinas aqui entre nós.

Ele não fez os investimentos necessários aos nossos institutos de pesquisa reconhecidos no mundo e nas universidades federais para o combate ao vírus, e isso desde o ano passado. Só agora, depois de uma grande pressão social e política, diante dessa tragédia anunciada, o próximo patamar de 2 mil mortes neste mês de março está chegando, daqui a pouco.

O Brasil já alcançou o triste patamar de liderança mundial de mortes diárias em função da COVID-19.

Quantos brasileiros poderiam ter sido salvos se tivesse havido tempestivamente a vacinação em massa? Quanto vai custar ao País a trajetória produtiva de um brasileiro para a economia do seu Município? Quem vai pagar o preço do sofrimento das famílias enlutadas? Quem vai pagar o preço do sofrimento do nosso povo?

Fora, Bolsonaro!

Documento 209/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:44

Publ.: DCD - 05/03/2021 --HEITOR FREIRE-PSL -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Recorde no número de mortes e de contaminados pela Covid-19 no Brasil. Colapso do sistema de saúde no Estado do Ceará e em outros Estados brasileiros, provocado pela epidemia de coronavírus. Retração do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Urgente necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Pedido aos Deputados

de apoio ao Projeto de Lei nº 329, de 2021, acerca da alteração da Lei nº 9.279, de 1996, com vista à concessão de licença compulsória de patentes sobre medicamentos e vacinas contra patógenos, responsáveis por surtos epidêmicos e consequente decretação de emergência em saúde pública.

O SR. HEITOR FREIRE (PSL - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas e todos os brasileiros, é com muita tristeza que falo hoje, nesta tribuna: o Brasil registrou, nesses últimos dias, seus maiores números e casos de morte, desde o primeiro caso de COVID.

Fico consternado com isso e aproveito para me solidarizar com todas essas famílias que perderam seus entes queridos. Nós sabemos que, nos últimos dias, batemos as 2 mil mortes.

Também sabemos, pelo menos aqui no Ceará e em muitos Estados, em muitas cidades, que a situação de ocupação de leitos e de UTIs está praticamente esgotada - aqui, no Ceará, passa de 90%.

Então, Sr. Presidente, caros colegas, a situação é muito crítica e requer uma atitude drástica neste momento.

Ao mesmo tempo em que sofremos tudo isso na saúde, quanto à nossa economia, tivemos apresentados os números nos últimos dias e vimos que o nosso PIB retraiu 4,1%. Acho que foi a maior queda na história da nossa República, ou seja, na saúde e na economia, que andam juntas.

Nós sabemos que a crise chegou. Precisamos rapidamente de uma atitude. A nossa única saída, caro Presidente, é a vacina. É preciso agilizar e baratear a produção de vacinas.

Por isso, eu protocolei o Projeto de Lei nº 329, de 2021, que dispõe sobre quebra de patentes. Esse projeto de lei não tem ideologia nem partidarismo. A quebra de patentes é essencial num período como este de pandemia. Isso já é previsto no direito internacional e já foi feito, anteriormente, em outros governos. A quebra de patentes vai agilizar e baratear a produção de vacinas.

O Projeto de Lei nº 329, deste ano, determina que as patentes das vacinas contra a COVID sejam quebradas por todo o período em que a pandemia perdurar. Somente dessa forma nós vamos conseguir atender a necessidade do povo brasileiro de que seja vacinada toda a nossa vasta população de quase 212 milhões de brasileiros.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio desta Casa. Já conversei com o nosso Presidente, com o Líder do meu partido, com alguns Líderes partidários, com o nosso Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, e queria, de forma pública, solicitar o apoio de todos os colegas. A quebra de patentes é algo essencial...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 210/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 05/03/2021 --AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio aos ataques de Parlamentares contra os governos petistas. Natureza política da prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Protesto contra a desvinculação de fundos públicos da cultura, do meio ambiente e dos direitos humanos, bem como o congelamento dos salários dos servidores públicos, preconizados no novo parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero falar sobre a PEC Emergencial, mas antes quero fazer coro ao que disse o Deputado Vicentinho.

Alguns Parlamentares da base do Bolsonaro ficam atacando diariamente os Governos de esquerda, os Governos do PT que passaram, o Presidente Lula. Fazem isso, primeiro, para esconder o fracasso do Governo deles. Essa turma não tem moral para falar contra a corrupção depois dos escândalos de corrupção, inclusive nesta semana, mais uma vez, na família do Presidente da República. Eles não têm moral para falar mal do Governo anterior, porque, se compararmos o Governo Lula e o Governo Dilma com o Governo Bolsonaro, eles vão perder de dez a zero em todas as áreas.

O Lula foi preso porque, no processo democrático do voto direto, se Lula estivesse solto e concorresse, vocês perderiam. Foi por isso que houve essa tramoia para prender o Lula. Então, o Lula foi um preso político. Agora está sendo desmascarado o esquema da Lava-Jato, pois um braço do Judiciário cumpriu um papel político para evitar que Lula virasse Presidente da República.

Mas vamos falar da PEC Emergencial, que foi aprovada em primeiro turno ontem no Senado.

Essa PEC começa com um pecado original: em vez de tratar do auxílio emergencial, veio fazer ajuste fiscal, misturando as duas coisas. Inclusive, o Governo Federal está trazendo complicações para o Parlamento, querendo vincular as coisas. O primeiro relatório veio desvinculando os pisos da saúde e da educação. Agora, com o segundo relatório - prestem atenção! -, estão desvinculando fundos públicos da cultura, do meio ambiente, de direitos humanos, da área social. É o que eles estão fazendo! Além disso, estão trazendo uma vinculação do congelamento de salário dos servidores das três esferas: federal, estadual e municipal.

Nós, neste Parlamento, temos que dar uma resposta ao Governo. Vamos derrubar todos esses itens. Vamos votar o auxílio emergencial de 600 reais, porque eles estão propondo um auxílio de apenas 250 reais. É isso o que nós temos que fazer.

Quero que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 211/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:52

Publ.: DCD - 05/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o agravamento das crises sanitária e econômica, e o posicionamento negacionista do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Derrocada da economia brasileira após o impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff e a implantação de políticas liberais no País. Urgente necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e aprovação do novo auxílio emergencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, colegas Parlamentares.

Iniciamos mais uma sessão da Câmara Federal num dos momentos mais duros e difíceis que o nosso País atravessa na sua história, Deputado Pompeo de Mattos. O Brasil está à deriva. Não há Governo no Brasil, Deputada Lídice da Mata.

Nós estamos enfrentando a pior pandemia da história recente da humanidade e temos um Presidente da República que nega a pandemia; um Presidente da

República que ataca os princípios basilares fundamentais que a ciência constituiu para enfrentar a pandemia; um Presidente que fala contra as máscaras, contra a vacina; um Presidente que receita medicamentos que não funcionam; um Presidente que incentiva aglomerações; um Presidente que quis dissociar a defesa da saúde e o enfrentamento da pandemia do desafio econômico.

Qual é o resultado disso para o nosso País, Deputado Vicentinho? Nós estamos numa crise sanitária profunda. O Brasil tem uma das maiores taxas de mortalidade por coronavírus do mundo, Deputada Luiza Erundina. Ao mesmo tempo, nós estamos com a nossa economia na lona.

Não venham aqui dizer, Deputados bolsonaristas, que a crise econômica é culpa da pandemia. Não! A crise econômica vem se aprofundando no Brasil desde quando essa gestão econômica do fanatismo liberal tomou as rédeas da economia, depois do golpe que derrubou a Presidenta Dilma. Vejam o que está na capa da *Folha de S.Paulo* de hoje! Vejam o crescimento do PIB nos 8 anos do Governo Lula e nos primeiros 4 anos do Governo Dilma e depois a derrocada da economia brasileira a partir da desestabilização causada pelo golpe e pelos economistas do fundamentalismo liberal.

O Ministro Paulo Guedes e o Presidente Bolsonaro, de forma criminosa, estão cortando o auxílio emergencial, que deveria ter sido pago de forma continuada, em dezembro, janeiro, fevereiro, março.

Encerro este pronunciamento dizendo: as medidas mais importantes que devem ser tomadas em defesa do povo brasileiro são a vacinação e o auxílio emergencial. E o auxílio emergencial deve vir separado de qualquer PEC, deve vir por uma lei votada no Congresso ou por uma medida provisória.

Documento 212/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-09:56

Publ.: DCD - 05/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aprovação pelo Senado Federal, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Alcance da marca de 2 (duas) mil mortes diárias no Brasil em decorrência da epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, e os colegas Parlamentares.

Ontem o Senado aprovou a PEC que trata do auxílio emergencial. Só que ela não trata apenas disso, mas de uma série de questões. Eu diria que é como se vendessem um pedacinho de filé com carne de pescoço, com carne de garrão - só com coisas ruins. O que ela faz de bom com as mãos, ela desmancha com os pés. É preciso dizer isso muito claramente.

Nós temos consciência da angústia que todos estamos vivendo por estarmos chegando a quase 2 mil mortes por dia. É uma tragédia humanitária o que o Brasil está vivendo. Este é o pior momento da pandemia. Nem nas guerras que o Brasil enfrentou morreram tantas pessoas como estão morrendo agora. Pelo jeito, vão morrer pessoas não só pelo coronavírus, mas também de fome. A PEC prevê 44 bilhões de reais de auxílio. Ora, Presidente, 44 bilhões de reais é mais ou menos o que significava 1 mês de auxílio emergencial quando o auxílio era de 600 reais. Então, quanto será o auxílio emergencial nesses 3 meses? Não passará de 200 a 250 reais, nem vai ser para todos os que merecem, precisam, necessitam e têm direito.

Estamos vivendo uma tragédia humanitária que vai ser piorada: quem escapar do coronavírus, a miséria e a fome matam. Precisamos dizer isso, porque essas coisas não acontecem por acaso, mas por causa da visão de mundo de quem dirige o País, por causa do negacionismo. Não estão preocupados com a sociedade brasileira. Não estão preocupados com o nosso povo. Essa é a verdade! Não compraram vacina. A vacina da Pfizer foi ofertada em agosto do ano passado, e o Governo não comprou! O Governo simplesmente não comprou a vacina!

Então, as pessoas vão morrer por falta de vacina, por conta do coronavírus. Os hospitais estão lotados. As UTIs estão lotadas, com pessoas nas filas.

No Amazonas, pessoas morreram sem poder usar os respiradores, porque faltava oxigênio. Aqui as pessoas vão ter oxigênio, mas não vão ter respiradores. Se tiverem respiradores, não vão ter UTI. Se tiverem UTI, não vão ter hospital. É um drama muito grande! Nós temos que denunciar isso, para que a população tenha consciência.

Eu espero que a Câmara dos Deputados pegue essa PEC, tire a parte ruim e salve o auxílio emergencial dignamente, para dar ao povo brasileiro aquilo que ele precisa, aquilo que ele merece em termos de socorro.

Documento 213/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:00

Publ.: DCD - 05/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de vacinação em massa contra a Covid-19; de retomada do pagamento do auxílio emergencial e de medidas destinadas ao aquecimento da economia brasileira. Conclamação às lideranças políticas, às instituições, às autoridades e à sociedade civil em geral, para união de esforços em prol da reversão das crises econômica, política e sanitária reinantes no País.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, finalmente cheguei a minha vez de ocupar esta tribuna para me manifestar sobre o grave momento que estamos vivendo em nosso País.

O que eu poderia falar em apenas 3 minutos que já não tenha sido falado à exaustão pelos meus colegas Parlamentares de todos os partidos ou de quase todos os partidos? Falou-se à exaustão sobre a necessidade de vacinação para todos já. Falou-se da necessidade de um auxílio emergencial para evitar a morte de milhares de brasileiros pela fome. Falou-se também da necessidade de ativar a economia do País para gerar trabalho e renda. Tudo isso foi dito à exaustão, Sr. Presidente. Agora temos que sair do discurso e partir para a ação.

Não vamos permitir que o nosso País vire pária da humanidade. Não podemos permitir que os nossos irmãos brasileiros e brasileiras sejam sacrificados, como se fossem cordeirinhos mansos, pelas mãos das feras que têm o dever de salvar a vida dos brasileiros e das brasileiras. Não vamos permitir que o Brasil desequilibre inclusive o planeta, se essa crise se aprofundar do ponto de vista sanitário.

Sr. Presidente, somos mais de 210 milhões de brasileiros. Nós integramos um dos Poderes da República, o Poder Legislativo, e não podemos ficar fazendo diagnósticos, fazendo lamentações, xingando esse e aquele. É preciso assumir o comando neste momento que o País vive. Vamos juntar as forças vivas da sociedade civil. Vamos juntar as lideranças políticas, todos aquelas que quiserem salvar o Brasil da morte, do retrocesso econômico, do retrocesso político, que estão sacrificando a própria democracia.

Esse é um apelo de alguém que já viveu mais do que todos vocês e não quer morrer junto com aqueles que estão morrendo pelo vírus da COVID-19. Não vou permitir que eles morram sem que façamos aquilo que nos cabe fazer.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter mais tempo para chamar, para apelar e trazer para junto de nós todos aqueles que quiserem coordenar, planejar e assumir a condução desse momento trágico da vida do nosso País. Esse é o apelo. Espero adesões e vou me...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 214/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Valorização da moeda norte-americana frente ao Real. Alcance do patamar de 260 mil mortes no Brasil em decorrência da epidemia de coronavírus. Contestação aos ataques de Parlamentares da base aliada aos governos petistas. Vinculação entre a política econômica governamental e a elevação dos índices inflacionários e do desemprego no País. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas contra a Covid-19. Natureza acintosa da compra de mansão por 6 milhões de reais, no Distrito Federal, por filho do Presidente da República. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - "O dólar só chega a 5 reais se o Governo fizer muita besteira", isso foi dito por Paulo Guedes há 1 ano. O dólar está chegando a 6 reais. Isso significa, pelas palavras de Guedes, que o Brasil está sendo vítima da incompetência, da ausência de empatia com o povo brasileiro. São quase 260 mil mortes. Quem parte sempre é amor de alguém. E o que nós vimos aqui nesta Casa é que Parlamentares estão preocupados com as eleições de 2022, preocupados em atacar a Oposição, em atacar os Governos. E foram os Governos Lula e Dilma que mais colocaram recursos na saúde e na educação neste País. E foi o Governo Lula que tirou o Brasil da fome. E foi o Governo Lula que disse que a desigualdade não é natural. E foi o Governo Lula que começou com o Brasil situado na décima economia do mundo e, em 2011, fomos para a sexta economia do mundo. Hoje a economia cai para a décima segunda posição. A economia cai, a inflação sobe, o desemprego cresce, e o povo brasileiro sofre nas mãos de um governo que é autocentrado e que não tem empatia, como, aliás, os fascistas e os psicopatas não têm empatia com o povo.

Como é possível um Parlamentar assomar à tribuna e não se sensibilizar com tantas mortes? Como é possível não reconhecer que este Governo disse aqui, nesta quarta-feira, ontem, que estaria contratando as vacinas da Pfizer, vacinas que o próprio Governo rejeitou no ano passado? E nós não temos as vacinas.

Não temos vacina, temos visto é muito desprezo pelo povo brasileiro. Vemos o desprezo do filho do Presidente da República ao comprar uma casa por quase 6 milhões, que, seguramente, é possui um valor muito maior - muito maior! Talvez esse valor tenha sido completado com recursos que não podem ser mencionados, porque têm origem ilícita - origem ilícita! O filho do Presidente da República tem uma renda para os próximos 6 anos, em razão do mandato de Senador, e fez o financiamento em 30 anos, com juros abaixo do mercado. Isso é um acinte contra o povo brasileiro! Acinte! Vejam: quando o golpe vestiu toga, prenderam o Lula em razão de uma reforma num triplex que não era dele.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O valor desta Casa é quatro vezes ou mais de três vezes o valor do triplex, que não é de Lula. E agora o Brasil inteiro vê que Lula foi vítima de uma armação, de um golpe.

Por isso, é fora, Bolsonaro! Em defesa da vida!

Documento 215/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:12

Publ.: DCD - 05/03/2021 --MERLONG SOLANO-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Incapacidade do Governo Jair Bolsonaro de enfrentamento das crises sanitária e econômica reinantes no País. Conclamação ao Congresso Nacional para retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Defesa da taxaço de grandes fortunas, de lucros e dividendos, e de criação de contribuição emergencial para enfrentamento da Covid-19.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, pensando na situação do Brasil, eu me sinto como num pesadelo de uma noite que parece não ter fim.

De um lado, a economia ladeira abaixo, aumentando milhões de desempregados, criando milhões de desalentados, reduzindo fortemente o consumo das famílias, apesar do auxílio emergencial de 600 reais. Imaginem o que teria acontecido se tivéssemos aprovado aquele auxílio emergencial de 200 reais proposto pelo Presidente da República!?

De outro lado, a pandemia, lotando os hospitais e os cemitérios, rumando para mais de 2 mil pessoas mortas por dia. E o Governo sem tomar uma atitude concreta, e a vacinação seguindo a passos lentos.

Pior do que tudo isso é perceber que no Brasil há um desgoverno, que quer enfrentar essa situação fazendo ajuste fiscal, reduzindo gastos. Isto está na contramão do que o mundo todo está fazendo, incluindo os países do capitalismo central, como os Estados Unidos.

Na hora da crise, o Governo tem que tomar a dianteira, ter iniciativa, gerar confiança, para que a iniciativa privada volte a investir no País.

Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, diante de um quadro de desgoverno como este, entendo que, mais uma vez, o Congresso Nacional é chamado a tomar a dianteira e aprovar medidas emergenciais que sejam capazes de apontar uma luz no fim do túnel, de tirar o País desta crise, começando com a aprovação do auxílio emergencial de 600 reais, que é importante para socorrer as famílias e incentivar a atividade econômica.

Além disso, com o aumento da dívida pública - isso é o um fato, não ocorre só no Brasil mas também no mundo -, precisamos encontrar outras fontes de financiamento. Há mudanças que podem ser feitas sem sequer mudar a Constituição Federal, como a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas e com o fim da isenção sobre a distribuição de lucros e dividendos.

Ademais, considero necessária a criação de uma contribuição emergencial para o enfrentamento da COVID-19. Alguns brasileiros, cerca de 5%, que ficaram ainda mais ricos durante a pandemia, podem dar uma contribuição emergencial. Esse é o caminho que precisamos seguir.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 216/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:16

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante da tragédia causada pela epidemia de coronavírus no País. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Importância do isolamento social como medida de

contenção da Covid-19. Alerta do neurocientista Miguel Nicolelis sobre a necessidade da criação de comitê de salvação nacional contra a epidemia de coronavírus.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia!

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu estou absolutamente indignado com a tragédia que o nosso País atravessa e com a atitude completamente irresponsável do Presidente da República. O fato de Jair Bolsonaro ter organizado uma festa, uma celebração, no período mais agudo da pandemia da COVID-19, mostra a completa insensibilidade à dor do nosso povo.

O Brasil está há 35 dias com mais de mil mortes por COVID-19 e se aproxima da marca de 2 mil mortes por dia. É uma tragédia inacreditável, e vemos uma completa insensibilidade por parte do Presidente da República. O Parlamento brasileiro deve mostrar a sua indignação com a irresponsabilidade de Bolsonaro na forma de aprovação imediata do auxílio emergencial, até por ser uma medida essencial para se poder fazer um fechamento, garantir o distanciamento social em todos os Estados da Federação.

O Dr. Miguel Nicolelis, um dos mais brilhantes cérebros brasileiros, que dedicou grande parte da sua vida no último período a organizar, dar suporte científico ao Consórcio Nordeste no combate à COVID-19, tem alertado para a necessidade de construir um comitê de salvação nacional, com a participação do Congresso Nacional, de Governadores, da sociedade civil, a fim de que haja uma grande mobilização para combater a COVID-19, ou viveremos uma tragédia ainda maior.

Por isso, Presidente, no dia em que nós celebramos a triste marca de um novo recorde de mortes por COVID no Brasil, eu quero fazer um chamamento a todos os Deputados e Senadores para que nós possamos, em solidariedade ao nosso povo, imediatamente aprovar o auxílio emergencial. E que façamos mais: que estimulemos os Governos e as Prefeituras a adotarem medidas para efetivar o distanciamento social.

Hoje mesmo eu procurei o Governador de São Paulo, argumentando com ele que a situação dramática que nós vemos hoje, por exemplo, em Araraquara, pode generalizar-se pelo Estado de São Paulo, se o Governo não assumir a sua responsabilidade e adotar medidas para garantir o distanciamento social. Não é possível, por exemplo, reabrir escolas em São Paulo, diante dessa tragédia que nós vivemos.

Portanto, é com indignação que eu manifesto o meu repúdio à atitude insensível, insensata, irresponsável de Jair Bolsonaro, que deveria tomar medidas para combater a COVID, e não fazer....

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 217/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:24

Publ.: DCD - 05/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Consequências nefastas da Covid-19 sobre a população brasileira. Inoperância do Presidente da República e do Ministro da Saúde, com relação ao enfrentamento da Covid-19. Atuação insatisfatória dos Ministros da Economia e das Relações Exteriores. União entre o Parlamento brasileiro, os Governadores Estaduais e o empresariado nacional, em defesa da vida da população brasileira e da economia do País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, mais uma vez, dizer que não podemos tratar, nesta Casa, de outro assunto que não seja as consequências nefastas da pandemia na vida do nosso povo. Há 35 dias, morrem mais de mil pessoas diariamente no Brasil. O nosso País é o segundo no mundo com mais barreiras para acesso.

Nós estamos vendo Portugal reduzir drasticamente os seus índices de contaminação e de mortes, graças ao *lockdown*.

Os Estados Unidos começam a relaxar medidas, após um intenso período de vacinação, mas, ainda assim, sob forte debate em relação às consequências, que podem ser muito ruins, nos Estados em que há uma generalizada flexibilização.

O mundo está tenso, e o Brasil, mais ainda, porque aqui temos contra nós um Governo que não consegue dar um passo em defesa da vida do povo. O Ministro da Saúde é inoperante. O Ministro de Relações Exteriores nos isola. O Ministro da Economia, hoje, não tem mais papel algum na economia do País e permite que o Presidente da República, por exemplo, tome medidas ineficazes para abaixar o preço do *diesel* e, de outro lado, aumenta o imposto da indústria química, que tem uma importância enorme em toda a cadeia de consumo do País. Isso vai impactar essa cadeia e, mais ainda, vai impactar um setor da

indústria extremamente estratégico para o setor industrial brasileiro e que já vem em baixa há muito tempo.

O País precisa unir os seus Governadores, unir o Parlamento, unir os Presidentes das Casas Parlamentares, unir os empresários brasileiros para defender a vida do povo brasileiro e para defender também a economia nacional.

Auxílio emergencial já para o povo brasileiro! Mas não de 150 reais, não de 250 reais, porque isso não é auxílio que dê para sustentar nem a sobrevivência daqueles que hoje já passam fome nem a sobrevivência da economia nacional, que sobreviveu, ano passado, graças ao auxílio emergencial de 600 reais pensados por esta Casa.

Vamos unir a Câmara dos Deputados em defesa da vida do povo, pela vacina, pelo auxílio emergencial e por todas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 218/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:28

Publ.: DCD - 05/03/2021 --CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Denúncia de ameaça de despejo dos agricultores familiares assentados na Fazenda Jacutinga, do Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins. Colapso do sistema de saúde tocantinense provocado pela Covid-19. Imediata vacinação do povo brasileiro contra a doença. Contrariedade à proposta de criação do auxílio emergencial de 250 reais, apresentada pelo Governo Federal.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu amigo Alexandre Leite, é uma satisfação enorme tê-lo presidindo esta sessão da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia começar esta fala sem antes manifestar a nossa tristeza com relação à Fazenda Jacutinga, no

Município de Porto Nacional. As pessoas que ali moram, que estão há mais de 20 anos produzindo por meio da agricultura familiar e vendendo em Porto Nacional e em Palmas, estão sob ameaça de despejo.

Nós sabemos que essa luta tem mais de 20 anos. Espero que a Justiça tenha piedade daqueles trabalhadores. Justamente num momento de crise social e de crise na saúde pública, onde essas pessoas vão morar?

Sr. Presidente, nós estamos preocupados com o meu querido Estado do Tocantins. Estamos vivendo a crise maior da pandemia. A minha cidade, Araguaína, está sem vagas nas UTIs, e as UPAs estão superlotadas. Temos lá o nosso companheiro Bosco, do PT, que está internado e intubado, e sua esposa, Márcia, também está internada no Hospital Dom Orione. Há várias pessoas na fila para serem atendidas, sem uma palavra de conforto do Governador do Estado, sem uma palavra de conforto do Presidente da República, que brinca com a saúde do povo brasileiro.

Queremos vacina já! Já morreram mais de 260 mil brasileiros. Só ontem, foram 1.910.

Como disse anteriormente o nosso Deputado Paulo Teixeira, de acordo com o cientista e estudioso Miguel Nicolelis, nós poderemos chegar a 5 mil mortes por dia, se não tivermos vacina imediatamente. De cada 100 brasileiros, apenas 3 tiveram a felicidade de ser vacinados.

Nós precisamos, imediatamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do auxílio emergencial, e não de um auxílio de 250 reais, como quer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 219/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:28

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ADRIANA VENTURA-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Federal com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Apresentação, pelo partido Novo, de requerimento de convocação do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para esclarecimento à Casa do processo de aquisição

de vacinas. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de comando das ações de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. ADANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Ontem, eu recebi um áudio de uma eleitora paulistana, a Daniela. Ela mostrava uma indignação absoluta e me questionava por que havia tanta incompetência, tanta demora para organizar e promover a vacinação com celeridade e segurança.

Ela levou seu pai, idoso, a um posto de saúde, e vários estavam fechados. Depois, ficou horas na fila com ele para que o pai pudesse tomar vacina.

A questão é que isso tem sido muito recorrente. O problema da Daniela é um problema de boa parte da população brasileira. Todos têm uma percepção de abandono, uma percepção do caos na hora de tomar vacina. Falta informação, falta comunicação, as pessoas ficam em filas enormes e têm aquela sensação de que precisam correr para a fila, porque vai faltar vacina.

Todo esse caos e toda essa percepção ocorrem porque, nitidamente, erramos no planejamento. Nós estamos atrasados. Na compra das vacinas, sim, faltou planejamento, faltou organização. E o pior de tudo, na minha opinião, é que hoje falta comunicação e falta transparência.

O que nós Parlamentares estamos fazendo? Votamos bons projetos de imunização; votamos bons projetos para permitir que Estados e Municípios pudessem vacinar a sua população - e parece, inclusive, que foram vetados, ontem, pelo Sr. Presidente.

É papel desta Casa fiscalizar o Executivo. O Presidente Jair Bolsonaro, com o Ministro, fez uma *live* em janeiro, e ambos garantiram que o Brasil seria o primeiro do mundo em vacinação. Agora, nós vemos o pico de mortes, quase 2 mil por dia, e apenas 3% da população vacinada. Precisamos de explicações!

Nós da bancada do NOVO, há mais de 1 mês, fizemos um requerimento de convocação do Ministro, porque queremos esclarecimentos, precisamos de explicações sobre todas as medidas tomadas, todos os contratos, todo o histórico de compra de vacinas, todas as negociações para a compra de vacinas, todos os testes parados e como vamos lidar com esta nova cepa, porque isso é prioridade.

Eu faço um apelo para o Presidente Jair Bolsonaro: não vamos andar na contramão do mundo. Vamos vestir, Presidente, a sandália da humildade e vamos unir Prefeitos para vencer esta crise sanitária. Faça isso pela população que confiou e votou no senhor: ouça a ciência.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 220/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 05/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caos reinante no País em decorrência da completa desorganização das ações de combate à Covid-19. Insuficiência da vacinação realizada no País contra a doença. Contribuição das aglomerações para o avanço da epidemia de coronavírus. Encaminhamento ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, pelos Deputados do partido Novo, de pedido de suspensão do pagamento de impostos estaduais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero fazer eco às palavras da minha colega Deputada Adriana Ventura em relação ao caos que vivemos no nosso País e no mundo - o Brasil, lamentavelmente, em particular, em razão da completa desorganização no combate à pandemia. Isso vale para o Governo Federal, vale para os Estados, vale para os Municípios, com raras exceções. Há uma desorganização que está impactando a perdas de vidas para o vírus; perdas de vidas para outras doenças, em virtude do colapso no sistema de saúde; e perdas de vidas, de sonhos, de empregos, por conta do colapso econômico e social que nós estamos vivendo.

É por isso, Sr. Presidente, que, depois de mais de 1 ano desde o início desta pandemia, nós olhamos com profunda decepção para este momento que estamos vivendo.

Como pode, de novo, estarmos vivendo aquilo que nós imaginávamos, no ano passado, que já teríamos deixado para trás? Vacinas finalmente estão sendo compradas pelo Governo Federal, agora em um quantitativo de acordo com o que a população brasileira necessita, e, ainda assim, sem previsão de que nós passemos por essa vacinação em um período curto. É verdade que nós já vacinamos, proporcionalmente, em comparação com muitos outros países do mundo, bastante gente no Brasil, mas está longe de ser o suficiente.

E mais, as aglomerações - e aqui vai a responsabilidade também da população, e não só das autoridades - de fim de ano e durante o carnaval levam-nos agora a um novo colapso em hospitais no Brasil todo. Governantes estão fechando os negócios comerciais. Lá no Estado do Rio Grande do Sul, a bancada de Deputados Estaduais do NOVO sugeriu e protocolou ao Governador um pedido para que todos os pagamentos de impostos estaduais,

como o ICMS, sejam suspensos. É o mínimo que as autoridades devem fazer, e nós aqui, inclusive, precisamos dar o exemplo no setor público. Já estamos cobrando isso desde muito tempo atrás, para que cortemos também na própria pele.

Portanto, Sr. Presidente, é triste o que está acontecendo. Esperamos que, em breve, passemos por cima disso tudo, com razoabilidade e com bom senso, e não com a politização do tema, o que muitos estão preferindo fazer lamentavelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 221/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:36

Publ.: DCD - 05/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações ao Deputado Célio Moura ao ensejo do seu retorno à Casa, após afastamento para recuperação da saúde em face de acidente automobilístico. Colapso da economia e do sistema de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus. Alcance da marca de 2 (duas) mil mortes diárias no Brasil pela Covid-19. Posicionamento do Governo Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas. Conivência do Presidente da República e do Ministro da Saúde com o morticínio provocado pelo coronavírus. Repúdio à proposta de criação do auxílio emergencial de 250 reais, apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de vacinação em massa da população brasileira.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria fazer um cumprimento amigo e solidário ao Deputado Célio Moura. Eu o vi agora há pouco, amigo e companheiro, que foi vítima de um acidente brutal. Há luto na família. S.Exa. está recuperado neste momento.

Receba um abraço, socialista, Deputado Célio Moura. Seja bem-vindo.

Em segundo lugar, Presidente, nós estamos diante de um verdadeiro colapso do sistema de saúde e da economia. Estamos vendo que, frente às 2 mil mortes diárias que se aproximam hoje, o Bolsonaro diz para os seus apoiadores: "*Escutem, não entrem em pânico, não*". É interessante que essa seja a resposta dele.

Não há vacinas porque eles foram não só incapazes, incompetentes, desidiosos, mas também porque são perversos. Eles são contra a vacina. O

Bolsonaro falou, em dezembro, que a pandemia estava no finzinho. Que finzinho?! Nós estamos com 2 mil mortos por dia, em uma escalada brutal.

Mas, prestem atenção, cientistas nacionais e internacionais, a exemplo de Nicolelis e de Fauci, nos Estados Unidos, estão prevendo

que esta contaminação brasileira de novas cepas do coronavírus vai nos tornar pária internacional. E aqui não se faz nada. Só ontem, depois de 10 meses, o Pazuello falou que aceita, então, as vacinas da Pfizer e da Janssen. Não é possível isso! É óbvio que eles querem esse morticínio.

Em terceiro lugar: conjuguem isso com a pobreza, com a fome, o desemprego e a falta do auxílio emergencial. E agora se quer votar aqui um auxílio emergencial de 250 reais, na média, só que por apenas 4 meses, com um limite de 44 bilhões de reais. No ano passado, gastaram 300 bilhões de reais com o auxílio emergencial, que foi o único sustentáculo do PIB e da economia no Brasil. Eles não estão entendendo o colapso que vai haver na economia e ainda querem espremer ainda mais o funcionalismo público.

Esse é o momento de juntar forças contra a insanidade deste Governo. Bolsonaro faz uma política genocida na saúde. E, na economia, não há respostas, porque o que é necessário é tirar dos que têm para dar a quem não tem, ou seja, é preciso uma reforma tributária. Nós precisamos, ao invés de tirar abono salarial, seguro-defeso, ter garantias de que haverá vacinação em massa e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 222/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:40

Publ.: DCD - 05/03/2021 --FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação e aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus; bem como do Projeto de Lei nº 1.812, de 2020, sobre a suspensão temporária do pagamento de empréstimos consignados de pessoas físicas.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje nós deveremos votar a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, com a qual nós temos perfeita concordância. Essa medida provisória amplia a margem do consignado para aposentados e pensionistas de 35% para 40%.

Nós sabemos que, durante a pandemia, em muitos casos, são os aposentados que estão sustentando as famílias, em função do desemprego que tem aumentado a cada dia em nosso País. Portanto, aumentar a margem do consignado para os aposentados significa mais dinheiro nas famílias, mais dinheiro para comprar comida, mais dinheiro para comprar medicamentos e também a impossibilidade de essas pessoas caírem nas mãos de agiotas, como infelizmente ocorre no nosso País.

Nós, Sr. Presidente, temos hoje também uma grande oportunidade de corrigir uma injustiça que foi praticada contra o povo brasileiro. Tramitam na Câmara Federal vários projetos que suspendem a cobrança de consignados. Um deles inclusive é de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 1.812, de 2020, protocolado no dia 13 de abril de 2020 - portanto, há quase 1 ano - e que visa suspender a cobrança de parcelas dos empréstimos consignados pelo prazo de 6 meses, pelo prazo da pandemia.

Infelizmente, nem este projeto de nossa autoria, nem tantos outros que tramitam na Casa, nem o projeto que foi aprovado pelo Senado Federal foi colocado em votação na Câmara.

Ora, a sociedade pergunta: será que o Parlamento brasileiro só vai votar aquilo que for favorecer os bancos? O aumento da margem do consignado, não obstante favorecer os aposentados, favorece os bancos. Será que os bancos não podem dar o mínimo de contribuição durante esta pandemia?

Então, o apelo que nós fazemos - e a matéria está inclusive destacada pelo nosso partido - é a suspensão do pagamento dos empréstimos consignados. Acho que daríamos uma grande contribuição hoje, se aprovarmos o aumento da margem do consignado e também se aprovarmos a suspensão da cobrança do consignado por 4 meses, por 6 meses, para que as pessoas tenham um pouco mais de dinheiro. E lembro que o banco não perde nada, porque esse pagamento será feito ao final do contrato.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço que a nossa fala seja destacada pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 223/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:44

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Derrocada da economia brasileira. Inadmissibilidade de aprovação da proposta de criação do auxílio emergencial de 250 reais, apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a aquisição de vacinas contra o coronavírus. Inexistência de comprovação científica da eficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19. Alcance da casa de 250 mil mortes no País em decorrência da epidemia de coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pedi para usar a tribuna hoje também para falar do auxílio emergencial e da tal PEC Emergencial, que está sendo votada no Senado, que de emergencial não tem nada. A PEC 186/19 trata de ajuste fiscal, é uma emenda constitucional que retira direitos dos servidores e, além de prejudicar os servidores, prejudica o serviço público brasileiro, com uma série de ajustes, que é, na verdade, o que deseja Paulo Guedes há muito tempo, algo que não vem dando certo no Brasil.

O País caiu da 6ª economia, na época de Lula e Dilma, e passa agora no Governo Temer/Bolsonaro, porque são a mesma coisa, para a 12ª economia, com 4,1% de queda do PIB. A economia brasileira está indo para o buraco, e Paulo Guedes insistindo na PEC Emergencial. O que é emergencial é o auxílio emergencial de 600 reais, mas esse o Governo Bolsonaro não quer.

Ontem, no Senado, aprovaram um texto colocando um limite máximo de 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial. Vamos fazer uma conta, povo brasileiro, para sabermos o que é isso. No ano de 2020, ano passado, foram atendidas com o auxílio emergencial 68 milhões de pessoas. Agora o Governo fala em 44 bilhões de reais, com auxílio de 250 reais por 4 meses. Esse montante atenderia 44 milhões de pessoas. Portanto, muito menos famílias do que foram atendidas durante o ano passado.

A pandemia continua. A não ser alguns malucos que continuam receitando cloroquina, todo mundo sabe que nós vamos ter problemas, pelo menos, durante este ano ainda, porque a vacina não chega, uma vez que o Presidente Bolsonaro não quis comprar a vacina. Ele disse que era coisa de comunista, que era "vachina". Com essa bobajada ideológica, ele foi atrasando a compra, e agora nós não temos vacina, temos cloroquina. O que fazemos com a cloroquina?

Só se colocarem alguns Deputados para tomarem cloroquina a vida inteira, para ver se acaba esse tanto de comprimido! É a única coisa, porque não serve para nada no combate à COVID, isso está demonstrado no mundo inteiro.

Então, nós não temos vacinas, mas estamos cheios de cloroquina. Nós não temos o auxílio emergencial, mas há a PEC Emergencial. É tudo ao contrário!

É um Presidente completamente fora da realidade brasileira. E ainda diz que não está nem aí e vai aglomerar. O que resolve agora é aglomerar?! O que resolve não é garantir 600 reais para as pessoas, para que elas fiquem em casa, para não terem de ir para rua pegar COVID, como faz o mundo inteiro?! Não! Aqui é o contrário.

O Presidente Bolsonaro finge que tem um remédio sagrado, santo, que é a cloroquina. Ele dá uma de charlatão e recomenda isso para todo mundo, e o povo vai pegando COVID.

Já houve mais de 250 mil mortes, quase 260 mil mortes, e estamos indo para as 300 mil mortes no Brasil. Isso é genocídio. Isso vai dar responsabilidade depois. Vai dar prisão para quem for responsável por isso.

Se tivéssemos um Parlamento autônomo, já haveria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para ver quais as responsabilidades por esse genocídio que está acontecendo no Brasil. E o pior é que estão avisando que as coisas vão piorar! O Presidente fala: "*Vou dar 250 reais, em 4 meses, para a metade do povo que precisa*". E o resto vai fazer o quê? Ir para a rua pegar COVID e tomar cloroquina?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, é preciso que nós votemos o auxílio emergencial, e não a PEC fiscal do Bolsonaro.

Coloquemos a mão na consciência. O genocídio...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Registro de 2 (duas) mil mortes diárias no País em decorrência da Covid-19. Contribuição das aglomerações para a disseminação do coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias vulneráveis. Responsabilização dos responsáveis pelo morticídio provocado pela Covid-19 no País. Elevação do custo de vida e do contingente de trabalhadores desempregados no Brasil. Defesa de concessão e prorrogação do auxílio emergencial até o fim da epidemia de coronavírus.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu venho nessa mesma linha. Eu falava ontem do número de mortos. A bem dizer, houve 2 mil mortos em 24 horas, um recorde!

Deve ser consequência da festa do Deputado Lira também - não é, Presidente? - ou consequência do carnaval. Isso contribuiu também, pelo menos, para os servidores da Câmara. Ainda bem que tiveram bom senso em relação à permanência da deliberação remota.

Mas vamos olhar para o Brasil. É um absurdo que uma PEC condicione um arrocho fiscal, mexendo com trabalhadores, sobretudo na saúde, na educação, em todas as áreas.

O que o Brasil precisa, Sr. Presidente, é do auxílio emergencial. É muito triste quando vemos a insensibilidade de colegas, que, às vezes, até nos ameaçam quando criticamos o Presidente e dizemos que ele é o responsável.

A omissão está sendo planejada. Então ele é, de certa forma, culpado; é responsável sim por essas mortes. Quem tem responsabilidade pela morte comete crime sim e vai pagar por isso. Pode demorar, mas vai pagar por isso.

É muito triste também quando vemos colegas falando da economia: "*Ah, tem que abrir...*" Querem que volte a escola, querem que abra todo o comércio, querem a abertura de tudo, mas não lutam pelo auxílio emergencial.

O que vai aquecer a economia é dar condições de compra, é dar condições de compra de itens básicos, para garantir a dignidade das pessoas, para elas terem acesso à comida.

Olhem o preço do gás, o preço do feijão, o preço do arroz, o preço da energia! É uma coisa absurda! Elevam o custo de vida e não garantem o auxílio emergencial.

Ou, quando vêm com alguma proposta, é com condicionantes, apertando os Governadores, o servidor público.

O auxílio emergencial tem que ser sem nenhuma condicionante, sem nenhuma exigência, sem arrocho fiscal. Isso é fundamental.

Colegas Deputados, o Lula foi um grande mestre para o mundo inteiro, para muitos países. Tem que se dar dinheiro aos pobres. Assim, as coisas vão melhorando na construção, na alimentação, na própria saúde. Tem que se dar condições dignas ao nosso povo. Há milhões de desempregados.

Nós só vamos reverter isso com o auxílio emergencial. Mas até quando? Até quando durar a pandemia, porque o Governo está sendo omissivo também em relação à vacina.

Documento 225/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:52

Publ.: DCD - 05/03/2021 --LAURIETE-PSC -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais temporárias destinadas ao setor de eventos em face da epidemia de coronavírus; e a alteração das Leis de nºs 13.756, de 2018, e 14.020, de 2020.

A SRA. LAURIETE (PSC - ES. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputados e Deputadas. Bom dia a todo o Brasil que nos está assistindo.

Nesta semana, a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020. Neste momento só quero agradecer e parabenizar o Brasil por esse PL tão importante para tantas famílias, empresas e pessoas que, direta ou indiretamente, dependem desse segmento para sobreviver.

Eu sou da área da música, sou uma cantora gospel, há 40 anos. Sei que muitos músicos, muitos cantores, muitas pessoas que trabalham nessa área dependem de eventos como feiras, casas de *shows*, casa de festas, enfim. Na impossibilidade de realização de eventos por causa da pandemia, é claro, esse

PL garante um socorro para tantas famílias e tantas pessoas que dependem desse segmento.

Obrigada a todos os nossos pares.

Parabéns ao Brasil!

Obrigada, Presidente.

Bom dia para todos!

Documento 226/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:56

Publ.: DCD - 05/03/2021 --GASTÃO VIEIRA-PROS -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Crise do sistema de saúde no Estado do Maranhão e no País, em decorrência da epidemia de coronavírus. Protesto contra a divulgação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de fake news contra Governadores Estaduais.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela gentileza de V.Exa. A sua gentileza é tão grande quanto a minha angústia.

Estou aqui no meu *lockdown* particular, porque a situação no meu Estado, apesar de todos os esforços que fizemos, é muito grave. Vamos chegar, sem dúvida nenhuma, a 2 mil mortes por dia durante o mês de março. Já não consigo mais, como homem público, atender aos apelos dos meus eleitores, dos meus amigos, das pessoas que confiam na minha capacidade para resolver seus problemas. É alguém que está no interior do Estado e não consegue chegar à Capital, é alguém que foi atendido em uma UPA e precisa de uma central de regulação para conseguir um leito. Enfim, a situação está desesperadora! Estamos enfrentando. O Governador tem adotado medidas, tem feito o que é possível para que possamos, sozinhos, lutar contra essa ordem.

Mas é lamentável, Sr. Presidente, que o Governo Federal publique *fake news* contra o Estado. O Presidente Bolsonaro, que tinha parado com isso há algum tempo, voltou a fazê-lo, e contra os Governadores. Aqui as redes ligadas à Presidência estão espalhando que há uma multa de 180 reais para quem não usar máscara! Isso é *fake news*, isso é para apavorar e chatear a população.

Presidente, assim não dá! Ou nós temos um limite mínimo de decência no trato de uma coisa tão grave ou nós ainda vamos chorar muito. Eu lamento tanto por isso, com tantos anos que tenho de vida pública. Essa situação tende a se agravar mais ainda, porque não há nenhuma colaboração por parte do Governo Federal, a não ser transferir para os Governadores a culpa por aquilo que eles têm feito. Mas, se eles não tivessem tomado a iniciativa, com a mais absoluta certeza, a situação estaria pior.

São *fake news* contra o Piauí, são *fake news* contra o Ceará. Devem publicar *fake news* contra a maioria dos Estados. Há uma briga com os Governadores, quando o que nós precisamos é virar uma federação para, juntos, sairmos e vencermos este imenso problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 227/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-10:56

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo do Estado do Amazonas e do País diante da tragédia causada pela Covid-19. Inoperância e falta de planejamento do Governo Federal e do Governo amazonense no enfrentamento da doença. Falecimento do Arcebispo Emérito de Manaus, D. Sérgio Castriani. Apoio ao Projeto de Lei 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais destinadas ao setor de eventos, em decorrência da epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2021, para sustação dos efeitos da Resolução nº 159, de 2021, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia - GECEX, acerca da alteração do Anexo II da Resolução GECEX nº 125, de 2016.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, antes de mais nada, prestar solidariedade a todo o povo brasileiro e ao Estado do Amazonas pelas perdas, pelas mortes causadas não só pela pandemia do coronavírus, mas também pela irresponsabilidade do Governo Federal e do Governo do Estado do Amazonas, devido à inoperância, à falta de planejamento, de investimentos efetivos, de ações coordenadas e organizadas para poder enfrentar a situação e ajudar a população, principalmente agora neste momento da vacinação.

Nós já temos no Amazonas mais de 11 mil mortes confirmadas neste momento em todo o Estado. No Brasil temos 260 mil mortes. Então, é uma situação dramática. Aqui em Manaus, nós tivemos em janeiro a situação mais difícil e

agora vemos isso se repetir em todo o Brasil, em tantos Estados, com tantas mortes. Tudo indica que nós vamos ter um mês de março mais difícil ainda.

Quero também fazer um registro em relação ao falecimento do Arcebispo Emérito de Manaus, D. Sérgio Castriani, ocorrido ontem. Ele enfrentava a doença de Parkinson, teve uma série de complicações, não por conta de COVID, e faleceu.

Foi uma perda muito grande, pois era um bispo inserido na vida do povo, um bispo religioso, um bispo estudioso. Era uma pessoa simples, mas extremamente preocupada com o futuro da Região Amazônica, com as dificuldades enfrentadas por essa região abandonada pelo atual Governo Federal e ameaçada pelos interesses que nós temos de exploração. Estão aí o desmatamento e a invasão de terras indígenas. D. Sérgio era uma pessoa que sempre questionava a falta de políticas públicas efetivas para ajudar a população amazônica.

Sr. Presidente, também quero registrar que apoiamos o projeto de lei para o setor de eventos, um setor que gera muitos empregos. Aqui, no Amazonas, tivemos diálogo com o segmento. Apoiamos, portanto, a forma de ajudar as empresas, pequenas e grandes, que trabalham nessa área, na esperança de que possam, assim que a pandemia reduzir ou acabar, retomar suas atividades.

E, ao mesmo tempo, estamos aqui também defendendo, continuando a lutar pelos empregos da Zona Franca de Manaus. Por isso, o pedido à Mesa Diretora para que coloque em votação o PDL, apresentado por nós, que visa a garantir a continuidade de incentivos para o setor de bicicleta, que está ameaçado com a medida do Governo Federal. Medida essa que ameaça o Brasil e também a Zona Franca de Manaus.

Documento 228/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:00

Publ.: DCD - 05/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado pela compreensão.

Nós temos em pauta a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, que aumenta a margem consignável não só para os aposentados e pensionistas, que têm sofrido durante esta pandemia, mas também para todos os servidores.

Nós colocamos no relatório medidas que vão transformar o INSS, zerar as filas de auxílio-doença. Nós vamos atender Municípios pobres das Regiões Norte e Nordeste. Por atendimento remoto, serão concedidos atestados médicos, solicitados exames. Nós vamos revolucionar o atendimento do INSS com essa medida provisória. Não dá para aceitar que essa medida provisória caduque. O descaso com o nosso País ficou na legislação passada. Estou recebendo milhares de mensagens solicitando a aprovação dessa medida provisória. O aposentado está passando necessidade, está negativado, está nas mãos de instituições criminosas que lhe cobram juros altos. Nós não podemos admitir que esta MP caduque. Se isso ocorrer, vai ser uma vergonha para o Congresso Nacional.

E há mais: nós vamos, quando chegarmos à base, prestar conta disso, com certeza.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 229/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:04

Publ.: DCD - 05/03/2021 --FLAVIANO MELO-MDB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento, por parte do Governo Federal, das razões dos sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Crises sanitária e econômica reinantes no País. Dificuldades enfrentadas pelo Estado do Acre, em decorrência de alagamentos e surto de dengue. Expectativa de votação do Projeto de Lei 4.476, de 2020, acerca da instituição do marco regulatório do gás natural. Defesa de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. FLAVIANO MELO (Bloco/MDB - AC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui dizer ao povo brasileiro que a situação do nosso País está um caos. Mas, dentro desse caos, há coisas que poderiam ser, vamos dizer assim, amenizadas.

Eu quero aqui cobrar do Governo explicações sobre esse aumento frequente dos combustíveis, pois, nos últimos 50 dias, foram cinco aumentos. E até agora o que sabemos é que o Presidente criticou a política de preço, demitiu o Presidente da PETROBRAS e disse que iria zerar os impostos federais sobre o óleo *diesel*. De acordo com ele, isso reduziria o custo para o consumidor. Mas na prática isso vai diminuir em apenas 2 reais e 70 centavos o preço botijão de gás. Isso é muito pouco. Fará pouca diferença no bolso do consumidor.

Os custos da PETROBRAS levam em conta as cotações internacionais do petróleo. Quer dizer, toda vez que há variação no índice de preço, aumenta a gasolina, só que o salário do brasileiro não aumenta. Nós estamos passando por uma crise econômica, por uma pandemia. No Acre estamos tendo dengue e alagamentos. Trabalhadores públicos e privados estão com seus salários congelados há 2 anos. Imagine a situação para quem está desempregado!

No Acre a composição do preço final dos combustíveis fica mais cara com o frete. O consumidor acreano acaba pagando 30% a mais do que os valores pagos em Brasília, São Paulo e Rio Janeiro. Há Municípios no Alto Juruá em que o botijão de gás custa 150 reais. Isso é um absurdo.

O preço do combustível está em tudo: no alimento, no medicamento, nos serviços hospitalares, etc. De todo produto o preço do combustível está por trás. Não é justo que a nossa população fique submetida a isso.

Aqui, na Câmara, nós vamos votar a nova Lei do Gás. Há anos ela vem sendo discutida por especialistas, Parlamentares e Governo.

O que pretendemos, como legislador, é tornar o mercado mais competitivo e baratear o preço da gasolina, como ocorre em tantos outros países.

Para concluir, eu quero reforçar mais uma vez a necessidade de se pautar a reforma tributária. Nós já temos um texto que merece ser discutido nesta Casa.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e peço que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 230/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:04

Publ.: DCD - 05/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Descaso do Governo Federal com a imunização do povo brasileiro contra a doença. Inadmissibilidade de desvinculação de

recursos orçamentários das áreas de saúde e educação, preconizada no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Rejeição da proposta governamental de criação do auxílio emergencial de 250 reais. Tentativa, por Promotora de Justiça do Estado do Pará, de impedimento da comemoração do Dia Internacional da Mulher em municipalidade interiorana. Protesto contra a censura imposta pela Controladoria-Geral da República a pesquisadores e docentes. Repúdio ao autoritarismo instalado no País.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me inscrevi para tratar de três aspectos que estão presentes nos dias atuais em nosso País, dias tristes.

A minha primeira manifestação é de solidariedade às vítimas e às suas famílias. O País está de luto. Só não está de luto quem o governa.

A insensibilidade e a falta de empatia governam o Brasil.

Sobre os três aspectos, em primeiro lugar está o de que o povo brasileiro está jogado à morte e de que houve uma opção política por parte do Governo, a de negar a ciência e impedir, ao não assinar os contratos, que a vacina chegasse ao Brasil. Outros países se adiantaram, e o Brasil ficou para trás. Estarmos atrasados em relação à vacina, como estamos, e às medidas de isolamento necessárias significa termos aberto espaço para a formação das novas variantes do coronavírus que assolam o Brasil de forma mortal e que nos levam à escalada de mortes, sem limite, de norte a sul do Brasil. Da minha Porto Alegre a Manaus, todos somos brasileiros e brasileiras e estamos em risco de vida.

O segundo aspecto é o da chantagem colocada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186. Os critérios apresentados nessa emenda constitucional retiram a capacidade pública de investimentos e de serviços públicos e colocam um auxílio emergencial de 250 reais, que não é justo, que não é digno. Eu pergunto aos Deputados e Deputadas, aos Senadores e Senadoras: V.Exas. que são favoráveis ao auxílio de 250 reais dirão ao povo, ao pobre trabalhador ou trabalhadora, à mãe de família, se ela deve comprar o gás ou a comida? Dirão à população que escolha ela deve fazer: se alimenta os filhos pequenos, se compra algo no mercado? Porque os preços dispararam, e o Governo promove um ajuste fiscal que compromete não só a economia como um todo, mas também as vidas.

O terceiro aspecto que quero destacar é o da escalada autoritária, uma escalada que começa com Moro, com Dallagnol, contra o Presidente Lula, contra a Esquerda, e continua quando uma promotora, no interior do Pará, tenta impedir que o 8 de Março aconteça na cidade, quando pesquisadores como Pedro Hallal, ex-Reitor da Universidade Federal de Pelotas, e outros professores são censurados pela CGU - Controladoria-Geral da União.

Chega da escalada autoritária! Chega de atacar os Conselhos da Criança, do Idoso, de Direitos Humanos. Chega de negacionismo! Pela vida, por direitos, por dignidade!

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 231/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:12

Publ.: DCD - 05/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reinstalação da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Relato de atividades desenvolvidas pelo órgão no exercício de 2020. Colapso do sistema de saúde no Estado de Santa Catarina, em decorrência da epidemia de coronavírus.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa Comissão Externa de ações de acompanhamento da COVID-19 foi restabelecida formalmente no dia de ontem. Ela é presidida pelo nobre Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., o Dr. Luizinho, e eu tenho a satisfação de ser a Relatora dessa Comissão.

No ano passado, realizamos cem reuniões temáticas. Discutimos, nos primeiros momentos, desde a necessidade de insumos estratégicos, como máscaras, luvas, aventais, respiradores, medicamentos, até o tema que mais está acentuado nos dias de hoje, nos últimos dias, nos últimos meses, que é a possibilidade de vacinarmos o maior número possível de pessoas. Mas não foi em função do recesso parlamentar que ficamos parados. A Comissão manteve suas reuniões em janeiro e em fevereiro, mesmo de forma informal. Só ontem aprovamos 19 requerimentos. Esses requerimentos visam à promoção de debates com o Ministério da Saúde, com Secretários Estaduais e Municipais, com o Conselho Nacional de Saúde e com especialistas, sobre o momento que estamos vivendo na pandemia.

Sr. Presidente, este momento me leva ao meu Estado. Em janeiro realizamos uma reunião informal para tratar da situação dos Estados do Amazonas e do Pará e agora estamos enfrentando esta situação, a de 100% dos leitos ocupados.

Quando eu digo "100%", quero dizer que, se aparece no mapinha de Santa Catarina uma vaga de UTI, isso não significa que aquela vaga está disponível,

significa, sim, que aquele leito está sendo preparado, que está sendo feita a desinfecção adequada para receber o próximo paciente.

Dados divulgados por veículos de comunicação mostram que, em Santa Catarina, algo em torno de 240 pessoas precisam ser removidas para UTIs. Hospitais públicos e filantrópicos do Estado de Santa Catarina, gestores de saúde, Secretários Municipais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e toda a sociedade civil organizada estão buscando alternativas. Já recebemos do Governo Federal, nos últimos dias, mais 130 respiradores. A distribuição das vacinas e de mais testes está sendo intensificada no País como um todo, mas não conseguimos abrir mais leitos de UTIs, em função da situação dos profissionais da área da saúde.

Eu sou enfermeira de formação. Na manhã de hoje, eu ouvi fala de uma colega profissional, desesperada. Eles estão cansados, exaustos. Por isso é que precisam do nosso olhar. O Ministro vai estar em Santa Catarina amanhã, junto com a bancada de Santa Catarina - o Senador Jorginho Mello, os demais Senadores, a Deputada Caroline de Toni, de Chapecó, e os demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputada.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Precisamos, juntos, buscar alternativas e fazer o autocuidado. Só assim vamos evitar esta pandemia e reduzir os danos que ela está causando na sociedade: danos econômicos e perdas nas famílias.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 232/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:16

Publ.: DCD - 05/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de assunção pelo Presidente Jair Bolsonaro de suas responsabilidades perante a sociedade brasileira, especialmente quanto ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Colapso do sistema de saúde no Estado da Bahia, em decorrência da Covid-19. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial. Elevação das tarifas de energia elétrica e dos preços de combustíveis no País.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Muito bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Nós ontem vivemos mais um dia triste no nosso País. Recordes e mais recordes estão sendo batidos a cada dia.

Eu fiz um apelo ontem e o repito nesta manhã de hoje. O Presidente Bolsonaro precisa de forma urgente assumir a responsabilidade que está nas costas dele. As decisões maiores são tomadas em Brasília. Todos os Governadores e Prefeitos deste País estão esperando este momento, o chamamento do Presidente da República, mesmo que ele não concorde com algumas exigências das autoridades sanitárias do nosso País, como a de usar máscara, e outras coisas que ele vem falando. Este é o momento de olhar para a nossa população. A população está morrendo na fila diante dos hospitais, e os médicos estão extremamente sobrecarregados.

Aqui, no Hospital Regional de Guanambi, que é referência na cidade, os médicos estão trabalhando 7 dias por semana, de forma ininterrupta, buscando salvar vidas. Mesmo assim, não estão conseguindo. Centenas de pessoas, quase 400 pessoas hoje estão na fila de espera no Estado da Bahia.

Essa decisão tem que ser tomada urgentemente pelo Presidente da República. Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que os profissionais de saúde fiquem com essa sobrecarga. Nós temos que urgentemente resolver esse problema, que tem que passar pelo Presidente da República. Ele tem que fazer o chamamento a todos os Governadores. Eu repito: vamos esquecer as questões políticas neste momento. Não é possível!

Nós perdemos amigos de 42 anos de idade, de 49 anos de idade, na cidade de Guanambi e em muitas outras cidades da região, porque não há lugar para aonde levá-los, não há vagas em hospitais da cidade que é referência, Vitória da Conquista. Salvador não está recebendo nem as pessoas que podem pagar por atendimento nos hospitais, por falta de vagas. Olhem o tamanho da gravidade!

Não há auxílio emergencial, as pessoas estão passando necessidade, não têm o que comer. A conta de energia está exorbitante, do preço da gasolina nem se fala. Este momento por que o País está passando é muito difícil.

Documento 233/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:24

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Ocorrência de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas provocadas pela Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Não financiamento de leitos de UTIs pelo Ministério da Saúde. Inviabilização, pelo Presidente da República, do processo de aquisição de vacinas. Perplexidade ante a iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro de determinação do sigilo do seu cartão de vacina. Solidariedade ao ex-Reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, vítima de censura e autoritarismo do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero saudar a todos que estão nos acompanhando e nossos colegas Parlamentares e, obviamente, registrar o pesar pelas 1.910 vidas perdidas ontem no Brasil. É bom lembrar que o Brasil, desde anteontem, há 2 dias, já ocupa o primeiro lugar no mundo em número de casos novos de COVID, passando os Estados Unidos. Anteontem, houve 58.237 novos casos; ontem - pasmem! -, houve 71.704 novas ocorrências com confirmação diagnóstica.

É um verdadeiro genocídio o que está acontecendo em nosso País, e obviamente o principal responsável é o insano que ocupa a cadeira de Presidente da República. Ele tem feito propaganda - continua fazendo - desde o início contra as medidas de prevenção, contra o uso de máscara, contra a recomendação de se evitar aglomeração. Ele atua a favor do vírus e da sua disseminação. No que diz respeito à assistência à saúde, desde o final de dezembro, cortou o financiamento de leitos de UTI. É impressionante: 70% dos leitos de UTI para COVID deixaram de ser financiados pelo Ministério da Saúde. Quanto à vacinação, ele impediu, atrasou, postergou, criou problemas para viabilizar o projeto de aquisição das vacinas do Instituto Butantan. Criou dificuldades com a China e a Índia, os principais fornecedores de insumo, inclusive para a FIOCRUZ; criou dificuldades para negociar a compra da vacina da Pfizer, da Sputnik russa; enfim, criou toda uma ordem de problemas.

Chamaram minha atenção para uma coisa interessante: logo após o Ministério da Saúde receber as primeiras doses da vacina chinesa, aquele Presidente que criou e continua criando dificuldades para a vacina decretou o sigilo do seu cartão de vacina por 100 anos. Olhem que coisa interessante! É muita coincidência: após o Ministério da Saúde receber as vacinas, a primeira medida do Presidente da República foi determinar o sigilo do seu cartão de vacina.

Para encerrar, eu quero manifestar aqui a nossa solidariedade com o ex-reitor Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, vítima da censura, vítima do autoritarismo, vítima dessa atuação ditatorial que o Presidente Bolsonaro, aquele que defende a tortura, defende a ditadura militar, defende o que há de pior na história deste País, está impulsionando no seu Governo. Realmente, ele quer acabar com a democracia em nosso País, atacando as universidades,

implantando a censura e penalizando os principais líderes e cientistas da academia brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 234/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:28

Publ.: DCD - 05/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Caos provocado pela epidemia de coronavírus no Brasil. Atraso do cronograma de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Empenho do Governador do Estado de Mato Grosso e de Prefeitos Municipais na imunização do povo mato-grossense contra a Covid-19. Incentivo do Presidente da República ao descumprimento medidas preventivas da disseminação da doença viral.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham na sessão desta manhã, venho aqui, como todos os companheiros que já se pronunciaram, também demonstrar a minha grande preocupação com a situação trágica pela qual neste momento passa o nosso País.

A notícia de que 1.910 pessoas vieram a óbito em função da COVID-19 tem que ser a principal preocupação desta Casa. Não podemos aceitar que tenhamos pessoas acometidas pela COVID cada vez mais próximas. Cada vez mais, em nossa proximidade, vemos pessoas vítimas da COVID. Isso demonstra que a doença avançou mesmo, avançou muito, e nós não temos as respostas para dar à nossa população.

Fico muito entristecida, como mulher, como mãe, como cidadã e especialmente como Parlamentar, ao ver na tribuna desta Casa alguns Deputados deliberadamente enganando a população, quando dizem que somos o sexto país a vacinar no mundo. Nós temos que olhar o percentual que vacinamos. Nós somos um país com mais de 200 milhões de pessoas. Como ficar na tribuna nos comparando com países de 10 milhões, de 15 milhões? Qual percentual de vacinas o Brasil aplicou? Qual percentual de vacinas o Brasil tem para a sua população que está em condições de ser vacinada? É sobre isso que temos que falar aqui, sobre essas situações atrasadas do Governo, que não tomou providência em tempo para os contratos de vacinas para que a nossa população não estivesse indo a óbito. Quase 260 mil pessoas já

faleceram. Imaginem a tristeza, a dor, as perdas, o sofrimento de cada uma dessas famílias!

Neste momento, o mandatário da Nação, o Presidente eleito, está atacando os Srs. Governadores. Eu sou oposição ao Governador do Estado de Mato Grosso, mas quero aqui de público reconhecer o esforço que ele está fazendo, o esforço que os Prefeitos estão fazendo para que o povo tenha vacina, para que o comércio seja fechado, para que o povo use máscara, para que as orientações sanitárias sejam feitas. E, contra o Governador do meu Estado e contra os demais Governadores, vem o Presidente da República incentivar o contrário.

Muitas vezes, em casa, o pai orienta de uma forma, e a mãe orienta de outra. Como fica a cabeça dos filhos? Agora, olhem a Nação, olhem o País! O Presidente da República está encaminhando a população para a morte, e os Governadores...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 235/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:32

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT em conjunto com a Federação Única dos Petroleiros - FUP, de campanha nacional de esclarecimento sobre a composição dos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Prioridade, pelo Congresso Nacional, na discussão da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais e na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de parabenizar o movimento sindical e registrar a grande iniciativa dele de, liderado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e pela Federação Única dos Petroleiros - FUP, fazer uma campanha solidária, mostrando o preço dos combustíveis e do gás de cozinha. Realiza-se em todo

o Brasil essa campanha para mostrar à população brasileira quem verdadeiramente está lucrando com os altos preços dos combustíveis e do gás.

Paulo Guedes representa essa política dos grandes acionistas e do sistema financeiro, e é a essa política que Bolsonaro entregou a nossa PETROBRAS, as nossas riquezas naturais, minerais, que estão sendo utilizadas para o lucro de grandes empresas e corporações.

Parabenizo a FUP e todo movimento sindical, em nome da CUT, que inicia essa campanha para defender um preço justo e defender aquilo que é fundamental. A PETROBRAS é brasileira e não pode estar subordinada ao dólar e à política das empresas internacionais, baseada apenas no lucro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de registrar que fiquei feliz vendo a prioridade que o Presidente do Senado diz que deu àquela Casa. Acho que deve ser a nossa prioridade na Câmara e no Congresso Nacional. Trata-se de dois assuntos de utilidade da população brasileira: o auxílio emergencial de 600 reais e o direito à vacinação de toda a população brasileira contra a COVID-19. Não podemos abrir mão disso. Ontem, chegamos a quase 2 mil mortos. Vidas de brasileiros e brasileiras estão todos os dias sendo perdidas, e não há nenhuma ação concreta, nenhum ato de solidariedade, nenhum respeito a essas vidas por parte daquele que deveria ser o Chefe da Nação, o Presidente da República, mas apenas maus exemplos, apenas o distanciamento daquilo que é mais importante, que é a vida, um direito essencial do povo brasileiro.

Registro a nossa solidariedade ao povo brasileiro, em especial às vítimas da COVID e às suas famílias, que enfrentam neste momento a pior crise da história.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 236/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:40

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ANGELA AMIN-PP -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Elevado número de mortes registradas no País em decorrência da Covid-19. Necessidade de avanço no processo de vacinação contra a doença viral. Defesa de imunização dos profissionais da educação, com vista à retomada das aulas presenciais. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.328, de 2020, sobre a suspensão, por 120 dias, do pagamento das obrigações de operações de créditos consignados em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados, públicos ou privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas. Votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais destinadas ao setor de eventos, em decorrência da epidemia de coronavírus. Importância do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 1990, com vista à realização do teste do pezinho ampliado.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC. Sem revisão da oradora.) - Gostaria de cumprimentá-lo, Presidente, e cumprimentar a todos.

Iniciando a nossa fala, quero lamentar o número de mortos no Brasil pelo coronavírus. Acho que todos nós Parlamentares desta Casa e do Senado devemos nos unir na busca de soluções, para que possamos enfrentar de maneira mais rápida principalmente o processo de vacinação. O Congresso já deu a sua contribuição, facilitando a compra das vacinas, mas nós precisamos avançar.

Gostaria de registrar aqui aquilo que eu coloquei na semana passada, no plenário desta Casa, quanto à importância de nós vacinarmos os profissionais da área da educação. Nós conversamos com o Ministro e com a sua assessoria na busca dessa sensibilização, para que esses profissionais possam retomar as aulas, o que é muito importante para as nossas crianças e os nossos jovens, mas com segurança.

Gostaria de registrar o trabalho da Câmara, ontem à noite, na discussão. Houve menção ao Projeto de Lei nº 1.328, de 2020. São vários os projetos de lei que estão na Casa, inclusive uma medida provisória, e não houve sensibilidade da direção da Câmara no ano passado para que nós pudessemos garantir ao aposentado a segurança financeira que se faz necessária neste momento. Gostaria de aplaudir a atual Mesa Diretora, o seu Presidente, por entender importante a aprovação desse projeto de lei, que também atende um segmento importante da sociedade.

Felizmente, esta Casa também deu resposta, no dia de hoje, quanto ao projeto de lei que autoriza financiamento e postergação do pagamento de impostos para o setor de eventos. Eu fui muito procurada pelo setor de eventos do Estado de Santa Catarina, que solicitou o nosso apoio.

Com relação à colocação do Deputado Peternelli, eu gostaria de aqui reafirmar a importância da atualização do teste do pezinho. Esse teste foi introduzido no Estado de Santa Catarina em 1984, 1985, dentro de uma sensibilização estadual sobre a importância de os pais vacinarem os seus filhos.

Eu gostaria aqui de homenagear o coordenador desse processo, o técnico da Secretaria de Estado da Saúde Jorge Abrahão.

A implantação do teste, que ele defendia com muitos argumentos, com muitos subsídios, fez com que nós tivéssemos sucesso, graças ao empenho dele e dos técnicos da Secretaria do Estado da Saúde. Eu gostaria de agradecer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 237/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:48

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 1.910 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Alcance da marca de 257 mil óbitos no Brasil provocados pela doença viral. Atraso na imunização do povo brasileiro contra o coronavírus. Postura insana do Presidente da República com relação ao enfrentamento da doença. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o povo brasileiro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, aqueles que nos acompanham, nós vamos novamente fazer uma crítica que eu gostaria de não estar fazendo, apesar de ser frontalmente oposição a este Governo. Mais um dia triste foi a data de ontem. Terminamos o dia de maneira muito triste, Presidente. Faleceram, na data de ontem, 1.910 brasileiros e brasileiras, muita gente. Já morreram mais de 257 mil pessoas. Falarei aqui durante 3 minutos, e, se a mesma média de ontem se repetir hoje, ao final da minha fala, 4 brasileiros terão morrido. Quantos brasileiros e brasileiras terão morrido ao término desta sessão? Isso é muito triste, é lamentável, é algo repugnante.

Não adianta falar que essa é tão somente uma pandemia de um vírus que nós não controlamos, Deputado Reginaldo. Sabe por quê? Porque outros países estão dando outros exemplos. Outros países estão demonstrando uma outra responsabilidade. Outros governantes estão procurando outras soluções, tomando outras medidas, preservando aquilo que é sua obrigação preservar, a vida do seu povo, tendo a honra de defender o seu povo.

Imaginem, senhoras e senhores comandantes das Forças Armadas, se estivéssemos em guerra, quem vocês defenderiam? Vocês estão no Governo e não estão defendendo o povo brasileiro, estão brincando com a vida do povo brasileiro.

Vocês acham que nós gostamos de repetir essa crítica, passado 1 ano da pandemia? Com certeza, não, Deputado Renildo. Com certeza, não. Ninguém que vem aqui criticar tem prazer em fazer isso. Mas temos a necessidade de alertar a nossa sociedade, porque não é possível nós permitirmos o descaso.

Estamos, em março de 2021, ainda discutindo se tem que haver vacina, qual vacina, como ela vai ser distribuída. Que insanidade é essa? Que incompetência é essa? É a incompetência e a insanidade de um Governo desumano, de um Governo cruel, de um Governo traidor, de um Governo que não tem sequer...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Obrigado, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Vou concluir, Presidente. Estou com tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Caminhe para a conclusão.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Agora preciso de mais 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - V.Exa. tem mais 15 segundos, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - V.Exa. está encerrando o meu tempo antes de ele terminar. Por favor!

Esse é um Governo que não tem compaixão com o seu povo, que não tem respeito pelo seu povo e que não merece continuar.

Por fim, deixo o nosso lamento por todas as vítimas que se foram e o nosso sentimento a todos os familiares, a todas aquelas pessoas que perderam um ente querido nesta pandemia.



10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:52

Publ.: DCD - 05/03/2021 --PEDRO VILELA-PSDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governador do Estado de Alagoas, Renan Calheiros Filho, por não inclusão do lockdown entre as medidas de combate à disseminação da Covid-19. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. PEDRO VILELA (PSDB - AL. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, neste momento em que o Governo do Estado de Alagoas está prestes a decretar uma nova série de medidas relacionadas à COVID-19 - e eu reconheço a gravidade deste momento, em que a pandemia atinge, talvez, o seu ponto mais grave no Brasil -, eu faço um apelo ao Governador Renan Filho para que, neste novo decreto, não se estabeleça o *lockdown*.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu acho que o *lockdown* não é o caminho para que enfrentemos a pandemia. Nós estamos falando, no Estado de Alagoas, de mais de 850 estabelecimentos comerciais que já foram fechados, gerando milhares de desempregados, pessoas que perderam a sua fonte de renda.

Eu acredito que o dever do Estado é fiscalizar. Que o Governador possa dobrar, triplicar a fiscalização, para punir, sim, quem não respeita as regras, quem não cumpre com os horários, a capacidade máxima e o distanciamento estabelecidos, mas que ele possa também valorizar e respeitar quem trabalha seguindo rigorosamente as regras sanitárias. É dever do Governo, é dever do Estado respeitar quem precisa trabalhar, Sr. Presidente.

Por isso, peço que, nessas novas medidas, nesse novo decreto, não se decida pelo *lockdown*, e, sim, haja respeito às pessoas que já estão há mais de 1 ano enfrentando uma série de dificuldades relacionadas ao seu emprego, ao seu comércio. Estamos diante de uma situação em que, desde dezembro, já não há qualquer tipo de auxílio do Governo Federal para aqueles que mais precisam - inclusive, eu tratei desse assunto nesta semana aqui neste plenário, fazendo apelo para que o Congresso Nacional, o quanto antes, possa se debruçar sobre um projeto de lei ou uma medida provisória que traga de volta o auxílio emergencial.

O Governo do Estado pode ter certeza de que a bancada federal, eu em particular, estará absolutamente empenhada em agir no sentido da única saída para a pandemia, que é a ampla vacinação da nossa população, Sr. Presidente.

Nesta semana, aprovamos duas importantes medidas para agilizar o processo de vacinação, garantindo mais recursos para a aquisição de vacinas e garantindo que Estados e Municípios possam adquirir diretamente as vacinas para a sua população.

Estive no Ministério da Saúde cobrando agilidade no envio de vacinas para Alagoas, cobrando reforço na nossa estrutura hospitalar, com o envio de respiradores. E eu sei que esse é um pleito também do Governo do Estado.

Então, tem que haver esforço conjunto no sentido de vacinar a população, mas sem decretação de qualquer *lockdown*. Temos que deixar trabalhar quem precisa trabalhar e quem trabalha cumprindo as regras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 239/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-11:56

Publ.: DCD - 05/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19 no País. Protesto contra o congelamento salarial dos servidores públicos, preconizado no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais para mulheres chefes de família. Inadmissibilidade de condicionamento da retomada do pagamento do benefício pecuniário à aprovação da PEC Emergencial.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria, nesta manhã de quinta-feira em que nós todos aguardamos a votação do auxílio emergencial, de dizer que o contexto em que o auxílio emergencial foi pautado nesta Casa é um contexto de chantagem, porque não é possível constituir contrapartidas para pôr pão na mesa dos brasileiros desempregados, desalentados, que hoje sofrem os impactos da pandemia do novo coronavírus.

Hoje, no Brasil, estamos por chegar a 2 mil mortes por dia. O dia de ontem foi um marco comprovador da inépcia, da irresponsabilidade, da falta de sensibilidade e da falta de coração do Sr. Bolsonaro e do Sr. Paulo Guedes.

Esta PEC emergencial, na verdade, é uma minirreforma fiscal. Há condicionantes do que nós achamos possível para encarar a diminuição das

isenções fiscais, mas, em relação a outras questões, é lamentável querer condicionar ao auxílio emergencial o congelamento dos salários dos servidores públicos. Não são os servidores públicos, na expressiva maioria, os ricos do Brasil! Neste País, não se toca nas grandes fortunas. Não se taxam as aplicações na Bolsa de Valores. Aliás, é preciso explicar como alguns tiveram a informação privilegiada para aplicar nas ações da PETROBRAS em baixa.

Sr. Presidente, é necessário que o auxílio emergencial seja votado separadamente, sem condicionantes. O único condicionante é a diminuição da propagação do vírus, que nós do PCdoB colocamos na proposta de auxílio emergencial de 600 reais que nós fizemos. É este o cálculo de transmissibilidade do vírus que pode ser feito para se ir fazendo a retração do auxílio. Enquanto houver transmissão acima de 1, pelo cálculo epidemiológico, não se pode abrir mão do auxílio emergencial. É necessário analisar que a fome é parceira da pandemia, que o desemprego é parceiro da pandemia, e que não há economia sem vida, não há economia sem pessoas, Sr. Presidente.

Por isso, o auxílio emergencial tem que ser de 600 reais, e tem que ser dobrado, 1.200 reais, para as mulheres chefes de família que não podem sair e não têm com quem deixar seus filhos, porque elas não dispõem de creche, já que o Estado brasileiro não assume a parceria na criação dos filhos do Brasil.

Eu repudio essa reforma fiscal em cima dos servidores públicos!

Muito obrigada.

Documento 240/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-12:00

Publ.: DCD - 05/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 260 mil mortes no País pela Covid-19. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano destinado ao enfrentamento da doença. Postura genocida do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Colapso do sistema de saúde em Estados brasileiros provocado pela Covid-19. Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante da grave crise sanitária instalada no País.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há dúvida de que o Brasil está diante da maior tragédia humanitária da sua história: são 260 mil brasileiros mortos pela COVID, aproximadamente 2 mil mortes todos os dias.



Não há, de outro lado, nenhuma política do Governo Federal para o enfrentamento desta pandemia, e não faltou tempo. Desde o primeiro dia, nós percebemos, o Brasil inteiro percebeu, o mundo acompanhou a omissão criminosa do Presidente da República, que tratou o tema sempre com desprezo e com desumanidade. Ele não demonstrou, em nenhum momento, compaixão, nenhuma atitude que caberia ao Presidente da República assumir, afinal de contas, ele foi eleito para assumir responsabilidades e atribuições.

O Brasil não tem um plano de enfrentamento da pandemia. O Presidente virou as costas ao povo. Não temos Ministro da Saúde. Aqueles que tentaram abordar o tema, levando em conta o conhecimento e a ciência, foram postos para fora. Nós estamos, portanto, à mercê de um Presidente que não tem outra qualificação senão a de genocida! A história vai cobrar. Mas nós não podemos continuar assumindo coletivamente este preço. É preciso tomar medidas.

Os Governadores e os Prefeitos, que buscam tomar iniciativas, estão angustiados, assim como os brasileiros, que choram as lágrimas das perdas. O colapso já chegou a muitos lugares. Aqui na Bahia, ainda hoje, o Secretário de Saúde do Município de Salvador afirma que o colapso já chegou. No entanto, o Presidente fica fazendo festinhas e dando gargalhadas, como se nada estivesse acontecendo.

Não há contradição entre cuidar da vida e cuidar da economia: sem vida, não há economia! Não há dúvida disso. A renda emergencial está há 3 meses sem uma solução, e o Governo quer oferecer 44 bilhões de reais. Isso não dá para nada! Não dá para aceitar condicionantes, não dá para aceitar chantagem. Chega!

Documento 241/1.178

10.2021.B-Sessão Outro Evento-04/03/2021-12:04

Publ.: DCD - 05/03/2021 --OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me congratular com a Câmara dos Deputados pela aprovação, no dia de ontem, de uma matéria fundamental para aqueles que fazem a alegria do povo: os organizadores de eventos no nosso País.



A Relatora tornou mais elástico o alcance dos benefícios ali contidos e promoveu a inserção de mais setores do turismo nesta possibilidade de sobrevivência. Hoje, em meio a esta pandemia, a questão é permitir que as empresas que cuidam de atividades de entretenimento possam sobreviver.

O autor do projeto, o Deputado Felipe Carreras, soube muito bem propor uma iniciativa indispensável. É óbvio que, um dia, nós vamos ultrapassar toda esta situação, mas, até lá, é indispensável que haja oxigênio para essas instituições permanecerem vivas. O setor do turismo, depois da saúde, por assim dizer, foi, sem dúvida, o mais afetado pela pandemia. Nós precisamos ter isso muito claro, porque a retomada da atividade econômica no Brasil passa muito pela exploração e pela utilização, ao máximo, do nosso potencial turístico. Com isso, nós poderemos ter a perspectiva de turismo de proximidade, com a circulação das pessoas em raios próximos às cidades. Os brasileiros deixarão de viajar ao exterior. Dezessete bilhões de dólares é o que o Brasil, em geral, deixa no exterior com viagens internacionais. Hoje, este recurso está contido na economia brasileira e será, de alguma maneira, gasto em atividades turísticas no próprio País.

Eu quero registrar o trabalho de todos os que se unificaram em prol desta bandeira, especialmente em nome da Associação dos Promotores de Eventos do Setor de Entretenimento e Afins - APRESENTA, uma instituição do Rio de Janeiro, e em nome da Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC e de vários organizadores de congressos, de feiras, de eventos, de seminários e de exposições que foram a Brasília várias vezes, unificados na ABAP, para chamar a atenção de todos nós do Congresso Nacional para a relevância desta matéria.

A matéria já foi para o Senado Federal, e nós vamos seguir batalhando, porque o turismo é fundamental para o futuro do Brasil!

Muito obrigado.

Documento 242/1.178

13.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-04/03/2021-12:16

Publ.: DCD - 05/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação de projetos destinados à proteção da vida das mulheres, especialmente do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à garantia da validade de pedidos médicos para exames de pré-natal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós avaliaremos a sua proposta, Presidente. No entanto, quero apenas fazer um apelo. Já há alguns projetos na pauta. Sei que a medida provisória tranca a pauta. Ela não está sendo concluída na sua votação. Mas, repito, apenas queria fazer um apelo. Há alguns projetos que estão na pauta, e, de sessão em sessão, já foi tomada a decisão pelos Líderes, que são pautas relativas às mulheres e que têm muita importância na pandemia.

Há um projeto de minha autoria que possibilita a proteção de mulheres grávidas e puérperas na pandemia, há outros projetos que a Deputada Alice relata, e, a cada sessão, eles são transferidos para a próxima, e já está acordada pelos Líderes a sua votação.

Por isso, faço um apelo à Mesa, que já pautou esses projetos. Peço, por favor, que eles possam ser votados na próxima semana, porque eles têm a ver com a vida e a proteção das mulheres, particularmente o Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, que é para grávidas e puérperas, porque o Brasil é campeão de mortes de grávidas e puérperas na pandemia. Pediria que priorizássemos os projetos na pauta que tratam das mulheres, porque estamos falando de uma pandemia sem controle no Brasil. Nós precisamos proteger a vida dessas mulheres neste período.

Então, peço que votemos desses projetos acordados e que não os fiquemos transferindo, semana após semana, para o dia seguinte ou para a semana seguinte.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Vou já ouvir V.Exa., Deputado Carlos Zarattini.

Deputada Jandira Feghali, eu havia até cogitado com a Mesa a possibilidade de votarmos alguns projetos por acordo, mas essa possibilidade não existe nem por acordo. Por isso, quero me comprometer com V.Exa. Irei conversar com o Presidente Arthur Lira, para que, em havendo um compromisso do Plenário de que haja uma votação rápida, possamos acelerar e fazer a votação desses projetos, notadamente o PL nº 1.267, de 2020, da Deputada Talíria Petrone, o PL nº 2.442, de V.Exa., Deputada Jandira Feghali, e uma urgência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Da Deputada Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Isso. Se houver o compromisso de agilidade nas votações, podemos tentar - após a medida provisória, antes do projeto da Lei do Gás - fazer essa votação, se houver compromisso de agilidade, porque às vezes temos projetos de acordo que demoram 2 horas para serem votados. Mas V.Exa. tem o meu compromisso.

Ouçó o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Agradeço.

Documento 243/1.178

13.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-04/03/2021-12:24

Publ.: DCD - 05/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 2.011, de 2020, sobre a prorrogação imediata, em caráter excepcional, do fim da licença maternidade a contar do dia 19 de julho de 2020, em benefício das seguradas do Regime Geral da Previdência Social e das servidoras públicas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer uma ponderação. Concordo com V.Exa. de que efetivamente precisamos avançar na pauta. Lamento não podermos votar a MP que trata dos aposentados. Sou autor do projeto que trata da suspensão da cobrança dos empréstimos consignados. Pessoalmente, concordo com a medida provisória para ampliar o percentual de comprometimento do crédito consignado. Não vejo problema nessa questão, embora haja divergência, até mesmo no meu partido. Eu tenho essa convicção, essa disposição de luta.

É preciso deixar consignado que eu gostaria que fosse apreciado, se for reformulada, melhorada, ampliada a pauta, o Projeto de Lei nº 2.011, de 2020, apresentado por mim - aliás, eu o repeti no Projeto de Lei nº 3.913, de 2020 -, que trata da licença-maternidade. É preciso que as mulheres tenham apoio, amparo, na licença-maternidade. É fundamental que as mulheres, neste período da pandemia, deixem de se expor na hora da maternidade. É preciso que a licença-maternidade seja ampliada, por 1, 2, 3 meses.

Sr. Presidente, por favor, quando for examinada a pauta, gostaria que fosse apreciado esse projeto, que é elementar, importante, a favor da vida, a favor das mulheres.

Ne próxima semana, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, quem sabe nós colocamos esse projeto na pauta para homenagear as mulheres, as mães.

Obrigado.

Documento 244/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres engajadas na luta contra a Covid-19. Defesa de concessão do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias vulneráveis, e de 1.200 reais às mulheres chefes de família. Decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas.

A monotonia, de fato, não é o forte do Brasil. Neste Dia Internacional da Mulher, quando nós, mulheres, exaltamos as nossas mártires e fazemos homenagens às mulheres de luta que estão na guerra contra a COVID-19, estamos, neste momento, erguendo a bandeira contra a violência, por um auxílio emergencial de 600 reais e de valor dobrado para as mulheres chefes de família, 1.200 reais. Não vamos nos curvar a esse auxílio emergencial, que vem sob forma de chantagem.

No debate da PEC Emergencial, surge uma notícia alvissareira: o Ministro Fachin resolve anular todas as acusações contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Evidentemente, para nós a garantia do recurso da verdade é algo fundamental para mostrar a todos e a todas o que dissemos durante o martírio de Lula, durante uma prisão injusta e durante a detonação da reputação do melhor Presidente da República que está Nação teve. E não há dúvida de que foi imolado publicamente por uma operação articulada, urdida entre o juiz titular da operação, procuradores da República e juizes de primeira instância, que juravam sangue, que queriam ver a cabeça pisada, que queriam a detonação do processo democrático.

É claro que, num tuíte do próprio Presidente da Casa, ele disse que tem dúvidas de que se é para beneficiar Lula, com o que ele concorda e até pode apoiar, como apoiou, ou se é para beneficiar o ex-Juiz, o ex-Ministro de Bolsonaro, Moro.

Não há dúvida de que a atenuante sobre Moro e a Lava-Jato fica posta, mas o desmascarar de todo o processo urdido para criminalizar Lula e outros fica claro para todo o País. Cai o véu da mentira. Cai o véu da natureza artimanhosa daquela tentativa de matar a democracia.

E a dúvida que o Presidente da Câmara tuíta nos dá a certeza de que é possível reconstruir as bases da democracia desmaiada a partir dessa decisão, especialmente pela pesquisa que mostra Lula à frente do algóz do povo, o Sr. Bolsonaro.

No Dia Internacional da Mulher, a mulher precisa se erguer, precisa lutar, porque somos as mais atingidas pela pandemia.

Documento 245/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Ineficácia das ações de combate à Covid-19 adotadas pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores colegas, realmente a política brasileira não foi feita para amadores e muito menos para aventureiros. Para jogar dentro dessas quatro linhas é preciso ser muito profissional.

Nos meus anos de faculdade de Direito, eu nunca, em nenhum lugar, estudei que embargos de declaração servissem para inocentar ou absolver quem quer que seja e muito menos que embargos de declaração têm poder *erga omnes*.

Consegui uma decisão do Ministro Fachin atingir não só um mas também vários processos de alguém que, como todos nós sabemos, fazia parte de uma quadrilha que assaltava os cofres públicos. Neste momento, nós temos uma aberração jurídica, estampada e escancarada, que mais serve para dar um tapa na cara de toda a população brasileira.

Tirando esse assunto que ainda vai render muito nos próximos discursos, eu queria dizer que o Estado de São Paulo está cada vez mais parecido com a China, pois uma manifestação foi considerada uma ameaça à ordem política, e todo indivíduo descontente é visto como inimigo do Estado. Os comerciantes estão indignados com o que vem acontecendo. O Governador de São Paulo propositalmente não se preparou para o pior porque queria que São Paulo se tornasse o pior Estado no combate à pandemia, mesmo tendo recebido recursos.



O que ocorre hoje, no Estado de São Paulo, é um verdadeiro crime contra a humanidade. Nem pacientes estão sendo atendidos, nem trabalhadores possuem o direito de trabalhar, nem empregadores têm o direito de abrir suas portas. Daqui a pouco, nós vamos ser conduzidos ao que comer, ao que pensar e ao que fazer.

É o fim da democracia.

Alerto o povo brasileiro de que nós patriotas precisamos ir às ruas urgentemente ou o Brasil vai virar de ponta-cabeça.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 246/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 09/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falecimento do Ministro da Eucaristia, Milton Rodrigues, em decorrência da Covid-19, residente na Vila Baeta Neves, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Manifestação de solidariedade aos seus familiares. Saudações aos irmãos em Cristo da Paróquia São José, localizada na municipalidade.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 passado, nós tivemos uma surpresa, uma tristeza imensa com o falecimento de um grande companheiro nosso, do Baeta Neves, em São Bernardo, que trabalhou comigo muitos anos. Foi sempre um membro ativo da nossa Paróquia São José.

Eu me refiro ao querido Milton Rodrigues. Sr. Milton, como nós o chamávamos carinhosamente, era um grande comunicador. Na nossa paróquia, ele conduzia o terço dos homens, era o Ministro da Palavra assim como Ministro da Eucaristia. A COVID o levou de maneira repentina -- ele entrou e, no mesmo dia, horas depois, perdeu a vida, faleceu.

Inclusive seu filho, o Rivelino, está internado também com COVID. Nós desejamos que o Rivelino esteja bem. Ele deixa D. Zélia, sua esposa, querida companheira, seus filhos Rivelino, que está internado, Marcelo, Fernando e Cristine, com quem tenho me comunicado, além dos netos, Aquiles, Lorena, Rafael, Karine.

Que Deus conforte toda essa família! Não tenho dúvidas de que o Sr. Milton já está nas graças de Deus.

A falta é grande pela sua alegria. Ele inclusive tinha um programa na *Rádio Paraty*, onde também tenho um programa às sextas-feiras. O dele era às quartas-feiras.

Quero saudar os irmãos da Paróquia São José, em Baeta Neves, da qual participo, o Padre Jean e todos aqueles que sabem quanta falta fará o nosso querido Milton Rodrigues.

Esta singela homenagem é porque ele, juntamente com tanta gente, perdeu a vida. Milhares de famílias, como a de D. Zélia, mais de 265 mil, tiveram perdas.

O Sr. Milton estará presente em nossas conversas, em nossas orações, nas missas, nas atividades da paróquia.

Ao Sr. Milton, a minha mais modesta homenagem. E a D. Zélia, seus filhos, filhas e netos, o meu carinho.

Obrigado, Presidente.

Documento 247/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 09/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Saudações às mulheres brasileiras, em nome da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio do PT à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de aprovação, pela Casa, de proposições de amparo à agricultura familiar, às pequenas e microempresas.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me inscrevi para falar da famigerada PEC 186/19. Antes, porém, quero aqui expressar minha alegria pela decisão do Ministro Fachin que anula todas as condenações injustas proferidas por aqueles de Curitiba sobre o Presidente Lula.

Lula agora tem de volta os seus direitos políticos. Há esperança! E vamos esperar!

Quero também saudar todas as mulheres guerreiras deste País, em nome da nossa querida Presidenta Dilma.

Tenho dito algumas vezes aqui da responsabilidade histórica que a Câmara tem nesta conjuntura triste que vivemos e também da necessidade de estarmos à altura do desafio de ajudar o nosso povo, que passa fome, está sem emprego, sem renda, morrendo de COVID-19.

Está na pauta para ser votada a PEC 186, que eu prefiro chamar de "PEC da morte", "PEC da chantagem", "PEC do fim do mundo fase dois". Nós não temos o direito de permitir que a população seja chantageada em troca do novo auxílio emergencial e abrir mão de mais direitos, ver o Estado ser proibido de fazer investimentos necessários em saúde, educação e segurança, apenas para agradar a turma do Paulo Guedes, os financistas.

Esta Câmara não pode ser capacho de experimentos neoliberais enquanto o nosso povo morre doente ou de fome.

Essa PEC sobre ajuste fiscal não pode ser votada sem o debate devido aqui na Câmara e sem o amplo debate com a sociedade. Não é essa a prioridade neste momento.

Peço aos colegas de todos os partidos que tenham algum compromisso com o País e não aderiram aos delírios negacionistas deste Governo e seus seguidores que olhem para a proposta do PT sobre a ajuda emergencial. A nossa bancada está na luta para que o auxílio seja de 600 reais, igual ao que foi pago até dezembro do ano passado, e para o mesmo número de brasileiros beneficiados da outra vez.

Bolsonaro quer dar somente 250 reais, ou menos ainda, e somente durante 4 meses; quer enfiar goela abaixo da população um ajuste fiscal que vai criar um novo teto de gasto dentro do que já existe. Os 40 bilhões de reais colocados como teto para esse auxílio emergencial são insuficientes.

Se Bolsonaro fizesse o mínimo e priorizasse a vacinação de toda a população, a economia retornaria ao seu ritmo próximo do normal e não precisaríamos injetar tanto dinheiro. Mas estamos pagando o preço do negacionismo, de um Governo que trabalha pelo caos em todos os sentidos.

É hora de a Câmara ter bom senso!

Auxílio emergencial de 600 reais já!

Ajuda para a agricultura familiar já!

Ajuda para as micro e pequenas empresas já!

Não à PEC 186!

Presidente, peço que seja divulgado esse pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Documento 248/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras, em nome das parteiras tradicionais, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 912, de 2019, sobre a regulamentação da atividade de parteira tradicional. Homenagem às profissionais de saúde envolvidas na luta contra a Covid-19. Questionamento sobre a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero saudar todos os que acompanham a sessão e iniciar fazendo uma homenagem às mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher, na pessoa das parteiras, que durante séculos, milênios ajudaram outras mulheres a trazer ao mundo todos os que aqui chegamos.

Peço ao Presidente que pautar o Projeto de Lei nº 912, de 2019, que regulamenta a profissão das parteiras tradicionais. Conseguimos aprová-lo, ainda em 2019, na Comissão de Seguridade Social e Família. Ele está agora na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público da Casa. Esperamos que as Comissões retomem os trabalhos. Esse é um projeto muito importante, que faz justiça a uma categoria fundamental até hoje na Amazônia e em vários Estados do Centro-Oeste e do Nordeste.

Faço uma homenagem também a todas as mulheres que estão na linha de frente do combate à COVID-19. Refiro-me a médicas, enfermeiras, técnicas de enfermagem, fisioterapeutas. Enfim, muitas mulheres estão colocando sua vida em risco para nos proteger neste momento de pandemia.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de tratar da decisão do Ministro Edson Fachin, que, no dia de hoje, anulou quatro condenações do ex-Presidente Lula. Não consigo me esquecer de que, em 2018, o Supremo Tribunal Federal, às

vésperas de um julgamento que tinha a mesma finalidade, foi pressionado, foi garroteado por um tuíte do General Villas Bôas, então autoridade do Governo Federal. Foi pressionado o Supremo Tribunal Federal - e o próprio Fachin. Então, de fato, isso causa muita estranheza, uma vez que 2018 foi o ano das eleições. Aquele processo eleitoral, à luz da decisão tomada hoje pelo Ministro Fachin, torna-se mutilado, pervertido, como o foi, porque gerou a situação terrível que o Brasil vive hoje.

O candidato à época com a maior intenção de votos foi condenado às pressas pelo Ministro Sergio Moro e pelo Tribunal Regional Federal e ficou fora do pleito eleitoral. Então, o que nós temos hoje é resultado de uma mentira.

Eu gostaria de saber o que motivou a divulgação dos diálogos da "Vaza-Jato", em 2019, o que há nos diálogos da "Vaza-Jato" que levou o Ministro Edson Fachin a mudar de posição. Acho que é muito difícil entender essa mudança de posição do Ministro...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 249/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:36

Publ.: DCD - 09/03/2021 --MERLONG SOLANO-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas e às mulheres brasileiras, em especial às do Estado do Piauí, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elevação do número de mortes por coronavírus, agravamento do desemprego e reajuste nos preços de alimentos de combustíveis no País. Repúdio à proposta de criação do novo auxílio emergencial no valor de 250 reais, apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Compromisso prioritário do Presidente da República com o sistema bancário, em detrimento do atendimento às necessidades e anseios da população brasileira. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste Dia Internacional da Mulher, envio um abraço especial às Deputadas e às mulheres do Brasil, em especial do meu Piauí.

Sr. Presidente, a crise brasileira vive o seu pior momento: aumenta o número de mortes, assim como o desemprego e o preço dos alimentos e dos combustíveis. Diante deste quadro, o Governo Bolsonaro apresenta um plano que denomino, que chamo de "Plano Caldo de Peteca". Ele quer enfrentar a fome do nosso povo e a crise social com um auxílio emergencial de cerca de 200 reais e, de outro lado, quer fazer um ajuste fiscal, para reduzir as despesas do setor público.

Apresenta, para isso, o falso argumento de que a dívida pública brasileira não pode ser ampliada, para custear maiores despesas. Os dados não mostram isso. É fato que a dívida cresceu, mas ela é bem menor do que a dívida de outros inúmeros países. Terminamos o ano de 2020 com a dívida pública bruta brasileira em 89%; os Estados Unidos terminaram com ela em 100%; o Japão, em 260%; a Itália, em 166%. Apesar disso, os Estados Unidos acabaram de aprovar um plano que, em reais, corresponde a 10 trilhões e 800 bilhões de reais, enquanto, aqui no Brasil, o Governo Bolsonaro apresenta um plano de apenas 44 bilhões de reais, ou seja, equivalente a 4% do plano dos Estados Unidos.

Onde está a diferença, Sr. Presidente, colegas Deputados? Os Estados Unidos vão financiar o seu plano com dívida pública. O Brasil pode também financiar um plano mais robusto com dívida pública. A experiência internacional mostra que, nos momentos de crise, o governo tem que seguir adiante, mostrar o rumo, ampliar seus investimentos, para enfrentar a crise social e fazer a economia crescer. Então, Sr. Presidente, a diferença está mesmo é no compromisso do governo. O compromisso do Governo americano, neste momento, é com o seu povo. Aqui no Brasil, o compromisso prioritário continua sendo com os bancos.

Diante disso, esta Casa, mais uma vez, é chamada a demonstrar o seu compromisso com o Brasil, o seu compromisso com o povo brasileiro e a fazer o que for necessário para aprovar o auxílio emergencial de 600 reais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado pelas redes de comunicação desta Casa.

Documento 250/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 09/03/2021 --AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras, em nome da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Reação do mercado financeiro contra a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao combate à epidemia de coronavírus e à retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Resistência do Presidente da República à retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente cumprimentar e parabenizar as mulheres lutadoras deste País, em especial a primeira Presidenta da República, Dilma Rousseff, mulher que tem uma história de lutas e fez parte de uma trama política para ser retirada, de forma forçada, da Presidência da República.

Então, deixo o nosso abraço a todas as mulheres lutadoras deste País, por meio da Presidenta Dilma.

Quero falar também sobre a decisão do Ministro Fachin - decisão tardia, é bom que se diga. Fica a pergunta para o Judiciário brasileiro: por que deixou ir tão longe essa farsa? Por que não permitiu ao Presidente Lula ser candidato nas eleições passadas? Mas eu quero parabenizar Lula, que sempre disse: "*Eu, por mais que tarde, acredito na Justiça e vou provar a minha inocência*". E a decisão do Ministro Fachin também recupera a imagem abalada do Judiciário brasileiro, mundialmente e junto à opinião pública do País. Não era de se esperar outra coisa.

Eu estava assistindo, aqui, aos noticiários de televisão dizerem que o mercado financeiro não gostou da decisão de Fachin. É o mesmo mercado financeiro que financiou o golpe, que não vai gostar nunca de ter um Presidente da República que coloque o povo no orçamento, que fez o limite dos gastos, que financiou politicamente essa briga. É o mercado financeiro que agora está junto ao atual Presidente da República, que é um desastre, um fracasso no combate à pandemia, na economia, em tudo; que não quer aprovar de forma desvinculada um auxílio emergencial de 600 reais e propõe, aqui, o fim do aumento dos salários, o fim dos novos contratos e concurso...

(Desligamento automático do microfone.)

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, em especial às profissionais da saúde envolvidas na luta contra a Covid-19, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.
Defesa de concessão do auxílio emergencial em 8 parcelas de 500 reais.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje, no Dia Internacional da Mulher, nesta data especial, queremos registrar a nossa homenagem e o nosso respeito às mulheres, que, com todo o merecimento, vão conquistando cada vez mais espaços na sociedade. E, em particular, quero fazer referência às mulheres profissionais da área de saúde, que estão na linha de frente, na ponta, no campo de batalha contra a COVID-19.

Aqui em Guanambi, no teatro, no hospital municipal, no hospital regional, nas unidades municipais e em toda a região, essas guerreiras, que são na maioria mães de família, mesmo tendo que enfrentar dupla jornada de trabalho em casa, com cansaço físico e mental, não baixam a guarda.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, por se dedicarem e por cuidarem daqueles que superlotam os leitos de UTI de COVID-19, elas merecem, portanto, essa homenagem, que registro como reconhecimento neste Dia Internacional da Mulher. E eu o faço em nome de todas as profissionais de saúde de Guanambi, da região sudoeste da Bahia e do Brasil.

Quero aqui também, Presidente, dizer que sou a favor, urgentemente, da prorrogação do auxílio emergencial em 8 parcelas de 500 reais. E por que em 8 parcelas de 500 reais? Porque em 4 parcelas ainda não terá acabado a pandemia. Já se viu que a vacinação vai levar todo o ano de 2021, e as 8 parcelas chegarão até o mês de outubro, quando, com fé em Deus, a nossa população estará em torno de 60% ou 70% vacinada. Aí, sim, ela poderá voltar a trabalhar, retomar o caminho de desenvolvimento do País. Isto é o importante: as 8 parcelas, para dar suporte e garantir sustento a essas famílias que estão vulneráveis neste momento.

Presidente, quero agradecer a V.Exa. e cumprimentar, a seu lado, o meu colega Reinhold Stephanes Junior, a quem mando um grande abraço. Gostaria também de dizer aos colegas que logo estaremos aí.

Solicito a V.Exa. que o nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.



Documento 252/1.178

11.2021.B-Sessão Outro Evento-08/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Repúdio ao autoritarismo e à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Aquisição, por filho do Presidente da República, de mansão por preço incompatível com os seus rendimentos. Alcance da marca de 270 mil mortes no País provocadas pela Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Hoje, dia 8 de março, nós lembramos a luta das mulheres no mundo inteiro e das mulheres brasileiras.

Nós pulsamos o exemplo de Dandara, o exemplo de Margarida Alves, o exemplo de Marielle Franco e de tantas mulheres que ousaram romper a lógica patriarcal e a lógica de nos considerarem desumanizadas do ponto de vista simbólico. E essa desumanização simbólica sempre antecede a desumanização literal.

Por isso, neste dia, nós lembramos a primeira mulher a presidir este País, vítima de um golpe que não ficou ensimesmado e foi corroendo o tecido do Estado Democrático de Direito.

E lembramos a luta da Governadora Fátima Bezerra, mulher que se caracteriza pela defesa intransigente deste País, para que ele possa, enfim, acolher o seu povo. E para que ele possa acolher o seu povo, é preciso romper a lógica que está na Presidência da República: esse peito estufado de autoritarismo, esse peito estufado de negacionismo, com ausência de empatia diante da dor do povo brasileiro, esse peito que ostenta uma faixa presidencial que tem desrespeitado o Brasil todos os dias.

Esse Presidente da República disse: *"Tem idiota que diz 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe!"* É esse mesmo que falou em frescura, em parar de chorar, em mi-mi-mi. Bom, o mi-mi-mi que temos de eliminar é o mi-mi-mi das milícias que esse Governo estimula; é o mi-mi-mi da miséria que voltou a existir neste País; é o mi-mi-mi de milhões de reais que foram objeto da compra de uma mansão pelo filho do Presidente da República, sem corresponder à própria renda.



Nós precisamos ter o Brasil de volta, não esse Brasil que faz vexame ao seu povo com a delegação que foi a Israel e ali achou que poderia continuar sem máscara, pisoteando a ciência, pisoteando a democracia, pisoteando o povo. São quase 270 mil mortos no Brasil, são brasileiros e brasileiras que são amor de alguém. Todo mundo que parte é amor de alguém.

Portanto, estamos aqui para dizer: governe este País, Presidente da República, com honestidade e olhando para seu povo. Chega de tentar fazer chantagem ao apresentar uma proposta de emenda constitucional que, em verdade, é para retirar direitos e desconstruir o Estado, e não para dar auxílio emergencial.

E, definitivamente, que se faça justiça a Lula!

Documento 253/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elevação dos índices de violência contra a mulher no Estado do Amazonas. Necessidade de alteração, pela Casa, da legislação de amparo às mulheres. Reformulação do parecer às Emendas de Plenário apresentadas à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiro gostaria de dizer que é uma honra proferir este parecer sob sua Presidência, num dia tão especial para o nosso País, que é o Dia Internacional da Mulher.

Antes de começar o meu parecer, quero fazer minha homenagem a todas as mulheres do nosso País, dizer do nosso compromisso de lutar pela defesa das mulheres, principalmente das que são vitimizadas pela violência doméstica.

Nesta pandemia, no Amazonas, houve aumento de 34% dos casos de violência contra a mulher. Não dá para aceitar isso.

Esta Casa tem a responsabilidade de modificar a legislação, para que haja uma legislação eficiente e dura contra esses criminosos, contra esses covardes. Quem bate em mulher é covarde. Nós não podemos aceitar esse

comportamento. Tem que haver pena dura mesmo. Eles têm que ir para a cadeia. Não dá para aliviar.

Então, aqui fica a minha homenagem e o meu respeito a todas as mulheres do nosso País.

Nobres Deputados, depois de várias discussões com os Líderes e vários Deputados, nós reformulamos o nosso parecer. Uma emenda global vai acolher emendas de Plenário já citadas. Nós já temos em torno de dez destaques. Alguns desses destaques estão sendo aceitos de maneira parcial neste novo parecer.

Quais são as mudanças? A primeira delas é que vamos ampliar a margem consignável de 5% até o dia 31 de dezembro de 2021. É o tempo em que o mercado se ajusta. Vamos trabalhar com contrato separado. Esses 5% são emergenciais, para que o aposentado e o servidor não fiquem negativados neste momento de pandemia.

Nós trabalhamos com a suspensão dos consignados, que é um pleito de diversos Deputados. Vou citar alguns Parlamentares, por justiça, por terem ajudado a construir este novo parecer. Cito o Deputado Ricardo Silva, o Deputado Orlando Silva, que nos ajudou a incluir essa medida na MP 936. É um Deputado importante nesse processo. Menciono ainda o Deputado André Figueiredo, do PDT; o Deputado Júlio Cesar, do Republicanos; os Senadores Esperidião Amin e Paulo Paim, os Deputados Léo Moraes e Milton Vieira e o Deputado Jesus Sérgio, que foi um grande guerreiro também nesse aumento dos 5% da margem do consignável.

Vamos ao resumo dessas mudanças. A primeira mudança vai até 31 de dezembro de 2021. Continua ainda a inclusão de novos servidores, servidores estaduais, municipais, federais, ativos e inativos das Forças Armadas.

Atendendo a um pedido da COBAP e de outras associações, nós prorrogamos por 2 anos o período do cadastramento, 1 ano já está expresso na lei e mais 1 ano fica a critério do INSS, para realizar o acompanhamento e verificar se as associações estão fazendo a tarefa de casa.

Quanto à suspensão dos consignados, nós construímos um texto possível. Sabemos que o momento é muito difícil. Muitos aposentados estão passando necessidades, porque os seus custos aumentaram. Porém, o Estado não pode interferir diretamente no mercado privado. Causaria uma insegurança jurídica muito grande. Logo, nós nos reunimos com várias associações de aposentados, com o INSS, com o Governo, com a FEBRABAN, com a ABBC e construímos um texto aceitável e possível que faculta a concessão de carência de até 120 dias para as novas operações de consignado, bem como para as que já tenham sido firmadas antes da entrada em vigor dessa lei, mantida, em qualquer dos casos, a incidência, durante o período de carência, dos juros já firmados em contratos.

Então, nós conseguimos um texto possível na suspensão dos consignados, uma carência para novos contratos e uma suspensão para contratos antigos, mantendo os juros já firmados em contratos.

Já há uma nota da FEBRABAN e da ABBC em apoio a esse novo artigo. Os grandes bancos não vão ter dificuldade de fazer essa suspensão, de fazer essa carência. Talvez os bancos menores, devido ao fluxo de caixa ser menor, como pensões complementares que também podem fazer esse empréstimo consignado, só que eles não têm grande fluxo de caixa. Se se suspender de maneira obrigatória, ele pode quebrar até a instituição. Isso seria ruim até para os servidores e para os aposentados. Esse texto, portanto, representa uma medida responsável.

Nós avançamos na questão do INSS. Mantivemos o art. 6º, que contém uma medida revolucionária. Temporariamente, na pandemia, os peritos vão poder atender de maneira remota no que se refere ao auxílio-doença. Existem filas intermináveis. No Amazonas, há 6% apenas de cobertura do INSS. Com as medidas deste relatório, o perito poderá atender de maneira remota, vai ser possível deslocar agentes de um Estado para outro a fim de que se atendam as demandas reprimidas. Isso representa eficiência do Estado. Trata-se de um programa especial do INSS para atender à nossa população neste período de pandemia, num momento em que várias agências estão fechadas.

"II - Voto do Relator

Após amplo diálogo com os Líderes partidários, decidi acolher parcialmente as Emendas nºs 2, 4, 5, 7, 8 e 9, que tratam da suspensão das obrigações contratadas em operações de crédito consignado.

Isso levou à inclusão de um novo art. 4º na proposição a ser votada. Esse novo dispositivo estabelece um prazo de carência de 120 dias que poderá ser concedido tanto para novas operações quanto para as já firmadas, que também poderão ser renegociadas. Buscamos construir uma solução que beneficie diretamente muitos consumidores sem correr o risco de, em vez de aumentar o crédito consignado, desestimular a sua concessão.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária (...) de todas as emendas de Plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 2, 4, 5, 7, 8 e 9, na forma da subemenda substitutiva global ao PLV em anexo, e pela rejeição das demais emendas de Plenário com apoio regimental."

É o voto, Sra. Presidente.

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Flávia Arruda. Ocupação, pelo Brasil, do 5º lugar no ranking mundial do feminicídio. Escalada da violência sexual e obstétrica contra a mulher brasileira, notadamente contra as negras. Luta das mulheres chefes de família para obtenção do auxílio emergencial. Relevância da luta empreendida por Luísa Mahin, Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela e Marielle Franco.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Estava chorando à beça aqui, Deputada Flávia. *(Risos.)*

O PSOL orienta "sim".

Quero saudar V.Exa. na Presidência, Deputada Flávia, e aproveitar a data de hoje, que é um dia muito importante para nós, mulheres, nós, mulheres negras, nós, mulheres mães. É um dia de luta, mas é um dia também de denúncia de um País que ainda é o quinto país com o maior índice de feminicídio do mundo, de um País em que ao menos 60 mil mulheres são vítimas de violência sexual, em que a violência obstétrica e a mortalidade materna, que são negras, ainda são um imperativo no Brasil, um País que ainda tem mulheres trans assassinadas, mulheres negras que perdem os seus filhos vitimados pelo Estado, um País em que mulheres chefe de família ainda têm que lutar pelo auxílio emergencial.

É um dia de denúncia, mas um dia também de anúncio - eu peço 10 segundinhos para concluir, Deputada Flávia Arruda - de uma resistência de tantas que vieram antes de nós, a resistência na figura de Luísa Mahin, de Dandara, de Tereza de Benguela e, por fim, de Marielle Franco, executada em um crime político há mais de 3 anos sem resposta. Portanto, merecem a nossa homenagem neste dia em que...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - Vou reabrir o microfone, Deputada Talíria, para que possa concluir. O microfone é cortado automaticamente. Peço que conclua.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Eu já vou concluir.

Só queria concluir dizendo que nós queremos seguir fazendo política livres e vivas, e fiz isso ao homenagear Marielle Franco.

Obrigada, Presidenta.

Um abraço.

Documento 255/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:12

Publ.: DCD - 09/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Impacto da crise sanitária sobre a vida da mulher brasileira, em especial sobre pobres e negras. Afloramento da desigualdade de gênero durante a crise provocada pela Covid-19. Aumento do desemprego e da incidência de transtornos mentais entre as mulheres durante a epidemia de coronavírus. Escalada do crime de feminicídio no País. Enfrentamento de discriminações históricas contra as mulheres, evidenciadas em tempo de epidemia.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada Flávia Arruda.

Eu queria, neste tempo de Liderança, dizer que orientamos "sim" à matéria. Mas preciso usar este tempo também para falar um pouco sobre como está a vida de nós mulheres, em especial mulheres negras e periféricas deste Brasil de proporções continentais, neste momento de pandemia.

Eu sou uma mulher feminista. Nós mulheres feministas queríamos estar, como em todos os anos, nas ruas neste momento. Infelizmente, isso não é possível, porque a nossa maior missão é tentar garantir o necessário isolamento para que possamos seguir vivas. Nós nos queremos vivas, num Brasil com mais de

265 mil pessoas mortas. Isso nos convida a refletir sobre o quanto a pandemia e este momento de crise civilizatória - por que não dizer? - no nosso País impactam profundamente a vida de nós mulheres.

A pandemia escrachou o que é a realidade da mulher brasileira. Nós estamos na linha de frente quando falamos no enfrentamento à COVID. Deputada Flávia, 70% dos profissionais da saúde - enfermeiros, técnicos de enfermagem - são mulheres. É assim também com os profissionais da educação. Nós estamos na linha de frente, Deputadas e Deputados, quando falamos de cuidado. Nós queremos outro horizonte, mas infelizmente ainda há uma brutal desigualdade entre homens e mulheres, quando falamos de quem leva o filho à creche; quando falamos de quem leva os idosos ao hospital; quando faltam leitos; quando, na maioria das capitais brasileiras, há gente esperando por oxigênio para seguir vivo. Além de haver, ali na ponta, uma enfermeira, normalmente negra, normalmente com o salário defasado, há também uma mulher que vai levar esse idoso ao SUS. É também essa mulher que volta para casa para reorganizar as famílias, chorando a morte dos seus entes queridos. Com as escolas fechadas, com as creches fechadas, é uma mulher que tem se virar com o seu filho, com a sua filha. Muitas vezes, é necessário deixar esse filho com alguém: com um filho mais velho, com uma vizinha. Falamos isso pensando num País em que os filhos das mulheres negras são mortos sistematicamente pelas balas de fuzil do Estado. Falamos isso pensando nessa criança, nesse bebê, nesse filho dessa mulher que está na favela, na periferia, que vai trabalhar como trabalhadora doméstica, na casa da elite brasileira, e vai ser vítima também da bala de fuzil do Estado.

Estamos na linha de frente quando pensamos no trabalho precário. A primeira pessoa morta por esta tragédia que estamos enfrentando no Brasil foi uma trabalhadora doméstica negra, periférica, que é a cara da dor, mas também da resistência de nós mulheres no Brasil.

A pandemia escracha, sim, as desigualdades a que estamos submetidas historicamente. Esta não é apenas uma questão conjuntural. O nível de mulheres empregadas no Brasil caiu e se encontra como há 30 anos.

Aumentou em ao menos 30% a incidência de transtornos mentais que acometem a nós mulheres.

O que estão fazendo, Deputada Flávia Arruda, as 11 milhões de mulheres mães solo, normalmente pobres e negras no Brasil, que estão tentando sustentar suas famílias sem auxílio emergencial - sem auxílio emergencial! - em um cenário trágico? Como estão as vítimas de feminicídio? O feminicídio cresce exponencialmente. Sabemos bem que, normalmente, quem mata a mulher é quem está no lar com ela. No momento de isolamento social, somos nós mulheres, confinadas nos nossos lares, que estamos morrendo nas mãos dos nossos companheiros, maridos, ex-maridos, namorados.

Termino, Deputada Flávia Arruda, dizendo que precisamos denunciar todo esse quadro e anunciar a resistência de tantas mulheres que abriram caminhos

antes de nós, por licença-maternidade, por licença parental, por licença-paternidade, para a divisão do cuidado, por justiça para que nós possamos ocupar a política vivas.

Eu quero me lembrar aqui de Marielle Franco, executada com tiros, a partir de um crime político. Precisamos exaltar a resistência, para que possamos estar vivas, livres, ocupando espaços de poder. Se nós não estamos representadas e somos expurgadas por sermos mães, por sermos defensoras de direitos...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - Deputada Talíria, desculpe-me, mas o microfone está sendo desligado automaticamente.

Peço a V.Exa. que conclua, por favor.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Neste momento em que todas essas questões se concretizam no corpo de nós mulheres, eu acho que o recado talvez seja: temos que estar cada vez mais neste espaço, para que possamos representar as mulheres com a nossa voz, o nosso corpo, a nossa história, a fim de enfrentar tantas desigualdades históricas que se evidenciam nesse tempo de pandemia.

Viva a luta das mulheres! Seguiremos em luta até que todo corpo seja livre!

Obrigada.

Documento 256/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 09/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Impacto da crise sanitária sobre a mulher brasileira. Afloramento das desigualdades sociais, raciais e de gênero durante a epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, é um prazer tê-la na Presidência da Mesa nesta sessão e poder encaminhar o voto "sim" do PSB nesta votação.

Agradeço ao Líder Danilo Cabral a oportunidade de falar no Dia Internacional da Mulher, em nome da Deputada Liziane Bayer, em nome da Deputada Rosana Valle, representando a nossa bancada.

O dia 8 de março é um dia de luta, um dia marcado pela luta das operárias têxteis que reivindicavam as 40 horas de trabalho semanais. Essa luta, marcada pela morte de todas elas, pelo assassinato, é também reconhecida no Congresso Internacional Socialista e, a partir daí, torna-se o Dia Internacional da Mulher. É dia de luta, dia de reafirmação de compromissos, dia de dizer que nós estamos sendo profundamente afetadas. Somos as mais afetadas pela pandemia no Brasil.

Pandemia que revelou as desigualdades sociais, raciais e de gênero a todo o País. Este Brasil tão desigual, onde as mulheres são a base da pirâmide salarial, e as mulheres negras são mais empobrecidas e discriminadas ainda. Este Brasil, em que estamos na frente e à frente da luta pela vida, como profissionais de saúde - mais de 70% são mulheres lutando pela vida no enfrentamento da COVID -, mas também lutando pela vida para garantir a sobrevivência de nossas famílias - há mais de 45% de mulheres mães chefes de família no Brasil.

Portanto, nós não podemos deixar de dizer que a luta da mulher neste 8 de Março tem que ser a luta pelo auxílio emergencial já, de 600 reais, para que possamos sustentar as famílias necessitadas deste País; a luta pela vacina já, para que possamos dar prosseguimento à luta pela vida no combate à COVID-19; a luta para que possamos ter direito à vida sem a violência contra a mulher, que cresceu durante a pandemia nos lares brasileiros; a luta contra a violência às crianças, aos idosos, em que também somos maioria. Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a luta de afirmação das mulheres é uma luta pela vida.

Viva o 8 de Março, e a luta das mulheres brasileiras e baianas, já que falo da Bahia, pela vida, pelo auxílio emergencial, pela vacina já, por um Brasil democrático, por um Brasil menos desigual!

Documento 257/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:32

Publ.: DCD - 09/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMISSÃO GERAL

DISCURSO

Sumário

Homenagem a Deputadas Federais, assessoras, servidoras da Casa e à ex-Presidenta Dilma Rousseff, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração pela oradora da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Ações promovidas pelos governos petistas em prol da mulher. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Dificuldades, discriminações e assédio enfrentados pelas mulheres no País, especialmente pelas pobres e negras. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta Flávia, é um prazer vê-la nesta noite dirigindo os trabalhos na Presidência desta Casa. Ao mesmo tempo, agradeço ao meu Líder, o Deputado Bohn Gass, e cumprimento as minhas companheiras Parlamentares Erika Kokay, Rosa Neide, Maria do Rosário, Gleisi Hoffmann, Marília Arraes, Natália Bonavides, Rejane Dias, Luizianne e todas as demais Parlamentares, assim como as servidoras desta Casa, dos nossos Gabinetes, as assistentes de plenário e todas as assessoras mulheres que têm nos acompanhado nesta Casa.

Eu quero, neste momento, também utilizar o 8 de Março para denunciar as injustiças e as desigualdades contra as mulheres. Essa data também é para isso, e ela não teria melhor sentido do que hoje, quando nós estamos celebrando a decisão do Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal.

Neste momento, eu quero somar a esses nomes das Deputadas o nome da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Prestamos essa homenagem no dia de hoje também a ela, uma mulher que foi golpeada, uma mulher justa, uma mulher descente, uma mulher de que todos nós conhecemos a competência e a capacidade. Ela não foi pura e simplesmente alguma coisa que caiu de algum lugar e foi colocada na Presidência da República. Ela tem um histórico, ela tem uma vida descente e ela soube como ninguém prestigiar não somente o Brasil mas também todas nós mulheres.

Foi exatamente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no Governo de Dilma Rousseff que vimos as decisões tomadas em favor das mulheres. Neste 8 de Março, eu posso citar o nome de um homem, Luiz Inácio Lula da Silva, porque ele, como Presidente da República, colocou como sua sucessora a primeira mulher Presidenta deste Brasil.

Deputada Flávia, que está hoje presidindo esta sessão de homenagem, quero dizer que, para homenagear as mulheres hoje na pandemia, é preciso entender quais são os interesses econômicos que fazem com que a PEC 186/19 retire

direitos dos servidores públicos, retire direitos dos trabalhadores e principalmente das trabalhadoras. Onde estão essas mulheres servidoras públicas? A maioria delas está na saúde e na educação. Essas mulheres são médicas e estão enfrentando a pandemia.

Este é um dia também para denunciar. Tivemos avanços? Tivemos. Fizemos algumas coisas? Fizemos. Mas o povo brasileiro sabe perfeitamente que ele sofre neste momento, principalmente as mulheres negras. As mulheres que estão no Executivo sofrem também, como sofreu a Dilma Rousseff. As mulheres vêm sofrendo assédio. Há sofrimento das mulheres na favela, na periferia. Há mulheres que não têm o que comer e o que dar a seus filhos. Elas não têm comida, o alimento é caro. O auxílio emergencial, que é emergencial, não está chegando. Algumas que estavam recebendo esse auxílio já estão há 2 meses sem recebê-lo. A melhor homenagem que se pode fazer neste momento às mulheres - principalmente à mulher negra, pobre e desempregada - é conceder o auxílio emergencial de 600 reais, é fazer chegar a vacina para que todas elas possam se vacinar. O Brasil já estava econômica e socialmente aprofundado na maior desigualdade. Não é o auxílio emergencial que vai prejudicar a economia do Brasil.

Nós estamos num isolamento social necessário. Não se trata de mi-mi-mi, muito menos de uma gripezinha. São 265 mil famílias que estão chorando, que deixaram seus sonhos para trás. Seus sonhos não foram realizados. Homens e mulheres jovens pretendiam viver. Essas pessoas que ainda estão em isolamento social - e não há condições de não estarem neste momento, porque está havendo mais contaminação - precisam do auxílio, principalmente as mulheres que estão desempregadas e as que têm que ficar em casa para tomarem conta dos seus filhos, já que as escolas estão fechadas. Além delas, há também as professoras, que têm que ter uma tripla jornada de trabalho, as enfermeiras e todo o corpo de saúde. Todos eles estão sofrendo com essa política nefasta do Governo Bolsonaro.

Então, nós devemos deixar assim porque somos mulheres, porque é a comemoração do Dia Internacional da Mulher? Aquelas mulheres morreram queimadas para que elas pudessem ter um jornada de trabalho. Era isso o que elas estavam pedindo. E agora as mulheres estão sendo assassinadas. Está havendo um genocídio, não chegam vacinas, não chega o auxílio emergencial, não há emprego. Elas estão dormindo na calçada. É feminicídio, é tortura, é morte, é cárcere privado, é depressão, em criança e em adulto, é suicídio. Tudo isso está acontecendo no nosso País.

Por isso, Sras. Parlamentares, hoje é, sim, um dia de denúncia. Hoje é, sim, o Dia Internacional da Mulher, mas é também o dia em que vamos dizer, alto e bom som: *"Nós queremos auxílio emergencial já! Nós queremos vacina já! Nós trabalhamos e estamos aqui defendendo uma bandeira, a bandeira da vida. Nós defendemos a vida e sabemos que Deus veio para nos dar vida, e vida em abundância. Nenhum homem e nenhuma mulher terão o direito de retirar de nós o pão nosso de cada dia"*.

Viva o Dia Internacional da Mulher!

Viva Lula livre!

Peço que publiquem o meu pronunciamento nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 258/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:40

Publ.: DCD - 09/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministro da Saúde por inclusão das polícias no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. Contrariedade à retirada de direitos dos servidores públicos, em especial de policiais, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apelo à Casa de revisão do texto da proposição aprovada pelo Senado Federal em primeiro turno.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, cumprimento todas as mulheres.

Também quero fazer aqui dois registros e dois apelos. O primeiro registro é da indignação dos policiais do Brasil inteiro com a política, com a previsão de vacinação. O Programa Nacional de Imunizações colocou os policiais junto com os presidiários na prioridade para serem vacinados.

Nós defendemos a vacina para todos, mas não podemos concordar que o Ministério da Saúde, por falta de vacina para todos, ao estabelecer as prioridades, não tenha reconhecido o papel dos policiais. E eu diria que dos policiais militares de forma especial. Por quê?

Dos policiais militares de Minas Gerais, nada menos do que 15% de todo o efetivo já foram contaminados pela COVID. E por que eles estão sendo contaminados? Porque não têm direito a *home office*. Assim como a saúde, eles não têm alternativa. Os policiais militares, os policiais penais, os policiais civis e os bombeiros militares não têm a alternativa do *home office*. Portanto, são obrigados a trabalhar.



Nós fazemos um apelo para que o Ministro da Saúde possa reconhecer a reorganizar essa prioridade, colocando os policiais no mesmo nível de prioridade dos profissionais de saúde. Temos clareza de que toda a população precisa, merece e deve ser priorizada por todos nós e pelo Governo para ser vacinada.

Porém, não havendo vacina para todos, cabe ao Ministério da Saúde, ao Governo Federal, através do SUS, estabelecer a prioridade. Peço que se reconheça o papel que o Estado impõe aos policiais. Os policiais não têm a opção do *home office*. Eles são escalados todos os dias. Os dados de Minas Gerais representam a média nacional.

Portanto, faço esse apelo à bancada dos Deputados militares, que já formalizou, oficializou o Ministério da Saúde para que reconheça esse papel e dê aos policiais a mesma relação de igualdade e de importância dos profissionais de saúde, ou seja, daqueles dos quais o Estado exige a presença e reconhece o papel imprescindível e intransferível.

Assim como o Estado não pode terceirizar, neste momento, a saúde, os trabalhadores da saúde, também não pode terceirizar a segurança pública, que é seu dever constitucional.

E, se é dever constitucional do Estado, vamos cumpri-lo! São profissionais, são responsáveis, mas é preciso reconhecer que o risco, neste momento, é também para atender uma demanda do Estado, é para atender uma demanda causada pela calamidade. Portanto, esperamos que o Ministério da Saúde reconheça essa prioridade.

O segundo apelo, Presidente, que fazemos a este Plenário diz respeito à PEC Emergencial. Mais uma vez, o Ministério da Economia quer fazer superávit, quer fazer caixa em cima dos servidores públicos e em cima dos policiais. Nós já pagamos esse preço com a reforma da Previdência; nós já pagamos esse preço com o PLP 39/20; nós já pagamos esse preço com o PLP 101/20, que foi votado no final do ano passado; e, agora, vamos novamente pagar esse preço com a PEC Emergencial.

Na verdade, o nome "emergencial" nem tem a ver com a pandemia, porque a PEC é de 2019, é anterior à pandemia, e nós caímos nessa narrativa de que ela é emergencial por conta da pandemia. Nós precisamos, inclusive, denunciar essa narrativa.

Não é possível que, mais uma vez, esses trabalhadores que não têm direito a optar por ir para casa e fazer *home office* sejam prejudicados por essa insistência do Ministério da Economia em impedir sua progressão na carreira, por exemplo.

Nós, em Minas Gerais, passamos por isso, mas esta que eu trago aqui é uma realidade dos policiais do Brasil inteiro, e de todos os policiais: policiais federais, policiais civis, policiais penais, socioeducativos, bombeiros militares,

rodoviários federais. Todos estão na mesma luta para tentar sensibilizar esta Casa, especificamente a Câmara, neste momento, para que reconheça que não é justo nós cobrarmos essa conta de novo desses profissionais que estão cumprindo seu papel, estão cumprindo sua parte nessa missão importante neste momento.

Então, não faz sentido que nós, através da PEC 186/19, sangremos de novo todos os servidores e os da segurança pública, de forma especial.

Portanto, fazemos este apelo para que a Câmara reveja a matéria, para que o Relator possa ser sensível e rever a posição que veio do Senado, a fim de que nós possamos modificar essa PEC aqui na Câmara.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 259/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:52

Publ.: DCD - 09/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Solicitação à Presidência de votação dos Projetos de Lei de nºs 2.442, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista ao estabelecimento do tempo de validade e à realização, por via eletrônica, de pedidos médicos para os exames de pré-natal; e 5.096, de 2020, acerca da alteração do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), com vista à garantia de proteção às vítimas de agressão sexual durante audiência de instrução processual. Decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, a Minoria tem que liberar a bancada, porque há posições diferentes entre seus partidos. Vimos a Deputada Rejane se pronunciando.

Quero aproveitar para pedir, pela Minoria, Presidente, que, se possível, depois da MP, entrem na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, de autoria da Deputada Jandira Feghali; e o Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, de autoria da Deputada Lídice da Mata, que tem pensado o Projeto de Lei nº 5.238, de

2020, de autoria da Deputada Erika Kokay. São projetos que dizem respeito a temas relacionados à luta das mulheres.

Por último, sem falar pela Minoria, quero registrar que a decisão do Ministro Fachin pôs de volta o processo das investigações e do juízo do Juiz Moro no foro original, no foro natural. Curitiba não é foro natural para alguém que tem sede política em Brasília ou que praticou ações no Guarujá, se as investigações estão no Guarujá ou em outro Município de São Paulo.

Sobre o que disseram muitos Parlamentares que estão preocupados com as eleições de 2022, esse é um fato; é o juiz natural. Moro fraudou o processo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 260/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-19:52

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples, apresentados à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Vinculação entre a postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro e o alcance da marca de 270 mil mortes no País em decorrência da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, a Oposição vai liberar a bancada, mas é importante que nós possamos, com esta medida provisória, discutir a suspensão do pagamento dos empréstimos que já estão em curso.

É importante que nós possamos pontuar que se fez justiça para Lula. Fez-se justiça!

Não a justiça completa, porque Lula sofreu as agruras de um processo que foi construído com a intenção de puni-lo, com a intenção de determinar o resultado eleitoral.

Nós tivemos, no Brasil, a eleição fraudada em 2014, com o golpe contra a Dilma, e tivemos novamente a eleição fraudada quando se prendeu Lula para que se obtivesse outro resultado eleitoral. Eles, que não conseguiam disputar as suas ideias nas urnas, utilizaram-se das togas - as togas rotas, as togas sem dignidade -, ferindo qualquer processo legal.

Portanto, acho muito, muito, muito triste que haja pessoas que veem tristeza nisso e que não sentem tristeza com as quase 270 mil mortes no País causadas pela COVID e pela incompetência de Bolsonaro.

Documento 261/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-20:24

Publ.: DCD - 09/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma à Secretária Municipal de Mulheres do PT de Porto Alegre, Michele Sandri, falecida em decorrência da Covid-19.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, eu pedi a palavra para falar por 1 minuto para abraçar todas as mulheres brasileiras, todas as mulheres que lutam todos os dias para enfrentar esse momento tão difícil que nós estamos vivendo.

O 8 de março neste ano é dramático. Vivemos uma tragédia humanitária. E quero registrar a minha solidariedade a todas na pessoa de uma querida companheira que perdemos hoje. Faleceu nesta madrugada Michele Sandri, com 44 anos, Secretária Municipal de Mulheres do PT de Porto Alegre, que foi Vice-Presidente do CONDIM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, trabalhou conosco e esteve sempre construindo a defesa dos direitos das mulheres. Deixa uma filha, irmãos, mãe.

Michele Sandri presente sempre pela nossa luta, sempre pela generosidade de olhar para as outras mulheres e nos ajudar a organizar e a ser quem somos. Sou porque somos. Estamos juntas!.

Michele Sandri presente!

Sumário

Necessidade de adoção, pela Mesa Diretora, de medidas em prol da saúde e da vida dos trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, quero apenas informar que nós tivemos uma reunião hoje com várias entidades sindicais e também a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da Câmara para discutir o enfrentamento da pandemia.

Primeiro, causa-nos muita estranheza não se ter possibilitado que as pessoas de risco, as que têm acima de 60 anos e as pessoas que têm comorbidades, possam ser afastadas. Falo dos trabalhadores terceirizados.

Se os Deputados e Deputadas têm a possibilidade de, nesses grupos de risco, terem o funcionamento apenas virtual, por que isso não está sendo dado aos trabalhadores terceirizados, que estão enfrentando a COVID de forma muito intensa? Nós sabemos como aumentou a infecção depois da presença de Parlamentares para eleger a Mesa Diretora.

Nós não temos uma série de coisas. Os EPIs são insuficientes e, ao mesmo tempo, não há a medição de temperatura de todos nem o distanciamento necessário para que tenhamos segurança no local de trabalho.

Nós tivemos o compromisso do Vice-Presidente da Casa, que era Relator da matéria do retorno ao trabalho presencial, de que iria se reunir com essas entidades. Estamos cobrando esse compromisso, para criar...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - Deputada Erika, o microfone desliga automaticamente. V.Exa. passou um pouquinho.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Quero apenas concluir, Presidenta, se V.Exa. me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - Claro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Precisamos que a Câmara seja um local seguro para trabalhar, para que não seja um local onde se coloque em risco a própria vida e a saúde.

Então, estamos cobrando essa reunião com a Mesa Diretora, que foi um compromisso do Vice-Presidente, para criarmos um comitê e, a partir daí, termos as condições de assegurar que não adoeceremos ou que os trabalhadores terceirizados... São 17 mil pessoas que estão na Câmara, 3 mil pessoas circulando diariamente.

É preciso haver uma postura clara em defesa da saúde e da vida das pessoas que constroem o Poder Legislativo.

Documento 263/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 09/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Impacto da epidemia de coronavírus sobre a vida das mulheres no País. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 508, de 2021, a respeito da instituição do auxílio emergencial extraordinário para as populações acrianas em situação de vulnerabilidade, decorrente da dengue hemorrágica, das cheias e da Covid-19. Homenagem póstuma à ex-Primeira-Dama Marisa Letícia Lula da Silva, ao ensejo da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, primeiro quero saudá-la por estar presidindo a sessão de hoje, Dia Internacional da Mulher. É sempre muito bom ver mais e mais mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Em segundo lugar, Sra. Presidente, quero dizer que a pandemia tem sido cruel com as mulheres. A violência doméstica só aumentou, e o nível de desemprego também aumentou muito no Brasil e no mundo. Portanto, as mulheres são as mais prejudicadas.

Eu dediquei toda a minha atenção hoje, neste 8 de março, a duas homenagens. A primeira às mulheres acrianas, que, no meio da água, no meio da alagação, no meio da lama, resistem, persistem e não desistem de lutar por comida e por água para seus filhos e sua família. Elas perderam tudo nessa alagação.

Por isso, insisto para que esta Casa vote o nosso projeto de lei, que pede um auxílio emergencial extraordinário para as populações do Acre que perderam tudo durante esta pandemia. É mais do que justo! Eles precisam reconstruir tudo o que perderam durante esse processo de alagação. Pessoas e famílias que levaram 20 ou 30 anos para comprar o que tinham dentro de casa acabaram perdendo tudo agora.

Eu fiz uma segunda homenagem a Marisa Letícia, exatamente por ter sido uma mulher que morreu de tanta tristeza e dor por ver seu marido, Luiz Inácio Lula da Silva, ser massacrado diariamente, injustamente. E hoje o Ministro Fachin colocou as coisas nos seus devidos lugares.

Nenhuma mulher merece ver seu marido ou seu filho sendo condenado injustamente. Por isso, é muito importante o Lula Livre de hoje, uma homenagem à Marisa Letícia e uma decisão a partir da qual voltamos a acreditar na Justiça brasileira.

Muito obrigada.

Documento 264/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-20:52

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Deputado Vilson da Fetaemg pela atuação em defesa das associações de aposentados. Inserção de proposta do Parlamentar no parecer oferecido pelo orador à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero parabenizar o Deputado Vilson por representar tão bem as associações de aposentados do nosso País.

Esse texto foi construído junto com as associações que fazem parte do Conselho do INSS. Chegou-se a um consenso, de que nós vamos ampliar por 2 anos esse cadastramento: mais 1 ano já está expresso em lei; e outro ano será a pedido do INSS, para verificar se aquela associação está fazendo seu papel, se não está. Entrou-se em consenso com todas as associações do nosso País, principalmente dos aposentados.



Então o texto construído atende, eu acredito, o pedido de V.Exa. em prorrogar por mais 2 anos o recadastramento dos nossos associados da COBAP, da CONTAG e de outras entidades.

Obrigado, Presidente.

Documento 265/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA; e do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista ao estabelecimento do prazo de validade e à realização, por via eletrônica, de pedidos médicos de exames pré-natal.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a orientação já foi dada, mas eu queria falar sobre a proposta da Deputada Jandira Feghali de que nós façamos um esforço para votar hoje por acordo as matérias que estão diretamente ligadas à bancada feminina, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Pelo que estou vendo aqui, são duas matérias: o Requerimento de Urgência nº 163 - e já havia sido feito e encaminhado a V.Exa. um requerimento de inversão de pauta -, que trata da aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA, de autoria da Deputada Elcione Barbalho; e o Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, da Deputada Jandira, que dispõe sobre os pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e dá outras providências.

Quero registrar aqui a concordância com a proposta da Deputada Jandira. Eu acho que seria um gesto importante que faríamos hoje. Então, quero apelar para todos os Líderes e para V.Exa., que está presidindo a sessão, a fim de que façamos esse esforço. Eu sei que esticaremos um pouco o tempo da sessão, mas em acordo votaremos de forma rápida essas duas matérias.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 266/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:12

Publ.: DCD - 09/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 1.267, de 2020, sobre a alteração da Lei 10.714, de 2003, com vista à ampla divulgação do serviço telefônico Disque 180 durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta e demais Deputados, há também o PL 1.267, de minha autoria, cujo texto foi acordado por toda a bancada feminina. Esse PL amplia a difusão do Disque 180, no caso de divulgação em redes de TV de episódios de feminicídio, enquanto perdurar a pandemia.

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. Bloco/PL - DF) - Projeto do qual sou Relatora, com muito prazer, Deputada Talíria.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Exatamente. Era o que ia dizer.

Então, se formos discutir aqui a votação em bloco de alguns projetos, eu gostaria que nos lembrássemos desse, pois já está na pauta há 2 semanas.

Documento 267/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 09/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Deputada Flávia Arruda, que preside a sessão neste dia 8 de março, quero dizer que eu ouvi atentamente as explanações anteriores sobre a emenda do PSB. A emenda do PSOL é parecida, embora ela aumente o prazo de suspensão do pagamento do consignado.

Eu fico chocada com alguns argumentos. O Brasil vive a pior pandemia da nossa história. Nos últimos 10 dias, nós tivemos recordes de mortes. Vivemos uma crise sanitária sem precedentes, que o negacionismo do Bolsonaro potencializa, e uma crise econômica profunda. Inclusive, medidas econômicas anteriores à pandemia, como a PEC do Teto, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, potencializaram a crise econômica. Agora, com a pandemia, o Brasil está numa situação extremamente grave. Com a perda de quatro pontos percentuais no PIB, ele deixou de ser uma das dez maiores economias do mundo. Nós tivemos o quinto aumento do *diesel* e do combustível em menos de 2 meses. Ao mesmo tempo, o povo está pagando caro pelo arroz. O índice de desemprego está batendo recorde, atingindo de maneira desigual o povo, sobretudo as mulheres, as mulheres negras, as mulheres pobres, porque a pandemia também aumenta as vulnerabilidades. Nós estamos vivendo uma situação em que as pessoas não estão conseguindo comprar carne.

Apesar disso tudo, o problema do Brasil é suspender o consignado dos aposentados durante um prazo de carência, coisa que vários países fizeram?! Pelo amor de Deus! Nós temos a farra dos bancos no País: no meio da pandemia, os cinco maiores bancos ganharam 53 bilhões de reais de lucro, de lucro declarado, e mais 325 bilhões de reais de uma dívida pública nunca auditada. Enquanto ocorre a farra dos banqueiros, os bancários sofrem no calvário, pegando, nas longas jornadas, em muitos casos, COVID, porque as agências também têm sido um foco de contaminação.

Ao suspender o pagamento dos consignados, nós estamos garantindo um direito para os aposentados mais pobres, que estão tendo dificuldades de pagar suas contas. E não se trata de uma moratória, mas, sim, de um protelamento do pagamento da dívida, inclusive para que esses aposentados possam viver, possam comprar remédios, possam se alimentar, possam também colocar recursos na economia. Não dá para aceitar essa lógica de "bolsa-banqueiro" que persiste no País.

A nossa emenda segue o intuito do PL 1.328, aprovado em abril, por ampla maioria, no Senado. Infelizmente, esta maioria ultraliberal da Câmara dos Deputados não quer dar direitos aos aposentados nem garantir que os nossos trabalhadores e trabalhadoras saiam desta crise pesadíssima e tenham mais condições de compra. Isso é lamentável. Espero que, no destaque do PSOL, esse placar mude.

Documento 268/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Conveniência de rejeição da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Presidente, permita-me reprimir: no nosso texto, a carência dos novos contratos ou dos contratos já firmados não será de só 90 dias, mas de até 120 dias. Contudo, nós não podemos deixar isso determinado de maneira obrigatória, taxativa. Já temos uma nota da FEBRABAN e uma nota da ABBC em que elas se comprometem com o texto, comprometem-se a ajudar os aposentados, e não só os aposentados, mas todos os servidores.

Se deixarmos isso determinado de maneira obrigatória, estaremos, primeiro, rompendo com a Constituição.

Algumas Assembleias Estaduais já aprovaram isso, e o STF já mostrou que é inconstitucional. Nós vamos atrapalhar o próprio crédito consignado. Nós podemos quebrar empresas pequenas, bancos pequenos de previdência complementar, se eu estabelecer isso de maneira taxativa.

Mas é compromisso nosso lutar pelo aposentado. Então, nós conseguimos construir este acordo com todas as associações. Tanto a ABBC como a FEBRABAN se comprometeram não só com 90 dias, mas com até 120 dias, mantendo os juros já contratados, tanto para os novos contratos como para os já firmados. E quero só deixar claro que o texto já contempla mais do que 90 dias, estabelece até 120 dias.

Documento 269/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 09/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Defesa do tratamento precoce da Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Flávia Arruda.

Nós orientamos "não". Somos contra qualquer tipo de moratória.

Eu quero dizer que negacionistas são aqueles que negam a coisa mais óbvia na saúde pública, que é o tratamento precoce. Eu sou especialista em saúde pública e meio ambiente. Estudo saúde há muitos anos e aprendi que, se você atacar qualquer doença no início, o resultado é muito favorável. Então, negar o tratamento precoce, encher os hospitais, encher as UTIs por falta de tratamento precoce...

Eu defendo o tratamento precoce e a vacina, não somente a vacina, até porque ela está demorando a chegar e nós não sabemos ainda quais serão os efeitos colaterais. Não há nenhum cientista no mundo que comprove isso, como também não há nenhum cientista no mundo que assine qualquer tipo de tratamento, em função de que nós estamos vivendo o momento de uma doença nova.

Estou com 237 estudos, Deputada Flávia, sobre tratamento precoce. Nós podemos evitar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 270/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:44

Publ.: DCD - 09/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 1.721, de 2020, acerca da suspensão da cobrança de financiamentos de veículos automotores contratados pelo FAT-Taxista, durante a vigência do estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB indica o voto "sim". Nós achamos muito justa a proposta do PSOL para que se suspendam os descontos em folha e os descontos de pagamentos através de instituições financeiras.

Falando em desconto de instituições financeiras, queria aproveitar e alertar para a necessidade de que se paute o projeto dos taxistas, para o qual já há inclusive requerimento de urgência, para que nós possamos suspender o desconto do pagamento do táxi adquirido por aquele programa do FAT Taxista. Isso é mais do que justo, pois eles estão com dificuldades de manter o pagamento do financiamento dos seus carros. Então, nesse sentido, eu queria fazer um apelo para que nós possamos pautar o projeto de lei que suspende o pagamento do FAT Taxista.

Documento 271/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:44

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu não consigo entender como alguém diz que defende os aposentados, mas não defende proteção para os idosos ou para as pessoas com deficiência e não permite que haja uma suspensão do pagamento em discussão.

O que nós estamos sugerindo é uma suspensão em um período atípico, um período de emergência. Nós estamos vivenciando uma pandemia, uma crise que faz com que a morte nos espreite nas esquinas e que tem sido estimulada pelo próprio Presidente.

O Presidente da República falou: "*Alguns governantes queriam o direito de comprar vacina. E quem iria pagar? Eu!*", como se fosse ele quem iria pagar, e não o povo brasileiro, que quer se vacinar. Foram prometidas 16 milhões de doses para a semana passada, e não chegaram. Portanto, esse é um Presidente que agudiza a própria crise sanitária.

Nós queremos uma medida para mitigar o sofrimento e possibilitar a suspensão de um crédito que é consignado, portanto, é descontado em folha, tem pouco risco. Mas só se pensa em bancos. Não se pensa no povo brasileiro!

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - A Oposição orienta o voto "sim", não é Deputada?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientamos o voto "sim" à emenda, com certeza.

Documento 272/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 09/03/2021 --GASTÃO VIEIRA-PROS -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres do Estado do Maranhão, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Regozijo com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. GASTÃO VIEIRA (Bloco/PROS - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sra. Presidenta Flávia. Parabéns a V.Exa. por, neste dia tão simbólico, estar presidindo esta reunião da Casa.

Sra. Presidenta, em primeiro lugar, eu quero homenagear as mulheres cujas faces são desconhecidas e que moram no meu Estado do Maranhão. Essa era a minha intenção quando eu pedi o tempo da Liderança para o Líder do meu partido. Nem de longe imaginávamos que o Ministro Fachin iria proferir uma decisão que poderá mudar, e muito, toda a política brasileira daqui para frente.

Por não ter dito ao Líder antes que eu iria abordar esse tema da decisão, eu não o farei. Nosso partido é plural, tem deixado a bancada livre para manifestar a sua vontade. Portanto, eu não me sinto confortável para dar uma opinião sobre essa questão.

Volto, portanto, Sra. Presidenta, às mulheres que eu queria homenagear. São mulheres que quebram coco, que complementam a renda.

Que renda? Uma renda boa? Não! A renda que vem da agricultura do toco, a mais rudimentar agricultura. Porém, todos os dias elas saem de casa. Antes, olham os seus filhos, preparam-nos e os mandam para a escola, em busca nem sempre de uma boa educação, mas, sim - e isto eu afirmo -, em busca de

uma merenda escolar que mate uma etapa da fome, que, às vezes, elas não podem confortar.

Essas mulheres hoje, incrivelmente, são afetadas diretamente pela decisão que o Ministro Fachin tomou. Acho até que é maravilhoso que a decisão do Ministro Fachin tenha caído no Dia da Mulher. Há uma simbologia muito forte juntando esses dois acontecimentos.

Portanto, homenagear essas mulheres no dia de hoje, já sabendo da decisão do Ministro Fachin, é algo que me transpõe a um outro momento. Como essas mulheres vão ficar com essa decisão? Vamos continuar no populismo? Vamos aumentar o atendimento aos pobres? Vamos negligenciar a pandemia? Vamos ter mais vacinas? Vamos ter menos vacinas? Enfim, como é que o Presidente vai reagir a essa possibilidade de ter um adversário muito forte disputando com ele a Presidência?

Por outro lado, eu, que sempre acompanhei o PT ao longo da minha vida, pergunto-me: como é que o Presidente Lula vai reagir à possibilidade de ser candidato, de disputar as eleições de 2022? O que ele aprendeu ao longo de todos esses anos? Ele aprendeu alguma coisa nova? O que ele vai nos propor de novo? O que ele vai fazer para compensar a saída da disputa de tantos jovens candidatos de esquerda, que poderiam formular para o País alguma coisa que a população entendesse como nova? Essas são questões que me sobressaltam nesta noite.

Eu esperarei, como se diz aqui na minha terra, o tempo assentar, as coisas se acomodarem, para ter uma visão mais concreta e mais real do que vai acontecer com todos nós até chegarmos a 2022. Mas quero lembrar tanto a Lula quanto a Bolsonaro que essas mulheres...

A SRA. PRESIDENTE (Flávia Arruda. PL - DF) - Deputado, peço que encerre. O tempo de V.Exa. acabou. Pode voltar a falar para encerrar.

Peço que abra o microfone de novo.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA) - Eu espero que façamos uma reflexão muito forte sobre o que aconteceu no dia de hoje. Não podemos simplesmente festejar a vitória do Flamengo nem a vitória do Fluminense. É preciso festejarmos a vitória daqueles que têm muito pouco a festejar na noite de hoje, e não porque é o Dia Internacional da Mulher nem porque vamos votar brevemente o auxílio emergencial.

Tudo está muito difícil! A pobreza está muito grande! Fazia muito tempo que eu não via pessoas na minha terra meter a mão num saco de lixo para encontrar alguma comida e enganar o estômago.

Portanto, Deputada Flávia Arruda, este é o desabafo de um Deputado que tem muito tempo nessa Casa e que vai dormir esta noite muito inquieto. Não estou

eufórico, nem triste: estou simplesmente esperando que o amanhã ressurja da forma mais esperançosa do que a que tivemos até hoje.

Muito obrigado, Presidente, pela compreensão.

Documento 273/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 09/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas Federais, às Senadoras e às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência da desigualdade de gênero, da violência e do racismo contra as mulheres no País. Falta de coordenação, descaso e negligência do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, reitero meu prazer por vê-la presidir a sessão no dia de hoje. Quero estender um cumprimento carinhoso a todas as Parlamentares da Câmara dos Deputados e às do Senado Federal. Quero cumprimentar todas as mulheres deste País, do campo e da cidade, a maioria da população brasileira. Elas são maioria não só no campo, na produção de alimentos para nosso povo, principalmente na agricultura familiar, mas também na cidade, na maioria das profissões, em que a batalha contra a COVID-19 se estabelece.

Nós podemos falar de saúde, de limpeza urbana, de comércio e de educação. Nós podemos falar de tantas outras áreas em que as mulheres se colocam em maioria nas atividades essenciais deste País. Nós podemos dizer que, historicamente, nós temos sido tratadas com uma profunda desigualdade. Eis o que nos caracteriza: a opressão de gênero na humanidade. No entanto, eu quero falar do Brasil, onde esta opressão é marcadamente forte.

Nós sempre fomos apropriadas no nosso tempo por um trabalho não remunerado ou por um trabalho mal remunerado, na exploração que sempre se deu do nosso trabalho, quando fomos precarizadas, ou na nossa apropriação para a reprodução de filhos, muitas vezes como único objetivo do uso do corpo das mulheres.



Agora, depois de tanto tempo observando a vida das mulheres, nós podemos dizer que esta desigualdade se expressou sempre pela violência de todos os tipos, e nós sempre tentamos desbravar todos os caminhos para superar estas dificuldades, estas desigualdades e estas formas de opressão. Há também o caso das mulheres negras, em que à opressão em que sempre viveram também se somou um racismo estrutural brutal no nosso País, considerando-se que a civilização brasileira se baseou na escravidão e no uso absolutamente explorado da população negra.

Neste momento, eu quero, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, dizer que as mulheres, apesar de todo o sofrimento, jamais baixaram a cabeça. As mulheres enfrentam tudo com lágrimas, com sorrisos de esperança e com olhar de indignação.

Este 8 de março acontece no pior momento da pandemia. Depois de 1 ano, nós estamos enfrentando a omissão, o descaso, a negligência, a falta de coordenação nacional no enfrentamento da pandemia. Não adianta negar, nós sabemos que hoje o Brasil poderia ter mais vacinas se o planejamento, as decisões e a compra de vacinas tivessem acontecido de outra forma.

Não adianta negar! Os dados, os fatos, os números, todas as análises nos provam isso. Nós do Parlamento brasileiro sabemos disso. Não adianta negar. Qualquer Parlamentar da base do Governo pode dizer o contrário, mas todos nós sabemos disso.

Às vezes, nós ficamos enfrentando debates neste Plenário absolutamente surreais. Em vez de nos unirmos para enfrentar o problema, há aqui uma disputa surreal. Nós deveríamos nos unir para salvar a população. Porém, fica a discussão: "*Não, porque o Governo fez*". Não fez! O Governo não fez! O Governo não cumpriu seu papel! O Governo não cumpre seu papel! Até agora, o Governo nega a dimensão da pandemia; agride a população que sofre a perda de familiares; agride as mulheres, mães, cuidadoras; agride as pessoas que estão perdendo o esposo, a mãe, o companheiro, a companheira, as tias, os avós, os filhos. Elas estão perdendo os filhos, estão sofrendo a dor da perda dos filhos! E esse Governo não age! Ele continua negando o uso de máscara, continua negando o isolamento social, continua negando as medidas restritivas impostas por Governadores e Prefeitos, entrando em confronto com os entes federados. Esse Governo não coordena, não realiza, não faz! São crimes atrás de crimes. Além disso, nós temos hoje grandes temores às violações constitucionais, com restrições à democracia brasileira.

Hoje a decisão do Ministro Fachin gerou um impacto. Eu estou falando no tempo da Minoria, portanto não vou tratar de 2022. Eu tenho respeito pelo conjunto dos partidos que estão na Minoria e que têm várias candidaturas. Portanto, não tratarei de 2022 - não é hora de tratar de 2022. Nós temos que tratar do agora, do enfrentamento e da defesa da vida. Nós temos que tratar da agenda do auxílio emergencial, que não pode ser o que nós vamos votar amanhã. Um Deputado vai votar esse auxílio amanhã e vai pagar um jantar no

valor desse auxílio que querem dar por mês a alguém que vai recebê-lo. E vão colocar amanhã um teto no texto constitucional! É isso mesmo que será feito?

Eu não vou discutir 2022. Não é a hora de fazermos isso. Agora é a hora de somarmos forças para salvar este País, para salvar as vidas, para salvar o SUS, para termos vacina, para vacinarmos a população, para garantirmos um auxílio emergencial justo, para a população colocar comida na mesa.

Não adianta falar em ir para o trabalho para aglomerar! Como a economia está em frangalhos, nós nem temos trabalho para todo mundo! Esse Governo conseguiu colocar a economia numa situação pior do que aquela em que já estava.

Eu quero tratar a decisão tomada pelo Ministro Fachin hoje no plano democrático. Anular as decisões de Curitiba, no caso do Presidente Lula, significa repor o Estado Democrático de Direito. Eu estou falando no plano da democracia. Eu não estou falando da candidatura do ex-Presidente Lula. Estou falando no plano da democracia. No entanto, esta decisão de hoje não pode anular a necessidade de julgar a suspeição de Sergio Moro.

Moro foi parcial, Moro manchou a magistratura. Os procuradores da Lava-Jato mancharam o Ministério Público. Isso não pode ficar sem julgamento! Isso tem que ser julgado! A suspeição de Moro tem que ir a julgamento, e esta possibilidade tem que ser novamente construída.

Eu não quero deduzir os efeitos desta decisão de hoje, que devolve os direitos políticos ao ex-Presidente Lula, que foi indevidamente condenado, que foi preso por 500 dias e retirado do processo eleitoral. Eu não quero crer que esta decisão de hoje venha a ter como consequência o não julgamento da suspeição de Moro, porque sua atitude precisa ser julgada.

Por isso, neste 8 de março, as mulheres têm que comemorar, sim, esta decisão no que diz respeito à reposição do Estado Democrático de Direito, porque as mulheres querem democracia no Brasil. Nós não podemos apoiar ou aplaudir retrocessos ou a restrição de direitos. Toda vez que a democracia é reduzida, aumenta o ódio, aumenta o preconceito, aumenta a violência. As armas que esse Governo quer cada vez mais colocar nas ruas representam o aumento do feminicídio, o aumento da morte de inocentes. É mais milícia, é mais militarização de civis, é mais milícia armada, é mais arma na rua para matar pessoas que Bolsonaro quer? É mais milícia, é uma construção paramilitar nas ruas que ele quer? Para quê? Para fazer golpe contra quem? Ele não tem força para isso! E não terá, porque o País não vai permitir.

Nós precisamos comemorar a democracia, mas Moro tem que ser julgado. Nós não podemos aceitar que não julguem esta suspeição! Devolver os direitos políticos a Lula significa repor a democracia. Não julgar Moro é tornar capenga este processo. Sua atitude e sua responsabilização por este processo precisam ir a julgamento.

Portanto, eu faço esta homenagem a todas as mulheres lutadoras deste País, a todas. Quero homenageá-las e ser solidária com seu sofrimento, com sua opressão, com sua falta de direitos. Nós ainda temos que correr um longo trecho para superar a desigualdade e a opressão pelo capital, particularmente pelo capital financeiro, que neste momento é o que representa o capitalismo no Brasil.

Vamos à luta!

Muito obrigada.

Documento 274/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:04

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Registro de voto dos Deputados Vanda Milani, Aureo Ribeiro e Gustinho Ribeiro. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente e colegas Parlamentares, primeiro, eu quero, a pedido do Líder Lucas Vergilio, dizer que a Deputada Vanda Milani, o Deputado Aureo e o Deputado Gustinho não conseguiram conectar seus equipamentos de TI para a votação. Portanto, estou justificando que eles votaram com o partido.

Eu começo com uma frase muito importante para minha vida, uma frase do meu pai, que era agricultor. Ele não teve a oportunidade de ir à escola, mas aprendeu com a escola da vida. Eis a frase: "se banco fosse tão bom, não teria cofre: teria coração, como nós temos".

É com este pressuposto que eu quero discordar da tese de muitos colegas Parlamentares quando colocam a força, a energia, os sonhos e as ambições de 35 milhões de brasileiros e brasileiras que dedicaram toda a sua vida para transformar o Brasil numa nação que tivesse reservas, como os mais de 200 bilhões que nós temos nos diversos fundos, para sermos um dos mais pujantes países em produção, inclusive na área a que dedico toda a minha vida, o agronegócio e, especialmente, a agricultura familiar.

Eu digo isso porque nós não podemos colocar estes mais de 35 milhões de pessoas, que acessam empréstimos consignados sem nenhum risco para as financeiras, para os agentes financeiros. Eu respeito muito o relatório do nosso Relator, mas, quando coloco o destino da negociação dos empréstimos que já foram tomados e os que poderão ser tomados numa decisão da Federação Brasileira dos Bancos ou dos agentes financeiros, eu tenho a convicção de que este é o momento em que o Brasil, tese que eu sempre tenho defendido, tem que buscar todas as suas economias e, se necessário, empréstimos, para preservar as vidas. Quando o Governo faz o adiantamento do 13º salário, como fez em 2020, e acena fazê-lo agora, ele não está fazendo nenhum favor, tampouco e especialmente o Parlamento, a esta categoria de 35 milhões de pessoas.

Quando chegaram ao fim do ano com aqueles compromissos sagrados de manter o mínimo de dignidade e seguir as orientações das autoridades na saúde, da Organização Mundial da Saúde, com o distanciamento e o mínimo de manutenção das famílias, eles não tiveram esse dinheiro, porque o 13º foi adiantado no início desta sombria pandemia, que parece muito mais um filme de ficção.

Portanto, minha defesa segue no sentido de rogar aos colegas Parlamentares que não entreguemos o futuro destes 35 milhões de brasileiros nas mãos das decisões dos agentes financeiros e da FEBRABAN.

Por isso, eu voto "sim", ao tempo em que peço vênia ao meu partido em defesa dos aposentados e dos pensionistas deste imenso Brasil.

Muito obrigado.

Documento 275/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:12

Publ.: DCD - 09/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do art.1º da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, com vista à sua inclusão no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2021. Importância de aprovação da propositura em homenagem às aposentadas e pensionistas, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade todos nós estamos



preocupados, neste período de pandemia, com o cidadão brasileiro, com a sociedade brasileira e, de maneira muito especial, com nossos aposentados, porque foram eles que ontem, como trabalhadores e contribuintes, carregaram o Brasil nas costas e hoje merecem nosso respeito e reconhecimento.

Nós estamos votando - com meu voto, nós vamos aprovar - a medida provisória que permite ampliar o endividamento pelo consignado. Nesta hora, o aposentado precisa de socorro. Mas o que eu quero com esta emenda que eu apresentei é que o aposentado, que já deve o consignado, tenha suspenso seu consignado por 4 meses, exatamente para que ele tenha um fôlego, um socorro, até porque os bancos retêm 35% do seu salário mês a mês, ano a ano, por conta do financiamento que ele fez. Agora, durante a pandemia, em muitas casas quem põe o pão na mesa, quem põe a boia no prato é o aposentado, porque seu filho está sem renda, seu neto está sem salário. O avô ou a avó é quem paga a conta. E isso é migalha para os bancos. O que é migalha para os bancos é pão na mesa para o aposentado. Esta é a nossa briga, Presidente.

Eu quero admitir que o Relator, o Deputado Capitão Alberto Neto, em parte já acolheu minha emenda, dizendo, sim, que os bancos vão acatar, mas só de maneira autorizativa, a suspensão do pagamento por 4 meses. Eu queria que ele fosse mais claro: de maneira impositiva. Eu já reconheço este avanço. Isso é importante. Nós estamos, com isso, desafogando o aposentado. Minha preocupação é que algum banco possa não querer cumprir este acordo, esta questão autorizativa. Por isso, eu queria que ela fosse impositiva.

De qualquer sorte, Presidente, é importante dizer que os bancos, no período da pandemia, não deram nenhuma contribuição para a sociedade - nada, absolutamente nada, muito menos para os aposentados! Em que os bancos contribuíram? Se a economia vai bem, o banco ganha; se a economia vai mal, o banco ganha também. Os bancos não perdem nunca! E o aposentado é quem mais sofre, porque segmentos da sociedade receberam três vezes 600 reais, receberam outras três vezes 300 reais e vão receber uma terceira etapa. O que o aposentado recebeu? Nada, nada, nada!

Por isso, esta medida é imperativa, é mais do que autorizativa. Ela é imperativa, ela é impositiva, ela é necessária para dar socorro aos nossos irmãos aposentados. Aliás, na maioria, aposentadas e pensionistas, ou seja, são mulheres. No Dia Internacional da Mulher, seria uma grande homenagem às mulheres pensionistas e às aposentadas do Brasil nesta hora ter este apoio, este socorro, porque os bancos não dependem deste dinheiro. De outro lado, o aposentado, para ter dignidade exatamente no pior momento da pandemia, precisa de socorro nesta hora.

Por isso, nosso voto é "sim".

Este é o destaque da emenda do PDT, e esperamos sua aprovação.

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:16

Publ.: DCD - 09/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art.1º da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, com vista à sua inclusão no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2021.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui reafirmar que essa emenda destacada é resultante do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, de minha autoria.

Nós lutamos praticamente 1 ano para a aprovação desse projeto, que agora está dentro da medida provisória.

Quero aqui reconhecer, admitir que o Relator acatou, o que é positivo para nós, muito positivo. Embora a emenda não seja impositiva, ela é autorizativa, fruto de um acordo, isso aconteceu. Vou trabalhar e pressionar os bancos para que cumpram o acordo com os aposentados. Se há alguém neste País que merece algo nesta hora são os aposentados: aumento de 5% nos empréstimos consignados e a suspensão do pagamento, por 4 meses, daquilo que já é dívida. Assim, com esse dinheiro que sobrar, poderá colocar o pão na mesa, a boia no prato, agora em período de pandemia.

Por isso, o PDT, com muito orgulho, vota "sim", na esperança de que aprovemos a medida provisória e essa emenda, de uma ou de outra maneira, para beneficiar os nossos aposentados em todo o País.

Esse é o compromisso, Presidente.

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:24

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ERIKÁ KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art.1º da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.006, de 2020, com vista à sua inclusão no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2021. Apelo ao Parlamento brasileiro de posicionamento a favor dos aposentados e pensionistas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de fazer um apelo.

Acho que essa é realmente uma questão humanitária. Nós estamos vendo um decréscimo da própria renda, na medida em que temos uma inflação que há muito tempo o Brasil não vivenciava, uma inflação que está tornando os preços astronômicos - portanto, impraticáveis -, como no caso dos alimentos. É exatamente o preço dos alimentos que vai penalizar mais as rendas menores, porque há um maior comprometimento dessas rendas com alimentação.

Nós estamos aqui solicitando que, durante este período - que é um período de pandemia, é um período em que cresceu o desemprego, em que se tem mais da metade da população economicamente ativa desocupada, um momento em que há um recrudescimento da própria miséria e da pobreza -, nós possamos fazer com que os aposentados tenham suspenso o pagamento do seu empréstimo. Nós não estamos falando que haja uma anistia, mas que haja a suspensão do pagamento por 4 meses. Isso não vai aumentar a taxa de juros e muito menos provocará qualquer insegurança jurídica.

Por isso, nós somos favoráveis à emenda e fazemos um apelo humanitário para que este Parlamento se posicione a favor dos aposentados.

Documento 278/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:28

Publ.: DCD - 09/03/2021 --CELINA LEÃO-PP -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Não inclusão de servidores públicos no decreto editado pelo Governo do Distrito Federal, com relação ao toque de recolher.

A SRA. CELINA LEÃO (PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é importante fazermos uma explanação, inclusive para deixar os nossos servidores mais tranquilos quanto a esse ponto.

O toque de recolher excetua todos os servidores públicos - inclusive isso está no art. 5º do decreto publicado - e também os trabalhadores que estiverem retornando do trabalho.

Eu sei que, por falta de acordo, as votações dos textos relativos às mulheres ficarão para o dia de amanhã. Quero apenas esclarecer um pouco mais sobre o decreto. Como foi publicado hoje, a Sra. Presidente Deputada Flávia Arruda ainda tinha dúvidas, e fomos buscar junto ao Governo do Distrito Federal esse esclarecimento, Sr. Presidente. Queria só deixar isso mais claro.

Documento 279/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:28

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ALINE GURGEL-REPUBLICANOS -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Relator Capitão Alberto Neto pela aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Defesa da aprovação de projetos de lei consensuais da bancada feminina.

A SRA. ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Capitão Alberto Neto, do Republicanos, pelo texto construído e pela aprovação da MP, que fala dos consignados e vai beneficiar os idosos, os aposentados, que tanto precisam dessa resposta.

Quero também pedir que sejam pautados os projetos que tangem às mulheres, em caráter de urgência, tendo em vista o Março Mulher. Precisamos dar essa resposta positiva a todas as mulheres do País.

Obrigada.

Documento 280/1.178

14.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-08/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 09/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na votação de projetos de lei da bancada feminina. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a pauta das mulheres não pode ser secundarizada, é uma pauta estruturante. Nós temos um processo de violência contra as mulheres, das diversas formas, que atenta também contra a nossa democracia, contra a liberdade, contra o estado de bem-estar e de bem-viver. Portanto, essa pauta tem que ser priorizada, até porque nós estamos na semana da mulheres, ou no Dia Internacional das Mulheres.

Quero dizer, Presidente, mais uma vez, da importância deste projeto para a vida dos aposentados. A vida dos aposentados não vale menos do que o lucro dos bancos; ela vale mais do que o lucro dos bancos. Suspender por 4 meses o pagamento das prestações, que serão posteriormente arcadas pelos próprios aposentados, é uma questão fundamental para que possamos passar por esta crise, que se tem agudizado pela ausência de uma política do Governo Federal.

Documento 281/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-09:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado Democrático de Direito, ainda que tardiamente, através do Supremo Tribunal Federal, reconheceu, mas reconheceu mesmo, a incompetência (*falha na transmissão*).

Ontem, Dia Internacional da Mulher, nós recebemos a notícia de que (*falha na transmissão*) nós podemos ainda acreditar que as pessoas que são decentes, que as pessoas que são políticas não podem (*falha na transmissão*) a integridade do Presidente Lula. Moro cometeu uma das maiores maldades que

se poderiam cometer. Primeiro, não acreditou que era possível existir um político honesto (*falha na transmissão*).

(*Falha na transmissão*) o Supremo tomou uma decisão importante (*falha na transmissão*), as evidências da parcialidade de Moro, porque Bolsonaro foi eleito em cima de mentiras também. Nós vimos como o mercado ficou cada vez mais rico, pessoas empobreceram (*falha na transmissão*), a delação premiada virou um grande negócio, os ricos ficaram mais ricos.

O golpe que foi dado no Governo da Presidenta Dilma Rousseff (*falha na transmissão*). (*Falha na transmissão*) desemprego, carestia, doenças. Agora com a pandemia, não temos as vacinas, o Governo não tem como resolver o problema, e o mercado ainda se coloca contra a decisão do Supremo Tribunal Federal!

(*Falha na transmissão*), drogas em aviões, todas essas coisas devem ser apuradas.

(*Falha na transmissão*) o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o melhor Presidente desta Nação. (*Falha na transmissão*), em seu nome e em nome do povo brasileiro, que acreditou.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 282/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 265 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Continuidade da política negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença viral. Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar estes breves comunicados falando para o Brasil, da Câmara dos Deputados, que vivemos de fato um momento de grandes dificuldades, com mais de 265 mil mortos e o negacionismo do Sr. Bolsonaro campeando.

No entanto, algumas redes de comunicação infelizmente centram o seu ataque na decisão do Ministro Fachin, que, neste momento, usa a verdade, faz justiça, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fica inocentado, com os seus direitos políticos reavidos.

Eu fiquei realmente estarelecida vendo um Deputado fazendo atividade física num parque e projetando seu ódio em relação a essa decisão do Judiciário. Ele esqueceu que Lula ficou preso mais de 1 ano? Esqueceu que a sua esposa, Marisa, faleceu de um aneurisma improvável em função de um estresse absurdo? Isso ninguém paga. O preço da injustiça é impagável.

Nós temos certeza de que será reafirmada no Pleno do Supremo Tribunal Federal a inocência de Luiz Inácio Lula da Silva. Está mais do que provado que algumas redes de comunicação do Brasil, que patrocinaram o *impeachment* da Presidenta Dilma, patrocinaram, portanto, o fim das políticas públicas, o desespero da nossa gente... Tudo aquilo, aquele tubo de dinheiro que desmontava a política de cabo a rabo deu na antipolítica de Bolsonaro, deu numa política monstruosa, antinacional, antipopular. Deu num algoz do povo, deu em alguém que não tem qualquer tipo de sentimento em relação à dor do outro - em psiquiatria, isso tem nome - à frente da Presidência da República, controlando dados e enviando mensagens falsas por robôs.

Tudo isso está provado no Brasil. O *impeachment* fraudulento, a prisão de Lula, fraudulenta, e agora uma eleição que usou controle de dados, algoritmos, robôs financiados, tudo já está aprovado. Portanto, essa chapa já tinha que ter sido cassada há muito tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão fazendo agora terrorismo de mercado. O mercado está nervoso, o dólar subiu, o dólar caiu, e esquecem que Lula no Governo fez a economia girar. Do mercado pequenininho do bairro até o grande mercado, todos ganharam.

Nessa direção, nós vamos reconstruir o Brasil. Eu quero saudar a decisão judicial. Quero dizer que é preciso fazer a imputação dos crimes do Sr. Moro e dos Srs. Promotores de Justiça que urdiam nas...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nós vimos que o Estado Democrático de Direito, ainda que tardiamente, através do Supremo Tribunal Federal, reconheceu a incompetência do Moro, o que Moro fez com este País. As pessoas não estão acostumadas a ver um político sério, sabe? Por isso o mercado está aflito. Mas no tempo de Lula, não havia esse mercado aflito, não havia dólar nesse valor, não havia gasolina nesse valor, não havia alimentos nesse valor de hoje.

Então vamos parar com isso, porque os políticos podem, sim, provar que são íntegros. E o Lula é esse político íntegro, inocente. E nós vamos olhar essa questão, porque o Supremo Tribunal precisa, além disso, enfrentar as evidências da parcialidade do Moro. Não é só uma questão pura e simplesmente, Sr. Presidente, de dizer: "*Não, o Lula está livre, ele agora vai poder se eleger*". Foram 5 anos, 5 anos!

Eu vi esse homem perder a esposa, perder neto, perder irmão. Eu vi muito esse sofrimento. O que ele fez com este País para merecer tudo isso, por conta de politicagem de Moro? É evidente que ele teve uma parcialidade. A operação foi uma operação toda dele. Levou a economia para o buraco, criou problemas com as indústrias, que fecharam, aumentou o desemprego, a delação virou um grande negócio para eles.

Como é que agora vêm dizer que o mercado está aflito? Que nada! Deram o golpe na Dilma para isso. O mercado não resolveu e continua não resolvendo o desemprego, a fome, a carestia, tudo que está acontecendo no Brasil de hoje.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que esse Governo que aí está, que o Moro ajudou a colocar, dê o auxílio emergencial, porque no tempo de Lula não havia ninguém passando fome, e que haja vacinas. E nós temos que confiar na justiça, porque se não for assim, ontem foi o Lula, amanhã pode ser um de nós. Pode aparecer um cara irresponsável e vaidoso, como o Moro - às custas do Brasil, da venda política da integridade de um homem, como foi de Lula -, querendo ser alguma coisa neste País e não ter a competência para ir para a disputa. Por que o mercado tem medo do Lula? Por que Moro tem muito do Lula? Deixem ele disputar!

É o povo quem escolhe, Sr. Presidente. É o povo que tem nas mãos a responsabilidade.

Sr. Presidente, muito obrigada pela paciência e pela tolerância.

Peço que divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

Documento 284/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Alcance do patamar de 265 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o que o Ministro Fachin fez foi algo que ele deveria ter feito desde 2016. Então, foi algo com nada menos do que 5 anos de atraso. É isso o que nós estamos debatendo hoje.

O que ele fez mostra para a sociedade brasileira que o Moro é um incompetente, mostra que o Moro é um perseguidor.

É fundamental este momento que nós estamos vivendo, Sr. Presidente, porque isso, ao mesmo tempo, resgata a esperança da nossa gente no nosso País. É isso o que estamos debatendo.

E o mercado, que não tem coração, não tem problema ficar nervoso. O importante é que o Presidente Lula está apto a disputar a eleição. O importante é que aqueles e aquelas que sempre acharam que tinham ganhado a eleição em 2022 agora vão ter uma disputa dura, difícil, porque o povo vai voltar a governar o Brasil com o Presidente Lula.



Mas eu também quero dizer, Sr. Presidente, que hoje nós estamos debatendo a PEC Emergencial. É importante explicar para o povo brasileiro que a PEC Emergencial não é o auxílio emergencial. A PEC Emergencial é ajuste fiscal. A PEC Emergencial é justamente atender a vontade do mercado. A PEC Emergencial é impedir que o salário mínimo tenha reajuste. A PEC Emergencial é impedir que possamos contratar médicos neste Brasil. A PEC Emergencial é destruir mais uma vez o Estado brasileiro.

Por isso, nós precisamos colocar em votação o auxílio emergencial de 600 reais, para poder atender à expectativa do nosso povo. O povo está vivendo um momento difícil demais no Brasil: é o aumento da gasolina, é o aumento do gás, é a fome, é o desemprego.

É isto que nós temos que fazer: debater para resolver isso, não é atender à vontade de mercado, não, gente! Nós precisamos atender à vontade do povo, da nossa gente. É isso o que nós temos que fazer neste momento delicado da vida brasileira.

É uma pandemia dura, difícil, em que mais de 265 mil pessoas já morreram. Nós temos que buscar a vacina, para vacinar o nosso povo. Nós temos que trabalhar e sensibilizar este Congresso para não aceitar a chantagem de Bolsonaro. Nós temos que trabalhar para tirar Bolsonaro do...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 285/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, sobre o aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus. Defesa da suspensão do pagamento de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas. Necessidade de prorrogação do prazo de utilização de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc, acerca das ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Defesa de retomada do

pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me dirijo a esta Casa para chamar a atenção para a importância de termos ontem aprovado a MP 1.006, que amplia a margem do empréstimo consignado para os aposentados. No entanto, Sr. Presidente, um grande pleito dos aposentados brasileiros é que nós possamos tratá-los como tratamos diversos outros segmentos da sociedade, inclusive empresariais, com a possibilidade de renegociação das suas dívidas no consignado e a suspensão do pagamento das parcelas desse tipo de empréstimo por 4 meses, para pagamento no final da parcelas. Isso já foi aprovado pelo Senado Federal, existem mais de 30 projetos na Câmara dos Deputados nessa direção, mas nós insistimos em ter como prioridade proteger os bancos, e não as pessoas que protegem e defendem suas famílias no Brasil. Portanto, quero mais uma vez dizer que, apesar da vitória, nós precisamos dar mais aos aposentados brasileiros, neste momento tão difícil de pandemia.

Sr. Presidente, no fim de semana, tive a oportunidade de me encontrar com segmentos da cultura do meu Estado, com a Secretaria Estadual de Cultura, com a Fundação Gregório de Mattos, aqui em Salvador, e com outras lideranças da área da cultura. Há unanimidade, Deputada Jandira Feghali, na compreensão de que o setor cultural precisa da prorrogação da prestação de contas da Lei Aldir Blanc. É indispensável que isso ocorra para que as pessoas não tenham que devolver recursos. Pessoas que buscaram o benefício da lei terão eventualmente de ser até processadas, em função da dificuldade em cumprir a prestação de contas.

Faz-se urgente que a Câmara dê um socorro ao setor cultural neste momento. Não podemos permitir que, com novas dificuldades e *lockdowns* em diversos Estados brasileiros e sem ter condições de executar objetivamente os seus projetos, esse setor ainda tenha essa dificuldade da prestação de contas.

Finalmente, quero falar sobre a PEC do auxílio emergencial. As pessoas, as famílias brasileiras, para sua sobrevivência, necessitam de um auxílio emergencial de 600 reais. Duzentos e cinquenta reais não é auxílio emergencial, é vale-gás, Sr. Presidente. Nós precisamos salvar a vida das pessoas, garantindo a sua sobrevivência e garantindo também a sobrevivência da economia com o impulso desses 600 reais.

Vacinação para todo o povo pelo SUS e auxílio emergencial de 600 reais!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância de realização da reforma tributária.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez me manifesto oportunamente acerca desta situação, que é insustentável. Nós votaremos em instantes uma PEC, em plena pandemia. E ela tem um apelido: PEC do auxílio emergencial.

Para que nós votemos o auxílio emergencial, não há nenhuma necessidade de termos um PEC.

O que está por trás dessa votação é mais um capítulo do ajuste fiscal, de mudanças na nossa Constituição, quando estamos num momento de pandemia.

Nós deveríamos estar votando aqui questões ligadas ao resguardo do nosso povo, trabalhando para melhorar o transporte em meio à pandemia, para que o nosso povo não morra à míngua como está acontecendo. Logo, logo, 270 mil brasileiros terão morrido. E este Governo vai ter que prestar contas dessa viagem furtiva que fez a Israel.

O auxílio emergencial, no fundo, no fundo, é o bode no sala; são as miçangas que, na época do descobrimento do Brasil, eram usadas para cabalar os índios, para envolvê-los e enganá-los. Mas o povo brasileiro não vai ser enganado.

A PEC 186 é mais um engodo, e sua aprovação será a traição da Casa Legislativa federal ao seu povo; será o Parlamento deixando de cumprir aquilo que lhe cabe: proteger o povo.

Por que é que nós estamos aqui votando para retirar dinheiro, renda, do mundo do trabalho? Quem está bancando os desatinos deste Governo que transformou o Brasil num párea internacional é o trabalhador. Não dá para votarmos essa PEC. Nós votaremos pelo auxílio, mas ofereceremos resistência, obstrução, mesmo sabendo que a obstrução em tempos de pandemia não se justifica.

Sr. Presidente desta Casa Legislativa, vamos atinar para os grandes desafios que deveriam nos mover neste ambiente de pandemia. Essa PEC vai trazer mais sofrimento, vai tirar mais renda daqueles que trabalham e só têm o suor do seu rosto para oferecer em troca do pão de cada dia.

Por que não mexem no andar de cima? Onde está a reforma tributária? Por que não usam as reservas que Lula e Dilma deixaram para recuperar a nossa economia e botar o pão na mesa dos milhões de desocupados, fruto da inação, da incompetência deste Governo?

Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, por favor, Sr. Presidente.

Documento 287/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo do Estado de Santa Catarina, em especial aos habitantes do Município de Chapecó, diante da tragédia provocada pela Covid-19. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Contentamento com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pela reforma previdenciária. Efeitos danosos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, a respeito do congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Repúdio à política neoliberal em curso no País.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, inicialmente eu quero registrar a minha solidariedade às famílias catarinenses e chapecoenses que perderam um familiar ou amigo... *(Falha na transmissão.)*

Em segundo lugar, eu não posso deixar de falar aqui da minha alegria, do meu contentamento com a decisão da Justiça - mesmo que tardia e, portanto, falha - , em relação à devolução dos direitos políticos ao ex-Presidente Lula.

Lula está livre, com liberdade para decidir o que quiser. Ontem foi o Dia Internacional da Mulher, e ele foi um Presidente que contribuiu com políticas para empoderar milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Mas hoje o tema central nosso no Parlamento brasileiro é a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, que faz parte dessa agenda que começou com Temer, na reforma trabalhista, que retirou e suprimiu direitos dos trabalhadores brasileiros. Temer, com o programa Uma Ponte para o Futuro, deu início a uma política privatista de desmonte da soberania nacional, a qual está tendo continuidade com Bolsonaro, que agora quer privatizar a ELETROBRAS, os Correios, as instituições do povo brasileiro. Bolsonaro faz a reforma da Previdência, que retira de milhões de brasileiros o direito de se aposentar ou os obriga a trabalhar de 10 anos a 15 anos a mais para poderem se aposentar recebendo menos.

Primeiro, veio a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, do Temer. Agora, a Proposta de Emenda à Constituição nº 186 traz o aprofundamento da restrição fiscal aos gastos públicos, tanto primários quanto discricionários, mas continuam liberados os gastos para pagamento de juros e serviço da dívida para o setor financeiro. Mais do que isso, a nova PEC vai liberar o uso dos fundos constitucionais para o pagamento de dívidas para os banqueiros, para o setor rentista deste País.

Essa política econômica, essa política neoliberal, essa política de desmonte do Estado brasileiro, que vai ter menos recursos para as políticas públicas, para o servidor público e para o povo brasileiro, na saúde, na educação, na...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 288/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RUBENS OTONI-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV

Câmara e também pelas redes sociais, o Governo Bolsonaro quer que se aprove hoje nesta Casa, a qualquer preço, a PEC 186, aquela PEC que eles insistem em chamar de PEC Emergencial, mas que de emergencial não tem nada. É uma PEC que vem lá de 2019 e que, naquele momento, surgiu para atender os interesses do sistema financeiro, um sistema financeiro sempre ávido por ajuste fiscal e muito pouco preocupado com a vida do povo brasileiro.

É por isso, Sr. Presidente, que essa PEC que o Governo tenta chamar de emergencial foi carimbada como a PEC da mentira, a PEC da enganação. Por quê? Porque eles falam uma coisa e estão querendo aprovar exatamente o contrário: querem aprovar um pacote de maldades, que vai desde o corte de recursos de áreas estratégicas, como saúde e educação, até o congelamento de salários.

Agora, não satisfeitos com o fato de a PEC ser carimbada como a PEC da mentira e da enganação, querem o carimbo de PEC da chantagem, porque dizem que, para aprovar o auxílio emergencial - este, sim, um auxílio importantíssimo e urgente para o povo brasileiro -, é preciso aprovar essa PEC. Não é verdade. Isso é uma chantagem. O auxílio emergencial não vem por essa PEC; ele pode vir por uma medida provisória.

Nós queremos, sim, votar o auxílio emergencial, para salvar vidas. Nós queremos, sim, votar o auxílio emergencial, para salvar a nossa economia.

Mas não aceitamos aqui votar a PEC 186, a PEC da mentira, a PEC da enganação, a PEC da chantagem, que retira direitos, corta recursos e arrocha mais ainda a vida do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 289/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, e de liberação de recursos aos trabalhadores rurais.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse registrada a minha fala nos órgãos de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se da PEC 186. O que nós precisamos fazer com urgência é liberar dinheiro para o povo trabalhador, por meio do auxílio emergencial; é liberar dinheiro para os trabalhadores rurais, que foram atingidos quando o Presidente da República vetou, na maior covardia, a Lei Assis Carvalho, que foi aprovada por nós.

O povo trabalhador, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está passando dificuldades. Falo tanto dos trabalhadores do campo quanto dos trabalhadores da cidade. E agora este Presidente insensível, que não gosta de pobre, está exigindo que seja aprovada a PEC da morte (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - A transmissão do Deputado Célio Moura travou.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - (*Falha na transmissão*) para colocar o direito dos trabalhadores, eles querem implantar a PEC 186. Por isso, nós precisamos da aprovação não da PEC 186, mas, sim, do auxílio emergencial. Sr. Presidente, nós não podemos deixar que isso aconteça.

Eu peço que seja registrada a nossa fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 290/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso da rede hospitalar no Estado do Maranhão em decorrência da Covid-19. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por instalação de hospitais de campanha no Maranhão. Conclusão das obras do trecho da Ferrovia Norte-Sul entre o Município de São Simão, no Estado de Goiás, e o Município de Estrela d'Oeste, no Estado de São Paulo.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para falar da situação crítica em que se encontra o Estado do Maranhão no que diz respeito à pandemia da COVID-19, que está se agravando a cada dia que passa.

Eu tive acesso a uma informação do infectologista e professor da Universidade Federal do Maranhão Antônio Augusto Moura. Ele chama a atenção das autoridades de saúde pública do Maranhão e do Brasil para o fato de que, nas próximas duas semanas, a rede hospitalar pública do Estado estará colapsada. A rede hospitalar privada do Estado do Maranhão já não tem mais vaga em leitos de UTI.

Por isso, subo à tribuna hoje para pedir ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro da Saúde que acudam o Estado do Maranhão e implantem lá hospitais de campanha, na cidade de São Luís. A cidade de Imperatriz já tem um, mas ele precisa de reforço. Precisam de apoio também outras cidades, como Santa Inês, localidade importante do nosso Estado que regionalmente vai atender várias pessoas, assim como as cidades da baixada maranhense.

Portanto, subo a esta tribuna neste momento para falar da situação grave em que se encontra o Estado do Maranhão e para chamar a atenção das autoridades federais, especialmente do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, pedindo-lhes que tomem as providências necessárias para que nós possamos salvar a vida de maranhenses. Digo isso porque já fui vítima da COVID-19 e sei que essa doença é grave, não é brincadeira, não é qualquer doença. E nós maranhenses estamos precisando neste momento do apoio das autoridades federais.

Quero também, neste minuto que me resta, falar sobre a conclusão de mais um trecho da Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de mais 172 quilômetros ligando a cidade de São Simão, em Goiás, à Estrela d'Oeste, em São Paulo.

Esse empreendimento, que foi iniciado na época do Governo do ex-Presidente José Sarney, recebeu muitas críticas naquela ocasião, devido a *lobbies* de empresas de ônibus e também de fabricantes de pneus para que se evitasse isso que hoje está aí, essa ferrovia que se inicia em Açailândia. Tenho certeza de que o ex-Presidente Sarney, assim como o Ministro dos Transportes à época, José Reinaldo Tavares, estavam corretos. Tanto isso é verdade que o Presidente Jair Bolsonaro está inaugurando mais 172 quilômetros de ferrovia. Portanto, parabênizo o ex-Presidente José Sarney, assim como o Presidente Jair Bolsonaro.

Peço que esse pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 291/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-10:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Apelo à Presidência e aos Líderes partidários de votação de projetos de lei relacionados à epidemia de coronavírus; aos direitos das mulheres e ao setor cultural. Defesa da prorrogação do prazo de execução de recursos preconizados na Lei nº 14.017, de 2020, a chamada Lei Aldir Blanc, a respeito das ações emergenciais para o setor cultural, adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Restrições impostas ao acesso à Lei Rouanet. Apreciação da Medida Provisória nº 1.019, de 2020, acerca da alteração da Lei nº 14.017, de 2020, com vista à execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Necessidade de ampliação das dotações orçamentárias da cultura brasileira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, ontem eu tive a oportunidade de abordar a decisão do STF e terei, mais tarde, oportunidade de falar da PEC Emergencial. Eu quero me concentrar, neste momento, no apelo que já vi ser feito aqui pela Deputada Lídice da Mata. Quero aqui me concentrar neste apelo ao Presidente da Câmara e aos Líderes: nós precisamos colocar em pauta alguns temas vinculados à questão da pandemia e os projetos vinculados aos direitos das mulheres, que são vários, e também temos que voltar os olhos para os projetos vinculados à cultura.

Nós votamos, na semana passada, o projeto vinculado aos incentivos e às isenções em relação aos eventos, muito justo. No entanto, ficou parada no meio do caminho a questão da prorrogação dos direitos dos beneficiários da Lei Aldir Blanc, que foi uma imensa conquista no ano passado. Aliás, ela foi a única política cultural do ano passado que socorreu todos os fazedores e fazedoras de cultura.

Não há política cultural nacional. Inclusive, a Lei Rouanet está sendo restringida, está sendo limitada a determinados segmentos. Existe um pinçamento ideológico na execução da Lei Rouanet. Na semana passada, foi editada uma portaria, para a qual já fizemos um projeto de decreto legislativo, utilizando a Lei Rouanet para estimular a aglomeração, criminosamente, contra as decisões de restrição de Prefeitos e Governadores.

Nós precisamos fazer com que a Medida Provisória nº 1.019, de 2020, ao ser votada, possibilite a prorrogação da execução dos projetos no ano de 2021 com o restante dos recursos retidos nas contas bancárias, que ainda não puderam ser utilizados este ano. Nós precisamos prorrogar a execução, prorrogar a prestação de contas e utilizar os recursos que foram retidos nas contas bancárias dos Estados e Municípios.

Há uma coisa que nós não podemos aceitar: o orçamento da cultura de 2021 é absolutamente ridículo. Nós precisamos fazer com que a CMO aumente os recursos orçamentários.

Para vocês terem uma ideia, de recursos discricionários para fomento da cultura há 23 milhões de reais para todo o Brasil. Eu tenho vergonha de falar isso!

Nós precisamos aumentar os recursos no orçamento e nós precisamos liberar os recursos da Lei Aldir Blanc. Faço esse apelo para que tenhamos atenção à cultura brasileira.

Documento 292/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações às Parlamentares e às mulheres brasileiras. Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Crise socioeconômica reinante no País. Elevado contingente de trabalhadores brasileiros na informalidade. Elevação do custo de vida no Brasil. Apoio ao Projeto de Lei nº 4.691, de 2020, a respeito da suspensão de tributos incidentes sobre a cesta básica até 31 de dezembro de 2021. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, com vista à nomeação de candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de cargos em hospitais universitários; e do Projeto de Lei nº 744, de 2020, sobre o pagamento do adicional de insalubridade aos trabalhadores da saúde atuantes no atendimento direto aos pacientes da Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, muito bom dia. Quero parabenizar todas as mulheres do Brasil e todas as Parlamentares do Congresso Nacional pelo dia de ontem.

Quero parabenizar e enaltecer o Supremo pela decisão, por meio do Ministro Fachin, de anular os processos no Paraná contra o ex-Presidente Lula, fazendo justiça, ainda que com demora, depois de vários anos, e confirmando o que a defesa de Lula manifestava desde o início: a incompetência do juiz em Curitiba. Nós vemos que o processo, ao qual foi dado andamento, não tinha provas. Foi uma condenação sem provas, num conluio entre o juiz e o procurador deste processo.

Fica muito bem demonstrada agora, com essa decisão do Ministro Fachin, que as decisões em Curitiba foram um atentado contra os direitos fundamentais,

contra o que está previsto na Constituição, devido ao processo legal, ao juiz natural, à presunção de inocência, ao contraditório. A decisão é justa, embora muita atrasada.

Como perguntou o Deputado Paulo Teixeira, quem vai pagar o prejuízo e tudo o que foi feito contra a figura do ex-Presidente Lula, contra sua família e, na sequência, contra o Partido dos Trabalhadores?

O certo é que agora muitos Parlamentares estão preocupados porque o Lula, livre, é uma ameaça aos interesses dessa turma de Bolsonaro, que está destruindo o Brasil. Basta verificar a situação econômica do País, com 14 milhões de desempregados. Bolsonaro não tem competência para administrar o Brasil como Lula fez, numa gestão que gerou emprego, algo nunca visto na história do País.

Hoje nós temos 50% da população ocupada na informalidade, sem perspectivas, com a volta da fome. O valor da cesta básica só cresce, o preço dos alimentos só aumenta. Agora o preço da gasolina passa pelo sexto aumento só neste ano, como a energia elétrica e o gás de cozinha, que também aumentaram.

Eu subscrevi o Projeto de Lei nº 4.691, da Deputada Rejane Dias, exatamente para reduzir ou zerar as contribuições de PIS/COFINS incidentes sobre a cesta básica. Acho que isso é fundamental. Aproveito para solicitar que a Mesa Diretora coloque em pauta o PLP 266/20, para garantir que sejam chamados os concursados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que atuam em hospitais universitários, e o PL 744, que trata da insalubridade de 40% dos trabalhadores.

Documento 293/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas e às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Apoio à sua candidatura à sucessão presidencial. Envolvimento do clã Bolsonaro em corrupção. Responsabilidade do Presidente da República pela tragédia causada pela Covid-19 no País. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.



O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu saúdo as Deputadas pelo Dia Internacional da Mulher e por toda esta semana.

As mulheres brasileiras sabem o que é o custo de vida. As mulheres, pela natureza do gênero e pela ampla dedicação à vida, receberam o maior presente, embora tardiamente: Lula livre. Aliás, temos Lula livre para se candidatar. Por isso, tantos colegas estão esperneando. O Lula é uma ameaça a eles.

É verdade que o Judiciário é muito lerdo, muito lento. O Judiciário, diga-se de passagem, é um poder que custa muito ao Estado brasileiro: salários altos trazem prejuízos aos cidadãos. Nós temos situações em Minas Gerais em que os trabalhadores, sobretudo os da rede ferroviária, têm processos em andamento há quase 20 anos. Um escândalo! O Judiciário, diante disso, traz prejuízos aos cidadãos trabalhadores e trouxe grandes prejuízos também ao Brasil e, por que não dizer, à nossa América Latina, quando, num jogo, em tempo, não fez o que foi feito neste 8 de março, ou seja, garantir a candidatura de Lula.

Nós estamos vendo o caos. Na verdade, a quadrilha está no Governo. Eu fico escandalizado com muitos colegas aqui, colegas que são militares, pessoas da área da segurança que se elegeram e ainda ficam protegendo essa quadrilha.

Lula não tem nenhum filho que comprou mansão de quase 7 milhões de reais! Aliás, nem o Lula tem uma mansão assim. E olhem que ele teve dois mandatos como Presidente, além de ter sido Deputado Federal e de ter renda para isso. Mas ele não tem uma mansão assim.

Olhem como estão os milicianos! Olhem como está o "Bozo", um criminoso pela omissão! Omissão é crime. Nós podemos chegar a quase 500 mil mortos nesta pandemia. Agora eles ficam indignados porque Lula está com seus direitos políticos garantidos.

O Judiciário tem que avançar, precisa ser ágil no tempo e reparar a injustiça. Não podemos esquecer o conchavo entre Moro e Bolsonaro, o conchavo com o poder econômico, que gerou prejuízos para a classe dos trabalhadores.

Olhem esta PEC que está prestes a ser apreciada!

Foi golpe atrás de golpe! Foi golpe contra Dilma, contra a eleição, contra os trabalhadores e as trabalhadoras, quando tiveram arrancados direitos garantidos pela própria Constituição.

Fora, Bolsonaro!



12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Anseio do povo brasileiro por vacinação e emprego, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio Lojista. Imediata criação de linhas de crédito para a agricultura familiar. Defesa de criação do auxílio emergencial de 500 reais com o pagamento em 8 parcelas.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pesquisa publicada pela Confederação Nacional do Comércio Lojista mostra que o povo brasileiro quer a vacinação em massa e medidas contra o desemprego. A Confederação Nacional dos Municípios, entidade que abraça o municipalismo e expressa o anseio dos gestores municipais, cobra agilidade na compra e na distribuição das doses anunciadas pelo Ministro da Saúde na semana passada.

De fato, o que vemos aqui, no interior da Bahia, é muito doloroso. Por um lado, as pessoas, ansiosas, nos questionam todos os dias: "*Quando chega mais vacina? A vacina vai demorar? Quando poderemos ser vacinados?*" Por outro, o setor produtivo, os comerciantes, os pequenos e médios sofrem não apenas com o impacto das medidas que as Prefeituras são obrigadas a tomar em decorrência do aumento da falta de leitos de UTI, mas também com toda a calamidade que tomou conta do País.

O auxílio emergencial não basta. O Governo precisa liberar novas linhas de crédito, linhas de crédito que cheguem rápido, sem burocracia, ao comércio do interior. O Governo precisa olhar para os agricultores familiares, que, além da pandemia, têm sofrido com os efeitos da estiagem.

O Brasil real está aqui no Nordeste, no interior, Sr. Presidente. No caso da Bahia, está nas pequenas e médias cidades, onde os Prefeitos não estão podendo investir nas obras e nos serviços de que o povo tanto precisa. As consequências são terríveis. Além do auxílio emergencial, repito, os valores anunciados ainda são pequenos, mas é importante que aproveamos hoje esta matéria o mais rápido possível.

Portanto, este é o clamor do povo do interior. O povo está pedindo cestas básicas, pois não tem mais com o que se alimentar. Esse auxílio precisa sair urgentemente. Que seja, como eu disse, um auxílio em 8 parcelas de 500 reais, já que nós não teremos vacinas para todos até o fim do ano.

Registro este pronunciamento e peço a V.Exa., Sr. Presidente, que seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 295/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TABATA AMARAL-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Efeitos da epidemia de coronavírus sobre as mulheres no País. Redução da participação feminina no mercado de trabalho. Existência no Brasil de 11,5 milhões de mães solteiras situadas abaixo da linha de pobreza, notadamente de mulheres negras. Escalada da violência doméstica no País. Tramitação na Casa de proposições de amparo à mulher brasileira.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, ontem nós celebramos o Dia Internacional da Mulher. O mês de março é de celebração das nossas muitas conquistas, mas principalmente de reafirmação das nossas muitas lutas pela igualdade de oportunidades e direitos. As coisas nunca foram fáceis para nós mulheres, mas é verdade que os últimos meses vêm sendo especialmente difíceis. A pandemia expôs e aprofundou as nossas muitas desigualdades. As jornadas triplas com trabalho, cuidado dos filhos e cuidado da casa ficaram ainda mais intensas. No mundo acadêmico, enquanto os homens publicaram mais artigos durante o isolamento social, as mulheres publicaram muito menos. O desemprego afetou especialmente as mulheres. A participação feminina no mercado de trabalho hoje é inferior a 50%. Esse é o menor índice dos últimos 30 anos. São 11,5 milhões de mães solo, em sua grande maioria vivendo abaixo da linha da pobreza, em sua grande maioria sendo de mulheres negras. Muitas delas vão dormir sem saber se terão um prato de comida para seus filhos no dia seguinte.

Nós sabemos que a maioria dos profissionais que estão nos hospitais enfrentando a COVID são mulheres, mas sabemos também que mais da metade das mulheres relataram que tiveram que cuidar de algum familiar durante a pandemia.

A violência doméstica também vem aumentando absurdamente neste último ano.

Esses dados podem nos desanimar, mas é importante saber que o que estamos vendo é apenas um retrato, não é o filme todo. Podemos perder algumas batalhas, mas estamos vencendo essa guerra.

Quando as minhas avós nasceram, elas não podiam votar, nem mesmo trabalhar sem autorização do marido, mas essa geração lutou e nos entregou um mundo melhor. Quando a minha mãe nasceu, ela não podia ter um cartão de crédito pura e simplesmente por ser mulher. Quando ela engravidou de mim, teve que abandonar os estudos, foi expulsa de casa e se viu abandonada por sua família e pelo meu pai biológico. Mas ela lutou e me trouxe ao mundo, com toda a certeza, em uma situação muito melhor. Quando nasci, o nosso Senado Federal sequer tinha um banheiro feminino, e hoje eu faço parte da maior bancada feminina da nossa história.

Temos projetos aqui nesta Casa que garantem a reserva de vagas para mulheres no Legislativo, para mulheres que enfrentam a desigualdade dentro do mercado de trabalho, que trazem respostas à pobreza menstrual e à violência contra a mulher.

Peço o compromisso de cada um dos Deputados e das Deputadas para que sejamos a legislatura que vai garantir que o gênero já não determine o tamanho dos sonhos das nossas meninas.

Sr. Presidente, muito obrigada. Peço que se seja divulgado o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 296/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Necessidade de investigação da atuação de agentes públicos no âmbito da Operação Lava-Jato. Inadmissibilidade de vinculação da recriação do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vivemos um momento decisivo na República e temos consciência de que neste instante a decisão do Ministro Fachin tem contornos por demais importantes, não

apenas por uma situação do nosso partido. Diga-se de passagem, nós não estamos nem a comemorar, eu diria, nós estamos a agradecer àqueles que, com bom-senso, mesmo que com atraso, fazem com que o poder público, o Estado de Direito tenha o respeito que merece, fazem com que a democracia tenha a estrutura judiciária e a ação jurisdicional que merece. Portanto, nós não estamos aqui a comemorar, como alguns pensam, como se tivéssemos uma vitória de cunho apenas político. Até tem efeitos políticos, mas essa é uma vitória do Estado de Direito, é uma vitória da sociedade.

Sr. Presidente, não se pode deixar neste momento de dar continuidade à apreciação e a todo esse processo, que é necessário que seja feito, sobre os rumos que tomou a Lava-Jato. Nós não podemos de forma nenhuma, Sr. Presidente, deixar de lado esse processo, que é um processo que precisa ser investigado e levado adiante.

Com relação à PEC, é bom que tenhamos a capacidade de entender que qualquer decisão que tomemos neste momento com relação ao auxílio emergencial não pode ser uma troca, como o Governo Federal quer fazer e como a bancada que apoia o Governo Federal pensa em fazer. Este não é um momento de troca. Este não é momento para dizer "*Olhe, vamos abrir possibilidade para que tenhamos condição de fazer com que o auxílio emergencial para a população...*", diga-se de passagem, após 3 meses de espera e em troca de arrochos fiscais, em troca de outras perdas que evidentemente sempre recaem para o lado mais fraco.

Portanto, a decisão que nós temos que tomar nesta Casa hoje tem que ser uma decisão serena, que possa estratificar a importância do auxílio emergencial sem fazer com que a nossa população e o nosso setor produtivo, especialmente o povo mais humilde e desempregado, sejam sacrificados, como têm sido sacrificados, e durante a pandemia ainda mais.

Com relação ao nosso Presidente Lula, ele voltou; está de volta com mais vigor. Eu não digo nem que ele voltou e que ele está com mais vigor, mas que ele nunca saiu do cenário político nacional. Eu tenho certeza de uma coisa, Sr. Presidente, com serenidade, com o pé no chão, com amadurecimento e responsabilidade: esse, sim, será o grande líder desse processo todo que precisa terminar.

Documento 297/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DELEGADO MARCELO FREITAS-PSL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no Estado de Minas Gerais. Doação, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, de respiradores mecânicos a municipalidades situadas na região norte. Apelo ao Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por habilitação de novos leitos de UTI e fornecimento de vacinas ao Estado. Poema *Quem foi temperar o choro e acabou salgando o pranto?*, de Leandro Gomes de Barros.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um terrível momento dessa pandemia do coronavírus. Parece que estamos na pior fase dessa terrível pandemia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta ocasião eu gostaria de ressaltar uma preocupação que tenho tido particularmente com meu Estado, o Estado de Minas Gerais. Várias regiões do Estado de Minas estão na "onda roxa", o que implica dizer toque de recolher. Apenas serviços essenciais estão em funcionamento.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que de fato o Governo Federal tenha uma atenção especial para o povo de Minas Gerais, com particular ênfase neste momento para a população do norte de Minas, que sofre com a falta de leitos de UTI.

Foi exatamente por essa razão que fizemos uma solicitação à FIEMG, por intermédio do nosso amigo Flávio Roscoe, para que fornecesse respiradores para o norte de Minas Gerais. E cerca de 40 respiradores estão sendo entregues ao norte de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, solicitamos ao Sr. Ministro de Estado da Saúde que pudesse ser efetivada a doação de mais 10 mil doses emergenciais da vacina, para que possamos atender os profissionais que estão na linha de frente no enfrentamento da pandemia.

Esperamos que esse pedido seja aceito de forma imediata pelo Ministério da Saúde, além da questão, Sr. Presidente, da habilitação de leitos de uma região que enfrenta, repito, uma mortandade de pessoas como nunca se viu na história recente.

É preciso, Presidente, que tenhamos uma atenção especial, razão pela qual solicito todos os cuidados desta Casa do Povo para que realmente o gosto extremamente salgado do pranto, do choro, não venha a prosperar no Estado de Minas Gerais.

Eu finalizo, Presidente, tomando como minhas as palavras do poeta Leandro Gomes de Barros, da Paraíba, que dizia basicamente o seguinte: "*Quem foi temperar o choro e acabou salgando o pranto?*" E ele falava o seguinte, Presidente:

Se eu conversasse com Deus



Iria lhe perguntar:

Por que é que sofremos tanto

Quando viemos pra cá?

Que dívida é essa

Que a gente tem que morrer pra pagar?

Perguntaria também

Como é que ele é feito

Que não dorme, que não come

E assim vive satisfeito.

Por que foi que ele não fez

A gente do mesmo jeito?

Por que existem uns felizes

E outros que sofrem tanto?

Nascemos do mesmo jeito,

Moramos no mesmo canto.

Quem foi temperar o choro

E acabou salgando o pranto?

Obrigado, Presidente.

Documento 298/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186,

de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes; bem como de medidas de proteção ao emprego e do resgate de linhas de crédito destinadas aos pequenos e microempresários.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero também me somar àqueles que saúdam a decisão do Ministro Fachin que restabelece os direitos políticos e eleitorais do Presidente Lula e, assim, faz justiça.

Fica evidente que o que se armou no passado foi um grande complô para se impedir que a democracia brasileira pudesse se expressar livremente na eleição de 2018.

Parabéns, Presidente Lula!

Parabéns à democracia brasileira!

Quero, também, Sr. Presidente, falar sobre a PEC 186/19. Na verdade, essa PEC é um grande engodo, uma farsa! E não tem o objetivo de restabelecer, como estão dizendo, a renda emergencial.

O Brasil precisa de proteção à vida, aos direitos sociais, aos trabalhadores e à atividade produtiva diante dos impactos produzidos pelo coronavírus. Mas este caminho nós já sabemos como fazer, porque o mundo já está experimentando, porque a ciência está indicando, do ponto de vista do combate e enfrentamento ao coronavírus e da proteção à vida: é a vacina, que o Governo Bolsonaro abandona, sobre o que não quer fazer absolutamente nada. É um desastre completo.

Do ponto de vista das questões sociais, nós já fizemos algo no ano passado quando instituímos a "PEC de guerra" e a renda emergencial de 600 reais, num tempo que estava coerente com o tempo da pandemia. A pandemia hoje está pior, e, portanto, precisa voltar a renda emergencial de 600 reais, num tempo que assegure o enfrentamento ao coronavírus.

É preciso também resgatar as ações que protegeram o emprego. Muitas empresas não estão suportando mais. Aquelas medidas de proteção do emprego já não estão mais em vigência, é preciso resgatá-las imediatamente, rapidamente. Também é necessário resgatar as medidas adotadas para assegurar o acesso ao crédito, especialmente a proteção dos pequenos e médios empresários, particularmente dos setores de serviços, que são os que mais estão sendo afetados.

Portanto, o Brasil precisa resolver, mas não é com a PEC, é com o retorno das medidas que foram adotadas no ano passado, que tiveram algum grau de eficiência.

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância da retomada do auxílio emergencial. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.)

- Bom dia a todos.

Primeiro eu quero parabenizar esta Casa, que hoje votará a PEC 186/19.

Essa PEC é muito importante, porque fará retornar o auxílio emergencial, que, no ano passado, foi no valor de aproximadamente 300 bilhões de reais, atendeu a 68 milhões de brasileiros, que receberam, na primeira leva, 600 reais por mês; as mães de família, 1.200 reais, e depois 300 reais. A proposta agora é um valor de 68 bilhões, 250 reais por 4 meses, a depender da votação que haverá na Casa.

Neste momento de pandemia, há algo muito importante: as pessoas mais carentes, as que vivem na informalidade ou as que não têm nada para comer nessa pandemia dependem desse auxílio.

Eu quero parabenizar o Governo, o País, os Deputados desta Casa, que aprovarão, eu tenho certeza, esse auxílio emergencial hoje.

Falando um pouco sobre a pandemia, meu caro Sidney Leite, Deputado do Amazonas, para este mês de março, estão sendo aplicadas, no Brasil, aproximadamente 40 milhões de doses das vacinas Oxford, Coronavac, Covax e Covaxin. Todos os brasileiros terão de tomar duas doses de cada, o que representa a primeira e a segunda doses para cerca de 20 milhões de brasileiros.

Foram contratados, até o final do ano, 400 milhões de doses aproximadamente. Isso inclui a Pfizer, a Moderna, a Johnson & Johnson, que já estão com tudo encaminhado para também fornecerem as vacinas ao Brasil. Ou seja, eu espero que até o meio do ano quase toda a população adulta esteja vacinada e nós tenhamos essa pandemia se não resolvida, pelo menos muito organizada.

É uma boa notícia para o Brasil, porque havia gente torcendo pela doença, pela COVID-19, principalmente a Esquerda, que comemorava quase toda morte que acontecia no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 300/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance social do dispositivo sobre o acesso virtual a perícias médicas do INSS, inserido no texto da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, acerca do aumento da margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão, mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, durante a epidemia de coronavírus.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem nós aprovamos a Medida Provisória nº 1.006, de 2020, medida provisória essa que tem um papel social importante, haja vista que possibilita a ampliação de crédito via o alargamento da possibilidade de tomada de empréstimo consignado.

Mas eu quero destacar aqui um ponto muito importante, principalmente para a região da Amazônia e parte do Nordeste brasileiro, o Brasil profundo. Refiro-me à possibilidade de permitirmos o acesso às políticas sociais, principalmente do INSS, por meio de peritos em *home office*.

Para V.Exas. terem uma ideia, Sras. e Srs. Parlamentares, no meu Estado do Amazonas, a grande maioria dos Municípios não tem um médico perito. Isso impossibilita que muitas ações e direitos de homens e mulheres, jovens e crianças possam ser atendidos por meio das políticas sociais. Com esse acesso, vamos diminuir a discrepância entre Estados que têm mais de 20% da cobertura da assistência social em benefícios e Estados, como o meu, que, em razão do isolamento, da distância e da dificuldade, só tem 6% de atendimento. Tendo em vista a situação econômica pela qual o Estado brasileiro passa hoje, nós não teremos tão cedo a reposição de peritos para atender essa população do Brasil profundo, que tanto precisa, diante da demanda necessária e da oferta de médicos peritos.

Essa emenda do Relator, que foi aprovada por esta Casa e que torço que seja aprovada pelo Senado Federal, tem esse papel de possibilitar que principalmente essas populações, de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, mas



também de trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais, que estão nessas comunidades, possam ter o direito de também gozar dos benefícios da Previdência Social, ação essa que tem um papel social importante. Há o esforço, sim, histórico do INSS, mas nós temos essa dificuldade de infraestrutura, de logística e de acesso em uma região continental como é a Amazônia. Tirando os grandes centros, a grande maioria da população está espalhada.

Com isso, nós damos um grande passo para corrigir essa distorção e permitir que avancemos. Não vamos sanar e resolver todos os problemas, mas, com certeza, Sr. Presidente, grande parte da população amazonense e amazônica terá, a partir de agora, o direito à assistência e às políticas do INSS.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 301/1.178

12.2021.B-Sessão Outro Evento-09/03/2021-11:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALINE SLEUTJES-PSL -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à decretação de lockdown como medida de contenção da epidemia de coronavírus. Apoio ao tratamento precoce da doença viral.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Venho falar sobre um assunto muito importante que nós temos debatido há 1 ano nesta Casa, na sociedade brasileira e no mundo: a pandemia. A pandemia trouxe desespero, trouxe angústia, trouxe uma anormalidade na vida de todos nós. A pandemia tirou direitos. A pandemia trouxe restrições. A pandemia tirou até mesmo o nosso direito de ir e vir.

Falo especificamente sobre *lockdown*. O *lockdown* foi utilizado, no ano passado, como uma ferramenta para tentar entender essa doença, para saber o que fazer, para saber como deveria ser o enfrentamento, para verificar quais possibilidades haviam, para saber qual deveria ser o planejamento estratégico.

Agora, depois de 1 ano de pandemia, os Governos estaduais e municipais fazem novamente *lockdown*, fechando portas de serviços que dizem ser não essenciais.

Ora, Governadores, quem pode dizer o que é essencial? É apenas a população que vive desse trabalho, que alimenta sua família, que leva a comida para os pratos dos seus filhos, que paga suas contas, que paga seus impostos, que paga seu aluguel, que mantém a sociedade, que disponibiliza o emprego.

Como podem, mais uma vez, os Governadores decidir pela pior forma de agir?

Lockdown hoje nem a OMS diz que é uma solução. Pelo contrário, atrapalha a vida econômica, de saúde e social do povo brasileiro.

Para agravar essa situação, temos aí amostras em dezenas, centenas de Municípios brasileiros onde médicos epidemiologistas e infectologistas testaram o tratamento precoce e têm tido resultados fabulosos. Há pessoas que estão fazendo uso do tratamento precoce desde o ano passado e conseguiram organizar a vida da saúde dos seus Municípios.

Eu pergunto aqui aos Governadores: por que não adotam o tratamento precoce, com artigos nacionais e internacionais, com pesquisas, com provas contundentes?

Eu tive COVID e fui curada pelo tratamento precoce, assim como o Presidente Bolsonaro, sua esposa, Ministros, Deputados e 200 funcionários do Governo. Qual é o problema de a população brasileira ser salva com o tratamento precoce? Por que nós podemos ter esse direito, e o pobre, o cidadão brasileiro que vai a um hospital, a uma UPA, a uma agência de saúde não pode?

Nós precisamos respeitar a saúde da população brasileira. O tratamento precoce tem que ser tirado da questão da ideologia política. O tratamento precoce salva vidas.

Lockdown não!

Documento 302/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-12:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Proposta à Presidência de edição de medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio pecuniário emergencial e de encaminhamento, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar a minha sugestão.

V.Exa. tem se notabilizado nesta Casa pelo diálogo, sobretudo quando conduz as sessões. V.Exa. está conduzindo uma sessão e preliminarmente já indeferiu uma questão de ordem do Deputado Rogério e acolheu para responder a *posteriori* a questão de ordem da Deputada Talíria.

Frente a isso, Sr. Presidente, eu gostaria, até para dar transparência aos nossos atos e ao seu gesto como Presidente desta sessão, de fazer uma proposta que não tem os termos de uma questão de ordem, mas é para o bom funcionamento desta sessão.

O que eu sugiro a V.Exa. como Presidente desta sessão? V.Exa. levantou uma ideia com a qual eu concordo: temos urgência em votar o auxílio emergencial. Eu sugiro, então, com base nessa tese, que V.Exa. acorde, consultando o Presidente e todos os Líderes, com o Governo a edição de uma medida provisória hoje, e nós votaremos essa medida provisória amanhã especificamente sobre o auxílio emergencial. A chamada PEC Emergencial nós a levaríamos para a CCJ e para a Comissão Especial.

Eu faço essa ponderação, nobre Deputado Marcelo Ramos, porque nós estamos abrindo exceção demais. Eu não sei onde é que nós vamos parar, porque as PECs não estão mais tendo o rito próprio de tramitação nesta Casa. Isso é ruim para o Parlamento, não é só para a Oposição, não. Falo isso para o bem do Parlamento, porque o Parlamento, para funcionar democraticamente, tem que ter regras, tem que ter rito, e V.Exa. é um cumpridor de ritos. Mostrou isso quando relatou matérias importantes na CCJ.

Não podemos tergiversar sobre isso. Queremos, sim, votar o auxílio emergencial. Temos divergência? Temos sobre o valor. Alguns querem que seja de 250 reais, e nós queremos que seja de 600 reais. Vamos fazer um acordo aqui, um acordo que seja bom para o Parlamento!

Essa PEC Emergencial pode ter a sua tramitação normal para que o Brasil discuta o tamanho do ajuste fiscal que o Governo quer fazer através do Ministro Paulo Guedes. Nós não estamos discutindo auxílio emergencial nessa PEC. O auxílio, a qualquer momento, pode ser pago através de projeto de lei ou medida provisória.

Então, o apelo a V.Exa. é para que chame o feito e, a partir de agora, negocie uma saída para que essa PEC não seja votada de forma abrupta, sem passar pelas Comissões, sobretudo pela Comissão Especial. Isso é ruim.

Presidente, eu tive o cuidado de analisar toda a PEC. É uma PEC ampla, geral e irrestrita. Ela mexe com a estrutura do Estado brasileiro.



15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-12:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM

QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a edição de medida provisória a respeito do restabelecimento do auxílio pecuniário emergencial; da votação de projeto de lei do PCdoB relativo ao tema; e da separação do art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi atentamente o que disse V.Exa., que o seu limite é o que foi estabelecido no Colégio de Líderes, e concordo, mas esta Casa não pode fechar os ouvidos ao bom senso. Aprovar o auxílio emergencial é a vontade de toda a Casa. O povo brasileiro precisa, a economia brasileira precisa.

Eu queria aqui, Presidente, oferecer três oportunidades para superarmos esse impasse. A primeira acaba de ser apresentada pelo Deputado José Guimarães. O Governo edita uma medida provisória, como faz sempre, nós a votamos imediatamente e aprovamos o auxílio emergencial.

Segunda alternativa, Sr. Presidente. A bancada do PCdoB apresentou um projeto que estabelece o auxílio emergencial, um projeto. Nós o puxamos para o plenário em caráter de urgência, votamos hoje mesmo, e estará aprovado o projeto da bancada do PCdoB, que traz de volta o auxílio emergencial para socorrer a nossa população, que está precisando muito, e dinamizar a economia.

O auxílio emergencial movimenta as feiras, os supermercados, as padarias, as farmácias, o comércio de maneira geral. Foi ele o principal responsável pela economia brasileira não ter caído ainda mais do que caiu, não ter mergulhado ainda mais do que mergulhou.

O terceiro caminho é o seguinte, Sr. Presidente. Colocaram muita coisa numa PEC só. Está mais difícil compreender essa PEC do que caçar buraco em rede de pescador. Botaram muita coisa que não precisava. Se o assunto é auxílio emergencial, que se trate dele, mas o Governo pretende o ajuste fiscal. Então, que se trate em outra PEC do ajuste fiscal. Isso é óbvio, é evidente.

O Governo tem o direito de ter uma PEC para tratar do ajuste fiscal. Então, que mande essa PEC.

E deixemos separada a PEC do auxílio emergencial, porque é isso que une o Plenário, é isso que une a sociedade brasileira.

Então, são três os caminhos: o primeiro é uma medida provisória, como propôs o Líder José Guimarães, que votaríamos imediatamente; o segundo é puxarmos para o plenário um projeto da bancada do PCdoB, que estabelece, traz de volta o auxílio emergencial; e o terceiro é a separação do art. 3º da PEC. Assim nós enfrentaremos exclusivamente o auxílio emergencial, porque esse não pode esperar. Esse é urgente!

O Governo botou um monte de bodes dentro da sala, e nós precisamos tirar os bodes para votar o auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputado Renildo Calheiros.

Eu respondo a questão de ordem de V.Exa. como respondi ao Deputado José Guimarães. Minha atuação está limitada ao que foi pactuado no Colégio de Líderes, que, ainda que não tenha sido unânime, por maioria, decidiu por esse procedimento especial.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha. Depois haverá a questão de ordem do Deputado Bohn Gass, e, em seguida, eu iniciarei a leitura do item da pauta e a sessão de debates.

Documento 304/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-12:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre o encaminhamento, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para emissão do parecer de admissibilidade, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura. Imediato encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, de proposta de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a questão de ordem que eu faço se fundamenta no § 8º do art. 202 e no § 6º do art. 52 do Regimento. É sobre a tramitação incompatível com este regime de tramitação urgente, porque precisaria passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

O que acontece? Em primeiro lugar, quando nós votamos aqui o "orçamento de guerra", quando alteramos o prazo das eleições do ano passado, havia acordo unânime. Em segundo lugar, os temas precisavam ser solucionados por uma PEC e as Comissões não estavam funcionando. Isso é totalmente diferente do que ocorre agora. Isso é uma chantagem.

O que o Governo está fazendo? Ele está mandando uma PEC fiscal, de emergência fiscal, não é a PEC Emergencial. Não está nessa PEC o valor anunciado pelo Governo de 250 reais, durante 4 meses, e para menos pessoas do que no ano passado. Isso não está nessa PEC. É isso o que a sociedade brasileira precisa entender.

É uma chantagem o que o Governo está fazendo ao dizer que, se aprovarmos o regime fiscal, também vai estender o teto de gastos para as Prefeituras, para os Municípios; não vai permitir mais nenhum avanço para servidor na sua progressão de carreira em qualquer área público; vai congelar salários; não vai haver mais concurso público; não vai colocar recursos para questões emergenciais de apoio para atividades dos Municípios; vai ficar congelado o salário mínimo, que não vai poder ser ajustado mais acima da inflação, como é preciso. Ou seja, nós vamos impor um ajuste fiscal permanente -- esse é o problema, permanente --, para apenas depois o Presidente mandar a proposta de uma renda emergencial.

Essa renda emergencial terminou em dezembro -- em dezembro! Passamos janeiro, fevereiro, e o Bolsonaro já podia ter mandado para cá uma medida provisória, mas não mandou. Quando manda, manda com essa chantagem. Então, essa não é a PEC da renda emergencial, é a do ajuste fiscal. Nós não precisamos de uma emergência fiscal. O Brasil precisa de uma emergência social nessa pandemia, nessa dificuldade em que nós estamos, com o desemprego crescente.

Então, a nossa bancada quer segregar, quer votar em separado só a renda emergencial. E sobre o valor que está posto, de 44 bilhões de reais, nós tivemos ano passado 294 bilhões de reais para 67 milhões de pessoas. Agora, com 44 bilhões, nós vamos reduzir o valor, o tempo de pagamento e o número de pessoas.

O PT não aceita essa chantagem e quer tratar esse assunto da admissibilidade diretamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Espero que o Presidente mande imediatamente o valor da renda emergencial para cá, porque já está muito tarde e ela precisa chegar imediatamente. Por isso, nós não aceitamos que a admissibilidade seja feita aqui. Registramos isso.

A nossa voz foi discordante na reunião do Colégio de Líderes, porque nós não aceitávamos esse processo. Ela precisaria passar pela admissibilidade da Comissão.

Que o Governo mande imediatamente a medida para ajudar as pessoas que precisam, e que o auxílio seja de 600 reais e não de 250 reais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

A questão de ordem de V.Exa. já foi respondida em questões de ordem anteriores.

Só registro que, em relação ao prazo das eleições -- a minha memória está muito viva porque o meu partido era contra --, não foi unanimidade o prazo da eleição e que nós também o trouxemos para o plenário e o modificamos.

Documento 305/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-12:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --VICENTINHO JÚNIOR-PL -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Registro de elevado número de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Falta de vagas de UTI no Hospital Regional de Porto Nacional, Estado de Tocantins.

Agradecimento ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo empenho na habitação de novos leitos de UTI no Município de Porto Nacional e região.

Questionamento ao Governo do Estado de Tocantins, pelo Ministério Público, a respeito da aplicação de recursos orçamentários destinados à aquisição de equipamentos e insumos para combate à Covid-19.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PL - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, boa tarde.

Primeiro quero informar que o tempo de Líder está em 2 minutos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que corrijam o tempo de Líder do PL. Está errado. É maior o tempo. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PL - TO) - Nós somos liberais, mas não liberamos tanto assim o nosso tempo para debater o Brasil.

Presidente Marcelo, primeiro parabênizo V.Exa. mais uma vez pela condução dos trabalhos, sempre de forma muito equilibrada. A dupla Arthur e Marcelo

está trazendo esta Casa de volta a um nível que, com certeza, os 513 Deputados queriam ver e que o Brasil merecia ver acontecer. Parabéns!

Mas hoje, Deputado Marcelo, depois de passar madrugada adentro em contato com o Ministro Luiz Eduardo Ramos, com o Ministro Eduardo Pazuello e com Secretário Cascavel, o que me faz vir aqui é um reconhecimento.

No Brasil que vive hoje a COVID, a todo momento, quando se liga a televisão, quando se olha o WhatsApp no celular, as notícias são sempre negativas: óbitos, óbitos e falta de investimento para se combater a COVID, Brasil adentro.

Eu sou Deputado pelo Estado do Tocantins. Minha cidade natal é Porto Nacional, cidade centenária onde muitas das lutas separatistas para que o norte de Goiás um dia virasse Tocantins aconteceram. Porto Nacional, que fica a meia hora da Capital Palmas, tem uma população de 75 mil habitantes, aproximadamente. O Hospital Regional, que é gerido pelo Governo do Estado do Tocantins, que cuida de 18 Municípios da sua região metropolitana, hoje - pasmem - não tem um único leito de UTI à disposição da população.

Amigos muito próximos, amigos da minha juventude, da minha infância, pais de amigos nossos, mães de amigos nossos estão vindo a óbito pelo simples fato de, *in loco*, não haver estrutura mínima, um leito de UTI. Não há sequer uma única UTI móvel à disposição, para levá-los a outros Municípios que disponham dessa possibilidade de atendimento.

V.Exa., Presidente, é do Estado do Amazonas, que sofreu muito no começo desta pandemia, que vem sofrendo. Vejo lá a luta da bancada federal, encabeçada por V.Exa. inclusive, que tenta levar os investimentos necessários.

Hoje, quero agradecer a atenção ao Ministro Pazuello e ao Secretário Cascavel, que, em parceria com este Parlamentar, depois de se fazer sensível ao momento por que passa Porto Nacional e região, está dispondo a possibilidade de levarmos, nos próximos 20 dias, 30 dias, 15 leitos de UTI para atender a cidade e Municípios vizinhos. Com isso, descentralizaremos a saúde do Estado de Tocantins, para desafogar a demanda que hoje sobrecarrega o Hospital Geral de Palmas - HGP.

Quero agradecer ainda ao Dr. Adriano e ao Dr. Breno, de Porto Nacional, que estão fazendo essa parceria com o Governo Federal, para que se criem rapidamente esses leitos. Quem sabe, assim, poderemos salvar vidas, em vez de, diariamente, estarmos chorando as vidas perdidas pelos nossos portuenses e tocantinenses.

Registro, Presidente, a minha indignação em relação a este momento que vivemos de falta de investimentos do Governo do Estado em Tocantins. Sou um Parlamentar que, só no ano passado, destinei para lá, da minha cota de emenda individual da bancada do Estado, 8 milhões e 340 mil reais. Quanto a isso, o atual Governador, Mauro Carlesse, e o Secretário de Saúde, Edgar

Tolini, fizeram-se de desentendidos, dando até a entender que este Parlamentar faltava com a verdade, quando dizia que tinha destinado esses recursos. Graças a Deus, a verdade de hoje nem mais tem pernas curtas, estão aleijadas. A verdade logo veio aos fatos, e a mentira foi retirada do debate, de tal modo que o Ministério Público Estadual de Tocantins, hoje, questiona o Governo do Estado e o Secretário de Saúde sobre onde estão alocados os 8 milhões e 340 mil reais, destinados por nós para a aquisição de insumos e equipamentos no combate à COVID.

Pontualmente, para a minha cidade, Porto Nacional, nós destinamos, no ano passado, 3 milhões e 450 mil reais, ainda na gestão do ex-Prefeito Joaquim Maia, que, diga-se de passagem, não é meu companheiro político, mas, na gestão dele, se havia alguma coisa que dava certo, era a saúde. A área da saúde era conduzida, na época, pela Secretária Anna Crystina, valorosa servidora que trouxe a minha cidade um quadro de conforto no atendimento à população portuense. Hoje, não sei por qual motivo, o Prefeito Ronivon Maciel, que apoiei e para quem pedi voto, patina no começo da gestão, mesmo tendo recursos em caixa.

Então, eu quero entender do Governador Mauro Carlesse, do Prefeito Ronivon Maciel e da bancada da Assembleia Legislativa - naquela Casa há seis ou sete filhos de Porto, Deputados Estaduais - o que acontece e onde está esse investimento, para chegar à ponta de Porto Nacional.

Ao tempo que hoje cobro, neste tempo de Líder, uma satisfação por parte do Governo do Estado e do atual Prefeito de Porto Nacional - eu o apoiei, pedi voto para ele e acredito na gestão dele -, porque não tapo o sol com a peneira, reconheço que falta, neste começo de gestão, mais capricho e zelo na área da saúde.

Agora, eu agradeço ao Presidente Bolsonaro, por meio do Ministro Pazuello, do Ministro General Ramos e do nosso amigo Cascavel, porque estou com fé. Sou romeiro do meu Senhor do Bonfim, então, levo a minha vida e a minha rotina com muita fé em Cristo, em Deus e nas pessoas. E tenho fé de que, logo, para Porto Nacional, para cidades vizinhas, para a Capital, Palmas, e para Tocantins, levaremos esses 10, 15 leitos de UTI, a fim de ajudar, em gesto, a desafogar um pouco mais o meu Estado, que passa por um momento calamitoso. Hoje nós já estamos chegando à casa dos 186% de aumento da contaminação. O sistema de saúde está quase colapsando, Presidente.

Nós da bancada federal, que temos levado recursos da cota de bancada, recursos da emenda impositiva individual para ajudar no combate à COVID, ficamos aqui tristes e com as mãos amarradas, porque o recurso vai, mas, infelizmente, não estamos vendo a aplicação dele. E hoje achamos a maneira direta de atendermos esses leitos de UTI em Porto Nacional, que é através do Governo Federal, em parceria com os médicos da cidade, por meio, registro, do Dr. Breno e do irmão dele, Dr. Adriano.

Então, como portuense que sou, nativo, quero dar logo essa alegria a minha comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção, pelo tempo de Líder que me foi concedido, para prestar essa satisfação a minha comunidade portuense, às famílias que estão em Porto Nacional perdendo vidas, com entes queridos acamados, sem ter para onde levá-los nem como tratá-los. Já, já nós levaremos esse gesto de solidariedade do Governo Federal, deste Parlamentar para minha comunidade.

Sr. Presidente, muito obrigado. Um abraço.

Documento 306/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-12:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra o valor do auxílio emergencial preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de rejeição da propositura. Prioridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e na retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero tratar do tema da PEC 186, a PEC Emergencial, que está na pauta de hoje da Casa. Aproveito para pedir a V.Exa. que divulgue, nos meios de comunicação da Casa, o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, estamos enfrentando uma pandemia que tem trazido resultados trágicos para o Brasil: há mais de 265 mil pessoas mortas. O que o povo brasileiro mais precisa neste momento?

Primeiro, a vacinação. Só vamos voltar para uma certa normalidade depois que tivermos vacinas garantidas para o povo brasileiro. Infelizmente, isso não acontece, porque o Governo brasileiro a negligenciou. O Presidente Bolsonaro não cumpriu com suas obrigações em relação à vacina, negando inclusive a contratação de vacinas no tempo certo. Agora estamos enfrentando uma dificuldade imensa na vacinação. Isso prejudica a retomada dos caminhos para o Brasil. Portanto, a primeira medida é a vacinação.

A segunda necessidade do povo, neste momento, é o auxílio emergencial. Para isso, o Governo nem precisava de PEC. Ele poderia ter preservado o

auxílio emergencial de 600 reais. O que fez o Governo Bolsonaro? Reduziu o auxílio emergencial para 300 reais, depois o suspendeu, quando não deveria tê-lo feito.

Em vez de uma medida provisória, em caráter de urgência, para a retomada do auxílio emergencial, ele manda para cá uma PEC com a intenção (*falha na gravação*). Há extrema dificuldade, a fome bate à porta do povo e o Governo manda uma PEC, exigindo uma série de contrapartidas. Na verdade, é a velha cantilena neoliberal, com a intenção de retirar direitos, como se fez com o teto de gastos e a reforma da Previdência. Agora, aproveita-se da agonia do povo para tentar tirar mais direitos ainda da população e limitar o valor do auxílio emergencial, que, pela proposta do Governo, não chega a 600 reais, mas no máximo a 250 reais.

Essa é a proposta que estamos debatendo aqui. Ela traz prejuízos sobretudo aos servidores públicos, que, mais uma vez, são demonizados por este Governo, que estabelece gatilhos e tetos de gastos, e limita as carreiras dos servidores públicos.

Não podemos aceitar esse tipo de enganação. Faremos a nossa batalha, em plenário, para que essa proposta seja...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 307/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CELSO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Falta de respiradores mecânicos e de leitos de UTI para atendimento aos contaminados pela Covid-19, no Estado de Santa Catarina. Homenagem às mulheres brasileiras.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu queria aproveitar este espaço para expressar o sofrimento por que estamos passando em Santa Catarina.

Temos um levantamento segundo o qual precisamos hoje de 150 respiradores aproximadamente. O Secretário de Saúde do Estado está tentando alugá-los ou comprá-los. Não estão à disposição no mercado. E há pessoas que estão, infelizmente, perdendo a vida por falta de leitos de UTI. O assunto é muito grave. Quando o problema acontece na família da gente, meu Deus do céu, o desespero é total!

Então, eu queria falar a todos os colegas Parlamentares do sofrimento pelo qual estamos passando em Santa Catarina por causa desta pandemia.

Sr. Presidente, ontem não tive oportunidade para homenagear, da tribuna, todas as mulheres do nosso Brasil, principalmente nossas mulheres guerreiras de Santa Catarina.

A mulher acumulou as funções de cuidar, proteger, ter a tutela do cuidado com a saúde, com o bem-estar. Nós vimos nossas profissionais atuando na linha de frente do combate ao coronavírus. Muitas mulheres guerreiras estão arriscando a própria vida para salvar outras vidas.

Eu quero prestar homenagem a todas as mulheres, principalmente àquelas que estão se dedicando a salvar vidas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 308/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Recrudescimento das crises sanitária e econômica reinantes no País. Razões da inadmissibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Bismarck, eu quero, assim como outros colegas que estão fazendo uso da palavra nesta sessão, falar sobre esta proposta de emenda à Constituição que o Governo Bolsonaro quer votar e sobre o auxílio emergencial.



Antes, quero dizer a todo o povo brasileiro que o auxílio emergencial é urgente, necessário e indispensável para a proteção das famílias brasileiras e da camada mais vulnerável da nossa população, que está sofrendo, e muito, com a crise econômica. Nós precisamos estabelecer esse auxílio emergencial no valor de 600 reais. Não é possível (*falha na transmissão*) a crise se acentuou, tanto a crise sanitária como a crise econômica.

O outro assunto não tem nada a ver com o auxílio emergencial (*falha na transmissão*) não deveria ter sido cortado no final de dezembro. É um crime deixar este País, em pleno agravamento da pandemia, durante os meses de janeiro, fevereiro e, agora, março, sem auxílio emergencial. Houve auxílio emergencial em 2020 sem (*falha na transmissão*).

Na verdade, o que visa esta proposta de emenda à Constituição? Esta proposta de emenda à Constituição visa congelar os investimentos públicos em áreas vitais para o País, onde não podem ser congelados. Vejam o que acabou de dizer o colega que me antecedeu. Ele está desesperado, porque em Santa Catarina faltam respiradores. Pois bem, se esta proposta de emenda à Constituição for aprovada, no futuro faltarão mais respiradores, no futuro faltarão mais estradas, no futuro faltarão mais vagas nas universidades, porque aqui se propõe o congelamento de todos os investimentos públicos.

Por exemplo, se esta proposta de emenda à Constituição for aprovada, não se poderá garantir nenhum ganho real para o salário mínimo. Uma das políticas mais importantes que o Presidente Lula aplicou no País foi o programa de valorização do salário mínimo, com ganhos reais acima da inflação, para melhorar o poder de consumo e o bem-estar da população e para gerar crescimento econômico.

Esta proposta de emenda à Constituição é um descalabro, é um absurdo! Não podemos votá-la em hipótese nenhuma.

Documento 309/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BOCA ABERTA-PROS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 382, de 2021, sobre o desconto de 50% dos salários do Presidente e do Vice-Presidente da República, de Prefeitos e Vice-Prefeitos, de Governadores e Vice-Governadores, de Parlamentares e Vereadores para financiamento do auxílio emergencial.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde a todas e a todos.

Obrigado pelo carinho, Sr. Presidente.

Eu ouço muita demagogia neste plenário. Do lado de lá, o PT, o PSOL, a Esquerda fala, Deputado Otoni de Paula, sobre o auxílio emergencial: "*Vai tirar de onde? Da saúde, da educação, da segurança, do raio que os parta?*" Do lado de cá, a Direita diz que não há dinheiro. O pessoal do PSL, do MDB, do raio que o parta diz que não há dinheiro. Na realidade, há uma briga para discutir o sexo dos anjos.

Mas eu achei a solução. A solução para o auxílio emergencial de 600 reais está aqui na minha mão, Sr. Presidente. Protocolei um projeto de lei para cortarmos na própria carne! Atenção, Brasil! Vamos reduzir em 50% o salário de todos os Deputados Federais. Todos os Deputados Federais já vão deixar 50% do salário direto na fonte, bem como todos os Ministros e o Presidente Bolsonaro. Vai ser reduzido à metade o salário do Vice-Presidente Hamilton Mourão e o de todos os Vereadores, Deputado Otoni de Paula, nos mais de 5.300 Municípios da Federação, bem como o de todos os Deputados Estaduais do meu Brasilão de meu Deus. Vamos reduzir inclusive o salário dos paus-mandados, dos bate-paus, dos aspones, de todos os Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos.

Dinheiro existe, e muito! Ainda vai sobrar um troco, Sr. Presidente, para ir para a Rússia. Vai haver dinheiro suficiente. Vai ser feita uma economia, Brasil, de bilhões, de bilhões, de bilhões por mês. Eu até perdi a conta, por causa de tantos zeros. Sou analfabeto digital e funcional. Só tenho a 4ª série primária, Deputada Fernanda Melchionna, grande Deputada.

Sou um analfabeto digital, tenho a quarta série primária, mas canudo nunca foi sinônimo de sucesso financeiro e profissional. Estou aqui hoje, Sr. Kim Kataguiri.

Vamos tirar do próprio bolso, porque quem paga o salário de todos os políticos do Brasil é você, povo abençoado brasileiro.

Documento 310/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de votação pela Casa de proposições destinadas ao amparo da classe

feminina. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e todos os que nos acompanham através da mídia eletrônica e da *TV Câmara*, quero me incluir aos que têm manifestado suas posições e sua saudação às mulheres brasileiras pela oportunidade de mais um Dia Internacional da Mulher.

Foram discursos inflamados de declaração de respeito e de admiração às mulheres, mas é necessário que isso se transforme em ação concreta, votando-se diversos projetos que tramitam nesta Casa, muitos deles relacionados aos interesses, aos direitos e às demandas das mulheres de nossas cidades e do nosso País.

Outro tema, Sr. Presidente, que está na pauta de hoje, é a PEC da morte, que sacrifica os servidores públicos e os quem têm menos renda neste País, e o servidor público como uma condição de um bom funcionamento do Estado, do Estado brasileiro, do Estado Democrático, na condição de juiz, de árbitro do bem comum em nosso País.

Não precisava, Sr. Presidente, para garantir uma renda emergencial aos que estão desempregados, aos que estão sofrendo os efeitos danosos da COVID-19, de uma esmola, porque 250 reais por mês, para uma família que nem sempre tem menos de quatro membros, não dá sequer para garantir uma alimentação básica.

Não precisava de PEC. Já são 110 PECs que modificaram o texto da Constituição de 1988. Nem tudo necessita de PEC. Uma medida provisória resolveria esse problema do auxílio emergencial para socorrer milhões de famílias que estão à mercê de uma situação de desemprego, de fome e de subsistência durante esse tempo de pandemia.

Lamentavelmente, aproveitam-se da miséria do povo para, através de uma PEC, aprofundar as desigualdades sociais, investir na austeridade fiscal, ou seja, reduzir os custos públicos nos direitos sociais, nos direitos da imensa maioria do povo brasileiro no sentido de fazer...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 311/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais com duração durante a epidemia de coronavírus. Repúdio à política antissocial implantada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, quem nos acompanha pela *TV Câmara*, nós somos favoráveis ao auxílio emergencial e que ele seja igual ao primeiro auxílio de 2020, de 600 reais, e pelo tempo que perdurar a calamidade. Essa é a proposta, bem clara, que nós temos, toda a nossa bancada.

É um absurdo o que o Governo está fazendo, uma verdadeira chantagem. Hoje não se está votando o auxílio, está se votando, na verdade, um ajuste fiscal, uma redução do Estado, uma redução na capacidade do poder público de prover serviços públicos. E aí colocaram o auxílio emergencial como uma cereja para enfeitar essa proposta. É lamentável o que está sendo feito pelo Governo. A política do Guedes e Bolsonaro é uma política antipovo e já enganaram o povo lá atrás. Deputada Fernanda, começaram o ano de 2019 votando a reforma da Previdência, dizendo que iriam melhorar as condições econômicas e financeiras do País. Onde melhorou? Cadê, Deputada Natália? O que melhorou para o País? Nada! Literalmente, a crise de desemprego é grande mesmo antes da pandemia, agravou-se com a pandemia e, mais do que nunca, as pessoas precisam do poder público, da sua função primordial, que é justamente prover serviços públicos.

Por isso, votar essa PEC do jeito que está, confundindo os assuntos, é mais um crime, um atentado ao povo brasileiro. É mais uma enganação com um discurso fácil. Se quisermos de verdade aprovar o auxílio, basta simplesmente dizer: "*Auxílio emergencial de valor tal por tanto tempo*". Acabou.

Peço a quem está nos acompanhando que leia a proposta da PEC 186 para ver a quantidade de artigos, a quantidade de assuntos, para ver se aquilo tem a ver com auxílio emergencial.

Nós continuamos numa crise em que, infelizmente, não temos vacina ainda por culpa do Sr. Presidente. Podemos ter uma situação social e econômica muito mais crítica daqui em diante. E nós vamos dizer que o Estado não pode fazer aquilo que é a sua obrigação? Isso é uma contradição brutal com o momento que vivemos!

Nós precisamos de mais Estado. Nós precisamos de mais poder público e não de menos. E temos que ter o auxílio emergencial de 600 reais já! É para ontem!

Documento 312/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais com duração durante a epidemia de coronavírus. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós somos a favor do auxílio emergencial de 600 reais até o final da pandemia.

Lutamos muito, aqui neste Plenário, no ano passado, para aprovar o valor de 600 reais, que o Governo Bolsonaro não queria. Ele queria dar apenas 200 reais.

Acontece que, até na hora de ajudar aqueles que mais precisam, o Governo Bolsonaro faz uma maldade atrás da outra.

Primeiro, inventa que o auxílio emergencial, que poderia ser por uma lei, como fizemos no ano passado, teria que vir em uma PEC - Proposta de Emenda à Constituição. Onde há a necessidade de se garantir um auxílio emergencial para quem mais precisa colocando isso na Constituição?

O Governo fez isso por maldade, maldade com o servidor público. Então, imagine que essa PEC traz uma proposta de um auxílio emergencial de menos da metade do que foi a proposta que votamos no ano passado e que vai atingir menos da metade do número de trabalhadores e de pessoas que precisam receber o auxílio emergencial, e ela traz a destruição do serviço público.

Um médico, por exemplo, que está hoje trabalhando e se dedicando para atender os hospitais brasileiros não vai ter chance de receber compensações salariais pelo excesso de horas trabalhadas. Assim vai ser com o policial, assim vai ser com o professor e vai ser com todos os servidores públicos. O Governo Bolsonaro destrói o serviço público, exatamente aquele que está socorrendo os brasileiros no momento mais difícil do País.

Portanto, é pura maldade dar o auxílio emergencial num valor insignificante. O Governo propõe um auxílio emergencial de 250 reais, mas sobe o preço da gasolina lá no Acre. Eu mostrei que, no interior do Estado, a gasolina está custando entre 8 e 10 reais o litro, dependendo do Município no interior do Estado. E o bujão de gás passa de 100 reais. E ele vai querer que as pessoas sobrevivam com 250 reais por mês? Isso é ter muita raiva de pobre! É exatamente o que o Governo Bolsonaro está fazendo.

Nós somos a favor do auxílio emergencial de 600 reais enquanto durar essa pandemia, mas não concordamos com essa PEC do fim do mundo, a PEC da maldade, a PEC que destrói o serviço público.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 313/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à nota do Presidente do Clube Militar, general Eduardo José Barbosa, contra o Supremo Tribunal Federal, especialmente em relação ao Ministro Edson Fachin, pela anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Omissão do general sobre o recebimento indevido do auxílio emergencial por militares; as rachadinhas da família Bolsonaro; a incompetência do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, na condução das ações de combate à Covid-19; e o exorbitante orçamento das Forças Armadas brasileiras. Posicionamento da Esquerda e do PT, contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., todos os pares que me antecederam e a sociedade brasileira.

Eu tive oportunidade de ler, hoje, no *blog* de política Fórum, um artigo do jornalista Plínio Teodoro, no qual ele destaca uma nota do Presidente do Clube Militar do Rio de Janeiro fazendo uma crítica profunda ao Supremo Tribunal Federal, principalmente ao Ministro Fachin, em relação à decisão que libera de processos o ex-Presidente Lula. Na realidade, essa reparação foi o bom direito.

Infelizmente, o ataque dessa nota do Clube Militar do Rio de Janeiro é vil, desqualificado, contra o Ministro e contra o ex-Presidente Lula. Essas vivandeiras de plantão, essas aves de rapina que não conseguem compreender que estamos num Estado Democrático de Direito nós não pode nos calar. Eles só têm foco em relação ao ex-Presidente Lula. Está provado que foi um processo viciado!

O general se omite em relação a milhares de militares que receberam, sem ter direito, o auxílio emergencial. Esse mesmo general se omite em relação às rachadinhas da família Bolsonaro. Esse mesmo general se omite em relação à incompetência do seu colega general, o Ministro da Saúde, que está contribuindo para o genocídio. É lamentável essa postura de não se respeitar o Estado Democrático de Direito.

Ele devia estar preocupado com o orçamento das Forças Armadas - 150 bilhões de reais, orçamento maior do que o do Ministério da Saúde -, que não tiveram a competência de fazer um respirador artificial, porque não têm sintonia com o povo brasileiro.

É por isso que nesta Casa, que hoje vota a PEC 186, que penaliza o serviço público, não dando direito a um auxílio emergencial decente, o PT, os partidos de esquerda vão lutar firmemente para que essa PEC da morte não seja aprovada. Neste momento, a prioridade é a defesa da vida e da democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 314/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde em Capitais brasileiras provocado pela Covid-19. Agravamento da crise econômica e do desemprego no País. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Posicionamento do Presidente da República, contrário à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais para mulheres chefes de família. Razões do posicionamento da oradora contrário à

aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputado Eduardo Bismarck. É um prazer vê-lo conduzindo os trabalhos na tarde de hoje. É uma pena termos esta pauta, que obviamente não é responsabilidade de V.Exa. Trata-se de um trator do Governo Bolsonaro, que faz uma verdadeira política de chantagem com o povo brasileiro.

É inadmissível que nós estejamos, há 10 dias, perdendo mais de mil vidas por dia - não é um número; são pessoas -, o pior momento da pandemia, desde o início dela, no ano passado. Temos uma variante mais infecciosa. Em mais de 15 capitais, temos colapso no sistema público de saúde. Ao mesmo tempo, a situação econômica do nosso povo é dramática:

temos aumento do desemprego, temos 20 milhões de brasileiros e brasileiras na extrema pobreza. Essa vulnerabilidade impacta ainda mais as mulheres, em especial as mulheres negras.

Ontem foi dia 8 de março e vários Parlamentares vieram aqui parabenizar as mulheres. Mas, muito mais do que um dia de comemoração, é um dia de reafirmar as lutas: luta pela vida, luta contra a COVID, luta contra o maior amigo do vírus no Brasil, que é Jair Messias Bolsonaro, luta contra a chantagem.

O Brasil poderia tratar disso por meio de medida provisória. Bolsonaro poderia reabilitar assim o auxílio emergencial, que, aliás, ele nunca quis dar. Esta Casa votou os 600 reais, e uma emenda minha pautou o tema do duplo benefício de 1.200 reais para mulheres chefes de família. Ele, por medida provisória, rebaixou esse valor e zerou em janeiro, quando o arroz ficou mais caro. O Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos, Deputado Afonso Florence, e temos milhões de brasileiros passando fome. Milhões de brasileiros estão passando fome! Um projeto de lei ou uma medida provisória seria suficiente para garantir o auxílio emergencial.

O Paulo Guedes protocolou a PEC 186 em 2019, muito antes da pandemia. Esta PEC é um verdadeiro ataque, porque coloca, no art. 186, a prioridade do pagamento dos banqueiros. Isso vai estar na nossa Constituição! Estará na Constituição: tem que pagar banqueiro, não pode contratar médico, não pode contratar enfermeira, não pode contratar professor. É o caso do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro já está no gatilho! Quem está salvando vidas não vai poder ter progressão. Não vai haver concurso público. Só vão poder se endividar para pagar parasitas do sistema financeiro e de uma dívida que nunca foi auditada; não para garantir investimento social, não para colocar dinheiro na saúde.

Alguns dizem que se desidratou a PEC porque se retirou o percentual mínimo em educação e saúde. Isso é verdade e foi importante. Saiu do texto do Senado. Mas a PEC tem cláusulas automáticas quando se atinge 95% das receitas. Na verdade, ela prevê 5% de superávit obrigatório, na prática, para pagar os serviços da dívida. Vários Estados brasileiros já estão nessa situação. Além disso, automaticamente aciona gatilhos de suspensão, de vedações, que inclusive podem ser piores do que a retirada dos mínimos constitucionais, o que pode, sim, com essa abertura que se dá, acontecer nos Estados e Municípios.

É evidente que nós queremos o auxílio emergencial - o de 600 reais, que é o valor da cesta básica -, mas não aceitamos a chantagem com a fome do povo brasileiro para massacrar ainda mais o próprio povo brasileiro e para seguir financiando o lucro dos banqueiros e dos parasitas do sistema financeiro, aliás muito amigos do Paulo Guedes e do Jair Messias Bolsonaro.

Documento 315/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma tributária. Protesto contra a inclusão do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prejuízos impostos aos servidores públicos pela propositura. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Perplexidade ante o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à imunização do povo brasileiro e a favor do uso de cloroquina no tratamento da Covid-19.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Eduardo Bismarck, quero saudar V.Exa. e todos os que integram a Casa do Povo e todos os servidores.

Boa tarde, Brasil.

A minha fala vai ser muito curta, porque realmente é muito revoltante assistir a esse tipo de jogo aqui na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Gervásio Maia, agradeço as suas palavras, mas o seu tempo estava errado.

Peço à Mesa que restabeleça o tempo de 3 minutos, para que V.Exa. dê início à fala.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Pois não, Presidente. Muito obrigado.

Eu preciso dizer que é inaceitável misturar estes dois temas: auxílio emergencial e ajuste fiscal. Isso beira ao jogo sujo. Permitam-me dizer isso.

Nós precisaríamos de tempo para discutir com o povo brasileiro o ajuste fiscal. Cadê a reforma tributária, Câmara dos Deputados? Nós precisamos discutir e avançar com a reforma tributária, em vez de misturar auxílio emergencial com ajuste fiscal, incluindo diversas situações maléficas para o futuro do País. Como vamos votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, ferindo servidores públicos que estão arriscando as suas vidas, que passam o dia dentro de um hospital e, de repente, voltam para dormir com seus filhos, com a sua esposa ou com seu marido? Esses é que serão atacados com a aprovação desta PEC 186.

No ano passado, a Câmara dos Deputados enfrentou o tema. Bolsonaro queria um auxílio emergencial de 200 reais, mas nós conseguimos vencer a barreira e aprovamos um auxílio emergencial de 600 reais. É fato que isso foi um paliativo, mas foi um acerto gigantesco, porque as pessoas tiveram comida na mesa e, mais do que isso, visivelmente tivemos a economia muito aquecida. Foi um acerto gigantesco da Câmara dos Deputados.

Nós precisamos repetir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o auxílio emergencial de 600 reais, sem qualquer tipo de jogo sujo, sem qualquer tipo de condição, sem chantagem - o nome disso é chantagem!

No ano passado, assistimos ao Presidente negando a vacina e defendendo a cloroquina. Olhem que coisa absurda! A solução para o futuro do Brasil e para o futuro do mundo está, com certeza, na vacinação do nosso povo. O que estamos discutindo é um paliativo, e não deveria ser feito através de uma PEC. Isso é realmente lamentável.

Mas eu faço um apelo: nós temos alternativas, nós temos caminhos. Repito que a reforma tributária é um caminho para suprir defasagens, dificuldades, injustiças do oitavo país mais desigual do planeta Terra.

Venhamos e convenhamos: as pessoas estão precisando do auxílio emergencial. Chega de jogo sujo! Nós não podemos aceitar que um ajuste fiscal, sem debate, seja incluído num tema tão importante quanto o auxílio emergencial.

Estaremos aqui insistindo nisso. Eu, enquanto integrante do meu partido, o PSB, compondo com muita alegria a Oposição, vou insistir firmemente ao lado do povo, ao lado dos funcionários públicos, ao lado daqueles que estão defendendo o nosso povo, cuidando das nossas vidas.

Então, Sr. Presidente, nada de misturar as coisas. Vamos aprovar o auxílio emergencial e depois discutiremos um ajuste fiscal justo, mas discutindo, repito, com o povo brasileiro.

São essas as colocações. Nós precisamos do auxílio de 600 reais.

Muito obrigado.

Documento 316/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Existência no bojo da proposição de dispositivos prejudiciais aos servidores públicos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, boa tarde.

Hoje é um dia em que o País está prestando atenção nas nossas decisões. Espera-se que o Parlamento aprove um auxílio emergencial que atenda a quem está precisando suprir suas necessidades básicas neste momento difícil que o País atravessa com a pandemia da COVID-19. Muitos terão somente esse auxílio. Isso deve nos sensibilizar. É o momento de o Parlamento mostrar responsabilidade e seriedade. Famílias passam fome - são crianças, mulheres, idosos que já receberam o valor de 600 reais.

Existe hoje uma discussão sobre a redução desse valor. O povo espera essa ajuda, que dependerá de nós Parlamentares. No entanto, Sr. Presidente, o que vemos é uma pressão sobre o tema, por meio de uma PEC que vai limitar, restringir, retalhar programas, atividades e ações públicas essenciais para a nossa população. O auxílio emergencial não precisa estar na PEC. Isso poderia ser feito através de uma medida provisória enviada diretamente pelo Governo. Esta PEC traz assuntos diversos e coloca o auxílio emergencial na mesma proposta. Isso é uma verdadeira chantagem do Governo.

A PEC é uma medida de congelamento de salário dos servidores públicos e está fazendo também uma reforma administrativa. A classe de servidores públicos sairá muito prejudicada, com salários congelados, sem reajuste, com valores diminuídos. Segundo os seus representantes, o Governo não soube

gerir suas contas, pois o salário e o cargo que conquistaram foram oferecidos de antemão. Além disso, o salário de servidores é irredutível, segundo o art. 7º da Constituição Federal.

Muitas outras despesas deveriam ser diminuídas, não apenas as relacionadas ao funcionalismo público. Podemos citar gastos com verba de gabinete, com cargos políticos, com cargos em comissão, com assessores, com o salário dos próprios políticos. Mas tudo isso depende de uma discussão. Não podemos colocar a culpa nisso.

Sr. Presidente, vemos também uma violação da regra de ouro, ou seja, uma ajuda para enterrar um dispositivo já considerado letra morta, pois vem sendo descumprido com frequência.

Queremos destacar que a nossa população brasileira merece ter sua prioridade aprovada, mas conforme a realidade do País, sem uma visão elitista, que não se preocupa com as diferenças regionais. A Região Norte, a Região Nordeste, enfim, os Estados necessitam desse amparo público. O auxílio emergencial é essencial nesse momento para as famílias que dependem dessa assistência.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que inclua esse posicionamento da REDE nos órgãos de imprensa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 317/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais aos chefes de famílias monoparentais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Imediata reabertura dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós temos na pauta de votação da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019.

Nós queremos o auxílio emergencial, mas queremos o auxílio emergencial de 600 reais. Além disso, queremos o auxílio de 1.200 reais quando se tratar de mulher chefe de família ou de mulher ou homem sozinho com os filhos. Isso é a base do respeito.

É preciso falar de dignidade. Não há como garantir dignidade para uma família quando o Governo, em meio à pandemia, quer reduzir em sete vezes o valor do auxílio emergencial, passando-o para 250 reais, após ter deixado a população sem nada, com zero, até agora. O Governo poderia ter editado uma medida provisória e ter resolvido isso. Não fez dessa forma porque só trata de economizar e de fazer ajuste fiscal quando está colocada a necessidade de apoiar os mais vulneráveis.

Então, eu defendo os 600 reais e defendo os 1.200 reais, quando for uma pessoa adulta, mãe ou pai, sozinho com os filhos e as filhas.

Eu quero dizer que o mais grave, que temos que denunciar, é a chantagem. É impossível aceitar tudo o que vem embutido nessa proposta de 250 reais. Vem aí o congelamento do salário mínimo. Os preços explodiram. As pessoas não conseguem comprar gás de cozinha. Voltaram a cozinhar com lenha, com toco, com coisas que juntam na rua para fazer uma fogueira. É o que estão fazendo as pessoas que vivem em um pátio, em uma periferia urbana.

As famílias estão na fome!

A proposta aqui é: entregar 250 reais por um período de 4 meses e retirar médicos das unidades de saúde, não contratar mais professores, professoras, policiais. Quem está se preparando para um concurso esqueça! Aprovada essa PEC, não haverá mais concurso público. O ataque ao serviço público que está em curso no Brasil é criminoso. Sem o Estado, um país não pode se desenvolver, seja promovendo políticas públicas de atendimento à população, seja assegurando dignidade, seja permitindo investimentos públicos que gerem capacidade de absorver força de trabalho e garantir salário para fazer o País se desenvolver.

O modelo econômico neoliberal está falido! O Governo Bolsonaro está falido política, ética e economicamente. Bolsonaro precisa receber da Câmara dos Deputados o andamento do processo de *impeachment*. A Comissão de Constituição e Justiça tem que funcionar, porque tem que ser analisada a admissibilidade de matérias como esta PEC e o próprio *impeachment*.

Obrigada.

Documento 318/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARCELO FREIXO-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Elevado número de óbitos entre os profissionais de saúde em decorrência epidemia de coronavírus. Urgente vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Inadmissibilidade da vinculação da recriação do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente Marcelo Ramos, um número assustador está hoje nos jornais: um profissional de saúde morre por COVID a cada 19 horas no Brasil. Os Conselhos de Medicina e de Enfermagem dizem que este número é muito pior.

Repito: um profissional de saúde morre a cada 19 horas no Brasil.

O que nós deveríamos estar debatendo aqui, neste momento, Deputado Marcelo Ramos, por quem tenho muito apreço? Evidentemente, o debate fundamental desta Casa deveria ser a vacina, a qualidade da vacina, a vacinação em massa. Nós vacinamos menos de 4% da população. São 266 mil brasileiros mortos. A segunda dose da vacina não chegou a 2% da população. E hoje esta Casa está paralisada no debate sobre esta PEC, não sobre o auxílio emergencial, que é fundamental. Nós tínhamos que estar votando o auxílio, debatendo o valor do auxílio, analisando a abrangência do auxílio. Mas não! Precede uma PEC que tem como ideia dizer que, para pagar um auxílio de 250 reais, tem que sacrificar profissionais da saúde, da educação. Nós sabemos que não é verdade.

Depois de 1 ano de pandemia, há profissionais de saúde que não foram para casa, que não viram seus filhos. Como vão dizer isto a eles? *"Não podemos promovê-los. Não podemos cumprir o plano de cargos. Se fizermos isso, não vamos poder pagar 250 reais de auxílio."* Francamente, Deputados, é muito grave a situação que nós temos hoje no País! Estamos numa pandemia. Hoje o Brasil é laboratório de proliferação de novos vírus.

Existe algo, Deputado Otoni de Paula, que mata mais do que a COVID: a insanidade. A insanidade mata mais do que a COVID neste País. Insanidade é não conseguir dar prioridade, é não conseguir eliminar as nossas diferenças, que são fundamentais, que são da democracia, para resolvermos coisas básicas. O que nós temos que debater e votar hoje é o valor do auxílio e para quem ele vai chegar. Não é o debate fiscal o mais importante, com todo o respeito. Nós devemos, sim, fazer o debate fiscal; devemos, sim, fazer o debate sobre a economia, sobre os limites; mas não agora. Hoje a prioridade é

votar o auxílio imediatamente. Eu quero fazer o debate aprofundado sobre economia com o Deputado Marcelo Ramos, com quem tenho diferenças.

Dizem que, se votarmos a PEC desse jeito, vamos chegar a um ponto em que a moeda vai se desvalorizar, o câmbio vai... Ora, o que está acontecendo? Qual é o preço do gás e da carne? Então, não venham querer garantir a ideia de que o Estado mínimo vai resolver tudo. Não vai! Não vai!

Para terminar, em respeito aos profissionais de saúde, que estão dando a vida por nós e pelas das nossas famílias, eu quero pedir que se vote hoje o valor do auxílio, que nós queremos que seja muito maior do que 250 reais, que nós queremos que atinja muito mais do que 58 milhões de pessoas. Façamos esse debate! Isso é prioridade para a vida do brasileiro hoje.

Obrigado, Presidente.

Documento 319/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Gravidade das crises sanitária e social desencadeadas pela epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade de vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da PEC Emergencial.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham nesta sessão, todos os que acompanham a sessão pela *TV Câmara*, eu gostaria de me pronunciar, nesta tarde, voltando a minha fala para o auxílio emergencial.

Eu venho de um Estado que é o maior produtor de grãos e de carne do Brasil. Mesmo aqui no Mato Grosso, um Estado com quase 1 milhão de quilômetros quadrados e 3 milhões e 200 mil habitantes, nós temos pessoas passando fome por falta de alimentos. Assim ocorre em todo o Brasil. Em alguns lugares, a situação está pior do que em outros. Em todo o País, há o drama da pandemia, com a chamada de governadores e prefeitos para que a população fique em casa. Quem sabe, na próxima semana, tenhamos um *lockdown* nacional para evitar a continuidade da disseminação do vírus e evitar o grande número de mortos, todos os dias, neste País.



Estamos aqui, Deputados e Deputadas, aguardando a discussão do que é a prioridade para o País, e chega o Governo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019. Posso dizer que esta PEC é a maior maldade que acompanhei no meu mandato.

Nesta PEC, em vez de votar o auxílio emergencial, o Governo vem aqui votar um ajuste fiscal que tira do lombo dos trabalhadores brasileiros os 44 bilhões de reais - ele quer pagar 200 reais, e nós queremos 600 reais para as pessoas que mais precisam.

Quando falam em uma PEC, às vezes a população não compreende bem o que é isso. Vai-se fazer uma emenda, um novo texto na Constituição, não para pagar o auxílio emergencial, porque "não é preciso", mas vai tirar dinheiro do SUS, tirar dinheiro da educação, tirar dinheiro dos fundos que ajudam na educação brasileira, na saúde, no meio ambiente, e diminuir a possibilidade de novos empregos. Então, essa PEC vai destruir aquilo que ainda temos de bom para o povo brasileiro.

Na realidade, ela é uma enganação. É dizer: "*Se vocês não votarem esta PEC, não vamos dar os 200 reais*". Estou cansada de ver o Ministro Paulo Guedes brincar, como se 175 reais, 200 reais ou 300 reais fossem um deboche na cara das donas de casa, das mães de família, dos pais de família, que não têm dinheiro nem para comprar um gás de cozinha, que já passou, há muito, de 100 reais.

Então, Sr. Presidente, que cada Deputado ou Deputada, ao votar esta PEC - se ela chegar a ser votada aqui -, coloque a sua digital. Os nomes têm que ser expostos em todo o País. Em vez de votarmos para dar comida ao nosso povo, querem acabar com as políticas públicas que ajudam a população brasileira.

Estou muito triste com isso, porque, na hora de pedir voto, todo mundo é rápido, mas, na hora de apoiar o povo, todo mundo se esconde.

Documento 320/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-14:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do PSOL contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais às mulheres chefes de família.



A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada a V.Exa., bem como ao Deputado Afonso Florence por ter me avisado do problema técnico com meu microfone.

Quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas e, principalmente, falar com a população brasileira que acompanha esta sessão e sabe o quanto importante foi a conquista do auxílio emergencial no ano de 2020, um programa que conseguiu atingir cerca de 60 milhões de brasileiras e brasileiros e foi fundamental para que as pessoas pudessem sobreviver em um momento de forte crise econômica, crise social e crise sanitária. E a população brasileira também é testemunha da luta que nós tivemos para que, ao final do ano passado, pudesse ter sido pautada a MP 1.000, justamente a que nos possibilitaria a prorrogação do auxílio emergencial.

Infelizmente, não conseguimos pautar a MP 1.000, porque o Governo Bolsonaro não quis. Agora estamos em março, no pior momento da pandemia. Cerca de 15 capitais brasileiras estão completamente colapsadas no seu sistema de saúde. Estamos no recorde de mortes diárias, mais de mil mortes diárias há quase 2 semanas, e a previsão, infelizmente, não é de melhora. A situação econômica do nosso povo está cada vez pior, cerca de 20 milhões de pessoas estão na extrema pobreza. Então, é evidente que é necessário o programa de auxílio emergencial. E nós defendemos a sua continuidade.

São 600 reais para as pessoas e dupla quota, 1.200 reais, para mães chefes de família, aquelas pessoas que sustentam suas famílias sozinhas.

No entanto, o Governo Bolsonaro, além de não atender essa reivindicação, só agora apresentou uma alteração na Constituição. Só que não se trata de uma alteração na Constituição para garantir a continuidade do auxílio emergencial, garantir os 600 reais para a população. A alteração na Constituição não tem nada a ver com o auxílio emergencial. Ela serve para retirar dinheiro da saúde, da educação - isso mesmo - em plena pandemia, porque significa que ninguém mais pode contratar nenhum médico, nenhum enfermeiro para substituir aqueles que estão na linha de frente nos hospitais. Não se pode contratar mais nenhum policial, e nenhum professor vai poder ter progressão de carreira.

Não seria necessário fazer uma alteração na Constituição para colocar o auxílio emergencial, era só votar uma medida provisória, que é bem rapidinho, ou, então, um projeto de lei simples, que nem precisa de tanto voto para ser aprovado. Mas fez isso porque o real objetivo, na verdade, é tirar dinheiro da área social, não é atender a população mais pobre. E o pior: o Governo já anuncia que o programa que eles querem apresentar pode ir de 175 reais a 375 reais, valor muito inferior ao programa do ano passado.

Por isso, o PSOL tem proposta alternativa e está contra o projeto que foi apresentado pelo Governo.

Obrigada.

Documento 321/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à aprovação da propositura. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos a que nos assistem. Nós vamos aqui votar essa famigerada PEC 186/19.

Nós estávamos esperando, com muita ansiedade, que o Governo encaminhasse uma emenda constitucional que possibilitasse a implantação novamente do auxílio emergencial de 600 reais, que é o que o povo brasileiro precisa para sobreviver nas condições da pandemia, que voltaram a se agravar de forma mais violenta.

Pois bem, essa PEC é um verdadeiro ajuste fiscal violento, retira recursos de fundos para pagar a dívida interna, faz um arrocho veemente sobre o funcionalismo público. E o Governo a utiliza, espertamente, para servir como uma transportadora do auxílio emergencial.

Isso é um verdadeiro absurdo, senhoras e senhores, porque quer fazer com que este Congresso engula as maldades em troca do auxílio emergencial, que, na proposta deles é de apenas 44 bilhões de reais, quando, no ano passado, gastou-se mais de 300 bilhões de reais.

Agora o Governo quer colocar um mini auxílio, um micro auxílio para justificar a maldade maior, que é o ajuste fiscal.

Nós não podemos concordar com isso! Ninguém pode concordar com isso! Nós vamos separar as coisas, vamos votar o auxílio emergencial o mais rápido possível.

Nós nos dispomos a votar hoje o auxílio emergencial e deixamos para uma análise aprofundada o restante dessa PEC, para que, de fato, esta Casa, este Congresso possa avaliar as consequências desse ajuste fiscal. Na verdade,

coloca-se uma nova Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda mais dura, que impede nosso desenvolvimento.

Senhoras e senhores, os Estados Unidos estão gastando 5 trilhões de reais para combater a crise. Esses 44 bilhões mal vão ser suficientes para atender o auxílio emergencial, que dirá a pequena empresa, que não vai ter apoio nenhum, que dirá as Prefeituras e os Estados, que precisam de recursos para a saúde e que estão sem recursos. Está faltando oxigênio, está faltando anestésico, e este Governo trata tudo como se fosse brincadeira. Nós não podemos aceitar isso.

O povo está satisfeito, porque Lula está voltando, e a esperança está retornando ao Brasil.

Documento 322/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Declaração de voto contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Marcelo Ramos.

Hoje, não vou falar sobre a grande vitória que o povo brasileiro teve com a suspensão dos processos contra o Presidente Lula, porque eu me sinto muito bem representado pela fala do nosso Líder Paulo Pimenta.

Quero falar da PEC 186, a PEC Emergencial, essa covardia que o Governo Federal faz com esta Casa, com os Parlamentares e com o povo brasileiro ao colocar o auxílio emergencial dentro de uma PEC com gatilhos para congelar o salário dos servidores públicos, daqueles profissionais de saúde que estão na linha de frente se contaminando, colocando a vida à disposição do povo brasileiro, longe da sua família. O que aparece, hoje, é uma PEC para colocar na Constituição o congelamento do salário desses servidores, acabar com o concurso público e poder retirar dinheiro das políticas públicas essenciais para a sobrevivência do povo brasileiro.

O povo precisa, sim, do auxílio emergencial, mas precisa também de saúde, de educação, de segurança pública. O que estão fazendo com os profissionais da segurança pública nesta PEC?

E a PEC ainda traz uma chantagem com esta Casa, com este Parlamento, com o povo brasileiro, com aqueles que estão morrendo de fome e que estão na miséria, ao propor um auxílio emergencial de 250 reais.

Nós somos contra os 250 reais! Nós defendemos que o auxílio emergencial tem que ser de 600 reais! Não aceitamos essa covardia do Governo Bolsonaro! Diz que tem pouco dinheiro. Pare de comprar chiclete e leite condensado, que vai ter dinheiro suficiente para pagar o auxílio emergencial! É questão de prioridade.

Ele tenta chantagear esta Casa, mas nós não vamos baixar a guarda, não vamos aceitar. Nós vamos votar contra a PEC Emergencial, que ataca as políticas públicas, que ataca os servidores públicos, que ataca a sociedade brasileira, porque todos precisam dessas políticas públicas.

É preciso que o Governo e esta Casa entendam: nós não podemos, de maneira alguma, sacrificar o povo brasileiro. Nós queremos preservar os direitos, preservar os investimentos em saúde, educação, segurança pública e também garantir o auxílio emergencial de 600 reais.

O PT vai resistir, em defesa da classe trabalhadora, em defesa do auxílio emergencial de 600 reais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 323/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, num momento de tanta angústia, de tanto sofrimento, nós não podemos nos furtar a buscar uma solução para as pessoas que precisam de dignidade e do seu sustento. Quanto mais rápido nós votarmos a PEC



Emergencial, quanto mais rápido nós votarmos o auxílio emergencial, mais rápido supriremos essas famílias mais carentes. Esta semana estive em Fortaleza e vi o crescimento do exército de pedintes, de miseráveis pelas ruas da cidade.

É em homenagem a esse povo que não tem a quem pedir socorro e que precisa do auxílio emergencial que nós precisamos agilizar essa votação.

Por isso, o PSDB vota pela admissibilidade e contra o requerimento de retirada de pauta.

Obrigado, Presidente.

Documento 324/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PAULO PIMENTA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende que esta é uma matéria sensível, uma matéria importante.

Ninguém mais do que nós tem lutado para que o País restabeleça o auxílio emergencial. No entanto, nós não consideramos razoável, Sr. Presidente, que o País pague o preço que o Governo está exigindo para estabelecer o auxílio emergencial, com consequências estruturais, com graves consequências para os Municípios, para os Estados. Os recursos para a saúde, para a educação ficarão comprometidos.

Nós queremos mais tempo para fazer este debate. Queremos aprovar o auxílio emergencial, mas não submeter o País a essa lógica imposta pelo Governo. Por isso, é importante este requerimento ser aprovado.

O PT encaminha o voto "sim", Presidente.

Documento 325/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos no momento mais agudo da pandemia, e, obviamente, para garantir o necessário isolamento social, o necessário *lockdown* em cidades mais críticas, é fundamental dar alguma coisa para o povo levar comida para casa.

Então o que nós mais queremos é que esta Casa aprove a prorrogação do auxílio emergencial, mas a chantagem que está colocada aqui é para oferecer ínfimos 250 reais para o trabalhador brasileiro, desmontar direitos sociais garantidos na Constituição, destruir carreira. Há, por exemplo, a possibilidade de congelar salários de enfermeira, de auxiliar de enfermagem, cujo piso, em alguns Estados, é 1.400 reais. Aliás, o valor de 250 reais chega longe do preço, por exemplo, da cesta básica de 630 reais, como é no Estado de São Paulo.

O PSOL quer o auxílio emergencial, mas não à custa de desmontar a Constituição.

Portanto, orientamos a retirada de pauta.

Obrigada, Presidente.

Documento 326/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB é a favor da urgência no auxílio emergencial, mas entendemos que o auxílio emergencial não poderia estar dentro da PEC do Fim do Mundo, que é esta PEC que está em pauta no atual momento, porque ela esvazia os institutos de pesquisa e tecnologia do País. Ela massacra os servidores públicos da área de saúde. Ela acaba sendo mais demorada do que se o Presidente tivesse baixado uma medida provisória, como ele faz usualmente.

A própria bancada do PCdoB apresentou à Casa um projeto de auxílio emergencial com a tramitação normal, para o qual nós podemos requerer urgência e votar aqui no plenário. Não precisava ficar no meio dessa PEC do Fim do Mundo, que estrangula o serviço público, estrangula os institutos de ciência e tecnologia e massacra os servidores da saúde.

Nós votamos pela retirada de pauta.

Documento 327/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", pela retirada, Sr. Presidente.

A PEC faz uma junção de vários temas. Um deles é o congelamento, que é um prejuízo aos servidores públicos. O que queremos aqui priorizar é o auxílio emergencial, que ele seja retirado para ser votado separadamente.

Por essa razão, é melhor que seja retirada de pauta a PEC 186.

Documento 328/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente - o meu voto é "sim" -, vai liberar, em função da divergência em parte dos partidos da Minoria, mas é importante destacar que queremos que essa PEC, que é a PEC mais esdrúxula que nós já vimos na forma de tramitação e no seu conteúdo, seja retirada. Os dois temas que nós deveríamos votar eram o auxílio emergencial e a vacina. Esses são os dois temas com que o Governo deveria ter preocupação máxima. Fazer essa vinculação expõe a Câmara e o Congresso nessa chantagem política do Governo: *"Dou um auxílio minguido de 250 reais, mas vocês são obrigados a fazer uma reforma do Estado, de uma política derrotada desse Ministro Guedes, que não deu certo nos últimos meses"*.

Portanto, eu voto "sim", liberando a bancada, Sr. Presidente, liberando a Minoria.

Documento 329/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB deseja orientar também pela obstrução, entendendo que esta é a pauta mais importante que nós precisamos discutir.

O que foi encaminhado pelo Governo; aliás, o que está sendo discutido por esta Casa, a proposta do auxílio emergencial, inclusive com um valor aquém daquilo que vinha sendo pago desde o ano passado, 250 reais, neste momento em que temos o aprofundamento da pandemia, o aumento da vulnerabilidade

social, é um valor muito aquém do que aquele que de fato deveria ser praticado.

Além disso, está sendo discutido junto com a questão do auxílio emergencial um conjunto de propostas de ajuste fiscal que, no nosso entendimento, não devem ser discutidas neste momento. Nós defendemos o debate do ajuste fiscal para saber inclusive quem vai pagar essa conta depois, que, no nosso entendimento, não podem ser os trabalhadores nem a classe média, mas essa é uma discussão a ser realizada à parte.

Portanto, em função da necessidade de prorrogarmos o auxílio de 600 reais, o PSB orienta obstrução.

Documento 330/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio à inserção do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é óbvio que todos nós nesta Casa desejaríamos oferecer um auxílio emergencial não só de 600 reais, mas até maior do que 600 reais. Mas nós não podemos oferecer um auxílio que não caiba dentro das contas públicas e que comprometa e corra as finanças do País no médio e no longo prazo.

Diante disso, a atitude de vincular o pagamento do auxílio possível a medidas de natureza fiscal que preservem o controle do câmbio, que preservem o controle da inflação, que mantenham o Brasil com um patamar de juros baixo, que permita a retomada da economia pós-pandemia, é a atitude mais responsável com o presente e com o futuro de milhões de brasileiros que estão sofrendo juntos com esta pandemia.

Então eu quero dizer do meu mais absoluto conforto de entender que o que nós estamos votando aqui é o melhor e o mais urgente para os trabalhadores que precisam do auxílio emergencial, mas também é o melhor para a sustentabilidade fiscal e econômica do nosso País no médio e no longo prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 331/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Empenho na aprovação de maior valor para o auxílio emergencial.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero registrar, nesta oportunidade, nossa felicidade ao saber que este projeto tão importante para a Nação está vindo à pauta neste momento. Mesmo com controvérsias em relação ao conteúdo de tudo aquilo que foi votado no Senado, nós temos a garantia de que a aprovação desta PEC é extremamente importante para que nós possamos, como disse o Deputado Marcelo Ramos, garantir a estabilidade econômica do Brasil. Cuidar da saúde das pessoas é tão importante quanto cuidar da saúde financeira da Nação.

Nós precisamos gerar receita, gerar renda, gerar oportunidades, a fim de garantir recursos para implementar as políticas públicas tão importantes, como esta da volta do auxílio emergencial, cujo valor nós gostaríamos que realmente fosse o maior possível.

Nós ainda vamos trabalhar até o final e esgotar todo o tempo para que nós possamos aprovar o maior valor possível do novo auxílio emergencial no Brasil.

Documento 332/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Excelência do parecer oferecido à proposição pelo Deputado Daniel Freitas.



O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos destacar a importância desta matéria, cuja votação iniciamos neste momento, e dizer que o Deputado Daniel de Freitas fez um excelente relatório, ouviu todos, fez amplo diálogo. E, com isso, teremos uma matéria praticamente consensual, que será votada obviamente com os destaques que são aqueles que a Oposição entende que devam ser discutidos. Faremos esse debate de forma muito ampla e segura, porque esta PEC assegura para os brasileiros o auxílio emergencial, ajuda neste momento de dificuldade em que a paralisação da economia pela pandemia está ainda acentuada, mas também transmite que o Governo tem compromisso com o ajuste fiscal, tem compromisso com as contas públicas e vai trabalhar incessantemente para manter a política de juros baixos, que tem permitido que o poder aquisitivo da população seja mantido.

Obrigado, Presidente.

Documento 333/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Clamor nacional pela vacinação contra a Covid-19. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de busca de consenso em torno do novo valor do auxílio emergencial.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que o grande clamor nacional hoje é a questão da vacina para amenizar o efeito da pandemia e dar sustentação àquelas famílias que estão carentes, que estão nas ruas, que estão expostas, sem oportunidade de emprego, e que estão sendo convocadas, em muitas cidades, para um *lockdown*, e chegam em casa e não têm o que comer. É uma equação muito simplória.

Deixo aqui um apelo muito forte para que nós encontremos uma solução para milhões e milhões de brasileiros. E é tarefa nossa, é tarefa do Poder Legislativo, é tarefa do Congresso Nacional, na democracia, encontrar uma solução para isso.

Diante disso, tenho pontos de vista contrários aos que estão na PEC, inclusive apoiei algumas emendas que estão sendo feitas, e precisamos votá-las. Nós precisamos encontrar, inclusive, um valor que busque uma conta de chegada -

o Líder Ricardo Barros é muito sensível a isso -, que possamos encontrar um valor de 300 reais, que é digno para um sustento mínimo de uma família carente. Mas precisamos resolver o problema.

Eu acho que, se nós pudéssemos diminuir um pouco, até nas emendas de bancadas, nas emendas de Relator, nas emendas parlamentares, nós poderíamos também fazer esse gesto para a Nação brasileira, num momento de dor e sofrimento como este. Agora, o que não podemos é deixar passar ao largo ou, então, omitir-nos de debater. A obstrução não ajuda neste momento. O que ajuda neste momento é a mobilização, é o debate contundente e benéfico, o diálogo democrático, capaz de encontrar uma solução.

Por isso, eu convoco os partidos que fazem parte do campo da Oposição a participarem desse debate. Eu acho que a expressividade desses partidos na luta social é muito forte, e nós precisamos exatamente dizer ao Governo que nós queremos ajudar, que nós queremos contribuir. E que a população entenda qual é o papel do Congresso Nacional neste momento.

Eu sei do seu compromisso, Deputado Arthur Lira, com a população pobre do Nordeste brasileiro.

Então vamos debater, vamos discutir, vamos chegar a um número e vamos votar o mais rapidamente possível, porque para a fome não existe tempo. A fome é imediata e precisa ser resolvida.

Documento 334/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Discordância do PCdoB com o auxílio emergencial de 250 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de reafirmar que nós, do PCdoB, somos a favor e queremos votar o auxílio emergencial, mas nós não concordamos com esta proposta de auxílio emergencial de apenas 250 reais, enquanto a gasolina aumenta pela sexta vez

este ano, antes de completar 3 meses. E o botijão de gás passa de 130 reais em várias cidades no Brasil, especialmente no interior do Acre.

Nós não concordamos com esta PEC, porque ela já se transformou na PEC do Fim do Mundo. Ela sai destruindo tudo o que nós construímos até aqui. Não é justo que o médico que está hoje à frente da luta contra a COVID não possa ter reajuste no seu salário, não possa ter compensações salariais por causa dessa PEC.

E mais, Sr. Presidente, essa proposta de auxílio emergencial corta pela metade o número dos brasileiros que teriam direito de recebê-lo. Por isso a nossa luta para que seja revista a proposta do Governo no auxílio emergencial e nós não tenhamos que votar uma PEC que acaba com o serviço público brasileiro, tanto na área da segurança, como na área da educação e na área da saúde pública.

Muito obrigada.

Documento 335/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inexistência de consenso para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Eu queria apenas fazer aqui uma correção à fala do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo, quando ele disse que a votação seria praticamente consensual.

Não há nada de consensual nesta votação. Os partidos de Oposição estão firmes, são contra, são contra essa granada que o Ministro Paulo Guedes está colocando no bolso do servidor público. Ou pensam que nós esquecemos aquele áudio do ano passado em que ele disse: "*Se abraça com a gente, quando pensa que a gente está distraído, colocamos uma granada no bolso do inimigo*"? Quem é o inimigo? O servidor público. Os servidores do Brasil. E quando falamos de servidor não estamos falando do juiz, do promotor, do fiscal de renda, do auditor fiscal. Nós estamos falando dos professores, dos médicos, daqueles que estão na ponta.

Então não há nada de consensual. A Oposição está obstruindo, está firme, está contra esse absurdo que é incluir um arrocho e uma minirreforma

administrativa no texto de uma PEC emergencial, que deveria tratar exclusivamente do socorro àqueles que estão morrendo de fome através do auxílio emergencial.

Para concluir, Presidente, aproveitam-se da fragilidade do momento para tentar incluir uma pauta covarde contra o povo brasileiro, contra o funcionalismo, contra os Estados, contra a ciência e tecnologia e contra a educação.

Então nós estamos aqui firmes. Vamos obstruir e vamos usar todos os instrumentos possíveis da Oposição para impedir esse absurdo contra o povo brasileiro e contra o futuro do povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

Documento 336/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANIEL FREITAS-PSL -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, com muita honra, fui designado por esta Presidência para relatar a PEC Emergencial, num momento importante do Brasil, em que este Congresso tem como responsabilidade entregar esta PEC.

Fiz questão, a partir do momento em que fui designado, desde a quinta-feira passada, de fazer o papel que o Relator deve fazer de ouvir. Ouvi primeiramente a equipe econômica, passando a ouvir o Presidente Jair Bolsonaro e a sua equipe, ouvi o Presidente do Banco Central e, por fim, ouvi aqueles que, de fato, vão decidir.

Hoje, na reunião de Líderes, tive a oportunidade de atentamente, Deputado General Peternelli, ouvir todos os nossos Líderes, que demonstraram a preocupação que o Brasil deve ter de dar previsibilidade fiscal ao nosso País e ao mercado.

Nós entendemos que, antes de mais nada - e eu acredito que isso seja consenso entre todas as bancadas deste Congresso, desta Câmara Federal -, precisamos entregar recursos neste momento de pandemia. Este Governo já

entregou 293 bilhões de reais executados àquelas pessoas que mais precisam, através do auxílio emergencial e através dessa PEC, que leva o nome de PEC Emergencial, mas é muito mais do que isso, ela é considerada um novo marco fiscal. Nós temos a responsabilidade de, antes de mais nada, levar à população mais carente e que está hoje afetada pela pandemia, que não escolhe classe social; àquela população mais carente, que não tem o que comer na sua mesa - como o Presidente Bolsonaro vem fazendo, já tendo entregado 293 bilhões de reais até aqui -, o mais rápido possível, mais 44 bilhões de reais, que vão garantir o sustento dessas famílias.

Então, essa questão foi crucial para que nós entendêssemos, na reunião de Líderes, que nada pode atrapalhar ou atrasar esta PEC no Plenário da Câmara dos Deputados.

Diante disso, conversando com o Presidente Bolsonaro, conversando com o Presidente Lira, conversando com o Presidente Pacheco e conversando com todos os Líderes, nós entendemos, ouvindo a todos, que este é um momento de responsabilidade. Nós teremos a oportunidade, se nesta PEC algo ficar para trás, de revermos e rediscutirmos isso nas reformas administrativa e tributária. O momento agora é de responsabilidade fiscal e de responsabilidade com as pessoas que mais precisam de nós neste momento.

Este é o nosso papel: o de dar segurança fiscal ao País e o de dar segurança às pessoas que mais precisam neste momento.

Então, Sr. Presidente, com muita honra, eu relato esta matéria. Não é uma matéria simples, não é uma matéria fácil, mas este é o papel deste Parlamento.

Por isso, faço questão neste momento de ler o voto sobre a admissibilidade da matéria, com a convicção de que nós, neste Plenário, vamos entregar o melhor resultado para o Brasil.

Não é o momento de nós olharmos para uma corporação, para uma instituição. Nós precisamos assumir o papel deste Congresso Nacional de olhar para o Brasil.

Neste momento, faço a leitura do voto:

"II - Voto do Relator

Nos termos do art. 202, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania proferir parecer acerca da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186, de 2019.

Tal exame de admissibilidade consiste em um juízo preliminar e prejudicial ao exame de mérito a ser proferido pela Comissão Especial competente, no qual se examina, exclusivamente, a observância das limitações impostas pela

Constituição Federal de 1988 ao poder constituinte reformador, mais precisamente: os limites procedimentais, circunstanciais e materiais.

As limitações procedimentais ou formais dizem respeito à legitimidade da iniciativa e à inexistência de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa em que apresentada.

Nesse quesito, verificamos que a proposição foi apresentada por, no mínimo, um terço dos Senadores da República, obedecendo-se, assim, à exigência constante do art. 60, inciso I, da Constituição Federal.

Verificamos, também, que a matéria tratada na proposição não foi objeto de nenhuma outra rejeitada ou havida por prejudicada na presente sessão legislativa, não ocorrendo, portanto, o impedimento mencionado no art. 60, § 5º, da Constituição.

As limitações circunstanciais dizem respeito à inocorrência de situações de anormalidade institucional previstas na Constituição, como intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

Quanto ao momento político-institucional brasileiro, constatamos a inocorrência de anormalidade que atraia a limitação circunstancial prevista no art. 60, § 1º, da Carta Política. Em momentos de extrema gravidade, como a vigência de intervenção federal ou de estado de defesa ou de sítio, a Constituição não pode ser reformada.

Consignamos, contudo, que nenhuma dessas circunstâncias é verificada no momento presente, estando o Brasil em normal funcionamento de suas instituições.

As limitações materiais, por fim, dizem respeito ao próprio objeto do poder reformador, que não pode violar nenhuma cláusula pétrea.

Quanto a esse quesito, verificamos que a proposta sob exame observa as cláusulas pétreas explicitadas no art. 60, § 4º, da Constituição, a saber: a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Não se vislumbra, de igual modo, tendência para abolir cláusula pétrea implícita, consistente nos princípios estruturantes do Estado Democrático de Direito instaurado pela Constituição de 1988.

II.1 - Conclusão do Voto

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), votamos pela admissibilidade da PEC nº 186, de 2019.

Sala das Sessões.

Deputado Daniel Freitas

Relator"

Documento 337/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a apreciação pelo Plenário do Requerimento nº 402, de 2021, a respeito do desmembramento da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Pois não, Presidente. Eu farei a questão de ordem embasada no *caput* do art. 117 do Regimento Interno.

Nós estamos propondo desmembramento da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2021. Os argumentos para o desmembramento já foram amplamente aqui divulgados e explicados pelos partidos da Oposição. Estão misturando alhos com bugalhos, auxílio emergencial com PEC de ajuste fiscal, que não é nada emergencial.

No nosso entendimento, esta PEC do ajuste fiscal deveria ir à Comissão de Constituição e Justiça, onde se pode fazer um debate amplo com a sociedade brasileira. Outra coisa é o auxílio emergencial. O povo brasileiro passa fome. Seiscentos reais é, no nosso entendimento, o mínimo que o povo deveria ter agora para enfrentar esse período que nós estamos vivendo de pandemia.

Temos um Presidente e um Governo que não tiveram o cuidado necessário para que o Brasil comprasse vacinas de forma antecipada e ficaram insistindo com remédios miraculosos como a cloroquina. Assim o Brasil acabou vítima não apenas de uma pandemia, mas também de um genocídio.

A nossa questão de ordem vem no sentido de que este desmembramento, portanto, é necessário e tem que ser colocado em votação aqui no nosso plenário. É o pedido que fazemos, até porque esse desmembramento faria com que o Plenário, ao separar duas propostas muito diferentes - uma de ajuste fiscal e outra de auxílio emergencial -, tivesse, aí, sim, condição de fazer a sua escolha.

Então, Presidente, a questão de ordem que faço é exatamente para que este requerimento seja apreciado pelo Plenário. Faço isso com base no art. 117 do nosso Regimento Interno, que nos garante a votação deste requerimento.

Eu pediria, inclusive, a V.Exa. que consultasse o Plenário, porque creio que temos um terço de Deputados que querem fazer o apoio ao efeito suspensivo da decisão.

Então, peço a V.Exa. que consulte o Plenário, porque, se tivermos um terço de Deputados, votaremos no plenário da Casa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Rogério, o art. 117 é inespecífico. Ele não trata especificamente deste requerimento. Por isso, indefiro a questão de ordem de V.Exa.

A questão que V.Exa. avoca do fatiamento é típico das Comissões, não do rito especial do plenário, sobre o qual esta Casa já decidiu por maioria. Então, indefiro a questão de ordem. V.Exa. pode recorrer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Eu poderia pedir a V.Exa. que consultasse o Plenário e, se tivermos um terço dos Deputados, colocasse em votação o requerimento?

Documento 338/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 65 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Gravidade da crise sanitária instalada no Brasil. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus e de criação de novos leitos de UTIs na rede nacional de hospitais. Elevado contingente de trabalhadores desempregados e na informalidade. Tarefa primordial do Parlamento brasileiro de enfrentamento das crises sanitária e econômica. Importância de cumprimento das medidas sanitárias de prevenção da Covid-19. Defesa de renovação do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos diante do momento mais agudo da pandemia. Nós ultrapassamos 265 mil mortos. As gerações de todos os Deputados que estão aqui presentes, as gerações vivas não experimentaram crise sanitária tão

grave, tão grave. E, infelizmente, o que esta crise sanitária explicita é um Brasil desigual, um Brasil em que os bolsões de pobreza, que já existiam, estão mais pobres. Isso precisa ser enfrentado. Não há tarefa maior, neste Parlamento, do que enfrentar, de forma contundente, a crise sanitária, ou seja, garantir o direito à vida de brasileiros e brasileiras.

Esse enfrentamento se faz com vacina, que o Presidente resolveu não comprar. Ele escolheu não comprar vacina, e agora não há vacinas, temos que esperar. A responsabilidade direta pelas mortes é do Presidente da República Bolsonaro. Esse enfrentamento se faz também com leitos de UTI. Se nós observarmos a situação nas principais capitais de Estados brasileiros, veremos filas de gente morrendo sem oxigênio. Estamos falando de famílias que estão chorando a morte dos seus.

Infelizmente, a crise sanitária está intimamente casada com uma crise social e econômica. Nós estamos batendo um recorde de desempregados - 14 milhões -, e a informalidade cresce. Aliás, vivemos um ciclo de ajustes de austeridade que impediu o direito de se aposentar, com o desmonte da Presidência, e que flexibiliza as leis trabalhistas. E o resultado que nós temos tido desse ciclo de austeridade é mais empobrecimento, mais desemprego e menos dinheiro na economia.

Então, a tarefa primordial deste Parlamento é enfrentar a crise sanitária, enfrentar a crise econômica.

E isso passa necessariamente por esse conjunto de medidas de que eu já falei, como vacinas, leitos, dinheiro no SUS, mas passa também por garantir que o povo brasileiro faça o necessário isolamento social, que Estados e Municípios possam cumprir o necessário *lockdown* nas regiões mais críticas, garantindo que o povo possa colocar comida na mesa. Por isso, nós defendemos, sim, o auxílio emergencial como medida prioritária para esta Casa.

A cesta básica custa 630 reais - a mais cara, em São Paulo. A carne bovina teve aumento de mais de 35%. O preço dos alimentos subiu na média 14%. Então, para a população levar comida para casa, é preciso ter um auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais. Aliás, 9 milhões de pessoas tinham como única renda - única renda! - o auxílio emergencial de 600 reais, e ainda era insuficiente.

Mas, infelizmente, o que está colocado aqui, e nós vamos ter tempo para discutir isso ao longo dos dias de hoje e de amanhã, é uma chantagem! Para entregar o necessário auxílio emergencial para o povo, querem desmontar os direitos sociais garantidos na Constituição brasileira, Presidente. Estamos falando da técnica de enfermagem, que, dependendo dos gastos do seu Estado ou Município, não vai ter aumento real, e ela está na linha de frente do enfrentamento da COVID. Estamos falando da auxiliar de enfermagem, da enfermeira, mulheres negras, periféricas, que muitas vezes têm como único sustento da família o seu salário, com a inflação subindo, sem aumento real, sem a possibilidade de carreira. É isso que se está querendo destruir na

Constituição com essa PEC do fim do mundo, para dizer que se vai pagar um auxílio emergencial de 250 reais, talvez, porque é o valor que está colocado, mas não se sabe por quanto tempo.

É lamentável que não tenhamos nesta Casa o entendimento e o consenso de enfrentar, de forma contundente, os principais problemas que hoje atingem o povo brasileiro.

Queremos auxílio emergencial já, com vacina, mas jamais à custa da destruição do serviço público e da Constituição brasileira e dos seus direitos sociais, Presidente!

Obrigada.

Documento 339/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões da obstrução, pelo PSOL, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria neste momento dizer que, lendo esta PEC 186, eu penso que, se uma pessoa que vai receber o auxílio emergencial de 250 reais por 4 meses lesse essa PEC, veria que o fundamental da PEC é a sustentação da dívida pública, ou seja, dos rentistas brasileiros, a sustentação dos ricos do Brasil.

A maioria dos servidores públicos do País - 57% - ganha até 4 salários mínimos, e os que ganham até 2 salários mínimos são 23,5% dos servidores em geral e, nos Municípios é 80%. Ainda assim, nós estamos arrochando os salários nos Municípios, atingindo as áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia.

É óbvio que estamos obstruindo esta PEC, porque é uma chantagem...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 340/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO GANIME (Bloco/NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tudo bem. É como vai V.Exa.?

Presidente, quero só manifestar aqui nossa orientação contrária à obstrução. Acompanhamos todas as orientações contrárias à obstrução desta matéria para agilizar o trâmite. Mas deixo claro que queremos votar esta PEC por uma questão de responsabilidade: a responsabilidade com o povo brasileiro que precisa do auxílio emergencial neste momento e a responsabilidade também com esse mesmo povo e com o restante da população brasileira, porque precisamos ser responsáveis no uso do dinheiro público.

Não adianta dar auxílio, não adianta ajudar a população no curto prazo e deixar uma dívida absurda para essa mesma população pagar depois, gerando desemprego, gerando crise econômica. É isto que o NOVO é: responsável. Por isso, vai apoiar esta PEC até o fim.

Então, Sr. Presidente, faço esta minha fala para deixar consignada a nossa orientação contrária ao requerimento.

Documento 341/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões da obstrução, pelo PDT, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, particularmente, tenho tido uma postura sempre contrária a obstruirmos matérias, até porque acho que podemos tentar buscar um diálogo que antecede um processo, digamos assim, extremo de obstrução, como talvez tenhamos que enfrentar.

Mas, lamentavelmente, Presidente, em um tema como este eu não posso dizer que está havendo diálogo. Nós estamos querendo votar uma PEC que afeta sobremaneira o serviço público federal, e isso está sendo objeto de discussão na PEC da reforma administrativa. Nós estamos constitucionalizando o fim da Lei da Informática, afetando demais Estados da Região Nordeste, Estados da Região Sul e Estados da Região Sudeste, que precisam dela. Digo isso porque fui Relator da Lei da Informática, quando conseguimos grandes avanços. E esta PEC está acabando com a Lei da Informática.

Portanto, Sr. Presidente, não há alternativa senão obstruirmos a votação, pelo menos para denunciarmos que, em troca dos 250 reais que provavelmente darão, estamos acabando com o Brasil.

Documento 342/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Criação do auxílio emergencial de 450 reais pelo Prefeito Municipal Edmilson Rodrigues, da Capital Belém, Estado Pará.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta a favor do requerimento, Presidente.

Queria reforçar que nós não queremos desmontar o serviço público. Nós não queremos acabar com o serviço público. Nós queremos um auxílio emergencial

digno, para as famílias saírem dessa crise em que se encontram. Elas estão com dificuldade de comprar arroz, carne, gás, combustível.

Olhem só: enquanto nós estamos aqui discutindo um auxílio de 250 reais, que é vergonhoso diante da realidade brasileira, à custa de se desmontar a Constituição Federal, em Belém já foi estabelecido o Bora Belém, cumprindo-se o compromisso de campanha do nosso querido Deputado Federal que hoje é Prefeito de Belém. Trata-se de um auxílio de até 450 reais para a população daquele Município. Que o Presidente Bolsonaro e esta Casa sigam o exemplo do querido Edmilson!

Documento 343/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Minoria encaminha o voto "sim".

É importante dizer para o nosso telespectador que nós queremos votar o auxílio de 600 reais. O Governo poderia ter encaminhado uma medida provisória com um auxílio no valor de pelo menos 300 reais, que foi o que ele pagou no ano passado. Está errada a ideia defendida por alguns de que o pagamento do auxílio num valor maior vai quebrar o País, vai ter impacto fiscal. O auxílio é um incentivo fiscal para a retomada da economia, para o crescimento da economia brasileira.

Portanto, telespectador, nós queremos votar o auxílio, sim, no valor de 600 reais. Se o Governo quiser negociar outro valor, podemos sentar para conversar, mas jamais aceitaremos somente 250 reais. Queremos mais.

Documento 344/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora está ficando muito claro para quem nos assiste que o Governo não queria o auxílio emergencial de 600 reais no ano passado; queria um de 200 reais. Foi o Parlamento - nós, da Oposição, com os partidos de centro - que conseguiu esta grande vitória: um auxílio de 600 reais por alguns meses.

O Governo deveria ter editado uma medida provisória no início de janeiro, para a população brasileira não ter ficado janeiro e fevereiro sem auxílio emergencial. É maldade em cima de maldade. Agora, para aprovar um auxílio emergencial de 250 reais - nós queremos 600 reais -, eles estão querendo simplesmente acabar com o Brasil.

É lamentável o Legislativo acabar, através de uma emenda constitucional, com a Lei da Informática, com a valorização do servidor público, com algumas conquistas da classe média - depois, faremos questão de enumerá-las.

Portanto, a Oposição orienta "sim" ao requerimento.

Documento 345/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pisoteamento de menor no transporte coletivo urbano do Rio de Janeiro provocado por superlotação. Apelo ao Prefeito Municipal Eduardo Paes de reexame do lockdown e do toque de recolher impostos à população fluminense.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, um menino de 12 anos acaba de ser pisoteado pelos usuários do BRT, que é um de nossos sistemas de transporte. A superlotação é algo surpreendente.



Embora todos os dias haja superlotação nos nossos transportes, o Prefeito Eduardo Paes resolve decretar *lockdown*, a partir das 17 horas, para bares, restaurantes e comércio de rua, e também um toque de recolher, das 23 horas até as 5 horas da manhã.

Sr. Presidente, não é com um *lockdown* dessa forma, sem nenhuma comprovação científica, que vamos resolver o problema. No ônibus lotado não se pega COVID, porém, se o bar e o restaurante estiverem abertos, pega-se COVID - é essa incoerência que nós não queremos mais no Brasil, porque está nos levando à miséria.

Sr. Presidente, registro minha solidariedade aos comerciantes do Rio de Janeiro e o nosso apelo para que o Prefeito Eduardo Paes repense esse ato, que só agrava ainda mais a crise na nossa cidade.

Documento 346/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Colapso dos sistemas nacionais de saúde, provocado pela epidemia de coronavírus.
Homenagem aos profissionais da saúde engajados na luta contra a doença, em especial ao médico intensivista Paulo Cunha.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, em Santa Catarina, como praticamente em todo o Brasil, vivemos o colapso da saúde nos sistemas público e privado. Estamos todos muito preocupados. Infelizmente, os Governadores do Brasil não utilizaram devidamente os recursos que foram repassados pelo Governo Federal na preparação da estrutura de saúde para atender as nossas famílias.

Quero fazer uma homenagem aos profissionais da saúde do Brasil, em nome das enfermeiras e dos técnicos de enfermagem e em nome dos médicos que colocam a sua vida como escudo humano para salvar a população brasileira. Aí, eu não posso deixar de citar o Dr. Paulo Cunha, médico intensivista do Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí, em Rio do Sul, que desenvolve um trabalho árduo, difícil, juntamente com a sua equipe, salvando vidas no Alto Vale e no Estado de Santa Catarina. Parabéns!

Documento 347/1.178



15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Indignação com o tratamento dispensado aos servidores públicos pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Presidente, pouco tempo atrás, o Ministro Paulo Guedes chamou os servidores do País de parasitas. O Ministro teve a coragem de usar seu papel de figura pública, figura do Governo, para chamar os trabalhadores que fazem funcionar o serviço público no Brasil de parasitas.

Sinceramente, quando pensamos na PEC do arrocho - e eu queria concordar que não é a PEC do auxílio -, nós precisamos lembrar que 23,5% dos servidores do País ganham até dois salários mínimos. Paulo Guedes chamou esses servidores de parasitas. E esses servidores não são um negócio etéreo, que voa no ar; eles têm nome, trabalho, família. Sabem quanto as merendeiras, que fazem a escola funcionar e muitas vezes têm o papel de cozinheira, ganham no Rio de Janeiro? Ganham 1.340 reais. Elas são parasitas? As professoras - eu sou professora da rede pública do Município do Rio de Janeiro - da educação infantil ganham 2.366 reais. As professoras do ensino fundamental ganham 2.500 reais. Outros professores ganham 2.878 reais. São parasitas esses servidores? Na saúde, está explícita a necessidade de investimento no SUS, na contramão do que está colocado, do que o Governo tem feito de cortes e ajustes. Auxiliar de enfermagem no Rio de Janeiro tem um piso de 1.375 reais. Técnicos em enfermagem no Rio de Janeiro recebem 1.665,93 reais. Todos esses profissionais estão entre esses 23% de servidores que ganham até dois salários mínimos, até 2.200 reais.

Eu queria saber o que Paulo Guedes faz com 2.200 reais!

É uma vergonha, um escândalo colocar em contraposição a essas trabalhadoras que estão à frente no enfrentamento da pandemia, colocando o seu corpo, a sua vida e a da sua família à disposição para enfrentar a crise sanitária no Brasil, a figura do trabalhador que não tem salário e precisa do auxílio emergencial. Vejam: a situação do Brasil é de desemprego e de trabalho informal. Muitas vezes, a técnica de enfermagem tem um filho que é um camelô, tem uma irmã, uma filha ou uma mãe que é trabalhadora doméstica e, neste momento, depende do auxílio emergencial. Vamos aprovar



aqui a concessão de ínfimos e vergonhosos 250 reais para essa trabalhadora doméstica, para esse camelô, à custa da possibilidade de congelar o salário da merendeira, sua mãe, e da enfermeira, sua irmã, que muitas vezes é inclusive a única renda da família, o único dinheiro fixo que chega a casa. Nós já vimos esse filme.

A política de austeridade experimentada com o desmonte da Previdência pública, que agora está em curso com a possibilidade da reforma administrativa, tem alimentado a crise econômica no Brasil, porque tem contribuído inclusive para a perda da possibilidade de consumo do povo brasileiro. As famílias, quando não têm auxílio emergencial, quando têm perda de salário real e explícita, vão depositar menos dinheiro na economia circular. Isso alimenta uma crise, e a crise interessa àqueles que estão o tempo todo com o seu lucro aumentando, aos banqueiros, àqueles que são da escola de Guedes, que chamam o servidor de parasita e querem, vergonhosamente, um auxílio de 250 reais para um povo que está desempregado, sem conseguir comprar o gás de cozinha para fazer o arroz, quando consegue comprar o arroz.

Não podemos aceitar essa chantagem, ainda mais no momento agudo de crise experimentado pelos trabalhadores brasileiros.

Obrigada, Presidente.

Documento 348/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do partido Novo, favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, vou ser breve, até para não alongar muito a discussão.

Primeiro, queria reiterar a importância desta matéria, que vai permitir, sim, o direcionamento do auxílio emergencial para aqueles que mais precisam, para aqueles que estão necessitados.

Nós temos que entender uma coisa muito importante, Presidente: o momento que vivemos agora, ainda convivendo com a pandemia, com pessoas que não

conseguem realizar suas atividades, colocar comida na mesa e pagar suas contas, é um momento, sim, diferenciado em relação àquele que vivemos no início do ano passado, há cerca de 1 ano, quando começou a pandemia, em que fizemos, praticamente no Brasil como um todo, um *lockdown*, e todas as atividades econômicas foram encerradas. Hoje, há muitas limitações, limitações pontuais. Em algumas cidades, há mais limitações que em outras.

Por isso também há mudança do auxílio emergencial.

É claro que, se pudéssemos, daríamos para toda a população brasileira um auxílio maior, um auxílio mais perene e mais contínuo. Mas temos que viver a realidade, sabendo também que qualquer que seja o auxílio, se ele for diferente daquilo que a sociedade pode, vai acabar criando um passivo ainda maior para a sociedade. Então, Presidente, temos que ser responsáveis, essa é a palavra, no valor do auxílio e na focalização desse auxílio, dando-o para aqueles que precisam - é claro que as informações para essa escolha têm que chegar.

Presidente, precisamos ser responsáveis também naquilo que temos que fazer para compensar não só os gastos com o auxílio, mas todos os gastos que estamos tendo com a pandemia, considerando também a crise fiscal, que é anterior à pandemia. Lembramos que a PEC Emergencial é de 2019, quando já tínhamos problema.

Por último, Presidente, queria reforçar aqui a posição do Partido Novo favorável à PEC. Não estamos obstruindo. Muito pelo contrário, queremos acelerar a votação.

Porém, não concordamos com PECs serem votadas sem que passem pela CCJ e pela Comissão Especial. Estamos abrindo exceção a esta PEC por ela ser realmente emergencial, não só pelo seu nome, mas também por tratar do assunto do auxílio emergencial e de uma necessidade urgente de controle fiscal. Então, o que fazemos é pela correlação da matéria com a pandemia, com a necessidade urgente do País. Mas que isso não sirva como precedente para que outras PECs que não sejam urgentes como esta sejam votadas sem passar pela CCJ e sem passar pela Comissão Especial.

Obrigado, Presidente. Vamos em frente.

Documento 349/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à inclusão do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da admissibilidade da propositura. Exigência de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais às mulheres chefes de família.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT encontra-se indignado com a forma como esta matéria entra aqui.

Em primeiro lugar, o Governo poderia ter emitido uma medida provisória para garantir o auxílio emergencial.

Em segundo lugar, o Governo faz uma chantagem e, por 250 reais, está impedindo o povo brasileiro de ter direito à saúde, à educação, na medida em que está cortando serviços públicos quando corta garantias de que teremos servidores públicos. Em meio a uma pandemia, nós não teremos enfermeiros, médicos. Se tivermos que contratar mais gente, não teremos como, por causa desta matéria.

Mas o pior é o valor do auxílio. Nós exigimos que ele seja de 600 reais, chegando a 1.200 reais para a mulher, mãe, chefe de família sozinha com seus filhos.

Então, Sr. Presidente, o PT está em obstrução, porque não aceita a chantagem contra o povo brasileiro e que essas matérias estejam misturadas como estão nesta votação.

Muito obrigada.

Documento 350/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB está obstruindo esta matéria neste momento, e é muito importante que a população compreenda as razões dessa obstrução. Nós temos duas discordâncias em relação ao que está sendo apresentado pelo Governo neste momento.

Primeiro, de forma muito objetiva, nós discordamos do valor que está sendo proposto pelo Governo para a prorrogação do auxílio emergencial. Vimos que, há 1 ano, este mesmo Congresso aprovou um auxílio emergencial no valor de 600 reais, e, lá atrás, o Governo havia proposto também 200 reais. Agora, o Governo deseja que o valor volte a ser 200 reais, num momento em que estamos vivenciando um aprofundamento da crise, em que as pessoas estão vivendo com mais dificuldades. Não é justo que, quando as pessoas estão em uma situação de maior vulnerabilidade, tenhamos um auxílio menor. Estamos lutando para melhorar esse auxílio e chegarmos a 600 reais.

Por isso, o PSB está obstruindo esta matéria.

Documento 351/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 265 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Importância do distanciamento social como forma de prevenção da doença. Apoio do PCdoB à retomada do auxílio emergencial de 600 reais com duração durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Brasil tem hoje cerca de 265 mil vítimas da COVID. O País precisa garantir o distanciamento social para que nós possamos impedir a expansão desse vírus.

Neste momento de drama que o Brasil vive, a Câmara dos Deputados não pode entregar o auxílio emergencial com uma mão e o retirar com a outra. Estabelecer um teto orçamentário é uma crueldade, é uma insensibilidade com a dor, com a fome, com o desemprego, com a tristeza que atinge o nosso povo.

Nós acreditamos que é necessário, no mínimo, restabelecer o auxílio emergencial de 600 reais. E o PCdoB defende restabelecer o auxílio emergencial pelo período que for necessário, enquanto durar a pandemia, Presidente.



Presidente, eu queria agradecer a sua atenção. Sei que V.Exa. tem se empenhado para que nós aproveemos esta matéria.

Nós precisamos garantir cuidado com o nosso povo, garantir o auxílio emergencial de pelo menos 600 reais para todos que precisam, até o final da pandemia.

Documento 352/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muitos precisam do auxílio emergencial, porque há muitas famílias que terão somente esse auxílio para suprir as suas necessidades. Mas é preciso estabelecer que a PEC não trata somente do auxílio emergencial, ela trata de questões que congelam o serviço público, e é preciso separarmos essas duas coisas, que precisam ser tratadas com bastante coerência e com tranquilidade.

Não houve tempo de discutirmos a maior parte dos temas da PEC 186, mas discutimos bastante o auxílio emergencial, que vem desde o ano passado, justamente porque sabemos que neste momento de pandemia é necessário prestar esse auxílio à população que precisa dessa renda para comer, para necessidades básicas.

Então, por essa razão, a REDE se coloca em obstrução.

Documento 353/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Presidente, encaminha "obstrução".

É importante destacar, por conta das falas a que nós estamos assistindo, que não há responsabilidade maior do que a de cuidar das pessoas neste momento. Isso é muito maior do que qualquer ajuste fiscal. Nós poderíamos estar discutindo exclusivamente o auxílio no valor de 600 reais, enquanto perdurar a pandemia.

Portanto, a nossa obstrução não é contra auxílio. Nós vamos repetir: auxílio no valor de 600 reais já! Vacina já! Pra que a população compreenda, o esforço que estamos fazendo é para aprovar o auxílio sem sacrificar setor algum da economia brasileira. Auxílio, sim, no valor de 600 reais!

Documento 354/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Exigência da Oposição de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Imediata tributação de grandes fortunas. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Obrigado, Líder André Figueiredo.

A Oposição reivindica, trabalha por um auxílio emergencial de 600 reais. A Oposição é responsável do ponto de vista fiscal, econômico e humanitário. Os Estados Unidos estão fazendo, neste momento, um pacote de 1,9 trilhão de dólares para aquecer a atividade econômica e proteger a sua população.

O Brasil deve urgentemente cobrar imposto sobre grandes fortunas, deve usar as suas reservas, deve utilizar a capacidade de endividamento justo do Estado brasileiro para salvar vidas, para proteger os mais pobres. Muitos estão morrendo de fome enquanto nós estamos a votar esta PEC para arrochar a vida dos brasileiros.

Auxílio emergencial de 600 reais já! Esse é o caminho.

A Oposição obstrui.

Documento 355/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Agravamento das crises econômica, social, política e sanitária reinantes no Brasil. Alcance da marca de 266 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Prioridade da Casa no restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais e na criação de novos leitos de UTIs na rede nacional de hospitais. Protesto contra a inserção do auxílio emergencial e de outras matérias estranhas no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é muito importante que a população brasileira que está nos acompanhando neste momento compreenda o que nós estamos discutindo aqui no Congresso Nacional.

Nós estamos vivenciando a mais grave crise da história do nosso País, crise de natureza econômica, crise de natureza social, crise de natureza política, e tudo agravado por uma profunda crise sanitária, que já levou mais de 266 mil brasileiros e está matando, em média, 1.500 pessoas por dia no País.

Esses números apontam - e isso deve ser a prioridade desta Casa - que temos que ter foco naquilo que nós desejamos dar como resposta para a sociedade brasileira. Quem está nos assistindo agora espera que possamos apontar um caminho para garantir não só a proteção social da vida das pessoas, mas também a preservação, minimamente, da economia. Esse deve ser o foco da nossa pauta, Sr. Presidente. Quem está nos assistindo espera respostas para a proteção social através do auxílio emergencial, que aqui estamos discutindo; espera respostas para a aceleração da vacina, que é a única solução que existe para que possamos sair deste conjunto de crises; assim como espera



respostas em relação à garantia de recursos para financiar o acesso das pessoas a UTIs. Há 18 Estados da Federação brasileira que hoje estão colapsados. As pessoas não têm acesso a um leito de UTI, estão morrendo por falta de oxigênio.

Então, é importante que o povo entenda que, quando fazemos aqui um movimento de obstrução da pauta, absolutamente não quer dizer que não estejamos conectados com o senso de urgência que esta pauta requer. Pelo contrário, aqui estamos reafirmando os nossos compromissos com a proteção social, com aqueles 70 milhões de brasileiros que, há 1 mês, estavam recebendo o auxílio emergencial. É importante lembrarmos a essas pessoas que, no dia 27 de março do ano passado, este Congresso Nacional aprovava um auxílio emergencial de 600 reais para elas. Também é importante que essas pessoas saibam que, lá atrás também, quando foi apresentada a proposta pelo Governo, pelo mesmo Ministro Paulo Guedes, ele defendia que o auxílio fosse de apenas 200 reais, e foi a atuação da Oposição, a crítica, o esticar a corda, o tensionamento positivo que fez o Governo recuar, apresentar uma outra proposta e chegar aos 600 reais. Nós estamos aqui, mais uma vez, para explicar isso para a sociedade brasileira porque, mais uma vez, o Ministro Paulo Guedes e o Governo apontam um auxílio emergencial de 250 reais.

Reparem, como se diz aqui no Nordeste, o que aconteceu do ano passado, quando demos os 600 reais, para cá: vimos a crise se aprofundar, vimos a saúde piorar, vimos a economia piorar, vimos o nosso PIB cair 4% em relação ao de 2019, vimos o número de pessoas vulneráveis aumentar, vimos mais gente sem emprego e desalentada. E o que o Governo propõe? Em vez de melhorar a proteção social com a renovação do auxílio de 600 reais, quer reduzir o valor para 250 reais. Ora, só um botijão de gás está valendo 100 reais! Um botijão de gás vale 100 reais! Portanto, o auxílio emergencial equivaleria a dois botijões de gás e meio. É isso que o Governo está propondo. E é isso que nós não aceitamos.

Por isso, estamos querendo fazer este debate aqui. Queremos esticar a corda para tentar justamente chegar a um entendimento com o Governo, forçando-o, como fizemos no ano passado, a apresentar uma proposta melhor. Neste momento, queremos também tirar do debate o que está colocado aqui: um conjunto de penduricalhos, de jabutis ou de bodes na sala, como já foi dito, que não têm nada a ver com esta pauta.

Nós somos favoráveis à discussão de um ajuste fiscal. Nós queremos discutir isso, sim. A Oposição quer discutir quem vai pagar essa conta. No entanto, não podemos admitir que, mais uma vez, a conta deste momento que estamos vivenciando seja paga pela classe trabalhadora ou pela classe média. Nós queremos discutir ajuste fiscal, mas no rito ordinário, lá na reforma tributária, e não pelo processo de chantagem que o Governo está querendo fazer neste momento, ao tentar nos convencer a votar um auxílio menor e, junto com ele, um conjunto de medidas duras para o Estado brasileiro.

Nesse sentido, o PSB não aceita esse auxílio de menos que 600 reais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 356/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de desvinculação do auxílio emergencial da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, nós gostaríamos muito - continuamos insistindo nisso - de que nós pudéssemos separar o que é a proposta do auxílio emergencial e o que é esta PEC do fim do mundo, que o Governo tenta aprovar para desmontar todo o serviço público do Brasil na área da saúde, da educação, da segurança pública e até da justiça. Por isso, nós estamos insistindo que não há necessidade de se pagar um auxílio emergencial mudando a Constituição. No ano passado, nós aprovamos nesta Casa o auxílio emergencial de 600 reais, que nós continuamos defendendo, e não foi preciso mudar a Constituição.

O PCdoB defende 600 reais de auxílio emergencial e defende que todos os que precisam o recebam. Nós não defendemos essa proposta do Governo de menos da metade do valor que foi pago ano passado, e, além do mais, cortando famílias que precisam receber o auxílio emergencial.

Documento 357/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por oito sessões, da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de renovação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, lamentavelmente, nós vamos continuar em obstrução. Nós não estamos tendo condições para dialogar. Nós queríamos ver a possibilidade de mitigar danos, que lamentavelmente estão aos borbotões nesta PEC. Num momento de retração, a vontade e a ânsia do sistema financeiro de retirar dinheiro da economia e de cortar despesas que são indispensáveis, como o salário dos servidores, vão fazer que cada vez mais se amplie o déficit fiscal.

Portanto, nós temos que continuar em obstrução, porque queremos injetar recursos na economia. Nós queremos que o auxílio emergencial volte a ser de 600 reais. Caminhos para isso nós temos, nós já mostramos várias fontes. Uma delas é, por exemplo, o PLP 137, de minha autoria e da autoria do Deputado Mauro Benevides Filho, projeto que a Câmara aprovou no ano passado e que, de fato, daria aproximadamente 130 bilhões de caixa para pagarmos 600 reais de auxílio emergencial.

A Oposição está em obstrução.

Documento 358/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de renovação do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a admissibilidade de uma matéria constitucional é talvez o principal momento de votação de uma proposta de emenda constitucional, já que é responsabilidade da Câmara dos Deputados preservar a Constituição. A Constituição, como nós bem sabemos e a doutrina nos ensina, precisa ser lida do início até o fim a partir dos princípios nela

estabelecidos. Entre os primeiros, entre os princípios basilares da República, está a responsabilidade do Estado de garantir o fundamental: a dignidade humana dos brasileiros e das brasileiras.

Nós vivemos, neste momento, uma tragédia humanitária que nos tem levado vidas, arrastado a economia, destruído famílias e impossibilitado que o Brasil veja, num curto tempo, uma luz no fim deste túnel tão escuro em que nos jogaram o Governo Bolsonaro e o ódio político.

Esta emenda constitucional era para ser festejada neste momento. No ano passado, a Câmara dos Deputados assegurou um valor - podemos dizer que asseguramos porque, quando o Governo queria um auxílio emergencial de 200 reais, nós fizemos o auxílio emergencial crescer até 500 reais. O Governo, para uma disputa política, mostrando que tinha o recurso e que só queria fazer o mal aos brasileiros e às brasileiras, subiu o valor ainda um pouco: o auxílio foi para 600 reais.

Agora, senhores e senhoras, o Governo não quer manter esta base de dignidade - não é uma base de recurso, é uma base de dignidade! - para as famílias, para os pais de família, para as mães de família. Ele nada fez para que as pessoas tivessem condições de se manter por conta própria no período da pandemia. Já se vai mais de 1 ano desde o início da pandemia no Brasil, e o Governo não fez nada na educação, não fez nada na saúde.

Quando, no fim de 2020, nós tivemos o fim do decreto de emergência, o Governo não o renovou, não tomou medidas, mesmo com os laboratórios internacionais oferecendo 70 milhões de vacinas. O Governo não assinou contratos.

Então, digam-me: por que agora o Governo apresenta esta PEC, como uma verdadeira chantagem, uma chantagem de modo que o trabalhador desempregado ou o pai ou a mãe de família desempregados vai receber 250 reais?

Nós, Deputados e Deputadas que respeitamos o povo e o valorizamos como origem do nosso poder, devemos rasgar a Constituição e retirar dela princípios fundamentais como, por exemplo, os fundos públicos. Vários fundos públicos estão sendo atacados aqui, nesta emenda à Constituição. Outro exemplo é a própria desvinculação das receitas dos fundos públicos. Mas não só isso. Há também o fim dos concursos públicos ou a impossibilidade de nomeação de servidores.

O Governo tira dos pobres e dos mais pobres, aqueles que precisam de saúde, de segurança pública, de educação pública. O Governo tira daqueles que estão prestando concurso público ou daqueles que estão se preparando para fazer concurso público. O Governo não quer concursos. Ele não quer mais Estado. Ele não quer mais atuação pública. E nós temos que trocar a Constituição pela emergência de pessoas famélicas, jogadas na miséria extrema pelo próprio

Governo Bolsonaro! É impossível aceitar isso, Sr. Presidente! Isso é indigno numa hora como esta.

Cabe a quem preside o Brasil olhar nos olhos dessas mães, desses pais e, sobretudo, dessas crianças, que estão ficando órfãs porque seus familiares estão morrendo em decorrência da COVID. É preciso olhar nos olhos dessas crianças e dizer que não vai fazer chantagem com o povo brasileiro. É preciso pagar os 600 reais e cobrar de quem tem dinheiro...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 359/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Desumanidade da suspensão do pagamento do auxílio emergencial em meio às crises sanitária e econômica. Discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar os colegas Parlamentares e dividir em duas partes esta minha rápida fala.

Primeiro, quero dizer que é uma desumanidade e um desatino econômico ter cortado o auxílio emergencial em meio à maior crise sanitária e econômica da história recente do nosso País. O Presidente Bolsonaro é frio e calculista. É desumano.

Nós estamos há 2 meses e meio com o agravamento da pandemia, com mais gente desempregada, com o País em recessão, com brasileiros passando fome e vendo parte dos seus amigos e familiares morrer sem vacina, sem tratamento. Dizem aqui diversos colegas que faltam respiradores e leitos de UTI, e o Governo cortou o auxílio emergencial. O auxílio emergencial deve ser de no mínimo 600 reais porque, se ele era de 600 reais até dezembro, se a

crise se agravou, se o desemprego se aprofundou, se a recessão se ampliou, nós não podemos aceitar cortes no auxílio emergencial.

A segunda questão, Presidente Arthur Lira, é que nós não estamos, com esta PEC, tratando de auxílio emergencial. Isso é muito mais do que uma chantagem do Governo: isso é uma desumanidade! Qualquer um dos 513 Deputados Federais sabe que nós poderíamos ter uma medida provisória, desde 1º de janeiro, para garantir o auxílio emergencial em janeiro, em fevereiro e em março, Deputado Wolney, Líder do PDT, Deputado Guimarães e Deputado André Figueiredo, Líder da nossa Oposição.

Pois muito bem. Vamos à economia e à responsabilidade de que falam alguns Líderes do bolsonarismo. Na economia, o mundo inteiro debate neste momento mecanismos para aquecer a economia em que uma nação entra com o esforço de investimentos para fazer políticas sociais e políticas de investimento que possam aquecer a demanda do país.

Nós estamos em plena recessão. Cortar investimentos públicos, reduzir o auxílio emergencial e, com isso, ampliar a crise social é tudo de que o Brasil não precisa. Vejam os países da Europa! Olhem os Estados Unidos! Olhem nossos vizinhos na América Latina! Todos eles estão utilizando suas reservas, diversos deles estão votando leis para introduzir impostos sobre as grandes fortunas ou retomar o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, coisa que o Brasil devia fazer.

Nós temos que ser responsáveis, sim, mas temos que ser responsáveis socialmente e economicamente. Esta receita está falida! Esta emenda constitucional é um escândalo, é um absurdo! Ela significa uma espécie daquela Emenda Constitucional nº 95, que era chamada de Emenda do Fim do Mundo. Esta emenda aprofunda aquela visão. Ela diz o seguinte: *"Estado brasileiro, Nação, vamos parar no tempo! Vamos congelar tudo!"*

Não é mais possível ampliar os serviços de educação e de saúde. Não é mais possível garantir o reajuste com ganho real do salário mínimo, uma das políticas mais importantes utilizada nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma: o ganho real do salário mínimo para melhorar o País do ponto de vista social, dando resultados positivos para o crescimento econômico e a geração de renda.

Quem votar a favor desta emenda constitucional estará congelando o salário mínimo, estará congelando as desigualdades sociais. Esta é a desumanidade da qual eu falo, Presidente Arthur Lira.

Nós precisamos distribuir renda neste País. Nós precisamos de política econômica para gerar crescimento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 360/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Caráter demagógico do discurso da Esquerda a favor da retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Probidade do Governo Jair Bolsonaro. Relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Arthur Lira, nobres colegas, a Esquerda fala, fala e diz nada, nada. A Esquerda é apenas vista, jamais olhada. A Esquerda é contra tudo e a favor de nada; "quanto pior, melhor"; bem conhecido, decorado; chantagem de 600 reais, criatividade zero!

Não fosse o Governo Bolsonaro, nós não teríamos condições de já termos dado quase 300 bilhões para o auxílio emergencial. Por que nós conseguimos? Porque acabou a corrupção. Não existe mais obra superfaturada, mais petrolão, mensalão, não há distribuição de dinheiro a rodo do BNDES, em que o viés para dar o dinheiro eram os países socialistas e comunistas.

Nós estamos votando uma PEC muito importante. Só não vê isso quem não tem o espírito mínimo de empreendedor. Na Esquerda, 98% nunca deram um emprego, nunca tiraram um empréstimo para uma empresa, não sabem o que são os custos trabalhistas, não têm noção do que é ser empresário. Eles, na maioria, sempre viveram das tetas e das bocas públicas. Por isso, os valores dão tanto *status*.

Eu vi há pouco cenas tragicômicas no plenário, em que uma Deputada do PSOL estava quase chorando, gritando que "*uma lavadeira, um engraxate ganham 250 reais*". Ela estava quase chorando, se comovendo, defendendo os pobres e oprimidos, quando ela ganha 34 mil reais por mês, ou seja, ela ganha mais auxílio emergencial, quando ela tem cota de gasolina.

Eu prolongo, nobre Presidente Lira, não ofendendo, mas elogiando, e chamo também o nobre Deputado milionário do PSOL que tem mais de 2 milhões investidos no mercado financeiro. Ele vive de renda. O Líder do PT também

quase chorou ao falar em ajudar os pobres e oprimidos. Tragicomédia é o que estamos vendo!

Se V.Exas. têm o mínimo de sentimento altruísta... Se não sabem o que esta palavra significa, vão ao dicionário: altruísta é aquele que só está bem se os outros estão bem. V.Exas. estão muito bem, ganham otimamente bem! Toda essa demagogia barata! Eu fico imaginando seus eleitores!

Eu faço uma proposta a V.Exas. Vamos fazer um ato de respeito ao povo brasileiro, um ato de amor ao próximo, um ato de altruísmo. Eu faço uma proposta a essa Deputada do PSOL que fez cenas de tragicomédia, ao Líder do PT e ao nobre Deputado bilionário do PSOL, apenas para dar um pequeno exemplo de que V.Exas. têm amor e não são demagogos. A Esquerda gosta tanto de pobre que, por onde ela passa, multiplica a pobreza.

Eu proponho a V.Exas., aos três, que cada um, durante 3 meses, doe simbolicamente 30% dos seus salários, e eu doo 60% do meu salário. Façam isso, deem essa demonstração! Do contrário, acabem com essa demagogia barata! V.Exas. choram, fazem onda e não ajudam ninguém! Serão quatro Deputados, três da Esquerda. Doem por 3 meses. Trata-se de algo simbólico, mas é um exemplo para o Brasil.

Eu não aguento mais tanta demagogia barata. Eu tenho pena do seu eleitorado. Está feito o convite. A imprensa está vendo. Doem, por 3 meses, 30% dos salários de V.Exas., e eu doo 60% do meu. Chega de demagogia barata! Mostrem que V.Exas. têm amor aos pobres, que têm amor à causa. Se estão preocupados, cedam um pouco! Empresários, profissionais liberais, todos estão sofrendo neste momento. Quem tem o salário garantido está tranquilo.

Nós estamos votando hoje uma PEC muito importante, com medidas que buscam modernizar a gestão das contas públicas. É muito importante!

Faço este apelo para acabarmos com a demagogia e darmos um exemplo ao Brasil.

Chega de tragicomédia no plenário!

Muito obrigado, nobre Presidente Lira.

Documento 361/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Proposta a Deputado de taxaço extraordinária de lucros bancários. Defesa da realizaço de reforma tributária com ênfase no combate às desigualdades entre pobres e ricos. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Contrariedade à aprovaço da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criaço de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de renovaço do auxílio emergencial concedido às mulheres chefes de família. Defesa de tributaço de lucros e dividendos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -

Presidente, eu ouvi um Deputado falar de taxaço dos nossos salários. Se ele sabe fazer alguma conta, se ele consegue fazer uma conta rápida, mais útil para o Brasil seria propor os 30% que ele propôs para a taxaço extraordinária de lucros dos bancos. Proponha isso, Sr. Deputado!

Ao contrário, a reforma tributária que aqui tramita, infelizmente, não enfrenta o coração do problema da situação fiscal do Brasil.

Os textos que aqui estão tramitando são para a simplificação dos tributos quando, na verdade, nós estamos aqui discutindo o auxílio emergencial, que é necessário para o povo brasileiro fazer o isolamento, comprar arroz, carne, e para as cidades e os Estados poderem fazer o *lockdown* em situações mais críticas.

Com uma reforma tributária que incide, de forma contundente, sobre a desigualdade entre os ricos e os pobres no Brasil, como eu provoço e convido os Deputados e as Deputadas a proporem aqui, nós poderíamos ter uma renda permanente para o povo brasileiro. O Brasil é um país de dimensões continentais, é um país profundamente desigual. É desafiador enfrentar as desigualdades no Brasil. De outro lado, as medidas tomadas sistematicamente nesta Casa aprofundam o Brasil da pobreza, aprofundam o Brasil das desigualdades.

Nós do PSOL apresentamos uma emenda para eliminar o limite de 44 bilhões, mas, infelizmente, nós da Oposição estamos com dificuldade para ter as assinaturas necessárias para as emendas - para nós conseguirmos as assinaturas, são necessários 2 dias ou 1 dia e meio. Pelo Regimento Interno, são dez sessões. Vejam a diferença! Na verdade, este limite é desnecessário. Na PEC do Orçamento de Guerra, não havia limite. Nós precisamos garantir mais do que 250 reais para o povo brasileiro. Aliás, esse valor é ridículo, muito sinceramente. Mais do que isso, é preciso garantir cota dupla para as mulheres chefes de família.

Nós sabemos que as mulheres estão à frente dos espaços de cuidado. Nós estamos no mês de março. Somos nós que levamos os filhos ao hospital, as crianças à creche. Quantas mulheres neste momento estão dedicando suas vidas para cuidar das vítimas da COVID? Muitas delas são mães-solo, muitas

dessas chefes de família são domésticas, são camelôs e, neste momento, estão sem o sustento para colocar comida na mesa.

O auxílio emergencial atendeu, Sras. e Srs. Deputados, a 40% das mulheres de chefes de família. Agora o que está colocado aqui é o desmonte dos direitos sociais e um auxílio de 250 reais para as mulheres brasileiras, mulheres trabalhadoras, mulheres que estão sofrendo com o preço do gás, do arroz, da carne, diante do aumento de 15% no preço dos itens alimentícios.

Nós entendemos que, além de esta PEC desmontar os direitos sociais, ela estabelece um limite que vai impedir que o auxílio chegue ao povo brasileiro num valor decente, num valor condizente com o momento de crise econômica que estamos vivendo.

Portanto, além do auxílio emergencial, que é necessário, espero que esta Casa defenda, o mais breve possível, a taxaçoão dos bancos, a tributação dos lucros e dividendos, ao contrário do que o Deputado que me antecedeu, de forma risível, disse.

Muito obrigada.

Documento 362/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PROFESSORA MARCIVANIA-PCDOB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de quebra de interstício da verificação de votação do requerimento de encerramento da discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução, Presidente.

Entendemos que existem outros mecanismos legislativos para criar um auxílio emergencial. Nós somos totalmente favoráveis ao auxílio, mas colocar na Constituição o limite de 44 bilhões de reais... No auxílio passado, foram gastos 45 bilhões de reais por parcela. Se colocarem na Constituição que só poderemos investir 44 bilhões e se aumentar a base de beneficiados, ou mesmo se permanecer a que estava, só conseguiremos pagar, no máximo, os 250 reais, e assim mesmo por 3 meses.



É incrível a capacidade das pessoas de serem insensíveis neste momento tão difícil pelo qual o Brasil passa. Eu desafio o Deputado Bibó Nunes, que nos antecedeu, a viver com 250 reais por mês e provar que isso é possível.

Neste momento, nós precisamos da sensibilidade e da solidariedade de todos os brasileiros e brasileiras. Precisamos ser responsáveis com isso, não podemos inventar números: existe uma questão financeira que precisa ser considerada. E nós temos alternativas de que podemos lançar mão delas, como tributar os grandes investimentos, as grandes fortunas.

É preciso que esta Casa tenha sensibilidade neste momento difícil por que o Brasil está passando, sobretudo as pessoas mais vulneráveis.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 363/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de renovação do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu creio que todos os Parlamentares sabem exatamente o que essa PEC representa. Todos eles sabem que ela não assegura o auxílio emergencial, que ela apenas disponibiliza recursos - vou repetir - por volta de sete vezes menores do que os dispensados no ano anterior e que ela impede também que nós tenhamos investimentos, que nós possamos contratar pessoas.

Nós estamos vendo o estado de tragédia que este Brasil está vivenciando. Trata-se de uma tragédia. Estamos vendo Governadores, Prefeitos dizerem que não adianta apenas criar leitos de UTI, porque é preciso que tenhamos pessoas para atuar nestes leitos. Essa PEC possibilita um gatilho que vai impedir Estados e Municípios de fazerem concursos, de contratarem pessoas para trabalharem efetivamente na saúde pública.

Nós estamos falando de uma PEC que todas e todos os Parlamentares sabem que não é a PEC do auxílio emergencial. Eu sou de uma geração em que a coragem de defender as próprias posições tem um valor muito grande. Aqui estamos vendo a covardia de Parlamentares que falam em auxílio emergencial

para impor a eliminação de investimentos no País. Sabem o que significa isso? Significa que, em uma época de desemprego, em que as empresas estão quebrando, o Estado não vai poder fazer com que tenhamos os investimentos necessários para gerar emprego. Os Parlamentares sabem que essa PEC congela o valor real, o aumento real do salário mínimo. Ele vai ser reajustado apenas de acordo com a inflação, que foi de 4,5%. Mas a inflação dos alimentos foi de 18,2% no ano passado.

Com a inflação dos alimentos, a PEC vai penalizar mais quem ganha menos, porque o maior percentual do seu salário vai ser gasto com alimentação. O arroz subiu 76%, o feijão subiu 68,1%, e vamos aprovar uma PEC que vai impedir o aumento real do salário mínimo?

Estão tirando dinheiro dos fundos - dos fundos! Nós aprovamos a conectividade, a Internet nas escolas com recursos de onde? Do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, ou seja, da tecnologia.

E o que está se propondo aqui? Que o superávit desses fundos sejam dedicados para pagar a dívida, e não que tenhamos um fundo social das telecomunicações e um fundo do meio ambiente sendo utilizados para as políticas públicas. É muita crueldade o que está sendo tecido aqui.

Por isso, nós vamos ver as falas histriônicas desses áulicos que buscam atacar a Esquerda, porque não conseguem defender essa proposição.

Nós vamos ter congelamento de salários e de progressão dos servidores e servidoras deste País. Nós vamos ter o País sem capacidade de fazer frente a toda uma tragédia que está em curso e que em grande medida é fruto da inoperância ou da política da morte que ostenta hoje a faixa presidencial.

Então, nós queremos o auxílio emergencial. Ninguém lutou mais do que nós pelo auxílio emergencial. Nós não queríamos que tivesse sido suspenso o auxílio emergencial. Já se passaram os meses de janeiro e fevereiro, e a população não teve o auxílio emergencial, que o Governo queria que fosse de 200 reais, e nós conseguimos, no Parlamento, conseguimos elevar para 600 reais.

O que estamos vendo agora é o Governo, neste momento, apresentar uma proposta de emenda constitucional que vai penalizar servidores e servidoras, que vai penalizar esses que são heróis e heroínas do Brasil. Os heróis e heroínas do Brasil não vestem farda, vestem jaleco branco. Os heróis e heroínas do Brasil não portam armas. Eles portam giz. São os trabalhadores que estão no serviço público, assegurando políticas públicas, arrecadação, saúde, educação e assistência. São esses profissionais que serão penalizados com essa PEC. Ela é a granada no bolso do País, que foi falada na fatídica...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 364/1.178

15.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos votando hoje uma coisa muito importante, e eu queria colocar para todos os Parlamentares o seguinte: o auxílio é emergencial, o auxílio é para 4 meses, mas a PEC, que eles chamam de emergencial, vai ficar na Constituição, é a constitucionalização de um arrocho fiscal brutal sobre os servidores com um estado mínimo. Essa é a discussão que temos que fazer aqui.

Não adianta vir gente desqualificada, um verdadeiro Napoleão de hospício, embora o carnaval tenha acabado, atacar a Esquerda. Não adianta bobos da corte virem dizer que ele vai distribuir uma miseriazinha da sua fortuna de 12 milhões de reais. Isso é tudo demagogia. Eu quero que eles venham discutir aqui as propostas. Por que para pagar um auxílio emergencial de 44 bilhões, que está dentro do teto de gastos, precisa da PEC Emergencial? Não seria necessário PEC Emergencial.

A PEC Emergencial é para sustentar uma narrativa para o mercado financeiro. Não é à toa que a Bolsa acabou de deixar de cair, porque o Presidente disse que a PEC vai ser votada de qualquer jeito, mesmo sem a polícia.

Primeiro, a PEC diz que não vai haver aumento do salário mínimo, o que é uma perversidade com os mais pobres, que são a grande maioria do povo brasileiro. Segundo, não haverá criação de cargo, emprego e função nenhuma. Ou seja, mesmo havendo necessidade de mais médicos e enfermeiros, de trabalhadores da saúde no meio da pandemia, não haverá contratação. Amanhã, quando voltarem as aulas, serão necessárias aulas de reposição, mas não se será possível contratar ninguém, porque não se vai contratar mais nenhum servidor público. Não poderá haver alteração na carreira nem a

realização de concurso público. O funcionalismo público virou o grande bode expiatório do ajuste (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Vou conceder 2 minutos a mais ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Obrigado, Presidente.

Como eu dizia, não haverá mais nenhum tipo de concurso público, nenhum abono, nenhuma verba. Não haverá despesa obrigatória, linha de financiamento ou renegociação de dívida. Serão acionados os gatilhos quando a relação da receita corrente com a despesa corrente estiver em 95% ou até 85% dos Estados. Isso atinge mais da metade dos Estados e a grande maioria das Capitais. Na verdade, trata-se de um imenso engessamento. Há dinheiro sendo transferido do Fundo do Meio Ambiente e do Fundo Social. Há a inviabilização dos Institutos de Ciência e Tecnologia do Brasil inteiro.

A grande constatação é a seguinte: para votar o auxílio emergencial não é necessária a PEC Emergencial. Quatro prestações de 250 reais! No ano passado, houve um gasto de 300 milhões de reais, que foi o que sustentou a economia, o PIB - não cair 12%, mas apenas 4% -, o consumo, o comércio e o serviço. Nós sabemos disso. Agora, com a inflação galopante, vamos ver voar esse auxílio para alguns milhões de pessoas, muito menos do que da outra vez, e com valor irrisório.

Mesmo assim, nós poderíamos votar a PEC diretamente, votar imediatamente uma medida provisória. Nós tivemos a MP 1.000, que não chegou a ser votada, porque o Governo tinha em mãos reduzir de 600 reais para 300 reais, e nós chegamos com o auxílio emergencial até o final do ano.

Então, nós temos o povo morrendo de fome na pandemia, uma crise brutal, econômica, política, sanitária, e os Deputados estão votando uma reforma estrutural, constitucional para arrochar e destruir o Estado brasileiro...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Obstrução das votações da propositura pelos partidos oposicionistas. Apoio do PDT à renovação do auxílio emergencial de 600 reais e à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, mas não costumo falar quando há outro falando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos aqui em um dia marcante para as nossas vidas. Eu achei que, depois do absurdo que foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 241, aquela famigerada PEC do Teto dos Gastos Públicos, nós não voltaríamos com medidas parecidas tão cedo. Eu me enganei.

Na verdade, essa PEC chamada "Emergencial" esconde por trás da concessão de um auxílio emergencial medidas gravíssimas. Trata-se de uma reforma administrativa disfarçada de PEC emergencial que piora o que foi aprovado na PEC do Teto dos Gastos.

Nós estamos arrojando os Estados e Municípios. Nós estamos propondo uma diminuição dos valores do auxílio emergencial, que antes era de 600 reais e agora vai ficar na média de 250 reais, o que é absolutamente insuficiente para sustentar uma família. Além disso, vamos excluir cerca de 30 milhões de brasileiros do recebimento desse auxílio, que é um socorro para os que estão em situação de vulnerabilidade por causa da pandemia. Nós vamos, em troca desses míseros 250 reais, estabelecer alterações permanentes na Constituição Federal.

Quero lembrar por que a Oposição está em obstrução, está contra essa votação da PEC.

Nós ouvimos o áudio e vimos o vídeo da reunião ministerial junto ao Presidente da República, quando Paulo Guedes disse textualmente: *"Estão pensando que estamos distraídos. Eles estão nos abraçando, mas nós já colocamos a granada no bolso do inimigo - 2 anos sem aumento de salário"*, referindo-se ao funcionalismo público.

Isso deixa claro como o Governo pensa, como o Governo age. O inimigo, para o Governo, é o funcionalismo público, e é a granada contra os servidores públicos que ele está jogando novamente por trás do auxílio emergencial. Ele

joga um prato de esmolas e coloca a granada no bolso do funcionalismo público, mais uma vez.

Essa PEC, chamada pelo PCdoB de PEC do Fim do Mundo, poderíamos também chamar de PEC da Granada, uma vez que ela congela o salário mínimo, não concede nenhum aumento real ao salário mínimo e traz outras medidas de arrocho que passarão a ser constitucionais, portanto, permanentes.

Eu lamento muito. Recebo apelos desesperados de vários segmentos. Hoje mesmo, como coordenador da bancada de Pernambuco, estava em reunião há pouco, simultaneamente a esta sessão, com os cientistas e pesquisadores de Pernambuco, que pediam socorro porque, se essas mudanças forem estabelecidas, a Lei de Informática vai ter fim.

O Brasil, que é um país produtor de ciência e tecnologia e de inovação, vai passar a ser um país como outro qualquer da América Latina, deixará de ser produtor de ciência e tecnologia e de inovação para ser importador.

Em Pernambuco temos o Porto Digital, temos o CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, o Centro de Informática da UFPE, a FITec, empresas grandes. Nós temos mais de 600 Ph.D. em Recife nessa área de inovação. Isso tudo vai por água abaixo como efeito colateral dessa PEC, dentre outros muitos efeitos danosos. Eu aqui, em 6 minutos de fala, não posso elencar o tamanho do estrago que essa ela vai fazer, mas estamos resistindo.

Muitos dos Deputados que votaram a favor da PEC do Teto dos Gastos viram sufocados os investimentos estaduais, municipais, governamentais em saúde, em educação, em assistência e se arrependeram. E muitos dos estão votando aqui a favor desta outra PEC serão cobrados pelo seu posicionamento nas eleições.

Não adianta querer disfarçar. Um voto a favor do auxílio emergencial esconde, na verdade, a crueldade e a covardia do Governo. Nós não podemos ser cúmplices. Este Parlamento não pode ser cúmplice dessa covardia do Governo Bolsonaro de empurrar um prato de esmola, de comida, sendo que dentro desse prato de comida está o veneno, a extinção do serviço público. A vontade deste Governo é acabar com o funcionalismo público, acabar com os investimentos governamentais.

Então, está dado o nosso recado. O PDT permanece firme na luta obstruindo e votando contra essa PEC. Nós somos a favor do auxílio emergencial. Agora, tudo aquilo que for covardia contra o futuro do povo brasileiro, nós votaremos contra e denunciaremos.

A pauta do PDT é vacina já, auxílio emergencial de 600 reais e geração de emprego para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Sumário

Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Caráter desumano do Governo Jair Bolsonaro. Fracasso da política neoliberal vigente no País. Necessidade de retomada ao auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos votando se a Câmara Federal vai ou não autorizar o Governo a pagar o auxílio emergencial.

O auxílio emergencial que o Governo está querendo pagar é de 250 reais.

O que nós estamos defendendo - e estamos brigando, lutando, expondo para a opinião pública brasileira - é o auxílio de 600 reais pelo tempo que durar a pandemia.

O que faz o Governo? Ele comete três absurdos. Primeiro, reduz o valor de 300 reais que ele havia pagado até dezembro para 250 reais. Achou pouco e reduziu, retirando em média 30 milhões de pessoas que recebiam o auxílio e têm direito de recebê-lo. Achou pouco e disse que só pode pagar durante 4 meses, ou seja, independentemente do que vai acontecer.

O Brasil vive uma pandemia em todas as dimensões: a pandemia sanitária e a pandemia de um Governo desorganizado fiscalmente, que não tem qualquer compromisso com a austeridade do ponto de vista da inclusão social e do desenvolvimento social do País. O Governo não fala nada sobre a vacina - o Brasil não tem vacina - , quer somente aprovar a tal desta PEC.

O que é esta PEC, para as pessoas entenderem? Vejam que o Governo faz essa chantagem, essa imoralidade política ao dizer que só vai dar a migalha de 250 reais se nós aprovarmos a PEC. O que é a PEC, meus queridos ouvintes da *TV Câmara*? O que é esta PEC? Esta PEC é a tentativa do Guedes, um Ministro da Economia incompetente, que não tem qualquer compromisso com o desenvolvimento do País, de constitucionalizar essa ideia de Estado mínimo, que só serve para atender às orientações do mercado. Com isso, o Estado

deixa de ser protetor, indutor, planejador, para servir a outros interesses em vez de proteger o País, uma Nação de mais de 200 milhões de habitantes.

É por isso que vamos votar contra essa perversa, cruel e desumana Emenda Constitucional nº 186. Ela é a emenda do mal, da perversidade, da desumanidade, daqueles que não têm compromisso com o povo brasileiro, daqueles que não têm compromisso com a mãe de família, com o pai de família, com os que estão no Sertão do Nordeste.

Vejam que crueldade que este Governo faz, meus caros Líderes. A primeira delas é desconstitucionalizar, desvincular os fundos setoriais. Ele está acabando com os fundos destinados à cultura, ao meio ambiente, às telecomunicações, às crianças e aos adolecentes. Nós vamos aceitar isso, Deputada Erika, silenciosamente? É isso que estão fazendo.

Ainda aparece essa gente que diz nos microfones da Câmara que nós estamos contra o povo, fazendo demagogia, mandando alguns Parlamentares devolverem salário. Tenham postura de homem público, tenham compromisso com o País, tenham compromisso com as pessoas que mais precisam da proteção do Estado! Isso não pode acontecer! O que a Câmara está fazendo hoje é acabando com esses fundos.

O pior é uma PEC contra o Nordeste. Eu chamo a atenção dos Parlamentares do Nordeste, meus queridos Deputados e Deputadas do Nordeste. Sabem o que estão fazendo? Acabaram com os incentivos fiscais, estão deixando só os incentivos fiscais da Região Norte, estão punindo o Nordeste e o Centro-Oeste. Eita Governo que tem compromisso com as regiões mais pobres do País!

Deputado Danilo, de Pernambuco, esta PEC está dizendo que em 6 meses será enviado o projeto de lei para acabar gradativamente com os fundos constitucionais. Como vai ficar o Nordeste sem o FNE, que é o indutor, a alavanca que financia o investimento produtivo do Nordeste? Como é que se vai fazer? O que o Governo está fazendo? Além disso, impõe um ajuste fiscal, obriga, agride a autonomia dos Estados, meus queridos Deputados e Deputadas, quando determina que o Estado não pode contratar, não pode fazer concurso público, não pode dar aumento para nada. Se o Governo do Estado do Ceará for montar mais uma UTI para atender os pacientes vítimas da COVID-19, não poderá contratar ninguém!

Isso é Governo humano? É um Governo desumano, que não tem qualquer compromisso social com ninguém e não tem compromisso com o desenvolvimento do País. É isso que significa essa PEC. Constitucionalizam um modelo que está derrotado.

Quem tanto fala em seriedade devia pedir desculpas ao País. Quase 2 anos e meio de Governo, e o País está aos frangalhos, a economia brasileira... O Governo não diz uma palavra sobre a questão do emprego. Não faz nada! Não tem política de desenvolvimento nacional. Fica fazendo marmota o tempo todo, fica fazendo desdém dessa pandemia, como se essa pandemia não tivesse

nada a ver com esse Governo. Não tem competência para gestão nenhuma! É um bando de incompetente que está governando o Brasil.

Respeitem o Brasil! Respeitem as pessoas que precisam de proteção do Estado. Eu me dirijo aqui aos cearenses do Sertão, que tanto precisam desse auxílio emergencial e pedem socorro a nós. Votem, pelo menos, o auxílio enquanto perdurar a pandemia.

Não pode ser sério um Governo que quer fazer ajuste fiscal penalizando os de baixo, penalizando os que mais precisam de proteção do Estado.

Como vamos fazer? Vamos votar o orçamento? Tiraram a desvinculação que estavam propondo da saúde e da educação, mas o tal orçamento que está aqui na Câmara sendo votado apresenta uma perda irreparável dos recursos para a saúde e para a educação. Do jeito que nós vamos, com esse Governo, vamos terminar o ano com o País completamente dentro de um abismo fiscal.

Falam em austeridade fiscal no mundo todo. Isso está na contramão do que está acontecendo no mundo. Nós deveríamos é estar preocupado com a vida humana no Brasil. Para alguns é normal 266 mil mortos. Vamos caminhar para 300 mil pessoas mortas. Para alguns isso é normal! Esse é um modelo que fracassou. Patrocinaram amplas reformas, e não deu jeito. O País tem uma perda de emprego. Já são quase 30 milhões de pessoas desempregadas. O investimento público está ladeira abaixo.

É sério! Somos um País com 210 milhões de brasileiros. Ao analisar o orçamento, vemos que estão lá para investimento público 28 bilhões! O Brasil já perdeu a sua credibilidade perante o mundo. Ninguém anda mais no Brasil. Em 2 anos e meio, qual foi o chefe de Estado que visitou o Governo brasileiro? Nenhum, porque ele não inspira qualquer credibilidade perante as grandes economias do mundo! Chega!

Existe muita gente séria nesta Câmara. Deveríamos fazer um pacto pelo País, um pacto pelas pessoas que mais precisam. Eu faço aqui um apelo. Vamos fazer uma provocação: vamos parar a discussão e fechar uma proposta de acordo para votarmos o auxílio emergencial?

Vamos votar o auxílio emergencial! Tudo bem o Governo propor um valor menor - que ele proponha -, mas não venha com essa perversidade de indicar uma PEC em que só se pode gastar 44 bilhões com o pagamento de um auxílio emergencial. Como ficam essas pessoas? O auxílio emergencial é injeção na veia, no fiscal, na retomada do crescimento. A economia brasileira só não teve um tombo maior em 2020 por conta do auxílio emergencial, porque sustentou a pequena economia. Como as pessoas vão viver nas periferias das grandes cidades? Não há emprego, não há nada!

Portanto, meus queridos amigos e amigas do Brasil inteiro, o nosso voto é consciente e indica que nós temos, sim, compromisso com aqueles que mais precisam, que são os mais vulneráveis, que estão atônitos sem saber o que

vão fazer, principalmente neste momento de pandemia. Queremos, sim, vacina, emprego e, sobretudo, o auxílio emergencial de 600 reais. Esta PEC é um engodo. Ela é perversa, é desumana, é cruel e não tem qualquer compromisso com o desenvolvimento nacional do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 367/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-18:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Está bem.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vim aqui defender o requerimento de retirada de pauta e questioneei o Presidente se havia um requerimento similar. Há. Do PSL, partido pelo qual foi eleito o Presidente Bolsonaro. Há, depois, vários requerimentos de adiamento de discussão, que ficarão prejudicados pelo requerimento de retirada de pauta. Se não houvesse esse artifício regimental do partido de Bolsonaro, eu retiraria o requerimento de retirada de pauta para não prejudicar os outros requerimentos, que agora serão prejudicados.

É importante que o requerimento de retirada de pauta seja defendido usando todo o tempo e, no mérito, discutindo os motivos políticos pelos quais a admissibilidade dessa PEC deve sair da pauta.

Essa é a PEC 186/19, protocolada pelo Governo em 2019, quando não havia nenhuma imagem de pandemia, nenhum indício de pandemia. Junto com ela vieram as PECs 187 e 188, que são as PECs do fim do mundo. E o relatório da PEC 186, aprovado no Senado, fundiu, podemos dizer assim, quase tudo de ruim que as PECs 187 e a 188 possuíam. O que ficou de fora, Deputada Talíria Petrone? Ficou de fora apenas o fim do piso constitucional da educação e da saúde. As outras maldades todas estão aí.

Não há nenhuma urgência nisso. Aliás, Deputados e Deputadas, essas três PECs estão no Senado desde 2019 sendo discutidas. A PEC em questão chegou nesta Casa na sexta-feira última. Esta é a Casa do povo, são os

Deputados e Deputadas que estão aqui que representam o povo brasileiro. O Senado é a Casa da República. E nós, se virmos essa PEC ser aprovada, veremos o desmonte do Estado brasileiro, a inviabilização de programas sociais de infraestrutura, de reajuste salarial.

Essa PEC tem o absurdo, Deputado Aiel, de autorizar a contratação administrativa por tempo exíguo e seu reajuste, sua remuneração, mas não dos funcionários de carreira. Isso é um golpe contra o povo que está precisando do SUS e da escola pública. Essa PEC tem o chamado subteto, que é o arrocho estrutural no âmbito subnacional dos Governos Estaduais e Municipais.

E pior do que tudo isso: nessa linha de mitômanos, pessoas que mentem o tempo todo, insistem em dizer que essa PEC cria o auxílio emergencial. Não há no texto da PEC criação de auxílio emergencial. Na linha do ajuste, para um auxílio emergencial de 4 anos, que terá que vir numa MP, estabelece-se um teto de gastos com esse hipotético auxílio - que sabemos que o Governo não quer -, teto esse de 44 bilhões, quando no ano passado foram gastos mais de 300 bilhões com o auxílio emergencial.

Por isso, esse ataque, Deputados e Deputadas, que a PEC faz tem que ser estancado. E nós da Oposição, com o apoio de V.Exas., vamos salvar o mandato de V.Exas., porque as servidoras e os servidores públicos vão mapear os votos de V.Exas. Se V.Exas. forem candidatos no ano que vem, não retornarão a esta Casa. Então, salvem o serviço público e salvem os seus mandatos.

Vamos aprovar esse requerimento de retirada de pauta e vamos discutir com profundidade essa PEC, para que nós aprovemos apenas o auxílio emergencial de 600 reais durante a pandemia.

Obrigado, Presidente.

Documento 368/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 1.972 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República em relação à doença. Falta de respiradores mecânicos e de vacina contra a Covid-19 no Brasil. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foram 1.972 mortes em 24 horas. O desatino bolsonarista, o negacionismo, a campanha contra a vacina, a campanha contra as máscaras, a campanha que criou uma falsa polarização entre a defesa da saúde e a defesa da economia, o incentivo às aglomerações e a irresponsabilidade criminosas de Jair Bolsonaro fazem do Brasil hoje, infelizmente, o país que enfrenta a situação mais dura na pandemia.

Há menos vacinas do que deveríamos ter, há menos atendimentos na saúde, faltam respiradores em determinados lugares, neste momento. Isso tem sim causa no congelamento dos investimentos públicos. E aqui se quer agravar essa situação e se quer piorar a situação do Brasil.

Nós precisamos de auxílio emergencial de 600 reais.

Documento 369/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de aprovação do auxílio emergencial de 250 reais constante no texto da proposição.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. É um prazer vê-lo na presidência dos trabalhos, função de muita responsabilidade neste momento.

Sobre essa questão da PEC Emergencial, todos sabemos da importância e do que ela significa para o povo brasileiro. Não é uma atitude simples que a Câmara neste momento está tomando. Aliás, trata-se de atitude de muita responsabilidade. É só andar pelas ruas e ver o quanto o povo está precisando de um auxílio emergencial. E, mais uma vez, a despeito de tantas críticas, inúmeras críticas, o Governo Bolsonaro vem firme no seu propósito de combate à pandemia e ajuda à população brasileira.

Não é pouco dinheiro que está envolvido na aprovação dessa PEC, são aproximadamente 40 ou 50 bilhões de reais. E ouvi muitas críticas de Deputados dizendo que o valor é pequeno. Eu volto no tempo, lá em 2002, 2003 e 2004, e lembro do Programa Bolsa Família, com os pífios 60 reais que, naquela época, foi aprovado. Eram importantes, mas eram pífios.

Eu queria saber da Deputada que falou anteriormente como é que se vivia, então, com 60 reais. Eu acredito que dava para comprar água, arroz, feijão e um óleo.

Presenciei isso, inclusive, no interior de Minas Gerais, onde estive várias vezes, no Vale do Jequitinhonha, e fui ver a pobreza.

Hoje nós estamos trabalhando com o valor de 250 reais. Se não é o ideal, e acredito também que não seja, é um esforço enorme que o Governo Bolsonaro vem fazendo. E temos que deixar bem claro que é o Governo Bolsonaro que vem combatendo essa pandemia da melhor forma possível, melhor até que muitos países de primeiro mundo, porque não há por aí nenhum sistema de distribuição de renda tão valoroso, tão precioso, tão preciso e tão necessário quanto o que esse Governo vem fazendo. Milhões de pessoas receberão essas quatro parcelas, que virão inclusive em boa hora, servirão para injetar dinheiro na economia. É o comércio que ganha, é a indústria que, em segundo plano, também está ganhando.

Esse esforço que hoje nós estamos fazendo para termos 308 votos vai vencer, a despeito da contrariedade de uma parcela dos Deputados. Eu preferiria que todos vocês aprovassem, que a aprovação fosse até por unanimidade, e quem sabe brigássemos por um valor maior posteriormente. Mas querer interceder, querer vetar essa medida que nós estamos hoje aprovando ou tentando aprovar é um ato de antipatriotismo e até, por que não dizer, de desumanidade com o povo brasileiro.

Eu encontro nas ruas aqui da cidade de São Paulo - que o Governador João Doria resolveu fechar de uma forma ditatorial - pessoas passando necessidade. E essas pessoas estão precisando urgentemente desses 250 reais. Que viessem 300 reais. Como disse o Deputado Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul, o que importa é o pão que vai para cima da mesa dessa família. E isso importa mesmo, Deputado Pompeo de Mattos. V.Exa. fala muito bem. Vamos brigar até por um valor melhor, mas nunca negar esses 250 reais. É daí para cima, gente, que nós temos que pensar. Primeiro vamos aprovar.

São necessários 308 votos para que nós coloquemos esse mínimo na mesa das famílias. Isso é urgente, é necessário! E eu conto com o coração, com a sensibilidade de todos vocês, Deputados, pois é o Brasil que ganha.

Obrigado, Sr. Presidente Marcelo Ramos.

Documento 370/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JUSCELINO FILHO-DEM -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Realização pela Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, de sessão solene em homenagem póstuma ao Vereador Buzuca, falecido em decorrência da Covid-19. Assunção, pelo Vereador Paulinho Lobão, do cargo de Presidente da Fundação Cultural de Imperatriz. Votos de profícua gestão ao Vereador Rogerio Avelino na Presidência da Câmara Municipal de Imperatriz.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que na data de hoje foi realizada pela Câmara Municipal da cidade de Imperatriz uma sessão solene em homenagem ao Vereador Buzuca, que era do nosso partido, o Democratas, e faleceu na semana passada. Foi mais uma vítima do coronavírus, esse vírus que tem levado muitas pessoas no nosso País.

Nessa mesma sessão também foi anunciado que o Vice-Presidente da Câmara de Imperatriz, o Vereador Paulinho Lobão, vai assumir a Fundação Cultural do Município, que era comandada pelo Vereador Buzuca.

Também quero desejar ao Vereador Rogerio Avelino, que vai assumir no Parlamento de Imperatriz, que faça um bom trabalho.

Todos são do quadro do nosso partido, o Democratas, na cidade de Imperatriz.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 371/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Repúdio à atuação da Esquerda. Encaminhamento da votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio ao valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, Deputado Marcelo Ramos, nobres colegas, é uma grande satisfação estar aqui.



Eu disse há pouco que a Esquerda fala, fala e diz nada, nada. A Esquerda é apenas vista, mas jamais é olhada. Por quê? Porque prega o ódio, o "quanto pior, melhor" o tempo inteiro. É o tempo todo pregando o ódio. São os desgracistas, os arautos da desgraça. Dizem que é o caos da vacinação, é o caos da COVID, é o caos do projeto. Tudo é ruim! Mas a população brasileira está atenta. E a cada dia Bolsonaro cresce mais nas pesquisas. Na última do Paraná Pesquisas, ele está isolado, na frente em qualquer cenário.

Esta PEC Emergencial traz medidas que buscam modernizar a gestão das contas públicas, traz o melhor para o Brasil. Alguns falam sobre problemas de salário, que vai ter queda aqui ou ali.

Eu quero enfatizar que temos que puxar a brasa para o nosso assado, nobre Presidente. Nós Deputados Federais estamos sem aumento desde 1º de janeiro de 2019. Então, a nossa contribuição, nós Deputados Federais estamos dando, enquanto os Ministros do STF receberam os 16,38%. É uma questão de simplesmente falar a verdade.

Qualquer país que se preze cuida do cidadão que está em estado inferior, com deficiência, com problema de trabalho. Qualquer país, com suas Secretarias de Assistência Social, apoia o cidadão no que precisa durante um tempo, mas não o tempo todo.

O auxílio emergencial vai totalizar cerca de 350 bilhões de reais. O Governo Federal está ajudando com bilhões de reais que estão sendo colocados para combater a COVID. Por quê? Porque hoje o Brasil não enfrenta aquela corrupção desenfreada, no Brasil não há obras superfaturadas, não há dinheiro do BNDES sendo usado a rodo por aí para país comunista ou socialista. Essa é a verdade. Se fosse outro país, estaria o caos. Se não fosse a seriedade implementada no Governo Bolsonaro, seríamos outro país, uma Venezuela da vida. Olhem a situação da Argentina.

Temos que agradecer, e o povo sabe disso. É fácil vir aqui. Pedi agora a alguns colegas que se solidarizassem, mostrassem um pouco de altruísmo, e ninguém respondeu. Pedi que doassem 30% do seu salário, foi isso o que eu falei, ou 60%, para darem o bom exemplo.

A Esquerda grita, grita muito, pedindo auxílio emergencial. A Direita grita, pedindo empregos. A Direita quer empregos. Há quantas pessoas desempregadas? Há quantos empresários quebrando? Há quantos profissionais liberais desesperados? Há quantas domésticas querendo trabalhar? A nossa situação é muito difícil.

E alguns, os desgracistas, os arautos da desgraça, enalhados, estão dizendo sempre a mesma coisa. Ensaiam na escola do Prof. Giramundo e vêm com o papo de chantagem agora. Duzentos e cinquenta reais é o dinheiro possível, com responsabilidade. Dá mil reais em 4 meses. Pode ser pouco, mas é um dinheiro dado com amor, com o coração e com responsabilidade, pensando no Brasil. Essa pandemia vai acabar, e o Brasil vai continuar. Então, temos que

continuar com políticos sérios, com pessoas sérias que se preocupem com o teto. Não podemos estourar o teto de gastos. Isso é responsabilidade.

É muito fácil querer dar 600 reais, mil reais, 2 mil reais, 3 mil reais. Isso é demagogia barata! Nós temos é que nos preocupar e fazer com que a economia continue andando. Depois, quando invertermos essa pandemia, vamos gerar empregos, impostos. É disso que precisamos, porque o auxílio emergencial é dado por um tempo, assim como o Bolsa Família, não é o tempo todo.

Queremos brasileiros dignos, honrados, que possam ter o seu trabalho e possam dar conforto para a sua família.

Eu quero, nós queremos um Brasil melhor. E vamos lutar por isso, nobre Presidente.

Muito obrigado.

Documento 372/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de desmembramento do auxílio emergencial da proposição, e de sua retomada no valor de 600 reais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentá-lo mais uma vez, quero cumprimentar os colegas Deputados e Deputadas e dialogar com o povo brasileiro. Infelizmente, o Deputado que me antecedeu disparou uma metralhadora giratória de impropérios e de muito baixa consistência.

Nós estamos tratando aqui de algo muito grave. Primeiro, temos denunciado que o Governo Bolsonaro cancelou o auxílio emergencial, Deputada Erika Kokay e Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT. Cancelou o auxílio emergencial desde o dia 1º de janeiro, coincidindo com o período de agravamento da pandemia e coincidindo também com o período de agravamento da recessão econômica no País. Basta ver que no ano passado a economia brasileira regrediu 4,2%.

E não venham dizer que isto é um problema só da pandemia. A pandemia, é evidente, contribui para a regressão econômica, mas, quando o Brasil cai da 6ª para a 7ª, para a 8ª, para a 9ª, para a 10ª, para a 11ª economia do mundo, é porque nossa política econômica está errada em relação a outros países.

Segunda questão: propor o congelamento do salário mínimo, como propõe esta proposta de emenda à Constituição, Deputada Alice Portugal, exatamente no momento em que há uma explosão de preços. A dolarização dos preços de combustíveis no Brasil foi uma escolha do Governo Temer, aprofundada pelo Governo Bolsonaro. Não adianta trocar o Presidente que é o querido dos mercados por mais um general. A política de preços de combustíveis está à deriva no País. Há a explosão do dólar, que o Ministro Paulo Guedes, o "Posto Ipiranga", dizia que seria boa para o Brasil, porque, nas suas ironias desrespeitosas, impediria que empregadas domésticas fossem para a Disneylândia.

Não, nós estamos aqui na dura realidade do Brasil bolsonarista, com recessão, desemprego, corte nos investimentos públicos, e o salário dos servidores públicos significa o serviço público. Hoje ouvi dezenas de colegas denunciarem que estão faltando leitos para atendimento de pacientes nos seus Estados. Como se estruturam leitos de UTI, fora de UTI, com respirador, sem respirador? É com recurso público.

Aqui, o que se está propondo é o agravamento do congelamento de investimentos públicos, que está causando um enorme prejuízo para o Brasil há diversos anos. E agora, aquela receita que não deu certo. Nesta proposta de emenda à Constituição, eles propõem como se fosse duplicar o volume do veneno que já foi colocado naquela outra oportunidade.

Tenho aqui tabelas que mostram todos os países do mundo, ou quase todos, ampliando investimentos neste momento, para aquecer a economia. O auxílio emergencial de 600 reais é fundamental do ponto de vista da dignidade humana, da proteção das pessoas, que não podem ser atiradas à própria sorte. A nossa Nação tem 370 bilhões de dólares em reservas, e deve utilizar essas reservas para proteger o nosso povo no momento da maior crise que este País enfrenta, pelo somatório da pandemia e pelo desgoverno de Jair Bolsonaro.

Nós temos que votar separada e urgentemente o auxílio emergencial. Depois podemos discutir, sim, como se mantém um Orçamento equilibrado e em qual momento. Por exemplo, eu quero votar quanto antes neste Parlamento o Imposto sobre Grandes Fortunas; o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, que o Brasil é um dos únicos dois países do mundo que não cobra; a ampliação das alíquotas do imposto sobre transmissão de grandes heranças; o imposto sobre embarcações de luxo, os iates; e não retirar dinheiro de quem ganha mil reais, 1.500 reais, 2 mil reais.

É uma crueldade, é uma desumanidade, é uma irresponsabilidade econômica e uma irresponsabilidade social votar esta PEC. Nós queremos auxílio emergencial de 600 reais.

Documento 373/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer de admissibilidade, oferecido pelo Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu fico chocado ao observar a forma como a Câmara dos Deputados trata a dor que causam ao País a COVID, a fome e o desemprego, que afeta milhões de irmãos brasileiros. Nesta noite, nós deveríamos debater a instituição de uma renda cidadã permanente, que criasse mecanismos para garantir dignidade à vida do nosso povo, mas não é do que se trata aqui. A opção que a Câmara faz é pelo enquadramento em uma lógica a serviço do capital financeiro, uma lógica fiscalista. Aqui se fala em responsabilidade fiscal. Nós deveríamos ter responsabilidade social, garantir o auxílio emergencial de 600 reais para cada trabalhador e de 1.200 reais para as mães solo, que foi uma conquista do auxílio emergencial que nós votamos aqui.

"Sim" ao auxílio emergencial e "não" ao Governo Bolsonaro!

Documento 374/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-19:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARCELO ARO-PP -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à suspensão do futebol brasileiro durante a epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, eu tenho visto alguns movimentos - são poucos - Brasil afora pedindo a paralisação dos jogos de futebol no País. Sobre esse tema é importante aqui pontuar alguns fatos.

Em primeiro lugar, quero dizer que um protocolo está sendo exigido para a continuidade dos jogos, e todo o trabalho que está sendo desenvolvido pela Confederação Brasileira de Futebol - CBF, capitaneada pelo Presidente Rogério Caboclo, tem sido referência para a América Latina e para o mundo. Em todo jogo, os jogadores que entram em campo têm que fazer antes o teste de COVID-19. Então, o time que joga duas vezes na semana tem os jogadores testados duas vezes por semana. Não tem um jogador entrando em campo sem antes fazer o teste de COVID-19.

No ano passado, a CBF financiou mais ou menos 90 mil testes de COVID-19 para a realização dos jogos. Desses 90 mil testes, apenas 2,2% detectaram pessoas com coronavírus. Uma curiosidade: 90% desses 2,2% que foram detectados eram assintomáticos. Ou seja, se não fossem os testes que a CBF adquiriu, esses jogadores provavelmente estariam se relacionando na sociedade com outras pessoas, podendo infectá-las. Mas, quando detectados com o coronavírus no teste que a CBF proporcionou, eles ficam isolados. Isso faz uma grande diferença: não há contágio durante os jogos! Nós fizemos o cruzamento dos dados: quando uma equipe tinha dois, três ou mais infectados, víamos que a equipe adversária não era infectada.

Portanto, o que a CBF está fazendo é ajudar a nossa sociedade. Quem dera que todo segmento da nossa sociedade também testasse assim duas vezes por semana os funcionários. Imaginem um supermercado testando duas vezes por semana os funcionários do caixa, quantas pessoas não seriam isoladas? E o contágio aconteceria numa escala muito menor.

Outra questão importante é a quantidade de empregos diretos e indiretos que o futebol gera: são centenas de milhares de empregos. Se nós pararmos os jogos, o que essas pessoas farão? Sabemos que o futebol é um entretenimento, que as pessoas estão em casa e o número de casos de depressão aumentou drasticamente durante a pandemia. E uma das poucas alegrias que o brasileiro ainda tem é a de poder sentar-se no sofá de sua casa e assistir aos jogos de futebol. E nós vamos parar com esses jogos? Não está certo!

Outro dado importante é que o Presidente Rogério Caboclo conseguiu reunir, desde o começo da pandemia, um grupo seletivo de infectologistas, os quais participam de um grupo de trabalho para deliberar sobre todas as ações de combate ao COVID no futebol. Ainda hoje, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Rogério Caboclo participou de uma reunião com os Presidentes das 27 Federações Estaduais, e os 27 Presidentes disseram ser favoráveis à continuidade do futebol.

O futebol não pode parar!

Quero dizer que tenho muito orgulho de poder ajudar o futebol do País a ser referência, e não só dentro de campo. Nós somos pentacampeões, reconhecidos mundialmente pelo futebol dentro de campo, mas hoje, na pandemia, também somos reconhecidos mundialmente. A CONMEBOL e a FIFA citam a CBF como exemplo de protocolo para a COVID-19.

Então, quero aqui externar os meus parabéns ao Presidente Rogério Caboclo, que tem, com muito pulso, levado à frente os campeonatos. Foram 21 campeonatos nacionais no ano passado e 90 mil testes que a CBF patrocinou para os jogadores. Parabéns, Presidente Rogério Caboclo, pela condução dos trabalhos. Não deixe o futebol parar. Que nós possamos continuar dando alegria ao povo brasileiro, já tão sofrido, para que possa, às terças-feiras, às quartas-feiras e aos domingos, assistir ao seu clube do coração na televisão e comemorar, junto com o filho, com a família, o gol do seu time. Que isso possa continuar. Vamos dar entretenimento para o povo brasileiro e continuar fazendo da maneira certa esse trabalho de contenção do coronavírus.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sras. e Srs. Deputados. E viva o futebol brasileiro!

Documento 375/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade de redução salarial dos servidores públicos, preconizada no texto da proposição. Defesa de elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre salários acima de 160 mil reais.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (Bloco/PV - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, nós estamos numa votação muito importante para o País neste momento. O auxílio emergencial não pode ser condicionado a uma medida tão extrema como esse ajuste fiscal que está em pauta neste plenário hoje. A massa salarial dos servidores públicos é essencial para a manutenção da economia brasileira. No Distrito Federal, a Capital da República, de cada 100 reais que circulam na economia, 36 reais proveem do salário dos servidores públicos. Se gerarmos insegurança, esses servidores não consumirão os serviços e os produtos que fazem a economia privada girar.



Esse ajuste fiscal é como uma chantagem do Governo, que coloca a faca no pescoço do Congresso, e muitos partidos sérios estão caindo nela, estão aceitando esta discussão em momento tão inoportuno.

Sr. Presidente, Joe Biden aprovou um aumento salarial para os servidores norte-americanos porque entende ser esta a ocasião de valorizar o serviço público. Este é o momento em que os países estão seguindo medidas de aumento da participação do Estado na economia. E o Brasil, que está sem rumo, está fazendo o contrário. O Congresso tem que orientar um Governo desorientado, e não atender as maluquices e desatinos dele.

Nós estamos tirando do servidor público, da classe média e dos pobres para compor o auxílio emergencial. Eu pergunto: quando este Congresso vai chamar a elite brasileira para colocar a mão na consciência e, principalmente, colocar a mão no bolso? Por que fazemos congelamento salarial de servidores, que são da classe média, se nós poderíamos estar discutindo a mãe de todas as reformas, que é a reforma tributária?

Sr. Presidente, o Congresso está errado neste momento. A Câmara está cometendo um erro. Se aumentássemos a alíquota de Imposto de Renda, que é de 6%, para 9%, somente para os brasileiros que ganham mais de 160 mil reais por mês - o que corresponde a 0,2% da população brasileira -, nós teríamos 160 bilhões de reais arrecadados ao ano, e nenhuma dessas pessoas deixaria de viajar de helicóptero. É isso o que deveríamos estar discutindo, Presidente Lira. É isso o que esta Câmara deveria estar discutindo.

Quando é que a elite brasileira vai se comportar como elite, e não como uma oligarquia, e vai cumprir com seu papel neste momento crítico em que o País clama pelo auxílio àqueles que são mais poderosos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 376/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALIEL MACHADO-PSB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Defesa da tributação de grandes fortunas, lucros e dividendos.



O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o primeiro ponto que nós temos de analisar com muita responsabilidade é a excepcionalidade do momento em que nós vivemos.

Hoje o Brasil bate mais um recorde de mortes. Mas esse País que está batendo recordes de mortes - o País que está numa crescente da pandemia no momento em que o mundo está numa decrescente; o País cujo Presidente da República negligenciou doses de vacina; o País cujo Presidente da República incentiva aglomerações, despreza a ciência -, já era o País, antes da pandemia, da desigualdade social, que concentra renda nas mãos dos poderosos, que cria discursos falaciosos para aqueles que estão aqui defendendo o poder e o dinheiro na mão de poucas pessoas.

O que nós estamos votando com essa PEC, que está desde 2019 no Senado - portanto, antes da pandemia -, é a discussão sobre as pessoas que não têm o que comer em casa, sobre as pessoas que perderam alguém que amam no momento da pandemia porque tiveram que sair de casa quando o Governo cortou o auxílio.

Excepcionalidade! O mundo está combatendo a pandemia com ações de proteção ao povo. Hoje, além da máscara, do álcool em gel, proteger as pessoas é dar o mínimo de condição de sobrevivência, é ir atrás da vacina! Isso não está acontecendo aqui. É o povo lá fora, que não tem conhecimento do que se passa nas regras deste País, não é culpado, mas nós aqui somos e sabemos o que está em jogo.

Eu quero lembrar aos Srs. e Sras. Parlamentares que o Brasil é um dos únicos países do mundo que não cobram sobre lucros e dividendos. O Brasil é um dos únicos países do mundo, se comparado com os países capitalistas, os países da OCDE, os países europeus, que não cobram sobre as grandes fortunas.

Proposta apresentada pelo PSB ainda em 2018, por todos os Srs. e Sras. Parlamentares do nosso partido, prevê uma arrecadação de cerca de 125 bilhões de reais por ano no País - 125 bilhões de reais por ano, repito -, taxando apenas quem ganha mais de 320 mil reais por mês e tem patrimônio acima de 20 milhões de reais. Seria taxado apenas o excedente de 20 milhões de reais.

Sobre lucros e dividendos nós não cobramos, mas o professor, que ganha 2.500 reais por mês, paga imposto retido na fonte. Aquele que ganha lucros e dividendos como pessoa física, que ganha 10 milhões de reais, 15 milhões de reais por mês, não paga 1 real de Imposto de Renda Pessoa Física! Isso é uma distorção! E é por isso que falta dinheiro.

E aí vem o Governo, no momento em que o povo não tem o que comer, e diz que tem que cortar do policial, tem que cortar do professor. Sabem o que estão fazendo aqui? Estão acabando com um fundo que tem superávit da Receita Federal, para que ela não possa ir atrás dos sonegadores, para que ela não

possa investigar. Sabem o que estão fazendo aqui? Estão possibilitando a vinda de um projeto de lei, que terá que vir, que tira dinheiro da ciência e tecnologia, de fundos que têm superávit, que significam a verdadeira independência do País.

O discurso do mercado é contra o empresário, porque querem dar 175 reais como auxílio emergencial. Alguém aqui vive com esse valor? Dá para comprar uma cesta básica pelas pessoas mais simples, que não são as culpadas pelo erro histórico da desigualdade no País?

Os números oficiais mostram a concentração de renda. Por que a PEC não mexe nos privilégios do Poder Judiciário? Por que ela não mexe nos privilégios do Poder Legislativo? Por que se diz que a culpa é do professor, do policial?

Não podemos nos calar em troca de um acordo com o Governo, que não está fazendo o mínimo do mínimo, que é dar vacina às pessoas. É o Governo que chamou a vacina do Butantan de "vachina", que negou contrato com a Pfizer.

Se não fosse a iniciativa do Presidente Arthur Lira de liberar a discussão nesta Casa para que Estados e Municípios comprem a vacina, isso não teria sido aprovado pelo Governo.

Senhoras e senhores, não podemos, no conforto das nossas casas, não enxergar a tragédia que está acontecendo neste País. Pais e mães de família estão chorando, querendo vaga em UTI, querendo um respirador. Enquanto isso, há privilégio; enquanto isso, o Presidente Bolsonaro assiste a julgamento, como o que aconteceu Supremo Tribunal Federal hoje à tarde, e sai por aí para causar aglomeração. O meu sangue não está aliado a isso. Eu estou denunciando que existe um discurso falso aqui, existe um falatório. Nós queremos que o auxílio emergencial dê mínimas condições às pessoas.

Um dos primeiros a serem atendidos aqui foram os bancos! Estão querendo tirar dinheiro dos fundos que têm superávit para pagar juro da dívida pública, que nunca foi auditada, o que é um absurdo! É preciso pagar a dívida, mas de maneira justa, não de forma equivocada, como está acontecendo. Não adianta fazer de conta que não estão ouvindo, de que isso não existe, porque é fato, é algo concreto. E a população brasileira tem acesso a isso.

Documento 377/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Associação aos pronunciamentos contrários à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação do povo brasileiro. Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente da República. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Registro de 1.972 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Presidente, eu e o Deputado Pompeo de Mattos combinamos, com autorização do nosso Líder, o Deputado André Figueiredo, de dividir este tempo da Liderança da Oposição.

Eu quero me somar a todos os argumentos que já foram colocados. Esta PEC é inaceitável. Ela vai contra o interesse do País. Ela não equilibra nenhum tipo de conta pública. Ao contrário, ela agrava a situação econômica e social do nosso País.

Eu pedi ao Líder este tempo, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros, brasileiras, para falar sobre vacinas, vacinas contra o coronavírus, e sobre a caótica situação que está vivendo o nosso País por conta da irresponsabilidade e da atuação absolutamente inaceitável do Presidente Bolsonaro na condução do País para enfrentar esta pandemia.

Quero recordar três momentos em que o Brasil botou na lata de lixo a oportunidade de ter milhões de vacinas disponíveis para o nosso povo, já hoje, para ajudar, aí sim, a enfrentar a pandemia com muito maior qualidade e eficácia.

Primeiro, há 7 meses, o Governo brasileiro recebeu a primeira proposta da Pfizer, para fornecimento de cerca de 70 milhões de doses de vacina, e o Governo rejeitou essa proposta. Com isso, perdemos 3 milhões de doses que poderiam ter sido entregues ainda em 2020 e em janeiro de 2021 e já imunizado, Presidente Arthur Lira, 1 milhão e 500 mil brasileiros.

Segundo, em relação ao Butantan, à Coronovac, em 30 de julho do ano passado o Governo Bolsonaro recebeu a oferta de 60 milhões de doses para entrega ainda em 2020, e não manifestou ao Butantan interesse de comprá-las. Mais do que isso, em outubro de 2020 o Presidente Bolsonaro mandou cancelar a compra, que já havia sido feita, de 46 milhões de doses da Coronovac.

Na época, ele dizia que o povo brasileiro não seria cobaia de ninguém. Infelizmente, o povo brasileiro está sendo cobaia permanente de um Presidente criminosamente irresponsável na condução da pandemia.



O que aconteceu no período em que estava disponível a Coronavac, para que o Brasil tivesse 60 milhões de unidades de vacina a mais, inclusive durante o ano de 2020? Todas as vacinas já poderiam estar sendo aplicadas para imunizar ou proteger a população de maior risco.

O Presidente perdia tempo com o seu "gabinete do ódio", Sras. e Srs. Deputados, e favorecia a disseminação do vírus, produzia *fake news* a respeito do vírus, *fake news* e preconceitos contra a Coronavac, chamando-a de "vachina", dizendo que ela ia contaminar a população. Continua repetindo outras tantas barbaridades.

Falo agora sobre o terceiro momento. O Brasil foi convidado, por iniciativa da Organização Mundial da Saúde, a participar do esforço Covax Facility, por meio do qual os países poderiam encomendar vacinas suficientes para até 50% da sua população. O que fez Bolsonaro? Mandou encomendar vacinas apenas para 10% da população. Em vez de comprar 42 milhões de doses no Covax Facility, o Brasil poderia ter comprado em torno de 200 milhões de doses. Agora poderíamos ter um volume muito maior de vacinas para proteger vidas e a economia brasileira.

Qual é a realidade hoje? Israel já vacinou 57% da população; o Reino Unido, 33%; o Chile, nosso vizinho na América Latina, 22% da população; os Estados Unidos, 18% da população; Portugal, 7% da população; e o Brasil, com a irresponsabilidade bolsonarista, segue desta maneira, vacinou apenas 3,8% da sua população.

Presidente Arthur Lira, esses são diversos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente Bolsonaro na condução do País, só no enfrentamento da pandemia de coronavírus. É por isso que nós temos de levantar a sociedade brasileira, pressionar duramente este Governo, temos que instalar CPIs, temos que abrir o processo de *impeachment* e temos de exigir que se acelerem as compras das vacinas.

Encerro este pronunciamento, dizendo que continuarei denunciando cotidianamente essa irresponsabilidade, que está na raiz desta desumana situação, em que 1.972 vidas de brasileiros e brasileiras foram perdidas só no dia de hoje.

O Deputado Pompeo de Mattos vai usar o restante do tempo da Liderança da Oposição, Presidente.

Documento 378/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SANTINI-PTB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO



Sumário

Apelo ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de inclusão dos profissionais da área de segurança pública no grupo prioritário de imunização contra a Covid-19.

O SR. SANTINI (PTB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É só um pedido que eu quero fazer ao nosso Ministro da Saúde.

Peço a ele que, por gentileza, coloque os servidores da segurança pública na lista de prioridades da vacinação da COVID, Presidente, que, junto com os profissionais da área da saúde, são aqueles que estão na linha de frente e que não podem se dar ao luxo, assim como os servidores da área da saúde, de rejeitar o trabalho ou de se recusar a sair de casa para o atendimento da população.

Quando vejo a lista de prioridades tendo, preferencialmente, a população carcerária antes dos servidores da segurança pública, eu começo a me questionar se está certa essa decisão do Ministério.

Eu gostaria de apelar ao Ministro para que faça a sua lista de prioridades e inclua os profissionais da segurança pública. Os que estão na linha de frente devem estar na lista prioritária junto com os servidores da saúde.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 379/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a classe empresarial, os comerciantes, os trabalhadores e, em especial, sobre as camadas menos favorecidas. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à instituição do auxílio emergencial de 400 reais.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa do Brasil, nós estamos passando pela terceira guerra mundial. Muita gente está morrendo em nosso



País por incompetência dos governos e por falta de vacina. Isso também está acontecendo no planeta, mas, no Brasil, quem tem pagado a conta - e muito cara - é a Nação brasileira, os mais pobres. Quem tem pagado a conta? Os empresários; o pequeno empresário; o dono da loja; o cidadão que tem um restaurante; o cidadão que tem um salão de beleza; o micro, o médio e o grande empresário. E a conta está ficando alta para o Brasil.

Até agora, o Congresso Nacional não tinha ainda votado nenhum projeto para que o Governo pudesse também pagar a conta. Quando eu falo em Governo, falo do Poder Legislativo, falo do Poder Judiciário, falo do Poder Executivo.

Nada aconteceu com os salários de Deputados, Senadores, Deputados Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores. E esta PEC não está tirando o salário de nenhum servidor.

A PEC 186 já havia sido debatida no ano passado, no ano retrasado. Era a proposta de Mansueto para fazer mudanças no poder público brasileiro.

A dívida é muito alta, Sr. Presidente. Chegou a hora de o poder público também dar sua contribuição. A PEC não retira salário, não corta salário de nenhum servidor. Até agora, só a iniciativa privada pagou a conta - está pagando e pagando caro.

Eu quero dizer aos senhores: na hora em que parar o Brasil, quando nenhum empresário puder pagar impostos, como o professor vai receber o seu salário, o policial vai receber o seu salário, o Vereador vai receber o seu salário, o Deputado vai receber o seu salário?

Por isso, esta PEC tem que ser aprovada por este Congresso Nacional. Já foi aprovada no Senado. Pode haver algumas mudanças. É natural que ela sofra mudanças, mas ela tem que ser aprovada para que o Governo possa ter dinheiro para bancar o auxílio emergencial, auxílio que nós defendemos, de 400 reais, porque esse auxílio salvou a economia brasileira no ano passado.

Nós temos que buscar mais recursos. Temos que votar aqui o projeto de nossa autoria que taxa as grandes fortunas do Brasil, os mais ricos, os super-ricos. De quem nós vamos cobrar a conta? Da classe média? Dos mais pobres?

Seria também um auxílio com cobrança emergencial de 4 anos para salvar a economia brasileira.

Nós vamos votar favoravelmente a essa PEC e defendê-la para salvar a economia do nosso País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que conste no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.



Documento 380/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta PEC que está sendo apreciada pela Câmara dos Deputados é um verdadeiro Frankstein. Ela junta matérias que não têm conexão. De um lado, nós estamos discutindo um auxílio emergencial, que é uma carência, uma necessidade nacional, visto que a economia comandada por Paulo Guedes cresce como rabo de cavalo, sempre para baixo. Há um desemprego crescente. Dos trabalhadores economicamente ativos, 14 milhões estão desempregados, num ambiente de pandemia que já alcança 1 ano. Há uma parcela significativa da população brasileira que está desesperada.

No ano passado, esta Casa aprovou o auxílio emergencial, que foi de grande valia para o povo e para os trabalhadores. Foi esse auxílio emergencial que movimentou as feiras, que movimentou os mercados, que movimentou as padarias, que movimentou as farmácias, que movimentou o comércio e que sustentou de alguma maneira a economia, com as famílias brasileiras tendo ao menos o que trazer para dentro de casa para se alimentar e atravessar com menos dificuldade esse ambiente de pandemia.

Agora o mundo inteiro toma novamente medidas - a Inglaterra, a Alemanha, a França. Ainda ontem, nos Estados Unidos, aprovou-se um pacote de 2 trilhões de dólares, quase 12 trilhões de reais. Aqui nós estamos lutando por um auxílio emergencial de 600 reais, e o Governo nega, e o Governo comete o vexame de querer botar na letra da Constituição Federal o número de apenas 44 bilhões de reais para cobrir o auxílio emergencial, que não dá para nada, que não dá para atender as pessoas que foram atendidas da primeira vez. Isso sequer dá para chegar à metade do que foi o auxílio emergencial da outra vez. Isso é uma vergonha num país que perde 2 mil brasileiros todos os dias por causa da COVID, um país que não compra vacina o suficiente e trata os trabalhadores brasileiros desse jeito. É uma pena que seja tão difícil nesta Casa aprovar o que beneficia o povo, o que beneficia os mais pobres.

Era o que eu tinha dizer, Presidente.



Documento 381/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à inclusão do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura. Defesa de promoção do ajuste fiscal no processo de reforma tributária.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, demais pessoas que nos acompanham neste horário pela *TV Câmara*.

Sr. Presidente, como este é o mês da mulher, e eu acredito no bom senso das mulheres, creio que a discussão que estamos fazendo durante todo o dia de hoje, no final da tarde e no início da noite, é uma discussão muito importante, porque trata do auxílio emergencial da população que está com fome no País, dos recursos que precisamos passar para a nossa gente. Entretanto, Sr. Presidente, digo a V.Exa., uma pessoa com toda a formação, uma pessoa eleita pela maioria esmagadora desta Casa, que neste horário esta sessão deveria ser suspensa, os Líderes deveriam conversar, e nós deveríamos entender que não podemos misturar auxílio emergencial e ajuste fiscal no mesmo texto e levá-lo à população brasileira. Não se trata do que alguns Deputados estão dizendo, de aumento de salário; ninguém está discutindo isso. Trata-se de discutir direitos assegurados. E o mais grave é que estamos discutindo neste momento os fundos que conceituam este País, os fundos que foram criados para garantir a distribuição de algumas políticas públicas.

Por exemplo, quando votamos o fundo do pré-sal, pensamos no recurso a se vincular à educação. Hoje vimos numa PEC que ele vai ser repassado para pagar a dívida pública! Quanto ao FUST, aprovamos aqui na Casa um projeto de lei de autoria minha e do Deputado Idilvan Alencar, que o Senado já aprovou e que aguarda sanção, para que os recursos sejam investidos em tecnologia nas nossas escolas. E aí nós nos vemos na iminência de perder tudo aquilo que conquistamos historicamente, na luta para que as políticas públicas tivessem resguardado o financiamento daquilo que a população mais precisa, que é educação, ciência, saúde. Quando dizemos que não podemos fazer mais gastos, não podemos comprar vacina? Não podemos contratar mais médicos para darem atenção, neste momento, às pessoas que estão morrendo?

No interior do Estado de Mato Grosso há algumas UTIs, mas elas não têm hemodiálise, por exemplo. Uma pessoa que está com COVID, que é intubada e tem problema renal, vai morrer no tubo porque não pode fazer hemodiálise.

Quer dizer que o SUS não precisa de recursos para que avancemos na contenção da tragédia que está acontecendo no País? Imaginemos morrerem 2 mil pessoas de uma única doença, contaminadas por um vírus que poderia ter sido evitado. As pessoas que neste momento da nossa história, da história da humanidade, estão morrendo já poderiam ter sido vacinadas. Então, como vamos abrir mão dessa situação? Como vamos abrir mão do atendimento das necessidades? Vamos ficar impedidos por uma emenda constitucional? Como é que se discute colocar na Constituição da República que, quando houver uma emergência, gastam-se até 44 bilhões de reais para pagar auxílio emergencial? A população precisa de café da manhã, almoço e jantar, como sempre disse o Presidente Lula. Nós precisamos manter e prover o nosso povo.

O Parlamento - e V.Exa. deu um bom exemplo na semana passada, quando liderou e conversou com os Governadores - precisa ouvir e recuar naquilo que é necessário. O diálogo se faz quando se convence um ao outro de alguns pontos.

Quando a Oposição se coloca, e não é só a Oposição, eu recebo aqui ligações de Deputados da base do Governo que estão preocupados, pois nós vamos colocar a digital para destruir as políticas públicas deste País.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que façamos uma reflexão neste final de noite. Vamos repensar amanhã o que se pode fazer para melhorar as condições de vida do nosso povo. E não é fazendo arrocho neste momento! Vamos ter a reforma tributária, vai ser discutido o que é preciso, ajustes fiscais serão feitos na reforma correta. Não significa ficar passando uma ideia à população brasileira de que quem votar contra a PEC está votando contra o auxílio emergencial. Eu quero votar o auxílio, mas um auxílio que dê para as pessoas comprarem pelo menos a cesta de alimentos.

Muito obrigada. E passo a palavra, para complementação do tempo do PT, à companheira Deputada Maria do Rosário.

Documento 382/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a eleição do Presidente Jair Bolsonaro e a atuação política do então Juiz Federal, Sérgio Moro, e do Procurador da República, Deltan Dallagnol, na condução da Operação Lava-Jato. Atribuição ao Presidente da República da responsabilidade pelo alcance do patamar de 266 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença. Razões do voto da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Saudações às mulheres brasileiras, em nome do PT, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, prezada Deputada Professora Rosa Neide. Eu cumprimento a colega Parlamentar e apenas a complemento dizendo que nós estamos neste Parlamento para defender o povo brasileiro. E nos perguntamos todos os dias: como um Governo como este, com tanto ódio contra a população, chega ao poder?

Sr. Presidente, hoje, quando nós ouvimos a sessão do Supremo Tribunal Federal da turma presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, tivemos a clareza, mais uma vez, daquilo que sempre dissemos: quem produziu Jair Bolsonaro foi um Sergio Moro, um Dallagnol e uma Operação Lava-Jato, que constituiu um ataque à Justiça, um ataque às instituições, um ataque ao Brasil.

Está claro e nítido que, em 2016, nós tivemos um golpe contra a Presidenta Dilma, porque ela não cometeu nenhum crime para o *impeachment* que sofreu, e, em 2018, tivemos um golpe contra o Presidente Lula e contra o Brasil, quando impediram Lula de ser candidato à Presidência da República. E hoje isso foi dito com todas as letras pelo Ministro Gilmar Mendes, sendo seu voto já acompanhado pelo Ministro Lewandowski. Temos certeza de que a farsa da Lava-Jato, a farsa do ataque à política, a farsa dos piores políticos está caindo. Quem são os piores políticos? Os Bolsonaros, que chegaram ao poder pela *fake news* e pela mentira, e Moro e Dallagnol, que, dentro do Judiciário e do Ministério Público, não fizeram outra coisa senão política.

É insuspeito de fato, como disse, o Ministro Gilmar Mendes, que nunca teve ligação ou proximidade com as ideias do Partido dos Trabalhadores, mas deixa claríssimo que esse golpe não foi só contra o Presidente Lula. Esse golpe resulta hoje nas milhões de mortes aqui no Brasil pela COVID, que já chegaram ao número de 266 mil, e em todos aqueles e todas aquelas que têm seus sonhos destruídos, suas vidas desorganizadas, que perdem emprego e não têm perspectiva. E não é só a pandemia que faz isso. Para o vírus, Sr. Presidente, a ciência produziu respostas rapidamente, inclusive vacinais.

O nosso problema grave no Brasil, para enfrentarmos a pandemia e o desenvolvimento do País, é um problema político, é o fato de termos no Governo brasileiro negacionistas, aqueles que atuam contra a ciência, contra as instituições e a democracia. Pois nós precisamos de ciência.

Nós votamos contra esta PEC 186, porque é uma chantagem, porque visa garantir 4 meses de auxílio emergencial num valor sete vezes menor do que no ano passado, quando a vida das pessoas piorou muito. Um auxílio de 250 reais não dá para comprar três bujões de gás para uma família. Não é possível escolher entre o pão de cada dia e o fogo no fogão a gás.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, para oferecerem esse auxílio, fazem chantagem para retirar da Constituição, permanentemente, por exemplo, um fundo da ciência e da tecnologia. Como disse a Deputada Professora Rosa Neide, isso poderia estar sendo utilizado agora no aporte tecnológico, para que os alunos estivessem recebendo seus *laptops*, seus equipamentos, para que professores e professoras estivessem recebendo seus equipamentos, para que tivéssemos educação e mais investimentos. Ciência e tecnologia significam saúde e vacina.

Sr. Presidente, em nome do PT, ao concluir esta fala, até porque ontem foi o Dia Internacional da Mulher, eu quero me solidarizar com todas as mães, com todas as senhoras, com todas as irmãs, com todas as avós, enfim, com todas as mulheres que hoje estão sofrendo com suas perdas. A pandemia tem rosto! Essas mortes têm o rosto dos nossos queridos e queridas, dos nossos familiares, das pessoas que vivem nas periferias, dos negros e negras, das comunidades indígenas, de toda a comunidade brasileira.

Vamos nos unir, Brasil! Vamos nos unir contra esse genocida chamado Jair Bolsonaro na Presidência da República! Vamos nos unir para recuperar a democracia com Lula livre!

Documento 383/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANIEL FREITAS-PSL -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, homens e mulheres, corajosos e corajosas, fomos escolhidos por Deus e pela população brasileira para estar aqui, não para tomar decisões fáceis, mas sim para tomar decisões que vão impactar positivamente a Nação brasileira.

Sr. Presidente, fui designado para a missão de ser o Relator desta PEC muito importante, com muita honra, coragem e compromisso.

Relatar esta PEC significa ter responsabilidade. É isto o que eu peço ao Plenário da Câmara dos Deputados: que seja essa a palavra de ordem neste momento decisivo para o País.

Além de levarmos em consideração a urgência do auxílio emergencial - esta proposta recebe o nome PEC Emergencial justamente por isso -, é urgente que nós consigamos, através da aprovação desse texto, levar comida à mesa dos brasileiros, pois neste momento muitos pais e mães não têm o que oferecer aos seus filhos.

O Presidente Bolsonaro, até o presente momento, já entregou 293 bilhões de reais - já executados - em auxílio emergencial. Este Congresso, na noite de hoje, precisa fazer com que consigamos enfrentar, com a mesma intensidade e responsabilidade, essas duas crises que são gêmeas.

Para combater a crise na saúde, somente em 2020, o Presidente Bolsonaro destinou 788 bilhões de reais. Esses valores foram para Estados e Municípios, para o enfrentamento à COVID-19. Na noite de hoje, Srs. Deputados, devemos ter a responsabilidade de entregar mais 44 bilhões de reais, de forma urgente, àquela população mais carente, que neste momento está chorando e sentido dor por não ter o que comer.

Portanto, senhores, acredito que seja consenso neste Plenário a entrega do auxílio emergencial. E a urgência desse tema tem que ser resolvida na noite de hoje.

Da mesma forma, esta PEC é considerada um novo marco fiscal. A crise na economia deve ser enfrentada por nós, escolhidos pela população brasileira. Nós é que vamos mostrar que o trem está descarrilado. Nós é que temos a oportunidade de recolocar o Brasil no rumo do crescimento. O nosso País tem pressa. Rogo a este Plenário que tenha esse entendimento, para que os Deputados e as Deputadas exerçam a sua função do voto na noite de hoje aprovando esta PEC, que é considerada um novo marco fiscal, que vai dar o equilíbrio e a segurança que o nosso País precisa, para que os investimentos aconteçam, a fim de que possamos voltar a crescer.

Agradeço ao Líder Vitor Hugo, que em todos os momentos me aconselhou na condução dos trabalhos desta relatoria. Agradeço a cada Líder por atentamente terem colocado suas sugestões e opiniões, a fim de trazer a este Plenário não o meu texto, mas o texto aprovado pelo Senado Federal, que legitima as ações urgentes e emergentes que nós, Congressistas, temos que encaminhar como resposta ao povo brasileiro.

As decisões não são fáceis, mas hoje é o momento de separarmos o corporativismo, de pararmos de pensar no próprio umbigo e de olharmos para

o nosso País. Esse é o nosso compromisso. Foi esse o juramento que fizemos aqui na posse de cada um de nós.

Sr. Presidente, eu assumi a missão, com coragem e responsabilidade, de relatar esta PEC, que para muitos é antipática, mas que recoloca o nosso País no rumo do crescimento, como devidamente merecemos. Esta PEC nos dará segurança e mostrará ao mundo que somos um país responsável, que temos um Presidente não mede esforços para atender os anseios de sua população, enfrentando essa crise mundial. Vamos sair dessa crise da saúde com vacinação em massa. Nós já temos essa segurança. Nós vamos vacinar a população brasileira. Nós vamos entregar à população mais carente algo para comer. Essa é a nossa responsabilidade, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Por isso, eu rogo a cada um de V.Exas. que coloque a mão na consciência e, com a responsabilidade que nos cabe, na noite de hoje, aprove o relatório deste Relator.

"Mérito da PEC e das emendas na Comissão Especial destinada a proferir parecer.

Considerando a gravidade pela qual o Brasil passa no âmbito da pandemia de COVID-19, que ainda atinge o nosso País no ano de 2021, consideramos que são necessárias as medidas previstas na PEC 186/19, de modo a garantir os ajustes fiscais necessários para a concessão de um auxílio emergencial residual, até que seja providenciada a vacinação da maior parte da nossa população, sem que haja o desequilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, é meritória e oportuna a proposta ora examinada.

Por força das regras regimentais, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto à admissibilidade das emendas oferecidas pelos nobres pares.

Foram apresentadas 23 emendas em Plenário. Entretanto, nenhuma delas obteve o apoio necessário de 171 Deputados. Portanto, todas as emendas foram inadmitidas.

Portanto, consideramos que a PEC 186/19 deverá ser aprovada da forma como veio do Senado Federal, considerando que ela é a ponte para um futuro melhor para as próximas gerações do Brasil.

(...)

II.1 - Conclusão do voto

No âmbito da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 186/19, votamos, no mérito, pela aprovação da PEC 186/19."

Que o Plenário desta Casa tenha o discernimento e a responsabilidade que nos cabem!

A frase "O Brasil acima de tudo" nunca fez tanto sentido. Eu rogo a Deus, que está acima de todos, que abençoe o nosso Brasil!

Documento 384/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:16

Publ.: DCD - 10/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste à sessão, estamos aqui com um requerimento de adiamento de discussão por 10 sessões. Eu quero pedir a este Plenário o apoio a este requerimento.

É muito importante que possamos aprofundar a discussão e dialogar com o Governo - e aqui eu me dirijo aos Líderes do Governo e dos partidos aliados -, para mitigar o impacto negativo da aprovação desta PEC de desmonte do Estado e do orçamento público brasileiro.

Vale lembrar que esta PEC não tem urgência. Esta PEC é de 2019 e traz, no seu relatório, conteúdos das Propostas de Emenda à Constituição nºs 187 e 188.

O que faz o relatório desta PEC? Cria o auxílio emergencial? Não cria! Com um conjunto de medidas de desmonte e arrocho do Estado brasileiro, ela estipula um teto de 44 bilhões de reais para o gasto com auxílio emergencial - este, sim, é necessário que fique fora do teto -, que no ano passado se aproximou dos 300 bilhões de reais.

A dona de casa e o trabalhador do setor informal receberam 600 reais. Depois Bolsonaro, que não tinha feito proposta de auxílio emergencial, cortou o valor para 300 reais e até o momento não o renovou. Fiquem sabendo que esta PEC não cria auxílio emergencial. O que esta PEC faz? Por exemplo, ela pega o superávit - no popular, é o dinheiro que está sobrando no fundo, que não foi aplicado por causa da Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - e bota para pagar a banqueiro, não bota para o auxílio emergencial!

Esta PEC também diz respeito a fundos públicos, como o Fundo Social; como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, que poderia ser usado para garantir banda larga nas escolas públicas no interior do Brasil; como o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; como o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC. Só para o Fundo Social, até 2023, a estimativa é de 200 bilhões de reais, Deputado Rogério Correia. Esse dinheiro vai para a saúde, para a educação. Eles estão tirando esse dinheiro do povo brasileiro, do Fundo Social, para botar para banqueiro! Essa conversa da base do Governo de que é para o trabalhador não pagar a conta não engana!

Por isso, nós alertamos, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: V.Exas. são políticos e sabem que esse desmonte não pode ser feito dessa forma.

Em caso de calamidade, autoriza-se a contratação de pessoal não permanente, sem o regime especial de direito administrativo, estipulando salários, permitindo reajustes, mas não para o servidor federal, o servidor estadual e o servidor municipal. Arrocha tanto no âmbito do Governo Federal quanto no âmbito dos Governos Estaduais e Municipais.

Será compreensível que os servidores públicos olhem a digital das Deputadas e dos Deputados. Quem votar a favor desta PEC não volta para esta Casa em 2023! Por isso, nós temos que fazer esse debate, para tirar esse ônus. Nós temos que garantir auxílio emergencial, mais UTI, mais escola pública e banda larga para os garotos e para as garotas.

Por isso, faço este apelo: vamos aprovar o requerimento de adiamento de discussão para podermos mitigar o dano.

Obrigado, Presidente.

Documento 385/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:24

Publ.: DCD - 10/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Não execução, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos da Medida Provisória nº 935, de 2020, aprovada pela Casa, sobre a abertura do crédito extraordinário no valor de R\$ 51.641.629.500,00, em favor do Ministério da Economia, para implementação do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós encaminhamos favoravelmente ao requerimento apresentado pelo PT.

Sr. Presidente, eu recebi uma informação sobre a Medida Provisória nº 935, de 2020, que nós aprovamos para disponibilizar cerca de 51 bilhões de reais para o Governo Federal para a manutenção do emprego: o Governo empenhou apenas 41 bilhões de reais e só pagou, em 2020, 33 bilhões de reais.

O Governo Bolsonaro é um fracasso, é um fiasco! É este Governo que quer, agora, nos convencer a aprovar um auxílio emergencial irrisório, com valor menor, para menos gente. Além disso, quer incluir nessa discussão matérias completamente absurdas, como a desvinculação de fundos importantes, o congelamento do aumento real de salário mínimo e muitas outras matérias absurdas que serão constitucionalmente incluídas nesta PEC.

Então, nós votamos a favor do requerimento.

Obrigado.

Documento 386/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 10 sessões, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, procurei durante toda esta noite algum motivo que justificasse a votação desta PEC 186. A PEC é tão perversa que, além de antecipar a reforma administrativa, diz textualmente que congela salários e proíbe progressão na carreira e novas contratações sempre que houver decretação de estado de calamidade.

Esta semana nós já chegamos à circunstância dramática de 268 mil mortes pelo novo coronavírus, e todas as redes de saúde gritam que não têm mais equipe, não têm mais profissionais disponíveis. Como é que não vão contratar, Presidente?

Sr. Relator, explique-me isso, já que V.Exa. vai ter que ir à tribuna, vai ter que estudar rapidinho a pergunta do Deputado Enrico. Nós queremos saber se vai tirar também a dedução do Imposto de Renda...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputada.

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Perdoe-me.

Orientamos "sim" ao requerimento.

Documento 387/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento da discussão da propositura por nove sessões. Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Repúdio ao auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Prejuízos causados ao funcionalismo pela PEC Emergencial. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, com cota dupla para mulheres chefes de famílias.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiro eu queria dizer que o que está acontecendo agora é um trator inexplicável e injustificável.

O próprio Presidente da Câmara disse no Colégio de Líderes, disse para a imprensa, disse publicamente que hoje só seria votada a admissibilidade da PEC 186. No entanto, está desrespeitando a própria palavra, aparentemente. É conhecido por ser uma pessoa que tem palavra, mas não é o que está demonstrando neste momento, porque está indo direto para a matéria e quer aprovar essa PEC já em primeira votação no dia de hoje. Quer entrar a madrugada para passar o trator sobre os servidores públicos, sobre os direitos sociais, criando um teto para o auxílio emergencial. O povo passa fome e quer



mais é ter direitos, quer ter possibilidade, quer ter renda. Isso que está acontecendo é um grande absurdo. É impressionante que os trabalhos na Câmara comecem já dessa forma, com o Presidente da Câmara sem ter condição de sustentar a própria promessa e a própria palavra.

Também quero dizer que é muito grave que estejamos votando isso hoje. Queremos o adiamento da discussão porque hoje o Brasil bateu mais um recorde triste e lamentável: quase 2 mil mortes nas últimas 24 horas. Isso acontece porque tem um Presidente genocida, tem uma política deliberada de morte, de assassinato da população brasileira, porque não garante um plano de vacinação, desestimula medidas sanitárias e agora quer trucidar com nossos serviços públicos.

Só quem não liga a TV e quem não conhece a realidade dos hospitais pode defender, no dia de hoje, em plena pandemia, com 2 mil pessoas morrendo em 24 horas, que não possa mais haver contratação de enfermeiros e médicos para os hospitais, para as UBS. No nosso País, a cada 19 horas morre um profissional de saúde. Esse é outro recorde que o nosso País, infelizmente, está enfrentando. Só quem não sabe a realidade do povo pobre e trabalhador do País tem coragem de, no dia de hoje, aprovar uma alteração constitucional para criar um teto, um limite para o auxílio emergencial.

Não, ninguém está querendo aprovar auxílio emergencial. Se o Governo quisesse isso, teria feito uma medida provisória, teria aprovado um projeto de lei simples. Mas preferiu criar essa PEC, que é uma chantagem contra o funcionalismo, contra os direitos sociais, para poder ter um limite.

Esse projeto, esse possível auxílio emergencial, que nem sequer está completamente garantido nessa PEC, porque ainda é necessário criar regulamentação posterior, é quase sete vezes menor do que o auxílio emergencial que foi tão necessário para a população brasileira e para a economia no ano de 2020.

Agora há pouco os jornais noticiaram que os policiais estão chamando Bolsonaro de traidor. Mais uma vez estão chamando Bolsonaro de traidor, porque isso não atinge somente os trabalhadores da saúde, como eu já mencionei, e os trabalhadores da educação. Nem com a própria base de apoio, supostamente, o Bolsonaro se importa.

Essas pessoas também trabalham 24 horas expostas à pandemia, muitas delas tendo que tirar recursos do próprio bolso para garantir material de proteção. Houve uma série de promessas e burburinhos de que estariam fora do ajuste. No entanto, recebem como presente, como todos os demais servidores públicos brasileiros, a não garantia, a impossibilidade de ter reajuste salarial e progressão de carreira e, claro, terão uma sobrecarga ainda maior no seu trabalho, afinal de contas também não vai haver mais concursos públicos nem contratações, com a aprovação dessa PEC.



O dia de hoje é bastante vergonhoso. Alguns estão aqui dizendo que essa pressa é porque o povo tem pressa para receber o auxílio emergencial, mas a única pressa que está se apresentando é justamente aproveitar o contexto de drama da população, de mortes, de luto do povo brasileiro para avançar com a agenda de desmonte do Estado, de destruição dos direitos sociais.

Um "presentão" está sendo dado para quem está na linha de frente, combatendo a pandemia da COVID-19, salvando vidas, como os trabalhadores da saúde dos nossos hospitais públicos. O impedimento de progressão de carreira e de condições de trabalho digno impacta muito no atendimento direto da população.

Nós, do PSOL, somos contra essa PEC. Nós queremos votar um auxílio emergencial digno, robusto, de no mínimo 600 reais, com dupla cota para mulheres mães e chefes de família, e somos contra o ajuste fiscal.

Documento 388/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por nove sessões, da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim" ao adiamento por nove sessões.

Queria dialogar com o Relator. De fato o Brasil tem pressa. Tem pressa porque em lugar nenhum do mundo o vírus se alastra como está acontecendo aqui.

Tem pressa para enfrentar a crise sanitária de forma contundente, com vacina e auxílio emergencial digno, sem chantagem.

Eu queria também dialogar com ele sobre outro ponto. Ele disse que algumas medidas podem ser antipáticas. Esta PEC não é antipática. Ela é um escândalo! É um escárnio! Ainda mais, Sr. Presidente, da forma como está sendo feita. Ela é um trator com que este Parlamento, com esse atropelo, está passando por cima do povo brasileiro.



Dizer que o Presidente Bolsonaro não está medindo esforços para enfrentar a crise é não viver no Brasil. Deve estar em outro país alguém que tem essa opinião.

Obviamente defendemos o adiamento por nove sessões.

Documento 389/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, realmente é necessário que se diga que a PEC tem um conteúdo nefasto. São 15 anos de congelamento. Então, ela é parceira da Emenda Constitucional nº 95 e antecede a reforma administrativa. Essa tríade diabólica irá destruir o Estado brasileiro.

Eu sou uma das coordenadoras da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Lá a PEC é rejeitada. Ela é repudiada por policiais, profissionais de saúde, profissionais da educação, porque ela desorganiza não somente a vida do servidor, mas também os serviços públicos.

Por outro lado, a emenda que trata do auxílio emergencial se refere a ele como residual. De fato, 250 reais é um resíduo que não garante comida na mesa dos 60 milhões de brasileiros que ainda precisam desse auxílio...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 390/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

A Esquerda tem um procedimento, quando verbaliza na tribuna, de agredir os demais Parlamentares.

Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma procuração para defender V.Exa., mas a Deputada do PSOL dizer que o Presidente não tem palavra, que não tem compromisso... V.Exa. tem que ter compromisso com quem? Com a Esquerda? Com a Minoria? Somente com os servidores?

Os servidores estão entendendo a importância dessa PEC. É um momento de sacrifício, Deputado Daniel, como V.Exa. colocou. É um momento de pandemia, de crise econômica. Os servidores vão entender, estão entendendo. As mensagens que estão chegando aqui ao Parlamento são de quem? De quem sabe e pode fazer as mensagens chegarem aqui.

E as mensagens dos desempregados, das microempresas que quebraram, dos informais, daqueles que passam fome? As mensagens não chegam aqui. E é para essas pessoas que nós temos que olhar, porque elas não podem e não conseguem pagar essa conta, pagar essa fatura.

A PEC Emergencial traz o auxílio emergencial e um ajuste fiscal fundamental para o momento de crise no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 391/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Natureza falaciosa de narrativas favoráveis à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de

mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da preservação de direitos adquiridos dos servidores públicos civis e militares.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria, nesta fala, dizer que os servidores públicos, os policiais e os bombeiros não são burros nem ignorantes. Eles sabem muito bem que, para aprovar o auxílio emergencial, não é preciso uma PEC.

Portanto, é falaciosa a afirmativa, a narrativa de que é preciso aprovar essa PEC, em caráter emergencial, para garantir o auxílio emergencial. É um discurso falacioso! E se há alguém prejudicado por essa PEC emergencial é o conjunto dos servidores públicos civis e militares, especialmente os dos Estados. Os militares federais foram preservados, e os militares estaduais estão sendo atacados.

Portanto, nós fazemos um apelo aqui para que possamos, nos destaques, preservar o direito já adquirido pelos servidores públicos civis e militares.

Documento 392/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a decretação de lockdown por Governadores Estaduais.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Pois não, Deputado Coronel. Estamos ouvindo V.Exa.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Ótimo.

Desculpem o *delay* aqui. A Internet em São Paulo também foi bloqueada pelo Governador João Doria. Então, ela trabalha de forma lenta, porque ele resolveu bloquear tudo.

Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos os Deputados. Vou até fazer um pouco de coro ao que o Deputado Subtenente Gonzaga falou, agora há pouco, ao microfone.

Nós entendemos perfeitamente a importância da PEC. Há a necessidade urgente de se colocar quatro parcelas de 250 reais na mão de milhões de brasileiros que estão precisando delas neste momento.

Nós estamos aqui numa luta para fazer o melhor para o povo brasileiro neste momento tão delicado - tão delicado mesmo. E os números estão aí para todos nós vermos, analisarmos, refletirmos.

O problema é que, se não bastasse a pandemia, nós ainda temos que, às vezes, lutar com alguns alagozes que precisam antecipar, não sei por que, a campanha do ano que vem, principalmente a campanha presidencial.

Nessa antecipação, Sr. Presidente, alguns Estados estão sofrendo mais do que deviam - estão mesmo sofrendo muito mais do que deviam. Isso porque eles têm que lutar contra o vírus. É uma guerra biológica, contra um ser invisível. E todo mundo tem que tomar todos os cuidados - e todo mundo está tomando. Agora, o pior é que há Governadores que, neste momento, estão tomando atitudes absolutamente impróprias e, por que não dizer, indignas com a sua população.

Se nós tomamos todas as precauções, como manter distanciamento, usar máscara, passar álcool em gel, e tentamos de todas as formas evitar as aglomerações, o que eu posso dizer de uma comerciante que adota todos esses procedimentos, que permite a entrada de 5 pessoas, 10 pessoas, no máximo, no seu comércio, que é o que o sustenta, e é obrigado a baixar as portas, é obrigado a demitir seus funcionários? Nem que seja um, Presidente, mas ele está sendo obrigado a demitir.

Isso é uma piada! Até agora, nenhum deles mostrou cientificamente a real necessidade de se fechar todo o Estado. Eu sou de São Paulo, V.Exas. me conhecem, e estou aqui, sofrendo, porque ando pelas ruas e não encontro absolutamente nada aberto.

Então, vamos torcer para que ele invista no combate ao vírus. E o que ele faz? Ele não monta hospital de campanha; ao contrário, ele desmonta hospital de campanha. Ele não investe em Santa Casa. Ele recebe o dinheiro que nós aprovamos neste plenário - e é muito dinheiro -, que deveria usar para abrir leitos e mais leitos por todo o Estado, mas também não o faz. Ele deixa Prefeitos de joelhos, pedindo: "*Pelo amor de Deus! Coloque mais leitos e respiradores*". Mas não; ele mata indiretamente a população.

Isso é hora de se travar uma guerra política? Isso é hora de se pensar de forma tão desumana? Logo no momento em que 513 Deputados lutam para aprovar um recurso de que a população precisa? Isso está fora do racional, Sr. Presidente!



Esse recado vai, em especial, para o Governador João Dória, do Estado de São Paulo, e para alguns outros espalhados pelo País que não estão contribuindo, que estão cometendo crime contra a humanidade. Isso, sim, nós precisamos deixar claro.

Obrigado a todos.

Documento 393/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da edição de medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me manifestar contrariamente ao relatório, contrariamente à PEC 186, entendendo, primeiro, que o Governo teria condição de fazer o que deveria ser feito e que o povo brasileiro está pedindo.

Todos os 513 Deputados têm se manifestado ao longo desse tempo. O Governo, diga-se de passagem, deixou à míngua, a partir do mês de janeiro, o povo - povo que não tem auxílio emergencial, povo que está entrando na miséria, povo que está começando a passar fome, povo que está passando dificuldades no pior momento da pandemia.

Hoje, infelizmente, quase 2 mil pessoas faleceram no nosso País. Nós estamos vendo a situação das UTIs. Pessoas estão morrendo por falta de UTI, médicos estão tendo que escolher quem vai morrer e quem vai viver, e o povo está sem o auxílio emergencial.

O Governo Federal, que não tem sensibilidade nenhuma com as pessoas mais pobres, mas tem compromisso com os banqueiros - nessa PEC, ele mostra que tem compromisso com os banqueiros, na medida em que utiliza recursos de fundos muito importantes para o nosso País para pagar a dívida; portanto, para pagar aos banqueiros -, simplesmente virou as costas para o povo e agora nos entrega um verdadeiro cavalo de troia.

O Governo Federal está enganando, está chantageando os Deputados, na medida em que nós poderíamos estar votando só o auxílio emergencial, que interessa ao Brasil, e ele está querendo fazer uma reforma fiscal; uma reforma

administrativa; uma reforma que prejudica os servidores públicos, que vão ficar sem aumento salarial, sem promoções, sem progressões, que vão ficar dentro de quadros enxutos, porque não haverá concurso público. A PEC Emergencial prejudica, ainda, o próprio serviço público, na medida em que investimentos não poderão ser feitos, quando se atingirem 95% da receita corrente líquida.

Ora, o que está acontecendo nos outros países? Nos outros países, como os Estados Unidos, trilhões de dólares - recursos públicos - estão sendo investidos para retomar a economia. E o Brasil está agarrotando, o Brasil está fazendo o movimento contrário. Essa política não leva a lugar nenhum!

Os discursos que já foram feitos lá atrás sobre a reforma trabalhista, sobre a PEC do Teto de Gastos, que era a PEC do Fim do Mundo, e sobre a reforma da Previdência deram no que deram: eram discursos para inglês ver; eram discursos para enganar os Deputados que votaram de boa vontade naquele momento, pois os resultados simplesmente não vieram para a economia e para o nosso povo.

Então, não dá para votar esta PEC.

Presidente Arthur Lira, faça um apelo ao Presidente Bolsonaro para que ele mande uma medida provisória amanhã tratando do auxílio emergencial que nós vamos votá-la, com todo o prazer, e tentar restituir os 600 reais.

No ano passado, houve mais de 300 bilhões de reais em investimentos, e agora, só 44 bilhões de reais, que não dão conta do desafio colocado neste momento. A população está sofrendo não só com a falta do auxílio emergencial, mas também com a carestia que está aí: o gás de cozinha custa mais de 100 reais; o pacote de 5 quilos de arroz custa mais de 40 reais; a gasolina, em alguns Municípios do Estado do Acre, custa 7 reais. A situação está muito ruim. O preço da energia elétrica está alto. O povo está sofrendo demais!

É preciso haver auxílio emergencial, mas sem prejudicar servidores, sem retirar direitos e, sobretudo, com investimento que possa fazer com que o nosso povo volte a viver bem e a nossa economia seja retomada.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 394/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário



Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Perseguição política praticada contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo então Juiz Federal Sérgio Moro e pelo Procurador da República, Deltan Dallagnol, no âmbito da Operação Lava-Jato. Caráter genocida do Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à proposta governamental de criação do auxílio emergencial de 250 reais. Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu escuto os Parlamentares à vezes, e agora acabo de ouvir uma pessoa dizer que é preciso olhar a floresta, e não a árvore. Nós vemos bem a situação das florestas do Brasil, a que o Governo Bolsonaro dá fogo.

Eu escuto um Parlamentar dizer que é preciso demitir funcionários públicos, acabar com a estabilidade do funcionalismo público. Decerto porque querem continuar com o empreguismo que estão fazendo no Governo Federal!

Nunca houve um governo tão corrupto quanto o Governo Bolsonaro, que é um Governo de corruptos. Aliás, uma corrupção que inicia por onde ele foi gerado. Ele foi gerado junto com a serpente que hoje foi enfrentada no Supremo Tribunal Federal.

Está nítido e claro o que significam um Sergio Moro, um Dallagnol, que usaram os espaços da Justiça e do Ministério Público para fraudar as eleições, tirando a candidatura do Presidente Lula - contra quem nada há, então, porque caem por terra as acusações.

Na verdade, agora está claro que tudo foi feito para eleger o Governo genocida. Tudo isso foi feito para eleger um Governo que está nos deixando dentro da maior crise sanitária, humanitária e econômica; um Governo que está nos isolando do mundo; um Governo que usa as pessoas mais e quer se aproveitar delas.

Esse Governo quer reduzir o auxílio emergencial a 250 reais. Mas não é só isso: com uma chantagem explícita, faz, de forma embutida, uma emenda que modifica a Constituição de forma perene, de forma permanente; que rasga, mais uma vez, a Constituição, para fazer uma reforma administrativa, uma reforma de caráter financeiro, exclusivamente para o seu lucro.

O Governo Bolsonaro deve estar fazendo as contas das mortes e do que significa o menor gasto. O Governo Bolsonaro é só o ajuste fiscal, é só a aplicação da Emenda Constitucional nº 95, é só o ataque às universidades e aos institutos federais, é só o ataque ao Sistema Único de Saúde.

Enquanto enfermeiras, médicos, médicas e técnicas estão dando a vida pelos demais brasileiros, o Governo corta o Orçamento da saúde para 2021.

Enquanto as pessoas têm fome, o Governo deixa de baixar uma medida provisória para garantir o auxílio emergencial, o que ele poderia ter feito, nem que fosse para pagar os pífios duzentos e cinquenta reais - duzentos e cinquenta reais, com os aumentos da gasolina, não permitem que a pessoa compre um bujão de gás por mês e mais um rancho, algo que possa alimentar uma família.

Que Governo é esse?! Entre as atribuições do Estado - entre as primeiras atribuições do Estado! - está a de prover o necessário para o seu povo. Esse Governo desmonta tudo o que é público. O Governo acaba, por exemplo, com a PETROBRAS.

O filho do Presidente precisa explicar o que fazia em uma reunião daqueles que conspiravam contra o Presidente eleito dos Estados Unidos. E precisam explicar por que foram a Israel passar um vexame daqueles, por não saberem nem sequer usar máscaras.

Esse Governo precisa explicar tanta coisa! Mas caiu a farsa do Moro, como cai a farsa de um Governo que mata, porque se omitir é matar, assim como é matar negar alimentos aos que precisam, fazer com que as pessoas batam nas portas das casas para buscar o que comer, porque não têm comida em casa. E é isso o que estamos vivendo!

Levar as pessoas a fazerem isso, condenar brasileiros e brasileiras a esse sofrimento é ferir a dignidade humana, é investir na tragédia, é transformar os hospitais em lugares que fazem parecer que a morte e a guerra vão vencer.

Neste momento, talvez estejam vencendo, porque há um Governo Bolsonaro do lado das mortes, sem nada fazer. Mas nós podemos reagir, dizer "Fora, Bolsonaro!" e votar "não" a essa PEC, que é uma vergonha.

Muito obrigada.

Documento 395/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Gravidade da crise sanitária reinante no País. Contestação às críticas de Deputado contra o funcionalismo público. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente.

É lamentável nós vermos um trator passando em cima do povo. Do meu ponto de vista, Presidente, é isso o que está acontecendo neste momento. Digo, sinceramente, a V.Exa. e aos Deputados que aqui estão que esta é a minha opinião.

O que me parece é que alguns de nós estão usando da tragédia, da apatia, da destruição, da dor que o povo brasileiro está experimentando para passar o trator e desmontar itens fundamentais da Constituição, bem como para congelar salários, impedir aumento real de salário, congelar carreiras de servidores.

Ouvir um Deputado que me antecedeu dizer que os servidores foram os únicos que não tiveram perdas durante a pandemia e que estão lá com seu salário chegando no bolso é escandaloso!

Hoje batemos um recorde: chegamos a quase duas mil mortes. Famílias perderam seus entes queridos e estão chorando, sentindo a dor da perda de alguém vitimado pela maior crise sanitária que as gerações vivas experimentaram.

Nesse contexto, um Deputado ter a coragem de dizer que o servidor ficou em casa enchendo o bolso é desconsiderar o papel de tantas enfermeiras, de tantas técnicas em enfermagem, de tantas auxiliares de enfermagem, de tantos médicos e médicas! Eu poderia ampliar a relação de profissionais. Esses são os que estão na linha de frente, sendo vitimados pela doença, inclusive - os primeiros a morrer. Morreram lutando pela vida. E o Deputado diz que essas pessoas estão enchendo o bolso enquanto ficam em casa! Que vergonha, Deputado!

Poderíamos continuar falando dos diferentes profissionais que estão fazendo a roda girar, que fazem a vida funcionar. Entretanto, hoje estamos aqui demonizando, mais uma vez, os servidores. E eu não estou falando daqueles com altos salários. Aproximadamente 23,5% dos servidores do País ganham até 2 salários mínimos - 2 salários mínimos! Eu queria perguntar para o Deputado o que ele faz com 2 salários mínimos.

Neste momento, diante da tragédia, esta Casa se aproveita da dor das pessoas para passar o trator a toque de caixa, sem a possibilidade de mobilização popular.

Esta Casa fica mentindo, dizendo que precisa disto para viabilizar o auxílio emergencial, e ataca a Constituição brasileira, ataca os direitos sociais e, mais do que isso, estabelece, de forma desnecessária, na própria Constituição, um teto para o auxílio, o que inviabiliza o pagamento de um valor digno.



O que está colocado hoje um vergonhoso auxílio de 250 reais. Um bujão de gás custa 100 reais; o preço do arroz está lá em cima; os itens alimentícios aumentaram 15%; e esta Casa está, mais uma vez, atacando o povo, passando o trator em cima do povo - seja a técnica em enfermagem, que ganha 1,6 mil reais, seja sua filha, sua irmã, que muitas vezes está desempregada, é uma camelô, é uma doméstica que vai precisar do auxílio emergencial.

Nós não estamos entre aqueles que vão colocar em contraposição o direito da enfermeira e o direito do camelô, o direito da técnica de enfermagem e o direito da trabalhadora doméstica.

É lamentável o que está acontecendo nesta noite, nesta Casa.

Documento 396/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:20

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é lamentável o que está acontecendo nesta sessão. Lamentável! V.Exa., ao sentar-se nessa cadeira, está ferindo a sua história na Câmara, porque foi dito a todos os partidos que hoje votaríamos apenas a admissibilidade. E adentramos na votação de uma PEC chamada de emergencial, mas que fará parte da Constituição.

Eu pergunto se alguém sabe qual o impacto financeiro desta PEC. Ninguém sabe. Pergunto qual o impacto efetivo desta PEC no serviço público. Ninguém sabe. E está se discutindo o auxílio emergencial, que tem teto!

Vejam o que nós fizemos nesta Casa. Nós aprovamos um auxílio emergencial com critérios e valor determinado. Nós vimos mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras - e se surpreendeu com esse número inclusive o próprio Ministro da Economia - indo buscar esse auxílio emergencial. Agora se estabelece um teto, 44 bilhões! Isso significa que pessoas vão ser excluídas do auxílio emergencial. Ora, gastamos por volta de 300 milhões no ano passado; estamos com um auxílio que é por volta de sete vezes menor do que foi gasto



no ano passado. Nós estamos, portanto, cometendo uma crueldade. Nós, uma vírgula, esses que aí estão, mas de cabeça baixa, votando de acordo com os ritmos emanados do Palácio do Planalto, sem reflexão, marchando e pisoteando servidores e servidoras neste País, pisoteando o Estado de Bem-Estar Social.

Nós estamos aqui discutindo uma PEC que vai congelar, ou que pode congelar, os salários de servidores por 15 anos. E se diz aqui: "*Não, mas, no caso de calamidade pública, nós vamos poder contratar*". É contrato temporário, e processo simplificado, é clientelismo, porque não há previsão de concurso público! Não há. E uma calamidade... estará a depender de um Parlamento que tem se mostrado, no dia de hoje, estar de costas para o povo brasileiro. "*Ah, nós vamos ter os fundos.*" O fundo do pré-sal vai para a saúde e para a educação.

Ele não irá mais para a saúde e para a educação; ele irá pagar as dívidas dos bancos.

Aí eu escuto Parlamentar dizer que todos têm que dar a sua parte. E as grandes fortunas que não são taxadas? E lucros e dividendos que não são taxados? E aí vai se penalizar o serviço público, que é a esmagadora maioria, que está na saúde, na educação, que são aqueles que estão enfrentando diretamente a COVID-19, apesar da falta de compromisso do Governo Federal com relação ao povo brasileiro.

Então, nós estamos vivenciando uma crueldade no dia de hoje. Todos e todas aqui sabem que não seria necessário uma PEC para se ter o auxílio emergencial. Digo, esses que vêm aqui elogiar, 250 reais... Eu gostaria que vivessem com 250 reais - com 250 reais! -, com esse preço do gás, com esse valor dos alimentos. Aqui se está discutindo congelamento do salário mínimo. Ou seja, não há mais reajuste real. É apenas a inflação. A inflação é um pouco mais de 4%, quando o arroz aumentou 79%, o feijão, 68%. Que crueldade que se está fazendo com o povo brasileiro, que crueldade!

E dizer que se está votando o auxílio às pessoas mais pobres neste País, aos que passam fome. Não! A fome voltou neste País. A fome, que foi extirpada durante o Governo Lula, essa fome, voltou. Essa fome tem sido alimentada pela Presidência da República, que está colocando para o povo brasileiro a possibilidade de morrer de fome e também de morrer com o próprio vírus e numa lógica que não vai atender ao ajuste fiscal, ao equilíbrio fiscal. E por que digo isso? Porque em períodos de crise como a que nós estamos vivenciando não se cortam investimentos, não se cortam salários, não se corta a demanda, porque aí se diminui a arrecadação e entra-se num círculo vicioso, e nunca vai se conseguir o dito ajuste fiscal.

Aliás, é bom dizer que esta PEC está prejudicando os policiais, os profissionais da saúde, os educadores. Ela preserva...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 397/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à votação da propositura.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL quer continuar a discussão, porque, não bastasse ser a toque de caixa, não bastasse estarmos votando mudanças estruturais na Constituição como um trator, ainda vamos ouvir poucas pessoas? Vamos fazer um debate raso neste plenário, Presidente?

Infelizmente, o que estamos votando aqui não é uma PEC emergencial. Não tem nada de emergência nesta PEC, que vai impedir a construção das carreiras de servidores, que vai impedir o aumento real de salário de profissionais como aqueles que estão na linha de frente no enfrentamento à pandemia. Na verdade, o que deveríamos estar discutindo aqui é a vacina para todo mundo, é o auxílio emergencial, matéria que poderia chegar a esta Casa por meio de uma medida provisória. Infelizmente, o trator está passando em cima do povo, em cima dos servidores públicos, em meio a uma crise, em meio à dor de tantas famílias.

O PSOL é contrário ao encerramento da discussão e está em obstrução, Presidente.

Documento 398/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa pelo PCdoB de renovação do auxílio emergencial de 600 reais, com o valor em dobro para mulheres chefes de família.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero devolver ao Relator a pergunta: quem é irresponsável aqui?

O mundo inteiro está jogando dólares, trilhões de dólares, libras, euros, jorrando dinheiro na economia para garantir a subsistência de empresas, salários e impulsionar o seu PIB.

Aqui nós cortamos. No momento da inflação de alimentos, no momento do desemprego, cortamos de 600 para 250. Na verdade, eu queria saber quantos auxílios cabem na garrafa de uísque, nos litros de uísque que o Sr. Guedes vai beber hoje comemorando com seus amigos banqueiros essa mamata. Na verdade, é isto que vai se comemorar hoje: o ganho do capital financeiro.

O PCdoB quer 600 reais de auxílio e em dobro para as mulheres. O PCdoB diz "não" ao encerramento da discussão.

Documento 399/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta PEC condiciona, com medidas absurdas, abusivas, com um pacote fiscal, a possibilidade de se dar um auxílio residual, mas não dá esse auxílio residual.

A verdade é que diminuir de 600 reais para 250 reais é por a fome na mesa dos brasileiros. O que temos de dados é que o PIB poderia ter descido 8% com o auxílio de 600 reais e desceu 4%.

A nossa responsabilidade é alta em relação ao futuro do Brasil. Esta PEC coloca uma bola de ferro no pé do Brasil e impede o desenvolvimento, realiza a gestão para poucos.

Nós precisamos desarmar isso, desarmar Bolsonaro, desarmar o que ele quer fazer com este País, belicosamente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 400/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Extinção de fundos de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural; de amparo aos idosos, crianças e adolescentes; e de proteção ao meio ambiente, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra o condicionamento da retomada do auxílio emergencial à aprovação da propositura.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero aproveitar mais este minuto para esclarecer a todo o povo brasileiro que todos os fundos que hoje o nosso País constitui e constituiu ao longo dos últimos anos para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico; para apoiar o desenvolvimento cultural do País; para apoiar e proteger crianças e adolescentes; para apoiar e proteger os idosos; para apoiar e proteger medidas de proteção ambiental, todos estão sendo extintos nesta emenda constitucional que V.Exas. querem votar, mentindo que, sem votá-la, não se pode dar o auxílio emergencial, o mesmo auxílio que foi dado no ano passado sem votar uma emenda como esta.

É brincadeira o que está acontecendo esta noite, é uma agressão ao bom senso, é uma agressão ao povo brasileiro, é uma agressão a todos que lutam...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 401/1.178

16.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --FELIPE RIGONI-PSB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. FELIPE RIGONI (PSB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente!

Presidente, quero reforçar a importância do que estamos fazendo aqui hoje na votação desta PEC.

É óbvio que milhões de pessoas estão passando fome hoje, porque o auxílio emergencial acabou. Precisamos muito urgentemente colocar de volta algum tipo de auxílio emergencial, para que as pessoas tenham um alento nesse período mais difícil.

Mas também é extremamente importante o que estamos fazendo em termos fiscais agora. Estamos dando um sinal para o Brasil, para os investidores, para o mundo de que o Brasil terá condições estruturais no futuro de colocar suas contas em dia. Estamos dizendo aqui que, toda vez que os gastos obrigatórios chegarem a 95% dos gastos gerais, vamos ativar certos gatilhos. Isso é extremamente importante, porque vamos resolver um problema de fluxo. A trajetória das contas públicas brasileiras estará resolvida. A consequência disso é que vamos ter menos pressão na inflação, e os pobres vão ser beneficiados com isso. O dólar vai ficar um pouco mais baixo, o que também beneficia as pessoas mais pobres. O que nós estamos fazendo aqui hoje é de extrema importância.

Eu vejo alguns Parlamentares reclamando e falando que deveríamos separar. Não deveríamos separar, as duas coisas juntas são de extrema importância. Estamos dando um alento para quem mais precisa e estamos dando um sinal de que a trajetória das contas públicas brasileiras estará equilibrada. É muito importante o que estamos fazendo aqui hoje.

Presidente, muito obrigado!

Documento 402/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-22:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Oposição quer continuar o debate.

Esta PEC, Presidente, não passa de um presente de grego. Aparentemente, parece uma coisa interessante, importante, bonita, para dar o auxílio emergencial para as pessoas que estão precisando, mas, quando nós abrimos esse pacote, esse presente de grego que é esta PEC, vemos lá dentro que ela tira o direito dos trabalhadores da segurança pública, dos profissionais da educação, da saúde, que estão se dedicando integralmente, a pretexto de ajudar os desempregados. Na verdade, dá-se uma migalha para os desempregados, uma verdadeira migalha, e tiram-se milhões dos trabalhadores deste País.

Não dá, Presidente, para vestir um santo e desvestir outro. Isso é muita injustiça. Nós precisamos de um auxílio emergencial de 600 reais.

Documento 403/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:08

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Apoio da Oposição e da Minoria ao pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais a mulheres chefes de família.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos sendo forçados a discutir uma PEC que constrói condicionantes draconianas, sem a garantia de um auxílio emergencial. O relatório fala em auxílio residual. Duzentos e cinquenta reais não mantêm uma família por uma semana. Isso é um absurdo, é algo abjeto.

Nós precisamos dizer à população que a Oposição e a Minoria querem um auxílio emergencial de 600 reais e de 1.200 reais, para famílias que são chefiadas por mulheres. Mas nós não admitimos uma reforma fiscal de última hora, com gatilhos, rebaixamento de teto, prejuízo de Municípios, prejuízo de servidores, de policiais, suspensão de concursos. A PEC é um descabro! E, por isso mesmo, precisavam ser separados os conteúdos. Esse entrelace de conteúdos vai na contramão da boa técnica legislativa. Nada tem a ver auxílio com...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 404/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à retirada de direitos adquiridos dos servidores públicos civis e militares preconizada na propositura. Repúdio ao valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Defesa de adiamento da votação da PEC Emergencial.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar novamente V.Exa. e nossos pares e dizer que essa PEC, repito, é um presente de grego para o cidadão, para a cidadã, para a sociedade e para o povo brasileiro. E digo isso porque parece algo bonito, importante, relevante, mas, quando tu abres, tu vais ver que só tem banditismo dentro dessa PEC.

Ela vem com o propósito de ofertar o auxílio emergencial para as populações pobres, para as pessoas que estão desempregadas, sem renda, sofrendo com a pandemia. E é justo, porque não queremos que as pessoas morram de COVID, em razão da pandemia, mas também não queremos que as pessoas morram de fome. Por isso é importante o auxílio emergencial.

Só que, lá dentro da PEC, o que está previsto é a diminuição do salário dos funcionários públicos na área da segurança, na área da educação, dos trabalhadores do serviço público, Presidente, que nessa hora estão segurando as pontas, estão bancando o atendimento nos hospitais. Refiro-me às enfermeiras, enfermeiros, médicos, médicas, paramédicos, enfim, o pessoal das ambulâncias.

Quanta gente, Presidente, está se sacrificando! E esses são servidores das Secretarias Estaduais de Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde, numa luta contra a morte, contra o vírus, contra esse drama que é o coronavírus. E, no entanto, estamos dando a eles um presente de grego.

Nós queremos o auxílio emergencial - claro que queremos! A Oposição brigou desde o primeiro minuto pelo auxílio emergencial que o Governo colocou, lá no ano passado, no valor de 200 reais. Nós chegamos a 600 reais. Fizemos um acordo. Queríamos um salário mínimo inteiro, mas fechamos em 600 reais em três parcelas. Aí, depois, o Governo diminuiu o auxílio para 300 reais, a ser pago em outras três parcelas. Agora vamos para uma terceira etapa, mas não sabemos o valor. Estão falando que será de 175 reais a 350 reais. Enfim, é uma coisa esotérica, uma coisa que não está clara.

E nós estamos votando, em termos de auxílio emergencial, algo que não é palpável, que não é real. Se me perguntarem quanto é o auxílio emergencial que estou votando, eu não sei dizer. Ninguém sabe responder. Nenhum Deputado saberia responder esta noite quanto cada cidadão e qual cidadão irá receber quanto de auxílio emergencial por conta do que estamos aprovando.

Agora, sabemos que os policiais civis, os policiais militares e que os policiais da Polícia Rodoviária Federal vão ser castigados drasticamente. Os policiais estaduais vão ser castigados, assim como os professores, as professoras, enfim, os funcionários públicos como um todo, Presidente.



Para que essa emergência? Não se trata de tirar o pai da força! Não tem nada disso! Nós podemos simplesmente votar o auxílio emergencial, tal como votamos da outra vez.

Mas essa PEC vem sob encomenda. A pretexto da aparência, a pretexto do invólucro, lá dentro, Presidente, só tem coisa ruim para o cidadão, para a cidadã, para a população brasileira, para o serviço público, para o trabalhador.

A pretexto de ajudar o desempregado, a PEC castiga quem está empregado, ou seja, joga um contra o outro, ao ponto que não é bom nem para um, nem para outro, porque o desempregado vai receber uma miséria, e quem está empregado vai ser sacrificado no seu emprego, no seu salário, na sua renda, enfim, na sua carreira.

Por isso, Sr. Presidente, a Oposição e nós do PDT fazemos este apelo: não é hora de votar isso, noite adentro, madrugada afora. Qual é o desespero, qual é a razão de ser de votarmos isso? Só para castigar as pessoas?

Eu quero deixar bem claro: podem aprovar, não com o meu apoio, não com o meu voto, não sem a minha crítica, não sem que denunciemos o propósito da PEC. O propósito da PEC não é ofertar auxílio emergencial para o cidadão e para a cidadã, para a população. O propósito da PEC é castigar os servidores públicos, é aviltar-lhes a carreira, é não permitir que eles possam ascender e possam ter um salário mais digno, é colocar a corda no pescoço dos servidores públicos da área da saúde.

Onde é que está o tal do mercado, Sr. Presidente? O tal do mercado desapareceu. Quem está segurando as pontas é o serviço público - o serviço público das prefeituras, o serviço público dos Estados. Esses é que estão segurando as pontas.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos deixar aqui o nosso protesto veemente: essa PEC não tem nada de urgente, não vem para ajudar os mais pobres, muito pelo contrário. Vai-lhes dar uma migalha, uma miséria, o que até nos deixa envergonhados, e ainda vai castigar os trabalhadores do serviço público, especialmente os da segurança pública, da saúde e da educação. Essa é a verdade.

Sr. Presidente, depois de ditas essas palavras contra essa PEC - e dizendo que ela não deveria ser votada hoje -, eu quero deixar o tempo que me resta, de 5 minutos e meio, para o Deputado Henrique Fontana, meu colega de oposição.

Muito obrigado.



Sumário

Baixos recursos destinados ao auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a desvinculação de receitas tributárias de fundos estratégicos pela proposição. Ambiguidade do conteúdo da PEC Emergencial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar V.Exa. e todos os que nos acompanham, os meus colegas Parlamentares e toda a sociedade.

Quero dizer a V.Exa. que vou dividir o meu tempo aqui com a Deputada Erika Kokay.

Observando rigorosamente esse tempo, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que nós tratamos aqui de uma PEC que está intitulada como emergencial, mas é uma PEC de 2019. Nós enfrentamos a pandemia no ano de 2020 sem que esta matéria constitucional fosse enfrentada.

Neste momento o Governo Jair Bolsonaro precisa dar uma resposta ao mercado financeiro. Ele faz isso quando envia uma medida provisória que cria um movimento de privatização da ELETROBRAS. Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ele faz com que toda a sua base se movimente no sentido de aprovar uma emenda constitucional que quer colocar na Constituição uma regra permanente de ajuste fiscal, dar *status* a um tema - e é importante que toda a sociedade tenha clareza disso - para resolver uma situação conjuntural, circunstancial, importante, mas que é transitória. O auxílio emergencial é uma medida transitória, não merece e não precisa ser tratado na Constituição Federal.

É importante nós dizermos, Sr. Presidente, que, no ano de 2020, tivemos uma situação menos catastrófica. Ou seja, nós temos neste momento uma situação muito pior do ponto de vista da pandemia, pois hoje mais de 1.900 pessoas tiveram a vida ceifada em razão desse coronavírus. É importante termos a clareza de que, com essas 1.900 pessoas ou essas mais de 260 mil pessoas que morreram em razão do coronavírus, nós temos uma agudização dessa crise neste momento.

E neste momento em que a crise sanitária, com seus efeitos nefastos na economia, atinge um pico, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro destina menos recursos. Foram destinados no ano passado mais de 90 bilhões de reais a título de auxílio emergencial. Esta PEC prevê apenas 44 bilhões no

momento em que nós temos um aumento da pandemia. No momento de aumento da pandemia, nós temos menos proteção social.

Nós somos contra a forma como esse tema está sendo tratado. Ele desvincula com essa PEC receitas importantes de fundos, como o Fundo de Segurança Pública, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O mundo enfrenta o coronavírus com ciência, com informação. O Governo brasileiro retira recursos da ciência, Sr. Presidente.

Nós estamos na contramão do mundo. Enquanto o mundo coloca recursos na economia para enfrentar o coronavírus, investe na ciência e na tecnologia, o Governo brasileiro retira recursos de áreas importantes e essenciais para o enfrentamento desta pandemia ou de qualquer outra pandemia que nós tivermos que enfrentar na vida nacional.

Por isso, Presidente, nós entendemos que o conteúdo dessa emenda constitucional é equivocado, porque mistura uma regra transitória com uma questão permanente. Então, de maneira permanente, produz-se um ajuste fiscal em nome de um auxílio emergencial que é infinitamente menor do que foi disponibilizado no ano anterior.

Era o que eu tinha a dizer.

Transfiro a palavra, então, à Deputada Erika Kokay.

Documento 406/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Desconstrução de pressupostos sociais inseridos na Carta Magna, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência do teto de recursos para o auxílio emergencial preconizado na propositura. Sucessivos reajustes nos preços de combustíveis no País. Revolta dos servidores públicos civis e militares contra o Presidente Jair Bolsonaro. Redução dos investimentos do Estado brasileiro no setor público, no caso de aprovação da PEC Emergencial.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, complementando o que o Deputado Odair Cunha, também de Minas Gerais, aqui colocou, eu queria agregar mais alguns argumentos.

O que está sendo votado aqui hoje é a PEC 186. Esta é uma proposta de emenda à Constituição que faz parte do que Paulo Guedes, o Ministro, chamou de Plano Mais Brasil. E este Plano Mais Brasil, para eles, é um enxugamento do Estado brasileiro, é, na prática, a privatização do Estado brasileiro.

A PEC 186 é a antessala do que vem depois, incluindo a PEC 32, que está aqui na Câmara, e mais duas outras que estão no Senado: a do pacto federativo e a dos fundos. Esta é apenas o início.

Aqui um Deputado do Governo, um Deputado "bolsonarista", já disse bem o que pretendem depois. Disse ele que isso vai continuar, que eles farão depois a quebra da estabilidade do servidor público, que farão também o fim dos concursos públicos, o que está na PEC 32, e também aquilo que está na PEC do Pacto Federativo, que no Senado, desta vez, nós conseguimos retirar, que é a desvinculação das receitas orçamentárias de educação e saúde.

Esta PEC que está sendo votada é apenas o início do desmonte completo do Estado na Constituição brasileira. Ou seja, estão desconstruindo os pressupostos sociais que nós colocamos na Constituição em 1988. Isto é o que está sendo votado. Não está sendo votado aqui, de forma alguma, o auxílio emergencial. Colocaram o recurso máximo de 44 bilhões numa emenda constitucional. Ou seja, se for preciso que o auxílio emergencial chegue a maior número de pessoas, durante mais tempo, num valor maior, não estará permitido, porque se está restringindo a apenas 44 bilhões. Eu digo que é apenas porque basta fazer um cálculo simples. Isso seria suficiente para 250 reais, durante 4 meses, para 44 milhões de brasileiros. Ano passado, foram pagos a 68 milhões de brasileiros 600 reais, durante quase 1 ano inteiro. A economia não alavancou, e a fome não acabou. Portanto, é muito pouco o que se está propondo fazer agora, é, na verdade, um valor irrisório, se nós pensarmos que uma cesta básica hoje está no valor de aproximadamente 500 reais, e um botijão de gás está em 100 reais.

Aliás, a base do Governo Bolsonaro anda nervosa por causa disso. Os caminhoneiros não aguentam mais o Presidente, já começam a falar em parar o Brasil inteiro, porque aumenta o preço do *diesel*, aumenta o preço da gasolina. É aumento quase que diário - semanalmente com certeza.

Agora os policiais estão dizendo que vão abandonar o Governo. Aliás, os Deputados policiais andam calados aqui. Os policiais estão, assim como as professoras, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores da assistência social, os trabalhadores da limpeza urbana, dos serviços essenciais, da Justiça brasileira, revoltados com o Governo Bolsonaro. Os policiais o estão chamando de "Bolsonaro, o traidor". É o que corre entre policiais militares e policiais civis.

Talvez por isso a pressa tão grande de tentar votar esta emenda constitucional. Esperávamos que hoje fosse votada apenas a admissibilidade, o que já seria demais, porque é uma admissibilidade sem a Comissão de Constituição e Justiça, de uma PEC que não é emergencial. Ela não é a PEC do auxílio emergencial, e sim a PEC do ajuste fiscal.



O que nós enxergamos hoje para o Brasil, Sr. Presidente, é que esta emenda constitucional vai enxugar o poder do Estado de fazer mais investimento no setor público, e isso não é bom também para a economia brasileira, é a contramão do que acontece no mundo. É Paulo Guedes errando de novo.

Muito obrigado.

Documento 407/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados ao funcionalismo público pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Efeitos danosos advindos da suspensão da contratação de servidores para as áreas de saúde, educação e segurança pública. Redução, pela propositura, do teto de recursos destinados ao auxílio emergencial. Recorde no número de óbitos e de contaminados pela Covid-19 no Brasil. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Comprometimento do Governo Jair Bolsonaro com o mercado financeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que está acontecendo aqui hoje é o massacre do funcionalismo público brasileiro.

As pessoas não estão entendendo o lastro desta PEC. Ela atinge 10 milhões e meio de servidores públicos no Brasil, dos quais 80% são servidores municipais e estaduais. E 73% dos servidores municipais ganham até 2 salários mínimos. É esse pessoal que nós estamos falando que não vai ter reajuste, que não vai ter carreira, que não vai ter concurso.

Em segundo lugar, hoje estamos com quase 2 mil mortos na pandemia. Eu queria que algum Parlamentar do Governo e V.Exa. também, Sr. Presidente, respondessem o seguinte. Os hospitais estão saturados. Em 1 ano de pandemia, estamos com médicos, enfermeiros e enfermeiras, toda a equipe de trabalhadores da saúde esgotados. Não há substituição. Não pode haver concurso público, não há reajuste nenhum por anos a fio. Assim será na educação, quando voltarem as aulas, e assim será na polícia, que também está cansada, que está na rua para coibir o que o Bolsonaro fala: "*Vamos para a rua! Vamos contaminar!*". É o que fala aí o genocida Chefe da Nação brasileira.

Em terceiro lugar, esta PEC não é emergencial. Ela é de 2019 e está entrando aqui como um grande álibi, para ser votado o auxílio emergencial, para o qual

não é preciso PEC nenhuma, porque são só 44 bilhões de reais, apenas. Nós usamos quase 300 bilhões no ano passado, o que garantiu o funcionamento da economia. Nos Estados Unidos, 1,9 trilhão de dólares vão garantir o funcionamento da economia, vão socorrer empresas, vão socorrer pessoas. Sabem o que é isso? São mais de 11 trilhões de reais. A mesma coisa está acontecendo na Inglaterra, nos países que querem socorrer a sua população. Aqui não existe socorro nenhum à população. Pelo contrário. Temos uma brutal contaminação, recordes de contaminação e morte.

Na verdade, esta tentativa de botar 250 reais podia ser por medida provisória, imediata. Nós queremos 600 reais, porque sabemos que a cesta básica brasileira custa 630 reais. Então, isso não vai dar para nada. Só que o ajuste fiscal, que está colocado como constitucionalizado, vai durar anos, até ser mudada a Constituição. O auxílio emergencial acaba em 4 meses.

Isto aqui é o massacre do funcionalismo brasileiro, é o Estado mínimo. Essa "solução Guedes", que é reforma da Previdência, reforma trabalhista, PEC do Teto de Gastos, tudo isso é para agradar ao mercado financeiro.

O que se faz aqui é prestar contas ao mercado financeiro. Não se fala em taxar grandes heranças, grandes fortunas, lucros e dividendos. Isto aqui é contra os trabalhadores. É isso o que a Câmara está...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 408/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra o valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal e a redução do número de beneficiários. Prejuízos causados aos servidores públicos pela propositura. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Expectativa de rejeição da PEC Emergencial.



O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, queria lamentar que nós estejamos já próximos de votar esta PEC, que na verdade traz um enorme sacrifício para o povo brasileiro.

Primeiro, não há nenhuma necessidade de estar inscrito na Constituição Federal um auxílio que deve durar alguns meses. Segundo, não está estabelecido no texto como serão usados esses 44 bilhões. O que sabemos é que eles são insuficientes para o auxílio emergencial. Meses atrás, o auxílio emergencial custava por mês 45 bilhões de reais. Se agora se destinam 44 bilhões para vários meses, é evidente que milhões e milhões de brasileiros que foram alcançados pelo auxílio emergencial anterior serão excluídos agora. E o valor será extremamente baixo: fala-se em 250 reais. Um botijão de gás já custa mais de 100 reais. De que vão adiantar 250 reais, se um botijão de gás já custa mais de 100 reais?

Ainda há mais. O auxílio emergencial passado era para até duas pessoas por família. Agora isso foi excluído: é só para uma pessoa. No caso de a família ser sustentada exclusivamente pela mãe - monoparental -, ela também não terá direito ao auxílio dobrado. Isso também foi cortado. Há uma série de maldades, Sr. Presidente.

Os servidores públicos estão sendo completamente desconsiderados, exatamente no momento em que eles mais se dedicam e ajudam no enfrentamento da pandemia. É incontável o número de enfermeiras, de auxiliares de enfermagem, de médicos, de pessoas que trabalham no atendimento que perderam a própria vida ajudando o País a enfrentar a pandemia.

O Governo não faz o que devia fazer. Ele devia fazer um auxílio emergencial amplo e rápido, através de uma medida provisória, de 600 reais, como propõe o PCdoB. Devia, ainda, procurar estimular, incentivar esses servidores públicos que tanto se dedicam. São enormes as reclamações das pessoas que trabalham na segurança pública, na educação, na saúde.

Presidente, eu creio que este Plenário nos reserva uma surpresa: esta PEC do ajuste fiscal vai ser derrotada, e ele vai nos botar para discutir amanhã um auxílio emergencial como deve ser e como o povo espera.

Documento 409/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Necessidade de rediscussão do sistema de votação remota. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria iniciar esta fala chamando à reflexão os colegas Líderes dos partidos da Oposição. Lembro que, ano passado, no início de março, nós nos reunimos para estabelecer e implantar o sistema de votação remota nesta Casa. Isso foi aprovado, digamos assim, pela unanimidade dos Líderes dos partidos, com a concordância de todos, sob critérios muito rígidos. Nós da Oposição aceitamos entrar nessa mudança de rito, que para nós é extremamente danosa e nos deixa muito mais vulneráveis, sob a condição e o compromisso de nos restringirmos a votar e apreciar matérias exclusivamente referentes à pandemia. Eu tive um debate duro com o Presidente Rodrigo Maia a esse respeito, tentando incluir na pauta assuntos diferentes, no ano passado, e terminamos flexibilizando para um e outro.

Entretanto, acho que chega a hora de nos reunirmos para discutirmos o funcionamento remoto. Eu já era Líder naquela ocasião, e V.Exa., Presidente Arthur Lira, era Líder também. Esse funcionamento remoto só acontece dentro de um grande consenso, de um grande acordo de cavalheiros. Esse funcionamento remoto não pode existir para aniquilar a Oposição ou diminuir um centímetro dos recursos regimentais que lhe restam.

Então, faço aqui um chamamento: vamos ter que repactuar esse funcionamento. V.Exa. recebeu essa herança. Acredito que deveríamos ter feito isso no início desta legislatura para saber como vamos agir. V.Exa. e todos nós, que trabalhamos com o Regimento, sabemos que uma PEC dessa natureza levaria semanas para ser votada. Já existia a medida provisória, como disse um colega Líder da Oposição, e agora criamos a Constituição provisória, que é uma Constituição que se altera em 48 horas. E nós da Oposição somos os maiores prejudicados por esse funcionamento remoto.

Portanto, se não tivermos uma garantia expressa, clara, de que os nossos espaços, as nossas condições, o nosso amparo regimental esteja garantido, não faz sentido permanecermos aprovando matérias que já estão muito distantes da ideia original desse funcionamento remoto.

Quero deixar essa discussão inicial e voltar para o tema principal, que é a PEC. Muito já se falou sobre ela. O PDT, inclusive, inicia dizendo que é, obviamente, a favor do auxílio emergencial. Fomos nós da Oposição que trouxemos esse assunto à pauta no ano passado para socorrer aquelas pessoas que passavam por dificuldades e estavam em vulnerabilidade por conta da pandemia. O mundo todo está fazendo isso. O Estado é que está socorrendo essas pessoas em todos os países.

No Brasil, a visão fiscalista, covarde e fria do Ministro Paulo Guedes é que tem tentado implantar sempre condições ainda mais desumanas contra seus inimigos, a começar pelos funcionários públicos. Então, essa PEC é um desdobramento disso. Em vez de mandar para esta Casa uma medida provisória estabelecendo o auxílio emergencial, ele se utiliza da necessidade premente do povo de receber o auxílio emergencial, de receber esse recurso para comprar remédio, para comprar comida, para sobreviver, e nos coloca, goela abaixo, uma série de condições que vão penalizar o povo brasileiro durante gerações. Mudanças constitucionais, mudanças que vão ficar para sempre na Constituição brasileira estão sendo colocadas na noite de hoje.

Então, deixamos o nosso protesto contra essa PEC e a forma como ela foi construída, reafirmando a nossa concordância com a aprovação do auxílio emergencial. Defendemos que o valor do auxílio emergencial seja de, no mínimo, 600 reais. E nada disso está sendo discutido nessa PEC. Ela é apenas um pano de fundo, apenas uma cortina de fumaça, melhor dizendo, para que o Ministro Paulo Guedes avance com uma reforma administrativa. Tudo isso é muito lamentável, porque nós estamos numa situação desfavorável. Estamos jogando em terreno muito desfavorável para a Oposição.

Nós Líderes da Oposição temos que rediscutir esse funcionamento, para podermos preservar minimamente os instrumentos que são garantidos pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pela Constituição Federal e pelo Regimento Comum, que têm sido continuamente ignorados diante da votação remota.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 410/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-23:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa da edição de novo decreto de emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19. Prejuízos causados aos policiais pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Elevação dos índices de violência contra as mulheres durante a epidemia de coronavírus. Necessidade da aquisição de vacinas contra a Covid-19. Falta de condições de Jair Bolsonaro para o exercício da Presidência da República. Natureza desastrosa da PEC Emergencial. Repúdio à condução das ações de combate ao coronavírus pelo Presidente da República e pelo Ministro da Saúde.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, durante todos esses anos, tenho tido posições muito claras. E não será diferente agora. Creio que a possibilidade da construção do diálogo é a melhor saída, especialmente no momento em que vivemos uma crise humanitária.

A rigor, Presidente Arthur Lira, nós precisaríamos no Brasil de um novo decreto de emergência. Nós precisaríamos ter um Presidente da República humanista, que tivesse o descortino de verificar que o Brasil vive uma emergência sanitária. Para ser mais explícita, nós vivemos uma emergência humanitária. Faleceram hoje aproximadamente 2 mil pessoas. E não podemos abstrair que ainda temos um alto índice de subnotificações e baixíssimo índice de testagem para o novo coronavírus.

O que nós vivemos não é uma segunda onda. Nós vivemos o repique de uma pandemia que está sem controle. Na verdade, o vírus está solto e nós estamos perdendo a batalha. Nós perdemos personalidades significativas para o País neste ano. Perdemos pais, mães, amigos, esposos, esposas, integrantes de famílias anônimas de brasileiros e brasileiras que constroem este País, sem uma fala de condolências do Presidente da República para essas famílias.

A rigor, nós precisamos de um novo decreto de emergência sanitária. E resolveríamos essa relação interna no Parlamento brasileiro de só tratarmos questões referentes à pandemia, porque não há mecanismos de aprofundamento.

Em um tema como o dessa PEC Emergencial, de 2019, deveria ter sido trazido aqui o Ministro Paulo Guedes, olho no olho, com todo seu destempero, sua falta de apreço ao debate e, muitas vezes, seu desrespeito para com seu contendor ou contendora. Seria o momento de ele explicar, seria o momento de ele dizer o que pensa sobre o Estado Nacional, se é passar o trator, se é abrir a porteira, se é passar a boiada.

Essa é uma questão que nós precisamos tratar de maneira clara. Quer fazer uma reforma fiscal? Abra o debate explícito sobre a reforma fiscal, Paulo Guedes. Bolsonaro não sabe nem o que é isso. Ele está agredindo a própria base original de apoio, e age sem saber que está detonando as funções da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal. Recebi uma pequena comissão de representantes desses profissionais na minha casa ontem. A realidade deles é duríssima. Como é que não vão receber uma gratificação, uma hora extra? Eles ficam nas estradas federais, enfrentando o tráfico.

Será que ele sabe que aumentou a violência neste ano de pandemia? Inclusive, nesta semana da mulher, houve 41% de aumento das denúncias de feminicídio e de agressões contra as mulheres.

A verdade é que emergência sanitária é o que nós estamos vivendo. Não temos vacina.



V.Exa. teve uma posição elogiável. Dirigiu-se ao Embaixador da China, delicadamente, com um vocabulário diplomático, na busca dos interesses da Nação. E esse cidadão que está no Poder Executivo não tem estatura para envergar a faixa de Presidente e constitui uma beligerância internacional. Infelizmente, a representação internacional do Brasil nos envergonha.

Presidente, nós precisamos dialogar, acalmar os ânimos, mas a verdade é que vivemos um momento muito difícil. Essa PEC é um desastre, desarma o Estado. No mundo inteiro, o Estado tem sido revitalizado; é mais Estado, mais vacina, mais dinheiro na mão do povo. É hora sim, eu não tenho medo de dizer isto, de endividar o Estado.

É a hora de contrair dívida pública, essa é a hora, e não de pagar bancos! Essa é a hora! Essa é a hora de constituirmos a possibilidade de defesa da vida, de manutenção das famílias, das escolas, do ensino remoto temporário; a possibilidade de ampliação dos leitos.

Bolsonaro e seu desastroso Ministro da Saúde suspenderam leitos de UTI, cortaram dos Estados. Os Governadores estão praticamente aos pés de uma desobediência civil, que precisará do nosso apoio.

Faltam só 4 ou 5 minutos. Eu passo a palavra para a Deputada Jandira Feghali, enquanto nos valemos da possibilidade de dividir a voz.

Documento 411/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Repúdio à atuação da Esquerda brasileira. Necessidade de punição de Deputado do PSOL por agressão verbal ao Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio às provocações ao Presidente Arthur Lira. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio ao auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Arthur Lira, nobres colegas.

Volto a dizer, insisto: a Esquerda fala, fala e diz nada, nada!

A Esquerda é vista, mas jamais olhada. Estão totalmente fora de si. Reclamam tempo, querem tempo, querem muita rapidez, e o tempo todo ficam reclamando

e dizendo sempre a mesma coisa. Depois que eu citei a palavra "chantagem", que falavam a todo momento, acabaram com isso. Mas estão sempre repetindo os 600 reais. Para que o tempo que vocês querem? Para repetir mais do mesmo? Essa é a Esquerda que vai representar Lula? Está muito fácil. Eu fico triste. Uma Esquerda tão fraca, tão frágil. E ainda mais, nobre Presidente Lira, vem aqui pela primeira vez e falta com o decoro. O nobre Deputado milionário do PSOL chamou o Presidente Bolsonaro de genocida, o Chefe da Nação brasileira. Isso é grave. Ele merece punição no Conselho de Ética. Não vamos permitir isso.

Eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente Lira, pela maneira como V.Exa. está levando esta sessão. V.Exa. está sendo provocado da maneira mais cruel, até de maneira covarde, e uma provocação que não tem sentido ou fundamento. Quem tem o mínimo de respeito ao Presidente, à liturgia do cargo, não deve se reportar a V.Exa. como está acontecendo. Então, deixo aqui a minha solidariedade a V.Exa.

Vamos manter a ordem, porque a bagunça - e é uma especialidade da Esquerda tumultuar -, neste Plenário, jamais. Queremos ordem acima de tudo. E eu aqui estou para coibir demagogia barata, como a da Deputada que me antecedeu, que disse que muitos sairão daqui para jantar e gastarão 250 reais. Que cinismo! Quando essa Deputada viaja para o exterior, viaja em primeiríssima classe. E é uma comunista. É disso que eu reclamo.

Como estão enrolando muito no tempo, falam, falam e dizem nada, eu vou encerrar antes e não falo mais hoje, Presidente, colaborando para que nós possamos votar hoje esta PEC, pelo bem do Brasil e também pelo auxílio emergencial de mil reais em 4 meses.

Grato, nobre Presidente.

Documento 412/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB é contra a votação em globo dessa admissibilidade, porque se trata de assuntos diferentes. É como se nós tivéssemos que fazer um pacote para embrulhar uma melancia, um cabo de vassoura e uma bicicleta. Não há como arrumar esse pacote, não há como fazer um pacote desses direito. Nós temos que comparar banana com banana, maçã com maçã, goiaba com goiaba. Aqui, não está se fazendo isso. Aqui, há uma bagunça total, porque o que estamos buscando é um auxílio emergencial, e o que Guedes impõe a nós é um ajuste fiscal que não tem nada a ver com o debate que nós estamos procurando fazer.

Eu reafirmo, Presidente, que o PCdoB é a favor do auxílio emergencial de 600 reais para todas as pessoas que o receberam da primeira vez.

Então, nós encaminhamos o voto "não".

Documento 413/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:32

Publ.: DCD - 10/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na verdade esta PEC, que vou chamar de PEC da Maldade, até porque de emergencial ela não tem nada, mentiu para o tio, essa é a verdade. Inclusive agora querem uma votação em globo da admissibilidade para não terem que abrir o pacote, para não abrirem este presente de grego para ver o que há dentro. Ali há cobra, lagarto, lagartixa, alguns escorpiões, tudo que é bicho peçonhento. Anunciam uma coisa boa para os pobres, que precisam do auxílio emergencial, que de fato é só uma migalha, e, na realidade, estão retirando direito dos trabalhadores.

Na segurança pública, os policiais militares, os policiais civis, os homens e as mulheres da segurança pública estadual e, nos Municípios, o pessoal da saúde, todo esse pessoal está sendo castigado com esta PEC, mas não com o nosso voto...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 414/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e parabenizar esta Casa pelo esforço que está fazendo esta noite ao votar uma matéria tão importante para a nossa Nação.

Sabemos que a responsabilidade com as finanças públicas, com a economia e com o crescimento sustentável do País é uma constante na equipe econômica do Governo Bolsonaro. Sabemos também que a dívida pública brasileira aumentou muito, já está em quase 95% do PIB. Apesar de termos uma taxa de juros muito baixa hoje, observamos que a taxa de juros futuros no Brasil começa a subir. Temos que garantir a estabilidade e a confiança dos investidores no nosso País, para que possamos voltar a atrair novos investimentos, gerar empregos, gerar renda.

Esta PEC é extremamente importante para que possamos garantir o emprego dos funcionários públicos atuais e garantir o crescimento da economia para gerar empregos no setor privado. Por isso, é importante a aprovação desta PEC, que trará de volta o auxílio emergencial para o povo brasileiro.

Documento 415/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:36

Publ.: DCD - 10/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução e também com disposição de seguir na luta para enfrentar o trator que está colocado no sentido de desmontar os direitos garantidos em Constituição; no sentido de desmontar a carreira de servidores públicos como enfermeiras, merendeiras e professores; no sentido de congelar a possibilidade de aumento real para o servidor.

Vamos lutar pelo que é de fato emergencial para o Brasil, que, sem dúvida, não é esta PEC, que desmonta parte da Constituição a toque de caixa; é, sim, o auxílio emergencial de 600 reais, no mínimo, que podia vir por MP, com cota dupla para mulheres, e a ampliação da vacinação para o povo brasileiro, para que possamos enfrentar o momento mais agudo da crise.

Documento 416/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós vamos lutar até o final para garantir o auxílio emergencial de 600 reais e para defender os profissionais da saúde, da educação e da segurança pública.

Quero registrar, Presidente, que é muito difícil passar o auxílio emergencial de 250 reais para 600 reais, mas o Brasil gasta a metade do Orçamento da União com o pagamento dos serviços da dívida pública - a metade do Orçamento! Nessa tribuna isso não aparece. Nos editoriais de jornais isso não aparece. Nas colunas isso não aparece. A metade de todo o Orçamento da União é gasta com o pagamento dos serviços da dívida, mas, aqui, para se aprovar um auxílio emergencial de 600 reais é uma luta enorme.

O PCdoB encaminha o voto "sim".

Documento 417/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:40

Publ.: DCD - 10/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Ataque aos direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Baixos recursos destinados ao auxílio emergencial pela propositura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja bem, a PEC da Maldade, a pretexto de criar o auxílio emergencial, ataca de maneira brutal os servidores públicos municipais, estaduais e federais. Eu tenho recebido manifestações de policiais rodoviários federais, policiais militares, policiais civis dos Estados, professores. O pessoal da saúde, Presidente, está sendo atacado na hora da pandemia.

Vejam bem, no ano passado, o recurso emergencial chegou a 300 bilhões de reais; agora ele vai ser de 44 bilhões de reais, pouco mais de 10% do que foi no ano passado. E olhem a pandemia como está. As pessoas estão morrendo na fila, sem respirador. Está muito pior a pandemia. As pessoas estão morrendo mais com a pandemia neste ano do que no ano passado.

Se, no ano passado, não morreram de fome, vão morrer agora, porque o auxílio emergencial vai ser uma miséria, e os servidores públicos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 418/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:44

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressaltados os destaques.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim" a um auxílio emergencial de respeito, que dê dignidade ao povo brasileiro, e "não" a um auxílio que representa quase uma esmola ao povo brasileiro.

O povo não precisa de esmola. O povo precisa de respeito e de um Estado brasileiro que garanta a afirmação de sua cidadania. Nós não vamos garantir isso com um auxílio emergencial de 250 reais e uma alteração na Constituição que esvazia o papel do Estado, que diminui o papel dos educadores, daqueles que estão no Sistema Único de Assistência Social, daqueles que fazem o Sistema Único de Saúde do nosso País, daqueles que fazem a segurança no Brasil, enfim, de todos os valorosos servidores públicos do nosso País, que neste momento estão sendo chamados a cumprir uma tarefa.

Em nome de todos esses, nós votamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 419/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:48

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressaltados os destaques.



O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, num País que perde 2 mil brasileiros por dia, onde morre um profissional da área de saúde a cada 19 horas, nós não podemos votar esta PEC do ajuste fiscal, que penaliza os Municípios, que penaliza os Estados, que massacra os servidores públicos, que massacra os profissionais da área de segurança pública, que massacra os profissionais da área de saúde, que massacra os profissionais da área de educação. Não podemos votar contra essas pessoas, Sr. Presidente.

Nós somos favoráveis ao auxílio emergencial de 600 reais para todas as pessoas que receberam o auxílio na sua primeira edição. Vamos lutar para assegurar isso durante os destaques desta votação. Agora, estão ressaltados os destaques. Nos destaques, nós vamos tentar buscar essa vitória.

O PCdoB encaminha o voto "não".

Documento 420/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ENRICO MISASI-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressaltados os destaques.

O SR. ENRICO MISASI (Bloco/PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Partido Verde, no mérito da PEC Emergencial, orienta o voto "sim", tanto por entender que é fundamental abrirmos e consolidarmos espaço fiscal para o auxílio emergencial neste período difícil que nós atravessamos, quanto por acreditar que um ajuste fiscal é necessário para o combate às consequências da própria pandemia e para a recuperação do País.

Isso não quer dizer, Presidente, que não tenhamos algumas posições a serem externadas nos destaques. Cito aqui, em especial, o destaque do PDT, muito defendido pela nossa Deputada Leandre, para exclusão do Fundo Nacional do Idoso da desvinculação. Trata-se de uma pauta que, há muito, ela tem trabalhado e defendido na nossa bancada. Mas isso será tratado nos destaques.

No mérito, o PV orienta o voto "sim".



Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é uma questão bastante séria o que nós estamos votando aqui hoje.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, veio atrelada a uma necessidade da população brasileira: o auxílio emergencial. No entanto, ela prevê um teto para esse auxílio emergencial no valor de 44 bilhões de reais. Isso não vai atender a necessidade dos que realmente precisam. Pelo contrário, vai fazer com que haja um desajuste fiscal, congelando salários e impedindo programas, ações e atividades necessárias dos serviços públicos, na saúde, na educação, na segurança. A classe policial está hoje enfrentando os piores momentos na pandemia para manter a nossa população brasileira em segurança.

É lamentável ver que estão sendo atropelados esses direitos constitucionais. Por essa razão...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, dos dez países que tiveram maior média de mortos pelo novo coronavírus, oito registraram queda na média móvel de novos óbitos. O Brasil está entre os dois que tiveram crescimento efetivo: a Índia, 8,9%; e o Brasil, 30,5%.

No Brasil, 43 milhões de pessoas estão ingerindo menos calorias do que ingeriam antes da pandemia. Nós precisamos do auxílio emergencial de 600 reais - 1200 reais para as famílias chefiadas por mulheres.

Não é possível conectar o auxílio, por meio de uma barganha, a uma PEC fiscal, que prejudica o serviço público, que acaba com o Estado Nacional, que arrebenta o custeio dos Municípios.

Eu espero que, daqui até amanhã, no segundo turno, os Prefeitos liguem para os Deputados, porque vão quebrar os Municípios com esta PEC.

Nós votamos "não"...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 423/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:52

Publ.: DCD - 10/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a PEC da maldade, a pretexto de criar a terceira etapa do auxílio emergencial, na verdade, castiga servidores públicos, servidores da segurança pública, da educação, da saúde, ataca os Municípios. Isso ocorre logo no pior dia da pandemia, quando nós chegamos praticamente a 2 mil mortos. Nós deveríamos estar socorrendo a população - alguns para que não morram em decorrência do coronavírus, outros para que não morram de fome.

Essa miséria de 250 reais que vai ser entregue aos trabalhadores desempregados não vai lhes salvar a vida. E não vai ser para todos, vai ser para a metade, no máximo a metade. Nós queríamos que fossem 600 reais.

Eu quero que os funcionários públicos que forem se queixar aos Prefeitos por falta de reajuste, de aumento, que se queixem aos Deputados.

Vejam qual Deputado votou e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 424/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Publicação de nota do Governo Federal a respeito da Lei de Informática. Pedido aos Deputados de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas lembrar que, em relação a esta PEC, nota do Governo foi publicada sobre a Lei de Informática, deixando claro que a Lei de Informática será encaminhada para o plano de redução dos incentivos exatamente como está hoje em vigor e que também as questões referentes às corporações serão debatidas na reforma administrativa, que será admitida na CCJ certamente como prioridade e que será votada, se tudo correr bem, ainda

do primeiro semestre. Portanto, alguma questão que precise ser revista poderá ser considerada na reforma administrativa.

Então, peço o apoio de todos os Srs. Parlamentares para que tenhamos esta votação da PEC, a PEC do Auxílio Emergencial. Depois, nos destaques, discutiremos detalhadamente os temas que ainda se encontram pendentes e vamos trabalhar no sentido de convencer, em cada debate, que é oportuno manter o texto do Relator, o Deputado Daniel Freitas.

Documento 425/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --EDUARDO CURY-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressaltados os destaques.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSDB, logicamente, vota "sim", a favor do auxílio emergencial, que é necessário.

Nós procuramos hoje não falar para não obstruir, mas temos divergências em alguns pontos.

Quero agradecer ao Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, que falou sobre o objetivo de uma nota técnica, agora à noite, do Ministério da Economia, o de que não haja prejuízos à Lei de Informática quando do envio do plano de redução dos incentivos. Mas o objetivo principal do PSDB e de outros aqui hoje é realmente apoiar a volta do auxílio emergencial. Num momento em que não temos vacinas, vamos precisar do auxílio para ajudar as pessoas mais pobres. Esse é o nosso objetivo.

Agradeço a condução de V.Exa., Presidente.

Documento 426/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-00:56

Publ.: DCD - 10/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido aos Líderes governistas de aprovação de requerimentos de destaques relativos aos servidores públicos, oferecidos à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu nem iria mais falar, mas acho importante registrar aqui pronunciamento do Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, que deixa claro que o Governo reconhece que esta PEC causa problemas às carreiras nos Estados e ao serviço público federal. Ele faz aqui um compromisso público, o de corrigir, na PEC da Reforma Administrativa, essas distorções.

É importante que o Governo assuma essa posição, porque deixa claro que não estamos blefando nas nossas avaliações. Mas o Governo pode corrigir algo ainda por meio dos destaques. Amanhã votaremos destaques que podem corrigir essas distorções, essas injustiças.

Portanto, fazemos o apelo para que o Governo nos acompanhe nos destaques, para que possamos corrigir aquilo que ele se propõe a corrigir na reforma administrativa.

Documento 427/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso de Deputado esquerdista sobre a equiparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocida. Apoio ao uso de ivermectina, zinco e vitamina D no combate à Covid-19.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu escutei um Deputado chamar o Presidente Bolsonaro de genocida. Ele parece o Papai Smurf, mas, pela sua postura, é o Gargamel. Esse sujeito é o genocida: ele defende a liberação do aborto, que mata milhões de bebês; defende a liberação das drogas, que matam e

destroem famílias; e não defende a liberação de uma medicação que poderia, na pandemia, salvar milhares de brasileiros.

Eu tenho certeza de que 90% dos Deputados aqui presentes tomam ivermectina, zinco e vitamina D a cada 15 dias. A população brasileira não toma, e, se for ao posto de saúde passando mal, vai receber paracetamol. É isso que faz com que tenhamos um problema muito sério no País. É claro que a vacina vai resolver isso mais para frente, mas esse pessoal, eles são os genocidas da Esquerda.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 428/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressalvados os destaques.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria parabenizar esta Casa e dizer que hoje estamos prestando um serviço para as pessoas que estão desempregadas no Brasil, que precisam de renda. Estamos votando de maneira consciente, com responsabilidade fiscal, para garantir no futuro o emprego dos que hoje têm o privilégio de ser funcionários públicos efetivos, com estabilidade. Precisam ter certeza de que, no futuro, receberão seus salários em dia. Não podemos permitir que muitos funcionários, por irresponsabilidade deste Parlamento, fiquem depois sem receber seus salários, como aconteceu em vários Estados já citados aqui, a exemplo do Rio de Janeiro. Este Parlamento agiu com sabedoria, com equilíbrio, votando esta PEC, extremamente importante para garantir no futuro a estabilidade e a segurança dos funcionários públicos do Brasil.

Documento 429/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --VITOR HUGO-PSL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Daniel Freitas, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Aperfeiçoamento da propositura pela Câmara dos Deputados.

O SR. VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Deputado Daniel Freitas e parabenizá-lo pela coragem de ter assumido um tema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão importante para o País. Participamos de diversas reuniões juntos, inclusive com o Presidente da República, também com V.Exa., o Presidente da Câmara, com Ministros de Estado, para compreender a complexidade e a importância desse tema. O Deputado Daniel foi um soldado, um guerreiro do Brasil, do Governo e, agora, de todas as pessoas que vão ser beneficiadas com a aprovação do auxílio emergencial.

Tenho certeza de que uma série de discussões sobre temas desta PEC vamos retomar em PECs posteriores. Cito, por exemplo, a da reforma administrativa e a da reforma tributária. Teremos oportunidade de aperfeiçoar também nesse momento o texto que veio do Senado.

Deputado Daniel, parabéns! Muito obrigado pela coragem de assumir um tema tão complexo.

Documento 430/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:00

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros pelas reformas previdenciária e trabalhista. Retirada de direitos dos servidores públicos pela reforma administrativa e pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desde que se reiniciou no Brasil esse processo de fazer o que a Direita chama de reformas, o povo brasileiro vem perdendo direitos.

Na reforma trabalhista, aconteceu isso. Juraram que milhões de empregos iam ser criados no Brasil. Não foi verdade. Essa reforma acabou com vários direitos trabalhistas, com a CLT, e empregos não foram criados.

Depois, veio a reforma previdenciária, que também tirou direitos dos trabalhadores brasileiros do serviço público e do setor privado, dando na Previdência um golpe de morte.

Agora vem esta PEC 186, e o Líder do Governo já anunciou que, em 60 dias, quer aprovar a reforma administrativa, aquela que vai acabar com a estabilidade e o serviço público brasileiro. É preciso que haja reações maiores da sociedade brasileira. Hoje, fizemos a resistência aqui, mas teremos que fazer a resistência nas ruas contra esse desmanche do serviço público no Brasil.

Documento 431/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:04

Publ.: DCD - 10/03/2021 --HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na retomada do auxílio emergencial e na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Contrariedade à politização da crise sanitária. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HUGO MOTTA (Bloco/REPUBLICANOS - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares presentes neste plenário, outros que nos acompanham a distância e estão participando da votação pelo sistema Infoleg, quero dizer que hoje não foi um dia fácil. Desde cedo, tivemos a oportunidade de nos reunir, as Lideranças partidárias, o Governo e a Oposição, e manifestar aqui nossas posições para encontrar uma saída para que a Casa do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados, não cometesse nesta votação um erro que levaria a nossa população a pagar um preço alto em um momento tão difícil por que passa o nosso País.

O assunto do auxílio emergencial une toda a Casa. Da extrema Esquerda à extrema Direita, todos temos a consciência de que a população que mais precisa tem a urgente necessidade de que resolvamos a questão da continuidade do pagamento do auxílio emergencial, para garantir o pão na mesa de milhões de brasileiros e brasileiras.



A Câmara dos Deputados começa hoje, depois de longa obstrução, a sinalizar que nos próximos dias o Governo voltará a pagar o auxílio emergencial, de que a nossa população tanto precisa. Isso me alegra, isso mostra que o sentimento da nossa população mais necessitada é uníssono, no sentido de que precisamos aprovar esse auxílio. É claro que todos nós que estamos aqui gostaríamos que ele fosse o maior possível, porque esse dinheiro representa muito para quem mais precisa.

De outro lado, nós não podemos perder a responsabilidade fiscal para com o nosso País, nem a responsabilidade para com as contas públicas, nem a responsabilidade para com o País, que precisa vencer esta pandemia e voltar a gerar oportunidades, empregos e voltar a crescer economicamente. Isso não será possível se nossas contas estiverem desajustadas.

Nenhum Deputado aqui gostaria de estar votando gatilhos. Nenhum Deputado aqui gostaria de estar votando o congelamento de salário de servidor público nenhum, mas a vida pública impõe a quem tem responsabilidade cívica e a quem tem compromisso com o País a necessidade de muitas vezes encarar momentos difíceis para estendermos a mão do Governo a quem mais precisa e, assim, fazermos com que as políticas públicas cheguem a cada recanto deste País, aos Estados que mais precisam, como os Estados do Norte e do Nordeste.

Eu cito minha Paraíba, meu Sertão, que está tendo, no auxílio emergencial, Deputado Isnaldo, a condição de levarmos a quem mais precisa o mínimo neste momento de tantas dificuldades. Nós não podemos ter outra pauta neste momento senão a pauta do auxílio emergencial. Nós não podemos ter outra pauta neste momento que não seja a vacinação em massa da nossa população.

Eu fico feliz em ver esta Casa se mobilizar neste sentido, cobrar das autoridades, buscar parcerias com outros países, dialogar com o Ministério da Saúde, ajudar o Executivo a fazer com que a vacinação avance. Somente assim nós vamos virar esta página triste da nossa história. Só isso nos dará condições de devolver a alegria à nossa população. São mais de 260 mil mortos pela pandemia do coronavírus, mais de 260 mil famílias, pessoas que querem voltar a trabalhar, mas não podem porque as medidas restritivas necessárias que precisam ser tomadas estão sendo exigidas neste momento. Que momento difícil, meus amigos e minhas amigas!

Politizar uma crise como esta é a pior receita para encontrarmos a saída. Nós estamos aqui, justamente na noite de hoje, votando esta PEC com os gatilhos necessários para que o Governo tenha condições de gastar mais e de levar ajuda a quem precisa e, desta forma, nós poderemos cumprir com nossa obrigação de estar aqui para ouvir o anseio das ruas, pedindo mais auxílio emergencial, para que o Brasil possa suportar talvez a maior crise da sua história.



Nenhuma geração viva viveu uma pandemia como esta que nós estamos vivendo. Não há como ter um ponto de comparação. Não há nenhuma correlação que mostre os rumos que nosso País terá após esta grave pandemia. Portanto, nós precisamos, antes de tudo, antes de compromissos ideológicos, antes de compromissos partidários, antes de qualquer compromisso político-eleitoral, ter compromisso com a nossa população e com o futuro do nosso País, que dorme hoje incerto em relação ao que acontecerá no dia de amanhã.

Portanto, vamos aprovar esta PEC para garantir o auxílio emergencial e as políticas públicas! Vamos fortalecer a política de vacinação para, de uma vez por todas, o Parlamento do povo brasileiro levar esta contribuição neste momento tão difícil!

Nós estamos aqui cumprindo nossa obrigação. Estamos aqui sensíveis à população, diante deste momento de tantas dificuldades. Estamos dizendo ao País que não podemos ter outra pauta neste momento que não seja o auxílio emergencial e a vacina para nossa população.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 432/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos servidores públicos diante da retirada de seus direitos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria prestar minhas homenagens aos servidores e às servidoras deste País, que todos os dias constroem políticas públicas, que são a forma mais efetiva de fazer o luto das casas-grandes e das senzalas. Este é um país que tem muito pedaços dos seus períodos traumáticos, como a ditadura, o colonialismo e a escravidão. Os servidores e as servidoras constroem, todos os dias, as políticas públicas necessárias para que nós possamos fazer deste um país que vivencia sua grandeza em potencial.

Esta madrugada de hoje lembra uma música de Chico Buarque: "*Dormia a Pátria-mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída*". Nós estamos sendo

subtraídos em direitos, numa concepção de Estado que é fundamental para assegurar a proteção social.

Hoje é um dia lamentável. Se há preocupação com o povo brasileiro, não é esta PEC que vai estabelecê-la. Aqui se está congelando salário...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 433/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:12

Publ.: DCD - 10/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Importância de votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Relevância das reformas previdenciária, administrativa e tributária. Defesa da aprovação de projetos estruturantes para a realização de investimentos privados na infraestrutura pública brasileira. Necessidade da aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo brasileiro, não obstante à produção de imunizantes pelo Instituto Butantan e pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós estamos enfrentando um problema que se agrava no País, em função da pandemia, e o fazemos votando aqui uma PEC que permite, dentro das regras do ajuste fiscal, abrir uma exceção para podermos pagar o auxílio emergencial. Esta é mais uma demonstração do Presidente Jair Bolsonaro de preocupação com a população afetada pelo isolamento, em razão da crise de saúde estabelecida em função da COVID-19.

Temos, sim, que avaliar que este gesto, esta PEC de autoria do Senador Marcio Bittar, a chamada PEC Emergencial, que, por muito tempo, foi discutida no Senado Federal - nós acompanhamos o debate -, tem sido objeto de ampla discussão. Nós quase a votamos no fim do ano passado, olhando para a perspectiva de dar aos brasileiros a garantia de que o Estado brasileiro, de que o Governo brasileiro, de que o Presidente Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes

se preocupam em transmitir estabilidade, segurança jurídica e capacidade de manter as contas públicas em dia.

Nós sabemos que o preço dos alimentos está diretamente ligado ao valor do dólar. Nós somos provavelmente um dos maiores exportadores do mundo de proteínas, de alimentos, de grãos. Todos esses preços, lembremos, são cotados em dólar. Portanto, nós precisamos que haja tranquilidade dos agentes que financiam o Brasil e seu desenvolvimento, para que eles percebam que estamos olhando com seriedade, com tranquilidade e com especial atenção para a garantia das contas públicas.

A reforma da Previdência nos deu 800 bilhões de reais em economia em 10 anos. A reforma administrativa, já entregue a esta Casa, vai nos permitir, ao longo de algumas décadas, um Estado brasileiro mais leve, mais eficiente, com meritocracia e com a capacidade de reconhecer o servidor público que trabalha, que se dedica, que faz a prestação de serviço à população, para que ele possa, sim, ser premiado e possa construir sua carreira, sendo diferenciado pelo seu desempenho. A regra atual não permite isso.

Nós teremos um Estado com progressões, com 25 níveis de progressão no serviço público. Hoje muitas carreiras já entram praticamente no teto salarial de cada nível de carreira do serviço público. Então, o Estado será muito leve, muito eficiente, muito capaz de prestar um serviço público de qualidade no futuro. Hoje o Brasil gasta 14% do Produto Interno Bruto para financiar a máquina pública. O Japão gasta 5%; a União Europeia gasta, em média, 9%. Nós podemos, sim, ter um Estado mais leve e mais eficiente. Este é o objetivo da reforma administrativa.

A reforma tributária, que também segue em discussão nesta Casa, vem no sentido de simplificar a vida do contribuinte brasileiro, permitir que cada vez mais nossos contribuintes possam recolher os impostos de forma mais simples, ter menos funcionários no setor de arrecadação, de pagamentos de impostos, e mais funcionários no chão das fábricas, o que diminui o Custo Brasil, simplifica o número de impostos, garante a Estados, Municípios e União uma receita segura, através do Imposto sobre Valor Agregado, proposta que deve surgir da nossa reforma tributária. A simplificação, em especial, é fundamental para nosso contribuinte. Estes são, portanto, os desafios que nós enfrentamos, os maiores desafios.

Nós temos, também, a Lei do Gás, o Veto do Saneamento. Temos o licenciamento ambiental, a regularização fundiária, a cabotagem, matéria que está no Senado, entre inúmeros projetos estruturantes que permitirão investimentos privados na infraestrutura pública para que o Brasil seja mais competitivo e nós tenhamos um Custo Brasil menor, e, assim, nós possamos concorrer de forma muito mais eficiente neste mercado globalizado em que nos encontramos.

A vacina é um grande desafio. O País precisa comprar vacinas. Nós somos um país privilegiado, porque temos fábricas de vacinas aqui. Nós não dependemos

exclusivamente de importação. A FIOCRUZ e o Butantan já estão produzindo vacinas de outros laboratórios e já iniciam a produção de vacinas aqui no Brasil, o que vai assegurar que a crise sanitária seja dirimida com mais tranquilidade no nosso País.

Nós já somos o sexto no mundo em maior número de vacinados e estamos em 22º lugar em mortes por milhão. Portanto, nós temos cuidado bem dos nossos doentes. Muitos países de primeiro mundo têm mais mortes por milhão de pessoas que o Brasil. Nós temos também um grande volume de pessoas já vacinadas, porque o SUS nos dá estrutura para isso.

Então, Presidente, aqui fica o nosso apelo para que aprovemos esta proposta de emenda constitucional chamada PEC Emergencial. Que, através dela, possamos socorrer os brasileiros que necessitam de apoio do poder público neste momento em que a pandemia paralisou a sua atividade produtiva e que, ao mesmo tempo, possamos demonstrar aos mercados - e eu falo no sentido daqueles que financiam o País, o nosso desenvolvimento, a nossa Bolsa de Valores, as nossas empresas - que o Brasil é um país sério, que cuida com muita atenção do equilíbrio das contas públicas!

Vamos comemorar a aprovação desta proposta de emenda constitucional, porque estamos criando uma cláusula de calamidade. Toda vez que tivermos um problema como esse da COVID, uma enchente, uma barragem rompida, qualquer tipo de calamidade, o Prefeito, o Governador e o Presidente da República poderão acionar essa cláusula de calamidade e imediatamente gastar os recursos necessários para socorrer a emergência e, ao mesmo tempo, conter as despesas correntes, as despesas de custeio, para que o atendimento da emergência não cause grande impacto no endividamento público, que é a grande preocupação do País neste momento.

Nós tínhamos 70% de relação dívida/PIB, já temos praticamente 100% de relação dívida/PIB e não podemos continuar avançando em emissão de títulos para financiar o futuro do País. Há 8 anos, Sr. Presidente, o Brasil gasta com o seu custeio mais do que arrecada. São 8 anos de déficit fiscal primário, e vamos ainda permanecer por alguns anos nessa direção, mas precisamos tomar as decisões corretas. Fizemos a reforma da Previdência, faremos a administrativa, faremos a tributária, para que o País possa ficar no azul, arrecadar mais do que gasta, investir mais, ser mais competitivo e dar oportunidade aos nossos jovens, que querem um futuro melhor.

É isso. Aqui fica, sim, o compromisso do Presidente Bolsonaro de conduzir o País para um grande momento de desenvolvimento e de melhor atenção àqueles que mais precisam do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Importância da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Desafio de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Importância da união do País contra a epidemia de coronavírus.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham a distância, tanto os colegas como os telespectadores da *TV Câmara*, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, temos que reconhecer a construção para chegarmos até o dia de hoje, à votação da PEC Emergencial. E ela vem, depois de um longo trâmite, coincidir com a necessidade de englobar o auxílio, que é de fundamental importância, para os brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. O Brasil e o mundo, sem dúvida nenhuma, vivem o momento mais difícil dos últimos tempos.

Da nossa geração, ninguém aqui viveu um momento tão difícil, a cada dia um drama sempre próximo a cada um de nós.

Então, este momento é fundamental para aqueles que mais precisam. Milhares de brasileiros que perderam o seu emprego ou que já não o tinham terão uma ação de Governo que lhes dê a possibilidade dessa sobrevivência. Nós todos aqui conhecemos a realidade de nossos Estados e de nossas regiões, alguns com uma situação muito mais acentuada de pobreza, como é o Norte e o nosso Nordeste. Só nós que estamos próximos dessas pessoas entendemos a importância deste auxílio, que, sem dúvida nenhuma, todos nós gostaríamos de colaborar para que fosse um valor o maior possível.

Construímos isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com o apoio da grande responsabilidade, que é a responsabilidade fiscal. Não adianta de forma aleatória viabilizarmos o auxílio social, se não garantirmos a segurança da economia do nosso País.

Há de se destacar aqui o trabalho do Senador Marcio Bittar, o Relator da PEC Emergencial no Senado, o seu esforço, e também a compreensão do Deputado Daniel Freitas, que ouviu todas as Lideranças e esteve aberto a ouvir todos os Deputados. Mesmo com pleitos até que justos e com pressão na sua base, ele entendeu que manter o texto do Senado seria o mais prudente para o nosso País.

Também quero dizer que nós continuamos com grandes desafios, diante do atraso que vivemos na imunização da nossa população, diante da responsabilidade de intensificar para que a imunização seja acelerada. Dentro dos nossos limites, todos nós temos que fazer o maior empenho possível, dentro de união, para que isso venha a acontecer de forma mais célere.

Não podemos de forma nenhuma desviar a pauta. E continuaremos avançando tanto em ações sociais que ainda haveremos de apreciar aqui nesta Casa, como também na pauta de cada vez mais possibilitar, num momento de crise extrema, a segurança da economia para que ela sobreviva e, num certo momento, venha a retomar o seu crescimento. Se nós não preparamos esse ambiente, o Brasil não se sustentará.

Então, aqui é o equilíbrio da ação social com a responsabilidade fiscal.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar a participação de V.Exa. em todos os momentos, seja naquele momento em que a matéria ainda estava em discussão no Senado, seja na construção desta votação aqui na Câmara dos Deputados, que, sem dúvida nenhuma, foi fundamental.

Quero encerrar dizendo que nós temos a obrigação de cada vez mais nos unirmos para vencermos a crise da COVID-19, do coronavírus. O Brasil vive uma retomada muito mais violenta do que grande parte do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 435/1.178

17.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-09/03/2021-01:28

Publ.: DCD - 10/03/2021 --DANIEL FREITAS-PSL -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Elogio ao Presidente Arthur Lira. Saudações aos Líderes partidários. Agradecimento ao Plenário pelo apoio ao parecer oferecido pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Conclamação à Casa para aprovação da propositura em segundo turno.

O SR. DANIEL FREITAS (Bloco/PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de tudo, quero dizer que V.Exa. orgulha este Parlamento, honra essa cadeira de Presidente. Cabe a mim neste momento parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero agradecer mais uma vez ao meu Líder Vitor Hugo. Quero cumprimentar o Líder do Governo Ricardo Barros

e, em sua pessoa, todos os Líderes neste plenário. Na pessoa da Deputada Bia Kicis, quero cumprimentar todas as Deputadas. Na pessoa do Deputado General Peternelli, quero cumprimentar todos os Deputados. E quero agradecer a este Plenário por acompanhar o meu relatório.

A Câmara dos Deputados, na noite de hoje, dá a demonstração clara de que nós somos, sim, um país seguro, de que somos, sim, um país responsável, de que somos um país solidário. Vencemos a primeira etapa dessa PEC que traz a responsabilidade e dá a garantia para as futuras gerações de um país seguro.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, fica o pedido, além do meu agradecimento a este Plenário, de que no dia de hoje, 10 de março, quarta-feira, já estamos a mais de 1 hora da manhã, nós tenhamos o mesmo discernimento, o mesmo compromisso com o Brasil e que nós possamos, enfim, aprovar o segundo turno e entregar aos brasileiros a segurança necessária de que nós retomamos o País, as rédeas do País e o recolocamos na rota de crescimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

Uma boa noite a todos e até daqui a pouco.

Documento 436/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de aprovação dos Requerimentos de Destaque de nºs 4, 9, 10, 12 e 13, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas.

Iniciamos mais um dia, e hoje faremos algumas mudanças nessa PEC que foi aprovada ontem, em primeiro turno. Refiro-me a dois pontos muito - mas muito - importantes. O primeiro é a questão da Receita Federal.

A estrutura da Receita Federal foi completamente modificada, e isso leva a um efeito muito perverso daqui para frente nas atividades desse órgão. Como é que vamos "bater" - entre aspas - no órgão que arrecada? Como é que vamos

"bater" no órgão que combate a sonegação no nosso País? Acho isso um contrassenso, é ir na contramão.

A Receita Federal já tem dificuldades, uma delas, inclusive, é a redução de quase 1 bilhão do Orçamento de toda a sua estrutura, de 2017 até os dias de hoje. Então, não acho producente. Para mudarmos isso, temos o Destaque nº 4, do Deputado Tadeu Alencar, do PSB, o qual recomendo a todos os colegas.

O segundo ponto importante, Sr. Presidente, e que foi objeto ontem de muitas ligações para vários Deputados, a fim de pedir sensibilidade, é em relação aos policiais das forças de segurança do Brasil inteiro.

Neste momento essa PEC está batendo na classe da segurança sem a menor necessidade. Lembramos que a classe da segurança - policiais civis, policiais militares, policiais penais, guardas municipais, policiais federais, policiais rodoviários federais - tem suas carreiras comprometidas, neste momento, com essa PEC, e não vejo nenhum motivo para se fazer isso. As forças de segurança estão aí a todo tempo, durante esta pandemia, ajudando a sociedade 24 horas por dia. São profissionais com os quais podemos contar a qualquer hora do dia e em qualquer lugar do Brasil. Não poderíamos estar fazendo isso, em especial com os policiais militares, que são a grande maioria, quase 600 mil no Brasil, e que hoje estão tristes, descontentes, porque não sabem o que vai acontecer com a vida deles.

Temos quatro destaques, os de nºs 9, 10, 12 e 13. Todos esses destaques são fundamentais.

E eu peço aos Deputados que nos ajudem a conseguir os 308 votos para aprová-los, mais o Destaque nº 4, referente à Receita Federal.

Documento 437/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentar V.Exa. e dizer que voltamos ao batente há pouco - acabou a sessão na madrugada.

Estamos de volta para debatermos essa PEC, que não fará bem para o País, para o povo brasileiro, para o cidadão, para a cidadã. Ela tem um nome pomposo, PEC da emergência, PEC para oferecer auxílio ao cidadão e à cidadã. Esse é o nome aparente, mas, na essência, não é verdade, porque a PEC não passa de um presente de grego. Na aparência, ela é uma coisa bonita, uma coisa generosa, mas, na essência, ela é muito ruim, porque tira direito dos policiais rodoviários federais, tira direito dos policiais militares, dos policiais civis, tira direito do pessoal da saúde. Os Prefeitos vão pagar um preço alto, assim como a saúde dos Municípios, a educação, ou seja, todo o servidor público vai ser castigado. Ela sinaliza um carinho por um lado e, por outro lado, um castigo enorme.

Por isso, essa PEC não tem o nosso beneplácito, não tem o nosso apoio, não tem a nossa compreensão. É uma injustiça muito grande com o cidadão e com a cidadã. Não venham dizer que o PDT deixou de votar a favor da PEC Emergencial. Essa não é uma PEC emergencial, essa é a PEC da maldade. Não tem nada de bondade; é para enganar o cidadão, para enganar a população. Lamentavelmente é isso. Vocês vão ver ali na frente quem tem razão, e nós temos a obrigação de dizer isso. É duro ter que dizer isto, mas o meu voto essa PEC não vão levar - não levou. Já votamos contra no primeiro turno, vamos votar contra no segundo turno. Agora temos os destaques. Vamos tentar salvar alguma coisa, mas duvido que salvemos, porque eu já sei a regra: votam o principal, depois o resto vai de arrasto. É assim que eles têm feito.

Então, Presidente, nossa compreensão é muito clara: essa PEC vem para castigar o cidadão, para castigar a cidadã. Os mais humildes não vão ganhar, e os funcionários públicos, os servidores vão receber só castigo. Esta é a verdade, e nós precisamos denunciar isso, de modo que o cidadão e a cidadã fiquem sabendo, para que não digam depois: "*Mas ninguém falou! Eu não sabia!*"

Os funcionários públicos, quando pedirem aumento para os Prefeitos, não vão ter. Cobrem dos seus Deputados, vão lá, olhem como os Deputados votaram, vejam, porque os Deputados estão votando contra os servidores públicos municipais...

(Desligamento automático do microfone.)



Publ.: DCD - 11/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à concessão do auxílio emergencial de 250 reais, com pagamento em quatro parcelas. Reação popular contra a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão.

Como eu disse ontem várias vezes, a Esquerda fala, fala, e nada diz - nada, nada. É impressionante! Queriam mais tempo, e era sempre a mesma decoreba de todos os seus componentes. Quando aqui alertei que estavam falando demais certas palavras, pararam, aí foram desarmados.

Felizmente, ontem aprovamos, e vamos aprovar o restante hoje, essa PEC Emergencial, que vem somar, para o bem de todos os brasileiros. Vamos colocar a economia, as contas, enfim, tudo da melhor maneira. O auxílio emergencial, de 250 reais, será dividido em quatro vezes, totalizando 44 bilhões de reais. E o total do Governo Bolsonaro aplicado, investido no auxílio emergencial, vai beirar 340 bilhões de reais. Por que se conseguiu isso? Porque acabou a corrupção, acabaram as obras superfaturadas, não há mais petrolão, nem mensalão, e por aí afora. Estamos vivendo um novo Brasil, e, em plena pandemia, conseguimos estar como estamos, graças à credibilidade do Governo, à seriedade e ao combate constante à corrupção, que estava nas entranhas deste País.

Sr. Presidente, surpreende o número de pessoas nas redes sociais indignadas, completamente chocadas, rebeladas com a decisão monocrática do Ministro Fachin, que coloca aí, não há como, é certo, a elegibilidade... Mas o que mais choca é esse pedido de mudança de competência do Paraná para Brasília. Foram feitos oito pedidos em quase 5 anos, e nunca, nunca aprovaram, nem o Ministro Fachin. Por que só agora? Ah! Quem sabe agora haverá tempo para prescreverem os crimes. Mas Lula não foi absolvido dos seus crimes. Ele continua culpado. Não tentem mudar a história. A verdade é esta: foi uma decisão processual, mas Lula continua imoral, continua um criminoso, um bandido. E que ele venha para a eleição, porque será uma derrota fragorosa, como podemos ver na atuação da Esquerda, que é lamentável, no Congresso Nacional.

Grato, nobre Presidente.



Documento 439/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congelamento salarial e retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela propositura. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, foi aprovada, em primeiro turno, essa PEC que se diz emergencial, mas que é uma PEC fiscal, uma PEC que engana o povo brasileiro. O povo brasileiro está precisando agora é justamente de recursos, ou seja, do auxílio emergencial, para poder enfrentar essa pandemia.

No ano passado, o auxílio emergencial foi em torno de 50 bilhões de reais por mês. Agora, eles estão propondo que seja de 44 bilhões, durante 4 meses, ou seja, vai diminuir o valor e vai diminuir a quantidade de pessoas que vai receber o auxílio. Como é que a população brasileira vai sobreviver a este momento?

Aí, a Câmara dos Deputados apresenta uma receita: congelar o salário dos professores e dos médicos; congelar o salário da segurança pública; congelar o salário do povo brasileiro. É essa a receita!

Enquanto isso, Sr. Presidente, 46% do Orçamento são para pagar juros a banqueiros; 46% do Orçamento são para pagar juros ao mercado. Nós não podemos aceitar isto, Sr. Presidente: em nome de um ajuste fiscal, em plena pandemia, retirar direito do povo brasileiro.

No ano que vem, esses mesmos Deputados vão estar na casa das pessoas dizendo que vão defendê-las no Congresso Nacional. É mentira! Vão defender os ricos. É um Governo que suga o sangue das pessoas.

Sr. Presidente, nós temos que trabalhar para gerar emprego. Nós temos que trabalhar para gerar desenvolvimento, cuidar do povo, cuidar da nossa gente. Nós temos que trabalhar para aprovar o auxílio emergencial de 600 reais para a nossa população. É isso o que nós temos que fazer.

De onde tiramos esse dinheiro? Tira aí dos juros que pagam todo ano aos banqueiros, e bota esse dinheiro para atender a emergência do nosso povo. Não vamos congelar o salário daqueles que dedicam a vida construindo políticas públicas para a nossa gente, para o nosso povo.

Então, Sr. Presidente, essa emenda constitucional não tem emergência nenhuma. Essa emenda constitucional não é para construir a emergência que o povo quer. E o povo quer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 440/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inoportunidade da aprovação de medidas de ajuste fiscal e de alteração da Constituição Federal. Transformação do Parlamento brasileiro em puxadinho do Palácio do Planalto. Natureza falaciosa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta minha manifestação decorre dessa situação do auxílio emergencial, que aparece como um verdadeiro jabuti, para que o Congresso brasileiro o vote. O nome deveria ser "chantagem explícita".

E este não deveria ser o momento para que esta Casa bancasse medidas de ajuste fiscal e de mudanças na nossa Constituição. O Parlamento brasileiro está manchando a sua história, está se transformando num puxadinho do Governo de plantão, que, infelizmente, é um Governo genocida.

O auxílio emergencial poderia ser discutido com outra forma de votação, através de uma medida provisória, através de uma lei. A PEC 186 é mais um engodo do conluio que está acontecendo na direção dos interesses do mercado.

E há Deputados que são bancados pelo mercado, mas que têm posições relativas. Eles falam contra a corrupção, mas não falam nada sobre a corrupção que paira na família do Presidente Bolsonaro, do Senador Flávio Bolsonaro, que compra escandalosamente uma mansão sem que tenha renda suficiente para pagar. O Governo Federal agora vai estar livre para, ao decretar estado de calamidade, restringir ainda mais o nosso sistema de proteção social.

Imaginem vocês que, ao tomar medidas "austericidas", atingindo todos os Municípios e Estados brasileiros, eles vão atingir os funcionários públicos nas suas carreiras, nos seus benefícios, e, com isso, restringir a circulação de renda no mundo do trabalho. Em virtude disso, o consumo vai cair, caindo também a base de tributação. É uma medida que só faz piorar o ambiente macroeconômico do nosso País e também a economia dos Estados e Municípios.

A capilaridade dessa atitude que o Governo está tomando, junto com o seu caráter genocida, vai trazer um capítulo dos mais tristes para a história nacional, empurrando os entes subnacionais para uma situação de...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 441/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de seriedade do Governo Jair Bolsonaro, especialmente do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe. Retirada de direitos e redução salarial dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade de redução do valor do auxílio emergencial de 600 reais. Prioridade no Governo Jair Bolsonaro no atendimento aos grandes empresários e banqueiros, em detrimento das camadas menos favorecidas. Postura criminosa do Presidente da República no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Protesto contra o açodamento na votação da PEC Emergencial.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é grande a nossa indignação neste momento

Falta seriedade no Governo Bolsonaro junto com Paulo Guedes. Essa equipe é desastrosa. É uma equipe que está fazendo com que as pessoas em vez de terem tranquilidade fiquem apavoradas com esse engodo dessa PEC Emergencial, que vai mudar as regras do jogo, tirar os direitos dos servidores públicos, mexer com a questão salarial, reduzir a possibilidade de crescimento de um servidor que, exatamente num momento de crise, numa pandemia, que mexeu com a economia, com a vida das pessoas e que mudou tudo, está envidando todos os esforços para atender uma demanda terrível.

Nós não podemos ter o auxílio emergencial num valor menor que 600 reais. Nós não podemos, Sr. Presidente, de jeito nenhum, deixar que as pessoas morram de fome. Alguns já nem estão recebendo. E eu pergunto: quem são as pessoas que poderão receber? É uma incógnita. Quando é que eles vão receber?

Estamos dando um tratamento VIP para os grandes empresários, para os bancos, mas não estamos dando para os trabalhadores, para os desempregados, para os necessitados. E o que estamos assistindo neste País é ao povo morrendo cada dia mais. Dá uma aflição, uma agonia política, porque esse Governo está cometendo escandalosamente crimes.

E nós não podemos, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, nos submeter a isso. Nós fomos eleitos exatamente para defender os interesses do povo comum. Eu não sou base do Governo! Eu sou uma Deputada que representa o Estado do Rio de Janeiro para defender o povo.

Quando este Governo estiver acertando, nós vamos colocar isso, mas ele não está acertando nada, absolutamente nada.

Não é possível esse disfarce dessa PEC e desse auxílio emergencial. Não é possível votar atabalhoadamente até de madrugada sem um debate mais aprofundado. Outra coisa: qual é a emergência que isso tem, para ficarmos até uma e tanto da manhã votando uma coisa dessa? É um desrespeito também...

(Desligamento automático do microfone.)

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Empenho da oradora na retomada da concessão do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais para mulheres chefes de família. Posicionamento do PT contrário à eleição da Deputada Bia Kicis à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até de madrugada, tivemos a votação da PEC 186/19, que é, como disse a Deputada Benedita da Silva, uma chantagem contra o povo brasileiro. Queríamos e trabalhamos para um auxílio emergencial de 600 reais e para o dobro disso, 1.200 reais, quando se trata da mãe sozinha com seus filhos. Acreditamos que essa é a base de onde é necessário partir. Aliás, é pouco, é pouco, e o Brasil pode mais! Basta que o Brasil faça o contrário do que está sendo feito agora. O projeto que está em curso no Brasil tira dos pobres. A PEC 186/19 é novamente essa mesma cantilena.

Para a PEC 186/19 entregar os 250 reais, o que é totalmente falso, porque não seria necessário, retira dos serviços públicos que atendem à população mais empobrecida do nosso País e que atendem de forma universal. Quem não depende do SUS? Aliás, com todo o dinheiro que uma pessoa possa ter no mundo, ela não compra uma atuação mais competente e dedicada para salvar a sua vida do que aquela realizada pelo Sistema Único de Saúde nos dias atuais. O SUS, a escola pública, os institutos federais, as universidades, a segurança pública, a ciência e a tecnologia - inclusive porque o fundo está sendo atacado aqui, nessa PEC 186/19 - significam muito para o povo brasileiro.

O Governo faz um discurso canalha. Vejam bem, por 4 meses de 250 reais aos mais pobres, aos famélicos, acabam com aspectos da Constituição para sempre. Aproveita-se da tristeza, da morte, do desespero. É por isso que estamos resistindo, é por isso que estamos votando não nessa PEC. É por isso que não aceitamos esse valor, mas não é só pelo valor reduzido. É pelo valor reduzido que não dá para comprar 3 botijões de gás. É também pelo valor reduzido, mas não é só isso, é porque a Constituição é a garantia, ano após ano, de que podemos sair dessa condição de surdo em que jogaram o Brasil. Precisamos de vida, de cuidado, de atenção, de serviços públicos, de desenvolvimento.

Sr. Presidente, quero anunciar também que o Partido dos Trabalhadores não votará na Deputada Bia Kicis para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como podemos votar, para assegurar o Dia da Constituição, em quem desrespeita a Constituição, a justiça e a cidadania? Os partidos de Oposição têm uma visão muito crítica sobre esse posicionamento que coloca...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 443/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Natureza falaciosa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Falta de apoio do Governo Jair Bolsonaro às populações menos favorecidas, aos comerciantes, aos pequenos e microempresários brasileiros. Descaso do Governo Federal com a crise sanitária, com a vacinação do povo brasileiro e com as demais medidas de contenção do avanço da Covid-19 no País.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, nós temos que alertar aqui o povo brasileiro. A minha mensagem a cada cidadão e a cada cidadã do nosso País é para dizer bem claro que nós não estamos hoje... É para dizer que a PEC 186 não trata do auxílio emergencial. Ela, na verdade, é um ajuste fiscal perverso, mas um ajuste dito ajuste, como se fosse para arrumar o País. Na verdade, não é nada disso. Na verdade, é para destruir, é para tirar mais direito, é para diminuir o serviço público, e atinge justamente aquele que mais precisa.

É um engodo o que estão dizendo. E isso tem gerado uma expectativa positiva em milhares de pessoas que dependem, nesta crise social, econômica e sanitária que vivemos do apoio do poder público para garantir o mínimo da sua sobrevivência. Hoje, o que nós estamos votando é a diminuição do papel do País, do poder público, de cada Prefeitura, de cada Estado e também do Governo Federal.

Eu disse ontem, e volto a dizer, que, se quiséssemos de fato resolver isso de maneira rápida, bastava um artigo na lei: está criado o auxílio emergencial no valor de 600 reais, o que valerá durante o período da calamidade pública. Bastaria isso, mas não: aqui há uma argamassa de coisas para iludir, para tentar justificar medidas perversas contra o nosso povo.

Não tenho dúvida de que, se hoje tivéssemos no País o Presidente Lula - que, com certeza, voltará a partir de 2022 -, as soluções nesta crise seriam outras. As medidas de apoio às pessoas mais pobres e mais humildes, aos trabalhadores e às trabalhadoras seriam totalmente diferentes e bem melhores.

As soluções ao pequeno empreendedor, ao pequeno comerciante, ao pequeno empresário, ao setor econômico do País como um todo também seriam bem diferentes e bem melhores. Infelizmente, nesta crise, muito comércio fechou, muita empresa quebrou e não teve o devido apoio do Governo.

As soluções à crise sanitária, à vacina, às medidas de contenção e de isolamento seriam totalmente diferentes e preocupadas, de fato, com a população, com a saúde, com a vida do nosso povo. E o que nós estamos vendo é totalmente diferente no Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 444/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Negligência do Governo Federal na aquisição de vacina e nas demais medidas de combate à epidemia do coronavírus. Retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Maior atenção da Casa e do Estado brasileiro para com a situação dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de alimentos e mercadorias. Criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é negligência na vacina, é negligência no combate ao coronavírus, é negligência no direito dos servidores públicos, é a PEC 186/19. É só desgraça que está vindo para o Brasil.

Dentre essas desgraças, quero alertar para uma extraordinariamente séria. Falo da vida, da situação e das condições das trabalhadoras e dos trabalhadores em aplicativos, seja em carro, seja em moto, seja em bicicleta.

No caso das *bikes*, esse jovens trabalham hoje, para chegar perto de um salário mínimo, uma jornada equivalente a 65 horas semanais, conforme pesquisa feita pela Universidade Federal da Bahia.

É, portanto, uma jornada maior do que na época da escravidão, em que o tempo de trabalho era de quando o sol nascia a quando o sol se punha, com exceção para quem teria que trabalhar à noite. Esses jovens não têm nenhuma garantia caso se acidentem ou tenham seu veículo roubado, seja carro ou moto. Em São Paulo morrem em média dois por dia em acidentes de trânsito. Essas pessoas têm patrões que ninguém conhece. Não têm recursos humanos, não têm diálogo e, quando são demitidas, vão reclamar e não sabem com quem. Isso é o fim da picada. É a modernidade, é a comodidade para quem usa, em nome do sofrimento de quem faz o trabalho.

Portanto, os motoristas de aplicativos, os motociclistas e os ciclistas precisam ter atenção desta Casa e do Estado brasileiro. Não é possível que as pessoas trabalhem como se fosse um bico. De fato é, só que é para sobreviver. Bico, em geral, é entendido como algo complementar, mas neste caso é para sobreviver, já que a maioria dos trabalhadores do Brasil já estão na economia informal. Não é à toa que este Parlamentar já conseguiu, com outros colegas, 225 assinaturas para a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal.

É nesse sentido a defesa de todos esses trabalhadores e trabalhadoras, em especial os de aplicativos.

Obrigado, Presidente.

Documento 445/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Resistência dos partidos opositores contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de

mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr.

Presidente, caras Deputadas e Deputados, ficamos até a madrugada resistindo a votar a PEC nº 186. E por quê? Nós da Oposição fomos os autores principais da proposta de auxílio emergencial nesta Casa, auxílio emergencial que foi uma conquista do Parlamento brasileiro.

Somos contra, porque esta não é uma PEC para o auxílio emergencial. Muitos já disseram isto aqui. Para isso, bastaria uma medida provisória, um projeto de lei, algo semelhante. Isto é *(falha na transmissão)* serviço público brasileiro, do Estado brasileiro. Ela vem na direção contrária à Constituição de 1988, por isso é uma emenda constitucional. Ela vai contra o conceito da formação de um serviço *(falha na transmissão)*. E o alvo era este, era atacar a Receita Federal, atacar a Polícia Federal, atacar as carreiras de Estado no Judiciário e no Executivo e as universidades. Privilegiado! Este era o foco, este é o foco, e ficam aqui os Deputados bolsonaristas a gritar, a falar que defendem o servidor público e que defendem os funcionários da segurança federal.

É mentira! É falsidade! Igual à do seu Presidente da República, que traiu o servidor público, que mete uma faca nas costas do servidor público da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e de todas as carreiras estruturadas do Estado em nosso País. O foco era este: acabar com o Estado brasileiro e o serviço público nacional.

Mas fazem isso também reduzindo o auxílio emergencial a um simples vale-gás; reduzindo o número de pessoas que terão acesso a ele em 30 milhões a menos. É uma traição completa o que a Câmara dos Deputados fez ontem e o Senado Federal também.

Agora, nesta sessão, vão vir com a falsidade de sempre, num jogo combinado, para defender "*tira esse, tira aquele, tira aquele outro, tira o pessoal da segurança*", porque o Presidente faz demagogia com este pessoal. Nós vamos votar a favor da inclusão de todos aqueles que pudermos salvar, mas eles não vão salvar ninguém porque este é o plano macabro deles: destruir...

(Desligamento automático do microfone.)

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Desestruturação do Estado brasileiro pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Redução, pela propositura, do montante de recursos destinados ao auxílio emergencial.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Gostaria de saudar todos os que nos acompanham e os colegas Parlamentares.

Como bem disse antes de mim a Deputada Lídice da Mata, esta é a PEC da mentira, é a PEC da hipocrisia. Este Governo se elegeu com mentira, governa com mentira e encaminha, com a sua base no Congresso, tendo a mentira como marco principal, como característica principal.

Esta PEC, em nenhum momento, aprovou o auxílio emergencial. Ela criou apenas um limite. Ela apenas disse que, se o Governo criar o auxílio emergencial, o gasto com ele não poderá passar de 44 bilhões de reais no ano. Lembro que, no ano passado, foram quase 300 bilhões de reais. Então, o gasto com o auxílio não poderá ser maior do que um sétimo do gasto do ano passado. Esta PEC desmonta o Estado brasileiro, impede que as remunerações sejam ajustadas, congela o valor do salário mínimo. Não teremos nenhum investimento novo. Não serão contratados profissionais de saúde, nem de educação, nem de segurança pública. Não haverá concurso público.

Mas não para por aí. Estão tirando 200 bilhões de reais do fundo social, do dinheiro que viria do pré-sal para a saúde e a educação. Este dinheiro não foi aplicado porque, desde que deram o golpe e tiraram a Presidenta Dilma, impediram, com a Emenda Constitucional nº 95, que fossem ampliados os gastos com saúde e educação. Eles querem pegar 200 bilhões de reais que iriam para a saúde e a educação e colocar para pagar banqueiros, pagar rentistas, pagar os seus aliados da elite do atraso deste País.

E não para por aí. A trapalhada é tão grande e a falta de bom senso é tão imperativa, que retiram a previsão da administração tributária de receber recursos vinculados. Isso vai comprometer inclusive a capacidade da máquina pública de arrecadar. Mas não se limitaram a essa destruição. Eles estão querendo acabar com os incentivos fiscais. Querem acabar com os incentivos

fiscais da lei de informática nacional. Na Bahia, muitas empresas que hoje são beneficiárias vão fechar sem os incentivos existentes. Esta PEC destrói empregos, acaba com a atividade de pesquisa e desenvolvimento num setor tão importante quanto o setor de tecnologia e informação sobre o qual terá gravíssimo impacto.

Então, é a PEC que destrói as carreiras de Estado, que congela o salário dos servidores, que congela o salário mínimo, que destrói o Estado brasileiro, que desmonta empresas, que destrói empregos, que destrói a ciência e a tecnologia neste País.

É a PEC da mentira, da hipocrisia. Não é a PEC do auxílio emergencial, nunca foi e não será.

Por isso, nós estamos aqui resistindo contra mais esse descalabro e esse absurdo do Governo Bolsonaro e de seus cúmplices, que estão aí...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 447/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Alcance da marca de 268 mil mortes no País em decorrência da doença. Urgente necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus; de habilitação de novos leitos de UTIs no País e de realização de investimentos emergenciais na área de saúde. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Existência de 14 milhões de brasileiros desempregados no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Efeitos da redução do valor do auxílio emergencial sobre as populações carentes no Estado do Amazonas e no País.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.



Primeiro, a minha solidariedade a todos os brasileiros e brasileiras devido às mortes na pandemia. Já tivemos 268 mil mortos no Brasil e 11 milhões de pessoas contaminadas. Aqui no Amazonas houve 326 mil casos e 11 mil mortos. Infelizmente, a pandemia continua. Houve quase 2 mil mortes nas últimas 24 horas.

Portanto, a urgência em relação à vacinação se faz presente, bem como também o atendimento nos leitos e investimentos emergenciais na área de saúde. A vacinação continua lenta em todo o Brasil. É a morosidade do Governo Federal em adquirir as vacinas. Por isso, é urgentíssima a vacina. Vacinem a Amazônia, Manaus, o Brasil! Nós precisamos salvar vidas.

A PEC chamada de PEC Emergencial também deveria ser para salvar vidas, mas nós estamos vendo, pelo debate que foi feito ontem - é a denúncia estamos fazendo -, que na verdade ela é uma PEC que prejudica a população, porque vai colocar sete vezes menos recursos à disposição para ajudar as pessoas que estão passando fome, que estão desempregadas. Nós estamos falando de 14 milhões de pessoas sem emprego formal. O Brasil voltou ao mapa da fome. Há 10 milhões de pessoas com insegurança alimentar.

Nós temos aqui no Estado do Amazonas 630 mil pessoas, quase 14% da população, nessa situação de necessidade do auxílio, na situação mais extrema de pobreza. Recebeu o auxílio emergencial em todo o Estado 1,5 milhão de pessoas até o ano passado. Agora, com essa redução, nós vamos ficar talvez com sete vezes a menos. Estamos falando de pessoas que vão ficar sem recurso até para a alimentação.

Portanto, essa PEC não resolve o problema, prejudica e ainda corta recursos, congela recursos de áreas fundamentais, como programas habitacionais. Nenhum investimento vai ser possível de ser realizado, não vai poder haver contratações - e nós estamos precisando contratar mais médicos e funcionários para atender à população -, não terá mais concurso público, o que prejudica o serviço público. É um grande retrocesso.

Essa PEC Emergencial ameaça a política de incentivos fiscais e ainda ameaça a Zona Franca de Manaus. Eu espero que a bancada de Amazonas observe que ela é uma ameaça à política de incentivos às indústrias. A economia do Estado do Amazonas poderá ser prejudicada por conta dessa PEC.

"Não" a essa PEC, em luta pela valorização da vida...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 448/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --RUBENS OTONI-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro no tocante à gestão de medidas de enfrentamento à epidemia de coronavírus. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância da realização de investimentos públicos para superação da crise econômica. Redução, pela PEC Emergencial, dos recursos destinados ao auxílio emergencial.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, o Governo Bolsonaro, que já demonstrou sua total incompetência no combate à pandemia, não garantindo UTIs, não garantindo testes, não garantindo equipamentos de proteção individual, não garantindo leitos, não garantindo vacinas para toda a população, agora confirma também a sua incompetência no enfrentamento da crise econômica.

O Governo, agora, ao aprovar a PEC 186/19, que praticamente só sinaliza ajuste fiscal e corte de gastos, vai na contramão daquilo tudo que precisa ser feito. Para a superação da crise econômica, é evidente que nós precisamos de investimento público para poder gerar emprego, gerar renda. Aliás, é isso que a grande maioria dos países está fazendo neste momento. Nós precisamos de investimento público para superar a crise, e o Governo propõe exatamente o contrário.

Pela PEC 186/19, o Governo faz ajuste fiscal, corta gastos e estabelece um limite até para o auxílio emergencial. Por esse limite estabelecido pela PEC 186/19, para o auxílio emergencial serão destinados pelo menos sete vezes menos recursos do que os que estavam disponíveis no ano passado. É um absurdo! A PEC prevê um limite de 44 bilhões de reais, e, no ano passado, foram gastos mais de 300 bilhões de reais. Isso é um absurdo e um equívoco evidente, principalmente quando se sabe que foi o auxílio emergencial que impediu uma queda maior do PIB no ano passado.

Somam-se a isso, Sr. Presidente, as outras medidas tomadas dentro dessa PEC também, como os gastos em setores estratégicos, o congelamento de salários e por aí vai.

O nosso grito aqui é para salvar vidas. Nós queremos vacinas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 449/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de recuperação dos direitos políticos do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós queremos registrar que, lamentavelmente, o Governo encaminha esta PEC 186/19 com o grande objetivo de continuar o golpe dado no Brasil. É mais um ajuste neoliberal a serviço da elite brasileira e dos bancos, um ataque direto às políticas públicas, aos fundos constitucionais, aos servidores públicos de todo ente federativo. É um ataque e uma continuação da Emenda Constitucional nº 95.

Só é possível fazer esse tipo de processo de aprovação quando se tem um Congresso aliado de um Governo que abandona o povo brasileiro, abandona a vacina e mostra o seu desrespeito com a vida.

É lamentável!

Nós defendemos o auxílio emergencial de 600 reais. Para isso, o Governo não precisava de mudança na Constituição. O Governo tem vários mecanismos para encaminhar esse assunto, mas não quis utilizá-los. Ele quis mudar a nossa Constituição. Ele quer desestruturar as políticas de Estado. Por isso o nosso repúdio ao Governo e a nossa luta em defesa do povo brasileiro e do auxílio emergencial de 600 reais.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de registrar a felicidade da militância e a minha felicidade, como Presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe, pela condução feita, ainda que atrasada, depois de tanto sofrimento,

de tanta perseguição, e que faz a Constituição voltar a dar sinais. O Judiciário e a Corte Suprema querem que a Constituição tenha validade.

Nesse processo do Presidente Lula, precisa ser feita justiça. Justiça é garantir os direitos políticos do Presidente Lula; é garantir que ele nunca cometeu crime e, portanto, é inocente; é fazer um julgamento, sim, duro, firme, constitucional contra os procuradores e juízes que armaram todo esse processo criminoso contra o maior líder político da história do Brasil e maior Presidente que foi e que é o Presidente Lula.

Fora, Bolsonaro!

Auxílio emergencial de 600 reais!

Estamos em defesa do Brasil, em defesa da liberdade total do Presidente Lula!

Muito obrigado.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Documento 450/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-09:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ocorrência de aproximadamente 2 (duas) mil mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Imobilismo do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, no tocante às ações de combate à epidemia de coronavírus. Crises sanitária e econômica provocadas pela doença viral no Brasil.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é mais um dia triste na história do nosso País, depois do anúncio de quase 2 mil mortes no dia de ontem. Não sabemos o que falar.

Acompanhei atentamente, no ano de 2020, o crescimento desta pandemia já anunciado pelos ex-Ministros da Saúde que, todos os dias, estavam debatendo no final da tarde no Ministério da Saúde com a população e com a imprensa, discutindo os rumos a serem tomados. E, hoje, com o General Pazuello, é totalmente diferente. Nós não estamos vendo o Ministro Pazuello discutir ações de combate a esta pandemia no nosso País.

A que ponto vamos chegar? Vamos ultrapassar 2 mil mortes por dia! E o que nós estamos vendo, Presidente, é a população desesperada no interior do Brasil, é a população sem saber a quem recorrer, pedindo pelo amor de Deus, ligando para os Deputados, mandando mensagens.

Não existem mais vagas nos hospitais públicos aqui no interior da Bahia nem na Capital, em Salvador! O que fazer neste momento? A economia destruída; o povo sem recursos para se alimentar; os preços das coisas subindo todos os dias; nos hospitais, as pessoas morrendo nas filas!

Nós não estamos aguentando, Presidente, receber tantas mensagens de desespero do povo pedindo vaga em hospitais e nós não temos o que fazer, não temos mais a quem recorrer. Precisamos é de um amplo entendimento - e eu já falei disso aqui nesta Casa - e nós não vemos esse entendimento por parte do Governo Federal, por parte dos Governos Estaduais e Municipais. Cada um está se virando como pode.

É lamentável! É lamentável a situação a que chegamos! Não sabemos mais qual é a decisão, o que o Governo vai fazer. O Ministro Pazuello precisa sentar e dialogar sobre os caminhos a serem tomados.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 451/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de convocação, pelo Conselho da República, de reunião destinada ao debate de crises, desobediências, afrontas, ativismos político e ideológico reinantes no País.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que as coisas possam ser esclarecidas o mais breve possível em relação a toda essa pandemia.

Hoje, ao chegar, eu estava refletindo junto com V.Exa. e disse que nós precisamos buscar uma solução para os problemas do Brasil neste momento de enfrentamento da pandemia.

Talvez uma solução racional seria os Poderes se reunirem. Uma reunião do Conselho da República poderia servir para levantar uma bandeira branca, uma pacificação em relação a todos esses desmandos.

São várias desobediências, afrontas à nossa Constituição, feitas por vários atores dos Poderes, afrontas das mais graves possíveis: proibição do direito de ir e vir, proibição da estrutura hierárquica das forças policiais, por exemplo, de terem promoções. A promoção é a base da organização de uma força policial ou de uma Força Armada. Ela precisa acontecer para que a hierarquia e a disciplina possam ser mantidas dentro das instituições.

Então, nós estamos vivendo várias crises e, ao mesmo tempo, nós já tivemos aí casos de Governadores e Prefeitos que deram reajuste salarial aos seus servidores, mesmo sabendo que o Município ou o Estado não tem condições de arcar com mais aquele acréscimo na folha de pagamento por já ter atingido o limite prudencial.

Então, meus amigos e minhas amigas, nobres Deputados, nobres Senadores, nobres integrantes da República Federativa do Brasil, nós somos uma República Federativa. Não estou aqui querendo falar mal de ninguém agora. Hoje é dia para que o Supremo Tribunal Federal, o Congresso, a Presidência da República, todos os Poderes se sentem e digam: o que podemos fazer para resolver esses problemas? Vamos partir daqui para frente, vamos deixar para trás o que aconteceu de errado - e os erros foram muitos e ainda continuam sendo muitos.

Não é admissível que a Justiça brasileira leve de 7 a 8 anos para anular condenação de pessoa ou condenações de pessoas que foram taxativamente enquadradas como pessoas que cometeram crimes.

Sr. Presidente, o meu tempo vai acabar. Eu tenho certeza absoluta de que o brasileiro pensa desse jeito, o brasileiro quer viver melhor, quer ter o seu pão de cada dia, quer ter o direito de trabalhar, mas hoje está sendo impedido disso. Há um ativismo político dentro do Judiciário, há um ativismo ideológico fortíssimo envolvendo Governadores da Região do Nordeste, que querem desfazer a nossa estrutura federativa.

Nós precisamos mudar. Eu acredito que a bandeira branca numa hora como essa precisa ser levantada.

Lamento muito o estado de coisas a que estamos chegando. Espero que a luz possa ser feita para os integrantes dos Poderes para que essa reunião, para que esse acerto possa acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus nos abençoe e nos proteja!

Documento 452/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Redução dos recursos destinados ao auxílio emergencial na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Retirada de direitos dos servidores públicos pela proposição. Prepotência do Presidente Arthur Lira na condução dos trabalhos no plenário. Ocupação das Presidências das Comissões do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Direitos Humanos e Minorias, por Parlamentares com perfil inadequado para o comando dos respectivos órgãos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Cazusa cantava que a sua verdade não corresponde aos fatos. Foi um pouco do que nós vivenciamos, com muita dor, na madrugada de hoje e na noite de ontem, quando se aprovou uma PEC que não estabelece o auxílio emergencial, mas apenas limita o valor que será concedido ao auxílio emergencial. O limite é de 44 bilhões de reais. É preciso lembrar que no ano passado nós gastamos quase 300 bilhões de reais.

E isso provocou uma quebra na queda do próprio PIB. Portanto, a sua verdade não corresponde aos fatos.

Dizia Cazusa também que a sua piscina está cheia de ratos. Nós estamos vivenciando uma pós-verdade. Temos um Governo que estabelece uma PEC que não assegura o auxílio emergencial, apenas limita o valor que será despendido para o auxílio emergencial; um Governo que, com essa PEC, tenta cortar a possibilidade de o Brasil ter soberania.

Soberania pressupõe educação. Soberania pressupõe desenvolvimento em ciência e tecnologia. Soberania pressupõe a preservação do nosso patrimônio público. Essa PEC abre espaços para a privatização, congela todos os rendimentos, proíbe concursos públicos. Enfim, ela faz com que o Brasil esteja vivenciando o rasgar a Constituição brasileira, que foi o pacto para que pudéssemos fazer o luto da ditadura.

Mas não é só isso. Ontem, nós também vivenciamos a Presidência da Casa achar que o Parlamento lhe pertence, que é sua propriedade, que faz parte do

rol de bens de sua propriedade. O último Presidente que atuou dessa forma, hoje, está respondendo à Justiça.

O Parlamento é um instrumento de construção democrática. Não se pode cercear o direito das minorias, porque a democracia só se consolida com os direitos das minorias. E o que estamos vendo, no dia de hoje, é que algumas Presidências de Comissões que são tão importantes para o País estão sendo entregues àqueles que negam a função delas.

Ora, nós não podemos permitir que, na Comissão de Meio Ambiente, tenhamos alguém que defenda uma política antiambiental. O Ministério do Meio Ambiente já foi sequestrado por uma política antiambiental. Querem também sequestrar a Comissão que defende o meio ambiente? Acontece a mesma coisa com a Comissão de Constituição e Justiça. Ela não pode ser ocupada por alguém que afronte a Justiça, afronte a Constituição, afronte a cidadania. A Comissão dos Direitos da Mulher não pode ser ocupada por uma voz antifeminista, para que os direitos das mulheres sejam solapados todos os dias e a Comissão apenas assine embaixo da lógica patriarcal, sexista e machista.

É preciso...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 453/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Recorde mundial alcançado pelo Brasil quanto ao número de mortes diárias pela Covid-19. Homenagem póstuma às vítimas da doença. Maior atenção do Governo Federal para com a vida dos brasileiros. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Cumprimento o Presidente e todos os Parlamentares.

É preciso registrar mais uma vez que o Brasil bateu o recorde mundial -- superando até mesmo os Estados Unidos -- em número de mortes por dia! Por que nós fazemos essa referência? Nós a fazemos para homenagear todas as vítimas e para cobrar do Governo Federal, de todos os Governos, que tenham o mínimo de dedicação e capacidade para cuidar da vida das pessoas.

Agora eu quero falar da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, divulgada pelo Governo e seus apoiadores como sendo aquela que vai retomar o auxílio emergencial. Não é verdade! Explico: ela é de 2019. E o Relator, para piorar, incorporou as partes centrais de três outras propostas de emenda à Constituição: PEC 186, PEC 187 e PEC 188. Por que incorporou o pior? Porque o fio condutor de todas essas propostas vai no sentido daquilo que genericamente chamamos de ajuste fiscal.

É preciso entender minimamente do que estamos tratando. Para entender, todos vão lembrar que, antes de fazer a reforma trabalhista, diziam que cortando direitos haveria a confiança do mercado para gerar emprego. Aconteceu a mesma coisa na reforma da Previdência.

Quando dizem que querem enxugar o Estado -- muita gente acredita que isso é bom --, nós estamos falando que, se um governo amanhã, tanto no nível federal, quanto no estadual e no municipal, quiser contratar profissionais de saúde durante uma pandemia, poderá não conseguir. Entretanto, o que, de fato, vai provocar a PEC 186? Ela vai permitir o aparelhamento do Estado, porque, se não puder contratar funcionário por concurso, vai poder contratar funcionário temporário. Na hora que pegar os pensionistas, independentemente do vínculo original, e colocar como gastos dos Municípios, dos Estados e também da União, isso vai impedir a contratação de novos profissionais.

Finalmente, é de tal envergadura essa proposta que, ao atender exclusivamente ao mercado, ao sistema financeiro, porque o arrocho não pega o pagamento de juros nem da dívida, quem vai pagar mais uma vez é o povo brasileiro. Os liberais mesmo estão dizendo: "*Gasta-se primeiro para arrecadar depois*". Mas, pior do que isso: salvem vidas primeiro para depois a economia, de fato, voltar a crescer com uma concepção...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Morosidade do processo de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Congratulações aos Governadores Estaduais pela iniciativa de aquisição de vacinas contra a doença. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais às mulheres chefes de família. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todas e todos que nos assistem pela *TV Câmara* e nos ouvem também pela *Rádio Câmara*, quero aqui, mais uma vez, trazer o meu gesto de reconhecimento e carinho a todas as mulheres do Brasil e do mundo pela passagem do dia 8 de março. Estaremos sempre juntos ao lado das mulheres contra qualquer tipo de preconceito, qualquer tipo de violência, qualquer tipo de discriminação. E, é claro, no Paraná e em Brasília, estaremos ao lado das mulheres lutando por mais direitos, por oportunidades, o que, com certeza, elas merecem.

Quero aqui, mais uma vez, reforçar a nossa luta por vacinação para todos já.

É inadmissível que o Brasil continue sendo um dos países que menos vacina, em comparação *per capita*, em todo o mundo, na América Latina.

O nosso País tem capacidade financeira, tem recurso. Liberamos o "orçamento de guerra". O mundo hoje tem vacinas disponíveis para venda. São mais de 20 tipos usados em larga escala. Países como Alemanha, França, Japão e Estados Unidos estão aprovando vacinas nas instituições mais rigorosas de controle de cada país. E, aqui no Brasil, a ANVISA continua não cumprindo o seu papel, não dando agilidade. Mas o maior problema é Bolsonaro, que tem as condições financeiras, tem vacina e insiste em não comprar. O Brasil já deveria ter vacinado 50 milhões, 60 milhões de pessoas.

Que bom -- e quero aqui parabenizá-los -- que os Governadores aceitaram as nossas provocações, tomaram a frente desse processo e uma quantidade muito grande de vacina será comprada, doada, ao Ministério da Saúde!

Assim nós vamos ter ampliado o processo da vacinação no nosso País.

Temos que avançar e aprovar um auxílio emergencial, e não uma esmola. Nós temos que voltar aos 600 reais, aos 1.200 reais. É isso que vai manter a economia minimamente aquecida.

Lamentamos a maneira como avança a PEC 186. É inaceitável essa chantagem, essa mentira de que, para dar o auxílio emergencial, tem que destruir os serviços públicos. Isso não é verdade. O Brasil não precisa destruir os serviços públicos, não precisa tirar dinheiro de nenhum orçamento, seja o da saúde, seja o da educação, seja o da área social. O Brasil não precisa sangrar a vida dos seus servidores públicos. Fico imaginando a cabeça de uma enfermeira, de uma auxiliar de enfermagem, de um médico, servidores públicos que estão à frente da pandemia, ao receberem a notícia agora de que os seus salários vão ser congelados por 5 anos, que podem ter inclusive redução de salários em 25% no futuro.

A PEC 186 é uma fraude. Nada tem de...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 455/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 1.540 mortes diárias no País em decorrência da Covid-19. Aumento do custo de vida no País. Reajuste nos preços de combustíveis. Urgente necessidade de alteração da política de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Descontentamento com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Caráter fascista do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, é lastimável ver o Brasil sofrer com uma pandemia que esta semana está matando 1.540 pessoas a cada 24 horas. No meio de tudo isso, o povo ainda enfrenta a carestia e a alta dos preços, que vêm sendo empurradas pelos constantes aumentos nos preços dos combustíveis.

Todo brasileiro sabe que quando sobe o valor do combustível aumenta o preço de tudo. Este ano o Governo Bolsonaro já autorizou aumento no preço dos

combustíveis. Mas Bolsonaro tem que parar de botar a culpa no ICMS dos Estados e montar uma política contra todos os aumentos da PETROBRAS. Enquanto os preços da PETROBRAS estiverem atrelados ao dólar, o povo brasileiro vai sofrer.

Essa política foi implantada pelo golpista Michel Temer e adotada por Bolsonaro. Contudo, o Governo prefere sacrificar o povo a desagradar os acionistas da PETROBRAS; prefere ainda atender aos interesses dos banqueiros, que são os grandes aliados do Ministro Paulo Guedes e do próprio Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, ontem à noite, foi um martírio ver o rolo compressor da base do Governo na Câmara Federal, jogando pesado para votar uma PEC que não vem para ajudar o povo sofrido brasileiro, os trabalhadores e as trabalhadoras. A PEC não vem para ajudar aqueles que, no dia a dia, lutam para sobreviver.

Este é um Governo criminoso, porque não está lutando em benefício do povo sofrido. Esta Câmara precisa mudar. Ainda hoje, aqui na Paraíba, vi que o Governo é, de fato, fascista.

Sr. Presidente, peço que esta minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nas redes sociais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 456/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Eleição da oradora para a Presidência da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Importância da vacinação dos portadores de necessidades especiais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Compartilho com V.Exas. a minha felicidade com relação à Presidência da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus. Agradeço também ao meu partido e ao nosso Líder Bohn Gass pela confiança, a todos os companheiros e companheiras que fazem parte da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sei do tamanho do desafio que temos pela frente: cuidar de um segmento que representa 44% da nossa população. Vinte por cento de brasileiros e brasileiras têm algum tipo de deficiência, o que requer, mais do que nunca, esse cuidado e esse olhar especial da Câmara Federal.

Nós temos hoje uma Comissão muito atuante. Essa Comissão pode indicar emendas ao Orçamento Geral da União e, além disso, influenciar as políticas públicas, através dos recursos que deverão ser destinados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

A nossa luta, Sr. Presidente, é pela inclusão, é pelo respeito às pessoas com deficiência, ainda mais num período tão difícil como o que atravessamos, de calamidade pública devido ao agravamento da crise sanitária provocada pelo coronavírus em todo o Brasil. As pessoas com deficiência, sem sombra de dúvida, são pessoas vulneráveis, são pessoas que realmente necessitam da nossa proteção.

Precisamos, portanto, avançar na vacinação, porque muitas dessas pessoas não têm noção do perigo da doença, principalmente os autistas e aqueles que têm alguma deficiência intelectual. Eles não têm noção, Sr. Presidente, da gravidade dessa doença e não têm como se proteger. Por isso, a nossa luta será bastante incisiva quanto ao avanço da vacinação, para que possamos proteger essas pessoas, proteger, enfim, os mais vulneráveis.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar sobre a PEC que trata do auxílio emergencial. Acabei de participar de uma reunião na Secretaria da Mulher, em que ouvimos especialistas dizerem quanto aumentou a pobreza no Brasil, a extrema pobreza. Infelizmente, o Governo manda para esta Casa um pacote de maldades, rebaixando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 457/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-10:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação pela Casa da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de rejeição da propositura. Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, venho falar sobre o que aconteceu na madrugada de hoje, na calada da noite: a aprovação, por esta Casa, da admissibilidade da PEC 186, a PEC da morte, a PEC da chantagem.

Por meio dessa proposta de emenda à Constituição, estão sendo destinados 44 bilhões para pagamento do auxílio emergencial. Com essa quantia, vai dar para pagar cerca de 200 reais mensais, por 4 meses, à metade das pessoas que receberam essa ajuda emergencial no ano passado.

O Governo podia, e pode, mandar para esta Casa uma medida provisória específica para debatermos essa ajuda emergencial, que precisa ser de 600 reais até que pelo menos 80% da população esteja vacinada. Mas há outras questões que esta Casa está aprovando que, no fundo, fazem com que a pandemia da desigualdade permaneça e se prolongue.

Nós estamos comprometendo o futuro do País, se aprovarmos esta emenda na Constituição. Vai congelar, por muito tempo, o salário mínimo, vai congelar, por muito tempo, as aposentadorias, no momento em que se acompanha de perto a inflação nos alimentos, nos combustíveis que, só no último mês, aumentaram 50%. Isso tem impacto, inclusive, no aumento dos alimentos.

Nós precisamos, na verdade, ter coragem e votar aquilo que é urgente, aquilo que é primordial neste momento, que é a ajuda emergencial de 600 reais, que é votar recursos para que haja vacina para toda a população, para que haja projeto de apoio à agricultura familiar para produzir alimentos e, assim, baratear o custo dos alimentos.

Outro aspecto que compromete o futuro deste País é quando pegam os recursos de diversos fundos, do fundo social. Eu quero também dizer do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Fundo Clima. São fundos importantes para nós repensarmos que projeto de País nós queremos no futuro, para podermos enfrentar outra pandemia, que será a pandemia das mudanças climáticas, que vai trazer consequências gravíssimas, inclusive para o povo mais pobre deste País.

Por isso, nós não podemos, de forma nenhuma, aprovar esta PEC. Não é essa a necessidade neste momento. Por isso, peço aos colegas Parlamentares: vamos derrotar esta PEC.

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-11:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PAULO GUEDES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou ouvindo atentamente a fala de diversos colegas. Quero concordar com muitos deles que esta Casa precisa, na discussão da PEC 186, pensar no povo brasileiro. Todos nós estamos discutindo. Todos nós sabemos que precisamos aprovar o auxílio, mas não esse auxílio que está sendo proposto agora nessa PEC, com o apoio do Governo, de 175 reais. Nós estamos no pior momento da pandemia. E não é só o valor do auxílio, que é pequeno, são as maldades que essa PEC traz contra todos os servidores públicos, o arrocho que ela impõe ao País, aos Estados e aos Municípios.

No momento em que precisamos destravar a economia, incentivar a produção, a PEC vem para arrochar tudo. Ela proíbe que os prefeitos possam contratar pessoas para uma frente de serviço. Ela proíbe que se contratem pessoas inclusive para trabalhar contra essa pandemia. Ela proíbe aumento de salário. Ela proíbe aumento de salário mínimo. Ela proíbe ao Governo criar projetos e programas que possam gerar renda, que possam gerar oportunidades para a população.

Portanto, eu quero aqui dizer ao meu xará, Ministro Paulo Guedes, e ao Presidente Bolsonaro que eles estão na contramão de tudo o que é preciso fazer neste momento. Nós precisamos de um Governo que cuide das pessoas. Nós precisamos de um Governo que, neste momento em que o País vive a maior crise em todos os sentidos, principalmente na questão da saúde pública... Ontem morreram quase 2 mil pessoas. E o Presidente não faz nada, o Ministro da Saúde não faz nada. E nós não vemos nenhuma notícia nova com relação às vacinas, às ações efetivas.

Nós temos um Governo inerte! Nós temos um Governo que só fala para as redes sociais, esquecendo-se do dia a dia e dos problemas que vive o povo brasileiro, com o desemprego e com a falta de esperança.

É por isso que nós estamos aqui defendendo, de forma muito veemente, que este auxílio seja de, pelo menos, 600 reais, e que não seja apenas por 3 meses. Aprovar este auxílio de 175 reais, que pode chegar a 375, por apenas 3 meses, é enganar a população.

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Baixos recursos destinados ao auxílio emergencial pela propositura. Submissão do Presidente Jair Bolsonaro aos interesses do mercado financeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz a esta tribuna hoje, nesses Breves Comunicados, é exatamente a discussão da PEC 186.

Aqui nós temos, Sr. Presidente, uma questão clara de uma regra transitória, e, em nome desta regra transitória, estão implementando um arrocho fiscal na Constituição Federal. É lamentável que isso ocorra neste momento da história, Presidente, pois o que nós estamos a assistir é uma PEC que estabelece apenas um teto de 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos num momento de agudização da crise da pandemia, de seus efeitos nefastos na saúde pública e na economia. No ano passado, o Governo Federal aportou 294 bilhões de reais para atender 67 milhões de pessoas. Nós precisamos de algo equivalente neste ano de 2021. Nós temos um cenário de deterioração maior. No entanto, nós estamos assistindo ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro investir menos no enfrentamento à pandemia. Nós precisamos de mais recursos.

Nós não podemos aprovar esta PEC, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, porque ela significa arrocho fiscal, porque ela significa menos investimento em saúde; menos investimento em educação; menos investimento em assistência social; menos investimento em políticas ambientais - e pasmem os senhores e as senhoras -; menos investimento em ciência e tecnologia. Esta PEC vai na contramão do mundo. Nós não podemos admitir esta votação.

Eu quero repetir, Presidente, que nós estamos aqui constitucionalizando um arrocho fiscal, sinalizando para os interesses do mercado financeiro. O Presidente Jair Bolsonaro faz uma patacoada na direção da PETROBRAS e, para isso, precisa fazer sinais para o mercado financeiro. Faz isso quando quer vender a ELETROBRAS, quando quer vender Furnas e, neste momento, mais uma vez, entrega o povo brasileiro, os mais vulneráveis deste País, à sorte.



Por isso, nós somos contra esta PEC.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

Documento 460/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-11:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Natureza desastrosa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Ontem eu ocupei a tribuna por diversas vezes para mostrar ao povo brasileiro que a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, cuja votação continuaremos hoje, é um desastre para o Brasil.

O que nós precisamos - os Deputados e as Deputadas da oposição têm dito isso aqui - é aprovar o auxílio emergencial de 600 reais, porque o nosso povo passa fome. Esse auxílio de 600 reais é o mínimo. Basta fazer um cálculo simples. Hoje, em qualquer Estado brasileiro, uma cesta básica não custa menos de 500 reais e um botijão de gás custa 100 reais. Para enfrentar a pandemia e as pessoas não passarem fome dentro de casa, o Brasil precisa de 600 reais para cada pessoa que não tem emprego, que está na rua da amargura devido à política econômica nefasta de Paulo Guedes e Bolsonaro e devido a esta pandemia, que o Governo Bolsonaro transformou em genocídio, fazendo propaganda da cloroquina e não providenciando vacinas. Esse caos que o Brasil vive na economia e na pandemia é responsabilidade do Governo.

Portanto, 600 reais seriam o mínimo para aquecer a economia brasileira e as pessoas não passarem fome. Mas o Governo acena com uma proposta de emenda à Constituição que coloca um limite que dará, no máximo, 250 reais para cada pessoa no Brasil, o que é completamente insuficiente para recuperar a economia e mais ainda para matar a fome do povo brasileiro.

E o pior: esta PEC - na verdade, é um ajuste fiscal - ataca o serviço público e os investimentos. Os Estados, os Municípios e a própria União terão uma

margem ainda menor de investimentos em áreas sociais. Com isso, em plena pandemia, o Sistema Único de Saúde vai sofrer, porque não poderá receber mais recursos, pois a PEC determina que não pode haver mais recursos inclusive para áreas essenciais. A educação pública, que vai necessitar de uma ampla e rápida recuperação, também não poderá receber recursos extras, assim como outras atividades nos Municípios, como o asfaltamento, como tudo aquilo que faz falta para o Brasil retomar o desenvolvimento.

Esse ajuste fiscal perverso vai parar ainda mais o Brasil. A política ultraliberal de Paulo Guedes, que não deu certo em lugar nenhum do mundo, está indo na contramão do que precisa ser feito. Na verdade, estão enxugando os recursos, em vez de dar ao País condições de recuperar a economia.

Ainda bem que Lula vem aí, agora elegível e inocente.

Um grande abraço, Presidente!

Documento 461/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-11:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos, no processo de apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me dirigir à população brasileira de modo geral, aos servidores públicos e, de forma especial, aos servidores públicos do meu Estado do Acre.

Eu tenho conversado, nos últimos dias, com servidores da saúde, da educação, da segurança. Tenho conversado com gestores públicos tanto dos Municípios quanto do Governo do Estado do Acre. A preocupação de todos é muito grande. Eu conversei também com servidores do Judiciário e do Ministério Público e com servidores federais de outras áreas. Todos demonstraram preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019.

Os servidores públicos do Estado do Acre, há pelo menos 2 anos, não têm qualquer tipo de aumento salarial. Inclusive, várias vantagens vêm sendo

retiradas desses servidores públicos. Com os servidores públicos federais, isso ocorre da mesma maneira. Esse é o tratamento dado pelo Sr. Paulo Guedes.

Para a surpresa de todos, aparece essa PEC 186, sob a relatoria do Senador Marcio Bittar, no Senado, agora tramitando aqui na Câmara dos Deputados. De emergencial, essa PEC não tem nada. O que é emergencial neste momento é o auxílio, que nós queremos que seja de 600 reais. E o Governo está com a proposta de um auxílio emergencial que não dá para comprar uma cesta básica e um botijão de gás. Nós queremos o auxílio emergencial, mas não queremos esse massacre aos servidores públicos.

Eu faço um apelo à bancada dos Deputados Federais acrianos, que inclusive têm base nos servidores públicos: não traiam os servidores públicos acrianos, que estão sofrendo tanto neste momento, que vão ter congelamento de salário, que não vão ter progressões e promoções, que vão sofrer com a falta de concursos públicos! Isso é gravíssimo. Essa é uma situação gravíssima.

O Governo Federal, que está patrocinando o genocídio que está acontecendo neste momento, está cumprindo o que foi prometido pelo Sr. Paulo Guedes naquela fatídica reunião do dia 22 de abril de 2020: está colocando uma granada no bolso do servidor público. E ela vai explodir logo, logo.

Então, Sr. Presidente, eu manifesto a minha solidariedade e ressalto que estou junto com os servidores públicos.

Peço o registro da minha fala no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Documento 462/1.178

13.2021.B-Sessão Outro Evento-10/03/2021-11:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aspiração do orador quanto ao funcionamento da Justiça brasileira; à punição de corruptos; ao combate efetivo à impunidade; à união dos Poderes em prol do bem-estar dos cidadãos brasileiros; à integração das ações de combate à epidemia de coronavírus, conforme preconizado pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19; ao exercício de cargos públicos com dignidade e liturgia; às decisões e ações exemplares das autoridades públicas; ao alcance da educação e saúde de qualidade e universal; ao recolhimento de tributos de forma justa; à prisão de ladrões e corruptos; e a não desistência do sonho de um Brasil melhor.



O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste período de Breves Comunicados, eu tenho acompanhado o que tem ocorrido neste dia e resolvi escrever algumas ideias.

O que se espera da Nação? Espera-se que a Justiça funcione; que a corrupção seja punida; que todos os órgãos trabalhem para que os culpados sejam responsabilizados; que a impunidade não prospere; que o crime não compense; que os Poderes trabalhem unidos para o bem do cidadão; que as ações da pandemia sejam executadas e integradas em todas as esferas, conforme preconiza a própria Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, da Câmara dos Deputados; que cada um exerça seu cargo com dignidade e liturgia; que todos os Poderes, através de seus chefes e de seus integrantes, deem o exemplo que se espera de cada cidadão; que as decisões e as ações de cada autoridade sirvam de orgulho para a maioria da população. Devemos lutar pelos nossos direitos. Não podemos desistir do sonho de um Brasil que espelhe a sua grandeza.

Espera-se que a educação seja de qualidade e universal, sendo o amparo para a transformação da sociedade; que a saúde seja a todos disponibilizada de forma igualitária, com as vidas sendo cuidadas da melhor forma; que os tributos sejam recolhidos de forma justa - inclusive, eu apresentei proposta sobre o imposto único e o pacto federativo -; que todos os ladrões e corruptos estejam presos; que o foco não seja a política e, sim, o bem comum do cidadão brasileiro.

Tenho certeza e convicção no nosso País.

Felicidade a todos!

Muito obrigado.

Documento 463/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-11:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta pela retirada de pauta. Nós queremos recolocar os argumentos que, durante o dia de ontem e durante os Breves Comunicados hoje, vários Deputados apresentaram, insistindo nesse tema.

O que nós precisamos no Brasil é do auxílio emergencial de 600 reais. O povo passa fome. A pandemia avança. O Brasil já é acometido por um verdadeiro genocídio.

Ontem foram quase 2 mil mortes no País.

Esta proposta de emenda à Constituição não garante ao povo brasileiro esse auxílio emergencial, pelo contrário: limita o valor a 44 bilhões de reais, o que daria no máximo 250 reais, valor completamente insuficiente para matar a fome do povo e aquecer a economia, e, ao mesmo tempo, faz no Brasil um ajuste fiscal duríssimo, retirando recursos da saúde, educação, segurança pública e assistência social.

Por isso, nós deveríamos interromper o processo de votação desta PEC.

Documento 464/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-11:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Obstrução, pela Minoria, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Arthur Lira. Estamos aqui firmes e preparados...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - V.Exa. fala pela Minoria ou pela Oposição?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Estou encaminhando pela Oposição, Deputado Arthur Lira. Sou o Deputado Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Obrigado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Bom dia a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Bom dia, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Estamos aqui preparados para mais um dia de uma obstrução cívica, de uma obstrução em nome de um projeto de desenvolvimento nacional, de uma obstrução em nome de justiça social e de uma obstrução em nome de uma possibilidade real de retomada de crescimento econômico para o nosso País.

O congelamento de todos os investimentos públicos, o congelamento que proíbe o aumento real de salário mínimo, o congelamento dos investimentos de todos os fundos setoriais - meio ambiente, idosos, cultura e tantos outros - é negativo para o Brasil, atrapalha a geração de emprego, atrapalha o desenvolvimento nacional.

Por isso nós queremos o auxílio de 600 reais, sem esses constrangimentos.

Documento 465/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-11:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministro da Saúde de assinatura de contrato com a indústria farmacêutica indiana Zydus Cadila, para aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos numa luta, numa luta cívica e numa luta de saúde pública para encontrar vacinas, no mundo, para vacinar a nossa população.

O Instituto Vital Brazil, que é um grande laboratório, e a partir dele se criou o Instituto Butantan, em São Paulo, portanto, laboratório público muito antigo no Brasil, e que pertence ao meu Estado do Rio de Janeiro, fez uma parceria com a farmacêutica Zydus Cadila, que é um laboratório indiano, que está fornecendo vacinas para o mundo. Já houve um contato com o Governo brasileiro, através do Instituto Vital Brazil, e, a partir da assinatura do contrato, nós teremos vacinas chegando daqui a 30 a 45 dias ao Brasil.

Só para os senhores terem uma ideia, teremos 5 milhões de doses nos primeiros 4 meses, ou seja, 20 milhões de doses; depois, do 5º ao 8º mês, teremos 10 milhões de doses por mês, e a partir dos últimos 4 meses, nós teremos 20 milhões de doses por mês, totalizando 180 milhões de doses para o povo brasileiro.

Portanto, Presidente, o que está faltando é apenas o Ministério assinar esse contrato para que a vacina chegue ao Brasil.

Eu quero fazer um apelo ao Ministro da Saúde, ao Ministério da Saúde, para que se evitem burocracias, porque estamos lidando com vidas humanas. Faço um apelo ao Presidente Bolsonaro: o que falta é a assinatura do contrato para que essas vacinas cheguem ao Brasil e salvem vidas.

Documento 466/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-11:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Limitação dos gastos com o auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Falecimento de servidores da Câmara dos Deputados em decorrência da Covid-19. Necessidade de adoção, pela Mesa Diretora, de medidas de preservação da saúde e da vida dos funcionários e trabalhadores terceirizados da Casa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta PEC não traz auxílio emergencial. Acho que todos e todas sabem disso. Ela apenas traz um limite para o gasto com o auxílio emergencial, e o limite é de 11 bilhões de reais por mês. Como se gastavam com o auxílio de 300 reais por volta de 25 bilhões de reais por mês, significa que esta PEC apenas limita o que se vai gastar com o auxílio emergencial, quando vier a proposta do próprio Governo. Digo isso para que sejam feitos os esclarecimentos necessários e para que não haja embuste ou enganação.

Mas eu pedi para falar, Presidente, porque, segundo notícias da imprensa, tivemos por volta de dez profissionais servidores da Câmara que faleceram pela COVID-19 só neste começo de ano ou, melhor dizendo, neste ano. Isso é mais do que o número dos que morreram durante todo o ano passado. E há um compromisso do Deputado Marcelo Ramos de discutir com os servidores e com as representações de trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - ...uma política para preservação da vida.

Presidente, acho que é muito importante que possamos possibilitar que as pessoas em situação de risco e os trabalhadores terceirizados não tenham que

estar trabalhando, que sejam preservados, que sejam preservados os seus direitos e que haja essa reunião.

Então, faço um apelo ao 1º Vice-Presidente da Casa, em razão do compromisso que foi firmado, de que receba as entidades, o sindicato dos servidores e também o sindicato dos trabalhadores terceirizados. Que essa reunião aconteça para se discutir um protocolo de preservação da vida.

Segundo a imprensa, repito, por volta de dez servidores da Câmara faleceram só este ano, Sr. Presidente. É um caso gravíssimo e que precisa de uma discussão com todas as representações dos trabalhadores, para preservação da vida das pessoas que constroem o Poder Legislativo todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obrigado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Por isso, destaco a necessidade dessa reunião. Gostaria que V.Exa. chamasse todas as entidades para uma discussão sobre que mecanismos há nesta pandemia para preservar a vida dos que constroem este Poder Legislativo.

Documento 467/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à decretação de lockdown como medida preventiva do coronavírus.
Apoio à retomada do trabalho, ao tratamento precoce da Covid-19 e à imunização do povo brasileiro contra a doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, o auxílio emergencial, como o nome já diz, é uma emergência. E qual é a solução para essa emergência? A solução é não lançar mão da ideia de fechar tudo e não fazer distanciamento. O gari, o agricultor, o pessoal da farmácia e do hospital, todos têm que trabalhar. Não existe *lockdown*. Isso é uma grande ilusão. Então, o trabalho resolve isso. As pessoas precisam trabalhar.

É claro que muita gente defende que se fique em casa, porque tem a geladeira cheia, tem salário no fim do mês ou não tem um pinto para dar água, não tem um aluguel para pagar, não tem um empregado para pagar. A solução para esse problema é trabalho, tratamento precoce e vacina - trabalho, tratamento precoce e vacina.

Documento 468/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero deixar a posição da Oposição bem clara.

Esta PEC, que eu tenho chamado de PEC da maldade, engana, porque se diz que ela traz o auxílio emergencial para quem precisa de um socorro nesta hora, mas, na verdade, ela está a castigar setores elementares do serviço público, tanto que este destaque do PSB já está tentando salvar 200 bilhões de reais que serão desvinculados das áreas de saúde, educação, assistência social, enfim, de vários segmentos do orçamento público, exatamente para ficar como a casa da mãe Joana.

Não é assim que nós queremos. Nós queremos o auxílio emergencial de 600 reais porque o Brasil precisa, o brasileiro precisa, está passando fome. Ele não pode morrer de coronavírus, mas também não pode morrer de fome.

Auxílio emergencial, sim! PEC Emergencial, não!

Documento 469/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Baixos recursos destinados ao auxílio emergencial e desvinculação de receitas tributárias de fundos sociais pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prejuízos causados à população brasileira pela propositura.



O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este destaque é um exemplo que deixa claro o que nós vimos falando.

Na verdade, o Governo acena com apenas 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial, que será de 250 reais, durante 4 meses, e acaba, não haverá mais - ou seja, é muito pouco; não vai aquecer a economia, nem vai matar a fome do povo brasileiro -, mas retira dos fundos sociais, Deputado Afonso, em torno de 200 bilhões de reais. Esse é o montante que será retirado dos fundos em 10 anos. Então, constantemente, os recursos para investimentos em educação e saúde serão destinados a outras áreas no Brasil, em valor muito maior do que esses 44 bilhões de reais. Isso vai fazer falta onde? Nas creches, nas pré-escolas, no Sistema Único de Saúde. Portanto, esta é uma PEC prejudicial ao povo brasileiro, com toda a certeza.

Documento 470/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não dá para nós ficarmos aqui assistindo à Oposição a todo instante falando inverdades, mentindo para o povo brasileiro. A PEC Emergencial, além de possibilitar ao Governo pagar o auxílio emergencial para as pessoas carentes do Brasil, promove um ajuste fiscal fundamental para que União, Estados e Municípios possam pagar os salários em dia dos servidores do nosso País. Não vejo a Oposição aqui falar nos informais, nos 14 milhões de desempregados, nos 700 mil empresários que faliram durante a pandemia no Brasil. Não ouço esse discurso.

Sr. Presidente, como todos nós sabemos, este é um momento de dificuldade, de crise e de sacrifício para que possamos atender principalmente aqueles que mais precisam no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção do Plenário desta Casa para o fato de que não dá para votar a favor desta PEC, que corta o direito de mais da metade das famílias de receber o auxílio emergencial. Das famílias que tinham direito a ele, metade não vai receber.

A segunda questão é que ela reduz também o valor da proposta inicial do auxílio emergencial, de 600 reais. Não dá para uma família sobreviver com 250 reais. Eu não posso ser a favor de deixar o Governo pagar de auxílio emergencial somente 250 reais para uma família, quando nós sabemos que o Governo pode pagar 600 reais.

Também não dá para ser a favor dessa proposta, dessa PEC, porque ela destrói os serviços públicos brasileiros. O Governo engana a segurança pública, os policiais brasileiros; o Governo engana a educação brasileira e a saúde pública. Como aceitar que um médico que está trabalhando o dobro, dedicando-se a cuidar de pacientes durante a pandemia da COVID, não vai poder ser beneficiado, ser compensado financeiramente?

Então, não dá para concordar com essa PEC, que acaba com o auxílio emergencial de 600 reais, deixando somente 250 reais, e tira o direito de recebê-lo de muitas pessoas que teriam esse direito.

Muito obrigada.

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso IV, art. 167, da Carta Magna, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, nós estamos tendo, no dia hoje, uma nova oportunidade de garantir recursos, de garantir que tenhamos um auxílio emergencial que não seja limitado a 250 reais.

É por isso que são importantes os destaques. Não se pode limitar na Constituição um teto, um valor, deixando isso engessado. Nós precisamos deixar livre, para que, se for possível, sejam pagos de auxílio emergencial 300 reais, 400 reais, 500 reais ou os 600 reais que nós defendemos. Inclusive, são recursos que voltam para os cofres do Governo.

A outra oportunidade que estamos tendo é de salvar o serviço público. O povo precisa - nós precisamos - do auxílio emergencial, mas ele também precisa de saúde, de dinheiro nos hospitais, na educação, precisa proteger os profissionais da saúde, da educação, da segurança pública. Estão aí os policiais rodoviários federais; estão aí todos os servidores públicos da área da saúde, da educação, de todos os setores.

Vamos votar "não". Vamos garantir aqui a proteção desses trabalhadores, vamos aprovar esses destaques, vamos retirar esse ataque aos servidores públicos e vamos garantir um auxílio emergencial de 600 reais, não de apenas 250 reais, como quer o Governo. Contamos com a capacidade e a solidariedade deste Parlamento com o povo brasileiro.

Documento 473/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-12:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BOCA ABERTA-PROS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Prefeito Marcelo Belinati, do Município de Londrina, Estado do Paraná, de não decretação de lockdown para combate à Covid-19.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tudo bem? (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O Governador Ratinho Júnior, do Estado do Paraná, mais conhecido como o comedor de queijo suíço, o camundongo, fez o *lockdown* no Paraná, Sr. Presidente, e deixou a cargo dos Prefeitos dos mais de 380 Municípios do Estado a decisão de fechar ou não as cidades.

Mas, como nós não temos Prefeito lá em Londrina, mas, sim, um pau-mandado, um bunda-mole, que é o "Belinóquio" - do cruzamento de Belinati com Pinóquio, nasceu o "Belinóquio" -, o que aconteceu? Ele decretou também o fechamento de todo o comércio londrinense. Cornélio Procópio tem Prefeito: o Prefeito Amin deixou aberto. O Prefeito de Cianorte também.

Mas em Londrina, a segunda maior cidade do Paraná, o Prefeito, com o coração duro, peludo, não deixa o comércio ser aberto, quebrando assim, na emenda, os comerciantes da nossa querida e amada Londrina.

Então, vai um apelo aqui, Sr. Presidente Lira, ao Prefeito Belinati: não feche o comércio! Nesta quarta-feira, agora, vai acabar o *lockdown* de mais de 10 dias. Não feche o comércio! Respeite o povo abençoado londrinense. Respeite os trabalhadores! Lava a tua cara e tira essa máscara, Prefeito londrinense!

Documento 474/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Apoio à criação do auxílio emergencial de 250 reais com pagamento em quatro parcelas.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço a atenção de todos porque nós estamos iniciando, talvez, a votação mais importante desta matéria, não só a votação mais importante para a matéria especificamente, mas talvez uma das votações mais importantes para o presente e para o futuro do País que nós tenhamos nesta Legislatura.

Eu quero iniciar esta fala abrindo aspas para três frases ditas aqui em discursos da Oposição. A primeira delas: "*Duzentos e cinquenta reais não dão*



para uma pessoa viver". É verdade. Com 600 reais, também é muito difícil e, com 191 reais, é quase impossível. A segunda frase: "Não dá para aceitar 250 reais, quando o Governo pode pagar 600". Esta é uma fala da Oposição. A terceira: "Tirar pessoas que tenham direito a receber".

Agora eu vou fazer uma comparação do que nós estamos propondo aprovar aqui com o programa de renda mínima criado pelo grupo que hoje é oposição, mas que foi governo em passado recente. Nós estamos sinalizando aqui a aprovação de um auxílio emergencial, em média, de 250 reais por 4 meses. Ele vai atender a 44 milhões de pessoas ao custo de 44 bilhões de reais. No entanto, há um programa de renda mínima criado pela Oposição quando Governo, que é o Bolsa Família. Ele paga, em média, 191 reais, portanto abaixo de 250 reais, e atende a 15 milhões de pessoas, portanto menos da metade dos 44 milhões de pessoas a que nós estamos propondo pagar aqui. Além disso, Deputado Jordy, ele custará, em 12 meses, 34,3 bilhões de reais.

Diante disso, se é verdade que 250 reais não são suficientes para a pessoa viver, por que pagavam 191 reais? Se é verdade que não dá para pagar 250 reais, quando se podia pagar 600 reais, por que não pagaram 600? Se é verdade que se retiram pessoas que tinham o direito de receber, por que cobriam 15 milhões, quando o atual programa vai cobrir 44 milhões de pessoas?

A vida não é o que nós queríamos que ela fosse. A vida é o que ela é. Nós não podemos fingir que decisões de natureza social não têm impacto fiscal e voltam, geralmente, com um custo muito mais alto para os mais pobres. Estado quebrado, país quebrado, isso não ajuda ninguém, não faz programa de transferência de renda.

Programas de transferência de renda, que estouram o preço do dólar, que fazem a taxa de juros subir, que estimulam a inflação, criam uma falsa ilusão, Deputado Laércio, como várias falsas ilusões já foram criadas neste País.

Nós vivíamos um período em que o salário do servidor público aumentava todo mês, o salário do trabalhador aumentava todo mês, bem como os preços, o dólar, a gasolina, o arroz, o feijão, o macarrão também aumentavam todo mês, muito mais do que o salário do trabalhador.

Nós precisamos perceber que decisão nós estamos tomando. Estou falando desta falsa contradição entre responsabilidade social e responsabilidade fiscal, quando não existe responsabilidade fiscal que não seja para gerar capacidade para o Estado atender às pessoas nas suas crises sociais, por um lado; e, por outro, não existe responsabilidade social num Estado quebrado fiscalmente.

O que nós estamos votando agora, meu amigo Deputado Daniel, Relator, neste destaque, que, se um ente federativo chegar a 95% de despesa obrigatória, ele não poderá fazer novas contratações de servidores nem aumentar salário. Vejamos o inverso: estão defendendo aqui que um Estado da Federação que já gasta 95% da sua receita com despesa obrigatória ainda possa contratar mais



gente e aumentar salário de servidor. É isso mesmo que estão defendendo aqui! Pode parecer absurdo, mas é isso.

Muitas vezes, nós temos dificuldade em dialogar com fraternidade e com sinceridade com o servidor público. Nós temos milhões de empresários. Setecentos mil microempresários não tiveram a receita reduzida ou o salário congelado. Setecentos mil microempresários faliram, fecharam o negócio, ficaram com renda zero. Catorze milhões de trabalhadores brasileiros estão com renda zero.

Nós precisamos dialogar com fraternidade, e todo mundo tem que ter bom senso. Eu entendo a luta política, legítima, da Oposição e sei também que, se fosse o inverso, eu faria o mesmo, porque quem estava no Governo no passado também já defendeu um salário mínimo de 1.800 reais. Mas chegou a hora de nós termos responsabilidade com o presente e com o futuro do País. Nós vamos negar ao povo brasileiro, a milhares de pessoas, que, se não dá para viver com 250 reais, pelo menos isso significa, para essas pessoas, ter comida na mesa ou não? Nós vamos negar isso a elas?

Nós podemos permitir que um Estado ou um ente federativo que já gasta 95% da sua receita com despesa obrigatória ainda possa inserir novos servidores públicos e conceder reajuste a esses servidores públicos? Nós não fazemos isso nas nossas contas de casa! E quem faz quebra a sua vida e a vida da sua família.

Portanto, minha fala é em prol do diálogo, da responsabilidade com o País. Esta fala busca entender que nós precisamos pensar no presente e no futuro. Pensar no presente e no futuro significa não só pagar o auxílio emergencial possível e responsável do ponto de vista fiscal, mas também estabelecer travas, gatilhos e garantias que mantenham o Brasil como um país fiscalmente seguro no futuro.

A conta que vem no futuro é sempre muito alta e é sempre paga pelos mais pobres. Demagogia fiscal tem preço, sempre teve. Nós já vimos reduções artificiais de tarifa de energia, e todo mundo comemorou. Depois, veio uma conta muito mais alta.

Nós precisamos refletir: ou temos responsabilidade com o País, tomamos medidas que pareçam duras neste momento, mas que apontam para um futuro sustentável do ponto de vista fiscal, ou nós caímos numa aventura que vai levar não os mais ricos - os mais ricos sempre se ajeitam -, uma aventura que vai dar um suspiro no atual momento, um falso suspiro, mas que vai trazer miséria, desemprego, desesperança, inflação e dólar alto num futuro próximo.

Eu prefiro apostar na responsabilidade, ainda que para isso tenha que pagar o preço da impopularidade neste momento. Meu compromisso com o Brasil é muito maior que meu compromisso com minha próxima eleição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Razões do posicionamento da Oposição contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dialogar exatamente com o Deputado Marcelo Ramos, que acaba de sair da tribuna.

O Deputado Marcelo Ramos disse que o valor de 250 reais, para ser dado como auxílio emergencial, é maior que o valor do Bolsa Família dado nos Governos Lula e Dilma. Mas, Deputado Marcelo Ramos, V.Exa. está comparando situações distintas. Nos Governos Lula e Dilma, foram criados 20 milhões de empregos no Brasil, e as pessoas que estavam no Bolsa Família tinham ganhos. O Bolsa Família era uma complementação à renda dessas pessoas. O salário mínimo teve a maior valorização na sua existência. Houve um aumento de 70% no salário mínimo. Assim, as pessoas que recebiam um salário mínimo valorizado mas que tinham muitos membros na família recebiam uma complementação do Bolsa Família no valor de 185 reais. Porém, elas tinham uma fonte de renda. Empregos eram gerados, assim como oportunidades nos mercados formal e informal eram geradas.

O Bolsa Família tinha o condão de ajudar a pessoa a complementar sua renda. A pessoa era uma faxineira, uma diarista; ele fazia um bico, vendia alguma coisa no mercado informal. O Bolsa Família vinha para complementar a renda dessas pessoas. O auxílio emergencial, Deputado Marcelo Ramos, vem exatamente porque a fonte de renda dessas pessoas secou. Elas não podem sequer sair de casa porque, se o fizerem, estarão correndo o risco de contrair a COVID e morrer. Portanto, elas precisam do auxílio emergencial, porque não lhes resta outra fonte de sobrevivência para lhes garantir a alimentação. Com isso, um auxílio emergencial de 250 reais é insuficiente para a sobrevivência dessas pessoas.

A comparação, portanto, é inadequada, porque se está comparando um momento nos Governos Lula e Dilma quando a economia ia bem com este momento, em que a economia está parada, depressiva, com o PIB em baixa. Hoje, nós temos 14 milhões de desempregados, e cerca de 40 milhões de

peças tiveram a renda cessada. Por isso, o auxílio emergencial é para garantir a subsistência dessas famílias, e 250 reais é um valor insuficiente para essa subsistência.

Eu queria convidar o Ministro Paulo Guedes para nós visitarmos uma família na periferia de Brasília, Deputado Renildo Calheiros, e irmos juntos a um supermercado para fazer as compras desta família, que, como se sabe, não tem outra renda para sobreviver por 30 dias. Os 250 reais não dão! Os 650 reais também não dariam.

É por isso, Deputado Marcelo Ramos, que eu trago este debate. Comparam-se coisas diferentes, momentos diferentes, economias diferentes. Nós estamos sob uma pandemia! No Brasil, nós já temos um recorde de mortos há mais de 40 dias! Ontem nós tivemos 1.951 mortos, mais de 10 mil mortos em uma semana! Nesta pandemia, este é o pano de fundo do momento. O auxílio emergencial deveria, sim, ser de 650 reais.

Sobre os servidores públicos, eu convido o Ministro Paulo Guedes a visitar, Deputado Molon, um hospital que presta assistência aos portadores de COVID. O hospital vai estar cheio, cheio de pessoas nos corredores! Foi isso que eu vi no Hospital São Paulo, na cidade de São Paulo. Os profissionais estão estressados, e já não se consegue mais contratar profissionais, enfermeiros, especialistas em UTI, Deputado Odair, Deputado Afonso Florence, Deputado Zarattini. Não se consegue mais contratar!

Esta PEC emergencial atinge de frente a saúde. A responsabilidade fiscal tem que dialogar com a responsabilidade social. Esta PEC deveria pensar na emergência da saúde, na emergência social, e não ter um olhar dogmático, ortodoxo, atrasado, como tem o Ministério da Fazenda para as contas públicas.

Este momento, Deputado Bohn Gass, é aquele em que o mundo inteiro faz gestão monetária emitindo moeda. No Brasil, esta conta pequena que tem sido feita é equivocada.

Alguns disseram que este destaque mata esta PEC. Ora, se esta PEC é para impedir a progressão do salário dos policiais, se esta PEC é para impedir a atualização - não o ganho salarial - dos salários dos professores, se nós tirássemos esse impedimento e matássemos a PEC, ela não teria sentido de subsistir, já que se trata de serviços essenciais.

Aqui, falou-se do pobre. Quem vive e precisa de serviço essencial é o pobre. É o pobre que precisa de escola pública, é o pobre que precisa de saúde pública, é o pobre que precisa de assistência social, é o pobre que precisa de segurança pública. Quem mora em condomínio fechado tem segurança privada. É o pobre que precisa da polícia, para ela passar na frente da casa dele. Por isso, nós estamos dialogando aqui com os pobres.

Esta PEC é fruto da maneira obtusa do Ministro da Fazenda de enxergar o mundo. Ele não conhece o Brasil, Deputado Marcelo Ramos, como V.Exa.

conhece. Ele não conhece o que é uma periferia em Manaus. Ele não foi ver no hospital de Manaus a falta de oxigênio. Ele não foi ver como estão vivendo as equipes de saúde em todos os hospitais deste País, que já não têm mais leitos de UTI. O país que o Ministro da Fazenda pensa não é o Brasil do povo brasileiro. O país que ele pensa é a vivência que ele tem da Zona Sul de São Paulo e do Rio de Janeiro, de Nova York e de Londres, onde ele convive. Ele não convive com a vida real daquele que pega ônibus de manhã, não importa se o ônibus esteja cheio, submetendo-se a contrair um vírus que pode levá-lo à morte. A sobrevivência é o que vale e o que precisa ser atendido para essa pessoa.

Esta PEC é uma tentativa de fazer uma chantagem com o povo brasileiro: eu dou uma migalha e tiro dos servidores públicos, dos recursos da área de segurança, da saúde, da educação e do serviço social. É uma chantagem, Deputado Carlos Veras! É uma chantagem, Deputada Talíria Petrone, o que se pretende fazer com o povo brasileiro! Nós não podemos aceitar essa chantagem, Deputado Rogério Correia, sob pena de dizermos ao povo brasileiro que nós não defendemos o auxílio emergencial de 600 reais, que não permitimos a contratação de enfermeiros, de auxiliar de enfermagem, da pessoa que vai produzir comida nos hospitais deste País.

Por esta razão, esta PEC não pode não ter esses destaques atendidos. Nós temos que atender ao povo brasileiro e dizer que queremos 60 milhões de pessoas no auxílio emergencial, queremos 600 reais de auxílio emergencial e temos que garantir este benefício até o fim da pandemia. Enquanto o povo brasileiro não for vacinado, e o programa de vacinação é fruto desta maneira atrasada deste Governo, ele não poderá retomar seu cotidiano e sua sobrevivência.

É por esta razão que nosso Partido dos Trabalhadores, junto com o PSB, o PCdoB, o PSOL, o PDT e com a REDE, estamos votando contra esta PEC.

Nós queremos um auxílio emergencial de 600 reais para 60 milhões de brasileiros. Nós queremos que não se mexa na possibilidade de prestação de um serviço público adequado e decente para todo o povo brasileiro. Nós somos contra a chantagem que esta PEC quer fazer neste momento e que nós não podemos aceitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e povo brasileiro.

Documento 476/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção de direitos adquiridos dos servidores públicos, especialmente dos profissionais da segurança pública, no processo de apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a principal ferramenta de trabalho do policial é o próprio policial. Não é a viatura que importa, não é o armamento. Se não valorizarem o policial, de nada adianta viatura nova ou armamento possante.

Nós estamos aqui defendendo que a União não interfira nos Estados a ponto de comprometer o direito já adquirido, previamente estabelecido em lei, de progressão na carreira, não só para os policiais e bombeiros militares, mas também para os policiais civis; no plano federal, para a Polícia Federal e Rodoviária Federal.

A pressão, e a percepção, de um grande prejuízo está no conjunto dos servidores, mas também na saúde, mas também na educação, mas também na receita. O Estado não funciona sem recursos humanos.

O que nós estamos pedindo é que se reconheça a importância desses recursos humanos, desses profissionais.

Documento 477/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos dos servidores públicos e de recursos da saúde pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, aqueles que gritam "mito" para o Presidente, nos aeroportos e nas praças, hoje estão vendo o poder da traição. Ele está pagando com traição os servidores, tirando-lhes a progressão, porque ninguém, Deputado Marcelo, está pedindo aumento salarial.

Além disso, em meio à pandemia, além de criar, com austeridade fiscal, um subteto dentro do teto de gastos, a PEC 186 retirará recursos e ações do

servidores públicos de saúde, ao desvincular dos *royalties* do pré-sal, cujo montante de 25% é destinado à saúde. Ou seja, a PEC ainda mete a mão no dinheiro do SUS!

Então, vamos parar de mentir e fazer fila de governista para ganhar tempo e garantir os votos.

Encerre a votação, Presidente. Vamos encerrar e ver quem vai votar para criar subteto da Emenda nº 95, aplacar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 478/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALUISIO MENDES-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alerta aos Deputados sobre os prejuízos causados ao País, no caso de aprovação do requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito importante - eu aqui falo pela segurança pública, porque sou integrante dos quadros da Polícia Federal - que tenhamos muito cuidado com o destaque que estamos votando, porque ele desfigura completamente a PEC e causará um grande prejuízo ao País.

Há uma negociação que já está sendo encaminhada do destaque específico, para que as classes da segurança pública sejam contempladas na PEC.

Então, eu faço um apelo aos que estão encaminhando contra o texto e a favor da emenda para que aguardem mais um pouco, porque nós estamos revertendo essa questão em relação às forças de segurança pública.

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes governistas de retirada de dispositivos prejudiciais aos servidores públicos, constantes no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peça 1 minuto.

O Deputado Aluisio Mendes, provavelmente por causa do prognóstico de derrota do Governo com a aprovação do Destaque nº 14, que vai estancar o arrocho salarial do funcionalismo, acenou para os profissionais de segurança. E nós o saudamos por isso.

Entretanto, queremos fazer um apelo aos Líderes do Governo: e os profissionais da educação? E os profissionais da saúde? E os servidores públicos, que estão agora cuidando da dona de casa, do trabalhador, à frente da pandemia? Há um número expressivo de mortos entre os profissionais da saúde!

O Governo não pode propor agora uma solução só para fazer maioria no plenário. Retire o arrocho salarial do setor de segurança, mas retire o arrocho também da saúde, retire-o também da educação!

É o apelo que faço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados da área de segurança pública de manutenção do voto contrário à aprovação de requerimento de destaque oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço um apelo a V.Exa. para que possamos votar. Acabamos de ver aqui um Deputado fazer uma promessa que não pode ser objetivada, a de que vai fazer um destaque especial. Mentira! Não pode haver mais destaque.

A verdade é que a segurança pública vai perder, dependendo dos votos dos Deputados que representam a segurança pública. Está na mão deles - nós sabemos muito bem disso. Por isso, está havendo uma manobra do Governo para tentar apontar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Rogério, V.Exa. sabe que regimentalmente - desculpe, mas estamos aqui conversando - é possível apresentar novos destaques no segundo turno.

A conversa que V.Exa. estava presenciando não era sobre novos destaques para o primeiro turno, que já estão apresentados, mas sobre a possibilidade de um acordo de destaques para o segundo turno. Vamos evitar que as versões não sejam colocadas de maneira correta ao Plenário.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, mas isso não invalida o meu apelo em prol dos servidores da saúde e da educação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Não, o seu apelo é correto, Deputado. O seu apelo é democrático.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - No segundo turno só pode haver destaques supressivos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Eu só estou fazendo aqui, por justiça...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Então, a solução é aprovar o nosso destaque, que viabiliza a solução do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Não, não.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - No segundo turno, só destaques supressivos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Rogério Correia, vou dar mais 1 minuto a V.Exa. Eu o interrompi somente para deixar claro, com toda delicadeza, que estava sendo apresentada ao Plenário a possibilidade da construção de um destaque para o segundo turno da PEC. Foi só uma correção.



O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Presidente, agradeço a V.Exa. o cuidado que teve com minha fala, mas o Deputado a que me referi não disse absolutamente nada disso. Ele acenou com algo que nós não acreditamos que vá acontecer para garantir a votação dos Deputados da segurança pública. Mas o povo já está sabendo que os votos dos Deputados da segurança pública é que serão definidores. É preciso cobrar agora desses Deputados da segurança pública qual será o voto deles, porque, sinceramente, não acreditamos que haverá alguma emenda que vá alterar a situação no futuro.

Por isso, minha fala foi no sentido de que precisamos ir à votação, em vez de ficar esperando pelo cumprimento de uma promessa do setor da segurança pública que, no meu entendimento, na minha opinião, não será concretizada. Policiais militares, policiais civis do Brasil inteiro estarão sendo enganados se, nesta votação, nós não conseguirmos retirar esse destaque.

Por isso, peço aos Deputados da segurança pública que mantenham o voto contrário, porque, evidentemente, isso será de conhecimento público daqui a pouco.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 481/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --LUCIO MOSQUINI-MDB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. LUCIO MOSQUINI (MDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós precisamos manter, até mesmo para que os Estados possam se comportar perante este momento de pandemia que nós estamos vivendo.

Todos aqui somos a favor do auxílio emergencial, mas o bolo do Governo é um só. Não se tem como cortar o bolo de um lado sem diminuir o seu tamanho do outro lado

Esse destaque força os Governos Estaduais a tomar medidas de ajuste fiscal, de controle de despesa, mas isso também não impede que cada Estado faça o seu dever fiscal.

Nós orientamos cada Parlamentar a pensar também no seu voto de responsabilidade. Nós queremos dar o auxílio emergencial, mas também precisamos que os Estados assumam a sua parcela no controle da despesa.

Obrigado, Presidente.

Documento 482/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pressão exercida pelo Governo sobre os Deputados para mudança de posicionamento da votação do requerimento de destaque supressivo do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, vimos agora o Líder Vitor Hugo se comprometer, no segundo turno, com um destaque em relação às promoções do setor da segurança.

O debate aqui tem sido feito em dois níveis: concepção econômica e prioridades. A concepção econômica do ajuste fiscal tem maioria na Casa. Nós, que somos minoria, achamos que não é contraindo o investimento público que se consegue fazer rodar a economia, que não é assim que as pessoas vão consumir e fazer rodar o ICMS, o ISS, o PIS, a COFINS, mas essa é a posição do Governo.

Entretanto, nós temos que fazer um apelo ao Governo.

Não podemos ficar com uma solução de promoção num destaque de segundo turno que favorece apenas o setor de segurança, para a matéria ser aprovada no plenário, e manter o arrocho de salário do servidor público dos Governos Estaduais e Municipais, da saúde, da educação e de todos os segmentos.

Presidente, nós temos um destaque em votação e nós já ultrapassamos o quórum da última votação. Nós já podemos encerrar a votação, proclamar o resultado e negociar. Nós estamos abertos à negociação, mas o Governo pressionar os Parlamentares que votaram "não" para reverterem o voto para "sim" não é oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Eu ainda disponho de 35 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Não, estava desligado. Eu estou lhe fazendo uma deferência. V.Exa. já falou por 3 minutos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Muito obrigado, Presidente.

Documento 483/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Empenho da oradora na retirada de dispositivos prejudiciais aos servidores públicos civis e militares, constantes no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria fazer apenas uma consideração. O Líder do Governo tem falado sobre, no segundo turno, retirar os militares.

Independentemente do debate regimental e de tudo o que já foi discutido pelos outros colegas da Oposição, eu quero alertar que nós estamos lutando pelo conjunto dos servidores públicos, inclusive pelo conjunto dos servidores da segurança pública.

Se se excluíssem só os militares, não tirariam os policiais civis, não tirariam os policiais rodoviários federais, não tirariam o conjunto das profissões de segurança pública, que está também mobilizado com a União dos Policiais, que estão aqui em Brasília lutando contra o ataque às suas carreiras.

Nós queremos, por óbvio, preservar os professores e os trabalhadores da saúde. Quem salva vidas, neste momento da pandemia, sequer terá o reajuste da inflação! Farão o massacre de quem salva vidas para atender à lógica de mercado dos banqueiros.

Obrigada, Presidente.

Documento 484/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

DISCURSO

Sumário

Redução salarial do funcionalismo público.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, 80% dos servidores que tiveram o último reajuste em janeiro de 2019 vão estar neste ano com uma perda de mais de 21%. Então, há uma diminuição real dos salários.

Há uma concepção de que é preciso restringir em crises os investimentos e a possibilidade de arrecadação do Estado. Isso é um verdadeiro engano, e o Brasil tem sido vítima desse engano nos últimos anos. É preciso fazer com que nós ampliemos a arrecadação, para que o Estado possa retomar o seu crescimento, restabelecer cadeias produtivas e, a partir daí, fazer com que o Brasil saia da crise.

Agora, mesmo que o Estado esteja com algum nível de endividamento ou algum nível de comprometimento, UTIs são necessárias, e UTIs precisam de pessoas. E eu fico me perguntando como é que alguém vai votar no fato de não poder haver contratação. Vão expor os servidores da segurança, da educação, da saúde e da assistência...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 485/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Necessidade de retomada do auxílio emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Prejuízos causados aos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos numa pandemia enfrentando uma verdadeira tragédia humanitária com tantas pessoas mortas.

O Brasil precisa neste momento de respostas para a pandemia. O Brasil precisa neste momento de vacinação e de auxílio emergencial decente para atender às expectativas do nosso povo.

Infelizmente, na discussão dessa PEC há uma armadilha.

Eles estão querendo empurrar, junto com um auxílio emergencial minguado, uma série de medidas que sempre foi plataforma ultraliberal, na tentativa de sempre demonizar os servidores públicos.

O que está em jogo não são apenas os policiais que nós defendemos mas também os profissionais da educação, da saúde, de amplos setores que atendem e são importantes para a sociedade, sobretudo para os mais pobres.

Por isso, nós temos que abrir a votação. Vamos encerrá-la e conferir a vontade deste Plenário.

Documento 486/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu insisto naquilo que falei há pouco, em resposta às acusações, às afirmações que não procedem da Oposição. Ninguém está aqui votando contra o servidor público. Nós temos o maior respeito pelos servidores públicos deste País, que, na saúde, na segurança, se colocam como escudos humanos para salvar vidas, mas temos também que nos preocupar com os demais brasileiros, com os informais, com aqueles que tinham pequenas e microempresas e faliram na pandemia, com a crise econômica.

Sr. Presidente, estamos votando essa PEC que possibilita o pagamento do auxílio emergencial e promove um ajuste fiscal necessário neste momento de pandemia, de crise, pensando no futuro do Brasil.

Documento 487/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Natureza desastrosa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de maneira muito clara, estamos a garantir, de minuto em minuto, que o Governo busque um quórum de votação. Eu só espero que o Ministro Ramos, com todo o respeito, não esteja a distribuir flores, porque elas não chegarão aos leitos de UTI, onde os tomadores de conta de cabeceira de leitos precisam ser substituídos por terceirizados.

Todo mundo sabe que a condição do custeio pode chegar sim a 95%, com os cortes orçamentários. As universidades não têm dinheiro para funcionar. O custeio foi demonizado por Guedes, como se fosse gasto e não investimento. No mundo inteiro se põe dinheiro na mão do povo para girar o mercado. Com essa PEC, tira-se a possibilidade de carreiras legais do serviço público continuarem fazendo girar o mercadinho do Município, o mercado como um todo nos Estados. Essa PEC é um desastre!

Abre o painel, Presidente. Nós...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 488/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

DISCURSO

Sumário

Repúdio às medidas prejudiciais aos servidores públicos, preconizadas na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a pressão exercida pelo Governo sobre os Deputados para aprovação da propositura.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Prazer, Deputado Arthur Lira.

Como professora e como funcionária pública aposentada, eu gostaria muito que esse painel fosse aberto e que cada um de nós nesta tarde respondesse pelo nosso voto, como fazemos com todas as discussões na sociedade brasileira.

Nós não podemos colocar no texto constitucional que daqui a 15 anos vamos rever as condições dos profissionais. É injusto o Governo ficar pressionando Parlamentares. Nós somos livres, independentes, fomos eleitos pelo voto do povo. Ano que vem, a maioria vai estar nas ruas pedindo voto novamente.

Não é pelo voto aqui. É pela qualidade da vida das pessoas que entregam o serviço público na ponta. Então, é nosso direito dizer como o País deve andar. Somos nós que ajudamos a escrever a história como Parlamentares. Estamos ouvindo o povo.

Documento 489/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo está preocupado porque esse aqui é o centro da questão do ajuste fiscal. O que acontece aqui?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Esse destaque merece todo o respeito. Além de ser um destaque do PT, merece todo respeito e cuidado. É um destaque importante. Nós precisamos ter cuidado com esse voto, porque isso pode influenciar realmente muita coisa, inclusive na manutenção dos pagamentos de salários nas progressões de carreiras.

Então, é importante ser discutido. Por isso, estou tendo aqui a amplitude de democratizar o debate.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, é esse o apelo que nós queremos fazer.

Nós estamos sentindo que o Governo está trabalhando para mudar o voto, mas nós estamos aqui defendendo o serviço público. Quando nós falamos do serviço público, nós falamos da enfermeira que vai neste momento da COVID intubar uma pessoa que está morrendo.

O que o Governo quer? Que essa pessoa que está lá ajudando as pessoas que estão morrendo não tenha progressão no seu salário.

Nós estamos falando aqui, Presidente, do grave problema da segurança no País. É o brigadiano, é o policial militar, é a Brigada Militar. Os Estados e Municípios também terão que fazer o seu teto de gastos. O teto de gastos aprovado aqui tirou milhões da saúde, tirou milhões da educação, tirou milhões da segurança. Não permitiu novos investimentos em áreas importantes.

Nós somos contra esse teto de gastos, porque isso é bom para o banqueiro, é bom para o endinheirado, é bom para quem tem muito dinheiro. Agora, para a população que precisa do serviço na ponta não tem.

Então, o teto de gastos agora vai passar também para os Estados, também para os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então, Presidente, além de pedir investimentos, eu quero chamar a atenção para o último ponto, o tema do salário mínimo. Inclusive o Governo não precisará mais reajustar salário mínimo acima da inflação. Vai ficar congelado o salário.

Isso significa que, em época de crise, não vai ter investimento no consumo. O comércio não vai vender, a indústria não vai produzir, emprego não será gerado.

Então, Presidente, sob todos os aspectos, essa emenda precisa ser aprovada.

Por isso, é "não" ao texto, para que a emenda possa ser aprovada.



Documento 490/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JUNIO AMARAL-PSL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de direitos dos profissionais da segurança pública, preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JUNIO AMARAL (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, todo mundo sabe que o meu posicionamento em 99% das vezes é no sentido de ajudar o Governo, tentando colaborar com as reformas do País.

Infelizmente, as pessoas responsáveis pela construção desse texto se colocaram como indiferentes a uma realidade da segurança pública, em especial com o que está acontecendo.

Analisando a situação, não é possível neste momento toda essa indiferença. Por isso há esse risco todo de desidratação, que não deveria acontecer, e estamos nos posicionando dessa forma.

Documento 491/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância do equilíbrio das contas públicas.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que temos que fazer um esforço aqui de não permitir que as versões superem a realidade do que está escrito no texto.

É verdade tudo que o Deputado da Oposição acabou de dizer, mas faltou ressaltar que todas essas restrições só existem quando o Estado chegar a 95% de gasto obrigatório. Portanto, o que a Oposição está sustentando é que

um Governador ou um Prefeito que comprometa 95% da sua receita com gasto obrigatório ainda possa aumentar esse gasto obrigatório. Não, Presidente, é contrário.

Eu tenho a mais absoluta convicção de que quem está garantindo salário de servidor público aqui sou eu! Quem está garantindo salário e pagamento de servidor público, quem está garantindo manutenção de escola, quem está garantindo custeio de hospital sou eu!

Esse descompromisso com o equilíbrio das contas públicas fez quebrar o Estado do Rio de Janeiro, fez atrasar salário de servidor do Rio Grande do Sul, fez Minas Gerais não conseguir sustentar o seu custeio. Não somos nós que estamos defendendo o servidor público porque estamos defendendo que o Estado brasileiro tenha capacidade no futuro de continuar pagando salários, de continuar sustentando o custeio de hospitais e de escolas.

Vamos olhar para um passado recente. Foi esse discurso de que não precisava se preocupar com responsabilidade fiscal que fez o Rio ir à bancarrota, que fez o Rio Grande do Sul ir à bancarrota, que fez Minas Gerais ir à bancarrota. E sabem qual foi a conta e quem pagou essa conta? O servidor público, com salário atrasado, com aposentadoria atrasada, com falta de recurso para pagar custeio de hospital, para pagar custeio de escola.

Então, que fique claro que as restrições só existem após o Estado alcançar 95% de despesa obrigatória. E Estado que alcança 95% de despesa obrigatória, se quiser preservar salário de servidor, se quiser preservar escola, se quiser preservar hospital, não pode aumentar mais ainda a despesa com custeio, a despesa obrigatória. É simples assim. É uma questão matemática e confirmada pela experiência histórica do nosso País em vários Estados e em vários Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 492/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos civis e militares, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dialogar fraternalmente com o Deputado Marcelo Ramos e dizer que já fizemos diversos ajustes fiscais no Brasil.

Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos o teto de gastos, estabelecido pela Emenda nº 95. Nós já temos todos os controles necessários para que haja a contenção dos gastos excessivos. O que nós não aceitamos neste momento é que essa conta, mais uma vez, caia sobre os ombros dos servidores públicos. Nós estamos falando de policiais que vão fazer o enfrentamento nas ruas. Estamos falando dos professores e professoras, que dependem da progressão, como também os policiais. Estamos falando dos profissionais da saúde que estão lá no enfrentamento à pandemia.

Então, não faz sentido mais um teto para poder reprimir as carreiras dos servidores públicos no nosso País. É esta a discussão que nós queremos fazer. Por que, em vez de discutir teto para afetar o servidor público, nós não discutimos teto de gastos para conter a sangria dos recursos públicos para o mercado financeiro? Por que nós não discutimos a dívida pública? Por que nós não discutimos a transferência de recursos para os banqueiros? Por que isso só recai nas costas dos mais pobres, dos servidores públicos?

Já chega de demonizar o servidor público! Já chega de tratar o servidor público como vilão! Não são vilões, são heróis da resistência, que lutam todo dia para garantir a efetividade das políticas públicas. É esse diálogo que nós precisamos fazer.

Não podemos aceitar esta camisa de força. Não podemos aceitar esta imposição.

A nossa luta é esta, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 493/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a média salarial de 89% dos servidores públicos no País. Repúdio ao ajuste fiscal promovido pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Prejuízos causados aos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Natureza acintosa do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal.



Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro, com relação à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Natureza desastrosa do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muita obrigada.

Sr. Presidente, é importante dizer à sociedade brasileira que médicos, enfermeiros, professores, merendeiras das escolas públicas são servidores com salários médios em torno de 2.500 reais. A média salarial de 89% dos servidores públicos do Brasil é de menos de 5 mil reais. Então, essa história do privilégio precisa ser completamente aniquilada aqui, hoje, porque não tem qualquer vínculo com a verdade.

A mesma coisa é o que se diz do Bolsa Família. O Bolsa Família era uma renda complementar. O FMI soltou um *report*, neste início do ano, em janeiro, deixando claro que o mundo inteiro faz incentivo, faz impulso fiscal.

Guedes, de uma escola atrasada, defasada, completamente superado, vem com essa história de um ajuste fiscal, numa contenção absurda para pôr a fome para mais... (*Falha na transmissão.*)

Essa PEC reparte a miséria, para dar uma migalha como auxílio emergencial; em tese, porque nem isso a PEC garante. Duzentos e cinquenta reais é um acinte, é um escárnio com a população brasileira. Nós estamos vendo a dificuldade das corporações de votar essa PEC. É uma forçação de barra querer que um policial Deputado vote nisso, e mesmo um general.

A verdade é que isso mexe com as estruturas que estão hoje expostas, que estão hoje nas ruas. As forças policiais sofrem um alto índice de contaminação, porque efetivamente estão nas ruas. Os enfermeiros, os farmacêuticos, os médicos, aqueles que estão nos hospitais, os maqueiros de ambulância, os motoristas de ambulância, todos esses estão numa circunstância extremamente difícil, porque já estão se contaminando com as novas cepas, mesmo vacinados - mesmo vacinados!

A atitude do Governo com a vacina é criminosa, é genocida, e isso precisa ser tratado, porque o Brasil está no mundo como um país de risco sanitário, como uma ameaça sanitária ao mundo. Então, não é possível que o mundo inteiro, inclusive o FMI, vá num impulso fiscal e o Brasil vá na retração e na retirada de direitos.

Eu vejo que V.Exas. estão com dificuldade de conseguir a votação. É muito difícil ter acordo. Eu sou servidora, sou líder de servidores, dirigi a FASUBRA com muito orgulho. Eu quero dizer a V.Exas. que não há acordo com a possibilidade de mexer em carreiras que foram trabalhadas mitigadamente. Com a Polícia Rodoviária Federal, eu sentei e participei de todo o processo de construção, da exigência do nível superior, da garantia efetiva, de subsídio

adequado para quem mais reprime o tráfico de drogas no Brasil. Há uma legião de sequelados, uma polícia cidadã que vai ficar estagnada por 15 anos porque Paulo Guedes quer, aumentando o lucro dos bancos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho clamado por abrir esse painel, porque sei que, quanto mais falamos, mais tempo V.Exas. ganham para capturar almas, que serão depois denunciadas à população. Objetivamente, nesse sentido, rogo que abram o painel e mostrem à sociedade brasileira quem é o Deputado militar, policial, que vai votar contra a sua categoria. Parte dessa categoria grita, chama Bolsonaro de mito. Na verdade ele devia se chamar mentiroso. É o que está se vendo hoje aí.

É nessa circunstância que apelo para que V.Exa., Presidente, encerre a votação e dê o escore à Nação brasileira. Estamos aqui aguardando há mais de 1 hora a abertura do painel.

Não é verdade, infelizmente, Deputado Marcelo Ramos, que nós estamos tendo uma precaução para os 95% de gastos. Abra as contas, Deputado. Vamos ver as contas nas universidades, vamos ver se não chegam a 95% do que recebem de orçamento. Tudo subiu, e houve estagnação e corte desde Weintraub.

Este Governo é um desastre. Prefeitos se aglomeraram na Câmara dos Deputados e fizeram fila para pedir emenda aos Deputados, porque a arrecadação de seus Municípios não garante o funcionamento das políticas públicas, muito menos de obras e de investimentos. Nós não vimos isto: o aumento da contaminação, pela aglomeração, pela multidão que aí esteve, na semana de fecharmos o Orçamento?

Documento 494/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos civis e militares pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra o valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal e a redução do número de beneficiários.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Queria chamar a atenção deste Plenário: neste momento, nós temos centenas e centenas de pesquisadores dentro dos institutos de pesquisas, milhares de médicos, profissionais de saúde, dentro dos hospitais brasileiros e milhares de profissionais da segurança pública nas ruas, tentando cuidar do povo brasileiro.

Nós temos a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, as Polícias Militares, os trabalhadores em educação, os trabalhadores em saúde e os pesquisadores sendo injustiçados por uma PEC que traz embutida a reforma administrativa. Isto é injusto: um servidor trabalhar e não poder receber por aquilo que ele produz, não poder ter a sua progressão. A PEC é ainda mais injusta quando corta em mais da metade o número de pessoas que teriam o direito de receber o auxílio emergencial e não vão receber.

É pouco o valor de 250 reais para uma família sobreviver. Nós precisamos manter os 600 reais. É para isso que nós estamos apelando aqui. Não dá para - enquanto a pandemia aumenta, piora, com mais mortes ainda - o povo não ter dinheiro para comer, e o servidor público saber que vai passar a noite trabalhando e não vai poder ter progressão no seu salário, não vai poder ter vantagens. Assim estão se sentindo os trabalhadores da segurança pública, os médicos profissionais de saúde, os pesquisadores dentro dos laboratórios, os trabalhadores em educação: enganados pelo Governo Bolsonaro. Todos foram enganados por um Governo que manda para esta Casa uma reforma administrativa dentro de uma PEC que acaba com o auxílio emergencial.

Nós não podemos achar que estamos trabalhando corretamente quando este Parlamento se permite cometer tanta injustiça contra os servidores públicos e contra os pobres deste País. É preciso corrigir as injustiças. O Governo Bolsonaro está atendendo ao Guedes, que aos bancos, mas nós, esta Casa, tem que atender ao povo que precisa.

Muito obrigada.

Documento 495/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do apoio do orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, à chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância do ajuste fiscal para o equilíbrio das contas públicas. Importância do pagamento em dia dos salários do funcionalismo.



O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo uma crise sem precedentes no Brasil. Portanto, a crise enseja sacrifícios de todos os segmentos.

Eu quero fazer menção à reflexão que fez o nosso Vice-Presidente, Deputado Marcelo Ramos. A busca do equilíbrio fiscal se traduz na preocupação também com os servidores públicos, na preocupação com o salário em dia dos servidores públicos. Os servidores públicos não estão preocupados com aumento, estão preocupados em receber o seu salário em dia. É isso que nós temos que manter neste momento de crise econômica e de pandemia.

Portanto, aqui ninguém está votando contra ninguém. Nós estamos votando pensando no Brasil, no futuro do País. Estamos votando pensando nos servidores. Estamos votando pensando nos caminhoneiros, nos informais, nas microempresas que faliram. Estamos pensando na retomada econômica pelo Brasil.

Essa PEC possibilita o auxílio emergencial e o equilíbrio fiscal, fundamental para o nosso País, Sr. Presidente.

Documento 496/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Vinculação entre o recebimento de salários pelos servidores públicos e o cumprimento, pelo Estado brasileiro, do limite de gastos com despesas obrigatórias, preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero concordar com a Deputada Perpétua, que disse não ser justo que servidores não recebam o que merecem pelo seu trabalho, e é justamente a irresponsabilidade fiscal, é justamente permitir que o Estado ultrapasse mais de 100% do seu orçamento com despesa obrigatória que vai fazer com que o servidor não receba o que merece! Foi justamente isso o que lá no Rio Grande do Sul fez o servidor não receber o que merece! Ele nem recebeu o salário, porque o Estado não tinha dinheiro para pagá-lo. Vamos repor a verdade neste debate! Não é uma suspensão eterna, é uma vedação temporária e apenas para quem alcança 95% de despesa obrigatória.



Imagine uma pessoa que já está com 95% do seu orçamento doméstico comprometidos com a doméstica, com a babá, com a conta de energia, com a conta de água, com o aluguel e resolve contratar mais três domésticas ou dobrar o salário da sua doméstica. É nobre? É nobilíssimo! No entanto, não é sustentável. O que estão propondo aqui não é sustentável.

Eu repito: entendo e respeito democraticamente a luta política travada pela Oposição, mas eles sabem que o discurso deles não cabe no orçamento público e eles sabem que o preço final do resultado desse discurso é mais pobreza, mais miséria, mais inflação, dólar mais alto e atraso de salário de servidor público por falta da capacidade do Estado de pagar. Eles sabem disso, Sr. Presidente!

Documento 497/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Construção de acordo em benefício dos servidores públicos civis e militares, no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um acordo sendo construído no Plenário. Esse acordo com os partidos envolve o atendimento a uma demanda de servidores públicos, todos eles: policiais militares, guardas municipais e também os demais servidores públicos.

O nosso Relator falará aqui dos artigos que serão suprimidos. Sendo esses artigos suprimidos, serão permitidas a progressão e a promoção a todos os servidores públicos de todos os entes da Federação. Se esse acordo for feito - aqui estou falando pelo Governo, que apoiará esse destaque no momento adequado, que é o segundo turno -, o Relator poderá acatá-lo, se for o caso.

Então, o Deputado Daniel Freitas explicitará os artigos que esse acordo envolve, o que permitirá a todo servidor público brasileiro progressão e promoção quando for acionada a cláusula de calamidade.

Eu passo a palavra ao Deputado Daniel Freitas, Relator da matéria. Através da explicação que ele fará, faço um apelo aos Parlamentares ligados às polícias e aos servidores públicos em geral - e que inclusive pertencem a essas categorias - para que revertam os seus votos neste destaque a fim de que nós

possamos manter o texto do Relator neste primeiro turno e acatar o destaque no segundo turno, Sr. Presidente.

Esse é o acordo que foi construído e que eu aqui verbalizo em nome do Governo.

Documento 498/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DANIEL FREITAS-PSL -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de reconsideração do voto aposto ao requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DANIEL FREITAS (Bloco/PSL - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu reitero o apelo feito pelo Líder do Governo para que, neste destaque, sejam reconsiderados os votos de alguns Deputados, pois o Governo entende que vai abrir mão de alguns pontos, mesmo prejudicando de forma substancial algumas questões desta PEC, em seu art. 109, §§ 5º e 6º, e também no art. 167-A, inciso II, § 5º. Isso vai permitir, então, a todas as categorias - que fique muito claro: não se trata de uma exclusividade para a área de segurança -, as progressões e as promoções. Com essas supressões - e por serem supressões -, não precisaremos atrasar a votação, fazendo com que a matéria volte para o Senado.

Então, fica aqui o apelo para que os Deputados reiterem o seu voto neste destaque, porque isso acaba com a nossa PEC, e para que nós possamos, então, fazer o mínimo possível de estrago, a fim de que o Brasil possa avançar, e nós possamos aprovar a PEC em segundo turno o mais rápido possível. Esse é o apelo do Relator.

Muito obrigado a todos.

Documento 499/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Realização de negociações entre Líderes partidários a respeito da progressão funcional de servidores públicos, no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos ao lado dos Líderes dos partidos e das Líderes da Oposição. Ouvimos a proposta dos Líderes do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Líder Ricardo, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Agradeço a compreensão do Deputado Henrique Fontana.

Estamos ao lado das Líderes e dos Líderes dos partidos da Oposição. Negociamos diretamente com o Deputado Vitor Hugo. Ele detalhou incisos e artigos que se dispõe a colocar no destaque, para supressão, e, assim, atender à possibilidade de progressão funcional em carreiras da administração pública dos entes subnacionais em casos de calamidade. Entretanto, os partidos de oposição pleiteiam a possibilidade de investimento e de garantia de progressão do salário mínimo, para o qual não houve acordo até o momento.

Eu tinha que dar esse informe.

Agradeço a V.Exa. Obrigado.

Documento 500/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Efeitos danosos da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Redirecionamento da economia brasileira.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

É interessante a coincidência de eu falar logo após o Relator.

Até ontem, Deputada Alice, Deputado Pompeo, esta PEC parecia ser a salvação do Brasil. Agora, ela começa a ser mudada, mas insuficientemente, porque, na realidade, garroteia o futuro da economia brasileira. É o contrário do que o meu amigo, Deputado Marcelo Ramos, disse: este círculo vicioso do fanatismo liberal de corte de salários, de corte do poder de compra das famílias gera mais recessão, menos arrecadação e, depois, mais cortes. Este é o círculo vicioso da recessão que o Brasil está vivendo, Deputado Danilo Cabral.

É preciso mudar a política econômica, pois dois terços do PIB são poder de compra das famílias. Se se asfixia o poder de compra das famílias, asfixia-se a economia.

Documento 501/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados, em especial aos vinculados à segurança pública, de reconsideração do voto com relação ao requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho comunicar que o acordo atende aos colegas da segurança pública e de todas as outras áreas.

Mas antes de V.Exa. abrir o painel, eu gostaria de pedir que todos os membros da base da segurança pública e de outras áreas alterem o seu voto para "sim", cumprindo, assim, o acordo, tendo em vista que, conversando com as bases da segurança pública, a progressão e a promoção era o que nós defendíamos desde o princípio. Nós, da base da segurança pública, aceitamos o acordo com o Governo e alteramos o voto para "sim".

Então, peço a todos os colegas, todos os pares que alterem o seu voto, para que possamos, assim, atender ao pleito do Governo e, por consequência, atender não só à segurança pública, mas a todas as outras áreas do funcionalismo público. Esse acordo do Governo estende-se a outras áreas.

Eu tenho certeza absoluta de que, assim, o Governo vai estar cedendo um pedaço, vai estar estendendo uma mão, um braço, mas não vai perder o corpo.



De fato, nós estávamos apoiando a emenda, cujo impacto é muito grande, mas era a única alternativa. Nós não iríamos abandonar a segurança pública jamais. Mas, com esse acordo, estamos convictos de que iremos atender àquele pleito dos nossos guerreiros, aquilo que nos foi solicitado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a todos que mudem o seu voto para "sim", confiando em que o nosso Presidente, juntamente, com o Governo e com o Relator, irá cumprir aquilo que foi acordado em plenário.

Documento 502/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --VITOR HUGO-PSL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados, em especial aos vinculados à segurança pública, de reconsideração do voto com relação ao requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um último apelo a todos os Deputados da área da segurança pública e a Deputados que votaram neste momento "não" para que revertam o seu voto para "sim", pela manutenção do texto. É importantíssimo. Este é o coração da PEC; é o coração daquilo que o Governo pretende; é o que vai permitir espaço fiscal e recursos para que seja aprovado o auxílio emergencial.

Nós fazemos novamente o apelo para que consigamos reverter o maior número de votos para a manutenção do texto. Esse é o coração da PEC. É o que vai garantir, repito, espaço fiscal e recursos para que o auxílio emergencial possa ser pago.

Nesse sentido, diante do acordo que o próprio Governo avalizou - o Líder do Governo falou a favor o acordo; o Relator também se expressou favoravelmente a ele; o Ministro Ramos, que se encontra aqui, concordou com o acordo; o Ministro Esteves, auxiliar do Ministro Paulo Guedes, está aqui também e o referendou -, o ideal para nós é que mantenhamos o coração da PEC e, na sequência, no segundo turno, aprovemos o destaque que o Deputado Aluisio Mendes vai apresentar.



Documento 503/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, há uma tergiversação aí, porque não está consignado nenhum acordo. Nós vamos continuar votando "não", porque queremos que esse destaque seja aprovado.

Então, é "não" ao texto e "sim" ao acordo.

O que o Governo está sentindo é que já perdeu o destaque do PDT e agora está na ânsia de perder o próximo destaque, que é do PT. Com isso, a PEC começa a fazer água. Aliás, é bom que assim seja, porque o propósito da PEC, em tese, é criar um auxílio emergencial, mas, no fundo, não tem nada de auxílio emergencial. O auxílio emergencial pode ser criado por uma medida provisória. A PEC, na essência, ataca a carreira dos servidores públicos municipais, estaduais e federais, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar dos Estados, os servidores da Justiça, os servidores da saúde e da educação, enfim, ataca a todos, Presidente.

Nós temos posição, temos lado. Então, não há acordo nenhum. Nós não fizemos nenhum acordo. Nós continuamos votando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 504/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE



DISCURSO

Sumário

Inexistência de incompatibilidade entre o equilíbrio fiscal e o equilíbrio social. Contrariedade à desvinculação de receitas tributárias de fundos sociais, preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Recrudescimento das desigualdades sociais brasileiras. Necessidade de retomada do auxílio emergencial. Defesa da taxação de grandes fortunas. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui expressar de forma mais clara a posição do nosso partido, o PSB, acerca deste debate.

No nosso entendimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta questão que está sendo discutida, alguns que são contra a PEC, que são contra o pagamento do auxílio emergencial lançam uma falsa dicotomia em torno desse debate, como se quem defendesse o auxílio emergencial, em fortalecimento do Estado brasileiro, fosse, de alguma forma, a favor de um desequilíbrio fiscal. Esse é um argumento falacioso.

Nós, do PSB, defendemos, sim, o equilíbrio fiscal. Nós entendemos que o equilíbrio fiscal é, também, uma conquista da sociedade brasileira que vem lá da década de 90 e é um valor que precisa, sim, ser preservado.

Mas, além do equilíbrio fiscal, nós também defendemos o equilíbrio social. E no nosso entendimento, não há incompatibilidade de um com o outro. A questão é simplesmente que façamos as escolhas e saibamos quem, de fato, deve pagar a conta do Estado brasileiro. Esse é o debate que nós precisamos fazer.

Quando falamos aqui dos cortes que foram feitos no decorrer da história, nós vemos que quem sempre tem pagado essa conta, Deputado Henrique Fontana, é o lado mais fraco do Estado brasileiro. Esse mesmo debate do equilíbrio fiscal, do ataque ao Estado e aos servidores públicos nós vimos, por exemplo, no debate da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Esse foi um argumento que surgiu lá atrás também. Nós da Oposição alertamos, de forma muito objetiva, que o teto representaria que iríamos tirar recursos da educação, da saúde pública, do SUAS.

E o que ficou de fora do teto? Para lembrar quem está aí defendendo esse falacioso argumento dessa contradição entre equilíbrio social e equilíbrio fiscal, o que ficou fora do teto foi justamente o pagamento de serviços da dívida. Os bancos, os velhos bancos, que sempre ganharam tudo, aqui, neste País. O serviço da dívida ficou de fora, lá atrás, na questão do teto dos gastos.



Agora, nesse debate da PEC Emergencial, vemos que o argumento para tirar recursos dos fundos que financiam tantas políticas importantes na segurança, no combate às drogas, nas telecomunicações, na ciência e tecnologia, é que os recursos dos fundos devem ir também para pagar serviços da dívida. É o mesmo e velho argumento, mais uma vez, que já foi usado na reforma da Previdência, também, atacando servidores. Tudo isso numa lógica de carrear recursos do Estado brasileiro para o sistema financeiro. É esse o argumento que está posto.

Nós não concordamos com isso. Nós achamos que, se é para haver contingenciamento, então se contingenciem todos. O Orçamento público brasileiro, Deputada Alice Portugal, é consumido 45%, 50% com o serviço da dívida. Eu não vejo um Parlamentar abrir a boca para questionar o engessamento do serviço da dívida no Orçamento público brasileiro.

Eu ouvi o Deputado Marcelo Ramos falar aqui, agora há pouco, e citar o exemplo de uma dona de casa que não tem recursos para pagar uma empregada doméstica ou para pagar uma dívida de dentro de casa. Quando se tem uma conta dentro de casa, quando o sujeito tem um cartão de crédito que está com a dívida alta, a primeira coisa que ele faz é renegociar essa dívida, é tentar esticar a dívida do cartão de crédito para poder ter uma prestação mais suave no pagamento. E nunca vimos o Estado brasileiro chamar esses credores, que sempre foram sócios do Estado brasileiro, que sempre se apropriaram do Estado brasileiro, para fazer uma composição. Só olham a dívida daqueles que estão no andar de cima e não veem a dívida social!

Será possível que vamos negar aqui os 70 milhões de brasileiros, hoje, que não têm o que comer? Será possível que nós vamos negar aqui as 270 mil pessoas que morreram, vítimas da COVID-19? Será possível que nós vamos negar aqui aqueles que estão na rua, hoje, em situação de vulnerabilidade, que são atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social? Será possível que nós vamos negar aqui o direito a 40 milhões de jovens que estão nas escolas públicas deste Brasil hoje e que ainda não estão tendo acesso à educação?

Tudo isso que nós estamos vivenciando hoje lançou uma lupa sobre o conjunto das desigualdades sociais que nós temos no Estado brasileiro e mostrou o aprofundamento dessas desigualdades. E nós vamos continuar aqui a só olhar para aqueles que estão no andar de cima? Não, não, não e não! Nós não aceitamos isso! É esse embate que queremos fazer aqui. É essa discussão que nós queremos fazer aqui, Presidente, com responsabilidade.

O foco dessa PEC é garantir o auxílio emergencial. Nós da Oposição queremos discutir sim o equilíbrio fiscal, queremos discutir sim os ajustes fiscais. Nós queremos discutir sim quem vai pagar essa conta. Nós queremos discutir, sim a regulamentação de um dispositivo que está desde a Constituição de 1988, o art. 153, que fala da taxação de grandes fortunas, e ninguém aqui tem coragem de falar sobre esse assunto. E refiro-me a esses que defendem o equilíbrio fiscal.



Vamos taxar os ricos! Vamos taxar os milionários! Não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem defende isso são aqueles que os senhores sempre seguiram, que é o Fundo Monetário Internacional, mandando os países emergentes, os países pobres, taxarem os ricos para bancar a proteção social. É esse o debate que nós queremos fazer aqui, e nós queremos fazê-lo no espaço adequado.

Presidente, há duas PECs tramitando nesta Casa, para discutirmos esse tema, que é o bode na sala dessa PEC Emergencial. A reforma administrativa está em curso, está lá na CCJ. A reforma tributária está em curso. V.Exa. mesmo está colocando isso na pauta de prioridades da Casa. Vamos tirar esse assunto da PEC Emergencial e vamos levá-lo para o foro adequado, para que possamos discutir com a sociedade, para que a sociedade tenha o direito de falar. Esta Casa está precisando estreitar a relação com a sociedade, está precisando escutar mais a sociedade. Não podemos tomar decisões aceleradas, muito menos aquelas que só fazem jogar a conta nas costas do povo brasileiro.

Documento 505/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal, com pagamento em quatro parcelas. Congelamento salarial do funcionalismo pela PEC Emergencial. Apoio ao requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós começamos essa votação às 13h27min, já temos quase 2 horas de votação. Que bom que tivemos esse tempo, para que a base do Governo pudesse refletir sobre o projeto!

E é bom ouvir a base do Governo dizer que esse projeto não presta, que veio de forma açodada. Quem está dizendo isso não é só a Oposição. Nós fizemos um destaque aqui e estamos insistindo desde ontem que não poderíamos aceitar a chantagem do Governo, que vai fazer um ajuste fiscal para sempre - não haverá avanços não só no período da pandemia, mas para sempre.

O Governo está propondo um auxílio emergencial por 4 meses, com pouco dinheiro, reduzindo o valor, com uma taxa de inflação de 18% sobre alimentos - a inflação está nas nuvens. O valor do auxílio é quase o de um botijão de gás. É isso que está acontecendo. E quer vincular esse parco benefício ao congelamento não só dos salários dos policiais e dos demais servidores da educação e da saúde, mas também de investimentos que são necessários.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A nossa bancada, Sr. Presidente, apresentou esse destaque, e nós vamos votar nesse destaque. O Governo já sofre uma derrota clara e que está muito evidente, mas quem não pode sofrer uma derrota é o povo lá fora.

E a proposta para a renda emergencial tem de ser apresentada separadamente. Nós queremos um auxílio de 600 reais, por meio de uma medida provisória do Presidente para todo o período da pandemia, diferentemente desta PEC apresentada, que não é emergencial, e sim fiscal.

Documento 506/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-15:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste. Acabamos de ver a segunda derrota política do Governo Bolsonaro, do Ministro Guedes e do mercado neste plenário. Na primeira, houve uma derrota política deles e vitória na votação do plenário com o destaque do PSB, que precisamos manter no segundo turno, garantindo a vinculação de receitas para fundos constitucionais estratégicos para o Brasil.

Na segunda votação, depois de 2 horas de painel aberto, o Governo reverteu uma votação que estava perdida. É uma vitória política da Oposição, do povo brasileiro, das servidoras e servidores públicos, dos policiais de todas as categorias, das professoras e professores, dos médicos, das enfermeiras, dos

auxiliares de enfermagem, dos trabalhadores do serviço público e do povo brasileiro.

Esse destaque retorna a supressão do inciso I, o inciso do arrocho salarial. Se a proposta do Governo é um acordo que não tem texto, convém ter texto para dar salvaguarda às famílias do serviço público.

Por isso, temos que aprovar esse destaque, porque, com ele, nós garantimos que haverá acordo. O Governo tem que trazer um texto porque, aprovado o destaque, estará garantida a progressão funcional, a revisão de carreira, o concurso público para suprir a demanda da administração pública.

Nós do Partido dos Trabalhadores não aceitamos o acordo, porque não podemos aceitar que não haja a possibilidade de estruturar o Estado brasileiro a partir de uma renegociação de dívidas, atrativa para Estados e Municípios e que lhes permita investir. Eu ouvi Deputado aqui dizer que, entre o populismo de matar a fome de quem passa necessidade agora, com o auxílio emergencial, e a segurança fiscal, o rigor fiscal, o ajuste fiscal, prefere o ajuste fiscal. E que o ajuste fiscal é a garantia de que todos estarão bem.

A realidade é oposta. Com o desmonte das políticas sociais, com a redução do salário mínimo, com o fim do Bolsa Família, com o auxílio emergencial extinto, que Bolsonaro não propôs, as pessoas estão passando necessidade agora. A fome está na porta das brasileiras e dos brasileiros agora! Por isso, nós queremos 600 reais de auxílio emergencial, enquanto durar a pandemia. E não é isso o que está na PEC. O que está na PEC é o teto de 44 bilhões de reais para o gasto, quando no ano passado foram mais de 200 bilhões de reais.

Aqui vários Parlamentares da base do Governo reconheceram que essa PEC é para fazer ajuste fiscal. Essa política macroeconômica que contrai os investimentos públicos, a pretexto de que os investimentos privados virão naturalmente, está fadada ao insucesso. Não foi bem-sucedida em nenhum lugar do mundo.

Nós precisamos do auxílio de 600 reais, durante a pandemia, e precisamos da garantia de que servidores públicos possam ter reajuste salarial, de que entes subnacionais possam renegociar suas dívidas, possam fazer investimento público para gerar infraestrutura social e, durante as obras, gerar emprego, fazer circular dinheiro na economia brasileira e permitir a arrecadação tributária.

Por isso, nós defendemos a supressão do inciso I do art. 167-A.

Muito obrigado.

Sumário

Fracasso da reforma previdenciária como medida de reversão da crise econômica. Incompetência do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Caráter político da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Violação da autonomia dos entes federados pela propositura. Fracasso do modelo econômico neoliberal implantado no País. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Importância do requerimento de destaque para supressão do inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apesar de não estar presente na sessão, eu ouvi atentamente o discurso do meu amigo Deputado Marcelo Ramos.

Eu lembro que, no primeiro semestre de 2019, quando nós começamos, na Comissão de Constituição e Justiça e em seguida na Comissão Especial, a reforma da Previdência, Srs. Parlamentares, o discurso que muitos de V.Exas. fizeram - aliás, ressalto que o Presidente Arthur Lira na época nos ajudou inclusive a fazer um debate mais forte sobre a natureza da reforma e a tirar parte das perversidades que o Guedes queria impor naquele momento -, o discurso de alguns de V.Exas., como o do meu amigo Marcelo Ramos, era de que nós precisávamos fazer a reforma da Previdência porque ela salvaria o Brasil de uma catástrofe econômica, de que com ela salvaríamos empregos, e seria retomado o crescimento da economia. Eu me lembro da história do Boeing, de quando o Ministro Paulo Guedes dizia que era como se o Boeing, como se um avião estivesse levantando voo. Se a reforma da Previdência não fosse aprovada na inteireza que ela representava, o Boeing poderia naufragar, e, se ela fosse aprovada, o Boeing seguiria seu destino, rumo ao porto seguro. Qual foi o resultado, depois de todos aqueles discursos e daquilo que a Câmara fez, a pedido do Governo, a pedido do Ministro Paulo Guedes? O País está pior do que naquele momento. As condições econômicas se deterioraram, as famílias perderam renda, o salário mínimo foi achatado, e veio a pandemia para acabar de enterrar esse modelo pensado pelo Ministro Guedes e pelo Governo Bolsonaro.

Portanto, esse discurso de V.Exas. não se sustenta, porque há uma história de 2 anos atrás, quando foi feita determinada reforma, e prometeram o céu. Disseram que ela era a saída para a crise e agora estão propondo novamente. Esta PEC do Governo, além de muito malfeita, tem um objetivo político, é a tentativa do Ministro Guedes de sobreviver politicamente dentro do Governo.

Todo mundo sabe que ele estava para cair. As forças do mercado diziam e dizem que ele não tem qualquer credibilidade para continuar fazendo a gestão da política econômica do País - o Presidente, muito menos. Essa é uma tentativa de sobrevivência política. Ai de um país que entrega a sua economia a um Ministro que deu provas de que não tem competência, de que não tem condição nenhuma, porque o que ele pensou para esses 2 anos e meio foi derrotado. Esta PEC, portanto, além de malfeita, de impor perdas irreparáveis e de constitucionalizar esses absurdos que eles querem fazer, é uma PEC que tem esse objetivo político. Não é para votar o auxílio emergencial, não é para dar auxílio emergencial, não é para atender os pobres, não é para fazer austeridade fiscal, é para segurar, é a tentativa de segurar e arrumar prestígio perante o mercado, coisa que ele não tem mais.

O Governo perdeu a sua credibilidade, e não tem PEC que resolva a credibilidade do País. Disseram que a reforma da Previdência iria gerar 6 milhões de empregos. Ela gerou 28 milhões de desempregados, tanto com carteira assinada, que perderam o emprego, quanto aqueles da economia informal, os que estão na informalidade e perderam a perspectiva de procura de emprego. Esse é o resultado.

Esta PEC impõe um gravíssimo ajuste aos entes federados. Ela fere inclusive a autonomia federativa dos entes federados, porque impõe aos Estados que façam isso e aquilo: *"Vocês não podem contratar, vocês não podem fazer concurso público, não podem dar reajuste, não podem nada"*. Isso é passível de ação na Justiça. Ela fere a autonomia dos Estados, agride a Federação, o princípio da unidade federada, pelo qual o Governo não tem o menor apreço, como está fazendo agora contra a pandemia.

O mundo inteiro hoje está discutindo saídas para a crise. Esse modelo do Ministro Paulo Guedes, da Direita liberal, está fracassado. Não há saída para o Brasil. É a derrota sempre. O Brasil está aos frangalhos. Além da crise da pandemia, há uma crise econômica de grandes proporções. E o que o Governo propõe? Uma migalha de auxílio de 250 reais. Para isso, exige um duro ajuste fiscal, que não é ajuste fiscal coisa nenhuma, é um ajuste para penalizar aqueles que não são responsáveis por esta crise.

O Estado tem que proteger a sociedade. O servidor público não pode ficar na situação que eles querem impor daqui para a frente. Como os servidores vão pagar a conta de um Estado que não produziram, desse desarranjo fiscal sobre o qual eles não têm responsabilidade? Como vamos financiar o funcionamento do SUS? Como nós vamos votar um orçamento com mais recursos para o SUS e para a educação? Não bastasse a Emenda Constitucional nº 95, que retirou bilhões de recursos da saúde, da educação, da ciência e tecnologia, o Governo agora quer constitucionalizar e dizer: *"Servidores públicos, vocês não terão mais reajuste daqui para a frente. O Estado não pode mais contratar. Se ele quiser fazer investimento no serviço público, ampliar os serviços, não pode mais contratar, não pode nada. Vocês não terão direito a nada, à progressão, a nenhum direito. Vocês terão que ser penalizados por conta de um governo que fracassou no mundo e está fracassando aqui no Brasil"*. É esse o modelo que

eles querem constitucionalizar. Nunca vimos algo dessa natureza. Querem constitucionalizar um modelo econômico que está derrotado, porque foi incapaz de resolver os problemas da crise econômica, principalmente agora, do ponto de vista da economia. Servidor público tem direito. Ele não tem privilégio. O Estado protetor, o Estado indutor, o Estado que protege a sociedade precisa de serviços públicos amplos, qualificados, e não há serviço público sem servidor público.

Podemos discutir várias outras medidas, mas o discurso é o mesmo, é o que foi feito na reforma trabalhista, é o que foi feito na reforma da Previdência, é o que foi feito em todos os momentos. Aliás, 15 dias atrás, votou-se a autonomia do Banco Central, porque era um sinal para o mercado. Que sinal? Sinalizam, sinalizam, sinalizam, e não acontece nada. A economia está cada vez mais em decadência, não tem recuperação alguma. A cada trimestre que passa, há queda do PIB, a cada mês, há queda do investimento público, porque o Governo não tem credibilidade política alguma perante o mundo e sobretudo faz uma gestão da economia incompetente.

Sabem o que esta PEC vai fazer também, do jeito que está e do jeito que foi redigida pelo Ministro Paulo Guedes? Vai acabar com as deduções do Imposto de Renda para pessoas físicas. Isso é muito grave! É a classe média brasileira! Vai acabar exatamente com a dedução das despesas com saúde e educação. O Estado vai se demitir da sua função de proteger para proteger quem? Quem? As forças do além, as forças do mercado? Mas que forças do mercado são essas? O Brasil não pode aceitar isso.

Este destaque da Oposição, este destaque do PT é importante para o serviço público, é importante para a retomada, minimamente, da capacidade pública do Estado de proteger a sociedade. Como vai estar este País - e eu termino, Presidente - no final do ano, no final de 2021? Querem o auxílio para 4 meses. A pandemia vai acabar em 4 meses? Querem tirar do auxílio 30 milhões de pessoas. Essas pessoas vão viver de quê? Será que a economia está girando, rodando, gerando emprego? Será que vai haver mercado de trabalho para essas pessoas se empregarem? Não, porque o Brasil está indo ladeira abaixo e tem um Ministro com o prazo de validade vencido. Ele é um vendedor de ilusões.

Querem de V.Exas. tudo, e não oferecem nada de bom, não oferecem nada de bom para o País. Esta PEC é o maior desastre...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Congratulações ao Deputado André Figueiredo, novo Líder da Oposição na Câmara dos Deputados. Recondução do Deputado Wolney Queiroz à Liderança do PDT. Eleição do Deputado Afonso Motta para a Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Congratulações ao Deputado Eduardo Bismark, eleito para o cargo de 1º Suplente de Secretário da Mesa Diretora da Casa. Honradez do ex-Ministro da Economia, Ciro Gomes. Apoio à sua eleição à Presidência da República. Propósito do PDT de governança do País. Posicionamento do partido contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

pec **O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente, e os colegas Parlamentares e agradecer ao nosso Líder André Figueiredo pela honra e pela oportunidade de representar a Oposição, além de cumprimentá-lo pelo excelente trabalho que fez ao longo do ano passado, que vem fazendo e, por certo, fará, como Líder que é, nato, não só do PDT, mas também da Oposição do nosso País. Eu tenho a honra de ser seu Vice-Líder e com muita honra desempenho aqui a missão que me cabe, também em seu nome.

Quero cumprimentar também, Presidente, o nosso querido Deputado Wolney Queiroz, Líder do PDT reeleito. Quero homenageá-lo. Ele foi reeleito por seu trabalho, por sua ação, por sua liderança, por sua responsabilidade e por sua tenacidade.

Boa gestão, Líder Wolney! Estamos juntos nessa caminhada.

Cumprimento também o meu colega gaúcho, o Deputado Afonso Motta, guindado à condição de Presidente da CTASP, a nossa querida Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. O Deputado Afonso Motta tem uma história de trabalho e serviços prestados a esta Casa e vai honrar a bancada do PDT na Comissão.

Também quero cumprimentar o jovem Deputado Eduardo Bismarck, que representa o PDT como 1º Suplente de Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados.

É a nossa representação, é o PDT liderado pelo nosso querido Carlos Lupi, que leva o PDT ao bom norte, ao bom rumo, à boa direção, sob a batuta, sob a inteligência, sob a compreensão e a visão de mundo do nosso querido Ciro Gomes, homem honrado, destemido, corajoso que diz o que pensa, fala o que sabe, conta o que vê, que não tem papas na língua. Enfim, é o Ciro de cara limpa, de mãos limpas, com os olhos no horizonte, com os pés no chão, com responsabilidade, com a experiência de quem já foi Prefeito, Governador, Ministro da Integração Nacional, Ministro da Economia do País, que ajudou a fazer o real, a nossa moeda forte, que hoje está desgraçada por este Governo que aí está. O Ciro começou essa caminhada, teve as chaves do cofre do País na mão, e não deixou o cofre cair no pé, como outros fizeram por aí. O Ciro pode dizer isso com clareza. O PDT, com o Ciro, segue nessa caminhada, para não perder o norte nem o rumo nem a direção. Como dizia o Dr. Brizola, *"tropa que tem sinuelo não se extravía"*. Nós viemos de longe, sabemos quem somos, de onde viemos, por onde passamos, com quem estivemos, onde estamos e para aonde vamos. O PDT vai voltar para o Palácio do Planalto, onde já esteve o Jango, onde deveria ter estado Brizola, cuja oportunidade lhe tiraram, mas o Ciro vai vingar. Ah! Vai vingar o Brizola. O Ciro vai ser o que o Brizola poderia ter sido, deveria ter sido, que pena que não foi. Ciro será e vai dar mostras da sua capacidade.

Então, esse é o nosso PDT, Presidente. É uma bancada representativa de todos os Estados da Federação, participativa, posicionada ao lado do trabalhador, ao lado do servidor público, ao lado do serviço público, ao lado da compreensão do trabalhador, do empregado, do empregador, do capital e do trabalho. Como dizia o nosso querido Alberto Pasqualini, são como irmãos siameses: um convive com o outro, um interdepende do outro, um está ligado ao outro. Não há trabalho sem capital, e não há capital sem trabalho. Até digo que o capital é filho do trabalho. O trabalho vem primeiro, e do trabalho nasce o capital. O capital, é claro, não pode deixar de compreender que, sendo filho do trabalho, deve respeitar o trabalho. Então, aquele senhor idoso chamado "trabalho", que está lá no canto, deve ser respeitado. Capital, jovem vistoso, respeite o seu pai, o trabalho, porque ele é a origem de tudo. É essa relação que nós vamos levar adiante, para respeitar o povo brasileiro, a Nação brasileira, o empreendedor, o pequeno empresário, o médio empresário, o agricultor, o lavoureiro, o plantador, enfim, o produtor, quem produz a riqueza deste País.

O PDT tem a grandeza da compreensão e da maturidade, sem nenhum preconceito contra quem quer que seja. É assim que vamos chegar lá: como um partido de centro-esquerda, com a responsabilidade de seguir sua caminhada e de governar o País.

Dito isso, Presidente, quero falar ainda da famigerada "PEC da Maldade". Aliás, ela não passa de um arrocho fiscal dos mais duros.

Como digo aqui, é um presente de grego: quando você olha por fora, é bonito, mas, quando se abre o pacote do presente, vê-se que só tem maldade lá dentro - achatamento de salário, congelamento de salário, ausência de



perspectiva de crescimento do servidor público. Enfim, a pretexto de dar míseros 250 reais para pessoas que precisam, que merecem, que estão humilhadas, passando fome, estão retirando direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País.

Quando o servidor municipal precisar de salário digno, reajuste, promoção, e o Prefeito não puder dar, não culpe o Prefeito, mas apenas veja qual Deputado votou a favor dessa PEC. Esses são os verdadeiros culpados de os servidores municipais terem o salário aviltado, achatado, congelado. Servidores públicos estaduais - Polícia Militar, Polícia Civil, pessoal da área de saúde -, não adianta reclamarem do Governador. Os responsáveis são os Deputados. Está aqui, no DNA: eles botaram o dedo e tiraram seu salário. É importante que se diga isto: cuide de quem você votou, e cuide muito bem. Cuide para quem você vai entregar a faca.

O voto é como uma faca: serve para coisas boas e para coisas ruins, depende de quem está com ela na mão. A faca, na mão de um trabalhador, é ferramenta; na mão de uma dona de casa, prepara o alimento; na mão do médico, salva vidas; e, na mão do bandido, mata. O mesmo acontece com o voto: depende da mão de quem está com ele. Na mão de um bom Deputado, protege o trabalhador; na mão de um mau Deputado, é o que faz sangrar o trabalhador. É o que estão fazendo. Então, antes de dar a faca para alguém, olhe quem você está armando. Antes de dar o voto para alguém, veja quem está elegendo, porque, quem você eleger, ele pega teu voto, pega tua faca e crava nas tuas costas, fura teu bucho. É assim que estão fazendo.

Mas o PDT tem lado, o PDT tem posição, o PDT tem sido claro no sentido de dizer que essa PEC da maldade, essa PEC do arrocho retira direitos do povo trabalhador. Como não concordamos com isso, votaremos contra a PEC. Nós somos favoráveis ao auxílio emergencial, queremos 600 reais, e não essa miséria dos 250 reais, mas não concordamos que, a pretexto de o Governo dar 250 reais, castiguem todos os servidores públicos - policiais federais, policiais rodoviários federais -, que estão passando mensagens, queixando-se, reclamando, e com razão. Nós estamos aqui de pé trancado. Nós temos lado, e estamos ao lado de quem precisa, de quem merece, de quem necessita, de quem tem direito. Tirem a mão dos servidores públicos e parem de colocar os problemas da economia do País nas costas desses servidores, que não são os culpados, nem dos outros males.

Para encerrar, quero falar da vacina.

A vacina é mágica, porque, se quisermos diminuir o número de internações, a resposta é vacina; se quisermos destravar as UTIs que estão abarrotadas, vacina; se quisermos evitar que as pessoas morram, vacina; se quisermos a volta do emprego, vacina; se quisermos diminuir o desemprego, vacina; se quisermos salvar a economia, vacina.

Estou vendo muita gente fazer carreata para reabrir o comércio, mas não estou vendo ninguém fazer carreata para pedir vacina. No entanto, o Governo

Federal sentou-se em cima da vacina, e a vacina é a saída do problema. Ao não vacinar, nós estamos criando uma falsa briga entre a saúde e a economia, entre abrir ou fechar o comércio, e os hospitais seguem abarrotados de doentes. Essa briga é desumana, é desigual, é injusta, não é correta. A briga que o comércio e o serviço têm que fazer é a favor da vacina. A briga que o pessoal da saúde, que nós todos temos que fazer, é a favor da vacina.

Portanto, nós deveríamos fazer uma carreata pela vacina, porque o Presidente Bolsonaro sentou-se em cima da vacina. Ele não comprou a vacina da Pfizer e negociou mal, muito mal, muito tardiamente, a Coronavac e a Biontech. Nós estamos no rabo da canoa. Os Estados Unidos, que o Presidente Bolsonaro tem como exemplo de país, vacinou 60 milhões de americanos, e nós vacinamos 8 milhões de brasileiros. Está aí o exemplo claro: onde vacinaram, diminuíram as mortes, diminuíram as internações. É disso que nós precisamos, é isso o que nós queremos, Presidente.

Portanto, a saída para a pandemia, para diminuir as mortes, para diminuir as internações nas UTIs, para melhorar a situação, para salvar vidas e para retomar certa normalidade da nossa economia, com emprego, com renda, com comércio, com serviço, há uma palavra mágica, e essa palavra mágica é: vacina, vacina, vacina. É o que nós queremos para o País: vacina, vacina, vacina.

Documento 509/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Discordância com o discurso proferido pelo Deputado Kim Kataguirí a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Registro de 270 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Existência de 20 milhões de brasileiros situadas na linha de pobreza extrema. Colapso do sistema de saúde no País provocado pelo coronavírus. Consequências nefastas da agenda econômica ultraliberal, implantada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Efeitos danosos sobre os Estados brasileiros, provocados pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Congelamento salarial dos servidores públicos civis e militares pela propositura. Importância de aprovação do requerimento de destaque apresentado pelo PT em prol da categoria.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer a minha Líder, Deputada Talíria Petrone, por me ceder o tempo de Liderança.

Quero dizer que o discurso do Deputado Kim Kataguiri acerta só em uma coisa: em dizer que essa PEC é de ajuste fiscal. Diferentemente de outros que tentam vender a PEC como uma maravilha, pelo menos o Deputado Kim Kataguiri é corajoso para dizer que ela defende o ajuste fiscal, embora eu discorde de tudo o que S.Exa. disse.

Deputado, se V.Exa. não está vendo o apocalipse, eu estou: 270 mil mortos; 20 milhões de brasileiros na extrema pobreza; pessoas morrendo sem leite, sem oxigênio. Não é possível que não se veja que nós estamos sofrendo a pandemia, mas também as consequências de uma agenda econômica que V.Exa. defende, como o teto dos gastos, que tirou 20 milhões do SUS e agora faz falta para salvar vidas; como a reforma da Previdência, que tirou milhões de brasileiros da Previdência Social; como a reforma trabalhista, que retirou direitos.

Bolsonaro e Paulo Guedes aprofundaram essa agenda econômica ultraliberal que, é verdade, começou lá atrás. E tenho muito tranquilidade em dizer que, na mesma porta em que Henrique Meireles entrou nos Governos do PT, nós saímos. Mas ela aprofundou-se sobremaneira com o governo golpista de Temer, e, agora, com Paulo Guedes, tem requintes de crueldade.

Em primeiro lugar, essa é a PEC da chantagem, porque constitucionaliza o ajuste fiscal. Em segundo lugar, dizer que essa PEC não tem efeito imediato é um absurdo e uma mentira com os Estados, como, por exemplo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Piauí, Maranhão, e mais de dez Estados, que têm 95% das receitas comprometidas com investimentos. Isso porque o superávit que vocês querem fazer é para pagar juros do sistema financeiro.

Incomoda-me muito quando aqui falam de servidor público, como se a professora que ganha 1.200 reais - é o que acontece em muitos casos no Rio Grande do Sul, com 5 anos de arrocho salarial e salário parcelado - fosse o problema, e não a dívida pública e os 350 bilhões de reais que Guedes pagou para o sistema financeiro em uma dívida que nunca foi auditada. Então, o problema é o policial militar, o policial civil, o policial rodoviário federal, e não os bilionários que ficaram mais bilionários durante a pandemia? Pois 42 bilionários estão mais ricos agora, em um momento em que as pessoas estão passando fome!

Mas, não! Tem que taxar os de baixo, tem que massacrar os Estados, não tem que compensar as perdas com a Lei Kandir - porque a PEC também faz isso -, tem que constitucionalizar o ajuste, ou seja, colocar na Constituição que se deve pagar juros da dívida, mas proibir concurso público.



V.Exas. estão dizendo, com essa PEC, que não se pode contratar mais médicos, por concurso público, para salvar vidas! E aí o Governo apresenta um acordo para os policiais militares que é um engodo. Eu quero pedir a atenção dos sindicatos da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, da Polícia Federal, porque se permite manter carreira e progressão, mas os salários vão ser congelados. Na prática, um major - vão passar anos - vai ganhar quase a mesma coisa que um cabo, porque não vai haver reposição, não vai haver possibilidade de ascensão. Além disso, a mesma lógica impõe-se para todas as categorias. O Governo quase perdeu por 11 votos - 11 votos, repito! E só porque ficou, por 2 horas, a votação aberta.

Eu peço que aqueles que dizem que estão defendendo os policiais que defendam mesmo os policiais, que defendam os professores, que votem no destaque do PT, que votem no nosso destaque, o qual garante direitos para os servidores de baixo, mas mantém a lógica de pegar a cúpula.

Nós precisamos fazer esse debate numa PEC que está sendo votada de maneira equivocada. Esta Câmara foi interpelada judicialmente por não ter audiência. Infelizmente, esse debate não foi feito com a profundidade que merecia.

De qualquer maneira, nós estamos aqui lutando pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. E não aceitamos a tentativa de repasse do ajuste para as costas da ampla maioria do povo.

Documento 510/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadequação do discurso proferido pelo 1º Vice-Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos, comparativo do auxílio emergencial de 250 reais com o Bolsa-Família do governo petista. Insuficiência do teto de 44 bilhões de reais destinado ao auxílio emergencial na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de comentar uma fala do nosso Vice-Presidente da Casa que fez uma indevida comparação entre o auxílio emergencial e o bolsa-família, querendo demonstrar que o bolsa-família criado no Governo Lula é muito inferior ao auxílio emergencial. De fato, os valores são

inferiores ao do auxílio emergencial do ano passado; agora, é bom dizer que se trata de dois programas diversos.

O Programa Bolsa Família foi criado para estabelecer uma complementação de renda num momento histórico em que não tínhamos uma emergência sanitária, e hoje temos uma. Além disso, não havia no País 15 milhões de desempregados, e hoje há. A situação é diferente. O Bolsa Família foi concebido para um outro momento.

Agora vivemos um momento muito mais grave, porque as pessoas efetivamente não têm onde se socorrer, não têm onde buscar renda, não têm onde trabalhar.

Ele citou que 70 mil empresas fecharam as portas. Ora, precisamos dar apoio a essas empresas. É necessário dar apoio não só às microempresas, aos microempreendedores individuais, às pequenas empresas, mas também às demais outras empresas.

Este pacote está sendo votado agora. O Governo introduziu o auxílio emergencial indevidamente nesta PEC, uma PEC de maldades. O Governo limita a 44 bilhões de reais o valor total referente a esse auxílio. Isso é absolutamente insuficiente! É insuficiente. Ele diz que a quantia média será de 250 reais por pessoa - ou por família, não sabemos até agora exatamente o que vai vir nessa proposta -, o que daria mil reais em 4 meses. Ora, isso não resolve o problema das pessoas que estão desempregadas, das pessoas que estão paradas.

Não vai haver dinheiro para que se estabeleça complementação de recursos, financiamentos, apoio à micro e à pequena empresa, algo que é mais do que necessário.

Também não haverá recursos para as Prefeituras. Os jornais de hoje dizem que as Prefeituras aumentaram as suas despesas na área da saúde, e vão aumentar ainda mais! Como elas vão conseguir se sustentar? Com essa proposta que está aí? Tenho certeza de que não.

É preciso retirarmos esse limite de 44 bilhões, permitirmos que, aprovado esse novo período de auxílio emergencial, o Governo possa dispor dos recursos necessários. Isso é importantíssimo para que as Prefeituras possam gerir a crise, para que as empresas tenham apoio e para que os trabalhadores recebam auxílio emergencial que lhes permita sobreviver minimamente nesta terrível conjuntura por que passa o Brasil, sem Governo.

O Governo não olha para o povo, o Governo não se preocupa com a vacinação, não se preocupa com a saúde pública. Este desgoverno efetivamente está levando o Brasil ao caos!

Muito obrigado, Presidente.



Documento 511/1.178

18.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Acerto da criação do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a inserção do novo auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apelo ao Plenário de aprovação de requerimentos de destaque destinados à melhoria do texto da propositura.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estava relembando o que vivemos no ano passado, quando o Governo queria que o auxílio emergencial fosse de 200 reais. Graças a Deus, este Plenário se uniu e aprovou um auxílio emergencial de 600 reais, que podia chegar a 1.200 reais. Esse foi um tiro certo. Nós colocamos comida na mesa da classe trabalhadora, do povo brasileiro, que naquele período estava sofrendo muito - agora está sofrendo ainda mais, porque se vive neste País o momento mais difícil da pandemia. Nós conseguimos aquecer a economia no Brasil inteiro. Um grande acerto!

Mas o fato é que o Presidente Bolsonaro não se deu por vencido e agora, com o agravamento da pandemia, tenta aprovar um ajuste fiscal empurrando pelo meio o auxílio emergencial. Trata-se de manobra sórdida, Presidente, porque o auxílio emergencial terá caráter provisório, mas o que se está aprovando aqui a título de ajuste fiscal causará, aí sim, um dano permanente à vida dos servidores da segurança pública, da educação, da saúde, que, na verdade, estão se expondo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Vou concluir, Presidente.

Eles estão se expondo muito neste momento da pandemia.

Faço um apelo ao Plenário para que possamos melhorar o texto, aprovando os destaques que têm importância gigantesca na vida de muitos profissionais, de muitos trabalhadores que protegem a vida do povo brasileiro no dia a dia.

Muito obrigado, Presidente.



19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não queremos que esta matéria siga o seu curso, porque, é óbvio, a chamada PEC Emergencial não trata das emergências do Brasil. É um engodo, uma mentira, uma farsa dizer que estamos aqui tratando de alguma emergência para o Brasil deste momento, um Brasil em que morrem diariamente por causa dessa doença cerca de 2 mil pessoas; um Brasil em que, nas principais capitais, estão lotadas as UTIs, falta oxigênio. Para enfrentar esse quadro, nós precisamos de vacinas, que não existem em quantidade suficiente, porque o Presidente não pediu. Nós precisamos de isolamento social, de *lockdown* nas cidades que se encontram em situação mais crítica, mas isso está difícil, porque não há dinheiro direcionado para a mesa do povo trabalhador. Não há vacina para todos e não se viabiliza que o povo brasileiro fique em casa e tenha comida na mesa, Presidente.

E aqui estamos votando uma PEC para destruir a carreira dos profissionais que estão na dianteira do enfrentamento da pior crise da história. Não estamos discutindo aqui auxílio emergencial digno para o povo. Esta é a verdade, não estamos, Presidente, Deputados e Deputadas. O que está em jogo aqui é uma chantagem que vincula equivocadamente a concessão de um auxílio emergencial vergonhoso, ínfimo, insuficiente, ao estabelecimento, na Constituição, de um teto de 44 bilhões.

Esse valor não pagou nem um mês de auxílio emergencial até então. Para conceder esse auxílio ínfimo e insuficiente, propõe-se o que, senhores e senhoras? Propõe-se desmontar carreiras e se propõe congelar salários de servidores. Eu estou falando de haver a possibilidade de servidores não terem nem mesmo o reajuste de acordo com a inflação.

Eu queria falar das enfermeiras, das técnicas de enfermagem, das auxiliares de enfermagem e também daqueles que tantos aqui dizem defender: os que os policiais - policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários, policiais federais. Aqueles que aqui esbravejam falando que são a favor da polícia toda

hora, todo dia estão, neste momento, votando contra a polícia e contra os profissionais da segurança pública.

O acordo oferecido pelo Governo é um caô, é um engodo. Ele diz que oferecer a possibilidade de se manterem as promoções é suficiente, mas garantir promoção não é garantir reajuste salarial. De que adianta a promoção para um profissional, para um servidor, para um policial - vamos pensar no Rio de Janeiro, onde um PM ganha quase 3 mil reais -, se o preço do arroz vai subir e não vai haver dinheiro na conta dele para pagar o arroz ou um botijão de gás, que custa 100 reais?

Precisamos tirar essa PEC de pauta e votar as urgências do Brasil. Não é urgente para o Brasil desmontar salário e carreira de servidor público, que não é privilegiado como contam. Urgência para o Brasil é vacina, auxílio emergencial e *impeachment* de Bolsonaro, porque não dá mais para a Nação ser conduzida por um genocida.

Documento 513/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB encaminhará a favor do requerimento de retirada de pauta.

Já, já, sairá o boletim do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, que é o boletim do Secretário de Saúde do País, no qual será divulgado que hoje o número de mortos no Brasil está acima de 2 mil. É mais um recorde dramático!

Essa PEC vai exatamente no sentido contrário do que o País precisa. Nós vamos votar um texto constitucional de cortes de despesas, de agressão aos servidores da linha de frente. Estamos repetindo isso à exaustão, porque a indignação já passa do nosso pescoço. Estamos fazendo exatamente o que o País não precisa: tirar recursos daqueles que estão trabalhando para salvar vidas e recursos da saúde, da educação.

O PCdoB...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 514/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós votamos "sim" à retirada de pauta, e eu reforço um argumento: esta emenda constitucional é mais um passo no caminho da insensatez.

Ela procura atender mais uma vez aquilo que os economistas chamam o desejo dos mercados, a fada dos mercados, que busca cada vez sacrifícios maiores nos projetos de desenvolvimento nacional dos países e nunca entrega aquilo que promete.

Nessa lógica se votou a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, que congelou os investimentos, por exemplo, em saúde pública e retirou da saúde pública em torno de 50 bilhões até o momento. Esse dinheiro está fazendo falta em leitos hospitalares, respiradores e estrutura para enfrentar a pandemia que nós estamos enfrentando.

Nosso voto é "sim".

Documento 515/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir novamente a todos os Parlamentares que entendam que nós estamos aqui votando a proposta de emenda constitucional que permitirá a edição da medida provisória que vai destinar o auxílio emergencial para os brasileiros que estão necessitados em função do isolamento provocado pela pandemia da COVID-19.

Hoje, o Presidente Bolsonaro sancionou a lei, de autoria do Presidente do Senado Rodrigo Pacheco, que trata da compra de vacinas. Vamos adiantar a compra das vacinas. Vamos atuar na pandemia. Estamos em outro momento da pandemia. Esse momento é mais contagioso, é mais grave, e precisamos usar máscaras, precisamos de vacinas, e estamos avançando nessa direção.

O auxílio emergencial é fundamental para que a população passe em melhores condições, com mais conforto, por esse momento difícil.

Então, pedimos o voto "não", Sr. Presidente.

Documento 516/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos uma compulsão dos extremistas liberais, que têm comportamentos patológicos, eu diria, de dizer que é preciso haver ajuste fiscal para trazer investimentos.



Esse é o mesmo discurso da PEC do teto de gastos, e, em verdade, nós estamos criando um subteto. Isso não trouxe investimentos nem resolveu os problemas do Brasil. Esse discurso foi dito na reforma da Previdência, na reforma trabalhista, na terceirização e é o mesmo discurso que está posto hoje, de que é preciso conter o desajuste fiscal para atrair investimento.

Isso não vai conter o desajuste fiscal, porque não se controlam as despesas financeiras, que só estão tirando a arrecadação. O momento de crise humanitária que o Brasil está vivenciando, ao que tudo indica, trará por volta de mais de 2 mil mortes, que não provocam qualquer tipo de reação e sensibilidade no Presidente da República.

Por isso, querem impedir concurso público e atacar servidor público, no momento em que mais precisamos dos servidores e das servidoras.

Documento 517/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Importância da concessão, pelo Governo Federal, do auxílio emergencial de 250 reais com pagamento em quatro parcelas. Defesa de aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse auxílio emergencial de quatro parcelas de 250 reais está sendo oferecido pelo Governo e está sendo afiançado por esta Casa e também pelo Senado Federal. Todos nós sabemos da importância dele. Para acabar com a pandemia, não basta só a vacina. Para acabar com a pandemia, é preciso muito mais do que a vacina, porque a pandemia nos trouxe muitos prejuízos. Em todos os Estados, a devastação de empresas, de microempresários, de pequenos, médios e grandes negócios foi muito grande. O cenário é de terra arrasada. O cenário é praticamente de destruição. Muitas vezes, isso ocorreu porque os nossos governantes não tiveram a sensibilidade de entender que duas coisas precisavam andar paralelamente: a economia e o combate à pandemia.

O que estamos fazendo hoje é praticamente um ato altruísta. Estamos pegando 40 bilhões de reais e entregando a milhões de famílias. Isso, sim, é uma atitude decente, honesta e responsável de um Governo que pensa no

povo e quer sair o mais rápido possível desse quadro dantesco que estamos vivendo.

Por todos os lados neste Brasil, sem exceção, de norte a sul, de leste a oeste, a população está sofrendo, os prefeitos estão sofrendo. Todos estão clamando por uma solução o mais rápido possível. Nesses próximos 4 meses, nós vamos entregar esse auxílio emergencial, que vai ajudar sobremaneira numa retomada da economia. Estamos injetando dinheiro na economia. Estamos colocando esse dinheiro na mão da população mais pobre, que não vai investir na Bolsa de Valores, na poupança, em nenhum lugar. Essa população vai gastar esse dinheiro - podem ter certeza de que vai gastar muito rapidamente. Isso fará com que o ciclo da economia, a roda da economia, volte a girar.

Querer protelar a votação, acredito eu, não é uma boa solução. Nós precisamos andar rapidamente com esse assunto. Se possível, devemos tirar isso do colo da Câmara dos Deputados ainda hoje, votando em segundo turno, aprovando esta PEC e entregando isso na mão do Presidente Bolsonaro, para que, o mais rápido possível, se for o caso, até amanhã, possamos entregar esse alento a toda a população brasileira.

Eu deixo consignado que estamos tendo horas e horas de trabalho para discutir, para debater. Muitas vezes, eu escuto argumentos absolutamente impróprios e outros muito próprios. Esta é a Casa do debate. Assim nós estamos caminhando.

Aproveito a oportunidade para dar parabéns à Casa e deixar consignado que este debate está sendo salutar. Se não é da melhor forma, se não é da forma mais correta, como prevê o Regimento, pelo menos nós estamos debatendo, tanto é que alguns pontos estão sendo até revistos neste momento, como é o caso dos policiais.

Esse gesto que a Câmara dos Deputados vai fazer daqui a pouco - ainda hoje, se Deus quiser! -, aprovando esta PEC em segundo turno, jamais será esquecido.

Deixo aqui a minha contribuição e o meu apoio para que esses trabalhos continuem transcorrendo nessa ordem, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 518/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de rejeição da propositura. Apoio à retomada do auxílio emergencial de 600 reais

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa luta continua. Afinal de contas, como disse, nós estamos peleando aqui só com o toco da adaga, mas com o cabo ainda na nossa mão, para resistir a todo esse atropelo que o Governo vem fazendo com esta PEC inominada e abominável, que propõe uma coisa equivocada na aparência, para a mídia, para a imprensa, naquilo que transmite para fora do Congresso Nacional. Para o cidadão desavisado, passa a impressão de que nós Deputados estamos votando tão somente o auxílio emergencial, que é bom, necessário e positivo.

Inclusive, a imagem passada para o público é a de que esse auxílio emergencial é semelhante ao que antes foi aprovado, o de 600 reais, em 3 meses. Mas não é nada disso! A PEC, na essência, não trata do auxílio emergencial. Ela trata da liberação de 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial e não diz quem vai ganhar, ou seja, quais serão as pessoas beneficiadas. Não há um perfil dos beneficiários nem o valor objetivamente. O que há ali é um indicativo: será de 175 reais a 370 reais, o que, na média, fica em 250 reais. Isso é o que propõe a PEC. Essa é a leitura que tem a PEC, efetivamente, no que diz respeito ao auxílio emergencial. A PEC não é taxativa, não é objetiva, não é definitiva. Ela simplesmente dá a circunstância do que pode ser o auxílio emergencial.

Em nome da aprovação desse auxílio emergencial, nós temos que aprovar o congelamento de salários, o trancamento da possibilidade de os servidores públicos terem ascensão na carreira e ajuste do salário.

Esta PEC castiga o pessoal da saúde, exatamente os que estão enfrentando o coronavírus: médicos, enfermeiros, enfermeiras principalmente, agentes de saúde, funcionários públicos municipais de saúde. Castiga também professores; policiais militares, que estão sem vacina dando segurança; policiais civis; enfim, servidores estaduais e federais.

Presidente, essa é a preocupação que nós estamos trazendo de maneira transparente. Se uma mentira dita mil vezes vira verdade, imaginem a própria verdade repetida. Nós estamos repetindo a verdade, para ver se entra na cabeça das pessoas.

Eu já estou numa fase em que nem estou mais falando para os meus colegas Parlamentares, porque alguns estão cegos e surdos - só não estão mudos, mas estão cegos e surdos -; outros ouvem, mas entra em um ouvido e sai pelo

outro. Nem adianta falar. Eu estou falando para a sociedade, para o cidadão, para a população gaúcha, para a população brasileira que está nos acompanhando. Olhem! Observem o que nós estamos votando!

Nós queremos o auxílio emergencial de 600 reais. Não vai ser. Nós já sabemos. Vai ser de 175 a 370 reais - na média, 250 reais. Nós temos que deixar isso claro, para que o cidadão saiba que isso é o que consta na PEC, que não tem clareza. O que está muito claro são os cortes, inclusive para quem paga Imposto de Renda, que, via de regra, são os trabalhadores assalariados. Vão pagar mais Imposto de Renda. Vão ser castigados no Imposto de Renda. É o leão metendo as garras. É mais unha do leão. São mais patas do leão.

Por isso, Presidente, nós somos contra esta PEC. Estamos fazendo o destaque exatamente para tentar salvar os "anéis", salvar um pouco do muito que já estão levando dos trabalhadores. Nessa hora, tudo no Brasil está ficando nas costas dos servidores públicos, quando sabemos que o serviço público é o que está salvando o País, enfrentando a pandemia, enfrentando a carestia. E o mercado? Onde está o mercado? E os bancos? Onde estão os bancos? Não ajudaram em nada!

Por isso, nós somos contra a PEC e somos a...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 519/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --MARCELO FREIXO-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prejuízos causados aos policiais pela propositura.



O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao conjunto dos servidores públicos, em especial aos policiais.

Destaco os policiais porque hoje está ficando claro que essa categoria foi enganada pelo Presidente da República. Este destaque será revelador nesse sentido. Por isso, peço atenção daqueles que se elegeram pedindo o voto dos policiais. Isso é o que estará em jogo hoje.

Solicito a todos os policiais que acompanhem a votação deste destaque. O que a Oposição está garantindo, através do destaque do PSOL, é que só será atingido servidor público que ganha bem. Estou falando de Deputado. Estou falando de juiz. Estou falando de promotor. Para esses, nós aceitamos que ocorra o congelamento, Deputados. No entanto, para o servidor público que ganha pouco, como é o caso do policial, não aceitamos. Nós estamos retirando-os. O destaque diz isso. O destaque enfrenta esse debate.

Deputado Marcelo Ramos, vamos ver como vai se comportar quem se elegeu pedindo voto para policial: vai se comportar como vassalo do Presidente ou vai se preocupar com a vida daquele que está na ponta e não merece ter os seus direitos atingidos?

Defendemos, evidentemente, um auxílio imediato num valor muito maior do que o Presidente quer pagar, mas não dá para sacrificar o servidor público que ganha pouco.

Documento 520/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar deste destaque do PSOL e dialogar com todos os Parlamentares, inclusive com o Presidente em exercício, o Deputado Marcelo Ramos, que, com todo o respeito, tem feito intervenções no plenário em defesa do ajuste fiscal.

Deputado Marcelo Ramos, eu quero dizer claramente que V.Exa. é um Deputado inteligente e experiente e sabe que nós temos que discutir macroeconomia para dizer como vai ser financiado o Estado. Nós não podemos só chegar aqui e dizer que temos que arrochar o funcionalismo público, através da reforma da Previdência, através da reforma trabalhista para os trabalhadores do INSS, através da PEC do Teto. A solução para tudo é espremer? Não! Por que não discutimos a reforma tributária taxando heranças, fortunas, lucros e dividendos? Por que não discutimos as favas contadas dos 400 bilhões do orçamento que são dirigidos aos juros no Brasil? Por que não discutimos as desonerações absurdas? Pelo contrário, estão taxando o Imposto de Renda nos descontos da classe média.

Deputado, é óbvio que nós não podemos deixar de falar desta pandemia, pois teremos mais de 2 mil mortos hoje. Essa é a questão que está em jogo. Os servidores estão na linha de frente: os policiais, os servidores da saúde, os servidores da educação, que está voltando. A pandemia explodiu de novo! Eles estão voltando para casa na maioria dos Estados. E nós estamos querendo congelar salários?

Nós temos aqui a tabela: 14 Estados já estão acima dos 95% do gatilho. Esse não é o problema. O problema é que Guedes só quer entregar recados para o capital financeiro. Aí é que entra a nossa emenda.

O Deputado Kim Kataguirí foi à tribuna dizer que a cúpula do funcionalismo ganha muito. Eu quero dizer para ele que, dos 10 milhões de servidores públicos, 80% são da educação e da saúde. Em média, nos Municípios, 73% desses servidores ganham até dois salários mínimos. Então, isso que foi dito é uma grande mentira.

Se quiserem resolver a situação dos policiais - sem essa engabelação que foi proposta pelo Governo, sem essa manobra para se votar em segundo turno -, junto com a dos educadores, junto com a do setor de saúde, que é linha de frente; defendendo esses heróis nacionais neste momento; defendendo o SUS, votem na proposta do PSOL. A União dos Policiais do Brasil disse que não aceita o acordo. Eu vi, no plenário, Parlamentares defensores da Polícia Federal sendo contraditórios: alguns aceitando o acordo, outros não aceitando o acordo.

Nós podemos resolver isso agora. Se V.Exas. querem taxar os grandes, tirem só os Poderes e deixem os trabalhadores. No meio da pandemia, no meio do surto inflacionário que nós estamos vivendo, existem pessoas que não têm aumento desde 2016. Estou falando de servidores lá de baixo, porque isso atinge Estados e Municípios.

Eles serão punidos pelo Governo Federal se não trocarem essas regras.

Então, eu peço à bancada da segurança pública, neste momento, e a quem tem compromisso com os policiais brasileiros, os educadores, a saúde pública,

que vote pelo destaque do PSOL, porque, com este destaque, nós resolveremos esse problema agora.

Documento 521/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB é a favor do destaque. Nós queremos mudar o texto desta PEC, conhecida como a PEC do fim do mundo, porque ela traz embutida, camuflada, uma reforma administrativa.

O texto desta PEC prejudica frontalmente os policiais militares do Brasil, as polícias civis, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, os trabalhadores em saúde e os trabalhadores em educação.

Servidores públicos do Brasil, prestem atenção no voto de cada Parlamentar, agora, nesse destaque! É nesse destaque que nós buscamos salvar aquelas vantagens a que os servidores públicos têm direito. Nós não podemos deixar que o Governo Bolsonaro retire conquistas de anos, já garantidas aqui por esta Casa.

E mais, Sr. Presidente, nós deveríamos estar discutindo aqui a aprovação dos 600 reais, e não discutindo reforma administrativa que prejudica os trabalhadores.

Muito obrigada.

Documento 522/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Implantação de políticas públicas em prol dos policiais civis e militares. Necessidade de retomada do auxílio emergencial. Contrariedade ao congelamento salarial do funcionalismo. Declínio da economia brasileira anterior à epidemia de coronavírus. Comprometimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o sistema bancário. Contestação às atribuições aos servidores públicos da responsabilidade pela crise financeira do Estado do Rio de Janeiro. Atribuição à falta de planejamento, à carência de investimentos em infraestrutura e na área industrial como causas da falência do Estado. Prejuízos causados aos Estados e Municípios no enfrentamento das crises sanitária e humanitária, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, a Chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Gestão criminosa do Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esse destaque de fato é bastante expressivo, porque, como já disse o Deputado Marcelo Freixo na orientação do destaque, ele expressa uma defesa de mais de 80% dos servidores públicos civis e também militares, incluindo os policiais e os bombeiros. É importante falarmos dos bombeiros, porque é a palavra que não surgiu muito neste Plenário e que tem uma função muito forte de proteção da sociedade.

No entanto, é importante dizer para a sociedade que a proteção desses servidores está vinculada às políticas públicas de proteção desta população. Parece-me que esse debate vai tentando colocar em confronto parcelas da sociedade que se somam e não são antagônicas.

Quando estamos falando da população que precisa do auxílio emergencial - e estamos falando também dos servidores lá da ponta -, nós estamos falando de parcelas da sociedade que se encontram, não são antagônicas. Quando falo da professora, da merendeira, eu estou falando de servidores que protegem os filhos dessa população que precisa do auxílio emergencial. Quando falo da técnica de enfermagem, do bombeiro, do policial civil ou do policial militar, eu estou falando de profissionais que deveriam estar juntos no mesmo *front* de batalha, em defesa dos recursos públicos. Quando eu estou falando do médico lá do posto de saúde, ou da UTI, ou do hospital, eu não estou falando do confronto de dois recursos, estou falando do mesmo dinheiro. E esse dinheiro não é do Governo, esse dinheiro não é do Deputado, esse dinheiro não é do Senador, esse dinheiro é da população, que paga tributo. Aliás, quem menos paga tributo é aquele que está levando esse dinheiro lá para o capital financeiro. O banco é quem menos paga tributo neste País, proporcionalmente

ao dinheiro que eles ganham, que, aliás, eles nunca perdem. Quem paga imposto neste País é o pobre, é o assalariado, é a classe média.

Na verdade, nós estamos falando de cortar despesas, da proteção da vida, da saúde, da educação, da segurança; estamos falando de algo básico, essencial na vida das pessoas. Estamos falando de cortar o auxílio emergencial para um terço do valor da cesta básica no texto constitucional. Nós não vamos conseguir mudar isso. Colocar na Constituição é cruel. E, quando nós estamos falando em cortar o recurso do salário ou de congelar o salário do médico, da enfermeira, do profissional da segurança, por 15 anos, não estamos falando de 2021, não estamos falando de 2025, estamos falando do texto constitucional, isso é perene, por 15 anos, 20 anos, porque está associado também ao teto de gastos. Então, nós não podemos mentir para a sociedade quando votamos "não".

E eu quero aqui confrontar algumas afirmações. Primeiro, a pandemia, é claro, prejudica a economia, mas olhem como nós entramos em 2020, antes de a pandemia começar. A economia já vinha muito mal no Governo Bolsonaro. Vejam, nós entramos em 2020 já com um aumento na taxa de desemprego de 13,9%, de 2019 para 2020. Já tínhamos 11,6 milhões de desempregados e fomos para 13,9 milhões de desempregados. Nós tínhamos 4,6 milhões de desalentados, e esse índice aumentou em 46%, fomos para quase 6 milhões de desalentados, aqueles que já desistiram de procurar emprego. Nós tínhamos 33 milhões de trabalhadores com carteira assinada e descemos para 29 milhões de trabalhadores com carteira assinada, ou seja, 3,2 milhões de pessoas perderam a carteira assinada. Nós tivemos uma queda no PIB de 4,1%.

A nossa economia já vinha em plano declinante. Sabem por quê? Porque não temos planejamento econômico, não temos investimento, não temos nada, só se pensa em cortar e mandar o dinheiro para quem mais ganha neste País, que são os banqueiros. Isso aqui não é um panfleto, é fato, é verdade. Paulo Guedes só pensa em cortar, na Previdência, nos direitos, cortar empresas estratégicas, desnacionalizar as nossas empresas, que podem apostar no desenvolvimento nacional.

Quero também enfrentar um discurso que estou ouvindo se repetir aqui sobre o desastre do Rio de Janeiro. Eu tenho dados. O problema do Rio de Janeiro não é o funcionalismo público. Sabem qual é o percentual que se ocupa do dinheiro do Estado do Rio de Janeiro com servidor público? É de 48%, de servidores públicos concursados e terceirizados. Olhem que o Rio de Janeiro vive de clientela, de terceirização.

Sabe quantos assistentes sociais concursados, Deputado Henrique Fontana, há na Secretaria de Assistência Social? Nenhum, zero! Não há nenhuma assistente social concursada na Secretaria de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro - zero. É tudo terceirizado.



Sabem quantos técnicos de turismo há na Secretaria de Turismo no Estado do Rio de Janeiro? Três! Nós tínhamos 1.200 engenheiros públicos na Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Sabem quantos existem hoje? Isso era na década de 80, eram 1.200. Hoje existem 400.

Nós não fazemos concurso público no Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro vive de clientela. Parece-me que isso virou hoje a prática. Não há concurso! Entre servidores ativos e terceirizados no Rio de Janeiro, hoje há 48%.

O nosso problema no Rio de Janeiro não é servidor público, está tudo terceirizado, que é o que essa PEC permite. Não é servidor de carreira, não é concurso público, nem as isenções fiscais foram os nossos problemas. Se somar os Governos Sérgio Cabral e Pezão, dá 40 bilhões de isenção. Não é essa a gravidade do Estado do Rio de Janeiro.

É grave também a corrupção lá? É muito grave, mas também não foi o que levou o nosso Estado à bancarrota, apesar de a corrupção ser gravíssima. O nosso problema lá é falta de investimento em infraestrutura, de investimento industrial, de planejamento. Nós temos uma base produtiva oca, com grande potencial de crescimento e de investimento, mas nem sequer eles souberam aproveitar o tanto de recurso enviado pelos Governos Lula e Dilma para o nosso Estado.

Lá o que falta é gestão, é governo, é planejamento, é concepção de Estado. Isso é o que falta lá. Então, parem de dizer que lá o problema da bancarrota, do desespero, foi servidor público, foi gasto errado com serviço público. Ao contrário, ali o que menos há é concurso público, o que menos há é servidor de carreira, o que menos há é investimento no Estado.

Este é o grande problema do Estado do Rio de Janeiro. Não há planejamento, nem com a parceria privada se fez investimento no Estado do Rio de Janeiro. Falta concepção de Estado, de pensar planejamento de curto, de médio ou de longo prazo.

Nós precisamos enfrentar essas coisas para parar de falar bobagem, para parar de inventar, de mentir, de dizer falsidade dentro do Parlamento brasileiro. Esse é o problema. Isso deve ser um pouco a realidade de outros Estados que foram à bancarrota por falta de planejamento.

Como V.Exa. disse, Deputado Henrique, as famílias não têm salário, não têm renda, não têm como consumir, que é a grande parte, inclusive, do giro da economia. Com esses todos que não têm recursos, lá se vão os aposentados, lá se vão as pensionistas.

Nós precisamos falar a verdade para a população quando votamos essas coisas. Não se está votando isso para se ter equilíbrio do Estado, está se votando isso para pagar dívida financeira. Eu repito o que disse ontem aqui: é mentira tudo isso! Isso aqui é para favorecer o pagamento da dívida pública.

Essa história de fazer acordo para o segundo turno, vamos olhar direito! Pelo Regimento, só pode fazer acordo para segundo turno de supressão de texto. Cuidado aí com essa história de que se está fazendo acordo para corrigir problema da segurança pública. Não pode mudar texto não, galera! Não pode mudar texto!

Estou dizendo "galera" é para quem está nos ouvindo, está bem? Não é para os Parlamentares, não. Não se pode mudar texto. Não há esse negócio de estar corrigindo o texto para o segundo turno; só pode destaque supressivo de texto. Então, cuidado aí com esses acordos, porque pode haver gente sendo enganada, viu? Então, cuidado. Nós precisamos ter consciência do que está sendo votado.

Essa proposta de emenda à Constituição vai implodir a possibilidade de nós favorecermos os Estados e os Municípios no enfrentamento da pior crise sanitária e humanitária do século. Acabei de falar com o Presidente do CONASS, Secretário de Estado de Saúde do Maranhão. Nós teremos hoje, Deputado Marcelo, mais de 2 mil óbitos. Isso é um recorde, e o mundo inteiro está preocupado conosco. Nós só tivemos uma capacidade nessa pandemia: criar as cepas brasileiras. E o mundo inteiro vai nos fechar, vai nos isolar, porque ninguém mais quer brasileiro indo para lugar nenhum. Nós tivemos essa capacidade. Enquanto o mundo inteiro está decrescendo em contaminados e óbitos, nós estamos numa curva oposta de crescimento, por crimes recidivantes deste Governo.

Não adianta negar, este Governo é de fato criminoso. Nós não vamos mais ter vacina daqui a pouco. E precisamos tomar medidas, o Parlamento, a Justiça, os Governadores, os Prefeitos, porque, se depender deste Governo, nós vamos chegar a uma crise muito maior do que estamos hoje. Façamos um comitê de crise - nós! -, o Congresso, junto com a Justiça, junto com a defensoria, porque, se depender deste Governo, mais brasileiros morrerão.

Obrigada.

Documento 523/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra o congelamento de fundos sociais; o corte de investimentos públicos e a redução salarial do funcionalismo. Repúdio à decisão do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de suspensão do pagamento do auxílio emergencial de 600

reais. Repúdio ao preconceito governamental contra os servidores públicos. Baixos valores preconizados na PEC Emergencial para a concessão do novo auxílio emergencial. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo e dizer que estamos aqui debatendo, e bastante, em relação a falas que V.Exa. fez hoje quando estava não na Presidência, mas adequadamente, corretamente, no exercício do seu mandato, como qualquer um de nós Deputados. E nós o estamos contestando porque respeitamos muito V.Exa. De fato a sua fala, do meu ponto de vista, contém um conjunto de equívocos de raciocínio de política econômica que quero colocar em debate no Plenário, com o Brasil e com os demais colegas.

Por exemplo, quando diz que o caminho para resolver os problemas econômicos dos Estados e do País seria o aprofundamento dos cortes nos investimentos públicos, nos salários, especialmente de servidores que ganham menos, que o caminho seria congelar o salário mínimo, que o caminho seria cancelar e congelar todos os fundos de desenvolvimento para diferentes áreas de políticas públicas - nós temos fundos estruturados no País que são fundamentais para o desenvolvimento nacional -, quando outros colegas dizem que isso seria a solução, Deputada Jandira, eu fico me perguntando: para onde vai esse dinheiro todo? Porque faz exatamente 5 anos, 2 anos com Bolsonaro e outros 3 anos com o Governo Temer, que só se utiliza esta mesma política, com corte de investimentos públicos, corte de salários, cancelamento de novas contratações, cancelamento de programas.

Ontem mesmo, eu recebi aqui um relato detalhado de como está praticamente extinto o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é o programa que garantiu o enfrentamento do déficit habitacional do País.

A questão central, Deputado Marcelo Ramos, colegas Parlamentares, povo brasileiro, é que nós somos de outra política econômica. Esta ideia do corta, corta e corta está levando o País a um aprofundamento da recessão. Nós temos a pandemia de um lado e uma recessão econômica agravada por esta política econômica de outro. Por quê? Porque nós temos um poder de compra cada vez menor do povo brasileiro. E dois terços do PIB nacional, para ser mais exato, 63% do PIB brasileiro, Líder André Figueiredo, que me concede esta fala em nome da nossa Oposição, dependem do poder de compra das famílias dos brasileiros, o restante é capacidade de exportação, balança comercial. Vejam: 63% do crescimento ou do decréscimo do PIB dependem do poder de compra das famílias.

Eu vejo os Deputados que rezam pela cartilha do fanatismo liberal subirem à tribuna e dizerem: *"Mas como? Nós estamos cada vez mais endividados. Se*



não equilibrarmos as contas públicas, o País vai à breca, o Estado A foi à breca, o Estado B foi à breca". Pois o País, o Estado A e o Estado B foram à breca exatamente dentro desta política. Como eu disse há pouco, enquanto governamos - os partidos do campo popular liderados pelo Presidente Lula e depois no primeiro Governo da Presidenta Dilma -, a dívida brasileira diminuiu ano a ano. Isso é dado do Banco Central, não sou eu que estou dizendo, estão lá todos os gráficos para quem quiser olhar.

Então, não se pode levantar hipóteses em vão. E o que está acontecendo agora? Os cortes são cada vez maiores. Aí se alimenta o círculo vicioso disso que eu estou chamando de fanatismo liberal. Cai a atividade econômica, cai a arrecadação dos Estados, e vêm o Paulo Guedes, o meu colega Deputado Kim Kataguiri e os outros colegas do fanatismo liberal dizer o seguinte: *"Veio a recessão, caiu a arrecadação do Estado, já tenho a solução, corta mais despesa do Estado, corta salários, demite servidor, congela o salário mínimo, congela e acaba com o auxílio emergencial"*.

O Paulo Guedes e o Bolsonaro - o Bolsonaro em primeiro lugar - cortaram o auxílio emergencial, Deputada Jandira Feghali, no dia 1º de janeiro, no momento em que a pandemia estava mais dura, em que a recessão era mais grave. Qual foi a providência tomada por Bolsonaro e por Paulo Guedes? Não foi cortar um grande salário do serviço público; foi cortar o auxílio emergencial de 600 reais, Deputado Marcelo Ramos. O que V.Exa. nos diz sobre isso? E V.Exa. criticou o valor do Bolsa Família. Só que o Bolsa Família existia no momento em que o País estava no pleno emprego; ele era um programa de suporte do ponto de vista da proteção social. O País não estava numa pandemia, Deputado Marcelo Ramos. O País não tinha o maior desemprego de toda a sua história. O País não estava nessa hecatombe que é o Governo Bolsonaro. Pelo amor de Deus, meu colega e hoje Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, não apoie o Governo Bolsonaro! O Governo Bolsonaro vai levar este País para o maior desastre de toda a sua história. Já está levando! Aliás, V.Exa., que é amazonense, sente na pele o que foi a irresponsabilidade causada por esses cortes irracionais.

Defender equilíbrio fiscal é defender crescimento econômico, gasto justo, equilibrado, criterioso e bem determinado, e também é defender cobrança de impostos justa sobre aqueles que de fato detêm as grandes riquezas do País.

Chega de esfolar o professor! E essa frase - ao contrário do que dizem alguns desses liberais que sobem à tribuna: *"Não vou entrar na demagogia"* - é de sentimento social e real de dignidade. Chega de esfolar o professor, que ganha 2 mil, 3 mil, 4 mil reais.

Chega de esfolar um médico, um auxiliar de enfermagem, uma pessoa que trabalha na recepção das nossas unidades de saúde. Essas pessoas estão dando o sangue pelas nossas necessidades e são chamadas de culpadas.

Chega desse preconceito contra o servidor público. Aliás, o país dos ódios e dos preconceitos é o país que Bolsonaro está legando ao futuro.



Quero me solidarizar publicamente com o Governador Eduardo Leite, que errou quando votou em Bolsonaro para Presidente da República e agora está na frente do Palácio Piratini com uma horda de fanáticos que pedem, Deputada Jandira Feghali, que ele suspenda as medidas de distanciamento social e de proteção da vida e da economia dos gaúchos.

É isso que está acontecendo neste País. E esta emenda constitucional agrava os problemas. Ela liquida com o fundo soberano do pré-sal. Ela liquida com os fundos que protegem o meio ambiente. Ela liquida com os fundos que protegem a cultura. Ela liquida com o fundo do idoso. Ela liquida com o fundo da criança e do adolescente.

Que acordo é esse que deu para votar que diz que vai resolver o problema das promoções dos policiais? Eu quero saber o resto! Eu também apoio que os policiais devem ser protegidos, mas chega de enganar as pessoas. Como assim?

Há um acordo aí que fala das promoções, mas o dinheiro para o auxílio emergencial que está nesta emenda constitucional, Deputado Ivan Valente, é de míseros 44 bilhões de reais. O auxílio emergencial de 2020 custou exatamente 294 bilhões de reais.

Portanto, o Governo Bolsonaro, de forma fria, calculista, desumana e cruel, está dizendo que, para enfrentar a maior crise sanitária, social e econômica da história do País, vai destinar 44 bilhões, uma sétima parte, sete vezes menos do que foi destinado no ano passado, que ele e o Guedes não queriam colocar, mas que o Parlamento brasileiro colocou.

Em momentos de crise, tem-se que injetar dinheiro público na economia para proteger as pessoas. O Estado nacional, este País que nós tanto amamos, existe para proteger seus filhos, que construíram a riqueza dele ao longo das décadas, ao longo de tantas gerações. Tem-se, sim, que responsabilmente endividar o País para salvar a economia, para salvar vidas, e, ali na frente, recuperar esse endividamento.

Os Estados Unidos, que são um dos centros do capitalismo mundial, está colocando 1,9 trilhão de dólares para reerguer sua economia depois do desastre que foi o Governo Trump. Aliás, é a mesma situação que vamos enfrentar a partir de 2022, quando elegermos um novo governo popular para este País. Vamos pegar um País destruído, um País polarizado, com coisas falsas, com *fake news*, com irresponsabilidades, um País onde se alimenta o ódio - vejam que o filho do Presidente hoje tenta mentir para o povo brasileiro dizendo que o Presidente é amigo da vacina, Deputada Jandira, um Presidente que esculachou a vacina o tempo inteiro, que não comprou vacina quando tinha que comprar, que mandou o Ministro cancelar 46 milhões de doses que tinha possibilidade de comprar da Covax, vacina para metade do povo brasileiro, Deputado Wolney. Mas ele disse que não precisava, que era só para 10%. Ele não comprou a vacina da Pfizer. É o Presidente antivacina, o Presidente antipovo, o Presidente antieconomia, e é isso que estamos

enfrentando. E agora querem agravar com esta PEC, que não vai resolver nada, ao contrário, vai piorar muito a economia do nosso País.

Documento 524/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Repúdio ao condicionamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a pretendida retirada de direitos dos servidores públicos pela propositura. Não tributação de grandes fortunas. Repúdio ao valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Anulação de condenações judiciais impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alcance da marca de 265 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Defesa de julgamento de pedido de suspeição do então Juiz Federal Sérgio Moro na condução da Operação Lava-Jato. Apoio do PT ao requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Desapreço do Presidente Jair Bolsonaro para com os policiais brasileiros.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

O Presidente Bolsonaro deveria ter vergonha, porque usar a fome do povo, usar a desgraça do povo na negociata, isso só pode ser chamado de chantagem. É nestes termos que esta PEC está sendo debatida aqui. Dizer que prorrogação do auxílio emergencial dependeria da aprovação desta PEC é uma chantagem. E eu poderia usar outras expressões. Eu poderia dizer que se está passando a boiada, aproveitando a pandemia, para usar aqui as palavras do Ministro do Meio Ambiente. Eu poderia dizer que se está buscando colocar a granada no bolso do inimigo, para usar aqui as palavras do Ministro da Economia. E por inimigo ele se referia aos trabalhadores.

Dizer que é necessário tirar direitos dos trabalhadores para prorrogar o auxílio emergencial é mentira e, na verdade, é uma *fake news* daquelas bolsonaristas mais típicas. Na verdade, esta PEC mostra que o Governo tem lado, que o Governo escolheu quem vai pagar a conta da crise, que o Governo escolheu que vai barrar a carreira, vai impedir reajuste da enfermeira que está arriscando

sua vida, do covreiro que está enterrando esses milhares de corpos, dos policiais que estão ajudando a garantir as medidas sanitárias.

Aliás, Bolsonaro mente quando diz que os defende.

E todos os projetos sobre taxar grandes fortunas, enquanto isso, seguem parados.

É preciso denunciar o absurdo de o Governo se propor a retomar o auxílio emergencial com valores tão baixos. Talvez Bolsonaro, com seus banquetes coletivos, não esteja entendendo que comer ficou mais caro. Talvez Bolsonaro, com seus passeios de *jet ski* e lancha, não esteja entendendo que a gasolina ficou mais cara. Talvez Bolsonaro, visitando a mansão de 6 milhões de reais do seu filho Flávio Bolsonaro - que ninguém sabe como ele vai pagar -, não esteja entendendo que os despejos aumentaram.

Presidente, o custo de vida aumentou. Comer ficou mais caro. Como é possível, então, que esse Governo fale em abaixar o auxílio emergencial? Dizem que, se não for desse jeito, a economia vai ser prejudicada; se não aprovar esta PEC, a economia vai ser prejudicada. O que teria sido da economia se não houvesse o auxílio emergencial? Se as coisas estão ruins agora, de que forma nós estaríamos se não tivéssemos aprovado aqui o auxílio emergencial? Foi o auxílio emergencial - não foram os 15 milhões de reais gastos em leite condensado -, foram os 600 reais no bolso do trabalhador - não foram os 2 milhões de reais gastos em chicletes - que fizeram com que, na política neoliberal do Governo na pandemia, ainda chegássemos onde estamos agora, e não a um estado ainda mais deplorável.

Então, Presidente, a nossa luta aqui hoje é para barrar quem quer drenar o dinheiro público direto para os bancos; é para defender que seja restabelecido um auxílio emergencial que traga um mínimo de dignidade para a classe trabalhadora, que está vivendo um momento tão tenebroso.

Presidente, eu ainda quero usar meu tempo pela Liderança do PT para comentar algo que nós assistimos nesta semana. Nós vimos o início da correção de uma farsa, essa verdadeira farsa que foram as condenações contra o Presidente Lula. Desde 2016 - 2016! - que a defesa de Lula denunciava que não cabia à Vara de Curitiba julgar o Presidente.

Tem gente tratando disso como se fosse um mero detalhe processual, um tecnicismo, uma formalidade. Mas, longe disso: a Vara de Curitiba foi escolhida. Foi para lá que os processos de Lula foram direcionados porque era ali que havia um juiz disposto, ali que havia um juiz vendido que ia garantir que não houvesse outro resultado possível para aqueles processos, para aqueles julgamentos.

E o problema da justiça, quando tarda, é que os danos são irreversíveis. Lula passou mais de 500 dias privado daquilo que é a coisa mais cara que um ser humano pode ter, a liberdade. O irmão de Lula morreu quando ele estava

preso, e ele não pôde enterrar. O neto de Lula morreu quando ele estava preso, uma criança, e eles não puderam passar os últimos dias juntos. Lula nem pôde passar o luto com sua família, em seguida. Mas hoje, sobre isso, o Presidente Lula falou na sua coletiva. Ele disse: *"A dor que eu sinto não é nada diante da dor que sofrem as pessoas que viram seus entes queridos morrerem e sequer puderam se despedir deles"*.

Mais importante do que falar da indignidade que foi cometida contra o Presidente Lula é também resgatar e entender qual foi o dano para o povo brasileiro. O povo brasileiro não teve direito a eleições livres. O povo brasileiro foi proibido de votar no candidato que, em todas as pesquisas, aparecia em primeiro lugar e que, muito provavelmente, venceria as eleições.

Qual foi o resultado disso?

O resultado disso nós estamos vendo e sentindo agora. O resultado disso é uma gestão federal que empurra o povo brasileiro para o abismo, entreguista, que tem ódio a pobres.

Hoje nós não temos nem emprego nem auxílio emergencial. Hoje são mais de 265 mil brasileiros e brasileiras mortos por causa de um Presidente genocida e de seus aliados, de seus seguidores, como é o caso do Prefeito de Natal, Álvaro Dias, do PSDB, que, há pouco, declarou que nós vencemos a pandemia e que estamos agora em uma situação confortável. Eu não sei em que planeta ele vive.

Essas vidas não voltam, Presidente. E é por isso que os efeitos da justiça tardia são irreversíveis. Mas antes tarde do que mais tarde. Em breve, o STF vai se pronunciar sobre o que significou ser o ex-Juiz Sergio Moro aquele a julgar os processos de Lula. Não é possível que agora, quando o Brasil inteiro sabe que esse juiz corrupto atuou como verdadeiro chefe da acusação, não haja o reconhecimento dessa suspeição, da ilegalidade, da ilegitimidade das condenações contra o Presidente Lula, não só pela incompetência da vara, mas pela atuação criminosa que esse ex-juiz teve na condução dos processos.

E é por isso que, independente do resultado desse julgamento, a história vai saber que um homem inocente, que foi o maior Presidente que este País já teve, que hoje nos fez lembrar o que é um estadista - e que saudades -, foi injustiçado de forma covarde. E quem cometeu essa injustiça vai para o esgoto da história.

Presidente, eu encerro dizendo que nós seguimos firmes para reverter essas injustiças, para colocar um ponto final nelas. A história também vai registrar que este momento tenebroso que nós estamos vivendo agora vai ter durado pouco e que, logo depois dele, o Brasil vai ter voltado a ser feliz de novo.

Presidente, por fim, eu queria aqui manifestar e registrar o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores ao destaque que está em discussão neste

momento. É necessário suprimir do texto desta maldita PEC que servidores e empregados públicos civis e militares terão seus direitos retirados.

Eu queria inclusive me dirigir aos trabalhadores da segurança pública que estão nos assistindo, porque Bolsonaro, que é o mestre das *fake news*, gosta muito de dizer que defende os policiais - mas não os defende em nenhuma das políticas que aplica. Quando arma a população, quando quer armar a sociedade civil, são os policiais que ficam mais expostos com esse discurso genocida de que é para sair atirando. Afinal, não é Bolsonaro que está nas ruas. Agora, nesta PEC, Bolsonaro mostra o seu despreço por esse setor, que também está sendo afetado por congelamento de progressões, de salários.

Portanto, Presidente, a bancada do PT vota em apoio ao destaque apresentado, porque sabemos que é um absurdo que, no meio de uma pandemia, quando os serviços públicos estão sendo mais demandados, como a saúde, a educação, a segurança, nós colocamos, no peso da classe trabalhadora, a culpa por essa crise, que, na verdade, é agravada, dia após dia, por uma política neoliberal inútil que esse Governo faz implementar.

Obrigada, Presidente.

Documento 525/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --TABATA AMARAL-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de apoio aos Requerimentos de Destaque de nºs 1 e 3, acerca da supressão do teto de recursos do auxílio emergencial, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Muito obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, nós tivemos uma vitória muito importante quando impedimos que recursos da educação, da assistência e da saúde fossem desviados. Mas nós temos ainda alguns enfrentamentos a serem feitos. Eu queria chamar a atenção para o mais importante deles. Nós precisamos retirar o limite de 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial.

É muito importante que toda a população entenda o que isso significa. Com esse valor, nós teremos um auxílio de 250 reais por mês por no máximo 3

meses. Minha gente, só o botijão de gás custa quase 100 reais. A pandemia, infelizmente, não acaba daqui a 3 meses. Nós estamos no pior momento da pandemia. As pessoas estão passando fome e estão desde janeiro sem o auxílio emergencial. Quem tem fome tem pressa. Nós precisamos retirar esse limite de 44 bilhões de reais. Hoje, inclusive, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, a qual eu tenho a honra de presidir, posicionou-se contra esse limite.

Então, eu peço o apoio dos meus colegas Parlamentares aos Destaques nºs 1 e 3, que foram apresentados pelo PCdoB e pelo PDT, para que possamos ter um auxílio justo e digno.

Muitíssimo obrigada.

Documento 526/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Necessidade de alteração do limite de recursos previstos para o auxílio emergencial na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Equívoco do discurso do Deputado Kim Kataguirí sobre o congelamento salarial do funcionalismo a partir de 2025.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós estamos aqui tomando uma decisão de alterar a Constituição. Ontem, a Câmara aprovou o mérito da PEC 186. Hoje, estamos aqui votando os destaques.

Apesar de nós termos obtido até agora algumas vitórias, como, por exemplo, evitar a desvinculação dos recursos da saúde, da educação; evitar que os fundos de saúde, educação e outras áreas essenciais fossem retirados da obrigatoriedade de permanecer à disposição dessas áreas, nós precisamos, sim, de algumas alterações no texto.

Primeiro, porque o limite de 44 bilhões de reais é insustentável. Não é possível que esta Câmara permita que o auxílio emergencial seja tão insuficiente para a população. Três meses de auxílio, 250 reais, com o preço que a carne, os alimentos, o botijão de gás atingiram é impossível, é uma desumanidade.

Toda a boa prática econômica mostra que nesses momentos de crise o Estado precisa usar todos os seus artifícios para manter a economia girando e para evitar o caos social.

Sr. Presidente, eu queria aqui corrigir uma falha cometida pelo Deputado Kim, que afirma que o congelamento dos salários dos servidores vai ser só a partir de 2025, que os concursos públicos para reposição de vagas não serão suspensos de imediato.

Isso é uma falha. Uma falha que acontece por conta da discussão apressada, açodada, uma discussão feita de maneira muito veloz aqui no Congresso. Na verdade, o congelamento dos salários se dará a partir de 2025 apenas se desde agora não houver aumentos salariais, não houver reposições. Se houver reposição, nós furamos o teto em 2025.

Então, de agora em diante não pode haver aumento. De agora em diante, também não pode haver nem concurso para reposição.

Essa confusão por conta da nossa pressa está confundindo Deputados. Deputados estão falando coisas incorretas. O Deputado Kim não entendeu, e eu entendo por que ele não entendeu. Está difícil mesmo! Nós deveríamos ter debatido tudo isso nos detalhes.

Poderíamos explicar para os Deputados, por exemplo, que o teto se dá não em termos gerais, mas por órgão. A Defensoria, por exemplo, já não pode fazer nada, já está congelada, não pode fazer concurso a partir de hoje, se aprovarmos do jeito que está.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Documento 527/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro, no País, de 2.286 mortes e de 79.876 contaminados pela Covid-19 nas últimas 24 horas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só quero dar aqui alguns dados.



Saiu o painel do CONASS, e nas últimas 24 horas foram registrados 2.286 óbitos, o que é algo absolutamente alarmante e chocante, juntando ainda a 270.656 óbitos. Foram registrados 79.876 novos contaminados em 24 horas, e nós já temos um total de 11 milhões 202 mil 305 casos. Esse recorde de 2.286 óbitos é o maior da história da pandemia.

Documento 528/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação de requerimento de destaque sobre a garantia da progressão funcional de servidores públicos. Saudação ao Senador Major Olímpio, em convalescença da Covid-19.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou aqui desde segunda-feira apelando a esta Câmara para alterarmos de fato o texto, para pelo menos preservar a legislação dos Estados no que diz respeito à progressão da carreira.

Devo reconhecer que o entendimento feito hoje pela base do Governo com o Relator realmente alivia essa tensão gritante nos Estados, e em Minas Gerais, de forma muito pesada, inclusive.

Eu quero dizer, no entanto, que é importante que nós possamos aprovar esse destaque, que vai na mesma linha do acordo.

Ao mesmo tempo, quero aqui prestar uma homenagem ao Senador Major Olímpio, que lá no Senado foi o nosso representante e que lutou bravamente por essa mesma causa, conseguiu um avanço importante, mas não na dimensão desejada. Ele hoje está convalescendo da COVID-19.

Documento 529/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Encontro do orador, assessores e autoridades da área de saúde com o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, para debate do tratamento precoce da Covid-19.

Encaminhamento ao Ministério Público Federal de estudos pertinentes ao tema, especialmente com relação ao medicamento ivermectina. Contrariedade ao isolamento social e ao uso de máscaras faciais como medidas de combate ao coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Práticas Integrativas e Complementares e como especialista em saúde pública e em fitoterapia na saúde, nós estivemos com o Procurador Antônio Augusto Aras; com a minha assessoria, a Carla e o Beto; com a Dra. Maria Emilia Gadelha, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Ozonioterapia; com a Dra. Nise Yamaguchi, médica oncologista, imunologista e pneumologista; com a Dra. Raissa Oliveira Azevedo de Melo Soares, médica e Secretária de Saúde de Porto Seguro; com o Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, médico que escreveu o protocolo de Goiás; com a Dra. Lucy Kerr, médica e cientista que estuda a ivermectina há muitos anos; com o empresário José Alves Filho e com o empresário Sandro Mabel, ex-colega Parlamentar aqui desta Casa.

Fomos lá pedir ao Ministério Público Federal que adote a mesma linha do Ministério Público Federal de Goiás, que está indicando tratamento precoce para a COVID.

Passou-se 1 ano. Há muitas experiências, muitos estudos importantes. Infelizmente, muitos tocam a mesma música: use máscara, fique em casa e espere a vacina.

Pois é, será que a máscara protege mesmo as pessoas? Será que, se essa máscara protegesse, não teria diminuído o número de infectados no Brasil? Quais estudos existem sobre a máscara? Essa que nós pegamos assim, ó! E outro detalhe: será que não diminui a imunidade das pessoas ficar sem respirar, sendo que o ar é uma das coisas mais importantes para a nossa imunidade?

Eu fui ao Ministério Público Federal para pedir que aceite os estudos. Foram 237 estudos que eu entreguei ao Ministério Público Federal dizendo que o tratamento precoce funciona, que a vitamina D funciona, que quem tem mais de 60 nanogramas no sangue de vitamina D dificilmente fica doente.

Fui entregar os estudos sobre a ivermectina. Está provado em estudos que em 90% é profilática e ajuda no tratamento da COVID. Fui lá dizer que existem estudos, sim, a favor da ivermectina.

Por que as pessoas estão morrendo, meu Deus do céu? Sabe por quê? Porque vão ao posto de saúde, e o médico diz assim: *"Essa doença não tem cura"*. Eu



recebi o telefonema de uma amiga ontem. "Essa doença não tem cura. Vai para casa tomar paracetamol!" e fica em casa esperando para ser entubado.

Tem gente duvidando de tratamento, gente que fica discutindo paixão política e não discute saúde. Mas vá ler, leia os estudos comprovando que existe medicamento, sim, para essa doença.

Eu quero ler aqui um texto de Adrilles Jorge, que diz o seguinte:

Cooperativismo versus isolacionismo, como ideologia.

A ideologia isolacionista é uma seita sem deus (...), uma ideia única, obsessiva e errada: a de que trancar pessoas por tempo indeterminado salva vidas (...), mesmo que isso signifique menos empregos, menos trabalho, menos comida, menos saúde mental, mais agressões domésticas, menos educação, mais miséria, mais fome e, sobretudo, mais mortes causadas pela soma de todos estes problemas. (...) O isolacionista é filho direto do cientificismo e espelha seu autoritarismo: um médico pode receitar 8 horas de sono, uma alimentação saudável, não fumar, não beber. Recomendar, não obrigar. O isolacionista te obriga a se isolar. (...) O isolacionismo é filho direito do globalismo. Um princípio moral de saúde pública que, em nome de um controle social, esmaga sua liberdade em nome de um falso bem-estar coletivo. Bem-estar que jamais chega. Pior: o isolacionismo nega o próprio bem-estar. Aposto no desespero - no medo das pessoas, no medo eterno, no medo de morrer. (...) Com medo e desespero, sem entender que a vida tem um contingente de risco, aposta no pavor permanente do medo da morte.

Qualquer palavra em contrário é considerada insensível. (...) o isolacionismo é o novo cala boca da liberdade de expressão. Não por acaso, as redes sociais (...) e a grande mídia tentam escolher a dedo todos os especialistas que endossam o isolacionismo.

São especialistas que são procurados e já têm carta marcada para aparecer na televisão.

Pensamento dissonante e holístico é massacrado e censurado. Todos os holísticos deste País estão sendo massacrados e censurados. Angela Merkel escolheu especialistas e isolacionistas para referendar suas práticas que não deram certo. O Governante isolacionista aposta na anticiência: em vez de pesquisas, as provas cabais sem estudo. Quando pesquisas reais mostram que 85% de confinados em Nova York foram contaminados ou que os países que mais se isolaram no mundo, como Argentina, Bélgica, Inglaterra, foram os piores em número de infectados e mortos, eles se calam. E calam quem tenta alertar para a verdade. Quando comprovam que 70% dos mortos na Suécia, país que não se isolou no ano passado, se encontravam em asilos, confinados, os isolacionistas silenciam.

O isolacionista infunde falsa pesquisa com desespero. Os vírus estão todos do lado de fora, berram. Não vivam. Não saiam. Sobrevivam quietos debaixo da



ordem dos tiranos. O isolacionismo é um bálsamo para tiranos e maus gestores. Um péssimo gestor arruína a vida de uma pessoa, impedindo-a de trabalhar, e depois a faz agradecê-lo por ter falsamente salvado sua vida. Maus gestores isolacionistas são reeleitos por espectadores com cérebro massacrado pela tese mentirosa, repetida mil vezes, do isolacionismo. (...) Relações humanas são paralisadas. O toque vira um pecado mortal. Uma nova cepa, uma nova pessoa gripada, uma nova mutação, a ameaça de uma nova mutação, tudo faz com que o tirano e isolacionista mate todo mundo e mate a liberdade das pessoas, tanto mais a liberdade de construção lógica de pensamento, por meio de encontro com outras pessoas, de encontro com a arte, de encontro com algo fora da caverna isolacionista. (...)

Agora, neste momento, após 1 ano de medidas fracassadas, os governos retornam ao isolacionismo.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: só há uma solução: tratamento precoce. Existem remédios para essa doença: tratamento precoce, vacina e trabalho. Quem defende o isolacionismo é porque tem a geladeira cheia e o salário no fim do mês.

Obrigado.

Documento 530/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Aprovação, em primeiro turno, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, de projeto de lei sobre o pagamento de auxílio emergencial de 408 reais a pessoas em situação de vulnerabilidade social durante a epidemia de coronavírus. Insignificância do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, uso da palavra apenas para informar que aqui no Distrito Federal, por iniciativa dos Parlamentares de oposição, Parlamentares do PSOL - Fábio Felix - e do PT - Arlete Sampaio e Chico Vigilante -, foi aprovado, em primeiro turno, o auxílio emergencial de 408 reais. O auxílio emergencial de 408 reais foi o valor aprovado, bem como os critérios de concessão desse auxílio relativos à renda desta população, que é uma população em situação de violação de direitos e com a renda suprimida, como grande parte do povo brasileiro.



Aqui no Distrito Federal se aprovou em primeiro turno, e nós estamos trabalhando com um teto de 44 bilhões para 4 meses de auxílio emergencial, que será uma quantia ínfima, que não atenderá às demandas da própria sociedade, em uma lógica de sacrificar o povo, de agudizar uma crueldade, que já é muito intensa com o povo brasileiro.

Documento 531/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM

QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a retirada das notas taquigráficas das declarações do Deputado Giovani Cherini, a respeito da inexistência de comprovação da eficácia do uso de máscaras faciais e do isolamento social como medidas de prevenção do coronavírus.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

É referente ao art. 73, inciso IX. Eu gostaria de requerer a esta Mesa que retire das notas a última fala do Deputado Cherini, porque é uma fala que espalha desinformação e, na verdade, coloca os servidores que estão nesta Casa em risco.

Há servidores que estão vindo a esta Casa trabalhar conosco, arriscando as suas vidas e as vidas das suas famílias. É um desrespeito muito grande que o Deputado chegue aqui e diga que não há estudo que comprove que a máscara combate a COVID, que não há estudo que comprove que o distanciamento social combate a COVID. São as únicas medidas, além da vacina, que existem no mundo que permitem que vençamos a pandemia. E a fala do Deputado não merece constar nos registros oficiais da Casa, porque ela é pura desinformação.

Obrigada, Presidente.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Eu recebo a questão de ordem de V.Exa., Deputada Natália, e indefiro.

Tem a palavra o Deputado Gastão Vieira.



Documento 532/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.286 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela doença. Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro na condução das ações de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, obrigado.

Agradeço também ao Líder Florence.

Sr. Presidente, acabamos de receber uma notícia trágica para o nosso País: 2.286 pessoas, em 24 horas, mortas por conta da pandemia do coronavírus, um recorde no Brasil.

Nós estamos vivendo um verdadeiro pesadelo, e esse pesadelo tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro, pela forma incompetente com que o Presidente conduziu essa questão. Há pessoas que estão morrendo por falta de UTI. Há médicos que estão tendo de escolher quem vive e quem não vive. Há falta de oxigênio em unidades de saúde.

Hoje o ex-Presidente Lula fez um discurso de estadista. Depois desse discurso, o Presidente Jair Bolsonaro já disse que "*a nossa arma é a vacina*", já começou a utilizar máscara e diz ser contra o tratamento precoce.

Documento 533/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

União dos esforços entre o Governo Federal, o Congresso Nacional e a sociedade civil para combate à epidemia de coronavírus. Protesto contra os sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Defesa de criação da CPI da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, imprensa do nosso País, esta pandemia nos tem deixado cada vez mais preocupados, pois agora já atinge as nossas crianças. É hora de uma reação, uma reação dura de todo o povo brasileiro, dos Prefeitos, dos Governadores, dos empresários, do Presidente da República e do Congresso Nacional.

Não podemos deixar esta pandemia continuar tirando a vida de milhares e milhares de brasileiros.

Mas há outra pandemia também acabando com o povo brasileiro: é a PETROBRAS. Vergonha nacional, a PETROBRAS, em 2 meses e meio, subiu o preço dos combustíveis em quase 46%. A PETROBRAS é comandada por uma quadrilha. Eu quero aqui dizer e, mais uma vez, falar a voz do povo brasileiro, que não consegue mais pagar o combustível. E mais: o serviço de UBER está parando, o preço do arroz está subindo, o preço do feijão está subindo, o preço da carne está subindo, o preço do arroz está subindo e o preço do macarrão está subindo. Quem é que vai parar esses aumentos abusivos?

Quero comunicar ao Sr. Presidente que eu estou preparando um pedido de uma CPI para apurar o que está acontecendo no Brasil. O engraçado é que todo mundo me questiona - recebi vários pedidos do meu Estado de Goiás e do Brasil - da seguinte forma: *"Deputado, o álcool não é produzido lá no exterior, não tem dólar no álcool, e esse preço do álcool está acompanhando o aumento da gasolina e do óleo diesel"*. O Presidente derrubou o presidente da PETROBRAS. Ficou pior: mais aumentos e aumentos.

Nós temos que reagir, Deputado Florence. Esta Casa tem que aprovar uma CPI da PETROBRAS. Eu sempre combati os cartéis, os monopólios e os oligopólios no Brasil. Nós temos que quebrar esse cartel da PETROBRAS. A PETROBRAS precisa abrir a exploração de petróleo em alto-mar e na terra, precisa abrir a importação de petróleo de empresas de todos os países que queiram vir para o Brasil, também para refinar o petróleo no Brasil, de modo que possamos distribuir o petróleo do Brasil e não deixá-lo ficar só nas mãos da PETROBRAS. Existe máfia também nas distribuidoras.

Vejam o preço dos combustíveis! O ICMS é um dos mais caros do País! O consumidor não suporta mais o que está acontecendo. É hora de o Parlamento brasileiro reagir em nome do nosso País, porque o preço está insuportável, está subindo quase todos os dias. Já foram seis aumentos, já foram 46% de aumento, e nada acontece. O País está anestesiado. O Congresso Nacional está anestesiado quando aceita essa verdadeira extorsão ao bolso dos consumidores do Brasil.

Então, Sr. Presidente, eu encerro as minhas palavras aqui com toda a indignação da Nação brasileira contra esta empresa chamada PETROBRAS,

dizendo que a empresa é nossa. É nossa! E a estatal que está metendo a mão no bolso do povo brasileiro sem dó e sem piedade.

Vamos quebrar esse cartel e abrir o mercado para que venham para cá empresas de todo o mundo, de todo o planeta, e haja concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO) - Vou encerrar, Presidente.

O Governo tem que reagir, assim como este Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO) - Peço que conste no programa *A Voz do Brasil* a minha indignação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 534/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-18:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés, por inclusão de agências lotéricas no rol das atividades essenciais.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo daqui da tribuna da Câmara ao Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, à equipe da saúde no Estado e ao gabinete de crise, para que façam como fizeram Pernambuco e Paraná, que consideraram a atividade dos lotéricos como atividade essencial, porque o Decreto nº 10.282, de 29 de março de 2020, decreto federal, garante essa condição.

As lotéricas são os bancos dos pobres, das pessoas simples da periferia. Muitas vezes, os trabalhadores recebem nas lotéricas os benefícios essenciais para a sua sobrevivência.

Portanto, faço este apelo porque lá o Governador está fechando tudo no final de semana, só deixando abertas as atividades essenciais, e a lotérica também é uma atividade essencial.

Documento 535/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 2.286 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão excetuadas aquelas que implicarem provimento de cargo ou emprego anteriormente ocupado por outro agente, constante no art. 167-A, inciso II, da Constituição Federal, alterada pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é lamentável: o Brasil bate um novo recorde, com 2.286 mortes por COVID-19 em 24 horas. Quero aqui me solidarizar com todas as famílias que, neste momento, estão sofrendo.

Acredito que muitos dos funcionários públicos que estão à frente desta pandemia, além de se preocupar com a saúde, com esta pandemia no Brasil todo, agora estão se preocupando com suas garantias constitucionais, com seus direitos adquiridos, com a qualidade do serviço público. Nós sabemos que a prioridade neste momento é combater a pandemia, ter vacina para todos, ter uma equipe que possa atender a necessidade da população brasileira.

Eu quero deixar aqui a minha condolência a todas as famílias que perderam os seus entes queridos e orientar "sim" ao texto e "não" ao destaque do NOVO.

Documento 536/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão excetuadas aquelas que implicarem provimento de cargo ou emprego anteriormente ocupado por outro agente, constante no art. 167-A, inciso II, da Constituição Federal, alterada pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019,

a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apelo aos Parlamentares, especialmente a Deputado do PL, por não utilização da palavra no plenário para indução de comportamentos contra a ciência, em especial a favor do uso de ivermectina no tratamento da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero orientar contra o destaque do NOVO e "sim" ao texto. Trata-se de um dos poucos pedaços desse texto que pelo menos tem um mínimo de garantia.

Presidente, eu falei aqui sobre o recorde de óbitos de hoje. Eu queria fazer um apelo, Presidente: que nenhum Deputado use o microfone do Parlamento brasileiro para induzir comportamentos contra a ciência. Eu me sinto indignada. Como médica, como profissional de saúde, eu tenho a obrigação de fazer este apelo, principalmente ao Deputado do PL que todo dia repete a indução ao comportamento contra a ciência. Até o laboratório que produz a ivermectina reconheceu, publicamente, que a ivermectina não tem eficácia contra a COVID-19.

Então, peço esse favor. Isso é crime. É crime induzir comportamentos incorretos e fazer campanha contra...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 537/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão excetuadas aquelas que implicarem provimento de cargo ou emprego anteriormente ocupado por outro agente, constante no art. 167-A, inciso II, da Constituição Federal, alterada pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

Agradecimento à Presidência pela inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da criação



do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, com vista à nomeação de candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de cargos em hospitais universitários; e do Projeto de Lei nº 744, de 2020, sobre o pagamento de adicional de insalubridade aos trabalhadores de instituições atuantes no atendimento a pacientes contaminados pela Covid-19.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos orientar "sim" a esta matéria.

Queremos aproveitar este momento para dizer que essa reforma precisa atingir a elite brasileira, atingir a classe política, quem ganha acima do teto constitucional de 39,9 mil reais - essa é a elite brasileira -, o Poder Judiciário, os tribunais. Nós temos que fazer a reforma completa, Sr. Presidente. Não podemos jogar a conta apenas para a classe média, os servidores públicos da classe média. Essa conta tem que ser paga por todos os brasileiros. Nós, Deputados do Congresso Nacional, Senadores da República, toda a classe política, temos que pagar essa conta. Todos os Poderes devem pagá-la, todos os tribunais. Não podemos mais aceitar privilégios. Esta é a posição do nosso partido, o Podemos: a conta é para todos. A elite brasileira tem a obrigação de ajudar o Brasil a sair da crise, gerar empregos e distribuir renda para o povo brasileiro.

Portanto, essa é a posição do nosso partido. Acabou a era dos privilégios. Temos que cortar 30% do duodécimo do Congresso Nacional, de todas as Assembleias, de todas as Câmaras de Vereadores e do Poder Judiciário, começando pelo STF, que está aqui ao nosso lado e vive nos jardins da Babilônia, não vive no Brasil. Devemos cortar de todos os tribunais, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas. Aí, sim, teremos a coragem de sair, olhar na cara do povo brasileiro, daquele povo sofrido, que não tem emprego, não tem o pão de cada dia, e dizer: "*O Congresso Nacional está honrando a Nação brasileira*". Sr. Presidente Arthur Lira, essa é a posição do Podemos.

Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente Arthur Lira, para dizer também - ontem tivemos uma conversa - que V.Exa., que é um homem sensível, preocupado com o social e comprometido com o Brasil, está pautando todas as reformas e irá colocar em pauta a reforma tributária para ser votada, assim como a reforma administrativa. Eu disse a V.Exa., Sr. Presidente, durante sua campanha, que o povo esperava de V.Exa. um Presidente reformista, que o Brasil depositava em V.Exa. toda a confiança. É o que continuo falando, em todos os lugares aonde vou, no meu Estado de Goiás e no Brasil.

Ontem, V.Exa. me deu mais uma vez a sua palavra em relação ao PLP 266/2020. Eu sou o Relator dessa matéria. V.Exa. me confirmou como Relator. Eu lhe agradeço. Hoje recebi um telefonema do Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, um general, e também do Ministro da Educação. Essa matéria é importante, trata das supernovas

universidades e também da contratação de quase 2 mil trabalhadores na área da saúde para 40 hospitais no nosso País. V.Exa. disse que iria pautar essa matéria na próxima terça-feira. Então, Sr. Presidente, em nome de todo o povo brasileiro, muito obrigado pela decisão de colocar essa matéria em pauta na terça-feira.

Peço que conste no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala.

Documento 538/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Obstrução, pelo PT e pela Oposição, das votações da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Pois não, Presidente.

Quero informar que nós do Partido dos Trabalhadores e da Oposição vamos continuar o processo de obstrução. Esta proposta de emenda constitucional é um ajuste fiscal terrível no serviço público.

É engraçado falarem em década perdida. Provavelmente estão se referindo à década de 80, quando tentaram fazer um processo de privatização. Aliás, muita coisa foi privatizada naquela época, e o Brasil foi para o fundo do poço. Foi preciso uma retomada da economia, e foi nos Governos Dilma e Lula que o País mais cresceu. Tanto se diminuiu o processo inflacionário - este, sim, anteriormente também estava em queda - como também, e principalmente, fez-se o Brasil crescer. Foi quando o PIB mais cresceu. Agora, volta-se de novo, embica-se para baixo com essa política ultraliberal que o Paulo Guedes e o Governo Bolsonaro estão fazendo.

Esta PEC só acirra essa contradição.

Por isso, nós estamos fazendo esta obstrução, em nome do País. O que precisávamos era aprovar 600 reais de auxílio emergencial, como, aí sim, algo fundamental, ter a retomada do crescimento econômico no País e derrubar essa tese ultraliberal do Paulo Guedes.

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da criação do novo auxílio emergencial. Apresentação de requerimentos de destaque supressivos da vedação à promoção e à progressão funcional dos agentes de segurança pública, preconizadas no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero me dirigir ao meu Estado de Rondônia e dizer que hoje tivemos um momento muito feliz para todas as nossas forças de segurança pública, para os nossos servidores públicos em geral e para o povo brasileiro, em especial o de Rondônia, que terá auxílio emergencial, o que é o mais importante.

Foram apresentados dois destaques, que serão votados oportunamente, para suprimir do texto a vedação à promoção, principalmente, e à progressão das nossas forças de segurança. Isso veio a calhar, coincidiu com a vontade, com o desejo dos nossos servidores públicos, especialmente os das forças de segurança.

O auxílio emergencial também, com certeza, veio a calhar, coincidiu com o desejo do povo brasileiro. Trata-se de uma ajuda muito importante para aqueles que estão vivendo um momento muito difícil na vida.

Solicito a V.Exa. que faça constar este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Obrigado, Presidente.

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso fundamentalista liberal, proferido pelo Deputado Paulo Ganime. Fracasso da gestão econômica do Presidente Jair Bolsonaro. Efeitos nefastos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, relativa ao congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Apelo ao Deputado Giovani Cherini por cessação de propaganda falsa de medicamento contra a Covid-19. Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu ouvi com atenção o Deputado Paulo Ganime. Na realidade, ele repetiu toda a doutrinação do fanatismo liberal, mas, inclusive, se esqueceu de ler um destaque aqui, Deputado Wolney. Nós estamos tratando de um destaque que envolve o Governo Federal, ou seja, um destaque que não tem nada a ver com os Estados.

O Deputado passou uma série de minutos falando e fazendo aquela continha meio simplificada de que as finanças públicas são como as da nossa casa: se arrecadar menos e gastar mais, vai quebrar, etc. Não. Eu quero debater este ponto mais a fundo com aqueles que estão propondo mais esta emenda constitucional.

Por que um país ou um estado gasta mais do que recebe às vezes? Por muitos motivos. Primeiro, pode ser porque ele não esteja arrecadando adequadamente os impostos de quem concentra muita riqueza e não está pagando impostos justos. Este é o caso do Brasil. Segundo, ele pode estar vivendo uma péssima gestão econômica, como é o caso do nosso País hoje, com Bolsonaro. Isso leva o Brasil a uma recessão, que faz com que a arrecadação pública caia brutalmente. Quando a arrecadação pública cai, Deputado Paulo Ganime, o hospital não pode fechar, porque o número de doentes não diminui; quando a arrecadação cai, a universidade não pode fechar, pois os filhos dos brasileiros não podem deixar de ter uma escola aberta.

Portanto, o Estado tem que ser gerido de uma forma diferente das contas pessoais. Ele tem, sim, que ser gerido com responsabilidade, mas o gestor público não pode mandar fechar uma escola, como não pode, Deputado Pompeo e Deputada Érica, em meio a uma pandemia, em meio a um caos sanitário como o que nós estamos vivendo, dizer: "*Corte 'x' reais do Orçamento para estruturar leitos de UTI*".

É esse tipo de desatino que este discurso do fundamentalismo liberal está gerando no nosso País. Nós temos uma situação caótica em diversos serviços públicos essenciais e alimentamos uma recessão porque, com esta obsessão



pelo corte dos investimentos públicos, das políticas públicas inclusive, do desenvolvimento industrial e da indução do crescimento econômico, o Brasil anda cada vez pior. Aliás, não há nenhum exemplo de algum lugar onde tenha sido adotada a política do ultraliberalismo e onde os países tenham conseguido crescer. Estão lá os Estados Unidos, que são o centro do capitalismo mundial, injetando 1,9 trilhão de dólares do Estado, do Governo, a descoberto, sob endividamento, para induzir o crescimento e, na frente, buscar o reequilíbrio. Isto não está acontecendo no Brasil.

Deputada Erika, em 2016 votaram o primeiro desatino, a chamada Emenda Constitucional nº 95, que congelou todos os investimentos públicos, o que tem a ver com o colapso nas UTIs e no sistema de saúde. Isso que estamos lendo nos nossos telefones tem a ver com a incapacidade e a irresponsabilidade de Bolsonaro, tem a ver com o negacionismo galopante de Bolsonaro, tem a ver com irresponsabilidade.

Eu quero pedir ao meu amigo Deputado Giovani Cherini que, por favor, pare de fazer propaganda falsa de um medicamento que o próprio laboratório diz que não funciona. Isso induz a população ao erro, porque parte das pessoas que acredita no Deputado Cherini passa a acreditar em algo que não resolve seu problema de saúde.

Eu volto para cá. O que foi a Emenda Constitucional nº 95? Nela consta: *"Congelem-se todos os investimentos e gastos do Governo Federal! Só podem crescer na justa medida da inflação"*. Agora, o que quer esta PEC, depois de um resultado tão negativo? Desde que a Emenda 95 se transformou em lei, o País vive crises em todos os lados: nas universidades, na saúde, no desenvolvimento econômico, além do desemprego. Nada dá certo com o remédio, e eles querem duplicar a dose do remédio! O remédio não está funcionando, mas eles querem duplicar. Na linguagem médica, Deputada Jandira, nós dizemos que, se errarmos a dose, vamos intoxicar o paciente. É isso que está acontecendo com esse fundamentalismo liberal.

Por isso, nós estamos pedindo o voto "não" para, pelo menos, liberar este tipo de investimento do Governo Federal, que não vá além da Emenda 95.

Muito obrigado.

Documento 541/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Descontrole das despesas públicas no País. Não reajustamento das despesas primárias pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio à política governamental de desvalorização dos servidores públicos. Crises social e humanitária reinantes no País. Alcance da marca de 270 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Realização de investimentos nas cadeias produtivas para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Brasil tem vários mecanismos de controle fiscal. Como disse o Deputado Fontana, há 5 anos nós temos o teto de gastos, que prevê que todas as despesas primárias deveriam ser congeladas por 10 anos. Despesas primárias são as políticas públicas...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente, vou passar minha vez de usar a palavra e peço a V.Exa. que toque a sessão. Eu abro mão dos 5 minutos e falo oportunamente. Obrigado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, V.Exa. pode recompor meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - É claro, Deputada!

Peço que seja recomposto o tempo da Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Como disse o Deputado Fontana, nós estamos sob a égide do teto de gastos, segundo o qual não se pode ter despesas primárias reajustadas além da inflação pelos próximos 10 anos. O Brasil vivencia isso há 5 anos, e diziam a mesma coisa que se diz hoje: que isso iria agradar ao mercado, como se fôssemos sabujos do mercado e como se o mercado tivesse sentimentos. O mercado fica calmo, o mercado fica nervoso. Aliás, dizem que o mercado ficou bastante calmo com a fala de Luiz Inácio Lula da Silva, e o dólar, inclusive, caiu.

Dizem que o mercado se anima. Foi dito que o mercado haveria de investir no Brasil e que isso ia gerar empregos. Nada disso aconteceu.

Esta mesma discussão aconteceu também na reforma da Previdência e na reforma trabalhista. De reforma em reforma, frustram-se todos os discursos, e o Governo não repensa as ações. Na verdade, ele aprofunda as ações que não deram certo.

As despesas financeiras não têm controle: elas estão abocanhando quase metade do orçamento brasileiro. E o que diz esta parte desta PEC? Diz que, quando chegarem a 95% as despesas primárias as despesas obrigatórias, teria que haver não só uma série de medidas austericidas, medidas de controle e de penalização dos servidores e das servidoras, mas também medidas para



impedir investimentos. Sabem o que isso significa? Significa que o salário mínimo não poderá ser reajustado para além da inflação. A inflação foi de 4,5%, e a inflação dos alimentos foi de 18,2%. O preço do arroz subiu 76% e o do feijão, mais de 68%. Isso impacta quem ganha menos, porque compromete mais a renda com os alimentos.

Ali se diz que não se pode reajustar o salário mínimo para além da inflação. Ali se controla todo tipo de investimento, investimento necessário para fazer o Brasil crescer, como investimentos sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, o Bolsa Família, programas fundamentais para que se possa eliminar as desigualdades que o País vivencia. Ali se estabelece, portanto, um subteto. Já existe o teto da Emenda Constitucional nº 95, e ali se estabelece um subteto.

Satanizam os servidores e as servidoras. É difícil acreditar em coisas que eu escutei aqui. Alguém disse que é preciso tirar do servidor para colocar na saúde ou na educação. Ora bolas! Como é possível construir saúde sem servidores? Como é possível construir educação sem servidores? Como é possível construir políticas públicas sem servidores? Portanto, valorizar os servidores significa valorizar as políticas públicas. Como é possível pensar em construir uma UTI se você não vai poder contratar pessoas para fazerem a UTI funcionar? Como é possível você investir em medidas que são necessárias, particularmente neste momento em que ocorrem mais de 2 mil mortes ao dia?

São mais de 2 mil mortes ao dia! Eu digo isso porque parece que as mortes neste País não sensibilizam este Governo, não fazem com que este Governo repense a própria postura. O Presidente da República, que disse que agora vai usar máscara, participou, sem máscara, de quase 40 eventos e chegou a colocar em questão o uso das máscaras, duvidando da sua eficácia e dizendo que elas teriam efeitos colaterais. O fato é que nós estamos vivenciando uma crise humanitária, uma crise social. Quase 270 mil pessoas já se foram, e todos que partem são o amor de alguém.

Como todo autoritário e os psicopatas, que também têm esta característica, não são dotados de empatia e são autocentrados, eles buscam aprofundar a mesma receita que levou o País aonde ele está.

Nós precisamos elevar a arrecadação. Nós precisamos de mais Estado. É isso que nós estamos vendo no mundo inteiro. É isso que nós vimos acontecer nas grandes crises que o mundo vivenciou, em que o Estado interveio para poder investir e acionar as cadeias produtivas. Nós precisamos disso para fazer o Brasil crescer, mas aqui se quer penalizar servidores...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 542/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio do PCdoB à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pelo art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB é favorável ao auxílio emergencial de 600 reais para todos os brasileiros que participaram do programa de auxílio emergencial na primeira fase.

Achamos isso uma necessidade, e ela é urgente, Presidente! Lamentamos que o Governo tenha misturado tantos assuntos dentro dessa PEC.

A matéria que estamos analisando agora, que é o destaque do Partido dos Trabalhadores, é importante porque tenta trazer um alívio para os Municípios e para os Estados, que estão muito pressionados pela Lei do Teto de Gastos. Exatamente no momento em que o País atravessa uma pandemia e em que Prefeituras e Governos de Estado necessitam ampliar os gastos para socorrer a população, essa PEC vem com uma medida draconiana.

Por isso, nós apoiamos o destaque do PT. O PCdoB vota "não" ao texto, a favor do destaque.

Documento 543/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-19:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre o número de óbitos decorrentes do coronavírus, divulgado pelo portal UOL.. Alcance da marca de 270 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença.

Contrariedade à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, vou ler rapidamente um texto publicado em matéria do *UOL*:

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou na noite deste domingo que a previsão do Governo Federal é que o número de mortes provocadas pela pandemia do novo coronavírus no Brasil não supere a quantidade de óbitos causados pela gripe H1N1, que, segundo o Presidente, foram em torno de 800.

Esse foi mais um dos momentos em que o Presidente mentiu para o povo brasileiro. Ele é desorientado, mal assessorado. Dentro do negacionismo que caracteriza a postura do Presidente Bolsonaro, isso foi dito no dia 22 de março de 2000.

Hoje, infelizmente, nós temos que nos solidarizar com mais de 270 mil famílias que perderam os seus entes queridos. Nós não podemos votar essa PEC. Precisamos de auxílio emergencial de 600 reais e de vacina para todo o povo brasileiro.

Documento 544/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a ocultação de vacinas por Governadores Estaduais.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, Sr. Presidente.

Tenho visto nos noticiários, assim como com certeza vários dos nossos Parlamentares, que diversos Estados estão recebendo um número de vacinas e aplicando um número bem abaixo daquele que recebeu. Será que há mesmo governante fazendo isso? Isso vai contra a vida dos cidadãos! Será que há governante escondendo e não aplicando a vacina que recebe do Governo Federal? Que triste isso! Que notícia triste!

Eu tenho certeza de que o meu Estado não deve estar fazendo isso. As vacinas que chegam para vacinar o cidadão, na sua totalidade, devem ser direcionadas para cuidar de todos os cidadãos do Estado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, isso é algo que nos deixa muito tristes, porque vacinar o cidadão é cuidar da vida dele, da família dele e de todos os brasileiros.

Obrigado, Presidente.

Documento 545/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra o açodamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Existência de espaço fiscal para gastos públicos, especialmente em tempos epidêmicos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu ouvi com muita acuidade o Deputado Marcelo Ramos. S.Exa. nos desafia a um debate que eu acho importante, interessante, e nos mostra como não poderíamos ter votado essa PEC com esse rito. Na verdade, ele puxa um debate das políticas econômicas no Brasil. Eu poderia apresentar aqui vários artigos que recebemos recentemente de muitos economistas.

Recebi, recentemente, artigo de Paulo Nogueira Batista Júnior, que foi Presidente do BRICS, foi do Banco Mundial e de vários bancos, representando, inclusive, o Brasil, em que dizia que a nossa emergência é social, não é fiscal. Também temos Rogério Studart, ex-Diretor do Banco Mundial, Mônica de Bolle, que ninguém pode dizer que é uma economista de esquerda, e tantos outros; todos falam em sentido contrário.

Vai acabar o tempo, e eu não vou conseguir concluir, Presidente. Peço a V.Exa. mais 1 minuto.

Eu poderia também pegar dados históricos do período de Lula, de Dilma, de Fernando Henrique, dados inclusive da Austrália, dos Estados Unidos, da Alemanha, que eu tenho aqui em mãos, que mostram exatamente o oposto do que estamos fazendo no momento neste plenário. Na verdade, estou me sentindo na década de 90, quando eu já estava neste plenário debatendo

política econômica, inclusive a política neoliberal naquele momento, que parece que estou debatendo agora.

Nós não podemos fazer o debate de agora e de futuro no meio de uma pandemia. Nós temos que lidar com a vida das pessoas é agora, sim, Deputado Marcelo Ramos. Nós temos que lidar com a despesa é agora. Nós estamos lidando com vidas - 2.286 pessoas morreram nas últimas 24 horas. Eu não posso fazer um debate agora como se eu estivesse em período normal. Eu tenho que gastar, sim, e há espaço fiscal para isso. Todos os dados comprovam. Nós precisaríamos, de fato, ter debatido isso no plenário de forma mais tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Quer mais 1 minuto, Deputada Jandira?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Seria ótimo, Presidente, se eu pudesse.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Quando colocamos a expectativa de futuro, ninguém está discutindo aqui ter irresponsabilidade fiscal; ninguém está propondo isso. Aliás, nunca ninguém propôs. Agora, o que não podemos é colocar à frente da defesa da vida, do investimento público, dos gastos, da saúde, neste momento, os gastos, com investimentos do Estado, até para o desenvolvimento econômico. Como eu posso debater desenvolvimento econômico sem investimento do Estado?

O mundo inteiro parou de falar em austeridade. Ninguém mais faz discurso de globalização hoje. O mundo inteiro está dando impulso fiscal com dinheiro do Estado, com dinheiro público. Todos os Bancos Centrais estão fazendo isso. O futuro está dependendo do Estado, do investimento público. Nem eu nem V.Exa., Deputado Marcelo, somos economistas, mas quem faz política é obrigado a fazer discussão econômica e é obrigado a entender minimamente...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Esclarecimento à Deputada Jandira Feghali sobre o aumento da dívida pública em 90% durante a crise da Covid-19. Importância do equilíbrio das contas públicas.
Posicionamento do Governo Federal a respeito do valor do auxílio emergencial.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, eu vou usar 1 minuto.

Eu só quero lembrar à Deputada Jandira - e nem fiz referência a ela, ela insiste em fazer referência a mim, mas tenho muito respeito por ela, já demonstrado em vários momentos da nossa caminhada - que este País do qual nós estamos falando é o país que neste período de pandemia saltou a sua dívida pública para 90% na relação dívida/PIB. Não dá para dizer que o País não está se endividando, não. Este País do qual nós estamos falando é o país que colocou 300 bilhões de reais no auxílio emergencial de 600 reais, pago na etapa passada. Então, não há ninguém aqui se negando a endividar o País.

Agora, o endividamento, mesmo em um momento de crise, precisa ser calibrado com o futuro. E o que nós estamos procurando fazer aqui é encontrar a justa calibragem, que não comprometa definitivamente o futuro do País, ou que não nos faça cair em uma armadilha do passado. No passado, o salário era indexado, aumentava todo mês e não adiantava nada, porque os preços e o dólar aumentavam muito mais.

Nós podemos tomar a decisão de dar um auxílio emergencial maior e nos esquecer de que o dólar vai aumentar, que a inflação vai aumentar, que os juros vão aumentar e que vamos ter mais dificuldade para sair da crise. Este é um debate atual. Este é um debate sobre como o País vai sair dessa crise, salvando as pessoas e garantindo as mínimas condições para uma recuperação no futuro, para a geração de emprego e a retomada do crescimento.

Documento 547/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --JÚLIO CESAR-PSD -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Efeitos da epidemia de coronavírus sobre o crescimento da dívida pública brasileira. Razões do estabelecimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, do teto de 44 bilhões de reais para o pagamento do novo auxílio emergencial.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gosto muito de comparações. Gosto de comparar os dados da economia do Brasil.

As contas públicas do Governo têm crescido em função da pandemia. Cresceram mais de 10 pontos percentuais nos últimos 15 meses. E cada ponto percentual, meu povo brasileiro, corresponde a mais de 70 bilhões de reais.

O PIB foi projetado, neste ano, para 7 trilhões e 600 bilhões de reais. Então, cada 1% corresponde a 76 bilhões de reais.

A dívida pública em relação ao PIB cresceu, mais ou menos, de 80% para 90% neste pequeno espaço de tempo, e a receita da União, no ano de 2020, Sr. Presidente, diminuiu mais de 100 bilhões de reais. É bom que se diga isso: o Governo arrecadou cerca de 100 bilhões de reais a menos, e as despesas crescem numa velocidade bem maior do que a arrecadação!

Isso é apenas para justificar os argumentos do Governo para pagar esses 44 bilhões de reais a pessoas pobres, que tanto precisam da ação do Governo Federal.

Documento 548/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --TADEU ALENCAR-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão aumento, reajuste ou adequação de remuneração do inciso I, art. 109, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contida no art 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, muito boa noite.



Faz 48 horas que nós estamos aqui a discutir basicamente ajuste fiscal. É impressionante que estejamos fazendo isso num momento de pandemia grave e em caráter ascendente, de exaustão da rede pública de saúde, de insuficiência de vacinas, que trazem grande vulnerabilidade à saúde do nosso povo, além, evidentemente, das consequências econômicas e sociais da pandemia, que são dramáticas.

Então, o que nós deveríamos estar fazendo neste momento, como fizemos no ano passado, era discutir o que foi proposto pelo Governo, um auxílio de 200 reais, que a Câmara dos Deputados, com a responsabilidade e com a sensibilidade para a gravidade do momento e para a crise sanitária, triplicou, sem fazer qualquer tipo de condicionante ao pagamento desse incentivo.

Neste momento em que a pandemia dá sinais de um grande vigor e assusta o povo brasileiro, vamos repetir o número de mortos: no dia de hoje, 2.286 brasileiros perderam a vida.

E nós ouvimos um discurso atrás do outro sobre a necessidade de um ajuste fiscal, ainda mais colocando um limite de 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial, o que é muito distante daquilo que o Brasil investiu, no ano passado, para assistir ao seu povo e para evitar que a economia tivesse efeitos ainda mais dramáticos. Afinal, não fora a presença do Estado, dos bancos públicos, das iniciativas todas que nós apoiamos, o resultado da economia brasileira no ano de 2020 seria muito pior.

Deveria haver o reconhecimento absoluto dos Parlamentares da Câmara dos Deputados de que o auxílio emergencial foi fundamental para girar a economia e impedir que as suas consequências sociais e econômicas fossem ainda maiores do que já são.

Neste momento, Sr. Presidente, nós estamos, a pretexto de aprovar o auxílio - sem resolver o problema, porque não há limite financeiro para isso, nem sequer a definição de um valor, mas apenas um valor médio -, condicionando a um grande ataque aos servidores públicos, aqueles que estiveram na linha de frente do enfrentamento à pandemia, os profissionais de saúde, os profissionais da assistência social, os empregados da Caixa Econômica Federal, os profissionais da segurança pública, os fiscais da Receita, os profissionais da Polícia Federal, os profissionais da advocacia pública, que, em seus postos de trabalho, estavam lutando bravamente para que as políticas públicas pudessem chegar à maioria do povo, que é quem precisa de política pública.

Enquanto isso, o Parlamento brasileiro promove uma alteração acelerada indecorosa da Constituição, feita completamente ao arrepio do Regimento, porque este formato remoto de deliberação, evidentemente, não se compadece com o rito, com a sacralidade que se exige para alterar a Constituição, ainda mais ofendendo e maculando princípios constitucionais, como o de ter um País mais justo e mais solidário, o que no mundo todo se está a fazer, promovendo investimento público para assistir à população dos diversos países.



É lamentável que nós estejamos, sem resolver o problema da população, promovendo mais um ataque a servidores. E não temos aqui nenhum compromisso com privilégios nem com nenhuma deformação do Estado brasileiro, que tem muito por ser aperfeiçoado, mas na sede própria.

Já existe uma PEC nesta Casa para discutir a reforma administrativa, e vamos discuti-la exaustivamente, mas o que se faz agora, ancorado nesse falso propósito de auxiliar de forma emergencial a maioria do povo brasileiro, é promover mais um ataque a direitos, como se promoveu na reforma trabalhista, a pretexto de se gerarem 6 milhões de empregos; no teto de gastos, que comprimiu os investimentos públicos; na reforma da Previdência. Agora fazemos o mesmo nesta PEC 186.

Então, não venham dizer que se tem respeito pelos servidores públicos. Nós não vamos aceitar esse absoluto acinte indecoroso e indecente aos serviços públicos e aos servidores.

Por isso, a orientação do PSB é "não" ao texto e "sim" ao destaque.

Documento 549/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à redução de gastos públicos na área social em meio à epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estão falando tanto aqui de responsabilidade fiscal, de equilíbrio fiscal. Responsabilidade fiscal é ajudar o povo a sair da crise em que ele está enfiado. O Brasil está na contramão do que o mundo está fazendo. O mundo todo está discutindo megapacotes de expansão fiscal, e nós estamos aqui dizendo que não dá para pagar um auxílio que é 0,6% do PIB, sem cortar salário de servidor. Na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos, é para lá de 15% do PIB a expansão fiscal. Nós precisamos, neste momento, de mais Estado, de mais transferência de renda, de mais injeção de recursos.

Aliás, a expansão dos bons gastos vira renda das famílias, renda que, por sua vez, volta a circular na economia e ajudar a economia a se recuperar. Reduzir bons gastos públicos neste momento é afundar ainda mais o Brasil na crise em que estamos inseridos e abrir caminho para o grande capital da saúde e da educação, para a boiada toda passar.



Documento 550/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:52

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação de medidas prejudiciais aos servidores públicos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o teto de gastos já paralisa o setor público. O setor público não é pária da sociedade. Nos hospitais, nas escolas, na segurança pública, nos órgãos ambientais, os servidores públicos pagam a sua atividade com regras diferenciadas, inclusive, de responsabilização em relação à máquina pública. Querer colocar nos ombros dos servidores públicos o peso de um auxílio emergencial que nem está citado no texto, apenas como residual, é um absurdo.

O PSB tenta regrar esse prejuízo, impedir essa duplicação de prejuízos que o Governo impõe. E, diante desse número de mortos no Brasil, nós tínhamos era que partir para um comitê de crise, Sr. Presidente, comprar vacina...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 551/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Penalização dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a solução que está se buscando com esta PEC... Esta PEC não é para auxílio emergencial. Isso aí ficou mais claro a cada dia, porque as falas todas estão pontuando que essa é realmente uma PEC de ajuste fiscal e de penalização dos servidores públicos. Ninguém mais fala aqui de auxílio emergencial, levando ao leito da verdade o que representa essa proposta de emenda à Constituição.

A solução apresentada não está sendo efetivada em nenhum país relevante do mundo. Os países estão atuando na perspectiva de estimular a sua própria economia. Essa inclusive é a recomendação do FMI.

Na crise que nós tivemos na Grécia, em países da Europa, na Espanha, as soluções austerizadas não representaram nenhum tipo de solução para os problemas pontuados, tampouco a tentativa que se fez, nesse sentido, nos Estados Unidos.

Nós precisamos de Estado. E nós estamos falando de antes da pandemia, quando o PIB já era de 1%. Agora, com a pandemia...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 552/1.178

19.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Recrudescimento da epidemia de coronavírus no País. Importância de controle do fluxo migratório interno para combate ao avanço da Covid-19. Necessidade de aquisição, pelo Brasil, de maior quantidade de vacinas contra a doença.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, quero dizer que neste momento, em que o

nosso País enfrenta um recrudescimento da pandemia, Deputado Derrite, nós precisamos separar. O nosso País é um continente.

Nós precisamos entender que cada um dos Estados da Federação precisa de um tratamento diferenciado. O que vem acontecendo neste momento no Sul do País, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, não é o mesmo que vem acontecendo no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo.

Eu acho fundamental, Presidente, colocar e nos posicionar no sentido de que precisamos de medidas para evitar o fluxo migratório interno no nosso País. É claro que a vacinação é fundamental, bem como a expansão dela, mas precisamos tomar outras medidas.

Não é possível que vejamos que há um aumento de casos de variantes hoje e que tenhamos uma migração entre os Estados que têm um número maior de casos e os Estados que têm conforto, Deputado Coronel.

Nós precisamos ter algum controle do fluxo migratório, com estabelecimento de exames de PCR e antígeno nos aeroportos, nas estradas, no controle rodoviário. Nós precisamos de novas medidas, Deputado Derrite. Precisamos de novas medidas para que tenhamos controle da pandemia e principalmente que não tenhamos expansão de variantes no nosso País.

Sem sombra de dúvida, os acordos são importantes. Quero aqui parabenizar o nosso Presidente Arthur Lira, que foi um dos principais responsáveis pelo acordo do Governo brasileiro com a Pfizer.

Ter a vacina da Pfizer disponível para a nossa população, Deputado Izar, é a certeza de que teremos uma vacina que vai poder enfrentar estas variantes: a variante da África do Sul, a variante britânica e a variante do Amazonas. Nós precisamos ter todos os acordos para trazer, de forma mais breve possível, todas as vacinas.

Deputado Evair, nós precisamos constituir uma comitiva para que possamos ir até a China e a Índia melhorar o nosso entendimento, para que tenhamos acesso às vacinas da Sinopharm e para que tenhamos acesso às vacinas prontas do laboratório Serum.

Neste momento, como sempre venho falando, nós precisamos de união interna e de união frente ao mundo todo. O Brasil tem que fazer parte de um mundo solidário para que possamos buscar o maior número de vacinas possível para salvar a população brasileira.

Muito obrigado, Presidente.



Sumário

Necessidade de acatamento do Requerimento de Destaque nº 3 para a retirada do teto de recursos destinados ao auxílio emergencial, constante na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ANDRÉ JANONES (AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu venho a esta tribuna, na noite de hoje, e peço licença a V.Exas., para rapidamente ler uma manifestação de uma das milhões de brasileiras e brasileiros que nos acompanham nesta noite na expectativa de que demos uma resposta à questão do auxílio emergencial para o povo brasileiro.

O depoimento é de uma brasileira de nome Niandra, uma cidadã da cidade do Rio de Janeiro. Ela diz:

Sou mãe de duas crianças. O almoço hoje, aqui em casa, foi arroz, feijão e ovo. Graças a Deus, ainda temos isso para nos alimentar. Tenho filhos incríveis, que não reclamam. É por eles que peço ao Congresso Nacional auxílio justo. Só quem é mãe sabe a dor que é não ter um lanche para um filho.

Eu quero dizer a V.Exas. que, na noite de hoje, nós temos uma grande oportunidade em nossas mãos, a oportunidade de dar uma resposta para a Niandra e para os outros milhões e milhões de brasileiros que, neste momento, nos aguardam com a expectativa de que esta Casa vai definir o valor do novo auxílio emergencial.

O que circula lá fora é que nós seremos os responsáveis. E nós estamos prestes a cair numa grande armadilha do Governo Federal. Eu prevejo, daqui alguns dias, o Presidente da República e o canalha e mau-caráter Ministro Paulo Guedes repetindo o seguinte discurso:

Nós quisemos dar um auxílio de 600 reais, mas a Câmara dos Deputados estipulou um limite de 44 bilhões. E, por culpa dos Deputados, que não têm responsabilidade, que estão se lixando para o povo, nós vamos ser obrigados a dar um valor de auxílio limitado a essa miséria de 150 reais a 250 reais por cidadão brasileiro - é o que quer o Ministro Paulo Guedes.

A decisão e a oportunidade estão absolutamente em nossas mãos.

Então, eu gostaria de fazer um convite a todos os Deputados que estão aqui e aos que nos acompanham de casa: que V.Exas. possam vir a ser, junto comigo, populistas nesta noite.

Nós precisamos de mais políticos populistas neste País, na acepção técnica da palavra. Populista é, na essência, aquele que faz política com, pelo e para o povo, sem intermediários, sem reuniões, sem acordos escusos. E assim eu próprio me qualifico, como um populista, que faz política direto com o povo. Eu não preciso de intermediários, não preciso de Prefeito, não preciso de Vereador para intermediar a minha fala com o povo. Eu falo direto com aqueles que aqui me colocaram. E todos nós temos nesta noite uma grande chance de sê-lo, acatando o Destaque nº 3, que retira o teto de 44 bilhões. Aí, sim, começamos a pavimentar um caminho para um auxílio digno, um valor que atenda as necessidades básicas do povo brasileiro. Quem colocar sua digital contra o povo não se acovarde depois.

Eu digo agora para os milhões e milhões de brasileiros que nos acompanham pelas redes sociais e pela *TV Câmara*: prestem bem atenção em quem votará contra o próximo destaque, que é o Destaque nº 3. Eu nem conheço o autor, mas eu sei que quem votar contra esse destaque estará colocando a sua digital e será responsável pela miséria de milhões de brasileiros, se eles forem condenados a um valor irrisório de auxílio emergencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 554/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós já debatemos bastante o mérito desta PEC. Não conseguimos assinaturas para as emendas, mas, na votação e no debate dos destaques, as posições têm ficado suficientemente explícitas, permitindo que tenhamos um cenário de polarização política em torno da gestão fiscal brasileira no período da crise decorrente da pandemia.



O Brasil, diferentemente do que já foi dito aqui por Parlamentares que me antecederam, viveu um período fiscal de ouro entre 2007, 2008 e 2014. Os dados macroeconômicos desse período são excepcionais para a história econômica brasileira. Podemos dizer que houve pleno emprego, maior poder aquisitivo dos salários, a maior massa salarial da história, o maior padrão de consumo das classes trabalhadoras, superávit fiscal e superávit na Previdência.

A desestabilização da economia ocorreu a partir de 2014, após o segundo turno, a partir de 2015, seja porque houve desestabilização política operada pelos derrotados, seja porque, inicialmente, intencionalmente, um ajuste anual repercutiu na popularidade da então Presidenta Dilma, e isso facilitou a onda que levou ao golpe de 2016.

O período de mais gasto público - inclusive o período mais virtuoso, de crescimento da economia brasileira e de desempenho fiscal positivo do País - foi com a Emenda Constitucional nº 95, proveniente da PEC 241, que o Presidente Temer enviou ao Congresso Nacional ainda durante a sua interinidade - a Presidenta Dilma não tinha sido afastada pelo Senado.

Depois, com uma série de cortes de gastos, com o ataque realizado pela Operação Lava-Jato à PETROBRAS e à cadeia de petróleo e gás e seus investimentos, com a extinção da TJLP, com o desmonte da política do BNDES, nós, então, chegamos à pandemia com o aprofundamento da crise econômica, pela política macroeconômica do Governo Temer, do Governo Bolsonaro e do Ministro Guedes.

A pandemia aprofundou a recessão, e foi o auxílio emergencial que incrementou a arrecadação de ICMS, de ISS, de IPI, de PIS/COFINS. Foi isso que segurou a economia no ano passado. Ter um auxílio emergencial fora do teto é fomentar a atividade econômica. Num país em desenvolvimento como o Brasil, nós precisamos do poder do Estado. Por isso nós consideramos que é importante este debate.

Primeiro temos que matar a fome de quem está passando fome agora, temos que botar a rede pública com acesso à Internet, precisamos de gasto público. Isso vai incrementar a arrecadação, vai dar ambiente fiscal para sairmos desta crise, reduzindo a dívida pública, retomando a atividade econômica.

Por isso nós queremos tirar de pauta esta PEC.

Obrigado, Presidente.

Documento 555/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Registro de 2.286 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje são 2.286 mortes por COVID-19. Ontem foram quase 2 mil pessoas. Hoje já passa disso: são 2.286 mortes. E nós aqui, debatendo sobre fazer arrocho salarial, debatendo sobre fazer regime fiscal, debatendo para que haja menos investimentos. Não é possível! Precisamos de uma renda emergencial. Isso o Bolsonaro já poderia ter mandado, e o povo já poderia ter recebido janeiro e fevereiro. Mas não estão recebendo. Não dá para aceitar isso. Época de crise é para investir, é para ajudar as pessoas, e não para tirar e achatam salários e investimentos.

Por isso, pedimos que este projeto não seja votado. Queremos, com mais argumentos ainda, convencer a base do Governo de que isso aqui não pode passar, porque é ruim para o Brasil.

Documento 556/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.349 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está no *Globo.com* que 2.349 pessoas morreram hoje no Brasil em decorrência de COVID-19. Nós estamos debatendo um assunto que está diretamente relacionado ao combate à pandemia. E vejam que contradição: a Oposição quer oferecer ao Governo mais instrumentos para enfrentar a COVID-19, para defender a vida das pessoas. É justo o Governo que nega a compra de vacina, que nega a preocupação com a vida das

pessoas, que coloca limitações a ele próprio para o enfrentamento da COVID-19. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Nós somos pela retirada de pauta desta PEC.

Documento 557/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Ocorrência de falhas no sistema de som na Sala dos Líderes. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos tendo um problema no som da sala de Líderes. Quando lhe pedi pela ordem - e peço que não conte o meu tempo - foi por isso. Ficamos um tempo sem som, mas a conversa acontecia entre nós. E ela vazou no plenário. O Plenário é testemunha disso, pois recebi dezenas de mensagens engraçadas sobre a nossa conversa na sala de Líderes.

E o Deputado Glauber pediu, sim. Está me ouvindo, Presidente Arthur Lira? Presidente Arthur Lira? (*Pausa.*)

O Deputado Glauber pediu - V.Exa. vai cortar o meu tempo, e não vai me deixar encaminhar - a retomada de um novo painel.

Quero dizer que esta PEC é, de fato, algo nefasto. O destaque do PDT faz todo o sentido. Nós deveríamos não debater esta PEC hoje. Efetivamente, o Brasil está sem Governo.

O senhor não me ouviu, mas eu quero lhe dizer que está havendo um problema no som da sala de Líderes e que o Deputado Glauber pediu um novo painel.

Documento 558/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos todos nos esforçando para manter o clima. Porém, sem diminuirmos a convicção da responsabilidade que nós temos de combater o bom combate e de enfrentar os malefícios dessa PEC.

O pretexto de tudo isso é um mísero auxílio emergencial de 44 bilhões de reais. Olhando o número é bastante, mas, quando vamos transformá-lo para cada um daqueles que merece, não vai passar de 250 reais. Para alguns, o auxílio vai ser de 175 reais.

Não é o que o povo espera lá fora, mas nós precisamos alertar e dizer. E isso acontecerá à custa do achatamento, do aviltamento, enfim, do congelamento dos direitos dos funcionários públicos municipais e estaduais, inclusive daqueles que são da saúde e estão morrendo também em nossa defesa, Presidente.

Por isso, nós votamos "não".

Documento 559/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.349 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apoio ao requerimento de destaque para supressão do § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio ao comportamento do Presidente Arthur Lira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Olha, no dia em que faleceram 2.349 pessoas, com uma política de morte que

está sendo tocada pelo Presidente da República, este destaque ataca aquilo que é uma tentativa do estabelecimento de um teto para o auxílio emergencial.

As famílias brasileiras precisam ter, sim, direito ao mínimo para as suas sobrevivências, que é o que esta Câmara está querendo tirar. Eu desafio algum Deputado Federal a viver, durante 1 mês, com 250 reais.

Sr. Presidente da Câmara, Sr. Arthur Lira, nenhum projeto de coronel vai calar aqui a minha voz e fazer com que eu não diga o que tenho que dizer. Pode ter certeza de que o último que se comportou dessa forma, da forma como o senhor está se comportando, o Sr. Eduardo Cunha, teve o seu destino traçado.

Não pense que nós...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - O senhor não me meça pela sua régua. Por favor, respeite-me como lhe respeito!

A partir do momento que o senhor passar do seu limite, nós temos instrumentos regimentais e legais na Câmara para dar o mesmo tratamento que o senhor aconselha aos outros.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Então, o senhor respeite o Regimento. Se não respeitar o Regimento...

Documento 560/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:08

Publ.: DCD - 11/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria colocar o seguinte: nós estamos com uma pandemia na ordem de 1.350 mortos. Nós vamos chegar logo a 300 mil, a 400 mil mortos. E, na escalada maior da pandemia, o Guedes, como falou no dia 22 de abril, quer colocar uma granada no bolso do funcionalismo público.

E mais, o que é mais grave: ele quer engessar o Congresso Nacional, para que não haja nenhuma possibilidade dentro de um outro "orçamento de guerra" ou de uma PEC do Teto. Ele quer que não se faça nada, mesmo que morram 500 mil pessoas e as pessoas não possam sair de casa.

O Congresso está dando um tiro no pé. Essa emenda não pode ser aprovada. Esse engessamento significa a constitucionalização do teto de gastos no Congresso Nacional...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 561/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Casa de apoio ao requerimento de destaque supressivo do teto de recursos para o auxílio emergencial, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero voltar ao tema do destaque. Na nossa compreensão, a Câmara está usando a sua soberania para cassá-la. O efeito concreto da aprovação dessa matéria como está no texto impõe esse limite, retira do Governo e, ao final, do Congresso a autonomia de rediscutir em lei orçamentária qualquer possibilidade de ampliação do auxílio. Então, se o objetivo, se a urgência de aprovar essa PEC é o auxílio emergencial, nós estamos criando uma limitação dentro da Constituição, o que não é aceitável, não é razoável.

Por isso, insistimos que o Plenário precisa derrubar esse texto para garantir a própria soberania. Da forma como está, a PEC é de iniciativa do Legislativo, lá do Senado. O que nós teremos daqui para frente? O Governo com a tranquilidade de dizer que só recebeu do Congresso autorização para executar 44 bilhões. Entendemos que é um equívoco. Por isso insistimos na votação e pedimos apoio para derrubar esse texto, por essa incorreção. É o Congresso usando a soberania para cassar a sua própria soberania.

Documento 562/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, esse destaque do PDT é muito importante.

Nós já vamos no avançar das horas, mas vai ficando claro também para a sociedade... E por isso os Deputados e as Deputadas vão sofrendo também a pressão democrática da sociedade. E 44 bilhões de reais é um valor muito pequeno. O Deputado Marcelo disse que o valor não era tão pequeno, mas eu afirmo: ele é muito pequeno para as necessidades do País, para as necessidades do povo, porque isso vai dar no máximo 250 reais durante 4 parcelas para também atingir muito o serviço público. E é um valor muito pequeno para a recuperação da economia. Nós já tivemos um decréscimo do PIB de 4,1%.

O que acontece é que, para além do cansaço, há também uma vontade dos Deputados de não enfrentar este debate de forma que 250 reais fiquem como aquilo que nós aprovamos. O que nós queremos são 600 reais.

Então, Sr. Presidente, eu acho que já passa da hora de nós darmos um fim também à nossa reunião de hoje porque também não podemos ficar esperando que o quórum se dê através de um processo tão demorado quanto o de agora. Já não é uma obstrução da Oposição, mas uma dificuldade de votação da própria base do Governo. É isso que nós estamos enxergando.

Documento 563/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 11/03/2021 --DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Disposição da Casa para votação de novo auxílio emergencial e de novas medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui considerar que, frente a essa gravíssima pandemia que enfrentamos, a nossa Câmara dos Deputados vem trabalhando ao longo do ano de 2020 por completo, Deputado Isnaldo Bulhões Jr. Se houver necessidade que voltemos a este Parlamento para aprovar uma nova PEC, reforçando a necessidade de mais recursos, nunca, Deputado Isnaldo, nós vamos nos furtar a voltar a este Parlamento e discutir esses assuntos.

No ano passado foi aprovado aqui o Orçamento de Guerra. Se for necessário que seja aprovado mais auxílio à população brasileira e novas medidas de enfrentamento à pandemia, nenhum de nós aqui irá se furtar a vir ao plenário e defender que a população brasileira precisa de suporte. Mas obviamente, no momento de dificuldade que o País vive, nós precisamos sinalizar que este País aqui tem um rumo e tem uma condução e que a nossa Casa quer superar este momento e este desafio.

Sem sombra de dúvida, no futuro, seja ele distante ou próximo, nós não nos furtaremos a votar novas PECs que venham ajudar a população brasileira neste momento e neste ano de pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 564/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio do PL e da base aliada à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de reabertura das atividades comerciais. Recomendações para o efetivo combate ao coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Arthur Lira, aproveito esta oportunidade para dizer que o PL está encaminhando, junto com toda a base, no sentido de aprovar esta PEC, até porque a votação está muito demorada, e certamente muita gente

não entende por que demora tanto para se votar um projeto de grande importância para o País, de auxílio emergencial para aquelas pessoas que realmente precisam.

Aqueles que defendem o isolamento social, aqueles que defendem o fechamento das empresas, do comércio são os mesmos que querem o auxílio emergencial. Eu não me canso de repetir. Eu tenho sangue italiano, sempre disse o seguinte: a única fórmula, Presidente, para resolver todos os problemas que nós temos é voltar a trabalhar, com todos os cuidados possíveis. Voltar a trabalhar! Os nossos empresários não podem mais fechar o seu comércio, não podem mais fechar a sua indústria. O País vai quebrar, e isso é o que muita gente quer, muita gente que está neste plenário, que torce pelo quanto pior, melhor. Inclusive o troféu, para esse pessoal, são os caixões das pessoas. Esse é o troféu, para dizer: "*Eu avisei, está morrendo gente*".

Está morrendo gente porque o vírus é realmente fatal; está morrendo gente porque não há campanha publicitária no sentido de imunização, imunidade da população, para a população tomar sol, para a população dormir melhor, se alimentar melhor. Temos que ter campanha disso, e não ficar com essa tese de fecha e abre, fecha e abre. Do contrário, realmente não vai haver Bolsa Família nem auxílio emergencial que resolva.

Documento 565/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à política genocida do Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Responsabilidade do Presidente da República pela crise econômica e pelas mortes decorrentes do coronavírus. Descaso de Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Eu tenho dito muitas vezes que o Governo Bolsonaro, ao não respeitar as orientações da Organização Mundial da Saúde, ao não respeitar os médicos, ao não respeitar a ciência, ao provocar aglomerações e ao ser contra o isolamento, provoca mortes. Parece que hoje o Bolsonaro começou a usar máscara. Depois que o Lula deu a entrevista usando máscara, ele começou a imitá-lo, porque está totalmente, digamos assim, perdido, sem saber como tratar desse tema da saúde, do enfrentamento da COVID.

Nós dizemos que ele faz uma política genocida porque o Brasil passou a ser o país com maior percentual de mortes. E, além desse tema das mortes, ao não organizar a proteção, com isolamento, máscaras, todo o processo de vacinação, que está superatrasado, ele acaba prejudicando a economia.

Então esse discurso de que as vidas devem estar à disposição da economia é totalmente falso, porque, ao deixar de cuidar das pessoas, a economia fica atrasada. Os países do mundo que recuperaram mais rapidamente a economia são os que adotaram as medidas em relação à saúde e à COVID.

O que acontece no Brasil? São dois problemas: mais mortes e uma economia que não se recupera, ou que vai se recuperar tardiamente. Aqui é que está a diferença: se tratar bem a vida das pessoas, a economia vai se recuperar.

Então, todos aqueles que desleixam, todos aqueles que não trataram para que houvesse vacina, como a da Pfizer, que poderia ter, já em agosto do ano passado, 70 milhões de doses... A Pfizer ofereceu para o Governo 70 milhões de doses, e o Governo Bolsonaro não comprou, porque ele não quer que o povo seja vacinado. E com o povo não vacinado, a economia não vai funcionar.

Portanto, o Bolsonaro está provocando duas crises: a morte de pessoas e a morte da economia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass. Eu tenho que encerrar a votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Este é o tema importante: a morte da economia. A economia está fragilizada porque o Bolsonaro não trata a saúde das pessoas. E não haverá economia sem pessoas vivas, podendo andar, produzir, ter emprego e trabalho. Então esse discurso é falso, daqueles que querem a economia e sacrificar a vida das pessoas.

Documento 566/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:40

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ODAIR CUNHA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este destaque do PCdoB traz relevância singular também, na mesma esteira do que foi o destaque do PDT, porque aqui se circunscreve ao limite do volume de recursos que o Governo Federal disponibilizará no ano de 2021 para o auxílio emergencial.

Ora, Srs. Parlamentares e aqueles que nos assistem pelos órgãos de imprensa da *TV Câmara*, nós estamos a votar neste momento se o auxílio emergencial será de 250 reais ou de 600 reais, como querem o PCdoB, o PDT, o PSB e o PT. Nós queremos um auxílio emergencial que dê conta da tarefa que nós temos que enfrentar neste momento. A tarefa que a conjuntura nos impõe e nos coloca neste momento é uma tarefa infinitamente superior à que nós enfrentamos em 2020.

Em 2020, foram colocados à disposição do auxílio emergencial mais de 290 bilhões de reais. Nesta oportunidade de 2021, em que a crise é maior, as condições são mais adversas, colocam-se apenas 44 bilhões de reais.

Emendar a Constituição, colocar uma trava numérica na Constituição da República significa nós, do Parlamento brasileiro, abrimos mão da nossa capacidade de fazer a leitura da circunstância que o País vive e calibrarmos o volume de recursos para o enfrentamento dos desafios que o País tem neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi aqui muitas menções ao Programa Bolsa Família. Tive a alegria de ser Relator da medida provisória que criou o Programa Bolsa Família lá no Governo do Presidente Lula. Lá nós instituímos um programa permanente de complementação de renda. Nós, com outras políticas, como a política de valorização do salário mínimo, como a política do Benefício de Prestação Continuada, garantimos a transferência de recursos para milhões e milhões de brasileiros, dando-lhes vida digna.

O que nós estamos fazendo aqui, com o auxílio emergencial, não é tratar de um programa de transferência de renda permanente nem de complementação de renda. Nós precisamos de um auxílio que signifique a renda mínima necessária para aqueles desvalidos, meus amigos e amigas, companheiros e companheiras do Parlamento brasileiro. Nós precisamos garantir dignidade à pessoa humana. O auxílio emergencial precisa cumprir essa tarefa, Sras. e Srs. Parlamentares. O grande problema dos desvios que nós tivemos no auxílio emergencial no ano de 2020 foi que a política de distribuição desse auxílio emergencial não foi uma política compartilhada, através do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós defendemos que a lista dos beneficiários do auxílio emergencial seja validada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social. Lá, sim, nos Municípios, onde a vida acontece, há técnicos, homens e mulheres da assistência social, comprometidos com a vida cidadã, comprometidos com o nosso povo e com a nossa gente. É fundamental nós termos a clareza de que o auxílio emergencial tem a coparticipação dos

Municípios na elaboração e na definição daqueles e daquelas que serão atendidos.

É preciso ter uma consulta prévia. Não pode ser apenas uma transferência de renda sem nenhuma contrapartida, sem que as pessoas busquem e sem que haja, lá no Município, outras políticas complementares, a fim de melhorar a vida das pessoas.

É exatamente por isso, Presidente, que nós achamos que o Parlamento precisa recuperar a sua condição efetiva de decidir o valor a ser colocado no auxílio emergencial.

Obrigado.

Documento 567/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, este destaque é muito parecido com o anterior. O propósito é o mesmo.

Entendemos importante, como eu falei em relação ao anterior... Quem não ouviu, pegue minha fala anterior. Só acrescento um ponto aqui. Se entendermos que a pandemia e os efeitos dela vão se arrastar e que precisamos ampliar o auxílio emergencial ou qualquer outro auxílio, nós podemos fazer novamente uma medida, uma PEC, por exemplo, para ampliar o valor. Nós já fizemos isso aqui algumas vezes e sabemos como fazer. É claro que se gasta tempo, mas é melhor gastar o nosso tempo aqui do que gastar bilhões de reais sem necessidade.

Então, Presidente, aqui eu encaminho "não". Vamos avançar e aprovar esta PEC.

Obrigado.



20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-22:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Presidente, estamos chegando ao final da votação dos destaques. Houve 10, 11 destaques. Vencemos um, Presidente, aliás, um destaque muito bem elaborado pelo PDT, sob a liderança do Deputado Wolney Queiroz.

Orgulha-me muito essa vitória, Presidente. Perdemos outros, nove, dez destaques, mas eu não trocaria de lado, Presidente, com aqueles que me ganharam, com aqueles que me venceram, até porque eu não preciso explicar a derrota que tivemos, mas eles vão ter que explicar a vitória que levaram, até porque é uma vitória de Pirro.

Na verdade, com essa vitória que eles obtiveram nesses destaques, eles atacaram os professores, as professoras dos Municípios, dos Estados e da União. Eles atacaram os funcionários públicos da saúde: o enfermeiro, a enfermeira, o agente de saúde, o técnico de enfermagem, o pessoal que está na linha de frente do combate ao coronavírus. Para salvar as nossas vidas, eles estão expondo as vidas deles, das famílias deles. Aliás, estão se ausentando das suas próprias famílias para proteger as nossas e daqueles que estão ali infectados, estão ali sofrendo, pedindo, clamando por saúde.

Aqueles que nos venceram, Presidente, votaram contra os brigadianos, do Rio Grande do Sul, contra a PM do Brasil, os policiais militares, contra os bombeiros. Eles votaram contra os homens e mulheres da segurança pública, policiais civis do meu Estado do Rio Grande amado e do Brasil inteiro, votaram contra a Polícia Federal, contra a Polícia Rodoviária Federal, votaram contra aqueles, Presidente, que na hora da pandemia se apresentaram para manter os serviços públicos ativos. Ao contrário do mercado, que desapareceu, ao contrário dos bancos, que só exploram, o setor público, Presidente, foi que seguiu as pontas nesta hora do bom combate e do duro embate.

Por isso, eu não troco de lado com aqueles que me venceram. Eles venceram, mas na essência, na alma, no sentimento, estão derrotados, porque estão tirando de quem não pode pagar esta conta. Esta conta não pode ficar nas

costas dos servidores públicos municipais, estaduais e federais. Eles não devem esta conta. Então, por que impingir-lhes uma dívida que não contraíram, um débito que não lhes pertence? Nós precisamos deixar isso muito claro, muito transparente.

Como dizia o mestre Darcy Ribeiro:

Combati o bom combate em muitas lutas. Tentei fazer um projeto para o povo brasileiro na área da educação e perdi, fui derrotado. Outros venceram. Tentei fazer um programa para os índios brasileiros, e perdi também. Tentei dar uma identidade para o povo brasileiro, lutei com todas as minhas forças, e fui derrotado.

Enfim, foram muitas as lutas que Darcy Ribeiro fez e perdeu. Ao final, ele diz: *"Mas eu jamais trocaria de lado com aqueles que me venceram."*

Eles venceram, mas no fundo eles perderam, porque quem está perdendo na essência é o povo brasileiro com essa PEC. Essa é a PEC da maldade, é a PEC do arrocho, é a PEC do congelamento. Nesta hora, nós precisamos é de socorro.

Os Estados Unidos e outros países injetam dinheiro na economia para socorrer o seu povo, para combater a pandemia.

Nós não queremos que as pessoas morram de coronavírus, mas também não queremos que as pessoas morram de fome. Esta é a PEC da fome, porque tira dos servidores públicos e entrega uma miséria para quem já é miserável. Quando o miserável recebe uma miséria, mais miserável fica.

Por isso, Presidente, nós temos lado. Estamos ao lado do povo brasileiro, que precisa de um socorro nesta hora, que precisa de um auxílio emergencial de verdade, não de migalha. Mas para isso não se precisa pisar no pescoço do serviço público e dos servidores públicos da saúde, da educação, da segurança pública, que fazem...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Declaração do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, favorável ao pagamento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, o PT encaminha "não". Somos a favor do destaque do PCdoB.

Hoje, o Presidente Lula, agora reconhecidamente injustiçado pelo ex-Juiz Moro e Dallagnol, deu uma entrevista em que ele afirmou que, sendo Presidente da República, pagaria 600 reais de auxílio emergencial.

Esses 600 reais são o mínimo para a pessoa enfrentar este grande problema que ocorre no Brasil, o problema da fome, agregado à pandemia e ao genocídio, problema que a cloroquina não resolveu, para o qual não há vacina, e está aí a pandemia.

Os 600 reais são, pelo menos, os 500 reais de uma cesta básica e os 100 reais de um botijão de gás. Agora, 250 reais não vão resolver o problema da economia e não vão resolver o problema da fome do povo brasileiro.

Por isso o Lula deu essa entrevista muito sábia hoje.

Documento 570/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:04

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu quero dizer que o Deputado Renildo Calheiros foi de um didatismo espetacular. Ele traz a circunstância de estarmos constitucionalizando um valor e constituindo um limite. Enquanto esta PEC trata de gatilhos para frear os gastos públicos, ela não faz traz um gatilho em relação ao uso do recurso público para a concessão do auxílio emergencial, ela faz um tamponamento.

O Deputado Enrico, por sua vez, na minha compreensão, faz uma argumentação que é contrária ao voto que ele consignou. Com todo o respeito a S.Exa., um jovem estudioso que instiga o debate, eu quero dizer que, na verdade, nós já teríamos e temos, Deputado, total condição para a decretação de estado de emergência. Nós só não entendemos por que isso não aconteceu. E enquanto isso não se acontece, o filho do Presidente da República usa de impropérios para dizer que não há a necessidade de se usar máscara, porque o Governo gastou 90 milhões de reais para comprar medicamentos que têm uso em outras áreas, mas que não têm qualquer comprovação para uso contra a COVID-19. Então, evidentemente, há todo um círculo de ações do Governo para ignorar a existência de uma doença letal, que, somente no dia de hoje, tirou mais de 2 mil vidas. E era para este Congresso Nacional estar consternado e constituindo medidas que fossem atuais e efetivas para o combate ao novo coronavírus e à propagação do mal.

Sr. Presidente, esta medida provisória é nefasta para o Estado Nacional. Fui eu quem disse que era hora de pôr dinheiro na mão do povo, porque isso está se fazendo no mundo inteiro. Trilhões de dólares, no Reino Unido, na Europa como um todo, nos Estados Unidos, estão sendo utilizados para a garantia de que as pessoas se mantenham distantes e tenham mecanismos de sobrevivência.

Esses 44 bilhões de reais não conseguirão pagar nem 250 reais. Serão 200 reais por 3 meses. Se o Governo tiver que avançar para 4 meses, 5 meses, nem aqueles que receberam 300 reais antes terão acesso. Essa é a verdade! Esse texto limita, tampona o auxílio. É quase uma declaração contrária à existência do auxílio emergencial. Além do mais, faz isso por dentro do texto constitucional.

A fome é a grande parceira da pandemia. Então, eu fico realmente surpresa quando alguns levantam argumentos contra um programa como o Bolsa Família, que é um programa de complementação de renda.

Bolsonaro se vangloria porque subiu nas pesquisas, mas foi à nossa custa. Nós alimentamos, naquele momento, a possibilidade de ele crescer nas pesquisas, inclusive em bases populares. Ele queria dar 200 reais de auxílio desde o começo. E foi a Oposição aqui que garantiu toda uma força, constituindo um verdadeiro êmbolo de pressão para que nós tivéssemos um auxílio emergencial maior.



Isso moveu o PIB. Infelizmente, ele continuou caindo, em razão da política ortodoxa, atrasada, desatualizada de Paulo Guedes, mas caiu menos do que cairia se não houvesse o auxílio emergencial. É isso que dizem os economistas. O auxílio emergencial garantiu mover o comércio, não somente das pequenas cidades. E o comércio sabe disso. Evidentemente, agora comerciantes lutam para manter suas portas abertas, porque sabem que não há dinheiro em circulação. Querem tentar, de alguma maneira, salvar sua pequena empresa, porque o Governo Federal também não cumpriu o que tinha que cumprir, não fez o que este Congresso Nacional definiu em relação ao socorro à pequena e à microempresa. Mas as grandes empresas e os bancos não têm nenhum sofrimento no Brasil.

A verdade é que todo esse ajuste fiscal e essa ortodoxia retrógrada vêm para servir aos interesses dos bancos, vêm para servir o Brasil na bandeja ao mercado internacional.

Aliás, Paulo Guedes, um *big shotzinho*, levantou os braços e gritou em reuniões fora do Brasil: "*Vende, vende, vende!*" Por ele, já teríamos vendido o Banco do Brasil, que ele diz que já está pronto. Agora, nós estamos aqui na Casa com propostas de privatização da ELETROBRAS, dos Correios. Nós estamos com todo um pacote de desnacionalização.

Eu pergunto àqueles que trabalham com produção, com agronegócio, aqueles que são da indústria nacional: o que acontecerá com esse tecido produtivo do Brasil? A verdade é que tudo será superado pela concorrência desleal.

Alguns deste Governo, mesmo enrolados na bandeira verde-amarela, fazem o jogo do capital externo. É o Governo mais entreguista da história da República, com uma *mise-en-scène* de nacionalista. É um Governo que serve aos interesses estrangeiros, que é contra a democracia, que atinge as instituições constituídas, que arrebenta com as relações entre os três Poderes e que, infelizmente, faz chacota da morte do povo.

Bolsonaro não tem envergadura para ser Presidente da República. Ele já cometeu o crime de genocídio no Brasil, quando não articulou a compra das vacinas. E agora ele faz um teatrinho, dizendo, depois que Lula falou e explodiu a alegria na população brasileira, que vai usar máscara e que a vacina é uma necessidade prioritária. Ele muda ao sabor dos ventos para tentar manter uma capa de popularidade que nunca teve.

Esse fenômeno negativo, monstruoso, foi constituído no leme da antipolítica, no momento em que se desconstituiu a face da política em nosso País. Elementos *outsiders* como esse, aventureiros, chegam ao Governo infelicitando a Nação, entregando os interesses nacionais aos interesses estrangeiros, ao mercado, à jogatina internacional. É isso que está posto. O Sr. Paulo Guedes é esse agente.

E a PEC 186 faz exatamente isto: arrebenta o serviço público e o coloca à disposição, para que o setor privado realize tudo que o setor público faz;

menospreza aqueles que fizeram concurso, que servem à Nação brasileira, que constituem um exército civil na saúde, em defesa da vida, que neste momento, nesta hora, estão, porque a morte é amiga da noite, nos hospitais enfrentando condições inóspitas para salvar vidas, improvisando bolhas respiratórias, máscaras respiratórias, onde não há como tratar o paciente que não respira, que tem 60%, 70% do seu pulmão comprometido.

Bolsonaro está brincando com a Nação brasileira ao não negociar de maneira competente as vacinas, tendo V.Exa. que fazer papel de chanceler, Presidente Arthur Lira, para falar com o Embaixador da China. Essa é a verdade diante da qual nós estamos. Nós precisamos reagir. Este Congresso é feito de homens e mulheres que foram sufragados nas urnas pelo povo brasileiro. É preciso tomar uma atitude verdadeira.

O que se está votando esta noite é algo que está na contramão das soluções, desvaloriza o setor público, que é quem assiste ao público neste momento de grande aflição. Ainda se taxa, se bota um tamponamento para impedir que o auxílio possa florescer e garantir mais tranquilidade a essas famílias, que são, em maioria, Srs. Deputados, gerenciadas por mulheres.

A verdade é que o Brasil é um país onde o povo pobre vive em famílias que a mulher chefia, e o filho maior fica em casa com o do meio e com o menor. Nós temos um enorme índice de queimaduras infantis, porque a criança toma conta da panela de água quente, que se derrama sobre ela. Nós temos problemas graves de violência. Nós temos o problema de que a criança trabalha para poder ajudar na renda familiar. E a mulher não tem como trabalhar neste momento, especialmente a mais pobre e a negra. Ela precisa ficar com a sua prole, sem comida na mesa, porque nós estamos tratando de alimentar a dívida pública e os bancos - não com o meu voto, não com esta digital, não com a digital desta Oposição, que tem lado, tem clareza em relação ao que é necessário, num momento de aflição pública e de desafio sanitário, para salvar vidas.

O destaque do PCdoB é um destaque valoroso. A Minoria vai votar a favor do destaque, vai votar "não" ao texto, para que possamos tirar desta PEC nefasta pelo menos um fruto, além do destaque aprovado pelo PDT com nosso apoio: o fruto de não tamponar a possibilidade de socorro, caso ele precise ser aumentado neste momento...

(Desligamento automático do microfone.)



20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:16

Publ.: DCD - 11/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante no § 1º, art. 3º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Resistência do PDT contra a aprovação da propositura. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Repúdio ao auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, a hora vai tarde. Já é quase meia-noite. Ontem fomos até a madrugada. Eu quero dizer aqui, Presidente, que nós somos a resistência. Nós vamos insistir, persistir e, se necessário, teimar no enfrentamento desta PEC, a PEC da maldade, a PEC da restrição, a PEC do arrocho salarial, a PEC do congelamento de salários, a PEC do achatamento de salários. Nós precisamos resistir, Presidente, em todos os aspectos.

E a nossa resistência tem dado resultado, tanto que, na votação de um dos destaques, do PDT - são dez os votados, com este que estamos votando -, nós vencemos. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Quem não pede não leva, quem não chora não mama, quem não reclama não ganha. É preciso insistir, persistir e, se necessário, teimar para conseguir o que se quer e vencer. Nós resistimos, teimamos e conseguimos. Na votação de um dos destaques, nós vencemos, Presidente.

Mas perdemos de 9 a 1. Esse resultado, Presidente, não é desanimador, porque eu não vou trocar, jamais trocaria e não quero trocar de lado com aqueles que me venceram. Nós queremos continuar trabalhando com a convicção que temos daquilo que afirmamos e defendemos. Eu tenho tanta convicção daquilo que digo, da luta que faço e das coisas que defendo que, ainda que não houvesse ninguém aí para ouvir o que estou dizendo, eu seria capaz de dizê-las para mim mesmo, para aumentar a convicção que tenho daquilo que acredito.

A Oposição acredita no que está fazendo. Tanto acredita que, por conta da nossa postura e da nossa posição, o Governo veio para a discussão e acordou, com sua base, para proteger a segurança pública. Mas só fez isso à base de pressão da Oposição. Não estivéssemos nós, os partidos da Oposição, de esquerda e centro-esquerda, fustigando, cobrando e insistindo que é maldade

o que estão fazendo contra os servidores públicos da saúde, da educação e da segurança pública, o Governo não teria recuado.

O Governo recuou na segurança pública muito pouco, muito menos do que deveria, mas muito mais do que queria.

Teve que recuar. E esse recuo não é mérito do Governo. O Governo recuou porque o bicho estava pegando: ele já tinha perdido um destaque do PDT e iria perder outros tantos, então acabou voltando atrás. Mas só voltou porque nós estamos aqui, Presidente, na resistência.

E nós vamos resistir. Como dizia o Dr. Brizola, nós somos como planta do deserto: basta uma gota de orvalho para que voltemos a respirar, a resplandecer, a florescer, enfim, a ganhar vida. Pois nós, com um resultado de dez disputados, nos sentimos contemplados. E há outro em relação ao qual o Governo cedeu por conta da nossa pressão, dando a proteção de que os servidores públicos da saúde precisam, que eles merecem, de que necessitam e a que têm direito.

Repito: o Governo só recuou porque viu que iria perder e porque a Oposição fustigou, a Oposição resistiu, a Oposição ficou aqui com sua convicção, de pé trancado, sem recuar, brigando palmo a palmo, brigando com unhas e dentes em defesa daquilo em que nós acreditamos. Nós não podemos deixar os trabalhadores da segurança pública mal, como o Governo estava deixando. Não podemos deixar os servidores da saúde mal, como estão ficando, sofrendo com esta pandemia, inclusive os próprios servidores públicos da área da saúde municipais e estaduais.

Por isso, eu digo aos funcionários públicos municipais: quando seu Prefeito não puder atender a sua justa e necessária reivindicação de aumento, a sua reposição salarial, a sua progressão na carreira, não o culpe, não importando de que partido ele seja; aponte para os Deputados que votaram a favor desta PEC. Esses Deputados tiraram o direito do seu Prefeito de lhe conceder o ajuste, a correção, enfim, a progressão do seu salário, da sua carreira. Anotem bem, servidores públicos. Isso vale para os municipais e para os estaduais.

Para concluir, Presidente, registro que hoje é um dia triste por conta desta PEC e mais triste ainda porque praticamente 3.350 pessoas vieram a óbito. Não são só números; são almas, são vidas, e vidas importam. E só está acontecendo isso, Sr. Presidente, porque levaram na brincadeira a pandemia: *"Ah, é uma gripezinha! São 100 mil, e daí? Ah, se tomar a vacina vira jacaré"*. E cada vez havia uma explicação: *"A máscara não funciona. A vacina é da China"*. Foram desdenhando, desmerecendo, desconstituindo, e nós chegamos aonde chegamos.

Hoje o Presidente Bolsonaro voltou a usar máscara. Sempre deveria tê-la usado. Deveria ter dado o exemplo do exemplo com o melhor exemplo, mas deu um mau exemplo. E nós estamos pagando por isso. Muita gente seguiu o exemplo dele e pagou com a vida, inclusive seguidores seus, apoiadores seus,

eleitores seus. Eu conhecia alguns deles que pagaram duramente com a vida, Presidente.

Concluo dizendo que, enquanto no Brasil ainda vamos chegar a 9 milhões de pessoas vacinadas, nos Estados Unidos já foram vacinadas quase 70 milhões de pessoas. Vejam a diferença!

A vacina é fundamental. É ela que vai salvar o ser humano. Para melhorar a economia, vacina; para melhorar o emprego, vacina; para combater o desemprego, vacina; para evitar que os hospitais fiquem lotados, vacina; para aliviar as UTIs, vacina; para impedir que as pessoas morram, vacina - vacina, vacina, vacina! O Governo não acreditou nisso. Demorou, demorou e ainda está demorando, pois a vacina está chegando a conta-gotas.

Além do atraso na vacinação, hoje há mais esse castigo para quem vive de salário, para quem vive do suor do seu esforço e da sua luta. Nós não queremos que as pessoas morram de coronavírus, mas também não queremos que as pessoas morram de fome. Esse auxílio emergencial é miserável. E, para que haja essa miséria de auxílio emergencial, de 250 reais, muita gente está pagando caro, porque essa PEC engessa as carreiras, os salários, a remuneração, a dignidade, a qualidade de vida de quem faz do seu trabalho o pão de cada dia que coloca na mesa.

Nós lamentamos, mas vamos continuar resistindo. Nós somos a resistência contra essa PEC, que não faz bem para o Brasil, nem para quem é pobre, nem para quem é assalariado. Não faz bem para ninguém. Vou dizer mais: não faz bem nem para o Governo, nem para quem votou a favor dela, nem para quem ganhou de 9 a 1, porque esses vão ser cobrados lá fora pelo resultado que tiverem aqui dentro.

Muito obrigado.

Documento 572/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:28

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Repúdio aos impropérios do Deputado Eduardo Bolsonaro ao povo brasileiro. Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Repúdio à receita neoliberal do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Responsabilidade do Governo Federal pela crise econômica reinante no País. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade ao teto de recursos previstos na propositura para o auxílio emergencial. Tramitação, no Senado

Federal, das propostas de emendas à Constituição relativas ao pacto federativo e aos fundos sociais. Tramitação, na Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Razões da obstrução das votações pelos partidos opositoristas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Pois não, Presidente. Agradeço.

Presidente Arthur Lira, as coisas não andam fáceis para os brasileiros de maneira geral, não andam fáceis para o nosso povo. Mas a grande responsabilidade por isso é do Governo Bolsonaro.

As coisas não andam fáceis também para a família do Presidente Bolsonaro. Agora, a notícia na televisão é que o nosso colega Deputado Eduardo Bolsonaro ficou nervoso depois que veio de Israel e não conseguiu trazer o *spray* milagroso, aquele que, como a cloroquina, ia curar todo o povo brasileiro, e, mais uma vez revoltado com a máscara - isso é manchete nos jornais -, pediu que o povo colocasse a máscara eu não vou dizer onde, porque isso poderia ser entendido como falta de decoro parlamentar. Imaginem alguém responder dessa forma ao povo brasileiro, que está tão sofrido.

Se as coisas andam ruins para a família Bolsonaro, a culpa é do próprio Governo Bolsonaro e da família. O povo brasileiro não tem que sofrer impropérios, xingamentos, fazer com que a máscara seja enfiada lá onde alguém acha que deve ser enfiada. Não pode ser assim. Não se pode tratar o povo brasileiro dessa forma.

O tratamento dado por parte do Governo a esse processo de pandemia foi todo ele equivocado. Vamos lembrar alguns fatos.

O Presidente Jair Bolsonaro, assim que essa pandemia teve início, enquanto no mundo inteiro as pessoas diziam para se ter o máximo cuidado, chamou a doença de gripezinha. Agora, mais recentemente, disse que chorar mortos é mi-mi-mi. Disse, em determinado momento, que não estava nem aí. Chegou a fazer *live* desfazendo do uso de máscaras, dizendo que isso nada resolve. Fez propaganda de cloroquina - aliás, ficou conhecido como Capitão Cloroquina.

Há também um Deputado Cloroquina entre nós. Então, agora, nós temos o Capitão Cloroquina e o Deputado Cloroquina a dizer ao povo brasileiro que vacina não vale nada. E disse o Presidente que quem tomasse vacina podia virar jacaré.

Como é que se pode tratar de forma tão equivocada um problema tão grave igual a esse da pandemia, que é um problema mundial?



O Governo também tratou mal o problema - e aqui entro no assunto que estamos discutindo - do ponto de vista da economia.

O Ministro Paulo Guedes, que foi hoje homenageado nesta Casa pelo Deputado Janones - ele o fez de maneira sarcástica, é bom lembrar -, foi um que, no início da pandemia, disse: "*Vamos manter todo o processo de arrocho fiscal. Vamos manter o receituário ultraliberal*". E, no mundo inteiro, as pessoas diziam: "*Olha, é preciso agora, neste momento, garantir o crescimento da economia*". Isso se garante, Paulo Guedes, fazendo como o Lula fazia: colocando dinheiro no bolso do povo brasileiro, para que a economia possa girar; dividindo um pouco de renda; fazendo com que o dinheiro compre uma mercadoria, faça um puxadinho, compre cimento; permitindo também que, na roça, as pessoas trabalhem seus produtos da agricultura familiar e façam crescer a economia local. "*Paulo Guedes, atenção: o problema é sério!*" - diziam. E ele só dizia: "*Arrocho, arrocho, arrocho...*". E a receita neoliberal continua até hoje, infelizmente com muitos adeptos. Agora vem esta PEC 186.

Então, o Governo tratou mal o problema da pandemia do ponto de vista da saúde pública e também do ponto de vista da economia. Ele achava que bastava deixar o vírus viajar, as pessoas ficarem doentes, que isso passaria rapidamente e a economia se recuperaria depressa. Não é assim! A economia não se recupera sem a intervenção do Estado. E é isso o que mundo inteiro está ensinando.

O que é ainda pior é que se mantém até hoje o mesmo pensamento econômico equivocados.

Existem hoje três propostas de emendas constitucionais enviadas pelo Governo. Uma delas é a que estamos votando agora, a chamada PEC Emergencial. Essa PEC, no início, cortava 25% do salário e 25% da jornada do servidor, ou seja, haveria 25% de salário e 25% de serviços públicos a menos. O Governo não conseguiu emplacar essa maldade que o Paulo Guedes arquitetou nessa PEC 186. Mas há outras maldades, que nós apontamos aqui.

Trata-se de uma PEC que pretende um ajuste fiscal. E o texto ainda limita a apenas 44 bilhões de reais aquilo que pode ir para a economia, Deputado e meu Líder Bohn Gass. É preciso que dinheiro vá para economia, para movimentar a economia e fazer com que o PIB não sofra uma queda ainda maior este ano. Mas não! A PEC limita isso a 44 bilhões de reais.

Portanto, o efeito Paulo Guedes continua o mesmo. Essa PEC 186 é isso.

O pior é que ainda existem duas PECs no Senado, que, segundo o que se fala, vão tramitar. Uma delas é a chamada PEC do Pacto Federativo, cujo texto, que também queriam inserir nesta PEC 186, pretende retirar da Constituição os recursos para a saúde e para a educação. Isso significaria matar o Sistema Único de Saúde e as escolas públicas brasileiras e fazer com que a garantia do custeio da educação e da saúde, que conquistamos na Constituição de 1988 e que é fundamental, simplesmente fosse retirada da Constituição brasileira.

Essa é a PEC que eles denominam de PEC do Pacto Federativo. E falam que irão retornar com ela.

A outra PEC é a que trata dos fundos, por meio da qual pretendem que os fundos sociais sejam todos extintos. Ela ainda está no Senado federal.

Aliás, essas duas PECs ainda estão no Senado. O Governo não desistiu delas e vive dizendo que esse é o plano Brasil e que ele será retomado.

Há também a PEC 32, que está aqui na Câmara, que retira a estabilidade do serviço público e proíbe mais concursos e mais serviço público no futuro. Essa é a PEC da Reforma Administrativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça. Esse conjunto de ações que eles chamam de reforma administrativa é o desmanche completo do Estado. É isso que tenta executar o Governo Bolsonaro como forma - eles acham - de solucionar o problema da crise econômica e da pandemia.

Não é assim que as coisas estão funcionando em parte nenhuma do mundo. Pelo contrário, os pacotes que estão sendo feitos buscam fortalecer o papel do Estado e da economia. Se o Governo brasileiro não compreender isso, vai continuar errando na economia, como continua errando na pandemia do ponto de vista da saúde pública.

Lula passou um sabão no Presidente, disse que a máscara é essencial e deu uma lição ao Presidente Jair Bolsonaro. Mesmo assim, parece que não entenderam. Usaram máscara hoje e viraram chacota internacional, pois o Lula passou a pautar como é que se trata a questão da pandemia. E, além de virar chacota internacional, o Governo não se emenda: vai o filho do Presidente e diz para o povo brasileiro utilizar a máscara não da forma devida, mas para fazer outras coisas que são aqui inconfessáveis. Então, continua estabelecido o erro do Governo no tratamento da pandemia e no tratamento da economia.

Ora, nós precisamos dar uma solução para isso, e a solução não pode ser o Congresso Nacional se curvar a essas medidas, que são evidentemente equivocadas. É por isso que nós da Oposição, nós do Partido dos Trabalhadores temos convicção dessa obstrução que estamos fazendo. É importante que ela seja feita. É preciso que o povo brasileiro compreenda o que está em jogo e, ao compreender o que está em jogo, se mobilize contra essas ações do Governo. Se nós não dermos um jeito nisso, o Governo Bolsonaro continuará errando da forma como sempre errou.

Eu acho que é isto que nós fizemos hoje, em todo esse período de obstrução de um dia inteiro, em que colocamos claramente as nossas opiniões para a população, com conteúdo, com argumentos, sem nenhum espírito de querer que as coisas deem errado no Brasil, mas apontando os erros que estão existindo: a Oposição cumpriu o seu papel. É preciso agora que também a base do Governo se rebele contra a situação. Ter uma pessoa como o Deputado Eduardo Bolsonaro falando o que falou ao povo brasileiro devia ser inaceitável para todos nós, não apenas para a Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 573/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:36

Publ.: DCD - 11/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido ao Deputado Enrico Misasi de reconsideração do posicionamento a respeito do disposto no art. 167-A, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do partido Novo, contrário à retomada do auxílio emergencial.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dialogar aqui com o Deputado Enrico Misasi, do PV. Ele usou duas vezes o mesmo argumento de que o art. 167-B resolveria o problema do estado de calamidade, dizendo que, então, os 44 bilhões de reais não seriam nenhum empecilho. Quero ler para ele que o art. 3º, § 1º, trava essa possibilidade. Aqui está escrito claramente:

Art. 3º

§ 1º As despesas decorrentes da concessão do auxílio referido no caput realizadas no exercício financeiro de 2021 não são consideradas, até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais)(...).

O que passar de 44 bilhões de reais, Deputado Enrico, ficará limitado, sim, por todas as regras fiscais - teto de gastos, regra de ouro e meta primária.

Então, não existe isso que foi argumentado. Tanto é assim que o Deputado General Peternelli se agarrou a essa sua proposta. Outro disse que...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG) - Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Queria só concluir o raciocínio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Conclua, Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O limite de 44 bilhões de reais é um engessamento, entendem?

É por isso que o Partido Novo está louco, porque ele queria muito menos que 44 bilhões de reais. Eles querem baixar o valor, eles não querem auxílio emergencial. O NOVO é um partido que não quer auxílio emergencial. Eles não querem nem Estado.

Então, Deputado, peço a V.Exa. que reconsidere sua posição, porque ela está sendo utilizada indevidamente.

Nós defendemos 600 reais e liberdade para o povo ser socorrido, tanto em matéria de vacinas quanto em matéria econômica. Com 1.350 mortos no dia de hoje, isso é uma necessidade.

Obrigado, Presidente.

Documento 574/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inconsistência do discurso do Deputado Ivan Valente sobre o posicionamento do partido Novo contrário à recriação do auxílio emergencial.

O SR. PAULO GANIME (Bloco/NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Desculpe-me, Deputada Erika Kokay.

O Deputado Ivan Valente disse que o NOVO quer diminuir o auxílio emergencial, disse que o NOVO quer acabar com o auxílio emergencial. Quem está votando contra o auxílio emergencial não é o NOVO. O NOVO está favorável a esta PEC, está favorável, sim, à extensão do auxílio emergencial. Em momento nenhum, nós fizemos algum destaque ou algo parecido para suprimir o auxílio emergencial do texto ou para mudar o seu valor. Muito pelo contrário. Nós estamos aqui há 2 dias defendendo veementemente a PEC que vai garantir orçamento para o auxílio emergencial.

Portanto, não procede falar coisas que não são verídicas. Nós já estamos acostumados, mas mentir desta forma já é um absurdo.

Quem está votando contra o auxílio emergencial não é o NOVO. É o PSOL.



Documento 575/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:44

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao estabelecimento do teto de 44 bilhões de reais para a criação do novo auxílio emergencial com pagamento em 4 parcelas. Contestação a ataques contra os servidores públicos. Tributação de lucros e dividendos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Enfim, eu vi muitas coisas hoje que me surpreendem. Primeiro, nada justifica termos um teto de 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial em 4 meses. Nada justifica isso, a não ser a intenção de que, ao fim dos 4 meses e na permanência da pandemia - se houver, esperamos que não -, as pessoas fiquem de novo sem o auxílio emergencial.

Nós estamos há 2 meses sem o auxílio emergencial. Quanto o Sr. Guedes economizou, à custa da miséria do povo brasileiro, com 2 meses sem o auxílio emergencial?

Diante disso, é importante estabelecermos que não há limites e que isso vai ser construído de acordo com as necessidades.

Segundo, o servidor público tem que cumprir sua parte? O servidor público já cumpre sua parte! Quem está enfrentando a pandemia são os servidores públicos. Quem está levando educação, mesmo com as escolas fechadas, são os servidores públicos.

Por isso, quem tem de cumprir sua parte e dar sua cota de sacrifício são os grandes milionários deste País, aqueles que lucram, que têm lucro e dividendos, e não pagam Imposto de Renda, e não os servidores, que já dão sua cota todos os dias. Os servidores, na grande maioria, estão com salários congelados, e 80% já sofrem uma perda, até o fim deste ano, de 21%.

Respeitem o servidor público, porque é ele que segura este País e constrói políticas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 576/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:48

Publ.: DCD - 11/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao estabelecimento do teto de 44 bilhões de reais para o pagamento do novo auxílio emergencial.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já vamos a altas horas, mas eu queria voltar à questão dos 44 bilhões. Por que é incorreto o Parlamento brasileiro se engessar e não ser protagonista na questão do auxílio emergencial?

Eu quero lembrar que o Ministro Paulo Guedes propôs um auxílio emergencial de 200 reais - todos os Parlamentares se lembram disso -, e do Congresso saíram 500 reais. No entanto, Bolsonaro viu que a coisa ia pegar bem para ele e passou para 600 reais, por 5 meses.

A verdade é que foi com o auxílio emergencial que a economia rodou. Se não tivesse o auxílio emergencial e o socorr o dado dentro do "orçamento de guerra", também aprovado por este Congresso Nacional, para entender a tragédia da pandemia e seus reflexos na economia, o Brasil estaria na bancarrota. Nós teríamos ainda muito mais desempregados, mais gente contaminada e mais empresas falidas.

Chegou um momento, e Paulo Guedes disse: "*Não, gente! Vamos parar com isso! O mercado está nervoso. Nós temos que dar um jeito nisso*". Eles também "sacaram" que a pandemia escalou de novo para o número que nós temos hoje: 1.350 mortos no dia de hoje! E ela vai escalar mais ainda. Com isso, o comércio e a indústria vão ficar fechados por mais tempo ainda, vai haver mais desemprego, e o Estado não socorre!

Eu queria dizer o seguinte. O país central do capitalismo, os Estados Unidos, aprovou o pacote de 1,9 trilhão de dólares - quase 11 trilhões de reais. Cada americano vai receber praticamente 8 mil reais por semana, fora o socorro às empresas. Aqui nós estamos falando de 44 bilhões em 4 vezes, o que não chegará nem a 250 reais. Eu estou ouvindo aqui agora que pode ser de 150 reais, no mínimo. Isso é uma mixaria para socorrer a quem precisa, é muito mais uma satisfação que a economia precisa receber do que uma resposta



para socorrer os trabalhadores da fome e da miséria, sem saber a escalada da pandemia.

Por isso, nós nunca poderíamos constitucionalizar um ajuste fiscal e estabelecer um teto para o gasto com o auxílio emergencial. Isso significa tirar dos próprios Parlamentares a autonomia para enfrentar a pandemia. Na verdade, só se conversa com Paulo Guedes, com os bancos, com o mercado. Não se conversa com o povo, com os trabalhadores. Portanto, 44 bilhões é muito pouco. Esse valor não deveria estar engessado. Isso é um erro grave.

Alguém vai dizer: "*Nós vamos mandar outra PEC, se precisar*". Mas é evidente que será preciso! Há quem ache que isso já é muito dinheiro. Isso é um absurdo! Isso não dá para nada! Isso não faz nem cócegas nas necessidades que nós teremos. Por isso, o Congresso nunca devia ter se comprometido com um limite ou um teto de 44 bilhões de reais.

Documento 577/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-23:56

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais para mulheres chefes de família.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, peço 1 minuto. Eu serei breve.

Quero esclarecer ao distinto Líder Paulo (*falha na transmissão*) que nós fomos propositores do auxílio emergencial - nós propusemos o auxílio emergencial. O Governo, com seus aliados e com os atuais aliados, refugavam completamente esta possibilidade e propuseram 200 reais. A pressão chegou de fora para dentro. Aliás, é importante dizer que a matemática da política, às vezes, vira, como virou no FUNDEB. É verdade que nós estávamos às vésperas das eleições municipais, mas a matemática virou, e virou com milhares ou milhões de mensagens nas caixas de WhatsApp dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas.

Nesta PEC 186, não houve muito tempo para que nós trabalhássemos, e hoje os policiais reagiram. Os servidores civis, inclusive os da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, estão a dizer que este acordo não tem nenhuma relação com eles, que eles não concordam com estas restrições e

condicionantes cruéis, para dar uma perspectiva - porque não dá - de um auxílio emergencial de 250 reais. O sofisma é inimigo efetivo da verdade!

Para finalizar, é muito importante dizer que a Oposição defende o auxílio emergencial de 600 reais e de 1.200 reais para a mulher chefe de família. Nós entendemos que este é o mínimo necessário para que uma família possa atravessar este mar de dificuldades que a pandemia do novo coronavírus impõe a esta Nação desgovernada. É desta forma que o Brasil se encontra.

Muito obrigada.

Documento 578/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-00:00

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não somos favoráveis a essa PEC. Eu diria que essa é a PEC dos três cês.

Ela é a PEC da chantagem, porque se tentou colocar nessa PEC um auxílio emergencial que em verdade - disse bem a Deputada Alice - é um auxílio residual. Nós tentamos elevar esse valor, para que nós pudéssemos responder à angústia do povo brasileiro e fazer com que o povo brasileiro não se abraçasse com a fome, porque a fome está sendo naturalizada neste Governo. Ah, lembro o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que tirou a fome da realidade brasileira, porque desnaturalizou a fome. Lembro muito quando Lula dizia que o Brasil feliz é o Brasil onde as pessoas podem se alimentar pelo menos três vezes por dia.

Essa PEC traz um auxílio com um teto. Na verdade, ela não traz o auxílio emergencial: ela traz um teto que se pode gastar com o auxílio emergencial, e esse teto é por volta de sete vezes menor do que o que foi gasto no ano passado. É preciso lembrar que no ano passado o auxílio emergencial ajudou a conter a corrosão do PIB, porque acionou a economia. Nós sabemos que, quando há um auxílio para as pessoas de baixa renda ou para as pessoas sem renda... O Brasil tem um fenômeno que não existia no Governo Lula: há milhões de pessoas sem nenhum tipo de renda. Isso é o que nós estamos

vivenciando hoje. Quando as pessoas que não têm renda têm direito de poder se alimentar, tudo isso vai para a economia, vai para o comércio local.

Então, enganam-se aqueles que acham que o austericídio, que o fiscalismo, que tentar impedir o Estado de acionar os investimentos e as cadeias produtivas é importante para ajudar a pequena e a média empresa. Não, não! O que ajuda a pequena e a média empresa, fundamentalmente, é que haja um mercado interno. Aliás, como o Brasil está na mão dos rentistas, do capitalismo improdutivo, não há nenhum tipo de preocupação com o mercado interno, porque não produz nada, não precisa vender nada, vive de rendas. É assim que está o Brasil. Este é o pior gatilho, eu diria o garrote que asfixia o povo brasileiro: um capitalismo improdutivo, que alguns chamam de capitalismo vadio, que é desterritorializado e que está lucrando como nunca.

Nós votamos aqui uma PEC que busca conter as despesas primárias e, inclusive, conter as despesas obrigatórias, criando um percentual de até 95% das despesas primárias a serem gastas com despesas obrigatórias, mas ela libera as despesas financeiras - essas não estão no barco.

Alguém do NOVO disse que era preciso todo mundo estar no barco para poder fazer a travessia do mar revolto. Não, não. Os banqueiros, os rentistas, o capital financeiro, esses não estão no barco. Os super-ricos neste País, esses continuam sendo preservados. Aliás, a União abriu mão de mais de 7 bilhões de reais de uma dívida da Oi, neste momento, em que quer penalizar servidores públicos e quer impedir que haja concurso público.

Alguns dizem: "*Isso vai demorar 2 anos para se efetivar*". Nós já temos por volta de mais de 94% de despesas obrigatórias no bojo das despesas primárias. É preciso lembrar que estamos falando - a PEC é muito clara quanto a isso - de Poderes, especificamente, e de órgãos. Segmentos como a Defensoria Pública já estão nesse percentual e vão ficar garroteados e asfixiados. E o povo precisa dos defensores, como também precisa dos servidores, como também precisa do aumento da sua arrecadação, como também precisa de saúde, como também precisa de educação, como também precisa de Estado, para que tenhamos políticas públicas e possamos definitivamente fazer o luto das casas grandes e senzalas. E políticas públicas exigem servidores públicos.

No entanto, o Governo quer acabar com a estabilidade dos servidores públicos, quer satanizar os servidores públicos, porque não interessa para o Governo ter um Estado com a capacidade que os nossos servidores públicos têm, todos os dias, de enfrentar todas as adversidades. Não, isso não interessa. Interessa dominar o Estado. Bolsonaro quer dominar a Polícia Federal para proteger seus filhos, dominar o Ministério da Saúde, dominar, dominar, dominar. Ele quer dominar, inclusive, o Poder Legislativo. E o Poder Legislativo...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 579/1.178

20.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-10/03/2021-00:12

Publ.: DCD - 11/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Anúncio de encaminhamento, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de recurso contra o indeferimento, pela Presidência, da questão de ordem da oradora sobre a necessidade de elaboração da redação do vencido antes da apreciação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de rejeição da propositura. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço apenas para finalizar o que dizia. No art. 202 consta: "*(...) aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o estatuído nesse artigo (...)*". Então, nós não sabemos exatamente que texto estamos votando. Para o segundo turno, nós tínhamos que ter a redação do vencido. Obviamente, vamos recorrer.

Quero dizer também que, nas outras vezes que votamos, Presidente, nós não tivemos mudança no texto. Isso é apenas para dar, de maneira bastante sóbria, uma resposta ao que V.Exa. havia alegado.

Nós da Oposição, com toda a clareza que temos tido neste debate, não queremos quebrar o interstício. Todos os partidos da Oposição estão juntos neste objetivo: queremos o auxílio emergencial de 600 reais, e não o conteúdo da PEC 186.

Documento 580/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Srs. e Sras. Deputadas, mais uma vez, venho aqui defender o destaque ontem apresentado.

O nosso destaque tira do art. 167 servidores públicos, empregados públicos e militares e deixa apenas os membros dos Poderes: nós, Deputados, Senadores, Juízes, Ministro, Presidente. Tiramos do arrocho, da possibilidade que está colocada na PEC de arrochar, de impedir reajuste, os trabalhadores.

E eu os chamo de trabalhadores, porque são trabalhadores aqueles que o lamentável Ministro Guedes chama de parasitas; aqueles que muitos nesta Casa, que nos últimos dias está nos envergonhando, chamam de elite brasileira. Vinte e três e meio por cento dos servidores públicos brasileiros, que fazem a vida funcionar, que fazem as coisas acontecerem, que fazem os serviços públicos brasileiros, ganham até dois salários mínimos. Parasitas?! Elite?!

Estou falando dos policiais, que tanto a bancada da bala nesta Casa diz defender, que tanto o Bolsonaro e a base bolsonarista dizem defender! Estou falando da carreira deles, das suas promoções, mas estou falando também do reajuste salarial necessário para essa categoria!

Estou falando de professores. Eu estou Deputada, mas sou professora, Deputado Rogério, da rede pública do Município do Rio de Janeiro. Sou do chão da escola, sou professora na Maré, a favela. Esse é o meu lugar, é de onde eu vim, com a minha experiência de trabalho.

Esses professores, que vivem o dia a dia da escola, são parasitas, são a elite, merecem não ter reajuste em momento de crise?

Eu estou falando, no momento em que vivemos a maior crise sanitária experimentada pelas gerações vivas, das técnicas de enfermagem, que têm um piso salarial, se eu não me engano, de 1.300 reais no Rio de Janeiro; de auxiliares de enfermagem; de enfermeiras; de médicos e médicas, que estão dando a vida para enfrentar a crise sanitária em curso, diferentemente do Presidente da República, que faz uma cruzada antivacina e que é responsável, aliás, por estarmos na situação em que estamos!

No Dia das Mães, podemos atingir a triste marca de 400 mil mortos! Nenhum estudo - nenhum! -, nenhuma expectativa imaginava que chegaríamos a esse ponto, e esta Casa está, há 3 dias, de forma acelerada, como um trator,

discutindo a tal PEC Emergencial, que não apresenta nenhuma saída para a emergência do povo!

A PEC cuja apreciação está em curso aqui, infelizmente aprovada em dois turnos - e agora estamos tentando reduzir danos -, é a PEC da chantagem, do arrocho, da vergonha, porque tratora o povo quando impede reajuste de servidor público. Ela também tratora o povo quando estabelece um teto de 44 bilhões de reais, que nem chega ao valor usado para pagar 1 mês do auxílio de 600 reais até então pago e que vai possibilitar um valor ínfimo, insuficiente de auxílio no momento mais grave da economia brasileira, em que a alta de alimentos é a maior dos últimos anos, assim como a do gás de cozinha, a do combustível!

Eu só tenho a lamentar. Nós do Partido Socialismo e Liberdade, da Oposição, estamos indignados, revoltados. E não é possível que, diante da dor, do luto que mais de 2 mil famílias estão experimentando por dia, iremos arrochar trabalhador, servidor público, enquanto o mundo está ampliando investimentos! Há mais Estado no mundo, e, aqui, nós queremos reduzir o papel do Estado justamente em um momento de crise! É um erro, é um equívoco, é uma violência com o povo brasileiro!

Documento 581/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existe um *delay* para desativar o microfone.

Boa tarde!

Quero apenas ratificar que nós estamos, já há algum tempo, debatendo esta PEC, que tem o objetivo único de conceder as quatro parcelas de 250 reais para milhões de pessoas. Ela vem em um momento importante desta pandemia, um momento de grande precisão, e o Governo está fazendo todo o esforço necessário para viabilizar esse pagamento. Portanto, querer mexer nesta PEC dessa forma não tem cabimento neste momento.



Por isso, sou contra este destaque.

Isso pode ser discutido mais à frente. Essas outras mudanças poderão ser avaliadas em momento mais oportuno, mas, no momento, dentro do que o Governo pode dispor - e isso até de acordo com a maioria desta Câmara e do Senado, onde a matéria já foi inclusive aprovada -, o mais importante é mantermos este texto do jeito que está.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 582/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ODAIR CUNHA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante termos clareza sobre o que estamos votando neste momento. Está-se a retirar do texto da proposta de emenda à Constituição o que diz respeito a servidores e empregados públicos e militares. Os membros do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo continuam na trava constitucional. O que nós estamos propondo aqui, em apoio a este destaque do PSOL, é mitigar danos.

Permitam-me aqui, Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, repetir uma frase de Guimarães Rosa: *"Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais"*. Ora, nós precisamos conhecer as mil faces do Brasil, parafraseando Guimarães Rosa. Eu poderia dizer que esta PEC trata os diferentes de maneira igual. Nós não podemos considerar que os Municípios de norte a sul deste País tenham realidades fiscais iguais, eles são diferentes. Dentro do nosso próprio Estado de Minas Gerais há realidades distintas, há realidades adversas. E, é claro, nós já somos contra a inclusão de um ajuste fiscal para Estados e Municípios no texto constitucional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é fato que, atingido o limite de 95% da receita corrente - e alguém disse aqui que isso nós fazemos em nossas casas, quando as despesas estão extrapolando e temos de cortá-las -, sim, temos de fazer cortes. No entanto, nós não podemos constitucionalizar um

tema desses, igualando os desiguais e desconhecendo, como diria Guimarães Rosa, "*as mil faces das Gerais*". Nós não podemos desconhecer a realidade brasileira.

Nós não podemos culpar o serviço público pelas mazelas fiscais a que estamos assistindo, sem termos clareza de que o problema fiscal dos Estados, na maioria das vezes, repito, não está nas despesas. No caso de Minas Gerais, por exemplo, o problema está no fundo previdenciário, que foi extinto; está, como eu disse aqui, em não cobrarmos Imposto de Exportação de produtos minerais.

Nós estamos focados em espremer o serviço público. Ora, Presidente, a cidadania plena se dá, quando as pessoas têm acesso a serviços públicos de qualidade, à educação, à saúde. Quem presta esses serviços na ponta são os servidores públicos.

Alguém vai dizer: "*Mas há servidores que ganham acima do teto, que ganham supersalários*". Nós temos acordo no sentido de que esses salários podem ser cortados. Para a grandíssima maioria dos servidores, essa não é a realidade, Presidente. Nós estamos falando de servidores municipais, daqueles que atuam nos Municípios, onde o cidadão bate a primeira vez, quando procura uma creche, quando procura o atendimento de um pediatra para o seu filho, no posto de saúde, na unidade básica de saúde do seu bairro. Nós estamos desconsiderando a realidade do Brasil, buscando engessar esse tema na Constituição.

Eu entendo que essa medida é inapropriada, inconstitucional, impõe responsabilidades a outros entes federativos e é, sobremaneira, insensível para com a vida daqueles e daquelas que só fazem uma coisa: servir. O servidor público é aquele que vive para servir e deve ser respeitado por todos nós. Essa proposta vai na contramão desse entendimento.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 583/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.



O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Lira, caros colegas, eu sou totalmente contra o destaque do PSOL. O PSOL sempre vem com muitas demagogias, e eu sou frontalmente contrário a isso.

Há pouco, ouvi aqui uma Deputada, com uma voz levemente estridente, dizendo-se professora em condições difíceis de trabalho. Concordo plenamente. De minha parte, professores do Brasil, em todos os níveis, deveriam receber no mínimo 10 vezes mais e, agora, durante a pandemia, 20 vezes mais. Ninguém admira mais os professores do que eu. Agora, é chato ouvirmos uma Parlamentar, no momento de dificuldade que estamos vivendo, fazer demagogia falando do que ocorre em tal lugar, falando de pobreza. Ela ganha 34 mil reais, tem várias vantagens, roupas caras, é de partido socialista, partido comunista. Será que essa professora faz a parte dela e repassa um pouco do que ganha? Será que a seus alunos ela dá livros, canetas, lápis, já que é socialista, comunista? Tudo bem, eu ajudo bastante, o máximo que posso. Mas fica chato. Lutar em causa própria, até entendo. Mas não venha dar uma de pobrezinha, de coitadinha, (*falha na transmissão*). Faça a sua parte, seja altruísta, ajude mais. (*Falha na transmissão*) é culpa de Bolsonaro, que Bolsonaro é o culpado. Todo tempo é a mesma coisa. Essa mesma Parlamentar, que é professora, repete sempre a mesma coisa como se estivesse na sala de aula. Vamos criar!

Dia desses, andando por Porto Alegre, encontrei um cidadão dizendo assim: "*Vejam, as estrelas estão mortas. Olhe para o céu, nesta noite, as estrelas estão mortas, e a culpa é do Bolsonaro*". Se as estrelas estão mortas e se a culpa é do Bolsonaro, o Bibó diz o seguinte: "*As estrelas não estão mortas, é apenas o céu que está nublado - é apenas o céu que está nublado*".

Esses são os "desgracionistas", os do "quanto pior, melhor", os que são contra tudo e a favor de nada. Enquanto isso, o Brasil está lutando para trazer vacinas, conseguindo muitas parcerias, até com Israel, para trazer o *spray* nasal - entre 30 doentes que foram testados, 29 se curaram. Portanto, por um Brasil melhor, eu conclamo todos, nesse momento difícil.

Por que a nobre professora, que critica de maneira muito demagógica, não critica o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, que está dando um auxílio-saúde de até 3.500 reais, como começou a fazer nesta semana, em plena pandemia? Isso merece crítica. Por que não critica a decisão da Associação Nacional dos Magistrados que permite juízes importarem vacinas para os seus parentes, para funcionários, furando a fila da vacinação?

É sempre o "desgracionismo". Isso leva a nada. Se pensar que vai dar certo, ou que vai dar errado, está certo sempre. Pense no bem. Projete coisas boas. Pense no melhor, e o universo vai conspirar a seu favor. Pense o bem, e o universo vai conspirar a favor. Quem pensa o mal, no "desgracionismo", só traz energia negativa.

Agora falam em Lula novamente, o tempo todo. Agora é o "volta, Lula". É o derrotado natimorto. É natimorto. Quem não viu? Não tem chance alguma. Saiu ontem uma pesquisa, e Bolsonaro está 10% à frente, e vai ficar muito mais. Eu fico triste com Parlamentares que se elegeram na carona de Bolsonaro e que comparam Bolsonaro com Lula. É muito desaforo. Alguém aqui aceitaria ser comparado a um bandido, a um criminoso, a um ladrão? Claro que não! A dúvida do Brasil é votar em quem: num Presidente que fala demais, ou num Presidente que rouba demais? Eu não tenho dúvida: em 2022, é Bolsonaro!

Grato, Presidente.

Documento 584/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GENERAL PTERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. GENERAL PTERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL e o bloco mantêm o texto.

É sempre bom lembrar que nós estamos falando de quando o Estado atingir 95% da receita corrente com despesas correntes, e todos devem contribuir nessa situação. Se já está no limite, não adianta querer dar aumento, porque não tem dinheiro. E, nesse caso específico, o objetivo é ter recursos para o auxílio emergencial. Temos de pensar nos mais humildes.

Mantemos o texto: "sim".

Muito obrigado.

Documento 585/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que digamos a verdade com relação a essa PEC.

Essa PEC não poderia acontecer nesse regime em que nós a estamos votando. As políticas que estão sendo colocadas no texto constitucional não são políticas de Estado; são políticas transitórias, políticas de Governo. Estão encaixando privatização para os entes federados, sem que isso, de fato, seja política de Estado. Isso é política de Governo. Nós estamos desconstruindo o texto da Constituição mais avançada de todos os países da América Latina. É um crime o que se está fazendo no País, é preciso denunciar isso em alto e bom...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 586/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Manifesto da União dos Policiais do Brasil; da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal sobre a exclusão da categoria de acordo para a votação da PEC Emergencial.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós queríamos destacar que esta emenda retira o funcionalismo da barreira do limite de 95% e deixa a elite do funcionalismo.

Então, a esses que vieram denunciar a elite do funcionalismo, eu reitero que ela está fora disso aqui. Então, nós vamos votar em favor de professores, policiais, servidores do setor de saúde e daqueles que recebem até quatro salários mínimos ou cinco salários mínimos, em âmbito municipal ou estadual.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria colocar que nós estamos recebendo aqui manifestação da União dos Policiais do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, dizendo que há uma traição e que o acordo de ontem não contempla a polícia, ou seja, não haverá reajuste, não haverá concurso público, e a maioria da polícia está fora desse acordo.

Então não dá...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 587/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda apresentada pelo PSOL é muito importante, porque visa assegurar os direitos dos servidores públicos e militares. Ela alcança exatamente aqueles que ganham menos no serviço público, é uma medida por demais importante. São essas pessoas que tocam o serviço público, no dia a dia. E é inadmissível que uma PEC que, teoricamente,

era para cuidar do auxílio emergencial penalize drasticamente os servidores públicos e militares.

Nós somos contrários ao texto e favoráveis à emenda. E digo mais uma vez: o PCdoB quer um auxílio emergencial de 600 reais, para todos os trabalhadores que receberam o auxílio na primeira fase.

Nós votamos com a emenda. Nós votamos "não" ao texto.

Documento 588/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a, inciso I, art. 167-A, da Carta Magna, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria acompanha o destaque do PSOL, e não só o acompanha, mas também o aplaude.

Fizemos destaque similar, porque a PEC nada trata sobre auxílio emergencial. Na verdade, é residual à indicação, mas tampona os investimentos públicos, arrebenta com a possibilidade de concurso, engana os policiais. Os policiais rodoviários federais estão gritando no Brasil.

E o que dizer dos professores, Sr. Presidente? Acabamos de aprovar e regulamentar o FUNDEB, e os professores terão congeladas suas carreiras. Eles não têm aumento e nem pedem aumento. Eles progridem na carreira, quando fazem uma especialização, um mestrado, um doutorado. Isso é uma subtração indébita do processo de afirmação profissional, é uma quebra da continuidade das carreiras. Isso é crime contra o serviço público.

Por isso, o destaque do PSOL tem um valor enorme.

Queremos os 600 reais de auxílio!

Documento 589/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de retirada da população carcerária do grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo, em nome da sociedade brasileira.

Eu tenho recebido muitas manifestações, principalmente por meio das redes sociais, de pessoas nos questionando sobre o critério que o Ministério da Saúde encontrou para vacinar a população carcerária brasileira antes dos policiais, antes dos professores, antes dos trabalhadores brasileiros.

A sociedade não consegue entender, por mais que nós nos esforcemos em explicar, por que a população carcerária tem prioridade no processo de vacinação. Se o isolamento é uma das ferramentas para conter a contaminação, se os presos já estão isolados nas cadeias, basta proibir as visitas das famílias e dos advogados; porque, isolados, eles terão menos chance de se contaminar.

Eu quero fazer um apelo ao Ministro Pazuello, em nome do povo de bem desta Nação, o povo que nunca matou, nunca estuprou, nunca assaltou. Muito embora algumas pessoas defendam que o preso está sob a custódia do Estado e que o Estado é responsável por ele, há que se dizer que o Estado também é responsável por milhões de pessoas neste País, especialmente por aquelas que estão morrendo nos hospitais, em razão da falta de vagas nas UTIs.

A Constituição também prevê que é direito do cidadão e é dever do Estado cuidar da saúde do povo brasileiro. Se o Estado não pode cuidar da saúde do povo brasileiro, garantindo UTI, garantindo remédios, garantindo vacina, garantindo internação, por que ele só vai cumprir essa parte da Constituição, que é cuidar do preso?

Então, Sr. Presidente, faça esse apelo ao Ministro da Saúde, o Ministro Pazuello, muito embora nós compreendamos que nem todo mundo que está preso é bandido; há quem esteja preso por ter sido infrator ou por ter cometido alguma infração e tem recuperação.

Mas não passa na cabeça de nenhum cidadão brasileiro por que o cidadão que está preso, Deputado Domingos Neto, vai ser vacinado antes dos policiais, ou

antes dos professores, que estão sendo obrigados a voltar à salas de aula sem terem tomado a vacina.

Sr. Presidente, fica o apelo aqui, em nome da sociedade, ao Ministro da Saúde e ao Governo Federal.

Nós precisamos agir em defesa do povo brasileiro.

Documento 590/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Discordância com o pronunciamento do Deputado Neucimar Fraga, pela retirada da população carcerária do grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria dialogar com S.Exa., o Deputado Neucimar Fraga.

O Monitoramento do Conselho Nacional de Justiça mostra que, somente nos primeiros 67 dias deste ano, foram registradas 58 mortes por COVID entre servidores e pessoas em privação de liberdade em todo o País. Isso totaliza 308 óbitos até o momento. Estou falando de servidores e de pessoas que estão presas.

E eu queria lembrar, Sr. Deputado - e eu poderia dar mais dados aqui -, que temos uma realidade carcerária no País em que ao menos 40% dos presos são provisórios, nem sequer tiveram acesso ao seu julgamento. Eu também queria lembrar que, dentro do sistema carcerário, temos agentes penitenciários, temos profissionais.

Quero lembrar, por fim - e só por 10 segundos vou passar desse 1 minuto, eu sei que V.Exa., Sr. Presidente, está aguardando a votação e vai me permitir isso -, que não entendemos que a pessoa presa tem de estar condenada à morte. Não há pena de morte no Brasil. E acredito que, num lugar fechado, confinado, insalubre, como é o sistema prisional brasileiro, que é o terceiro maior do mundo, é preciso haver políticas de saúde pública também. Aliás, esse é um direito de quem está em situação de privação de liberdade.

Então eu queria, com todo respeito, dialogar com V.Exa., Deputado, e discordar frontalmente do seu discurso.



Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 591/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Pedido ao Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., de intermediação nas negociações com a Índia e a República Popular da China, com vista ao imediato fornecimento ao Brasil de insumos farmacêuticos ativos, utilizados na produção da vacina contra a Covid-19.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, queridos colegas Deputados e Deputadas, eu queria manifestar aqui uma profunda preocupação com relação à vacinação no nosso País.

No seu discurso de posse, Sr. Presidente, V.Exa. enfatizou o seu compromisso com a imunização do povo brasileiro. E eu queria trazer uma notícia que nos preocupa sobre os países que produzem IFAs, os insumos farmacêuticos ativos. A China e a Índia estão atrasando o fornecimento de IFAs para o nosso País. A FIOCRUZ, que firmou convênio com a parceria Oxford/AstraZeneca, tinha a expectativa de nos entregar até julho 100 milhões de doses de vacinas, e há um risco muito grande de não se atingir esse objetivo.

Portanto, eu pediria que, por intermédio da Comissão de Seguridade Social e Família, que é a Comissão mais vocacionada desta Casa para as questões da saúde - e o Presidente é o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., um colega extremamente comprometido com a saúde pública do nosso País, assim como todos os membros da Comissão -, V.Exa. assuma esse protagonismo para facilitar as relações com a Índia e a China, países fabricantes de IFAs, que são as matérias-primas para a fabricação de vacinas. Do contrário, não vamos vacinar nem 20% do povo brasileiro até julho, e essa é uma preocupação nossa.

Muito obrigado.

Documento 592/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:32

Sumário

Encaminhamento de expediente à Advocacia-Geral da União, para pedido ao Supremo Tribunal Federal de exame da decisão do Juiz Federal Rolando Valcir Spanholo, favorável à importação de vacinas pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, talvez V.Exa. tenha ficado sabendo que, há 1 hora ou 2 horas, eu fiz uma denúncia muito importante aqui da tribuna. Estava o Deputado Marcelo Ramos dirigindo os trabalhos, e eu denunciei a decisão judicial de hoje do Juiz Rolando Valcir Spanholo, que autorizou a Associação Nacional de Magistrados Estaduais - ANAMAGES a importar vacinas de forma privilegiada para atender os magistrados associados a ela.

Sr. Presidente, eu estou oficiando a Advocacia-Geral da União, pedindo que a AGU officie o Supremo Tribunal Federal o mais rápido possível para que a Suprema Corte possa analisar se essa decisão deve ou não ser mantida.

Tenho uma grande expectativa de que nós possamos frear esse privilégio inominável de um grupo pequeno de magistrados. Quero chamar atenção aqui que não se trata da Associação dos Magistrados Brasileiros, mas da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais, a ANAMAGES, que buscou esse privilégio inaceitável. Espero que a AGU aja rapidamente, instando, levando essa petição ao Supremo, para que nós possamos ter a chance de reverter o mais rápido possível esse privilégio, esse fura-fila, por parte de um grupo pequeno de magistrados.

Documento 593/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da intermediação do Parlamento brasileiro nas negociações com empresas internacionais, para a aquisição de insumos farmacêuticos ativos utilizados na produção de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje eu conversei com o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., o Deputado Luizinho, sobre esse tema do papel do Congresso na questão das vacinas. Tenho conversado também com Governadores sobre esse tema. A ANVISA acabou de determinar uma nova resolução que possibilita isso, como também a própria sanção da lei que aqui aprovamos, e acho que o Congresso Nacional tem um papel decisivo nessa questão.

Independentemente do que faça o Poder Executivo e da análise que tenhamos sobre a sua atuação, penso que o Congresso tem um papel a cumprir. E hoje, conversando com o Deputado Luizinho, que já tem tido um papel muito importante nesse tema - desde a Comissão Externa e agora, presidindo a Comissão de Seguridade Social e Família -, eu dizia que acho que é muito importante o Congresso cumprir um papel de mediação junto a essa plêiade entre Governo e empresas internacionais na questão das vacinas.

Parece-me que o Parlamento brasileiro, pela credibilidade, por ser um poder representativo da sociedade brasileira, pode cumprir um papel muito importante na mediação e na solução das dificuldades que temos tido para importar os IFAs, para importar e comprar vacinas para o Brasil, inclusive, ajudando Estados e Municípios.

Então, quero me somar ao Deputado Hiran e ao Deputado Luizinho, para que nós tomemos uma atitude coordenada, sistematizada, organizada, no sentido de ajudarmos para que o povo brasileiro possa ser vacinado. Coloco-me à disposição também desse reforço e desse esforço. Também sou membro da Comissão de Seguridade Social e Família. Acho que podemos cumprir um papel importante neste momento, como Parlamento brasileiro.

Obrigada, Presidente.

Documento 594/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --SANDERSON-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. SANDERSON (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Srs. Deputados, dirijo-me ao conjunto de Deputados, em especial aos servidores públicos do Brasil, notadamente àqueles ligados à segurança pública, aos policiais.

Desde terça-feira, nós estamos aqui discutindo esta matéria. Temos uma bancada grande aqui relacionada à segurança pública. Temos Deputados Federais oriundos da Polícia Federal, como eu e o Deputado Aluisio Mendes; Deputados Federais oriundos da Polícia Federal; Deputados Federais oriundos da Polícia Rodoviária Federal -- cito o exemplo do Deputado Nicoletti, do Deputado José Medeiros; e Deputados oriundos da Polícia Militar.

Faço referência também ao meu amigo Deputado Guilherme Derrite; à Deputada Major Fabiana; a tantos outros operadores de segurança pública, policiais que estão ocupando momentaneamente o cargo de Deputado Federal aqui na Câmara dos Deputados; ao Deputado Subtenente Gonzaga, sempre um guerreiro, um lutador conosco; e a inúmeros outros operadores da segurança pública, que, a duras penas, estão junto com os servidores da área da saúde, em especial, em um momento tão difícil de pandemia.

Desde o primeiro dia da pandemia, esses servidores da saúde e da segurança pública não pararam 1 único minuto, fazem um sacrifício duplo. Os policiais correm os riscos naturais da profissão de policial. Aliás, são 400 policiais mortos em serviço por ano no Brasil.

Eu chamo aqui a atenção de todos os Deputados, sejam eles do mundo empresarial, como o meu amigo Deputado Paulo Ganime, nosso parceiro, colega da Comissão de Segurança Pública, sejam eles de esquerda, de direita, do serviço público: 400 policiais são mortos, assassinados em serviço por ano no Brasil.

Eu pergunto: e se fossem 400 jornalistas, ou se fossem 400 empresários assassinados, mortos, todo ano no Brasil? Mas não são. E se fossem 400 médicos assassinados por ano no Brasil? Mas não são. São 400 policiais assassinados em serviço todos os anos.

Parece-me que a sociedade brasileira segue fazendo vistas grossas, aliás, não é só toda a sociedade, mas também os integrantes do Parlamento, do Poder Executivo Federal, dos Poderes Executivos Estaduais. Inúmeros policiais militares ganham um salário de fome.

Policiais militares ganham um salário mínimo, dois salários mínimos por mês para enfrentar o crime e defender a sociedade brasileira. E nós temos que vir aqui para dizer isso.

Aqui vai uma crítica a todos os Deputados Federais relacionados ao Governo Bolsonaro. Major Vitor Hugo, meu Líder do PSL, precisamos dessa valorização, que não é nenhuma prerrogativa, nenhum privilégio, é uma necessidade.

Enquanto a sociedade brasileira continuar olhando os servidores da segurança pública, e aí entram os policiais federais...

Eu sou oriundo da PF e estou na ativa, inclusive. São 10 mil policiais federais para guarnecer fronteiras, para enfrentar corrupto -- e olhe que o Brasil tem corrupto!

A Polícia Federal, em 2020, em plena pandemia no Governo Bolsonaro, entregou um produto do trabalho dos policiais federais, que são de carreira e têm estabilidade. Nós jamais aceitaremos que toquem a mão na estabilidade dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais do Brasil porque não são servidores de Governo, são servidores de carreira da sociedade brasileira.

Aqueles que ousarem, senhores, mexer com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, que são o primeiro anteparo da sociedade contra o crime e contra todas as mazelas, certamente terão sérios prejuízos políticos, inclusive perante a sociedade brasileira.

Então, nós construímos, diante dessa dificuldade toda de quererem congelar promoções de policiais, a promoção do policial federal, do policial rodoviário federal, dos policiais civis...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Sanderson...

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Solicito mais 1 minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - O tempo de V.Exa., Deputado Sanderson, já se esgotou há 1 minuto.

Peço a V.Exa. que conclua rapidinho.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Obrigado, Presidente.

Nós ficamos aqui por 3 dias ouvindo a Oposição, partidos de esquerda dizerem que estão em defesa dos servidores policiais.

Apresentamos um destaque, então - destaque esse de autoria do Deputado Federal Aluisio Mendes, que é oriundo da Polícia Federal e que muito nos orgulha -, para que todos os servidores, não só os policiais que estão no dia a dia, mas também os servidores da saúde, não sejam excetuados da promoção.

Então, pedimos apoio para que esse Destaque nº 2 seja votado e aprovado, porque essa é, sim, uma questão de justiça.

Desculpa, Presidente, por eu ter me estendido.

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero manifestar a minha posição, na verdade, contrária ao texto.

É verdade que essa exclusão da progressão ou promoção funcional é positiva para o funcionamento do Estado brasileiro, é um reconhecimento às carreiras, mas de fato esta PEC, na sua totalidade, é um absurdo. Nós estamos trazendo para o texto constitucional, na minha opinião, muitos entulhos que prejudicarão o exercício da democracia, a vontade popular.

Nós estamos promovendo emendas à Constituição Cidadã, de 1988, e retirando dos próximos gestores a possibilidade de enfrentar a paralisia deste País, do ponto de vista das políticas sociais e, eu diria, até do ponto de vista também das políticas econômicas e monetárias que temos promovido.

Várias emendas constitucionais, na minha opinião, atacam o livre exercício da democracia e dos seus representantes legítimos democraticamente. Na minha opinião, isso é um erro, um equívoco.

Não era necessária, em hipótese alguma, uma emenda constitucional para garantir isso ao povo brasileiro, ao povo mais vulnerável, que se encontra desempregado agora por causa da crise sanitária e que também tem sofrido com o desemprego por causa das nossas opções e do modelo econômico da política ultraliberal deste incompetente Ministro Paulo Guedes, que, na verdade, deixou de ser economista há muito tempo para ser banqueiro. E banqueiro não tem alma, não tem sensibilidade.

O lado correto de se fazer ajuste fiscal, o lado correto de se fazer austeridade fiscal, o lado correto de se fazer um novo pacto federativo é resolvendo a insuficiência de receitas com que vivem os Municípios, os Estados e inclusive a União.

O País está se transformando em uma bomba-relógio. Há 6 anos, estamos aplicando o mesmo remédio. Com isso estamos adoecendo o povo brasileiro, estamos enfraquecendo o estado democrático, estamos tirando as possibilidades de melhorar a vida do povo, porque estamos buscando, com

esse discurso pró-mercado, fazer o equilíbrio fiscal sempre pelo lado das despesas.

Já estamos no osso. Não há mais o que cortar. Gatilho de 95% não resolve a falência federativa, a quebradeira federativa em que se encontram os nossos entes federados.

A saída para encontrar um novo equilíbrio - eu defendo o equilíbrio fiscal, eu defendo a austeridade fiscal, existe a boa e a de péssima qualidade - é trilharmos um novo caminho. Esse novo caminho passa também pelo lado das receitas. E olhe que não precisa ser com emenda constitucional! Pode ser com proposições legislativas simples ou no máximo com projeto de lei complementar. Por exemplo, tributar as grandes fortunas é imoral.

O Brasil é um país que, em 1988, teve a previsão constitucional de cobrar impostos das grandes fortunas, e este Parlamento, há mais de 30 anos, não teve coragem de fazer essa regulamentação.

O Brasil é um país que tem coragem de cobrar Imposto de Renda de quem ganha dois salários mínimos -- aposentados, trabalhadores, servidores públicos --, e não tem coragem de cobrar Imposto de Renda de 2,1 milhões de super-ricos que inventam que ganham lucros e dividendos porque abriram uma empresa, são PJ, para receber lucros e dividendos e não receber salário. Quando recebiam salário, em 1995, eles recebiam apenas 20 milhões de reais, porque pagavam Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Como Fernando Henrique Cardoso os isentou, hoje eles recebem 400 milhões de reais. Isso, Sr. Presidente, dá mais de 110 bilhões de reais.

É simples buscar um novo equilíbrio fiscal para o nosso País: basta combater a sonegação fiscal.

Documento 596/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de abrir esse encaminhamento na certeza de que essa, certamente, será a maior votação que nós teremos hoje.

Na verdade, esta PEC foi muito bem conduzida pelo nobre Relator, Deputado Daniel. A todo o momento, S.Exa. deixou claro que faria um relatório no qual o Plenário teria força e voz para decidir as devidas alterações. Foi este Plenário, com sua força, que conduziu para esse acordo, e aqui estamos todos unidos. Não posso deixar de agradecer ao capitão desse barco que nos ajuda a acreditar nos acordos. Acordo esse que foi feito na data de ontem e hoje está sendo cumprido, graças à condução dos trabalhos do nosso Presidente Arthur Lira.

Muito obrigado, Presidente, por dar essa segurança de que acordos feitos entre nobres colegas políticos sempre deverão ser cumpridos, e este é mais um sendo cumprido.

Obrigado, Major Vitor Hugo, pelo apoio que o senhor nos deu na data de ontem, juntamente com o Deputado Ricardo Barros, para se escutar o pleito deste Plenário.

Nós Parlamentares que defendemos a segurança pública acreditamos que o Governo tem que dialogar mais conosco, porque nós, que estamos na base, ficamos muito mais sensíveis ao escutarmos as necessidades, ao vermos os heróis morrendo de COVID, ao vermos as dificuldades financeiras, as dificuldades de todo o tamanho, inclusive de segurança de seus familiares e no cotidiano do seu trabalho.

Indiscutivelmente, estão todos aqui presentes: o Deputado Aluisio, o Deputado Derrite, a Deputada Major Fabiana, o Deputado Sanderson, o Deputado Delegado Pablo, o Deputado General Peternelli e o Deputado Subtenente Gonzaga, que às vezes, mesmo do lado de lá, é a nossa voz para trazer todos os votos para cá, é um grande amigo e aliado da segurança pública.

Eu quero agradecer a todos os presentes e àqueles que não estão presentes, aos da segurança pública. Que mantenhamos esse diálogo, um diálogo transparente e honesto. Se tivéssemos aprovado ontem aquela emenda, o impacto negativo contra a economia do País, e talvez reverberasse na segurança pública, seria muito pior. Entendendo o impacto financeiro, nós sentamos, discutimos e encontramos o menos pior. Não ficou bom como gostaríamos, mas também não ficou tão ruim. Certamente, falar de aumento, com mais de 95% de endividamento da União, do Estado e do Município... Não vão receber aumento de toda forma.

Então, não existe impacto direto sobre a segurança pública, que é essencial e é prioridade. Preocupa-me muito mais não estarmos na lista prioridade de vacinação.



Peço ao Ministro Pazuello essa complacência. Depois dos médicos e dos mais idosos, deveriam ser os de número zero os próximos da fila a serem atendidos.

Preocupa-me muito mais que essa harmonia continue, que a segurança pública, bem como todas as instituições... Algumas acharam que estavam abandonadas. Saibam que nós nunca abandonaremos a segurança pública, mas também não vamos cometer um erro hoje que vá nos custar muito caro amanhã.

Temos outras demandas. Temos outras batalhas. Temos outras lutas. Por isso, precisamos estar unidos. Não adianta rachar agora, pois amanhã pode aparecer uma demanda mais importante, mais complexa, mais difícil de vencer, e não teremos o apoio deste Plenário.

A política é feita de diálogo, de conversas entre amigos, parceiros e aliados. Ela não pode ser feita de uma forma truncada, atropelada, sem entender a necessidade do próximo. São várias as categorias. O que foi feito aqui não foi em prol da segurança pública. Foi em prol de todos os servidores públicos, que poderão ter não só as suas promoções que estavam encaminhadas, mas também as progressões em suas carreiras.

Foi uma grande vitória. Só quem está aqui dentro, que sabe a dificuldade de passar, reconhece isso. Até o Ministro Ramos bem como toda a equipe do Ministro Guedes estiveram aqui dentro para tratar desse assunto conosco.

Então, eu peço o apoio de todos, peço o voto e peço também a compreensão da bancada nos outros destaques, que não são os do acordo, são somente o 2 e o 3, e que continue votando com o Relator, Deputado Daniel, que fez um excelente trabalho.

Atendendo a um pedido do nosso Líder Ricardo Barros, que, com muita serenidade, trouxe para nós a luz da solução em todos os destaques, nós acompanhamos o Relator, mas nos Destaques nºs 2 e 3 estamos livres para ganhar a grande maioria deste plenário.

Obrigado a todos os amigos da segurança pública.

Estamos juntos. Juntos somos mais fortes.

Obrigado.

Documento 597/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --VITOR HUGO-PSL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Nós estávamos ontem aqui votando e a Esquerda apresentou um destaque que poderia colocar em risco a parte real, a parte... Nós estávamos votando aqui esta PEC Emergencial, que é importantíssima não só para que consigamos garantir o auxílio emergencial, mas também para que tratemos de outros temas importantes, como a questão dos fundos, como a questão das contrapartidas para garantir espaço fiscal, para que consigamos criar esse auxílio tão importante.

Foi muito gratificante para mim, como Líder do PSL, verificar o trabalho corajoso, dedicado e meticuloso do Relator, que escolhemos em conjunto com o Presidente da Câmara. O nosso amigo Deputado Daniel Freitas fez um trabalho excepcional e nos ajudou a construir esse acordo junto com o Governo. O Ministro Guedes concordou, através da interação do sempre Ministro Esteves, que estava aqui conosco ontem, do Ministro Ramos, do nosso Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, de todos aqueles Líderes e membros, inclusive da bancada da segurança pública, que contribuíram muito para que nós não perdêssemos a PEC como um todo, e de todos também que foram muito eficientes no convencimento de toda a Câmara dos Deputados de que esses dois destaques que nós votaremos eram extremamente importantes.

Eles vão retirar do texto original da proposição, da PEC, aquelas vedações em torno das progressões e promoções. Isso vai afetar todos os servidores do Brasil, e não somente os militares ou os profissionais da segurança pública. Então, é importante dizer que isso é fruto de um acordo, é um avanço. Posso até inferir que esse era o desejo, na verdade, inicial do próprio Governo, mas que, naquele momento, logo no início, não foi possível, embora o Relator também estivesse sensível a esse ponto. Mas, fruto de um acordo para garantir que a PEC fosse aprovada como está sendo aprovada, mantendo os seus eixos principais, que a Esquerda atacou o tempo inteiro, inclusive apresentou um destaque extremamente perigoso, nós conseguimos vencer este destaque por 11 ou 12 votos.

Na sequência, fizemos esse acordo com a anuência de todos os Líderes da base para que aprovemos, então, esse destaque agora e um próximo destaque que vai fazer essas pequenas correções e permitir progressão funcional e promoções para todos os militares e servidores do Brasil.

Então, fico muito feliz porque o PSL vai orientar pela supressão do texto, vai orientar "não", assim como o bloco e o Governo.

Passo a palavra, dentro ainda do tempo do PSL, muito rapidamente, ao Relator, Deputado Daniel Freitas, e à Deputada Major Fabiana, para que possam se expressar.

Documento 598/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --DANIEL FREITAS-PSL -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Casa, na condição de Relator, pela construção de acordo a favor da manutenção de promoções e progressões funcionais dos servidores públicos, no processo de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apelo ao Plenário de rejeição dos demais requerimentos de destaque oferecidos à propositura, exceto ao do art. 109, §§ 5º e 6º.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Líder Major Vitor Hugo.

Na condição de Relator, faço uso da palavra para reiterar esse compromisso e agradecer à Câmara dos Deputados, às Deputadas e aos Deputados, por chegarmos a esse acordo que vai proporcionar, então, as progressões e promoções de todas as categorias, e não somente das forças de segurança.

Mas quero deixar aqui o meu voto e dizer que também acompanho o acordo. E, a partir deste momento, deste acordo firmado, faço um apelo ao Plenário para que derrubemos os demais destaques, com exceção do art. 109, §§ 5º e 6º, que acompanham essa mesma matéria, para que, daqui por diante, não desidratemos mais a PEC e possamos entregar rapidamente o auxílio emergencial à população mais carente do Brasil e também o marco fiscal, que representa a PEC Emergencial.

A segurança que o Brasil precisa vai ser dada através desta aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra, então, à Deputada Major Fabiana.



Documento 599/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --MAJOR FABIANA-PSL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da garantia de promoções, progressões funcionais, reposição salarial e preenchimento de cargos efetivos, no caso de vacância, dos servidores públicos. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a aprovação desse Destaque nº 2, por dever de justiça, é imprescindível para que possamos resguardar os direitos dos servidores públicos, em especial os dos profissionais das forças de segurança e da saúde, que continuam na linha de frente enfrentando e combatendo esta pandemia.

Os argumentos e a força da bancada da segurança pública, dos Líderes aqui no plenário e de V.Exa. foram decisivos para que fizéssemos parte da revisão dessa PEC e garantíssemos as promoções e progressões funcionais, a correção salarial e a reposição de cargos efetivos quando houver vacância.

O consenso é extremamente importante. O PSL, o bloco, a Maioria e o Governo encaminham "não" ao texto. É muito importante obedecermos a essa orientação para conseguirmos aprovar esse auxílio emergencial, pois milhares de brasileiros precisam desse auxílio, sem desmerecer, privilegiando e resguardando os direitos dos servidores públicos.

Documento 600/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT orienta "não". Nós somos a favor da promoção e da progressão para todos os servidores públicos do Brasil. Aliás, só vamos obter essa vitória, justiça seja feita, graças ao destaque que o Partido dos Trabalhadores apresentou ontem. Nós ficamos 2 horas paralisados aqui, veio até um secretário, um Ministro de Estado, para fazer um acordo, porque o destaque do PT seria aprovado.

Perdemos o destaque por apenas 11 votos. No nosso destaque, nós íamos acabar com todo o arrocho do servidor público. Poderia haver reajuste, se fosse o caso, nos Estados que quisessem fazê-lo; poderia haver promoção, progressão; poderia haver, inclusive, concurso público. Era o nosso projeto, e isso é o ideal. Nós conquistamos, a partir disso, a progressão e a promoção para todos os servidores.

Então, que fique claro: foi uma vitória de todo esse procedimento de obstrução do Partido dos Trabalhadores, da Oposição; e foi uma derrota do Governo.

Bolsonaro não queria promoção e progressão para ninguém.

Justiça seja feita. Esta foi uma conquista da Esquerda. É preciso que isso fique claro, para que se estabeleça o que foi o diálogo e o que foi feito aqui durante esses 2 dias.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 601/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.233 mortes e 75.412 contaminados no País, nas últimas 24 horas, pela Covid. Vinculação entre a tragédia causada pela doença no Brasil e o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro. Crises sanitária e econômica reinantes no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Inadmissibilidade de retirada de direitos do funcionalismo público pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio da Esquerda à aprovação de pacote tributário emergencial, com vista à taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo

art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Eu quero abrir a minha fala em nome da nossa Oposição, da Minoria, que é composta por seis partidos. Muitos inclusive não estão nestes partidos: PT, PDT, PSB, PSOL, REDE. Todos esses partidos têm se dedicado muito ao longo desses 3 dias para mudar o conteúdo desta PEC. Aliás, para que eu não esqueça, quero abrir a minha fala dizendo que, infelizmente, hoje, Deputado Wolney, Deputada Rejane Dias, Deputado Pompeo, que vejo aqui na tela, o Brasil perdeu mais 2.233 vidas muito preciosas. Pessoas com histórias, com famílias, com afetos morreram antes da hora de morrer e deixam muito sofrimento e muita perda para todos nós.

O Brasil também teve hoje 75.412 novos contágios. Infelizmente, é mais um dia que o País tem mais mortes e mais infecções por coronavírus em todo o mundo.

E por que esse caos está acontecendo?

Porque nós temos um Presidente e um Governo que não souberam enfrentar a pandemia; porque temos um Presidente e um Governo que mentiram para uma parte do povo brasileiro, dizendo que máscaras não importavam; porque temos um Presidente que tem um filho que usou uma frase que nem posso repetir em uma *live* sobre máscara, Presidente Arthur Lira.

Infelizmente, está acontecendo esse caos sanitário. E, como consequência, enfrentamos um caos econômico, porque o Presidente, que não tem capacidade, não tem estatura, não tem preparo para dirigir o País, nega a vacinação, cancelou compras, não foi atrás das vacinas, e hoje o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo na vacinação.

Nós começamos a vacinar dia 17 de janeiro. Quase 2 meses depois, quase 60 dias depois, vacinamos apenas 4% da população. Se seguir neste ritmo, o Brasil termina esta vacinação só no ano que vem.

É dramático o que está acontecendo. E esta PEC o remédio que propõe é o oposto do que o País precisa. O País precisa de mais investimentos. O País precisa preservar o poder de compra dos salários, de quem ganha um, dois, três, quatro, cinco salários mínimos, seja do servidor público, seja do trabalhador da iniciativa privada.

Não é cortando salários e congelando investimentos públicos, Líder Joenia, não é cortando investimentos públicos e capturando todos os recursos dos

fundos setoriais para pagar dívida pública, com taxa de juros, Líder Danilo Cabral, que o Brasil vai sair desta crise.

O Brasil tem que fazer algo parecido com o que estão fazendo os países da Europa, os Estados Unidos, que votam semanalmente pacotes de injeção de recursos públicos para reerguer a economia dos países e para proteger a vida dos seus povos.

É para isto que nós temos reservas, é para isto que nós temos capacidade responsável de endividamento: para enfrentar a crise e reverter a situação.

Há um tema que está sendo debatido, mais precisamente neste destaque, que é o papel dos servidores públicos, o papel dos servidores públicos da segurança pública, dos profissionais que atuam nas polícias militares, nas polícias civis, nas guardas municipais, que têm um papel importantíssimo para o País. Mas aqui nós estamos discutindo também o papel dos professores, dos funcionários das escolas, dos médicos, dos enfermeiros e enfermeiras, dos auxiliares de enfermagem, de quem faz a limpeza dos nossos hospitais, dos postos de saúde e das escolas, de quem faz a limpeza das cidades, dos engenheiros que projetam as cidades, que constroem e planejam obras.

O servidor público não pode e não deve ser demonizado. E esse é um dos principais erros desses fundamentalistas liberais. Eles querem execrar o serviço público. Eles acham que o setor privado poderia resolver sozinho os problemas que a humanidade tem. Mas nós só resolveremos os problemas da injustiça social, da desigualdade, com um Estado forte, qualificado e eficiente, com um setor privado que atue nas áreas específicas do setor privado. Áreas estratégicas, como petróleo e energia, têm que ficar sob o manto e a coordenação do interesse de todos, do Estado.

Agora, há algo que temos de colocar às claras aqui, porque a política tem que ser feita com franqueza e com verdades, Deputada Alice Portugal: o Governo Bolsonaro não só incentivou, como também escreveu e votou no Senado Federal esta emenda constitucional que congela o salário do policial rodoviário federal, do nosso colega Sanderson, mas também o salário de todos os policiais do Brasil, das polícias estaduais e das polícias federais. Ele congelou todas as progressões, a dos professores, a de todos os servidores públicos.

A Oposição fez um grande movimento, um grande debate. Subiram ali diversas vezes os fundamentalistas liberais e os governistas da extrema-direita e da Direita para dizer que a Oposição era irresponsável, Deputada Rejane Dias. De uma hora para a outra, terminou a irresponsabilidade, e todos convergiram para esta emenda que vamos votar agora. Que bom que todos convergiram! Mas não tentem dizer que o Presidente Bolsonaro não estava apoiando o congelamento do salário dos servidores públicos da segurança pública, da assistência social, da saúde, da educação, de todas as áreas.

Outra questão bem importante: Deputado Paulo Ganime, do NOVO, não é verdade que possa haver reajuste salarial a partir desta PEC. Esta PEC

determina o congelamento dos salários. Portanto, quando, no ano de 2020, a inflação dos alimentos foi de 12,4%, isso significa que o salário de todos os servidores públicos teria perdido 12,4% do seu poder de compra. A cada ano que a inflação der 5 ou 6 ou 4 - e, infelizmente, na anarquia econômica em que o Governo de V.Exas. está colocando o País, a inflação está voltando, além de toda a crise -, isso vai corroer profundamente o salário de todos os policiais, estaduais e federais, de bombeiros, de professores, de médicos, de enfermeiras, de assistentes sociais, de todos os servidores públicos.

A Esquerda tem muita responsabilidade - fiscal, social e econômica. A Esquerda propõe outra receita. A Esquerda quer votar um pacote tributário emergencial, para que sejam tributadas as grandes fortunas, Presidente Arthur Lira, para que sejam tributados os lucros e dividendos. Não só, Deputado Paulo Ganime, os grandes salários. Nós queremos tributar os grandes salários, mas também os grandes lucros, muitas vezes obtidos com atividades puramente especulativas. Alguns são, sim, são obtidos em cima de atividades produtivas mais específicas. Queremos um imposto mais justo, como o que existe em toda a Europa, sobre a transmissão de grandes heranças. Queremos tributar os iates de luxo, queremos tributar os jatinhos. O nosso pacote tributário pode arrecadar, Presidente Arthur Lira, 200 bilhões de reais por ano.

Contem com todos os votos da Oposição, com os 130 votos da Oposição, para aprovar esse pacote tributário emergencial, e parem de discriminar e de transformar o servidor público no bode expiatório dos problemas que o servidor público não gerou neste País. Chega de ampliar a desigualdade! Chega de política econômica recessiva! É preciso política contracíclica, é preciso garantir poder de compra para as pessoas. Dois terços do PIB de um país como o Brasil são determinados pelo poder de compra das pessoas.

Essa política persecutória contra os servidores públicos federais, estaduais e municipais, essa política que, sim, o Presidente Bolsonaro queria aplicar também sobre os servidores da segurança pública é negativa para o País.

Nós queremos auxílio emergencial de 600 reais por mês. Foi um crime do Presidente Bolsonaro cancelar o auxílio emergencial em janeiro. A pandemia piora, a fome aumenta, o desemprego cresce, e nós estamos sem o auxílio emergencial, porque Bolsonaro cancelou o auxílio emergencial em janeiro. Ele deve assinar uma medida provisória hoje à noite, se ele tem dignidade, e dar 600 reais de auxílio emergencial, que vamos votar a medida provisória aqui neste Parlamento.

O nosso voto é "não" a este destaque.

Documento 602/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso II, art. 167-A, da Carta Magna e, por decorrência, do § 5º do mesmo art., na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a oposição orienta na direção...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - O Deputado Paulo Teixeira está orientando aqui no plenário, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Desculpe-me.

Quem está orientando?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - O Deputado Paulo Teixeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Ah! Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, já passou uma parte do tempo. Pode ser zerada a contagem do tempo? (*Pausa.*)

Muito obrigado, Presidente.

Neste momento da pandemia, o que aconteceu? Os mais ricos, os bilionários brasileiros aumentaram seu patrimônio. Quem os representa neste Governo? O Ministro Paulo Guedes. E o que quer o Ministro Paulo Guedes? Colocar um sacrifício, não sobre os bilionários, mas sobre os servidores, esses que estão na linha de frente, na segurança pública, nas escolas públicas, nos serviços públicos que estão recebendo agora todos os brasileiros que estão com COVID. Então, esta é uma PEC covarde.

A este destaque nós queremos votar "não", agora. Por quê? Porque ele só existe porque a Oposição obstruiu fortemente e obrigou o Governo a recuar e a trazer um novo texto, para diminuir o arrocho que vai promover em todo o funcionalismo público, em todo o País.

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Descontentamento da oradora com a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Retirada da vedação de progressões funcionais dos servidores públicos do texto da PEC Emergencial. Reajuste nos preços de alimentos no País. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.691, de 2020, acerca da extinção das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, incidentes sobre os componentes da cesta básica, até 31 de dezembro de 2021. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Desafios da oradora à frente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Empenho na vacinação de deficientes contra a Covid-19. Protesto contra a aposição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de veto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial referido no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2020. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, hoje infelizmente é um dia muito triste para o Brasil. Esta Casa já aprovou, em segundo turno praticamente, a PEC do desmonte dos serviços públicos do País, a PEC da miséria, a PEC da insensatez.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente - e eu acho que é bom enfatizarmos -, da conquista que os servidores públicos terão com a retirada da PEC da vedação da progressão funcional. É importante realmente enfatizar, como já foi dito aqui pelos meus colegas Parlamentares, o esforço do PT, quando obstruiu e apresentou destaque, junto com os partidos de esquerda - e é claro que quem vai ganhar com isso são os nossos servidores e servidoras -, que forçaram o Governo a apresentar esta nova emenda.

Dito isso, Sr. Presidente, gostaria de dizer que esta PEC simplesmente não dimensiona os impactos da pandemia sobre a população, não entende a real necessidade que as famílias, principalmente as famílias mais pobres deste País, estão atravessando com a crise do coronavírus. Com 175 reais as famílias não conseguem suprir o básico do custo familiar. Hoje um botijão de gás chega a 110 reais, e o preço da cesta básica compromete mais da metade do salário mínimo do povo brasileiro. Leio agora as notícias dos jornais, que falam que houve 70% de aumento no preço do arroz. Ou seja, o preço dos alimentos sobe quase 3 vezes mais do que a inflação. Isso é terrível! Isso por conta, é claro, da gravidade da pandemia.



Eu quero dizer a V.Exas. que apresentei um projeto de lei que trata da desoneração de impostos federais dos produtos da cesta básica. Já queria adiantar isso e pedir aos nobres colegas apoio a esse projeto de lei.

O trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisa comprometer, em média, 54,23% do rendimento para conseguir comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. No mês anterior, esse percentual foi de 54,93%, de acordo com dados estatísticos do DIEESE.

Nosso País está diante de um colapso social sem precedentes. Aqui posso citar que as famílias cada vez mais vulneráveis, as famílias mais pobres, estão recorrendo ao fogão a lenha, porque já não conseguem comprar um botijão ao custo de mais de 100 reais. Então, é de doer o coração ver a situação dessas famílias hoje, no Brasil, sem o amparo do auxílio emergencial. De modo geral, as famílias brasileiras já não toleram mais os aumentos. Nós acompanhamos as 6 vezes em que houve aumento no preço dos combustíveis em todo o País. Quando aumenta o preço dos combustíveis, nós sabemos, ele onera tudo. Aumenta o preço de tudo: de remédios, de alimentos. Enfim, sobe o preço de tudo.

Para muitas famílias, no ano passado, o auxílio era a única renda. Trinta e seis por cento não têm outra fonte de renda. Onde estão essas pessoas? Nós nos fazemos essa pergunta. O que elas estão comendo agora? Esta Casa assumiu o protagonismo em março do ano passado e ampliou o valor do auxílio para 600 reais. Agora não demos a importância necessária, no pior momento da pandemia pela qual estamos passando.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que assumi a Presidência da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Nós temos grandes desafios pela frente. Não poderia deixar de citar que nossa meta é a de ampliar o discurso e de buscar apoio para que as pessoas com deficiência tenham, o mais rapidamente possível, acesso à vacina, sobretudo no caso de deficiências mais graves.

As pessoas com deficiência sentem que simplesmente foram deixadas para trás - primeiro, nas políticas de apoio e auxílio às famílias que possuem pessoas com deficiência em casa; segundo, na priorização integral dessa parcela da população, como grupo prioritário da vacinação. Se não fosse por uma pressão muito grande da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, tão bem conduzida pela nossa querida Deputada Tereza Nelma, e, é claro, dos movimentos sociais, nós não teríamos avançado nos grupos prioritários, nos quais as pessoas com deficiência pudessem hoje estar. Mas queremos agilidade, queremos que elas tenham acesso o mais rapidamente possível, porque elas são extremamente vulneráveis, principalmente os autistas, que não têm noção da gravidade do problema, que não têm noção da importância do uso da máscara. No caso das pessoas com Síndrome de *Down*, há dados estatísticos que mostram que elas têm mais probabilidade de adquirir a doença na fase mais grave. Então, precisamos nos

debruçar sobre isso urgentemente, porque precisamos salvar a vida das pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, quero me despedir e me congratular com todas as mulheres do Brasil, as quais foram esquecidas por esta Casa com a aprovação desta PEC. Eu fico estarecida. Foi apresentado um projeto de lei no ano passado, para que as mulheres chefes de família continuassem a receber em dobro o auxílio emergencial. Então, é de cortar o coração. Nós avançamos no ano passado, obtivemos essa conquista graças ao esforço muito importante da bancada feminina, tão bem conduzida pela Deputada Professora Dorinha, e as mulheres tiveram condições de receber, em dobro, o auxílio emergencial. Eu, que estou aqui na Região Nordeste, no Estado do Piauí, sou o tempo todo abordada, e me perguntam: "*Deputada, vai continuar o auxílio emergencial para as mulheres chefes de família?*". É estarecedor, é de cortar mesmo o coração dizer que o Governo na verdade vetou esse projeto de lei que foi aprovado pela Câmara, e hoje, no momento mais crucial, no momento mais difícil, quando mais de 2 mil pessoas perderam a vida, no momento em que essas mulheres, que são mães, que têm filhos... Imaginem o desespero de não ter mais emprego, de ver os filhos pedirem pão para comer, e não ter o que fazer. Nós temos que ter empatia, temos que saber nos colocar no lugar do outro. É inadmissível, chega a ser monstruoso não pensar nas mulheres chefes de família, especialmente nas mulheres do Nordeste e do Norte do País, onde a situação de vulnerabilidade dessas mulheres é muito grande.

Então, Sr. Presidente, era isso o que eu queria dizer a todas as mulheres do Brasil. Estamos ainda no mês do Dia Internacional da Mulher. Na verdade, é um momento de reflexão, é o momento de pensar as políticas públicas, de avaliar essas políticas públicas, para saber o que devemos melhorar. Não é aniversário do dia da mulher o dia 8 de março, não é um momento para as mulheres receberem rosas, simplesmente, e está tudo bem. Não, não é isso. É bom, e nós nos sentimos felizes por receber rosas, é bom, mas não é só isso. O 8 de Março é um momento para avaliarmos, discutirmos e repensarmos o que precisa ser feito para continuarmos avançando nos nossos direitos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 604/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 169, da Carta Magna, na redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a decretação de lockdown pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Apresentação, por empresários, de pedido de impeachment contra o gestor estadual.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou a postos.

Digníssimo Presidente Arthur Lira, nobres colegas, satisfação.

Eu sou contrário a este destaque porque, para mim, nada pode ultrapassar os 95% de gastos nem os limites da responsabilidade fiscal. Isso é se preocupar com o Brasil. A minha preocupação, a minha luta, a minha causa é o melhor para o Brasil.

Há pouco ouvi um Parlamentar falar que alguns culpam, como bode expiatório, o funcionário público, como se fosse o culpado de tudo. Em hipótese alguma. Jamais, jamais! Toda a minha solidariedade ao funcionalismo público, de quem se falou esse tipo de bobagem. Quem quiser ser funcionário público, se acha que alguns ganham demais, que faça concurso. Eu tenho o maior respeito pelo funcionalismo público.

Quero também aproveitar este momento para demonstrar a minha solidariedade à iniciativa privada, aos profissionais liberais, ao vendedor de pipoca e de cachorro quente, ao engraxate, que depende da sua luta no dia a dia, ao empresário, ao lojista, a quem trabalha em *shopping*. No Rio Grande do Sul, todos os *shoppings* estão fechados, as lojas estão fechadas. Estamos sob bandeira preta. O Governador Leite quer que o leite azede de vez. Hoje inclusive entrou o primeiro pedido de *impeachment* do Governador Leite. Empresários da cidade de Venâncio Aires entraram com o primeiro pedido de *impeachment*. Eles alegam improbidade administrativa e também dizem que o Governador não usou corretamente o dinheiro enviado pelo Governo Federal para a saúde. É o primeiro pedido de *impeachment*.

Sr. Governador, pense mais nas pessoas. V.Exa. nunca trabalhou na iniciativa privada, V.Exa. não sabe o que é a vida do empresário, do profissional liberal. As contas todos os dias estão aumentando. As pessoas estão querendo fazer as refeições, pagar a conta da luz, mas não têm o salário garantido.

Eu chamo a atenção de quem é funcionário público, assim como nós Deputados, que estamos recebendo em dia: é momento de lembrarmos de

quem não está recebendo, de quem depende da luta diária para levar o sustento para a sua mesa. Esses empresários, esses profissionais liberais, esses pagam verdadeiramente os impostos que garantem a máquina pública. Então, é bom lembrar dessa parte da população que tanto faz crescer o Brasil e que está passando por imensas dificuldades.

No início da pandemia, aqui em Novo Hamburgo, que é a Capital Nacional do Calçado, o balanço, o número de mortes por COVID era, na época, de uma morte, quando começou, e dois empresários tiraram a vida. Tem acontecido muito isso.

Então, não vamos deixar de lado o empreendedor, o que vai à luta, o que paga os impostos, que não tem salário em dia, que não tem nada. Parem e pensem nessas pessoas. Parem e pensem no empreendedor, no empresário, no advogado, no médico, no cientista, no engenheiro, no jornalista. Esses não têm o salário garantido, esses não podem ficar em casa, não têm como ficar em casa, dependem da luta do trabalho. A economia quebrando quebra de vez a saúde.

Não estou dizendo que morreram poucas pessoas. Por favor! Não estou dizendo que morreram poucas. Sabem quantas pessoas morreram, no Brasil, de COVID? Menos de 0,2%. Façam o cálculo, dividam 212 milhões de habitantes por 265 mil vítimas. Façam o cálculo. Então, esse pânico generalizado não soma. Veículos de comunicação de grande audiência nunca, nunca divulgam o número de pessoas salvas: "*Tantas pessoas, milhões de pessoas, foram salvas*". Não. E por quê? Porque querem causar a sensação de pânico, a sensação de que o Governo está mal, falido. Não vale!

Quero agradecer ao Exército Brasileiro, porque está fazendo um hospital de campanha com 20 leitos em Porto Alegre, assim como fez em Manaus.

Obrigado, Exército Brasileiro, por dar exemplo com a sua colaboração para a saúde de todos os brasileiros.

Grato, nobre Presidente.

Documento 605/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Razões do voto da Oposição contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Regozijo com a aprovação de emenda apresentada em prol



do funcionalismo público no âmbito da PEC Emergencial. Inconsistência da declaração do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ao canal CNN Brasil, sobre o não enfrentamento da Covid-19 pelo Presidente Jair Bolsonaro, em face da decisão do Supremo Tribunal Federal de transferência, aos Estados e Municípios, da responsabilidade pela condução das ações de combate à doença. Não cumprimento das metas do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para vacinação do povo brasileiro. Vinculação entre o elevado número de óbitos registrados no País pela Covid-19 e a falta de comando central para combate à doença.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero reiterar, com a convicção que tenho sobre essa PEC que votamos, que a Oposição votou contra ela, porque essa é a PEC da maldade, do arrocho, da miséria; ela é *fake*, um jabuti; ela tem o poder de fazer chantagem, porque tem uma narrativa de que é a PEC do auxílio emergencial, quando, na realidade, é a do arrocho fiscal. Ela vem para castigar os servidores, sob todos os aspectos, inclusive até manda privatizar e vender ativos para fazer caixa para o Tesouro.

Então, nós não temos como concordar com essa PEC. Por isso, lutamos tanto contra ela, com veemência, eu diria, com coragem, com firmeza. Essa é a postura da Oposição.

Um destaque, de dez, nós aprovamos, inclusive do meu partido, o PDT. Vencemos um, mas não temos nenhum problema em termos perdido os outros, porque jamais trocaríamos de lado com aqueles que ganharam de nós. Nós perdemos lutando, com a convicção da razão que temos por conta da defesa que fazemos de quem precisa, de quem merece, de quem necessita e de quem tem direito.

Mas há uma emenda, Presidente, que nós não ganhamos, mas vencemos. Foi a que tratou da questão dos servidores públicos. Essa emenda, apresentada pela Oposição, nós iríamos vencer. E o Governo, vendo que iríamos vencer, para não perder as mãos, o que fez? Entregou os anéis, ou seja, ele estava perdendo a sua base, renegociou com a base e cedeu. Mas cedeu porque a Oposição pressionou.

Por isso, quero dizer que esse destaque do PSL foi fruto daquele acordo feito por livre e espontânea pressão. Não fosse a pressão da Oposição, não fôssemos nós fustigarmos em favor da segurança pública, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos policiais militares como um todo no Brasil, eles não recuariam, porque a proposta era essa. Aliás, são palavras do Delegado Felício Laterça, que é delegado da Polícia Federal, que disse muito claramente: "*Graças à Oposição; a Oposição apresentou a emenda e o Governo sentiu e recuou*". O Deputado Sanderson não reconheceu isso, mas é importante S.Exa. saber. A proposta do Deputado Sanderson, do Governo, era

para tirar os policiais militares. Eles só voltaram atrás porque iriam perder no destaque da Oposição, e aí recuaram.

Não há nenhum problema em nós votarmos a favor. Eu votei a favor do destaque do PSL, porque é o que nós queríamos. O PSL acabou fazendo aquilo que nós queríamos, porque era necessário para dar a proteção de que a área de segurança precisa. Ou seja, não fôssemos nós, não haveria o ganha-ganha, porque esse é o destaque do ganha-ganha.

Eu lamento que o Major Vitor Hugo, que fez a negociação, não tenha tido a grandeza de reconhecer o valor, a importância do debate da Oposição. Nós não queremos os louros só para nós. Fomos duros, persistentes, resistentes, quase teimosos, a ponto de o Governo sentir. Daí ele veio para o debate, para o diálogo, e cedeu. Errar é humano, mas permanecer no erro é burrice. Reconhecer o erro faz parte, e dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus também faz parte. Não fôssemos nós da Oposição esta emenda do PSL não existiria, até porque, se eles quisessem fazer isso, não precisariam ter apresentado a PEC, castigando o pessoal da segurança.

Quero deixar bem claro que este item não salvou a PEC, só reduziu os danos, na medida em que diminuiu os problemas e as angústias dos servidores públicos estaduais e, especialmente, federais, no que diz respeito à segurança pública. É importante que deixemos isso muito claro, para que o cidadão e a cidadã ali fora enxerguem, porque o Governo não estava preocupado absolutamente com nada.

E nós vamos continuar apertando aqui, porque somos a resistência. Quem não pede não leva, quem não chora não mama, quem não reclama não ganha. Temos que insistir, persistir, teimar, se necessário, para que sejamos ouvidos, compreendidos, e possamos fazer o mínimo do que é justo, porque essa PEC é muito ruim. Ela é, como eu disse, a PEC da maldade.

Dito isso, Sr. Presidente, quero dizer que, hoje, o Ministro Ernesto Araújo deu uma declaração para a *CNN* internacional, emissora de televisão americana, dizendo que no Brasil o Presidente Bolsonaro não pôde combater adequadamente a pandemia porque o Supremo Tribunal Federal não permitiu, decidindo que Governadores e Prefeitos é que teriam de fazê-lo, e não ele. Eu quero dizer, Presidente, que isso não é verdade, até porque a decisão do Supremo é fruto de uma ação do meu partido, o PDT, de Carlos Lupi, o Presidente Nacional, de Ciro Gomes, de Wolney Queiroz, de André Figueiredo, dos nossos Líderes. O PDT entrou com a ação e o Supremo disse que os Estados e os Municípios, subsidiariamente, também tinham responsabilidade para com o enfrentamento do coronavírus, em favor da vacina, enfim, com toda a luta.

Bolsonaro simplesmente lavou as mãos, desdenhou das atitudes: "*É uma gripezinha*". Há ainda aquela história: "*Se tomar vacina, vira jacaré*"; "*A vacina é da China, é comunista*". Esqueceu tudo. Agora que a coisa está feita, ele está jogando a culpa nos outros, como sempre faz, terceiriza a culpa. Mas o Ministro



Gilmar Mendes, na mesma rede, fez uma nota em inglês e desmentiu o Ministro Ernesto Araújo. Ficou muito feio para o Ministro dizer algo que não é verdade, que ele não sustenta, e ter que ser desmentido por um Ministro da Suprema Corte que julgou a ação do PDT e deu razão ao partido.

O combate ao coronavírus é responsabilidade do Presidente Bolsonaro, da Presidência da República, mas também dos Governadores e dos Prefeitos. Aliás, é responsabilidade de todos nós. Todos temos essa responsabilidade. Ninguém tem o direito de lavar as mãos, até porque esta pandemia não tem lado político, não é de direita nem de esquerda, não é deste ou daquele partido, desta ou daquela religião. Não importa se você é pobre ou se você é rico, se você é paisano ou se você é milico, ela bate em todas as casas, lamentavelmente. E a vacina é o contraponto de tudo isso. Mas, lamentavelmente, a vacina não foi comprada na hora certa e a situação chegou ao ponto em que está. Nós precisamos deixar isso muito claro.

Por outro lado, Presidente, o Ministro Pazuello, na mesma linha negacionista, disse que, no mês de março, teríamos doses suficientes de vacinas para atender a uma grande demanda, e citou que 46 milhões de brasileiros seriam vacinados no mês de março. Passaram-se uns dias, ele baixou para 35 milhões; passaram-se mais uns dias, ele baixou para 30 milhões; baixou ainda para 25 milhões, e hoje deu a declaração de que serão 22 milhões de brasileiros vacinados tão somente. Ou seja, a quantidade de vacinas cresceu que nem cola de burro, para baixo. É impressionante! A montanha pariu um rato, e logo quando estão morrendo mais de 2 mil pessoas por dia - só hoje foram 2.250 mortes, em números redondos. São vidas, almas, famílias que sentem isso, e não apenas números. Nos últimos 7 dias, praticamente 12.500 pessoas morreram, sendo em torno de 1.800 pessoas por dia. É como se caíssem, Presidente, em torno de 60 aviões em 7 dias.

Temos como conceber, como compreender isso? É difícil de aceitar. E isso tem responsabilidade, isso tem consequência, e a consequência é a falta de gestão no enfrentamento do coronavírus de cima para baixo. Nós todos estamos consternados, o Brasil está enlutado, há uma tragédia humana, e o Ministro Pazuello não dá as respostas. As respostas são sempre negativas, as piores possíveis.

O Deputado Giovani Cherini, negacionista, disse que até julho todo o Brasil seria vacinado. Está aí, mentiu ao dizer que não era preciso usar máscara, que havia o *kit* COVID e não sei o quê.

Em tudo isso, Presidente, há uma falácia, porque a verdade é que o vírus está matando, matando, matando. Só há uma saída: a vacina, que está chegando a conta-gotas, muito devagar, por irresponsabilidade de quem tinha que fazer, e não fez.

É lamentável, Presidente.



22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-19:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contido no art. 2º da redação dada para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de rejeição da propositura. Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse destaque tenta corrigir dispositivo que estabelece um gatilho de contenção quando a despesa pública primária chegar a 95% da despesa total. Atingido esse gatilho, vamos ter também um conjunto de vedações que dizem respeito à própria estruturação do Estado brasileiro, na medida em que se limita um conjunto de demandas que nós temos em relação não só à contratação de servidores públicos para cobrir diversas lacunas que já temos, como a outros instrumentos importantes para a valorização do servidor público.

Se eu tivesse que sintetizar essa proposta em uma frase, dizendo o que ela significa, eu diria ao povo brasileiro, e não só aos servidores públicos, que a PEC, além de representar uma queda, corresponde também a um coice no povo brasileiro, como se diz aqui no Nordeste. Ela retira a possibilidade de se dar uma proteção social adequada e decente a nossa gente, quando reduz o valor do benefício do auxílio emergencial de 600 reais para 250 reais.

Não bastasse isso, nós estamos dizendo que vamos jogar um conjunto expressivo da população brasileira numa situação de miséria. Por isso, ela não vai ter o apoio do Estado brasileiro, na medida em que estamos proibindo esse Estado de ter condições inclusive de cumprir o seu papel.

Eu vou citar apenas alguns números oficiais do que representa hoje a lacuna no serviço público brasileiro em áreas estratégicas. Só na educação, no ensino superior, falando em universidades e institutos federais, há números que apontam um déficit de 20 mil profissionais, professores e técnicos. Quanto à Polícia Federal, responsável pelo importante combate à corrupção, os Parlamentares que militam nesse ambiente da segurança pública já trataram da necessidade de repor os quadros. Vamos falar do INSS, que tem um déficit de 21 mil servidores: hoje, nós estamos falando em 1 milhão e 700 mil

benefícios que se encontram represados, ou seja, as pessoas já o solicitaram e não estão conseguindo acessá-lo.

Vamos falar agora de proteção social do Bolsa Família. Há hoje mais de 1 milhão de brasileiros - 1 milhão de brasileiros, repito! - tentando, há mais de 45 dias, com o prazo já contado, acessar o benefício do Bolsa Família e não conseguem. Reparem que, pelos dados do próprio Ministério da Cidadania - eu quero destacar o que ocorreu -, no ano passado, as filas do Bolsa Família desapareceram, porque as pessoas estavam recebendo o auxílio emergencial de 600 reais. Bastou reduzir o valor de 600 reais para 300 reais, no ano passado, e essa fila passou de 1 milhão de pessoas. Agora, sendo reduzido para 250 reais, a proteção vai baixar ainda mais. Certamente - aí a importância deste debate -, daqui a 4 meses, quando tirarem de vez o auxílio emergencial de 250 reais, vai haver uma sobrecarga de demanda da população vulnerável pela proteção social do Estado brasileiro. Não teremos, então, as condições adequadas para suprir essa demanda, porque, a partir desse dispositivo, o próprio Estado brasileiro estará proibido de contratar pessoal para essas áreas, que eu considero estratégicas, como para outros setores do próprio Governo.

Por isso, Sr. Presidente, além da queda, o coice. Foi isso o que aconteceu com essa PEC.

Vou relembrar Zé Dantas, que neste ano completou 100 anos - nós celebramos os 100 anos do pernambucano Zé Dantas, o grande parceiro de Luiz Gonzaga e filho de Carnaíba. Zé Dantas tinha um verso com Luiz Gonzaga em que ele dizia que o nordestino não precisa de esmola. Não queremos esmola, mas essa PEC representa uma esmola. Com diz a música, *"uma esmola a um homem qui é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão"*. Nós queremos dignidade, e essa PEC representa tudo o que não configura a dignidade do povo brasileiro.

Documento 607/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-19:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-OUTROS

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, contido no art. 2º da redação dada para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Reconhecimento público da atuação parlamentar do orador. Contestação aos discursos contra o Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Repúdio à atuação da Esquerda. Defesa de inclusão dos profissionais da área de segurança pública no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.



O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Lira. É uma satisfação, mais uma vez, participar da sessão.

Eu sou contra o Destaque nº 13, do PSB, porque eu quero o equilíbrio fiscal, quero o limite de 95%. Isso já é pacificado.

Mas eu quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar a *TV Câmara* pela audiência. Estou recebendo *e-mails* e ligações de todos os cantos do Brasil. Estou recebendo muito carinho. É sinal de que as minhas mensagens estão sendo bem entendidas e que pessoas estão vibrando com o que eu falo. Este é o maior pagamento que um Deputado pode ter: o reconhecimento público. Fico muito feliz por isso e por ter sido o Deputado Federal gaúcho e do Governo mais votado no Estado do Rio Grande do Sul. É uma grande honra. Continuem nas minhas redes sociais, porque estou feliz demais com a manifestação de vocês.

Nobre Presidente, eu tenho visto Deputados aqui chamarem quem está ao lado do Presidente Bolsonaro de negacionista. O que é ser negacionista? Não sei, mas eu sei dizer o que é ser "desgracionista". É o arauto da desgraça, é o "quanto pior, melhor", é o que é contra tudo e a favor de nada. "*Vamos destruir a imagem do Governo Bolsonaro!*" "*Vamos colocar o caos em tudo o que acontece.*" Essa é a situação de um "desgracionista", arauto da desgraça. Venha com "negativista", que eu vou com "desgracionista".

Nós queremos o melhor para todos. O que faz a Esquerda no mundo todo? A Esquerda nivela por baixo, põe todo mundo para baixo: "*Vamos nos igualar*". Todos ganham pouco, pensando só em miséria. Querem tributar quem ganha bem, querem tributar quem tem lancha, e não se preocupam em ganhar bem, em comprar a própria lancha. Sabem por quê? Porque a Esquerda só pensa em miséria, em deixar todo mundo igual, quando os cabeças, como era Fidel Castro, tinham inclusive ilha particular. E quando se olha a fortuna de Lula e do filho do Lula? E o povo? O povo vai sendo enrolado. Aliás, a Esquerda gosta tanto de pobre que multiplica a pobreza por onde passa. Isso em qualquer lugar do mundo.

Então, negacionista é uma palavra que não se fundamenta, porque nós queremos o melhor, queremos nivelar tudo por cima. Todos têm que ganhar mais. Todos precisam ter o direito à saúde plena, a uma boa educação e até à hora de lazer - sair para passear com a família, ter uma diversão, uma vida digna. E não deixar valer aquele que era o grande mote da Esquerda: Bolsa Família, família, família, deixando as pessoas condenadas a viverem de adjutório. Temos que ajudar quem precisa por um tempo, mas não o tempo todo. Essa é a diferença de quem pensa em trazer o melhor para todos. Vamos progredir! Queremos um Brasil melhor!

Falou-se de segurança pública. Eu sou um dos Deputados que mais defende a segurança pública. Eu bato de frente com bandido, e não preciso ser policial para isso! Não preciso ser policial para defender o setor de segurança. E digo aqui: quem tem que ser vacinado urgentemente são os agentes de segurança. Por que não pensam nisso? Agente de segurança está na rua a todo momento. O que seria de nós, nesta pandemia, se não tivéssemos os agentes de segurança?

Já passou da hora! Temos que dar prioridade na vacinação aos agentes de segurança das nossas cidades, dos nossos Estados, do País, porque eles é que garantem a nossa proteção.

Eles ganham pouco? Ganham, e deveriam ganhar muito mais! O professor ganha pouco? Ganha pouco, mas tem que ganhar muito mais! Porém, temos que fazer com que o Brasil cresça. Acabamos com a corrupção, a fim de que o Brasil possa ter dinheiro suficiente para engrandecer todos os seus cidadãos.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 608/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-20:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, mais de 2 mil mortes diárias aconteceram de novo no Brasil. Está ocorrendo um verdadeiro genocídio neste País. Genocídio! Este é um Presidente que tripudiou das vacinas. E hoje um filho seu fala contra o uso de máscaras, agora de forma absolutamente grosseira. Ele atenta contra o povo brasileiro. É impressionante a falta de sensibilidade

Os Estados Unidos investem hoje mais de 12 trilhões de dólares, fazem investimentos desse porte para enfrentar a pandemia. Aqui, o Governo propõe que não realizemos investimentos; faz com que não tenhamos condições de contar com servidores públicos para enfrentar a pandemia; faz com que não tenhamos Estado; faz com que a renda do povo brasileiro seja comprimida.

É uma verdadeira tragédia o que está acontecendo neste País. É uma tragédia que esta Câmara esteja apoiando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 609/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-20:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FELIPE CARRERAS-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre as ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos, para compensação dos efeitos da epidemia de coronavírus.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na semana passada, a Câmara dos Deputados deu um sopro de esperança para o setor de entretenimento, de produção de eventos, para todos do setor cultural. Aprovamos o PL 5.638/20, que institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Agora, no Senado, a esperança se renova.

Tivemos ontem uma reunião com o Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - ABRAPE, Doreni Caramori, e com a Senadora Daniella Ribeiro, da Paraíba, que é, no Senado, a Relatora do PL. Ela nos deu a garantia de que, na próxima semana, o Presidente Rodrigo Pacheco vai colocar em votação esse projeto de lei. E nós aqui, atentos, vamos fazer cobranças. Todos que vivem desse setor, o mais penalizado no Brasil, estão acompanhando também a tramitação. Espero que o Congresso cumpra com o seu papel.

Obrigado, Presidente.

Documento 610/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-20:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GUILHERME DERRITE-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão, em segundo turno, do § 5º e, por decorrência, do § 6º do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Pedido ao Ministro da Saúde de concessão aos policiais brasileiros de prioridade no Plano Nacional de Imunização.

O SR. GUILHERME DERRITE (PP - SP. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos.

Srs. Parlamentares, este destaque, como o Presidente Arthur Lira mencionou, é fruto do acordo construído ontem aqui no plenário. Esse foi um acordo suprapartidário, envolveu diversos Parlamentares, mas foi capitaneado, foi conduzido pela bancada da segurança, haja vista que nossos policiais civis, policiais militares, guardas municipais, bombeiros militares estão, desde o início da pandemia, na linha de frente.

Aliás, eu lhes apresento este dado: a taxa de infecção de policiais e bombeiros militares, Deputado Sanderson, é dez vezes superior à da população. Nós estamos vivendo uma guerra, uma guerra contra o vírus, Deputado Subtenente Gonzaga, que é um dos nossos líderes da bancada da segurança. Nessa guerra contra o vírus, policiais e bombeiros estão morrendo.

Por isso, ontem, nós que somos policiais, que nunca deixamos de ser policiais - estamos de terno aqui por uma questão regimental, a farda é a nossa segunda pele -, jamais votaríamos a favor de qualquer medida que prejudicasse esses guerreiros, esses policiais, que arriscam suas vidas. Como disse o Deputado Sanderson, morre mais de um policial por dia no Brasil, segundo a estatística anual.

Este destaque visa corrigir uma grande injustiça. Ninguém aqui está falando em conceder aumento salarial, entendemos perfeitamente o equilíbrio fiscal que temos de buscar, mas se está falando em impedir, como estava previsto no texto da PEC, a progressão e as promoções na carreira. Esse impedimento traria um dano muito grande para quem está na linha de frente dessa guerra, salvando vidas, socorrendo pessoas, e infelizmente, em alguns casos, morrendo. Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Deputado Aluisio Mendes, Líder do PSC, estamos neste momento corrigindo uma grande injustiça que foi feita contra esses profissionais. Esse texto, é claro, está afetando todo o funcionalismo público, mas não se fala aqui em aumento salarial. Eu já disse que concordo plenamente com que não haja aumento salarial durante o período de pandemia. O que se permite, através deste destaque, é a correção inflacionária, isso sim.

Dentro desse contexto, é oportuno dizer da importância de reforçar ao Ministro da Saúde neste momento, Deputado Subtenente Gonzaga, a necessidade de priorizar os profissionais da segurança pública no Plano Nacional de Imunização. Creio que os Srs. Parlamentares também já enviaram ofício ao Ministério da Saúde.

Eu tenho certeza de que o Presidente Bolsonaro não tem ciência de que, no Plano Nacional de Imunização, o presidiário foi colocado antes do policial. Isso beira a loucura! Todo mundo aqui sabe do apoio que sempre dei ao Governo, e darei. Fui Vice-Líder do Governo, com muita honra, por 2 anos. Mas esse item do plano tem que ser corrigido. Como eu disse, a taxa de infecção dos policiais é dez vezes superior à da população.

Por isso, pedimos ao Ministro da Saúde que reveja o Plano Nacional de Imunização, para que os policiais, os membros da segurança pública tenham prioridade, sejam vacinados antes dos presidiários.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os Deputados, a todos, inclusive aos da Oposição, que buscaram fazer justiça aos profissionais da segurança pública, aos funcionários públicos. Com este destaque, Deputado Subtenente Gonzaga - tenho grande admiração e apreço pela luta de V.Exa. neste plenário, nós estamos corrigindo uma injustiça e garantindo que haja progressão na carreira desses profissionais, que estão na rua salvando vidas, lutando, e também morrendo nessa guerra contra o vírus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 611/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-20:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, contrário à concessão de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Prejuízos causados aos servidores públicos, aos Estados e Municípios pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão, em segundo turno, do § 5º e, por decorrência, do § 6º do art. 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019. Defesa de aprovação do Requerimento de Destaque nº 9, oferecido pelo PDT à proposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, este Governo deveria se chamar o Governo da Mentira. O demagogo de plantão, Jair Messias Bolsonaro, que jamais quis autorizar o auxílio emergencial - ele e Paulo Guedes queriam matar o povo de fome, queriam que o auxílio fosse de 200 reais -, foi derrotado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o auxílio de 600 reais, com possibilidade de haver duplo auxílio, de 1.200 reais, pautado por nós.

Este mesmo Governo, que não queria autorizar o auxílio emergencial e depois, com uma canetada, extinguiu esse direito no momento em que 20 milhões de brasileiros enfrentavam a fome, pegou uma PEC que estava lá no Senado desde 2019 - Paulo Guedes apresentou a PEC 186 em 2019, porque queria constitucionalizar a política de ajustes e fazer uma política de teto dos gastos piorada - e jogou com a fome do povo para tentar vender a narrativa de que essa PEC é a que garante o auxílio emergencial. Na verdade, esta PEC reduz o auxílio emergencial a 150 reais em alguns casos, a 250 em outros e bota o limite de 350 para mulheres chefes de família.

Esta PEC massacra os servidores, massacra os investimentos, coloca como prioridade de todos - de todos! - o pagamento da dívida. Esta PEC da crueldade também propôs esse massacre em relação aos policiais civis, aos policiais militares, aos policiais rodoviários, aos policiais federais, aos policiais penais, que Bolsonaro sempre alegou defender. Mas mentiu. É óbvio que não os defende. Afinal, foi ele que fez a reforma da Previdência, foi ele que atacou direitos dos trabalhadores.

Aqui, quando viram que iam perder um destaque, fizeram esse acordo. É óbvio que nós vamos votar a favor. E o PSOL, para votar a favor, orienta "não", que é o correto no painel, mas não temos dúvida de que a votação do art. 167 segue. Ele diz o seguinte: *"Fica vedada a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros (...)"* E cita então os órgãos. Está aqui! Progressão sem correção de salário é massacre. E isso estará na Constituição. A Constituição vale mais do que qualquer norma legal.

É evidente que vamos votar a favor, mas vamos denunciar esse engodo, porque nós não aceitamos a mentira do Governo da Mentira, do Governo que vai massacrar os Estados, que tirou a compensação da Lei Kandir da Constituição com esta PEC e que agora vai massacrar ainda mais os Estados da Federação com a guerra fiscal, com a possibilidade de o gatilho automático comprometer mais as receitas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, com a saída de pequenos em busca de condições tributárias melhores em outros Estados.

Isso é uma vergonha! O Destaque nº 9, do PDT, corrige em parte essa distorção. Nós vamos acompanhar esse destaque do PDT.

Mas eu peço muita atenção dos Deputados Federais, que têm de se reportar aos seus Estados, porque é muito grave o que a PEC faz. Não é possível que o



Governo Bolsonaro bote na Constituição que se tem de reduzir 10% das isenções, podendo seguir uma lógica de isenções absurdas para meia dúzia que gera pouquíssimo emprego, e queira tirar a dedução de educação e saúde do Imposto de Renda. Este demagogo prometeu atualizar a tabela do Imposto de Renda, há 10 anos congelada. Quem tem pagado por isso é a classe média, que, agora, pagará mais se o destaque do PDT não for aprovado, porque vai haver essa brecha. Aqueles que defendem a classe média, que são contra a tabela de Imposto de Renda não atualizada, têm que prestar muita atenção na hora dessa votação.

Nós somos oposição ao Governador Eduardo Leite no Rio Grande do Sul. Faço muita oposição a ele porque a sua política ataca os servidores também, que, infelizmente, estão há 5 anos enfrentando congelamento de salário. Estamos muito preocupados com a condição fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, porque o art. 167 vai fazer com que se acentue a guerra fiscal, e nós podemos perder muitas coisas.

Tema tributário tem que ser tratado em matéria tributária. E a Comissão tem que avançar no relatório, para que possamos fazer uma revolução tributária, taxar lucros e dividendos, taxar os grandões, taxar aqueles que ganharam com as exportações lastreadas no dólar. Nós precisamos garantir a taxação das grandes fortunas, para assegurar o pagamento de renda emergencial enquanto for necessária, assegurar um auxílio emergencial decente. Nós não aceitamos os mentirosos e demagogos de plantão, como é Jair Messias Bolsonaro.

O PSOL vota "não" e já deixa o alerta, ressalta a necessidade de se aprovar o Destaque nº 9.

Documento 612/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao teto de recursos estabelecido para o auxílio emergencial na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. poderia voltar meu tempo?

Sr. Presidente, nós queremos dizer o seguinte: se vier uma medida provisória depois da PEC para votar, tenho certeza de que a maioria dos Deputados vai

querer passar de 250 reais. Foi por isto que o Paulo Guedes colocou um teto na Constituição: para tirar a autonomia do Parlamento.

Em segundo lugar, nenhum país do mundo combateu pandemia e recessão econômica com ajuste fiscal. Eles combatem injetando dinheiro na economia, salvando empregos, tirando trabalhadores da fome. Isso foi generalizado no mundo todo. Só aqui que se quer colocar ajuste fiscal no meio. É por isso que nós não poderemos estabelecer um teto como esse, porque esse é o teto da miséria. E, se vier para o Congresso, vai estar engessado. E é isso que o Paulo Guedes quer.

Documento 613/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-21:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência do teto de recursos do auxílio emergencial estabelecido pela propositura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, que coisa impressionante! Essa PEC da miséria e da maldade, que, na verdade, é um jabuti, porque de auxílio emergencial ela não tem nada, ela é de arrocho fiscal, está constitucionalizando, está escrevendo na Constituição o limite de 44 bilhões de reais, que parece ser bastante dinheiro, mas é 7 vezes menos do que o Brasil deu aos seus cidadãos no ano passado e 300 vezes menos do que os Estados Unidos estão dando ao seu povo. Lá estão dando 12 trilhões, e nós, 44 bilhões. É uma miséria, porque as pessoas vão receber 250 reais.

Não queremos que o povo morra de coronavírus, mas, do jeito que vai, estão caprichando para que o povo morra de fome. O comércio, a indústria, o serviço, o emprego, a renda, tudo está sofrendo, Presidente. E a renda do brasileiro vai mal.

Documento 614/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-21:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação de requerimento de destaque apresentado pelo PT em prol dos profissionais da segurança pública na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Pedido ao Presidente Arthur Lira de coordenação das ações destinadas ao combate à epidemia de coronavírus no País. Congratulações aos Governadores Estaduais, especialmente ao do Estado do Piauí, Wellington Dias, pela atuação contra a Covid-19.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

Hoje, apesar de toda a tragédia que estamos vendo com a aprovação desta PEC, tivemos um belíssimo exemplo, no momento em que a Oposição mostrou realmente a necessidade de resolver em parte a questão dos profissionais públicos, de unidade em torno de um objetivo comum. Vimos aí os Líderes se juntarem no destaque do Partido dos Trabalhadores e o Governo apresentar uma negociação.

Agora, como professora que fui a vida inteira, queria dizer aos representantes da segurança pública eleitos pelo povo que fico muito triste com essa coisa de bancada da bala. Acho que é muito mais bonito dizer bancada da segurança pública. Se todos nós vivêssemos num País que não precisasse de balas, seria muito mais interessante. Todos os representantes aqui da segurança pública, com certeza, ao nascerem, precisaram de um médico, de uma enfermeira e de muitos professores para chegarem onde estão. Toda a vida nós nos juntamos, pois precisamos uns dos outros. Então, eu abraço muito solidariamente a segurança pública. Fui Secretária de Estado da Educação aqui em Mato Grosso, trabalhei fortemente com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Polícia Rodoviária Federal, fazendo um trabalho não dentro da escola, mas no entorno, para garantir segurança aos nossos estudantes.

Neste momento de dor, vemos o trabalho dos profissionais da saúde com toda a garra. Então, acho que juntamos as nossas forças no plenário para realmente dizer "sim" a quem entrega serviço público lá na ponta.

Gostaria também de, neste momento, me dirigir ao Sr. Presidente, que é um estadista e que, neste momento de tragédia nacional... Eu ouvi hoje muitos pedidos: *"Diga isto ao Presidente Arthur Lira: como o Presidente da República não lidera o País..."* Presidente, creio que uma vez por dia, pelo cargo que ocupa, V.Exa. poderia conversar com todos os Governadores, com os Secretários de Saúde, com a Comissão Externa do Coronavírus na Câmara. Alguém tem que coordenar as ações no País. Perdermos mais de 2 mil pessoas por dia por um único problema, a falta da vacina, por um vírus que

poderíamos ter combatido com vacinas. É preciso que haja outras ações. Alguns Governadores têm mais condições, outros têm menos. Essa ajuda é comum.

Chamo a atenção para o belíssimo trabalho. Quero abraçar os Governadores, abraçar o companheiro Wellington Dias, Governador do Piauí, que coordena o Fórum de Governadores. Vamos deixar a questão, vamos ser suprapartidários e vamos combater essa tragédia que está acontecendo no País, independente de partido político.

Como o Presidente não se apresenta, que o nosso Presidente da Casa possa fazer a diferença neste momento.

Muito obrigada.

Documento 615/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-21:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal; e consequente viabilização da retomada do auxílio emergencial. Importância de redução do Custo Brasil e de realização da reforma administrativa. Pedido aos Deputados de rejeição do requerimento de destaque para supressão, em segundo turno, da expressão até o limite de R\$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), constante do § 1º do art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019. Importância de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Sanção do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a aquisição e comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Contratação, pelo Ministério da Saúde, de novos hospitais de campanha para atendimento aos pacientes da Covid-19. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro ao uso de máscaras e a outras medidas de controle sanitário da epidemia de coronavírus.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos nossos Parlamentares, que têm se empenhado nessas votações intensas, diárias, de até altas horas, para que nós pudéssemos aprovar esta medida provisória, que demonstra a responsabilidade social do Presidente Bolsonaro em viabilizar o auxílio emergencial para aqueles brasileiros que, neste momento de isolamento social da pandemia da COVID-19, não podem exercer as suas atividades econômicas e ter a renda para sustentar a sua família.



É uma ação importantíssima que vem junto com a responsabilidade fiscal, com o ajuste fiscal, com a preocupação com as contas públicas, com uma visão de um Brasil que, a médio e longo prazo, estará cada vez mais competitivo, o Custo Brasil mais baixo, um Estado mais leve com a reforma administrativa, um Estado que custe mais barato, seja mais eficiente e que tenha a meritocracia. É isso que nós queremos para o futuro do nosso País.

Então, esta medida provisória traz um acordo importante feito no Senado. Algumas alterações foram feitas na Câmara, com algumas supressões, para que ela possa ser promulgada de imediato. E será emitida, então, uma medida provisória pelo Presidente Bolsonaro, pelo Governo Bolsonaro, que estabelecerá o valor e o prazo desse auxílio emergencial. É muito importante que nós tenhamos chegado a essa solução e possamos socorrer essas famílias de brasileiros necessitados.

Então, agradeço muito aos Srs. Líderes e aos Srs. Parlamentares. Peço que venham ao sistema eletrônico e votem "sim", pelo nosso aplicativo do Infoleg, para que nós possamos manter o texto nesse Destaque nº 1 e seguir para os dois últimos destaques desta noite. Agradeço e muito ao Presidente Arthur Lira, que, de forma muito articulada e empenhada, costurou os entendimentos para que pudéssemos chegar a este momento.

Espero, sinceramente, que a crise arrefeça, que a COVID possa dar um fôlego para o Brasil. Temos que vacinar toda a nossa população. Se correr tudo bem até setembro, outubro, teremos todos vacinados, teremos todos imunizados e vida normal no nosso País. Esse é o esforço do Governo, e nós estamos lutando com determinação para isso.

Ontem, foi sancionada a lei do Senador Rodrigo Pacheco, que fala da autorização para que empresas privadas comprem e doem integralmente vacinas para o SUS, até que atinjamos os 77 milhões de brasileiros que estão como prioritários para a vacinação, acelera a chegada a esse número de prioritários. E, depois disso, os empresários poderão continuar ajudando o SUS, comprando vacinas e doando 50% para o SUS do lote que chegar de vacinas, ajudando a imunizar aqueles que precisam da assistência do Governo para alcançar a imunidade contra a COVID.

Temos novos hospitais de campanha sendo contratados, e o Ministério da Saúde está fazendo todo o esforço para financiar a recuperação da nossa estrutura e a ampliação da estrutura de atendimento às pessoas, em função dessa nova variante, dessa nova cepa da COVID, que é mais contagiosa do que a anterior.

Nesse sentido, o Presidente Bolsonaro entendeu este novo momento, este diferente momento da pandemia, e está apoiando o uso de máscara, as medidas de controle sanitário. E tenho certeza de que, em função disso, teremos os recursos necessários para a estruturação desse combate.



Obrigado, Sr. Presidente. E obrigado, Srs. Parlamentares, a quem novamente convoco. Sei que muitos estão em viagem, em deslocamento, agora, para as suas bases, mas convoco todos a acessarem o sistema Infoleg e fazerem a sua votação, para que possamos avançar nos dois últimos destaques desta noite.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 616/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-21:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Continuidade da luta do PT contra a retirada de direitos dos servidores públicos no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu fico pensando na crueldade que é excluir pessoas. E digo isso porque esse auxílio emergencial terá um valor muito diminuto, pois será um valor abaixo de 250 reais. Então, ele vai excluir muita gente - muita gente. Milhões de brasileiros que receberam o auxílio emergencial não mais o receberão.

E eu fico me perguntando que critério é esse e que política genocida é essa que está em curso. E fico, também, pensando que, quando votamos para resgatar a promoção e a progressão, isso se dá porque se reconhece o arrocho contra os servidores e servidoras.

Nós, do PT, fizemos um destaque para que pudéssemos tirar todas as restrições. Esse destaque nos forçou a uma negociação, que chegou à progressão e à promoção, insuficientes. Nós iremos continuar reconhecendo o avanço, nós iremos continuar lutando para tirar a penalização ao servidor e à servidora.

Documento 617/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Ministro da Cidadania, João Roma, presente no plenário. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, para a garantia da retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Líderes presentes no plenário, Deputados que nos acompanham a distância, votando pelo nosso sistema Infoleg.

Cumprimento também o Ministro da Cidadania, o Deputado João Roma, que nos dá a honra de estar aqui no plenário acompanhando esta votação importante, pois será através do seu Ministério que iremos, se Deus quiser, no mais breve tempo possível, retomar o pagamento do auxílio emergencial para as milhões de famílias brasileiras que estão esperando ansiosamente esse momento para que possamos vencer essa dificuldade imposta pela pandemia da COVID-19.

Sr. Presidente, por dever de consciência e por responsabilidade, eu venho a esta tribuna esclarecer esse destaque. Desde a manhã de hoje, começamos a discutir, com o Presidente da Casa, com os demais Líderes, com os membros do Governo, uma saída para que pudéssemos aprovar a PEC Emergencial, garantir o pagamento do auxílio emergencial e não prejudicar uma lei tão importante, que é a Lei da Informática.

Quando eu digo que é por dever de consciência, é que nós precisamos explicar a quem está acompanhando esta votação neste momento que a PEC que nós estamos votando não está acabando com a Lei da Informática. A PEC está normatizando uma diminuição nos incentivos fiscais do Brasil.

A população precisa saber, Deputado Cacá Leão, que o Brasil distribui, por ano, mais de 320 bilhões de incentivos fiscais. E nós sabemos que esse dinheiro faz falta para prestar serviços essenciais, como saúde, educação, segurança pública, e para políticas sociais para as pessoas que mais precisam. Isso precisa ser revisto. Nós precisamos dar incentivo para quem realmente gera emprego e gera renda neste País, como é o caso da Lei da Informática.

Desde cedo, está aqui o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros, que mediu o acordo com a equipe econômica, com o Ministro Paulo Guedes, que nos garantiu que, aprovando a PEC Emergencial, o Governo tem 180 dias para mandar aqui para o Congresso a lei que normatizará a redução desses

incentivos que o nosso País tem. E arrancamos a garantia, a certeza de que essa lei chegará ao Congresso e preservará integralmente a Lei da Informática.

Então, nós estamos aprovando a PEC Emergencial, garantindo o pagamento do auxílio e protegendo as milhares de empresas que estão em São Paulo, estão no Nordeste, estão no Norte e que têm nessa lei a garantia para terem suas atividades continuadas e terem condição de continuar gerando emprego e renda no nosso País.

Esse foi o acordo que esta Casa construiu. Esse foi o acordo que as Lideranças partidárias tiveram a oportunidade de construir. E estamos garantindo a essas empresas e, principalmente, aos seus trabalhadores que eles não serão afetados com a aprovação desta PEC Emergencial na noite de hoje.

Discutimos mais. O Governo tem o compromisso de mandar uma PEC também com reformulação, para que não beneficiemos apenas Manaus e o Amazonas, para que haja um reequilíbrio na disputa das isenções, para que possamos não só proteger a Zona Franca, mas também dar o direito de as outras regiões competirem igualmente, atraindo empresas, gerando emprego e gerando renda. Tratamos também sobre a desoneração da folha de pagamento. Os 17 setores que estão desonerados até dezembro podem ficar tranquilos, porque nós vamos discutir a desoneração da folha na reforma tributária.

Então, o nosso compromisso é com o País. O nosso compromisso é não atrapalharmos a geração de emprego e renda, de que o nosso Brasil tanto precisa.

E temos que atravessar esta pandemia, temos que garantir esse auxílio às famílias mais carentes, temos que garantir a chegada da vacina, mas não podemos perder de vista as contas públicas, porque só através do equilíbrio fiscal do nosso País é que vamos ter condição de retomar o crescimento econômico, é que vamos ter condição de voltar a gerar emprego, gerar renda e gerar oportunidade e ter também o desejo de poder concluir aquilo que o nosso País tem de maior nesse momento de tanta dificuldade, que é poder estender a mão do Governo às áreas prioritárias, poder garantir saúde de qualidade, garantir educação, garantir investimento em infraestrutura, garantir as políticas sociais tão necessárias para o nosso País.

É dessa forma que o Congresso tem trabalhado, com transparência, com compromisso, com respeito às pessoas que mais precisam. E precisamos, nesse momento de tanta dificuldade, ter, mais do que nunca, transparência nas matérias que aqui estão sendo votadas. Politizar a crise, como falei aqui no dia de ontem, é a pior das receitas para que consigamos sair da grave crise em que estamos inseridos: uma crise sanitária sem precedentes, uma crise econômica das mais graves que o nosso País já enfrentou.

Só com muita sabedoria, com união acima de tudo é que nós vamos ter a capacidade de virar essa página triste: uma página onde temos cada dia o

anúncio de mortes nos principais jornais do nosso País; uma página triste de empregos sendo destruídos, empresas fechando, pessoas querendo voltar a trabalhar, mas infelizmente sem conseguir.

Eu acredito que a conclusão da votação desta PEC na noite de hoje será um grande passo para que possamos proteger quem mais precisa e garantir que a mão do poder público chegará neste momento às famílias mais necessitadas do nosso País.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 618/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CACÁ LEÃO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcelo Ramos, diante de críticas tecidas por Deputada. Saudação ao Ministro da Cidadania, João Roma, presente no plenário. Apelo aos Deputados por votação de requerimentos de destaques remanescentes. Importância da retomada do auxílio emergencial.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, primeiro quero cumprimentá-lo e me solidarizar com V.Exa. Todos os que o conhecem nesta Casa sabem da sua postura correta, da forma como V.Exa. trata a todos. Jamais uma crítica, quando não verdadeira, pode ser aceita por este Plenário. E nenhum pedido de desculpa V.Exa. recebeu, mesmo a Deputada reconhecendo que estava errada, *a posteriori*. V.Exa. tem o meu respeito.

Queria cumprimentar todos os nossos colegas e também o nosso Ministro João Roma, que fez questão de vir ao plenário, pela ansiedade de poder pagar o tão esperado auxílio emergencial ao povo brasileiro.

Eu peço a todos os nossos colegas Deputados que ainda não votaram que o façam para que terminemos este que é o penúltimo destaque. Ainda falta um destaque para que concluamos a votação desta matéria e para que, o mais breve possível, os Presidentes, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, façam a promulgação desta PEC, para que possamos ter ainda no mês de março o pagamento do auxílio emergencial.

Muito obrigado, Presidente.



Documento 619/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FELIPE CARRERAS-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Ratificação de acordo sobre a manutenção da Lei de Informática no processo de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero mais uma vez aqui, mesmo sendo um Parlamentar do PSB, da Oposição ao Governo, ratificar um acordo que foi celebrado em relação a esse destaque supressivo. Eu falo aqui para todos que militam na área de tecnologia e de inovação do nosso País.

Eu falei com V.Exa., Deputado Marcelo Ramos, e V.Exa., demonstrando largueza, por mais que a Zona Franca de Manaus pudesse ser beneficiada, disse que não concordava com aquele texto, porque achava que poderia prejudicar outros centros, em todo o País, de inovação de tecnologia.

Nós procuramos um diálogo aqui dentro do Parlamento, e junto com Parlamentares de Pernambuco, com o coordenador da bancada de Pernambuco, o Deputado Augusto Coutinho, e com vários outros Parlamentares, nós fomos, liderados pelo Prefeito João Campos, do PSB de Recife, até o Ministério da Economia. No Ministério da Economia, nós conseguimos sensibilizá-los, não só pela presença do Deputado Silvio Costa Filho, da bancada de Pernambuco, mas também pela presença de vários outros Parlamentares de todo o Brasil, que fizeram chegar e ecoar a voz do desespero - é isso mesmo - que o setor de inovação do País estava passando.

Eu falei com o Deputado Ricardo Barros e foi celebrado não só um acordo verbal, como também, no mesmo dia, o Ministério da Economia emitiu uma nota oficial garantido o compromisso da manutenção da Lei da Informática, de que o Deputado Daniel é também admirador - Santa Catarina também é autora do projeto, Santa Catarina tem um importante polo de inovação de tecnologia.

Então, quero falar aqui, não em nome da nossa bancada, mas em nome de um Deputado da Oposição, que foi feito o acordo e que foi publicada uma nota oficial. E eu quero pedir para quem votou "não" que vote "sim", pela manutenção do emprego e pelo incentivo à inovação. Trata-se de uma vitória do Parlamento. O Governo teve sensibilidade. Nós vamos manter "sim" ao

texto e, em breve, dar segurança jurídica a esta matéria tão importante, que dialoga com o futuro.

Esse acordo - estou finalizando, Presidente - foi inclusive avalizado pelo Presidente do Porto Digital de Recife, Pierre Lucena, e por vários que militam nesse setor. Quero aqui ratificar o acordo que foi feito.

Obrigado.

Documento 620/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ANTONIO BRITO-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Reafirmação do posicionamento do PSD pela manutenção do 4º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro pela sanção do Projeto de Lei nº 2.809, de 2020, (transformado na Lei nº 14.123, de 2021), sobre a alteração da Lei nº 13.650, de 2018, e a prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, da suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 2020.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, Sr. Presidente, eu queria saudar V.Exa. e reafirmar a posição do PSD de votar "sim", pela manutenção do texto, em função do acordo e também do pensamento da bancada.

Queria, mais uma vez nesta noite, agradecer pela sanção do projeto de lei que transformou a Lei nº 14.123, de 2021, das Santas Casas e hospitais filantrópicos, pela manutenção desses hospitais tão importantes para o País. Quem votar "sim" a este texto estará também votando pela manutenção das isenções das Santas Casas e entidades filantrópicas. Houve o cuidado do Relator Daniel de manter as isenções das entidades filantrópicas, das Santas Casas. Portanto, o voto "sim" mantém essas isenções. Quero agradecer, em nome da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, esse cuidado para com essas entidades que tanto contribuem com o Brasil neste momento de pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 4º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, estamos chegando à reta final de um longo processo de votação em dois turnos. Chegamos agora ao destaque mais discutido neste segundo turno.

Quero reafirmar a orientação da bancada do MDB: é "sim", como consta no painel.

Há de se destacar o acordo que a grande maioria dos Líderes que têm assento nesta Casa e que representa o maior número de Deputados fez com o Governo. Diante do prazo que se dá para encaminhamento do plano de redução de incentivos, excluir o setor de informática, preservando a lei de incentivos desse setor, é fundamental, bem como garantir a desoneração das folhas, que já está garantida até dezembro. Também é preciso equilibrar a competitividade interna, corrigindo, por meio de uma PEC, a questão incluída no Senado que beneficia a Zona Franca. Esse acordo, feito às claras e publicado pelo Governo, foi compreendido, sem dúvida nenhuma. O painel mostrará, após a abertura do resultado, que será cumprido e que todos os Líderes estarão vigilantes pelo seu cumprimento.

Encerrando este e o outro destaque, nós proporcionaremos a milhões de brasileiros mais 4 meses de auxílio emergencial, com a responsabilidade fiscal que somos obrigados a ter, para que, nesta pandemia, neste momento difícil que o Brasil e o resto do mundo vivem, o Brasil tenha oportunidade de retomar sua economia.

Muito obrigado, Presidente.

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER



Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, para a retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a V.Exa.

Estamos chegando, de fato, próximo ao fim de um longo processo de debate, discussão e votação, em dois turnos, de uma importante medida que precisamos tomar. O nosso País passa pelo pior momento da pandemia. Os números dos contaminados e dos mortos, que diariamente nos surpreendem e nos deixam preocupados, dão a nós também a responsabilidade de encaminharmos aqui a solução, mesmo que minimizada, para toda a população brasileira. E esta PEC vem exatamente neste sentido: buscar fazer com que tenhamos o auxílio emergencial possível, com a colaboração de todos, fazendo com austeridade fiscal e com a responsabilidade de não comprometer o futuro, até porque será necessário, para enfrentarmos o momento pós-pandemia, entregarmos uma PEC que garanta esses investimentos.

O Relator foi extremamente compreensivo com as dificuldades de todos e conseguiu trazer em seu relatório medidas que são fundamentais. E nós aqui na Câmara estamos finalizando esse processo, para que, já a partir de amanhã, possamos promulgar esta emenda constitucional e entregar esses resultados ao nosso País.

É importante destacar que nós estamos fazendo aquilo que é possível, diante da grave crise que estamos vivendo. Não adianta cairmos aqui num populismo fácil de dizer que é possível entregar mais se não temos condições orçamentárias e fiscais para isso. Estamos aqui tomando uma medida que não é fácil para ninguém: fazer com que todos passem por um processo de diminuição efetiva dos seus ganhos. Mas é uma solidariedade necessária, com responsabilidade fiscal. Não estamos comprometendo o futuro para poder entregar o auxílio. Não estamos quebrando o futuro para entregar o auxílio.

Em relação a este destaque, quero aqui reafirmar que tivemos nele um intenso diálogo, que foi oficializado pelo Líder de Governo na Câmara dos Deputados e pelo próprio Ministério da Economia, celebrando o compromisso com a lei de incentivo à informática, tão importante para o nosso País, porque é o emprego do futuro, que gera receitas que marcarão esse novo tempo da revolução tecnológica por que passa o País. Hoje, muitos Estados são dependentes desse recurso. Além do mais, tivemos aqui a compreensão da necessidade de

fazer com que este texto não fosse modificado neste momento, para avançarmos na finalização desta emenda constitucional.

Sr. Presidente, finalizando uma semana de muito trabalho e dedicação a uma entrega necessária para o País, quem sabe, ainda este mês, a população já possa ter os resultados efetivos com o auxílio emergencial chegando e nos fazendo superar este difícil momento da pandemia que enfrentamos em nosso País!

Documento 623/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 4º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Quero apenas lembrar a todos os brasileiros que estão acompanhando a nossa sessão que é desnecessário vincular arrocho salarial, terminar com investimentos públicos e sociais para fazer uma chantagem para ter o renda emergencial. É desnecessário. Tudo o que foi dito aqui poderia ter sido enviado já, desde janeiro, porque é desde janeiro e fevereiro que Bolsonaro não está pagando os 600 reais. Ele poderia estar pagando desde lá, mas não o fez. Agora, faz uma chantagem, apresenta um plano fiscal que vai quebrar muito serviço público, vai parar investimentos, e agora não quer que os Estados façam desonerações tributárias para estimular setores da economia, que todo mundo faz e que devem ser feitas, para, durante 4 meses, pagar um benefício que vai ser para menos gente, com menos dinheiro e limitado a 44 bilhões, sendo que, no ano passado, foi 320 bilhões. Não é possível, isso precisa ficar claro! Comemorar essa PEC como sendo a PEC do renda emergencial é falso, é mentiroso, é enganar a população. Isso precisa ficar bem registrado aqui.

Essa não é uma PEC social, essa é uma PEC fiscal. E o que nós precisamos neste momento é emergência social, não emergência fiscal. Fiscal é não gostar do povo, é gostar de dinheiro para banqueiro. Esse é o resultado. Então, aqui

se vota hoje o que o Bolsonaro quer. É fiscal, é dinheiro para ricos, endinheirados e bancos, e não o renda emergencial, que é para o povo. Essa é a grande diferença.

Por isso, nós não concordamos com essa análise e votamos com o destaque do PDT para ajudar os nossos Estados a fazerem políticas e ajudar setores importantes, principalmente alimentar, industrial e de tecnologia.

Documento 624/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Aprovação de requerimento de destaque oferecido pelo PDT à proposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos encerrando a votação da "PEC da Maldade", a "PEC do Arrocho", como eu a tenho chamado. E é uma espécie de "PEC da Chantagem", porque ela ameaça, por um lado, e faz muito mal por outro. Dizem que ela servirá para um socorro emergencial para a população pobre; no entanto, ela ataca os servidores públicos municipais, estaduais e federais, sob todos os aspectos.

Essa PEC é uma metralhadora ao fazer isso. Ela ataca a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, faz uma reforma tributária na "mão grande", autoriza a privatizar. Veja bem, Presidente: ela ataca o agronegócio... Quem diria, Presidente? A PEC ataca a informática, a ciência e a tecnologia.

Em vez de ajudar o povo, ela veio para taxar o povo. Essa é a hora de socorrer a população, e não de criar impostos e dificuldades ou ficar taxando e tirando incentivos fiscais.

Para concluir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Para concluir, Presidente, quero dizer que essa PEC nos deixa, assim, muito constrangidos.

E muito me honrou a oportunidade de o PDT ter aprovado um dos destaques. E, por conta desse destaque aprovado pelo PDT, salvando um pedaço da PEC, ou seja, fazendo uma redução de danos, o Governo se assustou e veio para o diálogo. A partir daí, conseguimos dois destaques apresentados pelo próprio Governo, através do PSL, aliviando as forças de segurança pública - não atendendo as forças de segurança, apenas aliviando, fazendo um arremedo ou, eu diria, uma meia-sola, um acerto à meia-boca.

Mas a verdade, Presidente, é que nós fizemos a nossa parte, combatemos um bom combate e estamos com a consciência do nosso dever cumprido. Eu não mudaria de posição com aqueles que venceram. Estou consciente da minha responsabilidade, do meu dever. Disse o que sabia, falei o que sentia, contei o que via, tudo isso para a população ficar sabendo o que está acontecendo. E isso é importante.

Vamos aprovar a PEC, mas é uma proposta que fará mal para o País, para a economia. Nesta hora, teríamos que ajudar a população, e não taxar o cidadão, as empresas, os empresários e os empreendedores.

Documento 625/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido de desculpas ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcelo Ramos, por informação equivocada da oradora. Descumprimento do rito normal de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Inconformismo com a rejeição de requerimento de destaque oferecido pelo PDT à PEC Emergencial. Protesto contra a profusão de assuntos tratados na proposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Marcelo Ramos, eu queria primeiro agradecer este minuto e ir na linha do Líder Wolney Queiroz.

Primeiro quero pedir desculpas pelo equívoco da informação que eu dei e, ao mesmo tempo, dizer que a crítica não foi a V.Exa., que está neste momento conduzindo a sessão, mas à forma como se está descumprindo o rito constitucional das PECs. É verdadeiramente inadmissível que seja a segunda que na prática se vota. O Governo desistiu de uma, e esta está sem o rito adequado. Isso é muito grave.



Quando nós fizemos o sistema de deliberação remoto, o acordo era para se tratar de matérias envolvendo a pandemia. Hoje nós temos 2.200 mortos num País que não vacina - uma situação grave -, e um discurso do Governo de ajuste fiscal, que na verdade constitucionaliza o ataque ao povo, e, ao mesmo tempo, votam um auxílio rebaixado.

Eu quero lamentar que não tenha sido aprovado o destaque do PDT, porque, de fato, o que nós vamos ver é que a classe média vai pagar a conta desta crise, com o fim da possibilidade de dedução do Imposto de Renda com saúde e com educação. Vai se fortalecer a guerra fiscal.

Ao mesmo tempo, acho que é muito grave que algo que poderia estar numa PEC separada - aliás, nem precisava ser PEC; esse assunto podia ser tratado no âmbito na reforma tributária - tenha vindo também junto com o adiamento dos prazos de pagamentos de precatórios, junto com o ajuste de salários de servidores, junto com o desmonte do serviço público, junto com a constitucionalização da dívida pública. O que a PEC diz, em essência, é que na Constituição estará garantido o serviço do pagamento para os bancos.

Então, embora eu esteja indignada - estou muito braba com a situação à qual nós chegamos no plenário, com esse verdadeiro trator -, eu quero retificar a minha afirmação e lhe pedir desculpas pela informação equivocada. V.Exa. me conhece, eu o conheço: nós fazemos a discussão sempre nos fatos. Quem gosta de *fake news* é o Governo Bolsonaro, quem gosta de *fake news* é a extrema direita - não nós.

Documento 626/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ODAIR CUNHA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, chegamos ao último destaque na votação dessa PEC, e, na minha opinião, este destaque sintetiza bem qual é o interesse por trás de todo esse esforço do Governo do Presidente Jair Bolsonaro neste momento. Dizem que é em razão dos 44 bilhões de reais para o auxílio emergencial, valor que é muito menos do que foi colocado no ano anterior, sem nenhuma PEC.



É importante termos clareza, Presidente, do que diz expressamente o texto do art. 5º, que nós queremos suprimir. Quero ler para os senhores e as senhoras.

Art. 5º Até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data da promulgação desta emenda constitucional, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final de cada exercício, poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente.

Aqui está, Presidente, o motivo dessa PEC. Por que nós não retiramos esse artigo? Não poderíamos ter colocado outro, dizendo que o superávit financeiro das fontes dos fundos públicos será usado exclusivamente para o pagamento do auxílio emergencial, para garantir renda, para garantir subsistência, para garantir geração de segurança alimentar?

Nós estamos falando aqui, Presidente, de um recurso necessário para que as pessoas tenham condições de comprar o arroz, o feijão, a carne.

Ou nós não andamos pelo Brasil? Ou nós não conhecemos o País em que vivemos? Ou nós não enxergamos aqui no Distrito Federal, nas portas dos bancos - ontem mesmo eu passei na quadra 202 Norte, em frente ao Banco do Brasil -, muitas pessoas pedindo alimento? É disso que nós estamos falando. Por que o superávit financeiro dos fundos públicos precisa ser destinado para a amortização da dívida? Por que para fazer despesa com saúde, com educação, com assistência social eu tenho teto, e eu não tenho teto para o pagamento da dívida?

Ora, Sr. Presidente, o que nós queremos neste momento é deixar claro para a população brasileira que este art. 5º é revelador do interesse do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, que é servir aos interesses do sistema financeiro, ponto, e dar migalhas ao povo, migalhas que não garantem neste momento de pandemia, quando nós temos mais de 2 mil pessoas morrendo, quando no Brasil há milhões de cidadãos e cidadãs sem oportunidade de trabalho e renda...

Nós não deveríamos ficar pensando neste momento no pagamento da dívida, nós não deveríamos estar pensando neste momento no sistema financeiro. Nós deveríamos pegar os recursos dos fundos públicos. Este debate nós topamos fazer: vamos pegar os recursos dos fundos públicos, o superávit, o principal desses fundos e colocar para pagamento de auxílio emergencial, porque, como diria Betinho, quem tem fome tem pressa. E nós não podemos mais admitir que não tenhamos condições de garantir segurança alimentar para as pessoas.

Aqui este art. 5º coloca claramente o interesse do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, que é pagar com o superávit financeiro desses fundos os bancos. "Não" ao dinheiro aos bancos! "Não" à submissão deste Parlamento, do Governo Federal, da União ao interesse financeiro! Nós precisamos de auxílio emergencial já!

Eu proponho aos Líderes do Governo, então: vamos pegar este superávit financeiro e colocá-lo para o auxílio emergencial. Vamos aumentar, então, o teto do auxílio emergencial. Se não é necessário, Presidente, se vai vir uma medida provisória, há tempo, se nós quisermos fazer.

Muito obrigado.

Documento 627/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, diante de agressões verbais desferidas por Deputados no plenário. Elogio ao Presidente Jair Bolsonaro pelo posicionamento a favor da retomada das atividades econômicas. Suicídio de trabalhador provocado pelo impedimento do retorno ao trabalho por Governador do PT. Destinação de recursos ao auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa noite.

Primeiro, eu quero me aliar ao Deputado Cacá Leão, que fez a defesa de V.Exa. no momento em que V.Exa. foi até agredido. Eu o conheço, eu o respeito muito e fiquei aqui me lamentando pelas acusações que V.Exa. sofreu. Mas, felizmente, os dois Parlamentares acabaram se desculpando. Eu fico feliz, porque eu estava aqui pronto para pedir a retirada de alguns trechos desta sessão porque o atingiam diretamente. E eu me senti aqui na sua pessoa, sabendo do seu valor, sabendo do seu trabalho e, principalmente, sabendo da sua conduta com todos os colegas. Se V.Exa. hoje ocupa a 2ª Presidência desta Casa, um cargo de extrema importância, é porque V.Exa. soube agregar amigos e cada vez mais faz amigos nesta Casa, pela sua postura, pela sua conduta, pela forma com que V.Exa. trata os Deputados.

Deixo aqui a minha solidariedade, e, graças a Deus, esse mal-entendido acabou sendo desfeito.

Nós estamos no último destaque, e eu aqui fico feliz com a postura do Governo Bolsonaro, que, mais uma vez, estende as suas mãos ao povo brasileiro em um momento de extrema dificuldade, mas de extrema dificuldade mesmo.



E vejo muitas pessoas criticando o Presidente, chamando-o de todos os nomes, adjetivando-o de todas as formas, mas em nenhum momento aqui eu vi algum Parlamentar se solidarizar com um trabalhador que se matou porque entrou num verdadeiro desespero porque não poderia trabalhar, porque o seu Governador, que é do Partido dos Trabalhadores, resolveu impedi-lo de exercer a sua atividade laboral. Esse homem, de quem eu tenho pena e para quem peço orações para que realmente encontre a misericórdia de Deus, se suicidou, tirou a sua própria vida num momento de desespero, quando não aguentou essa tamanha perversidade de alguns Governadores no Brasil todo.

Mas eu tenho certeza, crente em Deus como sou, de que muitos deles pagarão nesta vida ou em outra vida, sem a menor sombra de dúvida. Nós aqui estamos fazendo a nossa parte. Estamos aqui usando da emergência para destinar 44 bilhões de reais a milhões de brasileiros em um momento de tamanha precisão. Nós aqui estamos endossando esse cheque que o Governo Bolsonaro dará a todo o povo brasileiro, provavelmente até na semana que vem. Acredito eu que poderemos já ter agenda para destinar esses recursos na próxima semana ou, no mais tardar, em 15 dias, 20 dias, e a população então vai poder comprar o seu arroz, a sua carne de sol, o seu feijão ou qualquer coisa que precise colocar na mesa.

E que nós não tenhamos que conviver mais com essa notícia triste de um brasileiro trabalhador que tira sua vida porque um Governador do Partido dos Trabalhadores o impediu de trabalhar.

Quem diria? Que sofismo é esse que contrapõe uma verdade que todos nós enxergamos, mas alguns preferem entrar em uma guerra política, ao invés de enfrentar o problema? Impedir uma pessoa de levar alimentos para sua família? É lamentável que esse Governador tenha tido essa postura.

Eu espero que isso não se repita mais neste País e que esses Governadores do Partido dos Trabalhadores, da ala de esquerda, coloquem a mão na consciência e entendam que a fome mata, a miséria mata, e nós não podemos permitir que isso aconteça.

Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos nesta noite! Parabéns a todos os Deputados que de alguma forma contribuíram para essa grande vitória, que não é do Presidente Bolsonaro, é do povo brasileiro!

Obrigado.

Documento 628/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:48

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO



Sumário

Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Subserviência do Governo Jair Bolsonaro ao capital financeiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, eu fico muito impressionada com o discurso de que Bolsonaro deu, Bolsonaro deu o cheque, Bolsonaro deu. Isso é um direito! Se você não parte do pressuposto de que a população tem o direito de viver sem fome e o direito de ter o mínimo de dignidade, você não entende do que se constroem os direitos e cria uma lógica que é muito característica dos autoritários, que é a lógica autocentrada, como Bolsonaro, que diz: "*Os Governadores querem comprar vacina, mas quem paga? Eu*". Foi isso o que ele disse. Não é ele que paga! Isso são recursos públicos - públicos -, recursos do povo brasileiro, que têm que ser direcionados para que nós possamos enfrentar uma pandemia e fazer com que o Brasil não seja classificado como o pior país do mundo no enfrentamento da pandemia.

Há quase 1 mês se iniciou o processo de imunização, e pouco mais de 4% da população é imunizada, porque o Governo tripudiou das vacinas - tripudiou! Nós já tínhamos um processo de desemprego bastante estruturante no Brasil e um PIB que tinha crescido pouco mais de 1% antes da pandemia - antes da pandemia! Se não fosse o auxílio emergencial, esse PIB teria retraído ainda muito mais.

Portanto, é preciso que nós tenhamos a consciência de que o governante não é dono do Brasil nem os recursos públicos lhe pertencem, pertencem ao povo brasileiro. E o povo brasileiro tem direito de ter políticas públicas de qualidade.

É bom lembrar que, durante o Governo de Lula, em 3 meses, 80 milhões de brasileiros e brasileiras foram vacinados contra a H1N1. E aqui houve o enfrentamento à vacina e a ausência de condições para que se pudesse contratar vacinas. E até hoje há críticas - críticas, aliás, de gosto absolutamente desprezível e grosseiras - à utilização da máscara pelo filho do Presidente da República.

Neste quadro se fala em 44 bilhões, e eu fico pensando: "*Se Bolsonaro deu um cheque nesta proposta de emenda à Constituição, não foram os 44 bilhões que ele retirou. Há uma parcela muito maior do que esses recursos da população brasileira que precisa do auxílio emergencial para manter a sua dignidade. Ele está dando um cheque ao sistema financeiro de cerca de 185 bilhões de reais*". Como é possível admitir que o superávit dos fundos que pode chegar a

185 bilhões esteja indo para o pagamento da dívida, e as despesas financeiras não sejam atingidas nesta PEC nem na política do Governo?

Há uma subserviência, há um tapete vermelho estendido para o capital financeiro, para os bancos, para os rentistas neste País. E há um desprezo com o setor produtivo e um desprezo com a população brasileira.

Como é possível dizer que o Governo não tem mais do que 44 bilhões para dar um auxílio que vai excluir muita gente? Sabe o que é você ter recebido auxílio emergencial, e agora ouvir que simplesmente não vai receber mais, embora você esteja mais empobrecido? A inflação que estamos vivenciando foi recorde com relação aos últimos anos. O arroz aumentou mais de 70%, e o feijão, mais de 60%. E você pega 185 bilhões, que é o sentido desse destaque do PT, e você diz que esse superávit está indo para o pagamento da dívida? Da dívida! Vejam se alguém pode admitir que você, com seus filhos passando fome, adoecendo...

Hoje havia uma campanha de profissionais num hospital de Brasília, um hospital público, para que houvesse doação de capotes de TNT - capotes de TNT! -, porque o Governo descredenciou leitos de UTI.

E esses recursos não vão para enfrentar a pandemia? Não vão para enfrentar a crise sanitária? Não vão para enfrentar a crise econômica e a crise social? Para aumentar o auxílio emergencial?

O que eu quero dizer com isso? Cai por terra o discurso, desnuda-se, está nu, está nu o que representa o Governo Bolsonaro. Ou seja, tiraram-se as máscaras, os enredos. E ali está dito: está-se mandando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 629/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Arthur Lira e ao Vice-Presidente Marcelo Ramos pela condução dos trabalhos da Casa. Regozijo com a aprovação da Proposta de Emenda à



Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Eu vou abrir mão, mas eu ia dar a resposta para a Deputada que me antecedeu, que chegou a comparar com o caso da H1N1, contra a qual não se usou uma máscara no Brasil e cujo contágio é muito, muito inferior ao de COVID-19.

Quero cumprimentar V.Exa., digníssimo Presidente Marcelo, e também o Presidente Lira, que conseguiram manter os trabalhos em alto nível. Hoje, vivemos novos tempos, quando há decoro parlamentar. Hoje, não se chama mais o Presidente de genocida. A Deputada que tem maior falta de temperamento, que é muito exacerbada, está usando agora um termo meu. O meu "urubu de plantão" ela chama "demagogo de plantão". Não vou cobrar *royalties*, estou numa boa.

Parabéns! Cumprimentos pela aprovação desta PEC!

Estamos aí com um novo Brasil, lutando pela saúde. Que venha o auxílio emergencial!

Boa noite. Muito obrigado a todos, nobre Presidente!

Documento 630/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-22:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a desvinculação de verbas orçamentárias de fundos sociais pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Constituição de 1988 garantiu um espaço de seguridade social, e, ao garantir esse espaço, criaram-se fundos específicos para ajudar setores importantes, como é o caso dos idosos, como é o caso das crianças, como é o caso do clima, como é o caso do meio ambiente, setores que talvez não tenham lobistas como os que defendem banqueiros. Então, criou-se a ideia de fundos para ajudar esses setores, que são da área social. Mas aí o Governo

Bolsonaro, o que ele faz? Ele mete a mão nos fundos sociais, o do idoso, o da criança, o do meio ambiente. Claro, ele quer passar a boiada, ele quer destruir a Amazônia, ele não tem interesse social. Por isso, eu quero realmente lamentar.

Peço que eu possa concluir com um pensamento que o Haddad colocou no seu Twitter: *"Essa PEC joga o brasileiro que está passando fome contra o brasileiro que está morrendo asfixiado"*. É a PEC da Morte.

Poderia pagar os 600 reais - não precisava fazer esse arrocho -, mas ele enganou a população brasileira. Nós queremos os 600 reais para toda a pandemia, e não só por 4 meses os 250 reais, que talvez nem cheguem às pessoas que realmente precisam.

Nós não aceitamos que usem os fundos para pagar banqueiros ou para pagar dívida.

Documento 631/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer que eu tenho uma discordância com V.Exa. muito profunda neste tema, mas o meu respeito para com V.Exa. é tão profundo quanto a divergência. E sei que a recíproca é verdadeira, porque V.Exa. é um cavalheiro, um homem honrado e está fazendo um trabalho sério na Câmara dos Deputados. Eu preciso dizer isso pelas nossas divergências nos embates, porque não se trata de falta de respeito e de conceito para com V.Exa., que é um grande Parlamentar, um grande Deputado.

Dito isso, eu quero dizer que esta PEC, que tem sido chamada por vários adjetivos pejorativos, é, para mim, a PEC da chantagem - talvez esse seja o adjetivo mais forte -, porque ela chantageia todos nós, dizendo: *"Vocês têm que votar a favor, porque esta PEC foi criada para socorrer o povo pobre com o auxílio emergencial"*, quando, na verdade, na prática, ela foi criada para castigar a classe média, a classe trabalhadora, o servidor público, o brigadiano,

o policial civil, o policial federal, o policial rodoviário federal, as enfermeiras, enfim, todo mundo, Presidente. O servidor público tem que carregar nas costas o peso da ignomínia.

Ela faz ainda uma reforma tributária; autoriza a privatização de empresas; ataca o agronegócio, o que é uma coisa impressionante; ataca todo o setor de informática, de ciência e tecnologia; além de tirar o dinheiro das pensionistas, das viúvas.

Olhem que PEC malandra, esperta! Que coisa maluca! Ela é uma metralhadora giratória que vai para todos os lados, na hora em que ela tinha que ajudar o povo, que está aí morrendo - em 7 dias, morreram 12.500 pessoas; 1.800 pessoas, em média, por dia.

O povo precisa de socorro, de ajuda, e não de taxaço. O povo precisa de alguém que venha ajudá-lo, e não, Presidente, de alguém que venha para taxar o cidadão e a cidadã. Por isso, nós votamos contra esta PEC, pelo castigo.

Este último destaque tenta evitar que se tire dinheiro, por exemplo, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Com os fundos constitucionais querem fazer uma xepa. Querem fazer um rapa nos fundos e pegar esse dinheiro para mandar não sei para onde e não sei para quem. É por isso que ficamos tristes. É isso que lamentamos.

Nós perdemos, Sr. Presidente, no voto, mas não perdemos no debate, porque, no debate, as nossas convicções se mantêm muito vivas. Nós temos consciência do nosso papel. Nós resistimos? Resistimos. E eu quero que este debate continue, porque ali fora, quando o povo tomar consciência do que é esta PEC, vai ver que nós temos razão.

Esta PEC não foi para uma Comissão Especial porque ela não resistiria ao debate numa Comissão Especial. Aqui ela resistiu porque nós votamos noite adentro, madrugada afora. Se tivéssemos tido uma votação demorada, com debates demorados, o povo ia se levantar, mesmo na pandemia, porque esta PEC é uma injustiça contra o cidadão, contra a população, contra o empreendedor e contra o trabalhador do nosso País.

Muito obrigado.

Documento 632/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Exoneração do Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, Carlos Eduardo Amaral, por descumprimento da lista prioritária de vacinação contra a Covid-19.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

O Deputado Júlio Delgado, nosso companheiro da bancada mineira, grande liderança mineira, queria entrar na sessão, mas não consegue, apesar de estar participando das votações. E ele nos mandou uma notícia estarrecedora. Ela já foi mencionada aqui ontem, mas agora foi confirmada. O Governador Zema acaba de exonerar o Secretário de Saúde de Minas Gerais porque ele e mais 802 servidores da Secretaria de Saúde foram vacinados, mesmo estando fora da lista de prioridades do Plano Nacional de Imunizações. Essa é uma notícia extremamente triste, porque o Secretário, na minha compreensão, vinha fazendo um excelente trabalho, mas ele matou a sua biografia ao se vacinar e admitir, ou ainda induzir, que outros furassem a fila. Nós votamos aqui a criminalização do fura-fila, e esse Secretário induziu 802 servidores a furarem a fila. Agora ele vai responder perante a Justiça. É lamentável que venha de Minas Gerais notícia tão triste e tão revoltante.

Enquanto os policiais estão lá na fila - eles estão na linha de frente, juntos com os presidiários, e eu não estou negando o direito de presidiários serem vacinados -, o Secretário de Saúde de Minas Gerais, de forma tão errada, tão equivocada e até criminoso, de acordo com o que nós aprovamos aqui, faz uma coisa dessas. Isso é lamentável!

Documento 633/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento da Oposição, particularmente do PCdoB, contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Indignação da oradora com a atribuição ao lockdown, pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, como a causa do suicídio de trabalhador.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu agradeço a sua deferência e agradeço à Deputada Erika a solicitação que fez.



Quero dizer, primeiro, que nós da Oposição, particularmente eu, do PCdoB, partido liderado pelo Deputado Renildo, posicionamo-nos com muita convicção contra esta PEC, que é a PEC do ajuste fiscal, e não do auxílio emergencial.

Mas, enquanto nós concluímos esta votação, eu me inscrevi para expressar aqui a minha indignação, a minha revolta, o meu asco, o meu nojo com o comportamento criminoso não apenas do Presidente da República, que numa *live* deu risada ao falar de suicídio, como se suicídio decorresse de *lockdown*, e assim atacar as posições da ciência, mas também, particularmente no dia de hoje, do seu filho, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O Deputado Eduardo Bolsonaro, depois de desqualificar o uso da máscara de forma absolutamente desprezível e agressiva em suas redes sociais e numa *live*, postou mais tarde em suas redes sociais - e eu espero que este Congresso, que esta Câmara tenha o mínimo de sensibilidade quanto a isso - a foto de uma pessoa que se suicidou e que nada tem a ver com *lockdown*.

Isso é um desrespeito com a vítima, Deputado Marcelo Ramos, um desrespeito com a família da vítima e um desrespeito com todas as famílias que já perderam pessoas por meio de suicídio. É um desrespeito inclusive com todos os profissionais de saúde mental que lidam com transtornos desse tipo. E é um desrespeito à ciência e um estímulo à morte.

O Congresso Nacional tem que parar esse comportamento suicida, esse comportamento indutor da morte do Deputado Eduardo Bolsonaro. Isso é crime! Isso é crime!

Documento 634/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-REPRESENTANTE DO PARTIDO
DISCURSO

Sumário

Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, para debate da situação das aldeias diante da epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação dos índios brasileiros contra a doença. Criminalização da garimpagem em terras indígenas. Eleição dos novos coordenadores do Conselho Indígena do Estado de Roraima.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero primeiro refletir sobre a situação dos povos indígenas do Brasil.



Hoje, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas fez uma reunião com diversos especialistas, autoridades do Governo e SESAI justamente para debatermos a situação dos povos indígenas neste momento de pandemia. No ano passado, nós conseguimos aprovar uma lei, quase que por unanimidade, nas duas Casas do Congresso Nacional, na qual estabelecemos a obrigação do Governo de ter um plano emergencial para combater a COVID-19 entre indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Temos hoje uma necessidade de vacina para todos. E a reunião foi justamente para verificar essa situação da vacina e também da pandemia nas terras indígenas, entre os povos indígenas. Mas, pelos debates, percebemos que ainda há muito a ser superado, como em relação ao combate às *fake news*, que são espalhadas diariamente, não pelos povos indígenas, mas por aqueles que se apresentam junto à imprensa, como o próprio Presidente Bolsonaro, que muitas vezes circulam em aglomerações sem máscara, ridicularizando a morte das pessoas, minimizando a grave situação que o País enfrenta, não tomando providências antecipadamente e não tendo nenhum programa nem cronograma de vacinação. Enfim, são diversos os motivos. E não só o Presidente, mas também outras pessoas que seguem esse comportamento, fazem com que circulem vídeos e áudios pelo WhatsApp dizendo que as pessoas irão morrer caso tomem a vacina. Isso é bastante sério.

Eu espero que algumas comunidades e líderes indígenas possam estar nos assistindo neste momento, porque quero dizer que a vacina é uma medida de prevenção. É ela que pode combater uma futura contaminação. Nós já sofremos bastante no passado. Os povos indígenas são os mais vulneráveis em todo o seu processo histórico, inclusive com a extinção de alguns povos aqui do Brasil. Como povos originários, os povos indígenas vêm sofrendo também, ao longo do tempo, com o processo de colonização, com outras pandemias no passado e com a malária, que foi levada por invasores às terras indígenas, inclusive por garimpeiros, Presidente Marcelo Ramos. E essas questões ainda são vistas na Amazônia, com pessoas cobiçando os recursos naturais que estão em terras indígenas, tanto na questão das grilagens como na questão da exploração ilegal de madeiras e de minérios.

Nós sabemos que a mineração em terras indígenas é um crime, porque não há previsão legal para isso ainda. E essa questão está inclusive aumentando por conta de diversos discursos que fomentam a invasão das terras indígenas.

Neste momento de pandemia, isso não parou. As invasões das terras indígenas continuam, inclusive no meu Estado, Roraima, tanto na Terra Indígena Ianomâmi como na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que resultou de um processo longo de reivindicação de direitos de usufruto exclusivo pelo indígenas. Houve uma intensa luta no Poder Judiciário, desde a Justiça Federal em Roraima, passando pelos Tribunais de segunda instância, indo parar no Supremo, sendo o primeiro caso em que as comunidades indígenas enfrentaram esse desafio, foram atrás dos seus direitos e conseguiram ter os seus direitos constitucionais reconhecidos.



Eu venho aqui colocar essa situação porque ela está se agravando no momento em que os povos estão mais fragilizados, e o isolamento deveria ter sido mantido para a sua segurança. Ainda não temos essa garantia. Aliás, não é garantia, porque a Constituição diz que é dever do Estado proteger os bens indígenas. E esses bens são a vida e a saúde. E isso não está acontecendo porque falta estrutura de trabalho, inclusive para a FUNAI, para o IBAMA e para o ICMBio, que são órgãos federais que articulam a proteção das terras indígenas. Veio esta pandemia, e ainda não temos um plano de enfrentamento dela. Eu queria aqui compartilhar essas informações porque é uma realidade que precisamos enfrentar. E não estamos pedindo mais do que está previsto na Constituição Federal.

Quando discutimos a PEC 186, vemos a fragilidade que pode ser provocada, porque contamos com a Polícia Federal, que faz diversas operações nas áreas indígenas, e são as únicas que combatem o garimpo ilegal dentro das nossas terras, juntamente com o IBAMA e a FUNAI. Mas essa desestruturação dos órgãos e esse desmantelamento, esse desmonte das políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos expõem ainda mais à vulnerabilidade os povos indígenas.

Quero aproveitar este tempo que me resta para parabenizar o Conselho Indígena de Roraima, que fez uma eleição para a sua nova coordenação. Quero parabenizar o Coordenador-Geral Enock Taurepang pela sua gestão e dar boas-vindas ao novo Coordenador-Geral Edinho Macuxi, da Raposa Serra do Sol, que trabalhará juntamente com Maria Betânia Taurepang, da terra indígena no Amajari. Que essa nova gestão leve em frente uma das organizações mais antigas do Brasil.

O Conselho Indígena de Roraima já tem 50 anos de defesa dos direitos dos povos indígenas, luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, dos direitos humanos, reconhecendo a atuação das mulheres indígenas, como eu aqui, protagonista, sendo a primeira mulher indígena advogada no Brasil e a primeira Parlamentar indígena mulher no Brasil. Isso aconteceu a partir do movimento indígena, por meio de articulações e também de decisões.

Nós tomamos decisões de forma coletiva, respeitando a opinião. E eu queria muito que este Parlamento tivesse um pouco dessa visão indígena de respeito, de priorização da vida, de decisão coletiva, sem interesses escusos, olhando para as futuras gerações, que dependem dessa decisão coletiva e da visão de que ainda há muita coisa para vir. Se não enfrentarmos os desafios de hoje para proteger o meio ambiente de forma sustentável, com energias renováveis, com respeito à diversidade cultural e à diversidade de pensamento, o nosso País vai sofrer muito. Eu queria muito ver essa visão indígena aqui neste Parlamento para considerar todos esses valores.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que inclua o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Pedido aos Deputados de aprovação da propositura.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos ver com clareza a importância deste momento que a Câmara dos Deputados proporciona aos brasileiros.

Estamos fazendo a votação de uma proposta de emenda à Constituição muito relevante. Ela permitirá a volta do auxílio emergencial para milhões de brasileiros que foram afetados na sua capacidade de ter renda pelo isolamento provocado pela crise da COVID. Para cuidar da saúde das pessoas, foi necessário que houvesse a diminuição da atividade econômica. E o auxílio emergencial vem para suprir esses brasileiros necessitados.

Como esse é um gasto extraordinário que não caberia no teto de gastos nem no Orçamento da União, que já tem um déficit fiscal primário de 247 bilhões de reais, nós estamos acoplando a essa decisão medidas de ajuste fiscal para que, quando uma calamidade assolar um Município, um Estado ou a União, o seu governante, ao acionar essa cláusula de emergência, possa ter recursos liberados; ou, quando a despesa corrente atingir 95% da receita, paralisarem-se os gastos correntes, para haver recursos para atender a emergência.

Então, é realmente uma PEC importante, que há mais de ano estava tramitando no Senado. O Senado fez alterações no texto Senador Marcio Bittar, Relator naquela Casa, e aqui o Deputado Daniel Freitas fez o seu relatório, que, com poucas alterações, nós estamos aprovando. Portanto, o conjunto da obra é muito bom para os brasileiros.

É dia de comemorar, porque nós estamos, de fato, ajudando o Brasil a se fortalecer para sair da crise.

Peço o voto "sim" a todos os Parlamentares.

Obrigado, Presidente.



Documento 636/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Negligência do Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra a Covid-19. Natureza caluniosa das declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro contra a bancada do PSOL na Câmara Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, este destaque é muito importante. Na verdade, faz-se justiça, para que o dinheiro dos fundos preservado a partir do destaque apresentado pelo PDT, ou parte dele, não seja usado para pagar a dívida, o que, infelizmente, a PEC tenta a todo momento constitucionalizar. E assim o faz, inclusive, com os recursos públicos. Mas, neste caso, estamos falando de fundos muito importantes que o consenso da Casa foi no sentido de preservar. Este é um destaque complementar, e precisamos aprová-lo. Para isso, precisamos votar "não".

Em segundo lugar, quero agradecer a V.Exa. o tempo a mim concedido e dizer que é inadmissível mais uma postagem do bandido, do criminoso filho do Presidente Jair Messias Bolsonaro que ataca de forma caluniosa e difamatória a bancada combativa do PSOL de Porto Alegre, composta pelos nossos quatro Vereadores, liderados por Roberto Robaina. O Pedro Ruas é o Líder da Oposição, mas foi uma ação encabeçada pelo Roberto Robaina que todos assinamos que garantiu que o dinheiro público não fosse utilizado para comprar medicamentos sem comprovação científica. E nós ganhamos na Justiça, porque esses criminosos, em vez de comprarem vacina, estão botando dinheiro fora, com valores altíssimos, para comprar a cloroquina, que não tem comprovação científica de eficácia contra a COVID. A Justiça, é óbvio, deu razão à ciência.

Eu quero dizer que nós vamos processar esse bandido filho do genocida que está cometendo um dos maiores crimes contra a humanidade, contra o povo brasileiro - já são 267 mil mortos, e boa parte dessas mortes tem como responsável direto a política negligente de boicote do Governo Jair Messias Bolsonaro às medidas sanitárias, do ataque que ele faz inclusive ao uso de máscara e da decisão de não comprar a vacina e de não garantir condições sociais e econômicas para que o povo possa escolher ficar em casa e,

obviamente, não contrair COVID-19. Esse criminoso não só a história vai julgar; a Justiça também vai julgar o bandido Eduardo Bolsonaro.

Documento 637/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemorações da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico perplexa com o fato de o Sr. Líder do Governo chegar ao microfone e dizer que esta Câmara tem que comemorar. Comemorar o quê? Comemorar a constitucionalização do arrocho salarial para garantir o pagamento de dívida com os bancos? Comemorar a transformação da Constituição Federal em um tratado de fixação de carreiras planas, sem possibilidade de ascensão? Comemorar uma PEC que não cria o auxílio emergencial? O que se fez aqui foi *fake news!*

Onde está o auxílio emergencial da PEC? O relatório fala em auxílio residual. Ficou claro que não se conseguirão garantir os 250 reais nem sequer para aqueles - e já eram em número reduzido - que receberam o auxílio de 300 reais.

Essa massa de desalentados está sem qualquer recurso há 3 meses. Estamos em um país em que a fome é a parceira principal da pandemia. Por isso não entendo quando nos chamam a alguma comemoração. Não vejo os Deputados da base do Governo comemorando aí no plenário. O que vejo é um constrangimento.

Conseguimos reduzir alguns danos, mas objetivamente o Presidente já desdiz a proteção aos fundos nas matérias de imprensa, em que vocifera, inclusive, a sua falta de conhecimento sobre o que está sendo tratado no Congresso. Infelizmente, lê uma carta de um suposto suicida, e o seu filho publica uma foto, tentando fazer uma conexão com o uso da máscara e com o isolamento social.

É preciso decoro, é preciso respeito, é preciso que tiremos e paremos Bolsonaro!

Sumário

Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Alcance da marca de 270 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Descaso do Presidente da República com a saúde e a vida dos brasileiros. Protesto contra a redução do valor do auxílio emergencial pelo Governo Federal. Comemoração, pelo capital rentista, da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Este é um Governo de necropolítica, e eu não tenho nenhuma dúvida disso. E a política da morte se dirige a corpos muito específicos com mais intensidade. São mais de 270 mil brasileiros e brasileiras que se foram, e quem parte sempre é amor de alguém. Toda a falta de responsabilidade com a vida é do Governo Jair Bolsonaro. E é este mesmo Governo que vai reduzir o valor do auxílio emergencial e excluir muita gente da possibilidade de recebê-lo.

Por isso a aprovação desta PEC não é para se comemorar. Sabem quem vai comemorar e quem quer comemorar a aprovação desta PEC? São aqueles que estão se locupletando com o Estado e que passam sem nenhum tipo de arranhão. São aqueles que lucram com a dívida, são os que representam o sistema financeiro, o capital rentista.

O capital rentista, que vive de renda, que domina o País, a quem Guedes serve e também Jair Bolsonaro, não tem nenhuma preocupação com o mercado interno, não tem preocupação com o território, não tem preocupação com o trabalho porque não produz. É esse que está abocanhando o País. E essa priorização do capital financeiro tem provocado muitas mortes, tem feito uma asfixia na saúde, embora o Ministro da Saúde venha dizer que não há colapso na saúde.

Esta PEC ataca os fundos, desrespeitando inclusive decisão do Parlamento. Ataca os fundos, que foram criados para políticas públicas que geram empregos! Ataca o FAT!

Por isso, esta PEC é a que dos três cês: é a PEC do cinismo, é a PEC da chantagem e é a PEC da covardia.



Sumário

Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Presidente Arthur Lira, ao Vice-Presidente Marcelo Ramos, aos Líderes partidários e aos Deputados pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância da aprovação da propositura para o País.

O SR. DANIEL FREITAS (Bloco/PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, eu me sinto orgulhoso de pertencer ao Congresso Nacional neste momento.

Eu quero agradecer ao Presidente Bolsonaro, ao Ministro Paulo Guedes e a toda a sua equipe, que até este momento se encontra aqui no Plenário da Câmara. Eles foram incansáveis, inclusive orientando este Relator.

Ao Presidente Lira agradeço a confiança. Presidente Marcelo Ramos, obrigado pela confiança em mim depositada. Agradeço ao meu Líder, o Deputado Vitor Hugo, e também ao Líder do Governo, que me acompanharam, e, por meio deles, agradeço a todos os Líderes, aos demais Deputados e Deputadas, aos consultores Sócrates e Leonardo e a toda a minha equipe, que foi incansável ao longo desta jornada.

Esta Casa aprovou, na noite de hoje, nesses 2 dias, nesses 2 turnos, a reforma mais importante desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso é motivo de muito orgulho para todos nós.

Nós estamos entregando ao povo brasileiro soluções para as duas crises. Quanto à crise da saúde, nós fizemos aquilo que precisava ser feito para não atrasarmos a entrega do auxílio emergencial. Com essa preocupação, nós trouxemos também os freios de arrumação para o novo marco fiscal que representa a PEC Emergencial. Nós estamos dando garantias. Criamos regras claras para consertar as contas públicas e dar o recado de que o mercado e as futuras gerações tanto precisam: o de que nós somos um País seguro, nós somos um País equilibrado e nós somos um País que vai dar certo.

Srs. Deputados, a segurança que o marco fiscal representa é importante para todos nós. Com este novo marco fiscal, nós saímos de um círculo vicioso para um círculo virtuoso, como um País equilibrado, com menos dívida, que pode

cobrar menos impostos para se manter, que cria empregos e que pode distribuir mais renda para a sua população.

Então, senhoras e senhores, é uma honra, junto com V.Exas., na noite de hoje, poder dizer que nós estamos entregando um presente para o Brasil.

Era um trem que estava descarrilhado e que, com essas regras que nós estamos colocando, a partir da aprovação desta PEC, não mais vai descarrilhar.

Então, eu agradeço ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara dos Deputados, por fazerem valer a frase tão dita pelo Presidente Bolsonaro: "*Brasil acima de tudo*". Foi esse o recado que este Plenário deu com a aprovação desta PEC.

Eu agradeço a Deus, que está acima de todos e que nos acompanhou, que me acompanhou ao longo de toda esta trajetória até aqui. Que Deus abençoe o Brasil!

Agradeço a cada um de V.Exas.

Documento 640/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Valorização dos servidores públicos. Realização da reforma administrativa. Redução de incentivos fiscais concedidos ao empresariado brasileiro. Discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional por ocasião da reforma tributária. Criação do Fundo de Equalização Fiscal. Anúncio de votação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Apreciação do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a criação do marco legal do saneamento básico. Votação das propostas relativas à simplificação do licenciamento ambiental e à regularização fundiária. Excelência da atuação dos Relatores da PEC Emergencial, Senador Marcio Bittar e Deputado Daniel Freitas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, nós estamos hoje encerrando a apreciação da PEC Emergencial, que, logo no início do mandato, foi encaminhada pelo Ministro Paulo Guedes ao Congresso Nacional.



O Senador Marcio Bittar se debruçou sobre essa PEC, e foram inúmeras as reuniões que fizemos para chegar ao ajuste do texto. Nesse texto, pudemos contemplar diversas medidas saneadoras de vícios da administração pública, que caminham, todas elas, na direção do equilíbrio, na direção do bom senso, na direção da responsabilidade fiscal, na direção do bom uso do dinheiro público, do uso dele para o fim para o qual nós fomos eleitos, que é o bem da população.

Tivemos aqui várias negociações. Aqui e também no Senado, alterações foram feitas por pressões setoriais legítimas, necessárias, mas nem sempre justas. O Brasil precisa, sim... Ouvi muitos discursos aqui sobre arrocho salarial, sobre dificuldades para determinadas categorias. O servidor público é um valor muito especial para a população. É por meio do servidor público que se consegue fazer a contraprestação de serviços do imposto que o cidadão paga. É ele que entrega, lá na ponta, o serviço que a população espera. É um servidor público ou uma servidora pública que está vacinando cada brasileiro lá no posto de saúde.

Então, nós temos, sim, que valorizar o servidor público. Mas não adianta médico sem remédio, não adianta pedreiro sem tijolo, não adianta motorista sem combustível. Algum recurso tem que estar reservado para que esse servidor público preste o serviço à população. Ele é bem pago, ele é preparado, mas ele precisa de insumos para prestar o serviço, então se reserva um pouco de recurso para que essa massa de servidores possa ter condições de transformar o seu trabalho no interesse da população.

Essa é uma das grandes questões que nós vamos enfrentar em relação à reforma administrativa, que está apresentada e terá a admissibilidade votada na CCJ desta Casa, quando serão discutidas as regras para os futuros servidores públicos, aqueles que ainda vão fazer concurso.

O Estado brasileiro custa 14% do PIB. No Japão, a máquina administrativa custa 5% do PIB; nos países da comunidade europeia, em média, 9% do PIB. Nós queremos um Brasil mais leve, mais competitivo.

Eu quero agradecer, ao terminar a minha tratativa deste assunto, aos servidores públicos que estão aqui neste Plenário, servidores da Câmara, do Executivo, servidores que estão trabalhando para que nós possamos entregar esses avanços à Nação brasileira.

Quero tratar dos incentivos fiscais que essa PEC enfrenta. Estamos aqui decidindo que reduziremos os incentivos fiscais de 4% do PIB para 2% do PIB, em 8 anos. O Brasil entrega 360 bilhões de reais em renúncias fiscais todos os anos para o setor produtivo. Vamos reduzir, então, em 8 anos, para 180 bilhões de reais. Vamos olhar para esses incentivos. Quando nós votamos o Orçamento da União, nós não temos a descrição dos incentivos no Orçamento, e, depois, a sua renúncia; nós já tratamos do Orçamento líquido, sem os 360 bilhões de reais de renúncia. Então, vamos colocar luz sobre isso. Vamos procurar estabelecer na LDO que essa parte do Orçamento seja visível para o

debate aqui na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e nas sessões conjuntas do Congresso.

Vamos lembrar que o SIMPLES, por exemplo, que é um dos grandes programas de incentivo fiscal bem-sucedidos do Brasil, ocupa 70 bilhões desses 360 bilhões. Então, há, sim, que se discutir no Brasil os incentivos fiscais. Não é possível que determinados empresários sejam mais bem-sucedidos que os seus concorrentes porque pagam menos impostos.

Na reforma tributária, nós trataremos do Fundo de Desenvolvimento Regional. O Ministro Paulo Guedes já disse que aceita entregar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, para que esses instrumentos componham o elemento de criar competitividade e atrair investimentos nos Estados que têm menos infraestrutura. Quando, com a reforma tributária, nós equalizarmos o ICMS e acabarmos com a guerra fiscal, nós precisaremos desses fundos para que o desenvolvimento chegue aos Estados com menos infraestrutura.

Da mesma forma, nós precisamos do Fundo de Equalização Fiscal. Nós precisamos que os Estados que ganharão receita com a nova regra do Imposto sobre Valor Agregado, a nova regra tributária, compensem os Estados que vão perder receita.

E o Ministro Paulo Guedes diz que esse fundo também não será da União. O Estado que ganha deposita, o Estado que perde retira. Dessa forma, nós poderemos enfrentar, de fato, uma reforma tributária equilibrada, de modo que todos possam confiar em que as mudanças no seu período de transição permitirão que os Estados tenham conforto no cumprimento das suas obrigações; os Municípios possam participar mais do bolo das receitas; a resistência dos Municípios maiores, onde o ISS é muito relevante, em entrar no Imposto sobre Valor Agregado Único possa ser solucionada.

Será um grande debate nesta Casa o da reforma tributária, como será um grande debate o da reforma administrativa, e nós vamos enfrentar esse grande desafio.

Na próxima semana, nós já temos a Lei do Gás para votar. Além disso, nós teremos 2 dias de sessão do Congresso. Vamos enfrentar o veto do saneamento, que garante aos Municípios a legitimidade para licitar contratos que estão vencidos ou que são informais com as concessionárias de serviço público de saneamento. Bilhões de reais vão irrigar essa área de saneamento, levando saúde para a população. Cada 1 real investido em saneamento elimina 4 reais investidos na saúde. É isso que nós precisamos fazer. Não podemos mais privar a população do saneamento porque companhias estatais não têm capacidade de investir ou não querem abrir mão da concessão do serviço que não prestam. Vamos votar o licenciamento ambiental, simplificar o licenciamento ambiental e facilitar os investimentos. Vamos votar a regularização fundiária, para que milhares e milhares de imóveis no Brasil

possam ter escritura, possam pagar impostos e possam ser garantia do seu proprietário, para que este possa desenvolver economicamente a sua atividade, as suas ideias ou os seus anseios.

Presidente, eu agradeço muito a oportunidade desta fala. Eu quero destacar a atuação dos Relatores, o Senador Marcio Bittar e o Deputado Daniel Freitas, porque o papel do Relator é muito extenuante. É o papel de entender os contraditórios e se decidir pelo texto que vai ser aprovado. O Relator não escreve no relatório o que ele pensa, ele escreve o que ele percebe que tem maioria para ser aprovado. Por isso, estamos aqui comemorando o final desta votação e a aprovação da matéria. Os Relatores tiveram sensibilidade para, na média do pensamento, escrever aquilo que pode ser aprovado e será aprovado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente. Desejo sucesso a todos os que participaram desta conquista para o Brasil. Muito especialmente, quero lembrar que ela é uma importante ferramenta para que o Presidente Bolsonaro entregue aos brasileiros a esperança que foi depositada nas urnas quando ele foi eleito. Que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, cumprindo o seu papel de representar o povo brasileiro, tenham a certeza de que estão fazendo a ação correta. Hoje estamos decidindo o que tínhamos que decidir, porque é o melhor para o Brasil.

Obrigado.

Documento 641/1.178

22.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-23:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Empenho dos partidos opositoristas na alteração da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à tributação progressiva. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Vice-Presidente, eu quero fazer um registro pelo Partido dos Trabalhadores.

Agradeço a toda a nossa bancada. Nós fizemos obstrução durante vários dias. Nossos Senadores também trabalharam na redução de danos. Nós conseguimos evitar apenas uma pequena parte, mas ela foi importante. Agradeço também aos partidos da Oposição e da Minoria, com os quais

trabalhamos conjuntamente aqui. Agradeço ao Deputado Afonso Florence, ao Deputado Rogério, à Deputada Erika, ao Deputado Fontana e ao Deputado Odair, que foram os que estiveram mais na linha de frente de todo o nosso time de Parlamentares. Quero agradecer o esforço que foi feito aqui.

Nós ouvimos as palavras do Governo. Os desafios que temos pela frente são outras medidas que virão e que, no nosso entender, serão malélicas para o povo brasileiro, para o Brasil, assim como as demais reformas, o teto de gastos, a reforma da Previdência e a reforma trabalhista foram nefastas. A principal reforma que deveria ser votada é a que tiraria dinheiro de quem tem, como a Argentina está fazendo, como os países modernos estão fazendo, taxando progressivamente os impostos. Aqui se tira do pobre para dar ao miserável. Nós temos que tirar é de quem tem muito, fazendo taxaço progressiva. Esse é o debate que nós precisamos fazer.

Quando vejo o Governo comemorar, ouvindo todos falarem, vejo que ele não comemorou por causa dos 250 reais. Nós falamos isto todo o tempo: ele não comemorou por causa dos 250 reais; comemorou porque fez arrocho salarial, tirou investimentos. Essa é a vitória do Governo, mas é uma perda para o povo brasileiro. Nós queremos insistir que, ao votarmos contra essa PEC, nós não votamos pelo arrocho; votamos para que tenhamos 600 reais para o povo durante toda a pandemia, e não um pequeno valor, votamos para não se tirar dos pobres para se dar aos miseráveis. Acho que essa é a condição. E esse debate vai continuar.

Quero agradecer a todos que, na nossa bancada, na Oposição e na Maioria, fizeram o debate para mostrar ao Brasil que esse projeto não é para ajudar o povo. Ele trata de uma emergência fiscal, não de uma emergência social.

Documento 642/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-12:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Contrariedade à decretação de lockdown para combate à Covid-19. Apoio ao tratamento precoce da doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, o PL encaminha o voto "não".



Nós queremos votar o auxílio emergencial, que é fundamental neste momento para o nosso País, mas eu quero dizer que estou realmente muito triste, muito triste mesmo, com os telefonemas que estou recebendo do meu Rio Grande do Sul que relatam que o comércio está fechado, a indústria fechada, restaurantes fechados, e infelizmente há aglomerações na porta de bancos, na porta de farmácias e de hospitais. As UTIs estão lotadas. Por quê? Porque infelizmente continua a mesma história de fecha e abre, abre e fecha.

Nós não podemos mais aceitar isso. A inteligência humana não pode mais aceitar esse negócio de ficar em casa sem trabalhar. Os garis estão trabalhando, o pessoal da farmácia está trabalhando. Então, *lockdown* só faz quem tem a geladeira cheia e o salário no fim do mês.

É fácil de resolver, é só querer resolver: distribuí vitamina D para a população nos postos de saúde, distribuí ivermectina para a população nos postos de saúde e abre o comércio e a indústria durante as 24 horas. Sobre a ivermectina, há 336 estudos mostrando a eficácia desse medicamento, que é um antiviral.

Por isso, Presidente, é muito importante neste momento nós estarmos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 643/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-12:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB defende o auxílio emergencial de 600 reais e para todas as pessoas que receberam o auxílio emergencial na primeira fase.

Ontem, aqui, votamos favoravelmente aos profissionais da saúde, que têm sustentado uma barra enorme agora, durante a pandemia. Votamos favoravelmente aos profissionais da educação. Votamos favoravelmente aos profissionais da segurança pública, que também têm um papel muito importante na sociedade brasileira. E temos lutado - e vamos fazer isso hoje, novamente, nos destaques - para tirar da PEC esse teto de 44 bilhões de reais, porque ele é um limitador à compra de vacinas e ao enfrentamento adequado da questão.

Por isso, somos favoráveis à retirada de pauta. O PCdoB encaminha o voto "sim".

Documento 644/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-12:48

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos num momento em que a sociedade brasileira precisa tomar conhecimento daquilo que estamos votando neste momento, ou seja, a PEC 186, e de quais são as suas consequências. Por isso, nós falamos contra o encerramento da discussão. Se ninguém teme a verdade, vamos continuar o debate.

Por que nós achamos fundamental continuar o debate? É preciso lembrar, em primeiro lugar, que a proposta original que o Senado avaliou - que, felizmente, retirou este trecho da proposta - acabava com a vinculação de recursos orçamentários para a saúde e para a educação, tentando fazer, chamo assim, um cesto único, que inevitavelmente não seria suficiente e provocaria uma disputa por pouco dinheiro entre saúde, educação e outros setores. Trata-se de uma verdadeira aberração que, felizmente, até o Senado rejeitou. Entretanto, outros problemas continuam.

Quero falar de um aspecto pontualmente favorável, pelo trabalho que foi feito aqui pelo PT, pela Oposição, que impediu que se impusessem a Estados e Municípios políticas que eles não queriam aceitar. Exemplo: contratar profissionais, realizar concurso, fazer reajuste salarial, ou seja, fazer uma

política que cabe aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, e não ao Governo Federal, que pretende impor um tipo de agenda.

Além disso, em vez de discutir apenas gastos, este Governo, que é pior que um governo neoliberal tradicional, pois os próprios economistas neoliberais contestam a política econômica, em vez de apontar o dedo para os pobres, em vez de apontar o dedo para os servidores públicos, por que, em vez disso, nós não rediscutimos a renúncia fiscal? Nós não discutimos que o Brasil gasta a metade do seu orçamento pagando juros da dívida? Qual é o problema?

A experiência mundial aponta que, se houvesse um Governo com a capacidade, com a coragem, com o compromisso de, em vez de jogar todo o dinheiro na mão do sistema financeiro, fazer hospitais, escolas, e remunerar. Isso não significa dar calote. Isso significa reestruturar uma dívida. Portanto, há que se ter coragem, a partir do compromisso.

Nós não nos iludimos com o Governo, mas nós vemos, legitimamente e com argumentos, Parlamentares defenderem o Governo. Nós não queremos dizer que estão mentindo, mas nós queremos dizer que estão, no mínimo, equivocados. Dizer, como já foi dito no passado, que a reforma trabalhista e a reforma da Previdência dão confiança ao mercado e, por isso, vai haver mais investimentos e mais empregos já está confirmado que é mentira.

Qual é o objetivo da PEC 186, insistindo-se, por exemplo, em retirar, digamos, a possibilidade de se fazer uma política social, na medida em que engessa o Orçamento e na medida em que faz, na prática, uma nova lei de responsabilidade fiscal, mas não mexe uma vírgula naquilo que é o sistema financeiro?

Não se trata, portanto, de uma PEC que vai colocar fabulosos 44 bilhões para o auxílio emergencial. É exatamente o contrário: trata-se de uma PEC que retira praticamente 280 bilhões - para ser mais exato, 276 bilhões - daquilo que foi gasto no ano passado, quando a pandemia está em ascensão, a fome está em ascensão e o desemprego está em ascensão.

Nós precisamos de vacina! Nós precisamos do auxílio emergencial! Nós precisamos de um Governo que se aplique! Nosso papel aqui é denunciar, é fazer pressão.

Por isso, nós pedimos a compreensão dos colegas para que não se encerre a discussão.

Documento 645/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-12:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Retirada de direitos dos servidores públicos pela PEC Emergencial. Protesto contra a inserção do auxílio emergencial no texto da propositura. Necessidade de realização da reforma tributária. Inadmissibilidade de retirada de preceitos consagrados na Constituição Federal de 1988.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Solicito também que se aumente o volume do microfone e seja restabelecido meu tempo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Eu fico sem entender qual é a aflição para que alguém apresente um requerimento pedindo que nós paremos de discutir esta PEC, a PEC 186. Quem não deve não teme. Vamos discutir! Mas é preciso que a discussão se dê de forma verdadeira e, sobretudo, de forma honesta.

Eu, particularmente, Presidente Marcelo Ramos, tenho o maior respeito e o maior apreço por todos os Parlamentares desta Casa. Cada um dos que aqui desembarcaram em 2019 o fez com o próprio discurso para aqueles que acreditam naquela linha de atuação política. No entanto, é preciso que o debate seja enfrentado com muita honestidade e, sobretudo, com verdade. É preciso que o povo brasileiro preste atenção ao que está acontecendo aqui já faz alguns dias. Nós não estamos discutindo o auxílio emergencial como prioridade do Governo Bolsonaro.

O fato é que no ano passado Bolsonaro queria um auxílio emergencial de 200 reais. Quem não se lembra disso? O Plenário Ulysses Guimarães deu um tiro certo. Nós nos unimos aqui, independentemente de ideologia e de coloração partidária e, na unidade que firmamos, aprovamos o auxílio emergencial de 600 reais, que pode chegar até a 1.200 reais. Quando eu digo que foi um tiro certo, é porque nós colocamos comida na mesa das pessoas que estão sofrendo com a paralisia da economia em virtude da pandemia da COVID-19.

O que eu estou querendo dizer aqui é que é preciso que aqueles que estão defendendo os interesses do Governo do desmonte e do negacionismo, como é o Governo Bolsonaro, ocupem a tribuna e paguem o preço por isso. Façam um discurso honesto e verdadeiro!

Brasil, policiais, professores, servidores públicos da saúde, estão retirando seus direitos! Quando alguém adocece, gosta de ser bem atendido. Quando alguém vai para as ruas, gosta de ter segurança pública. Quando alguém tem

um filho na escola, gosta que ele receba uma educação de boa qualidade. No entanto, o Governo Bolsonaro quer desmontar tudo isso, o que tem feito o tempo inteiro, de forma descarada, sem nenhum sentimento.

Se Bolsonaro tivesse sentimento, ele não andava sem máscara. Se Bolsonaro, que não é médico, tivesse sentimento, ele não teria combatido, negado e perdido a oportunidade de adquirir os insumos para que a população brasileira estivesse sendo vacinada, para que pudéssemos voltar à normalidade, à normalidade do convívio com os amigos e à normalidade no trabalho. É isso que se quer.

E a única saída não é a cloroquina, a única saída é a vacina. E daqui para lá, o uso de máscaras.

O Presidente Bolsonaro negou tudo isso de forma irresponsável - essa é verdade!

Mas, venhamos e convenhamos, brasileiros, servidores públicos, entendam o que está acontecendo aqui na votação dessa PEC: o Governo Bolsonaro está dizendo que, para aprovar o auxílio emergencial, que, diga-se de passagem, é um auxílio provisório - quando a vida voltar ao normal, nós não teremos mais auxílio emergencial... O auxílio emergencial, repito, é uma medida urgente, provisória e precisa ser de 600 reais, mas a votação da PEC 186 é um desmonte definitivo, é a retirada de conquistas que foram, ao lado de muita luta, celebradas a partir da nossa Constituição de 1988. Quando nós tivermos saído deste momento difícil de terror, quando a população brasileira tiver sido vacinada, quando a economia tiver voltado ao normal, nós teremos, Deputado Alessandro Molon, direitos e conquistas arrancados definitivamente da nossa Constituição Federal pelo Presidente negacionista.

E quem vai perder com isso? O alicerce do Brasil, que são os nossos servidores públicos. Muitos aqui não gostam deles, mas são pessoas que estudaram, queimaram as pestanas para passar num concurso público, e que carregam a responsabilidade em decisões importantes para o Brasil. E eles precisam ser bem remunerados mesmo, como são bem remunerados aqueles que ocupam cargos importantes em empresas privadas.

E qual seria a solução, Sr. Presidente? Um ajuste fiscal arrancando direitos para justificar, de forma leviana, de forma mentirosa, a busca de recursos para bancar um termo provisório que é o auxílio emergencial? O caminho não é esse. O caminho, Deputado Renildo, é a aprovação da reforma tributária, é fazer do Brasil um país mais justo. Não dá mais para viver dentre os 10 países mais injustos do Planeta Terra. Nós só teremos um país mais justo, se a Casa do Povo tiver coragem de enfrentar as pautas urgentes e necessárias, o que não está acontecendo. Se depender da vontade do Presidente que aí está, nós não avançaremos, nós só teremos a retirada das conquistas celebradas a partir, repito, da nossa Constituição de 1988.

E é por isso, Sr. Presidente, que a única coisa que peço é que quem quer ser contra o povo brasileiro, quem quer enfrentar pautas para agradar o Governo de plantão que assuma o peso da sua decisão. Mas misturar auxílio emergencial com um ajuste fiscal que não foi debatido, que não foi conversado com as entidades, que não foi conversados com os servidores públicos, isso não terá o voto nem o apoio do PSB.

Nós estamos do lado certo, nós estamos do lado do povo. Querem discutir auxílio? Querem discutir ajuste fiscal? Vamos discutir, vamos conversar, mas com profundidade. Espera-se, Sr. Presidente, que o debate nesta Casa seja honesto e verdadeiro, não cheio de enrolação, como tem acontecido ao longo dos últimos dias.

O voto é "sim" ao auxílio emergencial de 600 reais e "não" à retirada de direitos conquistados com muita luta na nossa Carta de 1988. O PSB segue querendo debater, querendo aprofundar a verdade no Plenário Ulysses Guimarães.

Muito obrigado.

Documento 646/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da apreciação de propostas de enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos consternados - acho que todos nós - com o luto que está chegando à casa das famílias brasileiras, com o luto que chega à casa de mais de duas mil famílias brasileiras por dia. É escandaloso, triste, doloroso o que o Brasil está vivendo neste momento.

O Parlamento brasileiro deveria estar pensando em saídas objetivas para minimizar essa dor, para que as pessoas possam enfrentar essa dor e, inclusive, enfrentar o que o Governo fez, sendo o responsável direto por essa dor, mas vemos o Parlamento usar este momento para justificar o desmonte do Estado, para tirar de trabalhadores precarizados, como são alguns policiais, como são os técnicos de enfermagem, e, às suas custas, dar um auxílio ínfimo e insuficiente em um momento de crise.



Então, nós não queríamos nem que essa PEC estivesse sendo debatida por este Parlamento, porque ela não é a PEC da urgência, ela é a PEC do arrocho, da chantagem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 647/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB é contrário ao encerramento da discussão e favorável ao auxílio emergencial de 600 reais para todos os trabalhadores que estão precisando desse auxílio.

Queria fazer um apelo a V.Exa. em prol do debate. Essa matéria foi debatida no Senado, e o Senado retirou uma exigência que estava na PEC de que a educação não precisava mais atender os 25%, o que foi uma vitória nossa. O Senado também retirou a exigência de que não seriam mais necessários 15% na área da saúde, o que também foi uma vitória nossa.

Ontem houve aqui um destaque, e, depois de ser debatido, nós acabamos vencendo esse destaque. A nossa esperança é a de que, com mais debate e com mais esclarecimento, a Casa também corrija algumas deformações que a PEC tem.

Então, nós somos favoráveis ao debate e contrários ao encerramento da discussão.

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Revolta do PSOL com a postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Urgência na aquisição de insumos necessários para a produção de vacinas no País.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Presidente, desculpe, é que estava falhando aqui. V.Exa. me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Sim. Pois não, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Presidente. Eu estou a caminho daí.

E lamentável que, neste momento duro que o Brasil está vivendo, neste momento trágico, em que estamos experimentando a maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram, casada com uma crise econômica que esmaga e explicita um Brasil profundamente desigual, é muito duro que, neste momento, o Parlamento brasileiro esteja ousando golpear ainda mais o nosso povo. Sim, golpeiam o nosso povo, porque, embora digam que estamos votando uma PEC emergencial, há negligência da maioria dos Parlamentares desta Casa com as verdadeiras emergências do Brasil.

As emergências do Brasil não passam - não passam de jeito nenhum - por congelar salário de servidor. As emergências do Brasil não passam por apresentar um teto para o auxílio emergencial ínfimo, insuficiente para ajudar o povo a sair da mazela em que se encontra, com o gás a quase 100 reais, com a maior alta de alimentos da história recente, dos últimos anos, com o preço do arroz lá em cima, com o preço da carne lá em cima. Sem dúvida, a emergência do Brasil não é aprovar (*falha na transmissão*) limite para o auxílio emergencial do povo brasileiro. As maiores capitais brasileiras estão com seus sistemas de saúde colapsados. Há gente esperando para ter oxigênio. Há gente morrendo asfixiada, sem oxigênio.

Neste cenário de sobre-exploração de profissionais de saúde, sem dúvida, a emergência do Brasil não é limitar os bons gastos para fortalecer o SUS, a saúde pública, os profissionais que faltam hoje nas UTIs Brasil afora.

Eu acho que já trouxemos muitos argumentos ao longo dessa discussão, que já entra hoje no terceiro dia. Mas eu sigo não acreditando. O PSOL segue revoltado com o que tem sido a condução do Presidente Bolsonaro em relação à pandemia, que mata o nosso povo na fila do SUS, povo que não tem água nas favelas e nas periferias e que não consegue nem lavar a mão. Mas ela mata também pelo desemprego, mata também de fome, mata também porque não está dando para o povo brasileiro colocar comida na mesa. E esta Casa está reforçando o empobrecimento do nosso povo.

Nós deveríamos estar aqui votando, reforçando uma medida provisória que apresentasse ao povo ao menos 600 reais de auxílio emergencial, com cota dupla para as mulheres, como foi até então.

Nós sabíamos que isso era insuficiente. Essa já era a única renda de 9 milhões de brasileiros. Isso já era a renda de 40% das chefes de família. Nós tínhamos de estar aqui discutindo a urgência de fazer os insumos chegarem ao Brasil, as vacinas serem produzidas também no País e chegarem neste Brasil de proporções continentais. O nosso Presidente até então negou, fez uma cruzada antivacina.

Mas não, nós estamos aqui votando um engodo, votando uma chantagem, votando um arrocho na enfermeira, no policial, na auxiliar de enfermagem, na técnica de enfermagem, naqueles que estão dando a vida para enfrentar a pandemia, naqueles que voltam para casa e ainda têm que cuidar dos seus.

Eu estou consternada. O PSOL está consternado. Embora estejamos solidários e tristes, com muita dor diante da violência que chega às famílias, nós seguimos na luta, nós seguimos na resistência, para que não seja arrancados mais direitos do já sofrido povo trabalhador.

Documento 649/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Essa votação é muito importante e já foi bem exaurida. Já vencemos a primeira fase, o primeiro turno, e agora vamos entrar no segundo turno. Espero que o mesmo sentimento com o qual ontem nos dedicamos aqui seja posto à prova na data de hoje, para concluirmos esta votação, que tem por sua vez o controle dos gastos públicos e excessivos. Essa matéria não vai invadir atribuição de nenhum gestor de Municípios, de Governos Estaduais ou mesmo da União. Pretende-se apenas garantir que, em caso de extrapolação dos gastos e das despesas acima de 95% da receita, haja gatilhos para proteger o dinheiro público de gastos populistas e muitas vezes para pregar para fora.

É até importante dizer isso, porque alguns membros que defendem a segurança pública, colegas aqui internamente, ficam na dúvida. Será que a PEC vai invadir as lutas que travamos aqui em defesa dos policiais, em defesa dos guerreiros que sempre defendemos e que não pararam nem um único minuto nesta pandemia? Nessa discussão se concluiu que nenhum Governo, nem o Federal tampouco o dos Estados e Municípios, daria aumento se estivessem estouradas as suas despesas acima de 95%. Então, não ocorreria de toda forma.

Mas existia um problema que nós tínhamos que tratar. Proibir as promoções e progressões de carreira seria muito danoso. Em plenário, nós fizemos um acordo que hoje será cumprido.

É por isso, Presidente, que eu peço que nós rejeitemos esse requerimento de votação artigo por artigo, porque o desgaste dessa PEC vai trazer, primeiro, o descontrole fiscal. Ela vai nos ajudar a ter o controle fiscal. A narrativa que alguns que defendem os trabalhadores fazem aqui muito me surpreende, porque não existem trabalhadores sem controle fiscal. Sem dinheiro, a primeira coisa que o Estado quebrado faz é alegar calamidade e começar a fazer cortes - e esses cortes quase sempre são impessoais. Por isso, vão atingir exatamente o trabalhador.

O segundo ponto do qual nós temos que tratar aqui é o seguinte: os Estados vão ter agora um cuidado maior e mais prioritário com o dinheiro dos impostos, com o dinheiro público. Isso é uma coisa primordial. Quando há regras, elas fazem com que o conceito de defender o dinheiro público se torne prioridade. Não se pode torrar dinheiro público com populismo, pensando em reeleição ou até mesmo em corrupção. É bom ter controle do dinheiro público.

E o mais importante: aqui as categorias foram muito bem defendidas, tanto que nós conquistamos a progressão e a promoção na carreira não só dos policiais, como foi defendido pela bancada da segurança pública, como também de todos os servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios. Foi uma grande vitória cujo destaque iremos logo mais aprovar.

Para isso eu peço a ajuda de todos, porque o tema já está mais do que exaurido.



O principal ponto, que é indiscutível, trata do auxílio emergencial. Havia um estudo dizendo que seria impossível dar novamente qualquer tipo de auxílio emergencial. Há a narrativa de que o valor de 250 reais é pouco e poderia ser mais. Eu queria dar os 600 reais, mas chega um momento em que a discussão é a impossibilidade de dar nada ou dar pelo menos um pouquinho, fazer mais um esforço, sangrar mais um pouquinho o País. São mais de 44 bilhões que irão sair dos impostos dos contribuintes. Quando você vai ao supermercado comprar o seu alimento, é você que está pagando impostos sobre o consumo, o que alimenta a máquina pública. É o próprio povo que é sacrificado quando nós gastamos sem controle o dinheiro público.

Mas há, nesta Casa, um entendimento unânime de que o auxílio emergencial é necessário. Poderia ser um valor maior, mas, no momento, é o que podemos pagar.

Todos, inclusive a Oposição, deveriam estar aplaudindo e lutando para que essa PEC seja aprovada o mais rápido possível, porque o povo tem fome, tem necessidades.

Certamente, se houver possibilidade de ajudar mais, nós iremos fazê-lo, mas, primeiro, precisamos vencer esse inimigo invisível que é o coronavírus; precisamos superar essa fase, para que possamos investir novamente no nosso comércio, na nossa indústria, reabrir tudo e arrecadar o suficiente para cuidar daqueles que mais precisam, do povo carente.

Somos contra o requerimento de votação artigo por artigo e pedimos que votemos o mais rápido possível para concluirmos essa votação ainda hoje, porque quem precisa de auxílio emergencial tem pressa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 650/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ELIAS VAZ-PSB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos. Tributação de grandes fortunas. Realização da reforma tributária.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB também orienta "sim".

Eu quero, mais uma vez, reafirmar que nós defendemos o auxílio emergencial de 600 reais. A divergência que nós temos com a PEC 186/19, e que está colocada, é justamente quanto à inserção do controle fiscal no texto.

Não é que não sejamos favoráveis a ter ajustes nessa questão fiscal. O problema é quem paga a conta. O que nós não podemos aceitar mais uma vez é esse espírito de demonização do servidor público; dizer que o servidor público é culpado por todos os problemas pelos quais o País está passando, inclusive essa questão do desajuste fiscal que nós temos na estrutura pública brasileira.

Então, o que nós defendemos é que pague essa conta seja quem tem condições de pagar, que são os milionários. Aí, sim, nós estaremos fazendo justiça neste País. Aliás, um assunto que está há muitos anos nesta Casa é a reforma tributária, que não sai do lugar exatamente porque vai atingir interesses dos poderosos.

Documento 651/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Inadmissibilidade da retirada de direitos dos servidores públicos.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós somos favoráveis ao requerimento de votação artigo por artigo. Acharmos que dessa forma nós podemos aprofundar esse debate e entender melhor essa matéria.

O PDT é favorável ao pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, mas é contra essa medida de arrocho fiscal, de ajuste fiscal que está sendo introduzida de forma errada, de forma covarde e cruel pelo Governo nessa discussão do auxílio emergencial.

O auxílio emergencial é importante, é vital para o povo pobre, para que ele possa comprar remédio e comida. O ajuste fiscal é uma ideia esdrúxula, uma

ideia irresponsável do Governo para tentar esmagar ainda mais o servidor público de todas as esferas e para poder tirar leite de pedra - porque o Governo tenta tirar leite de pedra. É a hora de socorrer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 652/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a Chamada PEC Emergencial, em detrimento da apreciação de medidas de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL, obviamente, não queria estar votando esta matéria. Nós lamentamos profundamente que, à custa de dar um auxílio ínfimo para o povo - que está vivendo a maior alta de alimentos dos últimos anos; que está experimentando a dor de perder os seus -, condicionemos esse auxílio, que já é insuficiente, ao desmonte de direitos de trabalhadores brasileiros conquistados duramente na Constituição.

É inaceitável, é inacreditável que esta Casa não esteja se debruçando sobre as verdadeiras urgências do Brasil: vacina, auxílio emergencial suficiente para o povo brasileiro, para garantir a prevenção ao coronavírus e para garantir também o necessário isolamento social, o *lockdown* em cidades em que a pandemia está em estado mais crítico.

Então, obviamente, o PSOL não queria nem estar votando esta PEC, porque ela não é a urgência do Brasil.

Obrigada, Presidente.

Documento 653/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria já está suficientemente debatida, está sendo debatida. Estamos ouvindo também todos os setores da sociedade.

Votar o texto artigo por artigo é não votar a PEC hoje, nem amanhã e deixar essa votação para a semana que vem. E o auxílio emergencial nós queremos que seja de 600 reais, mas já há um acordo com a Economia. Não adianta querer um auxílio que não se tem dinheiro para pagar. Temos que pensar também na Nação, e um auxílio de 400 reais é o ideal.

Quero comunicar que o nosso partido, o Podemos, já tem uma emenda para retirar dessa PEC um artigo que iria acabar com a progressão e promoção dos servidores públicos. O Podemos é contra esse artigo.

Solicito que seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala, Sr. Presidente.

Votamos "não".

Documento 654/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB é favorável à votação do texto artigo por artigo. Talvez assim consigamos mais alguma vitória para o povo brasileiro.

Um povo, Sr. Presidente, é um conjunto de indivíduos que, num determinado momento histórico, constitui uma Nação. Aqui, no Brasil, estão se acostumando a querer resolver os problemas excluindo o povo. Como é que pode?

O nosso povo está se acabando nas filas das UTIs. O povo está se acabando desempregado, sem a assistência devida. O que pode chegar neste momento ao povo é esse auxílio emergencial, além das vacinas que são necessárias. É necessário que esta Casa faça um esforço para socorrer a população. O PCdoB quer um auxílio emergencial de 600 reais.

Nós votamos favoravelmente ao requerimento do PSOL. O PCdoB vota "sim".

Documento 655/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE vota "sim", Sr. Presidente, ao requerimento de votação do texto artigo por artigo porque entende que ainda dá tempo de os nossos Parlamentares se sensibilizarem com a verdadeira situação das famílias brasileiras vulneráveis, que, no momento de pandemia, apelam para o Parlamento, esperando o auxílio emergencial.

Esta PEC não é emergencial; ela apenas limita o valor a ser estipulado para o auxílio emergencial, considerando, para isso, a vontade do Governo Bolsonaro, e não a necessidade da família brasileira, que precisa de um auxílio de, no mínimo, de 600 reais, valor que nós apoiamos para o último, no ano passado. Esse é o valor condizente com a necessidade da família brasileira.

Então, a REDE vai orientar "sim" ao requerimento de votação artigo por artigo.

Documento 656/1.178



21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós já temos uma série de restrições fiscais. Nós temos um teto dos gastos, fixado pela Emenda Constitucional nº 95, e agora querem criar um subteto, além desse teto que já existe e que não resolveu o problema do desequilíbrio fiscal, que não é provocado pelas despesas primárias. Aliás, políticas públicas e investimentos aumentam a base de arrecadação e fazem com que saiamos da crise. Além disso, a PEC penaliza sobremaneira os servidores. A LRF, que já é, também, um instrumento de contenção fiscal, agora vai incorporar pensionistas, e, assim, a maior parte das Unidades da Federação praticamente atingirá o teto. Portanto, é injusto o que se faz!

Nós reconhecemos que houve um aumento de condições para servidores e servidoras, mas ele ainda é insuficiente! Se se defende segurança, se se defende educação, saúde, políticas públicas, tem-se que se...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - A Minoria vota "sim".

Documento 657/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós fizemos uma dura obstrução. Qual é o sentido da dura obstrução? O sentido é defender os mais pobres, para que eles recebam um auxílio emergencial de 600 reais até o final da pandemia; para que tenham à disposição serviços públicos; para que os profissionais que trabalham no serviço público sejam remunerados adequadamente e possam repor o seu salário contra uma inflação alta que o Brasil está vivendo; para que possam ser contratados novos servidores para atender os pacientes nos hospitais, novos policiais para dar conta da segurança pública e professores.

Nós não podemos colocar a responsabilidade sobre o serviço público, mas temos que buscar, neste Brasil, de quem deve ser essa responsabilidade.

Na verdade, Presidente, o Paulo Guedes já furou o teto. Essa PEC já fura o teto, mas para isso ele quer inventar uma desculpa, e isso não podemos aceitar.

Por isso, nós queremos discutir e votar "sim" a este requerimento de votação artigo por artigo, de autoria do PSOL.

Obrigado, Presidente.

Documento 658/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Insignificância do auxílio de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Solidariedade aos servidores públicos e aos trabalhadores brasileiros, diante de medidas arbitrárias e injustas do Governo Jair Bolsonaro. Leniência da Casa e do Congresso Nacional com políticas antissociais do Governo Federal.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Pois não, Presidente. Eu compreendo.



Retomando a fala que foi interrompida abruptamente ainda há pouco, eu queria sugerir, para assim ser verdadeiro, que se substituísse o nome da PEC Emergencial por PEC do ajuste fiscal. Isso é mais real. Isso é mais verdadeiro. Isso é mais transparente. A menos que se queira denominá-la de PEC da esmola emergencial, porque são 250 reais, Presidente, com uma inflação que está explodindo e com uma necessidade que se aprofunda e se amplia numa escala muito grande. É impossível aceitar essa esmola por parte do Governo no enfrentamento da pobreza, da miséria e do sofrimento do nosso povo.

Eu também comecei minha fala da outra vez me dirigindo aos servidores públicos e me solidarizando com eles, até na qualidade de funcionária pública da Prefeitura de São Paulo, evidentemente já aposentada, mas com um compromisso de vida na luta dos servidores públicos, como trabalhadores assalariados, na defesa dos nossos direitos, que foram consagrados, com muita luta, em uma conquista, na Constituição Federal. Mas, lamentavelmente, a nossa Constituição terá sido remendada 109 vezes, se essa PEC for aprovada - espero que não seja -, o que significa que o marco legal constitucional brasileiro foi absolutamente remendado.

Eu queria também deixar registrado aqui que os nossos servidores públicos e o povo em geral são fonte de poder. Existe o Poder Judiciário, o Executivo, o Legislativo e o poder popular. É preciso respeitar a fonte do real poder, que são os cidadãos, que são os soberanos numa verdadeira democracia. Portanto, os servidores públicos, em vez de serem castigados por medidas arbitrárias e injustas do Governo, devem ser considerados como um dos pilares de sustentação da estrutura do Estado Democrático de Direito. Nós devemos muito, a sociedade deve muito aos servidores públicos, não só numa pandemia como a que estamos vivendo, mas em qualquer momento da história de uma democracia em que as políticas públicas chegam ao povo por intermédio dos agentes públicos. Esses agentes são exatamente os servidores públicos.

Finalmente, eu queria denunciar o caráter de leniência com que esta Casa e o Congresso, de um modo geral, têm se comportado diante dos Governos, das políticas de governo, particularmente do atual. Desde o Governo golpista do Temer, esta Casa vem funcionando de costas para a sociedade.

Todas as medidas que se aprovam, que se discutem e que se pautam nesta Casa não são necessariamente de interesse do povo, muito pelo contrário. E esta Casa deveria estar numa sessão permanente, acompanhando os desdobramentos desta profunda crise humanitária que se abate sobre o nosso povo, sobre o nosso País e que nos penaliza com vidas, com sofrimento, com doença, com dor e com desalento.

Mas nós não podemos perder a esperança. Vamos retomar a nossa articulação, a nossa organização e a nossa participação política no sentido de retomar a plena democracia em nosso País e os direitos plenos dos servidores públicos e de todos os trabalhadores brasileiros.

Espero ter mais tempo para discutirmos os temas de interesse do povo.



Obrigada, Presidente.

Documento 659/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Tentativa de penalização dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vejo neste debate, embora seja minoria no PSD, um processo de culpabilização do servidor público. E isso não é de hoje, isso vem ganhando terreno à medida que as forças do mercado se hipertrofiaram e ganham mais musculatura, intervindo inclusive na política, sobretudo nas campanhas eleitorais quando os futuros eleitos estão mais vulneráveis.

Não é uma PEC espinhosa, como dizem, ela é o próprio espinho, é o um agulhão que mira no coração do serviço público, como se ele fosse o responsável por todos os males do País. E não é, não é e não é!

Vamos resistir!

Documento 660/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a proposta do PSL que quer impedir a votação dos destaques simples é justamente para impedir que se vote a proposta do Deputado Afonso Florence, que tem lutado muitíssimo, a da bancada do PT e a do Líder Bohn Gass. Quer impedir que sejam votados os dois destaques simples que são da bancada do PT, uma vez que diminuem o impacto tão negativo desta proposta de emenda à Constituição sobre os servidores públicos e sobre o povo brasileiro.

Nós estamos tentando aqui resgatar aspectos e apresentar aspectos que possam diminuir os efeitos negativos, mas o PSL não deseja sequer que sejam votadas as propostas do PT e da Oposição, porque não quer colocar a sua digital naquilo que está fazendo de ruim, mais uma vez, para o povo brasileiro.

Fique claro aqui que nós deveríamos realmente estar debatendo o caos nos hospitais, a situação de obstrução do atendimento. Na minha querida cidade de Porto Alegre, o Grupo Hospitalar Conceição, o maior grupo público, fechou a sua emergência, porque agora já não tem condições técnicas nem pessoal diante da superlotação de pessoas pela COVID. Isso ocorre em todas as capitais, Deputado Enio Verri, Deputado Joseildo Ramos, Deputada Alice Portugal, Deputada Luiza Erundina, que eu aqui vejo na tela pela qual falo com V.Exas. e com o Brasil inteiro. Em todas as capitais brasileiras, nós já vivemos uma situação de esgotamento do atendimento.

Esta proposta de emenda à Constituição compromete serviços públicos. Como o Deputado Jorge Solla lembrou hoje ainda no debate, a votação desta proposta retirou 230 bilhões do fundo social da saúde.

Adianta fazerem discursos, no período dos Breves Comunicados, falando que estão a favor da saúde, solidarizando-se com as famílias das vítimas de COVID, aplaudindo enfermeiros e médicos e votarem agora uma proposta de emenda à Constituição que retira direitos da população? Ela retira saúde, retira educação pública.

E não se diga que isso é em troca de um auxílio emergencial que assegure dignidade, até porque, ao colocarem um teto para o auxílio emergencial neste momento, aceitando a política de ajuste fiscal do Governo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão dizendo que não haverá esse auxílio emergencial para todos os brasileiros e brasileiras que precisam, porque, diferentemente do ano passado, agora os recursos estão reduzidos em sete vezes; porque nós temos um Governo genocida.

E a Câmara tem uma outra responsabilidade. A Câmara deve defender a Constituição. A Câmara deve defender os serviços públicos. Não há nada mais importante na Constituição do que a missão precípua do Estado brasileiro de atender sua população. Ora, para que serve o Estado?

Ontem, o Presidente Lula nos perguntou, perguntou ao Brasil: *"Se este Governo não atende a saúde, se este Governo não atende a educação, se este*

Governo não atende a segurança, se este Governo não assegura a democracia, ele faz o que realmente?"

É triste dizer que este Governo investe no ajuste fiscal, na redução da capacidade pública e num modelo econômico que hoje está, diante da questão emergencial e da COVID, sendo abandonado nos demais países. Em países da Europa, em países não apenas com a tradição da China ou com políticas sociais públicas, mesmo nos Estados Unidos, que não têm tradição nem um sistema único de saúde, o Governo hoje, aliás, democrata, faz investimentos para assegurar a melhoria das condições de tratamento da pandemia.

E o Brasil, hoje, 1 ano depois de a Organização Mundial da Saúde ter decretado que estávamos em uma pandemia, não diminui a crise. O Brasil, hoje, amplia a crise, transforma-se no epicentro global da pandemia da COVID-19, com novas cepas, transforma-se no país em que mais pessoas morrem a cada dia - brasileiros e brasileiras.

Basta deste Governo! Nós queremos discutir e queremos votar os destaques simples do PT. Por isso, não queremos que nos impeçam. Pedimos aos Deputados que, pela democracia, votem contra esse requerimento do PSL.

Documento 661/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Realização da reforma tributária. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, observe bem: é mais uma tentativa de se evitar o debate. O PSL pede que a votação ocorra em globo. Isso é coisa de fujão! Como eles não estão com a verdade - nós estamos com a verdade -, fazem um discurso todo cheio de arroudeios para tentar confundir o povo brasileiro, os servidores públicos, a respeito da compreensão da retirada de direitos da Constituição e ficam, aqui, o tempo todo, apresentando procedimentos para que a sessão acabe logo. Se a sessão não acabar logo, a enrolação deles termina e eles não

vão conseguir evitar a exposição daquilo que é a mais pura verdade: auxílio emergencial não tem nada a ver com ajuste fiscal.

Vamos debater e votar a reforma tributária! Vamos transformar o Brasil num país justo, num país igual! Podemos discutir o auxílio emergencial - queremos auxílio emergencial de 600 reais -, mas sem essas artimanhas, sem esses arroubos do Presidente Bolsonaro, que é negacionista, dá mau exemplo, anda sem máscara, não confia, não acredita na ciência, não quer o povo vacinado. E o pior: ainda anda por aí dando uma de médico querendo receitar cloroquina para o povo brasileiro.

Vamos debater, gente! Vamos, aqui, aprofundar o debate! Vamos discutir esse tema!

Auxílio emergencial, Presidente!

Documento 662/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Previsão da ocorrência de 400 mil mortes por Covid-19 no País até o mês de maio de 2021. Protesto contra a prioridade da Casa na discussão de proposta prejudicial aos servidores públicos e aos trabalhadores brasileiros, em detrimento da votação de matérias de relevante interesse do povo brasileiro e do País.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é possível que no Dia das Mães 400 mil famílias chorem a morte dos seus em decorrência do coronavírus -- 400 mil famílias! Quatrocentas mil famílias vão ter que viver um luto e ainda enfrentar a dificuldade de colocar comida na mesa.

É lamentável, é inacreditável, é chocante que esta Casa, ao invés de estar discutindo as urgências do Brasil, esteja votando a destruição de carreira e salário do trabalhador brasileiro, inclusive daqueles que estão à frente do enfrentamento à pandemia -- enfermeiras, técnicas de enfermagem --, e, ao mesmo tempo, propondo votar aqui um desnecessário teto para o auxílio emergencial que vai colocar comida na mesa do povo.

É lastimável que estejamos fazendo este debate desta forma aqui, Presidente.

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em nome do PCdoB, quero lembrar a esta Casa que, se não tenho nenhum engano, hoje, dia 11 de março, foi a data, no ano passado, em que a OMS decretou mundialmente o *status* de pandemia de coronavírus. Só no Brasil é que essa doença continuou sendo chamada de gripezinha. Exatamente por essa concepção deste Governo é que temos até hoje atitudes consequentes a essa concepção. Esta PEC é consequência dessa concepção.

Um país que bate recordes hoje -- isso é diferente no mundo -- de 2.400 mortes num dia é sinal de que ele não consegue compreender que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Apesar disso, continua cortando despesas e não compreendendo a necessidade social do auxílio.

O PCdoB vota contra esse requerimento.

Documento 664/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-13:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Superação da marca de 270 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Repúdio à iniciativa do Governo Federal de contenção de despesas e corte de recursos destinados a políticas públicas, em meio à crise gerada pela epidemia de coronavírus. Subserviência do Governo Jair Bolsonaro aos interesses de banqueiros e rentistas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Acabamos de receber uma solicitação de profissionais de saúde para que se faça campanha para fornecimento de capotes de TNT para enfrentar a COVID. Esse é o quadro que estamos vivenciando com a morte de milhares de brasileiros, mais de 270 mil brasileiros e brasileiras, que são sempre o amor de alguém. E, diante desse quadro, o Governo quer cortar despesas com políticas públicas.

O Governo, que liberou mais de 7 bilhões para a Oi, numa negociação, o Governo, que fez o Banco do Brasil vender uma carteira de 3 bilhões por 300 milhões, o Governo, que afaga a cabeça dos banqueiros e dos rentistas, apedreja a população.

Lembro Augusto dos Anjos, sobre a mão que afaga e a mão que apedreja: a mão que afaga o sistema financeiro e os banqueiros apedreja a população.

Este Governo não quer discutir...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 665/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ALUISIO MENDES-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo fornecimento de respiradores mecânicos ao Município de Açailândia, Estado do Maranhão.

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um registro e um agradecimento pessoal ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Nós estivemos nesta semana com o Ministro e com o Presidente, para solicitar uma ajuda emergencial ao Município de Açailândia, que enfrenta grave crise de saúde pública, com inúmeros casos de COVID-19, com morte de habitantes

daquele Município por falta de leitos de UTI. Eu estive com o Presidente e com o Ministro nesta semana e prontamente fui atendido. Dez respiradores, para equipar as UTIs, chegaram a Açailândia no dia de ontem.

Quero agradecer ao Presidente e ao Ministro e dar meus parabéns à cidade de Açailândia, porque, com a chegada desses equipamentos, com certeza muitas vidas serão salvas naquela cidade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 666/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Incoerência do discurso de Deputados a favor dos profissionais da segurança pública, e contrário ao reajuste salarial do funcionalismo na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - As pessoas têm que ser honestas. Virem aqui com o discurso de que defendem profissional da segurança pública e impedirem que haja reajuste e aumento real de salário? Então, não se defende a segurança. Impor mais um teto para servidores e servidoras não é defender os profissionais da segurança pública, nem servidoras e servidores. As pessoas precisam mostrar sua cara, colocar sua digital. Estão fazendo a opção por um ajuste fiscal que vai penalizar, que vai impedir o aumento real de salário mínimo, que vai colocar pensionistas na conta da LRF. É isso o que se está discutindo. As pessoas têm que dizer: *"Estou optando por ser ventríloquo de Jair Bolsonaro, por satanizar os servidores, em detrimento de provocar as condições para este País sair desta crise"*.

Um Governo que quer se apropriar da...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 667/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "sim" à votação em globo da admissibilidade dos destaques simples. Nós queremos garantir o auxílio emergencial de 600 reais enquanto durar a pandemia e que isso fique registrado.

Nós do PT e da Oposição lutamos - e vamos ter uma vitória apenas parcial, mas ainda assim uma vitória - contra o arrocho salarial, tanto de servidores do Governo Central quanto de servidores dos Governos Estaduais e Municipais. Queríamos aprovar neste plenário a autorização do reajuste salarial, do aumento salarial para policiais civis e militares, para profissionais da educação e da saúde e de outros setores. O Governo está dizendo que vai colocar um dispositivo para autorizar apenas a progressão funcional.

O PT orienta "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 668/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agravamento das crises sanitária, social e econômica reinantes no País. Protesto contra a votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, em detrimento da discussão de medidas em prol do Sistema Único de Saúde - SUS; da retomada do auxílio emergencial; do fornecimento de oxigênio às unidades hospitalares e da habilitação de novos leitos de UTIs no País.



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A pandemia já matou três Maracanãs lotados. Estamos falando de famílias que perderam os seus, que convivem com a dor de terem perdido um irmão, um pai, um avô, por conta da maior crise sanitária que as gerações vivas hoje experimentaram. Esta crise sanitária não está descolada de uma profunda crise social e econômica. A crise sanitária explicita o Brasil das desigualdades, este País de proporções continentais que ainda não foi capaz de enfrentar as mazelas do povo brasileiro.

Neste momento, o Parlamento precisava garantir SUS, precisava garantir oxigênio, precisava garantir leite e precisava garantir auxílio emergencial, para que as pessoas pudessem levar comida para a mesa em tempos da maior alta dos alimentos dos últimos anos. Mas não. Estamos aqui destruindo direitos de trabalhadores. O PSOL só tem a lamentar por essa prioridade que não é emergência para o Brasil.

Documento 669/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, somos contra a votação desses destaques em globo. Eles prejudicam o encaminhamento das matérias. Há várias matérias a que o Plenário pode dar um destino diferente do que está pretendendo dar o Governo.

Nós estamos lutando por um salário, um auxílio emergencial de 600 reais para os trabalhadores brasileiros e que alcance a todos os que foram beneficiados na primeira vez. Estamos lutando pela vacina já, estamos lutando pela instalação de mais UTIs, porque a previsão é de que a pandemia deve durar muito tempo ainda, principalmente pelas omissões do Governo Federal, do Presidente da República e do Ministro da Saúde. Esta é a nossa luta, Presidente, ao lado de vários outros partidos aqui: para defender o povo brasileiro.

O PCdoB encaminha o voto "sim".

Documento 670/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", Sr. Presidente, para que haja a votação em globo da admissibilidade dos destaques simples. Acreditamos que a Casa precisa debater os destaques, precisa clarificar, precisa explicar direito quais são os impactos relacionados à PEC que nós estamos aprovando hoje. É preciso deixar claro para a população que não se trata do direito ao auxílio emergencial, mas, sim, de limitar o valor que pode ser disposto para que haja auxílio emergencial concretamente. Então, é limitar o valor de 44 bilhões de reais, é fazer algumas imposições, algumas condições, para que isso ocorra.

Precisamos justamente debater e votar os destaques, tal como está proposto.

A REDE vai orientar "sim" ao requerimento.

Documento 671/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Imobilismo do Governo Jair Bolsonaro diante do agravamento da epidemia de coronavírus no País. Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. e os colegas.

Sr. Presidente, o Brasil ontem bateu o número de 2.349 mortes e 80.955 novas pessoas infectadas pelo coronavírus. A pandemia agrava-se dia a dia, Deputada Luiza Erundina. A pobreza e a crise econômica crescem com o Governo paralisado, que, quando age, corta os mecanismos possíveis para proteger as pessoas.

Nós votamos "sim" a este requerimento, mas dizendo, Presidente, que é absolutamente inaceitável cortar o auxílio emergencial, por 3 meses, como fez Bolsonaro, e agora, com a pandemia mais grave, reduzir o valor de 600 reais para 200 reais ou 150 reais.

Documento 672/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta é o que eu chamo de PEC da maldade ou presente de grego.

Agora, Presidente, além de todo esse pacote de maldades, não querem nem discutir essa matéria. Nós queremos discuti-la em globo, sim. Aliás, eu vou usar a palavra Deputado Felício Laterça, também delegado da Polícia Federal, que disse ontem não ter sido chamado para o debate nem pelo Governo, sendo que S.Exa. é do Governo.

O Deputado Felício Laterça disse, com sábias palavras, que votou contra a PEC porque não lhe permitiram sequer fazer o debate. Agora, além de não se permitir que os próceres do Governo debatam a PEC, não querem que a Oposição a debata também.

Nós vamos falar! Nós somos a resistência! Não vão tirar esse direito do servidor, dos trabalhadores da saúde, da educação e da segurança em nome de uma miséria...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 673/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB, da forma como vem se posicionando, quer debater, esclarecer a verdade da PEC 186, e o auxílio emergencial nada tem a ver com ajuste fiscal.

Se querem discutir o ajuste fiscal, vamos discuti-lo, mas nós queremos um auxílio emergencial para socorrer as famílias, como fizemos no ano passado. Bolsonaro queria que esse auxílio fosse de 200 reais, mas a Câmara se uniu e aprovou um auxílio à altura da necessidade das pessoas.

Portanto, nós vamos seguir adiante, debatendo, aprofundando a matéria.

Agora, eu espero que aqueles que estão defendendo o Governo assumam a verdade dos fatos. Vamos continuar o debate votando "sim", Presidente.

Documento 674/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do orador contrário à aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar os colegas mais uma vez, o povo brasileiro.

Acabo de votar "não" a esta emenda constitucional com muita convicção. A pandemia vive o seu momento mais grave. Foram registradas 2.349 mortes de brasileiros e brasileiras ontem e 80.955 novos casos de infectados. O Brasil é o país com o maior número de mortes do mundo e com o maior número de infectados do mundo neste momento.

A recessão econômica está cada vez mais forte. O desemprego está cada vez mais forte. Há uma crise econômica, fome, e as pessoas têm dificuldade de enfrentar essa situação.

O que faz, Presidente, um Estado nacional num momento como este? E peço 1 minuto a mais para V.Exa. O que faz um Estado nacional num momento como este? Ele corta investimentos públicos ou amplia investimentos públicos? Um Estado nacional que queira defender o seu povo amplia investimentos públicos. É evidente que ele sempre se preocupará com o equilíbrio fiscal no momento em que sairmos da pandemia. Agora, fazer arrocho fiscal durante a pandemia é um erro econômico gravíssimo e é uma crueldade do ponto de vista social.

O Parlamento brasileiro, com a sua maioria, apoiando o Governo Bolsonaro, erra profundamente nesta votação. Nesse mesmo momento, nesta mesma semana, o Parlamento americano aprovou um pacote de 1 trilhão e 900 bilhões de dólares para injetar na economia um auxílio emergencial com mecanismos de incentivo à economia.

Esse é o caminho certo para o Brasil e não esse corte de verbas que vai agravar as crises na saúde, com falta de UTIs, falta de leitos e atraso das vacinas.

Documento 675/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Luta do orador em defesa do auxílio emergencial de 600 reais e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui me dirigir a toda a população brasileira e dizer que nestes 2 dias fizemos de tudo para proteger o povo brasileiro, para proteger os servidores e as servidoras públicas que estão na linha de frente no combate à COVID-19, na proteção da população e no cuidado das nossas vidas.

Quero dizer aos trabalhadores e às trabalhadoras, aqueles que precisam do auxílio emergencial, que lutamos bastante para que houvesse um auxílio emergencial de no mínimo 600 reais.

Saímos hoje daqui com a sensação de termos feito de tudo para proteger o Brasil, que precisa das políticas públicas, para proteger a população brasileira.

Quero dizer a todos que não vamos perder a fé, não vamos perder a esperança. Nós vamos continuar lutando e resistindo para proteger a nossa população, para garantir alimentação, para garantir vacina, para garantir uma vida digna ao nosso povo.

Por isso, com fé, com esperança, nós vamos continuar resistindo. E, quando vier a medida provisória para esta Casa, nós vamos tentar melhorar a situação do nosso povo e do auxílio emergencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 676/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do orador favorável à aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado por conceder este 1 minuto para que possamos falar sobre esta PEC.

Eu acabo de votar "sim" ao texto da PEC 186. Eu voto "sim" por esses milhões de brasileiros que vão receber essas 4 parcelas de 250 reais.

Digo mais: isso pode não parar, é claro. Nós poderemos, daqui a 3 ou 4 meses, já pensar até, se for necessário, numa prorrogação de outro auxílio emergencial.

Se o povo precisar, Bolsonaro vai estar lá, junto, para ajudar o povo brasileiro, não tenho a menor dúvida. E esta Câmara dos Deputados vai conseguir ajudar ainda mais, votando, se preciso for.

Sem fazer demagogia, nós estamos dando quatro parcelas de 250 reais, que é o que podemos hoje, mas não nos furtaremos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 677/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do orador contrário à aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, também quero fazer a minha manifestação contrária a esta emenda constitucional.

Na verdade, nós estamos colocando na Constituição Cidadã um monte de entulhos, e entulhos antidemocráticos, entulhos que buscam impedir o futuro deste País, em especial o legítimo direito dos próximos gestores e gestoras e

os próprios legisladores de elaborar novas políticas públicas para enfrentar as desigualdades sociais deste País.

Portanto, Líder Bohn Gass, é um absurdo o tanto de entulhos que nós estamos aprovando aqui contra a Constituição Cidadã, que foi, e ainda é, uma grande esperança do povo brasileiro.

E o pior: os instrumentos são insuficientes para enfrentar a crise, porque nós precisamos, Presidente, garantir ao povo brasileiro o direito sagrado ao trabalho e à renda.

O valor que nós estamos estipulando, que é outro erro, outro entulho, de 44 bilhões de reais na Constituição impede a atenção ao nosso povo mais vulnerável, durante a pandemia, e não sinaliza nenhuma possibilidade de reconstrução da economia brasileira, Deputado Rogério Correia.

Nós estamos fazendo tudo ao contrário do que o mundo está fazendo. Olha o orçamento encaminhado por Joe Biden, nos Estados Unidos: quase 2 trilhões de dólares, mais de 12 trilhões de reais.

Portanto, o meu voto é "não".

Documento 678/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal, ressaltados os destaques.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e dizer que voto "não" à PEC 186 porque queremos o auxílio emergencial de 600 reais e queremos que esse auxílio emergencial seja pelo tempo que durar a pandemia e atenda a todas as pessoas que dele precisam.

No ano passado, foram cerca de 65 milhões de brasileiros. A proposta que está aí só pode atender, no máximo, em torno de 20 milhões de brasileiros e em um valor, no máximo, de 250 reais. É um absurdo. Isso não serve.

Na verdade, essa PEC quer mesmo é fazer o arrocho fiscal para prejudicar o serviço público e os servidores públicos brasileiros.

Por isso, "não".

Documento 679/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL e do orador contrário à aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria marcar a posição do PSOL, e a minha, contrária a essa PEC, porque é uma PEC de ajuste fiscal, não tem nada a ver com o auxílio emergencial.

Nós defendemos um auxílio emergencial de 600 reais. Não precisaria ter ajuste fiscal, constitucionalizar ajuste fiscal. Eu nunca vi isso, Sr. Presidente. E mais, é uma armadilha para os servidores públicos. Por mais que alguns digam que não é para demonizar os servidores públicos, nós afirmamos que sim. Vejam os trabalhadores da saúde, na linha de frente. Vejam os trabalhadores da segurança, da educação!

O acordo que foi feito ontem, Sr. Presidente, na verdade, é um engodo, porque o ajuste fiscal continua para eles. Há uma escalada inflacionária que vai corroer os salários. Não é verdade o que diz a Frente pela segurança pública.

Nós precisamos vetar...

(Desligamento automático do microfone.)



21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Natureza falaciosa da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Registro de 2.349 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Caos da área de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus. Negligência do Governo Federal na aquisição de vacinas contra a doença. Necessidade de apoio governamental às pequenas e microempresas para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Luta dos partidos opositores contra a desvinculação de receitas tributárias dos fundos sociais e a retirada de direitos do funcionalismo público, preconizados na PEC Emergencial. Defesa de rejeição da propositura em segundo turno.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, nós estamos há 3 dias fazendo obstrução nesta Casa para dizer à população brasileira, Deputado Afonso Florence, que coordena, pelo Partido dos Trabalhadores, junto com o Deputado Rogério, este debate aqui na Casa e a nossa bancada, que essa PEC é uma enganação para a sociedade. Ela é de 2019 e sequer ia ser votada neste momento.

Mas, a PEC voltou depois de o Presidente da República ter feito o sequestro de um direito que as pessoas estavam tendo durante a pandemia, no ano passado, com a renda emergencial - o valor, inicialmente colocado pela bancada do PT, era de um salário mínimo; o Presidente queria 200 reais, mas esta Casa elevou para 600 reais; diminuiu, depois, por uma medida provisória de Bolsonaro, chegando, até dezembro, a 300 reais.

O resultado foi muito importante para as pessoas que precisavam desse recurso; foi importante nesse período em que houve refluxo na economia, para o comércio poder vender, para a indústria poder produzir e manter inclusive os empregos.

Contudo, foi sequestrado da população brasileira esse direito, e, desde janeiro, já há 2 meses, as pessoas não recebem, e a dificuldade está aumentando. São 14 milhões de desempregados.

Nesse período, os preços dos alimentos da cesta básica subiram 18%: carne, arroz, feijão. Isso sem falar aqui dos combustíveis, do gás de cozinha, da gasolina, que teve um aumento, mais uma vez, nesta semana, por uma política



nefasta que vem desde o tempo em que o Governo da Presidenta Dilma foi afastado, desde o tempo em que o golpe foi aplicado neste País, quando vincularam os preços no âmbito internacional, o que rebate aqui, internamente, aumentando e chegando, agora, a 6 reais, em alguns lugares, o preço do litro da gasolina - e pode chegar a 7, 8 reais no próximo período.

Nesse período, em que há mais desemprego, os preços estão elevados, e estamos no pior momento da COVID no Brasil. Foram 2.349 pessoas mortas nas últimas 24 horas. São famílias destruídas! Brasil afora, há situações em que, nos hospitais, os enfermeiros, os médicos, as pessoas que estão trabalhando para atender os que têm COVID têm que decidir quem vai ser entubado, quem vai ficar na fila de espera ou quem vai morrer. Eu lembro aqui a situação do Hospital Moinhos de Vento, de Porto Alegre, que comprou um contêiner, mas não como espaço para alocar pessoas para começarem a ser tratadas, porque os hospitais estão superlotados. Não, comprou um contêiner para acumular corpos mortos pela COVID.

Nesse momento no Brasil, quando nós deveríamos estar debatendo o apoio para termos mais vacinas, quando o Governo Federal, ainda em agosto do ano passado, poderia ter comprado 70 milhões de doses da Pfizer para a vacinação no Brasil, e o contrato não foi assinado, nós estamos passando por essa rubrica elevadíssima de mortes, exatamente por essa política genocida do Governo.

Nesse momento em que nós precisaríamos dar apoio, como nós votamos aqui, para as nossas micro e pequenas empresas no PRONAMPE, recursos que agora eles vão começar a pagar e que precisam ser prorrogados - e novos recursos não que ser alocados -, o Presidente da República vem, usa a PEC 186, faz uma chantagem e vincula o ajuste fiscal, em vez de colocar única e exclusivamente uma medida para a renda emergencial.

E aqui eu preciso registrar que foi a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, que foram as bancadas da Oposição - REDE, PCdoB, PDT, PSB, PSOL - que trabalharam intensamente pela obstrução, para dizer que é um engodo, que é uma enganação e que nós queremos uma medida exclusivamente para o renda emergencial e que não seja no valor de 44 bilhões de reais, que vai atingir 175 reais, 200 reais, 250 reais para as famílias em um momento de tanta elevação de preços.

Não, nós queremos ao menos 600 reais para todo o período da pandemia - 600 reais para todo o período da pandemia. Mas o Governo preferiu enviar um projeto, como veio do Senado, para tirar os mínimos constitucionais exigidos do ponto de vista da educação e da saúde, das nossas escolas, apresentando inclusive a possibilidade de reduzir salário.

Esses elementos já foram retirados no Senado, mas o Governo anunciou aqui que fará a reforma administrativa daqui uns dias e que poderá repor de novo a destruição plena do serviço público, a impossibilidade de investimentos nas áreas sociais. Não, não é disso que nós precisamos. Nós precisamos de um



apoio mais efetivo para a renda emergencial, como já falamos. Nós precisamos de investimentos para que as nossas micro e pequenas empresas possam ter oportunidades e recursos. É preciso fazer como as nações do mundo fazem: colocar trilhões para desenvolver as atividades de fomento e desenvolvimento.

Toda vez que aqui temos um debate sobre o tema fiscal o Governo vem com a promessa de que, ao promover as reformas, a aprovação do teto de gastos, a reforma administrativa, a reforma da Previdência, três aspectos beneficiariam a população brasileira: haveria geração de emprego, atração de investimentos do exterior e a economia cresceria. Contudo, nenhum desses benefícios se confirmou nem vai se confirmar. Por isso é uma enganação. Mas nós estamos aqui para dizer que a única possibilidade de fazer com que haja emprego, de que haja desenvolvimento é manter as atividades dos serviços públicos, os investimentos e não impor aos Estados e Municípios um teto de gastos, que tem sido tão nefasto para a economia brasileira.

Com isso, nossas bancadas aqui conseguiram fazer uma pequena redução de danos e é por isso que nós estamos lutando contra. A redução de danos aconteceu porque queriam vincular inclusive os fundos, como o Fundo da Criança, o Fundo do Idoso, o Fundo do Clima, o Fundo do Meio Ambiente, o Fundo das Telecomunicações, o FUST, que poderiam servir para ajudar em temas tão importantes, como é o tema do desmatamento, das queimadas, dos venenos que estão sendo comprados - e aí existe a pressa para comprar armas e venenos para o povo brasileiro -, para que, através desses fundos, que foram garantidos pela Constituição de 88 exatamente para setores em que não há tanto *lobby*, pudesse o ente público alocar recursos para diminuir os impactos nefastos para os idosos, para as crianças, para o meio ambiente, para a educação, para a saúde e para tantas outras áreas.

Nós conseguimos desvincular isso graças às nossas emendas, graças ao debate. Nós conseguimos fazer com que as progressões e as promoções não ficassem congeladas, e ontem, quando apresentamos essa proposta, esse destaque, todos vocês perceberam. A base do Governo subiu aqui na tribuna, usou o microfone e disse: "*Este projeto do Governo Bolsonaro não presta*". E os servidores públicos ajudaram-nos a pressionar o Governo. A nossa emenda não foi aprovada porque o Governo veio aqui e fez com que vários Parlamentares mudassem os seus votos, senão, nós teríamos tirado, em defesa da qualidade do serviço público, essa proposta.

A emenda apresentada agora se deve a essa mobilização dos nossos partidos da Oposição, de esquerda. Se nós não tivéssemos feito, durante 3 dias, aqui, a nossa obstrução, ficaria para a sociedade brasileira que Bolsonaro vai ajudar as pessoas com 250 reais. Não! Ficou claro, para a sociedade brasileira, que Bolsonaro vai colocar uma migalha para as pessoas e que a Oposição apresentou aqui o projeto de 600 reais para todo o período da pandemia. Isso ficou muito evidente. Ficou muito evidente também que quanto à questão das progressões e promoções, essa emenda só foi apresentada porque a Oposição estava impondo uma condição de vitória para esse resultado.

Quero dizer, Presidente, que a nossa luta aqui não vai ficar restrita apenas à renda emergencial. Nós também queremos trabalhar aqui com muita força o debate da vacinação, que precisa acontecer neste momento em que nós estamos perdendo mais de 2 mil pessoas por dia.

Por último, nós precisamos dar proteção ao mundo do trabalho, precisamos ter recursos para as empresas, para que o trabalhador possa permanecer na sua atividade e, com isso, lutar contra a carestia do preço dos alimentos e dos combustíveis, que está deixando os trabalhadores, na sua vida, nas suas famílias e nas suas comunidades, sem dignidade e abusando totalmente da vida do povo trabalhador.

Portanto, "não" a essa enganação, que é a PEC que destrói o serviço público e dá uma migalha para a população. Queremos 600 reais até o período de toda a pandemia.

Obrigado, Presidente. (*Palmas*)

Documento 681/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela falta de leitos de UTI na rede hospitalar pública. Recusa, pelo Presidente da República, à aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, faltam UTIs nos hospitais brasileiros e a culpa é do Presidente Bolsonaro e do Pazuello, porque eles estão retirando UTIs dos hospitais do Brasil.

Vejamos. Em dezembro, o SUS financiava 60% do custo de uma UTI. Em janeiro, eles reduziram isso pela metade. E, desde fevereiro, o Governo Bolsonaro paga apenas 15% do custo de uma UTI. No momento mais difícil da pandemia, em que já morrem mais de 2 mil pessoas por dia, os brasileiros estão na fila da morte, porque o Governo Bolsonaro se recusa a fazer a parte dele, que é bancar as UTIs pelo SUS. Esse foi o motivo, inclusive, que fez o Governador Flávio Dino entrar no Supremo Tribunal Federal com o pedido para que o Governo Federal seja obrigado a bancar o custo das UTIs, conforme obrigação do SUS.

Se, por um lado, os brasileiros estão morrendo na fila por falta de UTIs, culpa do Governo Bolsonaro, por outro lado, por culpa também dele, os brasileiros morrem por falta de vacina, já que em agosto do ano passado o Governo Bolsonaro se recusou a comprar 80 milhões de doses de vacinas que foram oferecidas ao Brasil.

Portanto, nós somos o país, infelizmente, no mundo, onde cresce, cada vez mais, o número de pessoas contaminadas e mortas pelo coronavírus.

Nós seremos o último país a vencer o coronavírus e, infelizmente, seremos também o último país a ter recuperada a economia, por culpa da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro.

Muito obrigada.

Documento 682/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Retirada de direitos dos servidores públicos e de preceitos consagrados na Carta Magna, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, defendemos o auxílio emergencial de 600 reais para todos os brasileiros e dizemos "não" à chantagem do Governo Bolsonaro, que coloca junto com esse auxílio um pacote de austeridade e arrocho que atinge, em particular, os servidores públicos e que tentou liberar os orçamentos vinculados da saúde e da educação - e foi derrotado no Senado.

O Brasil já viveu tempos de prosperidade, com a estabilização da moeda, lá atrás, na década de 90, e com a expansão do investimento público e dos programas sociais durante o Governo do ex-Presidente Lula. Isso nunca aconteceu em função da aprovação de leis como a reforma trabalhista e a PEC do Teto de Gastos e não vai acontecer em função da aprovação desta PEC Emergencial, que é, nada verdade, um desmantelamento de direitos da nossa Constituição, um ataque aos que mais precisam.

Então, nós precisamos de um auxílio emergencial que atenda...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 683/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Denúncia de ajuizamento, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, de ação destinada à importação de vacinas contra a Covid-19, tão-somente para os profissionais da magistratura e os seus familiares. Indignação do orador com a decisão do Juiz Federal Rolando Valcir Spanholo, favorável ao pleito da Associação dos Magistrados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, provavelmente eu não precisarei usar todo o tempo, porque quero falar de um assunto muito específico, da mais alta gravidade.

Inclusive, peço a V.Exa. que, na condição de Presidente da Casa em exercício, acompanhe a denúncia que farei e procure ver se a Casa tem como nos auxiliar para que nós possamos reverter esta decisão.

Sr. Presidente, há poucos minutos, eu fui informado - fiz uma leitura dinâmica, evidentemente, pela gravidade da situação, e não li todo o despacho -, Deputada Luiza Erundina, Deputado Pompeo de Mattos, de que a Associação Nacional dos Magistrados impetrou uma questão judicial solicitando o privilégio de importar vacinas contra o coronavírus, destinadas exclusivamente aos magistrados e aos familiares dos magistrados.

É gravíssimo, Presidente, que a Associação Nacional dos Magistrados, em meio a um caos sanitário, a uma crise sanitária como esta que o Brasil está vivendo, pleiteie este tipo de privilégio para os seus associados, enquanto idosos de 80 anos, 75 anos continuam sem vacinas no País - até o momento, o Brasil vacinou apenas 4% da sua população. É gravíssimo que a Associação Nacional dos Magistrados entre na Justiça para pleitear o privilégio de ter acesso a vacinas exclusivas para os seus associados e os familiares dos associados, buscando, Presidente Marcelo Ramos, um fura-fila absolutamente revoltante.



Sabe o que é pior, Deputado Marcelo Ramos? Quando eu fui informado deste tema, Deputada Erundina, já havia a decisão do Juiz Federal Rolando Valcir Spanholo concedendo esse privilégio à Associação Nacional dos Magistrados. Espero, inclusive, que esteja errado aquilo que eu li. Mas, ao que tudo que indica, infelizmente, não está errado.

Eu repito, de forma sintética: a Associação Nacional dos Magistrados entrou com uma demanda judicial em busca de um privilégio odioso, a fim de que todos os seus associados e os familiares tenham acesso privilegiado à vacinação contra o coronavírus. E a Justiça brasileira, através da decisão desse magistrado Rolando Valcir Spanholo, concedeu esse privilégio à Associação Nacional dos Magistrados.

Eu já pedi à assessoria jurídica do Partido dos Trabalhadores que nos oriente sobre todas as medidas que eu possa tomar, Presidente, para bloquear esse escândalo, para impedir esse privilégio, para impedir essa agressão ao povo brasileiro.

Enquanto todos nós estamos aqui lutando diuturnamente para ampliar a possibilidade de vacinação do povo brasileiro como um todo, uma casta busca privilégios para sair do esforço geral, do sistema público de saúde, que tem que garantir o maior volume possível de vacinas, o mais rápido possível, progressivamente, sempre priorizando aqueles que têm maior risco de morte caso contraiam o coronavírus. Essa Associação Nacional dos Magistrados busca um privilégio, a fim de fazer com que, provavelmente, magistrados e familiares - inclusive os jovens, que não têm o mesmo risco de vida de idosos e pessoas desamparadas - tenham acesso à vacina.

Evidentemente, eu sei que a ampla maioria dos magistrados concordará comigo. É uma vergonha que a Associação Nacional dos Magistrados procure um privilégio como esse na Justiça. E mais vergonhoso é que um juiz federal conceda esse privilégio.

Dr. Rolando Valcir Spanholo, em que mundo o senhor vive? Exmo. Juiz, o senhor assiste aos jornais, aos telejornais? O senhor está vendo o desespero do povo brasileiro atrás de vacina, com milhares de pessoas morrendo; ou o senhor é um organizador de castas e privilégios; ou o senhor faz parte daquela elite do atraso que, diante de uma crise profunda como a que vivemos, quer salvar os seus comuns?

Nós precisamos de solidariedade, Deputada Erundina. Nós precisamos de uma Nação que se levante para garantir vacinas para todos os brasileiros. Nós não precisamos de atitudes negativas e vergonhas, como essa da Associação Nacional dos Magistrados. Nós não precisamos de uma decisão vergonhosa como essa do Juiz Rolando Valcir Spanholo.

Eu espero estar errado na leitura que fiz, mas infelizmente me parece que essa é a realidade. Vou encaminhar todas as medidas que estejam ao meu alcance, como Deputado Federal deste País; como defensor de dignidade neste País;

como alguém que defende o SUS, o sistema público de saúde; como alguém que defende, sim, uma fila que ande o mais rápido possível, mas respeite as prioridades sanitárias de risco de saúde real, e não a fila dos privilégios.

Há poucos dias, nós tivemos uma movimentação de grandes empresas que queriam fazer o fura-fila através de empresas.

Agora esse exemplo triste e vergonhoso vem de parte da Associação Nacional dos Magistrados, vem da decisão desse Juiz Rolando Valcir Spanholo.

Se eu estiver errado - e torço para isso, Presidente Marcelo Ramos -, voltarei a esta tribuna e pedirei desculpas. Se ele não decidiu o que eu penso que decidiu e se a Associação Nacional dos Magistrados não tiver entrado com essa demanda, eu volto à tribuna, peço desculpas e retiro o que falei. Mas, infelizmente, eu acho que não é o caso.

Quero ressaltar, de novo, que eu tenho a convicção de que a ampla maioria dos magistrados é contrária a esse privilégio. Não sei quem pediu, quem assinou representando a associação. Não tive tempo de ler isso, não consegui ler isso em tempo, antes da minha fala.

A decisão desse juiz vai merecer de mim a mais absoluta crítica, a mais absoluta contestação. Tudo aquilo que eu puder fazer politicamente, com a força política do meu mandato, que é um mandato do povo brasileiro, tudo aquilo que eu puder fazer tomando iniciativas inclusive a instâncias superiores do Judiciário para bloquear esse privilégio vergonhoso, Presidente Marcelo Ramos, eu farei.

Muito obrigado.

Documento 684/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão da alínea e, inciso VIII, art. 163, da Carta Magna, alterado pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Indignação do orador com o ajuizamento, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, de ação destinada à importação de vacinas contra a Covid-19, tão-somente para os profissionais da magistratura e os seus familiares.

Inconformismo com a concessão, pelo Conselho Nacional de Justiça, do benefício de auxílio-saúde de 3.500 reais aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.



O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Marcelo Ramos, nobres colegas, que satisfação!

Eu sou contra este destaque do PT, porque, segundo a PEC, a lei complementar permitirá a alienação de ativos para evitar a explosão maior da dívida pública. Sou a favor de se manter o texto.

Ouvi atentamente o que disse o Parlamentar do PT Deputado Henrique Fontana. Eu vou mostrar muito mais. O Deputado Fontana vai se surpreender mais. Concordo com V.Exa. A única coisa que não concordei é que V.Exa. fez uma denúncia baseado na dúvida. O senhor colocava a todo momento: "*Não sei se é verdade. Não acredito*". Quando se faz uma denúncia, tem que ter certeza da denúncia. Eu entendi que o senhor quis colocar que não acreditava porque seria algo abominável. Mas eu estou acreditando.

E, acreditando que isso aconteceu, eu vou seguir nessa linha e vou aumentar ainda mais.

O Rio Grande do Sul, nesta semana, amanheceu chocado. Hoje, Deputados, forças vivas do Rio Grande do Sul, estão indignados! Atenção, você, em todo o Brasil: o Conselho Nacional de Justiça, com a Resolução nº 294, de 18 de dezembro de 2019, deferiu auxílio-saúde ao Poder Judiciário.

O Rio Grande do Sul - pasmem! -, em época de pandemia, em época de COVID-19, na terça passada, definiu que magistrados, servidores, incluindo aposentados e pensionistas, e o Ministério Público, evidentemente, podem receber um auxílio-saúde de até 3.500 reais. Para o servidor, esse auxílio é de até 2.500 reais. É um aumento disfarçado! É um aumento vergonhoso! E mais: não incide Imposto de Renda sobre esse valor.

Durante a pandemia, magistrados e funcionários públicos estão recebendo salário em dia, e a maioria do Brasil está passando por uma situação caótica, difícil, muitas vezes colocando a vida em jogo.

O Poder Judiciário gaúcho dá esse péssimo exemplo! Vergonhoso! Eu, como gaúcho, estou envergonhado. Auxílio-saúde de até 3.500 reais! Já está valendo, e sem efeito no Imposto de Renda. A Defensoria, por simetria, também receberá.

O Vice-Presidente da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul disse o seguinte, em uma nota à imprensa: "*Infelizmente, como em qualquer guerra, a primeira que morre é a verdade*". Ele está defendendo esse auxílio-saúde neste momento!

Agora eu vejo o Deputado Henrique Fontana fazendo essa denúncia e penso o quê? Será que os magistrados acreditam naquela brincadeira que diz que o Desembargador pensa que é Deus, e o Ministro tem certeza de que é Deus?

Será que o Poder Judiciário está convencido de que é mais do que todos? Num momento difícil como este que estamos vivendo, tem cabimento um auxílio-saúde de 3.500 reais?

E agora vem essa denúncia de que a Associação Nacional dos Magistrados quer esse privilégio! Isso é um disparate, um deboche! Não sabem o que é altruísmo? Eles não têm solidariedade? Como pode a Associação Nacional dos Magistrados apresentar o pedido de ter o privilégio de acesso a vacinas exclusivas para eles e seus parentes, independentemente da idade - pode ser um jovem! Enquanto isso, o idoso, com os seus 80 anos, está esperando na fila há dias! Aí a família do juiz vai receber esse privilégio? E o pior: o Juiz Federal Rolando Spanholo deferiu o pedido.

Que vergonha! Se você está com vergonha do STF, isso dá uma vergonha geral do Judiciário. O que está passando na cabeça do Judiciário? É hora de termos solidariedade, não egoísmo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 685/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retificação de denúncia apresentada pelo orador contra a Associação dos Magistrados Brasileiros por importação de vacinas. Pedido, ao Conselho Nacional de Justiça, de responsabilização do Juiz Federal Rolando Valcir Spanholo, pelo deferimento da ação da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES, destinada à importação de vacinas para os seus associados e familiares. Encaminhamento de representação à Advocacia-Geral da União, a respeito da importação de imunizantes pela ANAMAGES.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente Marcelo Ramos.

Quero trazer uma retificação importante e reafirmar a denúncia gravíssima que fiz há pouco desta tribuna.

Eu recebi um contato da Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, Renata Gil, que me esclarece que não foi a AMB que ingressou com essa questão na Justiça. Quem ingressou com esse pedido de privilégio inaceitável e odioso foi a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES.

E o pior: o Juiz Rolando Valcir Spanholo autorizou o privilégio de que a ANAMAGES possa importar vacinas para atender, privilegiadamente, os magistrados associados e os familiares desses magistrados.

Ressalto aquilo que já disse na minha primeira intervenção, quando apresentei a denúncia: tenho certeza de que a amplíssima maioria dos magistrados brasileiros não concorda com esse privilégio, que é odioso e inaceitável.

Estou ingressando com um pedido no Conselho Nacional de Justiça, buscando a responsabilização desse Juiz Rolando Valcir Spanholo, por ter proferido uma decisão desse tipo, que considero uma agressão ao sentimento de justiça de qualquer cidadão brasileiro. Também estou apresentando, Presidente Marcelo, uma representação à Advocacia-Geral da União - AGU para questionar a possibilidade de a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais importar essas vacinas de forma privilegiada, criando um tipo de fura-fila que nós não aceitaremos. Estaremos vigilantes sempre neste plenário, Presidente.

Documento 686/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 30º aniversário de criação do Código de Defesa do Consumidor. Eleição do Deputado Celso Russomano para a Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor. Transcurso do Dia Mundial do Rim. Anúncio de reunião do Presidente Arthur Lira com o Presidente Sociedade Brasileira de Nefrologia, Osvaldo Merege Vieira Neto. Maior atenção dos governantes para com os doentes renais. Reunião do orador com o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, para debate da vacinação dos pacientes renais crônicos e de outros assuntos pertinentes à área de nefrologia. Criação da Frente Parlamentar da Nefrologia.

O SR. VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigada, Presidente Marcelo Ramos.

Boa tarde a todos.

Hoje, dia 11 de março, temos dois assuntos para tratar de forma bem objetiva.

O Código de Defesa do Consumidor completa hoje 30 anos de vigência. Coincidentemente ou não, hoje foi o dia em que reinstalamos a Comissão de Defesa do Consumidor e foi eleito Presidente da Comissão o nosso amigo Deputado Federal Celso Russomanno, do Republicanos de São Paulo.

O Deputado Celso já tem uma jornada de muitos anos. Está há mais de 2 décadas militando, assim como eu, na bandeira de defesa e proteção do consumidor, trazendo para esta Casa a consciência de que o consumidor não tem direito a privilégios; pelo contrário, o consumidor tem que ser respeitado. É por isso que nós militamos nesta Casa. Dia após dia, ano após ano, nesta Casa, temos feito da Comissão de Defesa do Consumidor a nossa Comissão prioritária, porque entendemos a importância desse equilíbrio que existe na relação de consumo, que faz parte do nosso cotidiano.

Essa é a primeira parte da nossa fala, Presidente.

Nós parabenizamos o Deputado Celso Russomanno, desejamos que ele tenha um ano profícuo, de muitas realizações, e que a legislação consumerista possa de fato atender aos anseios da sociedade.

Outro ponto que vamos tratar é a respeito do dia 11 de março, Dia Mundial do Rim.

Por 4 anos seguidos, nós temos sempre feito na Câmara dos Deputados uma atividade no Dia Mundial do Rim. Neste ano e no ano passado, não foi possível a presença aqui da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Dessa forma, mais uma vez, fizemos um *webinar* para podermos ter a presença da executiva da presidência da Sociedade Brasileira de Nefrologia, com vários especialistas da área. Dentre eles, contamos com a presença do Dr. Osvaldo Merege, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia.

Abro esse parêntese para poder dizer ao Dr. Osvaldo que já conversei com o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira. Em momento oportuno, marcaremos uma reunião para que o representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia esteja reunido com o nosso Presidente Arthur Lira.

Continuando a nossa fala, nós sabemos que a doença renal crônica ainda é muito desconhecida da sociedade. As pessoas não têm consciência da importância que é fazer exames preventivos, exames simples: de creatinina e de urina tipo 1, que é muito barato. Se cada médico pedir aos seus pacientes rotineiramente esses tipos de exames, é capaz de nós conseguirmos detectar a pessoa que tem propensão ou esteja desenvolvendo um problema renal. Isso faz com que as filas do atendimento renal para a hemodiálise venham a diminuir.

Durante a nossa reunião virtual, hoje, com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, eu fiz alguns apontamentos que entendo ser importante trazer para conhecimento da população.

Hoje, segundo o censo, temos mais de 144 mil doentes renais crônicos que fazem hemodiálise - mais de 144 mil pessoas!

Diga-se de passagem, Presidente Arthur Lira, amigos e amigas que estão nos assistindo agora, dentro dessa questão da COVID, em que, na nossa população, aproximadamente 2% das pessoas com a doença vão a óbito, quando se trata de um doente renal crônico que faz hemodiálise, o índice de óbito chega a um para cada três pacientes com COVID, ou seja, 30% dos renais crônicos com COVID têm grande chance de vir a óbito.

Isso é muito sério!

Isso requer do Governo Federal e dos Governos Estaduais uma atenção toda especial.

Eu estive reunido no Estado de São Paulo com o Governador João Doria há 2 semanas, e falamos com ele da importância da vacinação prioritária para os pacientes renais crônicos, sim, porque os pacientes renais crônicos têm mais propensão a diabete e aos problemas de hipertensão, além de problemas cardiovasculares. Então, quando essas pessoas recebem a vacinação, são colocadas de forma prioritária, nós estamos preservando a vida desses doentes renais crônicos que fazem hemodiálise.

Dentre os vários assuntos tratados está a questão de impostos do ICMS, da inflação que existe em cima do material de insumo para o tratamento da hemodiálise, além do que, o último reajuste da tabela SUS que ocorreu para a Sociedade Brasileira de Nefrologia, para a categoria da hemodiálise, foi em 2015. Isso faz com que haja uma defasagem, com que a qualidade do serviço caia e com que a população sofra - quem sofre é a população! Por isso nós tomamos a iniciativa de já começarmos a trabalhar para criar a Frente Parlamentar da Nefrologia, para a qual convidaremos todos os Parlamentares, a fim de poderem assinar essa frente, de modo que ela tenha eficácia e plena funcionalidade nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 687/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Perplexidade ante o deferimento, pelo Juiz Federal Rolando Valcir Spanholo, de ação destinada à importação de vacinas para os magistrados brasileiros e seus familiares. Imediata revogação da decisão do Juiz Federal. Indignação do orador com a criação do auxílio-saúde de 3.500 reais para os servidores do Poder Judiciário no Estado do Rio Grande do Sul. Pedido à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, de reserva de 7 mil doses de vacina para os Ministros, servidores e familiares. Razões do voto do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero repercutir a informação que o colega Deputado Henrique Fontana trouxe sobre a questão da vacina dos magistrados. Eu quero dizer, Presidente, que é lamentável que esteja acontecendo um fato dessa natureza, em que um juiz deu entrada a uma ação na Justiça Federal, na 21ª Vara Cível Federal de Brasília, para requerer o direito de importar vacinas para os juízes de todo o País. O Juiz titular da ação, Rolando Valcir Spanholo, em caráter de urgência, deu a tutela, ou seja, autorizou a compra das vacinas sem a fiscalização da ANVISA, uma coisa totalmente inusitada.

Nós brigamos muito para que a ANVISA apressasse o passo para registrar as vacinas, enfim, desse o seu aval. Agora nós estamos vendo alguém atravessando o samba. Há os iguais e há os mais iguais. É uma coisa difícil de compreender. Inclusive, essa vacina é para os magistrados, é para os familiares, é para o motorista do magistrado, cujo risco quem assume são os magistrados, ou seja, a responsabilidade é deles. Nós criamos uma nova ANVISA, uma coisa totalmente inusitada.

Eu sou coautor, Presidente, da lei do fura-fila. Aí está o legítimo, o fura-fila oficial. É claro, eu tenho certeza de que a imensa maioria da magistratura não concorda com isso, até acho que é um *capitis diminutio*. A magistratura não precisa disso. Eu tenho a dizer que 99,99% dos juízes que conheço no meu Rio Grande amado e Brasil afora são juízes íntegros, sérios, que honram a magistratura e merecem o nosso respeito, mas isso depõe contra o coletivo e é preciso ser revisto urgentemente.

É preciso que alguém recorra para que essa decisão seja revista. Isso pega muito mal para a magistratura. Não fica bem para nenhum juiz. Não acredito que os juízes queiram furar a fila e deixar para trás os médicos, os enfermeiros, o pessoal que está na linha de frente, os idosos, quem tem comorbidade, os doentes, aqueles que têm deficiência. Os juízes não querem isso. Tenho certeza de que não querem isso. Não é essa a pretensão da magistratura, mas aqui há um grave equívoco que precisa ser reparado de forma muito clara, muito transparente.



Há outra coisa que também na magistratura precisa ser apontada. Criaram um auxílio de 3.500 reais para a saúde, vejam bem, para juízes, promotores. Familiares, naturalmente, vão se beneficiar. Isso é tão bom, Presidente, que eu queria para todos. Se pudesse ofertar isso para toda a população brasileira, todos os trabalhadores, servidores públicos, seria ótimo. Agora, quando é para um pequeno número de pessoas, uma categoria tão somente, que já ganha bem, eu acho uma grande injustiça. Quero destacar isso, para que possamos tornar pública essa realidade.

Também não acredito que seja a vontade majoritária dos juízes e dos promotores, porque, neste momento de pandemia, quando todo mundo está sofrendo, quando não há leito, não há UTI, às vezes nem hospital, sequer uma maca para a pessoa sentar, alguém receber um benefício extra é difícil de compreender. Eu acredito que isso vai ser revisto. Até em um momento de normalidade da economia, de normalidade da saúde, em outro momento, mas neste momento, as circunstâncias não recomendam, não autorizam, eu diria que é quase uma provocação, não pega bem para ninguém. Portanto, isso deve ser dito.

A terceira questão, Presidente, é para mostrar que às vezes vemos coisas que até Deus duvida. No final do ano, o STF, através do Ministro Luiz Fux, direcionou um expediente, um ofício para a FIOCRUZ pedindo que a FIOCRUZ reservasse 7 mil doses de vacina para os membros do STF, da magistratura e servidores, ou seja, já existe um sentimento do próprio STF de fazer uma fila diferente. Isso animou esse juiz a fazer uma petição, animou o Dr. Spanholo a decidir por uma cautelar para que possa importar vacina sem autorização da ANVISA, porque o próprio Supremo já deu mau exemplo. E esse mau exemplo não se consolidou, não pegou, porque a FIOCRUZ não reservou, não cedeu vacina para o STF. O STF, inclusive, pediu desculpa. Eu vi alguns Ministros fazendo a mea-culpa, que, aliás, foi importante, porque errar é humano e permanecer no erro é burrice.

Por fim, Presidente, quero dizer que nós estamos votando a PEC 186. Eu votei contra no primeiro turno e votei contra no segundo turno. Estamos votando a favor deste destaque para tentar *"salvar os dedos, porque os anéis já se foram"*, salvar um pouco do muito que já levaram com a aprovação de primeiro e segundo turnos. Esta é a chamada PEC da maldade. É a PEC do arrocho fiscal, do arrocho salarial, do congelamento de salário dos servidores públicos municipais, estaduais e federais. Avilta a carreira de cada um deles. Estão reclamando os policiais federais, os policiais rodoviários federais, os servidores das universidades, da Receita Federal, os professores municipais, estaduais, federais. Enfim, é uma grita só.

Por que, Presidente? Porque esta PEC, no fundo, é pior do que isso, é uma PEC *fake*. É exatamente isso, é um verdadeiro jabuti, porque o discurso, a narrativa, a razão de ser da PEC é criar o auxílio emergencial, e ela faz tudo o que se pode imaginar, menos criar o auxílio emergencial. Na verdade, ali não há valor algum de auxílio emergencial. Nada, não fala nada! O que fala é na reserva de 44 bilhões de reais para depois destinar ao auxílio emergencial, cujo

valor não está definido. Imaginariamente seria de 250 reais, pelas conversas que ouvimos de bastidores - entre 175 reais e 370 reais.

Então, Presidente, ela não trata especificamente da questão emergencial do auxílio, mas trata de tudo o mais que se possa imaginar, inclusive autorizando a privatização, autorizando a venda de ativos para formar fundos para fazer superávit para o Estado, a União. Veja bem: vender! Nós estamos autorizando a venda de patrimônio público? Não com o meu voto, não com o meu apoio, não sem a minha indignação e não sem a minha crítica. Eles já querem vender o Banco do Brasil, a ELETROBRAS, os Correios, o CEITEC, querem vender tudo, Presidente, e agora querem que formalizemos a venda de ativos para formar fundos de superávit. Não, mas de jeito nenhum!

Nós somos a resistência. Nós vamos resistir. Como tenho dito as palavras do Dr. Brizola, somos a planta do deserto, que resiste ao tempo, à intempérie, ao clima, ao solo, ao calor, enfim, às agruras e que, de uma só gota do orvalho, tira o alimento para saciar a sua sede, para sobreviver. Nós somos a resistência e vamos resistir com dignidade, com postura e firmeza. De jeito nenhum, Presidente! Esta PEC é qualquer coisa menos a PEC do auxílio emergencial. O que não tem ali é auxílio emergencial. Tem privatização, tem aviltamento de salário, tem corte de direitos de servidores públicos municipais e estaduais. Enfim, tem todo o tipo de jabuti menos a narrativa para a qual se presta.

A narrativa é aprovar o auxílio emergencial para o povo pobre deste País. O povo pobre vai ficar com a narrativa e com os míseros trocos, porque, se houvesse de ser verdadeiramente o auxílio emergencial, haveria de ser como foi o do ano passado, de 600 reais em 3 meses, pelo menos, para dar um socorro, tirar do sufoco, para que as pessoas não morram de coronavírus, mas também não morram de fome, não morram de miséria.

Isso é que eu queria votar, mas eles "*misturam alhos com bugalhos*" para "*vender gato por lebre*" e para nos enganar. Eu não me engano, venho de longe, "*conheço o rengo sentado, o cego cochilando e o calarrera quando vem longe*". Não vão me enredar nessa.

Nós votamos contra esta PEC.

Documento 688/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Abertura, pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Geras, de CPI para investigação de denúncia de fura-fila na vacinação contra a Covid-19, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero também fazer uma denúncia grave sobre fura-fila de vacina da COVID-19, desta feita em Minas Gerais.

O Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Agostinho Patrus, acabou de ler um requerimento formando uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Deputado Boca Aberta há de ficar com a boca aberta com o que nós vimos lá em Minas Gerais. A Secretaria de Saúde disponibilizou em torno de 500 vacinas dentro da própria Secretaria de Saúde, e as pessoas se vacinaram à frente dos idosos. Foi uma casta escolhida pelo Secretário da Saúde, sendo que ele próprio se vacinou dentro dessa casta e dessa escolha que ali foi feita. Quinhentas pessoas vacinaram-se à frente dos outros. Foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito agora, na Assembleia de Minas, para ver de quem é a responsabilidade por aqueles que furaram a fila.

É o Governador Zema, do Partido Novo, dando os piores exemplos para o Brasil e para o mundo: fura-fila na Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais! É demais! É uma denúncia grave!

Documento 689/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quão sorrateiro é este Governo e como as intenções são ocultas. Veja que o auxílio emergencial aí é como se fosse uma cerejinha neste bolo. O auxílio emergencial não é a razão de ser desta PEC nem nunca foi. Veja: a cada destaque que vamos avançando, vamos vendo quais são os reais interesses desta proposta de emenda constitucional.

O Governo, neste trecho que o PT tenta suprimir, que está votando a favor da supressão, faz com que o Congresso se automutile e tire sua competência de impedir ou de votar alienação de ativos, privatizações. Ele faz um torniquete no pescoço dos Congressistas e dos Governos Estaduais e Municipais. Nós estamos permitindo privatizações sem leis autorizativas. Estamos dando um cheque em branco para o Governo Federal privatizar ativos e continuar devendo mais. Nós vamos passar as dívidas, a partir dos ativos, para o capital financeiro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR) - Sr. Presidente, concede-me 1 minuto, por gentileza? Deputado Boca Aberta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu não consegui concluir, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Pode concluir, Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É um verdadeiro absurdo o que nós estamos fazendo com os ativos. Nós estamos privatizando empresas estratégicas brasileiras. Nós estamos obrigando Estados e Municípios a privatizarem as suas empresas estratégicas em nome do quê? Usando isso como argumento para o auxílio emergencial?

Isso é uma mentira! O auxílio emergencial nunca foi argumento para isso, é só um discurso que se está dando ao Parlamento para fazer de conta que está dando auxílio, quando, na verdade, faz-se um arrocho fiscal e uma alienação de ativos. Isso é um absurdo! Isso é uma grande hipocrisia, uma falsidade!

Nós queremos o auxílio de 600 reais para o povo brasileiro e para todos os que receberam na primeira fase. Não queremos cortar despesa da saúde. Queremos pagar os leitos de UTI que o Governo Federal deixou de pagar, queremos vacina para todo mundo. É isto o que queremos e isso não depende de uma PEC de arrocho fiscal e de privatização de ativos.

Obrigada.

Documento 690/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-16:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 167-A da Carta Magna, contido no art. 1º da redação dada para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Agravamento da epidemia de coronavírus no Estado do Rio Grande do Sul. Realização de manifestações de protesto contra o Governador Eduardo Leite pela decretação de lockdown. Apoio ao isolamento vertical como medida de combate à Covid-19.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Lira, nobres colegas, é uma satisfação estar mais uma vez nesta sessão.

Eu sou contra o destaque do PSB, porque é mais do que lógico que, quando se chega a 95% dos gastos, tem que se frear. Isso se faz na sua empresa, na sua casa, em qualquer lugar. Esse é o princípio mínimo de economia. Mas tem que desenhar, tem que perfumar, para que a esquerda possa entender.

Mas, com relação à COVID-19, eu vou falar da situação do Rio Grande do Sul, que é, hoje, no Brasil, o único Estado com bandeira preta. Estamos com bandeira preta em todo o Estado do Rio Grande do Sul!

A sociedade gaúcha, ontem, saiu em caravanas e carreatas, com milhares e milhares de carros, por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Houve, também, movimento em frente ao Palácio Piratini, criticando o Governador, que está demonstrando ser uma pessoa muito insensível. Dos três Estados do Sul, o Rio Grande do Sul é o único que fechou totalmente o comércio, é o único que fechou todos os *shopping centers*. Está tudo fechado. O Governador está em pânico. Ele está sendo muito mais realista do que o rei.

O que me chama a atenção, também, é que o Governo do Estado recebeu bilhões de reais de ajuda para combater a COVID e, coincidentemente, o Governador Leite, que, desde que assumiu o Governo do Estado, sempre esteve com o pagamento do funcionalismo atrasado, ao receber o auxílio de recursos para o combate à COVID, colocou em dia as contas com o funcionalismo. É muita coincidência. Repito: é muita coincidência!

Pedi uma explicação. Não deu ainda. E, quando fala, diz que foi competência da equipe. É uma resposta muito genérica. Precisamos de uma explicação mais plausível.

E agora - note você que está nos acompanhando; note você, colega - vou fazer uma comparação entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os últimos Estados do mapa, no que diz respeito à COVID. Vejam só: Santa Catarina tem 7 milhões e meio de habitantes; o Rio Grande do Sul tem 11,5 milhões e meio de habitantes, 4 milhões a mais; Santa Catarina tem 712 mil pessoas doentes, e o Rio Grande do Sul, 713 mil, o mesmo número de pessoas doentes. Agora, vejam: Santa Catarina não tem *lockdown*, não fecha nada durante a semana; o

Rio Grande do Sul está com tudo fechado, supermercados fechando às 8 horas da noite, um caos geral, querendo a quebra da economia - e economia quebrada quebra também a saúde.

Agora, notem vocês. Vejam os dados - não são dados de Polibio Braga, que é o blogueiro número um do Rio Grande do Sul: Santa Catarina tem 712 mil doentes com COVID, e o Rio Grande do Sul, 713 mil, o mesmo número, sendo que o Rio Grande do Sul tem 4 milhões de habitantes a mais do que Santa Catarina. E, pasmem: Santa Catarina tem 8.277 óbitos, e o Rio Grande do Sul tem 14.087 óbitos, praticamente o dobro. Então, o *lockdown* não está funcionando no Rio Grande do Sul. Santa Catarina, com o mesmo número de pessoas doentes, teve quase a metade do número de mortes.

Eu sou totalmente favorável ao isolamento vertical. Quem tem condições vai para a rua: vai trabalhar quem é jovem, quem não está doente, tomando as medidas e precauções devidas. Não podemos parar a economia em hipótese alguma.

Esse exemplo que eu trago ao Brasil é de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 4 milhões a mais de habitantes, com o mesmo número de doentes - o mesmo número! -, só que Santa Catarina tem 8.277 de óbitos, e o Rio Grande do Sul, 14.087, quase o dobro.

Governador Eduardo Leite, pare com isso! O senhor quer quebrar o Rio Grande do Sul? A sociedade gaúcha, com suas forças vivas, está toda rebelada! Governador Leite, desse jeito que o senhor está tratando a população gaúcha, o leite pode e deve ficar azedo!

Grato, nobre Presidente.

Documento 691/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CAPITÃO WAGNER-PROS -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Agravamento da epidemia de coronavírus no Estado do Ceará. Redução do número de leitos de UTIs na rede hospitalar cearense. Congratulações ao médico Aloísio Brasil, do Hospital Regional do Cariri, pelo repasse de informações corretas à população sobre o quadro da Covid-19. Celeridade no processo de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Prioridade dada pelo Governador cearense no atendimento à região norte contra o coronavírus, em detrimento das demais regiões.



O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu queria registrar que nós estamos realmente muito preocupados com essa situação provocada pelo coronavírus - e o Ceará é um dos Estados mais afetados do País -, mas precisamos passar todas as informações para a população. A plataforma do IntegraSUS apresenta dados para que possamos avaliar se, de fato, os gestores de cada Município, de cada Estado, estão adotando as medidas adequadas.

Eu quero fazer uma reflexão em relação ao Estado do Ceará, Deputada Major Fabiana. No pico da COVID-19, na primeira onda, o Estado tinha uma determinada quantidade de leitos, e eu vou citar o que acontece hoje. No Hospital Regional do Cariri, da cidade de Juazeiro do Norte, da terra do Padre Cícero, havia 135 leitos de UTI no pico da primeira onda. Hoje, há apenas 35. Aí, noticia-se para a imprensa que a lotação é de 100%. É lógico! Se antes havia 135 leitos e, hoje, só há 35 - 26% dos leitos que havia no pico da primeira onda -, é lógico que a lotação será de 100%!

O Governador tem que ser mais fiel à população e passar as informações de forma mais adequada. Por que na primeira onda, que não foi tão grave como a atual, havia 135 leitos e, agora, há somente 35, 26% da quantidade inicial de leitos? Em todo o Estado, há apenas 70% dos leitos que havia na primeira onda.

Meu amigo, Deputado Derrite, é lógico e evidente que muito mais gente vai sofrer e morrer por causa da falta de leitos. É importante e urgente que a população deixe de ir para o debate ideológico e vá atrás de informações para saber por que mais pessoas estão sofrendo e morrendo, especialmente no nosso Estado.

Quero fazer uma homenagem ao Dr. Aloísio Brasil, médico do Hospital Regional do Cariri, que está esclarecendo à população. Ele está falando da gravidade do fato. Ele reconhece que o vírus está matando, que o vírus é perigoso, mas está passando as informações adequadas, para que a população possa fazer seu juízo de valor.

É muito fácil culpar o Governo Federal, por exemplo, pela quantidade pequena de vacinas. É muito fácil, até por causa dessa retórica da imprensa que faz parte do nosso cotidiano: tudo é culpa do Governo Federal. Mas ninguém vê alguém chamar à responsabilidade também os Governos Estaduais e Municipais. Não estou isentando ninguém de culpa. Eu acho que a parcela de culpa tem que ser dividida. Temos que acelerar esse processo de vacinação, adotar providências para que, de fato, toda a população possa estar imune para voltar ao trabalho, para retornar à atividade econômica. Mas é importante que a população tome conhecimento das informações.

O Governador do nosso Estado é do Cariri, meu irmão Deputado Derrite, é da cidade de Barbalha, vizinha de Juazeiro, mas ele não atende à região onde nasceu da mesma forma que atende à região norte, onde domina a família

Ferreira Gomes. Na região norte do Estado, em Sobral, há o dobro do número de leitos que existem na região do Cariri.

Todos esses dados precisam ser passados para a população, para que ela faça o seu juízo de valor. Por que determinada região é prestigiada em detrimento de outra região? Por que, neste momento, em que mais se precisa de hospitais, de leitos de UTI, está acontecendo o que estamos vendo? Na primeira onda, houve muita farrá com dinheiro público: houve, por exemplo, respirador superfaturado, que não foi entregue, comprado, no Estado do Ceará, tanto pela Prefeitura de Fortaleza como pelo Governo do Estado.

Tudo isso precisa chegar ao conhecimento da população, para que ela faça um juízo de valor adequado e veja de quem é a responsabilidade, que é compartilhada. Ninguém pode apontar somente um responsável para esse caos que se instalou no Brasil a partir da má gestão da saúde nessa pandemia que tem assustado a população.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 692/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Utilização indevida, por Governadores Estaduais e Prefeitos Municipais, de recursos destinados à saúde em 2020. Equívoco da desativação do hospital de campanha instalado no Município de Águas Lindas, Estado de Goiás. Falta de planejamento na utilização dos recursos destinados ao combate à Covid-19 no País. Necessidade de aquisição de vacinas contra o coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero concordar, em parte, com o discurso feito neste momento pelo Deputado do Ceará. S.Exa. tem razão, em parte.

O ano passado foi um ano eleitoral. Eu denunciei da tribuna desta Casa, da Câmara dos Deputados, a farrá com o dinheiro da saúde no período eleitoral. Usaram o dinheiro da saúde para pagar cargos comissionados; usaram o dinheiro da saúde para gastar na campanha eleitoral dos Prefeitos. Fez-se uma verdadeira farrá em todo o Brasil, inclusive com compras superfaturadas.

Não vou dizer que foram todos os Prefeitos, todos os Governadores. Há exceções, mas a realidade foi essa.

Eu vou dar um exemplo: o Governo Federal errou também. Em Águas Lindas, Município de que sou representante, o Prefeito, Dr. Lucas, que é médico, é do nosso partido, o Podemos. Lá, havia, na primeira onda, um hospital de campanha. A segunda onda é bem mais perversa. O hospital de campanha foi fechado pelo Governo Federal, e, hoje, vivemos um verdadeiro desespero no Estado de Goiás, um verdadeiro colapso.

O Governador Ronaldo Caiado é médico e tem trabalhado como nunca para abrir mais UTIs no nosso Estado de Goiás. E o que está acontecendo em todo o Brasil? Faltou a palavra planejamento. Dinheiro, ano passado, estava sobrando. Agora, acontece o contrário. Eu recebo, todos os dias, ligações de Prefeitos me pedindo: "*Deputado, ajude-nos em Brasília a arrumar dinheiro para os Municípios. Não temos dinheiro*". Eu disse para o Ministro Pazuello: "*Ministro, o dinheiro está sendo mal gasto, mal administrado*". Poderia o Governo, naquele momento, juntamente com os Governos de Estados, trabalhar em parceria e escolher os Municípios regionais para ter os hospitais de campanha, ter em cada região as UTIs, e, hoje, não estaríamos passando pelo que estamos passando no nosso País.

É lamentável, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. E nós temos que cobrar de todas as autoridades, Deputado Capitão Wagner, vacina, cobrar respeito com o dinheiro dos pagadores de impostos no Brasil. Há, realmente, uma falta de planejamento do Governo Federal, dos Governos estaduais e dos Governos municipais!

Mas, hoje, a onda é só fechar. Nós temos que pensar também na economia, porque, se quebrarmos este País, será muito pior. Então, é hora de pensarmos primeiro na vida e na saúde, mas também na economia. Isso é o mais sensato, hoje, para o País, mas o mais sensato mesmo é comprar vacina e vacinar o povo brasileiro.

Solicito que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* a minha fala, Sr. Presidente Arthur Lira.

Documento 693/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Elevação do número de óbitos no Estado do Acre provocados pela Covid-19. Apelo ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de fornecimento de oxigênio e habilitação de novos leitos de UTIs no Estado.



O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço, por favor, que meu tempo seja resposto, porque o som não tinha sido liberado. Obrigado.

Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Deputados, a situação do Estado do Acre é crítica. Nós já temos quase 1.100 mortos aqui no Estado, sendo que, nesta segunda onda, só neste início de ano, agora, quase 300 pessoas morreram.

E o que é pior: depois do colapso da falta de UTIs e da falta de leitos nas últimas semanas - eu avisei isso anteriormente ao Sr. Ministro da Saúde -, agora nós estamos com o problema da falta de oxigênio. Inclusive, está faltando oxigênio nas empresas fornecedoras aqui, no Município de Rio Branco. Já tivemos falta de oxigênio nos Municípios de Feijó e de Tarauacá, a ponto de pessoas serem levadas desses Municípios para o Município de Cruzeiro do Sul.

Portanto, é uma situação muito delicada esta que nós estamos vivendo.

Eu quero fazer um apelo ao Sr. Ministro da Saúde, Pazuello, para que não aconteça a mesma negligência, que hoje está sendo investigada, que aconteceu no Município de Manaus, onde as pessoas estavam falecendo por falta de oxigênio.

Aqui, no Acre, já há informações de que pessoas faleceram por falta de UTI e também por falta de oxigênio. Nós não queremos que a mesma tragédia que se abateu sobre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, também aconteça aqui, no Estado do Acre.

Portanto, eu faço esse apelo, Sr. Presidente.

Precisamos ficar atentos para que a vacina chegue mais rápido, e nós possamos resolver esses problemas, para atender à saúde da nossa população.

Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 694/1.178

21.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-11/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Decepção dos policiais brasileiros com o Presidente Jair Bolsonaro, diante da retirada de seus direitos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada

PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Presidente da República.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho mantido contato com a associação dos policiais federais, com a associação dos policiais rodoviários federais, com a associação dos bombeiros militares, com a associação das Polícias Cíveis nos Estados e das Polícias Militares. Há uma tristeza, um descontentamento e uma decepção geral dessas categorias com o Presidente Bolsonaro, porque os profissionais sentem que, de fato, foram enganados em tudo o que se buscou resolver no plenário desta Casa para ajudá-las. Na verdade, elas se sentem, de fato, traídas pelo Governo Bolsonaro. É assim que estão se sentindo os policiais federais, os policiais rodoviários federais, os policiais civis, os policiais militares e os bombeiros.

Nós fizemos um esforço enorme para evitar a tragédia que vai ser daqui para frente na vida profissional de muitos deles. Tentamos evitar também outra tragédia que, infelizmente, o Presidente Bolsonaro causa aos mais pobres deste País, que é a redução do valor de 600 reais do auxílio emergencial.

O Presidente Bolsonaro se recusa a manter os 600 reais, que nós aprovamos no ano passado, e oferece apenas 250 reais, o que não dá para uma família sobreviver. Para completar, ele vai reduzir pela metade a quantidade de pessoas que poderão receber o auxílio. Imaginem, com o desemprego em alta e a pandemia matando mais de 2 mil brasileiros por dia, as pessoas sem terem do que sobreviver.

O Governo está preocupado em resolver problema de banco, em resolver problema dos mais ricos. Nesta pandemia, as pesquisas indicam que os mais ricos ficaram mais ricos e os mais pobres ficaram mais pobres. É assim que está conduzindo o seu Governo o Presidente Bolsonaro: traindo categorias que o elegeram.

Eu não elegi Bolsonaro, eu não votei nele, mas eu sei que a maioria dos policiais do Brasil votaram no Bolsonaro e estão se sentindo traídos. É bom prestarem atenção daqui para frente, porque o Governo Bolsonaro tem mostrado que não banca a sua palavra. Não dá para escrever aquilo que ele diz. Ele traiu os policiais do Brasil, mas também traiu todos os brasileiros, quando, em agosto do ano passado, se recusou a comprar 70 milhões de doses de vacina.

Muito obrigada.

Sumário

Apoio ao Pacto em Defesa da Vida e da Saúde, lançado por Governadores Estaduais. Registro de 2.286 mortes no País nas últimas 24 horas provocadas pela Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a tragédia causada pela epidemia de coronavírus no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo dando o meu apoio aos Governadores dos 21 Estados que fizeram o lançamento de um pacto pela vida e pela saúde. E eu o faço, com muita emoção, após ouvir o nosso Governador da Bahia acender um alerta, dizendo que acontecerá uma tragédia familiar no Estado com a COVID-19.

São 2.286 pessoas mortas em 24 horas! Não podemos naturalizar isso! Não podemos, de forma nenhuma, aceitar que não haja uma palavra consistente do Presidente Bolsonaro diante disso. Será que o que nós estamos colecionando dele é só aquela velha história? *"Sabe, não é preciso usar máscara. Vocês podem ir para a rua. É uma gripezinha. É exagero da mídia. Não é assim. Querem quebrar o Brasil. O povo quer é trabalhar"* É isso que nós temos ouvido.

E há mais ainda, minha gente. É preciso que prestem atenção! Bolsonaro não se dá conta de que está acontecendo uma tragédia, e está naturalizando isso. Não é maldade. Não é crueldade, não. Ele é quem diz essas coisas. Ouvi o Bolsonaro, mais uma vez, dizer que temos um crescimento exagerado no Brasil e que esse crescimento exagerado é que está causando problemas. Diz que há muita gente e que a maioria da população que está nascendo - ele coloca - nem vai ajudar no futuro do Brasil.

Então, neste momento, realmente é deixar morrer, faz parte da eufemia, faz parte de um projeto. Ele diz que tem despesa com creche, com merenda e, na sua máxima, quem não pode ter filhos que não os tenha.

Essa é postura de um presidente? Isso é uma vergonha para todos nós!

Por isso, peço que o meu pronunciamento desta manhã seja publicado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Não é exagero nosso, os dados estão aí. Por que se incomodar, se são "apenas" 2.286 mortes?



14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repercussão no Palácio do Planalto de entrevista coletiva concedida à imprensa pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Congratulações ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, pelo lançamento do Pacto em Defesa da Vida e da Saúde em conjunto com outros Governadores.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Pode ser, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, precisamos trazer aqui um assunto que eu acho importante para todos nós levarmos em consideração: o efeito Lula.

Lula, ontem, fez uma entrevista extraordinária, falou para o povo brasileiro como o grande estadista que é, com a experiência que teve governando este Brasil por 8 anos, e respondeu a todas as perguntas dos jornalistas. Mas o efeito Lula chegou ao Palácio do Planalto. Bolsonaro nunca usou máscara nas atividades. Agora está usando máscara. Bolsonaro, agora, já está defendendo a vacina. Bolsonaro, agora, vai tomar outra decisão, vai demitir o Ministro Pazuello.

E por que estou dizendo que tudo é efeito Lula? É porque Bolsonaro estava achando que a eleição de 2022 já estava resolvida, mas Lula se coloca para a sociedade brasileira novamente apto à eleição, mesmo não tomando essa decisão agora, porque disse que, quando chegar o momento eleitoral, lá se discutirá a eleição. Neste momento, nós temos é que discutir os mecanismos que vamos utilizar para salvar vidas, para gerar emprego e desenvolvimento. É essa a preocupação central do Lula e a nossa preocupação.

Por isso, quero parabenizar o Governador da Bahia, Rui Costa, que, juntamente com outros 20 Governadores, fez um pacto pela vida, para realizar um trabalho no Brasil que permita salvar vidas, porque o vírus está matando muita gente, o contágio é muito grande, e o sistema de saúde, por falta de investimento, porque Bolsonaro cortou os recursos da saúde, pode entrar em colapso a qualquer momento em diversos Estados e Municípios.

É importante a decisão do Governador Rui Costa de participar desse pacto. São 21 Governadores que estão juntos, trabalhando para salvar vidas, enfrentar o coronavírus, e, ao mesmo tempo, trabalhando para as pessoas

usarem máscara e álcool gel e fazerem o distanciamento social, enquanto não chega a vacina para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - V.Exa. tem 15 segundos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Eu espero que a vacina chegue logo e que continuemos lutando para salvar a vida das pessoas. Espero ainda que, antes de 2022, nós tiremos Bolsonaro do Governo.

Documento 697/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contentamento com a entrevista coletiva concedida à imprensa pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que me comunicasse... Agora estou vendo o relógio.

Presidente, eu gostaria de ressaltar a importância do momento político que nós estamos vivendo. Eu acompanhei atentamente o pronunciamento, ontem, à coletiva de imprensa do Presidente Lula e fico muito feliz, porque acreditei a vida inteira no Presidente Lula como uma referência para a classe trabalhadora e para a política brasileira. Vi mais uma vez uma história de amor ao povo brasileiro, uma história de amor a esta Pátria, uma história construída com todos os brasileiros e brasileiras que lutaram em defesa da democracia, que lutaram por um País com mais solidariedade e justiça social.

O Presidente Lula mostra estabilidade, mostra compromisso com a Nação. Por isso, nós não temos dúvida de que o povo brasileiro sabe da importância do papel do Partido dos Trabalhadores, da luta e da história do Presidente Lula e da importância desse julgamento final o mais rápido possível; que seja o mais justo e verdadeiro, baseado na Constituição, para garantir a um inocente - ele sempre o foi, e, está provado, nunca cometeu crime - a justiça e a verdade.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, por meio da PEC 186, o Governo resolveu atacar o salário mínimo, atacar os servidores públicos, e colocou uma migalha - sem dizer qual o valor, nem quando vai pagar - de auxílio emergencial.

Na votação de hoje, continuaremos defendendo o valor de 600 reais de auxílio emergencial. O auxílio tem que ser para todos que dele precisam. Nós não podemos aceitar essa forma truculenta de enganar a população e de querer, por trás de um auxílio emergencial, fazer um ataque às políticas públicas, ao salário mínimo e aos servidores.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 698/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de realização da reforma tributária. Desrespeito do Deputado Eduardo Bolsonaro para com o povo brasileiro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Hoje continua sendo discutida a PEC 186, uma armação feita pelo Governo Bolsonaro, com o aval do Presidente da Câmara, que implanta uma truculência no sentido de se discutir um projeto que vê como inimigos os servidores públicos e que desmonta todas as políticas públicas.

A nossa prioridade ao votarmos a PEC 186 é a volta do valor de 600 reais de auxílio emergencial, para o qual, infelizmente, este Governo não colocou previsão na PEC, em nem um artigo, em nem um parágrafo, em nem um inciso, nem disse qual será o seu valor, nem a sua periodicidade. O comentário é de que será concedido por 4 meses, no valor de 250 reais. Uma vergonha!

Deveria priorizar a reforma tributária, porque, no Brasil, quem paga tributos e impostos são o pobre, a classe trabalhadora e a classe média. O rico e a elite não pagam.

Mas, Sr. Presidente, nós vamos continuar com o combate, fazendo defesa do Brasil, do Estado brasileiro e dos servidores públicos, além do auxílio emergencial de 600 reais para quem precisa.

Sr. Presidente, indignação! O Deputado Federal filho do Presidente da República, acuado, dá uma declaração de que a máscara deve ser colocada naquele lugar - eu não vou dizer onde porque é impublicável.

Essa postura desse Deputado filho do Bolsonaro é uma postura que não tem pudor, que desonra a Casa. E, como diz o Presidente Lula, é uma imbecilidade o que fazem o Presidente da República e sua família, principalmente os filhos que são Parlamentares. Eles deveriam ter a estatura ou ter uma postura do Lula, dos Governadores que fazem um pacto em defesa da vida.

Bolsonaro é um defensor da morte. Nega a ciência. Não respeita o povo brasileiro. E seu filho ainda desonra e ataca quase 300 mil pessoas que morreram.

Respeite o povo brasileiro, filho de Bolsonaro!

Bolsonaro, V.Exa. tinha que explicar "rachadinhas" da sua família; a casa de 6 milhões do seu filho, que não tem registro, não tem compra. Isso é a vergonha...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 699/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aprovação em primeiro turno, com o voto contrário do orador, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de inserção do auxílio emergencial de 600 reais no processo de votação da propositura em segundo turno. Contentamento com a entrevista coletiva concedida à imprensa pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o povo brasileiro amanheceu apreensivo e merecedor de informações sobre o que está ocorrendo na Câmara dos Deputados com a PEC 186.

Essa PEC chegou com o apelido de PEC Emergencial, e nós sempre denunciávamos que era, na verdade, uma PEC de ajuste fiscal. E agora ela se consolida como uma PEC de ajuste fiscal.

Foi aprovada em 1º turno com nosso voto contrário, porque essa PEC não resolve os 600 reais do auxílio emergencial que o povo brasileiro merece, desestrutura o serviço público e quebra a possibilidade de novos investimentos em nosso País.

Ontem foram 12 horas de batalha em que nós da Oposição tentando amenizar os prejuízos. E, graças aos destaques da Oposição, entre eles, um da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós conseguimos quebrar algumas maldades que o Governo propôs nessa PEC.

Conseguimos manter a vinculação dos fundos públicos, para impedir que o Governo metesse a mão, inclusive para pagar dívida, nos fundos de saúde, de cultura, de direitos humanos, fundos sociais e de meio ambiente.

Conseguimos, também, com a mobilização dos policiais e de outros servidores públicos, que eu parabeno, assegurar que venha, agora, no relatório do segundo turno, a manutenção da progressão e da promoção dos servidores.

Mas é preciso dizer que ainda não está resolvido. Nós temos que batalhar no segundo turno para botar lá o valor de 600 reais, porque o Governo estabelece apenas 44 bilhões, e isso não é suficiente; é menos que a metade do que nós tínhamos no fundo passado. Além disso, precisamos retirar o fim do ajuste do salário real, que está lá, e o fim dos investimentos.

Quero concluir, Sr. Presidente, parabenizando o Presidente Lula pelo discurso animador e de estadista que fez para o País, o qual fez até o Bolsonaro mudar de comportamento, passando a usar máscara.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 700/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Exigência de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi a votação da PEC 186, a PEC da morte.

Tentam enganar o povo brasileiro, ao dizer que é necessária a sua aprovação, para garantir que cada cidadão que esteja em dificuldade possa receber o auxílio de 175 a 395 reais, em média, 250 reais. Fica parecendo que os Deputados que não querem votar essa PEC - e, na verdade, ela está para ser votada no plenário da Câmara desde 2019 - ou aqueles que estão votando contra a PEC estão votando contra o auxílio emergencial. É o que tentam jogar para a opinião pública.

Nós votamos o auxílio emergencial no valor de 600 reais e exigimos que continue esse valor. Na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o valor de 250 reais não dá sequer para duas refeições, no restaurante do 10º andar da Câmara dos Deputados, no Anexo IV, para dois Deputados almoçarem. Não dá sequer para o abastecimento de um tanque de gasolina. É muito pouco para uma família. No Tocantins, um bujão de gás já está custando mais de 100 reais. Não daria sequer para comprar dois bujões de gás.

Nós precisamos, Sr. Presidente, da vacina, para que o povo brasileiro possa suportar esta pandemia, que já é a maior do século. O povo brasileiro está passando fome, principalmente aqueles que estão em casa esperando que passe esta pandemia. E o Governo, covardemente, tenta colocar para a opinião pública que é necessário o ajuste fiscal, para garantir 44 bilhões de reais, que representam apenas um sétimo do que foi pago em auxílio emergencial no ano passado, em 2020. Por isso, Sr. Presidente, precisamos da vacina já!

Eu gostaria, Sr. Presidente, que nosso discurso fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*.

Vacina já! Fora, Bolsonaro!

Documento 701/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:36

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de atendimento às reivindicações dos profissionais da segurança pública no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Repúdio às decisões

contrárias à prescrição de medicamentos para o tratamento precoce da Covid-19. Efeitos da negligência nos investimentos na área de saúde.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, bom dia. Eu resolvi falar aqui do plenário, pelo fato de que nós estávamos ali, na reunião da Comissão de Segurança Pública, fazendo uma votação e deixando claro que se está vivendo no Brasil um problema também de segurança. Não é somente um problema de segurança pública, mas envolve a segurança pública.

Ontem nós vimos, em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a defesa da categoria dos profissionais da segurança, porque não há *home office* para eles, não. Eles estão à disposição 24 horas por dia e, quando não estão em serviço de escala, estão nas ruas defendendo a sociedade e sendo procurados pela bandidagem.

Aliás, cada vez mais, nós sabemos que os bandidos estão soltos no Brasil, e nós precisamos ter bandidos presos.

Eu gostaria de deixar clara também uma preocupação nossa de que esta Casa precisa sim definir melhor a legislação em todas as áreas, não somente na segurança, mas em todas as áreas.

Ontem, soubemos que um juiz no Rio Grande do Sul proferiu uma decisão que impede os profissionais de saúde, médicos, da Capital, Porto Alegre, de prescreverem medicação preventiva de enfrentamento à COVID. Ora, para todas as doenças existem medidas preventivas e medicações que podem ser utilizadas. Será que a COVID é a única que não tem? Por que esta proibição?

Como todos sabem, eu sou do Rio Grande do Norte. Ontem, houve uma audiência chamada pelo Presidente do Tribunal de Justiça - e cumprimento o Presidente -, para tentar conciliar os gestores do Governo do Estado e da Capital, que é onde está a maior parte da população. Ele tentou fazer a conciliação, para que houvesse a aplicação de medicação preventiva. E não houve consenso. Infelizmente, a Governadora é de uma... Tenho vontade de adjetivar, mas, em respeito às mulheres, eu não vou adjetivar. Mas ela não aceitou de maneira nenhuma.

Deixem que os médicos resolvam isso. E esta Casa tem responsabilidade nisso. Na área médica, quem tem que decidir são os médicos. Ninguém tem que ficar prescrevendo medicação para ninguém. Mas o médico que quer salvar vidas tem que ter o direito de fazer isso.

Hoje, nós estamos vivenciando uma situação no Brasil porque, ao invés de terem investido no passado em UTIs, em respiradores, em melhores estruturas para a saúde do País, investiram em estádios de futebol, investiram em dinheiro no exterior. Isso só nos deixou hoje ajoelhados, pedindo pelo amor de

Deus que ninguém fique doente, para não acabar vindo a óbito em função da COVID.

Então, Sr. Presidente, esta é mais uma responsabilidade para esta Casa. Nós precisamos sim trabalhar muito mais em prol do nosso Brasil e do nosso povo.

Sr. Presidente, eu gostaria que as minhas palavras fossem divulgadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 702/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Habilitação de grande número de leitos de UTIs no Brasil nos governos petistas. Aumento dos índices de desemprego no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com os servidores públicos civis e militares. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que nós estamos vivenciando um momento muito trágico.

Em verdade, quem mais construiu leitos de UTI neste País foram os Governos do PT. Os Governo do PT construíram a maioria esmagadora dos leitos que estão na rede pública hoje.

Então, é preciso que se dê aos fatos a sua real dimensão. Chega desse negacionismo da realidade, dessa tentativa de construir uma realidade que não corresponde aos fatos. Há um negacionismo não apenas da ciência, que tem provocado tantas mortes, mas também há um negacionismo da realidade.

A realidade deste País é que cresce o desemprego, cresce a fome. E o Governo não apresentou nenhum tipo de solução ou de proposta para que pudessemos enfrentar a pandemia. Ficou num negacionismo, num negacionismo estruturante que faz com que nós não tenhamos seriedade no Governo.

Acho que Lula tem razão, ao dizer que o Presidente da República deveria deixar de propagar *fake news* e deveria governar e cuidar deste País como foi cuidado durante o Governo Lula, que acabou com a fome e que fez com que tivéssemos investimentos substanciais na educação e na saúde.

O que nós estamos vivenciando agora é um discurso falacioso do Governo de que os servidores públicos têm que dar a sua cota de sacrifício.

E os policiais que estão nas ruas? E os professores? E os assistentes sociais? E os profissionais de saúde, que todos os dias estão nas ruas, defendendo o povo brasileiro, defendendo as políticas públicas necessárias para fazer frente a esta política da morte, direcionada e recrudescida para corpos muito específicos.

Por isso, eu diria que os servidores públicos estão dando a sua cota de sacrifício - grande parte dos servidores estão com os salários congelados desde 2016. Aliás, quem teve o último reajuste em 2017 já acumula uma perda substancial com relação à inflação nos seus vencimentos.

Mas não é só isso, e a reforma da Previdência? A reforma da Previdência atingiu os servidores. E os que dizem que defendem a segurança pública neste País e abandonam os policiais e os profissionais da segurança, que merecem ser respeitados por esta Casa? Alguns dizem que é preciso conter os grandes salários ou penalizar quem ganha muito. Ontem, nós tivemos um destaque do PSOL nesse sentido, mas votaram contra. Alguns dizem também que é preciso ter o auxílio emergencial de fato, mas ontem tivemos a oportunidade de fazer com que ele fosse digno para a população brasileira, mas o negaram.

Portanto, é preciso que nós olhemos para o Brasil e que esta Casa deixe de marchar de cabeça baixa e de acordo com os ritmos emanados do Palácio do Planalto.

Essa PEC que nós estamos discutindo é a PEC do cinismo, é a PEC da chantagem...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Despreparo de Jair Bolsonaro para comando do País. Repúdio ao posicionamento do Presidente da República contrário à vacinação do povo brasileiro. Alcance pelo País do patamar fúnebre na liderança mundial por mortes diárias pela Covid-19. Confiança na vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós hoje estaremos nos manifestando sobre uma realidade diferente: Bolsonaro e Lula livre. Lula Presidente!

Vamos lembrar: o Presidente Bolsonaro, desde o início da pandemia, confrontou ostensivamente a ciência perante o combate à pandemia, com falas e comportamentos contra o distanciamento social. Fez apologia ao charlatanismo e ao tratamento precoce, desperdiçou dinheiro público com a compra de medicação ineficaz e conduziu politicamente a ANVISA. Esse posicionamento demonstrou a falta de preparo do Bolsonaro para o cargo que ocupa. Ele não entende que, sem vacinação, haverá mais mortes e não haverá retorno seguro do dinamismo econômico.

Agora mudou, a partir de uma grande pressão social e política, incluindo Prefeitos e Governadores. Só agora mudou, diante de uma tragédia anunciada, com sucessivos recordes de mortes. Hoje o Brasil está prestes a atingir 2.500 mortes num único dia. No final do mês, podemos chegar a 3 mil mortes por dia. O Brasil está alcançando o patamar fúnebre na liderança mundial em mortes diárias por COVID.

Por que só agora, depois de 3 centenas de milhares de vidas perdidas, ele aparece em atos públicos de máscara, defendendo a vacinação? Certamente, o seu credo não mudou nem sua capacidade de ter empatia com o nosso povo, especialmente com os mais pobres. É o Lula livre, com os seus direitos políticos resgatados. Bolsonaro sabe que em 2022 o povo vai comparar a felicidade vivida quando Lula era Presidente com a volta da fome, da carestia e da morte desnecessária dos seus entes queridos.

Essa será a máxima de uma campanha plebiscitária em 2022. O que mudou foi isso, foi o conhecimento da farsa armada para que Lula não pudesse ser candidato em 2018, a comprovação da fraude na condenação de Lula e da provável declaração da suspeição do criminoso ex-Juiz Sergio Moro.

Eu quero ouvir os nossos adversários continuarem falando sobre a prisão de Lula. Hoje é Lula livre. Não tenham medo. É Lula Presidente, para cuidar de toda a nossa gente.

Estou falando com muita alegria e muito orgulho, porque o nosso futuro Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um estadista e está à altura de dirigir o nosso País.

Lula livre!

Documento 704/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caráter histórico do pronunciamento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente e colegas. Subo a esta tribuna hoje para dizer que ontem vivi um momento histórico, aqueles momentos que dificilmente vão sair da memória.

Tive a oportunidade de acompanhar o Presidente Lula no pronunciamento que ele fez no Sindicato dos Metalúrgicos, no ABC, em São Paulo. Foi histórico do ponto de vista do posicionamento da Justiça e do ponto de vista político.

Do ponto de vista da Justiça, porque, naquele momento, o Presidente Lula registrava o que foi mais importante para ele durante esses 5 anos a que foi submetido a uma perseguição jurídica, que aquilo que ele falava, aquilo que ele dizia era verdade. O processo contra ele era ilegal. Ele não poderia ser processado pelo Juiz Sergio Moro nem na Justiça Federal de Curitiba. Lula sempre pediu um julgamento justo e sempre denunciou que aquele processo, aquela injustiça, aquela ilegalidade ia ter reflexos não só na vida dele, mas na vida de todo o Brasil.

Do ponto de vista político, porque, mesmo tendo passado por esses 5 anos de humilhação e perseguição, ficando preso por 580 dias, sem dever, ontem, não havia lá um homem magoado, um homem irritado, que carregasse ódio ou que quisesse ir à forra. Havia, Deputado Paulo Teixeira, um homem querendo lutar pelo Brasil. Ele disse: *"Eu não tenho o direito de ter mágoa. Com toda a dor que eu carrego, a dor do povo brasileiro é maior do que a minha dor"*.

Esse homem fez uma conclamação ao Brasil, chamou todas as forças políticas e sociais, todos aqueles que querem se contrapor ao desastre que estamos vivendo no Brasil, chamou todos aqueles que querem lutar pela vacina para o povo, para ajudar os Governadores e Prefeitos a protegerem o nosso povo da

pandemia, chamou todos aqueles que querem que o povo tenha a renda emergencial de 600 reais, e não apenas de 250 reais por 4 meses.

A renda emergencial é necessária porque o povo não tem emprego, e não tem emprego porque há uma crise econômica e uma crise de saúde. Então, o Estado brasileiro tem que prover.

Lula chamou todos aqueles que querem lutar por emprego e por trabalho para o povo, contra a carestia, por condições dignas de vida, e, claro, fez um enfrentamento a este Governo da morte.

Não sigam os conselhos de Jair Bolsonaro, quando ele pede que não se use máscara, que não se faça isolamento social, que não se cuide na pandemia. Vamos seguir o que dizem os médicos, o que dizem os cientistas, o que dizem aqueles que querem proteger o povo.

O Presidente Lula mostrou ontem o que é ser um estadista, o que é ser uma liderança que tem condições, sim, de dirigir os destinos de um país. Mas não falou de eleição, porque para Lula 2022 está muito longe, nem se colocou. Para o Presidente Lula, o que importa é 2021, uma grande aliança entre aqueles que querem salvar o Brasil da crise a que nós estamos submetidos e dar dignidade ao povo brasileiro. É essa a luta que sempre empreendemos. É essa a luta que Lula nunca deixou de fazer.

Viva a Justiça! Viva Lula! Viva a luta do povo!

Documento 705/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acompanhamento pelo orador do pronunciamento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Gravidade das crises política, econômica, sanitária e social reinantes no Brasil. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Ocupação pelo Brasil da liderança mundial quanto ao número diário de mortes e de contaminados pela Covid-19. Responsabilidade do Presidente da República pelo descontrole da epidemia de coronavírus no País. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-lo, Presidente, dar um bom dia a todos os brasileiros e brasileiras

que acompanham esta sessão da Câmara e a todos os colegas Deputados e Deputadas.

Eu também, Deputada Gleisi Hoffmann, Presidenta do PT, acompanhei e assisti a distância toda a fala do Presidente Lula ontem. Foi uma fala carregada de esperança, uma fala carregada de projetos e sugestões concretas para retirar o Brasil daquela que é provavelmente uma das maiores crises políticas, sociais, econômicas e sanitárias de toda sua história, Deputado Jorge Solla, Deputado Joseildo Ramos e Deputado Frei Anastacio Ribeiro, que vejo aqui na tela.

O Brasil vive o caos do bolsonarismo. O Brasil vive o impacto, Deputado Heitor Schuch, de um dos piores Governos de toda a sua história. Bolsonaro agrava a economia, porque adota uma receita econômica falida no mundo inteiro. Ontem, os Estados Unidos injetaram um pacote de 1,9 trilhão de dólares para aquecer sua economia. E o Governo Bolsonaro propõe cortes de investimentos públicos em saúde, educação, infraestrutura, em apoio à agricultura e incentivo à atividade econômica. Bolsonaro conduz o caos no enfrentamento da pior pandemia, provavelmente, do século, que atinge o mundo inteiro. E a sua atitude diante da pandemia levou o Brasil, infelizmente, a um título que nenhum de nós queria ver o País. Ontem, Deputada Rosa Neide, o Brasil foi o país do mundo com o maior número de mortes por COVID-19. E o Brasil foi o país do mundo com o maior número de novos infectados por COVID-19.

Bolsonaro conseguiu o que queria: a pandemia está fora de controle, a pandemia se tornou pior. E ele tentava convencer o povo brasileiro de que, se deixasse o controle da pandemia à deriva, a economia ficaria bem. Mas agora a economia está cada vez pior, porque não há solução para a economia, Deputado Jorge Solla, em lugar nenhum do mundo, enquanto a pandemia não for controlada.

Para controlar a pandemia, é preciso fazer o que disse este grande estadista do nosso País, o companheiro Lula, na fala de ontem. É preciso respeitar os critérios da ciência; é preciso seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde; é preciso comprar vacinas e vacinar o povo brasileiro; é preciso fazer propaganda dos controles da pandemia; é preciso, e eu concluo com isto...

Peço, Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Concedo mais 1 minuto para o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Agradeço muito, Sr. Presidente, a sua compreensão.



Quero encerrar com mais esta parte da fala do Presidente Lula. Ele disse ontem o que nós dizemos desde que se iniciou a pandemia. É preciso montar um grande comitê de inteligência nacional na área de saúde, de infectologia, de todas as áreas afins, para que este comitê oriente semana a semana, dia a dia, o nosso País e o nosso povo sobre como enfrentar a pandemia. Chega de mentiras sobre cloroquina, ivermectina, *spray* nasal!

Quero pedir, numa ponta de ironia e desabafo, ao Presidente Bolsonaro que encha o avião presidencial do Brasil com a cloroquina que tem sobrando e vá a algum lugar do mundo para trocá-la por vacinas. Ninguém quer cloroquina. Nós precisamos é de vacina para proteger o nosso povo, de campanha publicitária informativa para o nosso povo, o que infelizmente nós não temos.

Documento 706/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-09:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Regozijo com o pronunciamento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em recente entrevista concedida a veículos da mídia nacional. Classificação do Governo Jair Bolsonaro como o pior da história do Brasil. Vinculação entre a morte de 260 mil brasileiros pela Covid-19 e a atuação negacionista do Presidente da República. Posicionamento do orador contrário à aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Hoje realmente o povo brasileiro acordou retomando as esperanças. A fala do Presidente Lula ontem colocou uma luz no fim do túnel do desastre que é o atual Governo Bolsonaro.

Eu vou discordar de você, Deputado Henrique Fontana. Este não é um dos piores Governos, este é o pior Governo da história deste País. Ninguém, nenhum Presidente teve uma condução que levasse à morte mais de 260 mil pessoas. Nem os Presidentes que levaram a outros desastres chegaram a esse número tamanho, ao genocídio que está acontecendo no Brasil.

O que me deixa mais indignado é que, no momento em que batemos novos recordes de mortes, de novos casos, de hospitais superlotados, a posição do Governo, a prioridade do Governo é vir para o Plenário do Congresso Nacional,

como fizeram ontem, com a PEC da chantagem, com a PEC da maldade, para obrigar os Deputados a votarem o congelamento de salários dos servidores públicos, inclusive os da saúde; para obrigar os Deputados a votarem o projeto que quer tirar 230 bilhões de reais, até 2025, dos fundos sociais da saúde e da educação para colocar no bolso dos banqueiros, do rentismo.

Esta é a missão de Paulo Guedes: aumentar os lucros do capital financeiro daquela elite do atraso deste País que vive da especulação, que vive da dívida pública.

Mas tirar da saúde em um momento em que tantas vidas são perdidas, no momento em que se precisa ampliar os recursos?

Eu não consigo, como profissional de saúde, como médico -- você também é médico, Deputado Henrique Fontana --, nós não conseguimos aceitar que fiquem batendo palma para os colegas profissionais de saúde, tecendo loas e passando a rasteira no Congresso Nacional, quando, na verdade, o que querem é congelar salário dos nossos colegas nas três esferas do Governo.

É muito cinismo, é muita hipocrisia de quem diz defender o SUS, de quem diz defender os profissionais da saúde, votar para tirar 230 bilhões do fundo social, votar para acabar com concurso público, para congelar salário mínimo, para congelar salário dos servidores da saúde. Não dá para aceitar isso!

Espero que hoje, na votação do segundo turno, nós possamos avançar ainda mais. Felizmente o destaque para derrubar a expropriação pelos banqueiros dos bilhões do fundo social foi aprovado.

Tenho certeza de que hoje poderemos ter mais algum avanço importante.

Vamos à luta em defesa da vida e da saúde.

Fora, Bolsonaro!

Chega de genocídio!

Documento 707/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 2.349 mortes no País, nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19.

Alcance do patamar de 260 mil óbitos no Brasil provocados pela doença viral.

Vinculação entre as mortes decorrentes do coronavírus e a falta de vacinação do povo

brasileiro. Inadmissibilidade de retirada de direitos dos servidores públicos pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente.

Bom dia, demais pares que nos acompanham nesta sessão de breves comunicados.

Hoje estamos mais impactados do que no dia anterior. Ontem perdemos 2.349 vidas em função da COVID-19. Famílias estão enlutadas. Mais de 260 mil mortes já se acumulam e trazem tristeza, desolamento, fazem um grande corte na vida de quem ainda tinha muito a fazer. Essas pessoas não morreram porque chegou a hora delas. Morreram porque não foram vacinadas. Morreram porque foram infectadas por um vírus num país onde a vacina não está presente, onde o Governo não agilizou os procedimentos para que esses nossos irmãos e irmãs pudessem continuar suas histórias.

E esta Casa, da qual faço parte, hoje está no terceiro dia de discussão e votação da PEC 186/19, um contrassenso com as mortes e com o desespero que ora vivemos. Quando olhamos os discursos, as falas sequenciais dizendo que temos que ajustar, temos que cuidar do controle fiscal e não precisamos nos preocupar com quem neste momento passa fome, isso para mim é uma agressão muito forte.

Outra questão: sou professora, portanto servidora pública, e gostaria de, neste momento, fazer uma reflexão sobre o serviço público. O principal papel do Estado, em qualquer lugar do mundo - e aqui vamos falar do Estado brasileiro - , é o de servir, na ponta, ao cidadão, é o de entregar o serviço que a Nação tem por obrigação entregar. Aqui nós falamos muito da saúde, necessidade primeira, principalmente neste momento, falamos muito da educação e falamos muito da segurança pública. Eu quero estender a todos os servidores, aos servidores da Nação brasileira. Quero chamar a atenção, caríssimos colegas de Parlamento, para um grupo de que ninguém fala. Por exemplo, os agentes fiscais agropecuários e florestais dos Estados. Eles estão neste momento nas estradas, subindo em caminhões, olhando a produção, fiscalizando-a, encaminhando-a, para que chegue aos nossos mercados, tributando-a também, para que a Nação tenha dinheiro. Os agentes fiscais de tributos estão também nas estradas fazendo o seu trabalho. Desde eles, os fiscais de tributos, até os que limpam a nossa cidade, todos merecem o nosso respeito.

Para cada 20 crianças que nascem no Brasil, há uma nova sala de aula. Vamos impedir o nascer para não expandir o serviço público? É isso o que nós estamos pregando aqui? Então, vamos defender a segurança pública, a educação, a saúde, o serviço público.



Eu quero deixar o meu abraço...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 708/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance de 271 mil mortes no país em decorrência da Covid-19. Inoperância e atraso do Governo Federal na vacinação do povo brasileiro contra a doença. Efeitos nefastos advindos da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela propositura.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós iniciamos lamentando o descaso do Governo Federal com as mais de 2 mil mortes em 24 horas, anunciadas ontem. Estamos com 271 mil mortes no Brasil -- aqui no Amazonas foram mais de 11 mil vidas que se perderam - e estamos vendo a inoperância do Governo, o atraso, a demora na campanha de vacinação. Sabemos que, quanto mais rápida for a vacinação, mais rápida será a retomada da economia. Portanto, essa é a prioridade número 1. Infelizmente, essa não é a prioridade do Congresso Nacional.

Estamos vendo a discussão sobre a PEC Emergencial, que, na verdade, não trata do enfrentamento da crise da COVID, da pandemia, não trata de resolver os problemas. O mês de março já está quase na metade, e não existe auxílio, ajuda para os milhões de brasileiros e brasileiras que estão sem renda, sem nada. Muita gente está passando fome. A previsão de recursos, nesta PEC, para o auxílio emergencial é sete vezes menor do que aquilo que foi gasto no ano passado para ajudar a população, para ajudar a economia.

Eu vi ontem muitos discursos de Parlamentares da base do Bolsonaro e até de Deputados do Amazonas sobre esta PEC, sobre a ameaça contra a Zona



Franca de Manaus, contra a economia do Amazonas. Eles se esquecem de que esse recurso circula na economia. Ele não fica no banco, ele vai para o comércio, para a geração de emprego. Ele gera mais renda. Aliás, essa é a política do Bolsa Família. Cada real do Bolsa Família representa 1,8 real, ao circular na economia. Portanto, é um recurso que não só ajuda diretamente a população, que combate a fome, mas que também colabora com a economia e para a arrecadação pública. Isso os Parlamentares da base do Bolsonaro não falam. Falam apenas que isso é gasto, que é preciso conter gastos e fazer ajustes, exatamente na contramão do que é realizado por outros países que estão enfrentando de verdade a pandemia, com recursos para a economia, para as pequenas e microempresas e, principalmente, para a população que necessita.

Com esta PEC, o que vai acontecer? Haverá menos recursos ainda para moradia, para habitação popular -- acabaram com o Programa Minha Casa, Minha Vida --, para saneamento, para mobilidade. Ela afetará diretamente os funcionários públicos. Eu vi ontem Parlamentares militares desesperados, porque é uma PEC que prejudica a categoria.

Portanto, nós vamos insistir: temos que ajudar a população que está precisando...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 709/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Despreparo do Governo Jair Bolsonaro para atendimento às demandas do povo brasileiro durante a epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente da República com a aquisição de vacinas contra a Covid-19. Regozijo com declarações do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a coletiva concedida à imprensa brasileira. Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me pronuncio neste período dos Breves Comunicados, primeiro, para me solidarizar com todo o Brasil. Mas não só para isso.

Ontem, depois de muito tempo, nós conseguimos ouvir palavras como "emprego", "renda", "saúde", "vacina", "proteção", "solidariedade", "empatia" de um líder político. Isso porque se começa a fazer justiça no Brasil e a se colocar as coisas no devido lugar.

A eleição de Jair Bolsonaro é parte de uma fraude engendrada a partir de Curitiba, a partir de Moro e de Dallagnol, a partir do uso do sistema de Justiça para o interesse de poucos, contra todo este Brasil. O resultado disso é que, durante a pandemia, nós não estamos preparados, nós não estamos com um governo que trabalhe pela população.

Utilizo uma informação dada pelo ex-Ministro Arthur Chioro. Ele disse que, para o enfrentamento ao H1N1, o Brasil comprou vacinas de cinco fontes diferentes, para garantir que não faltassem para os brasileiros e brasileiras. Ele compara com o atual momento, em que o Brasil desprezou o consórcio internacional e desprezou as 70 milhões de doses da vacina da Pfizer. O Brasil, através e por conta do seu Governo, abandonou o povo brasileiro à miséria e à morte.

Mas ontem nós ouvimos um líder falar de esperança. Essa liderança política, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, coloca uma nova condição para a política brasileira. Nunca foi tão claro que é na política - na Câmara dos Deputados, no Poder Executivo, na ação política - que se define o destino de uma nação, da democracia, até mesmo da vida e da morte. O SUS ou o abandono da saúde? A escola pública ou o abandono dela? Agora, nesta PEC 186, 230 bilhões de reais foram retirados do Fundo Social. Foi o que denunciou, há poucos momentos, o Deputado Jorge Solla.

Pois bem, senhores. Nós estamos aqui para fazer outra história neste País. É por isso que eu saúdo o Presidente Lula e digo ao Brasil que há esperança na política quando um líder político da magnitude de Lula fala aquilo que importa para a população: vacina para todos, desenvolvimento, Brasil justo.

Eu diria ainda: Fora, Bolsonaro! Bolsonaro deve ser "impeachmado" ou interdito!

Muito obrigada, senhores e senhoras.

Documento 710/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Homenagem póstuma às vítimas da Covid-19 no Brasil. Registro de 2.349 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da doença. Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela propositura. Luta dos profissionais da segurança pública pela manutenção de seus direitos na votação da PEC Emergencial.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro eu queria homenagear todas as vítimas da COVID no Brasil, cujo número, lamentavelmente, continua aumentando. O fato de, em 24 horas, terem morrido 2.349 pessoas - um recorde mundial - envergonha-nos, deixa-nos indignados. Em poucas palavras: isso é absurdamente inaceitável!

Pois bem. No meio da pandemia, quando o Governo deveria ter no mínimo sensibilidade, quando deveria ter no mínimo compromisso com a vida e, portanto, deveria estar preocupado com investimentos na saúde, na estruturação do serviço público, no auxílio emergencial suficiente para as pessoas viverem minimamente, com dignidade, o Governo está concentrado, com o trator ligado - porque não se respeitam sequer as regras regimentais para conceder a palavra ou até mesmo para encerrar uma sessão e começar outra -, o Governo, então, está preocupado com ajuste fiscal.

O Governo inventou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 186 seria para o auxílio emergencial. Não é, não é. Ali não está definido qual é o auxílio emergencial. No ano passado, o valor destinado para o auxílio emergencial foi de 320 bilhões de reais. Sabem quanto está proposto na PEC 186? Quarenta e quatro bilhões de reais, 7 vezes menos. Portanto, a perspectiva é de fome, a perspectiva é de morte.

Nós, evidentemente, queremos dialogar, especialmente com a população brasileira, porque muitos servidores públicos votaram neste Governo. Os policiais militares votaram neste Governo e agora, evidentemente, procuram na Oposição algum tipo de apoio. E tiveram. Ontem obtivemos uma vitória significativa em plenário, a partir da intervenção do Deputado Afonso Florence, do PT. Muitos mudaram de voto, até Líderes mudaram de posição. Policiais militares forçam o seu partido de direita a mudar de posição. Estou fazendo o registro, mas não é para ofender, é para chamar a atenção. Não se pode lutar apenas pelo privilégio dessa ou daquela categoria. Serviço público é distribuição de renda num país que tem uma das piores concentrações de renda do planeta.

Enquanto o incompetente deste Governo vai na contramão do mundo todo, é preciso dizer que não podemos pensar, a partir dos gastos e das receitas, em taxar o Super-SIMPLES. Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 711/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Impactos sobre a área social decorrentes da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, nesta manhã de quinta-feira, aproveitar a oportunidade para prestar alguns esclarecimentos à população. Circula a informação - seria uma desinformação - de que alguns Parlamentares votaram contra o auxílio emergencial. Na verdade, e queria deixar isso claro para a população, o que nós votamos, e ainda estamos votando, é exatamente a PEC 186, a PEC Emergencial, que promove um profundo ajuste fiscal nas contas públicas. A proposta afetará profundamente os gastos públicos e, sobretudo, os setores sociais, reduzindo-se os serviços para a população em várias áreas, como educação, saúde, assistência social. Serão diminuídos os serviços que o Estado brasileiro pode prestar à população, em especial a mais carente e necessitada.

Essa PEC é cruel, em particular neste momento de crise que nós estamos enfrentando, de pandemia, de desemprego, de profunda situação social vulnerável, que vai agravar a desigualdade social, a concentração de renda. Portanto, nós não votamos auxílio emergencial. O que essa PEC estabelece é destinar, além do ajuste fiscal, um valor de 44 bilhões de reais para serem gastos no auxílio emergencial. Ocorre que esse valor, como foi dito

anteriormente, é sete vezes menor do que aquele gasto anteriormente, no ano passado, quando aprovamos o auxílio de 600 reais. Depois, o Governo baixou o valor para 300 reais, e quer agora, pelo que se está veiculando, destinar apenas em torno de 250 reais, e por poucos meses - 4 meses.

Essa PEC vai impactar o social, vai ainda ser cruel com o valor do auxílio emergencial. Com isso, nós vamos ter, com certeza, uma situação de profunda desigualdade social, de arrocho e de dificuldade para a vida dos brasileiros, sobretudo para aqueles que mais precisam.

Por isso, nós votamos contra, porque não podemos concordar com a política criminoso desse Governo, que sequer atende...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 712/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Encaminhamento ao órgão de propostas em benefício da região do Guanambi, especialmente do Vale do Iuiu, no Estado da Bahia. Registro de 2.349 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Imediata vacinação em massa da população brasileira contra a doença. Defesa de concessão do auxílio emergencial de 500 reais a trabalhadores e famílias carentes durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, é um prazer falar com V.Exa. na Presidência, à frente dos trabalhos da Casa.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero registrar e agradecer ao meu partido, o PSD, a indicação de meu nome como titular da Comissão de Agricultura da Câmara Federal. Esse é um setor ao qual sempre fui ligado, como profissional e produtor rural. Como em todas as funções que já exerci na minha vida

pública, pretendemos retomar pautas importantes por meio de propostas do nosso mandato, as quais levaremos a essa relevante Comissão.

Estas são as propostas da nossa região de Guanambi, especialmente do Vale do Luiú, no sudoeste baiano: projeto de irrigação do Vale do Luiú; requalificação do programa de irrigação do Projeto Estreito, nas cidades de Urandi e Sebastião Laranjeiras; fortalecimento da agricultura familiar; acesso dos pequenos e médios agricultores; energia solar, hoje projeto importantíssimo para os agricultores familiares; novas tecnologias de produção de leite.

Agradeço, portanto, ao partido a minha indicação.

Agora trato de uma notícia triste: 2.349 novas vítimas da COVID-19 no País. A vacinação tem que ser em massa, e já, assim como o auxílio emergencial deve ter 8 parcelas, e não 4. Nesse período, não vamos acabar com a pandemia no País da forma como ela está aí. Portanto, a nossa defesa, e creio que a defesa de muitos colegas Deputados, é que esse auxílio emergencial tem que permanecer até o último dia da pandemia. Temos que socorrer a nossa população neste momento difícil em que vivem as famílias. A inflação disparou, o preço dos alimentos sobe todos os dias, também os combustíveis.

O auxílio emergencial de 250 reais dá para comprar um bujão de gás. Sobra mais o que para passar os 30 dias? Por isso, nós defendemos o auxílio emergencial de 500 reais enquanto durar a pandemia. E vacina já!

Quero agradecer a V.Exa. a oportunidade, Sr. Presidente, e pedir a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia a V.Exa.

Documento 713/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Votos de profícua gestão ao Deputado Dr. Frederico na Presidência da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa. Críticas ao conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância da vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19, e das outras medidas de contenção do avanço da epidemia de coronavírus no País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, quero destacar e agradecer a todos que participaram, há pouco, da instalação da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, que tive a honra de presidir em 2019. Com os trabalhos da Comissão suspensos em 2020, pude ajudar a acompanhar a pauta em defesa do idoso durante a pandemia. Desejo sucesso ao novo Presidente, o Deputado Dr. Frederico, do Patriota de Minas Gerais.

Mas, Sr. Presidente, há 2 dias nós estamos tendo sessões longas, que vão até a madrugada, para, no nosso caso, obstruir e levar o debate à população brasileira acerca dessa PEC erroneamente chamada de emergencial. Trata-se, na verdade, de uma proposta de 2019, anterior à pandemia, portanto, sem nenhuma vinculação com a pandemia ou com o auxílio emergencial.

A PEC faz um ajuste fiscal rigoroso, tendo como foco restrições duras ao funcionalismo público federal, estadual e municipal, condicionando medidas para socorrer os Estados e Municípios. Ela apenas trata do teto de gastos com relação a esse futuro auxílio emergencial, que define 44 milhões de reais para 4 meses, donde se calcula que pelo menos 30 milhões de pessoas estarão sem direito de acesso a esse auxílio emergencial.

Fala-se que uma medida provisória definirá o auxílio em 250 reais, em média, e até, em alguns segmentos, em 175 reais, transformando a política de auxílio emergencial em Vale Gás. Isso não é um auxílio. O auxílio de que o povo precisa e queremos é de 600 reais, em condições de comprar uma cesta básica e de socorrer a economia nacional, fazendo com que ela gire.

Defendemos o auxílio emergencial. Defendemos o direito dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. Defendemos que todos os que tiveram direito ao auxílio - claro, com exceção das fraudes -, que possam continuar tendo esse direito em 2021, até o final da pandemia. Defendemos vacinação e medidas restritivas para conter a velocidade de contágio que o vírus vem alcançando no Brasil. Viva a vida do povo brasileiro e em defesa do auxílio!

Também, Sr. Presidente, quero ressaltar a necessidade do debate em relação às restrições indispensáveis para que nós possamos ter a garantia...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Perplexidade ante os termos de baixo calão dirigidos pelo Presidente da República ao povo brasileiro. Alcance da marca de 270 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Posicionamento do PT e do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Retirada de direitos do funcionalismo público pela propositura. Defesa restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, quero aqui saudar os nossos colegas e dizer que, em primeiro lugar, estou apavorado pela maneira de baixo nível, com palavras de baixo calão, com que o Presidente da República trata o povo brasileiro.

Mais de 270 mil brasileiros morreram por causa do coronavírus. Desde agosto, o Brasil já poderia ter negociado com os países que produzem vacina contra o coronavírus para salvar a população.

O Presidente da República é marqueteiro e a favor de que as pessoas morram pelo coronavírus. Ele anda sem máscara, faz aglomerações. Enquanto isso, o povo está morrendo, os hospitais estão cheios, como no Rio Grande do Sul, com as UTIs abarrotados de pessoas.

As famílias estão se vendo abandonadas pelo Governo Federal. Os profissionais da área da saúde, totalmente abandonados, totalmente abalados, veem-se amarrados, porque não têm como resolver a situação.

O remédio é manter o distanciamento, utilizar álcool em gel, usar máscara, ficar em casa, quem puder. Precisamos defender também as nossas empresas. E vacina já, vacina para salvar o povo brasileiro!

Outra questão é a PEC 186. A PEC da morte, podemos chamá-la assim, serve para sucatear o Estado, perseguir eleitores do próprio Presidente, que são, no caso, os funcionários públicos. Diga-se de passagem, a maioria dos funcionários públicos federais votaram no Mito, e agora ele está rechaçando a ajuda que eles lhe deram. Mas não é esse o caso, o de quem votou ou deixou de votar. Precisamos neste momento fortalecer o Estado e não perseguir quem

está defendendo o povo brasileiro, que são os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, principalmente os da área da saúde.

Por isso, o PT vota contra. Por isso, eu vou votar contra. É preciso que o auxílio emergencial não seja essa mesquinha de 250 reais. É preciso que volte a ajuda de 600 reais. Lá atrás, diga-se de passagem, se fosse pelo Presidente da República, o auxílio teria sido de 200 reais e não de 600 reais.

Estas duas questões - auxílio emergencial de 600 reais urgentemente e vacina - são para ontem, para anteontem, para o ano passado.

Sr. Presidente, peço que esta minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 715/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Manifestação de apoio aos profissionais da saúde engajados na luta contra a epidemia de coronavírus. Votos de condolências aos familiares das vítimas da Covid-19. Apelo à Casa de votação e aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, relativo à fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Congratulações ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por entrevista concedida a veículos da mídia nacional.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito, de antemão, que esta minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara.

Colegas Deputadas e Deputados, quero manifestar neste momento todo o meu respeito ao trabalho que os profissionais de saúde estão realizando há mais de 1 ano no enfrentamento desta pandemia. Expresso os meus sentimentos às centenas de famílias de profissionais de saúde que perderam entes queridos para a COVID-19.

Faço um apelo ao Presidente da Câmara, no sentido de que esta Casa não fique só nos elogios aos profissionais de saúde. Eu apelo para que seja colocado em pauta o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que fixa em 30 horas a jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem. Esse projeto foi aprovado pelo Senado, e está engavetado nesta Casa desde 2000. A enfermagem espera por essa ação da Câmara há 21 anos. Quando se trata de

matérias que prejudicam trabalhadores e servidores públicos, a pressa é muito grande para votá-las.

Quando se trata de matérias que atendem banqueiros ou o agronegócio, o batalhão do Governo se mobiliza para colocá-las em pauta e votá-las até na calada da noite. Quando se trata de retirar direitos e prejudicar o povo, como no caso da PEC Emergencial, tudo é muito fácil.

Sr. Presidente, solicitamos que deixem a maldade de lado por um momento e pensem na carga horária da enfermagem. Vamos fazer justiça a essa categoria. O Senado já fez a sua parte. Agora esta Câmara deve praticar um ato de humanidade em favor dos enfermeiros.

Agora quero também, como tantos outros que já falaram, parabenizar o nosso grande estadista Luiz Inácio Lula da Silva pela sua entrevista ontem. Foi uma entrevista que toda a população brasileira e pessoas fora do Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 716/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:44

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante os rumos do País. Luta pela utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, na aquisição de computadores para escolas públicas. Posicionamento do PT contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio do partido à retomada do auxílio emergencial de 600 reais e à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria dizer este é um momento decisivo quanto à história do Brasil. Digo isso porque não se trata apenas de decisão sobre uma PEC, trata-se também de decisão sobre rumo queremos tomar. Queira Deus que esse rumo possa ser retificado, reformulado adiante. Nesta altura da situação, fazer o está sendo feito, um

processo absurdo de chantagem - chantagem! - contra o povo brasileiro, é uma coisa inadmissível, Sr. Presidente. Inadmissível!

Quanto ao auxílio, já é de praticamente 4 meses a expectativa de pagamento. Não vai ficar pronto, todo bonitinho, para ser pago em março. E, infelizmente, vamos viver mais algum tempo vendo nosso povo brasileiro receber um auxílio bem menor. Vai receber um auxílio bem menor, e durante 4 meses só.

Todos os economistas e o próprio Governo reconhecem isto. A única coisa que poderíamos dizer que foi positiva, considerando-se aspectos econômicos, foi o PIB, e isso só aconteceu porque, quando o dinheiro chegou à mão do pobre, a economia rodou.

Nosso Presidente Lula sempre diz, e é verdade, que o pobre não é o problema. O problema são aqueles que querem acabar com o Estado brasileiro, com a sua soberania, que preferem que o Brasil seja a filial do capital internacional e não conduza o próprio destino. Esse é o problema maior do nosso País.

Nós lutamos muito para que dinheiro do FUST fosse utilizado para comprar computadores para escolas públicas do País, a fim de beneficiar professores, estudantes, oferecendo-lhes Internet gratuita e de qualidade. Agora vemos que parte de recursos do FUST pode chegar ao povo brasileiro, mas tenho certeza de que o sistema financeiro vai abocanhar grande parte desses recursos. Na prática, infelizmente, foram extintos, na medida em que vão servir para pagar o auxílio emergencial e fazer outras movimentações financeiras, com autonomia do Governo Federal.

Nós do PT somos contra esta PEC, somos a favor do auxílio de 600 reais até que a pandemia acabe. E somos a favor da vacina. Nós queremos que o povo brasileiro seja tratado com o respeito que merece. Ainda bem que a libertação de Lula já gerou na cabeça do Presidente uma pauta que ele agora vai ter que acompanhar, que é a pauta da defesa do Brasil. Se ele não fizer isso, vai sentir na pele o resultado, e ainda vai ver quem realmente ama este País fazer a defesa do Brasil.

Documento 717/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:48

Publ.: DCD - 12/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio à reforma administrativa. Defesa de extinção da estabilidade dos servidores públicos.



O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente e nobres colegas. É uma satisfação estar participando desta sessão.

Eu estou muito feliz, porque acredito que vamos concluir hoje a votação da PEC Emergencial, que é tão importante, é fundamental para o desenvolvimento e a segurança do Brasil.

Ela trata de equilíbrio fiscal, mas estão fazendo confusão, estão dizendo que é uma PEC que está casada com a aprovação do auxílio emergencial. Isso não tem nada a ver. Para que haja mais auxílio emergencial no futuro, quem sabe, precisamos de economia estabilizada, temos que respeitar o teto e tem que haver ajuste fiscal no Brasil. Este é um país que se propõe à seriedade. Tem independência hoje o Banco Central.

Nós não estamos brincando com a economia do Brasil. Infelizmente, a grande maioria da Esquerda não sabe o que é economia nem no dia a dia, muito menos sabe o custo econômico para se contratar um funcionário, para se contratar um empréstimo no banco ou então para se pagar impostos federais. Ela não tem essa noção. Tem a noção de que o Estado tem que ser muito grande, para que possam muitos viver do Estado.

Felizmente vem aí a reforma administrativa. Lutarei para que acabe a estabilidade. Muitos funcionários públicos - não estou generalizando, não estou generalizando -, porque têm estabilidade, trabalham muito menos do que deveriam. Na iniciativa privada, quem não trabalha vai embora. Isso é o normal! Querem estar no emprego, mas não querem trabalho? É o mínimo, ainda mais para um funcionário público. Quem entra na vida pública entra para ajudar a sua cidade, ajudar o seu Estado, ajudar o seu País. No mínimo, é isso. Quer emprego, mas não quer trabalho? Não estou generalizando, mas, para que o Brasil ocupe a posição que lhe está reservada no cenário mundial, precisa de trabalhadores no serviço público que tenham o máximo de dedicação e de amor à causa. Os Parlamentares também têm que ter o sangue verde-amarelo na veia, têm que buscar no fundo da alma o patriotismo e demonstrar o seu amor ao País. É isso que nós temos que fazer.

A aprovação desta PEC é fundamental para que venhamos a conquistar o espaço que nos está reservado no mundo, o de uma grande nação mundial.

Queiram ou não os urubus de plantão, o Brasil está dando certo e vai dar muito certo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 718/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ineficácia das reformas trabalhista e previdenciária; das terceirizações; do estabelecimento do limite de gastos e das privatizações, como medidas de retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Ineficiência da gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Expectativa quanto ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputadas, Deputados, público que acompanha esta sessão, a esperança voltou. Ontem, com certeza a esperança se irradiou pelo País, alegrou o coração de milhões de brasileiros e brasileiras que acreditam que o Brasil pode voltar a ser o país da fraternidade, da alegria, da comunhão, da solidariedade.

O Brasil, infelizmente, vem sofrendo há alguns anos. Algumas promessas foram feitas. Prometeu-se que tudo ia melhorar, que viveríamos um conto de fadas. Bastaria aprovar a reforma trabalhista; bastaria aprovar o teto de gastos, que significa limite ao investimento público; bastaria mudar o comando do Governo; bastaria privatizar; bastaria fazer a reforma da Previdência; bastaria aprovar a terceirização. Tudo isso foi dito, Deputado Rogério Correia, e muita gente acreditou.

Onde vivemos hoje? No Brasil da tristeza; no Brasil da fome; no Brasil do desgoverno; no Brasil do ataque à democracia; no Brasil da pandemia que mata milhares de brasileiros e brasileiras, vitimando diversas pessoas, jovens e idosos, mulheres, homens; no Brasil do Governo que não faz sequer a lição de casa, que não cumpre com a sua obrigação básica. Este é o Brasil do desemprego, onde famílias voltaram a sofrer e sentir, no dia a dia, as dificuldades mais básicas. Esse é o Brasil em que estamos vivendo.

Mas não é este o Brasil que nós queremos. Justiça começou a ser feita. Ontem, um novo sopro, um novo oxigênio encheu o coração de muita gente, de muitos brasileiros e brasileiras que sentiram no Presidente Lula a energia, o projeto, a visão de mundo, mas principalmente o compromisso com o seu povo, com a sua Pátria.

Sem dúvida alguma, é esse Brasil que se vai retornar, a partir de 2022, com Lula Presidente.

Documento 719/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-10:56

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ZECA DIRCEU-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal, de anulação de condenações impostas ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Expectativa quanto ao julgamento, pela Suprema Corte, do pedido de suspeição do então Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processos envolvendo o ex-Presidente da República. Contentamento com a entrevista concedida pelo líder petista à imprensa brasileira.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, a chama da esperança voltou muito forte nos corações e nas mentes de cada brasileiro e cada brasileira.

A decisão de segunda-feira que, de forma justa, ainda que tardia, anulou todas as condenações que vinha sofrendo o ex-Presidente Lula; o avanço do Supremo Tribunal Federal, terça-feira, no julgamento que vai estabelecer a suspeição do então Juiz Sergio Moro, que não atuou como juiz, todos sabemos, atuou como elemento de acusação e cometeu inúmeras ilegalidades; e principalmente a entrevista coletiva, o pronunciamento ontem do ex-Presidente Lula são fatos de grande magnitude política. São fatos que mexeram positivamente com a (*falha na transmissão*) possibilidade de Lula disputar e ganhar as eleições no ano que vem.

A esperança vem também pela forma como Lula se apresentou, pela maneira como ele debateu, dialogou e tratou os órgãos de imprensa do nosso País e, principalmente, pelas mensagens que Lula trouxe à Nação brasileira.

A fala de Lula mostra o que ele já provou ter quando governou, por duas vezes, o nosso País: serenidade, coerência, equilíbrio, bom senso. Estas são as marcas que ficam desse momento: experiência, competência, capacidade de sentimento, capacidade de solução diante da dor por que passa o nosso País. Com o agravamento da crise sanitária, o País está cada vez mais habituado, infelizmente, a ver milhares e milhares de mortes todos os dias. E o País não vê horizonte de geração de renda e desenvolvimento. Tem um Governo que teima (*falha na transmissão*) a educação.

É claro que este País se enche de esperança quando vê um líder como Lula se manifestar à Nação brasileira, e os reflexos são vários. O próprio Presidente Bolsonaro começou a usar máscara. O próprio Presidente Bolsonaro começou a falar em vacina. Que Lula continue falando! Que Lula continue trazendo esperança ao nosso País!

Documento 720/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:00

Publ.: DCD - 12/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, obrigado pelo espaço que V.Exa. me proporciona.

Eu não poderia deixar de fazer menção à importância da PEC Emergencial. Ela é pertinente, é necessária, porque dá ao Governo Federal a possibilidade de conceder o auxílio emergencial às pessoas carentes, às pessoas pobres, a milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, aos informais, para que possam sobreviver neste período de pandemia e de crise econômica.

Sr. Presidente, a PEC Emergencial promove o equilíbrio das contas públicas, necessário, fundamental! Não adianta agir de maneira populista aqui ou fazer média com quem quer que seja. Esta é a realidade: o País está com dificuldades financeiras, estamos numa pandemia, numa crise econômica sem precedentes!

Votar a favor da PEC Emergencial não significa votar contra o servidor público. Significa garantir o equilíbrio das contas públicas. Com o equilíbrio das contas públicas, vamos incentivar e alavancar o setor produtivo do nosso País. Com isso - é uma cadeia, todos sabem -, vamos garantir o pagamento em dia do salário dos servidores públicos do Brasil! Não há dinheiro, não há recursos! As contas estão desequilibradas. Os servidores do Brasil entendem isso, estão conscientes. Neste momento de crise, de grave crise econômica, não dá para dar aumento para ninguém, não dá para promover ninguém.

O pagamento dos salários em dia, pela União, pelos Estados e pelos Municípios - vamos fazer todo o esforço quanto a esta PEC para que isso aconteça -, é fundamental, é um grande avanço, é tudo para o servidor. Gestores que agiram com irresponsabilidade, com populismo, levaram o Rio

Grande do Sul, Minas Gerais, o Rio de Janeiro à catástrofe. Lá, os servidores públicos não recebem em dia o salário. É isso!

A PEC é fundamental para o equilíbrio das contas públicas e, sobretudo, para a retomada econômica do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 721/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:04

Publ.: DCD - 12/03/2021 --LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de leitos de UTIs para pacientes da Covid-19 no Distrito Federal.
Descontentamento com a gestão da saúde pública pelo Governo de Brasília. Denúncia de desvio de recursos federais destinados ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente, aproveito este momento, nesta manhã, para manifestar uma grande preocupação. Estou recebendo ligações de amigos, eleitores, conhecidos, desconhecidos, em que afirmam que não mais existem UTIs disponíveis no Distrito Federal. Assessores de Parlamentares de outros Estados, por saberem que estamos aqui no DF - sou do Distrito Federal -, acreditam que talvez tivéssemos como ajudá-los. Não existem UTIs disponíveis no DF. Se existissem, a mãe do meu pastor, pessoa com quem eu convivo constantemente, todos os dias, não teria falecido por falta de UTI.

Venho a esta tribuna demonstrar minha total insatisfação com a gestão da saúde no Distrito Federal. Não há mais como fazer a defesa, não há mais como ser base, não há mais como ser aliado de quem não se precaveu e não se preparou, depois de tantos anúncios de que haveria uma segunda onda e de que ela seria pior do que a primeira. A ignorância de alguns ultrapassa o que podemos chamar de omissão. Isso já deixa de ser irresponsabilidade e passa a ser um ato criminoso contra a vida humana.

Portanto, eu não posso me calar e ficar parado, assistindo a um *show* de horrores que a saúde vem promovendo no Distrito Federal. Além das denúncias de corrupção, além das prisões efetuadas, além das investigações sobre desvios de recursos para combate à COVID disponibilizados pelo Governo Federal ao DF, agora há um verdadeiro desleixo na saúde pública, o que, conseqüentemente, atingiu o setor produtivo. Os empresários estão sendo, mais uma vez, afetados; os empregos, mais uma vez, estão sendo

afetados, porque não se levou a sério um assunto em relação ao qual todo o mundo - não só o DF, não só o Brasil - sabe que é preciso preparação, sobretudo na área da saúde. Isso é necessário para enfrentarmos momentos como o que agora estamos vivendo. Não foi por segredo, não foi por falta de recursos, não foi por falta de aviso, não foi inclusive por falta de incentivo de vários setores, sabia-se que, se não nos preparássemos, a segunda onda viria e seria pior.

A reabertura do comércio iria trazer um aumento significativo de contaminados.

Por que não estamos preparados para isso? Em vários Estados do Brasil, nós estamos vendo isso. O que fizeram com o dinheiro investido nos Estados? Para onde foram os recursos? Compras de testes que não funcionam foram aos milhões!

Nós precisamos combater mais do que as omissões, mais do que os erros técnicos - se é assim que são pregados -, principalmente o desvio de recurso e a falta de respeito com o dinheiro público.

Obrigado, Presidente.

Documento 722/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:12

Publ.: DCD - 12/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agravamento da epidemia de coronavírus no País. Consequências desastrosas do atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Insanidade da postura do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à imunização contra a doença. Necessidade da implantação de governo de salvação nacional. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão hoje é que a gravidade da crise pandêmica no Brasil atingiu um nível assustador.

O artigo do Vinicius Torres Freire, na *Folha*, hoje, pergunta o seguinte: chegaremos aos 400 mil mortos no Dia das Mães? A 300 mil mortos na Páscoa? E qual é a solução? Nenhuma. Ontem, no Ministério da Saúde, o General Pazuello, que ele apelidou de "Pesadelo", colocou cinco previsões incorretas de chegadas de vacinas. Eram 46 milhões, já baixou para 22 milhões, em cinco recapitulações. Ou seja, nós não conseguimos passar de 4% de vacinações em nosso País.

Qual é a consequência disso aqui, Presidente? A consequência é a seguinte: menos vacinas significam mais mortes, mais lotações de UTIs, mais restrições à circulação, menos atividade econômica, mais risco geral do afundamento da economia.

Bolsonaro não entendeu isso. Só com a vacinação em massa a economia poderia abrir e crescer. Ele fez o contrário, afundou a economia, achando que, contaminando em massa, se poderia chegar, digamos, a uma contaminação de rebanho e imunidade coletiva. Isso é uma grande bobagem, não aconteceu em lugar nenhum do mundo. A consequência é que nós estamos assistindo ao morticínio.

É preciso um Governo de salvação nacional. Eles não compraram as vacinas da Pfizer, eles não foram atrás da Sputnik, a ANVISA segurou vacinas. A vacina chinesa não podia, porque era chinesa ou porque era do Butantan. Tudo isso foram erros em série que culminaram com esse desastre.

E o Presidente da República, depois de aparições sem máscara, pregando a contaminação e o fim do distanciamento, ontem resolveu botar a máscara e quer posar com a seguinte frase: nossa arma é a vacina. Na verdade, ele propôs armar a população com fuzil, com metralhadora, e matar o vírus à bala.

Isso, na verdade, é um contrassenso. Não é possível mais suportar esse Governo. E quem não está vendo isso vai ver que a incapacidade desse Governo só pode levar ao impedimento de Bolsonaro, pela perversidade e pela inépcia para continuar dirigindo o nosso País.

Fora, Bolsonaro!

Documento 723/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:16

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GIL CUTRIM-PDT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Iminência de colapso no sistema de saúde no Estado do Maranhão em decorrência da doença. Imediata concessão pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de audiência à bancada federal maranhense para discussão de medidas de combate ao avanço do coronavírus.

O SR. GIL CUTRIM (PDT - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente
Deputado Marcelo Ramos, Srs. e Sras. Parlamentares, subo a esta tribuna com um sentimento de tristeza enorme. Totalizam em nosso País mais de 11

milhões de casos de COVID, mais de 270 mil mortos. Neste momento, solidarizo-me com cada um dos familiares e amigos que perderam pessoas queridas em todo o nosso País. Houve 2.349 mortes em apenas um dia.

Eu chamo atenção, Sr. Presidente, para o nosso querido Estado do Maranhão, cujo sistema de saúde pública e de saúde privada está à beira de um colapso. Deputado Marcelo Ramos, V.Exa. tem bastante conhecimento do que aconteceu em seu Estado do Amazonas. Hoje equiparo o que está acontecendo no Maranhão ao que aconteceu no Estado do Amazonas e, por isso, venho aqui chamar a atenção de todos. Ontem, nós, o coordenador da nossa bancada, o Deputado Marreca Filho, juntamente com todos os Parlamentares, enviamos ao Ministro da Saúde um pedido de reunião urgente.

Presidente Marcelo, não estamos a debater aqui ideologia partidária. Nós estamos aqui para trazer vários casos de vidas que estão indo embora, de entes queridos que estão indo embora. Perdi, esta semana, um tio. Não são números nem CPFs, são nomes que estamos perdendo no Brasil e em nosso Maranhão.

Queremos solicitar à Mesa Diretora que faça uma intercessão, juntamente com a bancada do Maranhão, para que nos façamos ouvir e urgentemente possamos construir caminhos para solucionar essa situação e dar a essas pessoas a oportunidade de serem tratadas de forma digna. Para isso, o nosso Governo, os nossos Municípios estão à disposição, para traçarmos um planejamento de combate e enfrentamento da COVID em nosso Maranhão.

Muito obrigado.

Documento 724/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:20

Publ.: DCD - 12/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agravamento da epidemia de coronavírus no País. Incapacidade do Governo Jair Bolsonaro de enfrentamento da crise gerada pela doença. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por esta oportunidade e quero dizer que estamos aqui circulando na rua, mas sintonizados com esta sessão muito

importante, diante do que estamos tratando neste momento. O Brasil acompanha com perplexidade esta situação da pandemia, é uma situação gravíssima. Infelizmente, chegamos ao topo do mundo em caso de mortes hoje.

E isso tudo tem uma razão. Nós, infelizmente, não temos Governo, o Brasil não tem Governo, não tem planejamento, não tem demonstrado qualquer capacidade de enfrentamento a esta pandemia, não tem um plano de vacina. Todo dia, temos um dado diferente, temos o semear de desconfiança, de incapacidade e a insensibilidade por parte do Governo Bolsonaro.

E ele vem agora com este discurso de que quer resolver o problema dos mais pobres. A PEC 186 é efetivamente um grande engodo. É claro que nós precisamos da renda emergencial, que não deveria ter sido interrompida. Poderia ter sido publicada uma medida provisória imediatamente para não interrompê-la em dezembro do ano passado, porque a pandemia, infelizmente, continuou e se ampliou no nosso País.

O Governo não fez dessa forma e coloca a PEC como uma verdadeira chantagem. Fica claro que esta PEC é apenas um grande e criminoso arrocho fiscal para diminuir as ações que o poder público precisa fazer em todas as áreas de enfrentamento à pandemia, cuidando das vacinas, cuidando da renda emergencial, que nós queremos que seja de 600 reais pelo tempo necessário até o enfrentamento final desta pandemia.

Nós precisamos rapidamente cuidar da proteção dos empregos, para que os empregos que estão interrompidos em função da diminuição da atividade econômica sejam assegurados, como fizemos no ano passado. Nós precisamos cuidar da proteção do pequeno e micro especialmente nos setores de serviços.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa preocupação - e mais do que a nossa preocupação -, a nossa (*falha na transmissão*) para que a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional se debrucem com absoluta prioridade no enfrentamento à pandemia.

Chega desta dor que os brasileiros estão passando por falta de comando, por falta de Governo. Nós acreditamos no Brasil, nós temos fé, nós temos confiança! E temos que ter atitude para corresponder à expectativa das necessidades do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 725/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:24

Publ.: DCD - 12/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES



Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Publicação de edital de privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Inexistência, no âmbito do Governo Waldez Góes, de projeto destinado à recuperação da empresa. Pagamento de elevadas tarifas de energia elétrica pela população amapaense.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito bom dia.

Quero cumprimentar todas as pessoas que acompanham a sessão da Câmara neste dia muito importante para o povo brasileiro, em particular para os que mais precisam.

Mais uma vez, nós estamos enfrentando uma PEC de arrocho aos funcionários públicos e um ataque aos fundos - este nós conseguimos derrubar. Os servidores continuam sendo alvo deste Governo, que não age contra os subsídios, que são exagerados. Uma parte dessa PEC se dirige a isso. As correções para a divisão do ônus, para que o Brasil tenha equilíbrio fiscal, são profundamente injustas neste País.

Sr. Presidente, nós somos contrários à maneira como o Governo está tratando essa PEC durante a pandemia. Coloca-se que a aprovação do auxílio emergencial está atrelada a um pacote de maldades. Nós acreditamos que não é possível colocar questões financeiras do Estado como condição ou chantagem para a aprovação de um apoio fundamental e necessário, que ajudou, no ano passado, o Brasil a não ter uma queda tão profunda na sua economia quanto teria em outras condições.

Então, somos contra a PEC do arrocho, mas a favor de um auxílio.

Vejam que, na PEC, não está estipulado o valor do auxílio. Pode ser algo entre 167 reais e 250 reais. Ninguém sabe! Este Governo, no ano passado, queria dar 200 reais de auxílio. Graças ao trabalho do Congresso Nacional, foi obrigado a dar 600 reais e agora quer dar talvez menos de 200 reais.

Repudiamos essa estratégia do Governo Federal. Repudiamos o negacionismo do Governo Federal. Repudiamos a falta de planejamento para a aquisição de vacinas.

Sr. Presidente, outro tema que me traz à tribuna da Câmara é a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

Saiu ontem, na revista *Forbes*, a informação de que o Governo Federal publicou, no Diário Oficial, um edital de proposta de privatização da companhia, que será entregue ao Governador do Estado, Antônio Waldez Góes da Silva. Além do aumento de 100% na tarifa que nós tivemos agora, nesse edital está embutido mais um reajuste para a privatização.

Eu tive a oportunidade, no dia em que estávamos discutindo com o Governador sobre as emendas de bancada que iríamos apresentar, de questioná-lo a respeito do projeto dele para resolver o problema da CEA. Ele teve 8 anos para tratar disso, durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando a ELETROBRAS queria pagar para ter a CEA. Depois disso, a condição foi o pagamento das dívidas que ele deixou. Nós pagamos, e ele não concluiu o processo de federalização.

Eu perguntei para ele: *"O que o senhor pretende fazer? Qual é a sua proposta para que a CEA não se transforme no principal instrumento de enxugamento do dinheiro do povo, da economia?"* Ele não soube responder. Ele não tem uma resposta. Ele não tem um projeto. A CEA está à deriva.

Então, precisamos cobrar do Governador as respostas para esses questionamentos, a fim de que não deixe a população do Amapá afogada em dívidas da companhia para pagar a tarifa de energia elétrica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 726/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:28

Publ.: DCD - 12/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Retomada dos índices inflacionários no País. Recorde no número diário de mortes no Brasil decorrentes da Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação e outras medidas de prevenção da doença. Crise da economia brasileira.

Desnorreamento da base aliada do Governo Federal. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Expectativa quanto ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, infelizmente, temos mais um dado negativo para o Brasil: o retorno do aumento inflacionário.



A inflação medida pelo IPCA acelerou, subiu 0,86% em fevereiro, acima das expectativas do mercado - o tal mercado. O problema é que essa inflação sobe acelerando preços de alimento, combustível e educação, três questões fundamentais para o povo brasileiro. Alimentação, combustível e educação foram os responsáveis pela alta da inflação agora em fevereiro.

Para quem gosta de ler números e fazer comparações, eu lembro que há muito a inflação não chegava a este patamar. É o que está sendo anunciado agora.

Se nós juntarmos a essa inflação a subida dos preços da gasolina e dos demais combustíveis, veremos que os problemas no Brasil são graves do ponto de vista da economia. Do ponto de vista da pandemia, nem se fala: ontem, tivemos um novo recorde, com 2.300 mortes. O Brasil caminha para ter 3 mil mortes por dia!

Lembro que o Presidente não queria vacina. O Presidente queria, sim, cloroquina. Lembro que o filho do Presidente, ontem, mandou o povo brasileiro fazer com a máscara algo que é impublicável, indizível nesta tribuna. Ele disse isso ao povo brasileiro. O próprio Presidente já tinha dito que máscara não valia absolutamente nada.

Aliás, faço um parêntese aqui: não estou usando a máscara porque a retirei ao chegar à tribuna, pois estamos num ambiente em que a distância entre as pessoas é maior.

Ontem, o próprio Presidente Lula deu um sabão no Presidente Jair Bolsonaro, explicando a ele como se trata, no Brasil, a questão de uma pandemia tão séria. Aí, o Presidente Bolsonaro usou máscara ontem. Mas, à noite, o filho dele teve uma recaída e mandou o povo brasileiro enfiar a máscara sabe-se lá onde.

Infelizmente, é assim que este Governo trata o País. E hoje vem esse dado da inflação.

Então, a economia também vai mal, Deputado Reginaldo Lopes.

A base do Governo fica desnorteada: uma hora dizem que o País está às mil maravilhas; depois, para justificar essa PEC, essa maldita PEC que está sendo votada aqui, dizem que vai tão mal que é preciso fazer ajuste fiscal. Não entenderam nada. É preciso fazer o País crescer do ponto de vista econômico. O povo brasileiro, tendo um dinheirinho no bolso, pode fazer a economia girar. O Lula ensinou isso. O Brasil foi tão bem naquela época.

Saudades do Lula, não é, Deputado Reginaldo? Mas ele está voltando.

Ontem, a entrevista que o Lula deu trouxe esperanças ao povo brasileiro, que amanheceu mais sorridente. Uma pesquisa na *CartaCapital* já coloca Lula numa vitória espetacular, se as eleições fossem hoje no Brasil. Volta a esperança no Brasil. Não sei se aguentamos 2 anos de Governo Bolsonaro. É

difícil. Falta 1 ano e pouco. Mesmo assim, é muito tempo, é muito sofrimento. Por isso, estamos reforçando o movimento "Fora, Bolsonaro!"

Vamos continuar a obstrução contra essa PEC do ajuste fiscal, que afunda mais o Brasil do ponto de vista econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente .

Documento 727/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:32

Publ.: DCD - 12/03/2021 --PAULO GANIME-NOVO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do povo brasileiro contrário ao retorno do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cenário político. Falta de vacinas contra a Covid-19 no País. Efeitos da polarização na corrida à sucessão presidencial. Necessidade da adoção de planos destinados à recuperação econômica do País e à melhoria das condições de vida da população brasileira.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente Marcelo Ramos. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Bom dia a todos os que estão assistindo à sessão.

Quero deixar algo muito claro aqui: diferente do que foi falado pelo Deputado que me precedeu, a população não está esperando, não está animada, não está confiante com a volta do ex-Presidente Lula, muito pelo contrário. Eu acho que a maior parte da população está preocupada, não pela simples volta do ex-Presidente Lula, mas, sim, também, pela polarização que se retoma no Brasil. Essa polarização não acabou, mas se acentua com esse fato. Essa polarização alimenta ainda mais, inclusive, o próprio Presidente Jair Bolsonaro para as eleições de 2022.

Na verdade, tanto um lado quanto o outro ficaram felizes com essa situação. E o restante da população é que fica triste e prejudicado. Mais uma vez, vamos para uma briga ideológica, uma briga de lados, que não agrega nada, que não traz nenhum benefício para o brasileiro.

Espero que até lá consigamos reverter a situação. Espero que o debate não seja sobre quem usa máscara ou não usa; sobre quem defende A ou B; e seja, sim, um debate de ideias, de soluções, de proposições para o Brasil. É o que o brasileiro espera. O País precisa de proposições, de soluções, não de discursos polarizados e brigas políticas. Enquanto ficam brigando, inclusive

Presidente e Governadores, não temos vacinas suficientes. Enquanto ficam brigando, não temos o tratamento adequado para a pandemia.

Esta é a realidade atual do Brasil: brigas, brigas e brigas. Em vez disso, deveríamos estar unidos a favor de soluções para o País. Não falo de união eleitoral nem de união política, mas de união de ideias para trazer ao Brasil propostas, em vez de um ficar falando mal do outro, que é o que mais vemos.

O povo não quer a volta do Lula. A grande maioria não quer essa polarização proposta por Jair Bolsonaro. O povo quer soluções. É para isso que temos que trabalhar neste ano e no ano que vem, tanto na Câmara dos Deputados, com os Parlamentares encontrando soluções como a própria PEC Emergencial, quanto nas eleições de 2022.

Espero eu que ideias prevaleçam, em vez de nomes, mitos, pessoas, grandes referências. Na verdade, grandes ideias, bons planos e uma visão de país é que vão mudar o Brasil; e não idolatria, mitomania ou soluções milagrosas, vindas de grandes messias que dizem que vão resolver os problemas do Brasil.

Por isso, vamos atrás de ideias. É disso que o Brasil precisa. É isso o que a população brasileira quer.

Documento 728/1.178

14.2021.B-Sessão Outro Evento-11/03/2021-11:40

Publ.: DCD - 12/03/2021 --GASTÃO VIEIRA-PROS -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais por três meses.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado por mais uma vez atender a nossa solicitação de voz.

Ontem eu comentei - estava um pouco ruim a transmissão - que essa situação fiscal que leva o Governo a oferecer apenas um auxílio emergencial de 250 reais, além de ser equivocada, existe, em grande parte, por dois erros que foram cometidos pelo próprio Governo, através do Ministro Paulo Guedes.

O primeiro deles foi no auxílio emergencial que nós aprovamos aqui. Nós aprovamos 500 reais por mês para cada pessoa, para cada beneficiário, e o Ministro convenceu o Presidente de que poderia dar 600 reais, de que o Estado brasileiro, ou seja, o Tesouro, teria condições de bancar esse pagamento.



Aquilo estava muito entranhado numa disputa que o Ministro Paulo Guedes tinha, na época, com o Presidente da Câmara, que tinha proposto 500 reais. A expectativa - eu falo porque sei, porque conversei com muita gente - na Casa era que o auxílio entre 300 reais e 350 reais atenderia, basicamente, as exigências, os pedidos dos partidos de esquerda. Mas, de repente, nós fomos para 600 reais, sem foco, na maioria das vezes. Muita gente que precisava recebeu. Isso foi muito bom. Mas houve gente que não precisava e também recebeu. Faltava um cadastro que nos desse tranquilidade para conceder esse auxílio.

Então, na verdade, estourou para 300 bilhões de reais o déficit. Graças a Deus, a economia brasileira cresceu, e caiu menos do que era a expectativa, porque esse auxílio circulou no mercado. Essas pessoas consumiram. Essas pessoas pouparam. Essas pessoas fizeram milagre com esse dinheiro e fizeram com que a economia brasileira fosse para a frente.

Neste momento, nós temos que recordar outro fato: a Câmara, com muita inteligência, criou um seguro para os Estados que tivessem dificuldades financeiras. *"Quanto é a sua dificuldade financeira? Está aqui o seguro. Está aqui o dinheiro."*

O Tesouro passaria para os Estados exatamente aquilo que os Estados tinham como déficit. Paulo Guedes vai ao Senado e convence os Senadores de que esse seguro não era bom, de que a Câmara não tinha pensado bem, de que a Câmara não tinha formulado bem, e troca por um cheque especial, ou seja, dá para todo o mundo a capacidade de gastar mais. Quem não precisava recebeu, quem precisava provavelmente não recebeu. Isso acabou de arrebentar as nossas contas fiscais.

Portanto, é preciso entender que nada é melhor para este País do que nós darmos um auxílio, por 3 meses, por 4 meses, no valor de 600 reais. É melhor continuar pagando os 600 reais. A pandemia está pior agora! Está muito pior! Não há perspectiva a curto prazo.

Não adianta conversa de economistas, de brilhantes economistas. A economia brasileira não responde. O setor industrial não responde. O setor de serviços está praticamente destruído. A economia respondeu a esse auxílio emergencial que nós pagamos para as pessoas que não eram olhadas. Qual é o problema de se manter esse auxílio por mais 3 meses? Vamos nos endividar? Sim, vamos nos endividar. Mas já estamos endividados. Vamos nos endividar um pouco mais, porém vamos permitir que essas pessoas sobrevivam.

Deputado Marcelo, muito obrigado pela consideração e pelo tempo que V.Exa. me concedeu.

Sumário

Saudações aos Presidentes do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira. Promulgação da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, sobre as medidas permanentes e emergenciais de equilíbrio fiscal, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da epidemia de coronavírus. Luta do PT pelo restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Protesto contra a não inserção na redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, da lista de fundos estratégicos excluídos da desvinculação de receitas tributárias.

O SR. AFONSO FLORENCE (Bloco/PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente Arthur Lira, respectivamente Presidente do Congresso Nacional e Presidente da Câmara dos Deputados, na pessoa de V. Exas. saúdo todos os demais Parlamentares.

Quero registrar, Presidente, um protesto não só do PT, mas de partidos de oposição na Câmara - e, no Senado, será também tratado pelo Líder Jean Paul e pelo Líder Paulo Rocha -, em função da redação final. Inclusive o Líder do Governo aludiu à desvinculação de receitas de fundo para pagamento da dívida, e não é isso que consta no texto da PEC.

O PT lutou e lutará pelos R\$600, o auxílio emergencial de R\$600, durante a pandemia. E nós votamos contra essa PEC, ressalvados os destaques, no Senado e na Câmara, considerando que ela não cria o auxílio emergencial, apenas estabelece um teto de 44 bilhões.

O texto que foi do Senado para a Câmara continha um artigo que foi suprimido lá, em votação, um artigo do PDT, para fazer justiça ao PDT. O texto que foi daqui para lá desvinculava as receitas tributárias dos fundos e instituía cerca de 30 fundos, listava os 30 fundos para os quais estava vedada a desvinculação.

Aqui, só para registrar, os fundos da segurança pública, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Nós estamos falando aqui de fundos que o Senado votou, deliberou. A excepcionalização era naquele momento hipotética - ia num texto para a Câmara a desvinculação de receitas tributárias-, mas o Senado votou também para excepcionalizar o que foi aprovado na Câmara. Houve um destaque supressivo que foi rejeitado, lá no art. 5º, em que está autorizado, Senador Bezerra Coelho, o uso do superávit financeiro dos fundos para amortização das dívidas. Aí não é desvinculação tributária, é uso do superávit, é fato. Só que ali não estavam listados... Eram os mesmos fundos; eles não estavam listados. Fazia o texto, como faz aí, na PEC promulgada, alusão ao dispositivo constante do artigo suprimido.

Quero agradecer ao Presidente Arthur Lira. Eu o procurei. Imaginem que, enquanto preparávamos a questão de ordem, ele chamou a assessoria, reconheceu e foi lida uma comunicação. Quero agradecer. E a comunicação restitui o texto, mas não lista os fundos. Nós então fizemos... A comunicação foi lida no Plenário pelo Presidente da sessão, Marcelo Ramos, e fizemos depois... A Mesa inadmitiu, considerando uma abordagem de técnica legislativa, que nós respeitamos.

Nós, então, fizemos depois... O Líder Bohn Gass leu um voto, uma emenda de redação - para concluir - inadmitida, e depois uma questão de ordem. Os Líderes no Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (Bloco/PT - BA) - ... se reportaram a V. Exa., e nós, então, aqui estamos fazendo esse registro. Solicitamos que conste da ata desta sessão o nosso protesto, porque consideramos que, em termos de técnica legislativa, a vontade do legislador no Senado e na Câmara era que essa listagem de fundos excepcionalizados constasse do texto da PEC.

Estamos falando da ordem de 200 bilhões, o conjunto. Estamos falando da excepcionalização só de 50 de fundos estratégicos, como de ciência e tecnologia e da segurança pública.

Feito o protesto, agradeço a V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco.

Documento 730/1.178

002.3.56.N-Sessão Extraordinária - CN-15/03/2021-10:24

Publ.: DCN - 16/03/2021 - 13-AFONSO FLORENCE-PT -BA

CONGRESSO NACIONAL-HOMENAGEM-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Reiteração das congratulações ao Presidente Arthur Lira e ao Vice-Presidente Marcelo Ramos, pela condução dos trabalhos da Câmara dos Deputados. Não inserção na redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, da lista de fundos estratégicos excluídos da desvinculação de receitas tributárias.

O SR. AFONSO FLORENCE (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a atenção de V. Exa. e reitero também a condução do Presidente

Arthur Lira e do Vice-Presidente, quando exerceu a Presidência na sessão da Câmara dos Deputados, Deputado Marcelo Ramos.

Quero apenas destacar o seguinte: nosso pleito não é pela ampliação do número de fundos a terem a vedação do uso do superávit; nosso pleito é para escrever a lista exatamente dos mesmos fundos que o Senado aprovou no texto que foi para a Câmara dos Deputados. Nós não queremos ampliar; nós queremos escrever a lista com o texto que o Senado escreveu, só que no artigo suprimido e que o artigo mantido não tem.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) - Perfeito.

O SR. AFONSO FLORENCE (Bloco/PT - BA) - Para encerrar.

Se o texto ficar como está, é que haverá a ampliação de fundos, o que não foi a vontade do Legislador.

Dito isso, agradeço a V. Exa.

Muito obrigado.

Documento 731/1.178

002.3.56.N-Sessão Extraordinária - CN-15/03/2021-10:24

Publ.: DCN - 16/03/2021 - 13-DANIEL FREITAS-PSL -SC

CONGRESSO NACIONAL-HOMENAGEM-HOMENAGEM

DISCURSO

Sumário

Saudações aos membros da Mesa Diretora e aos demais Parlamentares presentes na sessão solene. Promulgação da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, sobre as medidas permanentes e emergenciais de equilíbrio fiscal, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da epidemia de coronavírus.

Agradecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, pela designação do orador para Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Congratulações ao Relator da proposição no Senado Federal, Senador Marcio Bittar.

O SR. DANIEL FREITAS (Bloco/PSL - SC. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Federal Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso

Nacional; Exmo. Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Davi Alcolumbre, ex-Presidente do Senado Federal; Senador Marcio Bittar, Relator da matéria aqui no Senado Federal.

Cumprimento os Senadores de Santa Catarina - Senador Jorginho Mello, Senador Esperidião Amin, Senador Dário Berger -, que representam o nosso Estado aqui nesta Casa.

E na pessoa deles, cumprimento os demais Deputados e os Senadores presentes no Plenário e também os que nos acompanham de maneira virtual.

Sr. Presidente, primeiramente, muito obrigado pela honra de proferir algumas palavras aqui da tribuna do Senado da República. É uma honra para mim.

Desde já, agradeço ao Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente Lira, pela confiança em mim depositada para relatar esta matéria tão importante, tão significativa que, desde a aprovação da Lei da Responsabilidade Fiscal, certamente, o Congresso Nacional aprova.

Aqui, aproveito para parabenizar, Sr. Presidente, a responsabilidade com que o Congresso Nacional tratou desta matéria, a celeridade com que foi trabalhada, tanto na aprovação do Senado quanto na Câmara dos Deputados, com a relevância que a matéria exigia e com a importância de nós não atrasarmos o principal, que era a entrega do auxílio emergencial, que se realiza, hoje, nesta sessão solene, com a promulgação da PEC.

Nós conseguimos entregar aos brasileiros mais R\$44 bilhões. O Presidente Bolsonaro já entregou R\$293 bilhões. Isso demonstra a preocupação do Estado brasileiro com cada cidadão e cidadã que, neste momento, passa por dificuldades. É a hora de o Estado brasileiro colocar a sua mão amiga em cima desses brasileiros.

Parabenizo todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que entregaram, a partir desta aprovação, o auxílio emergencial e criaram as regras claras, que vão garantir ao Brasil a segurança e o equilíbrio fiscal de que nós precisamos. Com a promulgação no dia de hoje, nós damos um recado ao mercado interno, ao mercado internacional, às gerações futuras - eu que sou pai do Henrique e do Rafael -, aos jovens deste País de que nós vivemos num País seguro, de que nós vivemos num País equilibrado, num País que controla a suas contas e num País que vai dar certo.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço a responsabilidade a mim incumbida na relatoria desta PEC.

Parabenizo todos os Deputados.

Aqui, volto a parabenizar o Relator da matéria aqui no Senado. Eu levei ao Plenário da Câmara dos Deputados, exata e fielmente, o texto do Senador Marcio Bittar, para que, no Plenário da Câmara dos Deputados, que é soberano, nós chegássemos ao resultado ora entregue com esta promulgação.

Sr. Presidente, foi uma honra para mim.

O Congresso Nacional entrega aos brasileiros um presente. Nunca mais vamos ter, com esta aprovação, um desequilíbrio fiscal. O trem que estava descarrilado foi recolocado nos trilhos para não mais descarrilar.

E o "Brasil acima de tudo" nunca fez tanto sentido com a aprovação desta PEC.

Então, muito obrigado a todas as senhoras e a todos os senhores.

Documento 732/1.178

002.3.56.N-Sessão Extraordinária - CN-15/03/2021-10:24

Publ.: DCN - 16/03/2021 - 14-ARTHUR LIRA-PP -AL

CONGRESSO NACIONAL-HOMENAGEM-HOMENAGEM

DISCURSO

Sumário

Saudações aos membros da Mesa Diretora da sessão solene. Promulgação da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, sobre as medidas permanentes e emergenciais de equilíbrio fiscal, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da epidemia de coronavírus. Congratulações aos Parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Federal Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Senador Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Federal Daniel Freitas, Relator do projeto da PEC na Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Senador Marcio Bittar, Relator no Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ do Senado Federal, bom dia.

Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, membros das Mesas da Câmara e do Senado, Sras. e Srs. Parlamentares, neste grave momento da vida nacional, promulgamos um importante instrumento para o equilíbrio das contas públicas e a proteção social do povo brasileiro.

O foco da Nação é enfrentar a epidemia, salvando vidas e apoiando aqueles brasileiros que foram mais afetados pela crise. Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, permitirá que o Estado pague um novo auxílio emergencial sem aventuras fiscais, sem comprometer as finanças públicas e a moeda nacional.

Esta emenda é também uma prova de que o Parlamento brasileiro está pronto para tomar medidas robustas e céleres que respondam ao interesse nacional. Em duas semanas, Câmara e Senado não somente sediaram um debate amplo e aberto, como aprovaram a matéria que ora promulgamos. Isso só foi possível graças ao engajamento de várias correntes envolvidas e à busca pela convergência.

A importância desta emenda não pode, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, ser menosprezada. Ela aperfeiçoa o atual arcabouço normativo a fim de preservar um legado com que jamais podemos transigir: a responsabilidade fiscal. Uma das inovações é a previsão de lei complementar sobre a sustentabilidade da dívida pública, que pode se transformar num valioso instrumento para levar a confiança na economia brasileira e dar maior previsibilidade aos agentes econômicos. Crescente exigência do cidadão brasileiro, a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos governamentais está inserida na nova emenda constitucional, que preceitua o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Cria-se a figura do estado de calamidade pública de âmbito nacional, com ferramentas para que o Governo possa agir de modo rápido em situações de elevada gravidade como a que vivenciamos.

No bojo das preocupações sobre o teto de gastos, cabe enfatizar que a emenda aprimora e fortalece o teto, criando gatilhos para a aplicação de medidas fiscais antes que os limites sejam ultrapassados, além de prover Estados e Municípios de meios de ação em caso de comprometimento das contas públicas.

Também iniciou-se o trabalho em torno dos incentivos tributários federais. De acordo com o texto, o Executivo deve apresentar um plano de redução gradual desses benefícios que serão limitados a 2% do PIB num prazo de oito anos.

Acima de tudo, a Emenda Constitucional nº 109 é mais uma sinalização de que o Congresso Nacional não está parado, mas atua de maneira resoluta em diálogo permanente com os demais Poderes e entes federados: na luta contra a pandemia, no apoio aos brasileiros e no esforço de fazer avançar a pauta de reformas de que o Brasil tanto necessita.

Encerro parabenizando os Parlamentares das duas Casas pelo intenso trabalho, especialmente os Deputados e Lideranças na Câmara que - sou testemunha - foram incansáveis no esforço de produzir um bom resultado para o País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 733/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-20:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO



Sumário

Crises humanitária e sanitária reinantes no País em decorrência da Covid-19. Falta de leitos de UTIs nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Alcance da marca de 281 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Insuficiência do valor do auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal. Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente.

Estamos diante de uma crise humanitária: 30% das cidades mineiras estão sem leito de UTI; no Rio de Janeiro, houve o maior número de pedidos para internação de UTI desde o início da pandemia; 50% das cidades de São Paulo também estão sem leito de UTI; temos um Governo que tem respondido com negacionismo, com uma lógica anticidência e, sim, preciso dizer, genocida, porque o que está em curso é uma política de morte; temos um Governo que tem, neste momento, o seu quarto Ministro, o qual já disse que vai dar continuidade ao que os Ministros anteriores haviam feito e disse que a política para o enfrentamento da COVID não é do Ministro, mas do Governo, do Presidente. E o Presidente tem respondido à maior crise sanitária da história, acompanhada de uma profunda desigualdade social e econômica, de maneira vergonhosa.

Este é o cenário! Este é o cenário que o Brasil está vivendo, que o povo brasileiro está vivendo! Hoje tivemos mais de 2.340 mortes. Chegamos a 281 mil mortes em decorrência da COVID. O auxílio emergencial para garantir o necessário *lockdown* - o necessário *lockdown*, repito! - vai ser ridículo, vai ser um auxílio ínfimo, pago para menos pessoas do que o auxílio anterior. Além disso, o Ministro já disse que não dá para parar o Brasil; que essa não pode ser uma política.

Vejam: este é o cenário do Brasil. E esta Casa, que, sinceramente, está envergonhando o povo brasileiro, resolveu votar, neste momento de urgência, um reforço já aprovado anteriormente: a possibilidade de se abrir o mercado do gás para privatização. Esta Casa prefere entregar bens públicos, entregar recursos públicos a discutir vacina, a discutir leito, a discutir auxílio emergencial para a maioria do povo brasileiro.

Nós não queremos esta matéria em pauta porque temos convicção de que ela não representa a necessidade do Brasil neste momento. O Brasil quer vacina, o Brasil quer leito, o Brasil quer respirar, o Brasil quer sair do sufoco, o Brasil quer sair do sufocamento por falta de oxigênio, o Brasil quer sair do

sufocamento que é a pobreza, do sufocamento que é o desemprego. Não tem como sair de...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 734/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Solicitação à Presidência de informações sobre a medida provisória relativa ao restabelecimento do auxílio emergencial.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- A máquina é que não está perfeita, Sr. Presidente. Eu sou muito assíduo.

Sr. Presidente, nós precisamos amadurecer este projeto. Nem os Estados nem as agências estaduais foram ouvidos! Como se elabora um projeto desta importância sem ouvir os Estados e sem ouvir as agências responsáveis pela distribuição do gás nos Estados? Por isso a importância de adiarmos esta discussão.

Quero também perguntar a V.Exa. onde está a medida provisória que trata do auxílio emergencial, Sr. Presidente. Onde está o Plano Nacional de Imunizações do Governo? Os brasileiros estão morrendo, Sr. Presidente! Só hoje, 2.842 pessoas morreram, e nós, aqui, estamos discutindo uma matéria que não vai trazer nenhuma coisa positiva para o Brasil.

Documento 735/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 17/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.790 mil mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Aproximação da casa de 300 mil óbitos no Brasil provocados pela doença viral. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Repúdio aos charlatões de plantão, defensores do uso de medicamentos contra a Covid-19 não comprovados pela ciência. Luta do Parlamentar a favor das empresas públicas de energia elétrica. Satisfação do orador com o exercício do cargo de Presidente da Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética. Contrariedade à privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, no Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero, primeiro, dizer que hoje é um dia muito triste para todos nós brasileiros. Nós extrapolamos todos os limites: 2.790 pessoas, praticamente 2.800 pessoas morreram hoje. Era difícil acreditar que nós chegaríamos a esse número, mas há quem diga que vamos chegar ainda a 3.000 mortos num único dia. Ou seja, nós estamos nos aproximando rapidamente do número de 300 mil pessoas que irão a óbito por conta do coronavírus. Veja, Presidente, que o Brasil tem 3% da população do mundo e mais de 20% dos óbitos decorrentes do coronavírus. Essa é uma coisa que nos impressiona a todos.

E nós sabemos que a vacina é a saída. Mas nós erramos - e erramos muito - no que diz respeito à vacina, a ponto de só termos vacinado 5% da população. Os Estados Unidos estão chegando a 30% e Israel chegou a 35% da população vacinada. Se fores ver aqui, perto de nós, o Chile vacinou quase 30% da sua população. E, no Brasil, apenas 5% das pessoas foram vacinadas. Sobra cloroquina, mas falta vacina. Não é razoável, e nós precisamos dizer isso!

Presidente, eu fiquei ainda mais triste quando ouvi um colega Deputado gaúcho que eu respeito, o Deputado Giovani Cherini, fazendo discurso negacionista. Ora, nós sabemos que precisamos de remédio - é claro! As pessoas vão se tratar do jeito que dá, do jeito que podem! -, mas a saída é a vacina!

Eu me compadeço, até, de determinadas pessoas, porque um Vereador, um Prefeito, um Deputado, um Governador, um Senador, um Presidente da República não podem receitar remédio. Eles enganam a população.

Aliás, eu ouvi o próprio Deputado dizer dessa tribuna que, falando com um assessor do Ministro Pazuello, o Cascavel, soube que, até julho, todo o Brasil

estaria vacinado. São palavras dele. Isso é *fake news*; não é verdade. Nós estamos vacinando miseravelmente os brasileiros. Quatro ou cinco capitais suspenderam a vacina por falta do imunizante.

Então, nós temos que parar de enganar as pessoas. A ciência é que tem que dizer que remédio nós temos que tomar. A ciência é que tem que dizer o que nós temos que fazer, e não quem não tem formação. Quem não tem formação e receita remédio é charlatão! Esse é o nome; é charlatão! "*Ah, eu sou formado em não sei o quê*". És médico? És cientista? És pesquisador? És farmacêutico? Enfim, o que tu entendes da medicina? "*Ah, não entendo da medicina*." Então, se receitares remédio, serás charlatão. Por favor, não entrem nessa! Não existe essa de especialista em segurança pública receitar remédio. Quando fazem isso, passam a ser auxiliares da morte. Ficam chamando a morte.

Aqui, no Rio Grande do Sul, hoje, foram mais de 500 almas, pessoas, vidas, amigos, irmãos, parentes. Famílias estão sofrendo. Nós temos que parar com isso. Nós temos que olhar para frente e fazer com que a ciência dê a resposta.

"*Ah! a vacina não cai do céu*." É claro que não cai do céu! Ela é feita por empresas, e essas empresas vieram e a ofereceram para o Presidente Bolsonaro, Deputado Cherini, em agosto do ano passado. Mas ele se recusou a comprar. O próprio Ministro Pazuello se propôs a comprar e recebeu uma negativa do Governo.

Nós estamos brincando com coisa séria! Vamos parar com isso! Vamos nos ajudar! Vamos chamar a responsabilidade para a ciência! Vamos juntar as nossas forças e parar de nos enganar e enganar aos outros, porque as pessoas vão se enganando e vão morrendo, pagam com a vida. É um preço muito alto a ser pago, para nós ficarmos desdenhando, desmerecendo e oferecendo coisas que não funcionam, remédios que não funcionam.

Aliás, a Dra. Ludhmila, que era para ser Ministra, deu a receita. E, como ela deu a receita do que precisava, o Governo não a aceitou, apesar de ela ser uma médica que acredita na ciência, e não na quiromancia, não no achismo.

Para seguir a caminhada, Presidente, eu quero dizer que tenho a honra de presidir uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados que trata da soberania energética. Tenho lutado muito a favor das empresas públicas de energia do nosso País, entre elas, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a nossa CEEE, aqui no Rio Grande do Sul, que está ameaçada de privatização, de esquiteamento, de entrega do patrimônio público. Temos brigando muito, juntamente com o Dr. Gerson Carrion e Luiz Schreiner.

Há uma equipe trabalhando nessa frente parlamentar, em todas as esferas, inclusive na Justiça, no Tribunal de Contas da União, no Tribunal de Contas do Estado, no Ministério Público de Contas, ou seja, temos envidado esforços muito grandes.



Agora, aqui, no Rio Grande do Sul, a União Gaúcha, que reúne mais de 26 entidades e sindicatos de servidores públicos do Rio Grande do Sul, entrou com uma ação popular para contestar a privatização da CEEE.

Na 2ª Vara Cível, a Desembargadora Laura Louzada deu o seu veredito, concedendo uma liminar, suspendendo o leilão que iria ocorrer agora no final do mês, no dia 31 de março de 2021, aliás, data fatídica.

Presidente, os questionamentos feitos são os que temos reiteradamente apresentado e que, na ação, foi demarcado de forma clara e compreendido pela Justiça para a preservação do patrimônio público energético gaúcho. A empresa CEEE tem uma dívida de 2,8 bilhões de reais de ICMS, e o Estado está abrindo mão dessa dívida, simplesmente um prejuízo para o Erário público. A Justiça constatou isso. Trata-se de uma coisa de lesa-pátria, lesa-patrimônio gaúcho, lesa-Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

Além desse prejuízo de 2,8 bilhões de reais - veja bem, Presidente, o que acontece -, vão vender a CEEE por 50 mil reais. É isto mesmo: 50 mil reais, o preço de um carro popular, o preço de um cavalo de raça. Na verdade, o preço de um cavalo pangaré, porque um cavalo de raça na Expointer vale mais do que 50 mil reais. Querem vender esse patrimônio, entregar esse patrimônio para os chineses, para os estrangeiros explorarem a energia no Rio Grande do Sul. Então, Presidente, nós estamos reagindo, lutando com força para impedir a entrega desse patrimônio.

Queremos denunciar aqui, Presidente, um fato novo. Esses 2,8 bilhões de reais o Governo do Estado vai ter para receber em forma de ICMS, e ele está passando esse dinheiro para uma empresa, uma *holding* virtual que se chama CEEE-Par, cuja forma jurídica é de uma empresa virtual, não é de uma empresa real. Ela não tem patrimônio. Aliás, o balanço dela no ano de 2019 foi negativo em 616 milhões de reais. Como é que ela vai bancar essa conta com o Estado? Ela vai ficar com a dívida e, como não tem patrimônio e não pode ser executada, vai pagar essa conta para o Estado no dia em que o Sargento Garcia prender o Zorro, no dia em que a galinha criar dente. É uma coisa inusitada, e nós temos que denunciar, porque é uma *holding* fictícia, é uma *holding* virtual, é uma *holding* de faz de conta, é uma empresa que não tem como suportar essa dívida com o Estado. Eles estão empurrando a dívida para as calendas gregas, e o Estado nunca vai receber. O povo gaúcho vai perder o ICMS que contribuiu, todo esse patrimônio vai ficar para os compradores da CEEE, e nós vamos ser lesados, logrados. Não com o nosso apoio e não com o nosso voto!

Então, está correta a ação proposta pela União Gaúcha e pelas entidades aqui do Rio Grande do Sul e a decisão liminar da Dra. Laura Louzada. Nós vamos continuar peleando, brigando, porque a CEEE é do povo gaúcho, é patrimônio público, não pertence ao Governador. O Governador é um inquilino, está ali como um gerente de plantão. Outros Governadores já estiveram, já passaram, e outros virão. A CEEE não pertence ao Governo. Ela pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Ela é patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e, como

tal, tem que ser tratada com respeito, com responsabilidade, com seriedade, porque aí está o dinheiro público, o dinheiro do contribuinte, o dinheiro do cidadão, o dinheiro da cidadã.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos lutando, por meio da nossa Frente Parlamentar pela Preservação da Soberania Energética, para que a CEEE se mantenha gerando energia, transmitindo energia, distribuindo energia e, com muita energia e dignidade, respeitando o serviço público, o dinheiro público, o patrimônio público.

Esse é o nosso compromisso com a CEEE pública.

Documento 736/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Conveniência de reunião dos representantes dos Poderes da República para debate de medidas de contenção da Covid-19. Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Saudação ao Vereador Eduardo Suplicy, autor da proposta de criação da renda básica cidadã. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - *(Falha na transmissão)* nessas votações, viu?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil poderia parar agora com esse número de quase 3 mil mortes. O Presidente da República, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, todas as autoridades políticas deste País, todos os segmentos, os Governadores, todos deveriam parar em uma reunião extraordinária e tomar uma importante decisão para evitar esse genocídio que está ocorrendo. Não é possível parecer que as coisas estejam normais num momento como este.

Sr. Presidente, quando aqui eu me inscrevo para defender as emendas que vêm do Senado, que são complementares, evitam danos, impõem uma participação, têm preocupação ambiental, é porque nós queremos efetivamente que se discuta outra coisa. Existe este discurso: *"É bom para o Brasil..."* Mas é bom para quem? Para as empresas lucrarem! Vai abaixar o preço do gás? Também não vai. Quando acabaram com o ICMS, disseram que o preço dos produtos iria abaixar, e não abaixou. Quando fizeram a reforma trabalhista, que

retirou o direito dos trabalhadores, disseram que era para gerar emprego, e não gerou. O que tem por trás de tudo isso é o interesse do lucro de alguns, em vez do interesse do lucro de todos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, no entremeio desse debate da mortandade, do genocídio, eu quero me manifestar favoravelmente às emendas que vieram do Senado.

Por fim, Sr. Presidente, quero saudar um grande irmão. Refiro-me ao Senador Suplicy, que hoje é Vereador, uma alma carregada de dignidade. Ele propôs a renda básica de cidadania porque sabia, como nós sabemos, que nenhum Brasil vai para a frente quando o seu povo não tem o que comer. E o que é que se vai comer durante um mês com 150 reais, meu Deus do céu? O que é que se vai comer com o marco, de pouco mais de 300 reais, que são para a minoria, quer dizer, para uma menor quantidade de gente, que são as mulheres chefes de família?

Por esse motivo, nós queremos que venham os 600 reais. Vamos votar por esses 600 reais.

Obrigado, Presente.

Documento 737/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:12

Publ.: DCD - 17/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Inconsistência da atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro, por Deputados da Esquerda, da responsabilidade pelo atraso na aquisição de vacinas contra a Covid-19.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sou contrária às emendas vindas do Senado. Essas emendas não agregam nada ao setor. Sou a favor do texto original aprovado aqui na Câmara dos Deputados por 351 votos, no ano passado.

Esse assunto já vem sendo discutido há muito tempo aqui na Câmara dos Deputados e está bem sedimentado. Os Deputados já votaram que querem o texto original. Já foram ouvidos o Governo, as transportadoras e as comercializadoras. Esse projeto tornará o gás mais acessível a qualquer um

que o utilize, com mais trabalho, mais emprego e mais renda para a população brasileira.

Sr. Presidente, complementando o meu tempo, eu só queria falar o seguinte: eu vejo Deputados de esquerda que fazem parte da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 e que são médicos falando inverdades para ludibriar o povo brasileiro.

Em relação à vacina Sputnik, de que são previstas 400 mil doses até 31 de março, e também à Covaxin, com 8 milhões de doses até 31 de abril, essas duas vacinas ainda não foram autorizadas pela ANVISA justamente porque os laboratórios não apresentaram os dados necessários para que a agência autorize essas medicações no Brasil.

Então, não adianta botar a culpa no Governo Bolsonaro, dizer que ele não comprou a Sputnik ou não comprou a Covaxin. É justamente para isto que a ANVISA existe: garantir vacinas eficazes e seguras para a população brasileira. A ANVISA não vai ser irresponsável de colocar uma vacina no Brasil que não tenha certificação. Agora, nós não podemos nos comparar a outros países que já estão usando a vacina Sputnik. Isso não é problema nosso, é problema da vigilância sanitária daqueles países.

Eu fico impressionada como há Deputados de esquerda que são conhecedores do assunto, mas vêm aqui ao plenário falar inverdades para ludibriar não só o povo brasileiro, mas também alguns Deputados que não são conhecedores do assunto.

Esse era o meu recado.

Muito obrigada.

Documento 738/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas contra a Covid-19. Prioridade do Presidente da República na reeleição e na proteção dos seus filhos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não existe nada no projeto que assegure que vai haver uma diminuição do preço do gás, nada. Quanto maior a distância no transporte, maior o valor do gás.

Não há nada que proponha uma regulação do preço, nada. Ao contrário, o que nós estamos vendo é a entrega, com uma ousadia absolutamente cruel, uma ousadia que fere a soberania nacional, do transporte do gás em instrumentos muito mais precários, sem inclusive haver licitação. Propõe-se que haja concessão, autorização. Então, são instrumentos precários para que se possa doar, para que o País doe a outras empresas privadas, a empresas estrangeiras o transporte do gás.

Da forma como está posto, de que quem explora não pode transportar, eles querem perenizar a exclusão da PETROBRAS do transporte do gás. Nós estamos falando, portanto, de um projeto que não assegura qualquer investimento em gasoduto, não tem contrapartidas definidas nesse sentido, porque não há qualquer instrumento de regulação do preço.

Portanto, não há qualquer perspectiva concreta de que haja redução do preço. Definitivamente, isso exclui a PETROBRAS, diminui a PETROBRAS, que é patrimônio do povo brasileiro. Já fizeram isso. Colocaram as refinarias ociosas. Depois, fizeram a equiparação do preço do combustível, do *diesel*, por exemplo, ao preço internacional, para poder estimular a importação de petróleo, em detrimento das nossas refinarias.

Então, só para se ter uma ideia, nós tivemos um aumento substancial, um aumento, de 2016 para cá, de 35% na importação de petróleo refinado. E o Brasil poderia estar fazendo esse refino, poderia ter autonomia do poço ao posto, e nós não estamos tendo.

O gás é para tentar ferir a PETROBRAS, arrancar um pedaço do Brasil e entregá-lo para a iniciativa privada. Essa é a prioridade dos que estão nesta Casa, essa é a prioridade, e não salvar vidas.

Dizer que Jair Bolsonaro defende vacinas? Ele negou a vacina da Pfizer. Aliás, é bom lembrar que, no dia 22 de outubro de 2020, quando o então Ministro da Saúde disse que iria adquirir 46 milhões de doses da Coronovac, ele foi desmentido pelo Presidente da República. E o que disse o Ministro? "*Olha, você manda, e eu obedeço.*"

Portanto, se ele está saindo porque foi incompetente, ele apenas obedeceu. A incompetência é a ausência de empatia. O Presidente da República só pensa na sua reeleição e em proteger os seus filhos, uma postura...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 739/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Defesa de rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, a respeito do pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores da saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "não", Sr. Presidente.

Queria aproveitar a oportunidade para adiantar um debate que vai ser feito amanhã, na sessão do Congresso. Infelizmente o Governo vetou o Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, por meio do Veto nº 36, que vamos apreciar amanhã. O projeto trata da indenização a profissionais de saúde vítimas de COVID. Isso é lamentável, porque, além do impacto orçamentário, que, segundo estudo da própria Casa, mostrou-se pequeno, temos uma situação grave: ao menos um profissional de saúde é vítima de COVID a cada 19 horas, houve crescimento de 422% no número de mortes de profissionais da enfermagem em janeiro deste ano, e o Brasil é responsável por um terço das mortes globais de profissionais de enfermagem.

Então, amanhã vamos lutar para derrotar esse veto, que inclusive era um projeto consensual entre Câmara e Senado.

Obrigada, Presidente.

Documento 740/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER



Sumário

Necessidade de ampliação do debate do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Aproximação do patamar de 3.000 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas. Postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Colapso do setor funerário e do sistema nacional de saúde, provocados pela doença viral. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Inconformismo com a redução das dotações orçamentárias do Sistema Único de Saúde - SUS. Vexames causados pela diplomacia brasileira perante a comunidade internacional. Questionamento sobre a medida provisória a respeito do restabelecimento do auxílio emergencial. Urgente necessidade de aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vou fazer uma observação sobre a natureza desse projeto. Eu não sei como é que algum Parlamentar, colega nosso, só usa o microfone na tribuna desta Casa para dizer que esse projeto vai baratear o preço do gás de cozinha.

Esse projeto, como bem disseram a Deputada Erika e o Deputado Carlos Zarattini, tem um objetivo: entregar um bem estratégico do nosso País aos grandes cartéis, aos importadores. E, além disso, o projeto não tem uma linha, um parágrafo, mesmo as emendas que foram votadas no Senado e que nós vamos votar favoravelmente a elas, que sinalize qualquer regulamentação. Ou seja, está-se aqui dizendo: tomem um bem estratégico do nosso País para os grandes importadores e façam, definam as regras, o preço e tudo. Quem vai pagar a conta? É o consumidor, aquele que está pagando pelo botijão de gás 100 reais e nem sequer está recebendo o auxílio emergencial.

É por isso que esta discussão deveria ser mais ampla e se prolongar, para que o País conhecesse a natureza e os impactos que esse projeto tem na vida dos brasileiros e brasileiras e, principalmente, nas administrações estaduais.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, chega a ser chocante o dia em que o Brasil perde 2.842 pessoas vítimas da COVID-19, isso sem os dados atualizados de Minas Gerais. Ainda faltam dados do consórcio de empresas de comunicação que analisa e pega os dados de Estado por Estado. Os dados de Minas Gerais não estão ainda computados. Provavelmente, iremos a 3 mil óbitos hoje -- 3 mil pessoas.

Aqueles Parlamentares que defendem o Governo deveriam usar a tribuna para perguntar: *"Por que nós não temos vacina? Por que nós chegamos a essa situação que chegamos?"* Eu ouvi, agora há pouco, uma Deputada falar, com todo respeito e vênias, acusando Parlamentares da Comissão, que conhecem. É



claro que nós conhecemos. O Brasil não tem vacina porque o Governo Bolsonaro não quis comprá-la, não quis adquiri-la. Ou não é verdade que se recusou no ano passado a adquirir 70 milhões de doses? Ou não é verdade, Excelências, que este Governo disse que essa pandemia não tinha importância nenhuma, que é normal morrer e viver, nascer e viver? Quem foi que disse que não deveria usar máscara?

Quem foi que disse que era uma gripezinha? Quem foi que trocou o comando do Ministério da Saúde, que já está com o quarto Ministro? E, quando os Governadores começam a negociar a Sputnik com o fundo russo, com a participação do Ministro da Saúde, o Ministro cai e começa tudo de novo.

Enquanto isso, queiram ou não, o Brasil vai parar porque não vai suportar a quantidade de corpos, porque não há mais UTI suficiente, porque não há sequer controle da quantidade de leitos necessários para salvar vidas.

As ambulâncias do SAMU estão transportando gente, pessoas desesperadas em várias capitais que pedem: *"Meus Deus, arrume um lugar para o meu filho, minha filha, minha avó, meu avô, meu pai ou minha mãe não morrer!"* Esse é o Brasil de Bolsonaro! Esse é o Brasil que V.Exas. defendem.

Em um momento como este, o Brasil deveria estar unido em defesa de uma coisa central, que é a vacina para todo mundo. Mas não está, porque o Governo é irresponsável.

Nós votamos uma medida provisória que deu crédito ao Governo, Presidente. Foram mais de 21 bilhões. E o que fez o Governo? Não comprou nada.

Fica esse vendedor de ilusões, o Ministro da Economia, enquanto o Brasil agoniza com mortes, mortes e mortes, por falta de vacina, vacina, vacina, silenciosamente privatizando, vendendo o patrimônio nacional. Assim estão tentando fazer com os Correios. Querem vender, privatizar a ELETROBRAS. E - pasmem, V.Exas.! - hoje saiu uma notícia dizendo que a Empresa Brasil de Comunicação vai ser extinta, que não serve nem para privatizar; então, vão acabar com ela. Ou seja, aonde vamos chegar?

Enquanto isso o Brasil agoniza, com leitos hospitalares lotados, leitos públicos e privados. Aliás, há uma notícia, hoje, dizendo que os hospitais privados estão pedindo leitos ao SUS. Eita, que SUS - desculpem-me o termo - porreta esse! Digo isso porque o SUS está salvando centenas de milhares de pessoas. E é desse mesmo SUS que, no orçamento para 2021, que está sendo votado agora pela Câmara dos Deputados, querem tirar quase 36 bilhões de reais. Refiro-me a esse SUS, para o qual não há investimento ou ampliação de atendimento, porque alguns de V.Exas. aprovaram a tal PEC do Teto, que impôs o tabelamento dos gastos, retirando dinheiro da saúde, da educação e de outras áreas estratégicas de Governo.

E estamos com esse Ministro, um vendedor de ilusões que não deveria ter credibilidade nenhuma diante do Congresso Nacional, até porque V.Exas. já



fizeram tudo por ele, que nada entregou. V.Exas. aprovaram a reforma da Previdência, e ele dizia que resolveria o problema. E assim fizeram com a reforma trabalhista, a PEC do Teto e várias outras medidas. *"Ah! Com essas medidas, vamos gerar emprego, vamos garantir investidor, vamos garantir segurança jurídica."* Segurança jurídica coisa nenhuma! Quem garante segurança jurídica é a credibilidade do Governo. E nós temos um Governo que está de cócoras perante o mundo, porque não tem credibilidade nem foi capaz de defender o Brasil. Já temos 2 anos e 3 meses de Governo. E qual foi o chefe de Estado que veio visitar o Brasil? Eles nem se interessam mais, porque o Brasil está apartado do mundo, porque tem um Governo que é inoperante, que não sabe defender a nossa soberania.

Temos o Itamaraty. A diplomacia brasileira só causa vexame quando está discutindo com o mundo moderno de hoje!

Os chefes de Estado do mundo inteiro neste momento se mobilizam e se unem para adquirir vacinas. O Governo americano, recém-eleito, apresentou dois pacotes trilionários para salvar a economia americana. E qual é a providência que este Governo toma para o emprego? Zero! Não tem nada, não tem um incentivo. E o que o Congresso vota eles não encaminham, vetam, como vetaram várias medidas de proteção ao emprego.

Chega, meus queridos Parlamentares, homens e mulheres do meu Brasil!

Onde já se viu isto? Cerca de 3 mil pessoas morreram hoje, e este Congresso está discutindo a Lei do Gás! Semana passada nós votamos a PEC do Teto. Por que não começamos a discutir o auxílio emergencial? O Governo já está dizendo que não dá para dar o auxílio de 250 reais. Cadê a medida provisória do auxílio emergencial?

Este País não aguenta! Vai parar. As mortes vão parar o Brasil, e ninguém se toca, ninguém mais tem coração, ninguém tem alma, ninguém tem ouvido para ouvir o grito do povo brasileiro, dessas pessoas que estão morrendo. O desespero nas capitais, nos hospitais, é em todo canto - é em São Paulo, é em Fortaleza, é em Manaus, é em todo canto. As pessoas estão desesperadas, sem auxílio e sem leito para levar seus entes queridos. É uma verdadeira pandemia. Não é só uma pandemia sanitária, é também incompetência, é omissão, é tudo aquilo que um governo não pode fazer.

Alguns dias atrás, eu ouvi muitos elogios ao Ministro Pazuello vindos de alguns Parlamentares. Por que ele caiu? Aqueles que diziam que ele era tão competente, que era um general apurado, que estava cuidando bem, que entendia de logística, entendia de tudo e que estava conduzindo a crise da pandemia no Ministério da Saúde digam-me: ele saiu por quê? Ele era incompetente? Ele fez alguma coisa errada?

Por isso é fundamental que este Congresso não se omita numa hora decisiva como esta. O que está em jogo é o Brasil, o que está em jogo são as garantias de vida que estão sendo destruídas e que estão sendo naturalizadas. As

peças estão naturalizando a morte porque o Presidente disse que é normal nascer e morrer algum tempo atrás.

Portanto, meus queridos Parlamentares, chegou a hora de o Brasil se levantar e dizer: "*Precisamos adquirir vacina, comprar vacina, vacinar o povo*". Nós temos que parar este País. Quantas pessoas estão acometidas de COVID na Câmara Federal? Lembram? Todo mundo está lembrando? São mais de 40 pessoas, vários Parlamentares. Há até Senadores que não estão bem na UTI. É um desespero geral, e esta Câmara está fazendo de conta que está discutindo problemas. O que tem a ver a Lei do Gás com as pessoas que estão morrendo nas filas dos hospitais ou nos leitos de UTI? Isso é tema...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 741/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, a respeito do pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores da saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Marcelo Ramos. Quero lhe agradecer e, ao mesmo tempo, pedir a atenção do Plenário.

Hoje, vários Líderes e Deputados e Deputadas falaram dos 2.830 mortos. Nós, Deputado, poderíamos falar do Rio Grande do Sul, que registrou 502 mortes nas últimas 24 horas, num gráfico ascendente.

Nós estamos, há mais de 1 ano, enfrentando uma pandemia, a pior que a nossa geração já viveu. E, ao mesmo tempo em que vemos gente que boicota o enfrentamento da pandemia, nós temos heróis e heroínas que estão na linha de frente salvando vidas. A maioria dos profissionais da saúde são mulheres.

Cito médicos, médicas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, categorias que estão em estado de exaustão, mas seguem salvando vidas.

Esses heróis e heroínas, acima de tudo, são trabalhadores e trabalhadoras. Foram as técnicas de enfermagem que tentaram salvar milhões de vidas, e milhares lá em Manaus, que viveu uma crise. Foram essas mulheres e homens que sentiram a dor de não conseguir salvar uma vida porque falta oxigênio ou falta leito para internação. São eles e elas que sofrem com uma UTI superlotada e têm que escolher quem terá ou não acesso a um leito. São eles e elas que sofreram a falta de EPIs, equipamentos de proteção individual, e perderam a vida em muitos casos.

Nós fizemos no ano passado um projeto de lei, assinado por Parlamentares mulheres de 14 partidos desta Câmara, que criava uma indenização para os profissionais de saúde que ficarem incapacitados pela COVID-19 ou por familiares que forem a óbito. Eu o batizei, naquela época, pedindo licença ao movimento Mais do que Palmas, pedindo licença ao movimento Nossas, pedindo licença a todos aqueles e aquelas que apoiaram a proposição, de Lei Mara Rúbia, uma técnica de enfermagem, de 44 anos, que perdeu a vida enfrentando a COVID no Grupo Hospitalar Conceição.

Inacreditavelmente, quem não combate a pandemia, quem boicota a máscara, quem não garantiu vacina, vai lá e veta o PL que cria uma indenização para os familiares dos profissionais de saúde que vierem a óbito enfrentando a COVID. Nós não queremos que ninguém venha a óbito, mas muitos já vieram, e a resposta que o Estado brasileiro dá a quem está no *front* é a de vetar o projeto de lei que garante minimamente uma indenização, uma indenização modesta, uma indenização pequena. Não há dinheiro que pague a entrega que esses homens e essas mulheres fizeram ao País. Agora, o Presidente não reconhecer sequer essa entrega e vetar o projeto dos profissionais de saúde é de uma crueldade, de uma desumanidade, de um desrespeito sem tamanho.

Sexta-feira houve de novo um movimento de aplausos aos profissionais de saúde do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Foi muito bonito. Mas os profissionais pedem mais que palmas, pedem direito, pedem respeito, estão exaustos.

Eu peço, amanhã, a derrubada do Veto nº 36, porque esse veto é um desrespeito com os profissionais de saúde do Brasil.

Muito obrigada.

Documento 742/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-21:52

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema nacional de saúde decorrente da epidemia de coronavírus. Inoportunidade de votação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Insignificância do auxílio emergencial de 150 reais proposto pelo Governo Federal. Necessidade de aquisição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de novas vacinas contra a Covid-19. Indiferença do Presidente da República diante do falecimento de 300 mil pessoas no País pelo coronavírus. Aprovação, pelo Parlamento brasileiro, de conjunto de medidas de combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de aprovação, pela Casa, de proposições de interesse das mulheres. Classificação do Brasil em 154º lugar no ranking mundial de participação feminina na política. Dificuldades financeiras enfrentadas pelas mulheres chefes de família diante da epidemia de coronavírus. Repúdio às agressões verbais desferidas contra as Parlamentares no plenário da Casa. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nosso País está sofrendo. Milhões e milhões adoecem e morrem com esse vírus, e nós, nesta noite, discutimos a Lei do Gás. O nosso povo está morrendo em razão do colapso em que está toda a rede hospitalar, de todo o País, e estamos aqui discutindo algo que não tem razão de ser. O colapso do sistema de saúde, a negligência, os péssimos exemplos e os sinais invertidos da Presidência da República fazem com que a nossa sociedade não compreenda o que está acontecendo no atual momento.

Há também aqueles e aquelas, cidadãos e cidadãs que, sem emprego e renda, sem a proteção do Estado neste momento difícil, passam fome, e não conseguem ter as suas contas em dia, arriscam-se na exposição em busca da sobrevivência, e o Governo diz que vai dar uma ajuda emergencial de 150 reais.

Creio, Presidente, que será o vale-gás.

O Brasil quer mais e mais vacina, quer superar este momento trágico de nossa sociedade, e o Presidente da República e os seus próximos estão preocupados com armas, com aborto, com ideologia de gênero, com os absurdos que o "gabinete do ódio produz, com destruição, com garimpo em terra indígena e, nesta noite, com a Lei do Gás, que nós poderíamos deixar para um momento propício.

Não há priorização das vidas, e tem prevalecido uma política negacionista. São quase 300 mil mortes, e dia após dia, a cada dia, está pior. Temos o pior momento da pandemia, 1 ano depois de ela ter começado, sem os esforços de



uma coordenação nacional e sem saída pela ciência. Em 16 de março perdemos 2.798 pessoas, computadas até a presente hora. Ainda em janeiro, estudo que analisou as respostas de 98 países mostrou que, quanto à COVID-19, o Brasil já tinha o pior desempenho entre todas as nações do grupo. Avalia-se o total de casos e mortes por COVID em cada nação, a oferta de testes, o percentual da população afetada pela pandemia. Agora somos uma vergonha com relação à compra e à viabilização das vacinas necessárias. Assistimos ao Presidente da República desfazer um contrato com o qual teríamos 46 milhões de doses de Coronavac.

Este País está desgovernado, este País tem o quarto Ministro da Saúde. O País não tem um Ministro da Economia nos moldes indicados pela nossa Constituição, tem uma pessoa imbuída de fazer a entrega, de vender o País, como está acontecendo esta noite. Quanto mais entregar, melhor.

Mas há esperança. O restabelecimento dos direitos políticos do Presidente Lula já demonstrou efeito positivo. É possível termos um estadista, um líder com visão de país que defenda vacina, ciência, SUS, emprego e renda. No pronunciamento do último dia 10, o Presidente deu exemplos inúmeros de como o Brasil pode enfrentar a crise e de como devolver o Brasil aos brasileiros. O eixo é justamente o de colocar os problemas do povo brasileiro na conversa com os vários setores da sociedade, dos mais simples aos que mais produzem, priorizar a saúde, priorizar vidas, e não alimentar o apetite dos bancos, do setor financeiro, dos que mais ganharam durante a pandemia. Quando o povo morre, alguém está ganhando. Querem entregar as nossas empresas, o nosso patrimônio nacional, enquanto a nossa população, os serviços públicos e os servidores estão sendo destruídos.

Há meses o povo sofre com a doença e suas consequências, sem o auxílio emergencial, sem emprego e renda, e neste momento com fome, e o Presidente não se dedica a enfrentar essas questões. A nossa Casa poderia estar debruçada, noite adentro, sobre a discussão da vacina, do auxílio emergencial, de vida digna para o nosso povo. É muito claro e evidente que, se o Governo tivesse uma postura diferente diante da doença, nós já estaríamos em outra situação, teríamos outras pactuações, agilidade naquilo que mais precisamos.

O último discurso do Presidente Lula nos lembra que é possível o brasileiro ter alimentação, comer dignamente, comprar gás, ter dignidade, ter emprego, ter sua vida conforme a Constituição brasileira reza, sobre os direitos de todos e todas.

Nós nos empenhamos como Parlamento, em alguns momentos, para aprovar a compra mais célere de vacinas, aprovamos saída para que crianças tivessem merenda escolar, aprovamos o FUNDEB, aprovamos projetos para garantir maior proteção e atendimento a mulheres vítimas de violência, aprovamos a Lei Assis Carvalho, para ajudar os agricultores, infelizmente com o veto do Presidente da República. Muito este Parlamento fez, mas muito há que fazer. Estamos no momento mais tenso, mais difícil. Precisamos enfrentar o que está

acontecendo. Morrer não é a sina do nosso povo. Precisamos ter, como Parlamento, responsabilidade e necessitamos de estadistas à frente da Câmara dos Deputados.

Temos aí uma Mesa eleita, Presidente Arthur Lira, que deve pegar a frente, porque, infelizmente, o Presidente da República assim não o faz.

Por fim, mas não menos importante, aproveito para falar do mês de março, do Março Mulher. Queremos aprovar a pauta das mulheres. Queremos reforçar as denúncias de que persiste uma série de situações que mantêm as diferenças discriminatórias de gênero, o que continua desafiando as sociedades na efetivação das relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Entre 174 países do mundo, o Brasil ficou na 154ª posição em relação à participação da mulher no Parlamento. Nesse sentido, haveremos de tomar medidas determinantes para que o Brasil, que tem 51,8% de população feminina - e os demais são nossos filhos -, possa mudar o rumo e colocar as mulheres no devido lugar, onde elas merecem, com as lutas que elas sempre fizeram. Nós avançamos, nós conquistamos espaços, nós tivemos, nas últimas eleições, 15% de mulheres neste Parlamento, nós tivemos mais candidatas a Prefeito e a Vereador na última eleição, mas ainda não é o suficiente para termos paridade nesta Casa, no Senado, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas.

Neste momento de pandemia, vemos como estão sofrendo as mulheres, as mães de família que fazem a lista de compras, que vão ao supermercado e que veem que o dinheiro que têm não dá para comprar alimento para os filhos. Sabemos que muitas vezes o companheiro está do lado, mas muitas vezes não está. É a mulher sozinha, chefe de família, que está a sofrer fortemente nesta pandemia.

Neste mês de março, peço aos Deputados desta Casa que rechacem quando as mulheres Parlamentares forem agredidas. Nós já ouvimos Parlamentares serem chamadas de "deputéricas", já ouvimos alguns dizerem: "*Mulher, a sua fala é estridente*"; "*As mulheres são histéricas*". E muitas vezes os nossos companheiros ficam calados.

Agradeço muito aos homens que ajudam a carregar as bandeiras feministas. Vocês são parceiros. Precisamos de mais, precisamos dos companheiros que reconhecem a nossa luta, que reconhecem o que escrevemos durante a história, o nosso papel e, de forma muito digna, dos que se emocionam e têm solidariedade com a questão da mulher neste momento do País, da mulher professora, da mulher enfermeira, da mulher dona de casa, da mulher mãe, da mulher cidadã, da mulher que está na política, da mulher que quer espaço para trabalhar, junto com os companheiros, e fazer este País mais digno.

Não adianta usar a tribuna da Câmara e do Senado para dizer que nós temos um Presidente da República que quer vacinar a população. Se assim fosse,

neste ano o povo que está morrendo estaria vacinado, a maioria das mortes teria sido evitada em 2021. Infelizmente, essa atitude não foi tomada a tempo.

Sr. Presidente, agradeço muito por este momento de fala. Agradeço a todas as mulheres desta Casa, ao Líder Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores, que abraço e a quem agradeço, e a V.Exa., Sr. Presidente, pelo espaço.

Precisamos salvar as pessoas, precisamos de vacina para todos já, precisamos confiar na ciência, precisamos de auxílio digno, não de 150 reais, precisamos de mulheres protegidas, respeitadas e em espaços de poder, precisamos de outro Governo, precisamos sonhar alto e lutar muito mais, precisamos de um presidente como foi o Presidente Lula, que respeitou as mulheres e a população brasileira, que desde o primeiro dia disse que haveria café da manhã, almoço e jantar, e assim o fez.

Nós queremos estadistas na Câmara, no Senado, nos Governos dos Estados e, especialmente, na Presidência da República.

Documento 743/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 2.800 mortes diárias no País em decorrência da Covid-19. Nomeação do médico Marcelo Queiroga para Ministro da Saúde. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje chegamos a 2.800 mortes por COVID em todo o Brasil. Ocorreu um fato durante a semana, que foi a mudança no comando do Ministério da Saúde, com a saída do Ministro Pazuello e o anúncio da nomeação de Marcelo Queiroga para a Pasta. Isso nos traz a grande esperança de que, nessa nova gestão do Ministério, a politização da pandemia seja superada e que realmente haja uma grande união para recuperar, não digo, o tempo perdido, porque não é mais possível. Porém, que realmente busquemos o rumo que deveríamos ter tomado desde o início da pandemia.

Então, a política de saúde pública renova as esperanças nesse novo caminho.

Quanto à matéria, o MDB orienta o voto "não", Presidente.

Documento 744/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Protesto contra a votação pela Casa de proposições relativas ao ajuste fiscal e ao marco regulatório do gás natural, em detrimento da apreciação de matérias destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "não" a essa proposta. O projeto é nocivo ao interesse nacional, é privatizante e vai aumentar o preço do gás.

Porém, o mais importante aqui é nós discutirmos a insensibilidade do Congresso Nacional frente ao desastre e ao genocídio diante da irresponsabilidade governamental. Nós estamos com dois recordes no mesmo dia, hoje! O número de mortes foi de mais de 2.800, e tivemos mais de 84 mil contaminações. Os hospitais estão colapsados, e, na semana passada, ficamos discutindo aqui arrocho fiscal. Hoje estamos discutindo a Lei do Gás, em vez de discutirmos auxílio emergencial, leitos, vacinas. É disso que o Brasil precisa!

A Câmara precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 745/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:28

Sumário

Alcance do patamar de 2.798 mortes diárias no País em decorrência da Covid-19. Indignação do orador com a apreciação pela Casa da proposta sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural, em detrimento do debate de medidas de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é algo rápido. O Brasil, neste dia 16 de março, alcança 2.798 mortes pela COVID-19. Em 24 horas, é o pior dia da pandemia. Pelo 18º dia consecutivo o País alcança a mais alta média móvel de óbitos causados pela doença.

Sr. Presidente, nos estamos na terceira guerra mundial, e aqui nós deveríamos estar discutindo como o Estado poderia concentrar todas as forças no fomento, nos auxílios e em todas as estratégias científicas de vacinação para combater o coronavírus. Mas estamos aqui discutindo a perda de soberania do Estado. Isso é um contrassenso!

Eu quero registrar a minha indignação e a minha solidariedade. A minha indignação com este momento que estamos vivendo e a minha solidariedade às famílias brasileiras, que sofrem sem uma perspectiva mais clara do que vai acontecer com a pandemia.

Documento 746/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:32

Publ.: DCD - 17/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Imediato encaminhamento à Casa da medida provisória relativa ao tema.



O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT é a favor da admissibilidade e quer registrar o que esta Casa deveria estar votando. Há 90 dias as pessoas não têm mais a renda emergencial. Bolsonaro sequestrou, no final do ano, a renda emergencial, que era de 600 reais. No final do ano, em dezembro, só havia 300 reais. Em janeiro, fevereiro, março, nada! Além de ocorrerem 3 mil mortes por dia, estamos sem a renda emergencial. O Governo apresenta o plano emergencial fiscal e promete o auxílio emergencial. Onde está a medida provisória do auxílio emergencial? Não queremos 170 reais nem 250 reais. Nós queremos, até o fim da pandemia - essa é a proposta do PT -, 600 reais, que vão ajudar as pessoas a aplacarem a fome e colaborar com o desenvolvimento do País.

Nós votamos "sim".

Documento 747/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inoportunidade de votação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Necessidade de adoção, pelo Parlamento brasileiro, de ações contundentes e eficazes para combate à crise sanitária instalada no País.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL é contrário à matéria, Presidente, em especial porque ela é inoportuna, Quanto ao mérito, já apresentamos aqui os diferentes motivos.

Hoje é um dia de tristeza, de indignação, de um sentimento de impotência para muitos de nós que, embora estejamos ocupando espaços de poder, não conseguimos intervir concretamente para frear essa crise sanitária que está levando luto à casa das famílias. Então, eu não tenho dúvida de que este Parlamento precisaria ser responsável e mais solidário com as famílias neste momento, e, independentemente do campo político do qual fazemos parte, deveria se debruçar sobre as urgências do Brasil. Precisamos garantir vacina para todo mundo; precisamos garantir o necessário *lockdown*. Para isso, devemos garantir renda para as famílias. Precisamos de posições contundentes para enfrentar essa crise, essa tragédia que nos entristece e entristece todo o Brasil.

Documento 748/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:36

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Vinculação entre o descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas, e a tragédia provocada pela epidemia de coronavírus no País.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria vota pela admissibilidade dos destaques.

Há uma palavra que deveria iniciar todas as falas, de todas e de todos nós: solidariedade.

Refiro-me à solidariedade com a dor: a dor que o povo brasileiro está vivenciando, a dor de quem perde um ente querido e sabe disso. É uma dor que pulsa, é uma dor aguda, é uma dor que cala. E é uma dor que poderia ter sido evitada, se nós tivéssemos as vacinas necessárias, se nós tivéssemos um Presidente que não jogou a máscara fora, que não estimulou as pessoas a irem às ruas e a se abraçarem com a própria morte.

Portanto, nós estamos vivenciando neste momento uma dor que poderia ter sido evitada. O Brasil está há 2 meses do início de um processo de imunização e não vacinou nem 5% da população, porque o Governo desprezou a vacinação.

Documento 749/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Aproximação da casa de 300 mil mortes no País provocadas pela epidemia de

coronavírus. Não realização, pelo Ministério da Saúde, de campanha nacional de prevenção da Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o nosso voto é "sim", mas, de fato, como estão colocando os colegas, hoje é um dia duro para todos nós.

Depois de quase 1 ano de pandemia, depois de quase 300 mil mortes, não há uma campanha, Deputado Renildo Calheiros, coordenada pelo Ministério da Saúde deste País para orientar a população, Deputado Enrico, quanto ao uso de máscaras, quanto às medidas para prevenir o contágio pela COVID. Não há um protocolo, Deputado Leônidas Cristino, sobre os medicamentos. Eu sei que a cloroquina não funciona, mas é necessário que o Ministério assuma uma posição e diga ao Brasil qual é o protocolo para tratar um paciente com COVID.

Há uma anarquia sanitária absurda, que está levando o País ao maior colapso de toda a sua história!

Documento 750/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Não manifestação do Governo Jair Bolsonaro sobre o falecimento de 2.800 pessoas nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Defesa de convocação do Ministro da Saúde, para informação à Casa do andamento do plano nacional de imunização. Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é lamentável que, diante das 2.800 mortes, não haja um pronunciamento importante do Governo.

Presidente, o Ministro que saiu nada fez, e o Ministro que foi nomeado até agora não disse a que veio. Nós precisamos convocar o Ministro da Saúde para vir à Câmara dos Deputados apresentar imediatamente um plano de imunização da população brasileira. Não podemos aceitar a situação como ela está!

O PCdoB, sobre a matéria em tela, vota "sim".

Documento 751/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, emenda por emenda, do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Necessidade de discussão pela Casa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e da proposta de retomada do auxílio emergencial.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria vota "sim", porque acha que a sociedade, que o Brasil inteiro tem que saber o que está se discutindo nesta Casa e o que está se deixando de discutir.

Parece que há uma indiferença, uma falta de empatia. Isso é característica do arbítrio, do fascismo e da psicopatia de quem está ostentando a faixa presidencial neste momento. Mas esta Casa tinha a obrigação de estar se contrapondo a todas as mentiras que saem do Palácio do Planalto e tinha a obrigação de estar discutindo a vacina.

Esta Casa deveria estar pedindo desculpas, porque disse que iria votar um auxílio emergencial, mas, ao que parece, ele só será pago em abril - já são 3 meses sem renda nenhuma -, e o valor não mais será 250 reais, pode chegar a 170 reais. Em verdade, penalizou-se o serviço público e diminuiu-se o próprio Estado, que tem que servir a população.

Esta Casa deveria estar pedindo desculpas ao povo brasileiro pela noite de hoje e por todas as madrugadas em que foi subtraída a soberania nacional.

Documento 752/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-22:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --RODRIGO DE CASTRO-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário



Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Euclides Scalco, falecido em decorrência da Covid-19. Razões do posicionamento do orador, favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, quero lamentar o falecimento de Euclides Scalco, uma pessoa que realmente deixa uma marca de amor ao Brasil, em especial ao Paraná. Ele, um paranaense de adoção, militou durante a ditadura militar, atuando firmemente nas hostes do então MDB. Depois, ele foi um dos fundadores do PSDB, Deputado Constituinte, Presidente de Itaipu. Foi alguém que participou ativamente de todas as lutas no setor elétrico e participou, de maneira muito efetiva, do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ele já estava com a saúde debilitada, e infelizmente a COVID o levou.

Lamentamos muito o seu falecimento. Ele era uma pessoa muito querida. Foi um dos primeiros Líderes do PSDB na Câmara dos Deputados - na verdade, foi o segundo Líder - e é alguém que realmente deixa saudades. O nosso pesar aos familiares e a todo o povo do Paraná neste momento muito triste.

Sr. Presidente, gostaria de comentar aqui sobre a lei geral do gás natural, que tem no seu DNA a atuação também do PSDB. Não custa lembrar: esse projeto nasceu por iniciativa do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que fez um grande trabalho na área de minas e energia e do meio ambiente nesta Casa. Depois, essa discussão foi evoluindo, e, finalmente, com um trabalho primoroso do Deputado Laercio Oliveira, hoje esse texto volta à Câmara dos Deputados para ser debatido.

É muito importante que ressaltemos aqui neste momento todas as vantagens que esta lei vai trazer para o Brasil.

Fazendo uma analogia com o futebol, temos hoje um só jogador, a PETROBRAS, querendo, ao mesmo tempo, disputar como goleiro, como zagueiro, como lateral, como meio de campo e como atacante. Naturalmente isso não funciona em time nenhum e não está funcionando em termos de distribuição da cadeia do gás no Brasil. A PETROBRAS não está conseguindo levar o gás a um preço módico às famílias brasileiras, que estão sofrendo muito, aliás, com a alta do preço do gás; e não está conseguindo prover as indústrias, que precisam do gás para produzir mais barato, para poder vender mais barato os produtos no mercado interno e ser competitivas no mercado externo - as indústrias também não estão tendo esse bem. Por isso, para estabelecer uma maior competitividade, que resultará num aumento da oferta de gás por intermédio de novos participantes, de novas empresas no setor, é muito importante que nós aproveemos este projeto de lei.

O projeto vai promover segurança jurídica para aqueles interessados em investir através de regras claras, vai estimular a concorrência, tão importante para a economia do nosso País. Ele aumenta a atratividade do setor, para não só investidores nacionais, mas também investidores estrangeiros atuarem em todas as etapas da produção do gás natural, desde a produção do gás nas plataformas em alto-mar até a indústria, principalmente, e o consumidor final.

O projeto simplifica os procedimentos de outorga para novos gasodutos. A lei atual tem 12 anos, e nós não temos gasodutos com essa lei atual. É claro que ela está errada! É claro que nós precisamos urgentemente de uma mudança. E a Câmara está fazendo essa mudança neste momento.

A matéria busca, principalmente, significativa redução do preço do gás para os consumidores em geral: para a dona de casa, que está sofrendo com o preço do botijão de gás; para as famílias, em cujo orçamento o gás hoje tem um peso muito grande, além da inflação com alimentos; e também para as nossas indústrias, que, conforme eu falei, precisam de maior competitividade.

Nós teremos com esse projeto, quando ele estiver maduro, um mercado com a entrada de novas empresas. E, com toda a cadeia do gás se expandindo, nós teremos a geração de mais de 3 milhões de empregos diretos ou indiretos na cadeia produtiva. Portanto, este é um projeto que é bom para o Brasil.

Esta Câmara hoje faz história, e o PSDB, como não poderia deixar de ser, aqui está presente, votando favoravelmente à lei geral do gás natural.

Gostaria de passar o restante do meu tempo para o Deputado Eduardo Cury, Sr. Presidente.

Documento 753/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-23:00

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural, ressalvados os destaques.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PDT vota "sim", pela admissibilidade das emendas do Senado, porque elas melhoram em algumas coisas este projeto de lei.



Este Governo segue esta máxima: falar inverdades para saber se nós vamos acreditar. O Governo diz que vai disponibilizar 4 milhões de empregos depois que esta matéria for aprovada; que vai haver uma queda de 50% no valor do gás - isso é conversa para boi dormir; e que vai haver 50 bilhões de reais de investimento - isso também não vai acontecer.

Ninguém acredita neste Governo, Sr. Presidente. Está faltando vacina no Brasil, as pessoas estão morrendo, e o Governo não está nem aí, fica só embromando com relação ao auxílio emergencial. Nós votamos na semana passada uma PEC para viabilizar esse recurso, e o Governo ainda não mandou...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 754/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-23:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural, ressaltados os destaques. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos econômico e sanitário instalado no País.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós vamos votar "sim".

Aproveito para neste minuto, mais uma vez, dizer que o País está à deriva. O Brasil não tem Governo. Com 1 ano de pandemia e quase 300 mil mortos, onde está um comitê nacional de alto saber e técnicos mais qualificados para orientar este País? Onde está o protocolo de tratamento orientado pelo Ministério da Saúde? Que plano real de vacinação em massa da população brasileira nós temos?



O que nós temos é um Presidente absolutamente despreparado, que continua lançando impropérios, agredindo e partindo para a política do ódio e da intolerância. O que temos é um Presidente que não governa. A opção Bolsonaro levou o Brasil a este caos econômico e sanitário em que nós estamos vivendo hoje.

Documento 755/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-23:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 1, do Senado Federal, ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Inoportunidade de votação da propositura em meio à epidemia de coronavírus. Solidariedade do PSOL aos familiares das vítimas da Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) -

Presidente, o destaque do PSOL trata do seguinte. O Relator, no Senado, acrescentou, no art. 3º, a definição de biometano e permitiu o acesso de biometano à rede de gasodutos, o que favorece a produção e o consumo de gás produzido a partir de resíduos orgânicos. Trata-se de uma ampliação da oferta sustentável de combustíveis renováveis.

Com essa alteração feita no Senado, nós achamos que haverá uma redução importante de danos. Portanto, do nosso ponto de vista, é um equívoco o parecer do Relator, ao rejeitar também esta emenda.

Eu queria, Sr. Presidente, usar estes 2 minutos que nosso partido tem para, mais uma vez, falar da inoportunidade desta matéria. Nós estamos vivendo o pior momento desta crise sanitária, uma crise que está levando ao luto várias famílias brasileiras. Quando nós falamos dos números, que hoje chegaram a quase 3 mil pessoas mortas em decorrência da COVID nas últimas 24 horas, não estamos, na verdade, falando de números, mas sim de famílias, de mães, de avós, de pais, de filhos que estão morrendo por conta não só da incompetência, mas também da operação de morte promovida pelo Governo Federal.

Infelizmente, muitas vezes, esta Casa atua de forma conivente e omissa na fiscalização, necessária, do Poder Executivo. É inaceitável que, diante de tantas urgências no Brasil, nós estejamos aqui neste momento priorizando abrir e entregar o mercado de gás para a iniciativa privada.



Eu não tenho dúvida quanto às prioridades do País. Aliás, eu não estou falando como integrante do PSOL ou da Esquerda. Eu estou falando como aqueles que defendem a vida, aqueles que entendem que a vida está acima de qualquer coisa. Para haver mercado, é preciso existir vida. Nós deveríamos estar pensando em como fazer a vacina chegar aos bolsões de pobreza deste Brasil, um país de proporções continentais. Nós deveríamos estar pensando em como ampliar o auxílio emergencial, que vai ser de irrisórios 150 reais, para a maioria do povo brasileiro.

Hoje é um dia triste, um dia revoltante. Eu queria terminar esta fala manifestando toda a nossa solidariedade, toda a solidariedade do PSOL, às famílias que estão perdendo os seus entes queridos todos os dias no Brasil.

Muito obrigada.

Documento 756/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-23:56

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Importância da Emenda nº 7 apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020 (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Necessidade de aperfeiçoamento da proposição. Solidariedade ao Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, e ao Prefeito do Município de Sobral, Ivo Gomes, pela luta empreendida contra a epidemia de coronavírus. Excelência das administrações dos gestores.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, essa Emenda nº 7 insere o artigo que determina que a Empresa de Pesquisa Energética - EPE elabore, anualmente, o planejamento da expansão da malha de gasodutos de transporte, incorporando as propostas das ANP, da ANEEL, e priorizando os dutos para atendimento das térmicas inflexíveis locais.

Resumindo a importância desse destaque, neste projeto de lei não existe uma linha sequer que viabilize o investimento em novos gasodutos, em gasodutos de transporte. Não existe uma linha sequer, nesse projeto de lei, que dê condições para uma redução do preço do gás em nosso País. Não existe nenhum artigo, nesse projeto de lei, que universalize a distribuição de gás natural em nosso País.



E mais ainda: nada há nesse projeto de lei que faça com que esse gás natural chegue ao interior do Brasil, chegue à parte oeste do Nordeste brasileiro; ao centro-oeste ou ao oeste da Bahia. Isso não existe.

Se é assim, nós precisamos viabilizar esses gasodutos de transporte para o interior e lá construir essas térmicas inflexíveis, que são permanentes, o que vai viabilizar economicamente a construção desse gasoduto, e, por conseguinte, vai-se poder distribuir esse gás para as indústrias, para os comércios e para as casas das pessoas.

Portanto, nós precisamos usar esse gás que está disponível no pré-sal. Hoje, em torno de 45,4% desse gás é reinjetável. Isso chega a 56 milhões de metros cúbicos por dia de gás, volume que nós poderíamos transferir, transportar, para o interior do nosso País.

E mais ainda: nesse projeto de lei não há nenhuma contrapartida. E o que vai acontecer? O que vai acontecer é que os grandes empresários, as grandes empresas, os grandes investidores vão ficar só com o filé e não vão levar esse gás para o interior do Ceará, para o Maranhão, para o Piauí, para o oeste da Bahia. Eles querem tudo no litoral, querem fazer investimentos no litoral. Aliás, já tem uma parte desse investimento pronta.

Nós não nos interessamos por isso. Nós queremos baratear o gás e queremos que esse gás chegue ao interior para levar o desenvolvimento para o interior; que esse gás possa, por exemplo, sair aqui de Fortaleza e caminhar em direção a São Luís do Maranhão, passando por Teresina. Podia ser construída uma térmica em Teresina, por exemplo.

Alguns podem dizer: "*Vai ficar muito cara essa energia.*" Pelo contrário! Essa energia vai ficar é barata! E vai entrar no sistema, já que essa termelétrica vai ficar num centro de desenvolvimento, num centro de consumo, Sr. Presidente. Essa é uma saída muito importante se conseguirmos aprovar esse nosso destaque, que foi uma emenda feita no Senado.

Por isso, Sr. Presidente, nós precisamos trabalhar para que esse gás seja usado, para que o gás do pré-sal chegue ao Centro-Oeste brasileiro, chegue ao Norte do País - repito. Não tem cabimento nenhum que esse gasoduto só chegue ao litoral brasileiro. Não é legal. Se não houver essa proposta escrita na lei, os investidores não vão chegar até o interior do Nordeste brasileiro ou então ao Centro-Oeste brasileiro. Infelizmente, não vão chegar. E nós precisamos colocar isso para viabilizar o uso desse gás que está sendo injetado nos poços do pré-sal, para que esse gás possa chegar e viabilizar o desenvolvimento do nosso País.

Essa coisa de investimento é uma coisa esquisitíssima: "*vão acontecer 50 bilhões de reais em investimentos*", "*vamos ter 4 milhões de empregos se essa matéria for aprovada*", "*o gás vai abaixar 50%*". Cadê a memória de cálculo disso? Eu perguntei isso ao Ministro na Comissão de Minas e Energia. Ele não

sabia. Sabe por que ele não sabia? Porque não existe estudo do Governo com relação a isto - 4 milhões de empregos e 50 bilhões de reais em investimentos.

Não vai acontecer esse investimento porque ninguém acredita nesse Governo, ninguém acredita no Bolsonaro, ninguém acredita no Presidente da República, que não compra vacina para salvar a vida da sua população. Como vão acreditar na consistência jurídica de um Presidente que não faz nada com fundamento, que fica só embromando?

Na realidade, é só embromação, Deputado Henrique Fontana. Isso nos deixa cansados, isso nos deixa enfadados. A quantidade de discursos que ouvimos hoje sem pé nem cabeça nos deixa enfadados. Mas nós precisamos mostrar para a população brasileira que essa proposta infelizmente não vai baixar o preço do gás.

Eu queria abraçar o Deputado Laercio Oliveira. Eu gosto muito do Deputado Laercio. Ele não tem culpa nenhuma de essa matéria infelizmente não estar boa, mas nós precisamos fazer com que ela possa melhorar.

Finalizando as minhas palavras, Sr. Presidente, eu queria lamentar mais uma vez a morte de muitos brasileiros. Este dia foi muito triste. Eu queria saudar, abraçar e me solidarizar com o Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, um homem sério, um homem competente, um homem determinado, que está fazendo um trabalho extraordinário aqui no Ceará.

O momento é muito difícil, mas ele está ali, 24 horas por dia, segurando as pontas, e sempre dando esperança para a população cearense, sempre ao lado do povo, que está sofrendo neste momento tão difícil.

Em nome dele, eu queria também saudar todos os Governadores. Eles estão passando por uma situação complicada, porque tentam enfrentar esta pandemia, e o Governo Federal fica puxando para o outro lado, fica dizendo que a máscara não vale nada, que não tem importância, que o distanciamento social inexistente, que não tem um retorno importante para diminuir a propagação do vírus. Negava a importância da vacina no começo, e agora está dizendo que a vacina já resolve uma boa parte do problema. Enfim, por isso temos que ser solidários com os Governadores do nosso País, como também com os Prefeitos.

Os Prefeitos estão sofrendo muito. Eu fui Prefeito e me coloco no lugar deles. Eu fui Prefeito, por 2 mandatos, da minha querida Sobral. Por conta disso, eu queria abraçar o povo de Sobral e ser solidário com o Prefeito Ivo Gomes, que está fazendo também um trabalho excelente. É um homem muito competente, um homem preocupado, um homem que está fazendo tudo o que é possível para amenizar as dificuldades por que está passando o povo Sobral. Por meio dele, eu queria abraçar não só os Prefeitos do Ceará - são 184 Municípios -, mas todos os Prefeitos do nosso País.

Eu queria saber cadê o plano nacional de imunização do Governo Federal, Sr. Presidente.

Documento 757/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:04

Publ.: DCD - 17/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votaremos "não" porque queremos manter o texto da Câmara, que garante que haja competitividade, que muitas empresas invistam em gás e o preço possa cair, que o consumidor possa ter as suas opções.

O monopólio da distribuição é do Estado; o monopólio do transporte é da União. Ora, se nós queremos gasodutos de transporte no Centro-Oeste, no Norte, eles precisam ser estruturados, viabilizados. É preciso evitar que monopólios estaduais privados impeçam que esses gasodutos sejam viáveis economicamente.

E o barril do petróleo estava custando 26 dólares, agora está custando 60 dólares. A cotação do dólar também subiu, em função dessas questões de incerteza que acabaram tomando conta do nosso País. A pandemia é mundial.

Então, Sr. Presidente, nós votamos "não".

Documento 758/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta "sim".

Presidente, já é meia-noite e 8 minutos. Nós estamos entrando pela madrugada. Mais uma vez, mais uma semana, esta Casa avança madrugada adentro e votando pautas que vão totalmente de encontro àquilo que é de interesse do cidadão brasileiro. Na semana passada, nós votamos aqui um auxílio emergencial que reduziu o valor de compra da cesta básica, tiramos direitos dos servidores públicos, cortamos políticas públicas, e agora avançamos madrugada adentro num processo também de entrega do Estado brasileiro.

Há um filme, Presidente, de 1964, que é do Zé do Caixão, chamado "*À meia-noite levarei sua alma*". É um dos filmes mais premiados do Brasil. Esta Casa está parecendo um filme de Zé do Caixão.

Documento 759/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Apelo ao Presidente da República por imediata aquisição de vacinas contra a Covid-19, e edição de medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta emenda também considero de fundamental importância. Mas queria aproveitar este tempo para falar com as pessoas que nos assistem ainda.

O Brasil perdeu hoje 2.800 brasileiros. Caiu o Ministro da Saúde, mas até agora não temos notícia da mudança na política de saúde do Governo. O que

nós precisamos é que o Governo, com energia, enfrente a COVID e corra o máximo que puder atrás das vacinas para imunizar a população brasileira, porque essa situação é completamente inaceitável.

A nossa emenda, Presidente, faz uma natural proteção da competência constitucional dos Estados. É uma medida que consideramos muito importante. É um direito constitucional que os Estados têm e que está sendo subtraído por este projeto. Creio, inclusive, que este projeto, se aprovado nestes termos, irá parar no Supremo Tribunal Federal, por invadir a competência dos Estados.

Era esta, Sr. Presidente, a defesa que nós gostaríamos de fazer, além de exigir que o Presidente da República edite imediatamente uma medida provisória para estabelecer o auxílio emergencial de 600 reais para todas as pessoas que receberam o auxílio emergencial na primeira fase da pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 760/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Inoportunidade de votação da propositura em meio à epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós somos favoráveis ao destaque do PCdoB e a esta emenda do Senado. Ela está correta porque garante o direito constitucional dos Estados. Somos totalmente favoráveis a ela.

As usinas térmicas inflexíveis vão ter que funcionar mesmo, porque a demanda de energia aumenta constantemente, e nós temos um problema de escassez de água. Isso não precisamos nem dizer, está à vista de todo mundo, porque estão destruindo a Amazônia, não há nenhuma preservação ambiental, está chovendo cada vez menos, e o País está entrando num colapso hidrológico também. Aliás, votamos aqui uma reposição hidrológica para as usinas hidrelétricas.

Eu queria terminar aqui lamentando que estejamos votando um projeto deste tipo no dia em que morreram quase 3 mil brasileiros e brasileiras. É lamentável! Temos que tratar da vacina e da saúde do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 761/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Inoportunidade de votação da propositura. Queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL, Presidente, acompanha o destaque do PCdoB.

Eu queria, nesta última votação, reforçar que lamento a inoportunidade da votação desta matéria. Tivemos que ouvir aqui até que o Bolsonaro está sufocando o sistema, enfrentando a corrupção, ignorando-se as rachadinhas, ignorando-se o dinheiro inexplicável na conta dos filhos do Presidente, ignorando-se também que há, na verdade, um sufocamento do povo com o tratamento lamentável que Bolsonaro e sua base têm dado à pandemia.

Hoje é um dia triste para o Brasil, mas, ao mesmo tempo, o povo está acordando. Caiu a popularidade do Bolsonaro: 54% das pessoas consideram o Governo Bolsonaro ruim ou péssimo. É preciso interromper este ciclo para atravessarmos esta tragédia, Presidente.

Documento 762/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Repúdio às agressões verbais desferidas por Deputado contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio, em homenagem póstuma às vítimas da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu faço minhas as palavras da Deputada Jandira Feghali. Digo que é inadmissível que tenhamos que escutar tamanha grosseria e injustiça com a primeira mulher a presidir este País e que foi brutalmente apeada do poder por um golpe que se estende até hoje.

Eu pedi a palavra também para dizer que não podemos terminar esta sessão sem fazer 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Quase 3 mil pessoas se foram hoje. E todo mundo que parte é amor de alguém. Há famílias que choram hoje. Esta Casa, que está nesta madrugada aprovando uma proposição contra o povo brasileiro, não pode se esquecer de homenagear as famílias e de homenagear aqueles que se foram e que poderiam estar aqui se a política...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, o PSOL muda a orientação para "obstrução".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sugiro que façamos 1 minuto de silêncio, Presidente, antes do término da sessão.

Documento 763/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:32

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LAERCIO OLIVEIRA-PP -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, ao ex-Presidente Rodrigo Maia, ao Líder Ricardo Barros, ao Vice-Líder Evair Vieira de Melo e outros pela aprovação da propositura.



O SR. LAERCIO OLIVEIRA (Bloco/PP - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Vice-Presidente Marcelo Ramos, neste ato conduzindo os trabalhos na condição de Presidente, eu quero dizer a V.Exa., a todos que aqui estão e a todos que acompanham os trabalhos do dia de hoje que realmente é como V.Exa. colocou. O seu sentimento é o sentimento de todos nós. Independentemente de sermos oposição ou situação, nós estamos em uma mesma situação, vivendo um mesmo problema: esta maldição que tomou conta da Terra, de todos os cantos do mundo. É claro que sofremos com tudo o que escutamos todos os dias, mas vamos continuar trabalhando. Cada um vai fazer a sua parte para que nos livremos disso.

Independentemente dessa situação, eu quero celebrar a aprovação da Lei do Gás. Essa lei vai nos ajudar a sair da crise, porque o gás é importante para o desenvolvimento do nosso País.

Nós precisamos combater a pandemia, mas temos que estar atentos, porque precisamos trabalhar ainda mais para que o nosso País tenha condições de superar todos esses momentos que estamos atravessando, momentos tão difíceis.

Chegamos ao final desta votação, algo que durante algum tempo pareceu impossível, porque Deputados abnegados, competentes, somaram-se no esforço e na crença de que era possível produzir uma lei do gás que abrisse o mercado. Eu passei a tarde inteira aqui, depois que li o relatório, ouvindo os meus colegas, principalmente a Oposição. Reconheço que ainda existe muita desinformação com relação a este momento novo que o País vai passar a viver. Eu quero continuar me colocando à disposição de todos para oferecer todas as informações e trazer luz a este momento tão importante que decorrerá da aprovação deste projeto de lei aqui.

Sr. Presidente, conto com a sua bondade, porque preciso agradecer a algumas pessoas que fizeram com que isso fosse possível. Quero agradecer ao Presidente Arthur Lira, porque pautou o projeto, cumprindo o seu compromisso de fazer uma Câmara diferente. Eu preciso agradecer também ao ex-Presidente Rodrigo Maia, que, no ano passado, pautou o projeto no mês de setembro. Aliás, antes de pautar o projeto, ele acolheu um requerimento de urgência assinado pelo meu colega e grande Parlamentar Paulo Ganime, para que o projeto saísse da CDEICS e viesse diretamente para o plenário.

A partir desse momento, surgiu a esperança de que nós conseguíssemos trabalhar este projeto intensamente e fazer acontecer o que de fato aconteceu aqui hoje.

Quero destacar o compromisso, sempre, do Ministro Bento Albuquerque, que também esteve somado a esta luta nesse tempo todo.

Quero agradecer, antes de cumprimentar os meus colegas aqui, a um amigo de 30 anos, inteligente, competente, que saiu do meu Estado, Sergipe, e resolveu me ajudar nessa luta, estudando o assunto e discutindo comigo. Foi

um período em que eu aprendi muito. Trata-se do meu colega Marcelo Menezes, que me acompanhou nesse trabalho. Esta é uma conquista nossa, é uma conquista do Estado de Sergipe.

Quero agradecer aos meus colegas, começando exatamente pelo Líder Ricardo Barros, um homem que nos últimos dias me fez conhecê-lo melhor, dando a mim a oportunidade de conviver com ele, de entender o seu espírito político e também a sua disposição para fazer com que as coisas aconteçam no País, de fato, através da ação dele como Líder do Governo. Trata-se de um grande Parlamentar. Se alguma coisa ganhei em tudo isso, foi exatamente a convivência com pessoas tão especiais como o Líder Ricardo Barros.

Quero agradecer também a Francisco, técnico desta Casa, um consultor que me ajudou e me ensinou bastante durante todo esse tempo.

Quero agradecer aos demais colegas. Certamente esquecerei alguns deles, mas amanhã terei outra oportunidade, caso aconteça, de reparar algum esquecimento. Quero cumprimentar o Vice-Líder do Governo Deputado Evair Vieira de Melo, que está aqui presente e que me ajudou muito; os meus colegas da FREPER, a começar pelos Deputados Christino Aureo, Domingos Sávio, Joaquim Passarinho e Paulo Ganime - já citei o nome dele uma vez e quero citá-lo novamente pela sua importância -; e cumprimento ainda tantos outros colegas, a partir do Deputado Silas Câmara, que foi o Relator lá na Comissão de Minas e Energia.

Por fim, Presidente, eu quero fazer uma homenagem justa ao ex-Deputado Mendes Thame. Ele não está mais presente aqui no Parlamento, mas nesta semana me mandou um áudio. Ele está com a fala muito difícil, mas se esforçou muito para expressar a sua satisfação em ver um projeto apresentado por ele uma vez ser transformado em realidade por nós hoje.

Finalizando, quero dizer, mais uma vez, como fiz nas outras reuniões e em todas as ações em que me envolvo aqui na condição de Relator: que Deus seja louvado acima de qualquer coisa!

Obrigado, Presidente. Obrigado, meus colegas.

Documento 764/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Congratulações ao Parlamento brasileiro pela votação, em meio à epidemia de coronavírus, do Projeto de

Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural; e do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da criação do marco legal do saneamento básico.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro a nossa solidariedade com as famílias do Brasil que, neste momento, sofrem com a perda dos seus entes queridos.

Mas não há resposta maior que este Parlamento possa dar do que registrar a sua indignação com o Brasil que nós recebemos e ter a coragem de vir ao plenário fazer as mudanças e as transformações necessárias para que a nossa geração parlamentar possa entregar um país melhor, um país mais leve, um país de oportunidades. Que esse texto que nós entregamos hoje seja realmente mais gás na nossa vida! Trata-se de um simbolismo, porque o gás se transforma em energia, mas também de uma inspiração para que possamos consolidar realmente um país de oportunidades.

Disse o nosso Líder Ricardo Barros que amanhã teremos a oportunidade de finalizar o texto do saneamento básico. Muitos brasileiros morreram porque a energia é cara. Muitos brasileiros morreram porque não conseguiram ter competitividade no mercado. E 15 crianças ainda morrem neste País por mês por falta de saneamento básico.

Então, registro a coragem que este Parlamento está tendo. Este Governo está nos dando liberdade para fazermos as mudanças necessárias. Essa é a grande resposta de conforto que nós podemos dar para as famílias que sofrem com a COVID. A COVID é fruto da omissão do passado. É preciso investir em ciência, tecnologia e inovação.

Portanto, parabenizo o Parlamento pela sua coragem. É um orgulho entregar energia mais barata e, com certeza, um Brasil de mais oportunidades.

Documento 765/1.178

24.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-00:44

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Falecimento do irmão da oradora, Luiz Kokay.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero fazer apenas uma correção, para que conste das notas taquigráficas. A perda de meu irmão Luiz Kokay é uma dor que pulsa, é uma dor que arde, é uma dor que cala e que não tem remédio, mas a vacina é para impedir que tantas pessoas tenham que falecer por COVID-19, que não é o caso do meu irmão.

Obrigada pela lembrança. A minha família se sente confortada com ela.

Documento 766/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 17/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministério da Economia de reedição da Medida Provisória nº 936, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Apelo ao funcionalismo público de contribuição com as medidas de enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Defesa da suspensão do pagamento de impostos durante a paralisação de atividades econômicas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (Bloco/NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas Deputados.

Quero iniciar, Sr. Presidente, pedindo desde já que este discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, porque entendo que ele é da mais alta importância para todos aqueles que estão sofrendo as consequências desta pandemia tanto na área sanitária como na área econômica e social.

Sr. Presidente, fiz ontem uma solicitação oficial ao Ministério da Economia, mais particularmente ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Tenho pedido informalmente há bastante tempo, inclusive da tribuna desta Casa, que se reedite a medida provisória que vigorou durante boa parte do ano passado para garantir a manutenção do emprego e da renda no Brasil, permitindo que contratos sejam suspensos sem acarretar demissões e que jornadas, no setor privado, sejam reduzidas, com redução de salários.

Aliás, Sr. Presidente, desde o início da pandemia, há um apelo nosso para que o setor público também faça a sua parte nesse sentido, para que nós Deputados, todos aqueles que estão no funcionalismo público, em particular os que mais recebem, possam, por meio de legislação, por meio de alteração constitucional, como tentamos propor por meio da PEC do Orçamento de Guerra, dar as suas contribuições durante este período.

O STF, lamentavelmente, dividiu a população brasileira, considerando privilegiados aqueles que estão no setor público, em detrimento daqueles que, no setor privado, não conseguem pagar nem as suas próprias contas, quanto mais as contas que a máquina pública dá a toda a sociedade.

Por isso, estamos também pedindo, Sr. Presidente, que outras medidas ajudem a iniciativa privada, possibilitem que férias sejam dadas mesmo àqueles que não tenham completado 1 ano de serviço; que a chamada bandeira preta, aqui no Rio Grande do Sul valha também para o pagamento de impostos. Decreto publicado pelo Governo determinou o fechamento dos comércios, todos, aliás, muito bem preparados para enfrentar a pandemia. Sabemos que algumas medidas precisam ser tomadas para conter o vírus, mas, lamentavelmente, exageros estão ocorrendo em todo o Brasil. E o IPTU continua vindo, o IPVA continua vindo, o ICMS continua sendo cobrado. É preciso que haja bom senso e que o setor público decrete bandeira preta também em relação ao pagamento de impostos, para que eles sejam suspensos durante este período em que a iniciativa privada está parada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 767/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Assunção do cargo de Ministro da Saúde pelo médico Marcelo Queiroga. Ineficiência da gestão do ex-Titular da Pasta, general Eduardo Pazuello, notadamente quanto ao combate à epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Indignação do orador com a desestruturação do Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) -
Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, cumprimento os colegas Deputados e Deputadas.

Ocorreu a quarta troca de Ministro da Saúde no atual Governo. Não sei se houve troca de seis por meia dúzia, não sei se haverá mais do mesmo. Espero que não. Primeiro, Mandetta assumiu o cargo; depois, veio Teich; em seguida, Pazuello; e agora, Marcelo Queiroga. Torço para que dê certo. Precisamos que dê certo.

Pazuello fez tudo o que podia ser feito de errado. Quando ele entrou, 12.800 pessoas tinham morrido por causa dessa doença, e até agora este é o número

de mortos: 277.800. Pazuello não deixou saúde. Deixou o Brasil enlutado, deixou a família brasileira entristecida. Ele não lutou pela vacina, ele brigou pela cloroquina. Atuou em favor do negacionismo, do desmonte da saúde pública. Infelizmente foi o que aconteceu, e nós estamos pagando um preço muito alto por isso.

Mas vamos acreditar, apostar, lutar com determinação, Sr. Presidente, para que possamos vencer a pandemia com a vacina. Vacina para melhorar a saúde, para tirar as pessoas dos hospitais, para salvar vidas! Vacina para melhorar a economia! Vacina para salvar vidas!

Abordo agora outro tema, Sr. Presidente. Lamento o que está acontecendo com o nosso Banco do Brasil. Estão fazendo um desmonte, com o fechamento de mil e tantas agências, demissão de 17 mil funcionários, entrega de patrimônio, venda de carteira de crédito do banco, de 3 bilhões, por pouco mais de 300 milhões para o BTG Pactual, o banco de Paulo Guedes. Uma negociata!

Agora o banco leiloa imóveis urbanos e rurais. Exatamente! Vão leiloar patrimônio do banco. Fazem o desmonte para, depois, entregar o banco limpinho para o comprador do banco, para o próximo proprietário do banco. É uma coisa incrível! Inclusive há histórias, Sr. Presidente, de que o banco vende patrimônio e depois aluga o mesmo patrimônio. Ele vendeu, mas continua usando esse patrimônio, só que agora pagando aluguel. Dá para acreditar? Pois isso tem acontecido. Alguém tem que denunciar, alguém tem que falar. Eu estou falando.

O Banco do Brasil não é do Governo. O Banco do Brasil é do Estado brasileiro, é do povo brasileiro. O Banco do Brasil é do tamanho da grandeza do nosso País, da perspectiva do nosso futuro. O Brasil tem passado, tem presente e terá futuro com o Banco do Brasil. Sem o Banco do Brasil, não tem futuro na economia, na agricultura, no agronegócio, no comércio, na indústria, na exportação, no comércio exterior.

Esse é o nosso drama, Presidente. Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Estado do Amapá e no País.
Ineficiência da gestão do ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Necessidade de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.
Caráter irrisório do auxílio emergencial de 150 reais proposto pelo Governo Federal.
Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicio minha fala na tarde de hoje me solidarizando com os familiares dos quase 280 mil mortos pela COVID no nosso País. Desses, 1.187 eram do meu querido e amado Estado do Amapá.

Nós vivemos um período de tristeza sem precedentes. Pessoas próximas, amigos estão neste momento deitados em leitos de UTI, lutando por suas vidas. E nós assistimos ao Governo Federal trocar mais uma vez o Ministro da Saúde. Retirou do cargo um Ministro militar, que não tinha experiência nenhuma relacionada ao Sistema Único de Saúde. Era famoso por ser competente em logística, mas conseguiu fazer trapalhadas até no envio de vacinas para Estados e Municípios.

Eu quero reafirmar que este problema no Brasil, o genocídio que está acontecendo no nosso País, pode ser também de responsabilidade do Ministro Pazuello, e devemos investigá-lo, mas o grande responsável é o Presidente Jair Bolsonaro. Vamos dizer a palavra correta. O que nos falta na Câmara dos Deputados é abrir o processo de *impeachment* contra o Presidente Bolsonaro.

É inaceitável o que estamos vivendo. O Presidente Arthur Lira deve fazer o que o Presidente Rodrigo Maia não fez: abrir esse processo de *impeachment* imediatamente, para que possamos fazer justiça ao povo brasileiro. Em qualquer outro país, tanta negligência, tanta omissão, tanta irresponsabilidade criminosa já teria sido parada pelos mecanismos legais, constitucionais.

Sr. Presidente, além disso, está hoje nos jornais que o Governo Federal pretende pagar um auxílio emergencial de 150 reais ao povo brasileiro. Eu pergunto a quem está nos assistindo na tarde de hoje se essa não é a atitude de alguém que quer levar o nosso povo para a morte.

Com 150 reais por mês, como é possível que o trabalhador brasileiro desempregado fique em casa e se proteja, proteja também quem ama? Essa é mais uma medida de sabotagem contra qualquer política de atendimento da nossa população neste momento da pandemia de COVID-19.

Sr. Presidente, vamos restabelecer o auxílio emergencial de 600 reais, pelo tempo que for necessário. Gastamos 292 bilhões ano passado. Gastar 44 bilhões este ano é um escárnio!

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 769/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com comentários a respeito da substituição do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Importância da produção de vacinas no Brasil, para a imunização em massa contra a Covid-19. Apelo ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, por inclusão de agentes funerários no grupo prioritário de vacinação.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao acompanhar o noticiário do dia, pude perceber como pessoas estão torcendo para que o Brasil dê errado. Ficaram 1 ano reclamando de Pazuello, dizendo que era um general linha-dura, que era de pouca conversa, de pouco relacionamento com a medicina, com os profissionais da área que podem colaborar para o enfrentamento da pandemia no Brasil. Apesar de todo o seu esforço, de todo o seu empenho, a COVID continua avançando no Brasil. Aumentou o número de mortes aqui e em todo o mundo, com exceção da China. Pois bem, hoje temos um novo Ministro da Saúde, um médico, cardiologista, membro do Conselho Federal de Medicina, e essas pessoas, em vez de noticiarem a chegada de um novo Ministro que é médico, dizem que ele é o quarto Ministro da Saúde neste Governo.

Quantos Ministros o Brasil já teve? Já teve mais de cem. Se é o primeiro, o segundo, o terceiro ou o quarto, não importa. O que importa é que seja competente, que se relacione bem, que apresente um plano de enfrentamento, que continue com as boas medidas, que faça uma reflexão a respeito das medidas que não deram certo, que apresente novas propostas, que se aproxime dos Governos, que se aproxime dos Prefeitos, que se aproxime do Parlamento, para que possamos dar uma resposta à sociedade.

Nós sabemos que o caminho da vacinação é um caminho importante para que possamos enfrentar a pandemia. Volto a frisar aqui que os países que mais

vacinam no mundo são os países que produzem as suas próprias vacinas - a Índia, a China e os Estados Unidos. Enquanto o Brasil não produzir a sua própria vacina, não vamos conseguir fazer a vacinação em massa. Vamos ter que comprar vacinas. A falta de vacinas em outros países não ocorre por falta de dinheiro, não. O Brasil já vacinou mais do que a Alemanha, que é um país rico. Falta vacina no mundo. Os países que produzem vacina realizam com mais rapidez a vacinação. Quem não produz tem que comprar a vacina, e ela está disputada no mercado.

Eu desejo que Deus possa abençoar a nossa Nação, possa iluminar o novo Ministro da Saúde, para que ele tenha sabedoria, tenha equilíbrio para agir com serenidade neste momento tão frágil que a Nação está enfrentando.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Ministro da Saúde. Recebi hoje um telefonema do Presidente do Sindicato das Empresas Funerárias do Espírito Santo, Nilson Batista, um amigo meu da cidade de Vila Velha. Ele disse que os agentes funerários querem parar no Brasil. Por quê? Porque não estão nos grupos prioritários de vacinação. Os presos estão na lista de prioridade da vacinação. Mas os agentes funerários, que têm de entrar no IML para pegar o corpo e levá-lo até o cemitério, ter contato com a família, apesar de estarem em risco, não foram incluídos na lista prioritária de vacinação. Não há essa previsão nem na portaria do Ministério da Saúde nem nos decretos dos Governos Estaduais.

Então, eu faço um apelo ao senhor, o novo Ministro da Saúde. Sei que tem de tomar muitas medidas, mas baixe uma portaria que inclua os agentes funerários na lista dos que têm prioridade na vacinação.

Faço também um apelo a todos os Secretários Estaduais e Municipais de Saúde do Brasil para que os agentes funerários possam ser incluídos, porque eles realmente estão na linha de frente. Se houver uma paralisação dos agentes funerários hoje no Brasil, o caos vai aumentar e a dor vai ser muito maior.

Vacina já! E vacina brasileira também, Sr. Presidente!

Um abraço.

Documento 770/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados ao gerenciamento das ações de combate à Covid-19 pela troca de Ministros da Saúde. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à produção no País e à compra de vacinas contra o coronavírus. Congratulações ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, e outros gestores pela importação de imunizantes contra a doença.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente o Brasil chega a essa marca de campeão mundial em casos de morte por COVID.

Esse mórbido desempenho se dá em meio a uma crônica de uma tragédia anunciada. Em um ano de pandemia, a saúde está indo para o quarto Ministro. E qual o problema de ir para o quarto Ministro? É que interrompe procedimentos, dificulta o gerenciamento.

E isso se dá por uma razão única: o Presidente da República não aceita um Ministro médico que siga a ciência. Ele quer um Ministro médico que siga a si próprio, que nunca estudou nada em relação a qualquer atividade de saúde. Esse negacionismo faz com que o Ministro Pazuello, que entrou como especialista em logística, saia como corresponsável por em torno de 280 mil mortes no Brasil. Este é o quadro aterrador.

Esta situação dantesca tem sido contestada pela população brasileira, por diversas pessoas que se manifestam. Agora, quando alguém se manifesta nas redes, como o Felipe Neto, como a Bruna Marquezine, levam processos desses que negam a ciência e que levam à morte uma parte significativa da nossa população pelo seu desprezo à ciência e às medidas de contenção da disseminação do vírus em nosso País.

O Presidente da República desprezou a vacina desenvolvida no País, como recentemente falou o Deputado. Nós poderíamos ter tido essa vacina. E ele desprezou a vacina, desprezou a China. E hoje precisou, para a compra de novas vacinas como a Sputnik V, da intermediação de Prefeitos, de Deputados, de Governadores, e até mesmo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero parabenizar o Governador Rui Costa, da Bahia, e tantos outros, que não só conseguiram vacina para o Nordeste, mas para todo o Brasil, demonstrando o seu amor à Pátria e o alto espírito público.

Portanto, Sr. Presidente, genocida, sim, é aquele que conduz o nosso País a viver essa situação de total irresponsabilidade com a vida do nosso povo, vivendo essa tragédia que a imprensa relata no dia a dia, deixando cada vez mais apavorado, mais temeroso, mais...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 771/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 17/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Nota da bancada federal do PT em solidariedade à Profa. Erika Suruagy, diante da abertura de inquérito criminal contra a docente, a pedido do Presidente Jair Bolsonaro, pela divulgação em outdoors de denúncia contra o Governo Federal, pelo descaso com a vida dos brasileiros diante da epidemia de coronavírus.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesses dias, em conversa com o nosso Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, o nosso estimado companheiro Julio Turra, obtive a informação de uma perseguição a uma professora, a Profa. Erika Suruagy, lá de Pernambuco, que está sendo ameaçada, inclusive provavelmente indiciada, com base na Lei de Segurança Nacional, por uma postura que teve - que eu apoio, que nós devemos apoiar - recentemente.

Conversamos com o nosso Líder, nosso querido Bohn Gass, e a nossa bancada fez uma nota, com a qual todos nós concordamos e que assinamos, que eu passo a ler agora para trazer melhor compreensão:

Nota de solidariedade da Bancada do PT na Câmara à Profa. Erika Suruagy

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados manifesta sua solidariedade à Profa. Erika Suruagy, Vice-Presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (ADUFERPE), e a toda sua equipe.

A Profa. Erika foi convocada a depor na Polícia Federal em inquérito criminal aberto, a pedido do Presidente Jair Bolsonaro, no qual alega que ela é responsável pela colocação de outdoors, no final de 2020, com denúncias sobre o descaso do seu Governo com a vida do povo brasileiro, diante da pandemia da COVID - 19.

Consideramos legítimas as manifestações, que são representativas do pensamento de muitos brasileiros e brasileiras - inclusive do meu, Sr. Presidente.

Não aceitaremos o arbítrio e as tentativas de cercear a liberdade de expressão daqueles e daquelas que se opõem a um Governo que despreza a vida e se omite criminosamente diante da morte pela COVID-19 de milhares de pessoas.

Seguimos vigilantes na defesa da democracia e da liberdade de expressão e de atuação de sindicatos, associações e organizações de classe no País.

É assinada pelo nosso Líder Elvino Bohn Gass.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer minhas essas palavras e dizer que nós estamos cada vez mais indignados e que Bolsonaro não tem legitimidade nem merecimento para estar nessa cadeira de Presidente da República. É um genocida, e nós não aceitamos isso.

Obrigado, Presidente.

Documento 772/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 17/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Troca de Ministros da Saúde no Governo Jair Bolsonaro. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Transcurso do aniversário natalício do Senador Jaques Wagner.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Bolsonaro tem 2 anos, 2 meses e 15 dias. Nesse período, Sr. Presidente, tivemos quatro Ministros da Saúde, em plena pandemia, em uma crise sanitária no Brasil que ceifou quase 280 mil pessoas. Digo isso, Sr. Presidente, com muita tristeza, e quero prestar solidariedade a todas e todos que perderam um ente querido nessa pandemia. Não adianta Bolsonaro trocar o Ministro da Saúde. Nós Deputados é que temos que tirar o Bolsonaro. Por quê? Dois Ministros saíram porque Bolsonaro não seguia as orientações da Organização Mundial da Saúde.

O Pazuello está saindo porque segue, cegamente, a orientação de Bolsonaro. O novo Ministro diz que vai seguir a orientação de Bolsonaro, ou seja, vai cair também.

Sr. Presidente, diante de todos os crimes que Bolsonaro cometeu neste País contra a vida das pessoas, contra o Estado brasileiro, contra a democracia, nós, enquanto Deputados Federais, temos que utilizar um desses processos de *impeachment* que há nesta Casa.

Temos que votar esses pedidos de *impeachment* nesta Casa e tirar Bolsonaro deste Governo, senão nós não vamos cuidar da vida das pessoas. Bolsonaro é contra a vacina. Bolsonaro é contra usar máscara. Bolsonaro é contra a vida do nosso povo.

Para se ter uma ideia, ele mandou para esta Casa - e esta Casa aprovou - a PEC do Auxílio Emergencial. Até agora, não chegou a medida provisória para votarmos e aprovarmos o auxílio emergencial para as pessoas que estão morrendo de fome, passando fome nas suas casas.

O auxílio emergencial tem que ser de 600 reais. O auxílio emergencial tem que ser o mínimo para sustentar uma família em qualquer lugar deste Brasil. Está comprovado que os 600 reais são o mínimo, porque ele aumenta o preço do gás, ele aumenta o preço da carne, ele aumenta o desemprego, ele aumenta a fome no Brasil, Sr. Presidente. Então, nós temos que agir imediatamente.

Quero concluir, Sr. Presidente, saudando o Senador Jaques Wagner, que hoje faz aniversário. Jaques Wagner foi sindicalista, Presidente do PT, Governador, Deputado Federal e será o próximo Governador da Bahia.

Parabéns, Senador Jaques Wagner, pelo trabalho de V.Exa., pela dedicação e, sobretudo, pela defesa da Bahia, do Brasil, da militância do PT, da esquerda. Isso, para nós, é fundamental. Estamos juntos nessa caminhada, Senador.

Documento 773/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações aos profissionais da saúde atuantes na linha de frente de combate à Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Elevação dos preços de alimentos, retomada dos índices inflacionários e agravamento do desemprego no País. Enriquecimento do clã Bolsonaro. Solidariedade ao influencer Felipe Neto e à Profa. Érika Suruagy, indiciados pela comparação do Presidente Jair Bolsonaro com

genocidas. Indignação do orador com a não abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de parabenizar todos os profissionais de saúde no Brasil, que estão fazendo o combate, o bom combate, à COVID-19. Também quero prestar solidariedade a todos os familiares que tiveram seus entes queridos ceifados por esse vírus.

Sr. Presidente, o que eu queria destacar é o custo de vida. Preço do feijão, do arroz, da carne, enfim, de toda a cesta básica está altíssimo. O que nós vemos, no outro lado, é a inflação alta, com perda de poder aquisitivo e a taxa de desemprego maior da história do Brasil.

O único case, ou seja, o único caso que dá certo no Brasil, que vai ser tese de doutorado para as grandes universidades federais no Brasil, nas privadas, nas internacionais, é o case da família Bolsonaro. O Brasil está sendo destruído com fome, com inflação alta, mas a família Bolsonaro está mais rica a cada dia e sem justificativa.

Espero que a Polícia Federal e que a Receita Federal tenham coragem de fazer investigação sobre a família Bolsonaro. Realmente, é uma situação que tem que ser tese de doutorado.

Gostaria de prestar solidariedade ao *influencer* Felipe Neto e à professora de Pernambuco Érika Suruagy por terem tido a coragem de fazer um debate, e eles estão sendo indiciados agora pelo Presidente Bolsonaro porque o chamaram de genocida.

Ele é genocida, sim! É um anjo da morte! Nega a ciência, não respeita a vida.

Espero que a Procuradoria-Geral da República, que já tem vários instrumentos para fazer uma ação civil pública, coloque esse genocida fora do poder.

É uma pena que, mesmo com número acima de 30 pedidos de impedimento, esta Casa não tenha coragem de colocar o genocida... A palavra de ordem é genocida, Bolsonaro. Você tem que por uma ação para cada brasileiro, para cada Parlamentar. Genocida! Genocida! Genocida!

Documento 774/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Estado do Amazonas e no País. Solidariedade às populações de municipalidades amazonenses atingidas por enchentes. Descontrole e falta de planejamento da área de saúde, demonstrada na substituição de Ministros da Saúde. Expectativa quanto à atuação do novo Titular da Pasta. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Posicionamento do orador contrário à proibição da contratação de novos servidores pelas municipalidades brasileiras. Prioridade do Governo Federal no atendimento às demandas das pequenas e microempresas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Gostaria, primeiro, de prestar solidariedade às mais de 280 mil famílias que perderam alguém vítima do coronavírus. Aqui no Amazonas já são 11.500 pessoas falecidas, devido à doença e ao descaso do Governo Federal e Estadual.

Também quero estender a minha solidariedade a todas as famílias vítimas das enchentes que estão ocorrendo, atingindo vários Municípios no Estado do Amazonas. Famílias do Município de Boca do Acre, Guajará, Pauini, Ipixuna, Envira, Eirunepé, Itamarati estão sofrendo hoje, precisando da ajuda do Governo do Estado, do Governo Federal. Por isso, a nossa cobrança, a nossa indicação, para que se dê prioridade e apoio às famílias que perderam tudo, tanto por parte da defesa civil quanto por parte dos auxílios emergenciais.

Nós temos mais uma troca de Ministro da Saúde. É o quarto Ministro do Governo Bolsonaro. Isso mostra o total descontrole e falta de planejamento efetivo na área da saúde. Hoje, o Brasil é um dos países com maior número de vítimas do coronavírus, mas também um dos países com mais atraso na vacinação, que deve ser a prioridade, neste momento, do novo Ministro. Nós esperamos que ele, sendo da área da saúde, tenha uma compreensão melhor do que fazer para poder realmente ouvir a ciência, ouvir aquilo que a área da saúde já definiu como ações concretas e executá-las. É importante que ele seja um Ministro, de verdade, da saúde.

Também temos que pensar nas pessoas desempregadas, sem renda. O auxílio emergencial é urgente. Não dá para aceitar o que o Governo está querendo fazer. Em vez de pagar os 600 reais, como foram pagos até o fim do ano passado, que é o que eu defendo, pois votei a favor das emendas que o Partido dos Trabalhadores e outros partidos defenderam na PEC 186... Não dá para aceitar um valor de 250 reais. Agora, falam até num valor menor do que 250 reais. Como uma família vai sobreviver, vai poder se alimentar com esse recurso tão reduzido? Portanto, nós temos que ter algo justo.

Além disso, nós votamos contra as medidas de contenção de gastos nos Municípios. Ele não quer nem que se contratem funcionários da saúde, da segurança, trabalhadores de todas as áreas necessárias para atender a

população. Nós precisamos fazer com que o serviço público se amplie para atender quem mais precisa. É necessário que o Governo dê prioridade às micro e pequenas empresas, para reativar a economia, gerar emprego. Como Lula diz, os empresários não vão investir, se o Governo não investir, porque não confiam no Governo. Então, é necessário o investimento público para alavancar a economia.

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Câmara.

Documento 775/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário natalício do Deputado Airton Faleiro. Consternação da oradora com o registro de 280 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema de saúde do Estado de Mato Grosso provocado pela epidemia de coronavírus. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas. Responsabilidade do Presidente da República pelas mortes decorrentes da Covid-19. Indignação da oradora com o auxílio emergencial de 150 reais proposto por Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais companheiros e companheiras que nos acompanham nesta sessão, eu gostaria de abraçar o Deputado Airton Faleiro, que vejo nesta tela, aniversariante do dia 16 de março, que muito nos honra por toda a sua luta pelo Estado do Pará e por todo o Brasil.

Um forte abraço, Deputado Airton! Desejo-lhe muitos anos de vida e muita saúde, porque nós precisamos lutar muito por um País melhor para todos e todas.

Neste pronunciamento, Presidente, eu gostaria de dizer da minha tristeza pelos mais de 280 mil mortos no País e chamar a atenção para o Estado de Mato Grosso, de onde eu falo.

O Estado tem 1 milhão de quilômetros quadrados e 3 milhões e 200 mil pessoas apenas, mas, no dia de ontem, teve 85 óbitos, o maior número de óbitos desde o início da pandemia. Há mais de 150 pessoas aguardando um leito de UTI, numa fila de espera. Há busca por leitos públicos e privados. Não há mais vaga em nenhum hospital privado do Estado. Quem adoecer entra na

fila. Se precisar urgentemente de oxigênio ou de uma UTI, vai a óbito, porque não tem atendimento.

Hoje, o Governo diz que trocou o Ministro da Saúde. Quem não se lembra do Ministro Pazuello com COVID recebendo a visita do Presidente da República para desautorizá-lo quanto à aquisição de 46 milhões de doses da Coronavac? Na ocasião, o Ministro disse o seguinte: "*Manda quem pode, obedece quem tem juízo*". O juízo dele naquele momento mandava obedecer ao Presidente da República, que dizia "não" para a aquisição das doses da vacina.

Agora, há quem se ofenda quando um Parlamentar ou um cidadão atribui a responsabilidade das mortes ao Presidente da República. As pessoas estão morrendo em 2021 porque não estão vacinadas. Se nós tivéssemos adquirido a quantidade ideal de vacinas e escalonado para as pessoas, a maioria dos que foram a óbito em 2021 não teria morrido. Antes, ouvíamos dizer que alguém faleceu de COVID. Agora, as pessoas falecem do lado da sua casa, dentro da sua casa, na sua família.

Acho que é a hora de este Parlamento parar tudo o que está fazendo. Nós estamos vendo o nosso povo tombar todos os dias por um vírus e sem atendimento no País.

Por último, eu queria dizer que o Presidente da República quer que as pessoas se alimentem durante 1 mês com 150 reais. Eu acho que a Casa, que tem 513 Parlamentares eleitos, tem responsabilidade suficiente para dizer "não" a Bolsonaro e enfrentar esta situação. Nós não fomos eleitos para deixar o nosso povo morrer de fome, morrer à míngua, morrer sem que façamos nada.

Muito obrigada.

Documento 776/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --FERNANDO RODOLFO-PL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Decretação de novo lockdown pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara. Equívoco da desativação de hospitais de campanha pelo Gestor Estadual. Denúncias de corrupção e desvio de recursos no âmbito do Governo de Pernambuco. Desconhecimento do colapso da rede de saúde pública pelo Governador Paulo Câmara.



O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, público que nos acompanha pela *TV Câmara*, o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, decretou um novo *lockdown* em nosso Estado.

Aqui eu não queria entrar no mérito, apenas fazer um questionamento. O Governador alega que, se não tomasse essa medida, certamente o Estado entraria em colapso, a rede de saúde entraria em colapso e faltariam leitos para as pessoas que estão com COVID-19.

Pois bem, eu faço, então, um questionamento. No ano passado, quando surgiu a pandemia, o Governo Federal mandou para Pernambuco, só para as ações de enfrentamento à COVID-19, cerca de 5 bilhões de reais.

Vários hospitais de campanha foram montados, foram construídos naquele momento.

Sabia-se que, inevitavelmente, entraríamos numa segunda onda da COVID-19. Era previsível. E o que o Estado fez? Quando os números começaram a diminuir, o Estado desativou os hospitais de campanha. Eu pergunto: se esses hospitais tivessem sido preservados pelo Governador Paulo Câmara, seria necessário agora um novo *lockdown*? Vários leitos de UTI foram montados naquele momento, foram desativados depois e serão montados novamente agora.

Uma reportagem me chamou muito a atenção e traz uma informação interessante. Um hospital de campanha montado no Recife pelo Governo do PSB, o Governo Paulo Câmara, custou 7,5 milhões de reais no ano passado. O Governo desativou esse hospital e agora vai reativá-lo por 12,5 milhões de reais, ou seja, 5 milhões a mais, para pegar mais dinheiro do Governo Federal.

As denúncias de corrupção e desvio de verbas vão se somando uma atrás da outra. Basta lembrar que o ex-Prefeito do Recife que Paulo Câmara quer eleger como seu sucessor no ano que vem responde a seis processos de corrupção e a denúncias de desvio e de mau uso do dinheiro para o combate ao coronavírus.

Governador, não fale em colapso da rede de saúde em Pernambuco, porque ela já está em colapso há muito tempo. Basta perguntar a quem precisa ser atendido no Hospital da Restauração. Basta perguntar a quem precisa ser atendido no Hospital Regional do Agreste, em Caruaru. Cansei de denunciar que pacientes estavam esperando dias e dias nos corredores dos hospitais. É a mesma situação no Hospital da Restauração e em tantos outros hospitais da rede estadual. Só o senhor não sabe que a rede de saúde de Pernambuco está em colapso, porque certamente nunca precisou utilizar o serviço público de saúde, nem o senhor e nem os seus, mas eu, que venho de baixo, que sei muito bem o que é a saúde pública de Pernambuco, posso falar que esse colapso já existe há muito tempo. Se o senhor tivesse sido responsável e tivesse preservado os hospitais de campanha no ano passado, certamente

estariamos preservando a economia e os empregos do povo de Pernambuco neste ano, neste momento da segunda onda.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço o registro deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 777/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 17/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Efeitos da gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Vinculação entre as crises social e sanitária vigentes no País e a recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas; à prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais; à assistência aos pequenos e microempresários, aos produtores rurais e agricultores familiares. Conclamação às mulheres para realização de grande movimento em prol da vida; da vacinação contra a Covid-19; da renda emergencial de 600 reais; da agricultura familiar; e contra o Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada.

O dinheiro está curto e a comida está cara. Esse é o drama que vivem milhões de famílias brasileiras, a maioria desempregada, precisando de ajuda de parentes, de amigos e até de estranhos para sobreviver.

Por que nós estamos vivendo essa situação? Estamos vivendo isso pela gestão desastrosa e criminoso que Bolsonaro fez diante da pandemia da COVID. Ele exortou as pessoas, no início da crise, a optarem entre a economia, o emprego e a vida e expôs milhões de pessoas ao vírus. Hoje temos milhões de infectados, milhares de mortos e estamos com um estrangulamento no sistema de saúde brasileiro, aumentando a crise.

Se Bolsonaro, no Governo Federal, desde o início, tivesse chamado governadores e prefeitos para fazer um movimento conjunto para salvar a economia e salvar vidas, inclusive com isolamento parcial em setores da sociedade; se tivesse estimulado o uso e distribuído máscaras para as pessoas; se tivesse evitado aglomerações; se tivesse planejado a compra de vacinas - aliás, em agosto do ano passado, o laboratório Pfizer ofereceu ao Brasil 70 milhões de doses, e Bolsonaro não quis comprar vacinas -; se tivesse garantido o auxílio de 600 reais sem interrupção; se tivesse garantido crédito e assistência aos pequenos e microempresários, aos produtores rurais, aos agricultores familiares, nós não estaríamos nessa situação.

Hoje a situação é dramática e desesperadora para a maioria do povo, mas especialmente para as mulheres, com quem eu quero falar agora. Numa crise, elas são as primeiras a perderem o emprego, a terem a renda rebaixada e a serem tensionadas com os problemas de saúde que afetam a família.

Por isso, eu quero conclamar as mulheres a fazermos um grande movimento pela vida; um movimento de combate ao Governo da morte; um movimento pela vacina para todos e já - sem vacina, não se salva vida e não se salva emprego, porque as pessoas não podem circular -; um movimento pela renda emergencial de 600 reais, porque 250 reais, 150 reais não garantem dignidade; um movimento contra a carestia; um movimento de apoio ao agricultor familiar, não só ao produtor de soja. Nós não comemos soja. Nós comemos arroz, feijão, batata. Os preços estão pela hora da morte: 5 quilos de arroz, hoje, custam quase 30 reais; 1 quilo de batata, 7 reais. Isso sem falar do gás de cozinha. As pessoas estão indo ao supermercado e comprando menos comida, estão comendo menos. Nós estamos com uma fome crônica no Brasil. Isso é grave para a saúde e para a dignidade das famílias brasileiras.

Nós não podemos aceitar isso, mulheres! Nós temos que levantar a nossa voz e mostrar a nossa indignação e a nossa revolta. Com um grande movimento feminino nas redes, nas ruas, nas conversas, precisamos dar uma chacoalhada neste Brasil.

Mulheres, uni-vos! Nós somos geradoras da vida. Temos que enfrentar e combater este Governo da morte.

Documento 778/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inocuidade da troca de Ministros da Saúde, tendo em vista a continuidade da submissão aos ditames do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Constrangimento imposto pelo Presidente da República à médica cardiologista Ludhmila Hajjar.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho me manifestar hoje dizendo que não adianta ninguém ocupar o Ministério da Saúde no Governo Bolsonaro. O Ministério da Saúde de Bolsonaro não pode ser ocupado por alguém que respeite, celebre e siga a ciência, pois a única e principal qualidade de quem for a bola da vez será a subserviência. O comando do Ministério pertencerá tão somente a

Bolsonaro, que diretamente vai comandá-lo com a bússola eleitoral. Só fica no Ministério da Saúde de Bolsonaro quem não está nem aí para a defesa da vida e da vacina para todos, quem não tem a empatia e a ética como valores fundantes da sua própria existência.

Nesse episódio de defenestração do Ministro Pazuello, de mais um constrangimento para as Forças Armadas, Bolsonaro também desconsiderou as forças que hoje lhe dão sustentação dentro do Parlamento, ao não ter tido coragem de dizer "não" à indicação da médica cardiologista Ludhmila Hajjar.

Bolsonaro foi sórdido ao criar uma arapuca, uma armadilha, ao receber a Dra. Ludhmila no Palácio da Alvorada, na presença de um Ministro que, já naquele momento, era figurativo.

Tal cenário também estava adornado com a presença do Deputado Eduardo Bolsonaro - estava fazendo o que ali?

Pensem no tamanho do constrangimento que a quase Ministra atravessou ali. Naquele momento, as milícias digitais já tinham vasculhado a vida pregressa da candidata. Construíram *fake news*, além de ameaçar de morte a doutora, que ficou indefesa, participando de uma cena misógina.

Bolsonaro não conseguiu enganar os seus neoaliados. Certamente haverá troco na primeira oportunidade. Imaginem o tamanho do arrependimento da médica ao ter que ouvir do Presidente que, no Ministério, só cabe quem rezar a cartilha da reeleição, custe o que custar. Ali não vão entrar o isolamento social, o distanciamento social, a máscara, a higienização pessoal e, principalmente, a vacina.

Hoje, de fato, a vacina é o maior calo deste Governo, tanto pelo descaso quanto pela incompetência, mas é definitivamente o caminho. Sem ela, a vacina, não haverá trabalho, não haverá recuperação econômica. Restarão apenas as preces para que não cheguemos ao colapso do serviço funerário na nossa Nação.

Bolsonaro, respeite a vida dos brasileiros!

Documento 779/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 17/03/2021 --CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde no Estado do Tocantins provocado pela Covid-19. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra a doença. Empenho na retomada do auxílio

emergencial de 600 reais. Falta de estrutura para a implementação do curso de Medicina na Universidade Federal do Norte de Tocantins - UFNT, no Município de Araguaína.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita tristeza que nós estamos vendo a mortalidade acontecer.

No Estado do Tocantins, Sr. Presidente, não há vaga em UTI - nem particular nem pública. O povo está morrendo. As famílias estão desesperadas. Anunciaram que há filas de 20, 30, 40 pessoas para cada unidade de UTI no Estado. E nós seguimos sem vacina, Sr. Presidente.

Como disseram o Deputado Joseildo Ramos e a Deputada Gleisi Hoffmann, o Brasil está abandonado. Até agora, nem 2% da população brasileira tomou duas doses da vacina. De cada cem brasileiros, apenas dois tomaram as duas doses da vacina.

E o auxílio emergencial? Falam que vai ser de menos de 250 reais. Nós estamos lutando para que seja de 600 reais. O povo quer comer. O povo quer sobreviver e não ir para a rua neste momento de pandemia.

Sr. Presidente, eu preciso falar sobre o curso de medicina na cidade de Araguaína, o curso de medicina da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, a nova universidade criada no Estado.

Faltam equipamentos. Faltam laboratórios. Faltam professores. Falta estrutura para o curso de medicina. O Presidente do centro acadêmico já disse que, se não houver uma alteração, o curso de medicina vai fechar.

Vamos rogar para que o curso de medicina em Araguaína não feche.

Eu gostaria que a nossa fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 780/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 17/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Matérias jornalísticas comprobatórias da correção do posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, no tocante ao combate à epidemia de coronavírus.



O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo um tempo de guerra de narrativas.

Por conta do apoio da imprensa, a oposição, ou seja, a Esquerda, tem assumido esse protagonismo de ditar as narrativas, que acabam virando realidade, verdade. Por exemplo, na guerra de narrativas, ouvimos que Bolsonaro é um irresponsável no combate à pandemia. Mas vamos aos jornais. Matéria da *BBC News*: "*Coronavírus: por que Governo Brasileiro decretou emergência mesmo sem caso confirmado no País?*" Matéria do *R7*: "*Coronavírus: Brasil vai decretar situação de emergência*". Matéria da *Folha de S.Paulo*: "*Governo Federal decreta estado de emergência para conter coronavírus no Brasil*". Matéria do *UOL*: "*Mesmo sem confirmar coronavírus no Brasil, Governo decreta emergência*".

Sabem quando o "irresponsável" Bolsonaro decretou estado de emergência no Brasil? No dia 4 de fevereiro de 2020, quando ainda não havia um caso no País.

Na guerra de narrativas, ouvimos que o STF não tirou os poderes de Bolsonaro. Vamos à verdade! Matéria do *Estadão*, à época: "*Decisões do STF contra Bolsonaro estão dentro das atribuições da Corte*". Matéria da *Folha de S.Paulo*: "*Com recados a Bolsonaro, Supremo autoriza Estados e Municípios a decidirem sobre isolamento*". Outra manchete: "*Em derrota para Bolsonaro, STF confirma poder de Estados e Municípios na pandemia*". Matéria do *UOL*: "*STF dá poder a Estados para atuar contra COVID e impõe revés a Bolsonaro*".

Como é que o STF não tirou poderes do Presidente da República se as manchetes dos jornais, à época, falavam isso?

Na guerra de narrativas, ouvimos dizer que Bolsonaro é contra as máscaras. Não, ele não é contra as máscaras, mas ele questiona a sua eficácia, e ele não está sozinho.

Vamos lá! Matéria da *Superinteressante*: "*Mais um estudo sobre COVID-19 sofre críticas e pressão para ser retirado*" - porque falava contra as máscaras. Manchete da Associação Médica Brasileira: "*A ineficácia das máscaras cirúrgicas e das máscaras de pano é abordada na atualização das diretrizes da AMB sobre COVID-19*".

Ainda no *R7*: "*Pesquisa aponta ineficácia das máscaras de acrílico contra COVID-19*". Também no *G1*, *El País*...

Ainda ouvimos dizer, na guerra das narrativas, que Bolsonaro é contra o *lockdown*. Não, ele questiona a eficácia do *lockdown*. Vamos lá - e eu estou terminando, Sr. Presidente. Em *Gazeta do Povo*: "*Três estudos que mostram que lockdown são ineficazes para conter a Covid-19*". Em *Exame*: "*Instituto*

Estáter: estratégia de isolamento é ineficaz contra covid". Em BBC News: "Covid-19: por que um lockdown rigoroso não impediu explosão de casos no Peru". Em UOL: "Com 9 motivos para sair de casa, lockdown na França é criticado por sua ineficácia".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, a narrativa tenta criar um monstro, tenta criar um irresponsável na Presidência da República. Basta lembrar os fatos e as manchetes dos jornais para nós dizermos: Bolsonaro tem razão!

Documento 781/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-15:00

Publ.: DCD - 17/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. Vinculação entre a redução dos recursos orçamentários destinados ao meio ambiente, e a elevação dos índices de desmatamento e violência no campo. Ampliação das dotações orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente. Inadiável revisão do modelo econômico de exploração abusiva dos recursos naturais. Responsabilidade do Ministro Ricardo Salles pela desativação de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Imediata abertura e aprovação, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, boa tarde.

Ao Deputado que me antecedeu deixo o alerta, bem como aos demais colegas: os hospitais de São Paulo já estão recorrendo aos hospitais públicos do SUS para atender os pacientes de COVID. Está aí nos jornais hoje, não é narrativa.

Hoje comemoramos o Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. O orçamento da área ambiental perdeu 35% desde o início do Governo Bolsonaro. Como consequência, temos o aumento do desmatamento e da violência.

Ontem, aprovamos na Comissão de Orçamentos o meu relatório temático do meio ambiente para o Orçamento de 2021. Agradeço aos nobres colegas Deputados e Senadores que aprovaram o relatório na CMO. Foi uma vitória importante, conseguimos ampliar em quase 100 milhões de reais o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que foi propositadamente reduzido por opção de uma política antiambiental de Bolsonaro e de seu Ministro Ricardo Salles.

Conseguimos ampliar em mais de 100 milhões de reais o montante de recursos para as áreas importantes, como a criação, gestão e implementação nas Unidades de Conservação de ações de prevenção e controle de incêndios florestais. O orçamento, que estava em 534 milhões de reais em investimentos, poderá passar para 630 milhões de reais.

Neste dia de conscientização de mudanças climáticas, precisamos refletir quanto aos impactos que os gases de efeito estufa causam ao planeta. O mundo já vive a emergência climática, que tem provocado efeitos extremos, como grandes secas e enchentes. Afeta, em especial, sempre os mais pobres. É inadiável a mudança do atual modelo econômico de exploração abusiva dos recursos naturais, que gera riqueza concentrada e aumenta a desigualdade.

Infelizmente, o Governo Bolsonaro desmontou, já nos primeiros dias do seu desgoverno, as estruturas que planejavam políticas para o clima. O descaso com esse tema ficou patente, por exemplo, na forma desastrosa e deplorável com que o Ministro Ricardo Salles acabou com os projetos do Fundo Amazônia.

Precisamos estar atentos quanto a esse tema, se quisermos um País e um planeta vivo para as futuras gerações. Não teremos política ambiental com esse Governo. Por isso, *impeachment* já!

Antes de encerrar, quero também informar que recebi uma comitiva de jovens aprovados no concurso da Caixa Econômica Federal em 2014 que até hoje não foram contratados. Todos aqui sabem da importância da Caixa Econômica para a implementação das políticas públicas, assim como sabem o déficit de funcionários da Caixa.

Gostaria de reforçar aos trabalhadores da Caixa e aos aprovados no concurso de 2014 que podem contar com o nosso apoio.

Peço aqui o apoio dos colegas Parlamentares para pressionar o Governo Bolsonaro para que contrate logo esses concursados.

Sr. Presidente, peço ainda que seja divulgado o meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 782/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelas crises sanitária, econômica e social reinantes no Brasil. Tentativa, pelo Presidente da República e seus seguidores, de desestruturação das medidas nacionais e científicas de combate à epidemia de coronavírus. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à aquisição de vacinas para combate à doença viral. Alcance do patamar de 280 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Despreparo de Jair Bolsonaro para comando do Brasil.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Deputados e Deputadas, boa tarde. Boa tarde ao povo brasileiro.

Eu iria tratar de outro assunto, mas depois de ouvir a fala, há poucos minutos, de um Deputado bolsonarista fanatizado, não posso deixar de voltar a este tema, Deputado Tatto, Deputado Joseildo e Deputado Frei Anastacio.

Sim, infelizmente, além de um Governo irresponsável, além de estarmos vivendo sob a maior crise sanitária e econômica da história do País, provavelmente a maior de todas, além do desemprego, da crise econômica, da alta mortalidade, que já ultrapassa 280 mil mortes pela pandemia no Brasil, nós temos que enfrentar a guerra permanente de narrativas propostas por bolsonaristas fanatizados, como o Deputado que me antecedeu há pouco, a guerra das *fake news*, a guerra do "gabinete do ódio", a guerra da desinformação, que leva o Brasil ao colapso que infelizmente estamos vivendo, Deputado Aírton Faleiro.

Os temas que envolvem o combate a essa dura pandemia já estão suficientemente estudados e orientados do ponto de vista das medidas gerais que um país deve adotar. O que faz o Presidente Bolsonaro e seus fanáticos seguidores? Procuram desestruturar cada uma das medidas racionais, científicas, adequadas para enfrentar a pandemia.

Quando as organizações, como a OMS, os estudos mostram que quanto maior for o distanciamento social, quanto melhor e mais frequente for o uso de máscaras, menor a expansão da pandemia do vírus, Bolsonaro incentiva aglomerações e anda pelas ruas sem máscara, incentivando a má condução.

Quando todo mundo corre atrás das vacinas, que são, de fato, Deputada Erika Kokay, a grande alternativa para retomar a normalidade no planeta e no nosso País, Bolsonaro nega as vacinas, desorienta, diz que não vai tomar vacinas e, o que é pior, dá o comando para que o seu Ministro deixe de comprar 46 milhões de doses da Coronavac, deixe de comprar mais 40% do que poderia ter comprado da Covax Facility e não compra a vacina da Pfizer.

Eu peço, Presidente, 1 minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Um minuto para o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Obrigado, Presidente. Volto para fazer a conclusão da minha fala, com a compreensão de V.Exa.

Sim, infelizmente nós estamos enfrentando uma guerra de narrativas, e a principal e mais letal narrativa que enfrentamos, Deputado Joseildo, foi a irresponsabilidade do Presidente Bolsonaro, que, em vez de enfrentar a pandemia e buscar salvar vidas - e, com isso, abrir o caminho para a retomada da normalidade econômica no País -, mentiu ao povo brasileiro dizendo que era melhor negar a pandemia para manter a economia funcionando.

Hoje nós vemos o colapso pelos dois lados: 280 mil brasileiros já morreram, não temos as vacinas que deveríamos ter, e a economia brasileira vive uma situação cada vez mais dramática.

O Brasil está no caminho totalmente errado, e o que me impressiona é que Deputados como esse que me antecedeu, no uso da tribuna, ainda tentam iludir o povo brasileiro vendendo versões e fazendo guerras de narrativas que negam a realidade dos fatos.

A realidade dos fatos é esta: a economia brasileira está na lona, o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo na aplicação de vacinas. O Brasil é o país que nesse momento tem o maior número de mortes e novas infecções diárias, infelizmente, do mundo inteiro, fruto, sim, da irresponsabilidade, do negacionismo, da incapacidade e da falta de humanidade deste Presidente despreparado que está governando o Brasil.

Documento 783/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-15:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Despreparo e negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao combate à Covid-19. Insensibilidade do Presidente da República com a dor e sofrimento dos familiares das vítimas do coronavírus. Elevação dos índices inflacionários e agravamento do desemprego no País. Apoio de Jair Bolsonaro, referendado pela maioria da Casa, a projeto de impedimento do ganho real de salários e liberação de vultosos recursos ao pagamento da dívida brasileira. Cinismo, ódio e mentiras como marcas do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos vivenciando os males de um Presidente genocida, de um Presidente

negacionista, mas ele não nega só pontualmente a ciência, ele nega a realidade e constrói uma narrativa tecida com os fios da mentira.

Dizer que o Supremo impede o Governo Federal de coordenar o enfrentamento da pandemia é uma grande mentira - é uma grande mentira. Dizer que este Presidente não boicotou todas as medidas necessárias para enfrentar a pandemia é uma grande mentira, e o povo brasileiro sabe disso.

Mais de 60% da população brasileira diz que Bolsonaro não está conduzindo adequadamente o País para enfrentar essa pandemia. E Bolsonaro fica numa eterna polarização.

Eternamente Bolsonaro busca inimigos imaginários para não assumir as suas responsabilidades como Presidente da República - Presidente da República.

Chegou Bolsonaro a dizer que os *lockdowns* que estavam sendo decretados em vários locais do Brasil eram contra ele, porque uma das características dos métodos fascistas dos ditadores, dos autoritários é, primeiro, a ausência de empatia. O outro não existe, a não ser que seja o seu próprio espelho. O outro que existe para Bolsonaro são seus filhos, que ele quer proteger de qualquer investigação pelos malfeitos que possivelmente cometeram. Portanto, o outro não existe, não há empatia.

Ele não se sensibiliza com a dor da população, com a dor de quem perde um ente querido, que é uma dor que arde, é uma dor que pulsa, é uma dor que cala, é uma dor imensa, que Bolsonaro pisoteia e ignora.

O Presidente diz que o *lockdown* é para atingi-lo, porque ele é autocentrado. Os fascistas, ditadores e também os psicopatas são desprovidos de empatia, de sentir a dor do outro e são autocentrados.

Em todo esse processo que o Brasil está vivenciando, o aumento do desemprego e da inflação vai atingir muito a classe trabalhadora que ganha menos. A inflação dos alimentos é incalculável; e a inflação dos alimentos não é o IPCA, é muito maior que isso.

E ele encaminha e apoia um projeto, referendado pela maioria desta Casa, para congelar, para impedir ganho real de salário e para liberar 180 bilhões de reais para pagamento de dívida. É como se o setor financeiro comandasse a economia real, e não o contrário. É o País da inflação, do desemprego. É o País do cinismo, da mentira e do ódio contra o seu próprio povo.

Bolsonaro é um genocida.

Sumário

Protesto contra o indiciamento do youtuber Felipe Neto, com base na Lei de Segurança Nacional, por comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas. Atribuição do termo genocida ao Presidente da República, em face de sua conduta criminosa com relação à epidemia de coronavírus. Encaminhamento, à Procuradoria-Geral da República, de pedido de investigação da família Bolsonaro por prática de rachadinhas, apropriação de parte dos salários de funcionários e assessores.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, neste momento, ser solidário ao *youtuber* Felipe Neto, um jovem comunicador brasileiro - que eu conheço - nascido num subúrbio aqui do Rio de Janeiro e que, em diversos momentos da sua vida, não teve o mesmo pensamento ideológico que o meu. Já enfrentou governos de esquerda e de direita, mas, segundo ele, nunca foi perseguido como está sendo agora.

Esta semana, Sr. Presidente, ele recebeu a visita de um carro da Polícia Civil do Rio de Janeiro - e eu tenho uma excelente relação com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, instituição que respeito. Ele foi chamado à delegacia por um delegado da Polícia Civil com base na Lei de Segurança Nacional. Eu acho isso muito grave. Eu acho que nós estamos vivendo hoje um momento de fanatismo e não podemos permitir que as instituições sejam confundidas com pensamentos de fanáticos.

O *youtuber* chamou o Presidente de genocida. Nós temos hoje uma quantidade enorme de gente se referindo assim ao Presidente, infelizmente. Mas são 280 mil brasileiros mortos, e o Presidente, durante a pandemia, não usou máscara, não estimulou o isolamento, não dialogou com Prefeitos e Governadores e negou a vacina. Ora, essa população tem, de alguma maneira, uma lógica em chamar isso de genocídio, e esse genocídio tem um responsável. Fazer uma perseguição envolvendo instituições é muito grave. Nós estamos vivendo hoje um momento de fanatismo político, o que fere ainda mais a democracia brasileira.

Sr. Presidente, quero também destacar uma matéria feita pelo UOL que mostra que a prática das rachadinhas, pela qual hoje o Senador Flávio Bolsonaro é investigado, pelo visto, não era somente do Senador, e, sim, de toda a família. Isso precisa ser investigado. Por isso, eu entrei na PGR com um pedido de investigação.

Diversos funcionários do gabinete do então Deputado Jair Bolsonaro trocavam de gabinete. Pertenciam ao gabinete do Vereador Carlos Bolsonaro e do Deputado Estadual Flávio Bolsonaro. Essa permuta permanente de

funcionários chamou a atenção também porque um grupo grande desses funcionários sacava 75%, 80% dos seus salários logo após o recebimento do pagamento, o que é um indício muito forte de desvio de dinheiro público.

Presidente, rachadinha não existe. Isso é corrupção, é apropriação indébita, é enriquecimento ilícito!

E a família do Presidente da República tem o hábito de comprar imóveis com dinheiro vivo. São diversos os imóveis comprados pelo Jair Bolsonaro, pelo Flávio Bolsonaro e pelo Carlos Bolsonaro, as mesmas pessoas que empregam esses funcionários descobertos pela reportagem.

Cabe uma investigação, porque pode se tratar de uma família com práticas de muita corrupção. Isso não é algo novo na política; é antigo, e tem que ser investigado. Daí, Sr. Presidente, a denúncia que fiz na PGR.

Documento 785/1.178

15.2021.B-Sessão Outro Evento-16/03/2021-15:24

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao youtuber Felipe Neto, diante do seu indiciamento por comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas. Ocorrência de genocídio no País diante da omissão do Presidente da República no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (Bloco/PV - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, agradeço a oportunidade de falar no plenário virtual.

Trago aqui um assunto muito sério, um assunto muito grave. Nós estamos confundindo a defesa de uma tese jurídica, a defesa de um ponto de vista com a ameaça ao Estado Democrático de Direito no Brasil.

O que aconteceu com o *youtuber* Felipe Neto é inaceitável, é uma clara ameaça à liberdade de expressão que ele tem, e alguns dos radicais que têm defendido certos pontos de vista deste Governo estão tentando fazer uma falsa equivalência com o caso do nosso colega Daniel Silveira.

É uma falsa equivalência porque em nenhum momento defendeu-se o fechamento do Palácio do Planalto, a extinção da Presidência da República, a subversão da ordem democrática brasileira. O que Felipe Neto faz é defender uma tese que muitos Parlamentares e grandes especialistas do mundo

defendem sobre a COVID-19. Está em fluxo, sim, o genocídio, segundo essa tese, a qual vamos levar aos tribunais internacionais que julgarão o Presidente por essas milhares de mortes que estão acontecendo no Brasil.

O genocídio acontece quando muitas pessoas de uma mesma localidade começam a morrer pela mesma causa e quando os esforços que poderiam evitar essas mortes não são feitos.

No caso da COVID, nós poderíamos apoiar os cientistas, poderíamos combater as notícias falsas, poderíamos promover o uso de máscaras, poderíamos comprar as vacinas a tempo para imunizar a nossa população.

Há um genocídio quando existe uma autoridade que se recusa a liderar os esforços para impedir as mortes. Essa autoridade que tem poder para evitar as mortes e não usa esse poder de forma correta, usa a sua autoridade para confundir a população, essa autoridade tem, sim, responsabilidade e deve ser levada às cortes internacionais de Justiça.

Aqui fica a minha solidariedade ao Felipe Neto, que nunca defendeu a subversão da ordem democrática brasileira, nunca defendeu o fechamento do Palácio do Planalto, e que defende, com muita correção, a tese jurídica de que o Presidente da República terá, sim, de responder por não cumprir com suas funções para evitar essas mortes que acontecem no Brasil.

Está em curso, sim, um genocídio: genocídio por omissão do Sr. Presidente da República.

Documento 786/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agravamento da Covid-19 no Estado do Ceará. Manifesto dos Médicos de Fortaleza-CE em prol do Brasil. Colapso do sistema de saúde no Estado provocado pela doença viral. Não investigação de denúncias de desvio de recursos federais destinados ao combate ao coronavírus no Ceará. Clamor do povo brasileiro por vacinação contra a Covid-19.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar agora sobre o quadro lamentável que tem entristecido todas as famílias do meu Estado, o Ceará - hoje, inclusive, José Jorge Vieira, um grande amigo, da minha geração, deixou-



nos acometido por essa COVID -, que tem trazido tanto sofrimento à família cearense e exaltado o caos da saúde pública em nosso Estado.

Quero aqui registrar, inclusive, o Manifesto dos Médicos de Fortaleza-CE em prol do Brasil, assinado por mais de 300 médicos, exatamente no sentido de denunciar o descaso e o abandono em que se encontra a saúde pública em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Hoje o dia começou com 598 pacientes esperando por UTIs, filas de ambulâncias na porta dos hospitais da cidade, falta generalizada de oxigênio na rede pública, o que vem a exaltar exatamente aquilo que dizíamos desde o ano passado, um descompromisso, uma política relapsa, uma política que não valoriza a vida. Além disso, não foram realizadas as devidas apurações em relação aos desvios de recursos, inclusive dos hospitais de campanha, tanto o hospital de campanha do Estádio Presidente Vargas, onde foram investidos mais de 90 milhões de reais, quanto o hospital de campanha da Vila União, que nem sequer chegou a funcionar. A ausência de leitos e a falta de cuidados têm transtornado a vida da cidade de Fortaleza, uma cidade alegre, uma cidade próspera, uma cidade que é referência para todos os Municípios, que não está podendo acolher seus filhos e muito menos aquelas famílias vindas e oriundas do interior, que muitas vezes se socorrem em Fortaleza para tratar da saúde.

Então, essa denúncia que está sendo feita pelos médicos - e peço, inclusive, que ela seja registrada nos Anais desta Casa, da Câmara dos Deputados - em relação a esse descaso precisa servir de eco, precisa servir de fonte de debates, para que nós possamos encontrar uma solução rápida e possamos finalmente comprar a vacina. O Brasil todo clama pela vacina. Nós já perdemos muito tempo nesse debate, que não nos trouxe resultado, e essa é a forma mais imediata, inclusive, da volta da normalidade para a vida brasileira, para a vida local, em Fortaleza, e para as nossas vidas, diminuindo essa angústia de toda manhã termos notícias desconfortáveis da partida de amigos e pessoas a quem queremos bem - como é o caso da Roseli, lá em Itapajé, que é como uma irmã minha. Só superaremos isso quando tivermos, de fato, uma política honesta, correta e dirigida para resolver esse problema.

Sr. Presidente, vou entregar o documento dos médicos de Fortaleza para que seja registrado nos Anais da Casa.

Documento 787/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-16:12

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua

adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o MDB vai orientar "sim".

Quero parabenizar o Relator pelo belíssimo relatório que foi feito. Os consumidores de energia elétrica do Amapá já foram beneficiados pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro com a medida provisória. E nós aqui estamos confirmando isso.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o Prefeito de São Luís, Capital do Maranhão, Eduardo Braide, que ontem entregou mais dez leitos de UTI exclusivamente para o tratamento da COVID-19. Já são 130 leitos disponibilizados pela Prefeitura de São Luís, sendo que 90 deles são para tratamento clínico e os demais para UTI.

O MDB orienta "sim".

Documento 788/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Agradecimento ao ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo apoio concedido ao Estado do Amazonas no combate à epidemia de coronavírus. Votos de sucesso ao novo Titular da Pasta, Marcelo Queiroga.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo encaminha "sim" e parabeniza o Relator, o Deputado Acácio, pelo brilhante relatório. Ele traz uma questão social legítima, até utilizando a sobra para debater as minorias, as

pessoas que estão em estado de miserabilidade, que precisam de apoio neste momento da pandemia no Estado.

Presidente, quero aproveitar para deixar manifestada aqui a minha gratidão ao Ministro Eduardo Pazuello, que deixou o Ministério da Saúde e foi um grande apoiador. No momento mais difícil no Amazonas, ele mandou uma equipe de intervenção, e não faltou recurso. Fica manifestada aqui a minha gratidão. Também quero desejar boa sorte ao novo Ministro, Marcelo Queiroga, e dizer que temos muito trabalho pela frente e que temos uma única arma, que é a vacina.

Muito obrigado.

Documento 789/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Agradecimento ao ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela contribuição dada ao País no combate à epidemia de coronavírus. Votos de boas-vindas ao novo Titular da Pasta, Marcelo Queiroga.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcelo Ramos, é óbvio que, quando se trata do Estado do Amazonas, nós temos que abrir espaço para que o nosso Deputado que representa tão bem o Estado do Amazonas o faça.

O PL encaminha "sim".

Aproveitamos ainda para, mais uma vez, dizer muito obrigado ao Ministro Pazuello pelo trabalho que fez na Pasta da Saúde. E damos boas-vindas ao novo Ministro, Marcelo Queiroga. Que ele tenha coragem de adotar a vacina e também o tratamento precoce no Brasil, para salvar vidas. Este é o grande caminho: remédio e vacina, vacina e remédio. Que ele tenha coragem de fazer com que as pessoas possam voltar trabalhar. O melhor auxílio emergencial é o

trabalho; o melhor plano de saúde, o melhor plano de assistência é o trabalho. Esse é o caminho.

Documento 790/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 17/03/2021 --EDUARDO BISMARCK-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Falta de oxigênio no sistema de saúde do Município de Pacajus, Estado do Ceará. Necessidade de apoio do Ministério da Saúde à municipalidade.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim", Sr. Presidente.

Quero aproveitar a oportunidade deste 1 minuto para registrar toda a minha solidariedade ao Prefeito Bruno, de Pacajus, e a toda a população da cidade, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, que passa por um momento muito difícil na data de hoje.

Está circulando um vídeo na Internet que mostra oito ambulâncias do SAMU em frente à porta do hospital de Pacajus. Isso acontece por uma deficiência de suprimento de oxigênio para o hospital. Então, o meu apelo aqui é para o fornecedor de oxigênio, que está dando prioridade para outros clientes, no sentido de que possa fornecê-lo para o hospital de Pacajus. São vidas que estão em jogo.

O nosso Governador, Camilo Santana, já está agindo, junto com o Secretário Municipal e o Secretário Estadual de Saúde, Dr. Cabeto, para fazer a entrega desse oxigênio. Também quero chamar a atenção do Ministério da Saúde para que possa urgentemente ajudar o Município de Pacajus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 791/1.178



23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Inexistência de motivos para agradecimento ao Ministro da Saúde, por ações de combate à Covid-19 realizadas nos Estados da Região Norte. Defesa da abertura de CPI para investigação das responsabilidades pela falta de oxigênio no sistema de saúde da Região.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos orientar "sim". Parabenzamos, ainda, a ampliação territorial e de prazo, que aumenta o número de beneficiários, principalmente os de baixa renda.

É clara e explícita, nesse caso, a ineficiência da empresa privada, porque, toda vez que se privatiza um setor desse tipo, se reduz a eficiência e se eleva o preço da tarifa. Por isso, temos que parar de fazer a privatização desse setor.

Eu quero dizer para aqueles que parabenizaram o Ministro da Saúde que a Região Norte não tem nada a agradecer ao Ministério da Saúde. Ao contrário, essa região cobra do Congresso Nacional a apuração dos responsáveis pelas mortes, a começar pela falta de oxigênio. Precisamos instalar imediatamente uma CPI para apurar e responsabilizar aqueles que ajudaram a aumentar as mortes no País, particularmente na Região Norte, inclusive no seu Estado, Deputado Marcelo Ramos, o Amazonas.

Documento 792/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:00

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos sanitário reinante no País.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, colegas Parlamentares, Deputada Jandira, ouçam uma notícia de poucos minutos atrás: "*Quatro capitais brasileiras interrompem vacinação contra COVID por falta de doses*" - Rio Branco, Rio de Janeiro, João Pessoa e Aracaju. E ainda há gente que quer agradecer ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro Pazuello pelo que eles deixaram de fazer pela saúde pública dos brasileiros.

Nós estamos num caos sanitário, Presidente, e o grande responsável por esse caos sanitário é o Presidente Jair Messias Bolsonaro, que troca de Ministros a cada 3 meses, que desmonta o Ministério da Saúde, que manda cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, que não compra as vacinas da Pfizer, que não compra vacina da COVAX e que gera essa paralisia no processo de vacinação.

Documento 793/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Associação ao discurso do Deputado Giovani Cherini em defesa do tratamento precoce da Covid-19.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC orienta "não".

Eu quero aproveitar a fala do nobre Deputado Giovani Cherini sobre tratamento precoce para dizer que, contra fatos, não existem argumentos, Sr. Presidente.

Dia 8 de abril, sai a notícia de que o Governo da Bahia, do PT, autoriza tratamento que associa hidroxiclороquina à azitromicina para pacientes com coronavírus. No jornal *Metrópoles* de 9 de abril de 2020: "*Bahia aumentou estoque de ivermectina contra COVID-19 no sistema prisional*". No *El País*: "*Mais de 100 especialistas alertam para falhas em estudo que condenou o uso da cloroquina no mundo*". O *Correio Braziliense* diz: "*Médico apresenta novo estudo sobre eficácia da cloroquina e causa polêmica*".

Sr. Presidente, nas guerras das narrativas, fiquemos com a verdade.
Tratamento precoce já!

Obrigado.

Documento 794/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --VIVI REIS-PSOL -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Protesto contra a exclusão do Estado do Pará da redução de tarifas de energia elétrica pela Medida Provisória nº 998, de 2020. Demissão de eletricitários durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta contra este destaque do NOVO.

É muito importante destacarmos que o Pará é o Estado que fornece energia para grande parte do País e é hoje o que paga mais caro pela energia. Inclusive, alguns Municípios do Pará nem ao menos têm acesso à energia elétrica. Isso é um verdadeiro absurdo.

Nós queríamos já deixar aqui a denúncia em relação à MP 998, que excluiu o Estado do Pará da redução de tarifas de energia.

Também já queria denunciar aqui o que está acontecendo com os eletricitários. A maioria é do Norte do País, e muitos foram demitidos em meio a uma pandemia. Isso não pode...

(Desligamento automático do microfone.)

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Repúdio ao auxílio emergencial de 150 reais proposto pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "não".

Eu queria chamar a atenção deste Plenário para o fato de que a PEC Emergencial, que esta Casa aprovou, trazia no seu entorno uma grande mentira, quando dizia que o auxílio emergencial seria de 250 reais. Notícias vindas da Economia dão conta de que a maioria da população, que tem o direito de receber este auxílio, não vai recebê-lo - menos de 40% é que vão receber. Dizem que o valor pago será de 150 reais.

A maioria nesta Casa subiu à tribuna para dizer que estava votando a PEC Emergencial em nome do pagamento de 250 reais para o povo, mas agora o Governo está dizendo que este valor será de apenas 150 reais. Mentiram para os Deputados, que acreditaram!

Documento 796/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Retomada, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de propagandas em defesa do uso de hidroxicloroquina e ivermectina no tratamento da

Covid-19. Solidariedade aos familiares do 2º Sargento do Exército brasileiro, Silvio Kammer, falecido em decorrência do coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar "não".

Em uma *live* na semana passada, o Presidente Bolsonaro voltou a fazer propaganda da hidroxicloroquina e da ivermectina. Aliás, ele mentiu ao dizer que, no Palácio do Planalto, não havia morrido ninguém por COVID, porque ali todos usavam o tal tratamento precoce, que a Organização Mundial da Saúde define que não funciona.

O pior é que Bolsonaro mentiu na *live*. Há pouco, eu li no *site* O Antagonista que um ajudante de ordens do Presidente, o 2º Sargento do Exército Silvio Kammers, morreu, infelizmente, por COVID no início deste mês. Eu me solidarizo com a família do 2º Sargento e volto a dizer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 797/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --EDUARDO CURY-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Contestação ao pronunciamento do Deputado Coronel Tadeu a respeito do uso, pelos Governadores Estaduais, de recursos federais destinados ao combate à Covid-19.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto "sim".

Eu queria fazer apenas um esclarecimento sobre as palavras do meu colega Coronel Tadeu sobre os recursos que foram do Governo Federal para os Estados. Os recursos que nós aprovamos para compensar os Estados durante a pandemia são recursos dos cidadãos dos Estados, fruto do trabalho de maranhense, do trabalho de acrianos, do trabalho de paulistas, que eu represento. Trata-se de pessoas que trabalham, empreendem e proveem esses recursos. Brasília não gera 1 real. Quem gera são os Estados.

O que nós decidimos era que, durante a pandemia, nós iríamos distribuir parte desses recursos para compensar a queda de arrecadação dos Estados. Para serem gastos de que forma? Prioritariamente na saúde e, no mais, para reforçar o orçamento. Quem decide é o povo de cada Estado, por meio dos seus representantes das suas assembleias. Não nos cabe aqui decidir como vai ser gasto o dinheiro no Acre ou em São Paulo ou em Minas Gerais. Quem decide é o cidadão desses Estados, em relação ao reforço desses recursos.

Em relação à saúde, tudo o que foi provido para ser gasto na área foi gasto. Portanto, eu faço este esclarecimento porque, da forma como o Coronel Tadeu coloca, parece que o dinheiro foi desviado, mas não foi.

Muito obrigado.

Documento 798/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:44

Publ.: DCD - 17/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Questionamento sobre a aplicação, pelos Governadores e Prefeitos Municipais, de recursos repassados pelo Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu costumo dormir com a minha consciência tranquila com o dever cumprido. Eu tenho toda a minha programação durante o dia para chegar ao final da tarde, início da noite, sair satisfeito do meu trabalho, principalmente o trabalho político. Estou há 2 anos no mandato. A cada passo que eu dou, eu sei que eu estou fazendo o bem para alguma pessoa. É a coisa mais importante da nossa vida nós dormirmos satisfeitos. Eu me pergunto: em que condições dormem alguns políticos neste País?

Eu faço a defesa do Presidente Bolsonaro, faço a defesa do Governo Bolsonaro, sim. Muitas vezes, várias decisões foram até afiançadas por esta

Casa, a Câmara dos Deputados, e também o Senado Federal. O Congresso ajudou muito o Presidente Bolsonaro a conduzir essa pandemia da melhor forma possível.

É inegável, é inegável que o Governo Federal tenha repassado dinheiro para todos os Estados, seja para eles não perderem a arrecadação - nós votamos isso no final do ano passado -, seja fazendo investimentos na área específica de saúde. No Orçamento da União foi aberta uma ação específica para a COVID, ações COVID.

Eu pergunto: onde está esse dinheiro? O dinheiro não é pouco, o dinheiro é muito.

A narrativa no ano passado era: *"Fique em casa, para achatarmos a curva e termos tempo de preparar o sistema de saúde, a fim de não entrar em colapso"*. Passou 1 ano, passaram 12 meses, e a narrativa hoje em São Paulo é: *"Fique em casa, porque o sistema entrou em colapso"*.

Aí vem a minha pergunta: por que entrou em colapso se eles tinham toda a autonomia para fazer e gastar o dinheiro da forma como queriam? Foram escândalos e mais escândalos de desvio de dinheiro no Estado e nos Municípios. Quando eu falo, eu falo só para mostrar à população brasileira que isso aconteceu no Brasil todo, e o Brasil precisa saber que Bolsonaro fez a sua parte, mas, infelizmente, não teve a cooperação, a solidariedade e a sensibilidade de Governadores que hoje estão...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 799/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de

calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não" ao texto, conforme já defendi, mas quero aqui colocar as coisas em seus devidos lugares.

É absolutamente ridículo querer trazer qualquer justificativa acerca de uma possível eficiência do Presidente Bolsonaro nessa pandemia.

Ora, o Presidente Bolsonaro, desde o início, tem sido o maior aliado do coronavírus no Brasil. O Presidente desestimula o distanciamento social entre as pessoas, a utilização de álcool em gel, a utilização de máscaras. O Presidente poderia ter comprado milhões de vacinas. Nós já poderíamos ter milhões, muitos milhões, dezenas de milhões de brasileiros vacinados. O Presidente estimulou as pessoas a tomarem um placebo chamado Ivermectina e outro chamado Cloroquina, que não servem para nada, para absolutamente nada.

É por isso que repito o que disse Felipe Neto: o Bolsonaro cumpriu...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 800/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 17/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim" ao destaque e "não" ao texto e quer até avisar aos colegas que há furo na imprensa dizendo que o Presidente Bolsonaro decidiu tomar a vacina quando completar seus 66 anos, no próximo mês.

Eu pergunto: o Presidente não tem medo de virar jacaré? Foi exatamente isso que ele disse para as pessoas. Olhou ao seu redor e disse: "*Depois não venham reclamar para mim se tomarem essa vacina e virarem jacaré*". Foi essa a forma que o Presidente encontrou para desestimular as pessoas a tomar vacina. E, com esse comportamento dele, fez com que o Brasil entrasse no final da fila da compra de vacinas. Hoje, nós temos pouco mais de 4% de brasileiros vacinados, porque o Presidente Bolsonaro, com o seu negacionismo, não aceitou comprar vacinas, negou-se a comprar todas as vacinas que ofereceram. Só depois da pressão do Congresso é que se correu atrás da compra de vacina. E hoje não encontram vacinas.

Eu também estou com medo de o Presidente virar jacaré.

Documento 801/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 17/03/2021 --CAPITÃO WAGNER-PROS -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Apoio ao manifesto de médicos cearenses em prol do combate à Covid-19.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta "sim".

Eu queria aproveitar o meu minuto para orientar e fazer o mesmo registro que fez o Deputado Danilo Forte, lá do Estado do Ceará, quando fez referência a um manifesto. Mais de 320 profissionais de saúde, especialmente médicos, da cidade de Fortaleza, assinaram um manifesto e um pedido de saúde para a população, de menos politização das soluções para a COVID-19 e mais engajamento das autoridades, em nome da correta aplicação desses recursos

não só em Fortaleza, no Estado do Ceará, mas no Brasil todo. A população clama por uma solução urgente para esse problema. Então, é fato que esse manifesto tem o nosso apoio, o nosso respeito e, sem dúvida nenhuma, chamou a atenção da sociedade fortalezense.

Parabéns a todos os médicos pelo manifesto! Contem com o nosso mandato e saibam que nós vamos estar aqui muito vigilantes em relação à fiscalização dos recursos que são encaminhados para o Estado do Ceará, especialmente para Fortaleza.

Documento 802/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Aproximação da casa de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Atribuição à política genocida do Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela maioria dos óbitos decorrentes da doença viral. Estupidez da prioridade governamental na economia em relação à vida. Repúdio à política de combate à Covid-19 adotada pelo Presidente da República, Insuficiência dos recursos para o novo auxílio emergencial, aprovados pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas. Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Imediata imunização do povo brasileiro; efetivação do isolamento social e retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Boa tarde, caros colegas Deputados e Deputadas e povo brasileiro que nos acompanha!

O Brasil possui 3% da população mundial. Mas hoje, tragicamente, a cada 100 pessoas que morrem de COVID no planeta, 22% são brasileiros, ou seja, 22% das mortes por COVID no mundo estão acontecendo em nosso País.

Essa tragédia continua crescendo. Todos os países, menos o Brasil, reduziram o número de mortos e infectados com isolamento social e vacinação em massa. Nós estamos chegando, Presidente, a 300 mil mortes. Se não mudarmos a política radicalmente, nós podemos chegar a meio milhão. Se nós



tivéssemos tido um desempenho na média do que fizeram todos os países do planeta, teríamos preservado, pelo menos, a vida de 200 mil desses brasileiros. Três a cada quatro brasileiros que foram a óbito foram vítimas da política genocida deste Governo. Morreram porque foram estimulados a se expor ao vírus.

Essa estratégia tem feito do Brasil o celeiro de variantes mais agressivas e está nos tornando uma ameaça global à saúde. É uma estratégia tão estúpida que coloca a economia em oposição à vida. Já estamos assistindo aos principais países do planeta retomarem os níveis de atividade, enquanto nós estamos sangrando durante todo o ano de 2021. Não existe economia que se desenvolva em meio ao genocídio.

Dia após dia, os números têm batido recordes de descontrole. Hoje, sem vacina suficiente, o isolamento social continua sendo a única medida eficaz para se salvarem vidas, mas esbarra na política implementada pelo Presidente, que foi inclusive critério de seleção de Ministro.

Olhe o que disse o Bolsonaro para a médica Ludhmila Hajjar: *"Se recomendar lockdown no Nordeste, você vai me... e eu perco a eleição"*. É óbvio que ela não aceitou o cargo, porque ninguém sério, ninguém que tem biografia a zelar pode aceitar ser uma marionete de um genocida. Acontece que o Presidente não queria um novo Ministro, queria uma nova marionete, e parece que achou. Infelizmente, o novo Ministro Marcelo Queiroga disse: *"A política de saúde não é do Ministro, é do Presidente"*.

A política de saúde do Presidente, que será mantida, é a política de duvidar da eficácia de máscara, de fazer deboche do choro de famílias enlutadas, de participar e estimular aglomerações, de vender a falsa ilusão de tratamentos com remédios que não funcionam contra a COVID.

Essa política de saúde que querem manter é a política de omissão do Ministério da Saúde, que deixou faltar até mesmo analgésicos e oxigênio nas UTIs, é a política que negou a liderança na compra de vacinas, nas ações de isolamento social, e que cortou este ano os recursos de 70% dos leitos de UTI credenciados pelo Ministério da Saúde. Essa política deveria levar Bolsonaro ao *impeachment*, pelo menos.

Isso não é política. Isso é crime. E o Governo Bolsonaro segue negando o colapso na saúde que estamos vivendo.

Na execução das medidas de isolamento, os Governadores e Prefeitos esbarram na dificuldade, que é cruel. O nosso povo está passando fome. Voltamos a assistir cenas que achávamos ter ficado no passado, resultado da destruição em curso desde o golpe de Estado de 2016, iniciada no Governo Temer e aprofundada por Bolsonaro.

Esse cenário não era necessário.

O auxílio emergencial de 600 reais, em 2020, reduziu a fome e a pobreza. Nós aprovamos aqui o auxílio contra a vontade do Governo, que nunca mandou nenhum projeto para a sua criação.

Pesquisa da USP demonstra que a dívida líquida brasileira *versus* o PIB não foi modificada por conta do auxílio. Muito pelo contrário, o auxílio evitou a queda de 5% do PIB, e sem ele, cairia 10%. Ou seja, o auxílio emergencial garantiu a atividade econômica, salvou vidas, preservou empregos e se pagou, ele não onerou o Estado. Isso foi suficiente para que tivéssemos este ano a manutenção, pelo menos no mesmo patamar do ano passado, quando foram investidos 280 bilhões de reais.

Com a PEC 186, foi aprovado um limite de no máximo de 44 bilhões de reais, e aproveitaram para meter a mão no bolso do funcionário público, para congelar o salário mínimo, para tirar dinheiro dos fundos sociais para pagar mais lucros aos banqueiros e rentistas. Sem o auxílio emergencial, nós teremos fome, miséria, desemprego, recessão, menor capacidade de fazer isolamento. Portanto, mais mortes, mais dor, mais desespero. Mas nada disso abala o Presidente e os seus cúmplices.

Sem o auxílio emergencial efetivo, o fôlego acaba, não há medida de isolamento que se sustente.

Hoje, Presidente, foi divulgada a proposta que o Governo Bolsonaro pretende apresentar para o novo auxílio emergencial. Pasmem V.Exas.: a maioria dos beneficiários - 20 milhões de famílias - vai receber apenas 150 reais; 16,7 milhões de famílias vão receber 250 reais; e 28 milhões de famílias vão ficar sem nada, sem o auxílio emergencial este ano. Serão apenas quatro parcelas, e só vai começar, se for, em abril. Somente uma pessoa por família poderá receber o auxílio.

Só para lembrar, o ano passado, foram cinco parcelas de 600 reais, quatro de 300 reais, podiam duas pessoas por família, e a mulher, quando chefe de família, recebia 1.200 reais. São quase 2 meses sem vacinação, e apenas 4,5% do povo brasileiro tomaram pelo menos uma dose da vacina.

Nesse ritmo, nós vamos levar 2 anos para vacinar toda a população. Só agora, com a pressão em cima do Governo, ele começa a se movimentar. Mas nós estamos no final da fila. A grande maioria do que compramos só chegará do meio para o final do ano.

A notícia que recebemos hoje é estarrecedora: o Brasil não apenas se negou a comprar a vacina da Pfizer no ano passado, Deputada Jandira Feghali, como o Brasil, ou seja, melhor dizendo, o Governo brasileiro, Bolsonaro, atendeu um pedido de Trump, um pedido dos Estados Unidos para não comprar a vacina Sputnik, da Rússia. O Brasil priorizou o interesse dos Estados Unidos frente ao interesse da vida do povo brasileiro. Se isso não é razão para *impeachment*, o que mais pode ser?

Graças ao Consórcio Nordeste, aos nossos Governadores, garantimos 37 milhões de doses da Sputnik, da vacina russa, para o Brasil, ainda neste semestre.

É fundamental - e quero aqui publicamente, Sr. Presidente, cobrar - que o Ministério da Saúde cumpra a sua palavra e adquira essas doses para incorporar ao PNI para toda a população brasileira, e que a ANVISA dê celeridade ao processo de autorização do uso dessa vacina.

Combinar vacinação baixa e lenta com alta circulação do vírus é um barril de pólvora. O surgimento de novas variantes do vírus é completamente imprevisível. Uma reportagem da BBC, de Londres, traz como título: "*Vacinação sem lockdown pode tornar o Brasil uma fábrica de variantes superpotentes*".

O Brasil hoje é o epicentro da epidemia, como tenho dito, mas é o maior risco à saúde mundial. É indispensável a oferta de vacina já para toda a população, junto com medidas de isolamento social, com o pagamento imediato do auxílio emergencial, no mínimo, no valor 600 reais. E a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores coloca como prioridade essas duas bandeiras: vacina já e auxílio emergencial de 600 reais já, e o completo abandono pelo Governo dessa campanha genocida de desinformação liderada pelo Presidente.

Agora, quero me dirigir ao povo brasileiro nessa pior crise de nossa história. É compreensível, é normal que estejamos abatidos, desesperançosos. Vi uma frase no Twitter que dizia: "*Quem não está desesperado está mal informado*". Mas nossa resiliência nos permite seguir na luta.

Ouvir o Presidente Lula falar na semana passada fez o povo brasileiro voltar a sonhar; fez o povo brasileiro voltar a ver uma luz no fim do túnel. Faz tanto tempo que nós não ouvimos alguém no Brasil falar como deveria falar um Presidente da República! Faz tanto tempo que nós não vemos alguém se portar como Presidente da República! Aquele insano que está no cargo, no Palácio do Planalto, não está à altura desse cargo, não está à altura do povo brasileiro. Foi um alento, uma injeção de ânimo, ouvir o Presidente Lula.

Vamos recuperar a nossa capacidade de sonhar e de resistir! Concluo citando uma banda de *rock* brasileira chamada *Dead Fish*:

E não termina assim, é só o começo

Não temos medo de enfrentar o que há por vir

Os dias de autoritarismo terão fim (...)

Estamos prontos pra lutar

Esse é o grito de um povo sofrido, indignado, e que está pronto para enfrentar, mais uma vez, as adversidades.

Sr. Presidente, a maior medida de saúde pública hoje é o *impeachment* de Bolsonaro.

Chega de mortes! Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Essa é a principal reivindicação de que nós precisamos, junto com vacina já e o auxílio emergencial de 600 reais para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 803/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Euclides Scalco. Colapso do sistema de saúde no Estado de São Paulo provocado pela Covid-19. Prioridade na vacinação em massa do povo brasileiro contra a doença. Votos de sucesso ao novo Ministro da Saúde.

O SR. ALEX MANENTE (Bloco/CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Em primeiro lugar, quero aqui registrar, em nome da bancada do Cidadania, o nosso pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Ministro Euclides Scalco, que foi Deputado pelo Paraná. Nós aqui, através do Cidadania do Estado do Paraná, dirigido pelo Deputado Rubens Bueno, lamentamos a passagem e registramos a importante missão que foi a do Deputado e ex-Ministro Scalco.

Ele foi fundador do MDB, batalhou contra a ditadura militar. Também fundou o PSDB e teve uma grande atuação aqui neste Parlamento, para o Brasil e para os brasileiros.

Então, em nome da bancada do Cidadania, nós nos solidarizamos com a família e registramos aqui o nosso pesar, também em nome do nosso Deputado Rubens Bueno, do Cidadania do Paraná.



Quero aproveitar este momento, Presidente, para falar do atual estágio que vivemos em relação à pandemia. Nós estamos com números assustadores. No Estado de São Paulo, por exemplo, praticamente já não existem leitos; os hospitais de campanha estão esgotados; os hospitais particulares estão procurando vagas em hospitais públicos, porque não estão suportando a demanda em relação ao combate ao coronavírus.

O Estado tem média mensal superior a 2 mil mortes, o que significa que nós precisamos de fato de um novo Ministro, que tenha autonomia, que consiga implementar as políticas que podem resguardar a vida dos brasileiros, que possa definir como prioridade a luta pelos aspectos científicos, a luta pela vacinação em massa em nosso País.

Que possamos ampliar esse percentual, que é muito limitado em relação ao mundo. E, obviamente, se não tivermos vacinação em massa, nós não conseguiremos superar esses momentos em que a população está agonizando.

Nós estamos sofrendo em todos os Estados, do Sul ao Norte, passando dos Estados com menor poder aquisitivo aos Estados com maior poder aquisitivo. E o sofrimento é o mesmo, porque as pessoas não estão conseguindo alternativa.

Por isso, o nosso pedido é que o novo Ministro tenha sucesso, mas, principalmente, tenha autonomia e consiga implementar as questões técnicas e científicas e que saiba adequar o Ministério aos investimentos necessários para termos vacinação, termos distanciamento social e conseguirmos vencer essa pandemia, para pensar o Brasil pós-pandemia.

Documento 804/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ROMAN-PATRIOTA -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Necrológio do Arcebispo Metropolitano de Cascavel, Estado do Paraná, D. Mauro Aparecido dos Santos, falecido em decorrência Covid-19. Trajetória da vida sacerdotal de Dom Mauro.

O SR. ROMAN (Bloco/PATRIOTA - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos da minha querida cidade de Cascavel, eu venho a esta tribuna - primeiro quero agradecer o tempo da Liderança do Governo - para que eu possa aqui manifestar o meu lamento pela

morte do Arcebispo Metropolitano de Cascavel, D. Mauro Aparecido dos Santos, que faleceu devido a complicações da COVID-19, na última quinta-feira.

D. Mauro teve uma vida inteiramente dedicada a Deus, ao serviço pastoral, à sua comunidade. Tinha como lema *Vem e Segue-me*, e foi fiel, até a última hora, ao seguimento de Cristo. D. Mauro era um amante do futebol, torcedor do Santos, apaixonado realmente por essa modalidade que nos entusiasma. Além do mais, D. Mauro era o meu bispo e a quem eu sempre devi obediência cristã dentro da Igreja Católica.

Desde criança, D. Mauro dizia sentir o chamado de Deus para a vida sacerdotal. Encontrou em casa o que precisava para essa nobre missão. Sua mãe sempre o incentivava. Mas somente aos 26 anos de idade sentiu-se pronto para assumir a sua vocação e deixar tudo para seguir Cristo, como diria seu lema, anos mais tarde.

Antes de entrar no seminário, graduou-se em ciências biológicas, teologia e filosofia e trabalhou como funcionário do FUNRURAL, de 1972 a 1975. Foi também servidor público federal da Previdência Social, de 1975 a 1981. Entrou no seminário em 1982, um ano depois de o Papa João Paulo II escrever a encíclica *Laborem Exercens*, que conclamava os cristãos a contribuir sobretudo para a incessante elevação cultural da sociedade do povo de Deus. Nessa carta, o Papa esclarecia que o homem desde o princípio é chamado ao trabalho. E percebiam que a decisão do então leigo, que estava prestes a mudar sua vida radicalmente, coincidia completamente com o que a Igreja pedia naquele momento.

Então, em 1982, Mauro iniciou sua caminhada a serviço do povo de Deus. Foi ordenado em 1984, em Jacarezinho, cidade do Norte Pioneiro do Paraná. Foi nomeado bispo pelo mesmo Papa que despertou nos cristãos o valor do trabalho para a salvação humana, João Paulo II, em 1988, e em 2007 foi nomeado Arcebispo de Cascavel pelo Papa Bento XVI, onde permaneceu até a semana passada.

Em seu episcopado, D. Mauro se preocupou especialmente com os pobres, a quem Deus prometeu o Reino de Deus. Muitas vezes incompreendido em suas homilias, voltadas para o bem-estar social, e preocupado com a triste realidade de pessoas marginalizadas, foi sinal de esperança para tantos fiéis em Cascavel e região. D. Mauro foi o bispo que despertou o espírito de serviço e caridade por onde passou. Exercia sua função com autoridade e liderança.

D. Mauro, infelizmente, faz parte de um triste registro. Foi o quarto bispo brasileiro a perder a vida para a COVID-19. Os outros três foram: D. Aldo Pagotto, da Paraíba; D. Henrique Soares da Costa, de Pernambuco; e o Cardeal Eusébio Oscar Scheid, do Rio de Janeiro.

D. Mauro era muito mais do que Arcebispo de Cascavel. Era um sacerdote na sua essência. Era um conselheiro para todas as horas. E conduzia seu

rebanho com bondade, firmeza e sabedoria. Ouvir os pobres com humildade era o seu lema.

A morte de D. Mauro ainda jovem, aos 66 anos, pega-nos de surpresa, porque, apesar de ter ficado internado por, praticamente, 1 mês, todos nós alimentávamos a esperança de que ele se recuperasse logo e pudesse retornar ao nosso convívio, a pastorear a sua igreja. Todos pedíamos a Deus por isso, mas o Pai o chamou para a morada celestial. Sua morte também nos ensina o valor da vida humana e o apreço inestimável que Deus tem pelos seus filhos.

Neste momento de pandemia, em que todos nós nos encontramos particularmente fragilizados diante de tantas mortes que ocorrem diariamente no País, quero convidar todos os que me ouvem a valorizarmos a vida humana, a unirmos esforços para superarmos toda a destruição que o coronavírus tem feito.

É um consolo saber que ele está sendo recebido no céu por Jesus, Maria e seus anjos, que sempre o seguiam, e de onde, certamente, seguirá intercedendo por todos nós cascavelenses e moradores do oeste e de todo o Estado do Paraná.

Temos certeza de que D. Mauro se encontra junto de Deus, olhando pelo seu povo querido, por quem dedicou tanto esforço pastoral.

"Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé. Agora me está reservada a coroa da justiça que o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia, e não somente a mim (...)."

Eu, como cidadão de Cascavel, como morador do oeste do Paraná e, como disse, alguém que devia obediência católica e espiritual a D. Mauro, quero dizer ao Padre Zico, ao Padre Divo, ao Padre Claudir, ao Padre Nilton e a tantos outros padres e sacerdotes que deem continuidade ao trabalho de evangelizar o seu povo.

Agradeço à Liderança do Governo o tempo que me foi dado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 805/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a determinação do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de fechamento de igrejas evangélicas diante da epidemia de coronavírus. Aposição, pelo gestor estadual, de veto ao projeto de lei sobre a inserção da religiosidade entre as medidas de tratamento de dependentes químicos.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna, apesar de não ter a honra de ser um paulistano, como tiveram os meus amigos Deputados Pr. Marco Feliciano, Cezinha de Madureira e tantos outros, para repudiar a forma covarde, que beirou a canalhice, com que o Governador de São Paulo, João Doria, tratou a comunidade cristã evangélica paulistana.

E digo por quê, Sr. Presidente. Ele reúne para uma fotografia pastores, líderes e Parlamentares que representam a igreja e diz, num ato governamental, que consideraria as igrejas como uma entidade importante e fundamental durante ou em meio à pandemia, reconhecendo-as, portanto, como atividade essencial.

Mas o que Doria queria era a foto. O que Doria queria era o aperto de mão. O que Doria queria era enganar, como ele tem feito sempre. Uma semana depois, Doria manda fechar as igrejas, manda acabar com os cultos.

Sr. Presidente, não se trata de negarmos o momento crítico, no que tange à crise sanitária, que São Paulo e o restante do Brasil atravessam. Trata-se, porém, antes, de ver como Doria trata os evangélicos: como uma peça do jogo político.

As igrejas têm seguido à risca os protocolos de saúde pública, e as que não estão seguindo que tenham seus líderes responsabilizados. Doria, quando manda fechar as igrejas ou impedir os seus cultos, não percebe o mal que causa ao seu Estado.

Eu tenho aqui algumas matérias que mostram isso: "*Atendimento do SAMU relacionado a suicídio cresce durante a pandemia*". "*Cresce em 32% o número de suicídios durante a quarentena*". "*Casos de feminicídio crescem 41,4% em São Paulo durante a pandemia*", de acordo com o G1. Por quê? Porque o ser humano é um ser biopsicossocial e espiritual. Não estamos falando de religião. Estamos falando de tratar o ser humano como um todo.

Infelizmente, João Doria, que disse que vai denunciar o Presidente Bolsonaro como genocida nos tribunais internacionais, nega a verdade dos fatos. A verdade é que, no dia 4 de fevereiro de 2020, Bolsonaro já havia decretado estado de emergência para conter o coronavírus, quando ainda não havia um caso no Brasil.

Enquanto isso, João Doria fazia o maior carnaval da história de São Paulo, o "Carnacovid do Doria".

Sr. Presidente, o Doria realmente deve ser contra a fé. Ele acabou de vetar integralmente um projeto de autoria do Deputado Estadual Douglas Garcia, que visava incorporar a religiosidade no tratamento de dependentes químicos no Estado de São Paulo.

Contra a hipocrisia de Doria, nós nos levantamos para dizer: a igreja faz bem à saúde pública, à saúde de cada brasileiro e a esta Nação.

Documento 806/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus. Congratulações aos profissionais da saúde atuantes na linha de frente de combate à doença viral. Atuação da Casa a favor do repasse de recursos aos Estados e Municípios para combate à Covid-19, e da criação do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento pela União de indenização financeira aos profissionais da saúde incapacitados ao trabalho em face da Covid-19. Prioridade dada pelo Governo Jair Bolsonaro à economia em detrimento da vida. Não aquisição de vacinas pelo Governo Federal. Falta de oxigênio e leitos de UTIs nas unidades de saúde do País. Ineficácia do uso dos medicamentos hidroxiquina e ivermectina no tratamento precoce da Covid-19. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à concessão de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, e à liberação de recursos às pequenas e microempresas para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente da República. Defesa da aquisição de vacinas pelos Governadores e Prefeitos Municipais. Necessidade da abertura de CPI para investigação de omissões e responsabilidades do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a deferência e a possibilidade de falar neste momento e abro o meu discurso com uma palavra que nunca vi ser expressa na boca no Presidente da República, nem das autoridades do Governo Federal: solidariedade. Refiro-me à solidariedade ao povo brasileiro, à solidariedade aos profissionais de saúde, à solidariedade a todas as pessoas que estão na linha de frente desta luta incansável, desta luta consumptiva que desgasta profundamente todas as pessoas, a luta contra a pandemia, a luta para salvar vidas que estão em risco no País inteiro, em todos os cantos desta Nação.



Ao mesmo tempo, quero somar à palavra solidariedade a palavra cansaço. Há um imenso cansaço - um imenso cansaço - em todas as pessoas, inclusive em nós, por fazer uma luta intensa neste Parlamento e infelizmente ver os resultados serem interrompidos.

Em 2020, nós fizemos uma grande batalha neste plenário. Nós conseguimos, a partir da iniciativa deste Congresso, não do Governo, estabelecer aqui o "orçamento de guerra"; conseguimos, a partir de iniciativa nossa, elevar o valor do auxílio emergencial para 600 reais; conseguimos, a partir de iniciativa nossa, garantir a transferência de recursos para Estados e Municípios; conseguimos, a partir de iniciativa nossa, no Congresso Nacional, garantir uma série de aprovações de leis na área da saúde; conseguimos, a partir também do nosso trabalho no Congresso, aprovar um valor indenizatório aos profissionais de saúde, o que foi vetado pelo Governo - este veto estará em pauta a partir de amanhã, e nós precisamos derrubá-lo -; conseguimos, a partir de iniciativa nossa, aprovar a Lei Aldir Blanc para os fazedores e fazedoras de cultura; conseguimos, a partir de iniciativa nossa, aprovar uma série de medidas que não contaram de fato com a iniciativa do Governo.

No entanto, Presidente, é importante dizer que este Governo sempre colocou em confronto as decisões econômicas com as decisões de saúde pública. O que vamos vendo no decorrer do tempo é que, para este Governo, economia e saúde só se encontram na negação. E, de negação em negação, elas se encontram numa coisa chamada morte. Para este Governo, a economia e a saúde só se encontram numa coisa chamada morte! E é na negação que elas se começam a se encontrar para este Governo.

E falo também da negação do oxigênio, da negação dos recursos para os leitos de UTI, da negação da compra da vacina, da negação das medidas sanitárias decisivas indicadas pela ciência para o controle da pandemia, da negação de todas as orientações sanitárias que dizem que o tratamento precoce não funciona. O próprio laboratório da Ivermectina disse ao mundo: "*Ivermectina não funciona para COVID-19*". O próprio laboratório disse: "*A hidroxicloroquina não funciona para COVID-19*".

Sobre o tratamento precoce, ao ser questionado pelo Ministério Público, o próprio Ministro Eduardo Pazuello, com medo das medidas que pudessem ser tomadas contra ele, disse: "*Eu nunca falei em tratamento precoce. Eu dizia atendimento precoce*". Ele próprio recuou e disse: "*Não, é atendimento precoce!*"

Este Governo negou a compra das vacinas desde agosto do ano passado. Ele negou o isolamento ou o distanciamento social. Ele negou o uso da máscara. Ele negou aos Governadores e aos Prefeitos tudo o que esses Governadores e Prefeitos pediram como coordenação nacional das medidas fundamentais de combate à pandemia. Ele negou a vacina que veio da China. Ele negou a vacina que veio da Rússia. Ele negou a possibilidade de combate à pandemia e levou o País ao caos em que se encontra.



E da mesma forma ele nega o auxílio emergencial; da mesma forma, ele nega as medidas de desenvolvimento deste País; da mesma forma, ele nega o desenvolvimento, o emprego e a possibilidade de micro, pequenas e médias empresas se salvarem. E nessa negação, de uma ou de outra forma, ele leva as pessoas à morte. Isso só tem um nome: é genocídio mesmo. Não tem outro nome. Não adianta querer criminalizar quem chama tudo isso de genocídio. Isso está no dicionário.

Quando as pessoas da sociedade dizem isso, querem enquadrar essas pessoas na Lei de Segurança Nacional, como fizeram agora com o comunicador Felipe Neto, que merece toda a nossa solidariedade. Sabem por que isso acontece? Porque as pessoas estão vendo o que está acontecendo. O Governo tem responsabilidade, sim, sobre essas mortes!

Quando nós dizemos às pessoas para ficarem em casa, sabem por que elas têm dificuldade de ficar? Porque elas têm que ir para a rua buscar o alimento, já que o Governo não banca a sua permanência em casa de propósito. Isso é caso pensado! O Governo não quer que as pessoas fiquem em casa, porque este Governo induz as pessoas à contaminação. Isso não é ingenuidade. Isso não é apenas incompetência. Isso é de propósito. Isso precisa ser olhado criminalmente! Isso é caso de aplicação do Código Penal. Isso é crime de responsabilidade. Isso não é algo que nós podemos deixar passar em branco, não! Isso é induzir as pessoas à contaminação e à morte!

A falta de oxigênio é a negação da possibilidade de as pessoas respirarem. E já está claro que o Ministro Pazuello sabia, desde 8 de janeiro, que ia faltar oxigênio no Amazonas. Todo mundo já sabe disso. Por que não agiu? Por que não garantiu esse oxigênio?

Então, é preciso que se compreenda que isso não é apenas incompetência, isso é omissão de socorro. As pessoas estão morrendo, e este Governo tem responsabilidade nisso.

Alguns Deputados dizem: "*O povo está sem comer, o povo está sem alimento.*" Isso é hipocrisia ou o quê? Por que votou o auxílio emergencial, que já está claro que vai ser de 150 reais para 20 milhões de famílias, de 250 reais para um número menor e de 375 reais para algumas mulheres? Por que as pessoas não deixam claro o que foi votado na semana passada? Por que não se deixa claro que este Congresso determinou, pela sua votação majoritária, esse valor de auxílio emergencial? Nós quase suplicamos, como Oposição, que não fizéssemos aquela votação, que determinássemos um valor maior para o auxílio emergencial e que não o fizéssemos por emenda constitucional. Então, agora não adianta falar que o povo precisa comer, não adianta fazer essa intervenção agora aqui. O povo de fato precisa comer. A carestia está em cima dos alimentos, mas este Congresso não votou o que deveria.

O papel deste Congresso agora é reaver isso, é corrigir isso. E nós podemos fazê-lo ainda. Eu refaço este apelo: por favor, vamos ter outra atitude! Nós precisamos tomar uma atitude clara para ajudar os Governadores e os

Prefeitos, que não são os responsáveis por essas mortes, por favor! Os Governadores e os Prefeitos, em sua maioria, são responsáveis por salvar vidas. Eles foram confrontados pelo Governo Federal, que induziu as pessoas a irem para as ruas, a confrontarem as autoridades locais, a não cumprirem as medidas, a tirarem a máscara, a não terem respeito nem pelas medidas de Governadores e Prefeitos. Até medida da cultura foi feita para não financiar projetos que não fossem de aglomeração de pessoas. Por favor!

Nós precisamos fazer a CPI, ao mesmo tempo que devemos tomar medidas para que Governadores e Prefeitos comprem diretamente vacinas. Foram vacinadas apenas 10 milhões de pessoas. Isso é crime. Este é o pior País em proporção de vacinados. Nós precisamos fazer a CPI. Pode-se mudar o Ministro, mas os crimes que já foram feitos precisam ser apurados. E não adianta mudar Ministro se não se mudar a política. Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 807/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 17/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Ajuizamento no Supremo Tribunal Federal, pelo PT e pela Rede, de ação direta de inconstitucionalidade do art. 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a respeito das medidas de ajuste fiscal. Defesa restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Peço a divulgação de minha fala nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O PT e a REDE entraram com uma ADI no Supremo em relação à Emenda Constitucional nº 109, que resulta da PEC 186, por causa da redação do art. 5º.

A Mesa da Câmara, em uma interpretação reiterada pela Mesa do Senado, do Congresso Nacional, ao ser garantida a vinculação de receitas tributárias, extinguiu a lista que garantia a identificação dos fundos cujo uso do superávit financeiro não está autorizado para pagamento da dívida pública.

Fomos ao Supremo e vamos continuar lutando. Nós queremos 600 reais, enquanto durar a pandemia, como auxílio emergencial, e isso o Governo Bolsonaro ainda não propôs.

Obrigado, Presidente.

Documento 808/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 17/03/2021 --LEÔNIDAS CRISTINO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inoportunidade da apreciação pela Casa das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Defesa de discussão pela Casa da retomada do auxílio emergencial, e da vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, é inoportuno discutir uma matéria como esta no meio de uma pandemia na qual muitos brasileiros estão morrendo.

Onde está a medida provisória do auxílio emergencial, Sr. Presidente? Já chegou à Casa? É isso que nós temos que discutir. Nós temos que discutir o plano de imunização. Onde estão as vacinas, Sr. Presidente? Nós precisamos, com toda a clareza, cobrar isso do Governo, que fica fingindo que não é com ele. Nós temos que centrar as preocupações da Câmara dos Deputados no auxílio emergencial e na vacinação em massa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 809/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 17/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Não apreciação pela Casa da medida provisória relativa à instituição do novo auxílio emergencial. Expectativa de redirecionamento da política de saúde adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro, com vista ao enfrentamento da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu esperava que hoje estivéssemos apreciando a medida provisória sobre o auxílio emergencial, mas até agora ela não veio.

Tomamos conhecimento de que o Ministro da Saúde caiu. Esperamos que, com a queda do Ministro da Saúde, mude a política de saúde do Governo Federal e que a prioridade passe a ser o enfrentamento da COVID, passe a ser a vacinação das pessoas, para que seja imunizada a sociedade brasileira.

Quanto à Lei do Gás, Presidente, consideramos que esse é um assunto por demais importante para a sociedade e para a economia brasileira. Achamos que é necessário um debate mais amplo, mais profundo, para que se compreendam todos os meandros do que aqui estamos discutindo e votando.

Por isso, nós acompanhamos o requerimento do Partido dos Trabalhadores, votamos "sim".

Documento 810/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na apreciação de propostas destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, às vezes acho que estou em outro planeta.

Precisamos olhar para a realidade como ela se apresenta, e a Câmara dos Deputados tinha que estar vinculada a ela. Alguém citou que o nosso País já vacinou mais do que o Uruguai, mas o Uruguai tem uma população menor do que a da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. O nosso percentual de vacinação está baixíssimo. Deveríamos estar preocupados com isso! Deveríamos estar preocupados com as pessoas que não se alimentam, deveríamos estar preocupados com o número de mortes. Nós deveríamos estar votando aqui a quebra de patentes, deveríamos estar votando os projetos a respeito das grávidas que estão morrendo. Mas estamos votando algo que não resolve o problema do emprego nem o problema da pandemia.

Não é verdade que o preço, com essa política, vai baixar. Política de preços não tem nada a ver com a Lei do Gás. Não vai se resolver a questão dessa forma. Então, é um absurdo que estejamos com esta pauta num momento como este.

A Minoria encaminha "sim" à retirada da matéria da pauta.

Documento 811/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 17/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inoportunidade de apreciação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Prioridade da Casa no debate da retomada do auxílio emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, para tudo tem hora, e esta não é a hora de ficarmos aqui discutindo a Lei do Gás. É necessário outro gás, um fôlego, oxigênio para dezenas, centenas, milhares de vítimas do coronavírus. O País está próximo de alcançar a marca de 300 mil óbitos. A população do Brasil corresponde a 3% da população mundial, e mais de 20% dos óbitos no mundo estão acontecendo no Brasil! Só não vê quem não quer ver.

Nós temos que discutir aqui, Presidente, a respeito de vacina, vacina, vacina. Até agora vacinamos 10 milhões, e os Estados Unidos, 110 milhões. O Chile vacinou 25% da sua população; Israel, 35%. O que nós estamos fazendo? Pessoas que não morrem por causa do coronavírus estão morrendo de fome! A proposição sobre o auxílio emergencial miserável ainda não chegou a esta

Casa, mas esta é a pauta da Ordem do Dia: discussão sobre carestia, auxílio emergencial e vacina, Presidente.

Documento 812/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:12

Publ.: DCD - 17/03/2021 --OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Reunião de membros da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência com representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, para debate da vacinação de portadores de necessidades especiais, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Brasil tem o Plano Nacional de Imunização, que prevê 29 grupos prioritários, que alcançam 77 milhões de brasileiros. Até o momento, segundo se noticiou, 10 milhões foram vacinados. Os que ainda precisam aguardar um pouco até se chegar ao piso de 60 anos são 17 milhões; os que têm comorbidades, 17 milhões; e as pessoas com deficiência, 7 milhões.

No Rio de Janeiro, nós tratamos com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com a OAB e produzimos - quando digo "nós", eu me refiro à Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência - uma recomendação, para que se organize, no plano estadual, essa fila, considerando-se a oferta. Nós estamos discutindo a demanda. A Constituição da República recepcionou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. E há também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Então, é fundamental que se organize bem esse fluxo e que se tenha essa oportunidade nos mais variados recantos do Estado. Acho que todos os Estados deveriam pensar muito bem, porque as pessoas com deficiência têm mil dificuldades, além das que todos já possuem.

O fato é que eu queria que essas recomendações fossem transcritas nos Anais desta Casa. Apontam uma série de procedimentos que, se observados, vão contemplar com a prioridade das prioridades as pessoas com deficiência, que merecem a prioridade constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 813/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:12

Publ.: DCD - 17/03/2021 --MÁRCIO LABRE-PSL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Contestação aos pronunciamentos dos Deputados Jandira Feghali, Leônidas Cristino e outros Parlamentares da Esquerda, a respeito da responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19. Convite a Deputados opositoristas para participação em grupo de trabalho, destinado à averiguação da aplicação, por Estados e Municípios, de vultosos recursos federais repassados aos entes para combate à epidemia de coronavírus.

O SR. MÁRCIO LABRE (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, eu gostaria de falar sempre a respeito de pautas propositivas, mas, infelizmente, quando vimos para cá, voltamos a assistir às mesmas retóricas, a ouvir as mesmas ladainhas. Então, eu quero mandar um recado direto para a Deputada Jandira Feghali, para o Deputado Leônidas, para alguns Deputados de esquerda que insistem em dizer, o tempo inteiro, que o Governo está matando as pessoas, está deixando as pessoas em casa de propósito, quando, na verdade, não estamos agindo dessa maneira.

Nós estamos nos articulando para construir uma frente parlamentar que vai fazer uma apuração muito séria sobre o que já foi gasto pelo Governo Federal com os Estados e Municípios, quase 700 bilhões de reais. Eu gostaria de convidar a Deputada Jandira Feghali e outros Deputados de esquerda a fazerem parte dessa frente, porque nós queremos conhecer as notas de liquidação de todos esses recursos que chegaram até esses governantes que eles apoiam e que não abrem o bico, junto com o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que passou a ficar calado diante do que vem acontecendo.

Documento 814/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Promoção de medidas de combate ao coronavírus pelo governo dos Estados Unidos da América. Registro de 1.800 mortes diárias no País decorrentes da Covid-19. Necessidade de apoio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, às medidas sanitárias de prevenção da doença viral. Importância da vacinação do povo brasileiro contra o



coronavírus. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas de combate à Covid-19. Caos sanitário instalado no Brasil. Imediata votação pela Casa de proposta destinada ao restabelecimento do auxílio emergencial.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Presidente Marcelo Ramos, cumprimento os colegas e agradeço ao Líder André Figueiredo por me permitir utilizar este tempo da Oposição na tribuna da Câmara.

Dialogo com o Brasil e continuo sim, de maneira muito firme, com muita convicção, mas de forma muito serena, Deputado Leônidas Cristino, Deputada Jandira Feghali, denunciando a falta de governo, da qual se ressentem profundamente o nosso País.

Há Governo que atrapalha, ao invés de contribuir para o enfrentamento da pandemia. E, sim, o Brasil, neste momento, é o caso mais grave no mundo quanto à pandemia de coronavírus.

Deputado Pompeo, acabo de ler matéria sobre os Estados Unidos, que trocou de Presidente da República e trocou a abordagem do negacionismo e da irresponsabilidade pela correta abordagem da adoção das medidas relativas a distanciamento social, uso de máscara, vacinação em massa. Aquele país já começou a colher os resultados. Em janeiro, nos Estados Unidos, a média de mortes era três vezes maior que a do Brasil. Felizmente, para o povo americano, o número de mortes foi sendo reduzido. Hoje, baixou, está em torno de 1.300, que ainda é um número muito alto. Mas o Presidente americano está enfrentando esse problema e está promovendo a vacinação em massa da população.

Já o Brasil, Deputado Leônidas Cristino, vem agravando a situação a cada semana e a cada mês. Em janeiro, nós perdíamos em torno de 700 vidas por dia, considerada a média móvel de mortes; hoje, estamos perdendo 1.800 mil vidas por dia, levando-se em conta a média móvel.

Não se trata de repetir discurso, mas sim de fazer denúncias, até que o Governo Bolsonaro mude a conduta. Tem que apoiar, sim, as medidas de distanciamento social o máximo possível, tem que andar sempre de máscara quando for preciso, tem que ir atrás de vacinas. Não adianta que façam contas manipulatórias, Deputada Jandira, porque a tabela de vacinação está aí para ser acompanhada pelo mundo inteiro.

A pergunta que nenhum líder bolsonarista responde nesta Câmara é esta: por que o Chile tem 25% da população vacinada, os países da Europa - Portugal, França, Itália, Espanha - têm, em média, 8% da população vacinada, e o Brasil tem apenas 4%?



Sim, há uma política de genocídio. Quando a Pfizer ofereceu ao Brasil milhões de doses de vacinas, o que fez o Presidente Bolsonaro, que tem a caneta na mão, tem o cargo mais importante desta República? Mandou não comprar as vacinas da Pfizer. Agora corre atrás, e as doses vão ser recebidas daqui a 5, 6 ou 7 meses. Milhares de pessoas que estão morrendo poderiam estar imunizadas, poderia ser salvas da morte causada por esse coronavírus. Quando foi informado de que o Ministro havia feito a compra 46 milhões de doses da Coronavac, Deputado Leônidas, o Presidente mandou cancelar essa compra.

Não adianta ir ao "gabinete do ódio" produzir *fake news*, produzir novos *cards*, dizendo que a turma de Bolsonaro é a turma da vacina. Bolsonaro foi e é o Presidente antivacina, Deputado Danilo Cabral, Líder do PSB.

Quando a Organização Mundial da Saúde realizou o esforço do Covax Facility, que permitiria a países como o Brasil comprar vacinas para 50% da sua população, o que fez Bolsonaro? Mandou comprar apenas 10%. O Uruguai já vacinou mais do que o Brasil proporcionalmente, Deputada Talíria; a Argentina já vacinou mais do que o Brasil; os outros países que eu citei há pouco também. E, no meio desta crise toda, querem empurrar a culpa para o colo dos Governadores e dos Prefeitos. É a velha narrativa manipulatória com o intuito de polarizar o País, criar *fake news* dentro do "gabinete do ódio".

Hoje, Deputado Pompeo, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, morreram 502 gaúchos e gaúchas - o maior número de mortes num dia. As UTIs estão abarrotadas. Onde estão os respiradores comprados pelo Ministério da Saúde, que lavou as mãos e entregou para a anarquia o sistema de saúde? Colocaram no Ministério dezenas de militares que não têm competência para atuar na área da saúde.

Estão desmontando o Ministério da Saúde. Trocaram de Ministro quatro vezes, porque o Bolsonaro quer um Ministro que compre cloroquina e não compre vacina. Hoje o Brasil é o país que tem sobra de cloroquina, e falta vacina.

Bolsonaro quer um Ministro da Saúde que adote placebos, remédios que os laboratórios e a Organização Mundial da Saúde já definiram... Há protocolos, há estudo, há ciência. Esse é o assunto mais estudado nas últimas décadas pela humanidade, mas nós temos um Presidente que é genocida, que é anticiência, um Presidente que quer construir narrativas, como diz um dos seus Líderes aí, para disputar o poder.

Esse é o jogo de Bolsonaro. Mas a narrativa dele, Deputado Leônidas Cristino, não está mais funcionando porque as pessoas estão vendo o que está acontecendo no País.

Quanto àquela mentira que ele contava, Deputada Talíria, sobre se escolhíamos defender a economia ou as medidas para conter a pandemia, não fez nem uma coisa nem outra. O Brasil é um dos piores manejos do mundo na pandemia. A pandemia está descontrolada, o caos sanitário está instalado. Não

há, hoje, medicamentos para intubar pacientes, Deputada Jandira Feghali. Desses medicamentos, sim, o Ministério da Saúde deveria ter garantido a compra, sabendo que é forte sua demanda numa pandemia como esta.

E a economia, o que aconteceu com ela? Ela está na lona, porque as medidas de contenção da atividade têm que ser estendidas por um tempo muito maior. Outros países já estão retomando a atividade econômica, porque apostaram no mecanismo científico correto de enfrentar a pandemia.

Essa é que é a verdade do Brasil que nós vivemos. E, no meio deste caos econômico, com a economia caindo 4% - só não caiu 8% porque nós votamos o auxílio emergencial -, o Governo, Deputado Pompeo, cortou o auxílio emergencial no dia 1º de janeiro. Faz 3 meses que pessoas passam fome, não têm emprego. Não têm emprego não porque não queiram trabalhar; não tem emprego porque a economia sente o desgoverno de Bolsonaro e o impacto da pandemia.

Temos que votar o auxílio emergencial hoje! Eu desafio o Presidente Arthur Lira: coloque na pauta um projeto de lei com urgência! Vamos votar aqui no Parlamento, já que eles não assinam a medida provisória! Nós temos que ter o auxílio emergencial, sim! Que usem as reservas do País! Que usem a capacidade de endividamento do Brasil para salvar a vida dos brasileiros, para proporcionar condições de retomada da atividade econômica. Não haverá retomada se não houver uma participação efetiva. Vejam como estão fazendo os outros países do mundo para ampliar investimentos públicos de enfrentamento da pandemia.

Esse é o caminho que o Brasil precisa fazer. O Brasil não suporta mais as barbaridades que Bolsonaro faz dia e noite. O Brasil não suporta mais a falta de governo. O Brasil não suporta mais a negação de evidências científicas óbvias para enfrentar a pandemia e melhorar as condições de vida do País.

Chega, Bolsonaro! Chega de asfixiar o povo brasileiro! Chega de prejudicar este País! Deixe aqueles que querem resolver os problemas trabalharem pelo Brasil! Pare de construir narrativas do conflito, da polêmica que não levam a lugar nenhum! O Brasil precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Publ.: DCD - 17/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à decretação de lockdown no País, como medida de contenção do avanço da epidemia de coronavírus.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou o Deputado Darci de Matos, de Joinville, Santa Catarina.

Sr. Presidente, eu quero me posicionar aqui frontalmente contra o *lockdown* no Brasil. Nós não podemos parar o Brasil. Nós precisamos proteger os idosos, as pessoas que têm doenças, mas Joinville, a minha terra, Santa Catarina e o Brasil não podem parar. Como é que se vai pedir a um pai de família, a uma mãe de família para ficar em casa com a geladeira vazia, sem ter o que comer? Isso é um absurdo! Os Governadores, os Prefeitos deveriam ter utilizado melhor o dinheiro que a União mandou para comprar respiradores, para fazer UTIs. Só Santa Catarina recebeu 2,7 bilhões de reais, Joinville recebeu 72 milhões de reais. Tinham que ter feito o dever de casa.

Documento 816/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 17/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 280 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Falta de vacinas e de leitos de UTIs no Brasil. Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro, no tocante ao enfrentamento da doença viral. Homenagem póstuma à Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Avanço das milícias na política.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Como muitos já falaram aqui, a vida para a maioria dos brasileiros está insuportável. A crise humanitária se expressa num Brasil que já perdeu mais de 280 mil vidas por COVID, na falta de leito, na falta de vacinas, no desespero do povo brasileiro. O povo está sufocado, sem oxigênio. Mas a fome também sufoca, a pobreza também sufoca. E a resposta

do Governo tem sido - não há outra palavra, Presidente - genocida, tem sido negociacionista, ao incentivar a aglomeração, ao fazer cruzada antivacina. Expressa pouco apreço ao povo, nenhum apreço ao povo e também expressa nenhum apreço à democracia. A convivência deste Governo é lamentável, com o cenário que estamos vivendo.

Eu peço licença ao luto que famílias brasileiras estão experimentando para também tratar daqui de um luto que muitos de nós nunca tivemos a possibilidade de superar. Há 3 anos, Marielle Franco, Vereadora eleita pelo PSOL do Rio de Janeiro, foi executada com tiros que levaram também à morte de Anderson, num crime político até hoje sem resposta. Há convivência deste Estado com a tragédia sanitária e também com esse crime político, pois não devolve para o povo brasileiro a resposta de quem mandou matá-la, que é parte de um quadro de avanço da violência política no Brasil. É algo sobre o que esta Casa precisa também se debruçar. A execução de Marielle diz muito desses tempos, tempos que combinam com o autoritarismo, com o fundamentalismo na política, com a retirada de direitos, com o fortalecimento de setores que nos territórios têm como meio a violência na política.

Aliás, um terço dos territórios do Rio de Janeiro é dominado por milícias. Não é muito dizer que as milícias hoje governam o Estado do Rio de Janeiro, milícias essas que estão nos territórios, mas têm o seu braço na política institucional: elegem Presidentes, Deputados, e estão expressas, inclusive, na figura de Senadores e Deputados.

Eu precisava, hoje, 2 dias depois de 3 anos da execução política de Marielle Franco, sem respostas para o nosso povo, lembrar a memória de Marielle: mulher num país que é o quinto país com maior índice de feminicídio; mulher negra num país em que filhos de mulheres como Marielle são executados ainda pelo Estado; mulher mãe num país da violência obstétrica, da mortalidade materna; mulher socialista - sim, socialista! - no País da desigualdade social, da profunda desigualdade entre ricos e pobres, aprofundada pela pandemia; mulher defensora dos direitos humanos num país que é o que mais assassina defensores e defensoras de direitos humanos no mundo.

Eu precisava, no tempo de Líder do meu partido, no dia de hoje, lembrar a memória de Marielle Franco, exigir justiça por Marielle e Anderson, exigir que o Estado brasileiro diga para o povo quem mandou matar Marielle. Lembrar a memória de Marielle é fortalecer a luta pela democracia, uma democracia real, em que todo corpo se expressa, em especial, na figura de Marielle.

Marielle, presente!

Documento 817/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-19:36
Publ.: DCD - 17/03/2021 --ALIEL MACHADO-PSB -PR

DISCURSO

Sumário

Adoção pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, de medidas destinadas à contenção do avanço da Covid-19. Colapso do sistema de saúde da municipalidade.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de certa demora, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa decretou hoje medidas mais restritivas devido ao caos em que se encontra a nossa cidade. Infelizmente, nós passamos por um dos momentos mais difíceis, pois o número de óbitos em Ponta Grossa é mais do que o dobro do Brasil, proporcionalmente. É uma medida amarga, mas acertada e correta neste momento difícil.

Não há economia se não tivermos vida. O sistema está em colapso. Mesmo tendo conquistado inúmeros recursos e aumentado o número de UTIs, nós estamos em uma situação difícil. É preciso que haja a conscientização da população, mas principalmente a atuação do poder público. É por isso que nós lutamos aqui pelos auxílios.

Eu chamo a atenção da Prefeitura para que ela continue a fazer esse trabalho, agora atendendo às famílias mais carentes, atendendo aos setores que precisam de auxílio. Mas é importante e é preciso ter coragem para estar na vida pública.

Obrigado, Presidente.

Documento 818/1.178

23.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-16/03/2021-20:16

Publ.: DCD - 17/03/2021 --ZÉ SILVA-SOLIDARIEDAD -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 103, de 2007, do Senado Federal, (nº 1.481, 2007, na Câmara dos Deputados) e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 172, 2020), sobre a alteração das Leis de nºs 9.472, de 1997, e 9.998,

de 2000, com vista à destinação dos recursos, à administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST. (conectividade rural).
Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, amanhã será um dia em que espero que nós façamos justiça para um dos segmentos mais importantes da economia brasileira, que é a agricultura familiar.

Quase metade dos Parlamentares desta Casa apresentou projetos - eu tive a honra de ser designado Relator - definindo cinco medidas de apoio à agricultura familiar, a começar pelo auxílio emergencial. A agricultura familiar é o único setor da economia brasileira que não foi amparado com medidas. Com pandemia ou sem pandemia, os agricultores continuam com suas famílias levantando-se de madrugada, cuidando do meio ambiente e, principalmente, produzindo alimentos para todos nós nos mantermos nas nossas residências, com distanciamento social. São cinco as medidas definidas. Uma delas, inclusive, com muita crueldade. Aqueles agricultores e trabalhadores rurais que receberam auxílio emergencial, se não fosse a nossa lei, a Lei Assis Carvalho, não continuariam como segurados especiais da Previdência; isso foi corrigido com essa lei.

Amanhã apreciaremos o Veto nº 46, que se refere à destinação do auxílio emergencial para as famílias de agricultores familiares. Hoje nós sabemos que, mesmo com essa pandemia, mesmo com toda a tristeza dessa sombria pandemia, a agricultura continua respondendo e produzindo alimentos. Entre os 4 milhões de agricultores de todo o Brasil, mais de 2,4 milhões tiveram que acessar um benefício da população da cidade. Continua a mesma história: nós da roça, os agricultores ficam sempre por último.

Há um crédito, dando um diferencial nos dispositivos para as mulheres do campo. A mulher tem papel fundamental, reconhecemos seu protagonismo.

Há também uma medida apoiando a comercialização, já que as feiras livres, onde, num momento sagrado, o campo se encontra com a cidade, foram impedidas de funcionar. Existe dívida rural. Coloca como porta de entrada para todos esses quesitos assistência técnica e extensão rural, valorizando aqueles que promovem inovação e conhecimento para que a agricultura produza com sustentabilidade, preservando o meio ambiente, e também com segurança alimentar.

As dívidas rurais dos nossos agricultores, já que, com todas as dificuldades... As dificuldades foram imensas para os agricultores continuarem produzindo.

Também há outro veto importante, o veto ligado à conectividade rural, já que, na roça, é preciso ter tecnologia moderna, não só para a comunicação, mas também para a segurança dos agricultores, para modernizar a produção e,

principalmente, como um dos quesitos do Veto nº 56 da conectividade rural, para garantir que a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural possa levar inovação e - como dizemos na roça - a modernidade para o campo. É assim que nós vamos fazer justiça com a agricultura familiar.

Para encerrar, Presidente, eu quero aqui dizer do fundo do meu coração, com todo o meu sentimento às pessoas que perderam entes queridos que essa pandemia é cruel e assusta a todos nós. Eu tenho certeza de que, com a ciência e a solidariedade entre as pessoas, vamos superar essa maldita pandemia. É com vacina, ciência e solidariedade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 819/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:28

Publ.: DCN - 18/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Caráter falacioso do discurso da Esquerda. Inconsistência do pronunciamento de Deputado opositor, a respeito do percentual de brasileiros mortos pela Covid-19 no contexto mundial. Pedido ao Presidente do PSL, Deputado Luciano Bivar, de abertura de processo contra o Deputado Paulão junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
É uma honra, Presidente. Meus cumprimentos pela sua bela conduta.

Já que hoje fui chamado e não estava a postos, por um problema técnico, eu quero fazer meu pronunciamento concordando com o acordo, evidentemente, e dizendo o seguinte: a Esquerda brasileira bebe veneno e espera que Bolsonaro morra. Repito: a Esquerda brasileira bebe veneno e fica esperando Bolsonaro morrer. Digo isso por quê? Porque a Esquerda brasileira se envenena com os seus argumentos, que não têm fundamento, são falácias. Eles são mitômanos, mentem compulsivamente e acreditam nas suas mentiras. Ontem um Parlamentar disse que 22% das mortes por COVID no mundo eram de brasileiros. Fundamento zero! Não se cita fonte, não se tem argumento.

E o que eu peço também é uma sessão do Congresso... Na primeira sessão que tivemos neste ano na Câmara Federal, eu pedi ao Presidente Lira que fosse rigoroso no respeito ao decoro parlamentar. Nós temos que dar exemplo para o Brasil. Estamos vivendo momentos vergonhosos. E pedi ao Líder do PSL - eu sou Vice-Líder -, pedi ao Presidente Bivar, do PSL, que coloque no

Conselho de Ética da Câmara Federal o pronunciamento de ontem do Deputado Paulão em que ele chamou várias vezes o Presidente Bolsonaro de genocida, várias vezes o provocou. Isso é um total desrespeito à liturgia do cargo, é total desrespeito ao Presidente da República. Nós Parlamentares temos que dar exemplo ao Brasil de civilidade.

Hoje vimos atritos também na CCJ, onde um Deputado do PT paulista, o Deputado Paulo, simplesmente disse que os seguidores de Bolsonaro também são genocidas. A que ponto estamos chegamos, a que nível estamos chegando? Se a Esquerda não sabe, o maior genocida da história da humanidade chama-se Stalin, que é o maior ídolo do PCdoB. Comunistas e socialistas desta Casa, que idolatram Stalin, o maior genocida da humanidade, vêm chamar quem segue Bolsonaro de genocida?!

Sabem o que é o significado de genocida? Estamos exterminando uma raça, uma religião, uma etnia, sem fundamento algum! Isso é falta de decoro.

Peço a todos que apoiem, no Conselho de Ética, no mínimo, a suspensão do Deputado Paulão pelo que aconteceu ontem. Como não se pune, continuam falando "genocida", "genocida", num desrespeito vergonhoso.

Hoje, o debate que tivemos na CCJ foi para denegrir a imagem desta Casa. Eu combato diariamente aqui a Oposição e jamais ofendo a honra e a dignidade de ninguém. Argumento com combate ideológico, partidário, mas jamais usando palavras de baixo calão. Não podemos permitir isso. Quando eu digo que a Esquerda bebe veneno e fica esperando Bolsonaro morrer, aí está outro motivo. Atacam a todo momento. Atacam o filho mais jovem do Presidente. Não têm argumentos para atacar, para fundamentar. Isso gera o descrédito, e o descrédito para um político é a divina decadência. É isso que está acontecendo.

Eu peço aos demais pares que mantenhamos o respeito nesta Casa, no Congresso. O mínimo que quem veio para esta legislatura como eu, cheio de vontade, com o sangue verde-amarelo na veia, querendo o melhor para o Brasil, espera - o mínimo! - é que se demonstre respeito aos cidadãos que estão nos assistindo.

Então, vai para o Conselho de Ética, com certeza, o Sr. Paulão, assim como qualquer um que chame o Presidente da República de genocida. Eles não sabem o significado de genocida. Stalin é o maior genocida da humanidade.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 820/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:32

Publ.: DCN - 18/03/2021 --OTONI DE PAULA-PSC -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER



Sumário

Defesa de realização da reforma administrativa. Luta dos partidos oposicionistas contra a aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre a criação do marco regulatório do gás natural. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, favorável à vacinação do povo brasileiro e à realização das reformas constitucionais. Congratulações ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pela decisão contrária à decretação de lockdown.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna da reunião do Congresso Nacional para dizer aos Congressistas que aqui estão que nós temos a chance de entrar para a história como um Congresso reformista, que destravou o País com a aprovação imediata da reforma administrativa, sem atingir nenhum direito adquirido.

Temos a chance de criar no Brasil um funcionalismo público baseado na meritocracia, para o qual a estabilidade será uma conquista, e não um luxo pré-adquirido de uma casta privilegiada da sociedade. A expectativa, para que os brasileiros saibam, é de que a reforma administrativa resulte em uma economia de mais de 300 bilhões de reais ao longo dos próximos 10 anos.

Vamos logo atropelar o discurso do atraso que se faz neste plenário, que não deseja que o País seja destravado. É o discurso do quanto pior, melhor, de quem não pensa no amanhã; antes, só pensa em uma coisa: voltar ao poder em 2022 e voltar a lotear a máquina pública.

Por causa desse discurso, ontem, neste Plenário, Sr. Presidente, até a madrugada, eles lutaram contra o marco regulatório do gás natural. Veja se isto é possível! O marco regulatório do gás natural que esta Casa aprovou pode atrair investimentos da ordem de 50 bilhões a 60 bilhões de reais, com a produção de gás natural triplicando até 2030. Mas ficaram aqui com sensacionalismo, jogando o povo contra esta Casa, fazendo da triste realidade dos mortos pela pandemia seu palanque eleitoral, pois querem que o Brasil pare de avançar por conta da infeliz mortandade que não só o Brasil, mas o mundo todo está tendo que enfrentar.

Contra o vírus da COVID, a ordem do Governo Bolsonaro é: vacina, vacina e vacina. Mas contra o vírus do Custo Brasil, que mata tanto quanto a pandemia, a ordem o Governo Bolsonaro é: reformas, reformas e reformas.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar esses últimos minutos para manifestar desta tribuna os meus parabéns ao Governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que tem se mostrado um grande líder neste momento de crise sanitária que nós estamos vivendo devido à pandemia. O Governador



Cláudio Castro está conseguindo equacionar no Rio de Janeiro tanto a questão sanitária, de saúde pública, quanto a questão econômica do nosso País. Ele chamou o setor produtivo para um diálogo e editou decreto que organiza algumas coisas, que não fecha estabelecimentos, mas os mantém funcionando em horários especiais. E esse decreto não foi feito pelo Governador, foi feito em conjunto com quem faz a economia do Rio acontecer.

Parabéns ao Governador Cláudio Castro, que já declarou que, no que depender dele, o Rio não vai parar, não vai haver *lockdown*! É esse espírito que nós queremos para os Governadores do Brasil inteiro. Precisamos cuidar da crise sanitária, mas não podemos quebrar o Brasil.

Parabéns, Governador Cláudio Castro!

Documento 821/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:40

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Não inclusão, em acordo celebrado pelos Parlamentares, de vetos presidenciais relativos à segurança de barragens. Pedido à Presidência do Senado Federal de votação do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Registro de 3.149 mortes no Brasil nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a V.Exa. por me conceder 1 minuto. Se V.Exa. puder me conceder 2 minutos, agradecerei mais ainda a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Serão 2 minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Quero apenas dizer que, no acordo que foi firmado, nós não estabelecemos a derrubada dos dois vetos em relação à segurança de barragens. Embora o melhor fosse a derrubada desses vetos - eu não vou ter tempo para expô-los -, creio que é evidente que o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, pelo Congresso Nacional, já significou um grande avanço. E nós vamos, mais uma vez, solicitar a V.Exa. que possamos também aprovar definitivamente o projeto de lei que trata dos atingidos por barragens, já aprovado na Câmara e que está agora no Senado.

No caso da Vale, foram 272 mortes, e todo mundo em Minas sabe que a Vale é assassina, pois ela sabia dos riscos e podia ter evitado aquela chacina. E o Bolsonaro sabia dos riscos da pandemia? Com certeza, Bolsonaro sabia dos riscos, e é por isso que ele é genocida.

O que ocorre no Brasil não é vacina, vacina, vacina, e, sim, chacina, chacina, chacina. São 3.149 mortos hoje. Ora, primeiro temos de chorar por esses mortos. Mas isso só será resolvido no dia em que nós tirarmos Bolsonaro do Governo.

O Presidente Lula propôs hoje fazermos um apelo internacional, inclusive aos Estados Unidos, para reunir o grupo dos 20 países mais ricos e fazer uma vacinação justa no mundo. Isso, sim, é ser um Presidente, é ser um estadista, e não um covarde como o Presidente que nós temos, que se esconde dos problemas em vez de resolvê-los.

Como a Vale fez o Bolsonaro faz. Ele sabia dos riscos e não agiu. Por isso, ele é responsável por um genocídio. O Presidente Bolsonaro é genocida! Isso tem que ser dito por todo o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 822/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:44

Publ.: DCN - 18/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Anúncio, pelo Deputado Bibó Nunes, de encaminhamento de Representação contra o orador ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocida, durante reunião realizada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Fatores comprobatórios do morticínio provocado pelo Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Prioridade de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, em detrimento da vida e da saúde do povo brasileiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo art. 14, venho a esta tribuna depois de um Deputado de nome Bibó Nunes dizer que vai apresentar representação contra mim no Conselho de Ética e pedir a suspensão do meu mandato por uma fala que fiz hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se ele fizer assim, será uma oportunidade para eu provar o que disse.



Eu disse que o Presidente da República é um genocida e dei os exemplos. Quais exemplos eu dei? O primeiro exemplo foi: a empresa Pfizer ofereceu 70 milhões de vacinas ao Governo brasileiro para o enfrentamento da COVID-19, e o Governo brasileiro não comprou as 70 milhões de doses da vacina que a Pfizer ofereceu.

O segundo exemplo que eu dei é que a empresa White Martins, antes da crise da falta de oxigênio em Manaus, mandou um *e-mail* ao Ministério da Saúde dizendo que precisava de logística para levar o oxigênio para lá, e não lhe foi oferecida logística.

Em terceiro lugar, o Presidente da República desestimulou o uso de máscara. Mesmo com todo o meio científico sabendo que o uso de máscara é fundamental para a diminuição do contágio da COVID, ele se apresentava em público sem máscara e chegou a criticar o uso dela.

Em quarto lugar, ele boicotou os Governadores e Prefeitos que pediam distanciamento social para fazer frente à COVID e diminuir o contágio. No mundo inteiro, o que aconteceu foi que o afastamento social é que diminuiu o contágio. Todas essas medidas o Brasil deveria ter aprendido com a China e com a Europa, e o Governo brasileiro as boicotou.

Então, se o Deputado Bibó Nunes me chamar à Comissão de Ética, eu vou elencar uma dúzia de cientistas brasileiros que vão comprovar o que eu disse. Inclusive, ele também verá um estudo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo demonstrando que uma série de decretos e uma série de pronunciamentos do Presidente da República fizeram aumentar a COVID no Brasil.

Por essa razão, eu quero dizer que, se o Deputado quiser me levar à Comissão de Ética, essa será a minha oportunidade para chamar a comunidade científica brasileira para comprovar esses fatos. E, se ele quiser me levar a juízo, isso será uma segunda oportunidade para eu levar a comunidade científica brasileira para comprovar esses fatos. Eu não falei sem ter provas. Eu as tenho e quero apresentá-las.

Então, Deputado Bibó Nunes, por favor, leve-me à Comissão de Ética. Se quiser mover um processo,

que o faça. Inclusive, eu convidarei o Senador Rodrigo Pacheco, um grande criminalista, para ser meu advogado. Vou constituí-lo como meu advogado para, junto comigo, poder responder ao Brasil sobre esses fatos que a comunidade científica já comprovou.

Eu termino dizendo o seguinte: no final de semana, quando o Presidente Jair Bolsonaro convidou para assumir o Ministério da Saúde a Dra. Ludhmila...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Conclua, Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Estou concluindo. Ela disse o seguinte: "*Precisa fazer um lockdown*". E o que disse o Presidente da República? "*Se fizer um lockdown, eu perco as eleições*". Então, ele está mais concentrado nas eleições de 2022 do que na saúde do povo brasileiro.

É por essa razão que eu gostaria, seja num processo judicial, seja na Comissão de Ética, de chamar a comunidade científica brasileira para testemunhar e trazer as provas em relação a esta acusação que faço ao Presidente da República: Bolsonaro é um genocida.

Documento 823/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:48

Publ.: DCN - 18/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre a compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19. Proximidade do patamar de 300 mil mortes no Brasil em decorrência da doença. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pelo coronavírus. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu quero agradecer aos colegas Parlamentares que votaram a favor da derrubada do Veto nº 36, para dar o socorro às famílias dos nossos médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, enfim, o pessoal da saúde que tombou na luta contra o coronavírus. Os faxineiros, os cozinheiros, o pessoal da lavanderia, os motoristas e até os vigilantes, muitos se infectaram e morreram. E agora vai haver essa justa indenização de 50 mil reais.

Esse projeto foi aprovado. Um dos projetos era meu, o Projeto de Lei nº 2.080, de 2020, construído coletivamente na Câmara dos Deputados. E eu fico muito feliz por isso, porque a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, enfim, deu uma resposta afirmativa. Lamentavelmente, o Presidente Bolsonaro não havia compreendido e vetou essa indenização, mas nós derrubamos o veto, em favor dos profissionais, dos nossos guerreiros que estão na linha de frente contra o coronavírus.

Eu quero dizer que chegamos a uma data fatídica: estamos chegando a mais de 300 mil mortos pelo coronavírus. E estamos num momento da pandemia dos mais graves, no qual o *lockdown* é exigido, no qual as medidas foram

tomadas, mas não estão resolvendo. Por quê? Porque a pandemia realmente tomou conta.

Os médicos e os profissionais das ciências já diziam que haveria um dia, durante esta pandemia, em que não iria adiantar a pessoa ter dinheiro, porque, mesmo tendo dinheiro, não teria hospital; se tivesse hospital, não teria leito; se tivesse leito, não teria UTI. E aí as pessoas iriam todas morrer. Nós chegamos a essa hora, Presidente, lamentavelmente. E ainda mais: estão faltando remédios, medicamentos. O principal, que é a vacina, também não veio.

Por isso, não é demais dizer umas frases que eu carrego comigo. Se você é dono de bar ou de restaurante e quer vê-los cheios - todos queremos -, pressione por vacina. Se você tem uma escolinha particular e quer as crianças e os professores na sua escola, pressione por vacina. Quer ver o comércio aberto? Vamos abrir o comércio! Pressione por vacina. Quer ver a loja aberta? Vamos encher as academias? Pressione por vacina. Quer voltar a ter férias, com os hotéis lotados e o pessoal na piscina? Pressione por vacina. Você gosta de si mesmo e dos seus clientes, quer viver e quer que a sua família viva bem e dignamente, gosta dos seus clientes e quer protegê-los e fazer com que voltem à sua atividade comercial, pressione por vacina.

Sabe por que tudo isso, Presidente? Porque o morto não come, o morto não compra, o morto não bebe, o morto não dá lucro, o morto não faz nada. Ele morreu.

Não queremos que as pessoas morram, queremos as pessoas com vida, para retomarmos a economia. Mas, para retomarmos a economia, precisamos ter saúde e vencer o coronavírus.

Documento 824/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-19:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Repúdio ao discurso de Deputado da Esquerda em anátese aos Estados Unidos da América, pela compra de 1 bilhão e 300 milhões de doses de vacinas Covid-19. Descaso dos países do primeiro mundo com a imunização de populações mundiais.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um comentário, porque eu vejo alguns Deputados de esquerda anátesando a atitude dos Estados Unidos em relação à compra de vacinas.



Pois bem, V.Exas. acham que é normal, que é ético, um país comprar 1 bilhão e 300 milhões de doses de vacinas, o que dá para vacinar três vezes a população adulta daquele país? V.Exas. acham que um país de Primeiro Mundo como esse está preocupado com o resto do mundo? O resto do mundo está morrendo de COVID-19, e vem um Deputado de esquerda enaltecer essa política dos Estados Unidos! Peço que me poupem, pelo amor de Deus!

Chegou ao ponto de a Organização Mundial da Saúde lançar uma frase: "*O mundo está à beira de falha moral catastrófica*". Há países, como o Canadá, que compraram vacinas em quantidade que dá para vacinar três vezes a sua população, e há também países da Europa fazendo o mesmo. Lembrem: 70 países de baixa renda no mundo vão vacinar um em cada dez habitantes nos próximos anos.

E aí eu vejo neste plenário Deputados de esquerda enaltecendo uma atitude como a desses países de Primeiro Mundo. Isso é que se chama de genocídio. Eles são genocidas!

Muito obrigada.

Documento 825/1.178

5.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-20:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus. Congratulações aos profissionais do magistério público pela rejeição do veto presidencial. Compromisso do PDT com o setor educacional.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente, Sras. e Srs. Congressistas.

Nós estamos aqui, na noite de hoje, para comemorar, para festejar a derrubada do Veto nº 48. Mas é importante que expliquemos um pouco para quem nos ouve e nos vê neste momento o que é esse Veto nº 48.

Na verdade, o Presidente da República, o Presidente Bolsonaro, vetou parte do texto que permitia que, no mínimo, 60% dos recursos advindos dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF fossem destinados aos professores, aos

profissionais do magistério - os ativos, os inativos e os pensionistas. O Presidente da República vetou esse texto. E nós hoje, aqui, por consenso, por acordo, derrotamos esse veto.

Quero dizer que esse veto, primeiro, era absurdo, porque um veto só pode ser aposto se for por inconstitucionalidade ou se o Presidente da República entender que ele contraria o interesse público. Obviamente que esses 60% são direitos dos professores. Isso não é inconstitucional e muito menos contraria o interesse público. É de total interesse público que esses recursos sejam pagos aos docentes do Brasil inteiro. A decisão do TCU na qual o Presidente da República se baseava não pode se sobrepor à lei ordinária que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. Portanto, aprovamos isso hoje, aqui, por consenso.

Mas é importante dizer também que nem sempre houve essa unanimidade. Houve gente que lutou muito tempo para que esses precatórios chegassem às mãos e aos bolsos dos docentes do Brasil. E o PDT - nossa bancada e eu pessoalmente - sempre esteve empenhado nesta luta.

E graças à mobilização dos professores do Brasil inteiro, nós chegamos a esse acordo, a esse consenso. Foi a pressão popular - das pessoas, dos professores e dos profissionais de educação que estão na ponta, na luta do dia a dia - que conseguiu fazer com que nós tivéssemos Senadores e Deputados de todos os partidos, de todas as matizes ideológicas, votando pela derrubada desse veto hoje aqui.

Portanto, os nossos parabéns aos professores e aos profissionais da educação de todo o Brasil! Contem sempre comigo, com este Parlamentar, enquanto coordenador da bancada de Pernambuco e enquanto Líder do PDT na Câmara dos Deputados. Contem sempre com a nossa bancada e com o nosso partido. Nós estaremos sempre na defesa da educação, na defesa efetiva da educação, na valorização dos profissionais da educação.

Nós sabemos que só com a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Bira do Pindaré. PSB - MA) - Presidente...

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Presidente, estou dentro do meu tempo de Líder, que é de 6 minutos. Eu usei apenas 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perdoe-me, Deputado Wolney Queiroz! Pode complementar a sua fala.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Muito obrigado.

Quero dizer que essa mobilização é que resultou nessa grande vitória no dia de hoje.

O PDT é um partido que sempre defendeu a educação. O PDT é um partido que sempre esteve ao lado dos professores e das causas dos professores. Na nossa bancada, por exemplo, entre outros, nós temos o Deputado Idilvan Alencar, que é um guerreiro nessa causa. Ele sempre defendeu a derrubada do Veto nº 48 e fez uma grande mobilização no Ceará.

Cada Deputado aqui recebeu uma mensagem no WhatsApp ou a manifestação de algum professor do Ceará. Professores do Brasil inteiro se mobilizaram, mas os professores do Ceará e de Pernambuco deram, realmente, um exemplo de mobilização. Graças a tudo isso, nós conseguimos essa vitória tão importante.

Por isso, eu faço questão de deixar ressaltada aqui, na noite de hoje, numa sessão do Congresso Nacional, essa grande vitória obtida pelos professores, obtida pela educação e pelo magistério de todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Documento 826/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-10:24

Publ.: DCN - 18/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Pedido ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de saudá-lo e dizer que, nesta primeira sessão do Congresso Nacional de 2021, esperamos de V.Exa., como Presidente, e de todos os membros do Congresso Nacional que possamos debater, com muito

carinho, com muito respeito, os grandes temas que envolvem a sociedade brasileira.

Certamente, todos os homens e mulheres sabem da importância do momento que estamos vivendo, da tragédia desta pandemia. O Estado brasileiro tem um governo sem compromisso com a vida, sem compromisso com um plano nacional de cuidados com o povo brasileiro. O Presidente da República teria o papel fundamental de coordenar um grande programa de vacinação, de garantir um auxílio emergencial, sim, de no mínimo 600 reais, para todos os brasileiros e brasileiras. Mas, lamentavelmente, não é isso que nós vemos. O que nós vemos é um governo mostrando o Brasil se isolando cada dia mais internacionalmente, com uma pauta totalmente contrária aos interesses públicos, aos interesses do povo brasileiro. E nós amargamos milhares de homens e mulheres morrendo todos os dias, muitos sem poder ser atendidos, porque os hospitais da rede privada e da rede pública estão lotados. Por isso, é fundamental que o Congresso Nacional possa garantir um debate, como já fez lá atrás, sobre políticas importantes, para que o Executivo cumpra o verdadeiro papel de cuidar da Nação brasileira e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, também gostaria de registrar que nós aprovamos no Congresso Nacional, no ano passado, durante a pandemia, um projeto fundamental, o Projeto nº 735, de 2020, que levou o nome do grande Parlamentar Assis Carvalho. O Senado o aprovou por unanimidade. A Câmara o debateu três vezes, mas o aprovou pela maioria dos Parlamentares. Esse projeto trata principalmente da produção de alimentos durante o período de pandemia. E nós lamentamos que o Presidente da República, além de vetar, deixou abandonada completamente, sem nenhuma política, a agricultura familiar brasileira, as comunidades tradicionais e todas as áreas de reforma agrária. Por isso, protocolamos esse projeto.

Mais uma vez, neste momento, pedimos apoio do Presidente Rodrigo Pacheco, que já foi Deputado Federal e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, de todos os membros do Congresso Nacional, especialmente da Câmara dos Deputados, para aprovar o projeto que reaproveitamos. O Projeto Assis Carvalho foi protocolado hoje como PL 823, de 2021. Ele trata de vários temas, mas o principal é a criação de um crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar e de condições para a renegociação das dívidas dos agricultores familiares, que estão muito judicializadas, com problemas gravíssimos, porque os bancos têm recebido a orientação, por parte do TCU, de que tudo seja judicializado - e está sendo.

Portanto, nós precisamos tirar os agricultores e agricultoras, em especial os da agricultura familiar e de áreas de reforma agrária, dos problemas da inadimplência, criar créditos emergenciais subsidiados para a produção de alimentos, criar uma política de incentivo e apoio às mulheres agricultoras e cuidar daquilo que é mais importante para a saúde pública depois da vacinação, que hoje é urgente: alimentos saudáveis para a nossa população (*falha na transmissão*) agricultura familiar, as áreas de reforma agrária (*falha na transmissão*) e provaram que podem fazer.

O que falta é cobrar do Executivo, que lamentavelmente tem virado as costas, tem abandonado todas as políticas de reforma agrária...

(Interrupção do som.)

Documento 827/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-10:44

Publ.: DCN - 18/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Situação dramática vivida pela população brasileira em decorrência da Covid-19. Registro de 282 mil mortes no País pelo coronavírus. Urgente necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de medidas efetivas de combate à doença viral. Apelo à Casa e ao Congresso Nacional de prioridade na votação de matérias relacionadas à epidemia de coronavírus. Urgente necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. e todos os colegas Parlamentares.

Nós estamos neste momento vivenciando uma situação dramática no Brasil, com o anúncio de 2.841 mortes em 24 horas na data de ontem. A situação continua difícil para a maioria dos Estados e para a população. O Brasil já registra 282 mil mortes. Aqui, no Estado do Amazonas, houve mais de 11 mil - 11.623 - mortes até a data de ontem.

Então, há necessidade urgente de o Governo Federal realmente levar a sério o enfrentamento da pandemia, e não só na questão em si da saúde, da vacinação, embora a vacinação em massa seja urgente. Tem que haver um esforço total para a alocação de recursos, com apoio a quem puder e quiser comprar vacinas, como é o caso dos consórcios, dos Estados. Muitos Municípios também estão se mobilizando nesse sentido. Essa é a prioridade. Nós temos que salvar vidas.

Eu já vi cientistas falando que nós podemos chegar a 500 mil - ou até mais - mortes no final desta pandemia. Nós não podemos aceitar isso como algo



normal, que deva acontecer. Nós temos que fazer um esforço total. No Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a prioridade quanto aos projetos a serem apreciados tem que ser o combate à pandemia.

Eu vejo aqui um documento da CNBB, que é também assinado por várias instituições da sociedade civil, como a OAB, a Comissão Arns, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências, cujo título é *O povo não pode pagar com a própria vida*. O povo não pode pagar pela inoperância, pela falta de efetividade do Governo. O texto diz que não há tempo a perder, que negacionismo mata. Ele diz mais: que basta de insensatez e irresponsabilidade. Ele conclama o Ministério da Saúde para cumprir o seu papel. O novo Ministro tem a obrigação de ser Ministro da Saúde. Que ele, que é um profissional da saúde, possa agir como tal e priorizar a saúde, contra tudo e contra todos de dentro do Governo que não querem enfrentar de verdade essa pandemia.

A nota também fala da ineficiência do Governo Federal. Isso é notório. Nós vivemos aqui no Amazonas uma situação dramática e agora vemos isso se repetir em outros Estados. Centenas de pacientes do Amazonas foram transferidos para outros Estados, e nós agradecemos muito essa solidariedade. O Amazonas agora está recebendo pacientes de outros Estados, do Estado de Rondônia, do Acre, para também colaborar nesse processo.

Mas aqui também há uma conclamação para que o Congresso Nacional possa, com a máxima urgência e prioridade, tratar das matérias de enfrentamento da COVID. Isso não está acontecendo na sua plenitude. Nós vimos ontem a Câmara dos Deputados tratando de uma matéria nada urgente. Nós vimos ao longo destas últimas semanas outras matérias que também não têm nada a ver com a pandemia sendo tratadas. Parece que estão se aproveitando deste momento virtual de distanciamento para tentar aprovar matérias que favorecem determinados segmentos da sociedade.

É muito urgente o auxílio emergencial. Eu estava vendo um estudo elaborado pela assessoria do Partido dos Trabalhadores que mostra o comportamento do comércio varejista com o auxílio emergencial do ano passado até este ano. Houve um crescimento do comércio varejista com o pagamento de 600 reais. Depois, nos últimos meses do ano, o crescimento se estabilizou, com o valor de 300 reais. Agora houve uma queda enorme por conta do fim do auxílio emergencial. O auxílio ajuda a economia, aumenta a circulação de recursos na economia, gerando empregos e oportunidades. Portanto, essa é a prioridade.

Muitos vetos que estão sendo apresentados - a maior parte deles - nada têm a ver com o que nós precisamos neste momento, que é priorizar a vida, salvar vidas. O povo não pode pagar com a própria vida, como muito bem diz essa nota divulgada pelas entidades da sociedade civil, que têm grande credibilidade perante a população. Elas se manifestam claramente contra a política, já chamada de genocida, do Governo Federal, pela sua inoperância, pela incapacidade de enfrentar de verdade a crise.

Precisamos urgentemente do auxílio emergencial e da vacinação em massa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 828/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-10:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 2, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, amigo e conterrâneo Senador Rodrigo Pacheco.

Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, quero fazer um apelo a este Plenário. Temos dois projetos importantes cujos vetos serão aqui apreciados. O primeiro trata dos profissionais da área da saúde, e nós o apresentamos no ano passado. É um projeto construído pelo movimento social, para além das palmas, e que contou com o apoio de quase toda a bancada feminina - não é isso? -, liderada pela nossa Deputada Fernanda Melchionna. Também eu fiz parte da iniciativa parlamentar, sou um dos autores do projeto.

Esse projeto foi negociado com o Governo, com o Líder do Governo aqui na Câmara, com o Líder do Governo no Senado, teve amplo apoio de todos os partidos políticos, mas recebeu um veto pelo Governo Federal. Naquele momento, o argumento utilizado foi o de que não havia o estudo do impacto financeiro, o que não é uma realidade, porque, de fato, nós apresentamos, sim, estudos dos impactos financeiros da proposição. Mas é evidente que nós ainda não tínhamos superado a pandemia e lamentavelmente ainda não a superamos - há um pouco de responsabilidade do atual Governo Federal nisso, porque, no momento correto, ele não estabeleceu os acordos comerciais com as farmacêuticas e não garantiu ao povo brasileiro vacinação em massa.

Só que, considerando que o grupo prioritário no Plano Nacional de Vacinação são os profissionais da área da saúde, hoje é possível garantir esse projeto, estudioso Deputado Afonso Florence, que já tem o seu impacto financeiro determinado em tese: em torno de 300 e poucos milhões de reais.

Eu acho que manter o veto será um equívoco, um grande erro, uma demonstração do Congresso Nacional de que nós não temos empatia pelos profissionais da saúde. Se de fato nós reconhecemos o trabalho que eles estão desempenhando, o mínimo que nós podemos fazer aqui é garantir uma proteção aos seus familiares, uma proteção aos filhos. Isso é o mínimo!

Foi uma opção desta Casa garantir uma indenização fixa. Mas também foi uma inovação do Plenário desta Casa e do Relator, num acerto com o Governo e com o Ministério da Fazenda, garantir uma indenização proporcional. Diminuímos, sim, a indenização fixa, mas garantimos uma proteção aos filhos, aos familiares dos profissionais da área da saúde com uma indenização proporcional a cada ano que faltar para os dependentes completarem 21 anos ou, se forem universitários, 24 anos de idade - esse ponto também foi uma contribuição do Senado Federal, pois anteriormente a previsão era 21 anos de idade. Então, garantiu-se uma indenização variável, tendo por base a quantia de 10 mil reais, para cada filho ou filha, para cada um dos dependentes dos profissionais da área da saúde.

Então, quero fazer aqui um apelo. É fundamental esta Casa reconhecer esses profissionais para além das falas e aplausos e garantir um fato objetivo e concreto: essa indenização. Diriço esse pedido a todos os Líderes. Conversei agora com o Líder do Governo no Senado e ontem com o Líder do Governo aqui na Câmara, o Deputado Ricardo Barros. Fazemos aqui este apelo.

O segundo projeto importante cujo veto nós devemos derrubar é o relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, fundamental para o desenvolvimento deste País. Nós estamos falando em pesquisa e inovação, nova indústria, Indústria 4.0, século XXI, inovação, inclusive para avançar nas pesquisas, nos estudos em relação à pandemia - o fundo pode ser uma fonte de financiamento para isso.

Em Minas Gerais, Senador Rodrigo Pacheco, há pesquisa da UFMG que está terminando a segunda e entrando na terceira fase clínica, e é preciso aporte de recursos para a conclusão dessa fase de estudos clínicos. Também precisaremos aportar recursos, por exemplo, em laboratórios nossos com capacidade de produção de medicamentos e de vacinas, como o da FUNED - Fundação Ezequiel Dias, uma fundação reconhecida, Deputado Arlindo Chinaglia.

Portanto, quero fazer este apelo aqui: vamos derrubar esses vetos, tanto o veto ao projeto relativo aos profissionais da área da saúde quanto o veto ao projeto relativo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Inversão de prioridades nas votações da Casa. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do registro de 280 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Tentativa do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro. Necessidade de vacinação em massa da população brasileira contra o coronavírus. Atraso do Congresso Nacional na apreciação de vetos presidenciais. Discussão do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus; do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 2, de 2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 135, de 2020, a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós vivenciamos neste País uma inversão e uma corrupção de prioridades. Esta Casa tem discutido a autonomia do Banco Central desde o retorno dos trabalhos neste ano. Há um processo de ajuste fiscal, de contração do desenvolvimento do País e de penalização de servidores e servidoras. Há um auxílio emergencial que tem um teto e que, conforme o que o Governo anuncia, provavelmente só começará a ser pago em abril.

Há já 3 meses o povo brasileiro está sem renda nenhuma. A fome, portanto, entra nas casas e arranca e corrói a capacidade de uma vida digna e a capacidade de cidadania. Quem tem fome, dizia Betinho, tem pressa, e tem pressa porque a soberania alimentar é fundamental para assegurar que todo ser humano possa viver uma humanidade que pressuponha condição de sujeito, liberdade, afetividade, alteridade. Portanto, nós estamos vivenciando uma corrupção de prioridades.

Ontem e entrando na madrugada de hoje, discutimos a Lei do Gás, para desconstruirmos o que representa a PETROBRAS.

Enquanto isso, o País padece e chora, porque estamos com mais de 280 mil mortes. E o Presidente, que negou a máscara, que negou o isolamento, que negou as vacinas - as vacinas! -, tem tratado o Estado como algo que ele pensa ser sua propriedade, busca se apropriar do Estado, como busca se apropriar, inclusive, das verdades para transformá-las em uma narrativa mentirosa.

Nós estamos vivenciando, portanto, uma tragédia neste País. E esta Casa deveria estar se dedicando a discutir o que é fundamental: como acelerar um processo de vacinação. Após 2 meses, já, do início do Plano de Imunização, chegamos a vacinar pouco mais de 5% da população.

O Brasil está na contramão. Aqui cresce a pandemia, enquanto em vários países do mundo ela declina, em função da vacinação e das medidas que foram adotadas para impedir o nível de infecção que hoje, no Brasil, faz com que a morte nos espreite em cada esquina.

E aqui estamos nós para fazermos a discussão dos vetos, que já deveriam, em grande medida, ter sido apreciados. Quando se posterga a decisão sobre os vetos, posterga-se a função do Poder Legislativo de dar sempre a última palavra sobre qualquer processo de construção das leis neste País. Os vetos pontuam que a última palavra é do Poder Legislativo, não pode ser do Presidente da República.

Mas, se há vetos a proposições que estavam relacionadas ao ano passado e eles não foram apreciados no ano passado, nós estamos dizendo que a última palavra não é do Poder Legislativo, em um Governo que, só na área ambiental, já editou 57 atos para flexibilizar a fiscalização ambiental; em um Governo que acha que pode legislar através de portarias, de resoluções, de decretos; enfim, em um Governo que acha que pode se apropriar da função do Legislativo ou que quer subalternizar o Poder Legislativo para impor a sua pauta, que não é a pauta do conjunto da sociedade - a pauta desse Governo não é a pauta da sociedade!

Nós estamos aqui para apreciar vetos que são fundamentais.

Estamos falando aqui de ciência e tecnologia. E, mais do que nunca, nós sentimos a importância de uma política de ciência e tecnologia que possa dar as respostas necessárias, que possa, inclusive, enfrentar o negacionismo da própria ciência e das evidências científicas que permeia esse Governo, que é característico daquele que ostenta a faixa presidencial neste momento. Há não só um negacionismo pontual, mas um negacionismo estrutural: nega-se a própria realidade.

Nós estamos falando aqui de proposições para os profissionais de saúde, que merecem nossos aplausos. A eles nós não podemos dar como resposta, como demos, uma emenda constitucional que restringe a possibilidade de ascensão, de valorização desses profissionais.

Por isso, estamos aqui para podermos derrubar vetos que dizem respeito aos direitos não somente dos profissionais da saúde, mas também dos profissionais da educação.

Os educadores e as educadoras são fundamentais para que possamos fazer deste Brasil...

(Interrupção do som.)

Documento 830/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:24

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM

QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a inclusão na pauta do Veto Parcial nº 8 de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.003, de 2020), sobre a adesão do Poder Executivo ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e o estabelecimento das diretrizes de imunização. Despedida do orador da Liderança da Minoria no Congresso Nacional. Votos de profícua gestão ao seu sucessor, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da liderança da Minoria, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

Com fundamento no art. 106 do Regimento Interno do Congresso Nacional, formulo a presente questão de ordem para que o Veto nº 8, de 2021, seja incluído na pauta da presente sessão.

De acordo com o Regimento, a apreciação de todos os vetos ocorrerá em sessões do Congresso Nacional a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês. Em cada uma dessas sessões, todos os vetos apostos pelo Presidente da República e que já tenham sido recebidos pelo Congresso estão aptos a figurar na pauta.

O veto em questão diz respeito a assunto urgente e inadiável, a aquisição de vacinas. Esse é o tema mais urgente a ser enfrentado por esta Casa. Portanto, não é razoável que, com uma sessão do Congresso em andamento, a matéria fique para momento posterior e incerto.

Diante do exposto, solicito a V.Exa. a inclusão do Veto nº 8, de 2021, na Ordem do Dia da presente sessão, para apreciação imediata.

Esse veto, Sr. Presidente, trata exatamente de impedir, da forma como foi vetado, Estados e Municípios de adquirirem as vacinas. Todos nós sabemos da dificuldade que o Governo Federal tem de resolver essa questão. Eu diria mesmo que não se trata de dificuldade, mas de incapacidade do Governo Federal de resolver essa questão.

Ontem e anteontem, nós tivemos a reunião dos Líderes do Congresso Nacional, Câmara e Senado, com o Líder do Governo no Congresso, o Senador Eduardo Gomes, e já colocamos essa questão desde o início. O Senador Eduardo Gomes representa o Governo e não teve a concordância com *(falha na transmissão)* em discussão.

Então, gostaríamos de solicitar a V.Exa., como Presidente do Congresso Nacional, que nos atenda, que atenda às necessidades do povo brasileiro, que atenda às necessidades dos Estados e dos Municípios. Gostaria de pedir isso e de dizer que essa é a questão mais importante para o Brasil. Ontem, morreram 2.798 pessoas no Brasil. É um absurdo! Vamos passar de 500 mil mortos, Sr. Presidente. Nós precisamos agir, e o Congresso Nacional, sob o seu comando, pode tomar essa decisão hoje.

Eu gostaria também de dizer a V.Exa. que deixo a Liderança da Minoria no Congresso Nacional nesta sessão. O cargo será exercido, a partir de agora, pelo Deputado Arlindo Chinaglia, que está aí no plenário. S.Exa. exercerá a Liderança da Minoria no Congresso Nacional. Desejamos a S.Exa. um bom trabalho e que todos os Líderes e todos os Deputados e os Senadores tenham um bom relacionamento, porque o Deputado Arlindo Chinaglia é de larga experiência e, tenho certeza, vai poder exercer essa função com muita qualidade, com muito mais qualidade do que eu exerci.

Agradeço, Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente.

Por favor *(falha na transmissão)*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Desde já respondo a V.Exa., compreendendo a razão de ser do seu apelo, da sua questão de ordem, e em razão da sensibilidade e da importância do Veto nº 8. No entanto, a opção da Presidência, alinhada com a dos demais Líderes do Senado e da Câmara, foi pela inclusão dos vetos que sobrestam a pauta.

Portanto, temos 32 vetos, que é uma quantidade muito considerável, nesta primeira reunião e sessão do Congresso Nacional. Tão logo se faça uma nova sessão do Congresso Nacional, por certo esse veto, que aí, sim, trancará a pauta, poderá ser incluído na sessão do Congresso Nacional oportunamente.

O fato é que podemos ter uma periodicidade maior das reuniões e sessões do Congresso Nacional, o que fará com que essa questão de V.Exa. fique prejudicada e com que todos os vetos possam ser apreciados em tempo razoável.

Mas não posso incluir de improviso um veto, sob pena de criar um precedente em relação a outros tantos e de inviabilizar a pauta de apreciação de votos que sobrestam a pauta, neste momento.

Então, agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Rogério Correia.

Documento 831/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:28

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Votos de sucesso ao Senador Rodrigo Pacheco, novo Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nesta primeira sessão do ano em que V.Exa. preside os trabalhos na Câmara Federal, sua antiga Casa, quero desejar-lhe boa sorte nesta nova missão à frente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

V.Exa. hoje é um ativo do Parlamento brasileiro, e é muito importante ter esse diálogo permanente de V.Exa. com o Presidente Arthur Lira. Tenho certeza de que, na hora em que temos essa interação, esse diálogo permanente, esse diálogo com todos os canais de participação popular, ao final quem ganha é o povo brasileiro.

Então, quero desejar boa sorte. Venha sempre à Câmara Federal para, de forma coletiva, ajudarmos o Brasil neste momento de crise sanitária e de crise econômica. Boa sorte a V.Exa. e obrigado por sempre representar o Parlamento brasileiro.

Documento 832/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:32

Sumário

Informação ao Plenário sobre a celebração de acordo para retirada de requerimento de destaque do Cidadania ao Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), e inclusão na pauta de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, acerca das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é para registrar que o Veto nº 46 teria um destaque do Cidadania, mas o destaque será retirado, e estamos colocando no sistema a urgência para o PL 823/21, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares do Brasil, para mitigar impactos da COVID-19.

Então, fazemos esse acordo. Registro aqui para que fique o compromisso da nossa urgência e parabênizo o Presidente pela condução desta reunião.

Documento 833/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:32

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Parcial nº 51, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 550, de 2019, sobre a alteração das Leis de nºs 12.334, de 2010, a respeito da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB; 7.797, de 1989, relativa ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; 9.433, de 1997, referente à instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos; e do Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração. Pedido à Presidência de inclusão, na pauta do Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB. Colapso do sistema de saúde no Estado de Minas Gerais, em decorrência da epidemia de coronavírus. Decretação, pelo Governador Romeu Zema, da chamada onda roxa para contenção do avanço da doença viral no Estado.

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo morticínio provocado pela Covid-19 no País. Necessidade da abertura e aprovação de processo de impeachment contra o Presidente da República. Abertura da CPI dos fura-filas de vacinação em Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, é uma honra usar da tribuna virtual com V.Exa. presidindo nosso Congresso Nacional, o que muito honra o nosso Estado de Minas Gerais.

Hoje nós temos um veto parcial na Lei de Segurança das Barragens, uma lei feita em conjunto pela Senadora Leila, aprovada pelo Senado, e posteriormente analisada e enriquecida com um projeto de lei da CPI de Brumadinho e da Comissão Externa de Brumadinho na Câmara.

Nós temos um veto parcial em dois artigos, e peço a sua derrubada.

Aproveito para pedir a V.Exa., que sabe da importância dessa questão da mineração em Minas, para que possa colocar na pauta do Senado o projeto de lei que trata da política relativa aos atingidos por barragens, a PNAB, que já foi aprovado na Câmara e cuja aprovação no Senado será muito importante para o Brasil e para Minas Gerais.

Por falar em Minas, Sr. Presidente, o Governador Zema admitiu um colapso na saúde desde ontem. Belo Horizonte está com toque de recolher. E eu lembro que o Governador Zema era um desses negacionistas, chegou a dizer que o vírus tinha que viajar. Hoje o Governador está com problemas muitos sérios, vários deles por causa desse negacionismo. Ele decretou, para valer a partir de hoje, o que ele chama de "onda roxa".

É uma espécie de *lockdown* mais *light*, um *lockdown* do Partido Novo. Imagine o Partido Novo, que tanto criticou, fazendo *lockdown* no Brasil! Mas é porque, realmente, o problema do vírus e da pandemia é sério. O Governador teve que se render, retirando um discurso negacionista para, agora, reconhecer que essa pandemia está fora de controle em Minas Gerais.

V.Exa. conhece Minas, Presidente, são 853 Municípios. Os Municípios pequenos não têm CTI, portanto os pacientes vão para os Municípios médios, que já estão cheios. Esse é o colapso em Minas, infelizmente. Hoje, espera-se, em Minas Gerais, que mais de 400 pessoas venham a morrer. Será um novo recorde no Estado. E esses recordes têm sido nacionais. Belo Horizonte, como eu disse, está com toque de recolher.

Nós estamos vendo, no Brasil, um genocídio. O Presidente da República nomeia um Ministro agora, o Ministro Queiroga, que diz que vai dar continuidade ao trabalho do Ministro Pazuello. Como dar continuidade, se nós tivemos um estouro, durante esta pandemia, exatamente na gestão do Ministro Pazuello, que era da gestão do Presidente Jair Bolsonaro?

Nós assistimos no Brasil hoje a um verdadeiro absurdo do ponto de vista dessa pandemia! O Presidente não gosta que se fale em genocídio. Mas o que nós estamos assistindo é a um genocídio! E existe um genocida responsável por



isso, que é o próprio Presidente! Ele, diante de uma indicação de uma médica de alta qualidade, como a Dra. Ludhmila, armou para ela uma reunião. Fizeram lá o que ele chamou de entrevista, mas pareceu muito mais um interrogatório, onde estavam presentes o próprio Presidente e o filho dele, que nada tinha a ver com o assunto. Este foi perguntar a ela sobre armas e aborto, fazendo uma inquisição contra ela, ao mesmo tempo em que o "gabinete do ódio" trabalhava contra a indicação dessa médica ao Ministério. Ela, aliás, foi indicada e teve respaldo de vários Deputados Federais, inclusive um apreço manifestado nos tuítes pelo próprio Presidente da Câmara. Mas quem escolhe é o "gabinete do ódio", são os filhos do Presidente! Aliás, todos os quatro já estão agora na Justiça e na Polícia Federal sendo investigados.

A nossa pauta no Congresso Nacional deveria ser a pauta do *impeachment*, porque nós só vamos ter paz no País, só vamos conseguir sair dessa crise de pandemia no dia em que tirarmos o Presidente da República. Não adianta tirar Ministros, porque ele e seus filhos colocarão aqueles Ministros que quiserem colocar, para continuar essa política de genocídio que estamos vendo no Brasil.

Em Minas é a mesma coisa. Agora, o Governador Zema está lá preocupado com uma CPI dos "fura-filas", algo pelo qual o Governo dele foi responsável, e está também preocupado com o caos que acontece em Minas Gerais.

Estamos pedindo socorro, Presidente. É o grito de Minas Gerais!

Muito obrigado.

Documento 834/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:40

Publ.: DCN - 18/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise epidêmica e humanitária reinante no País. Colapso do sistema de saúde no Estado do Rio Grande do Sul provocado pela doença viral. Lentidão do processo de imunização contra a Covid-19 no País. Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente Rodrigo Pacheco. Quero cumprimentar V.Exa. ao presidir nossa primeira sessão do Congresso Nacional.

Presidente, Senadores e Deputados, nós estamos vivendo a pior tragédia pandêmica e humanitária da nossa história. Estudo da FIOCRUZ mostra que infelizmente as perspectivas são sombrias. O meu Estado, o Rio Grande do Sul, nas últimas 24 horas, perdeu 502 vidas. Isso não é um número, são pessoas. Quase 4 mil pessoas esperam por um leito de UTI, porque já está em colapso o sistema de saúde.

Diante dessa situação gravíssima do enfrentamento da COVID, do agravamento da pandemia, dos passos de tartaruga na vacinação, quero lembrar que existem pessoas que estão enfrentando o vírus deste o primeiro dia em que a COVID chegou ao Brasil. São homens e mulheres - aliás, a maioria mulheres - profissionais da saúde que já estão exaustos com o enfrentamento à pandemia. Na ponta, vendo a falta de leitos, sofrendo com a falta de respiradores, dando o máximo de si - dando o máximo de si! - para salvar vidas, esses trabalhadores, que estão distantes das suas famílias muitas vezes, que sofrem com a realidade do nosso povo, merecem mais do que palmas, merecem o nosso reconhecimento, merecem direitos!

Por isso, no ano passado, demos entrada, na Câmara dos Deputados, a um projeto de autoria de Deputadas mulheres, que, depois, foi apensado junto com o projeto do Deputado Reginaldo Lopes. Eu queria dizer que foi um projeto assinado pelas Deputadas Jandira Feghali; Margarida Salomão, que agora é Prefeita de Juiz de Fora; Tereza Nelma; Sâmia Bomfim; Joenia Wapichana; Luiza Erundina; Professora Dorinha Seabra Rezende, que agora está aqui compondo a Mesa; Margarete Coelho; Alice Portugal; Lídice da Mata; Leandre; Perpétua Almeida, Líder do PCdoB à época; Natália Bonavides; Daniela do Waguinho; Clarissa Garotinho; Gleisi Hoffmann, Presidente do PT; Talíria Petrone, que é nossa Líder; Dra. Soraya Manato; Flávia Arruda, que agora é Presidente da Comissão Mista de Orçamento; Rejane Dias; Rose Modesto; Dulce Miranda; Maria do Rosário; Soraya Santos, que era membro da Mesa à época; Celina Leão; Mariana Carvalho; Shéridan; Elcione Barbalho; e Luizianne Lins.

Esse projeto previa uma pensão para os profissionais de saúde que ficaram incapacitados pela COVID ou para os familiares se, infelizmente, essas mulheres e homens viessem a óbito. Nós inclusive negociamos com o Governo.

E, na época da votação do projeto, eu e o Deputado Reginaldo Lopes estávamos transformando isso numa indenização humanitária, para não ser uma despesa contínua, que é o mínimo que se dá para os soldados que estão no fronte, a fim de que, infelizmente, se uma tragédia acontecer, saibam que seus filhos estarão protegidos, pelo menos momentaneamente.

Aliás, na época, votamos por unanimidade na Câmara e também no Senado Federal um projeto relatado pelo Relator Otto Alencar, apoiado pelo Nossas e pelo Movimento Mais do que Palmas, um projeto apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, construído a muitas mãos, que é o mínimo que a

Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem fazer para esses profissionais que estão dedicando as suas vidas para salvarem outras vidas.

Qual é a nossa surpresa quando esse projeto vem vetado? Hoje estamos lutando pela derrubada do veto. Temos a convicção de que é fundamental manter um projeto construído a tantas mãos, reconhecer aqueles que estão no fronte com a dor e a agonia, num momento tão grave, vendo pessoas espalhadas nos corredores, a falta de UTIs para salvar vidas e, ao mesmo tempo, fazendo tudo para salvar a vida do povo.

Nós, inclusive, homenageamos a Mara Rubia, que foi a primeira vítima, uma técnica de enfermagem, de 44 anos, do Grupo Hospitalar Conceição, que perdeu a vida enfrentando a COVID. E a homenageamos dando o nome dela para a lei, mas também homenageamos a família, o marido, a irmã, que sofrem a perda dos seus familiares.

Então, nós queremos garantir que esse projeto esteja em vigor e que hoje seja derrubado. Trata-se do Veto nº 36. Tenho certeza de que todos nós, a maioria vai garantir a derrubada desse veto, Senador Eduardo Gomes e Senador Rodrigo Pacheco, colocando no bloco dos vetos a serem derrubados.

Agradeço a V.Exa. a atenção e o tempo disponibilizados, Presidente.

Documento 835/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:44

Publ.: DCN - 18/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus; e do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha manifestação hoje vai na direção da complexidade dos vetos que nós estaremos a votar.

Não tenham dúvidas de que esses vetos mexem com situações que serão caríssimas para o nosso povo, e alguns deles precisam necessariamente ser derrubados sob pena de imenso prejuízo para a sociedade brasileira.

Eu falo dos profissionais da saúde, da pensão de que agora há pouco a Deputada Fernanda Melchionna estava falando. Eu falo dos precatórios dos trabalhadores em educação. Eu falo do completo desarranjo que está acontecendo com a lei sobre o saneamento, que organizava o setor. Hoje nós temos o perigo de, além do desmonte do marco regulatório, que foi construído com as mãos de vários brasileiros, cortar algo com uma luva para servir ao interesse privado.

Eu estou falando sobre o Veto nº 30, que vai dos itens 5 a 9.

Esses itens, no saneamento, invadem a competência dos Municípios, das regiões metropolitanas, ferem o pacto federativo, tratam do auxílio técnico e financeiro da coordenação pela União, que neste Governo tem demonstrado que não coordena nada. Está aí o Ministério da Saúde, que não coordena o combate à COVID-19. Nesta oportunidade, estamos chorando quase 300 mil vidas, que poderiam continuar a produzir felicidade e riqueza para a nossa Nação.

Imaginem a tragédia! O Presidente, além de ocupar o cargo mais elevado da República, não admite que o Ministro da Saúde possa tocar aquela Pasta de acordo com a ciência, com as evidências científicas. Mudou mais um Ministro - é o quarto! E este, que é médico, que tem uma carreira, que fez um juramento o qual deve defender, já chegou dizendo que está literalmente à disposição do Presidente da República. Certamente, vai encontrar um desafio muito grande: falar como médico ou como falou Pazuello, com subserviência, sem altivez, entregue ao capitão, que hoje é Presidente da República e desmoralizou um general da ativa das nossas Forças Armadas.

É preciso entender que há problemas na elaboração dos planos municipais de saneamento, principalmente no que diz respeito aos resíduos sólidos. Por isso, precisamos também derrubar o veto que trata da regularização dos contratos de programa e do prazo de transição que precisa haver, sob pena daquelas empresas públicas, principalmente as estatais de saneamento, perderem, de maneira abissal, o seu valor de mercado.

Portanto, se esses vetos não forem enfrentados e devidamente derrubados, nós teremos mais um desarranjo que, do ponto de vista estratégico, civilizatório, vai custar muito caro para o nosso povo, que já chora pelas mortes e não vê saída.

Não adianta, Presidente, trocar Ministro! "Pegue seu boné e vá para o beco", conforme disse certa feita o Deputado Idilvan, do Ceará, quando estava numa reunião com o Ministro da Educação de plantão, que, aliás, foi mais uma loucura deste Governo.

É preciso respeito com o nosso povo, e Bolsonaro não tem. Enquanto Bolsonaro estiver na Presidência da República...

(Interrupção do som.)

Documento 836/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:52

Publ.: DCN - 18/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.842 mortes e 84.362 casos de novas contaminações pela Covid-19 no País, nas últimas 24 horas. Tragédia causada pela doença viral no Estado do Paraná. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pelo coronavírus. Necessidade de apoio do Congresso Nacional aos Governadores e Prefeitos Municipais no combate à epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de inclusão na pauta do Veto Parcial nº 8 de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.003, de 2020), sobre a adesão do Poder Executivo ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e o estabelecimento das diretrizes de imunização. Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), a respeito das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Jair Bolsonaro. Reajuste nos preços de alimentos no País. Prioridade da Casa nas ações de combate à Covid-19; na aquisição de vacinas e na retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente e colegas, ontem nós fechamos as últimas 24 horas com 2.842 mortos e 84.362 casos de infecção. São os maiores números que nós temos da COVID até agora, uma tristeza imensa. E o pior é que isso só tende a aumentar, pela forma como o enfrentamento à pandemia tem sido feito.



No Paraná, nós estamos com carros de funerárias fazendo fila nos hospitais para recolherem os corpos. A tragédia lá é muito grande. Já está faltando oxigênio também em hospitais do interior. Isso vai alastrar-se pelo Brasil, infelizmente.

O sistema de saúde está entrando em colapso, com todo o esforço que os profissionais do SUS fazem, com o esforço que muitos Governadores e muitos Prefeitos fazem. O Sistema Único de Saúde não está conseguindo segurar essa onda toda, pelo aumento dos casos, pela demanda. Morre gente de COVID e morre gente de outras doenças, porque as outras doenças não estão sendo atendidas também no sistema. É muito trágico!

Nós precisávamos ter aprovado medidas aqui em conjunto com Governadores, com Prefeitos. O Governo Federal, se tivesse responsabilidade, teria feito isso, mas não fez. O fato é que Governadores e Prefeitos estão tomando medidas.

Eu acho que esta Casa, este Congresso Nacional, tem que se manifestar publicamente em apoio a esses Governadores e a esses Prefeitos que estão tomando medidas, seja de compra de vacinas, porque estão pressionando o Governado Federal a fazê-lo, seja de *lockdown*.

Eu sei que não é fácil discutir *lockdown*. Eu tenho recebido no meu *e-mail*, nas minhas redes, muitas críticas de pessoas do Paraná, inclusive eleitores meus, pequenos comerciantes, donos de restaurantes, de lanchonetes. Eu sei que estão sofrendo. O problema é que a medida extrema tem que ser tomada, porque nada foi feito antes.

Se antes tivessem sido tomadas medidas em conjunto com Governadores e Prefeitos, se antes tivéssemos providenciado vacinas, se antes tivéssemos definido a renda emergencial sem suspendê-la, se antes tivéssemos colocado crédito barato para esses pequenos empresários e para os agricultores familiares, talvez não estívéssemos passando por esta situação. No entanto, aquilo que esta Casa aprovou antes foi colocado por um curto período de tempo e depois foi suspenso.

Por isso, eu quero falar sobre a importância dos vetos hoje. Quero aqui fazer coro ao Deputado Zarattini. É um absurdo esta Casa não votar o veto ao PLN 8, porque é esse projeto que dava condição aos Prefeitos de comprar vacina. Para mim essa é a matéria mais importante. Enfim, não vai ser colocada. Temos que lamentar e denunciar.

Agora, nós temos aqui projetos importantes que foram vetados, cujo veto tem que ser derrubado: sobre indenização aos profissionais de saúde, sim, de que a Deputada Fernanda Melchionna veio falar aqui, aos guerreiros que estão lutando; sobre o auxílio emergencial para as famílias monoparentais; sobre as medidas emergenciais para os agricultores familiares.

A cesta básica aumentou no Governo Bolsonaro 33%. Se ele der um auxílio emergencial de 250, isso não compra nem 39% dos produtos da cesta. Se os

agricultores familiares não tiverem apoio agora, vai cair ainda mais a produção. Sabe o que nós vamos ter? Nós vamos ter desabastecimento de produtos no segundo semestre. Já está pela hora da morte o preço da comida nos supermercados. Se houver desabastecimento, vai subir mais. Nós vamos ter morte por COVID e morte por fome.

As pessoas estão comendo menos, Presidente Rodrigo. Menos! Estão comprando menos comida no supermercado, comendo menos vezes ao dia.

Isso é fome crônica, uma vergonha para um País como o nosso, que tem uma base agrícola. Mas hoje o Brasil está privilegiando o quê? A plantação de soja para a exportação. Nós não comemos soja, comemos arroz, feijão, batata, aquela comida que é produzida pelo agricultor familiar.

Por isso, é importante derrubarmos esses vetos. Também é importante o programa de suporte ao emprego.

O que temos que fazer aqui como prioridade é combater a COVID, é combater a crise, é liberar a vacina para Prefeitos e Governadores, a renda emergencial de 600 reais, combater essa carestia e, claro, não esquecer: fora, Bolsonaro! Ele é a encarnação da crise. Enquanto esse homem estiver naquela cadeira, nós não vamos tirar o País do abismo em que está se metendo.

Documento 837/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-11:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE-DEM -
TO

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Participação de mulheres em decisões do Senado Federal. Apelo à Presidência por participação da bancada feminina nos espaços de poder do Congresso Nacional. Alocação, no Orçamento Geral da União de 2021, de recursos para a saúde e combate à violência contra as mulheres. Luta da oradora pelo aumento da representação feminina no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Discussão do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial referido no art. 2º da referida lei; do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda

Pública durante a epidemia de coronavírus. Urgente necessidade de vacinação do professorado brasileiro, com vista ao retorno das aulas presenciais.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Bloco/DEM - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizá-lo. Conheço o seu trabalho, a sua qualidade técnica, e me sinto muito bem representada como Líder do Congresso.

Como Líder da bancada feminina, gostaria de reafirmar a importância - que V.Exa. já introduziu no Senado - da representação das mulheres em espaços de decisão.

Gostaria também de fazer uma solicitação, que fez parte do documento construído nesta Casa, em relação à presença da bancada feminina. Nós temos assento no Colégio de Líderes da Câmara, e sei que V.Exa. criou esse espaço no Senado. Quero fazer um apelo para que no Congresso a bancada feminina também tenha a sua representação.

Nesse ponto, eu gostaria de reafirmar o quão importante foi a construção de um acordo para que, na LDO e, agora, logicamente, na presença do orçamento da Casa e do País, ficassem asseguradas as políticas destinadas ao combate à violência contra a mulher, à garantia da saúde e as políticas específicas de fortalecimento do atendimento às mulheres.

Infelizmente, em nosso País, cinco mulheres são assassinadas por dia. Então, daí a importância da nossa luta pela representação política, pelo aumento da presença de mulheres nas Câmaras Municipais, nas Assembleias, no Congresso Nacional.

O acordo de derrubada de vetos não tem custo, mas, para nós, em termos de transparência política, é muito importante, assim como a apresentação e o monitoramento dos relatórios de execução financeira em relação ao Governo.

Há ainda outro veto extremamente importante para nós: a questão da família monoparental. O número de mulheres que são chefes de família é bastante significativo, e há a possibilidade de enfrentar e derrubar esse veto para atender e respeitar as famílias monoparentais e, assim, dar condição para que as mulheres chefes de família possam cuidar dos seus filhos e da sua casa.

Da mesma forma, o acordo foi construído em relação aos profissionais de saúde.

Eu sou da área da educação e não poderia deixar de mencionar a importância da derrubada do veto dos precatórios do FUNDEB. Recentemente votamos com uma participação desta Casa - V.Exa. votou favoravelmente ao novo FUNDEB - que 60% dos recursos à época fossem garantidos à remuneração dos professores. Agora esse valor é de 70% no mínimo. A garantia de que nos

precatórios do FUNDEB sejam respeitados esses mesmos percentuais para a remuneração dos profissionais é muito importante.

Isso é a garantia e o respeito a uma educação de qualidade, o respeito à educação e, acima de tudo, com o espírito construído nesse momento extremamente difícil para o País de enfrentamento da pandemia, de enfrentamento da crise.

Eu, em particular, que assumi agora a Comissão de Educação na Câmara, estive ontem com o Ministro Milton Ribeiro, reafirmando - e a posição dele é a mesma - a vacinação urgente e necessária para os profissionais da educação.

Precisamos voltar ao funcionamento das nossas escolas, mas com garantia de saúde para os profissionais e logicamente para os alunos. As crianças e os jovens precisam desse espaço de educação, de construção do aprendizado, mas, antes de tudo, é preciso garantir saúde.

A vacinação é necessária para os professores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 838/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus; e do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico. Defesa de inclusão na pauta do Veto Parcial nº 8, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.003, de 2020), sobre a adesão do Poder Executivo ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e o estabelecimento das diretrizes de imunização. Registro de 2.800 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Presidente Rodrigo Pacheco, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero primeiro dizer que aguardávamos esta sessão com grande ansiedade porque, de fato, nós estamos vivenciando uma sequência de projetos que aprovamos nas duas Casas Legislativas do País, a Câmara dos Deputados e o Senado da República, e às vezes com acordo por parte do Governo. O Sr. Presidente da República usa sua caneta imperial para vetar questões da maior importância.

Eu quero destacar alguns vetos que precisam ser derrubados.

Primeiro, o veto em relação à indenização dos profissionais de saúde mortos ou sequelados, projeto do qual sou também coautora, ao lado da Deputada Fernanda Melchionna. É necessário garantir um tratamento de guerra a esses profissionais, que, no início da pandemia, tiveram uma ação absolutamente destemida. Muitos deles estão sequelados, ou as famílias estão com essas ausências, sem nenhum tipo de possibilidade de sobrevivência muitas vezes.

É preciso indenizá-las. Essa é apenas uma indenização sem grande impacto, algo que faz com que o significado de um exército civil do SUS seja absorvido pela população brasileira para aqueles que estão lutando contra a COVID-19, seguindo as regras sanitárias.

Depois, nós precisamos também derrubar o Veto nº 48, dos precatórios, dos professores. Nós sabemos que esse é um débito da Fazenda Pública do tempo do antigo FUNDEF. Nós hoje já regulamentamos o novo FUNDEB, criamos o novo FUNDEB, com a participação magnífica dos professores e dos trabalhadores em educação em todo o País. Sem dúvida, garantir que esse débito seja pago, fundamentalmente na pandemia, é muito importante para garantir a sustentação desses profissionais e cumprir-se a justiça ao pagar-se um débito da Fazenda Pública com um segmento da sociedade, dentre outros precatórios que o projeto abrange.

Sobre a questão do saneamento, nós sabemos que os contratos de programa foram negociados, e depois o Presidente da República vetou. Sabemos que haverá um vazio de saneamento e de serviços de água em Municípios pobres, nos rincões longínquos deste País. Que empresa se interessará em garantir uma rede cara de saneamento em um local em que a conta não dê lucro?

O contrato de programa é parceria, é a garantia efetiva de responsabilidade social, são as relações cruzadas de Estado até com o setor privado, como hoje já é previsto. Mas não dá para vetar o contrato de programa e deixar a lei de saneamento sendo apenas uma lei da entrega das nossas jazidas de água e do naco de mercado da garantia da política de saneamento.

Por último, o PLN nº 8. Nós precisamos, de fato, garantir aporte aos Municípios para efetivamente enfrentar a pandemia.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, o dia de ontem foi um dia emblemático, foram 2.800 mortes pela COVID-19. O Brasil hoje é o maior número de média móvel de mortes no mundo. Proporcionalmente, nós somos o campeão de mortes no mundo, e isso tudo acontece por uma atitude pouco responsável, ou, melhor dizendo, para perder de fato qualquer polimento, é necessário ser de fato agreste nessa observação: irresponsabilidade, inépcia, falta de talento, de coração. É isso o que está acontecendo no Brasil. Infelizmente, não se contrataram as vacinas. Abriram-se muitos contratos com a Pfizer, houve atraso no processo negocial, brincadeira no processo diplomático, fundamentalismo, ideologização. No processo diplomático, lamentavelmente houve agressões à China, criação de imbrólios diplomáticos para o Brasil. Nós estamos vivendo um desgoverno.

O Brasil não tem Governo. Nós estamos vivendo uma verdadeira geleia desestruturada do ponto de vista dessa nossa organização oficial sobre a qual o Brasil precisa tomar uma providência. Ele trocou de Ministro, mas não trocou a sua opinião e impôs a sua opinião ao novo Ministro.

Nós não aguentamos mais negacionismo! Queremos vacina e fora, Bolsonaro!

Obrigada, Presidente.

Documento 839/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:04

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Líderes partidários e aos demais Parlamentares de rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19. Agradecimento ao Senador Eduardo Gomes pela celebração de acordo para a rejeição do Veto Total nº 35, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial constante no art. 2º da referida lei.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de fazer um registro e fazer um apelo ombro a ombro com a Deputada Fernanda Melchionna. Nós somos autoras de um projeto que não tem tanto impacto financeiro, mas tem um impacto fundamental no sentido do que ele propõe. É um projeto que desenvolvemos para indenização de pessoas que morreram na linha de frente. O que nós estamos

vivendo, Presidente, é uma verdadeira guerra. Então é dever nosso termos, sim, uma indenização que não vai representar a perda dessa vida, Deputado Hildo Rocha, mas que é de fundamental importância para esses que estão na linha de frente no combate à pandemia. Eu queria rogar a cada Líder partidário que pudessemos derrubar esse veto, Deputada Fernanda.

Eu quero dizer que esse é um tema que simboliza todo esse drama que nós, quando começamos a vivê-lo, pensávamos que iria durar 5 meses. Nós já passamos de 1 ano e teremos mais este ano em altos índices de mortalidade. Então, esses profissionais que já estão há mais de 1 ano - e muitos deram a vida no combate a essa pandemia sem precedentes no Brasil - precisam, sim, desse sentido de indenização, que não vai representar o valor da vida, mas ela simboliza, sim, essa solidariedade neste momento. Por isso, Presidente, eu gostaria de pedir a cada Líder partidário que pudessemos derrubar esse veto.

Ao mesmo tempo, Presidente, eu gostaria de agradecer ao Líder do Congresso, Senador Eduardo Gomes, que tem sido ímpar nessas pautas sociais. Discutimos ontem a questão da derrubada do veto da indenização em dobro das mulheres em famílias monoparentais. Está aqui destacado que nós fizemos o acordo do destaque, mas já soube por esse gigante que defende essas causas sociais, que é o Senador Eduardo Gomes, que já há acordo para a derrubada.

Então queria fazer esses dois registros: um, que não pode este Parlamento deixar de simbolizar através de uma pequena indenização - pequena - a esses guerreiros da linha de frente da pandemia.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 840/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:16

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Senador Rodrigo Pacheco pela eleição à Presidência do Senado Federal. Discussão do Veto Parcial nº 37, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 925, de 2020), acerca das medidas emergenciais para a aviação civil brasileira diante da epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua eleição no Senado. Não tive a oportunidade de fazê-lo anteriormente, até

porque estamos distantes, estou no Estado de São Paulo, mas aproveito esta oportunidade para cumprimentá-lo.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os colegas. Nós, daqui a pouco, iremos começar a fazer a votação dos vetos.

Quero chamar a atenção para o Veto nº 37, que diz respeito à liberação do Fundo de Garantia para os aeronautas e aeroviários. Prezados colegas, o setor da aviação, para a nossa economia, para a economia brasileira, tem um significado muito importante. Há uma arrecadação de cerca de 300 bilhões de reais e uma geração de empregos diretos, indiretos, empregos induzidos e empregos do turismo da ordem de 6 milhões de trabalhadores. Os empregos da aviação, a chave mestra desta cadeia econômica, são em torno de 35 mil a 40 mil empregos.

O que nós pedimos à época ao Relator Arthur Maia, que nos atendeu, foi que os trabalhadores da aviação que não puderam se inscrever no auxílio emergencial à época e que perderam os seus empregos, perderam os seus salários, pudessem sacar, dentro de um determinado limite, o Fundo de Garantia que lhes é devido, que está na conta. Pedimos que eles pudessem sacar até um determinado limite, podendo ser até 1 salário mínimo, não haveria problema. Mas que eles pudessem sacar.

Vendo aqui uma nota técnica, o Governo e o Ministério da Economia alegaram descapitalização do Fundo de Garantia. Eu não creio que isso seja uma verdade, porque tirar 35 milhões de reais do Fundo de Garantia hoje, por mês, não faria tanta diferença assim como ele enfatizou com essa observação sobre a questão da descapitalização do Fundo.

Mas esses trabalhadores que ainda estão sem trabalhar, que ainda estão sem receber, que ainda não encontraram uma oportunidade de fazer renda estão passando extrema dificuldade. Este Parlamento, que atendeu aos anseios de tantas categorias, de tantos trabalhadores, infelizmente deixou passar batida essa questão dos trabalhadores da aviação.

Venho aqui fazer um apelo a todos os colegas e pedir uma atenção especial a esse Veto nº 37, que é muito caro para esses trabalhadores. Tenho certeza absoluta de que sairemos, em breve, deste período de pandemia e retomaremos todas as atividades, mas ainda é cedo para falar quando a aviação do Brasil vai recuperar 100% da sua força de trabalho, como tínhamos em novembro e dezembro de 2019 e janeiro de 2020. No início deste ano, por exemplo, nós estamos ainda com uma retração aproximada de 60% dos setores. É muito pouco ainda. Apenas 40% da força de trabalho estão trabalhando. Como é que estão vivendo os 60% restantes de toda essa força de trabalho que estão sem arrecadar absolutamente nada, sem receber absolutamente nada?

Então é preciso darmos atenção a este povo que precisa de um determinado ganho, que precisa botar comida dentro de casa. É preciso dar dignidade a

essas pessoas, e dar dignidade é dar condições a essas pessoas de irem ao supermercado comprar o básico - o básico - para suas famílias. Peço encarecidamente a todos os colegas que o Veto nº 37 não seja mantido, para que possamos atender aos anseios de todos os aeronautas e aeroviários.

Obrigado, Presidente. Que tenhamos uma boa sessão!

Documento 841/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:24

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CLAUDIO CAJADO-PP -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 14.116, de 2020, sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. Anúncio de votação do relatório final do Orçamento Geral da União de 2021. Expectativa de celebração pelos Municípios brasileiros, especialmente os com menos de 50 mil habitantes, de convênios junto à Peça Orçamentária para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Importância da votação de vetos presidenciais constantes na pauta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, cumprimento V.Exa. É um prazer estarmos juntos nesta sessão congressional. Cumprimento também o Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador Eduardo Gomes, meu Líder, e as Sras. e os Srs. Congressistas.

Estamos aqui finalizando, Sr. Presidente, o processo de votação do orçamento para o exercício 2021. Todos sabem que deveríamos tê-lo feito no ano passado, e já estamos no terceiro mês do ano sem que haja Orçamento da União aprovado. Isso tem causado alguns problemas.

Porém, o Governo, antecipando-se a um colapso nas despesas, enviou para o Congresso o PLN 1, que será objeto, esperamos todos, assim que ultrapassarmos a votação dos vetos, de deliberação pelo Congresso para que o Governo possa pagar este mês de março os funcionários, em especial os servidores das Forças Armadas.

Nós esperamos também, uma vez votados todos os relatórios setoriais - já o fizemos no dia de ontem -, que na semana que vem nós possamos estar com o Relatório Geral do Orçamento para este exercício 2021, do Senador Marcio Bittar, pronto para votação na Comissão de Orçamento e, posteriormente, no Plenário do Congresso. Então, esperamos que a semana que vem seja tão

produtiva quanto foi e está sendo esta semana, para finalizarmos esta que eu considero a peça mais importante que tramita no Poder Legislativo, o Orçamento Geral da União.

Nós estamos hoje pautando diversos vetos que foram objetos de acordo entre a base do Governo e a Oposição, claro, mantendo-se a posição de cada um.

Era importante que nós pudéssemos limpar a pauta de vetos para podermos avançar nas demais matérias, e são vetos importantes.

Eu, que sou municipalista, através da votação no dia de hoje, espero que os Municípios brasileiros, principalmente aqueles abaixo de 50 mil habitantes, tenham possibilidade de fechar convênios, de assinar convênios junto ao orçamento, através da sua representação de Deputados e Deputadas aqui na Câmara, para que possam minorar, diminuir o impacto da pandemia da COVID-19, seja do ponto de vista da saúde da população, seja do ponto de vista do decréscimo dos investimentos, já que a maioria dos Municípios está com dificuldades para manter investimentos nas suas cidades.

Votando os vetos, o que ocorrerá dentro de poucos instantes, nós poderemos amenizar uma série de situações para que os Municípios sejam beneficiados, haja vista que hoje o Município para poder iniciar uma obra tem que ter SPA aprovado. E, a partir da votação de um desses vetos, se nós não o mantivermos, o Município poderá iniciar as obras num prazo de 90 dias, no máximo, se a Caixa não autorizar o início da obra. Isso vai tirar um grande empecilho para os Municípios, que dependem muitas vezes de a Caixa Econômica Federal liberar o recurso, o contrato e a licitação, e isso fica parado dias, meses, às vezes, 1 ano, até cair o convênio, muitas vezes sem que o recurso que nós colocamos na peça orçamentária como emenda parlamentar, para uso do qual o Prefeito fez licitação e desenvolveu projeto, seja executado. E a votação de um veto também vai retirar as exigências de licença ambiental e de regularidade no CAUC para o empenho.

Muitas vezes, há Municípios que estão com problemas no CAUC, mas são problemas com documentação que em 1 ou 2 dias podem ser sanados. Mas se há necessidade de celeridade para o empenho, como acontece principalmente no fim de ano, e aparece alguma inadimplência no CAUC, isso impede que o Município possa ter o seu empenho realizado, prejudicando, conseqüentemente, a obra. E isso poderia estar resolvido em 2 ou 3 dias.

Nós precisamos também levar em consideração que os contingenciamentos serão proporcionais, tanto do Executivo quanto das emendas de Relator. Nós ampliamos o investimento de custeio para o Ministério da Educação e também para o Ministério da Agricultura. E a FUNASA, que é uma empresa - ela não é uma autarquia - do Governo Federal, poderá executar obras de tratamento de resíduos sólidos em Municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Portanto, é importante que esses vetos sejam votados e existe o acordo. Então, esperamos, Sr. Presidente, que nós possamos fazê-lo agora.

Sumário

Saudação ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco. Expectativa quanto à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19, e à mudança da postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da doença viral. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 8, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.003, de 2020), sobre a adesão do Poder Executivo ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e o estabelecimento das diretrizes de imunização. Discussão do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), a respeito das medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Razões do posicionamento da oradora favorável à aprovação de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Deputado, ou melhor, Senador Rodrigo Pacheco - nós nos acostumamos tanto a conviver com V.Exa. como Parlamentar na Câmara que, às vezes, ainda o chamamos de Deputado, mas V.Exa. é Senador -, Presidente do Congresso Nacional, Presidente do Senado Federal, cumprimento V.Exa. com entusiasmo pelo espírito democrático que sempre demonstrou na nossa convivência, sobretudo na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, onde mais convivemos.

Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar sobre o momento trágico que o Brasil vive e sobre alguns vetos que podem diminuir o nosso sofrimento. E podem diminuir, mas não acabar, porque só daremos fim a esse sofrimento, Sr. Presidente, com a vacina e com outra postura do Governo brasileiro, uma postura que leve a sério a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Quero me posicionar claramente contra o Veto 8, porque os Municípios buscam comprar a vacina diante do caos e do abandono do Governo Federal.

Quero pedir que derrubemos juntos e juntas o Veto 36, porque é justo que um profissional de saúde que está oferecendo a sua vida no atendimento às vítimas da COVID tenha a confiança de que, no caso de impedimento para



continuar trabalhando, haverá pelo menos um apoio a seus familiares, a seus filhos pequenos, àquelas pessoas que ele mais ama e das quais está abrindo mão de cuidar neste momento, tantas vezes, por estar cuidando - e não só porque a sua profissão exige, mas também porque a dimensão ética o exige - de todos e de todas nós. Então, quero me somar ao Deputado Reginaldo Lopes, à Deputada Fernanda Melchionna, a todos e a todas para pedir a derrubada do Veto 36, a fim de garantir a indenização humanitária aos profissionais de saúde.

Sr. Presidente, posiciono-me também pela derrubada do Veto 46. O Governo tem sido terrível com a agricultura familiar. Não garantiu, aliás, vetou o auxílio emergencial para os agricultores familiares e não criou o Plano Safra específico para a agricultura familiar.

As mulheres agricultoras não têm tido os seus direitos assegurados. Quando nós votamos a Lei Assis Carvalho, que foi votada por todos e por todas nós, a expectativa era justamente de diminuir essa desigualdade e de garantir a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar para a população, evitando-se o desabastecimento.

Então, sou pela derrubada do Veto 46. A Lei Assis Carvalho faz justiça. E ela faz justiça porque o Governo, somente em termos de desoneração para agrotóxicos - e viramos o país que mais libera agrotóxicos trancados no mundo -, já liberou 1,7 bilhão de reais. Só em 2019, 33 bilhões de reais foram alocados para as grandes propriedades rurais, para aqueles que são do agronegócio. E aqui nós estamos falando de 3 mil reais para uma propriedade ou para um domicílio rural que produz alimentos.

Eu recebi vários contatos de mulheres da CONTAG e da FETRAF do meu Estado em relação a esse veto. Quero citar a Cleonice Back, que é a Suplente do Senador Paulo Paim, e o próprio Senador Paulo Paim. Mulheres da agricultura familiar, nós estamos ao lado de vocês, lutando pela derrubada do Veto 46.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que o nosso grande desafio na luta pela democracia brasileira é realmente fazermos com que, neste momento, os processos de *impeachment* andem, porque nós precisamos dar um basta no que está acontecendo no País. Nesta semana, Felipe Neto foi atacado. Na semana passada, André Constantine, um jovem negro do Rio de Janeiro, ao fazer um discurso no Centro da cidade, foi preso pelas palavras que proferia. Quantos e quantas são atacadas hoje, justamente por suas palavras? Nós não podemos aceitar isso. Uma ditadura não se implanta de um dia para o outro; ela vai ocupando espaço.

Então, às vésperas do dia 31 de março, sabendo que uma ditadura implantada em 1964 durou 21 anos, eu quero denunciar a escalada autoritária, violenta, no País e defender a Constituição Federal de 1988, os direitos civis, as garantias individuais, os direitos humanos, a liberdade de expressão, aquilo que nos é mais...

(Interrupção do som.)

Documento 843/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:36

Publ.: DCN - 18/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Importância da digitalização como ferramenta de inclusão social. Dificuldades de acesso ao sistema digital pelas populações de cidades e regiões abrangidas pela operadora de telefonia Oi. Elevada carga tributária imposta às companhias de telecomunicações. Importância de implantação da tecnologia 5G no Brasil. Realização, pela empresa de telefonia Oi, de novos investimentos no Brasil com a venda de seus ativos. Discussão do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Congressistas, Srs. Congressistas, telespectadores que nos assistem pela *TV Câmara*, a pandemia acelerou o processo de digitalização no Brasil, e essa é uma poderosa ferramenta de inclusão social. O melhor exemplo disso é o aplicativo da Caixa Econômica Federal para pagamentos de benefícios sociais. Ele tinha 18,9 milhões de contas no final do primeiro semestre de 2020 e chegou ao final do segundo semestre com 91,6 milhões de contas em virtude do pagamento do auxílio emergencial.

As redes de comunicação no Brasil respondem e responderam muito bem ao desafio do crescimento repentino de demanda durante a pandemia. O aumento do consumo não se transformou em um apagão virtual, como aconteceu, por exemplo, na crise de energia elétrica, em 2001, e na crise da aviação civil, em 2006.

A digitalização facilita o acesso dos mais pobres a serviços públicos em geral, como educação e saúde. No entanto, a realidade do País ainda possui muitas deficiências.

Cerca de 20% dos brasileiros nunca acessaram a Internet. Das nossas cidades, 28% não possuem infraestrutura para fibra ótica, muitas delas localizadas no interior do meu Estado, o Amazonas. Só 15% dos Municípios possuem equipamentos que possibilitam a implantação de prontuário médico eletrônico, índice que na Inglaterra é de 98%. No Brasil apenas 28% dos estudantes usam computador com Internet na escola, contra 79% na Inglaterra.

Essas limitações ocorrem principalmente nas cidades e regiões atingidas pela operadora Oi, empresa que está em recuperação judicial e que enfrenta dificuldades há quase 10 anos. Sem capacidade financeira, a rede da Oi ficou para trás, prejudicando as cidades atendidas pela companhia, cuja área geográfica de atuação é a maior do País.

O Brasil vive de contrastes também nas telecomunicações. Mesmo com essas limitações de acesso, principalmente nos grotões do País, temos a quarta população *on-line* no mundo. Gastamos mais de 9 horas por dia na Internet, ficando atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. Quase 70% da população brasileira têm *smartphone* e está em alguma rede social, o que é 45% acima da média mundial.

Tudo isso ocorreu apesar de um sistema tributário que penaliza as companhias de telecomunicações e de complexos aparatos legais e regulatórios. O Brasil tem 47% de carga tributária na telefonia, que é um serviço essencial, mas que paga imposto como se fosse cigarro ou bebida alcoólica. Nos Estados Unidos, a tributação da telefonia é de 13%. No Brasil, há mais de 300 leis municipais e estaduais restringindo o setor, o que já levou a mais de 60 mil multas de 1997 a 2019. Mesmo assim, esse é um dos setores que mais investe no País, num total de 918 bilhões de reais, desde a privatização, em 1998.

A taxa de investimento das empresas de telecomunicações no Brasil em relação a sua receita é de 20,8%, abaixo apenas da China: 21,1%. Lembro que os Estados Unidos têm taxa de reinvestimento de 14,2%, e o Japão, de 12,6%.

Em 2021, o Brasil terá duas oportunidades históricas para acelerar a digitalização e, com isso, favorecer a inclusão social através dos serviços proporcionados pelo setor de telecomunicações.

A primeira é o leilão de 5G, tecnologia que permitirá o acesso veloz dos brasileiros a telemedicina e educação a distância, entre outros benefícios. O 5G permite também a chegada da Internet das Coisas, a integração entre sistemas de Internet e objetos físicos, redes elétricas inteligentes, manutenção preventiva de equipamentos e mais uma infinidade de aplicações. Esse processo licitatório do 5G não pode ser contaminado por interesses ideológicos e tem que levar em conta, única e exclusivamente, qualidade do serviço e preço.

A segunda oportunidade é a venda de ativos da Oi, que está sendo realizada agora. Isso fará com que a empresa supere os seus problemas financeiros, o que vinha prejudicando os seus serviços. Como foi noticiado, a Oi pretende



destinar grande parte dos seus esforços para o segmento de fibra ótica, que é a espinha dorsal da digitalização. Com a Oi investindo mais em fibra, todos saem ganhando. Tudo isso sem 1 centavo de recurso público. Os investimentos serão todos feitos pelo setor privado. No caso da fibra, o noticiário indica que a Oi terá como sócia uma instituição financeira e investidores de grande porte com capacidade de investimento.

No caso da telefonia móvel, a Oi vendeu os seus ativos para três companhias que já operam no Brasil, confiam e investem no País há mais de 20 anos. Com isso - e já concluo, Sr. Presidente -, o Brasil terá uma configuração de rede móvel igual à dos Estados Unidos, com três operadoras fortes na telefonia celular, além de várias companhias competindo para oferecer uma rede de fibra ótica para a população. Para os brasileiros, a celeridade no leilão do 5G e a venda dos ativos da Oi significa mais digitalização, mais inclusão social, mais investimentos e mais empregos.

Por fim, Sr. Presidente, peço que o critério de licitação do 5G seja o de preço e qualidade do serviço, sem se ideologizar esse debate, e que o CADE tenha muita sensibilidade no processo de incorporação da Oi pelas outras três operadoras. Isso será bom para o futuro da digitalização no Brasil.

Sr. Presidente, concluo apenas agradecendo ao Governo pela decisão de acordo para derrubada do veto que trata do precatório dos professores e registro a luta nesse tema do nosso ex-Deputado e atual Prefeito de Maceió, JHC, e do meu companheiro de partido Deputado Fernando Rodolfo, além do Senador Rodrigo Cunha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 844/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:44

Publ.: DCN - 18/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Registro de 2.842 mil mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Aproximação dos 300 mil óbitos no Brasil provocados pela doença viral. Situação confortável do País, segundo o Líder do Governo na Câmara dos Deputados. Baixa vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo genocídio provocado pela Covid-19 no Brasil. Pedido ao Presidente do Congresso Nacional de instalação da CPMI da Saúde. Omissão do Parlamento brasileiro diante da recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, houve 2.842 mortes no Brasil ontem. De todos os que morreram ontem no planeta, 28% eram brasileiros. Nós estamos nos aproximando dos 300 mil mortos, e dizem médicos e cientistas que, pelo caminho que o Brasil vai, não demora e nós teremos meio milhão de mortos. E o que disse o Líder do Governo? O Líder do Governo disse que a situação do Brasil é até confortável.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como alguém pode dizer que, caminhando para 300 mil mortos, podendo a chegar a meio milhão já no próximo mês, a situação do Brasil é confortável? Eu não consigo entender onde está tanta desumanidade num único Governo.

O Brasil vacinou menos de 5% da sua população, e o Brasil é o país com a maior *expertise* em vacinação no mundo. Mas o Presidente se recusou a comprar vacina e continua se recusando a fazer uma vacinação em massa no País. Eu pergunto aos colegas Parlamentares: até quando nós vamos compactuar com esse genocídio provocado pelo Presidente Bolsonaro?

Peço ao Presidente do Congresso que instale a CPI da Saúde. Ou instalamos a CPI da Saúde e apuramos o que está acontecendo no nosso País ou nós seremos cúmplices dessa matança, desse genocídio. Nós não podemos nos conformar com isso! Quantas mortes poderiam ter sido evitadas se já tivéssemos vacinas suficientes?

Os Estados Unidos estão vacinando 1 milhão e 200 mil pessoas por dia. Eles estão 24 horas na vacinação. A maioria dos países do mundo está fazendo um esforço enorme para vacinar. E, no Brasil, o Parlamento se cala. Nós não tomamos uma única providência para apurar por que o Presidente Bolsonaro, em agosto do ano passado, recusou 80 milhões de doses de uma vacina. Em dezembro, parte da população brasileira - quem sabe, parte dos que morreram - já poderia estar vacinada!

Se nós não tomarmos uma providência, nós seremos cúmplices dessa matança, desse genocídio que o Presidente Bolsonaro está provocando.

O Presidente Bolsonaro é o principal responsável pelo que está acontecendo hoje no País, porque é ele quem muda os Ministros da Saúde a toda hora.

Eu ouvi aqui dos Parlamentares da base do Governo que estamos no quarto Ministro da Saúde e, se tivermos que chegar ao quinto Ministro, não se vai discutir mais o Ministro, mas a saída do chefe deles, a saída do Presidente Bolsonaro. Isso me encheu de esperança, porque, enquanto o Presidente Bolsonaro estiver na Presidência da República com essa incompreensão sobre a vida, deixando os brasileiros morrerem, nós não vamos ter paz e sossego.

Eu pergunto aqui aos colegas Parlamentares: quem não está com medo dessa doença? Quem não se pergunta, todos os dias, quando acorda, a que horas vai ser a vacina, que dia vai ser a nossa vacina? Quando os brasileiros de 60

anos, de 50 anos, de 40 anos, de 30 anos, de 20 anos vão se vacinar? É preciso encontrar uma saída.

Eu confesso, colegas Parlamentares, que não aguento mais ver as imagens de pessoas morrendo por falta de UTI. Eu não aguento mais as notícias diárias de parentes e amigos morrendo. E se tivéssemos vacina? Isso tudo poderia ser evitado. E este Parlamento se cala diante de um Presidente que se recusa a comprar vacina. Nós vamos ser cúmplices de tudo isso. A história vai falar sobre isso. Quantas vidas nós poderíamos ter salvado? Eu insisto Presidente: é preciso apurar isso.

Encerro aqui, dizendo que precisamos de vacinas - precisamos de vacinas! O nosso povo está morrendo porque tem um Presidente que não cuida do País.

Desculpem-me, mas é preciso tomar providências.

Documento 845/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-12:52

Publ.: DCN - 18/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco. Discussão do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do acordo com credores para o pagamento com desconto de precatórios federais; do acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública; e da destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, acerca do pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em decorrência da Covid-19. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me cumprimentar o advogado Dr. Rodrigo Otavio Soares Pacheco, de Porto Velho para Minas Gerais, de Minas Gerais para o Congresso Nacional e do Congresso Nacional para o mundo. Somos colegas Deputados. Lembro-me bem de V.Exa. como Presidente da CCJ. Aliás, eu imaginava que V.Exa. seria Presidente da Câmara dos Deputados. Imaginei pouco! Virou Senador e Presidente do Senado Federal, mas continua sendo Presidente dos Deputados, até porque é o Presidente do Congresso Nacional. Receba, então, a minha homenagem, na nossa primeira sessão, presidida por V.Exa., com muita honra e com muito orgulho.



Presidente, quero aqui fazer um apelo em defesa da votação contrária ao veto que tirou o direito das professoras e dos professores de receberem seus precatórios. A educação é muito cara para nós pedetistas, trabalhistas, brizolistas, ciristas. Ciro Gomes dá esse exemplo para nós. Só a educação emancipa, liberta, como já dizia o Dr. Brizola. Então, nós temos que zelar pelas nossas professoras, pelos nossos professores.

Esse veto foi muito ruim. Nós precisamos dar o apoio, porque esse recurso, esse dinheiro, esse valor, que é sagrado, representa o salário dos professores. Eles precisam dele, eles merecem, eles necessitam, eles têm direito, eles conquistaram - conquistaram no trabalho e conquistaram na Justiça. Então, nós não podemos sonegar isso para os professores e para as professoras. É o meu compromisso e o meu apelo derrubarmos esse veto em favor dos professores gaúchos e brasileiros.

Como segundo aspecto, Presidente, também estou na luta para a derrubada do Veto nº 36, que diz respeito ao Projeto de Lei nº 1.826 e, de minha autoria, ao Projeto de Lei nº 2.080, aprovados conjuntamente. É um projeto feito na Câmara dos Deputados a muitas mãos, especialmente as mãos das Deputadas. Mas um dos projetos é meu, aprovado em conjunto. Ele ampara a família dos profissionais de saúde que sucumbiram na luta contra a COVID.

Essa guerra que nós estamos travando contra o vírus é uma guerra contra um inimigo invisível. Em uma guerra convencional, o soldado tomba na *front* e o país indeniza a família: *"Olha, esse soldado morreu na luta, e a família está sendo amparada"*. Aqui, os soldados são os médicos, as enfermeiras, os profissionais de saúde, aqueles que estão na linha de frente e estão tombando. Sim, quase mil tombaram, e a família deles merece um amparo para que continuem a luta, para que continuem resistindo. A indenização é pequena, de 50 mil reais. Morreram, repito, quase mil profissionais de saúde.

A proposta vetada, Presidente, ampara uma série de profissionais, além de médicos, enfermeiros e enfermeiras. Aliás, a maioria são mulheres profissionais de saúde, como nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiras, auxiliares de enfermeiras, assistentes sociais de nível médio e de nível superior, cozinheiras, além de servidores da lavanderia, motoristas, vigilantes, ou seja, todos aqueles que estão na linha de frente. Há também os nossos agentes comunitários de saúde, que vão de casa em casa dar amparo, dar orientação às famílias na hora da dor, da angústia, da pandemia, do sofrimento, da doença.

Esses profissionais merecem mais do que a vacina. A vacina é uma espécie de colete à prova de bala de quem está na linha de frente na guerra. Então, é um colete à prova de vírus. No entanto, para alguns, a vacina chegou tarde. Alguns já tombaram, alguns já caíram. As famílias choram desamparadas, desassistidas.

Um pai e uma mãe, Presidente, às vezes, investiram tudo o que tinham para formar uma filha enfermeira, um filho enfermeiro, uma filha médica, um filho

médico, uma assistente social, um nutricionista, um fisioterapeuta. Eles investiram o que não tinham para formar esse profissional, que foi para a luta, foi para a guerra contra o vírus e tombou. Como não estará o ambiente dessa família agora, Presidente?

Então, isso é o mínimo do mínimo que nós podemos fazer a quem merece, a quem precisa, a quem necessita, a quem expôs a vida para cuidar da nossa. Eu mesmo fui acometido pelo coronavírus e fiquei 12 dias no hospital. E os profissionais de saúde, médicos, médicas, enfermeiros, expuseram a vida deles para salvar a minha. O mínimo que temos de fazer é retribuir com ações e atitudes, em favor da vida, em favor da saúde, em favor da dignidade, reparando essas famílias, Presidente.

Essa é a nossa postura, essa é a nossa luta, esse é o nosso compromisso. Depois: vacina, vacina, vacina! É o que vai salvar a todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 846/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISSCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Desembargador Antonio Carlos Malheiros, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Caos reinante no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Necessidade de ampla vacinação do povo brasileiro contra a doença viral. Importância da retomada do auxílio emergencial de 600 reais; da preservação de empregos e do apoio governamental às pequenas e microempresas. Resultados positivos da decretação de lockdown para contenção do avanço da Covid-19. Apoio aos Governadores Estaduais, aos Prefeitos Municipais e à sociedade brasileira na luta contra a doença viral. Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro, inicio a minha fala prestando uma homenagem a um grande brasileiro que nós perdemos no dia de hoje, o Desembargador Antonio Carlos Malheiros. Mais tarde quero fazer outra homenagem a ele.

Quero agora homenagear as 280 mil pessoas que perderam a vida, ao mesmo tempo em que homenageio as famílias, os parentes delas, pessoas que

sofreram com uma pandemia que está ganhando uma dimensão de descontrolo no País. O Brasil já deveria ter aprendido com a pandemia, pois ela começou na China, depois foi para Europa, e dela foram extraídos ensinamentos contrariados pela autoridade central do País.

Hoje nós estamos vivendo uma situação de caos, com o sistema de saúde incapaz de dar conta disso. Nós precisamos reverter essa situação e tomar medidas, e eu quero aqui tratar das medidas mais importantes.

A primeira delas é avançar no calendário de vacinação, comprar as vacinas que estão disponíveis e aumentar a capacidade de produção de vacinas no País.

Ao mesmo tempo, nós temos que conceder um auxílio emergencial de 600 reais para as pessoas ficarem em casa, aquelas que não precisam sair de casa para o exercício de alguma atividade. Esses 600 reais são para dar conta da sobrevivência dessas pessoas.

Em terceiro lugar está a ajuda à manutenção dos empregos. Muitas empresas receberam, ano passado, os benefícios da MP 936, e esses benefícios não foram renovados, mas nós deveríamos fazê-lo. Inclusive, há um projeto de lei meu aqui que prevê a renovação dos benefícios da MP 936, pela manutenção de empregos.

Em quarto lugar está a ajuda às empresas. Muitas delas estão quebrando e outras estão no desespero. Por isso, nós precisamos ajudá-las a passar por este momento.

Quinto, nós temos que adotar medidas mais duras em relação à pandemia, no sentido de restringir a movimentação de pessoas para impedir a difusão do vírus. A cidade de Araraquara fez um *lockdown* de 10 dias e diminuiu o número de infecções pela metade. Isso tem que ser feito em todo o País. É preciso restringir o número de pessoas que circulam para diminuir o número de infectados, no momento em que há uma segunda cepa, modificada, mais contagiosa, mais transmissível, que atinge os jovens e faz com que as pessoas fiquem mais tempo hospitalizadas.

O grande responsável por esta pandemia no nível em que ela está é o Presidente da República. Há estudos que indicam que uma série de medidas que ele tomou e de pronunciamentos que ele fez ajudaram a aumentar a intensidade da pandemia. Quando ele convidou a médica Luhdmila Hajjar para ser Ministra, ela disse: "*Precisamos fazer lockdown*". E ele respondeu: "*Mas, se fizermos lockdown, eu perco a eleição*". Isso demonstra que o foco do Presidente da República não é a vida das pessoas, mas a eleição de 2022. Por isso, o Brasil é o lugar com o maior número de infecções e o maior número diário de mortes.

O Presidente é um genocida. E esse genocídio precisa ser julgado inicialmente por este Congresso Nacional por meio do afastamento dele da Presidência da

República. Qualquer solução constitucional é melhor do que ele. Ele tem que ser afastado e julgado nos tribunais para que nós possamos reverter esta pandemia e garantir a vida dos brasileiros, que precisam viver.

Todo o apoio aos Governadores e Prefeitos! Todo o apoio à sociedade! Faço um pedido desta tribuna para que a sociedade brasileira se cuide, respeite as medidas de distanciamento, tome todos os cuidados e use máscaras.

Que nós possamos avançar no pedido de julgamento do *impeachment* do Presidente da República, porque ele é o grande responsável pela tragédia que a sociedade brasileira está vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 847/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:04

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Importância da convocação de sessões do Congresso Nacional para apreciação de relevantes matérias de interesse do País. Protesto contra a não inclusão na pauta do Veto Parcial nº 8, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 1.003, de 2020), sobre a adesão do Poder Executivo ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility, e o estabelecimento das diretrizes de imunização. Discussão do Veto Total nº 35, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial referido no art. 2º da referida lei.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, ao cumprimentá-lo e a todos os Parlamentares, eu quero registrar, inicialmente, que matérias importantes acabaram perdendo a eficácia exatamente por atraso na realização de sessões do Congresso Nacional. Ao fazer esse registro, também é meu dever dizer que V.Exa. não tem nenhuma responsabilidade quanto a isso.

O que nós queremos é, de certa maneira, dar sugestões e fazer reivindicações. Passo a citar alguns exemplos.

Não pode acontecer de haver um veto, por exemplo, referente à COVID, como o Veto nº 8, e ele não entrar na pauta. Portanto, nós não temos como derrubá-

lo. E não há nada, rigorosamente nada mais importante do que combater a pandemia no País.

Nós não estamos aqui transferindo responsabilidade. Ao contrário, em minha opinião, se esse é o maior problema do País - e é, porque está matando milhares de pessoas, e agora já há quase três centenas de milhares -, nós não podemos encará-lo como se estivéssemos em um tipo de normalidade. Vou dar um exemplo do meu Estado. Ontem ou anteontem o número de mortos em São Paulo era aproximadamente igual ao número de mortos em todo o País em 20 de agosto do ano passado. Se for assim, nós não podemos, sob nenhuma hipótese, imaginar que estamos superando a pandemia. O Brasil vacinou apenas 10 milhões de pessoas, e a maioria delas recebeu apenas a primeira dose. Com isso, o vírus fica circulando; com isso, a chance do aparecimento de novas cepas aumenta muito.

Eu quero também abordar o auxílio emergencial. Como nós alertamos, e por isso votamos contra a PEC 186, o Governo apresentou-a como sendo a PEC do auxílio emergencial. A imprensa reproduziu esses termos, mas não foi assim. Essa PEC veio essencialmente para produzir um ajuste fiscal - em nossa opinião, o arroxo. Se nós atentarmos, por decisão do Congresso Nacional, o auxílio emergencial chegou a ser de 600 reais e, para as famílias monoparentais, de 1.200 reais. É bom lembrar que 80% das crianças têm como primeiro representante as mulheres.

O veto exarado argumenta que havia fraude. Bom, a maior parte das fraudes quem praticava eram homens. O Governo poderia ter imitado, não há nenhum problema, pois na ciência se copia. Está confirmado que a experiência do Bolsa Família mostra que sempre se quis entregar esse auxílio na mão das mulheres. Portanto, nós não podemos trabalhar com a hipótese de que todos os pobres são desonestos a ponto de falsificarem o número de pessoas que compõe o núcleo familiar para receber, por exemplo, o auxílio emergencial.

Nós podemos e temos que começar a pensar em algo - como essa pandemia, lamentavelmente, o País vai atravessar o ano de 2021 -, como um auxílio emergencial mais duradouro. Nós dissemos que a PEC 186 não garantia isso, porque não estipulava o valor. Havia ali o valor total de 44 bilhões de reais. O resultado é que a maior parte das pessoas vai receber 150 reais. Assim, Sr. Presidente, eu creio que seria muito útil se V.Exa., que está começando, e começou bem o seu trabalho, tomasse a decisão de pautar os vetos mais sequencialmente, com uma frequência maior de sessões do Congresso Nacional.

Obrigado.

Sumário

Congratulação ao Senador Rodrigo Pacheco pela eleição à Presidência do Congresso Nacional. Aplausos ao Líder do Governo Senador Eduardo Gomes, pelo poder de articulação política. Elogio ao Senador Irajá, Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.898, de 2019, referente às diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Discussão do Veto Parcial nº 48, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo ao estabelecimento de regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e ao acordo de litígio contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus. Expectativa quanto à votação do parecer oferecido pelo Senador Márcio Bittar ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, primeiro, quero parabenizar V.Exa. Esta é a sua primeira sessão à frente do Congresso Nacional. Tive a oportunidade de ter sido seu colega na Câmara dos Deputados, membro da Comissão de Constituição e Justiça, quando V.Exa. a presidiu. É uma alegria vê-lo ocupando um dos cargos mais importantes da República e presidindo os trabalhos do nosso Congresso Nacional.

Presidente, eu não posso deixar de elogiar o Senador Eduardo Gomes. Confesso a V.Exas., Parlamentares, que, nos últimos 2 dias, tomei uma aula de paciência, de equilíbrio, de tranquilidade, que mostrou que a oportunidade do diálogo faz com que, mesmo em matérias tão importantes que vamos discutir aqui, consigamos reduzir ao máximo possível o número de vetos a serem destacados, em relação aos quais havia interesses de diversos Parlamentares. Foram mais de 10 horas de reunião, Senador Eduardo Gomes, e aqui V.Exa. chega com um número muito pequeno de destaques que precisarão ser apreciados por este Plenário.

Então, eu preciso elogiar o trabalho de V.Exa. e agradecer a oportunidade que nos deu, Deputado Arlindo Chinaglia, de levantar alguns questionamentos que são importantes para o nosso mandato e para o funcionamento do Parlamento. Eu acho que chegamos a um entendimento muito importante a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, brilhantemente relatada pelo Senador Irajá.

Eu disse isto na reunião ontem e faço questão de repetir aqui: talvez tenha sido uma das missões mais difíceis, neste tempo de pandemia, relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu já tive oportunidade de relatá-la, mas diretamente no plenário, sem passar pelo debate na Comissão. O Senador Irajá merece todo o reconhecimento, tanto dos Deputados da base quanto dos da Oposição,

tanto dos Senadores da base quanto dos da Oposição, merece o reconhecimento de todo o nosso Parlamento.

Preciso destacar também alguns vetos importantes, como o da questão dos precatórios, que tem angustiado os professores de todo o Brasil. Será derrubado, acredito, por unanimidade, neste plenário, Senador Eduardo Gomes.

Pedi a palavra neste momento, na condição de Líder do Progressistas na Câmara, para referendar as palavras que V.Exa. utilizou na tribuna e o acordo que foi construído nessa reunião. Precisamos avançar nos próximos dias, para que na próxima semana tenhamos a pauta liberada para votar o relatório do Senador Marcio Bittar, que vai fazer com que o Brasil avance ainda mais e que consigamos vencer o maior problema que tem afligido o nosso País, que é a batalha contra a pandemia, contra o coronavírus. E vamos vacinar o nosso povo.

Documento 849/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:32

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Presidente Rodrigo Pacheco. Necessidade de votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também quero cumprimentá-lo. Eu me esqueci de fazê-lo. Esta é a primeira sessão que V.Exa. preside, mas foi suficiente para que fosse demonstrada a sua experiência e também o seu compromisso democrático.

Quero registrar por que eu falo isso. V.Exa. leu a lista dos inscritos. Isso é banal para quem está aqui, mas, para quem está usando a plataforma digital, é um tormento.

Eu queria falar agora a respeito daquilo que disse o prezado Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes. Nós temos plena consciência da importância, para o Governo e também para o País, de se votar o Orçamento. Não há como aportar recursos para o combate à COVID se não se votar o Orçamento. Não há como aportar recursos para o auxílio emergencial, para o socorro a Estados, Municípios e ao setor produtivo, se não se votar Orçamento. Então, nós concordamos com a sua condução em plenário a respeito da LDO. Estou dando explicação a quem estiver nos assistindo sobre a nossa concordância,

mas V.Exa. percebe que também queremos fazer o debate sobre o destino do dinheiro e, especialmente, a rapidez.

Tenho certeza de que vamos contar com a sua atenção sobre o tema.

Documento 850/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:36

Publ.: DCN - 18/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Líder do Governo Senador Eduardo Gomes. Sugestão à Presidência de criação de novo modelo de votação em globo de vetos presidenciais. Consulta ao Presidente Rodrigo Pachego sobre a inclusão, no bloco dos vetos com acordo pela rejeição, do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre a compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de cumprimentar também o Senador Eduardo Gomes.

Quero lhe agradecer, Presidente, o retorno sobre a nossa questão de ordem, fazendo algumas ponderações que são pertinentes para o futuro.

Quanto à apreciação em globo, nós sabemos que o modelo de cédula é inviável, mas caberia pensar em algum modelo virtual que permitisse que seja dado o voto individual.

A lista dos destaques de que V.Exa. falou ficou limitada no ano passado e não ficou correta em relação ao tamanho dos partidos. É uma sugestão, já que V.Exa. agregou a sugestão do Deputado Peternelli e de outro Deputado. Acho que esse é um tema que a Mesa pode discutir.

O Líder do Governo se referiu só ao Orçamento e, se não me engano, ao PLN 2. Para nós, não haveria problema em relação ao Veto nº 36. Perguntaria se o Veto nº 36 vai para o bloco dos que serão derrubados. Tem havido apelo da bancada feminina, e o de V.Exa. mesmo, como Presidente, e de vários Líderes partidários para que possamos acompanhar a listagem dos destaques.

Documento 851/1.178



3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:44

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, de 2020; do Veto Total nº 55, de 2020; dos Vetos Parciais de nºs 57 e 59, de 2020; e 4 e 5, de 2021. Pedido à Presidência de retirada de pauta do Veto Total nº 35, de 2021, apostado ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial constante no art. 2º da referida lei.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PL vai orientar "sim".

Porém, eu queria pedir a V.Exa. para retirar o destaque que trata do auxílio emergencial à mulher provedora de família monoparental, para que possamos trazê-lo na próxima pauta. Nós estamos discutindo esse item com o Governo. Esse é um veto que incide sobre uma lei que se extinguiu em dezembro, mas estamos falando dos 3 meses antecedentes.

Estamos tratando também, Sr. Presidente, do próximo auxílio emergencial. Sei que há um compromisso do Governo para que tratemos desse tema.

Então, o PL orienta "sim" em relação ao acordo feito e pede a retirada desse veto, para votação na próxima semana.

Documento 852/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:48

Publ.: DCN - 18/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, de 2020; do Veto Total nº 55, de 2020; dos Vetos Parciais de nºs 57 e 59, de 2020; e 4 e 5, de 2021. Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Sr. Presidente.

Neste 1 minuto que nós temos, quero ressaltar que, diante da tragédia que estamos vivendo, de tantos lutos que mais de 280 mil famílias brasileiras já experimentaram devido à COVID, quero dizer que é uma vitória dos profissionais da saúde a manutenção do PL que garante indenização para esses profissionais.

Sabemos que um terço das mortes globais de profissionais da área de saúde estão no Brasil, que cresceu mais de 400% o número de profissionais da enfermagem vítimas de COVID e pelo menos um profissional de saúde é morto a cada 19 horas.

Então, essa é uma vitória para esses que estão na linha de frente, no enfrentamento à crise sanitária.

Documento 853/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:52

Publ.: DCN - 18/03/2021 --VINICIUS POIT-NOVO -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, de 2020; do Veto Total nº 55, de 2020; dos Vetos Parciais de nºs 57 e 59, de 2020; e 4 e 5, de 2021.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta o voto "sim". Mas é importante colocarmos algumas considerações nossas.

Nós já fizemos questão de ordem em relação à votação em bloco em vetos que orientaríamos pela derrubada, como os Vetos 38, 49, 57 e 37.

Eu quero exemplificar o Veto 37, Sr. Presidente, porque o texto que saiu daqui permitia o resgate do FGTS pelos aeronautas, e o veto não permite mais esse resgate.

Então, como nós defendemos a liberdade do cidadão sobre o FGTS, nós derrubaríamos esse veto. Como está no bloco, nós não temos condições de fazer isso, e a maioria dos outros vetos nós votamos pela manutenção.

Fazendo essa consideração, agradecendo o acolhimento de V.Exa. às nossas questões, o retorno de V.Exa. para as questões de ordem, o NOVO registra "sim" no painel.

Documento 854/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --IGOR TIMO-PODE -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, de 2020; do Veto Total nº 55, de 2020; dos Vetos Parciais de nºs 57 e 59, de 2020; e 4 e 5, de 2021. Elogio aos Líderes do Governo Senador Eduardo Gomes e Deputado Ricardo Barros. Aplausos ao Presidente Rodrigo Pacheco pelo desempenho à frente do Congresso Nacional e do Senado Federal, e pela apresentação do Projeto de Lei nº 534, de 2021, sobre a aquisição e comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta, conforme acordo, "sim", junto ao Governo.

Gostaria de destacar o trabalho do Líder Eduardo Gomes e do Líder Ricardo Barros.

Presidente, parablenzo-o, mais uma vez, pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente do Congresso Nacional, da Presidência do Senado Federal e principalmente pelo trabalho brilhante na proposição do Projeto de Lei nº 534, que vai aumentar de forma significativa a escala de vacinação no nosso País.

Um grande abraço e que Deus continue iluminando-o nessa missão!

Documento 855/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-13:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SILAS CÂMARA-REPUBLICANOS -AM

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Pacheco, e aos Líderes do Governo Senador Eduardo Gomes e Deputado Ricardo Barros. Agradecimento ao Colégio de Líderes pela rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, na parte concernente à concessão de anistia de dívidas tributárias de templos religiosos.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que vem fazendo à frente do Congresso Nacional.

Quero parabenizar o Líder Eduardo Gomes e o Líder Ricardo Barros.

Em nome da Frente Parlamentar Evangélica, quero agradecer a todo o Colégio de Líderes, que por acordo incluiu, neste momento de votações sobre vetos, a queda do veto que diz respeito a multas indevidas e aplicação de penalidades injustas às igrejas e ao segmento religioso no País. Sem dúvida nenhuma, no dia de hoje, faz-se justiça e, a partir de agora, temos uma bússola, um norte de como vai se comportar o Governo Federal, através da Receita Federal, em relação às igrejas. E mais do que isso: restauramos aquilo que supostamente estava indevidamente sendo aplicado, como multas ou cobrança a todo o segmento religioso.

Documento 856/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 52, 53, 54, de 2020; do Veto Total nº 55, de 2020; dos Vetos Parciais de nºs 57 e 59, de 2020; e 4 e 5, de 2021. Apoio à retirada de pauta do Veto Total nº 35, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial constante no art. 2º da referida lei. Posicionamento do orador acerca do Veto Parcial nº 50, de 2020, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 983, 2020), acerca do uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com referência à votação em globo pela manutenção do veto, nós participamos do acordo e somos favoráveis.

Aproveito o momento para concordar com a proposta da Deputada Soraya diante do Veto 35, que diz respeito, entre outras coisas, ao auxílio emergencial para famílias monoparentais que tenham mulheres, especialmente, no comando.

E, finalmente, eu fui indagado. Há partidos da Oposição que, no mínimo, têm dúvida quanto ao Veto 50. Eu queria, então, comentar que não é para não votar, porque também foi feito acordo. Mas eu preciso de um tempo para conversar com os partidos de oposição para que, quando for votar o mérito, eu possa falar em nome de todos, se possível.

Documento 857/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:04

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CACÁ LEÃO-PP -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de retirada da pauta do Veto Parcial nº 1, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020, sobre a suspensão do pagamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 2015, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós construímos esse acordo, inclusive com a presença de V.Exa., antes do início do processo de votação.

Apenas, eu acho que, por um erro aqui, não sei, ou por um esquecimento, não foi colocado, não foi explicitado para todos esta questão do Veto do PROFUT. Mas o acordo foi construído antes do início do processo de votação, inclusive com a presença de V.Exa.

Então, eu peço a V.Exa. que reconsidere esta decisão, porque é importante para este Parlamento que nós discutamos num momento oportuno e que nos seja dada a oportunidade de debater mais esta matéria para resolvermos este impasse.

Documento 858/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:16

Publ.: DCN - 18/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação em globo dos Vetos Parciais de nºs 56, de 2019; 36, 44, 48, 52, 57 e 59, de 2020; e 3 e 5, de 2021, nos termos acordados para rejeição. Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre a compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "não".

Quero mais uma vez ressaltar a vitória dos profissionais de saúde que estão na ponta, à frente do enfrentamento da maior crise sanitária da história recente, com a derrubada do Veto nº 36, de 2020.

A partir deste momento, a família desses profissionais que, lamentavelmente, estão morrendo ou muitas vezes ficando incapacitados vai ter direito a indenização. Isso é valorizar a vida desses profissionais, a maioria mulheres, mulheres negras, como os profissionais de enfermagem, e valorizar também a vida das suas famílias, que muitas vezes ficam sem sustento quando, infelizmente, acontece algo com eles. Foi uma vitória para os trabalhadores da saúde.

O PSOL orienta "não".

Documento 859/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:28

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Celebração de acordo para a rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litúgio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 52, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à mudança da composição do

Conselho Nacional de Trânsito e à ampliação do prazo de validade de habilitações. Agradecimento ao Senador Eduardo Gomes e aos demais Líderes partidários pela rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu fiz um encaminhamento rápido, para otimizarmos os trabalhos, mas eu não poderia deixar de registrar três temas que consideramos muito importantes no nosso partido.

O primeiro é o acordo para a derrubada do Veto 48, que trata de um tema que envolve toda a educação, um interesse importantíssimo para esses gigantes da educação, que são os professores.

Além disso, a Deputada Christiane de Souza Yared nos traz agora uma preocupação: foi inserido nesse bloco pela derrubada o veto que trata da preservação dos profissionais que avaliam os motoristas no trânsito deste País - os psicólogos, os médicos. Nós temos ainda indicadores bárbaros de acidentes de trânsito. Precisamos melhorar o trânsito brasileiro.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes e a todos os Líderes pelo apoio à derrubada do Veto nº 36, de 2020, que diz respeito à indenização dos profissionais da saúde. V.Exa., Sr. Presidente, foi sensível e ajudou nessa construção.

O PL precisava registrar esses três pontos sobre educação; cuidado com o trânsito, porque temos que preservar vidas; e indenização desses gigantes que estão morrendo no combate à COVID.

Fica aqui esse registro a respeito de assuntos muito importantes que foram tratados no acordo pela derrubada desses vetos.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 860/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:32

Publ.: DCN - 18/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Votos de sucesso ao novo Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Senador Rodrigo Pacheco. Importância da rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto

ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; bem como do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de sanção do Projeto de Lei 3.477, de 2020, sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por estar assumindo essa nova missão. V.Exa. esteve conosco na Câmara dos Deputados. Quero desejar-lhe sucesso como Presidente do Senado e agora como Presidente do Congresso.

Nós do PSB queremos destacar, nessa pauta em que estamos discutindo um conjunto de vetos que estão na Ordem do Dia, duas questões que nós consideramos muito importantes e que são vitórias do Parlamento brasileiro.

A primeira questão diz respeito à derrubada do Veto nº 36, de 2020. É um reconhecimento simbólico do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, àqueles que estão na linha de frente no enfrentamento da pandemia no nosso País.

O Brasil vive hoje a mais grave crise sanitária da sua história. Nós estamos chegando a quase 300 mil vidas perdidas. No meio dessas vidas que estão sendo perdidas, há muitos profissionais de saúde - médicos, enfermeiros e profissionais de outras categorias - que também foram vitimados. Além do número recorde de mortes no mundo, nós também somos recordistas de perda de profissionais de saúde. Nada mais justo do que o Parlamento brasileiro prestar um simples reconhecimento simbólico. É menos pelo valor e mais pelo gesto às famílias que perderam esses entes queridos. A derrubada do Veto 36 é um importante gesto de reconhecimento desse esforço.

A segunda pauta para a qual queremos chamar a atenção diz respeito à educação, à derrubada daquilo que está previsto no Veto nº 48, de 2020, que trata dos precatórios do FUNDEF.

Nós estamos falando da importância da valorização dos profissionais da educação. Quem conhece o tema da educação sabe disso. Eu tive o orgulho de servir a essa causa como Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, que avançou muito do ponto de vista dos indicadores. Sabemos que esse avanço ocorre fundamentalmente no chão da escola, com a valorização daqueles que estão operando a transformação da educação, sobretudo os professores.

Havia uma injustiça histórica na distribuição dos recursos do FUNDEF, que tirou recursos que deveriam ser destinados à remuneração dos profissionais da educação, dos professores. Esta Casa repara esse erro histórico.

Aqui eu quero destacar o papel que teve o nosso companheiro de partido, hoje Prefeito de Maceió e à época Deputado, João Henrique Caldas, o JHC, que foi quem liderou esse debate no Congresso Nacional, sempre com o apoio do nosso partido. O PSB tem um compromisso com a pauta da educação. Nós sabemos que os salários dos profissionais da educação estão hoje muito aquém daquilo que, de fato, eles merecem receber. Os indicadores de referência no mundo apontam, por exemplo, que a remuneração média de um profissional da educação nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE chega a quase 35 mil dólares anuais. No Brasil, é de pouco mais de 14 mil dólares anuais.

Então, é muito importante que esses recursos que lá atrás deixaram de ser repassados aos professores cheguem finalmente às suas mãos. Nós aqui estamos fazendo, da mesma forma que fizemos com os profissionais de saúde, um gesto de reconhecimento aos profissionais da educação. Se a saúde está salvando vidas nesse momento no Brasil, a educação vai salvar vidas no horizonte futuro da nossa gente. Efetivamente, é a educação que transforma a vida das pessoas.

A Casa já tinha feito um reconhecimento da importância desses recursos do FUNDEF, quando fez a aprovação do novo FUNDEB recentemente, aprovado também por unanimidade nesta Casa. Ampliamos a participação dos recursos vinculados no novo FUNDEB para a remuneração. Antes eram apenas 60% dos recursos vinculados à remuneração dos profissionais de educação; com o novo FUNDEB, agora, são 70%.

Nada é mais coerente e lógico do que esta Casa, neste momento, derrubar também esse veto, que impedia que fosse feita uma justiça histórica do ponto de vista da educação pública brasileira e da valorização dos profissionais de educação. É um gesto de reconhecimento que fazemos, já que nós do PSB temos um compromisso com a pauta da educação pública de qualidade.

Eu queria aproveitar este minuto final, Sr. Presidente, para fazer um apelo ao Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro. Esta Casa também aprovou - tanto a Câmara quanto o Senado - o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, que garante a inclusão digital de profissionais da educação e dos alunos das escolas públicas, neste momento. A inclusão digital é feita através do acesso a equipamentos e a pacote de dados. Nesse novo normal da educação, é preciso garantir equidade no direito de todos terem acesso à educação no momento em que estamos vivendo, nesta pandemia, em que está sendo implantado um novo sistema de transmissão do conhecimento, através de um sistema remoto, através de educação a distância. Nós só vamos garantir isso se fizermos chegar computador e Internet para as escolas públicas.

O Congresso Nacional aprovou. A Câmara e o Senado aprovaram. Amanhã vence o prazo para que seja sancionado esse projeto de lei.

Esta Casa hoje aprovou uma moção de apoio na Comissão de Educação. Essa foi a primeira decisão tomada pela Comissão de Educação. Foi um apoio à sanção dessa proposta, que está mobilizando professores e estudantes.

É a hora - mais uma vez, o Congresso fez a sua parte - de o Governo Federal também mostrar que tem compromisso com a educação e sancionar o Projeto de Lei nº 3.477, de 2020.

Documento 861/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-14:48

Publ.: DCN - 18/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 56, de 2019, aposto ao Projeto de Lei nº 6.341, de 2019, (nº 10.372, de 2018, na Câmara dos Deputados), sobre o aperfeiçoamento da legislação penal e processual penal. Importância da rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto "não".

Eu queria aproveitar para destacar alguns pontos relevantes neste debate de hoje sobre os vetos aqui no Congresso Nacional, em especial o que trata da questão do FUNDEF, uma luta antiga de professores e professoras que finalmente está sendo resolvida. É certamente uma notícia alvissareira, que resulta de um conjunto de lutas e de mobilizações no Brasil inteiro, das quais o meu Maranhão participou com muita força a partir das organizações de professores e professoras. É preciso destacar isso como uma luta fundamental.

Quero também cumprimentar todos os Parlamentares que somaram forças nessa luta e estiveram presentes, como diversos Parlamentares da nossa bancada, a do PSB.

Essa é uma sinalização positiva num momento difícil do País em que não temos soluções para os problemas da COVID, mas pelo menos esse alento tem a categoria da educação. Vitória de todos nós!



Muito obrigado, Presidente.

Documento 862/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-15:08

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Descumprimento de acordo pelo Governo na oposição do Veto Parcial nº 30, de 2020, ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico. Importância da rejeição do Veto Parcial nº 3, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 996, de 2020), sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela; do Veto Parcial nº 59, de 2020, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021; do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; e do Veto Parcial nº 52, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à mudança da composição do Conselho Nacional de Trânsito e à ampliação do prazo de validade de habilitações. Encaminhamento da votação do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, da mesma forma, eu quero registrar o nosso respeito ao Deputado Evair, que agora falou em nome do Governo.

A pedido do Deputado Afonso Florence, eu quero esclarecer que o que o Deputado Floresce disse, da tribuna, é que foi feito um acordo em torno do texto aprovado. Daí a surpresa de um veto, porque, se houve o veto, não se cumpriu então com o acordo, não que tivesse havido acordo de não veto.

Dito isso, eu quero então rememorar e, de alguma maneira, comemorar, nos limites do razoável, a derrubada do Veto nº 3, porque este incidia sobre o Programa Casa Verde e Amarela, que tem como raiz sólida o Minha Casa, Minha Vida. Isso permitiu, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida, fazer concessões do ponto de vista tributário, não para atender a empresa, mas para atender aquilo que nós podemos chamar de prestações, se não módicas, pelo menos mais acessíveis para a camada mais pobre, que se beneficia desde a época do Minha Casa, Minha Vida.



Da mesma forma, eu quero registrar que a derrubada, a rejeição do Veto nº 59, que diz respeito à execução orçamentária, permite o retorno da programação orçamentária específica acerca das ações de saneamento básico - eu quero falar, daqui a pouco, do Veto nº 30 - e, ao mesmo tempo, trata da vedação à limitação de empenho das despesas relativas à produção e disponibilização de vacinas. É uma grande conquista.

Também quero fazer referência ao Veto nº 3, aquele que, na figura do Deputado Reginaldo Lopes - eu sei que não foi somente ele, mas ele é o autor da proposta -, diz respeito à indenização dos profissionais de saúde, dependentes e também o suporte.

Quero também fazer referência àquilo que é, eu diria, uma reivindicação dos profissionais de saúde, tanto médicos como psicólogos e outros, no que diz respeito a um rigor maior nos exames para se obter a CNH.

Eu sei. Eu ouvi com atenção o Deputado General Peternelli, que, de alguma maneira, aponta aspecto em que nós deveremos continuar pensando, que é como baratear, na ponta da linha, o serviço para aqueles que ele mencionou, que acabarão pagando mais do que podem pagar, se não houver alguma mudança. Mas eu tenho a convicção de que nós vamos fazer ajustes.

E, sob essa égide de vitórias reais, eu quero também apelar a todos os Parlamentares para que derrubemos o Veto 30/20. Para isso, vou tentar inovar com algum tipo de argumento.

Primeiro, a lei aprovada pelo Congresso Nacional já tinha um viés que apontava para a possibilidade da privatização. Entretanto, houve a sensibilidade do Congresso Nacional de abrir, para aqueles contratos de programa de serviço público - entre um empresa estadual estatal e/ou pública e um Município -, a possibilidade de haver a prorrogação desse contrato por até 30 anos, desde que houvesse a iniciativa até março de 2022. Na medida em que o veto incide sobre isso, o que vai acontecer? Vai facilitar o monopólio privado e, fatalmente, vai matar as empresas estaduais e, inclusive, as municipais de saneamento.

Por que isso é relevante? É só olhar o mundo. O mundo inteiro está revisando as privatizações outrora executadas. Portanto, sobre os serviços essenciais dessa magnitude, é só, repito, pegar a experiência da Inglaterra ou de qualquer outro país e observar: eles estão revendo essa privatização.

Finalmente, eu acho que nós devemos trabalhar para conseguir o melhor. Por isso, pedimos apoio ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tiago Mitraud. *(Pausa.)*

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Digo derrubada do veto.



Documento 863/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-15:20

Publ.: DCN - 18/03/2021 --FERNANDO RODOLFO-PL -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela rejeição do item 5 do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da orientação do PL, eu queria registrar o nosso agradecimento aos Deputados que votaram pela derrubada do item 5 do Veto 48/20, que estava no bloco anterior, atendendo a um apelo dos professores brasileiros.

Quanto a este veto específico, o PL orienta "sim", Sr. Presidente.

Documento 864/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-15:40

Publ.: DCN - 18/03/2021 --GUILHERME DERRITE-PP -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Votos de pronto restabelecimento da saúde do Senador Major Olímpio, contaminado pela Covid-19. Registro de voto.

O SR. GUILHERME DERRITE (Bloco/PP - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Antes de mais nada, eu queria me solidarizar com o nosso Senador Major Olimpio, do Estado de São Paulo, que se encontra internado. Estamos em orações para que ele prontamente se restabeleça. Falei com a esposa do

Senador anteontem. Com certeza e com fé em Deus, ele vai se recuperar e sair dessa internação.

Eu queria apenas justificar o meu voto no veto passado, que tratava do pacote anticrime, em que equivocadamente eu votei "não". Porém, entendo que o ideal seria a manutenção do texto, haja vista a importância da escuta ambiental, inclusive, pelo Ministério Público, nas acusações em processos criminais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 865/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-15:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --DA VITORIA-CIDADANIA -ES

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 59, de 2020, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, relativo às diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021. Solidariedade ao povo brasileiro diante da tragédia causada pela epidemia de coronavírus no País. Votos de sucesso ao novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Necessidade de vacinação em massa da população brasileira contra a Covid-19.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania encaminha o voto "não", orienta "não".

Quero aproveitar para me solidarizar com o nosso povo brasileiro. Ontem, atingimos o número de 282 mil mortes. Só no dia de ontem, foram 2.798 mortes. Então, esta é uma preocupação do País, principalmente deste Congresso, onde nós representamos o povo brasileiro.

Ao Ministro Marcelo Queiroga, que assume o Ministério da Saúde, nós desejamos todo o sucesso, mas também que haja a participação das instituições, deste Congresso, e de todos que querem colaborar para que possamos vencer esse tempo difícil desta pandemia. Para isso, nós precisamos alcançar a imunização de todo cidadão brasileiro por meio da vacinação.

Acredito que este é o foco que o Governo Federal e o Ministério da Saúde têm que colocar. E nós precisamos, cada vez mais, estar juntos, para que possamos sair fortalecidos e, cada vez mais, proteger as vidas do nosso povo brasileiro.

Sumário

Acerto da rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus; e do Veto Parcial nº 52, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.503, de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro), com vista à mudança da composição do Conselho Nacional de Trânsito e à ampliação do prazo de validade de habilitações. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria apenas pontuar a importância da derrubada de alguns vetos no dia de hoje e, particularmente, de uma proposta que foi muito capitaneada pelas Parlamentares, pela bancada feminina, que diz respeito à indenização dos familiares daqueles que perderam as suas vidas ou que foram penalizados em função do combate à COVID-19. Eu tenho absoluta segurança de que os heróis e heroínas do Brasil vestem jaleco branco e também não portam armas, mas portam giz. São os servidores da educação, educadores e educadoras, e os profissionais de saúde. Pontuo também a discussão do precatório para a valorização de educadores e educadoras. Ao mesmo tempo, reconheço que nós vivenciamos uma verdadeira e profunda violência no trânsito e que nós também conseguimos derrubar vetos acerca disso.

Com esses três vetos derrubados, nós devolvemos à sociedade parte do que ela tem direito. Seria importante derrubar outros vetos, como o do saneamento, porque possibilitaria inclusive o subsídio cruzado, ou seja, que o Estado ou o Município que fez uma determinada contratação e não tem retorno financeiro possa ser beneficiado com aquele que tem retorno financeiro.

Então, ainda que não tenhamos derrubado outros vetos, o que seria tão importante para o nosso País, para a nossa soberania, derrubamos alguns absolutamente importantes. Assim, dialogamos com a sociedade nessa perspectiva.



Documento 867/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:28

Publ.: DCN - 18/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes. Importância da construção de acordo para a votação do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; bem como do Veto Parcial nº 3, de 2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 2020, (oriundo da Medida Provisória nº 996, de 2020), sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria, Presidente, mais uma vez, registrar o empenho do Líder Eduardo Gomes, Senador do MDB do Tocantins. Eu dizia aqui que o tempo que ele gastou em reuniões conosco foi economizado hoje durante a sessão.

Então, parabéns pela condução, Senador Eduardo!

Também quero registrar a compreensão do Governo no acordo, principalmente em três pontos.

Um deles foi em relação ao Veto nº 35, que diz respeito à indenização dos profissionais de saúde, em que houve a atuação direta da bancada feminina e de vários setores aqui da Câmara dos Deputados e do Senado.

Quero registrar aqui a atuação da Deputada Dulce Miranda, do MDB, da Deputada Daniela do Waguinho, da Deputada Elcione e da Deputada Jéssica, no sentido de que este veto fosse derrubado.

E quero registrar também, Sr. Presidente, acima de tudo, o acordo feito em relação ao Veto nº 3, de 2020, do programa habitacional Casa Verde e Amarela. Eu tive a oportunidade de relatar, na Câmara dos Deputados, a medida provisória que criou esse programa. Eu tive, no Senado, o reconhecimento do trabalho, e o relatório foi votado sem nenhuma modificação.

Quando da apreciação do Presidente da República, houve o veto no que diz respeito ao Regime Especial de Tributação para as obras, para as construtoras que executam as obras da faixa menor, aquela que beneficia o cidadão de baixa renda. E nós discutimos com o Governo, porque era fundamental a

inclusão do RET no relatório e no projeto de lei de conversão, para que o programa tivesse sucesso, para que venha a ter sucesso, bem como a inclusão das obras remanescentes do Programa Minha Casa, Minha Vida que ainda estão em andamento.

Portanto, era esse registro que eu gostaria de fazer.

Parabenizo V.Exa. e espero que tenhamos, nas próximas convocações do Congresso Nacional, sessões como esta, com acordos bem-feitos, realizados às claras, abertos e bem compreendidos tanto pela base do Governo como pela Oposição.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 868/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:28

Publ.: DCN - 18/03/2021 --SIDNEY LEITE-PSD -AM

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Vitória alcançada pela população brasileira, em especial pelo Estado do Amazonas, com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Acerto da rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero destacar aqui a votação de ontem do PL do Gás. Esta é uma vitória do povo brasileiro, uma vitória que permite, Deputado Peternelli, uma maior concorrência, um investimento significativo no setor, a mitigação das barreiras que impedem a livre concorrência, o combate ao monopólio e a facilitação do transporte desse insumo tão importante não só para a geração de energia mas também para boa parte do segmento da indústria brasileira. E por que não dizer que isso irá, sobremaneira, contribuir para a oferta de gás, diminuir o custo para os consumidores, inclusive do gás de cozinha?

E eu quero aqui fazer um destaque somente para o Estado do Amazonas: o Gasoduto Coari-Manaus, que estava com uma previsão orçamentária de investimento em torno de 2 bilhões de reais, custou quase 5 bilhões de reais, alterando e onerando o custo do gás até os dias de hoje.

A nova tecnologia e a lei que nós aprovamos aqui ontem, sobre esse novo marco, permitirão que esse transporte possa ser realizado através de barcaças e de carretas, comprimindo esse gás até 600 vezes pelo processo de liquefação.

Só no Estado do Amazonas, nós teremos condição de licitar 16 blocos, que permitirão, nos próximos 10 anos, segundo estudos e dados da FGV, investimentos em torno de 40 bilhões de reais, como também geração de mais de 45 milhões de empregos no Estado do Amazonas. Estado esse que tem o sistema mais isolado da matriz energética do País, com 87 pontos de geração isolada. Permitir-se-á, através do gás também, diminuir o preço para o consumidor da energia elétrica e também tudo aquilo que o consumidor brasileiro contribui através da conta CCC.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero parabenizar este Parlamento, a Câmara dos Deputados e o Senado da República por terem tido a compreensão e a sensibilidade de votar essa lei, que, com certeza, coloca o Brasil num outro patamar, permitindo uma nova condição e oportunidade de geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero parabenizar este Congresso também por derrubar o Veto nº 48, garantindo o direito adquirido de todos os trabalhadores da educação, que, com certeza, merecem da nossa parte respeito, carinho e sensibilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 869/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:40

Publ.: DCN - 18/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Aplausos à União dos Policiais do Brasil pela realização de manifesto em frente ao Congresso Nacional, em protesto contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos trabalhadores e profissionais da saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Senador Rodrigo.

Primeiro, quero parabenizar a União dos Policiais do Brasil, que hoje está fazendo uma carreata aqui em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, em contrariedade à PEC 186. Acho que foi muito importante a manutenção da compreensão dos policiais civis, militares, rodoviários federais e federais, da gravidade que foi incluída na Constituição. Agora já preparam uma luta contra a reforma administrativa. Quero deixar aqui a minha saudação a esses policiais e o nosso compromisso com essa luta.

Quero parabenizá-lo pela condução e pela derrubada do Veto 36, Sr. Presidente. Já cumprimentei o Líder Eduardo Gomes.

Quero agradecer às mulheres da bancada feminina que já nomeiei e também aos Líderes partidários, ao Vice-Presidente Marcelo Ramos, ao Líder Marcos Pereira, ao Líder Isnaldo Bulhões Jr., a vários Líderes que se manifestaram pela derrubada do veto, assim como à minha Líder, a Deputada Talíria Petrone.

Quero agradecer também ao Deputado Rodrigo Maia, que, quando Presidente, ajudou-nos na elaboração desse projeto, e, pela compreensão unânime, a esta Casa, por reconhecer o trabalho dos profissionais da saúde.

Muito obrigada.

Documento 870/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:48

Publ.: DCN - 18/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Discordância do orador com a votação em globo de vetos presidenciais. Declaração de voto pela rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, a respeito do disciplinamento das regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e do acordo de litígio terminativo contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Por outro lado, eu quero me somar a vários Parlamentares que questionaram o método que foi adotado hoje, nesta sessão do Congresso, de votação em globo, de votação em bloco. Particularmente, eu me senti prejudicado no

segundo bloco, por exemplo, porque concordava com algumas coisas e discordava de outras. Fui obrigado a me abster.

Aproveito para reafirmar aqui o meu voto favorável à derrubada do veto em relação ao FUNDEF, em relação a professores e professoras, pelo qual nós lutamos tanto no âmbito da Câmara, conseguimos aprovar, e aqui hoje foi feita a derrubada, de uma maneira muito justa, assim como outros itens que já foram relacionados pelos nossos colegas que nos antecederam.

De qualquer maneira, quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, que conduziu muito bem, estreou muito bem. Espero que possamos continuar aperfeiçoando a nossa tecnologia de funcionamento da sessão remota, para permitirmos um processo mais democrático e que preserve a opinião de cada Parlamentar desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 871/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:52

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos trabalhadores e profissionais da saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Rodrigo Pacheco, que preside esta nossa primeira sessão de deliberação de vetos.

Eu quero, na condição de enfermeira, agradecer a esta Casa pelo acordo que foi realizado para derrubarmos o Veto nº 36. É um reconhecimento do Parlamento brasileiro a esse conjunto de homens e mulheres que estão na linha de frente do enfrentamento a esta pandemia. Profissionais da saúde - enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares, assistentes sociais, fisioterapeutas, agentes comunitários de saúde, médicos - foram ceifados de suas famílias. Algo em torno de mil profissionais que foram salvar vidas tiveram a sua vida ceifada por esta pandemia. Neste ano de 2021, esses profissionais ficaram como prioridade para serem vacinados, mas precisamos lembrar que, sem vacina, eles foram para a linha de frente para salvar vidas. Portanto, esse veto derrubado, pelo acordo do Colégio de Líderes, pelo acordo de todos os

partidos e de todos os Parlamentares, significa que o Brasil reconhece as famílias dos homens e mulheres da saúde que morreram buscando salvar vidas nesta pandemia, em que já se aproximam de 280 mil os óbitos.

Neste momento estamos vivendo a pior fase da pandemia. Em momento algum de 2020 vivemos o que estamos vivendo no País neste início de 2021. No meu Estado, para V.Exas. terem ideia, Santa Catarina, que é organizado nos serviços de saúde, nós já temos em média, todos os dias, 300 pacientes aguardando uma vaga nos leitos de UTI, para lhes mostrar a dimensão desta pandemia, da variante do vírus. Por isso, nada mais justo que reconhecer e indenizar os que tombaram frente a esta guerra com o reconhecimento, que não é nenhum fortuna. Muito pelo contrário. É um pequeno gesto de reconhecimento a esses homens e mulheres, muitos dos quais têm dupla jornada de trabalho para conseguir dar o mínimo de sustento para suas famílias. Não estamos falando de salários de 10 mil, de 6 mil, de 4 mil reais, estamos falando do que muitos recebem, ou seja, de pouco mais do que o salário mínimo ou o salário mínimo. E tombaram, morreram buscando salvar vidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada a todos os que realmente compreenderam a importância dessa indenização para esses trabalhadores, ou melhor, para a família desses trabalhadores, porque eles já não estão mais conosco.

Documento 872/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Rodrigo Pacheco, aos Líderes partidários e aos Parlamentares pela rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu quero aproveitar este momento para agradecer a V.Exa. Acho que o gesto do agradecimento deve ser uma obrigação. Reconheço na sua liderança a grande contribuição para que a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional,

pudessem fazer um gesto simbólico, mas importante. É lógico que nenhuma vida que perdemos temos condições de reparar, mas nós temos a obrigação, como homens públicos, como elaboradores de proposições legislativas, de indenizar os dependentes dos nossos profissionais da área da saúde que foram vítimas da COVID-19.

Portanto, quero agradecer ao Parlamento, a todas as Lideranças e a V.Exa., em especial, Sr. Presidente, por garantir o acordo que permitiu a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 1.826, do qual sou autor. Mas há vários coautores. O projeto contou com a participação de todos.

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Documento 873/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:56

Publ.: DCN - 18/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Produção de vacinas contra a Covid-19 pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e pelo Instituto Butantan.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero dar uma notícia para o Brasil: o Ministro da Saúde acaba de nos informar que, agora, no Rio de Janeiro, foram entregues 5 milhões e 600 mil doses de vacinas das duas instituições mais importantes do Brasil, em termos de vacinação, da FIOCRUZ e do Butantan.

Então, Brasil, são 5 milhões e 600 mil doses para esta semana, vindas da FIOCRUZ e do Butantan.

Hoje a FIOCRUZ lançou a primeira vacina brasileira.

Era isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 874/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-16:56

Sumário

Apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco de paralisação dos trabalhos no Congresso Nacional na próxima semana, para votação tão-somente de proposições e medidas destinadas ao combate à Covid-19.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou de Feira de Santana e quero registrar um fato que ocorreu esta semana. Ontem o Diretor do Hospital de Campanha disse que ele escolhe quem vai viver. Essa é a situação do Brasil.

Eu quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que tão bem conduziu hoje esta sessão - parabéns! -, quero lhe dizer uma coisa simples. Sr. Presidente, peço a V.Exa., que comanda o Congresso: vamos parar na semana que vem e botar como foco principal do nosso País o que está acontecendo com o nosso País. Não é mais possível, Sr. Presidente, que, a esta altura, estejamos aqui discutindo gás e outras situações. Nós estamos na Terceira Guerra Mundial, Sr. Presidente! As pessoas estão morrendo, e os médicos estão escolhendo quem vai morrer e quem vai viver.

Que na semana que vem o Congresso, o Senado e a Câmara, pare tudo, para tocar o que podemos fazer para ajudar, nesta pandemia.

Documento 875/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-17:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --CARLOS VERAS-PT -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais e trabalhadores de saúde incapacitados para o trabalho em face da Covid-19; bem como do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre as regras para o pagamento com desconto de precatórios federais e acordo de litígio contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senador Presidente Rodrigo Pacheco, quero cumprimentar V.Exa. e toda esta Casa por um feito importante neste dia, que foi a derrubada dos vetos - e de vetos importantes. Aqui quero destacar dois vetos.

O Veto nº 36 garante aos familiares dos profissionais de saúde vítimas da COVID-19 uma indenização. Foi a derrubada de um veto extremamente importante e que faz justiça. Não é só bater palmas, é reconhecer aqui o valioso trabalho desses profissionais.

O outro veto, o Veto nº 48, é o veto dos precatórios. Os precatórios são dos professores e das professoras. É justiça o que esta Casa faz. Apelamos aos Prefeitos para que façam acordo com esses professores e garantam que o dinheiro dos precatórios do FUNDEF vá para eles, porque esse é um direito conquistado por todos.

Esta Casa faz justiça no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 876/1.178

3.2021.N-Sessão Outro Evento-17/03/2021-17:00

Publ.: DCN - 18/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao professorado brasileiro pela rejeição do Veto Parcial nº 48, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, sobre as regras para o pagamento com desconto de precatórios federais, e o acordo de litígio contra a Fazenda Pública durante a epidemia de coronavírus.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Senador Presidente Rodrigo Pacheco.

Quero pedir a transcrição nos Anais da Casa e a divulgação no programa *A Voz do Brasil* do meu pronunciamento, em que saúdo esta Casa e saúdo as professoras e os professores pela derrubada do Veto nº 48, que autoriza a disponibilização de cerca de 60% do valor dos precatórios, a título de gratificação, para uma categoria tão importante para brasileiros e para brasileiras.

Quero parabenizar os professores e as professoras, quero parabenizar as famílias, quero parabenizar o Congresso Nacional e V.Exa., Presidente.

Obrigado.

Documento 877/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:08

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 284 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Registro de 2.798 óbitos no Brasil, nas últimas 24 horas, provocados pela doença viral. Solidariedade aos familiares das vítimas da epidemia de coronavírus. Liderança do Brasil no ranking mundial de mortes pela Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a doença. Necessidade de adoção, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de medidas efetivas de contenção do avanço da Covid-19.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta manhã, gostaria de me reportar à tristeza e ao desespero por que passa a população brasileira. Queria abraçar fraternalmente cada pai, cada mãe, cada familiar que perdeu seu ente querido.

O Brasil já soma mais de 284 mil mortos. Nós já somos o País que mais perdeu pessoas durante a pandemia: em 24 horas, foram registradas 2.798 mortes. Há mais de 10 dias passamos de 2 mil mortos na média móvel de mortes no País. Novos recordes estão sempre nas manchetes, e a Organização Mundial da Saúde chamou a atenção para o fato de que o Brasil lidera o *ranking* de óbitos no mundo. Essas manchetes machucam a nossa alma e a nossa condição de Parlamentares. Estamos vendo uma tragédia em tudo o que foi feito no País até agora. Não há política para conter a pandemia.

Os demais países do mundo estão chegando ao momento de equilibrar, de vacinar o seu povo. O Chile, aqui nas nossas proximidades, está com mais de 13% da sua população vacinada e tem um planejamento de vacinação claro para a sociedade. Estamos vendo a virada nos Estados Unidos. A população estava tendo as orientações de um Presidente que queria ver a morte e passou agora a outro patamar, com um Presidente que encarou a pandemia e que passou a cuidar da população. Lá, mais de 2 milhões de pessoas são vacinadas a cada dia. Enquanto isso, o Brasil não fez contratos, não apoiou os países que já estavam no processo de pesquisa e depois, no período de contratação das vacinas, ficou no fim da fila.

Então, não é agressão ao Presidente da República, é constatação de fatos. Não existe gestão. Trocou o Ministro da Saúde, e o Ministro que saiu disse: "*Vai continuar da mesma forma*". Vamos continuar vendo os nossos entes queridos morrendo nas filas? Essa é a política brasileira? Que ofensa? Por que os Parlamentares se sentem agredidos quando alguém constata o fato de que a população brasileira está tombando, morrendo, indo a óbito porque não existe vacina, porque não existe política pública?

Sr. Presidente, que esta Casa se debruce sobre isso, que o Presidente desta Casa possa conduzir, junto com o Presidente do Senado, porque, infelizmente, realmente o Brasil está numa situação de tragédia.

Documento 878/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:12

Publ.: DCD - 19/03/2021 --VIVI REIS-PSOL -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Relevância do papel exercido pelo Sistema Único de Saúde - SUS no atendimento aos pacientes da Covid-19. Congratulações aos profissionais da saúde atuantes na linha de frente de combate ao coronavírus. Apoio às pautas históricas relacionadas aos trabalhadores da saúde. Defesa de fixação da carga horária dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Enfraquecimento da política nacional de humanização. Repúdio à política de cortes de recursos da saúde adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apoio à vacinação do povo brasileiro, ao isolamento social e à decretação de lockdown para combate à Covid-19.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todos e a todas que estão nos acompanhando.

Infelizmente, cada vez mais a situação em que o Brasil se encontra é trágica. É importante saudar o SUS, o Sistema Único de Saúde, porque é graças a ele que vidas estão sendo salvas.

Quero também parabenizar os profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à COVID-19. Todos eles merecem muito mais do que palmas, mas reconhecimento, valorização e condições justas de trabalho. Por isso, nós seguimos defendendo pautas históricas relacionadas às categorias de saúde, como piso salarial - da minha própria categoria, os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais - e as 30 horas para a enfermagem, a psicologia e a fonoaudiologia, entre outras temáticas importantes.



Há hoje o enfraquecimento da Política Nacional de Humanização, assim como de vários serviços de saúde. Isso, a meu ver, parece muito intencional, pois o projeto político seguido pelo Governo Federal, de fato, atinge a vida dos brasileiros e vai de encontro a ela. É uma inoperância intencional. Nós vimos acontecer toda aquela situação de caos em Manaus, em vários Estados e Municípios, em especial do Norte do País. Então, isso é bem grave, meu povo.

É necessário dizer que esse projeto também está relacionado a desinvestimento, a cortes. No NASF, por exemplo, há corte de leitos dos serviços de saúde, corte de leitos de UTI. No Pará, os dados são alarmantes: 100% de leitos da rede privada ocupados e 78% da rede pública. São mais de 280 mil mortes no Brasil! E, segundo os índices, nas últimas 24 horas, ultrapassamos as 3 mil mortes. Nós precisamos nos indignar com tudo isso. Devemos seguir defendendo a vacinação para todos e todas, defendendo condições para que o povo possa seguir em isolamento social e para que se faça um *lockdown* com direitos. Enfim, temos que seguir combatendo todas as mazelas do Governo.

Por isso, eu digo, meu povo: vamos defender a saúde pública. Qualquer pessoa que estiver contra a saúde pública também está contra a vida do povo!

Documento 879/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:20

Publ.: DCD - 19/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema nacional de saúde em decorrência da Covid-19. Registro de 3.149 mortes no País, nas últimas 24 horas, provocadas pela doença viral. Necessidade da aquisição de vacinas contra o coronavírus. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a imunização do povo brasileiro. Colapso do sistema de saúde em Municípios do Estado do Rio de Janeiro em decorrência da Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo um colapso na saúde, nós estamos vivendo um holocausto no Brasil.

É intolerável o que está acontecendo: 3.149 mortos em 24 horas. Por mais que a Câmara tenha trabalhado, nada, mas nada é mais importante do que buscar as vacinas e fazer com que essas mortes parem, até porque o colapso está se estendendo a Municípios pequenos e que, daqui a pouco, vão deixar de existir, dado o número de pessoas atingidas.

Nós estamos em colapso, nós estamos convivendo com muitas mortes no País. Isso é holocausto. Mas o Governo do Brasil de Jair Messias Bolsonaro parece que não se dá conta disso, pois permite que as pessoas fiquem sem vacinação. São 5,2% de vacinados com a primeira dose; com a segunda dose, nós temos 1,6%. Então, como vamos acabar com a doença ou, pelo menos, diminuir os casos?

O meu Estado está com mais de dez Municípios em colapso quase total, entre eles Itaguaí, Seropédica, Queimados, Mesquitas, Nilópolis. Nós estamos enfrentando uma situação gravíssima. É o caso da cidade do Rio de Janeiro, de Cabo Frio e de Rio das Ostras. Podemos dizer que todas as cidades do Estado estão entrando em colapso.

Mas eu estava falando do Brasil. É preciso que o Presidente Bolsonaro pare de incentivar as pessoas. Elas ficam ansiosas, porque, como não têm auxílio emergencial, não têm como comer, não têm absolutamente nada, nenhum respaldo, nenhuma segurança, elas vão para as ruas, para as aglomerações, que o Presidente incentiva.

O povo quer trabalhar? É claro que sim! E nem há emprego. O povo não quer morrer.

Sr. Presidente, essa é a minha manifestação. Nós estamos precisando de leitos, pois vários hospitais estão praticamente fechados. Eu não estou entendendo ainda porque nós temos hospitais da Marinha, do Exército, da Polícia Militar, mas não vimos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 880/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:24

Publ.: DCD - 19/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do governo petista na área de saúde. Incompetência demonstrada pelo Governo do Estado de São Paulo na condução das ações de combate à Covid-19. Apoio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Só pode cobrar alguma coisa aquele que dá o exemplo. Isso é um mantra, uma regra de vida, um valor que todos nós deveríamos carregar.

Em 2006, nós tivemos a Máfia dos Sanguessugas, uma turma que superfaturou a compra de ambulâncias e foi alvo de escândalo. Segundo matéria do jornal *O Globo*, *Máfia dos Sanguessugas desvia 187 milhões de reais*. As coisas não param por aí. Em matéria de 2012, também do jornal *O Globo*: *SUS perdeu quase 42 mil leitos em sete anos, aponta relatório do CFM*. Matéria de 2013, do jornal *O Globo*: *Falta de leitos em UTIs do país afeta brasileiros de forma dramática*. Matéria de 2014, do jornal *O Globo*: *Pacientes de urgência morrem à espera de vagas em UTI pelo Brasil*. Matéria de 2015, também do jornal *O Globo*: *Falta de leitos em UTIs preocupa pacientes em todo o País*.

Pois bem, Sr. Presidente, esse é o legado que o Governo do PT, de 2012 a 2016, deixou para o País. Esse é o legado triste a que nós assistimos hoje. Pior do que isso é ter uma contribuição negativa de diversos partidos que torcem pela desgraça do País. Pior é ter Governadores do Brasil, como o do Estado de São Paulo, que não só torcem pela desgraça, como a praticam neste momento. Estão tentando acabar com o Estado de São Paulo, que, em pouco tempo, terá como cenário uma terra arrasada, por falta de competência, de gestão, de trabalho, de vontade de trabalhar em favor do povo brasileiro.

Jair Messias Bolsonaro, esse grande homem, esse patriota de verdade, hoje luta contra todas essas pessoas, contra todos esses partidos, contra todos aqueles que não se contentaram em destruir o Brasil nos anos anteriores e querem destruí-lo mais ainda, deixando nossa população em ponto de miséria, sem comer, sem trabalhar e ainda doente.

Nós estamos aqui na Câmara dos Deputados para combater essa onda de destruição causada por muitas pessoas. Nós vamos combatê-la, com toda a certeza, e vamos vencer essa pandemia.

Bolsonaro até 2026! Deus vai permitir isso!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 881/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:28

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

Congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Desestruturação do Sistema Único de Saúde - SUS. Insuficiência dos recursos destinados ao auxílio emergencial pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Queda do índice de aprovação popular do Presidente da República. Proposta de paralisação dos trabalhos na Casa, para discussão tão-somente de medidas de combate à Covid-19.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quis o destino mais uma vez que eu falasse após um Deputado que nós respeitamos, com quem temos amizade e que faz uma abordagem a respeito das responsabilidades pelo estado atual do País frente à pandemia.

Eu queria, então, recuperar alguns outros aspectos para, ao final, inclusive fazer uma proposta. Quais são os outros aspectos? Alguns dos Parlamentares da atual legislatura não estavam aqui - registre-se - quando, em 2016, foi votado e aprovado pelo Congresso Nacional o famigerado teto de gastos, e, por 20 anos, foram congelados os investimentos em saúde e educação, podendo ser corrigidos apenas pela inflação, enquanto a população aumenta e envelhece. Nós estamos, portanto, no processo de desestruturação do SUS.

Votamos recentemente a PEC 186. Nós alertamos e denunciemos ser mentira que a PEC visava repor o auxílio emergencial que aprovamos ano passado de 600 reais para as pessoas que a ele fizessem jus. Estava ali apontado o total de 44 bilhões de reais, sem dizer qual era o valor do auxílio. Há 2 dias a imprensa divulgou que a maioria receberá apenas 150 reais.

Diante disso, no meu ponto de vista, confesso que chegamos a um ponto de saturação. Continuamos falando, falando, falando, 1 ano denunciando, e não acontece nada. Há uma sequência de erros do Governo Federal e do próprio Bolsonaro, que condenou o isolamento social, que falou que era uma gripezinha, que condenou a vacina, que disse que quem a tomasse iria virar jacaré e outros absurdos. Muitas pessoas inocentes morrem por acreditar nessa conversa fiada.

Eu disse que, ao final, queria fazer uma proposta, exatamente para expressar a indignação também do povo brasileiro. É bom registrar que *O Globo* divulgou pesquisa do Datafolha apontando que 55% dos brasileiros condenam o Governo Bolsonaro, frente a um total de 45% daqueles que o acham ótimo, bom ou regular.

A minha proposta é a seguinte: vamos parar os trabalhos da Câmara. Vamos fazer uma obstrução, discutir COVID-19, pressionar o Governo e arrumar uma solução.

Documento 882/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 19/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde na região do Grande ABC paulista, provocado pela epidemia de coronavírus. Exortação aos brasileiros para cumprimento das orientações das autoridades sanitárias contra a Covid-19.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu poderia falar sobre o desdém de Bolsonaro, sobre o desrespeito, as gozações, as políticas criminosas que o fazem genocida, mas não quero falar sobre isso agora.

Na região onde moro, a região do ABCDMRR, assim como no Brasil, há um verdadeiro colapso, uma situação de extrema gravidade. Reconheço que os Prefeitos das cidades que compõem essa região - Paulinho Serra, de Santo André; Orlando Morando, de São Bernardo do Campo; Tite Campanella, de São Caetano do Sul; Filippi, de Diadema; Marcelo Oliveira, de Mauá; Clóvis Volpi, de Ribeirão Pires; Claudinho da Geladeira, de Rio Grande da Serra - têm feito de tudo. Há um desespero, um clamor!

Sabemos que existem casos marcantes. Eu me lembro do de Manoel, amigo dos meus filhos. Foram criados juntos, brincando, jogando bola, soltando pipa, na Ferraz Alvim, em Diadema. Manoel perdeu um irmão há alguns anos, e, na semana passada, perdeu outro irmão, por causa do coronavírus. Na outra semana, perdeu o Seu José, seu pai, por causa do coronavírus, e D. Bela está internada, também por causa do coronavírus. Tomara que ela se recupere o mais breve possível. Sobraram Manoel e Maciel, que são amigos dos meus filhos, Hudson, Hugo, Robson, Roberto. Todos esses meninos estão sofrendo. Imaginem a situação! Há também o caso da nossa Luci, dirigente metalúrgica em Santo André, que também perdeu a vida por causa do coronavírus.

A minha mensagem neste momento é para as famílias: sigam as orientações dos gestores! Se seguirem a orientação de Bolsonaro, a morte continua! Sigam as orientações! Salvem suas próprias vidas!

Famílias, nosso povo da periferia, das fábricas, da comunidade: sigam as orientações das autoridades sanitárias! Sigam o que está determinando cada Prefeito da nossa região, como no Brasil!

É preciso que nós salvemos a nossa própria pele. Nada de aglomeração! Usem máscara! Se você não gosta, se não liga, por causa da propaganda enganosa que diz que essa doença é uma gripezinha, cuide então das pessoas de que gosta! Não leve esse mal para casa!

A missão é dos governantes, é dos médicos, mas também é nossa, dos cidadãos, das cidadãs!

Viva a vida! Viva a vida!

Obrigado, Presidente.

Documento 883/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela falta de vacinas contra a Covid-19 no País. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República. Destinação pelo orador de recursos de emendas orçamentárias para a saúde do Estado do Amapá. Privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Necessidade de esclarecimento, pelo Governador Waldez Góes, da origem da dívida de 2,2 bilhões de reais da CEA.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar todos que acompanham esta sessão e dizer que dois temas me trazem à tribuna na manhã de hoje.

O primeiro deles é a nossa preocupação com o ritmo de vacinação contra a COVID-19 no nosso País. Nesta semana, no meu querido Estado do Amapá, inclusive na nossa Capital, Macapá, houve interrupção no processo de vacinação, por falta de vacinas. Muitas pessoas, principalmente as que têm mais de 74 anos, deixaram de ser vacinadas.

O Governo Federal deveria ser considerado como o único responsável. Vamos colocar claramente isso. Eu votei a favor do projeto que permite que Governadores, Prefeitos e a iniciativa privada adquiram vacinas exclusivamente porque o Governo Federal é irresponsável, negligente e omissos

nesse quesito. Ano passado, teve oportunidade de firmar contrato com a Pfizer para adquirir 70 milhões de doses de vacina, mas não o fez.

Ele faz campanha contra a vacinação e diz que quem tomar a vacina vai virar jacaré. Ele não cumpre o seu papel. Então, na nossa avaliação, a agenda prioritária para vencermos a pandemia, do ponto de vista da saúde e da economia, é a do *impeachment* do Presidente.

Por causa dessas omissões tão graves, Parlamentares como eu estão direcionando para a aquisição de vacinas recursos das emendas destinadas a investimentos na área da saúde. Eu separei 3 milhões de reais das minhas emendas parlamentares reservadas à saúde, para destinar esse recurso ao Governo do Estado ou aos Prefeitos.

Eu espero que, lá no Amapá, essas autoridades se coloquem de acordo e se organizem para que toda a bancada possa direcionar esses recursos apenas para um lugar, um consórcio que una o Estado e os Municípios.

Isso não deveria acontecer dessa maneira. O Governo Federal deveria adquirir a vacina, disponibilizá-la e promover campanhas de vacinação.

O segundo tema, Sr. Presidente, é a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá. O Governador Waldez está no seu segundo mandato, no seu segundo período de Governo. Durante 8 anos, ele se recusou a vender para a ELETROBRAS a companhia, receber recursos para o Estado.

Nesta semana se tornou público - ontem saiu matéria sobre isto no jornal - que a empresa tem uma dívida de 2,2 bilhões de reais. Eu exijo que o Governador explique para a população como ele quebrou a Companhia de Eletricidade do Amapá pela segunda vez.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 884/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 19/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inconformismo com a manutenção do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao art. 16 do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito do estabelecimento do marco legal do saneamento básico. Imunização do orador contra a Covid-19. Necessidade de vacinação

do povo brasileiro contra a doença viral. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela falta de vacinas, de leitos de UTIs e de oxigênio nos sistemas estaduais de saúde.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, a manutenção do veto de Bolsonaro ao art. 16 do projeto de lei sobre o Marco Legal do Saneamento Básico é mais um ataque ao povo brasileiro. Esse veto representa a privatização do acesso à água no Brasil. Toda a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores votou pela derrubada desse veto. Nós sabemos que ele representa a privatização do sistema de abastecimento de água e do serviço de esgotos. O povo ficará nas mãos da iniciativa privada, que só trabalha em busca de lucros, e o pobre será o mais prejudicado.

É lamentável, Sr. Presidente, que, no dia em que o Brasil registra mais de 3 mil mortes por causa da COVID, o Congresso Nacional aprove mais um mal para o nosso povo brasileiro.

Deixo aqui registrado que recebi a primeira dose da vacina contra a COVID. Isso é o que já deveria ter acontecido com a grande maioria da população brasileira, mas, infelizmente, falta vacina para a Nação, falta oxigênio, falta UTI. Falta que o Governo se interesse em salvar as vidas deste povo.

A culpa de tudo isso é do Presidente da República. Ele é o culpado de tudo de ruim que o Brasil enfrenta no momento.

Anteontem, o próprio Vice-Presidente da República disse que a política de saúde é de responsabilidade do Presidente da República. O novo Ministro da Saúde disse a mesma coisa. Então, não temos outra palavra a não ser dizer que Bolsonaro é um genocida.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Câmara e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 885/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:44

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente da República no tocante à epidemia de coronavírus. Prática de crime contra a saúde pública pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Falta de vacinas contra a Covid-19 no País. Necessidade da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha manifestação de hoje vai na linha da preocupação de alguns colegas que já se pronunciaram.

Bolsonaro deliberadamente se colocou na contramão da ciência. Todo mundo sabe disso. Mais da metade do povo o considera culpado pela atual tragédia, que o TCU anunciou que iria acontecer. Dois Ministros médicos foram trocados por um general da ativa, apenas para que cumprisse as ordens do capitão, mesmo contra a ciência. Para ele, a COVID era apenas uma gripezinha. Desfilou em público sem máscara, promoveu aglomerações, comprou ivermectina e cloroquina. Comprou testes também, mas o Brasil foi o que menos utilizou testes, não fez testagem em massa, por falta de iniciativa do Ministério da Saúde. Pazuella sentou em cima dos testes, até que acabasse a validade deles.

Portanto, houve crime contra a saúde pública, falta de governança, de planejamento e de coordenação do Ministério da Saúde, o que resultou em omissão, em incompetência no enfrentamento da pandemia, como previu o TCU. Houve desperdício de dinheiro público na compra de medicamentos que não têm eficácia no tratamento contra o coronavírus. Pazuella enviou 120 mil comprimidos de cloroquina para Manaus, mas o que estava faltando lá era oxigênio! Aquilo causou um trauma nacional, foi um filme de terror. Pessoas não conseguiam respirar, morreram asfixiadas às portas da unidade da saúde.

Eu me surpreendi ao ver uma entrevista do Líder do Governo na Câmara. Pasmem! Ele disse que o Brasil, no enfrentamento da pandemia, está numa situação até confortável, se comparada à de outras nações do mundo. Eu acho que o Líder não está vivendo aqui na Terra, não. Ele está na lua.

Hoje, a vacinação no Brasil é uma tragédia. O País está ministrando, em média, 250 mil doses só. Nos Municípios, toda hora se interrompe a vacinação. É uma vergonha!

Enquanto Bolsonaro estiver na cadeira da Presidência, milhares e milhares de mortes de brasileiros vão acontecer.

Portanto, Bolsonaro, de fato, é um genocida.

Esta Casa precisa fazer um *impeachment* do Presidente. O Presidente é o homem da morte.

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 19/03/2021 --AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela Covid-19. Apelo a líderes e ídolos globais brasileiros de encaminhamento, à Organização Mundial de Saúde - OMS, de pedido de ajuda humanitária ao País.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sei se esse meu pronunciamento vai ser visto como uma atitude de desespero ou de esperança. Quero que seja de esperança.

Os dados oficiais, os dados da imprensa dão conta de uma triste realidade que o nosso País vive nesta pandemia: o sistema de saúde colapsado, Sr. Presidente, falta de medicamentos, profissionais de saúde em extrema exaustão, falta de vacina, e assim por diante.

Quero sugerir aqui uma iniciativa nacional diante desse quadro e das relações conflituosas do atual Presidente com a comunidade internacional. Não nos resta outro caminho que não o de fazer um apelo aos nossos líderes brasileiros globais para que peçam ajuda humanitária à Organização Mundial da Saúde.

Fernando Henrique, ex-Presidente da República, uma figura conhecida e respeitada nacionalmente; o ex-Presidente Lula, a ex-Presidenta Dilma, quero apelar para os nossos líderes do esporte que têm apelo global, nosso querido Pelé, para outras lideranças globais que peçam socorro à comunidade internacional. Vamos fazer o que o Cristiano Ronaldo fez por Portugal.

Sr. Presidente, eu não esqueço aquela imagem das autoridades brasileiras e das autoridades esportivas do nosso País comemorando a conquista da vinda da Copa do Mundo para o Brasil. Está na hora de somarmos forças.

Temos cientistas renomados e respeitados internacionalmente. Quero mencionar aqui o médico Miguel Nicolelis, a médica Marilda Siqueira, da FIOCRUZ, o ex-Ministro da Saúde, Deputado Alexandre Padilha. Quero pedir ao Presidente da Comissão da COVID, Deputado Luizinho... Talvez caiba ao Parlamento brasileiro liderar essa delegação nacional em busca de socorro humanitário internacional para trazeremos vacinas, para trazeremos médicos.

Nós precisamos de profissionais de saúde de outros países. Nós precisamos nos antecipar para que os medicamentos cheguem. Há ameaças de faltar medicamento para tratar as pessoas. Vamos pensar naquelas pessoas. Não há como não se emocionar ao ver as pessoas numa fila esperando respirador, ao

ver as pessoas na fila disputando um aparelho de oxigênio, disputando um espaço para ser entubado. Nós precisamos reagir, nossos líderes globais precisam se unir em busca de vacinas e de profissionais de saúde, em busca de medicamento.

Quero que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 887/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:52

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ALÊ SILVA-PSL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de flexibilização do lockdown decretado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema. Pedido às autoridades competentes de adoção do tratamento precoce no tratamento da Covid-19.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Presidente. Bom dia, amigos. Bom dia, aqueles que estiverem agora assistindo à sessão pelos meios de comunicação desta Casa. Bom, hoje venho me manifestar contrariamente à ordem de onda roxa instituída pelo nosso Governador Zema, em Minas Gerais.

Ora, pois, depois de 1 ano de crise pandêmica, depois de 1 ano de más experiências vividas, já chegamos à conclusão de que o fechamento do comércio, o impedimento do trabalhador autônomo não, não, não resolve essa crise, não contém o vírus, não segura a doença. Eu mesma já fiz uma série de estudos inclusive, lá trás, pelo mês de junho e julho, quando várias cidades adotaram *lockdown*. Provei por A mais B, provei através de números, de documentos, de depoimentos que não existe relação entre a propagação do vírus e o comércio aberto, não existe essa relação. O que existe é a relação com os cuidados com a saúde local, os cuidados principalmente com as unidades públicas de saúde locais para a contenção do vírus. Quer dizer, aquelas cidades que adotaram rigor maior junto a seus serviços públicos de saúde conseguiram controlar a doença. Então precisamos flexibilizar esse *lockdown* que foi implantado em Minas Gerais.

Parabéns aos Prefeitos, como o de Coronel Fabriciano, que estão se impondo à onda roxa e estão adotando seus próprios decretos locais para dirimir essas questões, flexibilizando a abertura do comércio, permitindo que os autônomos trabalhem, que os comerciantes e comerciários trabalhem com as devidas restrições, com os devidos controles. Parabéns à Prefeita Elisa, de Uberaba,

que também adotou um decreto próprio e está conseguindo controlar a doença, mantendo o seu comércio flexibilizado.

Outra coisa que peço também encarecidamente às autoridades: adotem o tratamento precoce, adotem. Depois desse 1 ano já vimos aqui vidas serem salvas, números de doenças serem reduzidos junto aos Municípios que o estão adotando. O nosso Governo não é genocida. Genocida são os Governadores e Prefeitos que receberam milhões e milhões e milhões e não investiram na saúde. Esses, sim, são os verdadeiros genocidas.

Quero que conste aqui nos Anais da Casa o meu manifesto.

Obrigada.

Documento 888/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:52

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 2.000 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela grave crise sanitária por que passa o Brasil. Defesa de afastamento do Presidente da República. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Necessidade de assunção, pelo Congresso Nacional, do protagonismo na defesa da vida e da saúde dos brasileiros. Transcurso dos 5 anos do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiramente quero me solidarizar, mais uma vez, com os mais de 2 mil mortos, nas últimas 24 horas, lamentavelmente, desta grave pandemia de COVID-19.

O Brasil passa por uma situação muito difícil. Eu não vejo outro caminho. É responsabilidade, sim, do Presidente Jair Bolsonaro. Ele é o responsável, porque era o responsável para fazer o grande plano nacional de ação, reunir Governadores, Prefeitos, todas as universidades, as pesquisas e as instituições para dizer: vamos investir, vamos fazer vacina, vamos nos aliar com a população brasileira para defender a vida. O que ele fez até agora? Aglomeração, desconhecimento e desrespeito à ciência.

Portanto, a grande tarefa do Congresso Nacional brasileiro seria colocar o Brasil em um novo momento, para cuidar da vida, da saúde e do povo

brasileiro. E é com afastamento, sim, do Presidente Bolsonaro. Ele é genocida, sim; ele é irresponsável; ele não merece o respeito do povo brasileiro, por conta de tanta falta de respeito e de atenção com a vida!

Também queria, Sr. Presidente, registrar que o mês de abril (*falha na transmissão*) 5 anos do famoso (*falha na transmissão*) foi um grande golpe, e até hoje, inclusive esta semana, usam-se os mesmos argumentos.

Eu estava vendo a lei do gás, que é para defender os interesses das empresas em detrimento da população brasileira, que não vai baratear o gás, vendo o preço da gasolina, vendo a reforma trabalhista, vendo a reforma da Previdência, vendo agora a PEC 186, que foi aprovada. Tudo é para gerar mais emprego. Foi assim o *impeachment*. Verdadeiramente um grande golpe contra o povo brasileiro, contra os direitos dos trabalhadores. E nós temos 5 anos de um golpe continuado, em que o Congresso e o Executivo se unem para tirar direitos do povo brasileiro.

Documento 889/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-09:56

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante da tragédia causada pela epidemia de coronavírus. Registro de 285 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Urgente necessidade de retomada do auxílio emergencial e de vacinação da população brasileira contra a doença viral. Responsabilidade do Presidente da República pela crise sanitária instalada no Brasil. Suspensão da redução do imposto incidente nas importações de bicicletas. Retrocesso da anunciada redução do imposto incidente nas importações de máquinas, equipamentos e eletroeletrônicos. Protesto contra a redução dos recursos orçamentários destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas da União - TCU e de denúncia ao Ministério Público Federal, para investigação de possíveis irregularidades nas obras da orla do Município de Borba, no Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Queria primeiro manifestar solidariedade a todo o povo brasileiro por conta da pandemia. São 285 mil mortes no Brasil; 11.600 no Amazonas. Precisamos urgente da vacinação e também do auxílio emergencial para quem está passando fome.



Diferente do que uma Deputada falou anteriormente, o Presidente é o responsável. E a inoperância do Ministério, que não age, que não tem planejamento, com certeza, contribui para esse agravamento da situação do Brasil.

Quero também me manifestar sobre a suspensão da medida do Ministério da Economia de reduzir o imposto de importação de bicicletas. Depois de muita pressão da bancada do Amazonas... Eu encaminhei projeto de decreto legislativo para suspender a medida, porque estaria afetando as fábricas no Brasil, as empresas, e também a Zona Franca de Manaus, onde mais de 5 mil empregos estavam ameaçados.

Essa medida foi suspensa. Só que agora o Governo resolveu reduzir a alíquota do imposto de importação sobre máquinas, equipamentos e eletroeletrônicos. Isso vai afetar também as fábricas e as empresas no Brasil. Esse é mais um retrocesso, porque favorece a geração de empregos no exterior e prejudica as indústrias no Brasil. Nós temos 14 milhões de pessoas desempregadas, mas o Presidente, o seu Ministério da Economia, insiste em gerar empregos fora do Brasil.

Portanto, essa é mais uma medida que temos que combater, pois ela prejudica o povo brasileiro, prejudica o Amazonas, a arrecadação, bem como prejudica as empresas fabricantes de celular e de produtos de informática.

Também venho aqui para denunciar a redução de recursos destinados aos institutos federais no Brasil. No orçamento deste ano está previsto um corte de 35% dos recursos destinados para a manutenção e funcionamento das escolas técnicas e dos institutos federais. No Amazonas, isso afeta diretamente o funcionamento das unidades, principalmente no interior do Amazonas. O orçamento foi reduzido de 81 milhões para 52 milhões, afetando o custeio, inclusive, a assistência aos estudantes que dependem de recursos para a participação nas aulas, e, logicamente, a questão dos investimentos em laboratórios que também foram reduzidos. Portanto, afeta a qualidade da educação. Isto é um retrocesso: cortes na área de educação.

Faço um registro de que eu dei entrada numa denúncia no Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União, uma representação, para apurar a obra da orla da cidade de Borba, porque ela está desabando. Foi uma obra que custou 11 milhões de reais, e agora o dinheiro está indo pelo ralo. Fiz esse pedido de investigação para poder dar uma resposta à população, que está aflita em relação a isso.

Documento 890/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:00

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Artigo Bolsonaro, de Mariliz Pereira Jorge, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo.
Responsabilidade do Presidente da República por mortes decorrentes da Covid-19.
Insignificância do valor do auxílio emergencial anunciado pelo Governo Federal.
Necessidade de retomada do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos
Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas Parlamentares Bom dia a todo o povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Eu não quero nem entrar nessa polêmica se Bolsonaro é genocida ou não, porque todo mundo já sabe que ele é.

Agora quero pedir para registrar nos Anais desta Casa o artigo da jornalista Mariliz Pereira Jorge, da *Folha de S.Paulo*, cujo nome é *Bolsonaro*. Ela consegue, no artigo, listar todos os adjetivos que deveríamos atribuir a esse insano, que, infelizmente, está na cadeira de Presidente da República.

Graças a ele, hoje no mundo, a cada 100 mortes de COVID, 22 são de brasileiros.

Até agora, Sr. Presidente, nada do auxílio emergencial. O auxílio emergencial do ano passado salvou a atividade econômica. Ao contrário do que os fanáticos neoliberais divulgam, ele não foi responsável por aumentar a dívida pública, muito pelo contrário, teríamos uma queda no PIB estimada em 10%, mas ela foi inferior a 5%, e isso graças ao auxílio emergencial.

O auxílio emergencial se paga diretamente na economia, ao contrário da maior parte dos projetos que esta Casa tem aprovado, que só servem para tirar dinheiro do povo e colocar no bolso dos banqueiros, dos rentistas.

Cadê o auxílio emergencial deste ano? Cobraram a PEC Emergencial que só fez estabelecer um limite de gasto para não passar de 44 bilhões de reais.

E agora, nós da sabemos disso, não divulgam em hora nenhuma, oficialmente, mas já sabemos que 20 milhões de famílias vão receber, Deputada Luiza Erundina, apenas 150 reais; 28 milhões vão ficar sem nada; e apenas 16,7 milhões vão receber 250 reais.

Isso é um absurdo! Isso é um crime!

Eu quero me somar ao Deputado Arlindo Chinaglia e dizer que esta Casa não pode continuar vivendo em outra dimensão, em outro mundo. Os brasileiros

estão morrendo, e aqui está sendo votada a Lei do Gás. É mais dinheiro para banqueiro, é mais dinheiro para rentista, é a viabilização da privatização da água e do esgoto neste País para dar lucro para a pequena elite econômica do atraso. Não podemos permitir isso.

Para concluir, Sr. Presidente, eu pergunto: cadê o REVALIDA? Nós temos milhares de médicos no Brasil que hoje não podem trabalhar. Vocês ficam enrolando. Iniciaram isso no ano passado, depois de muita pressão, depois da lei que nós aprovamos. Começaram o processo com atraso, mas não o concluíram ainda. Só fizeram a primeira parte da prova. Isso é mais um crime que vocês estão cometendo contra o Brasil. Na hora em que tantos brasileiros morrem, milhares de médicos estão sem conseguir trabalhar por causa de vocês! Isso é um crime!

Documento 891/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:04

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 3.000 mortes no País nas últimas 24 horas pela Covid-19. Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante do sofrimento do povo brasileiro em decorrência da epidemia de coronavírus. Caráter genocida do Presidente da República. Exigência de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Jair Bolsonaro, o genocida, tem feito neste País um processo de profunda dor, de vivência da dor e das lágrimas. O Brasil está sob um canto ou uma marcha fúnebre neste momento. Mais de 3 mil pessoas se foram nas últimas horas, neste País, por causa dessa insensibilidade do Presidente em relação ao povo brasileiro. Foi essa insensibilidade que caracterizou Jair Bolsonaro quando disse: "*E daí?*" Jair Bolsonaro sempre foi absolutamente insensível e desprovido de qualquer empatia. Por isso é genocida, sim! É genocida inclusive das ideias. É genocida da liberdade. É genocida do povo brasileiro.

Jair Bolsonaro, o genocida, abre mão das vacinas da Pfizer e impede o Brasil - inclusive, desautorizando o então Ministro da Saúde - de contratar as vacinas que vinham da China. Hoje o Brasil tem pouco mais de 5% da população vacinada com a primeira dose, o que mostra a tamanha dança com a morte que ele está impondo à nossa Nação.

E aí vem alguém me falar que devemos ter respeito à liturgia do cargo? Nós estamos aqui para exigir respeito do Presidente da República com o povo

brasileiro! Exigimos respeito às mortes, que calam na pele e calam na alma de cada uma e de cada um de nós! Exigimos mais respeito pelo povo brasileiro!

É como se o Presidente da República estivesse empurrando o povo brasileiro para a morte em busca de uma sobrevivência. Nós precisamos, imediatamente, cobrar do Governo esta medida provisória, discutir esta medida provisória e fazer com que o auxílio emergencial seja de 600 reais, não essas migalhas que estão caindo da mesa em que o Presidente e os seus filhos se locupletam provavelmente com recursos públicos. Por isso, nós exigimos respeito!

(Falha na transmissão) dentro das casas e rouba comida do povo brasileiro.

(Falha na transmissão) quando Jair Bolsonaro, o genocida, sair da Presidência da República.

Documento 892/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:08

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Matérias jornalísticas a respeito das crises sanitária e econômica reinantes no Brasil. Decretação de lockdown pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema. Prioridade da Câmara dos Deputados na retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, muito obrigado.

Eu tive problemas com a Internet, que hoje não está funcionando bem.

Eu queria chamar a atenção para manchetes que nós vimos hoje em jornais de diversos Estados, de diversas opiniões políticas. O *Correio Braziliense*, por exemplo, coloca a matéria *Retrato da marcha negacionista*, que mostra os índices e os percentuais de ocupação de leitos de UTI, expondo o caos que nós vivemos na pandemia. O *Estado de S.Paulo, Estadão*, não pode ser chamado de jornal da Esquerda comunista, como, às vezes, bolsonaristas apelidam todo o mundo que discorda do Governo. Ele diz: "*Colapso: Brasil enfrenta sua maior crise sanitária*". Já o jornal *O Globo* vai fazer a pauta da economia. Deputada Luiza Erundina, V.Exa. é sempre atenta a esses assuntos. Veja bem o que diz *O Globo*: "*Banco Central faz maior alta de juros em uma década para conter inflação*". A *Folha de S.Paulo* também vai na economia: "*Juros sobem pela primeira vez em 6 anos*".

Lendo as manchetes e vendo o Brasil real, nós chegamos a duas conclusões: a pandemia está em alta e, portanto, não foi contida a COVID-19 e está em curso o genocídio no Brasil; e a economia está em baixa, agora, com o desemprego e o retorno da inflação.

O caos é tão profundo que, em Minas Gerais, o Governador Romeu Zema, do NOVO, de conteúdo ultraliberal, também negacionista e bolsonarista, agora decretou onda roxa - é uma espécie de *lockdown* do Partido Novo, de sapatênis, mas é um *lockdown*. Ele proibiu atividades que não sejam essenciais de funcionarem em Minas Gerais. Os negacionistas bolsonaristas são tão radicais que estão chamando Zema de comunista. Será? Ora, sabemos que não! O que acontece, de fato, é que a vida e o andar da carruagem estão mostrando que este caminho é equivocado.

A Câmara não pode insistir nesse erro, Presidente. Então, eu faço eco aos que estão dizendo qual é o papel da Câmara agora. Não é votar autonomia do Banco Central, reforma administrativa, arrocho ao serviço público. O papel da Câmara agora é colocar em pauta, definitivamente, as questões de saúde, o auxílio emergencial de 600 reais, para garantir que o povo possa, nas suas casas, sobreviver à pandemia e, com isso, ajudar a economia.

Vamos mudar de rumo na Câmara! Acho que o Centrão, nesse sentido, está prestando um desserviço com sua análise da conjuntura brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 893/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:08

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à sugestão do Deputado Arlindo Chinaglia de votação pela Casa tão-somente de matérias destinadas ao combate à epidemia de coronavírus. Falecimento de 3.127 pessoas nas últimas 24 horas no País em decorrência da Covid-19. Caráter irresponsável e genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a retomada do auxílio emergencial, com a vacinação do povo brasileiro e com as demais medidas preventivas da Covid-19. Apelo ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes partidários por obstrução das votações na Casa, em protesto contra a inação governamental no combate à doença.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu também quero retomar a fala do nosso ex-

Presidente da Casa Deputado Arlindo Chinaglia, que faz um apelo no sentido de pararmos todos os outros trabalhos e focarmos no enfrentamento dessa pandemia crescente.

Sr. Presidente, nós não podemos desconsiderar o que está acontecendo. Não são números vazios! Ontem, foi divulgado que ocorreram 2.841 mortes. Isso não é verdade, porque não incluíram os casos de Minas Gerais, ou melhor, consideraram apenas 28 casos de Minas Gerais. Na verdade, foram 3.127 mortes nas últimas 24 horas, do dia 16 ao dia 17. Foram 3.127 mortes! Não são só números! Eu falo do Professor Gilvando e do companheiro Rafael, que faleceram. Nós sabemos quem são essas pessoas, onde moram. Não são números, são pessoas, Sr. Presidente! Até quando essas mortes não vão sensibilizar a todos?

O Governo não tem jeito mais! É um genocida. É um genocida que nós conhecemos. Eu convivi com ele durante anos na Câmara dos Deputados. Cheguei a dizer a alguns colegas que defendiam o nome dele: *"Vocês o conhecem. O povo não o conhece bem, mas vocês conhecem quem é essa pessoa que defendem para ser Presidente da República"*. É um irresponsável, um inconsequente, um genocida, sim!

Onde está o auxílio emergencial? Onde está a vacina? Onde está a vacina? Há uma negação de tudo. Desconsiderou o vírus e disse que era uma gripezinha. Desconsidera a vacina, o uso de máscara, o isolamento. Nega todas as medidas que o mundo inteiro adotou.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que faço ao Presidente Arthur Lira e aos nossos Líderes é: vamos obstruir! Nós temos que forçar um diálogo das duas Casa, Câmara e Senado, com o STF, com o Poder Judiciário. É necessário fazer uma força-tarefa, já que nós temos um Governo incompetente. Nós não sabemos nem quem é o Ministro da Saúde. Dizem que o Ministro não tomou posse ainda. Não sabemos quem é o Ministro. É um desgoverno total.

Esta Casa tem que tomar providências. Faço um apelo ao nosso Líder Bohn Gass, pelo povo brasileiro, pelos pobres, que não têm recursos e estão morrendo. Não podemos votar nada nesta Casa...

(Desligamento automático do microfone.)



Publ.: DCD - 19/03/2021 --PASTOR EURICO-PATRIOTA -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade a empresários, comerciantes e religiosos diante da decretação de lockdown pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara. Congratulações ao Ministério Público pela abertura de processos investigatórios da aplicação, por Governadores e Prefeitos Municipais, de recursos federais destinados ao combate à Covid-19.

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PATRIOTA - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. a oportunidade e aproveitar para manifestar a nossa solidariedade aos empresários, a todos aqueles que produzem emprego e geram economia no Estado de Pernambuco.

Quero manifestar a nossa solidariedade também às Igrejas e a todos aqueles que estão sendo, neste momento, vitimizados pela situação que vive o País. Entendemos que o *lockdown* está mexendo com muita gente.

O Governo de Pernambuco resolveu, a partir desta quinta-feira, apertar mais o cerco. Lamentamos que, durante todo esse tempo, não tenha conseguido fazer muita coisa.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um registro de felicitações parabenizando o Ministério Público, que está agora exigindo explicações daqueles que receberam milhões de reais para a saúde, para combater o coronavírus, e até agora não mostraram o que fizeram. Lamentamos que o nosso Estado de Pernambuco esteja também nessa situação. Esperamos que o Governador Paulo Câmara possa justificar aonde foram parar os milhões de reais que lá chegaram para o combate ao coronavírus.

Documento 895/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:20

Publ.: DCD - 19/03/2021 --CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao sociólogo Tiago Costa Rodrigues pela instalação em Palmas, Capital de Tocantins, de outdoor com a expressão Bolsonaro: não vale um pequi roído. Descaso do Presidente da República com a retomada do auxílio emergencial de 600 reais, com a vacinação do povo brasileiro e com as demais medidas preventivas da Covid-19. Crise

da saúde pública tocanтинense provocada pela epidemia de coronavírus, especialmente nas regiões interioranas.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo toda minha solidariedade ao sociólogo Tiago Costa Rodrigues, que instalou em Palmas, Capital do Tocantins, um *outdoor* que diz que Bolsonaro "não vale um pequi roído".

Sr. Presidente, esse é um ditado popular da Região Norte. Não valer um pequi roído quer dizer não valer nada, estar obsoleto. E eu também acho inoportuna a comparação, uma vez que o caroço do pequi roído dá óleo, dá castanha, e da sua modulação dá para fazer bijuteria.

Sabemos que Bolsonaro, hoje conhecido como Presidente genocida, que já processou o Felipe Neto, que está ameaçando todo mundo, agora ameaça o nosso sociólogo de Palmas com um processo-crime, por meio da Polícia Federal, da Justiça Federal.

Nós queremos dizer, Sr. Presidente, que Bolsonaro não se preocupa com a vacina, não se preocupa com a máscara, que é exigência da ciência, não se preocupa com o distanciamento social, não se preocupa com o auxílio emergencial no valor de 600 reais.

No nosso Estado, Sr. Presidente, muita gente está morrendo. Em Araguaína, ontem, um cidadão foi para a UPA às 18 horas, e às 19 horas já estava morto. Por quê? Porque não existe saúde pública no interior do Brasil. Não existem condições de curar as pessoas que estão sendo afetadas por essa COVID. É essa a razão de o Presidente Bolsonaro ser acusado de Presidente genocida.

E eu quero dizer ainda, Sr. Presidente, que nós precisamos salvar os Estados, principalmente o Estado de Tocantins, que é um dos Estados onde mais gente morre.

Pelo amor de Deus, vamos resolver o problema do Tocantins!

Eu gostaria que a nossa fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 896/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:24

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PAULO PIMENTA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Envolvimento dos filhos do Presidente Jair Bolsonaro com milícias e esquemas criminosos. Caráter irresponsável e genocida do Presidente da República. Defesa do seu afastamento do comando do País.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me dirigir desta tribuna ao senhor e à senhora que votaram no Bolsonaro.

Quero dizer que eu tenho consciência de que a grande maioria das pessoas que votou no Bolsonaro hoje é tomada por um sentimento de vergonha, de arrependimento. Eu sei que muitos dos senhores e das senhoras votaram de boa-fé, acreditaram que o Bolsonaro significava a nova política, que se tratava de um Parlamentar honesto, que tinha filhos honestos. O senhor não sabia do envolvimento dele com as milícias, com o crime organizado. Nós sabíamos disso. Ele fugia dos debates, foi protegido pela mídia. O senhor e a senhora podem ter sido enganados pelo pastor. Eu entendo a sua situação. Mas não é pelo fato de o senhor e a senhora terem votado no Bolsonaro, que o senhor e a senhora são culpados. A senhora não é cúmplice; o senhor não é cúmplice por ter votado. No entanto, a partir do momento em que a senhora e o senhor sabem quem ele é, porque hoje já não há mais dúvida dos seus esquemas criminosos... A senhora lembra quando eles diziam que quem não deve não teme? Vocês lembram daquele discurso que eles faziam da moralidade, e hoje eles vivem desesperados, escondendo os crimes, as mansões, os esquemas da Michelle Bolsonaro? A senhora não é obrigada a continuar defendendo esse genocida simplesmente pelo fato de ter votado nele. O senhor não é obrigado a ser contra a vacina, a ser contra a ciência. São seus parentes, são seus amigos, são seus filhos que estão perdendo a vida por causa desse irresponsável, desse genocida.

Portanto, meu amigo e minha amiga, é a você que eu quero dirigir a palavra.

Ter votado no Bolsonaro foi um erro, mas continuar apoiando Bolsonaro, este Governo de bandidos, criminosos, genocidas, neste momento, faz do senhor e da senhora um cúmplice deste momento. A senhora vai sujar suas mãos de sangue, a senhora vai ter isso na sua digital.

Portanto, venham junto conosco defender o Brasil, defender a vida e dizer: *"Fora, Bolsonaro! Você é uma vergonha! E o Brasil não merece, num momento tão delicado, ser governado por você. Você é uma vergonha, um pária! Você é contra tudo aquilo em que nós acreditamos no nosso País"*.

Documento 897/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:28

Publ.: DCD - 19/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES



Sumário

Defesa de realização, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, de audiência pública para debate da elevação dos gastos da Prefeitura Municipal de São Paulo com as empresas de transporte coletivo urbano, não obstante à redução da frota de ônibus durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para quem mais nos acompanha pela *TV Câmara* e outros meios da Casa trago aqui uma denúncia muito grave sobre o que está acontecendo em São Paulo, Capital, em relação ao transporte público, como a Prefeitura está agindo quanto a essa questão que tem uma interferência direta nesta realidade dramática da pandemia e das mortes, aos milhares, na maior cidade do País e no Estado mais poderoso da Federação.

O que está acontecendo lá, Sr. Presidente? Desde o início da pandemia, a Prefeitura retirou ônibus das ruas, alegando a queda do número de passageiros. A frota chegou a 60% do normal, e atualmente apenas 88% dos ônibus estão rodando na cidade, o que significa que há aproximadamente 1.600 ônibus parados.

Por outro lado, falando da remuneração das empresas que prestam o serviço, dados mostram que, no início da pandemia, o gasto da Prefeitura caiu em transporte em abril e maio de 2020. Estruturalmente, esse valor, que era de 630 milhões em janeiro de 2020, antes da pandemia, quando a frota estava rodando normalmente, passou a ser de 700 milhões em dezembro de 2020, mesmo com a queda da frota e de passageiros.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a frota diminuiu, mas os gastos aumentaram. A Prefeitura passou a pagar as empresas pelos ônibus parados, alegando dificuldades das empresas e risco de demissão de trabalhadores. Isto é o pior que poderia acontecer: os ônibus parados, os trabalhadores parados, as pessoas aglomeradas nas linhas, e a Prefeitura gastando mais do que antes da pandemia. É urgente que a Prefeitura tome providências para mudar essa situação.

O que fazer? Vamos discutir esse assunto em uma audiência nesta Casa na Comissão de Legislação Participativa, para que se faça uma intervenção nessa situação e a altere de uma vez por todas.

Sabe-se que a aglomeração de passageiros, nos pontos de ônibus, e a superlotação dos ônibus é um dos fatores de maior contaminação, que leva a óbitos em nível...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 898/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:32

Publ.: DCD - 19/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falecimento de 285.136 pessoas no País em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes do coronavírus no Brasil. Elevação dos preços dos componentes da cesta básica. Congelamento do salário mínimo. Imediato encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, de medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Necessidade de aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei sobre a adoção de medidas emergenciais em prol dos agricultores familiares. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, nós estamos com 285.136 mortes pela COVID-19. Nas últimas 24 horas, morreram 2.736 pessoas de carne e osso, que têm alma, que amam. Nós precisamos expressar a nossa solidariedade aos parentes, amigos dessas pessoas, porque muita gente está sofrendo.

Eu me lembro aqui de uma colega de trabalho que, anteontem, perdeu a mãe e, ontem, perdeu a tia. Mas também precisamos puxar para nós a responsabilidade daquilo que podemos fazer aqui neste Parlamento.

Nós sabemos quem é o maior responsável por todas essas mortes, quem negou a pandemia, quem não seguiu as orientações dos especialistas da área de saúde, quem nega a vacina: Jair Messias Bolsonaro. E esta Casa precisa puxar para si essa responsabilidade.

Outro momento difícil que nós estamos vivendo aqui é a inflação da cesta básica. Para se ter uma ideia, o botijão de gás está custando de 100 reais a 120 reais; 5 quilos de arroz, 40 reais; o óleo, 10 reais; o litro da gasolina, 6 reais. A inflação da cesta básica chegou, em determinados índices, a 40%, a 50% no último ano, e o salário mínimo está congelado.

Por outro lado, no ano passado, esta Casa aprovou o auxílio emergencial de 600 reais. O Governo Bolsonaro agora quer pagar 150 reais. Esta Casa precisa exigir que o Presidente Bolsonaro mande para cá imediatamente a medida provisória, para que nós possamos aprovar os 600 reais.

Esta Casa também precisa aprovar o Projeto de Lei nº 823, de 2020, de ajuda emergencial à agricultura familiar, para que se produzam alimentos, a fim de se combater a carestia e ajudar a agricultura familiar. Essa é a responsabilidade que precisamos puxar para nós aqui nesta Casa, porque com o Governo não dá para contar mais.

Nós temos que fazer aquilo que vários Parlamentares já vêm pedindo, assim como a maioria do povo: fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 899/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Denúncia de recusa, pelas Forças Armadas brasileiras, de cessão de seus hospitais para atendimento aos pacientes da Covid-19.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, pessoas que nos acompanham pela *TV Câmara*, é inegável que nós estamos vivendo um momento extraordinário, difícil, crítico. É uma situação que logo no início de 2020, quando começou, foi caracterizada como uma verdadeira guerra. Aliás, aprovamos uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, chamada Orçamento de Guerra.

Diversas pessoas disseram que nós deveríamos agir com todo esforço e condições financeiras para combater o vírus e garantir a vida e a saúde das pessoas e que tínhamos, todo mundo, de maneira unida, que fazer essa guerra em defesa do povo brasileiro.

Mas o que nos chocou e causou surpresa foi a informação noticiada hoje em diversos veículos da imprensa de que as Forças Armadas teriam se negado a ofertar unidades de saúde e apoio de seus hospitais, dando o exemplo de Manaus, numa crise grave que o povo de Manaus e de todo o Amazonas sofreu recentemente e ainda sofre.



Todo mundo aqui deve estar presenciando ou tendo notícias dos hospitais cheios, lotados, com pessoas na fila, e também de pessoas que já morreram sem conseguir oxigênio em algumas unidades saúde. E se as Forças Armadas, que dizem ter a missão de defender o nosso povo e de se colocar à frente na defesa da vida do povo brasileiro e dos interesses dos nossos Estados, tiverem adotado essa medida - essa informação, inclusive, foi requerida por um Ministro do Tribunal de Contas da União às Forças Armadas -, terão cometido um crime contra o povo brasileiro. As Forças Armadas custeiam também com recursos próprios - que, na verdade, são da União, do povo brasileiro - os seus hospitais, que, na verdade, são hospitais do nosso povo.

Portanto, deixo aqui o nosso registro, a nossa denúncia: em sendo verdadeira essa informação, foi cometido um crime que tem que ser, sim, apurado e investigado, e os responsáveis também têm que dar as devidos esclarecimentos e ser punidos.

Documento 900/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:40

Publ.: DCD - 19/03/2021 --TABATA AMARAL-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à atuação do novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no combate à epidemia de coronavírus. Baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Imediata publicação da medida provisória sobre o restabelecimento do auxílio emergencial. Conveniência de afastamento do Presidente da República.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Com quase 3 mil mortes diárias por COVID-19, chegamos ao nosso quarto Ministro da Saúde. Depois de tantos erros do antigo Ministro, o Brasil espera que, desta vez, tenhamos um Ministro técnico, amigo da ciência, e não um soldado da política negacionista e omissa de Bolsonaro. Afinal de contas, todos sabemos aonde essa política nos levou: ao desastre de mais de 280 mil mortes por COVID-19.

O Brasil sempre foi referência internacional em vacina, mas, até agora, não conseguimos vacinar nem sequer 5% da população. Não falta estrutura, não falta experiência, não faltam bons técnicos; o que falta mesmo é vacina. Vacinas foram rejeitadas pelo Governo em agosto, boicotadas pelo Presidente em outubro, desprezadas pelo antigo Ministro da Saúde. Vacinar a nossa população e salvar o maior número possível de vidas deve ser o único objetivo

diário do Governo, e não interesses mesquinhos, como garantir a reeleição no Nordeste.

Também é urgente que o Governo publique a medida provisória com o novo auxílio emergencial. Ainda que eu tenha defendido um caminho diferente, o Congresso Nacional fez a sua parte, aprovando a PEC Emergencial, única opção que tínhamos na mesa. Já se passaram, no entanto, 6 dias da aprovação da PEC, e nem sequer sabemos o dia em que o Governo apresentará a medida provisória.

As pessoas estão passando fome, e quem tem fome tem pressa, Sr. Presidente. Já não há espaço para demora, para incompetência, para politicagem. É igualmente importante que o Governo encontre um espaço no Orçamento para um auxílio digno. A notícia de que a maioria dos beneficiários receberão apenas 150 reais é assustadora. Esse é o valor de uma cesta básica. Uma família precisa de muito mais do que isso para viver dignamente.

Um ano de pandemia, e as prioridades estão todas invertidas. Bolsonaro fala mais de cloroquina do que de vacina; trabalha mais pela liberação de armas do que pelo auxílio emergencial; preocupa-se mais com a sua reeleição do que com as famílias que estão em luto.

Bolsonaro precisa entender que foi eleito para cuidar das pessoas. Se a troca de Ministro não nos levar a uma mudança de rota, não demorará para que toda a população entenda que o que precisamos mesmo é de trocar de Presidente.

Documento 901/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:40

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Proposta do orador de criação da associação nacional das vítimas da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo morticínio provocado pela epidemia de coronavírus no País. Responsabilização de Governadores, Prefeitos Municipais e outros negacionistas da Covid-19.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham nesta sessão, eu proponho a criação de uma associação nacional das vítimas da COVID-19, que não são apenas 280 mil famílias, mas todas as pessoas que foram prejudicadas pelo que chamo de crime de responsabilidade das autoridades públicas brasileiras, cometido, em primeiro lugar, pelo Governo

Bolsonaro, que deixou de comprar 70 milhões de doses de vacina da Pfizer, que deixou de comprar 46 milhões de doses de vacina da AstraZeneca.

Um Presidente que não usa máscara e põe seu filho a dizer para as pessoas porem a máscara naquele lugar; um Presidente que se aglomera; um Presidente que nega a ciência e, por decisão política, não compra vacina no tempo certo promove a morte, promove o genocídio humano. Esse Presidente, por ter publicado portarias, normas; por ter editado medidas provisórias; por ter apostado vetos; por ter feito discurso e mostrado essa prática política é o grande responsável pelo genocídio.

Além de fazer a luta política, essas 280 mil famílias precisam criar uma entidade, uma associação nacional das vítimas da COVID.

Governadores que não agem, que reproduzem a prática política de Bolsonaro também são responsáveis e precisam ser responsabilizados. Prefeitos que fazem discursos e baixam decretos pela aglomeração humana, pelo não distanciamento social também são responsáveis pelo crime de genocídio. Aqueles que se aglomeram, que fazem o discurso e a prática da contaminação, não usando máscara em espaço público, também precisam ser responsabilizados. Os negacionistas da ciência, os que adotam como estratégia a expansão do vírus têm responsabilidade.

Entretanto, o responsável maior por esse genocídio se chama...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 902/1.178

16.2021.B-Sessão Outro Evento-18/03/2021-10:44

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aproximação da casa de 3.000 mortes no País, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença viral. Lançamento do manifesto das mulheres contra a carestia. Inexistência de política de estoque de alimentos no País. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a aquisição de vacinas da República Popular da China, e com as medidas preventivas da Covid-19.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, Jair Bolsonaro vai ser lembrado como Jair Bolsonaro, o genocida - o genocida!

Nós temos mais de 3 mil mortes em 24 horas. O Brasil marcha sob um som fúnebre; é uma marcha fúnebre que está em curso. Cada uma dessas mortes cola na nossa pele, cola na nossa alma. Cada pessoa que parte é o amor de alguém.

Nós escutamos de forma absolutamente inusitada e incompreensível o Líder do Governo dizer que a nossa situação é até confortável. É muita falta de sensibilidade! É muita falta de sensibilidade com a dor que o Brasil vivencia.

Aliás, o Presidente Bolsonaro negou a gravidade da pandemia. Negou! Ele disse: "*e daí?*"; ele disse: "*é uma gripezinha*"; ele disse: "*todo mundo vai pegar; alguns vão sobreviver, outros, não*", naturalizando a morte evitável, fazendo uma política da morte. Por isso, é um genocida. É um genocida!

Alguém veio aqui dizer que é preciso respeitar a liturgia do cargo.

Nós precisamos respeitar o povo brasileiro, que tem sido desrespeitado!

Nós não estamos apenas vivenciando uma pandemia que entra nas nossas casas. A fome também está entrando na nossa casa. A inflação que o Brasil está vivenciando é muito centrada nos alimentos - e, portanto, atinge mais a população de baixa renda - e está entrando e arrancando a comida do nosso prato.

Segunda-feira, nós lançamos um manifesto de mulheres contra a carestia. O Brasil exporta soja como exporta, mas não apoia a agricultura familiar, não tem uma política de estoque dos alimentos, e nós vamos levando a população a chorar a fome, para além de chorar os corpos mortos neste País.

Por isso, eu diria que nós estamos vivenciando realmente a era de um genocídio, a era de Jair Bolsonaro, o genocida - o genocida!: genocida da ciência, genocida das ideias, genocida da alegria, genocida das pessoas, dos corpos. É um assassinato em massa o que está acontecendo neste País.

O Presidente recursou o contrato com a Pfizer e, depois, disse que não contrataria as vacinas chinesas porque vinham da China. O Presidente despreza as máscaras, estimula as aglomerações, combate o *lockdown*, combate o isolamento e o distanciamento. Este é um Presidente que carrega em sua fala e em seus atos a lógica genocida.

É uma necropolítica...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 903/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-11:00

Publ.: DCD - 19/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo à bancada feminina por votação de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de projetos de lei constantes na pauta.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, eu só queria fazer um pedido a todas as mulheres que estão nesta sessão, representando cada partido.

Nós estamos votando apenas o requerimento de urgência. Nós temos, Deputada Rose, requerimento de urgência já aprovado há mais de 3 anos na Casa, e o projeto não chega a ser votado em plenário. Então, não se está discutindo aqui o mérito, está se discutindo apenas o requerimento de urgência, dado o conteúdo.

Eu gostaria de fazer um apelo à Deputada Perpétua Almeida, à Deputada Alice Portugal, à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à própria Deputada Erika Kokay, que está fazendo esta reivindicação. Nós não estamos colocando em pauta. Teremos tempo de trabalhar isso na bancada feminina. Todos os partidos têm condição, sim, de encaminhar, e o pedido de urgência para alguma matéria pode ser deferido, para que depois, no consenso, venha a ser votado. Então, o meu pedido neste momento, Presidente, é que possamos votar matéria de urgência. Se não houver consenso, vamos a voto, infelizmente, porque estamos falando apenas da urgência constitucional, não estamos falando de conteúdo. Estamos chamando a atenção para esses dois projetos que foram citados porque tratam de violência contra a mulher. Os índices do Brasil aumentaram muito com a pandemia, não só em relação às mulheres, mas também em relação aos idosos, às crianças, porque o agressor está dentro de casa. Portanto, esta é a urgência. Colocamos neste plenário temas que estão, sim, direta ou indiretamente ligados à questão da COVID. Este é um deles. A violência aumentou muito e fez com que muitos projetos fossem aprovados. Deixo isso claro, Presidente.



Deputada Dorinha, faço um apelo também a V.Exa., não só porque é a nossa coordenadora, mas também porque vai encaminhar pelo DEM, para que possamos votar a urgência constitucional e trazer, como sempre fizemos, a matéria já amadurecida pela própria bancada.

Documento 904/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-11:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da Covid-19 no País. Repúdio à decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, favorável à celebração do golpe militar de 1964. Anúncio da apresentação de recurso contra a decisão judicial.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidenta.

Sra. Presidenta, nós estamos, lamentavelmente, sob um governo que, além de genocida, é sádico. Essa é definição adequada sobre o Governo Bolsonaro neste período que vivemos.

É genocida porque é diretamente responsável, 1 ano depois do início da pandemia no Brasil, por nós chegarmos a este estágio brutal de 3 mil brasileiros e brasileiras mortos em 1 dia apenas. E é sádico porque, no meio deste momento tão duro para o nosso povo, faz questão de comemorar a morte, e está usando a sua energia, os recursos públicos e os espaços oficiais de comunicação para dizer que pode comemorar o início de uma ditadura que matou, que torturou, que estuprou, que ocultou cadáveres que até hoje nós buscamos.

Tudo isso teve a chancela do Judiciário. Ontem, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região resolveu que o Governo Federal poderia comemorar o golpe que deu início a uma ditadura no Brasil.

É preciso que nós tenhamos a dimensão do que isso significa. Melhor do que palavras minhas, são as palavras de alguém que viveu nessa época. E aqui peço licença para, rapidamente, abrir aspas para o depoimento de Maria Amélia Teles:

Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os



caras se esfregavam em mim, se masturbavam em cima de mim. A gente sentia muita sede e, quando eles davam água, estava com sal. (...) Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína me perguntou: "Mãe, por que você está azul e o pai verde?" E o Edson disse: "Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?" Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a me falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão.

Presidenta, é esse tipo de coisa, que chega a me dar náuseas só de ler, que o Governo quer celebrar e que o Judiciário ontem chancelou. E o Governo ocupa-se disso no meio de uma pandemia, porque os negacionistas dessa época são os mesmos negacionistas de agora. Quem tenta falsear a história da ditadura militar é quem hoje tenta falsear e negar que tem em curso o genocídio no Brasil. O General Pazuello disse: "*O Brasil tem do que se orgulhar*". Quando afirma isso, é porque eles se orgulham de uma pilha de mortos!

Sra. Presidente, saibam esses que querem falsear a história, seja da ditadura, seja da pandemia, que não vamos permitir isso. Chega de comemorar mortes. Tempos tão duros como esses requerem que transformemos o luto em luta pelas pessoas que estão morrendo e não vão estar aqui para ver a situação melhorar, porque foram embora pela COVID, e pela família de Luiz Ignácio Maranhão Filho, de Fernando Santa Cruz e de cada um de quem ainda buscamos o corpo para enterrar.

Chega de comemorar mortes, Presidente! Eu vou recorrer dessa decisão. Nós vamos até o fim, não só nessa ação, mas para derrotar esse projeto de morte.

Obrigada, Presidente, pelo tempo e pela compreensão.

Documento 905/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-12:24

Publ.: DCD - 19/03/2021 --DA VITORIA-CIDADANIA -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 899, de 2021, sobre a suspensão de reajustes nos preços dos medicamentos durante a epidemia de coronavírus. Anúncio da apresentação de requerimento de apreciação da proposição em regime de urgência.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidente, rapidamente quero fazer um registro importante aqui.

Protocolizei, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 899, de 2021, de minha autoria, que trata do aumento dos medicamentos no País.

O projeto visa suspender, durante a pandemia, qualquer aumento de remédios, dos medicamentos, dentro do nosso Estado brasileiro. Por que isso?

Estamos vivendo um tempo muito difícil, não somente aqui no nosso Congresso Nacional, mas em todo o nosso Brasil. As famílias estão sofrendo uma crise econômica e sanitária jamais vista. Agora as pessoas precisam lançar mão de seus medicamentos. E não pode haver a autorização de aumentos para medicamentos nestes tempos. Eu acredito que é vontade de todos os representantes do povo brasileiro, e nós precisamos ter esse apoio.

Vou fazer o requerimento de urgência e vou pedir a todos os Parlamentares para que nós possamos ter essa regra estendida a todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 906/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-12:40

Publ.: DCD - 19/03/2021 --OTAVIO LEITE-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Baixo índice de vacinação contra a Covid-19, com relação às pessoas incluídas nos grupos prioritários.

O SR. OTAVIO LEITE (Bloco/PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, vamos aos números: o Programa Nacional de Imunizações prevê 29 circunstâncias e, digamos, classificações de taxas elevadas de risco, até as menores taxas elevadas de risco, que compõem as chamadas prioridades da vacinação. São 29 prioridades, que perfazem 77 milhões de brasileiros.

Quantos brasileiros, até o momento, foram vacinados? Dez milhões. Estamos com um déficit brutal acumulado, como se sabe.

Eu queria registrar a importância de que todos tenham plena consciência de que, devido a várias ações e incompetências e irresponsabilidades - e por aí vai -, nós estamos com esse déficit no tempo. É preciso que todos tenham consciência de que devem se comportar com responsabilidade, para que esta

pandemia não se espraia ainda mais. E, sobretudo, nós queremos dizer que estamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 907/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:12

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ROSANGELA GOMES-REPUBLICANOS -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Agradecimento à bancada feminina pela inclusão na pauta do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 321, de 2021, sobre a garantia à mulher de igualdade com relação a premiações de competições desportivas. Pedido aos Deputados de aprovação do mérito da proposição. Elogio à Deputada Aline Gurgel. Homenagem póstuma ao jornalista Rafael Marinho. Congratulações à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, pela doação de cestas básicas a famílias carentes no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Prometo não tomar o tempo inteiro, para podermos dar celeridade aos trabalhos.

Primeiro, quero dar boa tarde a todos e a todas, aos Deputados e às Deputadas, e parabenizar V.Exa., Presidente, que vem conduzindo o trabalho desde cedo de forma extremamente positiva. V.Exa. orgulha o Parlamento brasileiro - já foi Governadora, hoje é Deputada Federal - e está nessa cadeira presidindo os trabalhos e defendendo os interesses das mulheres.

Quero agradecer também à bancada feminina, que pautou uma propositura muito importante, o projeto de lei que garante às mulheres igualdade na prática esportiva, porque, na premiação, nós recebemos um valor inferior àquele designado aos homens na mesma prática esportiva.

Mas, antes de entrar nesse tema, Presidente, quero agradecer e também parabenizar a Deputada Aline, que vem fazendo o encaminhamento hoje de forma positiva.

Quero ainda, lamentavelmente, informar que nós, na cidade de Nova Iguaçu, perdemos um grande companheiro da comunicação. Rafael Marinho acabou de falecer esta manhã de COVID. Quero prestar minhas homenagens a Rafael e deixar meus sentimentos à família, aos filhos. Rafael Marinho era um jornalista que desempenhava o seu papel com muita galhardia, determinação e bravura. Era apaixonado pela política, pela política local, pela política estadual e pela política nacional, e hoje, infelizmente, veio a óbito pela COVID. Na semana passada foi internado no Hospital Geral de Nova Iguaçu, hospital de Posse, mas não resistiu e veio a óbito. Meus sentimentos! É por isso que eu pedi o tempo de Líder, para fazer esta homenagem a Rafael Marinho, que deu tanto pela nossa cidade.

De outra forma, quero também, Sra. Presidente, agradecer ao Republicanos, à bancada feminina do Republicanos, nas pessoas da Deputada Eron, da Deputada Aline e da Deputada Maria Rosas, em conjunto com a bancada feminina, que hoje prestigia todas as mulheres do Brasil, fazendo esta seleção de projetos extremamente importantes para o nosso povo, a nossa gente, sobretudo para as mulheres.

E pensar nesse projeto, Presidente Rose, é pensar num projeto de inclusão, num projeto de justiça às mulheres, no Estado Democrático de Direito. É como a Deputada Erika Kokay acabou de dizer, sempre nas mesmas modalidades, nas mesmas atividades, na mesma profissão, nós mulheres, infelizmente, recebemos os menores salários; na mesma profissão ou função, somos menos avaliadas.

Fiz esse projeto, Presidente Rose, a partir de várias experiências, mas eu quero compartilhar uma que aconteceu em Santa Catarina em um campeonato de skate. Esta foto viralizou (*mostra fotografia*) em 2017, ou em 2018, quando o jovem Pedro e a jovem, se eu não me engano, Yndiara, os dois campeões, ele recebeu o cheque de 17 mil reais, e a menina recebeu o cheque de 5 mil reais. Por quê? Porque a condição dela é de mulher.

Então, a Deputada Erika Kokay está certa.

Num torneio como este, que tem investimento de bancos públicos, de entidades privadas, de bancos privados, de empresas privadas, na hora de se fazer a premiação, nós mulheres recebemos sempre menos do que aquilo que poderíamos receber.

Portanto, para esse projeto, para esse requerimento, para essa proposta, se os nossos Líderes, os Deputados e as Deputadas votarem "sim", aprovarem a matéria, nós estaremos fazendo a maior justiça que esta Casa poderia fazer às mulheres atletas do nosso País.

Por essa razão, eu peço a aprovação do requerimento, sim.

E ainda, Presidente Rose, para finalizar o meu tempo, quero agradecer o empenho, o carinho, o apoio.

Ontem eu falei com o Deputado Arthur Lira e com o Líder Hugo Motta sobre um conflito que houve no rito. E os dois, de coração aberto, entenderam a necessidade e nos apoiaram, juntamente com a bancada feminina, com a Deputada Professora Dorinha, com a Deputada Celina também. Entenderam que poderíamos chegar a um consenso, avaliar e aprovar esse projeto hoje.

Para finalizar, quero ainda parabenizar a Secretária Nacional de Política para as Mulheres, Cristiane Britto, e a Ministra Damares. No fim do ano eu fiz uma solicitação a ambas, neste período pandêmico, de dificuldade, de desemprego, de luta, por parte de todos nós brasileiros e brasileiras, um pedido diretamente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da nossa queridíssima e companheira Ministra Damares, e ela nos apoiou e enviou várias cestas básicas para o Rio de Janeiro. E ontem foram entregues 900 cestas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, da Patrulha Maria da Penha, à cidade do Rio de Janeiro. Como também entregamos cestas na Secretaria de Promoção Social em Nova Iguaçu, Petrópolis, Mesquita e Duque de Caxias, por meio da Vereadora Leide.

Isso tudo fortalece, fomenta, ajuda, apoia, assegura políticas públicas para as nossas mulheres, mulheres brasileiras, mulheres aguerridas, mulheres que saem de manhã para trabalhar e voltam à noite para casa cansadas, mas com uma sacola de compras, a fim de não deixar um filho ou uma filha passar fome, porque, Presidente Rose, esse é o nosso instinto, não que os homens não façam isso, mas as mulheres são assim.

Então eu agradeço a esta Casa e mais uma vez me solidarizo com todas as famílias vítimas do coronavírus. Os meus sentimentos, o meu abraço, o meu apoio a todas as famílias vítimas da COVID-19.

E, a todas as mulheres, que tenham fé, garra e determinação para que continuemos, neste momento ainda mais difícil, a lutar juntas pelos nossos direitos, juntas pelo nosso povo, juntas pela nossa cidade e pelo nosso Estado, enfim, por mulheres que não têm voz.

A bancada feminina tem sido um exemplo neste Parlamento, porque luta com bravura pela população do nosso País.

Deputada Rose Modesto, que Deus a abençoe! Desejo-lhe boa condução dos trabalhos.

A bancada feminina, mais uma vez, marca um gol de placa, um golaço, trabalhando com políticas públicas, propostas, enfim, leis justas para o nosso País.

Muito obrigada a todos e a todas. Obrigada, Deputada Aline. Muito obrigada, Líderes.

Ajudem-nos, votando "sim", para que possamos fazer justiça às mulheres que praticam atividade esportiva.

Um forte abraço! Deus nos abençoe!

Muito obrigada.

Documento 908/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:20

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Arbitrariedade da prisão de manifestantes durante protesto contra o Presidente Jair Bolsonaro, realizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Quero aqui fazer uma denúncia grave de algo que aconteceu esta manhã. Quatro jovens que foram fazer um protesto na Praça dos Três Poderes, ao abrirem uma faixa contra este Presidente genocida, que infelizmente, com suas condutas, fez com que milhares de pessoas, mais de 270 mil brasileiros e brasileiras, perdessem suas vidas, foram presos de maneira arbitrária, de maneira ilegal, de maneira que só ocorre num estado autoritário.

Temos que denunciar isso. Queremos localizá-los, porque até agora não sabemos o paradeiro deles, em que delegacia estão. E o Judiciário brasileiro também tem que agir rapidamente e estancar essas condutas abusivas, autoritárias, violentas, antidemocráticas por parte de parcela da polícia e também deste Governo.

Para concluir, Sra. Presidente, é nítido que o direito à manifestação é constitucional, é direito fundamental, está garantido na Constituição e não pode, por uma vontade política de um Governo de plantão, ser usurpado porque o Governo não aceita críticas, é covarde. O povo está percebendo isso. Esperamos que haja a libertação urgente desses quatro jovens.

Documento 909/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:20

Publ.: DCD - 19/03/2021 --LIZIANE BAYER-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

A SRA. LIZIANE BAYER (PSB - RS. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, nobre Presidente.

Peço autorização para proceder à leitura do voto.

"II - Voto da Relatora

A pandemia de COVID-19 representa um grande desafio para os sistemas de saúde de todos os países ao redor do mundo. A alta transmissibilidade do agente patogênico, associada à sua virulência e capacidade de gerar sintomas relativamente graves, especialmente aqueles associados ao sistema respiratório, levou a um aumento muito alto na demanda pelos serviços mais especializados de saúde, em especial os tratamentos intensivos. Esse aumento súbito de demanda aumenta a probabilidade de colapso dos sistemas de saúde. Para evitar essa situação limite, muitas medidas foram tomadas pelo poder público, dentre elas a adoção de isolamento social.

A proposição ora em análise tem o objetivo de preservar a saúde das gestantes e reduzir os riscos de uma exposição desnecessária ao vírus SARS-COV-2.

A violação do isolamento tão somente para renovar a validade de pedidos médicos de exames diagnósticos complementares não se mostra racional dentro do contexto de combate à pandemia, que vem sendo empreendido. Certamente que, diante da importância da realização dos exames pré-natais para o monitoramento das condições de saúde, tanto da grávida quanto de seu feto, as gestantes seriam expostas a riscos de contaminação ao ir à procura dos médicos que realizam o acompanhamento pré-natal, caso os pedidos de exames não pudessem ser aceitos pelos serviços de diagnóstico complementar diante da expiração do prazo de sua validade.

Dessa forma, o presente projeto de lei se mostra meritório tendo em vista a proteção que traz para as gestantes, bem como para a sociedade em geral, pois pode evitar a ocorrência de situações que frustrem o isolamento social e

contribuam para o aumento das probabilidades de transmissão do patógeno responsável pela COVID-19.

Além disso, importante salientar que a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, tinha a sua cláusula de vigência vinculada à vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Esse decreto teve sua vigência encerrada no dia 31 de dezembro de 2020, o que gerou a perda de validade da referida lei. Portanto, apresentamos um substitutivo para suprir a lacuna gerada, de modo que lei específica trata do tema.

Pelo exposto, no âmbito da Comissão dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, na forma do substitutivo apresentado.

Pela Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão dos Direitos da Mulher.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, e do substitutivo da Comissão dos Direitos da Mulher."

Esse é o parecer, Presidente.

Documento 910/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:32

Publ.: DCD - 19/03/2021 --CELINA LEÃO-PP -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados Cacá Leão e Ricardo Barros, pela retirada de requerimento de destaque apresentado ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidenta, eu só quero trazer aqui ao Plenário uma solicitação da Deputada Jandira. Havia um destaque...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidenta, V.Exa. me permite falar depois?

A SRA. PRESIDENTE (Rose Modesto. Bloco/PSDB - MS) - Sim, Deputada Erika.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF) - Havia um pedido de destaque, por parte do nosso bloco e até por parte do Governo, e nós solicitamos ao nosso Líder, o Deputado Cacá, e ao Deputado Ricardo Barros que o retirassem, porque esse tema é muito sensível a nós.

Nós gostaríamos de garantir prioridade de UTI a todos os brasileiros. Infelizmente, hoje, pelo colapso do sistema, não estamos conseguindo reagir à altura. Mas gostaríamos de garantir às nossas grávidas e às nossas crianças, iniciativa da Deputada Jandira Feghali, um pedido dela. Eu quero agradecer o empenho do Deputado Cacá e do Deputado Ricardo Barros pelo acordo que foi criado. E nós vamos, sim, colocar em votação o projeto.

Muito obrigada.

Documento 911/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro dos nomes dos Deputados Rodrigo Coelho, Alexandre Padilha e Dr. Zacharias Calil como coautores do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada Rose, quero registrar com clareza os coautores. São eles o Deputado Rodrigo Coelho, do PSB de Santa Catarina; o Deputado Alexandre Padilha, do PT de São Paulo; o Deputado Dr. Zacharias Calil, do DEM de Goiás.

Agradeço, mais uma vez, à Relatora, Deputada Liziane, e também agradeço, em nome da Deputada Celina Leão, aos Líderes Deputado Cacá Leão, Deputado Ricardo Barros, Deputada Margarete e Deputada Soraya, que ajudaram a retirar o destaque e cumprir o acordo do texto integral da Relatora Liziane, para nós aprovarmos o projeto com celeridade.

Muito obrigada.

Sumário

Proficuidade da sessão destinada à apreciação de propostas de interesse das mulheres. Importância da aprovação dos Projetos de Lei de nºs 598, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica; e 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19. Aumento da representatividade feminina na Câmara dos Deputados e da participação de Deputadas em espaços de poder. Elogio à Coordenadora-Geral da bancada feminina na Casa, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentá-la pela condução desta sessão e cumprimentar todo o Parlamento, que tem, hoje, na pauta a deliberação de vários projetos de interesse das mulheres no nosso País. Apesar de eu achar que deveríamos votar essas matérias durante todo o ano, o tempo todo, é importante, no mês de março, sempre darmos prioridade a alguns temas relevantes.

Hoje, foi um dia muito produtivo. Nós tivemos a oportunidade de votar requerimentos de urgência para aprovação de matérias que vão tratar da violência contra a mulher também na área da educação, com projetos importantes.

Para mim, de todos, hoje, o projeto mais importante foi justamente aquele que cria, na educação, a obrigatoriedade de tratar do combate à violência contra a mulher. É uma questão que será trabalhada durante muito tempo, a longo prazo, mas que, com certeza, é o que vai trazer efetividade para os nossos esforços de melhorar os números relacionados à violência contra a mulher, que ainda são altos no Brasil.

Aprovamos, também, requerimentos que vão tratar de temas na área do esporte.



E agora apreciamos este projeto tão importante apresentado pela Deputada Jandira Feghali, essa nossa grande líder na área da saúde. Este projeto é voltado especificamente para as mulheres gestantes do nosso País.

Quero parabenizar a Deputada Jandira, todos os coautores, a nossa Relatora. Esta é uma proposta que realmente, de forma efetiva, atende a uma demanda muito importante, a demanda das mulheres gestantes, que, mesmo neste momento de pandemia, vão ter prioridade no atendimento e a segurança da não interrupção do pré-natal, o que, com certeza, pode evitar um grande dano a sua saúde e à saúde de seu bebê.

Nós temos a oportunidade de tê-la na Comissão de Seguridade Social e Família, onde temos vários projetos importantes, mas é muito bom que consigamos aprovar este projeto hoje e que possamos consolidar essa política pública tão importante neste momento que nós vivemos.

Eu queria agradecer ao PDT a oportunidade liderar, hoje, os nossos colegas e dizer também que ficamos muito felizes de ver, hoje, a nossa bancada de mulheres tão qualificadas no Congresso Nacional.

Nós temos conseguido vencer outro desafio grande, que é trazer mais mulheres para a política. Nesta Legislatura, nós conseguimos aumentar significativamente o número de mulheres na Câmara dos Deputados e o número de mulheres no Congresso e sabemos que isso tem feito uma grande diferença. Eu, que estou no terceiro mandato, tive oportunidade, no primeiro mandato, de participar do momento em que a primeira mulher, Deputada Rose Modesto, ocupou o espaço na Mesa Diretora, que foi a Deputada Rose de Freitas, ainda na 54ª Legislatura. Nós já estamos vendo, agora, nesta Casa, várias mulheres ocupando espaço na Mesa, várias mulheres presidindo Comissões, mulheres competentes fazendo relatorias importantíssimas.

Queria parabenizar a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pelo trabalho que tem feito na Coordenação-Geral da bancada, onde tem aberto espaços de forma democrática, valorizado o trabalho de cada um de nós e, com certeza, trazido sempre à pauta temas de interesse das mulheres. Hoje nos representam também, na Comissão de Educação, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Presidenta da Comissão, e a Deputada Alice Portugal; temos a Deputada Flávia Arruda na Presidência da Comissão Mista do Orçamento; temos várias outras Parlamentares presidindo Comissões importantes nesta Casa.

Nós sabemos que o processo é lento, demorado, a luta é importante e consigamos, através, desta votação, Deputada Rose Modesto, trazer à luz várias propostas importantes que vão trazer benefícios à defesa dos interesses da mulher.

Encerrando as minhas palavras, Deputada Rose Modesto, eu quero encaminhar o voto do nosso partido, o PDT, favorável a este projeto e a todos

os requerimentos. Com certeza, na votação do mérito dos requerimentos, nosso partido também votará favoravelmente.

Obrigada, Presidente.

Documento 913/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:44

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ALEXANDRE PADILHA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações à Deputada Jandira Feghali pela apresentação do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19. Saudações às médicas obstetras Roxana Knobel e Carla Polido.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, eu queria agradecer à Deputada Jandira Feghali e saudá-la pela iniciativa. Este projeto foi construído pela Deputada e apresentado, inclusive, em uma audiência pública na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, e tenho a honra de ser coautor desse projeto, Deputada Jandira Feghali.

Gostaria de saudar, também, as obstetras que participaram daquela audiência pública, como a Profa. Roxana, de Santa Catarina e a Profa. Carla Polido, que está hoje na Universidade Federal de São Carlos, as quais foram minhas colegas na Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

O Brasil é hoje o campeão de morte materna, que acontece duas vezes mais entre as mulheres negras do nosso País.

O conceito de vaga sempre, ou seja, sempre tem que existir vaga para gestantes, foi criado pela Rede Cegonha em 2011, quando estávamos no Ministério da Saúde, no Governo da Presidente Dilma.

Vaga sempre para as gestantes deste País!

Documento 914/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-13:48

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

A SRA. LIZIANE BAYER (PSB - RS. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Nobre Presidente e demais Deputadas presentes em plenário e aquelas que nos acompanham remotamente, eu quero, antes de ler o meu parecer, fazer menção à Deputada Jandira Feghali, autora deste projeto de lei, assim como aos coautores, Deputado Rodrigo Coelho, também do meu partido, Deputado Alexandre Padilha e Deputado Dr. Zacharias Calil, que também contribuíram com a construção da proposição.

Eu peço autorização para ir direto ao voto da Relatora, se possível, Presidente.

"II - Voto da Relatora

Analisando as emendas apresentadas, conclui-se que a Emenda nº 1 já foi devidamente contemplada pelo substitutivo apresentado e deixamos aqui registrado o nosso agradecimento ao autor pelas contribuições prestadas.

Com relação à alteração proposta pela Emenda nº 2, frise-se que o objetivo do projeto se restringe à extensão do prazo de validade de pedidos médicos, de modo que se reduza o risco de as gestantes serem contaminadas pelo coronavírus, e a necessidade de prioridade de gestantes na ocupação de leitos de UTI, enquanto perdurar a pandemia. Portanto, em razão desta delimitação temática, a Emenda nº 2 fica prejudicada por não haver relação direta com a proposição.

Ante o exposto:

Pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, votamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 e 2.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 1 e 2."

Este é o meu voto, Presidente.

Sumário

Prejuízos causados ao País pela tentativa da Oposição de politização da epidemia de coronavírus em desfavor do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssima Presidente, é uma honra participar desta sessão, que tem o cunho totalmente feminino, o que é muito bom, bom demais!

Eu aproveito para falar de um assunto de que se fala a todo momento: o negacionismo. Fala-se tanto em negacionismo, como se Bolsonaro fosse negacionista, contra tudo e a favor de nada. Quem é contra tudo e a favor de nada, quem é do "quanto pior, melhor" é a Esquerda. Eu criei o termo "desgracionista": os arautos da desgraça.

Eu ouvi ontem um Parlamentar dizendo que, até abril, nós teríamos 4 mil mortes por dia, torcendo para que tenhamos um maior número de mortes. Isso é "desgracionismo" e não nos leva a nada! E também a imprensa - um veículo principalmente - faz o quê? Noticia o número de mortes, a média de mortes mensal, semanal, mas nunca coloca o número de pessoas curadas. Estamos curando muita gente.

O número de mortes é menos de 0,2%. Isso não quer dizer que seja pouco. Mas para que esse "desgracionismo"? Para que ser arauto, estafeta da desgraça e passar a imagem de que está tudo um caos? Pessoas já estão depressivas por causa do desemprego, empresários quebrando, e ainda vêm contribuir simplesmente com pautas "desgracionistas"? Leva a que lugar isso de querer o mal do próximo? Que tipo de ser humano pensa nisso?

Querem que o Brasil quebre e que morram muitas pessoas para culpar o Presidente? Qual é o sentimento de amor ao próximo que existe? Não têm consciência mínima de que queremos um Brasil melhor e queremos que seja vencida urgentemente esta pandemia? Mas, não, estão torcendo pelo pior!

Eu sinto muito. Quem planta vento, colhe tempestade. Com o tempo, quem está plantando esse vento vai colher muita tempestade. Este é um momento de solidariedade, de amor ao próximo, e não de espalhar o "desgracionismo" por onde passam.

O que ganham Parlamentares que pensam dessa maneira? Pensem em ajudar, pensem em solução! Se acham que alguém está agindo mal, deem a solução! Falem com jeito, falem com ética, falem com decoro! Os "desgracionistas", os arautos da desgraça, irão para o lugar que lhes é merecido.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 916/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 19/03/2021 --SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Consulta à Presidência sobre a votação do Projeto de Lei nº 1.267, de 2020, relativo à alteração da Lei 10.714, de 2003, com vista à ampla divulgação do serviço telefônico Disque 180 durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar a Deputada Lídice da Mata e agradecer, porque sou uma das coautoras deste projeto. Há outras Parlamentares da bancada do PSOL que o assinam, como a Deputada Fernanda Melchionna, que é autora do Projeto de Lei nº 5.208, de 2020, apensado a este projeto.

Sem dúvida, ele é fundamental. É uma resposta de que a sociedade brasileira precisa, tendo em vista os horrores a que nós, infelizmente, assistimos nas sessões de julgamento do caso Mari Ferrer. Eu, pessoalmente, tive contato com o caso dela, e pudemos inclusive encaminhar, por meio da Secretaria da Mulher, pedidos de ações enérgicas e urgentes por parte das autoridades do Estado de Santa Catarina para se inverter o rumo da injustiça que estava acontecendo: um processo de revitimização da Mari Ferrer, que estava sem acesso, de fato, a respeito durante o julgamento. E, é claro, nesse caso, mais uma vez, infelizmente, o poder da grana e do machismo se impõe à justiça, que deveria acontecer no caso de um crime tão brutal que ela infelizmente sofreu. Então, é fundamental que avancemos na aprovação desse projeto.

Quero também, Sra. Presidente, perguntar sobre um projeto que está na pauta de hoje, estava na ordem, mas foi pulado na hora da leitura dos projetos. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 1.267, de 2020, de autoria da Deputada Talíria Petrone e coautoria das Deputadas do PSOL e de uma série de Deputadas de outros partidos, que, como combinado, faz parte dos projetos da bancada feminina, o que foi endossado pelo Colégio de Líderes. Nós já iríamos votar o mérito do projeto. Eu gostaria de saber ser, de fato, ele vai entrar, na sequência ou mesmo depois do projeto seguinte, na pauta do dia de hoje. Ele trata da ampliação da divulgação do Disque 180 no momento da pandemia da COVID-19, momento em que, infelizmente, têm aumentado os índices de violência doméstica e de feminicídio.

Sra. Presidente, quero também pedir que seja concedido 1 minuto ao Deputado Glauber Braga, quando for possível. Infelizmente, faleceu um Vereador do PSOL, da cidade de Niterói, por COVID-19, e nós gostaríamos de fazer uma homenagem a ele.

Obrigada.

Documento 917/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Congratulações à bancada feminina na Câmara dos Deputados. Saudações à Desembargadora Amini Haddad, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, e à Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensora Pública no Estado, Rosana Barros. Recrudescimento das agressões físicas e psicológicas contra as mulheres durante a epidemia de coronavírus. Importância da discussão e aprovação, pela Casa, de proposições destinadas à proteção da mulher.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, demais Parlamentares que nos acompanham nesta tarde, quero abraçar toda as mulheres Deputadas, 77 mulheres que nos representam, que representam todo o País nesta Casa Legislativa.

Eu gostaria também de dar um abraço muito fraterno em duas pessoas aqui do Estado de Mato Grosso, a Dra. Amini Haddad, Juíza do Tribunal de Justiça do nosso Estado, e a Dra. Rosana Barros, Coordenadora do Núcleo da Defesa da Mulher, da Defensoria Pública, duas parceiras no nosso mandato e nas causas da mulher no nosso Estado. Discutimos muito sobre as questões que se referem à mulher, sobre aquilo em que precisamos avançar para que o Brasil



saia das estatísticas como um dos países que mais violentam o direito das mulheres e que é mais violento em relação às mulheres.

Estamos em um momento de pandemia. Quando olhamos os dados, percebemos o quanto as mulheres foram agredidas, fisicamente, psicologicamente, nos seus ambientes, principalmente nos ambientes domésticos, onde as mulheres, por ficarem em casa, por liderarem a família, muitas vezes têm os seus alçózes mais próximos e sofrem muito mais.

No Parlamento, sempre atribuo a nós, que ocupamos espaço no poder, 77 Deputadas, o empenho necessário para que possamos avançar, abrir mais espaço, ser referência, para que as mulheres possam também ocupar os seus espaços na política brasileira, no poder, onde a mulher quiser e onde a mulher estiver.

Hoje discutimos aqui nesta Casa a possibilidade de termos uma legislação no Brasil que abra espaço para que, nas propagandas, comecemos a mudar a cultura, uma cultura centenária, arraigada de preconceitos, que retrata a mulher dona de casa, mulher cuidadora, mulher doméstica, mulher mãe, e não a mulher cidadã. Por isso, é importante que, em nossas propagandas públicas, nós possamos ter, a cada propaganda que tiver relação com as questões domésticas, independentemente de estarem à frente da propaganda homens ou mulheres, que possamos ter ali um chamamento, uma lembrança de que homens e mulheres são iguais perante a lei na Constituição da República brasileira, e, com isso, possamos disseminar muito mais, para as nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens e a população como um todo, que mulheres e homens ocupam os mesmos espaços na vida doméstica, na vida social, no mundo do trabalho.

Nós temos que nos respeitar, para avançar na questão da vida humana, nas relações humanas, no planeta Terra e no Brasil. Isso é questão da evolução, e nós temos que evoluir.

Temos que ter um País onde todas nós possamos viver de cabeça erguida. A mãe, diante dos filhos, tem que ser respeitada pelo sexo oposto que está ao seu lado. A nossa luta nunca foi para sermos iguais aos homens. Sabemos de nossas diferenças emocionais, físicas... Sabemos o que queremos, mas queremos igualdade nos direitos. É essa igualdade que queremos. Não estamos falando de outra coisa.

Nesse sentido, peço a reflexão de todos os Parlamentares e, especialmente, dos homens, daqueles que ajudam a mulher a levar as bandeiras feministas. Peço reflexão aos homens desta Casa que acolhem os nossos projetos e que entendem, ao homem que quer ver a sua filha liberta, ao homem que quer a sua irmã liberta, ao homem que quer a sua companheira liberta, ao homem que respeita a sua mãe.

Nós somos 51% da população; os outros 49% são nossos filhos. Nós, juntas e juntos, temos que fazer um país diferente, para que tenhamos um novo tempo,

para que o Brasil respeite aquelas que ajudam a construir um mundo melhor, mais significativo e mais humano.

Por fim, Presidente Rose Modesto, estou muito feliz de ver V.Exa. nos representando na Mesa e hoje conduzindo esta sessão.

A Deputada Erika Kokay, companheira e parceira, vai completar o tempo da Liderança do PT.

Muito obrigada.

Documento 918/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de construção da agenda feminina na Câmara dos Deputados. Necessidade de avanço na luta contra a subalternização da mulher. Relevância da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher. Descaso do Governo Federal com as políticas de defesa dos direitos da mulher. Insuficiência dos recursos orçamentários destinados à Casa da Mulher Brasileira. Comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, diante do seu desprezo à vida dos brasileiros frente à Covid-19. Pronunciamento da Deputada Natália Bonavides a respeito dos horrores da ditadura militar. Prisão de manifestantes pela exibição de faixa com a expressão Bolsonaro, genocida!, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Lançamento do movimento Mulheres Contra a Carestia.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, hoje nós construímos uma agenda para que nós possamos fazer justiça a um país que precisa construir equidade de gênero e que precisa assegurar igualdade de direitos, para que possamos, enfim, vivenciar a liberdade.

Diz bem Paulo Freire que é impossível construir um país livre se alguém não estiver livre. Portanto, há essa luta pela libertação das mulheres dessa lógica de subalternização, dessa lógica que impõe tantas ditaduras, inclusive as ditaduras da perfeição. A mulher, em todo espaço que ocupa, tem que ser perfeita. É como se a sociedade dissesse: "*Ocupa seu espaço público, mas seu filho não pode adoecer, mas sua casa tem que estar limpa*". É como se a sociedade impusesse à mulher uma série de perfeições.

E, por isso, a culpa sempre é tão caracterizada como um instrumento interno e internalizado de dominação. Às mulheres é exigida uma perfeição, e nós queremos a liberdade. Nós sempre lutamos pela liberdade. Nós queremos, enfim, respirar a humanidade. No momento em que está tão difícil de respirar, inclusive, literalmente, neste País, nós queremos os ares da liberdade para que possamos dizer que a nossa humanidade só reconhecemos na liberdade, na afetividade, na alteridade.

A nossa humanidade só reconhecemos quando nós nos consideramos donas do nosso pensar, do nosso sentir, do nosso querer, quando nós somos donas de nós mesmas. Os homens, quando nascem, nascem com seus corpos sendo seus corpos, e nós mulheres lutamos, todos os dias, para dizer que os nossos corpos são nossos corpos. Por isso, há essa luta tão intensa, e um pouco deste dia de hoje carrega esse extrato.

Ainda temos muito em que avançar - temos muito em que avançar! - para que não haja nenhum tipo de naturalização dessa subalternização construída pela lógica patriarcal. Alguns acham que as estatísticas que pontuam o Brasil como o quinto país em feminicídio sejam obras de um desajuste individual.

Elas são construídas pelo patriarcalismo, elas são construídas pelo patrimonialismo, porque no colonialismo - do qual nós não fizemos luto ainda -, os donos da terra também se sentiam donos das mulheres. Este País já permitiu que as mulheres e as crianças pudessem ser castigadas fisicamente pelos homens. Ele já permitiu isso em legislação.

Hoje, nós temos a terceira melhor legislação do mundo, a Lei Maria da Penha, que precisa efetivamente fazer parte da nossa realidade e, para isso, nós precisamos ter orçamento. O Governo Federal, em verdade, não aplicou quase nada nas políticas de defesa dos direitos das mulheres. Nós vamos ver as intenções de um Governo, como se fosse por um raio-x, a partir da proposta orçamentária. Sessenta mil reais, apenas, para a Casa da Mulher Brasileira, é isso? Que prioridade que se está dando ao que é prioritário? Não é uma agenda menor, é uma agenda estruturante para a construção de uma nova sociedade.

Nós não vamos fazer do Brasil um país livre e um país soberano enquanto persistirem tantas expressões sexistas e patriarcalistas nas relações humanas, enquanto existir o racismo que é estruturante. É por isso que nós lutamos pela liberdade.

É por isso que nós estamos aqui para denunciar toda forma de genocídio, e nós vamos dizer que Jair Bolsonaro será conhecido como Jair Bolsonaro, o genocida. Este, que está provocando, pela sua inoperância, pela sua incompetência, enfim, pelo seu desprezo com a vida, a maior tragédia sanitária que o Brasil já vivenciou, e que quer ter o direito de aplaudir a ditadura militar.

Aqui a Deputada Natália Bonavides fez uma fala para lembrar o que foi o horror das salas escuras de tortura. Todos os momentos de tortura e de sofrimento do

povo brasileiro foram carregados com violência de gênero. E aqui a Deputada Natália relatou que houve violência de gênero para além da violência, na tentativa de silenciar, de marcar os corpos e ferir os corpos daqueles que lutavam pela democracia.

Temos hoje cinco jovens que estão presos na Polícia Federal. Qual foi o crime que cometeram? Denunciaram a verdade. Eles abriram uma faixa na Praça dos Três Poderes com os dizeres "*Bolsonaro genocida*", e foram presos - presos! Eles foram presos, porque manifestaram a verdade que está na boca do povo, que está nas mesas, que está nos bares, que está em todos os cantos deste País. Bolsonaro é um genocida e está sendo genocida da democracia, também genocida da ciência, também genocida da própria liberdade.

Nós lançamos o movimento Mulheres Contra a Carestia, porque nós, mulheres, vamos transformar o mundo e dizer...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 919/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 19/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras. Apresentação do Projeto de Lei nº 936, de 2021, sobre o estabelecimento de diretrizes para a vacinação de gestantes, puérperas e lactantes contra a Covid-19.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada, eu quero, primeiro, em nome de todas as Deputadas, saudar todas as mulheres brasileiras, registrar o esforço desta Casa de, nesta semana, pautar matérias específicas para a proteção das mulheres num país tão desigual, num país ainda muito marcado pelo machismo, pelo paternalismo.

Quero registrar, aproveitando a oportunidade e o simbolismo do dia, que o Ministério da Saúde publicou a Nota Técnica nº 1, de 2021, que estabelece regras para a vacinação de grávidas com comorbidades. Eu apresentei o

Projeto de Lei nº 936, de 2021, que visa regulamentar o que já está contido na nota técnica do Ministério.

Há um estudo americano, Sra. Presidente, que constatou que, entre mulheres grávidas e não grávidas, há uma possibilidade 62% maior de uma grávida que contraiu COVID precisar de UTI; e 88% maior de uma grávida que contraiu COVID precisar de ventilação invasiva.

Diante disso, eu apresentei este projeto de lei, que visa regulamentar a vacinação das grávidas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 920/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 19/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Líder do Governo por adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Encaminhamento, à Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Acre, de Representação contra o Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva, por crime praticado contra a saúde pública durante a visita ao Acre.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, até antes de começar o tempo do PCdoB, eu quero fazer um apelo, em nome do PCdoB, ao Líder do Governo, aliás, ao representante que aqui falou pelo Governo -- a Presidente o anunciou como alguém que estivesse falando pelo Governo.

Eu considero muito importante debatermos este assunto, porque considero importante proteger a cadeia do leite. Agora, os senhores não de convir que, no meio desse projeto, existem 17 outros projetos, e nós não temos condições de analisá-lo aqui de última hora.

Então, eu queria fazer mais um apelo para que, de fato, no Colégio de Líderes, resolva-se, discuta-se e pautar-se o projeto para a semana que vem, e aí nós votamos a urgência. Nós teríamos uma semana para analisá-lo, afinal de contas, são 17 projetos no meio desse.

Eu quero fazer este apelo ao Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - Deputada, talvez eu não tenha sido clara. Não é a aprovação do projeto, é só o requerimento.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sim, é a aprovação da urgência. Eu me refiro à urgência exatamente. Eu quero fazer esse apelo.

Então, usando agora o tempo do PCdoB, Sra. Presidente, eu queria comunicar aqui que o Portal do Rosas, um *site* do Acre, traz a notícia de que o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Acre pedem a responsabilização de Bolsonaro e de toda a sua comitiva por crimes contra a saúde pública durante a sua visita ao Acre.

E o que nós temos sobre o que aconteceu? O Presidente foi ao Acre naquele momento de alagamento no Estado. Nós já estávamos com 10 dias de uma situação muito difícil, e o Presidente foi lá. Acontece que ele foi lá no momento em que funcionava um decreto de restrição de pessoas, abertura de comércio e tudo o mais.

Depois que o Presidente saiu do Acre com toda a sua comitiva, o que mais houve foi pessoas, no entorno, com COVID. Pessoas que estiveram lá, chegaram a casa, e, conseqüentemente, os seus familiares também adoeceram.

Dois fatores contribuíram muito para aumentar a COVID no Estado nesses dias: o processo de alagamento, é óbvio, em que as famílias passam a dormir umas com as outras, e também a ida do Presidente, que fez as aglomerações.

O Ministério Público Federal no Acre e o Ministério Público do Estado encaminharam representação ao Procurador-Geral da República pedindo a responsabilização, por crimes cometidos contra a saúde pública, do Presidente Jair Bolsonaro e toda a sua comitiva, quando foram a Rio Branco e a Sena Madureira no dia 24 de fevereiro de 2021.

Segundo membros do Ministério Público que assinam a representação, na data da visita da comitiva presidencial, encontrava-se vigente o Decreto Estadual nº 7.849, de 2021, que determinou a classificação do nível de risco de todas as regionais de saúde no nível de emergência, cor vermelha, e estava proibido qualquer tipo de evento que pudesse causar aglomeração, sem qualquer exceção, alertando, ainda, para o uso de máscaras, conforme a lei estadual e a lei nacional.

De acordo com as imagens amplamente divulgadas pela imprensa e pela própria assessoria do Presidente da República, foram registrados diversos episódios de desrespeito às normas de isolamento social, tanto as impostas pelo poder público quanto as editadas com a finalidade de reduzir a acelerada transmissão do novo coronavírus.



Além disso, os eventos ocasionaram aglomeração de pessoas, muitas delas sem usar máscara de proteção facial e sem respeitar o distanciamento social mínimo recomendado pelas autoridades sanitárias nacionais. O próprio Presidente da República e toda a sua comitiva não utilizavam máscara.

Então, Sra. Presidente, o Ministério Público Federal no Acre e o Ministério Público do Estado estão acionando o Presidente da República, exigindo que a Procuradoria-Geral da República apure o que aconteceu no Acre com relação ao desrespeito do Presidente no uso de máscara e nas aglomerações, o que causou, conseqüentemente, aumento da COVID no Acre, com muitas mortes a partir daí.

O Presidente da República precisa ser punido. Ele é a maior autoridade do País. Ele precisa ser o maior exemplo para o País. Mas, pelo contrário, ele incentiva as pessoas a não tomarem vacina e a não usarem máscara. E, agora, já está reclamando que as UTIs estão cheias demais, passando a ideia de que os médicos não estão sendo verdadeiros.

É preciso salvar o País. É preciso evitar novas mortes. Precisamos de vacina.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 921/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-15:52

Publ.: DCD - 19/03/2021 --KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Conduta criminosa do Presidente Jair Bolsonaro e do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, com relação à epidemia de coronavírus. Inércia do Parlamento brasileiro, do Ministério Público e do Poder Judiciário diante do morticínio provocado pela doença viral no País. Relatório da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a favor da adoção de medidas nacionais de isolamento social. Omissão da Casa na abertura de CPI para investigação de responsabilidades pela tragédia provocada pela Covid-19 no País.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Fabyonney Rodrigues Lucas, Carlos Alberto, Eliandre Boscato, Elias Zakaib Júnior, Fernando Arivelton de Souza Gomes, Joaquim Soares de Oliveira, Sérgio Santos, José Lopes Brum, Antônio Soares França, Leandro Chaves, Romeu Piazero, Edinéia Soares Lopes, José Carlos Bezerra da Silva, Lázaro Romão de Souza, Domingos da Silva Moreira (...).

Este rolo de papel que eu trouxe aqui tem mais de 100 páginas, cada uma delas com mais de 30 nomes, e é esse o número de pessoas morrendo todos os dias - todos os dias! Hoje, nós recebemos a triste notícia da morte de um rapaz de 22 anos de idade - 22 anos de idade! -, praticamente da mesma idade que eu, por falta de UTI na cidade de São Paulo.

Este aqui é o tamanho do rolo, Presidente. É esta a pilha de cadáveres que se avoluma em frente ao Palácio do Planalto e em frente ao Congresso Nacional. É aberrante e triste que, diante desta desgraça nacional, não haja nenhuma resposta das instituições. Todos neste Plenário sabem as medidas que precisam ser tomadas para, neste momento, nós desafogarmos o sistema de saúde. Todos sabem que o Presidente da República age com negligência criminosa. Mesmo Deputados da base aliada confessam no plenário que sabem que o Presidente não está agindo como deveria e sabem que o número de mortes é crescente, sendo o Brasil o único país cujo número de mortes aumenta exponencialmente. Todos sabem da conduta criminosa do Presidente da República e do ex-Ministro da Saúde Pazuello.

Ainda assim, sem que o Parlamento abra nem sequer uma CPI para investigar, sem que o Parlamento convoque nem sequer um Ministro para dar explicações, numa completa inatividade, numa completa inércia do Parlamento brasileiro, do Ministério Público e do Judiciário, a cada dia que passa o morticínio, o genocídio continua, todos os dias, de forma crescente. E não há coordenação nacional para promover...

A própria FIOCRUZ, vinculada ao Governo Federal, a FIOCRUZ tão defendida pelo Presidente Jair Bolsonaro, soltou relatório anteontem, defendendo a necessidade de tomada de medidas nacionais de isolamento social. E não há esse plano porque o Presidente está preocupado com a possibilidade de perder a reeleição em 2022 se tomar essas medidas, ao custo de, todos os dias, nós termos aumento exponencial de mortes.

Eu não jogo mais a responsabilidade sobre o Presidente da República, porque não há mais nada a se esperar dele. Agora a responsabilidade é do Parlamento. É o Parlamento quem sobe em palanque de pilhas de corpos todos os dias, quando se omite em agir contra o Presidente da República e sua negligência criminosa em relação à pandemia.

Cada vez mais, eu escuto relatos de amigos próximos que estão perdendo seus pais. Cada vez mais, eu escuto apelos desesperados de eleitores, de apoiadores meus, que me pedem, como se eu pudesse fazer alguma coisa, como Deputado Federal, que leve um familiar - um pai, uma prima, um filho - para o hospital. E eu não posso fazer nada. E nenhum de nós consegue mais fazer nada. Tudo o que nós poderíamos fazer, no âmbito do Legislativo, já foi feito. A autorização para o gasto foi dada; a autorização para as medidas de isolamento foi dada. Tudo o que nós poderíamos fazer, do ponto de vista legal, foi feito. E nós assistimos a esses apelos desesperados de eleitores, de apoiadores, por um leito no hospital e não podemos fazer nada.

O Parlamento, vergonhosamente, omite-se diante deste genocídio, sim. A descrição do tipo penal genocídio é: agir ou se omitir para, deliberadamente, acabar, extinguir, exterminar determinado grupo de determinada nacionalidade, credo, cor ou religião. Essa é a ação que se enquadra no tipo penal genocídio.

Ainda assim, o Parlamento, todos os dias, vê a pilha de corpos aumentar, vê as UTIs de todos os Estados da Federação e de todas as cidades entupidas de gente, e continua os debates de maneira normal. Nós seguimos a nossa vida aqui como se estivesse tudo bem. Está tudo *o.k.* "*Vamos fazer um debate técnico*" - como nós estamos fazendo agora neste requerimento de urgência - "*sobre a composição da merenda escolar.*" Agimos como se nós estivéssemos vivendo num ambiente de normalidade, como se estivesse tudo *o.k.*, tudo normal.

Estamos em mais um debate no Parlamento, em mais uma divergência ideológica. Mas já não se trata mais de esquerda e direita. Já não se trata mais de divergência ideológica, de crítica à visão de mundo de um colega Parlamentar. Trata-se de ver um crime sendo cometido na sua frente e não fazer nada. Trata-se de ver um genocídio, um morticínio, uma pilha de corpos na sua frente e não fazer nada.

Não é possível que este Parlamento seja conivente com isso. Nem sequer uma CPI é instalada. Eu não estou nem falando de responsabilização, de *impeachment*, porque deveria ir daí para pior com o Presidente da República, daí para a responsabilização criminal. Não! Mas nem a convocação do Ministro este Parlamento é capaz de fazer. A Oposição parece que está mais preocupada em construir um concorrente para o Bolsonaro em 2022 do que em efetivamente combater o Governo. E o Governo age pior ainda; os Deputados da base, pior ainda. No corredor, dizem: "*É, realmente, essa escolha do Bolsonaro, essa condução é desastrosa*". E aí? A condução é desastrosa, as pessoas continuam morrendo, V.Exa. continua Deputado e tudo bem?

É para este fato que eu gostaria de chamar a atenção do Plenário da Câmara dos Deputados: o número de mortes que agora se acumula não é mais responsabilidade só do Presidente da República. Esse sangue que escorre todos os dias está escorrendo nas nossas mãos também.

Documento 922/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Discussão da legalidade da votação em curso. Luta da Oposição contra a inclusão na pauta de matérias não relacionadas ao combate à Covid-19. Pedido aos Parlamentares de assinatura do requerimento de criação de CPI, destinada à apuração de crimes praticados pelo Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Reinstalação do regime autoritário no Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputada Celina, esta votação já está no seu transcurso. Nós vamos ter realmente que discutir a legalidade desta votação.

Mas eu pedi este tempo para dizer que a Oposição nesta Casa tem feito esforços para enfrentar a pandemia, tem feito esforços para impedir que pautas estranhas à pandemia venham para a votação. Foi o que nós fizemos para impedir a votação da PEC Emergencial, pedindo que votássemos o auxílio emergencial, e de outras matérias que têm sido colocadas na pauta à revelia da nossa concordância.

Nós estamos pedindo assinaturas para uma CPI solicitada por toda a Oposição. Peço aos Deputados que concordam com ela que assinem o requerimento para que instalemos a Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurarmos os crimes deste Governo no enfrentamento da pandemia.

Agora, quero também dizer que não é segredo para ninguém que há, de fato, uma ação genocida por parte deste Governo. Essa palavra - já disse e vou repetir - está no dicionário. Todas as vezes que crimes de genocídio foram comprovados, eles foram carimbados como crimes de Estado, e é o que está acontecendo hoje no Brasil. O problema é que a sociedade brasileira fala essa palavra, e todos, ou muitos, estão sendo processados. Induzidos inclusive pelo Ministério da Justiça, pela Advocacia-Geral da União, estão tentando enquadrar representações da sociedade brasileira na Lei de Segurança Nacional. Vejam o que fizeram com Felipe Neto; o que fizeram hoje com um blogueiro chamado Henry, conhecido como Henrytado, que já está desesperado, porque o estão processando; o que fizeram hoje com ativistas na Praça dos Três Poderes. Não há mais liberdade para fazer crítica ao Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - V.Exa. tem mais 1 minuto, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - As pessoas não podem mais criticar o Governo, Deputada Celina, porque, se o fizerem, vão ser enquadradas na Lei de Segurança Nacional, ou seja, o Governo está reconhecendo que voltou ao regime autoritário, arbitrário. Ele está punindo,

com base na Lei de Segurança Nacional, pessoas que criticam o Governo nas redes sociais ou se manifestam contra o Governo.

A palavra "genocida" já está na boca do povo. Vai ser preciso processar mais da metade da população brasileira, pois essa quantidade já diz que Bolsonaro é um genocida. É preciso parar de impedir a livre manifestação da sociedade, até porque todos nós vamos reagir, a sociedade inteira vai reagir.

Não é possível mais aceitar que as pessoas sejam processadas por falar a verdade. O Governo está cometendo genocídio no Brasil em plena pandemia da COVID-19.

Documento 923/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 19/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Falecimento do Senador Major Olímpio, em decorrência da Covid-19. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Parlamentar.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente Celina. Desejo um boa tarde para todos deste Parlamento.

É com muita tristeza que eu anuncio o falecimento, por COVID, do Senador Major Olimpio, Senador pelo Estado de São Paulo. Major Olimpio foi membro desta Casa nos anos de 2015 a 2018, pertenceu por 8 anos à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e fez uma carreira brilhante na Polícia Militar daquele Estado.

Eu dou essa notícia com muita tristeza, Sra. Presidente, até pela proximidade que tinha com o Senador Major Olimpio.

Eu gostaria de pedir neste momento que o Parlamento silenciasse em homenagem a ele por 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - Acato a solicitação de V.Exa.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - Conclua, Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP) - Obrigado, Sra. Presidente. Agradeço a todos os colegas. Que nós possamos, com toda a serenidade, com toda a responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - Pode terminar, Deputado Coronel Tadeu.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Celina Leão. Bloco/PP - DF) - Deputada, espere só o Deputado Coronel Tadeu terminar.

Pode terminar, Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP) - Deputada Celina, eu agradeço a todos os Parlamentares essa singela homenagem a esse grande companheiro que nós tivemos no Parlamento. Desejo que nós continuemos os trabalhos com toda a serenidade e com toda a responsabilidade que este Parlamento tem.

Esperamos que Major Olimpio encontre o reino e esteja sob a misericórdia de Deus Todo-Poderoso.

Muito obrigado a todos.

Documento 924/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:32

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Senador Major Olímpio. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu só quero registrar a minha solidariedade à família do Senador Major Olimpio. Lamento profundamente a sua morte.



Neste momento, nós estamos em guerra, Deputada Celina Leão, uma guerra contra algo microscópico, que não vemos, mas que consegue levar muitas vidas, principalmente porque o combate não é feito de forma correta. Nós temos, hoje, aliados deste vírus dentro do Governo.

O Governo induz, infelizmente, a um comportamento errático; não confronta esse adversário, esse inimigo da vida, pelo contrário. E nós estamos perdendo muita gente, inclusive nossos colegas de Parlamento.

Eu lamento profundamente que mais um Parlamentar tenha ido embora e muitos estejam contaminados. Nós soubemos de três Senadores contaminados na mesma semana. E, neste momento, temos a notícia da morte de um Senador jovem. O Senador Major Olimpio era um Senador jovem e deixa família. É muito triste que mais uma família, neste momento, chore a morte de um ente querido.

Quero deixar registrada aqui a minha solidariedade. A Deputada Perpétua já falou em nome do PCdoB. Sei que a Deputada Alice Portugal também falará em nome da Minoria. E eu aqui me somo a elas nessa solidariedade.

Sinceramente, é muito ruim, é muito difícil, é muito revoltante nós termos, todos os dias, que externar a nossa solidariedade, a nossa indignação, por vivermos uma pandemia sem o devido confronto, sem o devido enfrentamento, e vermos tantas lágrimas rolando sem que possamos ver uma luz no fim do túnel neste momento para o Brasil.

Obrigada, Presidenta.

Documento 925/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 19/03/2021 --NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Falecimento do Senador Major Olímpio, em decorrência da Covid-19. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares, em nome do PSD. Necessidade de imunização das populações brasileira e mundial contra o coronavírus. Dificuldades financeiras enfrentadas pelos empresários e comerciantes, diante da decretação de lockdown por Governadores e Prefeitos Municipais. Importância da retomada da produção de vacinas pelo País.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, em nome do Líder do PSD, nosso Deputado Antonio

Brito, do Presidente Gilberto Kassab e de todos os Parlamentares do PSD, nós queremos prestar nossa solidariedade aos familiares do Senador Major Olímpio e lamentar essa perda para o Congresso Nacional, para a Nação brasileira. É mais uma vida que se vai vitimada pela COVID-19.

Que Deus possa abençoar e confortar toda a sua família, dando-lhe força, assim como as famílias de milhares de brasileiros que, com certeza, seguindo a estatística, estão partindo também neste dia.

Nós estamos neste Parlamento, Sra. Presidente, lutando - e eu tenho certeza de que o Major Olímpio estaria também na mesma situação, lutando, como lutou bravamente durante todo o seu mandato - para ajudar o Brasil a enfrentar este grande desafio. Eu tenho certeza de que ele combateu o bom combate, lutou até o momento que pôde, em defesa de milhões de brasileiros, para que nós pudéssemos dar nossa contribuição e o Congresso Nacional fizesse a sua parte neste enfrentamento da pandemia.

Então, fica registrado aqui o nosso voto de pesar pela notícia trágica que nós recebemos: a morte do Senador Major Olímpio, ocorrida há poucos instantes.

Mas essa luta não vai parar por aqui, Sra. Presidente. Nós temos um compromisso com o Brasil. Nós estamos acompanhando, através dos noticiários, o sofrimento, as manifestações, os apelos que estão sendo feitos em todo o Brasil, pelos médicos, pelos enfermeiros, pelos motoristas de ambulâncias, pelos pais, pelas mães, pelos filhos que choram. O vírus que nós estamos enfrentando não foi inventado, não foi criado por nós; é um advento da natureza, que, infelizmente, tem causado muitos transtornos à humanidade e vitimado muitas pessoas.

Hoje nós temos praticamente como única saída para o enfrentamento a este vírus a imunização da população brasileira e da população mundial. Mas falta vacina, Deputada Soraya. Falta vacina, e não é por falta de dinheiro, mas porque não se faz vacina com matéria-prima fácil. Não se faz vacina com água, com leite ou com algum mineral. Nós sabemos, Sra. Presidente, que nós temos um compromisso muito grande.

Não foi contado o meu tempo, e agora me deram 1 minuto, mas eu pedi a palavra pelo tempo de Liderança, que é maior.

A SRA. PRESIDENTE (Liziane Bayer. PSB - RS) - O.k., Deputado. Prossiga, por favor, dentro do tempo de Liderança.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES) - Então, nós temos um desafio muito grande: vacinar o povo brasileiro. O comerciante ou o empresário que hoje amanheceu com a sua loja ou estabelecimento fechado por causa do *lockdown* decretado pelos Governos e Prefeitos de diversas cidades do País, por orientação dos seus Secretários de Saúde ou, em alguns casos, da ciência, está sem saber como vai pagar suas contas, sem saber como vai pagar o aluguel, sem saber como vai pagar um título que está no cartório para



ser protestado, sem saber como vai pagar a conta de água, de luz, sem saber como vai pagar o imposto.

Quem tem razão nessa história? Quem decretou o *lockdown*? Quem está cumprindo o *lockdown*? Quem somos nós para decidir quem é que tem razão? Eu não queria estar na pele dos Governadores e dos Prefeitos, que às vezes são orientados a tomar decisões e ficam na dúvida se as tomam ou não, porque, se decretam o *lockdown*, quebram as empresas, matam o sonho de muitas pessoas; se não decretam, podem ser acusados, como está sendo acusado muitas vezes aqui o Presidente Jair Bolsonaro, de serem responsáveis pela morte das pessoas.

Não é uma situação fácil, Sra. Presidente, mas nós temos um caminho dado pela ciência: a vacinação. O Brasil já foi autossuficiente no processo de imunização, através de um programa criado em 1973. Esse programa sofreu prejuízos nas décadas de 1980 e 1990, por causa de novas medidas governamentais, e foi praticamente extinto. O Brasil precisa ser autossuficiente no processo de imunização, de fabricação de vacinas.

Hoje, Sra. Presidente, a FIOCRUZ entregou o primeiro lote de vacinas fabricadas no Brasil. Vejam que as estatísticas mostram que os países que mais vacinam são os países que fabricam a sua própria vacina, como é o caso da Índia, da China e dos Estados Unidos. Hoje, a produção de medicamentos inteiramente brasileiros, de insumos é questão de soberania nacional. A humanidade está vivendo um tempo em que todos precisam ao mesmo tempo de vacina, e o Brasil se tornou impotente diante desse grande gigante.

Mas isso não está acontecendo só conosco. Estamos vendo a mesma situação na Europa. Países como França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal e Holanda também não conseguem vacinar a sua população. Ontem, assistindo ao *Jornal Nacional*, eu ouvi que as autoridades europeias já estão tomando algumas decisões duras, proibindo os fabricantes europeus de fornecer vacinas para outros países enquanto os europeus não forem vacinados.

Então, o problema de se conseguir ou não vacinar não é simplesmente do Brasil. Muitas pessoas acusam o Presidente: "*Ele deveria ter comprado uma vacina*". Ele deveria mesmo comprar uma vacina sem a aprovação da ANVISA, para depois ser acusado de ter feito compras ilegais porque a ANVISA não tinha aprovado a vacina ainda? Este Parlamento tentou impor um prazo para a ANVISA fazer o registro da vacina, para facilitar e agilizar a compra, mas o Presidente da ANVISA foi para a televisão e disse: "*Na ANVISA nós vamos ouvir os técnicos e vamos respeitar os prazos para aprovar ou não o medicamento*".

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que nós vamos lutar para que o Brasil volte a ser autossuficiente. Das dez vacinas produzidas pelo Instituto Butantan, apenas quatro não dependem de insumos de fora. Temos que comprar! Ano passado, tivemos um déficit na balança comercial de mais de 20 bilhões de

dólares na compra de insumos para medicamentos, num país como o nosso, que tem tanta matéria-prima!

Então, o Brasil precisa reforçar a sua soberania e vacinar o seu povo, ser autossuficiente, investir em tecnologia, investir na ciência, valorizar os profissionais, modernizar os parques industriais. Reduzir a carga tributária para essas indústrias é questão de soberania nacional. E nós vamos lutar por isso, para que nós possamos vacinar a nossa população, comprando agora, mas produzindo a nossa vacina já, para imunizar toda a população brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 926/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 19/03/2021 --SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio e do ex-Vereador Renatinho, da Câmara Municipal de Niterói, falecidos em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela doença viral. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19. Comparação do Presidente da República com genocidas.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, por gentileza, eu gostaria de utilizar o tempo de Liderança, que é de 3 minutos. Eu já havia feito a solicitação ao longo da sessão, mas só foi possível realizá-la agora.

Eu gostaria, primeiro, de me solidarizar com os familiares e amigos do Senador Major Olímpio, que infelizmente faleceu de COVID-19, e com todos os companheiros e familiares do companheiro Renatinho, Ex-Vereador do PSOL na cidade de Niterói, que também foi vitimado pela COVID-19 no dia de hoje e que, sem dúvida, vai deixar um legado muito importante para todos nós, para a cidade e para o Estado do Rio de Janeiro. No Município, ele foi um grande lutador, combativo e coerente.

Também quero me solidarizar com as famílias dos quase 300 mil brasileiros que faleceram em decorrência da COVID-19. É uma situação absolutamente desesperadora o que vem acontecendo com o Brasil. A maioria das capitais brasileiras já está numa situação de colapso do sistema de saúde. Hoje, na cidade de São Paulo, um jovem de 22 anos faleceu por não haver nenhuma

vaga em leito de UTI. Nós estamos falando da cidade cujo sistema de saúde tem a maior estrutura de todo o País. Esses casos estão se repetindo de norte a sul do Brasil.

Ao mesmo tempo, a população, que fica indignada ao ver os seus familiares e amigos falecerem, está com o seu direito legítimo de protesto, de revolta, de contestação e, sim, de responsabilização do Sr. Jair Bolsonaro pelo que vem acontecendo... E aqui não se trata de fazer um oposicionismo ao Bolsonaro. Sinceramente, num momento trágico como este, nós gostaríamos de estar falando de qualquer outra coisa que não da responsabilidade direta do Presidente diante de tantas mortes. Ele atrasou o plano de vacinação e não se compromete a ser aliado dos Governadores e Prefeitos na montagem um plano de fato que permita o isolamento social ou medidas de *lockdown*, que, infelizmente, são as únicas possíveis para resguardar a vida das brasileiras e dos brasileiros, garantindo renda ao mesmo tempo em que se fortalece o sistema de saúde.

Paralelamente a isso, o que ele vem fazendo é reprimir as pessoas que o chamam de genocida. Foi assim com Felipe Neto, foi assim com uma professora do Estado de Pernambuco, foi assim com jovens em Uberlândia e foi assim hoje em Brasília, no Distrito Federal, onde a Polícia Federal prendeu cinco militantes do PT porque levantaram uma faixa em que havia escrito "genocida". Se não quer ser chamado de genocida, simplesmente não aja como tal, não seja o principal responsável por esta situação caótica no Brasil.

Nós vamos seguir o chamando de genocida, porque é isso que ele é. O que nós não queremos é chamá-lo mais de Presidente. E a responsabilidade de dar um basta nessa situação também é do Congresso Nacional. Nos próximos dias, sem dúvida, mais pessoas vão...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Liziane Bayer. PSB - RS) - Muito obrigada, Deputada Sâmia Bomfim.

Vou passar em seguida...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Peço 10 segundos para concluir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Liziane Bayer. PSB - RS) - V.Exa. tem 10 segundos para concluir.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Nos próximos dias, mais pessoas vão se juntar à campanha contra essas atitudes autoritárias do Governo, em defesa da vida, em primeiro lugar. Nós vamos até o fim chamando o Bolsonaro de

genocida. Ele precisa ser parado, ser retirado, para que a população brasileira possa sobreviver a este caos.

Obrigada, Presidente.

Documento 927/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 19/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio e do ex-Vereador Renatinho, da Câmara Municipal de Niterói, falecidos em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Urgente necessidade de adoção, por parte do Parlamento brasileiro e do Governo Federal, de ações efetivas de combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada.

Primeiro, quero manifestar solidariedade aos familiares e amigos do Senador Major Olímpio. Quero estender essa solidariedade a todas as famílias que estão vivendo o luto de perder os seus para a maior crise sanitária já experimentada na história.

Eu preciso aqui me somar à minha companheira de partido Deputada Sâmia e também manifestar enorme solidariedade à família do ex-Vereador Renatinho, do meu partido. Ele foi Vereador da cidade de Niterói, cidade em que também fui Vereadora, cidade em que nasci e cresci. Foi um grande lutador da causa das pessoas com deficiência e dos ambulantes e defensor dos direitos dos animais. Era um guerreiro da cidade e morreu também nesta madrugada vítima desta pandemia.

Acho que este quadro que estamos vivendo só mostra como é urgente que este Parlamento e o Governo brasileiro mudem o curso dos passos que vêm dando e priorizem definitivamente o enfrentamento da tragédia que estamos atravessando.

Documento 928/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:48

Publ.: DCD - 19/03/2021 --SORAYA SANTOS-PL -RJ

DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Senador Major Olímpio.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, é muito bom vê-la sentada a essa mesa.

Eu sei que nós já estamos encerrando a sessão, mas eu queria contar com o apoio de V.Exa. Nós tivemos uma notícia muito triste, a do falecimento do Major Olimpio, que foi um Parlamentar que trabalhou muitos anos aqui nesta Casa e que atualmente estava no Senado. Então, eu queria pedir a V.Exa. que fizéssemos 1 minuto de silêncio em homenagem a ele e encerrássemos a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Liziane Bayer. PSB - RS) - A homenagem já foi feita, Deputada. Nós fizemos 1 minuto de silêncio. Nosso acordo é que, após a fala da Deputada Joenia, que também prestará seus sentimentos à família, nós encerraremos a sessão.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - Muito obrigada.

Fica aqui um abraço e o registro do nosso sentimento não só pela família dele, mas por todas as famílias que estão tendo perdas neste momento.

Obrigada, Presidente.

Documento 929/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 19/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio, em nome da Rede Sustentabilidade. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, muito obrigada por esta deferência.

Primeiramente, eu quero registrar os sentimentos da Rede Sustentabilidade por mais uma vida que se vai vítima da COVID-19. Presto meus sentimentos à família do Senador Major Olimpio em nome de todo o partido.

Quero também me solidarizar com todas as famílias que tiveram alguém cuja vida foi interrompida, levada pelo coronavírus. Muitos morreram ainda na fila, buscando uma UTI.

Muitos ainda não entendem que nós estamos vivendo tempos difíceis e muito graves. Já perderam a vida muitas pessoas, inclusive pessoas que moram em comunidades indígenas. Nós não podemos banalizar isso e não podemos nos acomodar. Nós podemos contribuir e fazer nossa parte para combater esta pandemia com medidas de segurança, tomando vacinas e mantendo as orientações de evitar aglomerações.

Sra. Presidente, para terminar, eu quero dizer que esta é uma luta coletiva, e nós só vamos vencê-la se tivermos responsabilidade coletiva, pois a prioridade é a vida.

Meus sentimentos.

Documento 930/1.178

25.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-18/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 19/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares do Senador Major Olímpio, em nome da Minoria. Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Necessidade de adoção pelo Parlamento brasileiro de ações enérgicas, de salvação nacional, diante do agravamento da crise sanitária por que passa o País. Desprovimento do Presidente Jair Bolsonaro de sentimento humano, diante da tragédia provocada pela Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidenta, inclusive, eu fiz o pedido ao seu lado. Estávamos juntas no plenário. Foi feito ainda sob a Presidência da Deputada Rose.

Mas eu agradeço a possibilidade de, em nome da Minoria, me solidarizar com a família do Senador Major Olimpio, ex-Deputado Federal que, dentro das suas

convicções, foi um homem enérgico, defendeu suas opiniões com coragem e é mais uma vítima da COVID-19.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós temos a responsabilidade de tomar o pulso da situação sanitária do Brasil. O Major Olimpio estava muito próximo de todos nós. A doença chega cada vez mais perto de todos nós. A verdade é que o Brasil se transforma no epicentro da pandemia, com a maior média móvel de mortes por dia do mundo.

E não se pode tratar as coisas como se estivesse se tratando de um cronograma de vacinação normal, de vacinação preventiva de doenças controláveis. Nós estamos diante de um vírus que não se conhece. As vacinas mostraram a agilidade da ciência, mas o Brasil ficou para trás na busca das soluções.

Nós entendemos que este é um momento de ampla gravidade. O Parlamento brasileiro deve tomar uma posição enérgica, uma posição rápida, buscando medidas de guerra, de salvação nacional propriamente dita, para que nós possamos efetivamente minimizar, minorar o número de mortes, o número de perdas. A verdade é que, com esse cronograma posto, com esse ritmo que está posto, com as palavras do Ministro, com esse *lockdown* relativo, com essa minimização da importância da máscara e do isolamento social, o número de mortes só irá crescer.

Então, faço aqui, em respeito ao Senador Major Olimpio, esta síntese do nosso sentimento.

Infelizmente, estamos diante de um Governo sem coração, de um Presidente da República em cuja construção pessoal não parece haver sentimento humano.

Solicito que nós desta Casa, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado tomemos juntos iniciativas no sentido de fazer do Brasil um país ainda viável.

Registro minha solidariedade, em nome de toda a Minoria, à família, aos amigos e aos correligionários do Major Olimpio.

Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Documento 1/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 24/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à mobilização promovida pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, em conjunto com os movimentos Povo sem Medo e Frente Brasil Popular, em defesa da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, e da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores informais, desempregados e famílias carentes. Indiferença do Presidente da República diante da tragédia provocada pela Covid-19 no País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou aqui para fazer uma grande comunicação.

Amanhã, dia 24 de março, a Central Única dos Trabalhadores, as demais Centrais, Povo sem Medo, Frente Brasil Popular, farão uma das maiores mobilizações para defender aquilo que entendemos ser importante neste momento para a população, diante da tragédia que nós estamos vivendo com a COVID-19.

Estamos, assim como eles que estarão nesta mobilização, defendendo a vida das pessoas, defendendo o fato de ter vacinas para todos e todas, e que ela seja gratuita. Estarão também defendendo, nesta mobilização, o auxílio emergencial de 600 reais para os desempregados e também para os informais. É importante colocar, Sr. Presidente, que todos - mas todos - estaremos em casa, através das redes, fazendo essa denúncia.

Estamos vendo morrer 2 mil pessoas por dia no Brasil.

E vejam só: o Presidente da República não reconhece isso. Ele acha que não é isso. Pois fique sabendo, Presidente da República que o senhor não está governando direito, que os números são muitos maiores! Estamos falando das vítimas da COVID-19; mas nós temos hipertensos, diabéticos e todas mais doenças pelas quais as pessoas morrem, principalmente porque também não tem hospital, também não tem leito, também não tem UTI, também não tem remédio para atendê-las.

E é por isso que amanhã todos nós estaremos apoiando essa iniciativa, porque a iniciativa é de grande importância para o povo brasileiro. É responsável, sim, este Governo pela crise sanitária, econômica e social. E é por isso que temos amanhã que ir todos para as redes e dizer: basta! Nós estaremos no nosso perfeito *lockdown*, para que eles saibam que é preciso proteger as pessoas e que as pessoas precisam estar em suas casas.

Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil*.

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e à equipe do Ministério da Saúde, pelas ações adotadas no combate à Covid-19. Celebração, pelo Governo Federal, de acordos para a aquisição de 562 milhões de doses de vacinas contra a doença viral. Combate à corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Desvio, pelos governos petistas, de recursos destinados à saúde pública. Superfaturamento na construção de estádios de futebol, na última Copa do Mundo realizada no Brasil. Excelência da gestão do Presidente Jair Bolsonaro e do seu corpo ministerial. Necessidade de repasse de recursos à saúde, pelos Governadores e Prefeitos Municipais. Contrariedade à decretação de lockdown para combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. colegas, primeiro, boa tarde a todos.

Eu quero aproveitar esse tempo dos Breves Comunicados para dar parabéns ao Presidente Jair Bolsonaro e a toda a equipe do Ministério da Saúde, que tem feito praticamente milagres para poder suportar essa pandemia que estamos atravessando.

E gostaria de anunciar a todos vocês que o Governo Federal, o Governo Bolsonaro, já firmou acordos para a compra de 562 milhões de doses de vacinas. Vou repetir o número, para que não soe absolutamente nada errado, são 562 milhões de doses, 222 milhões da Oxford, 130 milhões do Butantan, 42 milhões da COVAX Facility, 20 milhões da Covaxin, 10 milhões da Sputnik, 100 milhões da Pfizer e 38 milhões da Janssen. A FIOCRUZ vai produzir 6 milhões de doses por semana.

Tenho certeza absoluta de que iremos vencer este período difícil para todos nós. Vamos vencer ainda em pouco tempo, e o Brasil vai poder se orgulhar do Presidente que elegeu em 2018, um Presidente que veio para combater a corrupção, para combater, por exemplo, os 242 bilhões que foram desviados da saúde na era do PT, para combater aquela corrupção da máfia dos sanguessugas, que era o escândalo de superfaturamento das ambulâncias que aconteceu em 2006.

São cenas como essas e a de estádios superfaturados que fazem com que eu me lembre até hoje daquela frase: "*Não se faz uma Copa com hospitais*", é lamentável essa frase. É lamentável que nós ainda estejamos vendo que, se

aqueles hospitais tivessem sido construídos com aquele dinheiro lá do passado, infelizmente, não estaríamos hoje velando tantos corpos. Foram dez estádios superfaturados, aproximadamente 300 milhões de superfaturamento em cada um deles.

Estamos falando de 3 bilhões de reais, que foram desviados na época da Copa do Mundo, sem contar os Jogos Olímpicos. Para que isso? O Brasil não precisava disso.

Hoje estamos tendo que ultrapassar todos os limites de uma administração financeira para suportar tantas despesas.

Nós vamos aguentar, eu tenho certeza disso. O Brasil é forte. O Brasil é um país maravilhoso e está sendo liderado e comandado por uma pessoa excepcional, Jair Messias Bolsonaro, que tem feito um belo trabalho, com toda a sua equipe de Ministros.

Se hoje faltam leitos nos Estados e nos Municípios, vamos cobrar desses Governadores. Vamos cobrar desses Governadores que simplesmente não estão repassando o dinheiro.

Hoje, a Santa Casa de Fernandópolis, que já tem teoricamente creditados mais de 2 milhões de reais, está fechada, porque o Governo do Estado de São Paulo não repassa os recursos que lhe são de direito.

Há essa administração calamitosa de Governadores, que infelizmente jogam contra o Presidente. E estão jogando contra para dificultar a sua vida política. Não é hora de pensar em política. A hora é de pensar no Brasil. A hora é de pensar no povo. A hora é de pensar em deixar o povo trabalhar com toda a segurança, e não de fazer esses *lockdowns* absurdos que nós estamos vendo.

Espero que esses Governadores reconheçam o erro quanto antes.

Um abraço a todos.

Documento 3/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TABATA AMARAL-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insuficiência do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Necessidade de inclusão na pauta da medida provisória a respeito do tema. Protesto contra a votação pela Casa de proposições alheias às medidas de combate à crise sanitária. Aproximação da marca de 300 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-

19. Agravamento da epidemia de coronavírus no País. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

A SRA. TABATA AMARAL (PDT - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, boa tarde a todos e a todas.

Nós estamos entrando agora no segundo trimestre do ano e ainda estamos sem o auxílio emergencial, sem nenhum tipo de apoio para aqueles que mais precisam, que mais sofrem neste momento.

A MP do auxílio chegou tarde a esta Casa, isso é verdade. Mas nós temos uma batalha que, para mim, é da mais importante: 250 reais não é suficiente para alimentar uma família inteira, para garantir dignidade a quem mais precisa.

Nós precisamos ter coragem neste Congresso de pautar a medida provisória e de votar as emendas que foram apresentadas por muitos de nós.

Se o Governo não entende a magnitude, o caos, a gravidade da situação que nós estamos vivendo, cabe a este Congresso sair dessa letargia, sair dessa apatia e fazer alguma coisa.

É um absurdo que projetos que não têm nada a ver com a pandemia entrem e saiam de pauta. É um absurdo que discutamos qualquer matéria que não seja sobre vacina, que não seja sobre o socorro a quem mais precisa neste momento.

Que *lobby* é esse que faz com que pessoas coloquem em pauta mudanças de nome de aeroporto? Que *lobby* é esse que faz com que na pauta de hoje tenhamos um projeto que quer colocar a carne suína e de aumentar a quantidade de leite na merenda escolar, sendo que as escolas estão fechadas? E não vou nem entrar no mérito da matéria. Isso não é prioridade, é vergonhoso para quem nos acompanha neste momento.

Se se contornar essa crise, se se apresentar uma solução, se se cuidar de quem mais precisa não estiver no topo da lista de prioridade de quem está neste Parlamento, esta não é a Casa de vocês, porque aqui nós estamos para representar a população, para cuidar de quem mais precisa. E, neste momento tão duro, essas pequenezas ficam ainda mais vergonhosas.

Eu preciso perguntar aqui: quantos mais precisarão morrer, precisarão sofrer, para que o Congresso ouça a indignação da população e, com coragem, com firmeza, faça alguma coisa, seja um contraponto e lidere, como já fizemos no passado?

Estamos no pior momento da pandemia. Já há quase 300 mil vidas perdidas para o coronavírus, sonhos e esperanças que se foram, como num passe de mágica.

De novo, este é o pior momento da pandemia, e o que eu vejo nesta pauta não é essa prioridade.

Junto com o Deputado Eduardo Barbosa e com outros membros da nossa frente da renda básica, apresentamos várias emendas para devolver o valor do auxílio para 600 reais, para trazer uma transição do auxílio para o Bolsa Família mais ampliado, moderno e que chegue a quem mais precisa.

Mas precisamos da coragem deste Congresso e da ousadia de cada um de vocês, de conseguir...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 4/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do Presidente da República diante dos 300 óbitos ocorridos no Brasil pela Covid-19. Necessidade do seu afastamento do comando do País. Clamor do povo brasileiro pelo restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Anúncio da realização de grande mobilização nacional contra o Governo Jair Bolsonaro. Congratulações a Governadores Estaduais por medidas adotadas contra a epidemia de coronavírus e a favor da vida.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dialogar hoje com meus colegas Deputados do Centrão. Os Deputados do Centrão, que dão sustentação ao Governo Bolsonaro, estão vendo a tragédia que é esse Governo, um Governo que, só na área do Ministério da Fazenda, 16 pessoas entregaram o cargo. O Presidente do Banco do Brasil entregou o cargo. Nós estamos há quase 15 dias com dois Ministros da Saúde. Os Prefeitos e os Governadores não sabem com quem conversar.

Agora Bolsonaro dá posse a um Ministro sem demitir o outro, sem publicar no *Diário Oficial*, ou seja, é um Governo que é uma tragédia, um Governo que

não enxerga 300 mil pessoas que já morreram. O que faz um conjunto de Deputados dar sustentação a um Governo como esse? Eu não acredito que esses Deputados queiram ser coniventes com essa tragédia nacional.

Por isso, acredito que já passou da hora de tirarmos Bolsonaro do Governo! Ele não pode continuar governando este País desse jeito, minha gente! Precisamos escutar o clamor do povo, e o clamor do povo é: "Fora Bolsonaro!" O clamor do povo é por um auxílio emergencial de 600 reais.

E digo para vocês, com muita tranquilidade, que é muito fácil para quem ganha 40 mil reais por mês, 33 mil reais por mês, dizer que o auxílio emergencial tem que ser de 150 reais. Não pode! Esse auxílio tem que dar, no mínimo, a condição de a pessoa sobreviver. E está comprovado que, com 600 reais, a pessoa consegue comprar uma cesta básica. E temos de nos empenhar para aprovar os 600 reais emergenciais, ou seja, nós temos que fazer a nossa parte. Os Deputados não podem ser coniventes com a tragédia nacional, com a desmoralização do nosso País que é esse Governo Bolsonaro.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para dizer que amanhã, dia 24, haverá uma grande mobilização nas redes sociais e em todos os lugares, com todas as organizações sociais e sindicais contra o Governo Bolsonaro, a favor do auxílio emergencial de 600 reais, porque acreditamos que é fundamental, e a favor da geração de trabalho e emprego.

Por fim, quero saudar os Governadores que tomaram medidas de restrição, medidas emergenciais para poder salvar a vida das pessoas, salvar a vida do nosso povo.

Documento 5/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 24/03/2021 --VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Anúncio de realização, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e outras entidades sindicais, de grande mobilização em defesa da vida e contra o Governo Jair Bolsonaro. Defesa da retomada do auxílio emergencial de 600 reais e da contratação de médicos formados no exterior. Possibilidade de concessão do Prêmio Nobel da Paz a médicos cubanos.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa é a discussão que nós estamos vendo aqui

agora: atitudes genocidas do Bolsonaro quando boicotou as vacinas; quando negou a crise; quando chamou o povo de maricas, de covarde; quando deu risadinha e disse que era brincadeira.

O movimento social se mobiliza. Amanhã, a Central Única dos Trabalhadores e outras centrais sindicais vão às ruas. Empresários lançam um manifesto importantíssimo nesta semana. É preciso que a sociedade toda se junte. Devemos permanecer nessa luta, pessoal.

É verdade que, diante dessa luta, há a crise econômica. Nosso povo está sofrendo nas periferias, sem condição de se proteger do coronavírus e sem condição de se alimentar, por isso os 600 reais. Além disso, Sr. Presidente, existe aí, por exemplo, um grupo de 15 mil médicos e médicas formados fora do Brasil que querem ajudar o nosso povo. Inclusive, fizemos uma lei para esses médicos que trata da revalidação. Mas os editais sequer foram adotados de acordo com a lei, pois excluíram os que estão nas periferias.

Quando nós tivemos o programa Mais Médicos, vieram médicos de todos os cantos do Brasil. A propósito, quero parabenizar os médicos cubanos, que talvez agora recebam o maior título do Planeta, o Prêmio Nobel da Paz, por causa do apoio que deram a todos nós. Esses médicos poderiam estar contribuindo, cuidando da nossa periferia, cuidando da nossa gente. Muitos estão desempregados. Outros, querem contribuir e não podem: assistem à morte do vizinho, do parente e não podem atuar como médicos porque, no Estado brasileiro, a turma do Bolsonaro e aliados não deixa que esses profissionais exerçam as suas funções.

Eu vi relatos de vários deles, inclusive que estão nas periferias, nas comunidades. É desesperador o que eles reclamam, o que eles dizem. O que eles querem, Sr. Presidente, é trabalhar, é cuidar da nossa gente, fazer o trabalho preventivo para ajudar quem é atingido pelo coronavírus! Não é possível que essa insensibilidade continue!

Por isso, fora Bolsonaro! Por isso, amanhã vamos fortalecer as mobilizações em defesa da vida.

Documento 6/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:24

Publ.: DCD - 24/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, de manifestações em defesa do retorno ao trabalho. Não concessão, pelo Governador Eduardo Leite, de audiência a representantes do setor turístico. Solicitação ao Ministério da Economia de

apoio às empresas em dificuldades financeiras diante da epidemia de coronavírus. Necessidade de encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, de medidas provisórias sobre a suspensão de contratos, a redução de salários e da jornada de trabalho; e sobre a concessão de férias aos trabalhadores. Necessidade da adoção de medidas efetivas para a reversão do colapso na área da saúde, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Rio Grande do Sul hoje acompanha manifestações em diversos de seus Municípios de pessoas que querem trabalhar. Com segurança, respeitando todos os protocolos, mas querem trabalhar. Nossos colegas aqui do plenário conhecem as cidades de Gramado, Canela, Garibaldi e Bento Gonçalves. Muitos já estiveram lá.

Eu quero aqui lamentar que, neste momento, no Rio Grande do Sul, nós tenhamos que ver pessoas indo às ruas, em um momento de pandemia, para pedir que sejam ouvidas. Este é o ponto, Sr. Presidente.

Assisti a um vídeo, há pouco, da Gabrielle Signor Rodrigues, do Bento Convention Bureau, de Bento Gonçalves, que diz que eles todos entendem muito bem a gravidade da situação e, inclusive, lamentam que aglomerações sem propósito estejam sendo feitas neste período.

Nós precisamos garantir, sim, que o nosso sistema de saúde não colapse; mas precisamos também garantir que, com segurança, as pessoas possam trabalhar.

Só para termos ideia, no Rio Grande do Sul, há mais de 100 mil empresas, mais de 10 mil famílias, só na cidade de Bento Gonçalves, que dependem do turismo para a sua sobrevivência. E garantir o funcionamento com segurança do turismo não é promover aglomerações; pelo contrário, é promover que as pessoas possam estar em locais onde estejam também protegidas do vírus.

O Governador do Estado, lamentavelmente, desde o início da pandemia, não recebeu, de fato, o setor de turismo para conversar. As poucas vezes em que houve uma tentativa de diálogo foram frustradas, porque a máquina pública parece não querer entender o que acontece na iniciativa privada.

Desde o início, nós dissemos que o Governador precisaria tratar do tema importantíssimo da saúde, da pandemia, não apenas com os importantes especialistas na área da saúde, mas também com a iniciativa privada. E agora chegamos a esse ponto, Sr. Presidente.

Espero que, desta vez, sejam ouvidos esses gritos desesperados de quem está sofrendo na economia e de quem está sofrendo na área da saúde.

Não podemos continuar desse jeito, Sr. Presidente! Fica aqui o meu apelo.

Quero aproveitar ainda para dizer que, como Deputado Federal, nesta Casa, apresentei ofício ao Ministério da Economia solicitando um alívio para as empresas que não estão conseguindo dar a volta nas suas despesas.

Empregos estão sendo perdidos. A MP que no ano passado vigorou garantindo a suspensão de contratos e redução de salários, acompanhando redução de jornada, precisa ser reeditada, Sr. Presidente, assim como também precisa ser editada uma MP garantindo que as férias ainda não gozadas possam ser tiradas, mesmo que não tenha transcorrido 1 ano de permanência na empresa, conforme a lei hoje determina.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui fazer também este apelo ao Ministério da Economia, ao Secretário de Previdência e Trabalho, Sr. Bruno Bianco - que, aliás, foi sempre muito atencioso -, para que, o quanto antes, o Governo envie essas propostas, assine medidas provisórias.

Mas mais do que isso, Sr. Presidente, mais do que alívio para as empresas, por meio de leis ou por meio de paliativos, precisamos garantir que, com segurança, as pessoas voltem a trabalhar e que, na área da saúde, parem de morrer. Que o colapso na área da saúde seja contido e que as vacinas sejam uma realidade no Brasil. Menos pessoas com idade de vacinação têm morrido, nos últimos tempos, justamente por causa da vacinação. Que a vacina esteja, o quanto antes, disponível a todos os brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela doença viral. Atraso na nomeação do novo Ministro da Saúde. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, e de 1.200 reais às mães monoparentais. Imediata vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil vai chegando à triste marca de quase 300 mil mortos pela COVID-19. Estados e Municípios vivem uma situação difícil em função das necessárias medidas de isolamento social.

São milhares de famílias que choram os seus mortos ou que acompanham com muita apreensão o sofrimento dos seus parentes e amigos, neste momento, em macas, em leitos de UTI ou, pior, em filas de espera, algumas das quais perdendo a vida.

E, neste momento, o Presidente da República não consegue definir a posse do Ministro da Saúde. Há dias saiu o Ministro, e não entrou o seu substituto. Num momento como este, o Presidente da República, que não toma medidas e não lidera o processo, entra na Justiça para questionar a competência das medidas tomadas pelos Governadores, pois não quer que os Governos e as Prefeituras tomem essas medidas. O Presidente da República entra no Judiciário, vai à Justiça, para celebrar o golpe militar de 1964, deixando muito claro que, a despeito do que dizem os Deputados que são da base do Governo, a pandemia do coronavírus nunca foi a sua prioridade. A sua prioridade é brigar com Governadores, é fazer homenagem ao golpe, à ditadura militar de 1964.

É preciso que esta Casa, Sr. Presidente, se manifeste. Em 2019, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional ficaram calados. Foi preciso o Ministério Público Federal se manifestar contra essa atitude revisionista do Presidente da República.

Neste momento, o que a população quer é a vacina. Não adianta chegar aqui à tribuna e fazer proselitismo, se você não defende que a vacina chegue o mais rápido possível.

O Presidente Jair Bolsonaro negou a assinatura de um contrato de 70 milhões de doses da vacina Pfizer no ano passado. Neste momento, é contra a vacina e diz que quem toma a vacina vira jacaré. Briga com Governadores e Prefeitos. Briga contra a máscara. Briga contra o isolamento social.

Neste momento, temos que votar o auxílio emergencial de 600 reais, dobrado para as mães monoparentais para 1.200 reais, e não os desvarios do Presidente Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de divulgação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 8/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alerta sobre a contaminação da Covid-19 pelo manuseio de dinheiro físico.



O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, na data de hoje, muito importante por causa da pandemia, eu gostaria de abordar a COVID e o dinheiro físico. Nesse tempo de pandemia, os cuidados básicos são essenciais: a higiene, em especial das mãos, usar máscara, ventilar o ambiente, evitar aglomerações, tomar a vacina, dentre outros. Mas eu gostaria de chamar a atenção para o uso do dinheiro físico. Uma nota contaminada ao ser entregue no comércio acaba sendo colocada no caixa e contamina as demais notas. Uma pessoa, ao receber o troco, coloca a nota na carteira, e isso contamina as demais. Essa sequência acaba contaminando muitas pessoas.

O Governo pagando agora o auxílio emergencial, através da Caixa Econômica Federal, além da concentração de pessoas, vai aumentar também a circulação do dinheiro. Qual é a solução para esse caso? É utilizar ao máximo o dinheiro digital, principalmente aqueles que vão receber o auxílio emergencial.

Vocês vão ter mais facilidade para pagar as contas, sem ir a bancos e sem filas, diminuindo a chance de contágio pela COVID. É possível mandar dinheiro para a família de forma segura através da transferência eletrônica. Vamos evitar o uso do dinheiro físico! Usem a conta digital o máximo possível! O uso do cartão bancário por aproximação também facilita. Usem o Pix, que é uma iniciativa do Banco Central e que já é tão popular entre nós! Vamos nos proteger nesta pandemia! Eu tenho certeza de que juntos faremos um Brasil melhor.

Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil*.

Felicidades a todos!

Obrigado.

Documento 9/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento à epidemia de coronavírus. Protesto contra a inclusão, na pauta da Casa, de matérias não relacionadas ao combate à Covid-19. Transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho do Palácio do Planalto pelo Presidente Arthur Lira.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Brasil.

Sr. Presidente, eu confesso que a nossa preocupação desde o ano passado é muito grande, porque desde o início da pandemia faltou algo muito importante no Presidente da República, uma palavrinha chamada atitude. Ele não teve atitude para dar bom exemplo; ele não teve atitude para orientar as pessoas para que não se aglomerassem, que utilizassem máscaras; ele não teve atitude para comprar 70 milhões de vacinas da Pfizer no ano passado; ele não teve atitude em relação à sua equipe. Eu acho que ele vai para o *Guinness Book* como o Presidente da República que mais nomeou Ministros da Saúde num período de 4 anos. Imaginem só! O fato é que o Governo foi irresponsável, inclusive, na aquisição de drogas.

Agora mesmo, aqui na Paraíba, estão faltando drogas para que pacientes sejam entubados. Aqui perto de casa, eu nunca ouvi tantas sirenes das ambulâncias, indo e voltando. Parece que estamos inseridos, Sr. Presidente, num filme de terror. E o pior é que nós estamos!

Como integrante da Casa do Povo, posso dizer, Sr. Presidente, que eu nunca acertei tanto na minha vida como quando não votei no Presidente Arthur Lira. As pautas são decepcionantes. Eu não consigo compreender como alguém em sã consciência consegue inserir uma pauta que não tem a ver com a realidade do povo brasileiro. São quase 300 mil pessoas que morreram no País, Sr. Presidente! Na CCJ - um absurdo! -, nós estamos discutindo pautas que não têm nada a ver com a pandemia!

Quero chamar a atenção dos demais partidos que estão, sim, ao lado do povo, da oposição na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional: nós precisamos nos fechar contra este tipo de comportamento da Mesa Diretora.

Eu me lembro muito, Sr. Presidente, de que o Presidente Arthur Lira, ainda candidato, se irritava muito quando ele era tachado como um candidato que iria transformar a Câmara dos Deputados num "puxadinho" do Palácio do Planalto, mas é isso mesmo que está acontecendo! A Câmara só está se preocupando... A Câmara, não; a Mesa Diretora, o Sr. Presidente, com pautas que não estão relacionadas aos problemas do Brasil. Isso - perdoem-me a franqueza - é revoltante, Sr. Presidente! Isso é inaceitável! Isso é um absurdo! Isso é uma afronta ao nosso País!

Portanto, quero fazer um apelo à Mesa Diretora, ao Presidente Arthur Lira, para que chame o feito à ordem, que insira aquilo que interessa ao povo brasileiro.

Sumário

Aproximação da marca de 300 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela transformação do Brasil no foco mundial da Covid-19. Defesa de paralisação das votações na Casa para discussão de ações de combate à doença viral. Manifesto de economistas pela efetividade no combate à Covid-19. Necessidade de aquisição de vacinas, de retomada do auxílio emergencial e de intensificação do isolamento social.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria dar continuidade a algo que falei ainda semana passada. Depois de mais de 1 ano de pandemia, quando tivemos um mês para nos preparar, e não aconteceu; quando o que eu vou chamar de vacina mais antiga para a presente pandemia era e é o isolamento social, o Presidente da República estimulava aglomeração; desdenhou, chamando de gripezinha, hoje, como muitos já disseram, nós caminhamos, lamentavelmente, para 300 mil mortos no Brasil. O Brasil, hoje, virou o foco mundial da COVID, com a irresponsabilidade do Governo e também porque, ao não cuidarmos sequer da vacina de maneira tempestiva, nós estamos pagando um alto preço em vidas.

Concordo com todos aqueles que reivindicam uma pauta exclusiva. Eu defendi que nós paralisássemos a Câmara, e continuo defendendo. Nós queremos fazer uma obstrução e queremos conversar com os Líderes, com os Parlamentares da base do Governo, porque o Governo não comprou vacina na hora certa.

Nós não sabemos quando é que vão ser usados os 38 milhões de vacinas do Consórcio Nordeste. Nós não sabemos se as anunciadas 100 milhões de vacinas da Pfizer, a serem entregues até dezembro, são verdade.

Sendo assim, nós não queremos parar a Câmara para votar projeto deste ou daquele Deputado. Isso pode até acontecer, mas não se trata disso. Nós queremos parar a Câmara para arrumar solução. Não é para fazer um grupo para discutir com o Governo e o Supremo Tribunal Federal. Não! A Câmara é um Poder, e nós temos que exercê-lo, em defesa da vida, da saúde, da dignidade do povo brasileiro, que paralelamente, com a tragédia de mortes e sequelas, tem falta de dinheiro.

Houve um manifesto de pelo menos 500 economistas, inclusive ex-Ministros - nenhum do Governo do PT -, ex-Presidente do Banco Central, pessoas que também reagiram e estão dizendo o óbvio: vamos cuidar da pandemia, porque senão não haverá saída para a economia nem para o emprego!

Portanto, neste momento, temos que trabalhar pela vacina, pelo isolamento e também pelo auxílio emergencial.

Documento 11/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa tão-somente de matérias relacionadas à epidemia de coronavírus. Imediata suspensão do processo de apreciação da proposta de reforma administrativa. Comportamento diversionista do Presidente da República no tocante ao combate à Covid-19.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, estamos em meio a uma guerra e não temos outro assunto a tratar a não ser ela, a guerra, e suas vicissitudes. Não é possível que o Parlamento não se conscientize de que a pauta deve se voltar exclusivamente para o combate à pandemia. Chega a ser constrangedor, em meio a um cenário dantesco, aproximando o Brasil de um número vergonhoso - 300 mil mortes -, tematizarmos, na Casa do Povo, assuntos outros que não digam respeito ao combate à pandemia.

A pauta deve ser exclusiva, a pauta deve ser integral, a pauta deve ser dedicada exclusiva, integral e incondicionalmente ao combate à pandemia. Pode soar até cruel e, da nossa parte, demonstrar insensibilidade para com o sofrimento do povo, se continuarmos a discutir temas que estejam à margem do que o nosso povo está sofrendo e vivenciando.

Perdi uma tia, irmã da minha mãe. Eu mesmo fui acometido pela COVID. Passei alguns dias na UTI. Agora, outro tio, irmão da minha mãe, está entubado e vai fazer hemodiálise, em estado muito grave. Todos os dias, transmito mensagens de condolências às famílias de pessoas que se foram em virtude da COVID.

Toda a energia espiritual, psíquica, física está direcionada a esse tema. Portanto, o Parlamento tem que estar em sintonia, afinado com o sofrimento do povo. A reforma administrativa, que está agora tramitando na CCJ, deve ser suspensa. Ela criminaliza o serviço público, no momento em que o Brasil mais precisa do serviço público. Ora, quanta contradição! E mais: a crítica sempre veemente que faço, e não vou deixar de fazer, ao comportamento diversionista e muitas vezes insensível do Presidente da República, em relação à sua tarefa

de unir o País, divide, segrega, segmenta e secciona aquilo que deveria estar compacto para o combate à pandemia.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja reverberado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 12/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Motivo do adiamento da exoneração do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Razões da não nomeação do novo Titular da Pasta, Marcelo Queiroga. Indicação do Presidente Jair Bolsonaro como o principal opositor das ações de enfrentamento da Covid-19, por administradores e economistas assinantes da carta aberta em defesa da efetividade no combate à doença viral. Conveniência de afastamento do Presidente da República.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos atravessando até agora o pior capítulo da crise sanitária, e o Presidente Bolsonaro está emparedado.

O Presidente Bolsonaro, na minha opinião, está entre a cruz e a espada. Ele não pode efetivar a exoneração do Pazuello, porque Pazuello perderia o foro privilegiado e responderia na primeira instância por crimes contra a saúde pública. Também é preciso levar em conta que Pazuello poderá não querer arcar sozinho pelas decisões que tomou na condição de fantoche, na condição de marionete.

Bolsonaro chegou a anunciar o cardiologista Marcelo Queiroga para assumir o Ministério. Ocorre que seu Governo se esqueceu de olhar o *checklist* onde está claro que não se pode nomear quem deve à Justiça. O indicado é réu por apropriação indébita. O indicado também é sócio-administrador de duas empresas privadas em João Pessoa. Queiroga foi anunciado no dia 15 de março, mas até hoje, 8 dias depois, ainda é o quase Ministro cujo nome ainda continua ausente do *Diário Oficial*.

Eu pergunto agora, Bolsonaro: qual seria o interesse, ou qual seria a suspeição dos que assinaram a carta aberta que o aponta de maneira clara como o principal responsável pelo genocídio em curso? A carta o aponta como o principal opositor do combate à pandemia. V.Exa. preferiu não comprar vacina, preferiu descumprir as normas do SUS, não coordenando, nem planejando o combate à COVID-19.

Não foi a Oposição que escreveu essa carta, Bolsonaro. Foram banqueiros, ex-autoridades dos mais diversos espectros ideológicos, centenas de economistas e administradores os signatários dessa manifestação que rompe o silêncio, e um silêncio obsequioso, e abre um grito a favor do estancamento dessa imensa dor, certamente a maior dor da nossa história.

Se você correr, Bolsonaro, o bicho pega; se ficar, o bicho come.

Com a palavra o Parlamento brasileiro, que precisa deixar de ser cúmplice desta tragédia, ao não interditar o Bolsonaro, que é o maior culpado desta tragédia humanitária por que o Brasil está passando. Ainda é tempo! Nenhum acordo político tem a dimensão e a importância da vida do nosso povo.

Bolsonaro, a casa caiu! E não venha se queixar da Oposição. Nós aprovamos tudo para facilitar o combate à pandemia.

Portanto, neste momento, eu quero dizer alto e bom som: fora, Bolsonaro!

Documento 13/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 300 mil mortes no País causadas pela Covid-19. Avanço da epidemia de coronavírus no Estado de Mato Grosso. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacinas contra a doença em tempo hábil. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Repúdio aos discursos contrários à decretação de lockdown e à retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Falta de oxigênio nos hospitais de Municípios mato-grossenses. Solidariedade aos Governadores e Prefeitos Municipais, pela adoção de medidas de combate à disseminação do coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham na sessão desta tarde, é com muita tristeza que participo desta sessão, neste momento dos Breves Comunicados. Ultimamente, só usamos os Breves Comunicados para falar da tragédia brasileira.

Ouvi muitos vezes aqui nesta Casa Parlamentares alguns entoando a voz do Presidente da República e repetindo aquilo que ele fez de mais perverso contra a população brasileira. Ninguém tem o direito de fazer apologia à morte, e ninguém que está em cargo eleito pela população tem a liberdade

constitucional de não se preocupar com a vida do povo, principalmente das pessoas que dependem diretamente do apoio do poder público.

Neste momento de tragédia, são quase 300 mil pessoas mortas. Eu vivo no Estado de Mato Grosso, que tem 3 milhões e 200 mil pessoas. Só a capital tem número de habitantes maior do que 300 mil. A segunda maior cidade do Estado, fora a capital, é a cidade de Várzea Grande, na região metropolitana, e tem quase 300 mil pessoas. É como se uma cidade dessa fosse varrida do mapa.

Nós deixamos as pessoas tombarem no ano de 2021, porque em 2020 estava se fazendo contrato para aquisição de vacinas. Mas, quando virou o ano, os países passaram a receber as vacinas, e o Brasil, não, porque se negou a fazer o contrato. Não adianta vir agora dizer que está correndo atrás de vacina. Queremos vacina, sim! Queremos vacina o mais rápido possível! Mas, enquanto ela não chega, o Brasil já perdeu quase 300 mil pessoas, pais e mães de família.

A maior dor que um pai e uma mãe podem ter é perder seu filho. Quem vem aqui fazer discurso de que não é preciso *lockdown*, de que não é preciso auxílio emergencial de 600 reais para que a família possa comprar comida é porque não sentiu essa dor ainda. E mais: estou vendo aqui, no Estado de Mato Grosso, que 34 Municípios, a partir de amanhã, não terão mais oxigênio. Imaginemos um familiar nosso se debatendo nos últimos momentos de vida porque não tem oxigênio! Este Parlamento não pode ficar omissos quanto a isso, porque o que mais preocupa é a omissão de quem tem consciência, de quem foi eleito pelo povo.

E há ainda situações que vimos ao longo desta pandemia em que o Presidente da República recomenda remédio, em que o Presidente da República joga contra os Governadores. Quero abraçar e parabenizar cada Governador de Estado e cada Prefeito que cuida do seu povo.

Vamos juntos, amanhã, parar e fazer o Brasil refletir.

Documento 14/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 295 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Registro de 2.296 óbitos no Brasil, nas últimas 24 horas, em decorrência do coronavírus. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Descontrole da epidemia de coronavírus no Brasil. Colapso do sistema nacional de saúde decorrente da crise

sanitária. Inconformismo com a aprovação pela Casa da proposta de ajuste fiscal, instrumento de geração do desemprego, da miséria e da fome. Acefalia do Ministério da Saúde. Continuidade da propagação, por Parlamentares, de desinformações e mentiras sobre o tratamento precoce da Covid-19, medida rejeitada pela ciência no contexto mundial. Necessidade de avocação, pelo Congresso Nacional, do protagonismo no combate efetivo à epidemia de coronavírus. Urgente necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais, da aprovação de projeto de lei de amparo à agricultura familiar e de medidas em prol das pequenas e microempresas.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar minha solidariedade aos familiares e amigos das mais de 295 mil vítimas da COVID-19. Também registro minhas condolências às 2.296 famílias que, desde ontem, choram a perda de seus entes queridos.

Apenas ontem, no Estado de São Paulo, houve 1.021 óbitos por COVID-19. A situação está totalmente fora de controle. Faltam leitos e profissionais de saúde. Agora estamos próximos até de não haver medicamentos para intubação devido à incompetência generalizada do Governo Bolsonaro, que tem uma falência crônica de gestão e de inteligência.

Repito aqui, mais uma vez, o alerta que venho fazendo sempre que uso esta tribuna. Não é possível que a Câmara dos Deputados siga alheia à tragédia que o nosso povo está vivendo todos os dias. A impressão que tenho é a de que muitos dos colegas aqui vivem em outra realidade completamente paralela. Quando o nosso povo mais precisa de recursos, esta Câmara aprova um novo ajuste fiscal, que resultará em menos capacidade de investimento do Estado, ou seja, vai gerar, no médio prazo, mais fome, desemprego e miséria.

O noticiário fala da gestão acéfala do Ministério da Saúde, que hoje está sem comando, enquanto nossa média de mortes por COVID-19 aumenta. E muito pouco é dito aqui dentro. Apenas a Oposição se manifesta sobre esse descalabro. E seguimos vendo Parlamentares difundindo desinformação e mentiras sobre o tratamento precoce, rejeitado no mundo todo, mas que aqui é usado como arma para sustentar Bolsonaro, mesmo que isso custe a vida do nosso povo.

Peço que reflitam, nobres Deputadas e Deputados. Acima da preocupação com quem ganhará a eleição em 2022, precisamos tomar uma atitude rápida em prol do povo.

A Câmara dos Deputados não tem o direito de ficar assistindo ao País ir para o buraco apenas para atender os delírios de um Presidente negacionista. Temos que puxar para este Parlamento a responsabilidade quando não temos Governo.

E a urgência para enfrentar este momento difícil não é a redução de direitos. A urgência é a aprovação de um auxílio emergencial de 600 reais, do PL da agricultura familiar e do apoio às pequenas e às microempresas para garantir emprego e vacina para todos já.

Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 15/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares de vítimas da Covid-19 no País. Aplausos aos profissionais de saúde engajados na luta contra a doença viral. Congratulações aos Governadores e Prefeitos Municipais, pela adoção de medidas de combate à disseminação do coronavírus. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a vida e a saúde do povo brasileiro. Necessidade de discussão da retomada do pagamento do auxílio emergencial. Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 266, 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Importância da aprovação da propositura para os hospitais universitários.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde. Eu queria cumprimentar todos e todas.

Em primeiro lugar, quero prestar solidariedade a todos os familiares de vítimas da COVID no Brasil, ao mesmo tempo em que quero me congratular principalmente com os profissionais da saúde, os verdadeiros heróis e heroínas no combate a um vírus que não tem fronteira.

Queria também parabenizar, a exemplo do que fizeram colegas que me antecederam, como a Deputada Rosa Neide, os Governadores e os Prefeitos que tiveram sensibilidade e compromisso com a vida, adotando políticas que a ciência define, seja no plano da OMS, seja no plano do Brasil.

É lamentável, Sr. Presidente, que alguns colegas do Parlamento estejam vivendo numa bolha, sem saber a realidade que o Brasil vem atravessando. A unidade de ação de todos nós, independentemente de corte ideológico, seria

um trunfo na articulação para haver vacinação em massa. Isso tinha que ser planejado.

Infelizmente, este Presidente genocida não tem responsabilidade com a vida. E é por isso que, proporcionalmente, o Brasil está no *ranking* das nações como um dos países com os maiores índices de mortes no mundo, as vítimas dessa política desastrosa de vários Ministros da Saúde e do próprio Presidente da República. Isso é lamentável!

Temos também que discutir o auxílio emergencial, já que, com a pandemia, é necessário haver barreiras sanitárias, e até hoje essa ajuda não chegou. O que foi implantado agora pelo Bolsonaro é uma vergonha para o Brasil.

Além disso, esta Casa daqui a pouco irá discutir o PLP 266, que trata de uma expectativa de direito altíssima de profissionais que fizeram concurso para os hospitais universitários do Brasil. Um projeto do Presidente Bolsonaro do ano passado travou a contratação deles. Agora, esta Casa terá a possibilidade de fazer essa ruptura para tornar essa expectativa de direito uma realidade. Afinal de contas, há uma carência enorme desses profissionais no combate à COVID, principalmente pelo papel que os hospitais universitários exercem no Brasil.

No caso de Alagoas, eles têm papel fundamental, inclusive de solidariedade, como quando vários habitantes de Manaus precisaram da ajuda dos outros Estados.

Então, nossa solidariedade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 16/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Atraso do Brasil na imunização contra a Covid-19. Defesa da inclusão de novas categorias de trabalhadores nos grupos prioritários de vacinação. Contrariedade à privatização da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, o Brasil está distribuindo a vacina a conta-gotas. Nós somos o País que está mais atrasado no mundo, no que diz respeito à vacina.

Por isso, nós estamos brigando para alterar a lista da vacina, ou seja, para priorizar aqueles que estão na linha de frente no combate à pandemia e também no enfrentamento das dificuldades da economia. Já colocamos os professores na linha de frente. Estamos brigando para que os policiais militares estejam ali nessa linha de frente também.

Há uma série de profissionais que precisam de amparo: trabalhadores de supermercados; motoristas e cobradores de ônibus; caminhoneiros; o pessoal dos Correios, que está na linha de frente; trabalhadores de pequenos mercados, mercearias, padarias, açougues, peixarias - agora vem a Páscoa -, postos de gasolina, farmácias, consultórios médicos e odontológicos, clínicas veterinárias, funerárias, todos esses precisam de apoio e de amparo. Da mesma forma, precisam de apoio os que estão trabalhando nos cemitérios e nos crematórios; os bancários; os lotéricos; o pessoal das óticas; os trabalhadores dos conselhos tutelares; os taxistas; os motoristas de aplicativos; os motobóis, que estão fazendo entrega de casa em casa; o pessoal do SAMU; e os motoristas de ambulâncias.

Nós temos que dar amparo e proteção aos nossos trabalhadores. Eles são fundamentais nesta hora, porque muitos estão enfrentando a COVID, dando atenção à saúde, e outros estão enfrentando as dificuldades econômicas. Temos que dar amparo a eles para que não falte pão, não falte a boia, porque o nosso Presidente da República realmente esqueceu a pandemia. O Brasil está abandonado. Estamos no quarto Ministro da Saúde, e não se resolve absolutamente nada.

Este é o meu protesto, Presidente, e a minha luta em favor dos nossos trabalhadores.

Para finalizar, eu quero deixar aqui a minha indignação com o projeto do Governo Leite, aqui no Rio Grande do Sul, de privatizar a CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento. Ele disse que não privatizaria a CORSAN, palavras dele. Mentiu para o tio. Agora que é Governador, mudou o discurso e quer vender a água. Outros lugares do mundo venderam a água e depois cancelaram a venda. E aqui querem entregar esse patrimônio do povo gaúcho, um patrimônio que é a vida das pessoas. A água não é custo, é valor. Ela é fundamental para a qualidade de vida das pessoas. O gaúcho tem que reagir a isso e resistir, porque o Governador mentiu para o tio. Nós temos que dar uma resposta a isso, não aceitando a privatização da água, não aceitando a privatização da CORSAN.

A CORSAN é pública, não é do Governador e não é do Governo. Ela é do povo, do Estado gaúcho, e, como tal, precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 17/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à ameaça de golpe militar propalada pelo Presidente Jair Bolsonaro.
Indiferença do Presidente da República diante do registro de 290 mil mortes no País decorrentes da Covid-19. Recusa do Presidente Jair Bolsonaro à compra de vacinas contra o coronavírus.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, é lastimável assistir ao Presidente da República, mais uma vez, fazendo ameaça de golpe militar no Brasil.

Esse discurso foi feito para agradar à sua militância no dia do seu aniversário. Enquanto milhares morriam nos hospitais, o Presidente estava falando em golpe militar.

Essa fala desastrosa, Sr. Presidente, saiu justamente na pior semana da COVID no Brasil. Ele poderia estar anunciando medidas para conter a doença, poderia estar pelo menos prestando solidariedade às famílias que estão perdendo os seus entes queridos. Eu, por exemplo, perdi mais uma pessoa da minha família no último fim de semana. Perdi um primo, Adriano Ribeiro, de apenas 32 anos de idade. Assim como meus parentes, mais de 290 mil famílias estão de luto, mas Bolsonaro faz de conta que nada disso está acontecendo e ainda acha ruim quando é chamado de genocida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante de toda a negligência, o Presidente ainda tem a cara de pau de divulgar sempre que quer comprar vacinas. Mas o Presidente do Instituto Butantan revelou que Bolsonaro se recusou a comprar

160 milhões de doses de vacina. Essa negativa aconteceu em julho do ano passado. Ele também se recusou a comprar 70 milhões de doses no mês de agosto de 2020 e se recusou a assumir o plano de imunidade solicitado pelo Tribunal de Contas da União, tudo isso com o povo morrendo, como está. Além disso, ainda disse que quem tomasse vacina iria virar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 18/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:08

Publ.: DCD - 24/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudação ao novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Anúncio de reunião de cúpula dos Poderes da República para discussão de medidas efetivas de combate à epidemia de coronavírus. Existência de consenso para a aprovação da maioria das proposições constantes na pauta. Votação do Orçamento Geral da União de 2021. Disponibilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recursos para o pagamento do auxílio emergencial.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar o Ministro da Saúde, Queiroga, pela posse no dia de hoje. Nós teremos, assim, um novo comando no Ministério.

Esperamos que, amanhã, na reunião que acontecerá entre líderes - os Presidentes de todos os Poderes, ou seja, o Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os Presidentes do Legislativo, Deputado Arthur Lira e Senador Rodrigo Pacheco, assim como o Presidente do Tribunal de Contas da União e os Governadores -, todos estejam em acordo.

O Brasil precisa transmitir à população que há uma direção no combate à pandemia. Há divergências muito acentuadas agora entre Governadores e Prefeitos - um quer fechar, outro não quer fechar -, entre as partes, entre a sociedade e os governos, que entram com ações na Justiça pedindo que não se feche.

Nós temos que ter uma voz que dê ao povo a tranquilidade de saber que há uma direção no combate à pandemia. Esta pandemia é muito grave. Este novo momento da pandemia, com esta nova cepa, é muito grave e requer medidas muito duras. Portanto, nós estamos aguardando essa reunião de todos os Poderes amanhã para que possamos avançar nessa direção.

Quase todas as matérias que temos na pauta hoje foram acordadas. Então, quero pedir aos Srs. Líderes que orientem as votações. Vamos cumprir a nossa pauta. Para isso, fizemos reunião de Líderes da base mais cedo. Temos consenso sobre quase tudo. Somente quanto a um ou outro projeto não há acordo. Vamos pedir a retirada de pauta de um projeto e alterar outro projeto. Eu estou comunicando aos Srs. Líderes essas alterações. Espero que possamos avançar. Há muitos projetos bons na pauta. Amanhã é dia de votação do Orçamento da União, e essa votação do Orçamento é fundamental para que nós possamos avançar na execução das políticas públicas do Brasil.

O Presidente Bolsonaro, que já fez uma medida provisória no ano passado destinando 2 bilhões de reais à compra de vacina para todos os brasileiros, agora disponibiliza o novo auxílio emergencial, cujo pagamento será iniciado brevemente. Farei uma reunião hoje com o Presidente da Caixa Econômica, a Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos, para que as agências da Caixa Econômica sejam excepcionalizadas nos decretos dos Prefeitos que falam de isolamento, justamente para que elas possam pagar o auxílio emergencial.

Obrigado, Presidente.

Documento 19/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PADRE JOÃO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de comando no Ministério da Saúde. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Defesa de paralisação dos trabalhos na Câmara dos Deputados, em protesto contra a votação de proposições de interesse do mercado financeiro. Urgente necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, pareceria cômico, se não fosse trágico, o Líder do Governo vir dizer que há comando. Quem é o Ministro? Não há Ministro da Saúde! O Presidente é um irresponsável, um genocida,

reconhecido no mundo inteiro como um genocida, e vem o Líder dizer que há comando. Era preciso ter havido, há 1 ano atrás, um comando, uma força-tarefa dos três Poderes com todos os entes, os Estados, os Municípios, uma força-tarefa bem articulada, mas, pelo contrário, o que houve foi um Presidente da República dando um péssimo exemplo, negando a ciência, negando todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde, numa ação criminosas.

E é omissos este Governo. Ele não quer salvar o povo, quer salvar a pele do Ministro. Olhem a irresponsabilidade deste Governo: ele deixa o Ministério a nau, sem comando, porque tem que salvar a pele do Ministro para este não ir preso. Mas quem vai preso é Bolsonaro. O mundo não pode esquecer o que este Presidente está fazendo com o nosso povo pobre. O vírus de fato está cada vez mais perigoso. Por que essas mutações, essas novas cepas? Porque a porteira está aberta.

Eu havia me inscrito, Presidente, para falar sobre a ofensiva do mercado contra programas como o Programa Nacional da Alimentação Escolar. Essa agenda não pode ter consenso. Apelo para o nosso Líder, o Deputado Bohn Gass. A companheira Deputada Luiza Erundina, do PSOL, também está aqui a postos. Nós temos que parar tudo! O dia 24 de março tem que ser de paralisação total. A Câmara tem que parar. Nós não podemos permitir que esta Casa vote projetos que agradem ao mercado e continue colocando o nosso povo, sobretudo a população mais vulnerável, na boca do leão, diante de um vírus de fato letal.

Temos que dar um basta a isso. Nós não podemos permitir que esta Casa continue apreciando matérias para atender ao mercado e não ao nosso povo. Um plano de vacinação acelerado é urgente. Nós estamos entrando na Semana Santa com 300 mil mortos. Dessa maneira, nós vamos encerrar o ano com mais de 500 mil mortos.

Documento 20/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ocupação pelo Brasil do 5º lugar no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19. Falta de vacinas nos países pobres e em desenvolvimento, em decorrência das expressivas aquisições realizadas pelos países desenvolvidos. Inconsistência do discurso de membros da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, a respeito da recusa do Governo brasileiro de aquisição de vacinas da Federação Russa. Comparação do ex-presidiário Luiz Inácio Lula da Silva com genocidas, diante do desvio de recursos do erário em detrimento da saúde pública.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.)
- Boa tarde, Presidente. Obrigada por me conceder a palavra. Boa tarde a todos os participantes desta sessão.

Sr. Presidente, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países que mais estão vacinando no mundo, com 13 milhões de doses aplicadas. O Brasil já tem garantidas mais de 562 milhões de doses até o final de 2021.

A Esquerda gosta muito de falar em genocidas. Na minha opinião, genocidas são os países de Primeiro Mundo que estão comprando todas as doses, se esquecendo dos países em desenvolvimento, de terceiro mundo. Por exemplo, como já falei em sessão anterior, os Estados Unidos compraram 1 bilhão e 300 milhões de doses, o suficiente para vacinar três vezes a população daquele país; o Canadá comprou três vezes a quantidade de doses necessárias para vacinar sua população; e assim seguem alguns países da Europa. O Brasil está tendo dificuldade de comprar, sim, assim como outros países. Por quê? Porque não há vacina.

Muitos Deputados que são médicos e participam da Comissão Externa do coronavírus ficam enganando a população brasileira, falando, por exemplo, que o Brasil não quis comprar a vacina da Rússia. Acontece que só na quarta-feira passada a Gamaleya, que é a farmacêutica russa, marcou uma reunião com a ANVISA para passar os dados sobre a situação da vacina. Trata-se de médicos que fazem parte da Comissão tentando enganar a população.

Para mim, Sr. Presidente, também é genocida o ex-presidiário Lula, que lavou dinheiro, ocultou propriedades, recebeu propina fingindo fazer palestra, comandou uma organização criminoso que quebrou a PETROBRAS, entre outras coisas. Com todo esse dinheiro desviado, ele poderia ter equipado leitos de UTI, comprado respiradores, equipado as UPAS. Nós estamos passando por isto tudo por causa do dinheiro desviado durante todos os anos em que o PT ficou no poder.

Muito obrigada.

Documento 21/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Omissão e descaso do Presidente Jair Bolsonaro no combate à doença viral e seus efeitos. Responsabilidade



do Presidente da República pelos 300 mil óbitos ocorridos no Brasil pela Covid-19. Defesa da abertura de CPI para investigação de omissões e responsabilidades do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Menosprezo do Presidente da República aos trabalhadores desempregados e às camadas menos favorecidas, revelado no fixação do valor do auxílio emergencial em 150 reais.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Brasil ocupa neste momento o lugar mais difícil de todos os países do mundo em relação à pandemia. Está no epicentro da pandemia no mundo. É o País onde mais cresce o número de mortes e também de contaminações. A quantidade de pessoas mortas já está chegando a 300 mil.

Tudo isso está acontecendo em razão da omissão, da irresponsabilidade e da falta de compromisso desse Governo que está aí. Infelizmente, o Governo, que deveria cumprir a sua obrigação e tomar as providências necessárias para garantir a assistência ao povo no que diz respeito à rede hospitalar, sobretudo no SUS, fortalecendo o SUS, garantindo leitos de UTI, garantindo oxigênio, não fez nada disso. E o principal é que ele negligenciou a aquisição de vacinas.

Então, se hoje nós temos 300 mil mortos no Brasil, a culpa é do Sr. Jair Messias Bolsonaro. Não há outra pessoa para ser responsabilizada senão ele próprio, que, o tempo todo, desdenhou completamente da pandemia do coronavírus: foi andar de *jet ski*, chamou a COVID-19 de gripezinha, aglomerou pessoas, atacou o uso de máscaras e disse que quem tomasse vacina iria virar jacaré. Então, esse Presidente que nós temos no comando é o principal culpado pelas mortes que hoje acontecem em nosso País.

É por isso, Sr. Presidente, que nós temos que ter a CPI para investigar a pandemia. Nós temos que colocar em pratos limpos o que aconteceu no Ministério da Saúde. Ficamos agora 1 semana sem Ministro. E o Ministro que saiu tem as mãos sujas de sangue, porque foi cúmplice, participou diretamente de toda essa maldade que acontece em nosso País. Para completar, mandaram agora medida provisória para regulamentar o novo auxílio emergencial estabelecendo um valor de apenas 150 reais para a maior parte das pessoas que precisam desse auxílio. Além de reduzir o valor, reduzirão a quantidade de pessoas beneficiárias do auxílio emergencial. É muita maldade para uma pessoa só! Nós não podemos admitir que esta situação perdure.

É por isso que tem que haver a CPI. Nós temos que investigar e colocar o Bolsonaro no seu devido lugar, fora do comando do País, porque essa é a medida mais importante neste momento para combater a pandemia do coronavírus.

Muito obrigado.



Documento 22/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:24

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Lista dos radialistas falecidos no Estado do Ceará em decorrência da Covid-19. Negligência do Governo Jair Bolsonaro no combate à doença viral. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no País.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu queria registrar, com muita tristeza, que acaba de acontecer aqui no Ceará a 22ª morte por COVID-19 de radialistas de nosso Estado: faleceu Osias dos Santos, radialista da *FM Liberdade*, de São Luis do Curu. Ele completa uma lista de 22 radialistas cearenses, profissionais da comunicação, que foram vítimas da COVID-19.

Eu quero aqui citar cada um de seus nomes: Aderbal Soares, de Fortaleza; Alexandre Rangel; Carlos Alberto Moreira, de Canindé; Carlos Dutra, de Fortaleza; Chico dos Santos; Evanger Costa; Evilásio Pires; Flávio Moreira; Inácio de Brito, de Sobral; Iraguassú Teixeira, meu ex-companheiro da Câmara de Fortaleza; Ivan Moreira; Jéssica Moreno, de Iguatu; Jonas Melo, de Fortaleza; Moacir Luiz, de Fortaleza; Nacélio Cavalcante, de Icó; Normando Sócrates, de Juazeiro do Norte; Olivian Santos, de Camocim; Pedro Hallan, de Fortaleza; Raí Soares, de Cascavel; Renato Freire Caetano, de Canindé; e Sandro Guimarães, meu amigo de Aracati. Essa é uma lista que enluta todo o Ceará, todos nós, todos os familiares e amigos das vítimas.

Infelizmente esses profissionais da comunicação estão (*falha na transmissão*) nessa crise sem precedentes que nós estamos vivendo no País e no mundo devido à pandemia, sobretudo pela falta de ações preventivas, principalmente com relação à questão (*falha na transmissão*) e que teve ou está tendo esse feito devastador (*falha na transmissão*) todo o Brasil - há quase 300 mil vítimas da COVID.

O País hoje assusta o mundo em função da quantidade de vítimas do coronavírus e principalmente em função da omissão e da negligência do Governo brasileiro, que, inclusive, tem atrapalhado Governadores e Prefeitos que têm a coragem de tomar medidas muitas vezes desagradáveis para evitar um desastre maior em nosso País.

Por isso, ficam aqui a minha solidariedade e o meu apoio a todos os familiares e amigos desses profissionais guerreiros...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 23/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:28

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade à Prefeita Margarida Salomão, do Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, diante do recebimento de ameaças de morte em face das medidas adotadas para contenção do avanço da Covid-19. Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro aos ataques e ameaças contra Prefeitos Municipais e Governadores Estaduais, pela decretação de lockdown e outras medidas contra a epidemia de coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu uso da tribuna hoje para prestar solidariedade à nossa colega Margarida Salomão, hoje Prefeita de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

A Margarida, que todos conhecemos, é uma excelente Deputada Federal, Professora universitária e ex-Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora e tem, com certeza, uma bela trajetória em defesa dos trabalhadores, da vida e das pessoas. Agora, como Prefeita, está tomando as medidas que todos os Prefeitos responsáveis estão tomando pelo Brasil afora: defender a vida, cumprir a obrigação de determinar o isolamento social, exigir e comprar vacinas. Ela tem cumprido, portanto, aquilo que a ciência determina e, por isso, tem sido ameaçada de morte por bolsonaristas. Ela fez a denúncia por receber, em rede social, ameaça de morte. E ontem, na porta do seu prédio, algumas poucas dezenas de bolsonaristas foram lá fazer ameaças, assim como as que já têm feito a Vereadoras e a outros que lutam pela vida em Juiz de Fora.

Eu quero aqui prestar a minha solidariedade. Mas, ao mesmo tempo, quero colocar o dedo na ferida. Jair Bolsonaro, no domingo, insuflou tal atitude dessas pessoas, fazendo com que, nos Municípios e nos Estados, ameaças surgissem àqueles que defendem o que a ciência determina.

Não foi ameaçada apenas a Margarida Salomão. Vários Prefeitos e Prefeitas estão sendo ameaçados por essas pessoas que Bolsonaro insufla, determinando que ajam não de forma democrática, mas contra as instituições e inclusive contra Prefeitos eleitos.

Hoje houve um manifesto dos médicos da cidade e das associações ligadas à saúde em defesa da Margarida, porque não há onde colocar mais pessoas, pois os hospitais estão cheios.

Minas Gerais inteira está com a onda roxa determinada pelo Governador do Estado. Portanto, os Prefeitos têm que cumprir também essa determinação. E hoje o Ministro Marco Aurélio também desautorizou o Presidente da República genocida a retirar esse direito de Governadores e de Prefeitos.

O fato de a Prefeita Margarida Salomão ser mulher fez com que surgissem ameaças, ainda mais esse absurdo contra ela. Mas a Margarida não está só, e é por isso que eu quis vir aqui, à Câmara Federal, para pedir a todos os Deputados e Deputadas solidariedade à nossa Prefeita, contra os genocidas, que não querem respeitar a vida.

Fora, Bolsonaro!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 24/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pioneirismo do Estado do Piauí na vacinação de deficientes contra a Covid-19. Lançamento, no Estado, de campanha simbólica pela imunização de portadores de deficiência, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Síndrome de Down. Compromisso de luta da oradora pela vacinação de deficientes, na condição de Presidenta da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, o Piauí, no último domingo, foi exemplo para o Brasil. Foi iniciada a vacinação contra a COVID-19 em pessoas com deficiência, algo que foi aprovado em Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador Wellington Dias.

No domingo, Dia Internacional da Síndrome de Down, simbolicamente lançamos essa campanha no Piauí, e foram vacinadas cinco pessoas com deficiência, atendendo a cinco deficiências: o Pedro, com síndrome de Down; o Walter dos Santos Falcão, autista; o Francisco Pereira, cadeirante; a Iraci Matos, deficiente visual; e o Bernardo Farias, surdo. Desse modo, o Piauí se torna o primeiro Estado da Federação a iniciar a imunização desse grupo, corrigindo uma distorção do Plano Nacional de Imunização.

No Estado do Piauí, 600 mil pessoas têm algum tipo de deficiência. Claro que não serão vacinadas todas de uma só vez. Existe todo um planejamento, e evidentemente vai se seguir o que diz a lei estadual.

Sr. Presidente, também quero dizer que estudos internacionais apontam que o vírus é muito mais letal para quem tem síndrome de Down, dez vezes mais letal, em comparação com uma pessoa dita normal. É por isso a nossa preocupação com a deficiência intelectual. Os autistas, por exemplo, não têm noção do cuidado que têm que ter no uso da máscara. Então, eles são muito mais vulneráveis a se contaminar com o vírus, o que pode terminar em uma situação mais trágica.

Por fim, quero dizer que, na condição de Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, nós vamos lutar até o fim, Sr. Presidente, para que, a exemplo do Estado do Piauí, que priorizou esse segmento, todo o Brasil também possa dar prioridade às pessoas com deficiência. Os familiares, as mães dessas pessoas estão angustiadas por não terem acesso a essa vacina para seus filhos. Vamos lutar até o fim e, com fé em Deus, vamos conseguir proteger e salvar a vida dessas pessoas.

Sr. Presidente, gostaria de ter registrada a minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 25/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não inclusão da posse do novo Ministro da Saúde na agenda do Presidente Jair Bolsonaro. Não inclusão da saúde entre as prioridades da agenda do Presidente da República. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance do patamar de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Imediata adoção, pelo Congresso Nacional, de pauta destinada ao enfrentamento da doença viral e seus desdobramentos

econômicos. Defesa da retomada do pagamento de auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acaba de sair a notícia de que o Presidente Bolsonaro deu posse, fora da agenda, ao Ministro da Saúde. Isso não é estranho, porque, na verdade, a saúde está fora da agenda do Presidente da República. Estamos diante da maior crise humanitária, com 300 mil pessoas mortas, mas isso não está na agenda do Presidente da República.

É fundamental que nós, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, coloquemos esse tema na agenda definitivamente. Que isso seja prioridade absoluta! Nada é mais importante do que tratar das ações para proteger a vida das pessoas, para proteger direitos sociais, empregos, a nossa economia, o pequeno e microempresário, os Municípios, especialmente os pequenos, que não conseguem garantir os serviços mínimos para sua população. Esse deve ser o tema central.

A renda emergencial que o Governo anunciou é uma esmola, não é suficiente. Nós precisamos ampliá-la, voltá-la para 600 reais. Nós precisamos fazer a política da proteção dos empregos, que se esgotou no ano passado e não foi retomada pelo Governo, e a proteção dos Municípios, que não têm a garantia do repasse do FPM. É preciso garantir o crédito para o pequeno e o microempresário. Tudo isso precisa estar na ordem do dia do Congresso. Não precisamos ficar tratando de privatização da ELETROBRAS, de reforma administrativa. Esses temas podem ter relevância, mas podem ficar para depois.

Estão aí os pipeiros, da chamada Operação Carro-Pipa, no Nordeste, algo tão importante para levar água para as pessoas, para matar a sede de tanta gente. Está tudo interrompido aqui. São mais de 4 mil pipeiros sem atividade econômica, e as pessoas estão sem água. Há mais de 40 mil pontos de abastecimento aonde a água não está chegando.

Bolsonaro, pare de brincadeira! Vamos cuidar do Brasil!

Documento 26/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Escalada de ações autoritárias do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à postura do Presidente da República diante do alcance do patamar de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Prioridade do Presidente Jair Bolsonaro na blindagem de seus familiares envolvidos em corrupção. Anúncio de nomeação do general Eduardo Pazuello para o futuro Ministério Extraordinário da Amazônia. Redução das dotações orçamentárias do Ministério da Saúde.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos últimos dias houve uma escalada de ações autoritárias por parte do Governo Federal e, diretamente, da Presidência da República. Essa escalada busca atingir cientistas, professores de universidades e institutos federais, educadores de modo geral, jornalistas, comunicadores, como o Felipe Neto e tantos outros, bem como ativistas do movimento popular e da luta dos movimentos por direitos humanos. A Lei de Segurança Nacional voltou, de fato, à ordem do dia no Brasil, para ser utilizada contra aqueles e aquelas que lutam pela liberdade.

Uma faixa colocada em frente ao Palácio do Planalto em que estava escrito o que é fato - "*Bolsonaro genocida*" - levou à prisão de ativistas que tão somente querem gritar para o mundo que o Brasil não consegue respirar. E o País não consegue respirar porque, no Palácio do Planalto, quem não quer ver essa faixa também não quer ouvir os pedidos de socorro das famílias brasileiras.

São quase 300 mil brasileiros e brasileiras que já morreram, e cada uma dessas pessoas tem seus familiares e amigos. Em volta de cada uma dessas pessoas, está toda uma Nação! Mas o Presidente da República debocha.

O Presidente da República tem uma prioridade: blindar os seus quatro filhos, a sua família envolvida em corrupção, e, agora, o Ministro que saiu do Ministério da Saúde, que acabou ganhando como prêmio um Ministério para tratar da Amazônia. Ele, que não sabia onde fica o Amapá ou o Amazonas, que não conhece a geografia do Norte nem de nenhum lugar do Brasil, virou o Ministro da Amazônia. O prêmio para Pazuello é o pesadelo dos brasileiros e brasileiras, é a morte que bate na porta.

Portanto, nós, como Parlamentares e pessoas responsáveis, devemos dizer que temos dois caminhos para trilhar. Um deles é o caminho da democracia, da defesa de direitos, da saúde pública, do SUS, da não redução orçamentária da saúde.

Agora está havendo uma redução de mais de 35 bilhões de reais no orçamento do Ministério da Saúde. A única área cujo orçamento cresce é a militar, por certo porque o Governo brasileiro precisa dos militares para estar em guerra, para guerrear contra o povo brasileiro.

Não! Eu sinceramente quero me dirigir, inclusive, aos segmentos militares, para pedir que seja confirmada a defesa da democracia e da Constituição, para pugnar que tenhamos todos e todas um grande esforço...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 27/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aquisição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de mais de meio bilhão de doses de vacina contra a Covid-19. Desenvolvimento no País de vacinas contra a doença viral. Repúdio ao discurso dos Deputados da Esquerda. Desrespeito da comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocida. Apoio do povo brasileiro ao Presidente da República.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar participando de mais esta sessão, em que queremos buscar o melhor para o Brasil.

Estou muito feliz, porque o Governo já comprou mais de meio bilhão de doses para curar, para acabar no Brasil com essa peste que é a COVID-19. Mais de meio bilhão de doses já foram compradas!

Digo ainda aos urubus de plantão, que são contra tudo e a favor de nada, partidários do "quanto pior, melhor", que estamos desenvolvendo, através do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações, três vacinas. Uma delas já está quase pronta. Trata-se de uma vacina brasileira, que tivemos que fazer praticamente na surdina, porque, senão, a Esquerda tentaria de alguma maneira sabotar.

Aliás, a Esquerda fala, fala e não diz nada, nada e nada. A Esquerda brasileira, para ser ruim, tem que melhorar muito. Falta argumento. Os argumentos são infantis. Os seus argumentos estão alicerçados em areia movediça. O que sabem fazer o tempo todo é chamar o Presidente Bolsonaro de genocida. Isso é desrespeito, falta de decoro, falta de liturgia do cargo. Não têm respeito

algum. Esquerdistas, vocês acham que falando esse tipo de coisa vão receber respeito da população brasileira? Jamais!

Lenin já dizia: "*Chame-os do que você é*". Genocida? O maior genocida da humanidade foi Stalin, que matou mais de 50 milhões de pessoas. E a Esquerda o idolatra. Ele é ícone do PCdoB. Então, vamos nos respeitar. Chame-o do que você é: genocida. A Esquerda ama e idolatra o genocida Stalin. Vocês pensam que a população brasileira não nota isso?

Vejam, no domingo, no aniversário do Presidente, centenas de pessoas foram aplaudi-lo e cantar parabéns voluntariamente. Enquanto isso, em frente à casa do Governador de São Paulo, estava a polícia para segurar a população, que estava ofendendo e xingando o Governador. Vejam quem é quem. Vejam quem é o Presidente e quem é a Esquerda no Brasil.

Como eu digo, a Esquerda, para ser ruim no Brasil, tem que melhorar muito.

Sr. Presidente, tenho uma sugestão. O apito, nos últimos 30 segundos, é excelente, mas deixe piscando nos últimos 30 segundos, o que é um bom alerta, como era antes.

Não sei se serve, porque todos pedem, mas solicito que seja divulgado, no programa *A Voz do Brasil*, o meu pronunciamento.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 28/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indiferença de Parlamentares situacionistas com a dor e o sofrimento do povo brasileiro, diante da tragédia causada pela Covid-19. Falta de vacinas contra a doença no País. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais, desempregados e famílias carentes.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu fico muito impressionada ao ver, diante do quadro que o Brasil está vivenciando, de muita tristeza, de muita dor, Parlamentares que não se preocupam com isso, que acham que é preciso apenas atacar a Esquerda, como se estivessem eternamente em um palanque eleitoral. É preciso olhar para a dor do povo brasileiro! São quase 300 mil pessoas mortas neste Brasil! Nós estamos há mais de 2 meses do início do processo de imunização, e não temos 6% da população vacinada!

Esse Governo desprezou as vacinas da Pfizer, depois desprezou as vacinas produzidas na China. Desprezou e fez das vacinas e da discussão sobre as vacinas um novo palanque eleitoral. Desçam do palanque eleitoral, porque esse palanque é feito de mentiras, esse palanque é feito de ódio. Vamos olhar para o povo brasileiro!

O Presidente da República tem a coragem de dizer que o povo brasileiro não consegue nem comer um pé de galinha e se esquece de que nós estamos há 3 meses sem o auxílio emergencial. Milhões de brasileiros e brasileiras estão sem qualquer tipo de renda, e o que faz o Presidente? Tenta empurrar esses brasileiros para a morte em vez de lhes dar condições para que possam sobreviver com dignidade.

Nós estamos com o País em frangalhos! Vemos os profissionais de saúde numa pressão sem limites, e a Presidência da República preocupada em construir um cargo para o Ministro da Saúde responsável por todo esse caos porque seguia as ordens de Jair Bolsonaro, o genocida. Aliás, foi o Ministro da Saúde que disse: "*Eu apenas obedeco, ele manda*", quando foi desautorizado acerca da compra das vacinas produzidas na China.

Será que é possível acreditar que o povo brasileiro, com essas cortinas de fumaça, não consegue ver o que está acontecendo? As mortes batem na nossa pele, na nossa alma. Elas atravessam qualquer cortina de fumaça de um Presidente que está sempre em briga, está sempre com inimigos externos e que quer calar o povo brasileiro.

Nunca tivemos uma escada tão grande de ações contra a liberdade de expressão como estamos tendo neste momento. Nunca tivemos isso! O Presidente responde a tudo isso falando dele mesmo. E os seus asseclas, os seus áulicos na Câmara...

(Desligamento automático do microfone.)

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:52

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prioridade dada por Parlamentares situacionistas aos ataques à Esquerda, em detrimento da discussão de projetos de combate à Covid-19 e seus efeitos. Imediata votação e aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Encaminhamento, ao Ministério da Saúde, de requerimento de indicação para inclusão de portadores da síndrome de down, de carteiros e trabalhadores do setor de transporte em grupos prioritários de vacinação. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes. Contribuição da falta de Ministro da Saúde para o agravamento da crise sanitária.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Queria lamentar o fato de que realmente há Parlamentares que parecem estar fora da realidade, fora do mundo. Quase 300 mil pessoas já perderam a vida devido à pandemia do coronavírus. Aqui no Amazonas, já são quase 12 mil pessoas. E esses Parlamentares estão preocupados em culpar, em buscar culpados na Esquerda, em vez de cuidar de projetos, de acelerar projetos que possam garantir a vida, que possam garantir a vacinação, que possam garantir um auxílio emergencial mais adequado e justo, de no mínimo de 600 reais, e não esse de valor absurdo, tão reduzido, que se pretende repassar para a população que está passando fome.

É urgente que tratemos de projetos que possam ajudar a população. Nós temos na pauta hoje o PLP 266/20. Eu considero urgente apreciarmos essa matéria, porque vai permitir a contratação de concursados para atuarem nos hospitais universitários, através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que administra os hospitais universitários. É muito urgente que possamos tratar dessa matéria. Isso vai ajudar muito o Hospital Getúlio Vargas, aqui em Manaus, no Amazonas, na contratação de profissionais que possam atuar para atender a população nos leitos clínicos, nas UTIs e em outros serviços no hospital, e atendendo pelo Sistema Único de Saúde, gratuitamente. Isso é urgente.

É urgente a vacinação, e eu apresentei uma indicação ao Ministério da Saúde para que priorize determinados segmentos da sociedade que hoje estão sofrendo, principalmente as pessoas com Síndrome de Down. Nós lembramos o dia 21 como uma data importante, uma data de conscientização. Vivenciamos uma semana de conscientização sobre a Síndrome de Down. Nós já vimos várias pessoas que morreram porque são mais vulneráveis. Nós temos aí, portanto, a possibilidade de pessoas acometidas de COVID falecerem talvez de uma forma muito mais rápida, porque é para isso que especialistas também alertam. Por isso é que há a indicação para colocá-los na lista de prioridades para a vacinação, na Campanha Nacional de Vacinação.

Também são devem ser priorizados os funcionários dos Correios, os carteiros, e os trabalhadores do sistema de transportes. Estamos também insistindo na prioridade da vacinação por conta do trabalho diário, do contato direto com a população.

Portanto, esta é a prioridade: a vacinação, assim como o auxílio emergencial, para ajudar as famílias que hoje estão sem nada.

A situação está dramática no Amazonas, no interior do Estado, onde o recurso contribui inclusive para alavancar a economia. Enquanto isso, vemos um Governo sem Ministério da Saúde, sem Ministro da Saúde, um grande retrocesso, o que contribui para o agravamento da situação.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu discurso de hoje no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 30/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Desinteresse do Governo Jair Bolsonaro na proteção do povo brasileiro contra a Covid-19. Omissão do Governo Federal na promoção de grande campanha nacional de vacinação contra a doença. Inexistência de programa de renda mínima destinado aos trabalhadores desempregados e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Imediata abertura, pela Casa, de CPI para investigação da omissão e responsabilidades do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da crise sanitária. Obstrução, pelo PT, das votações de matérias não relacionadas com a epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e todos que estão nos ouvindo.

É um prazer falar com todos, mas também é uma tristeza tratar de um assunto que comove o País: a falta de vontade do Governo de tomar atitudes para proteger o povo brasileiro. Falta vontade para proteger o povo da COVID, incentivando o uso de medidas que restrinjam a circulação e impeçam a disseminação do vírus, por meio de campanhas educativas, como, por exemplo, usar máscaras e a lavar as mãos.

Falta interesse e disposição do Governo em promover uma grande campanha de vacinação. O Governo foi e é absolutamente descuidado. Agora, falta cuidado no que se refere a garantir o mínimo de renda para a população mais pobre, que está desempregada, estava vivendo de bicos - e não pode fazer mais isso -, vive precariamente. Esse Governo é absolutamente irresponsável para com o Brasil.

Por isso, a nossa Câmara dos Deputados não pode mais se omitir, deixar de fazer alguma coisa. A Câmara dos Deputados tem que imediatamente instalar uma CPI para investigar a ação do Governo durante a pandemia. Dois pedidos de CPI foram apresentados pela bancada do PT, pela Deputada Gleisi Hoffmann e pelo Deputado Rogério Correia. Quero pedir a todos os Deputados e Deputadas que assinem essa CPI, para que possamos de fato apurar o que o Governo fez e está fazendo.

Não adianta o Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal fazerem reunião com o Presidente da República para discutir um comitê de crise. Agora, cabe aos Governadores, Prefeitos e ao Congresso Nacional encaminharem, porque o Governo já demonstrou ser incapaz de cuidar do povo brasileiro.

O Governo tem que pagar pelo que está fazendo, e esses crimes têm que ser apurados devidamente. Evidentemente, ele tomou medidas que não levavam a nada e queria, isto sim, favorecer a disseminação do vírus com aquela ideia da imunidade de rebanho. Um absurdo! Precisamos da CPI. O PT vai batalhar por essa CPI. Nós queremos investigar o que aconteceu e vamos obstruir tudo o que não for votação referente ao combate...

(Desligamento automático do microfone.)

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade da abertura de processo contra o Presidente Jair Bolsonaro, por prática de crime de responsabilidade no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Imediato afastamento do Presidente da República, por falta de condições de comando do País. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela Covid-19. Protesto contra a inclusão na pauta de matérias não relacionadas com a crise sanitária. Descumprimento do isolamento social pelos trabalhadores, pelos pequenos e microempresários, em face da suspensão do pagamento do auxílio emergencial e da omissão do Governo Federal nas medidas assistenciais.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar os Deputados e as Deputadas e o povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

Primeiro, quero dizer que o Presidente Bolsonaro não cometeu crime apenas por negligência, por irresponsabilidade, por omissão, por incompetência.

Está correto o que o Deputado Carlos Zarattini falou anteriormente. O Presidente Bolsonaro está cometendo crime deliberadamente. Ele desafiou a ciência em vários momentos. Outro governante, o Boris Johnson, até pensou em fazer a imunidade de rebanho, mas em 30 dias recuou. O Governo Bolsonaro continua na mesma tese. Portanto, ele tem que ser processado por crime de responsabilidade.

Está completando 1 ano que nós questionamos junto ao Supremo Tribunal Federal o afastamento do Presidente Bolsonaro da Presidência da República por 180 dias. Agora, só temos esse caminho. Não temos mais nenhum outro caminho a não ser o imediato afastamento do Presidente da República. Ele não tem a mínima condição de conduzir o País. O Brasil está entrando em um colapso, um caos sanitário total, sem nenhum tipo de planejamento federativo. Está faltando medicamento em todas as unidades hospitalares. Estão faltando leitos de UTI, leitos clínicos. As pessoas estão pedindo para viver, estão pedindo o direito de ter um atendimento digno.

Esta Casa vai ficar assistindo como se não fosse com ela? A Câmara e o Senado precisam encontrar um caminho. É um absurdo que as pautas colocadas para o debate não sejam voltadas a fim de encontrarmos um

caminho para resolver a questão da pandemia, para dar previsibilidade às pessoas.

Por que as pessoas não cumprem medidas de isolamento social? Porque elas não têm previsibilidade nenhuma, sejam os mais vulneráveis, porque já faz 4 meses que as pessoas não têm auxílio financeiro, sejam os pequenos e microempresários. É uma vergonha não prorrogar o PRONAMP por mais 1 ano, a suspensão dos contratos de trabalho. Não há nenhuma política, nenhum caminho. O Governo deliberadamente não quis comprar as vacinas para o povo brasileiro.

Então, ele é um Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 32/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior. Defesa da aquisição de imunizantes pelo Consórcio Paraná Saúde.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu hoje quero falar para o meu Estado, o Paraná, para o povo paranaense, que represento nesta Casa. E quero falar sobre vacina. Vou começar aqui lamentando a omissão do Governador Ratinho Junior em relação ao planejamento para a compra de vacinas e à luta do povo paranaense.

Ontem nós fizemos uma reunião com Deputados Federais e Estaduais de vários partidos, Prefeitos, associações de Municípios e um representante do Consórcio Nordeste.

Eu convidei Carlos Gabas, que é Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para falar como os Estados do Nordeste fizeram a negociação com o Fundo Soberano da Federação da Rússia para a compra direta de vacinas. Ele falou que o Fundo Soberano da Federação da Rússia ofereceu para os Estados, para o Consórcio do Nordeste e também para o Governo do Estado do Paraná, em junho do ano passado, a possibilidade de comprar vacinas. Inclusive, no Paraná, o próprio TECPAR, que é um órgão do Governo paraense, poderia fabricar as vacinas.

O Consórcio Nordeste encomendou 50 milhões de doses de vacinas, e o Governador do Paraná se enrolou. Parece que ele foi perguntar a Bolsonaro se poderia comprar, foi desautorizado e não comprou. Depois veio com uma história de comprar através de uma empresa privada, a União Química, que não representa a Rússia nem o Fundo Soberano da Federação da Rússia.

Disse o Secretário Executivo do Consórcio Nordeste que, das 50 milhões de doses compradas, eles ficariam com 37 milhões e tinham 13 milhões disponíveis, e que se os Municípios do Paraná quisessem poderiam adquiri-las diretamente através do Consórcio Paraná Saúde. Parece que o consórcio foi impedido de ir à reunião pelo próprio Governador Ratinho.

Hoje, houve uma reunião na Assembleia Legislativa do Paraná com a Frente Parlamentar de Combate à COVID-19, mas o Consórcio Paraná Saúde e o Governo do Estado não participaram. Disseram que vão prestar contas na segunda-feira e que eles estão em tratativas e já mandaram oito correspondências a empresas diferentes. Estão em tratativas da compra de itens de saúde, só que elas são sigilosas.

Sigilosas, Governador Ratinho? Sigilosas não podem ser. Têm que ser públicas. O povo precisa de vacina. Se o Estado do Paraná ou o Consórcio Paraná Saúde não disserem que querem comprar esses 13 milhões de doses de vacinas, ou parte delas, para o Estado, nós vamos perdê-las para outros Estados do Brasil ou mesmo para outros países que querem comprar vacina.

É urgente o movimento dos paranaenses, dos Prefeitos, da nossa bancada federal e da nossa bancada estadual para que o Consórcio Paraná Saúde requeira a compra de parte dessas vacinas e garanta ao povo paranaense a vacinação, tão necessária para salvar vidas e para salvar a economia.

Documento 33/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:08

Publ.: DCD - 24/03/2021 --SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise sanitária reinante no País. Tragédia causada pela Covid-19 no Estado do Amazonas, sobretudo na Capital Manaus. Apresentação, à Medida Provisória nº 1.039, de 2021, de emenda para fixação do valor do auxílio emergencial de 500 reais.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive a pior crise sanitária da sua história. Infelizmente, os Ministros que têm se alternado no Ministério da Saúde, Deputado Hildo Rocha, não têm conseguido dar a devida ressonância ao que clamam as autoridades de saúde nos Estados e Municípios, bem como a população brasileira.

O meu Estado, que é o maior Estado da Federação, que tem a maior população indígena do País e que faz divisa com outros Estados e também com vários países, foi manchete nacional e internacional por causa da velocidade da pandemia e da destruição que ela causou, principalmente, na cidade de Manaus.

Venho a esta tribuna fazer um apelo a todos os meus pares. Está tramitando na Casa a Medida Provisória nº 1.039, de 2021, que trata do auxílio emergencial. O Ministro Paulo Guedes reconhece que o caminho correto, seja da perspectiva da saúde, seja do ponto de vista da economia, é a vacina.

Nós, contudo, não temos vacina suficiente neste momento para vacinar a grande maioria do povo brasileiro. Isso nos remete à necessidade não só de seguirmos as orientações das autoridades de saúde, mas também de termos instrumentos de auxílio à população, que tanto precisa, num País extremamente desigual. Para citar o exemplo do meu Estado, 47% da população estão abaixo da linha da pobreza; estão inscritas mais de 668 mil pessoas no CADÚNICO; e foram contempladas pelo programa Bolsa Família, no mês de fevereiro de 2021, mais de 405 mil pessoas - estão excluídas aí mais de 260 mil pessoas. A realidade do Amazonas é a realidade do Brasil: muitas pessoas, neste momento, não têm nem sequer o que comer e, muito menos, condições mínimas de comprar produtos de higiene para fazer frente à pandemia.

Esta é uma pauta que interessa não só à economia, mas também ao povo brasileiro.

O Ministro da Economia Paulo Guedes sabe da necessidade e da importância que tiveram os 600 reais no ano passado. Por isso, estou apresentando uma emenda para que possamos corrigir o valor do novo auxílio emergencial para 500 reais e para que ele perdure até dezembro. Particularmente, não creio que, tão cedo, nós conseguiremos imunizar grande parte da população brasileira.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

Solicito que meu discurso seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Deixo meu muito obrigado. Até a próxima oportunidade!

Documento 34/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância do tratamento preventivo da Covid-19. Contrariedade à politização da epidemia de coronavírus. Insensatez da determinação governamental de fechamento do comércio para combate à transmissão da doença viral.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Espero que todos possam estar me ouvindo e que nós possamos continuar livres desse coronavírus, dessa COVID-19 - livres, de acordo com as nossas convicções e de acordo com a orientação médica para o tratamento preventivo e o tratamento profilático também.

Nós temos que parar de brigar entre nós e fazer aquilo de que a população brasileira tanto precisa, que é salvar vidas.

Eu ouço discursos com imputação de responsabilidade ao Presidente da República, numa situação que nós lamentamos demais, porque é absurda. Essa tentativa que a Oposição e esse pessoal da Esquerda têm feito é um absurdo. Isso é sem nexos.

A vacina é superimportante, pois vai fazer com que a imunidade de rebanho venha a acontecer também, principalmente quando começar a ser produzida no Brasil, mas o mais importante, agora, é tratarmos preventivamente as pessoas, fortalecendo-lhes a imunidade. Os médicos estão afirmando isso.

Por que a classe política está se metendo nisso? A classe política teria que ficar calada. Eu ouço, às vezes, umas pessoas falando e fico pensando por que Deus permite um negócio desses. Essa turma teria que ficar calada e deixar que os médicos decidissem sobre isso.

A ciência vai chegar a ponto, espero que o mais brevemente possível, de dizer que quem queria o tratamento preventivo tinha razão, mas, infelizmente, já perdemos praticamente 300 mil pessoas.

Esta é realidade que nós estamos enfrentando no Brasil hoje: isolamento total. Eu participei, domingo agora, aqui em Natal, de um evento muito triste, quando a fiscalização da Prefeitura e do Estado do Rio Grande do Norte estava fechando bancas de pessoas que trabalham há mais 10 anos vendendo comida a céu aberto, como churrasquinho de esquina. Todo mundo está sendo proibido de trabalhar, tendo que jogar comida fora. Meus amigos, isso é um absurdo! É o cúmulo da insensatez e da insanidade você proibir as pessoas de trabalharem.

Viralizou no Brasil e no mundo o vídeo de uma senhora que, ajoelhada na escadaria de uma igreja em Currais Novos, cidade aqui do interior, pedia que Deus permitisse que ela voltasse a trabalhar. Na verdade, pedia, pelo amor de Deus, que a Governadora a deixasse trabalhar.

Por favor, vamos parar de ser insanos e vamos permitir que as pessoas que querem trabalhar possam ganhar o seu pão de cada dia!

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse considerado lido, transmitido no programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais desta Casa.

Nós temos que parar com isso. Nós precisamos lutar pela vida das pessoas, pelas empresas e pelos empregos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 35/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aproximação do patamar de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra a doença viral. Lançamento, por empresários e economistas, de manifesto pela efetividade no combate à epidemia de coronavírus. Necessidade de abertura, pela Casa, de CPI para investigação de omissões e responsabilidades do Presidente da República no enfrentamento da Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, por falta de condições de comando do País. Necessidade de assunção, pelo Congresso Nacional, do protagonismo na aquisição de vacinas e na concessão de auxílio financeiro aos trabalhadores desempregados, às famílias carentes, aos pequenos e

microempresários diante da crise sanitária instalada no Brasil. Inoportunidade da discussão de privatizações de empresas estatais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são quase 300 mil os mortos por COVID no Brasil.

Não é possível continuarmos ouvindo esses discursos que tentam tapar o sol com a peneira. O Brasil não tem vacinas porque o Presidente não tomou as devidas providências para que as vacinas estivessem aqui.

Isso significa um enorme prejuízo ao povo brasileiro, um prejuízo contado em vidas - infelizmente, diariamente - de homens e mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras que deixam suas famílias enlutadas.

Neste fim de semana, empresários e economistas lançaram um manifesto - diversos deles; isso nada tem a ver com a Esquerda - para dizer que não é possível continuarmos esta situação e que é preciso dar um basta. Um basta, para que se providenciem vacinas. Um basta, para que se providencie auxílio financeiro para as pessoas e a economia sobreviverem. Numa guerra, não se pensa antes na economia, e, sim, em salvar as vidas, para recuperar a economia logo depois.

Esta Câmara também tem que parar de tapar o sol com a peneira e fingir que não está vendo. É preciso instalar a CPI para investigar a gestão da pandemia. É preciso afastar um Presidente que não tem demonstrado apego ao povo, nem capacidade para parar o número de mortes em nosso País e tomar providências necessárias para comandar o País de maneira unida.

É preciso, portanto, que a Câmara assuma a sua responsabilidade, que o Congresso Nacional assuma a sua responsabilidade para tratar, especialmente e de forma exclusiva, neste plenário, daquilo de que necessita o povo hoje: providências relacionadas às vacinas. Mais do que isso: providências para auxiliar financeiramente as pessoas, os microempresários, os microempreendedores, os pequenos, os médios e os grandes empresários; para proteger os empregos e os pequenos Municípios. Está crescendo a seca no Brasil. Há necessidade de se tomar providências frente a isso - isso tudo, no sentido da proteção da vida das pessoas durante a pandemia.

Não é hora de se ficar discutindo privatização da EBC, privatização da PETROBRAS, privatização da ELETROBRAS. Privatização disso, privatização daquilo é só do que fala o Governo. Este Governo é incompetente para defender a vida do povo e, agora, quer dilapidar o patrimônio público.

(Falha na transmissão.)

Documento 36/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:16

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aproximação da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Agravamento do quadro de saúde do ex-Deputado Federal Haroldo Lima, contaminado por coronavírus. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento da doença viral. Contrariedade à votação pela Casa de matérias não relacionadas com a epidemia de coronavírus. Lançamento, por empresários e economistas, de manifesto pela efetividade do combate à Covid-19. Fator determinante da militarização do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de abertura, pela Casa, de CPI para investigação da conduta do Presidente da República e do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no enfrentamento da epidemia de coronavírus e seus efeitos. Defesa de paralisação das votações na Câmara dos Deputados, para discussão tão-somente do cronograma de vacinação e da retomada do pagamento do auxílio emergencial.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um momento dramático em que quase 300 mil pessoas já perderam a vida para o novo coronavírus.

Neste momento, em estado gravíssimo, está, aqui na UTI do Hospital Aliança, o ex-Deputado por 20 anos, líder do meu partido, pai de toda uma geração na política, Haroldo Lima.

Como Haroldo, outras centenas de milhares de pessoas estão acometidas por esta doença, uma doença traiçoeira. E o Governo Federal brinca de enfrentar a pandemia. O Governo Federal, através do seu mandatário - um ilusionista, um elemento completamente desqualificado, que jamais deveria ter tido assento onde está -, faz chacota com aqueles que estão sofrendo nos hospitais. Tem a ousadia de imitar um paciente com falta de ar.

A Câmara dos Deputados precisa tomar uma atitude, Sr. Presidente. A Câmara dos Deputados precisa parar a pauta de privatização de Correios, de ELETROBRAS. Precisa parar a tramitação da PEC 32/20, que pretende acabar com serviço público.

Quinhentos empresários e economistas dos mais ricos do País já se posicionaram, mostrando para o Governo Bolsonaro a necessidade de uma atitude.

E ele continua a dizer que não está convencido de que o uso de máscaras faz obstrução à propagação do vírus. Ele não toma uma atitude e constrói uma ficção em relação ao Ministério da Saúde - um Ministro que não saía, outro que não entrava -, até criar um artifício para acomodar o Sr. Pazuello, que não sei que informações traz na bagagem que precisa ser acomodado, se já é um General da ativa.

Tenta-se utilizar a militarização do Governo para amedrontar o País. Professores, intelectuais e Deputados não podem falar vocábulos, porque são ameaçados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara precisa parar para uma emergência nacional. É preciso tomar uma posição, criar uma CPI. O Pazuello precisa ser criminalizado. O Sr. Bolsonaro precisa ser criminalizado, precisa ser detido, por causa da prática desses atos que, infelizmente, pratica contra a vida do povo brasileiro.

Qual é a nossa obrigação? Parar a pauta, Sr. Presidente! É necessário parar a pauta e só discutir cronograma de vacinação, compra de vacina e socorro emergencial. Bote para votar o auxílio emergencial, porque eu quero ver o Srs. Deputados do centro político e mesmo da Direita enfrentarem a massa faminta nos Municípios, porque é assim...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 37/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 24/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Morte do jovem Renan Cardoso por Covid-19, em São Paulo, Estado de São Paulo.
Aproximação da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da doença.
Necessidade de assunção, pelo Governo Federal e pelo Poder Legislativo, do



protagonismo no combate à epidemia de coronavírus. Omissão e conivência da Casa com a tragédia causada pela Covid-19 no País.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, com indignação, eu quero aproveitar este brevíssimo tempo para denunciar a morte de um jovem de 22 anos, o Renan Cardoso, no dia 13 último, na fila de um posto de atendimento em São Mateus, Zona Leste de São Paulo, por falta de um atendimento capaz de salvar sua jovem vida.

Esse, Sr. Presidente, foi um crime de lesa-humanidade, assim como as quase 300 mil mortes causadas pela irresponsabilidade, pela insensibilidade e pela omissão de um Governo e de um Poder Legislativo que não tem assumido o protagonismo que lhe é obrigação. Em todas as graves crises que o País viveu, o Legislativo sempre colocou em primeiro plano parar suas atividades corriqueiras e se centrar no trabalho, na discussão, no diálogo e no enfrentamento dos problemas que puseram em risco a vida do País, a vida do povo, a normalidade democrática.

Sr. Presidente, eu quero questionar o Presidente da Casa e os Líderes das bancadas dos partidos com assento nesta Casa que raia a insensibilidade, a conivência, a omissão e tudo aquilo que é desprezível em quem tem o poder e não o usa em defesa daqueles a quem deve a delegação desse poder. Não dá mais para suportar tanta irresponsabilidade, tanto crime, tanta indiferença em relação ao nosso povo, que está morrendo aos milhares, seja de COVID-19, seja de fome, num País que já se incluiu entre as dez maiores economias do mundo - até menos - e não tem a vontade, a coragem, a determinação, a responsabilidade de dar um basta a tudo isso e salvar a vida do nosso povo.

Sr. Presidente, que o Presidente da Casa e os Líderes de partidos se juntem à sociedade civil organizada para unificar as forças e dizer um basta a tanta morte, a tanto sofrimento, a tanta dor, a fim de que consigamos retomar a vida do País, a vida do nosso povo, a normalidade. De outra forma, o nosso País será riscado do mapa.

(Desligamento automático do microfone.)

Sumário

Indignação com o imobilismo do Parlamento brasileiro diante de deboches, desmandos e ameaças à democracia pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de votação pela Casa tão-somente de matérias vinculadas ao combate ao coronavírus. Necessidade da liberação de recursos ao Sistema Único de Saúde - SUS, e da aquisição de medicamentos, materiais e insumos necessários para o atendimento aos pacientes da Covid-19. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todo dia eu me pergunto o que a sociedade brasileira nos pergunta: o que falta ao Parlamento brasileiro para parar este Governo? O que falta ao Parlamento brasileiro para tomar as medidas necessárias para, de fato, representar a sociedade brasileira? Nós fomos eleitos para isso, mas o que é mais importante do que representar a defesa da vida das pessoas, da sua própria subsistência, da sua possibilidade real de ter acesso aos bens mais fundamentais? O que falta a este Parlamento para elevar o tom?

Este Presidente não perde a capacidade de debochar da sociedade brasileira. Ele não perde a capacidade de tirar das pessoas a possibilidade de viver. Ele vai à Justiça para enfrentar os Governadores e Prefeitos que estão tomando as medidas justas. Ao invés de fazer uma coordenação nacional, ele faz uma descoordenação nacional. Os fascistas fazem isto: pautam-se pelo caos, pela miséria, pela restrição da liberdade. Ele permanentemente ameaça a democracia. Ele, recentemente, falou em estado de sítio, e o que este Parlamento deu como resposta? Nada.

Nós não vamos mais votar matérias que não estejam vinculadas à pandemia. Se não vamos retirar este absurdo teto de gastos, voltemos a discutir o orçamento excepcional. Vamos colocar dinheiro no SUS! Vamos fazer com que comprem os *kits* intubação para os pacientes que estão morrendo nos hospitais!

Imaginem, num momento como este, termos 8 dias entre um Ministro que não saiu e um Ministro que não entrou. Isso é uma brincadeira com o povo brasileiro! E nós não estamos podendo comprar o *kit* intubação porque não há nem compra nem distribuição planejada. Enquanto isso, a indústria espera uma compra planejada e medidas objetivamente concretas para que esses medicamentos e esses materiais cheguem aos hospitais, sejam eles públicos, privados ou filantrópicos.



Este é um Governo criminoso; genocida, sim! Nós precisamos parar este Governo. O que falta ao Parlamento para fazer isso? Falta a compreensão de que nós, de fato, representamos o povo. E o Parlamento precisa ter a compreensão do seu papel. Este Parlamento não está funcionando à altura do seu papel e precisa ter essa compreensão, sob pena de pagar, no processo histórico, com o que ele não faz, com o que ele não representa e como o povo vai enxergá-lo. Portanto, nós não podemos votar nada que não seja referente à pandemia. Precisamos tomar medidas, investigar os crimes de Bolsonaro e fazer o *impeachment* deste Presidente.

Documento 39/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 24/03/2021 --FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento de requerimento de indicação ao Ministério da Saúde para inclusão, nos grupos prioritários de vacinação, de policiais e profissionais do setor de transporte coletivo urbano.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, meu querido amigo Deputado Eduardo Bismarck, começo esta minha fala dizendo que todos os brasileiros são importantes e que todos merecem ser vacinados, mas que infelizmente, por uma inércia do Governo, não temos vacinas suficientes para todos.

Quero chamar a atenção do Governo Federal e do Ministério da Saúde do Brasil para dois grupos específicos, lembrando que todos são importantes.

Refiro-me aos policiais, aos integrantes das forças de segurança pública, e aos trabalhadores do sistema de transporte coletivo. Fizemos um requerimento ao Ministério da Saúde solicitando autorização para que Prefeitos e Governadores possam determinar a vacinação desses profissionais.

Ora, Sr. Presidente, os policiais, sejam eles militares, federais, rodoviários, penais, civis, bombeiros, guardas municipais, não podem fazer *lockdown*, não podem ficar em casa, não podem ter o toque de recolher. Aliás, são eles, os policiais, que fazem cumprir os decretos governamentais. Esses policiais simplesmente não estão sendo vacinados e, de acordo com o Ministério da Saúde, estão na 21ª posição do plano de vacinação. Não é justo que os policiais, que estão nas ruas, que são essenciais, que estão defendendo a sociedade e fazendo cumprir os decretos governamentais não sejam vacinados e estejam sendo contaminados diariamente nas ruas do nosso Brasil.

Fica esse apelo ao Ministério da Saúde e ao Governo Federal, que diz que valoriza tanto os policiais, mas, na prática nesta Casa, não é isso o que ocorre. Esqueçamos a política. Vamos pensar na vida. Vacinação para os policiais já!

O mesmo raciocínio, Sr. Presidente, vale para motoristas e cobradores, que trabalham no setor de maior contaminação pelo vírus no Brasil, que é o transporte coletivo. Esses homens não podem parar. São eles que transportam os trabalhadores que ainda podem ir para as ruas, mas estão na 24ª posição no plano de vacinação.

Portanto, vacinação já para profissionais da segurança pública e para profissionais do sistema de transporte coletivo, motoristas e cobradores!

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e peço que a nossa fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 40/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --HEITOR SCHUCH-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Principais pontos da pauta debatida entre a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e o movimento sindical rural.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro, venho, neste espaço tão importante, divulgar 20 pontos da pauta discutida pela Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, junto ao movimento sindical do Brasil inteiro, em especial o movimento sindical rural.

São temas que dialogam com a sociedade, com o movimento sindical, com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, como também com o Supremo Tribunal Federal, e o próprio Parlamento, tanto a Câmara como o Senado da República.

Começo pelo Supremo Tribunal Federal, quando falamos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, aquela que instituiu o teto de gastos. Nós entendemos que, nesse momento de pandemia, o teto de gastos precisa ser colocado de lado e serem alocados mais recursos nas estruturas de saúde dos Estados e Municípios, nos hospitais, nas casas de saúde, para ajudá-los a dar vazão à grande demanda, muito além do normal. Portanto, eles precisam de mais recursos.

Daqui para frente, trato de questões ligadas e interligadas com os interesses da agricultura e da agricultura familiar, por exemplo, do tema da prorrogação do vencimento dos financiamentos do crédito rural, da suspensão da inscrição dos débitos na dívida ativa e da criação de linha de crédito emergencial para os agricultores familiares.

Lembram-se, Sras. e Srs. Deputados, do Projeto de Lei nº 735, de 2020, que nós votamos, aprovamos e que depois foi vetado pelo Presidente da República? É isso que nós precisamos retomar. Precisamos criar um fundo de equalização e inadimplência, tendo em vista as dívidas decorrentes da seca que ocorreu em alguns lugares e das enchentes que aconteceram em outros lugares, afinal, o Brasil é um país continental. Precisamos liberar recursos para a construção de cisternas para armazenar água nas propriedades. Isso vai ser muito importante para o País inteiro, especialmente para aqueles lugares onde chove menos. Assim também é a liberação do pagamento do Garantia-Safra aos agricultores.

Precisamos retomar o Programa Nacional de Habitação Rural? - PNHR, que é importantíssimo para o desenvolvimento deste País, e com isso garantir o aquecimento e o reaquecimento da economia na área da construção civil. A antecipação do crédito de instalação para assentamentos da reforma agrária e o cumprimento das recomendações de segurança do Ministério da Saúde no tema das agroindústrias, das feiras livres, entre tantos outros temas, também estão postos nesse documento para o qual eu peço, Presidente, a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos de comunicação da Casa. Esses 20 pontos dialogam diretamente com a agricultura familiar do nosso Brasil.

Muito obrigado.

Documento 41/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --MARCON-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vida dos brasileiros diante da epidemia de coronavírus. Urgente necessidade de fortalecimento da infraestrutura hospitalar nos Municípios brasileiros para enfrentamento da Covid-19. Necessidade de vacinação em massa da população brasileira contra a doença viral. Aumento do custo de vida no País. Conivência do Governo Jair Bolsonaro com o caos reinante no Brasil.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui saudá-los e dizer que me inscrevi no dia de hoje

para dizer ao Brasil e ao Rio Grande do Sul o seguinte: o nosso Governo, o Governo Federal, o Governo Bolsonaro virou as costas para o povo brasileiro. E digo nosso porque ele ainda é o Presidente do Brasil.

Ele está muito mais preocupado em manter a pandemia do coronavírus numa disputa ideológica e em manter a sua base do que atender à população. É triste, quando ouvimos aqui no Rio Grande do Sul que uma paciente, mãe de família, teve de ser transferida para outro hospital, e, quando chegou o socorro, a UTI móvel, ela morreu no caminho.

Isso, Sr. Presidente, é porque o Brasil tem um Presidente da República incompetente, que joga com a sorte. Parece que, para ele, quanto pior a situação, melhor é para governar este País; parece que quer a morte. E quem quer a morte é porque já está morto.

Então, nós precisamos urgentemente botar infraestrutura nos Municípios e nos hospitais para atender às pessoas contaminadas pelo coronavírus, que está atacando fortemente em torno de 24 Estados do País. Precisamos atender às pessoas que estão doentes e fazer a vacinação, e não com esta miséria de vacina que está sendo liberada a conta-gotas.

Esta conjuntura é boa só para este Governo, que é um caos, que não quer o ver o povo na rua para reivindicar os seus direitos, como disse o Deputado Heitor Schuch - e a pauta de S.Exa. é também a nossa pauta da reivindicação da agricultura.

Isso tudo é para não ouvir os agricultores nas ruas gritando por política agrícola, por política agrária, por moradia popular, para não ouvir o povo defender o Sistema Único de Saúde, o SUS, com o qual o Governo terminará. E ainda há a questão da educação, da geração de emprego.

Ninguém mais aguenta esse custo de vida, que não dá condições aos brasileiros para comprar alimentos, pagar conta de luz, conta de água, gás de cozinha. Se o povo for para a rua, vai fazer pressão contra o caos desse Governo. É para ele que não interessa a vacina. E a vacina tem que vir para imunizar o povo brasileiro.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar...

(Desligamento automático do microfone.)

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:40

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ÁTILA LIRA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação pela Casa do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. importância de aprovação da propositura para os hospitais universitários.

O SR. ÁTILA LIRA (Bloco/PP - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, na pauta de hoje, nós vamos apreciar um projeto de lei complementar, oriundo do Senado Federal, que visa corrigir a situação das universidades federais que foram criadas ainda no fim do Governo da Presidente Dilma Rousseff. Visa também corrigir a situação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que cuida dos hospitais universitários.

Durante a pandemia, aprovou-se uma legislação que proíbe a criação de novos cargos e funções e a realização de concursos públicos. Acontece que essas instituições estavam numa transição. Essas universidades, que são em número de seis - uma no Piauí, uma no Tocantins, duas em Goiás, uma em Mato Grosso e uma em Pernambuco -, foram criadas a partir de universidades antigas que tiveram o desmembramento de seus *campus*. Portanto, elas precisam dar seguimento às suas ações, com o provimento dos cargos e funções necessários para que elas possam funcionar.

Isso tudo estava no projeto de lei original, mas as alterações na legislação, sobretudo no período da pandemia, prejudicaram essas instituições. Nesse sentido, nós pedimos a atenção de todos para aprovar esse projeto em prol dessas universidades, que têm orçamento já definido.

O Relator do projeto é o Deputado José Nelto. Esse PLP é de autoria do Senador Wellington Fagundes e de todo o Senado Federal, que queria corrigir a situação dessas universidades.

Então, eu peço a atenção dos caríssimos Parlamentares no sentido de verem esse projeto de lei como um projeto que precisa, no meio dessa pandemia, ter uma correção para permitir que essas instituições possam realizar os seus trabalhos, possam prestar os serviços educacionais, sobretudo, no que se refere aos hospitais universitários, que estão na linha de frente no combate à pandemia para enfrentar a COVID.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.



Documento 43/1.178

17.2021.B-Sessão Outro Evento-23/03/2021-16:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 1.021 mortes no Estado de São Paulo, nas últimas 24 horas, em decorrência da Covid-19. Possibilidade de contaminação do solo na Capital São Paulo, diante do excessivo número de sepultamentos. Não divulgação da posse do novo Ministro da Saúde. Registro de 300 mil mortes no País provocadas pelo coronavírus. Atuação desastrosa do Ministério da Saúde no combate à doença viral. Necessidade da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Restrição da agenda da Casa às ações de combate à Covid-19, especialmente quanto à imunização do povo brasileiro. Insistência do orador na abertura da CPI da Saúde.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado de São Paulo acabou de anunciar, agora, na hora do almoço, o número de 1.021 mortes. Hoje as estatísticas vão mostrar, talvez, de 3 mil a 4 mil óbitos por dia no Brasil.

Eu recebi também uma mensagem de WhatsApp de um especialista, que disse que estamos à beira de uma crise funerária aqui na cidade de São Paulo, porque é possível uma contaminação do solo com tantos enterros. Eles estão pedindo a cremação dos corpos. Sr. Presidente. Essa é a gravidade!

Ao mesmo tempo, toma posse clandestinamente o Ministro da Saúde, que foi nomeado 8 dias atrás, enquanto se arrumava um lugar para o General, a fim de que ele não possa ser processado por crime de genocídio, na Justiça Comum.

Na verdade, estamos assistindo a 300 mil óbitos. É um desastre completo do Ministério da Saúde, com seu tratamento precoce, com a não compra das vacinas, com o que eles fizeram ao se negarem comprar vacinas, como a da Pfizer, a Coronavac, a Sputnik. Eles não compraram as vacinas, eles não queriam comprá-las, eles eram contra a vacina. E agora vem o Paulo Guedes dizer que é a favor da vacina, enquanto todo o PIB brasileiro está dizendo: "*Vamos vacinar! O maluco não pode continuar! Assim não dá!*" E isso tudo veio do Banco Central, dos ricos, do Itaú, desses grandes banqueiros.

Ele não liga, não tem empatia, não tem compaixão. Não há luto, não há dor, é psicopata mesmo. Ele precisa ser afastado pelo *impeachment*.

E nós sabemos que a Câmara não pode continuar sendo conivente, não pode ficar silenciosa. A agenda é a pandemia, é a resposta à crise econômica

causada pela pandemia, e não o ajuste fiscal. A agenda é a vacinação em massa e a destituição da inépcia e da incompetência que impedem o tratamento do povo brasileiro. O Chile, que é um país com governo de direita, já vacinou 33% da população, e nós vacinamos 5%.

Por isso, nós queremos insistir: Senador Rodrigo Pacheco, Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara, nós precisamos abrir a CPI da Saúde, investigar, trazer pessoas que praticam crimes contra a saúde pública sob vara. Aqui...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 44/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 24/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PT favorável à votação tão-somente de matérias relacionadas à Covid-19. Apoio do partido à votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, a respeito do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, já havia manifestado para V.Exa. a posição do Partido dos Trabalhadores hoje à tarde, no sentido de que, frente à gravidade que o País está vivendo, o colapso total - passamos a ser o epicentro do mundo na tensão em relação ao coronavírus, na quantidade de mortos, no menor índice de vacinação -, temos não só a total ausência do Governo Federal, do Bolsonaro, como a ação contrária para que o povo possa ter a vacina.

Nesse sentido, Presidente, a nossa posição é muito clara: não podemos votar absolutamente nada que não seja o que for estritamente acordado sobre o tema da COVID. Essa é a nossa posição.

Nós achamos correto que seja chamada uma reunião com todos os Líderes, para que possamos tratar exatamente das ações que vamos fazer junto com os Governadores, junto com a sociedade, pela ausência do Governo Federal nas

ações do combate tanto ao tema da COVID quanto ao tema do renda emergencial, cujo valor que foi mandado para cá é pífio, bem como na proteção ao mundo do trabalho, pelo desemprego que está posto e também pelo preço exagerado que estão os remédios, os combustíveis e a comida.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Bohn Gass, eu só estou consultando para ver se nós temos acordo ou não. Não dá para ficar fazendo discurso. Por favor, V.Exa...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O nosso entendimento é este: que não tenhamos nenhuma votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nenhuma votação hoje?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O projeto que tem a ver com a COVID, dos que foram apresentados hoje, é o Projeto nº 266. Nesse sentido, portanto, nós entendemos, segundo essa lógica, que esse projeto deva ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Projeto nº 266 foi colocado aqui como o primeiro item, Deputado Bohn Gass. Eu estou perguntando...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Achamos que esse projeto p6ode ser votado, mas que não se votem os demais projetos, para exatamente planejarmos outra ação, já que há uma ausência total do Governo Federal em relação ao tratamento tão grave que estamos tendo da COVID no Brasil.

Documento 45/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-16:52

Publ.: DCD - 24/03/2021 --VINICIUS POIT-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio do partido Novo à votação do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), com vista ao aperfeiçoamento do Programa Nacional de Triagem Neonatal - PNTN; e do Projeto de Lei nº 4.554, de 2020, relativo à alteração do Código Penal, com vista ao agravamento dos crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e do Código de Processo Penal, para estabelecimento

da competência dos crimes cometidos pela Internet ou de forma eletrônica, pelo lugar de domicílio ou residência da vítima. Posicionamento do partido Novo contrário à votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO está de acordo com a votação dos projetos que tratam do teste do pezinho e das fraudes e crimes na Internet.

Nós temos uma visão diferente da do Deputado Bohn Gass. O único projeto que não tem a ver com a COVID, porque fala de outros cargos administrativos e, inclusive, de cargos que nós nos comprometemos a não pautar lá atrás, para não haver novos concursos, é o Projeto nº 266. Esse é o único, Sr. Presidente, que infelizmente não estamos de acordo, porque temos algumas obstruções.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - O Projeto nº 266 trata dos cargos da EBSEH, que são importantes, Deputado Vinicius Poit, para que esses hospitais que funcionam dentro das universidades possam funcionar neste momento, em que todos têm que dar um mínimo de contribuição.

Portanto, em nome da política clara de trabalharmos em prol de projetos que ajudam a nossa sociedade, eu peço a compreensão de V.Exa. com relação ao Projeto nº 266, bem como peço a compreensão do Deputado Bohn Gass com relação ao Projeto nº 5.043.

Quanto ao projeto de crimes virtuais, que hoje virou prática neste momento de pandemia, eu achava que ele também merecia, no dia de hoje, antes de fazermos uma reunião amanhã, o estabelecimento de metas, soluções e contribuição da Casa Legislativa, da Câmara dos Deputados, para esse momento de enfrentamento. Seria bastante razoável, mas eu me renderei aos Líderes sem nenhum tipo de pressão.

Eu peço só que avaliem V.Exas. Estou dizendo que essas universidades foram desmembradas, Deputado Vinicius Poit, de universidades já existentes, elas interiorizam. E há um apelo nacional para que essas supernovas universidades, como são chamadas, entrem em funcionamento, justamente dando uma contribuição para que o EBSEH, os hospitais possam funcionar. Essa é uma visão inclusive de todos os setores: de esquerda, de direita, de governo, de oposição. Então, eu peço a compreensão de V.Exa.

O SR. GENERAL PTERNELLI (Bloco/PSL - SP) - Era exatamente isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Com a palavra o Deputado Vinicius Poit.



O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a fala de V.Exa.

Vou falar com a bancada agora. Eu estava pegando aqui algumas informações, porque a Lei Complementar nº 173 já excepcionaliza as contratações pelos hospitais da EBSEERH.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Isso. Inclusive, ela tem previsão desde o orçamento do ano passado.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Se fosse somente o EBSEERH... Mas estamos falando de outras universidades. Eu vou complementar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Não, não. São universidades que foram desmembradas - as supernovas universidades - de universidades já existentes. É mínima a situação de cargos administrativos.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Vou conversar com a bancada, Sr. Presidente.

Documento 46/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao partido Novo e aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vim correndo quando ouvi o Deputado Vinicius Poit falando sobre isso. E V.Exa. esclareceu muito bem.

Nós temos alguns hospitais que foram construídos, estão prontos, mas precisam ser mobilizados junto a essas universidades. Então, solicito ao Deputado Vinicius Poit, ao NOVO e aos demais Líderes porque, com a sua explicação, está muito bem resolvido.

Obrigado.

Documento 47/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-16:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --CACÁ LEÃO-PP -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao partido Novo de votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Apoio à votação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2020, relativo à alteração do Código Penal, com vista ao agravamento dos crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e do Código de Processo Penal, para estabelecimento da competência dos crimes cometidos pela Internet ou de forma eletrônica, pelo lugar de domicílio ou residência da vítima.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Exatamente, Presidente.

Venho fazer um apelo ao Partido Novo, ao Deputado Vinicius Poit, exatamente sobre ao que foi dito por V.Exa.

Eu acho que o impacto é mínimo, e essas universidades federais e a EBSEH precisam funcionar. Acho que é um projeto consensual dentro desta Casa: ele não tem bandeira, não tem cor, é de todos os Parlamentares e tem o apelo de praticamente todos os Estados da Federação.

Então, vamos votar hoje o PL 266. Temos também o acordo para o teste do pezinho. E não vejo nenhum problema, Presidente, em votar também a matéria que trata dos crimes cibernéticos.

Documento 48/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PAULO RAMOS-PDT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apoio do PDT à votação das matérias constantes na pauta. Prioridade da Casa na votação de matérias relacionadas à epidemia de coronavírus. Realização de movimento nacional contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da parte do PDT, não há qualquer objeção para a apreciação hoje das duas matérias elencadas por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Mas é preciso que haja uma compreensão - e sei que V.Exa. a tem - da gravidade vivida pelo povo brasileiro, que precisa do Parlamento, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados.

Não venho a esta tribuna, neste momento, fazer qualquer acusação ao Chefe do Poder Executivo. Mas não é possível, diante de tantas mortes, diante desse sofrimento experimentado pelo povo brasileiro, que esta Casa não compreenda a necessidade de se concentrar única e exclusivamente naquilo que diz respeito à pandemia...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Peço a palavra pelo PCdoB, Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - ...e à questão ligada ao Orçamento. Fora dessas matérias, não convém, fica mal para a Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Paulo Ramos, é justamente isso...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - ...tratar de uma pauta que se distancia do interesse maior do povo brasileiro.

Enfim, trata-se de um esforço muito grande. E nós, do PDT, acreditamos não na sensibilidade apenas do Presidente, mas de todos os partidos em homenagem a superar esse sofrimento.

E amanhã, quarta-feira, é o Dia Nacional de Luta, quando parcela expressiva do povo brasileiro, utilizando todos os meios disponíveis, vai manifestar a sua revolta, o seu descontentamento e o seu desejo de ver o nosso País seguindo outros rumos. Com o atual Presidente da República, com as posições que assume, esse rumo está muito difícil de ser seguido.

Documento 49/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Esclarecimento aos Deputados sobre a participação dos hospitais universitários no enfrentamento da Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, os hospitais universitários, diferentemente do que alguns Deputados estão dizendo, não estão parados. Estão trabalhando no combate à COVID-19 e estão formando profissionais para enfrentar o trabalho nas UTIs.

A EBSEERH é uma empresa de economia mista. Então, não se trata de um concurso, mas de uma seleção pública. Apesar de não ser um concurso público, para nós que queremos hospitais abertos, que queremos que aquele parque universitário do Rio de Janeiro não apareça mais nos jornais porque há leitos, mas não há pessoal, é isso que se vai fazer. Já que hoje a EBSEERH é a responsável pelo gerenciamento de pessoal dos hospitais universitários, nós precisamos garantir que ela ocupe os espaços que estão vazios e com gastos previstos orçamentariamente, em defesa da vida e para o combate à pandemia.

Documento 50/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa brasileira, eu trabalhei muito para a criação do CNPJ das supernovas universidades no Brasil. Foi 1 ano de trabalho em 2019 até ser criado o CNPJ.

Quando nós conversamos sobre este PLP 266/20, Sr. Presidente, V.Exa. foi de um espírito público jamais visto em um Presidente de Parlamento. Nós votamos a criação das supernovas universidades, foi criado o CNPJ delas, mas

essas supernovas universidades não têm como contratar nenhum servidor. O Reitor *pro tempore* faz o trabalho de telefonista, faz o trabalho de chefe de almoxarifado.

Ano passado, foi feito um grande trabalho no Congresso Nacional, no Senado da República, com este projeto do Senador Wellington Fagundes, cujo Relator foi um Senador do Estado de Goiás, meu Estado, o Senador Vanderlan Cardoso, e foi aprovado este PLP no Senado.

Depois de o projeto chegar à Câmara, eu fui designado Relator pelo ex-Presidente Rodrigo Maia, mas não teve como esta matéria ser votada.

Logo na abertura dos trabalhos, nós fizemos novamente uma intervenção mostrando a importância das supernovas universidades do País. Todas têm o curso de Medicina, a formação de que nós mais precisamos neste momento no Brasil. Precisamos de médicos e enfermeiros para cuidar do povo brasileiro nesta pandemia.

Realizamos uma audiência na Presidência da Câmara dos Deputados, conduzida por V.Exa., Presidente Arthur Lira, com a presença do Ministro da Educação, Milton Ribeiro; do Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, General Oswaldo de Jesus; e dos reitores das supernovas universidades. Também estavam presentes a Deputada Professora Dorinha, que representa a educação no Parlamento brasileiro, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação, e outros Parlamentares. Ficou claro para todos os presentes naquela reunião...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado José Nelto, V.Exa. pode liberar o seu microfone aí?

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO) - Sr. Presidente, está liberado?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Está liberado.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO) - Sr. Presidente, há orçamento para que esta matéria seja votada.

O mais importante é o trabalho que está sendo feito pelos hospitais universitários do Brasil. Existem 48 hospitais universitários, todos eles administrados pela EBSEH, que presta um belíssimo trabalho. De 4 mil a 5 mil profissionais estão aguardando o chamado para entrar no dia a dia do trabalho de combate a esta pandemia do coronavírus.

Eu vou passar a ler o meu relatório. Quero pedir a compreensão do Partido Novo e de todos os Parlamentares. Nós estamos votando pela vida neste

momento. Há um clamor de toda a sociedade. O nosso exército de jaleco branco está cansado, Sr. Presidente. Vamos dar a esses novos concursados a oportunidade de serem chamados para entrar na luta, no combate ao coronavírus.

Sr. Presidente, eu vou ler agora o meu relatório.

"O Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes (...), altera o art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 2020, visando explicitar casos nos quais a proibição de contratação prevista em seus incisos IV e V não se aplicaria.

Destaca-se que o PLP 266, de 2020, foi aprovado no Senado Federal, em Sessão Deliberativa Remota realizada em 16 de dezembro deste ano, vindo a esta Casa para revisão conforme previsto no art. 65 da Constituição Federal.

Por ter sido distribuída a mais de três Comissões de mérito, deverá uma Comissão Especial dar parecer à matéria, nos termos do art. 34, II, do RICD.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta (...).

(...)

Diante da gravidade da situação de pandemia causada pela disseminação do coronavírus em território nacional, o Estado Brasileiro se viu obrigado a adotar diversas medidas urgentes para o enfrentamento desse grave quadro, entre as quais se cita a edição da Lei Complementar nº 173, de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARSCoV-2 (COVID-19).

Entre outros pontos, essa lei complementar estabeleceu em seu art. 8º que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de admitir ou contratar pessoal, bem como realizar concurso público, com as exceções que especifica.

Reitera-se. Embora cientes do grave quadro pelo qual estamos passando, não podemos ir de encontro aos ditames constitucionais, especialmente quanto aos direitos fundamentais relativos à educação e à saúde.

Nesse sentido, é meritório e oportuno o projeto ora examinado, na medida em que excepciona os hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH das restrições de contratação de pessoal impostas pela LC 173, de 2020. Ora, essa medida reforça as que já vêm sendo adotadas para o enfrentamento da atual pandemia.

Ademais, entendemos que as seis universidades recentemente criadas" - criadas por este Parlamento, pelo Congresso Nacional brasileiro - "também devem ser autorizadas a preencher os cargos e funções necessários à sua

organização como universidades autônomas criadas a partir essencialmente de *campi* universitários já estruturados por antigas universidades federais."

Esse é o nosso relatório.

Quero fazer um apelo aos Srs. Parlamentares. Em nome da saúde brasileira, em nome da ciência, em nome da educação, pela gravidade da situação que estamos passando, eu peço o voto favorável ao nosso relatório do PLP 266/2020.

Encerro minha fala agradecendo a V.Exa., Presidente Arthur Lira. V.Exa. tem o reconhecimento de todo o povo brasileiro por ter colocado esta matéria em pauta.

Agradeço a todos os Líderes.

Muito obrigado.

Documento 51/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Anúncio da convocação de reunião de Líderes para debate de ações relacionadas à Covid-19. Protesto contra a politização da epidemia de coronavírus. Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, quero começar elogiando sua fala inicial, em que V.Exa. disse que amanhã reunirá os Líderes para tratar do assunto da pandemia e buscar soluções acima de discussões ideológicas, partidárias e eleitorais.

Ninguém aguenta mais a politização que está sendo feita em cima deste tema. Nós precisamos de bom senso, serenidade e responsabilidade. Precisamos de vacinas. Precisamos também olhar para aqueles que estão sofrendo na ponta, seja pelo colapso no sistema de saúde, seja pelo colapso econômico e social que estamos vivendo.

Sr. Presidente, toda vez que falamos sobre gastos públicos, perguntam-nos os eleitores, os cidadãos brasileiros, se em algum momento vamos reduzir as

próprias despesas. Tentamos, no ano passado ainda, propor a redução de salários no setor público, em especial daqueles que mais ganham. Infelizmente, a proposta do NOVO não foi sequer apreciada na PEC do Orçamento de Guerra. Enquanto pessoas estão perdendo o emprego, muitos que estão em *home office* ou até sem o suficiente para trabalhar neste momento de pandemia estão recebendo o salário em dia no setor público.

Portanto, nós somos contra este projeto de lei, que aumenta as despesas públicas.

Deixa-me profundamente decepcionado, deixa-me profundamente indignado ouvir discursos de Deputados que querem aumentar o custo da máquina pública durante a pandemia, e eles argumentam ainda que quem vota contra isso vota contra a vida. Isso é um absurdo! Eu poderia entrar no discurso demagógico e dizer que quem vota a favor disso vota contra aquelas pessoas que, lá na base, hoje estão sofrendo para pagar as próprias contas e ainda precisam pagar as contas que são empurradas para a iniciativa privada pela classe política, pelo Estado. Mas não vou dizer isso. Vou apenas dizer que permaneceremos, até o final, contrários a este projeto, esperando que posteriormente pelo menos o destaque do NOVO seja aprovado, para que os gastos sejam restritos de fato à área da saúde.

É importante lembrar, ressaltar e repetir: os gastos aqui previstos serão permanentes e não serão restritos apenas na área da saúde, como alguns erroneamente estão dizendo. Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 52/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Repúdio aos ataques ao Vereador Rafael Missiunas, da Câmara Municipal de Rio Grande, por declarações a

respeito da conduta do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero encaminhar contrariamente a este requerimento de encerramento, porque, como disse o Deputado Paulão, é uma hipocrisia que tenhamos aqui votado a autonomia do Banco Central, que tenhamos trabalhado e votado a Lei da Cabotagem, que tenhamos feito tantas...

(Intervenção fora do microfone.)

Sr. Presidente, tem um outro Deputado falando ao mesmo tempo em que eu. Não sei o que está acontecendo aqui. Quero que recupere meu tempo, por favor.

Ficamos numa condição de ver que, quando queremos debater sobre universidade, quando queremos trabalhar com universidade, garantir universidade, o NOVO vem usar da palavra para dizer que isso é gasto! A educação é sempre gasto? A educação é sempre descartável? A saúde é sempre descartável? Pois aqui, neste PLP 266/20, nós estamos falando exatamente de universidades. Isso não é gasto, isso é direito da população.

Essas universidades já estão funcionando. Como é possível, a esta altura, com as universidades funcionando, não darmos o suporte adequado a elas, porque elas são no interior do Brasil? Por acaso, os que estão agora querendo votar contra este relatório estão dizendo que no interior do Brasil não é necessário que existam universidades? Isso é parte da discriminação de um Brasil de costas para o seu próprio interior num momento como este.

Por último, Sr. Presidente, também quero me posicionar contrariamente a todos os atos arbitrários que têm acontecido. Ora, a Lei de Segurança Nacional tem sido chamada a qualquer momento. Parlamentares são atacados e agora um professor, Vereador, na cidade de Rio Grande, está sendo atacado, processado, no âmbito da Câmara Municipal de Rio Grande, por dizer, sobre o Presidente Bolsonaro: *"Ele chegou ao poder utilizando arma de fogo como símbolo político. O Presidente afirmou que a pandemia de COVID era uma gripezinha, promoveu aglomerações, foi contra a vacina, foi contra o uso de máscaras. Disse que não era coveiro para falar de mortes"*. O Professor Rafael Missiunas, Vereador na cidade de Rio Grande, está sendo atacado, tem o seu mandato colocado em risco por dizer isso, Sr. Presidente!

Chega de criminalizarem a política, de atacarem a política. Não basta que tentem calar, na frente do Palácio do Planalto, quem abre uma faixa, como uma liderança, um líder como Rodrigo Pilha e outros que o fizeram? É proibido

agora dizer o que faz de errado o Presidente da República? Não, não é proibido. Nós temos a opinião de que há um genocídio, de que Bolsonaro é genocida, e não aceitamos o ataque a Rafael Missiunas.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 53/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Excelência da administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH. Importância da participação dos hospitais universitários no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu fui o Relator da matéria que tratou da criação da EBSEH numa medida provisória. E, naquele momento, o grande questionamento era contrário à criação da EBSEH exatamente no sentido de permanecer a má administração, incompatível, dos hospitais universitários e das maternidades-escolas, que, muitas delas inclusive, tinham várias distorções, desde funcionário fantasma até a compra indisciplinada de materiais e equipamentos. Encontrei, na época, tomógrafo que era comprado por 1,1 milhão numa universidade e era comprado por 700 mil, 500 mil em outra.

Diante disso, nós fizemos todo o enfrentamento e rodamos o Brasil inteiro fazendo o debate. A EBSEH veio, enxugou despesas, racionalizou o trabalho e, hoje, é uma excelência em administração. E, se o Brasil é uma excelência hoje em transplante de coração, isso se deve ao Hospital das Clínicas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Eu peço a compreensão de V.Exa., nós precisamos orientar o processo.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE) - Eu fui o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Dessa?

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE) - Não, da medida provisória que criou a EBSEH.

O Hospital das Clínicas de São Paulo, que é um exemplo de transplante de coração, é da USP. O Hospital Walter Cantídio, da Federal do Ceará, que é uma excelência em transplantes de rins e fígado, é um hospital universitário.

E, neste momento, diante da pandemia e do sofrimento, nós não podemos administrar a saúde pública do País com um balanço de haver ou dever ou com um extrato bancário. Nós temos que ter entendimento do momento que nós estamos vivendo.

Eu tenho todo o respeito pela jovem bancada do NOVO - inclusive meu filho Davi é filiado ao NOVO -, mas temos que entender o sofrimento da população e a importância que são esses hospitais universitários.

Então, diante deste momento triste que o Brasil e o mundo estão atravessando, nós temos que votar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 54/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDAD -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 3.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Defesa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.



O SR. TIAGO DIMAS (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é indiscutível a tristeza do momento por que o País passa.

Acabou de ser divulgada pelo CONASS a notícia de mais de 3.200 mortes nas últimas 24 horas, o que nós lamentamos.

Não há perspectiva ou esperança melhor para o nosso País num futuro próximo, a não ser através da educação.

Eu, que venho do interior, do norte do Tocantins, vejo no sonho de cada jovem a vontade de ter uma vida melhor, e não há forma melhor de atingir esse objetivo, senão através de uma universidade pública federal. E foi exatamente com essa perspectiva que foi criada a UFNT, que, infelizmente, tem essa frustração em relação ao que pode ser aplicado.

Então, é indiscutivelmente necessário que aprovemos uma medida como esta, que vai fazer com que a universidade realmente saia do papel e se torne uma realidade, podendo mudar a vida desses diversos jovens...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 55/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a obstrução das votações do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria lembrar a quem está obstruindo esta

pauta as 300 mil mortes. Eu queria lembrar que acabaram os remédios, mas, mais do que isso, lembro que as equipes estão todas esgotadas.

Nós estamos falando de escolas, de pessoas que se formam e de pessoas que prestam serviços. Os hospitais universitários estão prestando serviços no tratamento à COVID. Estão atendendo diuturnamente. E as universidades estão formando gente para isso.

Esta lógica de que você pode gastar 400 bilhões com juros com o mercado financeiro que não tem problema nenhum, ou de que pode fazer desonerações fiscais brutais, mas não pode contratar, porque o Estado vai precisar ter permanente... Aqui é em defesa da saúde...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 56/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TIAGO MITRAUD-NOVO -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO é contrário ao encerramento da discussão.

Eu acredito - e tenho dito isso desde o início - que o Presidente Bolsonaro é um completo incompetente. Ele é o principal responsável, sim, no Brasil, pelas 300 mil mortes que nós vamos atingir.

Nós estamos há mais de uma semana sem Ministro da Saúde porque o Presidente Bolsonaro está dando um jeito de proteger o Pazuello, assim como, lá atrás, a Dilma já tentou proteger o Lula.

Agora, o entendimento meu e do Partido Novo é o de que este PLP nada tem a ver com o combate à pandemia, porque ele altera Lei Complementar nº 173, de 2020, que...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu fui cortado no meio da orientação. Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Claro! Perdão, deve ter sido um erro do sistema, Deputado.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Perfeito.

Esse PLP busca excepcionalizar a Lei Complementar nº 173, para tirar novas despesas obrigatórias permanentes, algumas delas não relacionadas à pandemia, sendo que a própria Lei Complementar nº 173 já excepcionaliza contratações temporárias na situação de calamidade pública. E, quando forem criadas novas despesas permanentes, como é o caso de algumas das despesas que estão sendo autorizadas com este PLP, o Governo deve reduzir alguma outra despesa permanente.

Então, a aprovação deste PLP é uma demonstração de nossa incapacidade de reduzir despesas obrigatórias e da falta de cuidado com a responsabilidade fiscal deste Parlamento e deste Governo. E essa conta quem vai pagar são as atuais e as próximas gerações, especialmente os mais pobres, que já pagam muito imposto.

Então, o NOVO é contra o encerramento da discussão.

Documento 57/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 3.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.



O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, nós queríamos parabenizá-lo por ter incluído na pauta esse PLP. Neste momento doloroso, com o indicador de mais de 3.200 mortes nas últimas 24 horas, mais do que nunca, precisamos reafirmar a nossa convicção na ciência. E hoje, quando nós fortalecemos hospitais universitários, quando nós criamos universidades, nós demos uma demonstração clara disso.

Quando nós falamos em reafirmar o compromisso com a retomada do crescimento, sabemos que precisamos, sim, de equilíbrio fiscal, mas precisamos cortar onde pode ser cortado: nos supersalários. E o Cidadania há muito tempo preconiza isso. O nosso Deputado Rubens Bueno, insistentemente, tem defendido isso. Não defendemos cortes na saúde, onde é necessário que tenhamos investimento, particularmente, neste momento, razão pela qual nós somos a favor, hoje, do encerramento da discussão e da votação da matéria.

Documento 58/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, são quase 300 mil mortos no País, um País onde o Presidente se recusou a comprar vacinas e deixa faltar *kit* de intubação nas UTIs.

É muito grave o que está acontecendo no nosso País! Quem votar contra os hospitais universitários é porque é favorável a essa matança que Bolsonaro está fazendo com o povo brasileiro. É preciso dar um basta a isso! Por isso, inicialmente, nós havíamos nos posicionado pela obstrução da sessão, até que se discutisse a situação do País, que não tem vacina.

O PCdoB é a favor do encerramento da discussão.

Documento 59/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 24/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós queremos continuar a discussão, até porque estamos chegando a números que alarmam e impressionam o País: mais de 3 mil mortos por dia. São 300 mil almas, 300 mil vidas, pessoas, seres humanos!

E o Brasil é o sexagésimo país em número de vacinas, Presidente. É uma coisa impressionante! Nós estamos perdendo para o Uruguai, para a Argentina, para o Chile! Até para a ditadura de Cuba o Brasil está perdendo! Aliás, há brasileiros fretando avião para ir a Cuba tomar a vacina. Empreendedores, empresários estão fazendo isso, Presidente!

Não dá para permitir que isso aconteça, sem que façamos, com indignação, uma denúncia grave. Nós precisamos de vacinas para salvar o País, para salvar o nosso povo, salvar nossa família, nossa gente!

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 60/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 24/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Classificação do Brasil em 5º lugar no ranking mundial de vacinação contra a Covid-19.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo libera a bancada, Sr. Presidente.

Lembramos, Sr. Presidente, que o Brasil é o 5º País do mundo com o maior número de pessoas vacinadas e também que, em mortos por milhão, é o 22º. Os Estados Unidos da América são o 11º, e o Reino Unido é o 4º em mortos por milhão.

Portanto, o nosso sistema de saúde, com toda a crise de COVID, que é igual em todo o mundo, salvou muito mais vidas, ou perdeu menos vidas, que países desenvolvidos.

Documento 61/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:12

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Protesto contra a tentativa do partido Novo de impedimento da votação da propositura.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vejo o debate e a posição do Partido Novo, e isso me preocupa muito.

O Partido Novo deveria se preocupar, neste momento, com a vida, com um projeto de distribuição de renda para o povo brasileiro, e não tentar impedir a votação de um projeto que irá salvar vidas de milhares e milhares de pessoas, de milhões de brasileiros.

Eu considero a palavra "hipocrisia" muito dura. Hipocrisia, Sr. Presidente, é ver um cidadão brasileiro morrer por falta de oxigênio. Hipocrisia, Sr. Presidente, é ver, neste momento, milhares de brasileiros podendo perder a vida por falta

de *kit* de intubação. Isso me deixa preocupado. Esta é a indignação deste Parlamento, de todo o povo brasileiro.

Não devemos politizar o que está acontecendo no Brasil com a saúde, essa anarquia que virou o Brasil, o descontrole, essa briga entre Governo Federal, Governadores, Prefeitos, empresários. Lamentavelmente, quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil está virando o salve-se quem puder. Isso é muito triste.

Então, vamos buscar um alento à vida, dar oportunidade a esse novo exército de brancos, de generais, de coronéis, de soldados, para que entrem em atividade na luta em favor da vida, a fim de salvar o nosso povo brasileiro.

Eu vou apresentar o relatório aqui, Sr. Presidente.

Passo à leitura.

"I - Relatório

Durante a discussão da matéria, foi apresentada Emenda nº 1, sintetizada no quadro a seguir:

Autor: Deputado Bohn Gass - PT/RS, Deputada Marília Arraes - PT/PE e outros.

Descrição: Dá nova redação ao § 7º do art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, na redação dada pelo art. 1º do PLP 266/2020.

§ 7º O disposto nos incisos II, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo não se aplica aos cargos de direção e funções previstos nas Leis nºs 13.634, de 20 de março de 2018, 13.635, de 20 de março de 2018, 13.637, de 20 de março de 2018, 13.651, de 11 de abril de 2018, e 13.856, de 8 de julho de 2019, ao quadro permanente de que trata a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 e à contratação de pessoal selecionado em concurso público para instituição federal de ensino, homologado em data anterior" - é bom frisar isso - "à publicação desta Lei Complementar.

A presente emenda propõe significativa ampliação das exceções de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

II - Voto do Relator

Considerando o momento atualmente vivenciado, bem como os termos da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, consideramos a inserção de tal dispositivo inoportuna, motivo pelo qual sugerimos a rejeição da emenda.

Pelo exposto, no âmbito da Comissão Especial, votamos pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 1.

E quanto ao mérito, pela rejeição da emenda."

Então, é este o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, queremos agradecer o apoio da Consultoria desta Casa, em especial do Consultor Legislativo Wellington Antunes, pelo seu prestativo assessoramento a esta matéria. Muito obrigado a esse grande servidor público.

Presidente, encerro a minha fala pedindo apoio à ciência, à vida e à saúde do nosso povo brasileiro.

Documento 62/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:16

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Informação ao Plenário sobre as dotações orçamentárias do Ministério da Educação de 2021, a título de colaboração com o debate do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faça a leitura para colaborar com a discussão sobre o PLP 266/20:

Se considerarmos o orçamento de pessoal, no âmbito do MEC, para 2021, de 77 bilhões e 200 milhões, e as despesas previstas para os cargos e funções de seis IFES para 8 meses, de maio a dezembro de 2021, de 100 milhões e 308 mil e 943 reais,

isso, dividido em 8 parcelas de 666 mil reais, equivale apenas a 0,9%. Ou seja, esse valor é atendido na margem de arredondamento da atual dotação orçamentária do Ministério da Educação do Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado por esse espaço.



Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Falta de vacinas contra a Covid-19. Colapso da rede nacional de saúde provocado pela doença. Desconhecimento das razões da adesão do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao plano nacional de imunização. Divulgação de documento assinado por banqueiros, economistas e empresários, favorável à vacinação em massa como caminho para a recuperação da economia. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à Covid-19. Promoção do dia nacional de luta contra as privatizações

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando esta pandemia que, ao que tudo indica, começou na China, chegou ao Brasil, ela já estava alcançando países do Primeiro Mundo, especialmente os da Europa Ocidental. Ao chegar ao Brasil, já estavam sendo conhecidos o seu alcance e os seus efeitos, e a descoberta de uma vacina passou a ser a luta inicial. Também imediatamente houve o convencimento da necessidade da vacinação em massa e, para evitar a contaminação ou para reduzir a velocidade da contaminação do vírus, do isolamento social.

É claro que os impactos na economia seriam decorrentes e até inevitáveis. Se no início da pandemia o vírus foi alcançando as camadas mais favorecidas da população, rapidamente, sem qualquer tipo de distinção, todos passaram a ser alcançados. Mas os efeitos na economia atingiram de forma mais contundente exatamente a camada menos favorecida da população, já que o Brasil é identificado como o país da desigualdade social. São milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, e muitos na linha da pobreza. A pandemia trouxe essa tragédia para a maioria esmagadora da nossa população, e surgiu imediatamente também a necessidade de um auxílio emergencial.

Esta Casa caminhou com a velocidade necessária de modo a reduzir pelo menos os impactos, mas é preciso reconhecer que o Presidente da República não acreditou na pandemia.

E dela debochou, chegando, inclusive, a incentivar a eliminação ou a não aplicação das medidas necessárias pela população: uso de máscaras, lavar as mãos, etc.

Procurou confrontar a pandemia com a economia. Foi sendo derrotado o negacionismo.

Deixou de ouvir os infectologistas, deixou de ouvir a ciência. Virou as costas para a saúde e para a vida da população. E a tragédia foi se acentuando.

Mas é preciso também reconhecer que, na fase em que o Presidente da República se demonstrava ignorante aos alcances da pandemia, ele teve o Ministro Paulo Guedes como seu aliado. O Ministro Paulo Guedes também se associou ao Presidente da República, defendendo a primazia da economia sobre a saúde da população.

Com o passar do tempo, o Ministro Paulo Guedes viu que a pandemia estava incontrollável, porque o Presidente da República não cuidou de tomar as providências necessárias para a compra de vacinas, para que houvesse vacina para vacinação em massa. Hoje temos só o anúncio da compra de vacinas, mas não temos vacinas. Com a disseminação do vírus, a rede de saúde ficou sobrecarregada. Não só não temos vacina, como também não temos os medicamentos necessários para enfrentamento da pandemia. As UTIs estão superlotadas, as pessoas estão morrendo sem atendimento. São 300 mil mortos. Diante de tudo isso, repentinamente, o Ministro Paulo Guedes assume uma posição diferente e passa a defender a vacinação em massa como caminho para salvar a economia, desvinculou-se do Presidente da República.

A razão ainda não é conhecida, mas aqueles que são ainda os grandes beneficiários da economia e vários dos seus aliados... De repente, banqueiros, grandes empresários, economistas que ocuparam cargos importantes na economia brasileira e ex-Presidentes do Banco Central - aliás, o Banco Central, com autonomia agora, aumentou a taxa de juros em 0,75%, de 2% para 2,75%, beneficiando os mesmos banqueiros credores da dívida - agora subscrevem um documento defendendo a vacinação em massa como caminho para salvar a economia. E parece que o fizeram sob a liderança do Ministro Paulo Guedes.

E aí fica minha indagação. Eu, aliás, quando peguei a cópia do documento, primeiro li quem eram os subscritores, os signatários daquele documento.

Quando comecei a ler o documento, eu acreditei piamente que ao final haveria o lançamento da candidatura do Ministro Paulo Guedes, para conflitar com o negacionismo, com a irresponsabilidade do Presidente da República. Não houve esse lançamento.

Agora, o próprio Presidente da República está completamente isolado. Quando a Oposição se manifestava desta tribuna, exigindo a vacinação em massa, exigindo um socorro maior aos mais desvalidos, não só o Presidente da República mas também muitos da base do Governo, desta tribuna, acusavam a Oposição de alarmista e até de irresponsável em relação à economia.

Mesmo aqueles que defendem a política econômica do Ministro Paulo Guedes, o desmonte do Estado, o Estado mínimo, agora, estão verificando que há uma

necessidade urgente da vacinação em massa. E o Presidente da República está acuado! E, mesmo acuado, permanece na mesma trincheira, na trincheira golpista, na trincheira negacionista. Aonde vamos chegar se o próprio Presidente da República deveria ser o primeiro a coordenar o esforço nacional para o enfrentamento da pandemia?

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, em nome da Oposição, para acusar a irresponsabilidade do Presidente da República, para denunciá-la, e simultaneamente para cobrar do Ministro Paulo Guedes um posicionamento mais consentâneo com as responsabilidades que ele deve ter, como líder do Presidente Bolsonaro, na condução da economia.

Quero dizer ainda que amanhã é o dia nacional de luta contra as privatizações, contra o desmonte do Estado, com a chamada reforma administrativa. Amanhã, através de vários mecanismos, de vários instrumentos disponíveis, parcela expressiva do povo brasileiro estará dizendo não às privatizações, não à reforma administrativa e um grande não ao Presidente Bolsonaro. Que ele cumpra a sua responsabilidade como Presidente eleito. Ele deveria estar assumindo uma posição de defesa da saúde.

Documento 64/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:28

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TIAGO MITRAUD-NOVO -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado José Nelto, com quem eu gostaria de dialogar, mencionou em sua fala que neste momento deveríamos estar discutindo compra de oxigênio. Eu concordo que a incompetência deste Governo fez faltar oxigênio em Manaus e está fazendo faltar oxigênio em outros lugares.

Eu pergunto ao Relator: onde há, no seu relatório, qualquer artigo mencionando ou contribuindo para a compra de oxigênio neste País? Não há nenhum artigo relacionado à compra de oxigênio.

O mesmo Deputado mencionou que deveríamos estar preocupados com a falta de *kits* de intubação, que está afligindo os hospitais brasileiros. Eu concordo com o Deputado. É um absurdo o Brasil estar prestes a entrar em mais um colapso, neste caso, por falta de *kits* de intubação.

Agora, qual é o artigo, Deputado, no seu relatório, que prevê alguma medida para favorecer a compra de *kits* de intubação? Não há nenhum artigo neste PLP relacionado à compra de *kits* de intubação. Este é um PLP que não traz nenhuma novidade à legislação brasileira referente ao enfrentamento dessa pandemia que estamos vivendo e que queremos todos combater.

Teríamos combatido melhor se não fosse novamente a incompetência deste Governo, mas não dá para combater incompetência com ineficiência pública para os próximos 20 anos, 30 anos. A única coisa que este PLP faz é permitir o aumento permanente de despesas obrigatórias do Governo Federal que, em sua imensa maioria, nem sequer são relacionadas à área de saúde, como é o caso das universidades que foram desmembradas de outras universidades federais, com o discurso de que não trariam aumento de custos.

Sobre esse discurso de que não trariam aumento de custos, eu vou trazer alguns dados. Só a Universidade Federal de Catalão deve ampliar com este PLP o seu custo em 8 milhões de reais por ano; a Universidade Federal de Jataí, em 7,8 milhões de reais por ano; a Universidade Federal de Rondonópolis, em 15 milhões de reais por ano. As demais universidades, como a do Delta do Parnaíba, a do Agreste de Pernambuco, a do Norte de Tocantins, nem sequer tiveram estimativa de impacto, o que é inconstitucional. Projetos de aumento de despesa deveriam ter estimativa de impacto, mas não têm.

A contratação dos novos profissionais permanentes, não só para combate à pandemia, permanentes devem ser, também não têm nenhuma estimativa de impacto.

Então, é isso que nós questionamos e que não queremos votar, porque não se trata de um projeto de combate à pandemia.

Por isso, requeremos aqui a votação artigo por artigo.

Documento 65/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173,

de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que o Regimento tem previsão legal para que se apresentem requerimentos com o conteúdo apresentado pelo Partido Novo. Agora, na política, não se pode só ficar voltado para a burocracia. Existe o momento que se está atravessando.

Primeiro, esse projeto foi apresentado por um acordo. V.Exa., como Presidente, fez um acordo com os Líderes, apresentando duas matérias. Uma terceira poderá ter consenso ou não; possivelmente não terá. Esta é uma matéria específica para uma contratação para a qual há mais de 2 anos há uma expectativa.

São mais de 40 hospitais universitários. Repito: há estrutura física, há equipamentos, mas, devido ao processo que ocorreu, principalmente na reforma da Previdência, há falta de profissionais, falta de recursos humanos. Então, há vários hospitais universitários, há um prédio de equipamentos, mas falta gente.

Esse projeto vem fazer uma reparação, até porque a Lei Complementar nº 173, de 2020, impedia contratação. Então, ele destrava isso através do Relator, Deputado José Nelto, que fez um relatório com muita competência.

Aí vem o NOVO querendo discutir artigo por artigo, mesmo com base regimental, no sentido de postergar, atrapalhar uma votação sobre profissionais que vão diretamente para o combate à COVID. É uma questão de bom senso neste momento.

Nós já tivemos acordo aqui em outras matérias que não precisavam de tanta prioridade. Essa precisa de prioridade, porque trata da contratação dos heróis e heroínas de jaleco branco da saúde. Nós vamos aumentar esse exército.

Portanto, percebemos uma unidade de ação. O PT faz parte do bloco da Oposição, mas nesse campo não temos o contencioso ideológico, porque defendemos a vida. E neste momento o Partido Novo defende o mercado, o Deus supremo é o mercado. Nós defendemos a vida.

Daí a importância de sermos contrários a esse requerimento, Deputado Arthur Lira.

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta "não" por entender que a Rede EBSEH é uma importante parceira do sistema de saúde do nosso País.

Nesse momento em que estamos vivenciando o aprofundamento da crise sanitária com o aumento do número de mortes, com a falta de leitos de UTIs e com a falta de remédios e de oxigênio, é muito importante que tenhamos essa rede que hoje presta um grande serviço à educação e à saúde pública brasileira, que são os hospitais universitários, reforçada em sua estrutura, inclusive de pessoal.

Nós sabemos que o grande desafio que está posto hoje no enfrentamento à pandemia é a saturação daqueles que estão na linha de frente, médicos, enfermeiros, profissionais da saúde.

É muito importante garantirmos essa oportunidade de contratação de novos servidores, que irão, através da Rede EBSEH, colocar à disposição daqueles que estão hoje sendo vitimados pela COVID uma alternativa de salvar vidas também.

Por isso, o PSB orienta "não".

Documento 67/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 24/03/2021 --IGOR TIMO-PODE -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.



O SR. IGOR TIMO (Bloco/PODE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta "não", Presidente.

Gostaria de fazer uma breve reflexão, de parabenizar o Deputado José Nelto, meu colega de partido, pela relatoria do projeto e de deixar claro que há algumas distorções no que vem sendo dito aqui hoje.

Sou do Estado de Minas Gerais. Hoje de manhã, antes de vir para cá, e ontem, durante todo o dia, percorri vários hospitais para tentar internar um tio, que, por sinal, é Prefeito em nosso Estado. Todos os hospitais estão lotados, Presidente, com falta de materiais, com falta de equipe técnica, e os poucos que há hoje estão esgotados.

Nós temos a consciência de que esse PLP tem, sim, no seu DNA, a contratação de mão de obra para cuidar das pessoas. Se, junto a isso, vier também o reforço na educação, isso é muito bem-vindo ao nosso País. Nós sabemos que educação nunca é demais.

Documento 68/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "não", Presidente. Nós somos favoráveis à matéria.

Eu vi o Partido Novo aqui dizer que não podemos ampliar gastos agora, ainda mais, dizem eles, num momento em que a universidade não está funcionando. Isso é lamentável.

Primeiro, educação e saúde não é gasto; é investimento, é direito do povo. Segundo, quem produz vacina? Quem produz pesquisas para enfrentamento à maior crise sanitária que estamos experimentando? Vai questionar o papel dos hospitais universitários agora, no meio de uma pandemia?



Então, sinceramente, o NOVO de novo não tem nada. Expressa uma política, muitas vezes, antipovo, uma política carcomida nesta realidade dura brasileira.

Obrigada, Presidente.

Documento 69/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Relevância do papel desenvolvido pelos hospitais universitários.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso que os membros do Partido Novo visitem um hospital universitário. Há alguns hospitais novos, mas a maioria deles presta serviços ao Brasil há muito tempo.

É lá que se recita o binômio docente assistencial e se faz assistência da melhor qualidade com ensino e com garantia de formação dos melhores quadros da saúde. É lá que se ensina a multidisciplinaridade em saúde, onde se atendem portadores de doenças tropicais, leishmaniose, AIDS e outras doenças infecciosas, onde se ensina como tratar das hepatites. É de lá que, neste momento, se distribuem os profissionais da mais alta qualidade e gabarito para atender nas UTIs.

Portanto, fazer com que os hospitais universitários tenham o seu plantel integral recolocado não é colocar dinheiro fora da saúde; é colocar dinheiro na saúde integral, porque um hospital não é só feito de maca e soro. É necessária toda uma estrutura.

Por isso, Sr. Presidente, como sou farmacêutica...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 70/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Registro de 3.251 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Minoria também vai encaminhar "não". É inconcebível essa obstrução neste projeto.

Quero dizer que o Painel CONASS informou 3.251 mortes nas últimas 24 horas, um novo recorde lamentável e dramático, e também mais 82.493 casos.

Espero, sinceramente, que esta reunião de Líderes amanhã aponte um novo comportamento do Parlamento brasileiro, aponte resoluções para o enfrentamento da pandemia, diante de insatisfações de tantos setores no País, não só de economistas de todas as ideologias e pessoas de setores empresariais, financeiros, mas também, principalmente, do povo brasileiro e dos profissionais de saúde.

Essa obstrução não serve, porque a EBSERH orienta os profissionais para a saúde, para a pandemia. É isso que nós estamos votando neste momento.

Obrigada, Presidente.

Documento 71/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:48

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda de Plenário, com parecer contrário, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, ressaltados os destaques.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, também vota a favor do acordo que foi feito aqui, na expectativa de que este acordo, a partir da reunião do Colégio de Líderes que vamos fazer amanhã, possa reposicionar o debate que está sendo colocado aqui dentro do Congresso Nacional.

Nós temos a preocupação de que a pauta desta Casa, da Câmara e também do Senado Federal, tenha como foco, neste momento, o enfrentamento à COVID.

O que a população brasileira espera do Congresso Nacional neste momento é resposta às demandas que nós temos de vacina, ampliação do processo de vacinação do povo brasileiro, de acesso a leitos de UTI, de acesso a insumos e medicamentos que garantam proteção à vida das pessoas, de respostas que falem para a necessidade de reposicionamento do quadro de pessoal daqueles que estão na linha de frente da pandemia.

O Congresso precisa, mais uma vez, dialogar com a sociedade brasileira e focar no enfrentamento à pandemia.

Documento 72/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TIAGO MITRAUD-NOVO -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda de Plenário, com parecer contrário, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, ressaltados os destaques.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO vota "não" também, Presidente.

Só quero informar a alguns Parlamentares que disseram que tenho que conhecer a realidade das universidades federais brasileiras que eu já visitei mais de 50 *campi* de universidades federais brasileiras ao longo dos últimos 10 anos, 15 anos. Trabalhei 10 anos com universidades federais, aqui no Brasil, e conheço muito bem essas universidades, conheço os hospitais universitários e conheço também a administração pública.



Nós poderíamos, se quiséssemos realmente criar condições para enfrentar a pandemia, incentivar a EBSEH e seus hospitais a fazerem contratações temporárias para o enfrentamento à COVID, que é o que a Lei Complementar nº 173, de 2020, já permite, e não votar matéria aqui que onere os próximos 30 anos, 40 anos, 60 anos da população com despesa permanente, abrindo novos concursos públicos, mesmo com toda a calamidade fiscal do Brasil.

O NOVO orienta "não".

Documento 73/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda de Plenário, com parecer contrário, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, ressaltados os destaques.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta "sim".

Nós entendemos que é preciso reforçar os hospitais universitários no momento mais difícil da vida nacional, no momento em que o Presidente da República não se preocupa em garantir vacinas para a população, no momento em que há gente morrendo na UTI por falta de *kits* de intubação, no momento em que há muitas pessoas na fila procurando uma vaga para a UTI.

Então, nós precisamos organizar os hospitais universitários.

O relatório não está exatamente da forma como nós gostaríamos que estivesse, mas é muito importante não perdermos essa oportunidade de apoiar os hospitais universitários.

Documento 74/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Baixa vacinação dos brasileiros contra a Covid-19. Importância da valorização dos profissionais da saúde, da ciência e da vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós temos que, nesta hora de pandemia grave que estamos vivenciando, valorizar os nossos hospitais, os profissionais de saúde, os médicos, a ciência, todo o aparato, todas as circunstâncias, dar todo o apoio necessário, o aporte de que eles precisam, que merecem, de que necessitam para dar respostas. Nós já demos respostas. O Brasil já deu, Presidente. Na pandemia do H1N1, em 90 dias de vacinação, vacinamos 80 milhões de brasileiros, Presidente. Por quê? Porque havia uma iniciativa do Governo, o interesse pela ciência, os profissionais de saúde eram valorizados, respeitados, a vacina foi adquirida. Agora, em 66 dias de vacinação, Presidente, vacinamos 12 milhões de pessoas. Na pandemia do H1N1, daquela gripe, chegamos a vacinar, num dia só, 10 milhões de brasileiros, Presidente.

Então, é importante que digamos: valorizemos os profissionais de saúde, a ciência e a vida.

Documento 75/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-18:56

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Está certo, Presidente. Muito obrigada.

Gostaria de, nesta noite, parabenizar a Presidência desta Casa por ter inserido a discussão deste projeto de lei e ter garantido esta votação.

Não é possível nós ainda ouvirmos que educação é gasto neste País. Não há contratação de médicos em hospital universitário se não houver reitor, se não houver coordenador, se não houver técnico, se não houver auxiliares.

Eu quero abraçar a Universidade Federal de Rondonópolis, aqui do meu Estado, o Relator deste projeto de lei, o ex-Deputado Ságuas Moraes, o Senador Wellington Fagundes, autor do projeto que ora estamos a votar aqui na Câmara dos Deputados, o Relator José Nelto, porque estamos dando "sim" à educação, à saúde e à vida.

Não podemos deixar de cumprimentar a todos os que abraçam a *(falha a transmissão)*.

Muito obrigada.

Documento 76/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Supremo Tribunal Federal de anulação de condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Aplausos à Suprema Corte pela suspeição do então Juiz Federal Sérgio Moro na condução de processos envolvendo o ex-Presidente da República. Prejuízos causados à empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e à economia nacional pela Operação Lava-Jato. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa, pelo PT, de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais,

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o Brasil acompanhou hoje a votação no Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal acaba de decretar que Lula é inocente e que Moro é suspeito.

Sim, Lula não foi julgado no processo da Lava-Jato pelo Juiz Sergio Moro, Lula foi um perseguido político, de forma ilegal. Temos hoje o final. Acaba hoje uma das maiores farsas da história judicial mundial e a maior farsa do Judiciário brasileiro. Lula emerge, digno, enorme, inocente, porta-voz da nossa esperança, e Moro conhece o que mereceu, em sua ganância e vaidade: a vergonha, a pequenez e o esquecimento. Lula é inocente. Essa é a decisão do Supremo, hoje, ao considerar a suspeição de Moro.

A crise sanitária que nós estamos vivendo hoje, a crise econômica e a afronta à democracia têm muito a ver com a Lava-Jato e com a ação de Moro. Eu tinha preparado para hoje exatamente uma fala que mostra as implicações econômicas e intersetoriais da Operação Lava-Jato, um estudo que a CUT solicitou ao DIEESE que mostra o prejuízo para a economia brasileira e os

empregos, mas, antes de falar disso, preciso dar esta notícia para o Brasil: Lula é inocente. Ele não só teve anuladas as condenações que foram injustamente, de forma persecutória e parcial, feitas pelo ex-Juiz Sergio Moro, mas também agora, além de estar livre, Lula está elegível e Lula é inocente.

Eu vou falar do maior escândalo judicial do mundo, da operação que era para ser contra a corrupção, mas que se transformou numa operação política. Eu vou falar, sim, da Lava-Jato, e serei direto.

Para condenar corruptos, não era necessário destruir a PETROBRAS, mas foi isso o que a Lava-Jato começou e que o Governo Bolsonaro está terminando de fazer - destruir a PETROBRAS.

Corrupção empresarial existe, sempre existiu em empresas privadas e estatais. Infelizmente, existiu também na PETROBRAS. Mas essa não é uma exclusividade brasileira, nem nesse período. Samsung e Volkswagen, agora, e tantas outras, em outras épocas, em outros países, estão aí para comprovar o que eu estou dizendo.

Bem, mas quando se descobrem desvios, o que se faz? Pune-se o corrupto e o corruptor com o rigor da lei. Mas notem: em outros países, a Justiça pune os responsáveis, sem quebrar as empresas, porque são as pessoas, e não as empresas que cometem crimes. No Brasil, também é assim, ou era, porque não foi assim com a PETROBRAS e a Lava-Jato. Intoxicados com a chance de destruir o PT e Lula, os agentes da Lava-Jato cumpriram o roteiro de destruição da PETROBRAS e das empresas a ela relacionadas e acabaram causando um resultado desastroso para a economia nacional, que agora começa a ser medido por um profundo estudo do DIEESE encomendado pela CUT. Segundo esse estudo, que está aqui, a Lava-Jato foi responsável pela destruição de 4 milhões e 400 mil empregos no Brasil. A forma espetacular das denúncias e o modo leviano com que se apresentavam as suspeitas, nem sempre comprovadas, levaram à desmoralização e à destruição da imagem das empresas, inclusive paralisando suas atividades. Foi uma exposição sem precedentes para as marcas e para a credibilidade dessas empresas, a tal ponto que o Brasil perdeu, conforme esse estudo, 173 bilhões em investimentos, só naquele período. Esse montante, Deputados e Deputadas, é 40 vezes maior do que os valores que a Lava-Jato anunciou ter recuperado. Eu falei 40 vezes maior.

Então, senhoras e senhores, a grande mentira da Lava-Jato foi ter feito parecer que estava limpando o Brasil, quando, na verdade, só estava criando um ambiente de interesses, para que aqueles que sempre estavam no Poder pudessem voltar ao Poder, tirando do Governo a Presidenta Dilma e impedindo Lula de ser candidato.

Com Lula e Dilma, a PETROBRAS estava no centro de um projeto de desenvolvimento nacional, um projeto que desenvolvia tecnologia, que fomentava novas empresas e que dava resultados. Nos Governos do PT, a produção de petróleo cresceu 73%, enquanto a média mundial não passou de

12%. Com mais produção, expandia-se o refino, reforçava-se a infraestrutura de gás e energia, crescia o universo dos biocombustíveis e consolidava-se a rede de fornecedores nacionais. O Brasil retomava a indústria naval, fabricava navios, barcos, plataformas, sondas e muito mais.

Setores como metalurgia, logística, engenharia, eletroeletrônica batiam recordes, e isso gerava milhares de empregos. A política era: tudo o que a PETROBRAS puder construir no Brasil será construído no Brasil.

Ora, isso contrariava diretamente os interesses do grande capital e de quem a ele sempre serviu, e o PT sempre foi obstáculo para esses entreguistas. Então, não havia outro jeito: era necessário golpear o PT, tentar destruí-lo. Foi aí que os interesses da Lava-Jato, da Direita e do capital internacional se combinaram. Eles tentaram de todas as formas destruir o PT e o seu projeto, que necessariamente passava por uma PETROBRAS forte. Mas agora essa sanha falso moralista está cobrando a sua conta. O estudo do DIEESE nos revela o tamanho desse estrago.

A Lava-Jato subtraiu 3,6% do PIB nacional e fez com que o Estado brasileiro deixasse de arrecadar 47,4 bilhões em impostos. A Lava-Jato reduziu a massa salarial do País em 85,8 bilhões de reais. Feita do jeito que foi, a Lava-Jato destruiu o capital produtivo nacional nas áreas de óleo e gás, a engenharia naval, a engenharia pesada e a construção civil e, principalmente, a Lava-Jato foi fundamental na construção e difusão do discurso de que a PETROBRAS era uma empresa corrupta, por ser estatal, integrada e monopolista. Notem: era um discurso que servia perfeitamente aos interesses internacionais e que se contrapunha ao modo como o PT comandava a empresa.

A Lava-Jato também ajudou a viabilizar gestões neoliberais e privatizações, exatamente como está acontecendo agora, quando se vê a maior empresa do País esquartejada pelo Governo Bolsonaro. E não se trata apenas da PETROBRAS. Isso está acontecendo também com a ELETROBRAS, está acontecendo com os Correios - as privatizações estão em todos os discursos -, com a Empresa Brasileira de Comunicação, em todas as áreas. Está sendo tirada do potencial brasileiro a sua soberania.

No caso específico que nós estamos agora debatendo, a necessidade de vacinas, a necessidade de recursos para atender as pessoas que estão morrendo neste momento no Brasil - e o Brasil passa a ser o epicentro da crise da COVID em âmbito mundial -, nós poderíamos, pela PETROBRAS, no caso específico, pela FAFEN, no Paraná, que foi privatizada, inclusive ter produção, com adaptação industrial, de oxigênio, de que as pessoas precisam para respirar. Nós poderíamos ter conteúdo nacional, para desenvolver empregos aqui no Brasil. Mas nada disso está se fazendo neste Governo.

Por isso nós estamos fazendo esta denúncia. Estamos comemorando, sim, esse resultado, de o Supremo Tribunal Federal considerar o Lula inocente, quando as anulações das condenações já tinham acontecido, e, ao mesmo tempo, o Moro suspeito.

Nós vamos reforçar as mobilizações sociais - e amanhã é dia de mobilização das entidades sindicais, das centrais sindicais, da CUT, que apresentou esse estudo mostrando a parte nefasta da Lava-Jato para a economia e para o emprego no Brasil -, mas, mais do que isso, vamos estar aqui. Foi exatamente esta a cobrança que o Partido dos Trabalhadores fez: que esta Casa não vote absolutamente nada. Não podemos ficar achando normal a situação de 300 mil pessoas mortas no Brasil, de 3 mil vidas ceifadas a cada dia. Isso não é normal! Nós precisamos de ações rápidas, urgentes, porque o que Bolsonaro está fazendo não é só não ajudar, para que as pessoas mantenham sua vida, mas também é impedir, com uma política totalmente genocida...

Por isso nós dissemos aqui, sim, que o Presidente é genocida, porque ele está fazendo com que se colabore e se coloque o Brasil no maior desastre, na maior crise sanitária, na maior crise econômica e no maior combate à democracia neste momento. Então, nós vamos estar, sim, a exigir que esta Casa, junto com os Governadores...

Eu quero fazer uma referência especial ao Governador Wellington Dias e aos demais Governadores do PT no Nordeste, que criaram consórcios, na ausência do Governo Federal, puxaram a frente, para buscar vacina, para ter equipamentos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Vou encerrar, Presidente.

Nós estaremos aqui cobrando ações desta Casa, já que temos uma ausência, uma política ao contrário do Presidente genocida, para que tenhamos, sim, vacinas, para que tenhamos recursos no Orçamento - porque hoje também estão cortados - para as áreas de educação, ciência e tecnologia e saúde, e para que possamos ter outro programa de renda emergencial, não com esse valor pífio que foi enviado para cá, fazendo-se ainda um ajuste fiscal. Não. A bancada do PT já apresentou projeto: são 600 reais para as pessoas, até o fim da pandemia - não são esses valores pífios mandados agora, com esse ajuste fiscal. Mais do que isso, lutaremos contra o aumento de preços exagerado dos medicamentos, da comida e do combustível.

Então, viva Lula! Viva a decisão! Lula é inocente! Moro é suspeito! Volta a esperança ao Brasil!

Estaremos com os movimentos sociais.

É a saúde do povo e a vida do povo que precisam ser prezadas.

Sumário

Proximidade de alcance do patamar de 300 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Comportamento negacionista do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Conveniência de instalação de CPI para investigação dos crimes cometidos pelo Presidente da República durante a crise sanitária. Imediata imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu queria chamar a atenção para a seguinte questão: já são quase 300 mil mortos por COVID no Brasil, e dizem os cientistas e os pesquisadores que esse número pode subir muito mais a partir de julho. Isso quer dizer o quê, Sr. Presidente? São 300 mil cadáveres no colo do Presidente Bolsonaro. Bolsonaro é o único Presidente de país a se recusar a comprar vacinas e também o único Presidente de país que tem demonstrado ser aliado do vírus.

Vejamos: o Presidente Bolsonaro entrou com ação no Supremo Tribunal Federal para derrubar decretos adotados por Governadores com o objetivo de reduzir a circulação do vírus em cada Estado. O que fez o Presidente Bolsonaro? Entrou na Justiça para derrubar essa decisão. Se isso não é ser aliado do coronavírus, então eu não sei mais do que se trata.

Sr. Presidente, eu pergunto a todos: até quando esta Casa, a Câmara dos Deputados, vai assistir, calada, sem tomar decisão, sem abrir uma CPI, aos crimes cometidos contra a humanidade, contra o Brasil pelo Presidente Bolsonaro?

Nós queremos vacina! Todo mundo se pergunta todos os dias em que dia e a que horas vai tomar a vacina, e o Presidente Bolsonaro continua se comportando como aliado do coronavírus. É inaceitável, Sr. Presidente, num país como o nosso, que fabrica tantas vacinas, onde a população é conhecida no mundo inteiro como aquela que toma vacinas, que estamos assistindo ao mundo inteiro tomar vacina, menos nós, porque o Presidente Bolsonaro se recusou a comprá-las.

Agora ele tenta dar uma de bonzinho, agora ele tenta reunir os Poderes, agora ele quer mudar algumas coisas no País, achando que com isso vai melhorar os

índices, inclusive para sua campanha, porque Bolsonaro só se preocupa com isso. Aliás, o Presidente Bolsonaro, com o argumento de se voltar à normalidade, como se fosse possível voltar à normalidade, foi desbancado e desmoralizado pela carta dos economistas. Os banqueiros escreveram uma carta - mesmo tardia -, dizendo que era preciso salvar a economia, e só será possível salvar a economia cuidando do País, cuidando da população.

Então, o Presidente Bolsonaro foi desmoralizado quanto ao argumento dele de que era preciso voltar à normalidade. Não é possível voltar à normalidade quando há 300 mil mortos, quando se fala em ter meio milhão de mortos até agosto!

É dolorido...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 78/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-19:36

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Proximidade de alcance do patamar de 300 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro, diante da epidemia de coronavírus. Necessidade de adoção, pelo Congresso Nacional, de pauta exclusiva para enfrentamento da doença viral. Apoio à criação de CPI para investigação das responsabilidades do Governo Federal durante a crise sanitária. Defesa de aprovação de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu acho que todas e todos nós estamos já cansados de falar de mortes. Mas não estamos em momento de normalidade no Brasil - não estamos! Esta Casa também não pode atuar como se estivéssemos vivendo uma normalidade. São quase 300 mil pessoas, famílias enlutadas, vítimas da COVID. Na verdade, são vítimas de um Governo, de um Presidente que, infelizmente, tem atuado com

uma política de morte. É vergonhosa a campanha do Presidente da República, que é, sim, responsável direto pela dor das famílias em luto no Brasil. É vergonhosa a campanha aberta, em rede social e também no Judiciário, contra o isolamento, contra o *lockdown*, ao invés de o Presidente garantir a possibilidade de as famílias, no momento de alta dos alimentos, no momento de alta da inflação, colocarem comida à mesa com um auxílio emergencial digno.

É lamentável que há 8 dias estejamos sem saber direito quem é ou não é o Ministro da Saúde. E aquele que em breve deve ser o novo Ministro da Saúde diz que a política de saúde não é com ele, mas com o Governo Bolsonaro, que é o que tem operado a cruzada antivacina, feito aglomeração, questionado o uso de máscara, defendido o tratamento precoce - que, como já comprovado, promove morte de pessoas.

E aí temos que olhar para dentro de casa. Nesse cenário de dor, nesse cenário escandaloso, em que falta leito, em que falta vacina, em que falta *kit* intubação - o Governo não planejou a compra desse *kit* -, em que falta emprego, em que há dor nas famílias, qual é o papel do Congresso? Qual é o papel dos Parlamentares da República brasileira? Nós estamos diante de um genocídio, porque isso é, sim, um genocídio! Aliás, eu queria lamentar a perseguição que o Governo está fazendo, apropriando-se dos servidores da Polícia Federal. O Presidente é chamado do que ele é, genocida, e está operando e contribuindo para uma política de morte. Não há outro nome, diante da tragédia que estamos vivendo.

E qual é o papel do Congresso?

Votamos a autonomia do Banco Central no meio de uma pandemia; votamos a Lei do Gás no meio de uma pandemia; votamos PECs a toque de caixa - como a PEC 186/19, que destrói direitos de trabalhadoras, como enfermeiras, técnicas de enfermagem, auxiliares de enfermagem - no meio de uma pandemia. Não é possível seguirmos agindo com normalidade e, mais do que isso, operando uma pauta antipovo. Quem é conivente com o genocídio, com a política de morte, precisa mudar o rumo.

Esta Casa é um apelo para qualquer um que defende a democracia, seja da Esquerda, da Direita, de qualquer lugar. Quem tem apreço pela democracia, pelo povo brasileiro, precisa ser mais firme em relação a este momento, precisa ser contundente em relação a este momento. Isso significa passar a votar, nas próximas semanas, apenas pautas que digam respeito ao enfrentamento da pandemia: vacina, insumos, auxílio. E também abrir imediatamente uma CPI para investigar e responsabilizar a política de morte do Governo Bolsonaro.

É preciso que paremos de esconder, desde já, sei lá onde, os mais de 70 pedidos de abertura de processo de *impeachment* nesta Casa. É preciso interromper o Presidente Bolsonaro, pela vida do povo. O Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados têm responsabilidade nesse quadro.

Documento 79/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-19:40

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Restabelecimento do Estado Democrático de Direito com o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da suspeição do então Juiz Sérgio Moro na condução de processos contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato. Caráter genocida do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje se faz justiça. Hoje o Estado Democrático de Direito, que estava cindido, estava sendo açoitado, recompõe-se, quando se atesta uma parcialidade que já vinha sendo demonstrada por vários fatos, que vestiu toga e que decidiu o processo eleitoral em 2018.

Nós estamos vivenciando o resultado de uma fraude: Jair Bolsonaro, o genocida.

Eu ouvi, de forma muita assustada, a fala do Líder do Governo, que dizia que não há tantas pessoas mortas. É como se estivesse tudo bem. Aliás, ele disse que a situação no Brasil é confortável. Entretanto, só nas últimas 24 horas foram mais de 3 mil mortes!

É preciso estancar esse processo genocida que está em curso no Brasil e, ao mesmo tempo, a crueldade que se expressa inclusive no Governo do Distrito Federal, que durante a pandemia provoca o despejo de população de rua.

Documento 80/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:00

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento supressivo da expressão aos cargos de direção e funções previstos nas Leis de nºs 13.634, 13.635, 13.637 e 13.651, de 2018; e 13.856, de 2019, e, constante no § 7º, art. 8º, da Lei Complementar 173, de 2020, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 266, 2020, sobre a alteração

da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas de Covid-19 no Brasil.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos contrários ao destaque do NOVO, votamos "sim" ao texto.

Eu pediria agora a V.Exa., com todo o respeito, que autorizasse a realização de minuto de silêncio, porque houve no Brasil, em 24 horas, o registro de mais de 3 mil mortes causadas pela COVID.

Quero que este tempo seja usado por esta Casa para prestar solidariedade às famílias que perderam entes queridos seus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Um minuto de silêncio, referente às vítimas da COVID no Brasil!

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PAULÃO (PT - AL) - Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção.

Documento 81/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Constatação, pela Procuradoria-Geral da União - PGU, do registro de vacinação de pessoas falecidas no Estado do Ceará. Necessidade de investigação do caso pelo Ministério Público em conjunto com a Polícia Federal.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabei de receber a informação de que a Controladoria-Geral da União - CGU constatou que houve no nosso Estado, o Ceará, o registro da vacinação de 252 pessoas que, na realidade, estão mortas. Isso é lamentável. Isso é de uma tristeza profunda. Isso requer que

investigação seja feita pelo Ministério Público, pela Polícia Federal. Registraram a aplicação de vacinas em pessoas que já faleceram. Isso faz com que pessoas que precisam da vacina para sobreviver não sejam vacinadas.

Agora mesmo recebi o clamor de uma pessoa, a D. Ivone, de Itapipoca, que está precisando de hospital, mas o Hospital Regional de Itapipoca já não tem condições de atendê-la. O mais lamentável é que, entre as cidades nas quais doses de vacina foram ofertadas a pessoas que, na realidade, já morreram, está, em primeiro lugar, Fortaleza, a Capital do Estado, e, em segundo lugar, a cidade de Paracuru.

Eu clamo no sentido de que a Polícia Federal...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 82/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TIA ERON-REPUBLICANOS -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas à Deputada Estadual Tia Ju, do Rio de Janeiro, presente no plenário. Saudações a servidoras da Câmara dos Deputados. Solidariedade aos familiares do Vereador Irmão Lázaro, da Câmara Municipal de Salvador, falecido em decorrência da Covid-19. Saudação à Deputada Distrital Tiana Silva, do Republicanos.

A SRA. TIA ERON (Bloco/REPUBLICANOS - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu peço licença para, se for possível, retirar a máscara. Assim, o que vou falar ficará mais audível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pois não, considerando que não há ninguém perto de V.Exa. Dessa forma se respeita o que foi recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

A SRA. TIA ERON (Bloco/REPUBLICANOS - BA) - Obrigada.

Agradeço muitíssimo ao nobre Deputado Vinicius Carvalho, do Estado de São Paulo, que me concedeu o tempo da Liderança do partido. Trago ao Deputado um carinho especial da Bahia.

Cumprimento o Deputado Hugo Motta, o Líder dos Líderes no Bloco do Republicanos. Eu tenho muito orgulho de estar participando com ele de vários projetos relacionados ao mês das mulheres.

Cumprimento ainda, Sr. Presidente, o nosso querido Presidente Marcos Pereira, que, ontem, juntamente com a Deputada Rosangela Gomes, trouxe a Deputada Tia Ju, também do Rio de Janeiro, uma Deputada Estadual aguerrida, defensora dos direitos da mulher, que abrilhanta com sua presença o plenário hoje.

Obrigada, Deputada, por ter saído do seu Estado e ter vindo aqui dizer a todas nós que vai estar chorando com aquelas que choram e vai estar se alegrando com aquelas que se alegram.

Deputada, a sua fala de ontem me tocou profundamente, porque deixou claro o seu compromisso e o seu espírito cristão ao ressaltar o conceito de sororidade. Eu sei que a sua sororidade não é seletiva, eu sei que a sua sororidade considera, de fato, aquilo que tem em sua essência. Parabéns! Seja muito bem-vinda. As mulheres republicanas, representadas pela Deputada Aline Gurgel, do Amapá, pela Deputada Maria Rosas, do Estado de São Paulo, por mim e, sobretudo, pela Deputada Rosangela Gomes, abraçam-na, aceitam-na e vão estar ao seu lado no que precisar. Eu sei, Deputada Tia Ju, que o seu Estado está em festa. Eu sei que as mulheres republicanas da Nação brasileira entendem que, sobretudo pelas suas mãos e pelas boas mãos de Deus, o trabalho dessas mulheres vai crescer e avançar, conforme a ordem e a determinação do Presidente Marcos Pereira.

Sr. Presidente, quero destacar que, de volta a esta Casa, eu me deparei, Deputada Aline, Deputada Rosangela, com uma equipe de mulheres. Eu me refiro principalmente a Carla Santos, que hoje está à frente da segurança no plenário. Ela é uma funcionária que atua na Casa há mais de 22 anos. Trabalhou nas Comissões e hoje está à frente da segurança no plenário. Cumprimento o Presidente Arthur Lira por esse ineditismo no plenário da Câmara Federal. Cumprimento ainda as mulheres do Cafezinho. Integram uma espécie de time de futebol, como disse o nobre colega, um time que nos tem servido diuturnamente com tanto carinho e dedicação. Mariele é a gerente. Um abraço a Mariele e a toda a sua equipe do Cafezinho!

Sr. Presidente, destaco a minha satisfação de estar vendo V.Exa. conduzir nesta noite os trabalhos, de maneira pacífica, a votação de matérias, o debate feito pelos colegas, inclusive por aqueles que estão participando virtualmente da sessão.

Agora eu me solidarizo com a família do ex-Deputado Federal e Vereador da cidade de Salvador, o nosso Irmão Lázaro, que teve a vida ceifada pela

COVID-19. V.Exa. autorizou que fosse feito hoje, nesta sessão, minuto de silêncio. Eu gostaria muito que fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil* esta minha fala, em que expresso nossos sentimentos à família de Irmão Lázaro, por essa perda irreparável. Estendo esses sentimentos às demais famílias que têm perdido entes queridos.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento, dizendo que existem mulheres valorosas no Partido Republicanos. Eu não poderia deixar de fazer um registro especial, de demonstrar aqui o meu carinho a Tiana Silva, uma mulher nordestina que tem conduzido uma bancada de 32, 33 Deputados Federais, entre os quais estão quatro mulheres. Ela tem dado espaço a essas mulheres Parlamentares e tem garantido a promoção de direitos.

Obrigada, Tiana Silva. Sei que está assistindo a esta sessão.

Aqueles que estão no chão de fábrica, Sr. Presidente, é que de fato empunham essa bandeira e fazem com que venham a valer todas as atividades que existem em torno do Partido Republicanos.

Obrigada, Presidente.

Documento 83/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:28

Publ.: DCD - 24/03/2021 --VITOR HUGO-PSL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Postagem pelo orador em seu twitter de homenagem póstuma ao Senador Major Olimpio. Orientação de bancada na votação do requerimento supressivo da expressão aos cargos de direção e funções previstos nas Leis de nºs 13.634, 13.635, 13.637 e 13.651, de 2018; e 13.856, de 2019, e, constante no § 7º, art. 8º, da Lei Complementar 173, de 2020, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 266, 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, para mim é uma honra ser confundido com o Senador Major Olimpio. Embora eu discordasse dele em relação a várias pautas do Governo, mantive contato com ele aqui. Inclusive, fiz uma homenagem a ele no Twitter, em virtude da nossa relação sempre cordial neste plenário.

Presidente, em relação a este destaque, quero fazer referência especialmente a duas universidades de Goiás: a Universidade Federal de Catalão e a



Universidade Federal de Jataí. A manutenção do texto vai permitir que essas duas universidades tenham vida real. Elas já foram desmembradas da Universidade Federal de Goiás, e os reitores não tinham possibilidade de fazer minimamente a administração. Nós somos contrários ao aumento do Estado, mas é importante compreender o momento que essas instituições vivem.

Entendo que há divergência dentro da bancada. O PSL a liberou.

Torço para que consigamos dar sobrevida a essas universidades, que, tenho certeza, vão ajudar muito o desenvolvimento do interior do nosso Estado.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 84/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma aos 3.251 brasileiros falecidos nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Necessidade de adoção pela Casa de ações enérgicas de combate à epidemia de coronavírus. Homenagem à Universidade Federal de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso. Atraso na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de ação da Câmara dos Deputados pela retomada do auxílio emergencial e pela reversão da crise da área de saúde. Inconsistência de acusações contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Presidente Eduardo e todos os pares que nos acompanham.

Quero agradecer ao Líder da Minoria, Deputado Guimarães, e todos os partidos da Minoria pela concessão deste espaço de fala.

Eu gostaria de trazer para a nossa reflexão e para homenagear as 3.251 pessoas que tombaram nas últimas 24 horas no Brasil, vitimadas pela COVID, um texto de Cora Coralina, no qual ela diz:

Não sei... Se a vida é curta

Ou longa demais pra nós,

Mas sei que nada do que vivemos



Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:

Colo que acolhe,

Braço que envolve,

Palavra que conforta,

Silêncio que respeita,

Alegria que contagia,

Lágrima que corre,

Olhar que acaricia,

Desejo que sacia,

Amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,

É o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela

Não seja nem curta,

Nem longa demais,

Mas que seja intensa,

Verdadeira, pura... Enquanto durar

A perda de tantas pessoas todos os dias parece que está se naturalizando. É como se olhássemos uns para os outros e, no final da noite, esperássemos um número. Esse número dói quando essa pessoa está na nossa casa, está na nossa família, está no nosso entorno.

Muitos de nós ainda não passamos por isso, quiçá não passaremos. Mas muitos passarão esta noite a chorar pelo ente que perderam.

E a Casa Parlamentar, a Casa Legislativa, a Casa do Povo, a Câmara dos Deputados ainda não se debruçou sobre essa tragédia que se abateu sobre o País.



Eu vejo ainda pessoas dizerem que nós já vacinamos tanto quanto outros países, sem fazerem o cálculo percentual. Qual é a porcentagem de vacina no Brasil e nos demais? Não é um número. O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes. Os nossos vizinhos têm muito menos. Então, Sr. Presidente, é muito dolorido chegar ao final da noite e saber o número de perdas - hoje é maior que ontem e amanhã será maior que hoje.

Depois, temos o pós-COVID, o pós-pandemia. Pessoas, companheira Erika Kokay, saem do hospital e, 20 ou 30 dias depois, falecem de problemas renais e de problemas cardíacos. E nós aqui ficamos discutindo o que vamos gastar se nomearmos os reitores das novas universidades criadas.

Faço questão de homenagear a universidade federal do meu Estado, a Universidade Federal de Rondonópolis, parabenizar o Senador Wellington Fagundes, parabenizar o ex-Deputado Ságuas Moraes, que foi Relator do processo de criação dessa universidade. Temos que saber que lutam diuturnamente para fazerem aquela universidade funcionar, relacionada com a universidade sediada no Município de Cuiabá, a universidade sede, e as pessoas não têm a compreensão de que essa é uma nova instituição de educação a formar brasileiros e brasileiras. Os recursos investidos nessa instituição são do povo brasileiro: não são gastos, são investimentos.

É por isso que cada pessoa que tomba porque lhe faltou um médico, faltaram os equipamentos necessários... Aqui Mato Grosso hoje tem mais de 200 pessoas numa fila e se discute se se antecipam feriados ou não se antecipam. O Governador consulta a Assembleia, um Deputado não concorda, porque ainda não doeu, não perdeu, não entendeu o que está acontecendo no Estado brasileiro.

Os nossos componentes da Mesa Diretora da Casa com certeza, portando-se como estadistas, amanhã farão encaminhamentos para que o Brasil tenha em torno de si um elo que gerencie a situação grave que está acontecendo em nosso País. Estamos soltos! Não há conexão!

Hoje uma irmã falou de um irmão que está entubado. Ele ouvia o Presidente da República e tomou o *kit* do chamado tratamento precoce. Ele tomou cloroquina. *"Dizíamos que não fizesse isso, falávamos para ele, mas ele dizia que era a orientação: se o Presidente tomou, ele também tomaria"*. Ontem falei com a Deputada Silvia Cristina, a nossa companheira do PDT de Porto Velho, para que ela desse um socorro a essa família desesperada, com o irmão intubado no corredor de uma UPA.

Então nós estamos aqui chorando junto com este País pelo atraso da vacina, pelos não contratos, por tudo que não fizemos enquanto gestores neste País. E agora peço a esta Casa: não temos como trabalhar entre lágrimas. Vamos trabalhar de 6 horas da manhã à meia-noite se for necessário, mas para dar condições de vida ao povo brasileiro, para o auxílio emergencial, para não deixar faltar oxigênio e insumos nos hospitais, para autorizar que médicos formados fora do País que estão aqui parados possam atender o nosso povo.

Nós não podemos deixar essa tragédia continuar e sermos Deputados, representantes do povo. Isso dói demais!

Alguém falou: "*Deputada, o que a senhora pode fazer?*"

E aqui eu apelo aos 513 representantes desta Casa, independentemente da filiação partidária: nós podemos fazer muito, sim; nós podemos apoiar as discussões que as centrais sindicais farão no dia de amanhã; nós podemos pedir ao Presidente Lira que coloque uma propaganda nacional para orientar a população. Que nós, juntos, passemos a não dar sinais invertidos para o nosso povo! Nós representamos as pessoas, e elas confiam em nós.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que, apesar da tristeza deste dia, hoje vimos que foi feito um pequeno reparo nas rachaduras que a Lava-Jato provocou na democracia brasileira. O Presidente Lula ficou 580 dias preso. E vejo Deputados jovens, inclusive, participantes dessa história mais recente do País, chegarem aqui e dizerem: "*O Presidente Lula é ladrão!*" Essa fala tem muito peso.

Eu fico a observar. O Presidente Lula mora, há mais de 30 anos, no mesmo apartamento em São Bernardo do Campo. O Presidente Lula foi acusado de ser sócio ou dono de um sítio, comprovadamente o dono mostrando a escritura, a posse, colocando o sítio à venda. Mesmo assim, ficam repetindo coisas como se fossem verdades.

Os 580 dias em que esteve preso, com certeza, não serão repostos na vida dele, mas tenho certeza de que, no seu âmago, o Presidente Lula hoje respira aliviado. Ele tem um coração enorme. Ele é um homem do perdão, do diálogo e da paz. Com tudo o que a Lava-Jato fez, ninguém viu que foi retirado da conta do Presidente Lula nenhum centavo. Ele não devolveu nada, porque a Justiça não encontrou o que poderia ser devolvido ou ressarcido aos cofres, ao Erário brasileiro. Ninguém comprovou nenhuma situação em que o Presidente Lula estaria diretamente envolvido.

Em todos os governos há problemas. Não vamos negar que nos governos do PT houve problemas, em todos os governos. Sobre o Presidente Lula, a pessoa dele, as pessoas próximas a eles, inventaram todas as coisas, mas ninguém provou nada.

Hoje é um dia da vitória do direito, das garantias individuais, do respeito à democracia brasileira. E, para o que houver de problema neste País com relação às pessoas serem desonestas, este País tem legislações para passar sempre isso a limpo, legislações criadas no Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Cito a legislação que deu autonomia à Polícia Federal, ao Ministério Público, capacidade de investigação. Nós não somos favoráveis, a bancada do Partido dos Trabalhadores e grande parte dos Deputados desta Casa, com certeza, não são favoráveis a nenhuma desonestidade. Elas devem ser punidas.

Por o Presidente Lula ter a história de vida que tem, por ser um homem trabalhador e um homem simples, haja vista sua história desde o seu nascimento, a elite brasileira, covardemente, achou que poderia jogar lama na sua história. Mas hoje a verdade está vindo à tona.

E quero aqui me congratular com o Ministro Gilmar Mendes, do Estado de Mato Grosso. Não é petista, nunca foi próximo de petistas, como já foi acusado, e, verdadeiramente, fez um voto dignificando o STF.

E eu fico muito feliz, porque, quando a verdade é dita, quando a verdade é julgada, o povo brasileiro, o povo mais simples se sente contemplado.

Que amanhã tenhamos uma reunião de Líderes sensata, encaminhadora para esta Casa!

Muito obrigada.

Documento 85/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-20:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana; ao Secretário de Saúde, Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho, o Dr. Cabeto; e ao Prefeito Municipal de Fortaleza, José Sarto, de adoção de providências a respeito de denúncias de irregularidades no processo de vacinação contra a Covid-19.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Peço minhas escusas, minhas desculpas ao povo brasileiro. Esse fato lamentável está ocorrendo no Estado do Ceará.

A Controladoria-Geral da União (CGU) no Ceará tem, até o momento, 1.447 registros de ocorrências de pessoas suspeitas de terem se vacinado indevidamente no Estado contra a COVID-19. São 21 casos de pessoas vacinadas que constam como falecidas no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Sistema Único de Saúde (SUS); 1.290 que teriam recebido mais do que duas doses da vacina; e 136 "pessoas expostas politicamente" (PEP) - Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e, até mesmo, Deputados Federais.

Esse é o trecho do jornal *O Povo*, on-line, que acabei de receber e que o jornalista Donizete Arruda também está denunciando.



Presidente, isso é muito grave. Isso precisa de apuração e de punição. Nós não podemos deixar passar isso em vão. É um desrespeito aos mais de 300 mil brasileiros que já vieram a óbito por causa dessa doença. É um desrespeito a milhões de brasileiros que estão à espera, numa fila de hospital, de acesso a um tubo de oxigênio. É um desrespeito aos milhões de profissionais da saúde no Brasil que ainda estão esperando pela vacina.

E esses fura-filas, essas pessoas que usaram do seu prestígio pessoal, ou simplesmente por um equívoco, por uma postura que não é compatível com o momento que o Brasil está atravessando, usufruem do poder para vacinar, manipulando as informações prestadas ao Ministério da Saúde e ao Governo no Estado do Ceará.

Diante disso, eu peço ao Governador Camilo, ao Secretário de Saúde, Dr. Cabeto, e ao Prefeito José Sarto que tomem providências urgentes para punir essas pessoas.

Documento 86/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:04

Publ.: DCD - 24/03/2021 --TEREZA NELMA-PSDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Registro de 3.200 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 266, 2020, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Dificuldades impostas ao combate à epidemia de coronavírus, pela falta de gerenciamento nacional de enfrentamento das crises sanitária e econômica. Empenho da Câmara dos Deputados na aprovação de medidas de combate à Covid-19. Baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a doença viral. Pedido ao Ministério da Saúde de inclusão de portadores de deficiência, de pessoas com neoplasias malignas e de quilombolas em grupos prioritários de vacinação.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, este é um momento muito importante das nossas vidas, porque hoje batemos mais um recorde. Mas não foi um recorde positivo, foi um recorde muito negativo: mais de 3.200 mortes em 24 horas. Assim, chegamos a um total de quase 300 mil mortes em nosso País.

O dia de hoje é um misto de alegria e tristeza. A alegria é por termos aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2020. Tenho certeza de que isso vai ajudar muito esses profissionais que serão contratados para combater a



COVID nos hospitais e vai beneficiar as novas universidades. No entanto, também sinto uma tristeza muito grande, porque hoje perdi um parente, um integrante da minha família, esposo da minha prima, que tinha 46 anos. Vejam só: na quarta-feira, ele sentiu os sintomas; na sexta-feira, foi internado; ontem, foi entubado; e hoje, às 8 horas da manhã, faleceu. Ele tinha 46 anos e deixou a esposa e os dois filhos totalmente atordoados.

Quero aproveitar este momento e dar um abraço virtual, afetuoso e fraterno em Poliana e, também, em Camila e Luiz Fernando, que são os filhos de Adolfo, que hoje nos deixou.

Sr. Presidente, a ausência de um gerenciamento nacional de enfrentamento à crise sanitária e econômica, com ações coordenadas e conjuntas de todos os entes federativos, causa maior dificuldade no combate à pandemia.

Governadores e prefeitos se esforçam para manter medidas duras, mas, infelizmente, necessárias para conter o avanço da transmissão. Estamos perdendo vidas. A economia não consegue se recuperar. Não conseguimos ainda a agilidade necessária para a imunização dos grupos de risco e menos ainda do restante da população.

Na Câmara dos Deputados e Deputadas, nós, inclusive a bancada feminina, avançamos em pautas estratégicas para garantir o mínimo de condições para que a população atravessasse este momento tão difícil, com o auxílio emergencial garantido em dobro para as mulheres chefes de família e com a lei específica para enfrentar essa grande mazela do mundo atual que é a violência doméstica contra a mulher. Também temos lutado incansavelmente para aprovar medidas visando criar totais condições para que as compras de vacinas, insumos e medicamentos sejam realizadas de forma urgente, como se faz necessário.

Temos de estabelecer um calendário nacional mais claro e rápido. Até agora, no Brasil, apenas 12 milhões de pessoas foram vacinadas com pelo menos uma ou duas doses contra a COVID-19, o que corresponde a 5,8% da população do País. Não cobrimos nem os grupos prioritários ainda.

Como Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência, encaminhei um ofício ao Ministério da Saúde, à época da divulgação do Plano Nacional de Imunizações, solicitando a inclusão de pessoas com deficiência como grupo prioritário. O Ministério da Saúde atendeu o nosso pleito, mas até o momento o grupo não foi imunizado por motivo de falta de vacina. O único Estado que já iniciou a imunização dos deficientes foi o Piauí, por conta de uma lei estadual.

Também sugeri ao Ministro da Saúde que incluísse nos grupos prioritários da vacinação as pessoas com neoplasias malignas, que são os pacientes com câncer - eu sou uma paciente oncológica, não fui vacinada, respeito a fila e estou esperando o momento chegar, acredito, em abril -, que estão com a

imunidade mais frágil e apresentam taxas de mortalidade até sete vezes maior quando infectados pela COVID.

Recentemente, eu também indiquei ao Ministério da Saúde a imunização, como grupo prioritário, dos povos quilombolas.

Até o último dia 16, o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello havia anunciado o acerto com a Pfizer e com a Johnson, que fornecerão, até dezembro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode concluir, Deputada.

V.Exa. precisa ativar o microfone novamente e terá mais 1 minuto para concluir.

A SRA. TEREZA NELMA (Bloco/PSDB - AL) - Espero que o novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, confirme o compromisso de vacinar imediatamente todos os grupos prioritários e acelere a imunização, que vem sendo feita a passos de tartaruga até o momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vacina já para todos os brasileiros!

Documento 87/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:20

Publ.: DCD - 24/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com vista ao aperfeiçoamento do Programa Nacional de Triagem Neonatal - PNTN, (teste do pezinho ampliado). Apelo ao Ministério da Saúde por celeridade no processo de vacinação dos brasileiros contra a Covid-19.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumprimento o Deputado

Dagoberto Nogueira pela brilhante ideia e também parabenizo a Deputada Marina Santos pelo belíssimo trabalho desenvolvido.

Eu defendo, neste encaminhamento, a aprovação deste projeto de lei, que tem como Autores, além do Deputado Dagoberto, o Deputado General Peternelli e vários Deputados. Eu vi a relação. São encabeçados logicamente pelo Deputado Dagoberto, do Mato Grosso do Sul, que brilha aqui nesta Casa.

Defendo este projeto porque ele vai possibilitar que seja pago pelo Sistema Único de Saúde o rastreamento de diversos tipos de doenças, através do teste do pezinho. Hoje são feitos 6 tipos de rastreamento. Vão passar a ser 53 tipos de rastreamento, o que vai favorecer a saúde das crianças que irão nascer, que terão a felicidade de ter, de forma precoce, o diagnóstico de doenças que poderão desenvolver no futuro e que poderão ser tratadas de uma forma mais barata, de uma forma mais saudável, de uma forma mais confortável.

Portanto, eu parabenizo os Autores do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020. Sou favorável a ele e o encaminho de forma positiva.

Aproveito este tempo que me resta, Sr. Presidente, para dizer que estou muito preocupado com a demora da vacinação. Olhei, há pouco, no *site* da FIOCRUZ, um estudo que eles divulgaram que diz que o SARS-COV-2, causador da COVID-19, está gerando novas linhagens virais em nosso País. Inclusive, eles pegaram material em sete Estados, um deles o Estado do Maranhão, Estado que aqui represento.

Essas modificações, as chamadas variantes, podem ser imunes à neutralização, ou seja, até mesmo aquelas pessoas que já foram vacinadas podem correr risco de contrair a COVID-19, em função dessa mudança, dessa nova geração de outras linhagens virais que está acontecendo no Brasil. Isso nos preocupa demais. Isso nos preocupa muito.

Portanto, chamo a atenção do novo Ministro da Saúde. Sei que ele é competente, conheço o trabalho dele e sei que ele irá atender as determinações do Presidente para que a vacinação ocorra da forma mais célere, da forma mais rápida possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 88/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:24

Publ.: DCD - 24/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário



Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com vista ao aperfeiçoamento do Programa Nacional de Triagem Neonatal - PNTN, (teste do pezinho ampliado). Baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Inconsistência de acusações contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Natureza política de condenações impostas ao líder petista no âmbito da Operação Lava-Jato. Comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este projeto é absolutamente importante, porque aumenta a triagem para detectar precocemente uma série de patologias.

Aqui no Distrito Federal, nós já tivemos o aumento da triagem para incorporar outras patologias. Nós temos hoje um teste que identifica por volta de 44 patologias. Este projeto vai além e, portanto, é absolutamente fundamental. O diagnóstico pode ser a diferença entre a vida e a morte. Aqui no Distrito Federal, com o aumento do escopo das doenças a serem triadas, nós tivemos a redução da mortalidade de crianças.

Alguns podem argumentar, porque alguns precificam a vida. Alguns acham que investir na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH é custo para o País. Acham que investir em universidades, que concentram as pesquisas, também é um custo. A Universidade de Brasília tem mais de cem ações direcionadas ao combate à COVID-19, em pesquisa, em extensão. Não se pode precificar a vida. Mas, ainda que consideremos o custo, nós vamos ver que as doenças que são identificadas precocemente custam muito menos, custam por volta de um quinto do que se gastaria para enfrentar doenças que não são detectadas com tanta rapidez e tão precocemente.

Portanto, sob nenhum ponto de vista é possível questionar esta proposição que aprovaremos neste momento, pois vai possibilitar não apenas a diferença entre a vida e a morte, mas também o enfrentamento de patologias, a fim de dizermos que criança e adolescente são prioridades absolutas, como prevê a nossa própria Constituição, essa Constituição que está sendo todos os dias açoiada por aqueles que querem calar os opositores, como nós estamos vendo neste Governo, e que está sendo açoiada no direito à saúde da população brasileira. Dizer que o Brasil está vacinando muito é negar que nós temos menos de 6% da população vacinada, com um plano de imunização que já tem mais de 2 meses. Dizer que o Brasil está bem é negar a dor das pessoas que estão morrendo e de seus entes queridos.

Aliás, o negacionismo talvez seja contagiante, porque ouvi alguém aqui dizer que Lula tem um triplex, que Lula tem um sítio. Lula não tem triplex. Todas e todos sabem disso. Lula não tem um sítio. Todas e todos sabem disso. Também sabem e viram que Lula foi condenado sem provas, apenas por convicção de quem achava que podia usar a toga para definir o processo eleitoral. Nós escutamos um procurador dizer: *"Venha para cá prender o*

Lula!" As negociações foram feitas para que o ritmo da Operação Lava-Jato fosse ditado pelos ritmos eleitorais, para que o Brasil vivenciasse hoje a dor de ter Jair Bolsonaro, um genocida, na Presidência.

Documento 89/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 24/03/2021 --SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto ao resultado da reunião dos Presidentes dos Poderes da República, para discussão de medidas de enfrentamento da Covid-19.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu serei muito breve. Quero só fazer um apelo ao Sr. Presidente da República e, naturalmente, ao Presidente Arthur Lira e ao Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco.

Está programada para amanhã uma reunião entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, o Procurador-Geral da República e alguns Governadores envolvidos nessa pauta. Esperamos que amanhã seja apresentado algo ao Brasil de forma objetiva e concreta. Estamos vivendo um momento dramático de crise sanitária e de crise econômica. Eu espero que este não seja apenas um ato institucional, mas que saíamos com a carta programática para o Brasil, com um calendário de vacinação e com uma agenda para a retomada do crescimento no País.

Era o registro que eu queria fazer na noite de hoje, Presidente.

Documento 90/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:40

Publ.: DCD - 24/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Falecimento de 3.000 pessoas no Brasil nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Alcance da marca de 300 mil mortes no País provocadas pela doença viral. Baixo número de brasileiros vacinados contra o coronavírus. Necessidade da aquisição de

maior quantidade de imunizantes pelo Governo brasileiro. Apelo ao Ministério da Saúde por convocação de médicos formados no exterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dizer que hoje, para nós, no Brasil, é o dia mais triste de nossa história. Em um só dia o Brasil perdeu mais de 3.000 pessoas, que foram a óbito por conta da pandemia do coronavírus. São almas, são vidas, são famílias, enfim, são pessoas que tinham suas atividades, que queriam e poderiam viver - e viveriam muito mais -, mas foram levadas pela pandemia. E isso ocorreu muito por conta do jeito como o Brasil está enfrentando, ou melhor, deixando de enfrentar essa questão da pandemia.

Estamos chegando a 300 mil mortos. É uma coisa impressionante! É verdade - e o Presidente Bolsonaro disse - que o Brasil é o quinto país no mundo em número de vacinados, mas, absolutamente, este não é o número que traduz a realidade da verdade nua e crua do nosso drama no que diz respeito à vacina. E é por isso que o Presidente levou o maior panelaço da história, dentre todos os Presidentes do nosso País.

Vejam bem que, percentualmente - e é o que demonstra a realidade nua e crua -, somos o País de número 60, em termos de vacinação. Perdemos para os nossos vizinhos do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Panamá... E nós perdemos para países que não têm a expressão da grandeza do Brasil, porque só vacinamos 12 milhões e 700 mil pessoas.

Para se ter uma ideia do equívoco, Presidente, quando da gripe provocada pelo vírus H1N1, em 2010, o Brasil, em 90 dias, vacinou 80 milhões de pessoas. Em apenas 1 dia naquela campanha de vacinação - a campanha do Zé Gotinha -, o Brasil vacinou 10 milhões de pessoas, porque tinha interesse em vacinar, tinha gente para ser vacinada, gente com vontade de vacinar, gente com vontade de receber a vacina e tinha vacina.

Agora, Presidente, tem gente querendo se vacinar, tem gente querendo administrar a vacina, mas o que falta é a vacina, porque falta, efetivamente, Governo.

A vacina está chegando a conta-gotas, devagar, quase parando. E vamos, com isso, contabilizando mortes, mortes e mortes.

Nos países onde a vacinação foi antecipada, o número de mortes foi reduzido drasticamente.

Na mesma linha, Sr. Presidente, é importante que paremos com essa falsa dicotomia da saúde com a economia. Os dois andam juntos. É verdade que a saúde é mais importante nesta hora, mas sabemos que a economia é relevante. Uma interdepende da outra. Se você é empresário e quer a sua



atividade bombando no mercado, clame por vacina, pressione por vacina. Se você é banqueiro, economista, faça o que vocês estão fazendo: vacina. Aliás, fizeram um ato bonito. Até o próprio Paulo Guedes disse que quem vai salvar a economia, o emprego e a renda é a vacina. Pois, se você sabe disso, então clame por vacinas. Se quiser o seu bar e o seu restaurante abertos, cheios de gente, pressione por vacinas; lojas cheias de gente, academia, o pessoal malhando, hotel, férias, balada, praia, viagem, enfim, escolas, vacina, vacina. Morto, Sr. Presidente, morto não compra, morto não vende, morto não bebe, morto não viaja, morto não chega a lugar nenhum. É por isso que nós precisamos da vacina.

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um apelo ao Ministério da Saúde: que chame os médicos formados no exterior. São quase 20 mil jovens médicos formados. E o Brasil precisa desses médicos. Muitos deles, 4 mil deles já exercitaram a medicina no Brasil, no programa Mais Médicos - já praticaram, já exercitaram a medicina. E os nossos profissionais de saúde estão estafados, estão cansados. Nós podemos, com essa mão de obra qualificada à nossa disposição, aproveitar, Sr. Presidente. O povo pede, o povo precisa, o povo merece. Os médicos e as médicas querem trabalhar, precisam trabalhar.

Nós precisamos, de norte a sul, de mais médicos, de mais profissionais da saúde. E temos no Brasil. É um preconceito inaceitável. Aqui no Rio Grande do Sul os jovens médicos entraram na Justiça - em Canoas, em São José do Norte e na cidade de Rio Grande -, e a Justiça até deu guarida, mas, em grau de recurso, acabaram perdendo.

Qual é o problema, Sr. Presidente? Nós temos médicos formados! Nós precisamos desses profissionais qualificados - nesta hora, mais do que nunca! Agora, mais do que antes, quando nós tínhamos o Mais Médicos, nós precisamos, porque a pandemia está batendo em cada uma das casas.

Mais médicos, mais médicas, mais profissionais de saúde, para desafogar essa angústia! E vacina, Sr. Presidente! Vacina, vacina, vacina, vacina!

Documento 91/1.178

26.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-23/03/2021-21:44

Publ.: DCD - 24/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Falta de vacinas contra a Covid-19 no contexto mundial. Importância do tratamento precoce contra o coronavírus. Existência de interesses subjacentes na politização da epidemia de coronavírus. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.821, de



2019, sobre a inclusão da política nacional de práticas integrativas e complementares em saúde no campo de atuação do Sistema Único de Saúde - SU.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos nós queremos vacina. Todos nós acreditamos que é possível realmente imunizar a população brasileira e mundial.

Eu procurei informações no mundo, que estão aí para serem vistas por quem quiser - depois vou dizer as fontes.

Vacinação em Portugal: 7%, a primeira dose. Se você somar a segunda dose, dá menos de 3%. Lentidão e denúncias de irregularidades. Quem será o culpado em Portugal pela falta de vacinas? Japão: passos lentos na vacinação.

Falta vacina e faltam seringas no Japão. Foram administradas 30 mil doses até agora, no Japão! A Itália, na semana que vem, fechará tudo, após a segunda onda, porque as vacinas atrasaram. A França vive uma humilhação por não ter vacinas. Reduziu os investimentos e não tem vacina. E a população francesa é a que mais rejeita a vacina no mundo. Na União Europeia há muita desconfiança da vacina, há problemas de distribuição das diferentes vacinas. A Alemanha era o exemplo, mas fracassou, perdeu a batalha para a COVID. A Merkel, que era a grande poderosa, foi ouvir os técnicos e cientistas e fechou tudo, e não deu certo. O Canadá, país que mais adquiriu vacinas, ficou sem a distribuição dessas vacinas, está atrasado. Cento e trinta países não têm vacina, precisam da ajuda da ONU, que sugere, para que diminuam as desigualdades, um plano mundial - 130 países não têm vacina! Dez países administram 75% das vacinas. E o Brasil está em quinto lugar no *ranking* de vacinação no mundo.

Quem é o culpado na Alemanha? Quem é o culpado na França? Quem é o culpado na Itália? Quem é o culpado em Portugal, no Japão? Quem é o culpado em 130 países que não têm vacina? As informações são do *G1*, *BBC News*, *Deutsche Welle* e *MAG Capital*. São informações que eu considero confiáveis sobre a situação das vacinas no mundo.

Ninguém consegue inventar vacina e sair vacinando a população. Quem são os culpados nesses países? Esse vírus não é um vírus brasileiro, é um vírus mundial. Então, nós precisamos ter bom senso nesta hora.

Eu vi agora há pouco se aprovar um projeto que defende o tratamento precoce para doença detectada no Teste do Pezinho. Há tratamento precoce para doença detectada no Teste do Pezinho, há tratamento precoce para o câncer, para a AIDS, para o Parkinson, para o Alzheimer, mas não para a COVID. No Brasil, 2.500 médicos receitam o tratamento precoce para os pacientes, e com resultados fantásticos, mas infelizmente muitos negam esse tratamento,

querem que as pessoas morram, que vão para a UTI, querem realmente somar o obituário.

Por favor, tem-se que fazer prevenção da COVID! E a prevenção se faz com práticas integrativas e complementares em saúde, com ioga, com meditação, com ozonioterapia, se faz com arteterapia, com homeopatia, com musicoterapia, com acupuntura, com medicina ayurveda. Faz-se prevenção tratando as pessoas com prática complementar.

Não querem que fale "tratamento precoce"? Eu falo "tratamento inicial". Qual a doença no Brasil que não se trata no início? E hoje, graças a Deus - parabéns, meus aplausos a todos! -, 2.554 médicos prescrevem o tratamento precoce, com resultados fantásticos! Eu poderia citá-los aqui, mas não vou fazer isso, porque são muitos.

No nosso Rio Grande do Sul perto de mil médicos dão o tratamento inicial. Logo que aparece a doença, eles já a estão tratando.

É um vírus perigoso, mas não podemos negar que, neste 1 ano que se passou, os médicos que trabalham diuturnamente já têm muitas experiências no leito do seu paciente, muitas experiências que já são ciência. Isso é ciência! A ciência sai de uma experiência; não da negação dos remédios. A negação dos remédios é que proíbe que nós cheguemos à alguma ciência. Quanto ao tratamento, nós todos estamos juntos para que haja vacina, para que haja UTI, para que haja respiradores e medicamentos nos hospitais.

Mas há outro tratamento que nós precisamos fazer: a síndrome da fadiga pandêmica. Isso foi gerado em virtude daqueles que mandaram ficar em casa e que não tiveram a capacidade e a inteligência de dizer: "*Vamos abrir o comércio 24 horas, porque o problema é o distanciamento; não é a aglomeração*". A aglomeração acontece justamente porque o ônibus fica lotado, o metrô fica lotado, o banco fica lotado, a lotérica fica lotada. Se esses segmentos funcionassem por mais tempo, nós não quebraríamos o País. Falta bom senso!

Infelizmente, esse vírus foi politizado para alguns interesses. Aqueles que negam o tratamento precoce ou o tratamento inicial negam os maiores e melhores conceitos da medicina. Os médicos se formam para quê? Para tratar os pacientes e para salvá-los; não é para dar-lhes Paracetamol ou Dipirona ou Tylenol e mandá-los para casa: "*Espere em casa. Se você ficar pior...*" Isso vem desde o tempo do Mandetta. Isso já passou. Já passou! Agora já há tratamento, sim, para esse vírus. Há tratamento, sim! E nós temos que buscar alianças.

Por favor, você que tiver esse vírus, busque um médico, porque é direito seu escolher o melhor tratamento. Essa síndrome da fadiga pandêmica vai matar mais do que o vírus, com doença mental, com depressão, com suicídio. Nós precisamos aprovar o Projeto de Lei nº 2.821, de 2019, de minha autoria, que tramita nesta Casa e cria o programa das práticas integrativas e

complementares em saúde. Esse projeto vai ajudar a resolver a questão da síndrome da fadiga pandêmica, que tomou conta do nosso País.

Estamos firmes e fortes, defendendo o tratamento preventivo, precoce, e o tratamento da COVID.

Muito obrigado.

Documento 92/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 25/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 300 mil mortes no País pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal do PCdoB, Haroldo Lima, falecido em decorrência do coronavírus.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive uma tragédia nacional sem precedentes, agravada pela paralisia do Governo Bolsonaro diante da pandemia. Hoje devemos chegar à perturbadora marca de 300 mil mortos por coronavírus.

Venho à tribuna manifestar profundo pesar e solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos. O dia se tornou ainda mais triste, porque nós do PCdoB perdemos um dos nossos dirigentes históricos mais aguerridos e mais queridos: o ex-Deputado Federal Haroldo Lima, que foi Líder da nossa bancada na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Depois de vencer a ditadura militar, ele enfrentou intensa batalha contra o coronavírus, aos 81 anos, e nos deixou na madrugada desta quarta-feira.

Ícone de gerações, Haroldo Lima partiu na véspera do aniversário de 99 anos do PCdoB, legenda que ajudou a construir e onde militou, com ousadia e coragem, para garantir avanços no Brasil nas últimas décadas.

Sua trajetória permanecerá viva em nossas mentes e corações.

Vou fazer um breve resumo de sua contribuição ao País, para prestar uma homenagem a este camarada tão especial.

A defesa da democracia foi uma de suas marcas. Haroldo Lima foi altivo ao resistir à ditadura militar, tendo, inclusive, sobrevivido à chacina da Lapa, em

1976. Foi preso e torturado. Anistiado político em 1979, participou ativamente da reconstrução democrática. Porta-voz de ideias progressistas, foi eleito pelo povo baiano como Deputado Federal por cinco vezes consecutivas, a partir de 1982. Teve um papel fundamental na edificação de um partido forte em solo baiano, sua terra natal, mas também em âmbito nacional. Ele nasceu em Caetité, em 7 de outubro de 1939. Engenheiro elétrico de formação, esse militante histórico também atuou em defesa da soberania nacional, na exploração da riqueza do pré-sal e no fortalecimento da PETROBRAS. Destacou-se como Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP, nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff. Deixou, ainda, forte produção intelectual de artigos, ensaios, livros e vídeos, que nos guiam nas tarefas cotidianas.

O nosso desafio agora é transformar a dor significativa desse grande progressista em luta para mudar o Brasil. O seu legado político estimula que estejamos ainda mais mobilizados em defesa dos interesses dos brasileiros, lutando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - ... da economia e da democracia.

Em nome de Haroldo Lima e de toda a sua família, de todos que sofrem pela perda de parentes, estaremos ainda mais focados no enfrentamento da pandemia, articulando e aprovando medidas concretas no Congresso Nacional, para juntos vencermos a COVID.

Viva Haroldo Lima! Haroldo Lima sempre presente!

Obrigado, Presidente.

Documento 93/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado José Guimarães pela atuação à frente da Liderança da Minoria. Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal do PCdoB, Haroldo Lima. Trajetória política do ex-dirigente pecebista.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Eu quero agradecer ao Líder José Guimarães pela sempre generosidade. Gostaria de aproveitar para homenageá-lo pelo grande trabalho que realizou à frente da Minoria, como Líder generoso, compreensivo, coletivizador.

Muito obrigada por tudo, Deputado José Guimarães. O povo do Ceará sabe o que faz quando traz V.Exa., repetidamente, à Câmara dos Deputados. Nós precisamos de V.Exa.

Sr. Presidente, eu gostaria de dividir esse tempo com o Deputado Daniel Almeida, e peço compreensão nessa direção. Vou usar 5 minutos do meu tempo e, logo a seguir, passarei a palavra para o Deputado Daniel Almeida.

Quero seguir imediatamente o que foi dito pelo Líder do PCdoB, o companheiro, camarada Renildo Calheiros. Quero falar de Haroldo Lima.

Haroldo Rodrigues Borges de Lima, nascido em Caitité, na Bahia, neto do barão de Caitité e, sem dúvida, alguém que poderia ter se colocado apenas na possibilidade da construção intelectual que essa família de grandes homens e mulheres lhe possibilitava. No entanto, Haroldo, desde cedo, inclinou-se para a defesa das necessidades e das lutas do povo.

Haroldo Lima vem para Salvador estudar na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia e transforma-se ali em um grande líder estudantil. Isso, Sr. Presidente, foi em 1958.

O jovem Haroldo, inquieto, imediatamente entra nas lides estudantis, participa da Juventude Universitária Católica. E esse embrião sempre ligou aqueles que defendem uma sociedade de iguais com os cristãos, erro de alguns achar que isso é diferente, porque nos encontramos no humanismo.

E foi assim que Haroldo, membro da Juventude Universitária Cristã, transformou-se em um grande líder e conheceu Solange Silvany, a sua esposa até o dia de hoje e para sempre, a doce e firme Solange Silvany Lima.

No movimento estudantil, ele foi dirigente da União dos Estudantes da Bahia e da União Nacional dos Estudantes, ao lado do grande baiano solidário às lutas do povo, o médico Oliveiros Guanais.

De 1961 a 1963, Haroldo Lima, junto com o grande Aldo Arantes - também Deputado Federal por cinco mandatos, ao lado de Haroldo - e com o nosso querido Betinho, o Herbert de Souza, fundou a Ação Popular, um movimento revolucionário contra a ditadura militar. Haroldo, colocando o sonho, a teoria da igualdade à frente, organizou os jovens de todo o País na conhecida AP.

Esse engenheiro eletricitista inquieto, inteligente e intelectual foi engenheiro da COELBA, mas as perseguições foram grandes. O AI-5 foi baixado em 1968, e

Haroldo foi obrigado a cair na clandestinidade, utilizando outro nome e partindo para viver no campo, no sul da Bahia.

Em 1969, foi para São Paulo e criou a Ação Popular Marxista Leninista, que, em 1972, passou a integrar o PCdoB.

Haroldo, desde então, é dirigente do Comitê Central do PCdoB. Ao lado de João Amazonas, de Aldo Arantes, de Luciano Siqueira, de Péricles de Souza e de tantos outros, dirigiu esse partido pequenino, mas importante para a história.

Amanhã, Haroldo participaria do processo de construção do centésimo ano de vida do PCdoB, porque exatamente no dia de amanhã o nosso partido completa 99 anos de exercício político, sendo o mais antigo partido em exercício político no Brasil.

Haroldo Lima venceu muitas batalhas. Venceu, entre outras, a queda da Lapa, em 1976, quando uma reunião do Comitê Central do partido foi invadida pela polícia e pelos órgãos de segurança e vários membros do partido foram mortos. Haroldo escapou com vida, mas foi para os cárceres. A sua esposa, Solange Lima, também foi presa e se transformou na primeira mulher presa política da Bahia, julgada e condenada apenas por amar um comunista.

Solange, por sua vez, suavidade e firmeza combinadas, poderia ter deixado de lado a ideologia do seu amado. No entanto ela, que perde hoje o seu companheiro, soube combinar a sua religiosidade e esse apoio absolutamente integral às causas humanitárias de Haroldo ao lado das suas filhas, que perdem hoje o seu pai.

Haroldo, para nós, é muito mais do que um dirigente que se vai. Haroldo é um pai na política; é alguém que todos os dias nos ensinava alguma lição. Com grande humor e com grande profundidade, Haroldo tinha a grande capacidade de relatar histórias com a História e nos fazer entender a grandeza do que é lutar pela vida do povo e indignar-se com as injustiças.

A indignação com as injustiças, para nós, aliás, é, talvez, o grande legado de Haroldo neste momento em que o Brasil se debate com esta pandemia e com a irresponsabilidade de um Governo que traz de volta à pauta práticas fascistas e, infelizmente, vitima 300 mil pessoas em nosso País - entre elas, está o grande Haroldo Lima.

Eu quero passar a palavra, nesses últimos 4 minutos, ao meu companheiro Daniel Almeida. Aliás, somos nós os seguidores de Haroldo nesta Casa. Somos nós os herdeiros de Haroldo nesta Casa. Eu chamo o Deputado Daniel Almeida ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Alice Portugal, em homenagem à importância do momento para o PCdoB, hoje, nós vamos abrir esta exceção.

Eu já tinha, inclusive, ratificado que nós não iríamos mais dividir tempo de Liderança nesta Casa. É a última exceção.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Eu lhe agradeço profundamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, não tendo o Deputado Daniel Almeida possibilidade de conexão neste momento, eu quero partir para a finalização...

Ah! Ele está aí!

Documento 94/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:28

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal do PCdoB, Haroldo Lima, falecido em decorrência da Covid-19.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero agradecer à Liderança da Minoria nesta Casa e à Deputada Alice Portugal pela generosidade; ao Presidente Arthur Lira, por ter aberto esta exceção; e ao Líder Deputado Renildo Calheiros, por ter se manifestado em nome da bancada.

É difícil falar de Haroldo Lima. O Haroldo é um desses brasileiros raros que honrou a sua trajetória; que marcou todos os lugares por onde passou.

A Deputada Alice Portugal e outros Deputados já fizeram um relato breve da sua trajetória.

Foi assim a presença de Haroldo Lima em todos os ambientes. Na Constituinte, marcou definitivamente, de forma aguerrida e contundente, a defesa da democracia, das liberdades, da diversidade que é o nosso País, do direito à liberdade religiosa, a que ele se apegou com muita força.

Haroldo Lima soube partilhar suas ideias no ambiente parlamentar como gestor da Agência Nacional do Petróleo, tendo sido um dos formuladores da política de exploração do pré-sal, mas que podia circular.

E fez isso com competência no ambiente universitário, falando de forma firme, mas singela; de forma carinhosa, acolhedora. Ele sabia conviver com a diversidade e construía interlocução com os mais diversos ambientes. Haroldo Lima foi um cidadão pleno, um cidadão de afeto, de amor e que a COVID leva tão precocemente, porque estava pleno aos 81 anos, ativo, produtivo, com muita vontade de viver.

Haroldo, você estará sempre presente e, mais do que nunca, num momento como este, ao lado dos brasileiros que acreditam, que têm fé, que têm esperança na melhor saída, que é a defesa da liberdade, da democracia, da vacina para todos, da preservação da vida.

Haroldo, você está entre nós. Haroldo, você estará sempre presente.

Viva, Haroldo Lima!

Documento 95/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal do PCdoB, Haroldo Lima, falecido em decorrência da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é impossível, neste momento, para qualquer um de nós que somos do PCdoB, entrar neste Plenário que tem o nome de Ulysses Guimarães sem se somar ao vazio e à orfandade que é deixada por Haroldo Lima. É muito difícil, eu diria, inimaginável, entrar neste Plenário hoje sem falar de Haroldo Borges de Lima.

Quero agradecer ao Líder da Oposição pela cessão do tempo da Liderança, e eu sei que falo em nome da Oposição, porque Haroldo vai muito além do PCdoB; vai muito além de nós militantes dessa organização; vai além, inclusive, da Esquerda. Haroldo representa os democratas, os trabalhadores, a classe operária, o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Haroldo, hoje, compõe essa dramática estatística das 300 mil vidas levadas pela COVID-19. Uma delas tem esse nome, Haroldo Lima, este brasileiro com B maiúsculo; este brasileiro da Bahia; este brasileiro entusiasta da cultura plural e diversa; este brasileiro defensor da ciência; este brasileiro defensor do sincretismo religioso; este brasileiro da educação para a cidadania,



que defendia Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro; este brasileiro que era um grande estrategista, que tinha um grande domínio da tática, que era um grande especialista do mundo do petróleo; este brasileiro que deu uma imensa contribuição neste Parlamento onde todos nós estamos, na Constituinte, nos seus cinco mandatos, e que marcou a história do Brasil. Mas ele era, acima de tudo, um defensor da liberdade e do socialismo - era, neste campo, uma referência internacional.

Quem conhecia Haroldo Lima, quem o conheceu durante todos seus anos de militância - e que foram muitos: foram mais de seis décadas de militância - sabia como ele era um orador denso, firme e, ao mesmo tempo, poético. Haroldo nunca se curvou aos grandes, nem diante dos covardes que eram os seus torturadores. Haroldo nunca se curvou diante das elites, mas tinha grandeza e humildade para lidar com sua gente, com seu povo. Nunca lhe faltou um sorriso no rosto. Haroldo era um sorriso, Haroldo era um homem de bem com a vida, Haroldo era um homem que tinha alegria de viver.

Por isso, é muito doloroso ver como lhe tomaram a vida neste momento. Haroldo não tinha nenhuma comorbidade. Haroldo foi para o hospital ainda altivo, forte. Haroldo foi para o hospital tomado pela COVID, e digo, Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, que quando Haroldo foi para o hospital, tínhamos certeza de seu retorno - certeza!

Ele teve muitos, muitos, muitos amigos, não só seus colegas de partido, seus camaradas de partido, militantes, dirigentes, mas amigos pela vida. Haroldo deixa no partido camaradas de uma vida inteira. E eu cito, para homenageá-los, Renato Rabelo, Aldo Arantes, Duarte Pereira e seu amigo Capinam, um poeta com quem tinha parcerias diárias, de fazer poesias em torno de suas conversas sobre a vida.

Eu quero citar, com muito carinho, sua companheira Solange, suas filhas, suas netas. Hoje, eu vi a homenagem de uma das suas netas, em que ela dizia que não se conformava e se revoltava com a forma como tiraram o seu avô de sua vida, até porque nós sabemos a razão de sua morte.

O vazio da orfandade com que nós ficamos aumenta a indignação e a revolta por esse estado de morte que nós estamos vivendo. Como disse a neta de Haroldo, a Clarinha, é um estado de dor permanente, um experimento de dor que o Brasil está vivendo.

Haroldo sabia disso e se revoltava conosco, porque nós estamos vivendo um estado de dor de 300 mil famílias. Neste momento, também está passando por isso a família de Haroldo Lima, da qual todos nós acabamos fazendo parte. É uma dor que não precisávamos estar vivendo. Haroldo não precisava ter ido neste momento. Ele foi retirado de nós por esse estado de morte, causado por um Governo que despreza a vida, atrasa a vacinação, estimula a morte; que é um mercador da morte.

Com sua força, Haroldo Lima nos ensinou a ter mais força, a ter mais coragem para lutar. Nós herdamos de Haroldo a consciência de que devemos enxergar o adversário principal. Haroldo sempre nos dizia: "*Sempre enxergue o inimigo principal e faça uma frente ampla para derrotá-lo*".

E é isso que nós vamos fazer: vamos enxergar o inimigo principal, que é o que representa o fascismo neste momento. Nós vamos derrotá-lo, Haroldo, porque nós estamos aqui. Espero que nenhum de nós adoeça mais, para que possamos, herdando a sua visão tática e estratégica, derrotar o inimigo principal, que, neste momento, é o fascismo. Vamos fazer essa frente ampla que você tanto defendia para derrotar esse inimigo principal, para salvar vidas, para salvar a democracia, para salvar a liberdade, a fim de que possamos seguir rumo ao socialismo, que você sempre defendeu. Vamos superar esse capitalismo que aprofunda a desigualdade e a opressão e chegar a um regime tão solidário, tão da paz e tão da felicidade que você sempre defendeu.

Haroldo, nós vamos ficar aqui. Esperamos que mais nenhum de nós morra, para que possamos fazer essa defesa. Hoje, a bandeira vermelha e a Bandeira brasileira estão a meio mastro por sua causa. Você era um patriota, você defendia a soberania nacional, você defendia um projeto nacional de desenvolvimento rumo a esse mundo solidário com o qual você sonhava. Repito: hoje a Bandeira brasileira, verde e amarela, que sempre foi nossa, e a bandeira vermelha do seu partido estão a meio mastro.

Haroldo Lima, presente hoje e sempre, com todo o nosso amor, com todo o nosso carinho!

Hoje, estamos tristes, estamos todos muito frágeis, mas permaneceremos fortes, em seu nome, para continuar a luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 96/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:52

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância da votação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero enaltecer a importância deste

projeto de lei. Nós temos alguns pontos fundamentais no combate à pandemia, e o emergencial é o oferecimento de leitos à população para evitar que a saúde venha a colapsar mais em vários Estados, em todas as regiões do nosso País.

Portanto, o projeto é lúcido, muito benfeito. É uma oportunidade de dar um equilíbrio à rede privada, com financiamento também privado, logicamente com uma compensação futura por meio da dedução no Imposto de Renda.

Acima de tudo, Presidente, a votação deste projeto de lei simboliza a importância da mediação do Congresso Nacional na união política, que é necessária para que nós enfrentemos e busquemos afastar o viés ideológico e a politização da pandemia.

Concluindo, Presidente, a partir deste momento, espero que nós consigamos uma união, uma narrativa correta. Nós viveríamos hoje outra realidade se, desde o início, esse comportamento tivesse sido adotado. Destaco a importância de V.Exa., Presidente da Câmara, e do Senador Rodrigo Pacheco, o Presidente do Senado, nesse processo.

Documento 97/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JULIO CESAR RIBEIRO-REPUBLICANOS -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Apelo ao Relator Hiran Gonçalves de acatamento da Emenda nº 3, apresentada pelo orador à proposição.

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero primeiramente enaltecer e parabenizar V.Exa. pela construção desse grande projeto que cria o Programa Pró-Leitos, iniciativa de suma importância para o nosso País. Nós temos visto realmente o problema que se instalou em todo o território brasileiro, e, com certeza, esse programa vem em bom momento.

Quero aqui fazer um pedido ao nosso Relator, o Deputado Hiran Gonçalves. Nós apresentamos a Emenda nº 3 por entendermos ser necessária a inclusão dos insumos, para que realmente possamos ver isso acontecer.

Os insumos têm que ser incluídos. E digo isso porque aqui em Brasília, Sr. Presidente, para V.Exa. ter uma ideia, há hospital particular com dificuldade de adquirir medicamentos para as pessoas serem intubadas.

Então, eu peço encarecidamente que o Deputado Hiran tenha essa sensibilidade e acate a Emenda nº 3, que nós protocolamos.

O Republicanos vota "sim".

Obrigado.

Documento 98/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador a respeito do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Pedido aos Deputados de aprovação da Emenda nº 1, apresentada pelo orador à proposição.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Primeiro, quero ressaltar que um ponto positivo é a saída da inércia por parte do Governo, que tenta agora tomar pé da situação e agir, o que esperávamos que fosse feito 1 ano atrás. Mas ele, apesar de sair da inércia, sai errado porque, em vez de juntar todo mundo, junta apenas os seus, os que lhe convém, os do seu bloco, os que o aprovam, e não faz uma concertação que junte a Oposição, o Governo, quem é contra e quem a favor, para lutar pelo Brasil.

Segundo, não vamos aqui ter uma visão romântica de que os donos de hospitais estão colocando à disposição leitos para o tratamento da COVID. Vão vender, e vão vender caro. Enquanto uns choram, outros vendem lenço. É preciso saber a que preço serão vendidos esses leitos para que o Estado os compre.

Por último, eu gostaria de dizer que nós temos uma emenda, que é a Emenda nº 1, que pede...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - A nossa Emenda nº 1 sugere que, no texto, sejam disponibilizados os leitos dos Hospitais das Forças Armadas.

Nós já fizemos o requerimento de informação para o Ministério da Defesa e fomos informados de que há uma quantidade enorme de leitos ociosos. Sendo assim, não faz o menor sentido que o Governo Federal pague caro por leitos de UTI quando há diversos, muitos leitos de UTI à disposição para que sejam usados por civis.

Portanto, pedimos, desde já, o apoio para a nossa Emenda nº 1.

Muito obrigado.

Documento 99/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 25/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Acerto da iniciativa do Congresso Nacional de reunião com os demais Poderes da República e Governadores, para discussão de medidas de enfrentamento da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO também gostaria de elogiar a atitude do Congresso Nacional, na figura de V.Exa. e também na do Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, por tratar desse tema da COVID juntamente com os demais Poderes da República e Governadores, no dia de hoje, começando a avaliar passos daqui para frente e com o fim da politização desse tema. É óbvio que há diferentes abordagens sobre como combater o coronavírus não apenas no Brasil, mas também no mundo todo. Não podemos mais deixar que o discurso demagógico interfira naquilo que é o melhor para a população na discussão sobre o combate ao coronavírus. Portanto, parabéns a todos os envolvidos nesse grande concerto nacional que se está formando.

Portanto, o NOVO orienta "sim" a esse requerimento de urgência.



Documento 100/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:08

Publ.: DCD - 25/03/2021 --EFRAIM FILHO-DEM -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Acerto da votação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, este projeto simboliza o fruto de uma reunião que dá esperanças à Nação. É importante ter os Poderes sentados à mesma mesa discutindo soluções, e não problemas, e não conflitos.

O Brasil consegue, muitas vezes, ser uma nação de uma só torcida, de uma só camisa, de um só povo. Chega desta briga de brasileiros com brasileiros! Chega de divergências políticas! Basta!

A sociedade já deu seu recado: ela está cansada. Não é mais hora do nós contra eles. É hora do nós contra o vírus. É hora do Brasil contra o vírus.

Então, que este gesto do Plenário desta Casa, conduzido por V.Exa., de votar esse projeto, signifique o caminho da rota de saída da pandemia.

Documento 101/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:12

Publ.: DCD - 25/03/2021 --RICARDO BARROS-PP -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo parabeniza o Presidente Arthur Lira pela reunião que fez com empresários do setor de saúde e demais empresários em São Paulo, na

qual surgiu esta proposta -- o Deputado Luizinho é o autor desta matéria, e o Deputado Hiran, o Relator.

Chegamos a um consenso sobre como avançar nesse projeto. É uma renúncia fiscal, e será preciso fazer ajuste no orçamento deste ano, que será votado amanhã. Mas é um avanço importante no sentido da convergência.

O Presidente Bolsonaro fez um discurso à Nação em tom conciliador, reuniu-se hoje com Presidentes de todos os Poderes, com Ministros, com os Presidentes da Câmara e do Senado, para a convergência que se materializa nessa votação de hoje.

Espero que esse clima de união para o combate da COVID permaneça por longo tempo, até que possamos dar conta de encerrar a pandemia.

Obrigado, Presidente.

Documento 102/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 25/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa de criação pela Casa de comitê de enfrentamento da Covid-19. Apelo à Presidência de votação tão-somente de matérias relacionadas à epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria declarar aquilo que eu manifestei no Colégio de Líderes hoje de manhã.

Todo comitê criado neste País para salvar vidas é bem-vindo. Veio tarde, faz 1 ano, exatamente no dia em que nós teremos 300 mil mortes. Eu repito, Sr. Presidente, o que eu disse hoje amanhã: nós precisamos ter o nosso comitê aqui.

Nesse sentido, queria parabenizar V.Exa. Nós precisamos nos juntar aqui com os Governadores, por exemplo, do Nordeste, que foram à Rússia, que foram à China comprar vacinas que não tinham sido efetivadas pelo Governo Federal. Nós precisamos ter nesta Casa, sob sua Presidência, um comitê que, de fato, nesses próximos dias, como V.Exa. disse, não vote nenhuma reforma, não vote nenhuma lei eleitoral que esteja passando na Comissão de Constituição e Justiça, não vote nem a reforma administrativa, não vote nenhum tema da privatização, mas que vote, exclusivamente, neste plenário, acordado com os

Líderes aqui, para que possamos salvar vidas, garantir comida para o povo e gerar emprego. É disso que as pessoas precisam.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu quero fazer um apelo a V.Exa.: que esse espírito de nós apreciamos apenas o tema da COVID, que está tão preocupante no País, esteja também nas Comissões; que as Comissões não votem outros projetos, a não ser os que tenham essa preocupação com a vida, de salvar vidas do povo brasileiro; que esta Comissão realmente ouça cientistas, especialistas na área da saúde, Presidente, Governadores, experiências importantes para salvar vidas; que tenhamos de fato esse empenho e não votemos outros projetos que tratam de outros temas, a não ser os que tenham preocupação com a vida do povo.

No dia em que eu quero manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Obrigado, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Olhe o que o Governo quer fazer: após recorde de mortes por COVID, o Ministério da Saúde altera critérios de confirmação de óbitos. Nós podemos estar maquiando números. Então, essa é também nossa grande preocupação, porque, se maquiarmos números, não estamos do lado do povo.

Parabéns! Façamos o nosso comitê aqui para realmente salvarmos vidas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 103/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.



O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir sua autorização para ir direto ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Pois não, Deputado, pode ir direto ao voto.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - "II - Voto do Relator

O agravamento da pandemia de coronavírus no Brasil nos primeiros meses de 2021 levou o País à maior crise sanitária e hospitalar de sua história. Faltam insumos nos hospitais, e pacientes com COVID-19 ou com suspeita da doença morrem na fila à espera de um leito de terapia intensiva, evidenciando o trágico colapso do sistema de saúde do nosso País.

Diante dessa situação estarrecedora, é fundamental apoiar iniciativas que tenham por objetivo ampliar a capacidade de atendimento pelo Sistema Único de Saúde, colocando leitos de UTI da rede privada à disposição da rede pública. É inadmissível ver pessoas morrendo por falta de leitos de UTI em locais em que há hospitais privados com leitos vagos.

Dessa forma, foi proposto o Programa Pró-Leitos, com o objetivo de conceder deduções em impostos federais para pessoas e empresas que custearem a contratação de leitos de terapia intensiva na rede privada de saúde, para uso do SUS. A iniciativa garante a prevalência do interesse social e o equilíbrio entre os agentes do mercado, os prestadores de serviços de saúde privados e o SUS.

Devido à necessidade de fazer alguns ajustes e acréscimos ao texto do projeto, optamos pela apresentação de substitutivo, que ora passamos a comentar.

Para minimizar o risco de falta de leitos também na rede privada de saúde, propusemos que, em cada Estado, sempre que os leitos atinjam a taxa de ocupação de 85%, sejam automaticamente suspensas as cirurgias eletivas nos hospitais públicos e privados, excepcionalizados os procedimentos de urgência e emergência e os relacionados à oncologia e cardiologia.

As pessoas jurídicas que declaram o Imposto de Renda na modalidade lucro real e aderirem ao Programa Pró-Leitos poderão deduzir do seu Imposto de Renda referente ao exercício financeiro de 2021 o valor investido nas contratações de leitos. Pessoas físicas também poderão deduzir o valor investido nas contratações do seu Imposto de Renda referente ao exercício financeiro de 2021.

Por fim, limitamos o impacto orçamentário decorrente desta lei ao valor de R\$ 2,5 bilhões" - que ficará consignado no Orçamento deste ano.

"(...)

O Regimento da Câmara dos Deputados - RICD, art. 53, II - define que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o Orçamento Anual - LOA.

Além disso, nortearão a análise as normas pertinentes à receita e à despesa públicas, dentre elas as partes correlatas da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O projeto analisado tem o objetivo de estabelecer medida de caráter emergencial para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 ao incentivar a disponibilização de leitos clínicos e de terapia intensiva. Trata-se, portanto, de proposição importante e crucial para o momento de crise sanitária que se estabeleceu no País, uma vez que busca combater o colapso da saúde pública e privada.

Desse modo, é salutar a necessidade urgente da medida prevista, considerando ainda que a proposição é transitória, demarcando o limite do exercício financeiro de 2021. Com esse propósito, vale destacar, diante do agravamento da pandemia neste ano, a lembrança do que, ainda em 2020, decidiu o Supremo Tribunal Federal - STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 6357, ao deferir e referendar a medida cautelar que afasta a exigência de demonstração de adequação orçamentária e financeira em relação à criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento dos problemas causados pela crise do novo coronavírus.

Nesse sentido, ainda sobreveio o art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 106, de 7 de maio de 2020 - "orçamento de guerra -, o qual, durante a vigência da calamidade pública, flexibilizou, para todos os entes federativos, a rigidez orçamentária às proposições que têm a finalidade de enfrentar a calamidade e as suas consequências sociais e econômicas, incluindo a concessão de incentivo ou benefício fiscal, tal como ocorre na presente proposta, que é, por sua vez, apresentada em tempos de agravamento e colapso na estrutura de leitos hospitalares, nada obstante o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, tenha produzido efeitos até 31 de dezembro de 2020.

Com esse cenário, como uma forma de resguardo econômico e financeiro, o próprio projeto prevê que o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal, incluindo-a no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, assim como estabelece o limite, a título de impacto orçamentário para 2021, de R\$ 2,5 bilhões, considerando a adesão ao programa pelas pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.

Conclui-se, portanto, que o projeto que aqui apresentamos é compatível com o momento que vive o Brasil, e não infringe as normas que balizam a atividade orçamentária e financeira.

Diante do exposto, pela Comissão de Seguridade Social e Família, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, na forma do substitutivo apresentado.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária da matéria e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2021.

Deputado Hiran Gonçalves.

Relator."

Muito obrigado, Presidente.

Documento 104/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 948, de 2021, modificativo da redação do art. 2º da Lei nº 14.125, de 2021, relativa à aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Deputado Marcelo Ramos, que preside a sessão neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, parabenizo o Deputado Hiran Gonçalves pelo brilhante relatório, que viabiliza a aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, projeto do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. que possibilita o aumento de leitos clínicos e leitos de UTI, para que possamos combater a COVID -19, o novo coronavírus.

Hoje nós vivemos uma grave crise sanitária e também hospitalar, em função do aumento, que já está em algo em torno de 2% ao dia, de novos brasileiros infectados. Com os hospitais superlotados, medidas como esta têm que ser

adotadas. Boa parte dos hospitais privados já se encontra lotada, sem vagas de UTI, com filas. Esta proposta do Deputado Dr. Luizinho permite que pessoas físicas ou jurídicas invistam na criação de novos leitos, para depois descontarem essa sua despesa do Imposto de Renda.

Então, acho muito boa.

Fiz uma proposta muito semelhante a esta, o Projeto de Lei nº 948, que permite a compra de vacinas pelas empresas, para que as empresas possam vacinar de forma urgente os seus funcionários. Sei que hoje o Governo, o poder público, é o único comprador. Se nós permitirmos aos empresários, aos empreendedores do Brasil, que também adquiram vacinas, eu tenho certeza de que vamos acelerar a vacinação.

Fiz um cálculo: se vacinarmos 1 milhão de pessoas por dia, como já vacinamos 12 milhões de pessoas, vão faltar ainda 198 milhões de pessoas. Então, vamos chegar ao mês de novembro sem termos dado conta da vacinação.

Acho que é importante também, nesse mesmo molde proposto pelo Deputado Dr. Luizinho, fazermos a vacinação. A vacinação é a prevenção da doença, assim como a proposta do Deputado Dr. Luizinho é a cura da doença, depois que ela se instala no corpo da pessoa.

Então, eu sou a favor da proposta e peço aos demais colegas a aprovação imediata, hoje ainda.

Que o Senado vote também ainda esta semana, porque isso é urgente. Precisamos de novos leitos para tratar as pessoas com COVID.

Documento 105/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Denúncia de compra e vacinação de empresários contra a Covid-19, no Estado de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu me inscrevi para defender a favor, mas faço a ressalva de que a defendo a partir da aprovação de uma emenda apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, que é fundamental para sanar pelo menos em parte essas

questões levantadas corretamente pelo Deputado Arlindo Chinaglia. Faço a defesa, mas submeto, evidentemente, a votação favorável à aprovação dessa emenda, esperando que o Relator acate essa emenda, colocando, portanto, as condições para que esses recursos sejam de fato pagos pelo empresariado.

Faço isso com desconfiança, Presidente, porque hoje recebi - acabo de receber - uma denúncia tão grave, mas tão grave que eu vou repassá-la à Câmara Federal em primeira mão. Essa denúncia já está estampada na *Folha de S.Paulo* e na revista *Piauí: Empresários - mineiros - tomam vacina às escondidas*.

Lembram-se da lei que nós aprovamos, para que os empresários e as empresas pudessem comprar vacinas, desde que doassem ao SUS? Os empresários não estão fazendo isso. Compraram vacinas a 600 reais e já tomaram. E há políticos envolvidos - depois eu vou dar os nomes, vou me certificar direito -, que entraram na vaquinha e compraram a vacina, furaram a fila. Não foi apenas uma empresa. Foram empresas do ramo de transporte e empresas do ramo de metalurgia aqui de Minas Gerais.

Imagine, Deputado Jorge Solla! Estou vendo V.Exa. Fique estarrecido mesmo.

Empresários fizeram uma vaquinha, furaram a fila e compraram, por 600 reais, a vacina da Pfizer. Vejam que absurdo fizeram. Esses empresários não vão ser presos. Eu volto aqui para dar o nome deles, mas vou passar o conjunto dos Deputados e Deputadas que são empresários do ramo de transporte, e não fizeram a doação para o Sistema Único de Saúde.

Então, quando eu ouço aqui alguns falarem de um grande concerto que houve, não sei que concerto é esse. O Presidente Jair Bolsonaro ontem falou um monte de mentiras, e não apresentou nada de concreto - hoje a mesma coisa, nessa tal reunião entre os Poderes. Portanto, incluam-nos fora desse tal concerto que dizem que existe! Existe, por acaso, algum acordo para frear a pauta de "privatarias" que está aí na Câmara - a PEC 32, a privatização dos Correios, a pauta da Comissão de Constituição e Justiça, que é obscurantista e ultraneoliberal? Eu quero saber se há algum acordo nesse sentido, porque o que ouço são apenas mentiras do Presidente Jair Bolsonaro, querendo ganhar tempo.

A Câmara Federal deveria instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para verificar, aí sim,...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 106/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Perplexidade diante da promoção, pelos empresários Rômulo Lessa e Robson Lessa, de esquema clandestino de vacinação contra a Covid-19, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Solicitação ao Ministério Público Federal de adoção de providências a respeito do caso.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero utilizar este minuto para, além de cumprimentar V.Exa. pelas iniciativas de hoje, denunciar duramente, como fez o Deputado Rogério Correia, o fura-fila que está estabelecido no Estado de Minas Gerais, conforme noticia a revista *Piauí*. Um grupo do setor de transportes, Presidente, importou vacinas e está imunizando, de forma privilegiada e ilegal, o grupo que eles escolhem. Vejam o absurdo! Nós dizíamos isso quando se votou a autorização para importação e compra de vacinas através do setor privado. Aí fizemos um acordo de que elas só poderiam ser compradas se fosse para serem entregues ao SUS.

E o que estamos vendo na primeira semana, Presidente? Estamos vendo o fura-fila do privilégio de um grupo de transportadores, um fura-fila ilegal, pelo que diz a matéria da revista *Piauí*. Os empresários Rômulo e Robson Lessa, que são donos de determinada viação em Minas Gerais, estão promovendo esse escândalo, essa imoralidade. Enquanto pessoas idosas, que fazem parte do grupo de risco ou têm comorbidades, não estão tendo acesso à vacinação pelo SUS, o poder econômico desses cidadãos está sendo utilizado para fazer esse fura-fila vergonhoso.

Eu estou ingressando, Presidente, no Ministério Público Federal e fazendo todos os movimentos que estejam ao meu alcance para impedir qualquer tipo de privilégio e fura-fila na lista de vacinas do País.

Obrigado, Presidente Arthur Lira.

Documento 107/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 25/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

Sumário

Elogio aos Deputados Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e Hiran Gonçalves, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Aplausos ao Presidente Arthur Lira pelo pronunciamento a favor da adoção do pacto pela vida.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estou acompanhando esse assunto dos leitos.

Quero saudar o Deputado Dr. Luizinho e o nosso grande amigo Deputado Hiran Gonçalves pelo projeto que ofereceram, com grande qualidade, a nossa Casa. Nós precisamos de projetos criativos neste momento, que possibilitem mais leitos para os nossos hospitais.

Quero também parabenizar V.Exa., Presidente Arthur Lira, pelo pronunciamento, que foi sem correção. O seu pronunciamento trata da questão do pacto pela vida.

Nós precisamos caminhar em direção ao pacto pela vida. Há muita disputa. Esse vírus foi politizado, visando-se à eleição de 2022. Nós temos que resolver o problema hoje, porque a questão é de sobrevivência. O pacto pela vida quer dizer que nós temos que resolver as questões decorrentes da COVID, mas precisamos também, Presidente, resolver as questões do País, como as da agricultura, como as reformas, que precisamos encaminhar nesta Casa.

Meus parabéns, Presidente Arthur Lira! V.Exa. foi preciso e me fez sentir orgulho por eu ter votado em V.Exa. para a Presidência desta Casa.

Documento 108/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Pedido à Controladoria-Geral da União de transparência na investigação de denúncia de esquema de fura-fila na vacinação contra a Covid-19, no Estado do Ceará.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, por este microfone, fiz uma denúncia sobre os fura-filas - esse tema preocupante também foi abordado pelo Deputado Henrique Fontana - no Estado do Ceará. Hoje apresentei ofício na Controladoria-Geral da União para pedir transparência na investigação que está sendo feita pela CGU no Estado do Ceará.

É lamentável que um Estado como o nosso tenha um grupo de mais de 1.500 pessoas que, usando do seu prestígio, furaram a fila da vacinação, um Estado em que hoje, com certeza, mais morre gente em decorrência da COVID, considerando-se o Nordeste brasileiro; um Estado em que houve desperdício muito grande de recursos públicos no hospital de campanha, recursos que desapareceram como poeira levada pelo vento; e um Estado que nos traz também uma preocupação muito grande, por causa do monopólio da distribuição de oxigênio no Ceará.

Em razão disso, estamos esperando da CGU uma resposta rápida, para que se possa identificar aqueles que conspurcaram o democrático direito à vacina.

Documento 109/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:08

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto de autoria do Deputado Luizinho, com o apoio de V.Exa. e, com certeza, da maioria dos membros da Câmara dos Deputados, é um projeto pertinente, é um projeto bom, necessário. Nós confiamos no conteúdo desse projeto.

Nós valorizamos e defendemos o SUS, é claro, porque é um sistema que funciona, apesar dos pesares. Deputado Luizinho, darmos a possibilidade de que leitos que ainda existem na rede hospitalar privada sejam contratados para salvar vidas é ruim? É claro que não! Essa é uma possibilidade importante, necessária.

Se conseguirmos salvar ao menos uma vida com esse projeto, a iniciativa já terá valido a pena, como disse o Deputado Luizinho.

O projeto é importante, é fundamental. Portanto, tem o meu apoio e, com certeza, o apoio da maioria, Sr. Presidente.

Documento 110/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:12

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na votação de matérias destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Observância, pelos Deputados, da lucratividade dos hospitais privados na votação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, desde o início, nós temos dito que seria preciso que esta Casa dialogasse, considerasse a angústia da população brasileira, com a perspectiva de superá-la, e que existia um vácuo. Esse vácuo não foi preenchido pela Presidência da República, que fica criando cortinas de fumaça e inimigos imaginários, culpando Prefeitos, culpando Governadores, comprando cloroquina. Tornou o Brasil em um país com muita cloroquina e, ao mesmo tempo, com poucas vacinas.

Desde o início, nós dissemos que era preciso priorizar esta pauta. Esta é a pauta que o povo brasileiro espera desta Casa. É preciso que estejamos discutindo assuntos relacionados ao combate à pandemia, mas temos que ter cuidado, para que realmente as nossas ações representem maior oferta de leitos e não apenas maior lucro para os hospitais privados.

Documento 111/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:12

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Deputado Luiz Antonio Teixeira Jr. pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Importância de aprovação da propositura.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos!

Quero parabenizar o Deputado Luizinho por este excelente projeto de lei. Concordo com o Deputado Luizinho. Eu sou médica, estou à frente do combate ao coronavírus, sempre trabalhei em hospital e sei que os hospitais sempre estiveram com pelo menos 80% dos seus leitos de UTI ocupados. Os empresários da área da saúde, como o próprio Deputado Luizinho disse, não têm interesse em fazer a oferta. Mas isto é um acordo, são medidas que estão sendo tomadas para que todos possam ajudar. Isso é importante. É importante para salvar vidas.

Então, eles vão oferecer esses leitos. Logicamente isso tem um custo. Temos que pagar por esses leitos.

Isso vai ser algo importantíssimo para a Nação brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 112/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 25/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Haroldo Lima, falecido em decorrência da Covid-19.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada por este espaço.

Comunico ao Plenário da Casa e a todos os que nos assistem que acontece neste momento uma vigília virtual, o velório virtual de Haroldo Lima, nosso amigo, parceiro, companheiro, democrata, dirigente, ex-Deputado Federal - foi membro desta Casa por 20 anos.

Tem sido muito dolorido perder amigos nesta pandemia, que já levou quase 300 mil brasileiros. Para nós do PCdoB, dirigentes, militantes, para todos os democratas do País, a perda de Haroldo Lima é irreparável. Em tempos tão difíceis, em que é preciso reafirmar a Constituição de 1988, que Haroldo Lima ajudou a escrever como Constituinte; nestes tempos tão difíceis, em que é

necessário reafirmar a democracia no País, Haroldo Lima nos inspira. Foi nosso professor e uma grande referência para nós. Aprendemos com ele a defender a Constituição.

Haroldo Lima, presente hoje e sempre, uma referência para todos nós, um guerreiro do povo brasileiro que lutou no plenário desta Casa!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 113/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:16

Publ.: DCD - 25/03/2021 --PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Promoção do Dia Nacional em Defesa do Serviço Público. Lançamento do livro Rumo ao Estado Necessário pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Congratulações ao Presidente Arthur Lira pela decisão de combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, será realizado hoje um dia nacional em defesa do serviço público.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE e a nossa Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, da qual sou Presidente, lançaram a obra *Rumo ao Estado necessário*. Eu peço licença a V.Exas. para ler a apresentação desse livro, que foi escrita por Rudinei Marques, o Presidente do mencionado fórum.

Nesta quadra desoladora da vida nacional, em que a terra bem-aventurada converteu-se em imenso necrotério, e a desesperança invadiu mentes e corações, exauridos diante da inépcia e da truculência, fardada ou não, ecoam funestas as palavras do precursor do realismo fantástico (...).

Ele cita o escritor mexicano Juan Rulfo: *"Fazia tantos anos que não levantava o rosto que me esqueci do céu"*.

Terá sido episódica a esperança de um Brasil mais justo e solidário? De uma economia desenvolvida, que reduzia pobreza e desigualdades? De um país ativo, com voz no cenário internacional? De uma sociedade livre e inclusiva,

que exorcizava preconceitos e discriminações? De uma juventude que cruzava fronteiras, ávida por conhecimento e por um futuro digno?

Bastou pouco para perdermos o rumo. Dia a dia são atacados os fundamentos do Estado democrático de direito. São tão frequentes as agressões às instituições republicanas, à moralidade pública, ao meio ambiente e aos princípios da dignidade da pessoa humana insculpidos na Constituição Federal - e à própria Constituição - que hoje damos graças tão somente por pisarmos em terra firme, vale dizer, por estarmos vivos e podermos respirar.

Nesse contexto de terra devastada - pela doença, pela regressão produtiva e pelo retorno ao mapa da fome -, não é difícil perceber a inversão de prioridades na (des)ordem política nacional. A insanidade do governo Bolsonaro fez do Brasil o pior país do mundo na gestão da pandemia. Logo, é evidente que soluções na área da saúde pública e para os problemas econômico-sociais deveriam estar em primeiro plano (...).

Eu quero parabenizar V.Exa., Sr. Presidente, por ter usado esse freio de arrumação. É hora de o Brasil se concentrar no que é mais importante. Parabéns pela decisão! Espero que o Congresso Nacional apoie essa tomada de rumo do nosso País, porque estamos sem Presidente no Brasil.

Obrigado.

Documento 114/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:20

Publ.: DCD - 25/03/2021 --LUIZÃO GOULART-REPUBLICANOS -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Importância da reunião de cúpula dos Poderes da República e Governadores Estaduais, para discussão de medidas de combate à Covid-19. Votos de sucesso ao novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Atuação desastrosa do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Importância do cumprimento das medidas sanitárias preventivas do coronavírus. Falecimento de elevado número de profissionais da saúde em decorrência da doença viral. Importância da imunização contra a Covid-19.

O SR. LUIZÃO GOULART (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Em primeiro lugar, quero elogiar a iniciativa dos Poderes, da Câmara, do Senado, do Governo Federal, dos Governadores, no sentido da realização dessa reunião para discutir problemas relacionados à COVID. Reconheço que

aconteceu com certo atraso, mas representa uma esperança de que haja ações conjuntas.

Nós somos uma república federativa, não temos como enfrentar uma guerra como esta sem unir os esforços de todos os entes federados. Nós temos um inimigo comum, precisamos de ações coordenadas, de coalizão, de união de forças. Não adianta culpar esse ou aquele pela recessão, pelo desemprego, pela queda do PIB, pelo fechamento do comércio, pelas mortes. O culpado é o vírus.

Acompanho a agonia de muitos gestores, Prefeitos, Governadores, mas principalmente a dos profissionais da área da saúde que estão esgotados, estão desesperados, estão em pânico, porque muitas vezes não sabem mais o que fazer. Nós tivemos muitas falhas desde o início da pandemia. Todos falharam de alguma forma, muitos tentando acertar.

Eu desejo sucesso ao Ministro que assumiu, porque o sucesso dele significa vidas salvas.

Espero que ele dialogue com os entes federados, com os Governadores, com os Prefeitos, com os profissionais da área da saúde - ele é da área da saúde -, para que possamos encontrar as melhores soluções.

Não culpo Pazuello, que não tinha experiência na área da saúde. Acho que ele fez o que pôde numa situação extrema. Ele não era da área saúde, não tinha experiência no SUS, e falhou, inclusive, na área em que tinha experiência, a área de logística. Faltaram insumos, respiradores, oxigênio. Ele alterou seis vezes o cronograma de entrega das vacinas. Estamos no meio de uma dificuldade. Também faltou diálogo com os Governadores, embora ele tenha ido ao Amazonas, tenha vindo ao Paraná. Ele também não teve apoio dos colegas.

Aliás, houve colegas que o atrapalharam, como o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Ernesto Araújo, que quase atrapalhou, lá atrás, o nosso agronegócio, o nosso comércio internacional, com trombadas, provocando polêmica sobre a questão climática. E atrapalhou, sim, a questão das vacinas. Disse que não queria tal vacina, disse que a outra não sei o que e tal. Eu não sei o que ele foi fazer em Israel, porque Israel é um exemplo de sucesso a respeito de combate ao coronavírus, de vacinação. Mais de 60% da população de Israel foi vacinada. Ela acreditou na vacina. Espero que ele tenha aprendido, pelo menos, a usar máscara, depois do pito que levou lá. É preciso que dê exemplo.

Eu uso máscara sempre. Primeiro, para conseguir proteção; segundo, para dar exemplo. Sei que o meu exemplo pode salvar vidas. Maus exemplos podem causar mortes. Têm causado mortes.

Todo mundo quer dar solução, quer receitar remédios. Se alguém quiser receitar remédio, tem que se formar na área, tem que abrir um consultório.



Vamos deixar que os profissionais da saúde receitem os remédios que estão disponíveis. Há quem considere o tratamento precoce, há quem considere outras soluções. A própria associação médica está revendo suas posições. Considero que o melhor tratamento precoce é a prevenção: máscara, sabão, álcool em gel, distanciamento. Vamos deixar que falem os profissionais da saúde que estão à frente dessa batalha. Nós já perdemos mais de 1.100 profissionais da saúde, mais de 500 médicos. Já perdemos mais profissionais da saúde para a COVID do que militares brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial.

Eu pesquisei o que outros países estão oferecendo como tratamento. Sugerem repouso, alimentação adequada, medicação para febre quando ocorre o aparecimento dos primeiros sintomas da COVID, realizam muitos testes, defendem o isolamento e vacina. Vacina, vacina, vacina! Aqui, todo mundo quer receitar alguma coisa. Vamos conversar com quem entende, com quem está na linha de frente há mais de 1 ano e já sabe o que funciona e o que não funciona.

Existe gente que diz que pinga com limão cura COVID, que mel com limão cura COVID. Sabem como eu descobri que mel com limão tem uma eficiência muito grande? Fazendo contas. O quadro de 85% dos que se contaminam com COVID não evolui para a fase mais grave, mais crítica. Então, se usarem qualquer medicamento ou até se não usarem medicamento ao sentirem os primeiros sintomas, 85% vão ter sucesso no tratamento.

Agora, infelizmente, em 15% das pessoas, tomando ou não tomando algum preventivo, a doença vai evoluir. Muitos, infelizmente, vão falecer. Imaginem o ex-Senador Ivo Cassol receitando solda elétrica, faísca e fumaça! Não sei como esse cidadão foi Governador de Rondônia.

Infelizmente a COVID-19 está aí, está no Congresso. Trinta por cento dos Congressistas já contraíram o vírus, e tivemos mortes. O último que perdemos foi o Senador Major Olímpio, infelizmente. Quase mil servidores contraíram o vírus. Muitos faleceram - e muitos faleceram por causa de mau exemplo de seus líderes, que faziam questão de, em público, não usar máscara.

Acho que o nosso objetivo tem que ser vacinar o mais rápido possível, para a economia retornar à normalidade, para o funcionamento de nossas escolas. E eu defendo que o novo Ministro já em abril programe a vacinação dos professores, dos profissionais da educação, para que as escolas possam voltar à normalidade.

É muito mais barato vacinar do que gastar recursos com auxílio, com pandemia, com socorro às empresas. No combate ao coronavírus, já gastamos em torno de 500 bilhões de reais. A vacinação de toda a população custa menos que 10% disso. E o SUS tem capacidade para vacinar.

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 15, oferecidas ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

"Ao projeto foram apresentadas 15 emendas, que passamos a analisar.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), tem o objetivo assegurar que os Hospitais das Forças Armadas disponibilizem leitos ociosos para o atendimento de civis acometidos com COVID-19.

A Emenda nº 2, do Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), prevê deduções no Imposto de Renda também para empresas que adquirirem equipamento de proteção individual, equipamento de saúde, equipamento de apoio, equipamento de infraestrutura, equipamento médico-assistencial, produto médico, produto para diagnóstico de uso *in vitro*, produto para saúde e produto de higiene, utilizados exclusivamente nos leitos privados clínicos e de terapia intensiva. Além disso, prevê isenção de outras contribuições além do Imposto de Renda.

A Emenda nº 3, apresentada pelo Deputado Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF), acrescenta aos objetivos do Programa Pró-Leitos a aquisição de insumos, medicamentos e materiais destinados a intubação e ventilação mecânica, de acordo com as necessidades sanitárias específicas de cada ente federativo.

A Emenda nº 4, dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), propõe a contratação de leitos de acordo com a solicitação e posterior avaliação e aceite do órgão de saúde de cada ente federativo. O gestor local deverá proceder à avaliação da viabilidade do funcionamento dos leitos, incluindo a composição de equipes de saúde necessárias ao atendimento dos pacientes, anteriormente à sua liberação. Por fim, determina a publicação de informações relativas aos leitos (local, quantidade, duração do contrato), para transparência e fiscalização da medida.

A Emenda nº 5, de autoria do Deputado Bohn Gass (PT-SP), tem o objetivo de estipular um limite à dedução prevista no projeto, de 30% do valor investido nas contratações.



A Emenda nº 6, proposta pelo Deputado Paulo Ganime (NOVO-RJ), determina a autorização, pelo Ministério da Saúde, da atuação de médicos formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior. O médico autorizado nesses termos exercerá a medicina exclusivamente no âmbito do combate à pandemia de COVID-19 e durante o período de vigência da emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN).

A Emenda nº 7, proposta pela Deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), dispõe sobre a requisição administrativa de leitos hospitalares privados em situações de emergência, com a ausência de serviços públicos, conveniados e contratados, a fim de assegurar a utilização, controle e gerenciamento pelo Sistema Único de Saúde de toda capacidade hospitalar instalada no País e com o objetivo de garantir acesso universal e igualitário para internação de pacientes com COVID-19. Segundo a emenda, os serviços privados de saúde são obrigados a prestar atendimento ao SUS, mediante ressarcimento previsto.

A Emenda nº 8, do Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), propõe que o Programa Pró-Leitos abranja também doações ao SUS para a contratação temporária de profissionais de saúde para atuar nos leitos clínicos e de terapia intensiva contratados no âmbito do programa.

A Emenda nº 9, da Deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), altera a legislação tributária para propor a tributação sobre lucros e dividendos distribuídos e o fim do tratamento fiscal dos juros sobre o capital próprio.

A Emenda nº 10, dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Alexandre Padilha (PT-SP), faz alterações substanciais ao texto, limitando a dedução ao limite de 30% do valor pago, determinando que os leitos tenham preços limitados ao valor pago pelo Ministério da Saúde para leitos de COVID-19 e prevendo contratação de leitos apenas mediante solicitação específica do gestor local do SUS, entre outras propostas.

A Emenda nº 11, do Deputado Darci de Matos (PSD-SC), autoriza, durante o estado de emergência decorrente da COVID-19, a contratação temporária de médicos brasileiros que não revalidaram o diploma de graduação expedido por Instituição de Educação Superior Estrangeira, bem como de médicos estrangeiros que participaram do Programa Mais Médicos, exigindo-se, nesse caso, a residência legal no Brasil.

A Emenda nº 12, do Deputado José Mário Schreiner (DEM-GO), prevê dedução no Imposto de Renda também dos valores correspondentes a doações a entidades privadas sem fins lucrativos, exclusivamente destinados ao combate à pandemia de COVID-19 no Brasil. Assim, tem o objetivo de proporcionar que não apenas o SUS, mas também as entidades de saúde do terceiro setor sejam contempladas no projeto de lei.

A Emenda nº 13, do Deputado Alan Rick (DEM-AC), autoriza, durante o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e para o combate à

pandemia de COVID-19, a contratação excepcional e temporária de médicos formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior.

A Emenda nº 14, dos Deputados Bohn Gass (PT-RS) e Merlong Solano (PT-PI), prevê dispensa de licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

A Emenda nº 15, dos Deputados Aliel Machado (PSB-PR) e Alessandro Molon (PSB-RJ), suspende os requisitos criados pelo art. 23-A da Lei nº 12.871, de 2013, e demais exigências legais ou administrativas que impeçam profissionais com experiência prévia no Sistema Único de Saúde de atuarem regularmente como médicos no País, especificamente no reforço ao combate à pandemia da COVID-19.

Embora todas as emendas de Plenário sejam meritórias, votamos pela sua rejeição, pois consideramos que a inclusão de temas não totalmente afins ao Programa Pró-Leitos poderá prejudicar a celeridade da tramitação do projeto, em uma matéria em que o tempo é uma variável crucial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante do exposto, pela Comissão de Seguridade Social e Família, votamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 15. Pela Comissão de Finanças e Tributação, votamos pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 15. Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1 a 15."

Sr. Presidente, eu queria dividir esta relatoria com V.Exa. e com todos os Parlamentares desta Casa, porque este substitutivo não é um substitutivo de autoria do Deputado Hiran Gonçalves. Eu tenho certeza de que o compromisso desta Casa é com a saúde e com a atenção e mitigação do sofrimento do povo brasileiro, que não tem acesso ao mínimo de cuidados quando acometidos de forma mais grave da COVID-19.

Apesar de ter rejeitado todas as emendas, eu rogo que possamos votar esse substitutivo de maneira absolutamente majoritária, mostrando ao povo brasileiro o nosso compromisso com o enfrentamento mais eficaz desta pandemia no nosso País.

Presidente, parabéns pela sua manifestação e pelo fato de ter se tornado cada vez mais protagonista no combate desta tragédia da humanidade.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado.

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-19:48

Publ.: DCD - 25/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela Covid-19. Transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, por meio do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19. Realização de maiores investimentos no Sistema Nacional de Saúde - SUS.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obviamente, há um colapso em curso. Só no Rio de Janeiro, hoje, 528 pessoas estão na fila esperando uma vaga de leito de UTI. Isso é desastroso, é a barbárie. Mas o Relator rejeitou todas as emendas.

Portanto, está colocada a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Não dá para aceitarmos isso, porque é possível que um leito custe três vezes mais do que hoje está na tabela SUS.

Achamos que a vida não tem preço, Presidente. Por isso, deve haver mais investimento no SUS, mais investimento na saúde pública, e não corte, como está colocado hoje no orçamento público.

Documento 117/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:00

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo ao Plenário de aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma referência ao nosso querido colega médico e Deputado Arlindo Chinaglia.

Meu querido colega Arlindo, nós também temos uma grande preocupação em relação a como será feito esse controle na saúde suplementar. Eu queria salientar que saúde suplementar é um negócio privado, não é SUS. Para que nós pudéssemos, Deputado Arlindo, tornar essa negociação factível com a saúde suplementar, com os hospitais privados, nós teríamos que ir para a realidade.

Deputado Arlindo, eu sou um médico ativo. Eu atendo pelo SUS. Eu opero pelo SUS. Às vezes, quando eu digo que uma consulta pelo SUS vale 10 reais, as pessoas acham que nós estamos brincando, que nós estamos mentindo.

Dessa forma, assim como nós lutamos aqui para reformular a tabela SUS, nós tivemos o cuidado de estabelecer um valor médio de 3 mil reais, o valor praticado na saúde suplementar do nosso País. Os empresários que vão negociar isso com as entidades privadas, com os hospitais privados, sabem desses valores.

Além do mais, eu queria esclarecer que essa regulação será feita pelo gestor, tanto o gestor estadual quanto o gestor municipal, quando a média e a alta complexidades estiverem dentro de um Município grande.

Eu respeito muito a preocupação do nosso colega Deputado Arlindo, mas reitero que nós tivemos esse cuidado de respeitar os preços praticados no mercado, para que não fizéssemos deste projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma letra morta. Se nós estabelecermos aqui que o valor de uma UTI será de 1.500 reais, não vamos conseguir atingir os nossos objetivos.

Dessa forma, eu, como médico, pediria às Sras. e aos Srs. Deputados que aprovássemos este projeto o mais rápido possível. A cada minuto, a cada hora que discutimos aqui, nós estamos condenando à morte uma pessoa que está sem acesso à medicina de qualidade.

Em homenagem a essas milhares de pessoas que sofrem e a esses quase 400 mil que já pereceram, eu pediria a todas as senhoras e a todos os senhores que encaminhassem "sim" a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Documento 118/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:12

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Necessidade de estabelecimento de parâmetro para a cobrança de diárias de UTIs no Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, referente à criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência da saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

O nosso colega Deputado Alexandre Padilha colocou de forma muito pertinente que a intenção do projeto é muito boa, mas temos que ter cuidado para que a falta de certas amarras não inviabilize a chegada ao objetivo a ser alcançado.

Nós não podemos ter um projeto que não estabelece um parâmetro de valor a ser pago. Cada um vai pagar o que quiser? As isenções vão ser pagas integralmente? Um hospital vai receber 5 mil, outro 3 mil, outro 10 mil? Nós temos um parâmetro. O Ministério da Saúde majorou o valor da diária de UTI para os pacientes de COVID. Ele paga 1.600 reais a diária, além do valor da internação hospitalar no pacote do Ministério da Saúde.

Então, nós temos que ter uma referência de valor única a ser utilizada como limite de isenção a ser trabalhado, senão, em vez de abrir novos leitos, vão apenas pagar mais caro pelo leito...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 119/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:24

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Esclarecimento aos Parlamentares sobre o teor da Emenda de Plenário nº 10, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, acerca da criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, ainda bem que todos estão falando que o inimigo é o vírus, porque há algum tempo eu não estava ouvindo isso.

Em segundo lugar, nós não estamos com 5 mil pessoas na fila por um leito de UTI porque a Tabela SUS é a que rege ou mesmo o aumento do valor que o SUS já deu. Nós estamos com 5 mil pessoas aguardando porque aumentou a transmissão por falta de coordenação de enfrentamento à pandemia. Nós estamos num caos por falta de uma coordenação de um enfrentamento correto e por falta de vacina. É por isso que nós estamos com muita gente aguardando UTI.

O que a emenda faz é dar um parâmetro, dar transparência, acima da Tabela SUS. Não estamos na Tabela SUS nessa emenda. Por isso, nós precisamos ter transparência, evitar fraudes, garantir que esses leitos de fato sejam disponibilizados e estejam num valor acima da Tabela SUS. Isso é dinheiro público. Portanto, aumentemos os leitos com regulação.

Documento 120/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de leitura do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19; bem como da Emenda de Plenário nº 10 oferecida à proposição.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Eu queria pedir aos colegas que lessem os projetos que estão em votação e lessem os destaques que estão em discussão. Segundo a fala da colega que me antecedeu vemos, infelizmente, que ela não leu nem o projeto que está em votação, nem o destaque que está em discussão.

Não podemos deixar que cada hospital bote o preço que quiser, cobre a isenção que quiser sob a lógica de que estaremos garantindo esses leitos. É bom lembrar inclusive e atualizar: o valor da diária de UTI era de 800 reais. Com a COVID-19, passou para 1.600 reais.

Eu faço um apelo ao Presidente Luizinho, da Comissão de Seguridade, autor do projeto, e ao Relator Hiran Gonçalves - todos os dois, nossos colegas. O

Deputado Luizinho já foi Secretário Estadual e sabe muito bem que isso não pode ficar em aberto. Se não é 1.600 reais, vamos estabelecer um valor, mas o projeto não diz o valor. O projeto deixa em aberto para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 121/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:40

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, na redação dada pela Emenda de Plenário nº 10.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu queria aproveitar este tempo de encaminhamento para fazer algumas perguntas aos colegas, especialmente ao autor do projeto, ao Relator e a alguns Parlamentares que já passaram pela experiência como gestores do SUS.

Se 1.600 reais - essa é diária que o Ministério está pagando - não viabilizam, por que não aumentarmos temporariamente a tabela para incrementarmos os valores necessários à sustentação não só dos leitos de UTI, que hoje já estão funcionando a duras penas, como também a contratação de novos leitos?

Se os valores não são suficientes, por que não garantir no orçamento do Ministério da Saúde o mesmo patamar do ano passado e não permitir o corte que querem fazer, de mais de 35 bilhões de reais no orçamento do Ministério neste ano, na maior crise, inclusive superior à do ano anterior?

Se querem viabilizar os leitos de UTI, por que apenas esses leitos privados terão o privilégio de não ter tabela? O projeto não tem tabela: não tem tabela do SUS, não tem tabela da saúde suplementar, não tem tabela alguma. É cheque em branco! Por que apenas esses hospitais privados que vieram,

procuraram e sentaram-se à mesa terão o privilégio de ter seus serviços vendidos sem nenhum fator limitador da ganância do lucro? Insisto: por que não aumenta?

Concordo que a tabela do SUS é insuficiente, mesmo passando de 800 reais para 1.600 reais a diária, porque são pacientes que têm um custo muito grande, pois demoram na UTI, precisam de assistência multidisciplinar, precisam de medicamentos caros, que, muitas vezes, também são majorados por fornecedores. Por que não aumentamos a tabela para garantir a ampliação da oferta na contratação de leitos privados?

Insisto que não dá para aceitar que apenas alguns poucos hospitais privados, aqueles que nunca atendem pelo SUS, que nunca se dispõem a abrir suas portas para a população mais carente, que nunca se dispõem a ser contratados pelo poder público, aproveitem esse momento da pandemia para vender diárias de 5 mil, 8 mil, 10 mil e tenham esses valores totalmente pagos com recursos públicos. Não são recursos privados que estão em questão, são recursos públicos.

Nós teremos dois tipos de hospitais privados na pandemia. Os que vão receber, pelo contrato com o SUS, 1.600 reais de diária de UTI e os hospitais privados privilegiados, que terão diária no valor que quiserem, recebendo o lucro que quiserem. Não podemos achar que essa é uma medida correta.

É preciso aperfeiçoar o projeto para garantir...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 122/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:44

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, na redação dada pela Emenda de Plenário nº 10.



A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL orienta "não", Sr. Presidente.

Faço uma correção. As diárias de UTI pelo SUS, no período fora de pandemia, variam de 450 reais a 1 mil reais. Na COVID as diárias são 1.600 reais, o que é ainda insuficiente. Os hospitais privados querem ajudar, nesse momento de calamidade, e aceitaram receber uma média de 3 mil reais, o que ainda é insuficiente.

Eu não entendo a Esquerda, porque, nesse momento em que temos uma solução para salvar mais vidas, vota contra. Insistem que não é diária de 3 mil reais, mas de 5 mil, 8 mil, 10 mil reais. E querem votar contra um projeto excelente que vai salvar vidas.

Documento 123/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a não fixação do valor máximo de diárias de leitos hospitalares no texto do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou aproveitar para pedir, na orientação, o bom senso dos colegas. Não basta chegar aqui e dizer que vai pagar uma média de 3 mil reais. Escrevam no projeto. Botem no texto do projeto que o valor máximo pago será de 3 mil reais a diária. Aí, nós retiramos esse destaque e concordamos com os colegas. Agora, não ter valor no projeto e dizer que vão pagar mais ou menos 3 mil reais? Onde é que está escrito?

No projeto de lei tem que constar. Botem no projeto que vão pagar no máximo 3 mil reais a diária. Por que não fazem isso?

Documento 124/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:48

Publ.: DCD - 25/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, na redação dada pela Emenda de Plenário nº 10.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL encaminha "não". Eu me considero também um Deputado pela vida. Tenho ouvido muito que existem os Deputados pela vida e existem os Deputados pela morte. Eu me considero um Deputado pela vida. Sempre defendi a vida, sempre defendi as práticas integrativas e complementares. E acho que toda a Casa são Deputados pela vida, principalmente aqueles que querem encontrar caminhos, como o caminho da criatividade, por exemplo, dos leitos agora.

Todo mundo quer votar COVID. Mas quando vem a oportunidade de votar COVID, inventa-se alguma coisa para votar contra, porque eles são do contra. Quanto pior, melhor. Essa é a demonstração que hoje está acontecendo aqui. Quanto pior, melhor. Então, sempre vão achar um defeito, sempre vão achar um problema e sempre vão achar um culpado.

Está na hora de assumirmos a nossa responsabilidade e...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 125/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:52

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa

Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, na redação dada pela Emenda de Plenário nº 10.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Presidente, faz um apelo para que, de fato, coloquemos parâmetros no projeto. Nós somos favoráveis a essa relação, para que possamos buscar novas vagas nas UTIs.

Mas eu faço uma indagação a vários Parlamentares que falaram aqui e defenderam que não se colocasse um parâmetro. Eu queria que eles respondessem a uma pergunta. Queria saber se qualquer um deles entraria num hospital sem saber qual é o valor de uma diária. Na prática, é isso. Para o público, a coisa pode ser sem critério; para o privado, tem que ter critério. Então, se é importante ter critério, vamos colocar isso na lei. É fundamental.

As parcerias são importantes, vamos salvar vidas, mas o recurso público não é um saco sem fundo. Estamos falando de dinheiro que pertence ao povo brasileiro, no momento em que vivemos a maior crise da história do nosso País. Não colocar minimamente um parâmetro é admitir que vamos poder usar como quisermos esse dinheiro.

Por isso, o PSB...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 126/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, na redação dada pela Emenda de Plenário nº 10.



O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu fico surpreso com essa dificuldade de alguns partidos, de alguns Parlamentares, de argumentar. Aí ficam com esse discurso cansado de que nós somos contra tudo, e tal. Nós estamos mostrando, a própria disponibilidade do Relator de incorporar a sugestão mostra que o que está sendo proposto aqui pela Oposição tem muito cabimento e é muito necessário. É pena que, com essa pressa que nós tivemos aqui de tratar esse assunto, a questão não ficou bem esmiuçada, e nós vamos perder a oportunidade de construir um acordo.

O PDT vota "sim", lamentando até as palavras de um Deputado do MDB, que disse que as UPAs lá do Rio Grande do Sul já estão vazias. Foi o mesmo que disse, em maio do ano passado, que a pandemia tinha ido embora, que ele estava comemorando porque ela estava indo embora. Então, o que nós estamos fazendo aqui? Se a pandemia acabou, se as UPAs do Rio Grande do Sul já estão vazias, por que nós estamos com essa luta toda aqui em torno de novos leitos? É lamentável isso.

O PDT vota "sim".

Obrigado.

Documento 127/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-20:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alerta sobre a lucratividade da rede hospitalar privada pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Quero registrar que o Relator não aceitou nenhuma emenda - nenhuma! Então, os destaques são necessários.

Quero dizer que nós estamos numa situação de calamidade pública. E, em calamidade pública, nós temos que apostar no Sistema Único de Saúde, público e universal. E ainda se está fazendo muita concessão. Eu acho mais do

que razoável que, se a Tabela SUS está pagando até mil reais, esteja em 1.600 reais. E se está falando até em 3 mil reais. Não se quer colocar um limite para isso, e depois dizer que o gestor estadual é quem vai ver isso? Não é verdade. Quando abrirem a rede, que é a que mais ganha dinheiro - a Rede D'Or, a DASA, bilionários tratando de saúde -, o que se quer é lucro, então. Mas nós não estamos falando de lucro, nós estamos falando de vida aqui.

Por isso, o Orçamento precisa voltar com os 30 bilhões de reais amanhã. E as Forças Armadas poderiam abrir os...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 128/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:00

Publ.: DCD - 25/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde no Estado de Santa Catarina decorrente da Covid-19.
Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.
Defesa de correção da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos numa pandemia, sem sombra de dúvida, no pior momento desta pandemia, porque em nenhum dia do ano de 2020 nós vivemos o que estamos vivendo agora.

Estados organizados, repito, como o meu Estado de Santa Catarina, com ações e serviços de média e alta complexidades, em todas as regiões, não têm mais leito. Não há mais leito para colocarmos os pacientes nas UTIs. Imaginem que Santa Catarina chegou a 400 pacientes por dia em espera por uma vaga na UTI!

Não podemos perder a possibilidade de fazer com que a rede privada venha a complementar sem usar recurso público. O recurso público está sendo usado

quando se deduz o Imposto de Renda. Estamos chamando essa rede para nos socorrer.

Se fosse para haver uma tabela única, eu poderia dizer que vamos comprar vacina não baseados na segurança e eficácia, mas num preço médio. Assim, quem quiser vai vender para o Brasil, e quem não quiser não vende. E deixamos nosso povo morrendo sem ser imunizado.

Quero fazer um apelo. Nós precisamos, sim, de um valor máximo de pagamento, ou de uma referência de pagamento. Se não dá para ser aqui na Câmara, Sr. Presidente, vamos ter que trabalhar no Senado para ter um valor máximo. Eu não posso aceitar que daqui a pouco o leito de UTI num hospital cinco estrelas custe 15 mil, 20 mil, 30 mil reais. Aí eu estaria sendo incoerente.

A tabela do Sistema Único de Saúde é uma vergonha? É. Desde que eu cheguei a esta Casa se fala disso, há 20 anos. E durante todos esses anos, não conseguimos corrigir a tabela do Sistema Único de Saúde.

Há alguns anos, numa audiência pública, eu tive que ouvir que quem defendia a tabela do Sistema Único de Saúde era lobista. Eu ergui a mão naquela audiência pública e disse: "*Eu sou...*"

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - ... limitando o valor máximo a ser pago.

Documento 129/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:08

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 55º aniversário de fundação do MDB. Linhas norteadoras da atuação do partido. Abdicação do embate político em prol da discussão de agenda única de enfrentamento da crise sanitária.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para render as mais legítimas homenagens aos 55 anos da criação do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

Em 24 de março de 1966, nascia o nosso partido, em meio ao regime militar, e trazia consigo a difícil missão de reunir em um só lugar todos os opositores à ditadura e dar início ao processo de retomada da democracia no Brasil.

Não foi fácil a tarefa. De início, ninguém acreditou que essa luta era possível de ser travada. Mas o movimento ganhou força e, com a chegada do Dr. Ulysses Guimarães ao comando do partido, em 1971, inicia-se a tese de que era preciso defender uma nova Assembleia Constituinte.

Foi um momento que começou com os chamados autênticos e ganhou a sociedade, que, a partir de então, passou a questionar a situação social e política no nosso País.

Partiu do MDB a defesa por mais direitos sociais, mais direitos humanos, mais liberdades individuais e combate à censura. Na virada dos anos 70 para anos 80, foi lançada a campanha Diretas Já, para eleição do Chefe do Poder Executivo. O levante foi derrotado, mas o MDB e a luta pela redemocratização do País saíram mais vivos do que nunca daquele momento.

Em 1985, Tancredo Neves e José Sarney são eleitos pelo Colégio Eleitoral para a Presidência da República. Assim se deu o pontapé inicial para enterrar a ditadura militar e dar início às conquistas sociais no Brasil.

No Governo do Presidente Sarney, houve a criação do SUS, do seguro-desemprego, do vale-transporte e da aposentadoria para trabalhadores rurais. Naqueles anos difíceis para a economia mundial, sob a liderança do Dr. Ulysses, fizemos a Constituição Cidadã de 1988 e restabelecemos o voto direto, livre e universal.

Desde então, é do MDB a voz moderada e equilibrada, colocando-se sempre em defesa dos bons projetos para o País. Foi assim na aprovação do Plano Real e também na aprovação do Bolsa Família, projeto de relatoria do Senador Renan Calheiros.

Também foi assim com o Presidente Michel Temer, que retomou a credibilidade do País e abriu as discussões sobre reformas para recuperar a nossa economia. É do Governo Temer a inflação mais baixa dos últimos 20 anos. São também do Governo Temer as medidas que deram uma condição econômica mais favorável para este Governo.

Em 2019, Presidente, o MDB decidiu adotar uma postura independente, o que permitiu ao partido apoiar os bons projetos, sem alinhamento automático. No início deste ano, disputamos a eleição da Câmara dos Deputados, adotando uma postura equilibrada e propositiva.

Vivemos um momento muito difícil com o avanço da pandemia no Brasil e em todo o mundo. Hoje o Brasil se aproxima da triste marca de 300 mil mortos por COVID-19. Por isso, nós do MDB não temos o que celebrar.

Respeitamos a legitimidade do Presidente da República, adquirida nas urnas, tendo sido eleito com 57 milhões de votos, mas não abrimos mão de cobrar resultados e ações em defesa do povo brasileiro, principalmente no momento duro que vivemos.

Há que se abandonar o embate político e se definir uma agenda única de ações contra a crise. Por isso, nesta data, a Executiva Nacional do partido divulgou o documento *Frente Nacional pela Vida*, em defesa de uma coordenação unificada no combate à pandemia.

Assim é o MDB: responsabilidade, equilíbrio e ação assertiva. Esse é o papel que nos foi dado nos longos 55 anos de história e do qual o Movimento Democrático Brasileiro jamais abrirá mão.

Presidente, eu encerro aqui a leitura dessas palavras em homenagem ao MDB e registro também o trabalho do Presidente Baleia Rossi à frente no nosso partido, o que nos tornou, mais uma vez, o maior partido do Brasil e nos traz o compromisso renovado de sempre lutar pelas grandes causas do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 130/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:16

Publ.: DCD - 25/03/2021 --WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Retirada pelo PDT de requerimento de destaque oferecido ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 457, de 2021, a respeito da alteração da Lei nº 13.979, de 2020, sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, com vista à utilização temporária, pela população civil, de leitos vagos nos hospitais das Forças Armadas brasileiras.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou criterioso com relação à apresentação de destaques e emendas, e não é que os outros não sejam. Eu não fico apresentando destaque à toa. Esse destaque que eu apresentei é aquele que eu mencionei na reunião de Líderes e que foi amplamente aceito, com relação às vagas nos hospitais militares.



O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Já encaminhamos um requerimento nosso para agilizar a solicitação de V.Exa., Deputado Wolney Queiroz.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Se V.Exa. se comprometer com os demais de pautarmos o projeto do Deputado Eduardo Bismarck que trata desse tema, eu já retiro de imediato o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós acertamos no Colégio de Líderes que nós iríamos pautar esta semana projetos que tratam de COVID e que iríamos fazer um esforço absoluto para discutir os projetos no Colégio de Líderes, Deputado Wolney, para que não cheguem ao plenário projetos que não estejam arredondados, a fim de que não aconteça, num momento como este, uma discussão sobre algo que poderia ter sido resolvido mais cedo, lá no Colégio de Líderes. Mas entendo a urgência deste projeto que veio para a pauta hoje.

Eu não tenho problema nenhum com pauta alguma, contando que sigamos o critério de tentarmos arredondar o entendimento quanto aos projetos, para que eles não cheguem ao plenário com tantos destaques e com tantas emendas.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Eu retiro o destaque do PDT e peço a V.Exa. que me ajude na condução do PL 457, do Deputado Eduardo Bismarck.

Obrigado.

Documento 131/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:16

Publ.: DCD - 25/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Redução dos recursos orçamentários da saúde. Denúncia de fura-fila de vacinação por empresários mineiros. Inadmissibilidade de retirada de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS. Construção de acordo para estabelecimento do valor de diárias de UTIs no âmbito do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Com a licença da nossa Líder, a Deputada Talíria Petrone, que está aí também, Sr. Presidente, eu queria falar porque eu não consegui falar até agora. E eu estava inscrito.

Eu queria, neste momento, Sr. Presidente, dizer que é claro que todos nós queremos responder pela defesa da vida, dar resposta à pandemia, dar resposta ao negacionismo a que assistimos durante este ano inteiro, quando tivemos 300 mil mortes, 3.200 mortes num único dia, ontem.

Nós temos que dar a melhor solução a isso. E é lógico que isso deve ser um esforço coletivo.

Mas nós temos também que entender que toda essa discussão precisa ter parâmetros, precisa ter limites. Nós temos que entender que temos um sistema de saúde único e universal no Brasil. Amanhã nós vamos discutir o orçamento. E no orçamento há uma redução da verba para a saúde da ordem de dezenas de bilhões de reais. E aqui estamos falando da isenção de 2,5 bilhões de reais. Então, é óbvio que nós teremos que dizer, como a *TV Câmara* tinha colocado: "*É dinheiro privado que vai entrar? Não, é dinheiro público que vai entrar - dinheiro público*". E mais: nós entendemos que é preciso dar uma resposta global a essa situação.

Eu quero fazer uma denúncia, sim, como outros já fizeram. O setor privado dizia que tinha a maior boa vontade, que a iniciativa privada ia comprar vacinas e tal. Agora, a revista *Piauí* denuncia que políticos e empresários do setor de transportes, figuras conhecidas como Clésio Andrade, que foi Deputado e Senador, e pessoas da Belgo-Mineira, atual ArcelorMittal, simplesmente vacinaram seus funcionários e famílias com vacina da Pfizer comprada ao custo de 600 reais. Furaram a fila! Essa é a realidade!

Quando falamos em colocar um limite aqui, estamos dizendo que o zelo com o Sistema Único de Saúde - SUS precisa ser mantido.

A Inglaterra tem um sistema público de saúde, o NHS. O Primeiro-Ministro foi atendido lá e beijou a mão da enfermeira para dizer que é o melhor sistema de saúde do mundo. Aqui estamos tirando dinheiro do SUS!

Então, se a Tabela SUS não dá conta, a emenda do PDT... Eu também apresentei requerimento de informações às Forças Armadas, para ver se eles estão atendendo pacientes de COVID. Ainda não recebi resposta a esse requerimento.

Vamos fazer uma parceria com os setores? Sim, mas quando se diz que 95% dos leitos, inclusive do setor privado, estão ocupados em São Paulo, na verdade, há muitos leitos destinados a cirurgias eletivas, etc. Nós não queremos, não podemos e achamos que seria absurdo deixar que, no meio da pandemia, setores que, segundo a revista *Fortune*, já são megatrilionários levem vantagem, com lucro no meio da pandemia. Uma coisa é ajudar, colaborar, complementar e dar garantias...

Por isso, nós queremos dizer que este acordo que estabelece um padrão, um limite, é uma redução de danos. Desta forma, o PSOL retira sua proposta, que

era manter o SUS organizando o conjunto do sistema, fazendo requisições, de acordo com a Constituição Federal e a lei...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 132/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:28

Publ.: DCD - 25/03/2021 --VINICIUS POIT-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo Deputado Paulo Ganime do Projeto de Lei nº 1.036, de 2021, sobre o estabelecimento de normas educacionais excepcionais durante a emergência em saúde pública, e a participação de médicos formados no exterior no combate à epidemia de coronavírus. Condicionamento da retirada de requerimento de destaque à apreciação da propositura.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Só quero agradecer a oportunidade de compor esse acordo, retirar nosso destaque e registrar o apoio do Deputado Paulo Ganime, que foi o autor da emenda e, depois, do destaque.

Como nós falamos para o Presidente Arthur Lira, o Deputado Paulo Ganime apresentou o Projeto de Lei nº 1.036, de 2021, Deputado Hiran, que tem inclusive apoio do Deputado Elias Vaz, do Líder Bohn Gass, da Deputada Mara Rocha, do Líder Danilo Cabral, do Líder Geninho Zuliani e de outros Deputados.

Esse projeto, Deputado Renildo, tem a finalidade de reforçar nosso time de médicos no combate ao coronavírus, porque, na hora em que instalamos uma unidade de UTI ou um hospital, falta o componente humano. No Brasil mesmo, está todo mundo até aqui de trabalho. Então, nós podemos trazer médicos brasileiros formados lá fora e estrangeiros formados lá fora, logicamente validados, Deputado Hiran, para atuarem pelo menos no meio da pandemia.



Então, nós retiramos o destaque com o compromisso de se discutir o mérito desse projeto, se pautar esse projeto. Nós agradecemos ao Presidente Arthur Lira, porque, com isso, de alguma forma, vamos reforçar o time e acabar com o coronavírus o quanto antes.

Documento 133/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:28

Publ.: DCD - 25/03/2021 --EDUARDO CURY-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inoportunidade de discussão dos preços de diárias de leitos de UTIs, tendo em vista à importância da preservação de vidas frente à epidemia de coronavírus. Equiparação entre os preços da vacina Moderna e do teste da Covid-19.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só fazer um registro, Sr. Presidente, para quem está nos acompanhando e não está entendendo: o leito mais caro é barato para nós neste momento de perda de 300 mil vidas; a vacina mais cara, que custa 30 dólares, a da Moderna, é mais barata que um teste de COVID que se faz numa farmácia.

Documento 134/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Alteração do texto oferecido pelo orador ao Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu posso ler como ficou o texto, para que a redação fique à disposição dos colegas da Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Pois não.



O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - *"Os valores que sofrerão compensação tributária terão como referência a tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar"*.

Eu já submeti o texto aos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - O texto o atende, Deputado Alexandre Padilha?

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não. A base do acordo é que o texto expresse que os valores terão como referência o valor máximo praticado pelas operadoras de plano de saúde reguladas pela ANS. Se o texto citar apenas a referência, sem colocar o valor máximo, alguém poderá praticar, por exemplo, um preço 50% maior do que o valor de referência.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Deputado Alexandre Padilha, estou com a maior boa vontade aqui...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Sim. Eu sei disso, Deputado Hiran Gonçalves, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Alexandre Padilha, deixe-me fazer uma sugestão.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu faço essa alteração aqui rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Eu só ia propor que ele fizesse a sugestão do texto diretamente para o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Vamos acrescentar aqui, Deputado Alexandre Padilha, o valor máximo. O representante da Oposição está aqui. Eu vou deixar consignado no texto o seguinte: *"Os valores que sofrerão compensação tributária terão como valor máximo a tabela de remuneração das operadoras de planos de saúde reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar"*.

Fica bom assim?

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito bem, nosso grande Relator Hiran!

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Deputado Padilha, muito obrigado pela colaboração.

Eu queria agradecer a todos aqui pelo senso de responsabilidade que tivemos ao permitirmos agilizar a aprovação deste texto tão importante para o nosso País.

Documento 135/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JUSCELINO FILHO-DEM -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Líderes opositoristas pela celebração de acordo para a votação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Congratulações ao autor e ao relator da proposição.

O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, eu só queria rapidamente cumprimentar a todos os Líderes da Oposição pelo acordo aqui celebrado, parabenizando mais uma vez o Relator, todos os Líderes e o autor do projeto.

Acredito que esta Casa está fazendo um grande avanço no dia de hoje. Com certeza, o mais breve possível, vamos disponibilizar mais leitos para as pessoas que estão na fila, precisando dessas vagas, e assim salvar a vida de brasileiros.

Muito obrigado. Parabéns!

Documento 136/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:32

Publ.: DCD - 25/03/2021 --DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela votação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, eu quero aqui agradecer ao conjunto dos Deputados, em especial ao Deputado Hiran Gonçalves, à Deputada Carmen Zanotto, ao Deputado Evair Vieira de Melo, ao Deputado Alexandre Padilha e ao Deputado Jorge Solla.

Nós vivemos o momento mais grave da história do nosso País, e a população espera de nós que venhamos aqui construir soluções. Temos que ter criatividade, garra e, acima de tudo, vontade de construir um novo País.

É claro que estamos trabalhando aqui sempre buscando o melhor. Alguém pode discordar, mas o mais importante é que o meu objetivo, que é também o objetivo do Deputado Padilha, do Deputado Solla, do Deputado Hiran, que é um irmão que a vida me deu, é reconstruir nosso País e salvar vidas. Que a população saiba que neste plenário vamos estar sempre à disposição para salvar vidas em nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 137/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 25/03/2021 --HIRAN GONÇALVES-PP -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Parlamentares, à Consultora Legislativa e à assessoria do orador, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dividir esta relatoria com todos os 513 Deputados e fazer uma referência a toda a nossa assessoria e à Consultoria da Casa, que nos ajudou na relatoria deste projeto. Este projeto é tão importante que não pode ser de uma pessoa só, Sr. Presidente.

Quero aqui salientar a importância, a credibilidade, a firmeza do nosso querido Presidente Arthur Lira. Só com sua capacidade de aglutinar e de fazer acordos é que nós poderíamos aprovar um projeto tão importante para o nosso País.

Eu quero também, finalmente, agradecer a Deus por ter me dado esta oportunidade de, durante o meu ciclo vital, com 40 anos de formado, estar aqui nesta Casa podendo ajudar, ainda que de uma maneira muito singela, na

mitigação do sofrimento dessas pessoas. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu nunca imaginei que nós poderíamos viver algo tão grave na história da humanidade.

Eu dou parabéns a todos desta Casa. Agradeço indistintamente a todos da Oposição e da Situação que, sempre no afã de aperfeiçoar o texto, colaboraram para que este texto ficasse do tamanho exato, para que nós pudéssemos mandá-lo consensuado ao Senado a fim de que fosse aprovado o mais rápido possível, porque, volto ao dizer, enquanto nós estamos discutindo aqui, vidas estão se perdendo no nosso País.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nós!

Documento 138/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:36

Publ.: DCD - 25/03/2021 --RICARDO IZAR-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Hiran Gonçalves e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Dificuldades enfrentadas pelos portadores da doença de Parkinson em tempos de epidemia. Descaso dos governantes com o fornecimento de medicamentos aos portadores da doença. Apelo ao Governo Federal de dispensa, durante a epidemia de coronavírus, da revalidação do auxílio-doença aos portadores de Parkinson; do mal de Alzheimer; de esclerose lateral amiotrófica; de esclerose múltipla e de outras doenças degenerativas. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 8.046, de 2017, sobre a alteração das Leis de nºs 8.036, de 1990; 8.213, de 1991, e outras em benefício dos portadores de doenças crônico-degenerativas; e do Projeto de Lei nº 2.730, de 2020, acerca da promoção, em âmbito nacional, do Mês da Conscientização da Doença de Parkinson, simbolizada pela tulipa vermelha.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria, primeiro, cumprimentar o Deputado Hiran e o Deputado Dr. Luizinho, que têm sido ícones aqui na questão do combate ao coronavírus, têm sido os comandantes. Sempre seguimos as orientações deles, porque eles sabem tudo de saúde. Quero parabenizá-los pelo projeto aprovado agora.

Vimos falando muito de coronavírus, mas existem outras patologias cujos portadores passam por necessidades. Uma delas é a doença de Parkinson. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista pelos Direitos das Pessoas com

Parkinson. Na semana que vem entramos no mês de abril, um mês que vai ser dedicado à conscientização sobre a doença de Parkinson.

Eu creio que todos aqui conhecem alguém que tem ou teve algum familiar diagnosticado com essa patologia. E quem pensa que o Parkinson causa só tremores está totalmente enganado. A doença causa diversos sintomas motores e não motores que comprometem os movimentos do indivíduo. A progressão da doença afeta, de maneira drástica, não somente a vida das pessoas com a doença, mas as vidas de todo o núcleo familiar.

O Parkinson é a segunda doença neurodegenerativa em número de casos. Acomete em torno de 1% da população acima de 65 anos de idade, mas também pode acometer pessoas jovens. A estimativa é que haja mais de 10 milhões de pessoas com Parkinson no mundo. Aqui no Brasil os números são subestimados. Desde 2007, fala-se que há em torno de 200 mil casos, mas até hoje, 2021, nenhum levantamento consistente foi feito pelo Ministério da Saúde.

A doença é considerada de alta complexidade e de difícil controle. As pessoas que têm Parkinson necessitam de tratamento medicamentoso aliado a terapias multidisciplinares. O Deputado Giovani Cherini sabe disso; conversamos bastante sobre o assunto. Os medicamentos são fundamentais para garantir que as pessoas com Parkinson consigam realizar tarefas consideradas básicas para o ser humano, como andar, comer, tomar banho, pentear o cabelo. Na maioria dos casos, os remédios ajudam a reduzir as dificuldades motoras.

Eu queria que todos se colocassem por um instante, principalmente os Parlamentares, no lugar dessas pessoas. Imaginem-se com Parkinson e sem remédio, sem medicamento. Imaginem depender de alguém para levantar da cadeira, levantar da cama. Imaginem tentar andar e não ter forças nem para ficar de pé, não conseguir dar um passo para sair do lugar, não ter autonomia para tomar banho, escovar os dentes. Imaginem o esforço, o cansaço, as dores e a impotência de uma pessoa assim. Agora pensem em como é viver assim todos os dias, sem remédio, por causa da omissão do Governo Federal e do governo estadual.

Estamos no meio de uma pandemia, e, para quem tem Parkinson, o desafio é maior do que se proteger do contágio do vírus. O desafio de milhares de brasileiros com Parkinson é sobreviver ao descaso do Governo Federal e do governo estadual. Antes de enfrentarem a COVID, que coloca sua vida em risco, os portadores de Parkinson têm que enfrentar o próprio Governo, que, omissivo, deixa de fornecer os medicamentos, insiste em retirar aos poucos desses cidadãos o direito garantido por lei. As pessoas com Parkinson estão agonizando, sem ter a possibilidade de manter o mínimo para controlar essa doença degenerativa e cruel. Há 2 meses não se vê medicamento para quem tem Parkinson na rede pública e nas farmácias populares. Vimos falando isso com o Secretário de Estado da Saúde, com o Ministério da Saúde, e nenhuma providência é tomada.

Hoje, por exemplo - isto é um absurdo não só para quem tem Parkinson, mas também para quem tem Alzheimer ou outra doença degenerativa -, a pessoa é obrigada, a cada 3 meses, a fazer a revalidação do auxílio-doença, apesar de ter uma doença degenerativa que vai ficar cada vez pior, nunca vai estar em grau melhor. Por que essas pessoas têm que fazer a revalidação a cada 3 meses, ainda mais em época de pandemia, apesar de, por causa dessas doenças, dessas patologias, terem risco maior de contrair o coronavírus, porque produzem menos dopamina? O Deputado Hiran Gonçalves sabe disso; já conversamos sobre o assunto.

Então, eu queria fazer uma solicitação aqui, como Presidente da frente parlamentar: que o Governo, pelo menos nesta fase de pandemia, reconhecesse a não necessidade da revalidação do auxílio-doença para os portadores de Parkinson, de Alzheimer, de esclerose lateral amiotrófica - ELA, de esclerose múltipla, de todas essas doenças cujo portador não é preciso constatação para ver que está pior, e não melhor.

Queria pedir também ao Presidente Marcelo Ramos e a todos os pares que se solidarizam com esta causa que colocássemos em votação logo o Projeto de Lei nº 8.046, de 2017, que traz uma série de benefícios para quem tem Parkinson, Alzheimer e outras doenças degenerativas. Também pediria que, no mês de abril, pudéssemos votar o Projeto de Lei nº 2.730, de 2020, que trata da conscientização sobre a doença de Parkinson, do projeto Tulipa Vermelha.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 139/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:44

Publ.: DCD - 25/03/2021 --GIOVANI CHERINI-PL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Relevância do papel exercido pelo agronegócio e pela agricultura familiar no desenvolvimento do País. Defesa da exploração agrícola de terras indígenas de forma racional e equilibrada. Contrariedade à atuação de organizações não governamentais estrangeiras no País.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sou agricultor, filho de agricultor. Nunca abandonei a terra, porque foi dela que eu saí, vendendo leite na beira da estrada, sendo leiteiro, plantando soja, plantando milho. Eu me criei na lida da roça.



Eu quero passar uma receita para salvar o País: acabar com o preconceito contra o agronegócio, contra o agricultor. Dizem que o agricultor é predador, que o agronegócio é ruim para o País. A agricultura familiar é fundamental, mas o agronegócio complementa a agricultura familiar e o desenvolvimento do País. Basta olharmos os dados. A sua terra, meu querido Marcelo Ramos, o Amazonas, representa 45% do território, representa nove países, tem a maior floresta tropical do mundo. A primeira coisa a fazer é garantir que a Amazônia seja nossa, e não das ONGs internacionais, não daqueles países que vêm explorar as nossas riquezas aqui.

O Brasil tem uma extensão territorial de 851 milhões de hectares, 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Existem 724 terras indígenas, ocupando uma extensão total de 117 milhões de hectares, cerca de 1 milhão e 173 mil quilômetros quadrados. Sabe-se que 13,8% do território brasileiro é reservado aos povos indígenas, ou seja, 13,8% das terras brasileiras são reservadas aos povos indígenas. Precisamos libertar os nossos indígenas das amarras do Estado. Os índios americanos ficaram ricos. Nossos índios são latifundiários, mas são pobres; têm uma riqueza enorme, mas muitos deles morrem de fome.

Temos que tirar as amarras do Estado aprovando na Câmara um projeto que dê liberdade para que o índio possa explorar as suas terras de forma racional, de forma equilibrada e de forma a conservar o patrimônio natural. Os índios podem ser ricos no Brasil. Imaginem dividir, entre cerca de 20 mil indígenas, 117 milhões de hectares de terra.

Vejam bem a contradição: o Brasil é o País que mais preserva no mundo, mas é o País de que mais se tem notícias de desmatamento no mundo. Pois é, aqueles que dão as notícias esquecem que o Brasil cultiva apenas 7,6% das terras e preserva 66% do território - a agricultura é feita em 7,6% das terras! A Dinamarca cultiva 76,8% do seu território; a Irlanda, 74,7%; os Países Baixos, 66,2%; o Reino Unido, 63,9%; a Alemanha, 56,9%. Quem é que não preserva a sua natureza? São esses aí, que criticam e exigem do Brasil. Mesmo os Estados Unidos dedicam 18,3% do território ao agronegócio; a China, 17,7%; a Índia, 60,5% do território. E a maioria desses países critica o Brasil, que tem de área agricultável 7,6% do território e onde 13,8% das terras são área indígena. Apenas em 7,6% do território se trabalha e planta.

Qual é a solução deste País? Primeiro, é dizer que a Amazônia é nossa. Segundo, é libertar os índios das amarras do Estado - e nós temos o Código Florestal mais avançado do mundo, que nesta Câmara eu ajudei a aprovar. Também precisamos libertar o Brasil das ONGs internacionais que vêm aqui só para explorar. E precisamos apoiar o agronegócio e a agricultura familiar.

Só assim o Brasil pode sair dessa desgraça desse vírus. Só assim o Brasil pode alimentar milhares de pessoas que receberam ordem para ficar em casa. Como ficar em casa sem comida? Como ficar em casa sem agricultor? Imaginem, agora, o agricultor dizer: "*Bom, eu também corro risco, eu também vou ficar em casa*". Quem vai alimentar a massa da população brasileira?



Vou repetir: os índios no Brasil têm 13,8% do território nacional e não podem arrendar terras. Mas eles as arrendam de forma irregular, para ter alguma renda, com contrato de gaveta. Há centenas de casos assim, e, muitas vezes, o cacique comanda tudo e não divide o ganho com os seus liderados. Infelizmente, isso acontece muito no Brasil.

Vamos libertar os índios das amarras do Estado e vamos dar oportunidade para que eles possam ser realmente latifundiários e ricos neste País. Ser rico não é uma coisa feia, principalmente trabalhando honestamente. Aliás, tudo aquilo que nós almejamos é um dia ter riqueza, não apenas material, mas também espiritual.

Precisamos libertar o Brasil das ONGs internacionais que estão dentro das áreas indígenas, explorando o nosso nióbio, explorando o nosso ouro, levando embora as nossas riquezas. Essa é a receita para salvar o País.

Se nós quisermos salvar o País, temos que começar pelo agronegócio, pela agricultura familiar. Vamos explorar racionalmente e de forma equilibrada as nossas terras, plantando cada vez mais, aumentando a produtividade e vendendo riquezas e *commodities* para o mundo. A receita para enriquecer cada vez mais o Brasil e salvá-lo deste momento que vivemos é fortalecer o agronegócio e a nossa agricultura familiar. Podem ter certeza disso.

Viva a agricultura brasileira, que está salvando o nosso País!

Muito obrigado.

Documento 140/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:52

Publ.: DCD - 25/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Colapso do sistema de saúde no Brasil em decorrência da Covid-19. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Pedido de reedição da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, a chamada PEC do Orçamento de Guerra, relativa à instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Presidente Marcelo Ramos, que viveu, no mês de

janeiro, no seu Estado do Amazonas, junto com outros colegas Deputados e Senadores, o que parte do País está vivendo agora: a situação crítica da falta de oxigênio e da falta de leitos de enfermaria e de leitos de UTI e a necessidade de levar pacientes do Estado para outras regiões brasileiras.

Esta Casa tomou uma decisão importante, a partir do nosso Presidente Arthur Lira e do Colégio de Líderes.

Aqui eu quero agradecer ao Líder do meu partido, o Deputado Alex Manente, que me permitiu tratar, na tarde de hoje, deste tema, do projeto de lei apresentado pelo Deputado Dr. Luizinho, que preside a nossa Comissão de Seguridade Social e Família e também a nossa Comissão Externa de Enfrentamento à COVID.

Estamos trabalhando desde o início do ano passado. Eu tive a oportunidade, no dia 4 de fevereiro de 2020, de ser a Relatora da lei de emergência sanitária internacional. Quero aqui repetir que sabemos das dificuldades que as demais regiões do País estão enfrentando neste momento, com a falta de leitos de UTI e, em algumas situações, a falta cilindros de oxigênio.

A logística do Sul do País e de outras regiões é diferente da logística do seu Estado, Presidente. Mas a aprovação desta matéria, a partir de um acordo do Colégio de Líderes, foi muito importante, porque nós precisamos pelo menos ter esperança de termos mais leitos de UTI.

Para aproveitar o meu tempo, Sr. Presidente, que é muito limitado, eu preciso fazer um apelo aqui. Nós precisamos que o Ministro da Economia faça os estudos necessários e reedite a PEC do Orçamento de Guerra. Estamos no pior momento e precisamos dos recursos. A PEC do Orçamento de Guerra não quebrou o País no ano passado e não vai quebrar o País neste ano. Em situações excepcionais precisamos de medidas excepcionais.

Muito obrigada, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos e por este acordo aqui construído com a participação...

(Desligamento automático do microfone.)



Sumário

Agradecimento aos Deputados Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e Hiran Gonçalves, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Agradecimento ao Líder do PSL, Deputado Major Vitor Hugo.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. A minha fala será rápida.

Queria parabenizar o Deputado Dr. Luizinho pelo grande projeto. Queria parabenizar o Deputado Dr. Hiran pela relatoria e pelo acordo. E queria agradecer ao meu Líder do PSL, o Deputado Major Vitor Hugo, por me conceder a oportunidade de orientar pelo meu partido na tarde de hoje, durante a votação deste projeto tão importante para salvar o nosso Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 142/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --BOHN GASS-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.010, de 2021, sobre a criação do Programa Pró-Leitos durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19. Situação de desespero reinante no Estado do Rio Grande do Sul em decorrência da epidemia de coronavírus. Alcance da marca de 300 mil mortes no Brasil provocadas pela doença viral. Defesa de votação pela Casa tão-somente de proposições relacionadas ao coronavírus. Recomposição das dotações orçamentárias da saúde.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu também quero parabenizar todos e todas que se envolveram com muita força para a construção deste projeto. Na nossa bancada do PT, o Deputado Padilha e o Deputado Solla são nossos coordenadores desta área, e os parabenizo pelo seu trabalho.

Quero dizer que, do Rio Grande do Sul, recebi esta mensagem: *"A situação do Rio Grande do Sul não é muito grave, é desesperadora. Chegamos hoje a 17.788 mortes. Só nas últimas 24 horas, foram 244 vítimas fatais e 8.364 novos infectados. Nada há para comemorar"*.

Houve 2.009 mortes no Brasil nas últimas 24 horas, somando 300.685 mortes no total. Passamos de 300 mil mortes.

O que nós precisamos fazer aqui ainda é restituir recursos por meio das votações que nós queremos que ocorram neste Plenário e também nas Comissões. Mas, além disso, não queremos, vou repetir isso aqui, que se votem outros projetos - reforma administrativa, reforma eleitoral, privatizações - nas Comissões, só projetos relativos à COVID, renda básica para o povo e emprego. É disso que o povo precisa.

Uma frase ainda: o Orçamento tirou, neste ano, 35 bilhões de reais da saúde, Presidente Marcelo. Nós teremos sessão do Congresso e poderemos repor isso, além dos recursos para a educação e outros temas. Para a saúde, são 35 bilhões de reais! Faremos amanhã luta para repor esse recurso que foi cortado, infelizmente.

Obrigado, Presidente.

Documento 143/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-21:56

Publ.: DCD - 25/03/2021 --ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Participação da iniciativa privada nas ações de combate à epidemia de coronavírus. Inexistência de linhas claras e específicas para enfrentamento da Covid-19 no País. Expectativa de votação pela Casa de proposições destinadas ao combate à crise sanitária.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro eu o parabenizo por estar conduzindo tão bem os trabalhos desta Casa. Isso para mim não é surpresa, porque conheço a sua dedicação, a sua competência.

Eu tenho estado um pouco ausente dos debates em razão de problemas particulares, inclusive ligados à COVID. Mas eu ouvi bastante aquilo que se debateu na sessão de hoje. Acompanhei, sobretudo, o esforço de buscar a iniciativa privada para que ela possa, então, suprir as deficiências ligadas ao

Governo. Nós sabemos que a iniciativa privada responde mais rápido, sobretudo quando tem incentivos fiscais para tal.

O que me veio à mente, Presidente - eu sou apaixonado pela Bíblia e já li esse livro oito vezes -, é que, no livro *Juízes*, nos últimos capítulos, está escrito que houve um tempo em que não havia lei, e cada um fazia o que bem entendia. O coronavírus no Brasil é um caso extremamente sério. Cada Município tem a sua regra, cada Estado tem a sua regra. O Governo Federal tem a sua regra. O Supremo Tribunal Federal faz interferências na hora em que bem quer, atendendo a pedidos e ações que se processam por lá. Dessa maneira, estamos vivendo um caso extremamente grave no Brasil, porque não há uma linha de atuação. Nós temos as regras da OMS e nos rendemos a elas, mas não há uma linha específica de atuação. Lamentavelmente, quando não existem regras claras - e aí entra o Ministério da Saúde do Brasil -, cada um faz o seu jogo, cada um faz a sua dedução.

A ciência é ciência porque tem definições exatas, tem definições cristalizadas. Portanto, ela tem que delinear os procedimentos federais, estaduais e municipais.

Eu ando muito preocupado com o nosso Brasil, Presidente. Há uma discussão sem fim acerca da vacina, e, quando temos um projeto do nível deste, ele é criticado por pessoas que não compreendem a grandeza dele. Então, levamos muitas horas para aprovar um projeto bom para todos os brasileiros, que insere a iniciativa privada no processo.

Também temos uma preocupação muito grande com o fato de que cada Município, cada Estado e o Governo Federal têm suas regras, dentro dos seus caprichos políticos, às vezes, ou não, alguns querendo acertar, outros querendo fazer política. A verdade é que o Brasil vive um caso de polícia com relação ao coronavírus. Que Deus possa ter misericórdia do Brasil!

Espero que projetos do nível deste que debatemos hoje possam ser votados mais rapidamente, de maneira mais ágil. No Brasil, as pessoas que morrem já não podem ser contadas por dia, têm que ser contadas por hora. Então, o caso é extremamente grave.

Espero também que possamos, como Poder Legislativo da Federação brasileira, estabelecer critérios cristalizados, dentro dos princípios da ciência, do Ministério da Saúde, da OMS, para darmos um tom, para darmos um norte, para buscarmos um verdadeiro e efetivo combate ao coronavírus no Brasil, que *a priori* tem estado muito a cavaleiro, muito à vontade, enquanto milhares de pessoas estão morrendo a cada dia.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil e que possamos viver um tempo novo, sobretudo na batuta deste tempo novo...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 144/1.178

27.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-24/03/2021-22:00

Publ.: DCD - 25/03/2021 --JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-REPRESENTANTE DO PARTIDO
DISCURSO

Sumário

Repúdio às tentativas de intromissão na vida dos povos indígenas. Contrariedade à exploração agrícola de suas terras. Dever do Estado brasileiro de proteção dos direitos dos indígenas. Adoção de plano de enfrentamento da Covid-19 nas aldeias brasileiras.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, obrigada.

Eu achei muito apropriado usar esse meu tempo de Líder depois que ouvi absurdos relacionados aos povos indígenas.

Em primeiro lugar, quem pode falar pelos indígenas são os próprios indígenas. Nós temos realidades totalmente diferente no Sul, no Sudeste e na Amazônia. Inclusive, se há uma grande preservação das áreas da Amazônia, ela se dá graças aos povos indígenas, graças aos povos originários deste País, que tanto sacrificam todos os dias seus direitos e suas vidas.

Tentam ainda nos colonizar, como se o período de colonização não passasse. Todos os dias ouvimos absurdos. Tentaram planejar o futuro dos povos indígenas sem considerar sua capacidade de pensar, sua capacidade de propor, sua capacidade de falar por si próprios.

Essa questão de visualizar só a exploração das terras indígenas é totalmente absurda, além de inconstitucional. Propor arrendamento de terra indígena pode viabilizar mais crimes ainda. Hoje, as terras indígenas estão invadidas, estão ameaçadas por garimpos ilegais. E, diga-se de passagem, toda vez que alguém abre a boca e fala sobre exploração de terras indígenas, aumenta a invasão dessas terras.

Outra coisa: a questão dos 13% diz respeito ao que está regularmente reconhecido, não corresponde à totalidade ainda. Os indígenas são os descendentes dos proprietários de 100% deste País. Estamos assim vivendo



não porque somos pobres, mas porque fomos empobrecidos por esse sistema colonizador. Sempre se fizeram planos de explorar, mas nunca se quis incluir os povos indígenas como verdadeiros donos do seu direito e de sua vida, como parceiros, e não como indivíduos a serem explorados, como povos capazes de fazer propostas e planejar sua vida.

É fácil planejar a vida na terra dos outros; quero ver planejar só na sua mesmo. Podemos muito bem conciliar a questão da água, da floresta, da agricultura familiar sem explorar os povos indígenas.

Eu estou neste Parlamento justamente porque os povos indígenas estão se preparando para ser representados, e não sub-representados. Nós sabemos falar por nós próprios. Nós sabemos muito bem os nossos direitos.

Se há ONG na Amazônia ou em qualquer lugar fazendo o trabalho do Governo Federal, é porque existe uma lacuna. Se existem organizações trabalhando pela conservação do meio ambiente, é porque esse trabalho não está sendo feito. Deveria, sim, haver investimento em monitoramento, fiscalização, preservação, conservação, combate aos crimes de garimpo, ao desmatamento, às queimadas. Isso é obrigação do Governo, do Estado brasileiro, assim como a proteção dos direitos dos povos indígenas.

No mais, Sr. Presidente, eu queria reforçar a questão relativa às áreas dos povos indígenas que se encontram no Brasil. Realmente, é preciso dar um enfoque a isso. Esses 13% são patrimônio público. Os povos indígenas têm o usufruto exclusivo dessas terras e deveriam receber tratamento condizente com isso, porque nós estamos cuidando delas no dia a dia. Essas áreas podiam muito bem ser valorizadas, não no sistema de exploração, mas com investimento, para se proteger a grande riqueza deste País, que é a riqueza cultural.

Infelizmente, há muitas pessoas que não reconhecem isso. Infelizmente, há pensamentos que discriminam e não respeitam os direitos dos povos indígenas. Esses povos continuam sofrendo ataque, discriminação, colonização, exclusão. Esse pensamento não leva a um país digno e respeitoso.

Nós estamos sofrendo uma pandemia no Brasil. Deveríamos estar falando disso, pensando em estratégias de enfrentamento à COVID. Mas há pessoas que querem planejar a ilegalidade: arrendamento, invasão, incentivo à entrada de pessoas em busca de ouro e diamante, de garimpo. Acham que vão ganhar fácil, acham que isso vai ser a solução para a economia. Ao contrário, isso vai devastar a vida. O que vamos ver é construir um país explorador em cima das almas indígenas. Quantos já morreram por esse tipo de pensamento?

Eu digo a V.Exas., Srs. Parlamentares, que nós temos uma lei, a Constituição Federal. Se nós hoje lutamos por respeito, é porque isso está escrito, está garantido nessa lei. Isso não é simplesmente um discurso ideológico, não é

simplesmente um posicionamento político; é legislação, é obrigação. É nesse sentido que falamos que é para se respeitar os povos indígenas.

Respeitem os povos originários! Não se negociam direitos. Protege-se o direito e se cumpre a Constituição.

Documento 145/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-15:44

Publ.: DCN - 26/03/2021 --FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM

QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a inexistência de acordo para a votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Senador Rodrigo Pacheco. A minha questão de ordem é baseada no art. 3º do Ato II do Regimento Comum das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

Art. 3º Somente poderão ser pautadas na forma prevista no art. 2º, as matérias urgentes ou relacionadas com a pandemia do Covid-19, que para isso tenham a anuência de 3/5 (três quintos) dos Líderes Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nós estivemos na Comissão e tanto o PSOL quanto o PT e o PSB encaminharam contrariamente ao relatório. Eles estão neste momento fazendo questões de ordem na sessão conjunta do Congresso Nacional. E essas questões de ordem, com toda a tranquilidade, Presidente Rodrigo Pacheco, são uma lástima para quem é obrigado a fazê-las. Quando começamos a discussão na CMO, nós falamos que queríamos discutir o orçamento e votá-lo no prazo hábil, que está atrasado. Qual não é a nossa surpresa quando vem uma peça orçamentária, e se mantém uma peça orçamentária, em que a maior parte dos investimento vai para o Ministério da Defesa comprar submarinos enquanto as pessoas estão morrendo sem leitos, sem oxigênio, sem vacina, porque o Bolsonaro segue com a guerra errada. Evidentemente que não é a guerra contra a COVID-19.

Em segundo lugar, Presidente, vem um orçamento que vai calotear os previdenciários aposentados. Faltam 8 bilhões de reais para pagar a Previdência Social, 2 bilhões de reais para pagar o abono, porque o Bolsonaro está caloteando, não quer pagar as parcelas de julho agora, quer começar a pagar a partir de 2021, um orçamento com 39% a menos para a área da saúde,

um orçamento que corta o dinheiro da educação e contingencia recursos da ciência e tecnologia.

Não podemos admitir que, neste momento da história, a prioridade seja outra - como falou *O Estadão*, que tenham austeridade fiscal seletiva. Nós somos contra a austeridade fiscal do teto, nós somos contra a austeridade fiscal que massacra o sistema público de saúde, mas o que nós temos aqui é uma autoridade seletiva para as áreas sociais e 8 bilhões de investimentos para o Ministério da Defesa - sem falar nas despesas discricionárias, que, sinceramente, na nossa avaliação, totalizam quase 20 bilhões!

Aí, podem dizer o que quiser; tem a ver, sim, fazer com as emendas parlamentares, e não com as impositivas, porque aqui ninguém nasceu ontem. Via MDR, constrói-se relação com as bancadas, e o pagamento da fatura de muita coisa.

Nós não aceitamos esta lógica. O PSOL está em obstrução, e os partidos da Oposição, pelo que eu estou vendo - obviamente não tenho a prerrogativa de falar em nome dos outros partidos -, pelo que me conste, não houve acordo para que essa matéria entrasse na Ordem do Dia de hoje.

Documento 146/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-16:40

Publ.: DCN - 26/03/2021 --AFONSO FLORENCE-PT -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da Oposição contrário à votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Apresentação à Presidência de proposta para votação da propositura.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu acho fundamental que V.Exa. tenha dado um tempo para nós da Oposição conversarmos. Nós do PT não planejamos essa negociação. Mas quero saudar a iniciativa do Senador Eduardo Gomes, nessa tentativa de solução para sairmos desse impasse, assim como a disposição do Líder Arlindo Chinaglia de conduzir uma tentativa de acordo, fazendo o meio de campo. Nós estamos em obstrução.

Presidente Rodrigo Pacheco, não sei se por algum erro no sistema, tivemos um requerimento nosso prejudicado, sem sermos informados de que a discussão havia começado, e há um requerimento nosso de discussão artigo por artigo.

Considero que é verdade - e todo mundo sabe - que o Governo tem maioria para derrubar a obstrução. No entanto, nós da Oposição queremos mostrar que queremos um orçamento, mas não este apresentado pelo Governo.

Se o Líder Eduardo Gomes abrisse a possibilidade de um diálogo a partir dos PLNs conduzidos por ele, por V.Exa., Presidente Rodrigo, e pelo Presidente Arthur Lira e nós pudéssemos fazer esse acordo ao microfone, eu gostaria de sugerir, Líder Eduardo, além da rubrica da educação, com a pauta das universidades... Como foi dito pelo Líder Arlindo, haverá uma reunião amanhã com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Líder Eduardo Gomes, o Deputado Afonso Florence está fazendo uma contraproposta a V.Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Pois não, Presidente. Eu estava discutindo com os Líderes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pode continuar, Deputado Afonso Florence. O Senador Eduardo Gomes está atento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Líder Eduardo, saudei a sua iniciativa. Nós estamos num impasse. Nós sabemos que V.Exas. têm maioria para ganhar a votação. É um esforço hercúleo. Mas o nosso objetivo não é derrubar o Orçamento. Nós queremos um Orçamento que atenda ao País. Então, parabéns pela iniciativa.

Além da pauta da educação, que o Líder Arlindo destacou, amanhã já há marcada uma agenda do Presidente Arthur Lira com entidades do setor. Considero importante que incluamos também uma agenda, como disse o Líder Arlindo, com Secretários de Estado da Saúde e representações de Municípios para ver o que é preciso em um próximo PLN para a garantia do combate à COVID - vacinação, isolamento social, estruturação do SUS.

Acho que nós temos que incluir, Líder Eduardo, o CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Os Secretários Municipais estão sem os recursos básicos para o funcionamento de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Considero que essas três pautas são fundamentais. Entendi que V.Exa. está propondo exatamente isso.

O Relator da área de meio ambiente foi o Deputado Nilto Tatto, e nós tínhamos ali emenda não acatada para a estruturação de combate a incêndio, cujo valor não é nem tão expressivo. O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos é outro desses itens fundamentais.

Da nossa parte, há uma concessão muito grande, que é abrir mão do *kit* obstrução. Mas, se V.Exas., Presidente da Câmara, Presidente do Senado e do Congresso e Senador Eduardo Gomes, abrem uma negociação conosco, com a Oposição, sobre essas rubricas orçamentárias e sobre a possibilidade de incluir nos próximos PLNs algum atendimento urgente para o funcionamento dessas instituições, eu me disponho a entrar no processo de negociação aqui, neste período de 15 minutos dado pelo Presidente Rodrigo Pacheco. É claro, vou consultar meu Líder, o Deputado Bohn Gass, mas, da minha parte, acho que esse é um encaminhamento bastante razoável para solucionarmos este impasse.

Presidente Rodrigo Pacheco e Líder Eduardo Gomes, muito obrigado pela atenção.

Documento 147/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-16:44

Publ.: DCN - 26/03/2021 --ALIEL MACHADO-PSB -PR

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Falecimento do casal Thiago e Nielly, do Município de Ponta Grossa, e do Padre Silvano, do Município de União da Vitória, vítimas da Covid-19, no Estado do Paraná. Maior atenção dos Parlamentares com as questões sociais, em especial com a área e saúde, na votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria lamentar aqui que hoje a minha cidade, Ponta Grossa, perdeu a Nielly, uma moça jovem, e o Thiago, seu esposo, outro jovem, o que deixou quatro crianças pequenas órfãs. Os dois perderam a batalha para a COVID. Sr. Presidente, quando nós discutimos o Orçamento, que é dinheiro público, dinheiro das pessoas, nós não podemos vê-lo apenas como um número; precisamos olhá-lo com responsabilidade, pensando nos efeitos colaterais e nas questões sociais.

Fica aqui o registro dos nossos sentimentos. Nós brigamos e lutamos aqui para que seja feito o justo, para que, em momentos de dificuldade, se estabeleçam prioridades, para que se respeite a ciência e para que possamos enfrentar este momento.

V.Exa. deu um exemplo no dia de ontem ajudando na coordenação dos trabalhos. V.Exa. assumiu recentemente essa cadeira, mas está dando um grande exemplo como um estadista. Nós aqui vamos continuar vigilantes,

cobrando posicionamentos, cobrando apoio governamental para que as pessoas tenham condições de enfrentar esta situação.

Quero agradecer ao Líder do Governo. É muito importante discutirmos aqui, Senador, saúde e educação, discutirmos aqui a possibilidade de dar a essas pessoas uma chance na vida.

Fica aqui o nosso sentimento. Nós concordamos com esse alinhamento que respeita a vida das pessoas. Isso fica registrado aqui.

Ontem também o Padre Silvano, pároco da catedral de União da Vitória, perdeu a vida. Há alguns dias, o pai dele tinha perdido a vida. Nós temos responsabilidades. Quando falamos da morte de 300 mil pessoas, não falamos apenas de números, mas de pessoas que deixaram familiares. São perdas inestimáveis, e nós precisamos reconhecer isso.

Ficam aqui registrados os nossos sentimentos, os sentimentos de todo o Congresso Nacional. Peço que sejam registrados nos Anais da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 148/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-17:04

Publ.: DCN - 26/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Razões da obstrução pelo PSOL da votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Protesto contra a retirada, da peça orçamentária, de recursos destinados aos investimentos públicos na área social.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu sempre acho que diálogo é importante e que o Parlamento é o lugar da pluralidade, de nós chegarmos a termos comuns. Mas, sinceramente, queria apresentar aqui a posição da nossa bancada. Falou-se aqui num acordo sem data, sem prazo, sem valores. Falou-se de repor recursos para a educação, para a saúde. Repor onde, repor quando, repor quanto? Então, quero deixar aqui a nossa posição de manutenção da obstrução, como um instrumento não para interromper a votação do Orçamento, porque nós temos que votar o Orçamento, mas como um instrumento necessário de denúncia do que acontece nesta Casa e de

denúncia de como foi também a própria condução desta matéria no âmbito da CMO.

Infelizmente, Presidente, nós entendemos que o Orçamento votado hoje não está à altura das urgências que estão colocadas para a sociedade brasileira. Ele não responde ao momento de maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram. Ele não responde à ampliação da pobreza, que está chegando à casa do povo, que está cada vez mais desnutrido nesse cenário.

Eu queria dizer, objetivamente, por que não está nítido para mim que esse acordo é bom para o povo: 26,5 bilhões de reais foram retirados da Previdência e de abonos para serem colocados no Ministério do Desenvolvimento Regional. Imagina! Vamos tirar 13,5 bilhões de reais da Previdência, de aposentados, de licença-maternidade. Vamos retirar mais de 2,5 bilhões de reais do Seguro-Desemprego, num momento de pico do desemprego no Brasil. É essa a resposta à crise econômica que está em curso? Vamos retirar quase 7,5 bilhões de reais do abono salarial? Vamos garantir apenas 1,3 bilhão de reais para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, responsável por colocar comida na mesa do povo? Não dá!

Não dá para nós, sem, inclusive, nenhum detalhamento da proposta que o Governo está fazendo, aceitarmos que o Ministério do Desenvolvimento Regional tenha uma suplementação dobrada em relação à da Saúde - um tem 4 bilhões de reais; o outro, 2 bilhões de reais.

Não dá, Presidente, para aceitar que tenhamos 37,6 bilhões de reais em investimentos públicos e, desse valor, um quinto seja para a Defesa. Defesa e Desenvolvimento Regional, somados, são metade de todo o investimento público, em um cenário, Presidente, de colapso das redes de saúde.

Ontem votamos na Câmara uma tentativa cara para o Estado de ampliação de leitos, cara e insuficiente. E estamos aqui, com um valor de apenas 1 bilhão de reais para enfrentar o coronavírus.

Com metade do investimento público, Presidente, indo para essas áreas de defesa e desenvolvimento regional, nós estamos entendendo que o Brasil não está vivendo a maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram. Esse não é, com toda a capacidade e vontade de diálogo que sempre temos, um Orçamento que responde às demandas populares, que responde à tragédia que está em curso no Brasil. Mais de 300 mil pessoas perderam a vida e estão com as famílias em luto. E nós aqui, a partir de emendas inclusive individuais, estamos priorizando direcionar recursos para obras em Estados, para - desculpem-me a sinceridade no meu ponto de vista - fazer curral eleitoral. Não dá!

Neste momento, estamos abertos ao diálogo, como sempre. Mas não é possível que esta Casa não seja contundente no enfrentamento a esse grave do momento que o Brasil está vivendo, já, inclusive, que o Governo Federal tem sido negacionista, omissivo e responsável direto, no meu ponto de vista,

pela realidade que está em curso no Brasil. Esta Casa não pode ser conivente com o genocídio implementado pelo Governo Federal.

Obrigada, Presidente.

Documento 149/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-17:16

Publ.: DCN - 26/03/2021 --DANILO FORTE-PSDB -CE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Aumento da fome e do desemprego no País. Defesa de elevação do valor do auxílio emergencial.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, hoje nós estamos discutindo aqui o Orçamento da União de 2021, num período atípico e de muito sofrimento em todo o Brasil.

Hoje, as grandes cidades e a periferia das grandes cidades estão lotadas de pedintes, de pessoas passando fome e necessidade. Há um número crescente de desempregados em nosso País, junto ainda à desventura da falta de oportunidade, porque o crescimento econômico do País a cada ano diminui. Sem uma perspectiva clara de retomada da economia, nós estamos condenando o nosso povo a mais sofrimento, a mais fome, a mais miséria.

Nós lutamos muito aqui, no passado, pelo Bolsa Família. Naquela época, alguns se aventuravam em dizer que o programa era uma esmola. E eu sempre dizia que não era esmola, porque eu tinha visto a fome muito de perto.

Eu lembro que, quando criança, no interior do Ceará, entre Itapajé, Canindé, Tejuçuoca e Santa Quitéria, levas de retirantes famintos passavam por aquelas estradas, em busca sempre de uma oportunidade para garantir o sustento das suas famílias. Hoje, a história se repete, de forma muito mais trágica, porque, além da fome e da miséria, temos uma pandemia que nos atormenta, que maltrata todas as famílias do Brasil e que impede, em muitos locais, devido aos *lockdowns*, à paralisação dos transportes e à dificuldade de ir e vir das pessoas que precisam sobreviver, que pelo menos se faça uma caminhada em busca do emprego, em busca da oportunidade.

No ano passado, foi gerada uma nova expectativa para garantir o sustento dessas famílias, o auxílio emergencial. Num primeiro momento, falava-se em

200 reais. Mas se concluiu, numa votação aqui no Congresso Nacional, nestas duas Casas, Senado e Câmara, que melhor escutam o clamor da rua, exatamente pela necessidade de um auxílio emergencial que desse dignidade aos excluídos, àquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho e que estão passando necessidade. Chegou-se, então, ao valor de 600 reais.

O País não conseguiu superar o seu desajuste fiscal. O crescimento econômico diminuiu. Nós sabemos de todas as dificuldades que o País está atravessando e também o mundo - não é só o Brasil. A Espanha, inclusive, fez um pacto de responsabilidade social. E nós também precisamos avançar na nossa responsabilidade para com o povo mais sofrido.

Hoje, o Estado do Ceará clama por oxigênio. É difícil você encontrar um Município que não tenha dificuldade para garantir um mínimo de oxigênio para uma pessoa ter o direito de respirar.

É nesse momento que eu convoco todos os Deputados e Senadores, todas as Deputadas e Senadoras para fazermos uma avaliação sobre como podemos melhorar o auxílio emergencial apresentado na última proposta do Governo.

Ninguém consegue viver no Brasil com 175 reais. Este valor, sim, é irrisório para garantir a sobrevivência de qualquer cidadão durante um período de 30 dias. É exatamente por causa disso, Ministro Osmar Terra, V.Exa. que foi Ministro da Cidadania e trabalhou com o Bolsa Família, que eu rogo que possamos ofertar, num diferencial, uma construção capaz de garantir no mínimo 300 reais por pessoa, 300 reais para aquele que mora só, que vive isolado, podendo chegar até 600 reais para a mãe solteira ou o pai solteiro, para aquele que agrega os seus filhos no seu lar. Com isso, iremos garantir uma cesta básica e garantir a dignidade do sustento de uma feira, pelo menos, por 30 dias.

Os recursos poderiam ser exatamente os oriundos do Fundo Partidário, que acumula quase 2 bilhões este ano; poderiam vir das emendas parlamentares, das emendas de bancada, que muitas vezes nem sequer são liberadas; ou poderiam vir até dos próprios recursos desse novo modelo emenda de Relator que se inventou, que abriga quase 19 bilhões de reais. Com isso, teríamos condições de dobrar o auxílio emergencial e garantir sustento, dignidade e felicidade a quem mais precisa no Brasil.

Vamos fazer essa reflexão. Vamos dar auxílio emergencial digno ao povo brasileiro!

Documento 150/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-17:20

Publ.: DCN - 26/03/2021 --ZÉ NETO-PT -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO



Sumário

Alcance da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Redução dos recursos orçamentários destinados às áreas de educação e saúde.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão rápida neste momento, principalmente porque estamos com as duas Casas presentes. Há duas perguntas que acho que são bem pertinentes neste momento. A primeira é, Sr. Presidente Rodrigo, Sr. Presidente Lira: chegamos ao pico da pandemia? Essa é a pergunta que eu queria fazer agora. Chegamos ao pico? Provavelmente não. Nós não chegamos ao pico da pandemia. Nós estamos no pior momento dela e, há 26 dias, evoluímos dia a dia nesse pior momento - 300 mil pessoas morreram no Brasil.

A outra pergunta, Sr. Presidente, é: estamos em guerra?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) - Presidente, peço o tempo de Liderança do Avante, por favor.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - É claro que estamos em guerra.

Nós estamos, num momento de guerra e de crescimento da pandemia, aprovando hoje, com 4 meses de atraso praticamente, o Orçamento da União. E há outra pergunta, além das duas que fiz, que são preliminares: esse Orçamento é um orçamento de guerra? Não, não é orçamento de guerra, Sr. Presidente. Esse Orçamento acolhe as dificuldades que estamos vivendo especialmente neste momento? Não, ele não acolhe.

É o contrário. Nós estamos vivendo um momento em que existe uma polarização no País, criada pelo Presidente da República e por aqueles que o acompanham, uns por cegueira, outros por desinformação, outros ainda por uma visão ideológica distorcida e outros por engano mesmo. Ele conseguiu, Sr. Presidente, criar um antagonismo no País. Eu sou da Bahia e vejo aqui o nosso Governador tendo que ir à Justiça buscar autorização judicial para que o Presidente da República e o Ministério da Saúde voltem a pagar leitos de UTI.

Trago alguns dados simples. O SUS tinha 23 mil leitos habilitados no pico da pandemia em 2020. Em dezembro do ano passado, eram 12 mil apenas. Iniciamos o mês de fevereiro com 3.187 leitos, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. Esse é o panorama que nós estamos enfrentando, Sr. Presidente.

Aqui na Bahia, fomos atrás da Justiça para garantir leitos - não são todos - do SUS pagos pelo Governo Federal. Esses leitos foram cortados. Aqui o Presidente da República foi contra o nosso Governador, para tentar tirar dele a autoridade do *lockdown*, de medidas mais efetivas, num Estado onde as pessoas estavam morrendo, Sr. Presidente, nas filas de espera. Chegamos a ter, em algumas cidades, como a minha, que é Feira de Santana, 100% de ocupação das UTIs. Aliás, estamos há 3 semanas com 100% de ocupação das UTIs.

É esse o quadro que nós enfrentamos hoje. E não temos, Sr. Presidente, um "orçamento de guerra". Pelo contrário, se não tivesse ocorrido a situação trágica da morte de um Senador, talvez a Câmara estivesse promovendo, nesta semana, um debate totalmente disperso do processo absolutamente horrível, absolutamente mortal, que é a pandemia.

Portanto, além de não termos um "orçamento de guerra", Sr. Presidente, reduzem recursos para a educação, reduzem recursos para a saúde, reduzem recursos para o SUS. Nós temos, infelizmente, esse processo político. Se nós, Câmara e Senado, não tivermos, daqui para a frente, uma atitude mais coerente e mais próxima do sofrimento real do nosso povo, estaremos aqui pagando o preço de uma aliança que não é uma boa aliança, ao contrário, é uma cumplicidade com o que está acontecendo no Governo Federal.

Chega! Que nós tenhamos a capacidade de entender o nosso compromisso e a nossa responsabilidade com o povo brasileiro e com este momento de pandemia, principalmente com relação ao nosso Orçamento.

Documento 151/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-17:48

Publ.: DCN - 26/03/2021 --FÁBIO HENRIQUE-PDT -SE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Necessidade de votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Defesa de recomposição dos recursos orçamentários destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS; às universidades federais e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS; e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Defesa de elevação do valor do auxílio emergencial.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, nós não temos efetivamente o Orçamento que desejávamos. Este orçamento - e nós acompanhamos todo o

debate na Comissão Mista de Orçamentos, muito bem presidida pela Deputada Flávia Arruda - tem uma série de problemas, como, por exemplo, um corte no recurso do Seguro-Desemprego, sobretudo num momento tão difícil como este que o Brasil vive, e um corte de quase 8 bilhões de reais do abono salarial, que as pessoas só vão receber no ano vem - iriam receber agora no mês de julho. Nós temos problemas, por exemplo, na política de combate à violência contra as mulheres. Eu fui Relator Setorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e nós debatemos na CMO a falta de recursos para essa política. Enfim, nós temos uma série de problemas. Nós temos recursos em excesso para as Forças Armadas, como já foi dito aqui, quando neste momento a nossa guerra é contra o vírus.

Porém, Sr. Presidente, nós entendemos que é preciso votar o Orçamento. O País não pode ficar mais sem orçamento.

Esta semana, aqui no meu Estado de Sergipe, donos, proprietários de caminhões-pipa, fizeram um protesto, uma paralisação, porque não há mais recursos para pagar esses trabalhadores.

Quem é do Nordeste sabe o quanto o caminhão-pipa é importante para a nossa região, apenas para ficar nesse exemplo. Portanto, o País não pode ficar sem orçamento.

O nosso partido, o PDT, quer votar o Orçamento, fez a discussão e o debate na Comissão Mista de Orçamentos, mesmo deixando claro que há vários pontos que merecem críticas, e críticas duras, a este orçamento.

Sr. Presidente, na possibilidade de um entendimento, que foi levantado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Oposição aqui no Congresso Nacional, o Líder do PDT, o Deputado Wolney Queiroz, deixou claro que há quatro pontos que o partido gostaria muito que fossem revistos para se chegar a um entendimento: a recomposição dos recursos do SUS, para fortalecer o Sistema Único de Saúde, que está salvando vidas neste momento no Brasil; a recomposição de recursos para as universidades federais e para os institutos federais de educação, para a valorização da educação pública no nosso País; a recomposição de recursos do SUAS, para o fortalecimento da política de assistência social; e, por fim, um tema que já foi amplamente debatido e que parece ter plena concordância também do Governo, a recomposição do orçamento do IBGE, para que o censo possa ser realizado - com o censo, poderemos detectar na sociedade brasileira onde estão os problemas a fim de solucioná-los e poderemos corrigir as injustiças em relação a Municípios que recebem menos ou mais FPM, porque esse pagamento é feito de acordo com a população.

Portanto, o PDT entende que é preciso votar o Orçamento - o Brasil precisa do Orçamento. E esses quatro pontos são fundamentais para que haja um acordo, para que haja um entendimento, o Orçamento seja votado na tarde de hoje no Congresso Nacional, e o Brasil possa ter um orçamento.



Sr. Presidente, gostaria de reforçar o apelo que fazemos pelo aumento do valor do auxílio emergencial. O povo brasileiro está precisando muito, mas um auxílio emergencial de 150 reais é muito pouco. Infelizmente a PEC 186 limitou esse valor, mas é preciso que a medida provisória seja votada, e as emendas, inclusive uma de nossa autoria, sejam apreciadas, para que possamos elevar o valor do auxílio emergencial.

O PDT defende que o Orçamento seja votado e que esses quatro pontos que citei aqui, de acordo com o nosso Líder Wolney Queiroz, sejam debatidos, discutidos, e acordados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 152/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-17:56

Publ.: DCN - 26/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Presidentes Rodrigo Pacheco e Athur Lira, pela manifestação a favor da integração nacional para combate à crise sanitária instalada no País. Alcance da marca de 300 mil mortes no Brasil em decorrência do coronavírus. Necessidade de vacinação em massa da população brasileira contra a doença viral. Importância da criação de comitê de gestão da crise sanitária. Defesa da destinação de maiores recursos à saúde para enfrentamento da Covid-19.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, este é o momento em que precisamos falar do tema a que o Brasil hoje está submetido.

Quero, inicialmente, parabenizar, em nome do nosso partido e da nossa bancada na Câmara e também no Senado, a atitude de V.Exa., Presidente, e do Presidente Arthur Lira em conclamar a necessidade de uma integração nacional, para podermos superar este momento caótico que o nosso País vive.

Nós estamos enfrentando números que nos preocupam, mortes que são anunciadas aos milhares e que estão aumentando diariamente. Nós ultrapassamos 300 mil vidas perdidas por conta da pandemia.

E é necessário tomarmos uma dura atitude, responsabilidade que cada autoridade do nosso País tem, para podermos vencer este momento, diante dos problemas na saúde pública, como a falta de leitos - inclusive, na noite de



ontem, votamos um projeto extremamente importante para a ampliação do número de leitos hospitalares a fim de enfrentarmos a pandemia no nosso País -, mas também é nossa responsabilidade buscar a vacinação, termos a vacinação em massa, rapidamente, em nosso País.

Não podemos pensar de maneira ideológica, e qualquer governo que tenha essa responsabilidade não pode observar termos ideológicos em relação aos outros países, como, por exemplo, a China, que é o maior produtor de insumos do mundo na vacinação e que precisa ser respeitada, inclusive na relação que existe com o País. Além do mais, nós começamos a ter problemas nos insumos da intubação também - algo grave, crítico. E alguns analistas dizem que ainda passaremos pelo pior momento da pandemia, que o nosso platô ainda não chegou ao momento de equilíbrio.

Então, é necessário termos, de fato, um grupo, um comitê de gestão - e isto demora 1 ano; era para ter ocorrido desde o início da pandemia. Mas, agora, nós não podemos ficar observando os problemas que enfrentamos neste último ano, para encontrarmos soluções para o futuro, um futuro próximo, que possa trazer alívio a todos os brasileiros e que dê uma expectativa de futuro no pós-pandemia.

Obviamente, também nos preocupamos com a economia, com as pessoas que precisam sobreviver, mas é necessário nós darmos a segurança da vida e da saúde a essa população neste momento.

Outra questão importante que foi abordada no orçamento são as destinações de recursos que precisamos fazer para combater a pandemia. Nós não conseguiremos superá-la sem investimentos. Temos leitos que precisam ser instalados, temos equipamentos que precisam ser colocados e, sem o investimento deste orçamento, nós não conseguiremos superar este momento. Por isso, a saúde pública requer recursos; ela é a nossa prioridade, é o trabalho que nós defendemos ao longo de toda a Comissão Mista de Orçamentos, para que tenhamos, de fato, recursos suficientes para ser canalizados na saúde pública do nosso País, a fim de conseguirmos avançar na questão do tratamento à nossa população.

Nós temos hoje números que assustam, mas é necessário encontrarmos os caminhos que vão alicerçar o Brasil com uma expectativa maior. Nós temos 25% dos mortos da pandemia do coronavírus no mundo - são mais de 300 mil vidas perdidas - e é necessário encontramos esse caminho sem briga, sem disputa.

Espero que o Presidente da República também cumpra com sua responsabilidade e não cometa nenhum rompante, para não perder esse equilíbrio dado pelo Comitê de Crise, que foi criado, e encontre, técnica e cientificamente, soluções para o nosso País.

Nós queremos que todos tenham responsabilidade. Ninguém pode fugir das suas responsabilidades: Prefeitos, Vereadores, Governadores, Deputados,

Senadores e especialmente o Presidente da República, que é o líder da Nação e que muitas vezes menosprezou essa pandemia.

Que a partir de agora haja firmeza, especialmente por parte dos nossos Líderes das Casas Legislativas, para encontrar uma solução.

Documento 153/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-18:00

Publ.: DCN - 26/03/2021 --PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Parlamento brasileiro pela adoção de medidas de enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Importância da criação de pacto entre o Presidente da República e os representantes dos Poderes da República para combate à Covid-19. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a Bíblia diz que os passos de um homem bom são confirmados por Deus. Eu digo os passos de homens bons e de mulheres boas, uma vez que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Governo Federal são compostos por homens e mulheres. Aliás, a nossa Nação é composta por homens e mulheres de valor.

Parabenizo o Parlamento brasileiro por ter, de forma acertada, determinado um ponto final a essa crise, que está prejudicando a vida, a saúde das pessoas, a economia. A maneira de enfrentar a pandemia da COVID não estava certa.

Eu tenho o tempo todo dito que é necessário - e sempre foi necessário - deixar partido político, ideologia, picuinhas políticas de lado, quando em jogo está a vida do povo brasileiro.

Parabenizo o Presidente do Avante, porque tem agido com seriedade, junto com os demais Deputados e Deputadas desta Casa.

Eu quero dizer ao Presidente Rodrigo Pacheco, ao nosso querido Presidente Arthur Lira, ao Presidente Luiz Fux e a todas as autoridades envolvidas, inclusive ao Presidente Jair Bolsonaro, que, lá do mais alto do céu, Deus está alegre. A Bíblia diz: "*Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união*". Nós Deputados, Senadores, representantes do Governo Federal ou do Judiciário não somos pagos com o dinheiro do povo para simplesmente ficarmos fazendo guerrilhas entre uns e outros.

Eu trago, também, para os aplausos, para o elogio, nesta hora de angústia e de dor, embora necessária, os mui dignos empresários e as mui dignas empresárias que ajudaram nessa tarefa de fazer com que o Parlamento, aqueles que exercem o poder em nome do povo e para o povo, acertadamente, chamasse o Presidente da República para demonstrar a necessidade de um pacto.

Isso é algo que venho dizendo o tempo todo - inclusive, serviu, às vezes, de brincadeira, quando alguém disse que eu entendia de doido. Naquele momento, eu estava dizendo que, quando se está no desequilíbrio, quando não se sabe o que fazer, não custa nada chamar uma comissão, compondo com todo mundo - se for necessário, colocar nela o padre, o pastor, todos os demais religiosos, a OAB, a CNBB, o Ministério Público, autoridades de todas as áreas -, para trazer, como foi trazida, a pacificação.

Agora, é orar para que o Presidente da República saiba aproveitar o ganho. É mais uma oportunidade que se tem de fazer o enfrentamento da pandemia, guardando a vida do povo.

Quanto ao auxílio emergencial, nós, eu outros Parlamentares, temos um projeto que determina que ele seja de 600 reais, uma vez que nós sabemos que o botijão de gás de cozinha custa, hoje, 100 reais e os preços dos alimentos subiram demais - o arroz, o óleo de cozinha e tantas outras coisas -, assim como os dos combustíveis.

Nós sabemos que este é um momento de dor, e há muitas pessoas prejudicadas: motoristas, rodoviários, profissionais, vendedores ambulantes. É muita gente! Deus se agrada da união, da paz. Na Bíblia está escrito que onde estiver a união, Deus ordena a vida e a paz para sempre.

Muito obrigado.

Que Deus continue tomando os destinos desta Nação!

E viva o povo brasileiro!

Que venha a vacina!

Documento 154/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-18:20

Publ.: DCN - 26/03/2021 --MARCELO RAMOS-PL -AM

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Inobservância, na elaboração do Orçamento Geral da União de 2021, da prioridade nas ações de combate aos efeitos sanitários, econômicos e sociais decorrentes da epidemia de coronavírus. Protesto contra a iniciativa do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de redução das alíquotas do imposto de importação incidente sobre máquinas, equipamentos e eletroeletrônicos. Defesa de vinculação da política de redução do imposto de importação, a mecanismos de estímulo às exportações e à redução do Custo Brasil.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que seguem esta sessão do Congresso Nacional, a peça orçamentária não é um documento frio; ela precisa ser um documento conectado com a realidade e com as demandas do País. Portanto, para refletir sobre a peça orçamentária, nós precisamos refletir sobre o momento que o País vive. Uma coisa é uma peça orçamentária feita em períodos de normalidade; outra coisa é uma peça orçamentária elaborada num período em que o País já enterrou 300 mil dos seus filhos e filhas e enterra, por dia, mais de 3 mil brasileiras e brasileiros.

Esta é uma peça orçamentária feita num momento em que mais de 700 mil micro e pequenas empresas, Senador Jorginho, autor da Lei do PRONAMPE, já fecharam as suas portas por conta dos efeitos econômicos desta crise num País que alcançou a trágica marca de 14 milhões de brasileiros desempregados, fora os desalentados, aqueles que não procuram mais emprego.

É óbvio que uma peça orçamentária feita num cenário como este precisa ter como prioridade absoluta ações de combate aos efeitos sanitários, econômicos e sociais da pandemia. Por isso é tão inusitado e tão questionável que os recursos para investimentos do Ministério da Defesa sejam mais que quatro vezes maiores do que os recursos para investimentos na área da saúde. Por isso é absolutamente questionável, num País que tem 14 milhões de desempregados e um Custo Brasil enorme - ações muito tímidas do Ministério da Economia para reduzi-lo -, que, no meio desta pandemia, diante deste nível de desemprego, o Ministério da Economia decida baixar em 10% as alíquotas de imposto de importação de máquinas, equipamentos e eletroeletrônicos.

E por isso é absolutamente inusitado que este País, que baixa a alíquota de Imposto de Importação, faça um corte no Orçamento de 500 milhões de reais de um programa de estímulo às exportações do nosso País, ou seja, nós incluimos no Orçamento um mecanismo de desestímulo às exportações, ao mesmo tempo em que a CAMEX toma medidas de estímulo à importação. O que nós queremos ao final disso tudo?

O caminho que o Ministério da Economia aponta para esta questão é o caminho de transformar o Brasil num país grande exportador - exportador de tributos que incidam sobre as nossas exportações e exportador de empregos, transferindo empregos da indústria de máquinas e equipamentos

eletroeletrônicos do Brasil para a China, do Brasil para a Malásia, do Brasil para o Vietnã. A quem interessa isso, num país com 14 milhões de desempregados, num país que combate duramente o gasto tributário e que tem o apoio desta Casa para reduzir de 4% para 2% o gasto tributário nacional, mas que graciosamente abre mão de receita para importar? Nós aumentamos o custo da produção nacional e reduzimos o custo da importação. Nós vamos causar a maior quebra e o maior desmonte do parque industrial nacional da história deste País, se não mudarmos radicalmente essa postura do Ministério da Economia de ataque frontal à indústria nacional.

Nós queremos uma indústria competitiva, nós queremos uma indústria eficiente, nós queremos uma indústria com produtividade, mas nós queremos, acima de tudo, uma indústria com seus parques instalados em nosso País com capacidade de concorrer no mercado interno e no mercado externo. Se pegarmos os índices de produtividade do Brasil, Deputado Marcel - e entre nós há algumas discordâncias nesse tema - e excluirmos o Custo Brasil, o custo tributário, o custo ambiental, o custo da burocracia, nós competimos com a indústria de qualquer lugar do mundo.

Portanto, qualquer política de redução de Imposto de Importação tem que estar acompanhada de mecanismos de estímulo à exportação e de mecanismos de redução do Custo Brasil. É verdade que o Ministro Paulo Guedes prometeu que ia reduzir a importação, mas ele também prometeu reduzir o Custo Brasil e até agora não deu nenhum passo nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 155/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:00

Publ.: DCN - 26/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Otimismo com a criação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de comitê de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Importância da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, primeiramente, cumprimentar V.Exa. e agradecer a generosidade pelo espaço concedido.

Quero dizer, Presidente, que eu estou esperançoso de que nós possamos virar a página do nosso País nessa questão do enfrentamento à COVID. Nós já

erramos mais do que o suficiente, erramos o que chega. Já ficou claro que a COVID não é uma gripezinha, que a vacina não faz mal e não faz ninguém virar jacaré.

Eu senti no discurso do Presidente Bolsonaro que há uma esperança, e a ela todos nós poderíamos nos apegar juntos. Eu lamento que tenhamos que assistir à morte de 300 mil pessoas, à morte de 3 mil pessoas por dia, que tenhamos que ouvir panelaços por aí, mas eu sou daqueles que dizem assim, Presidente: *"Menos mau, que Deus é bom. Antes tarde do que nunca"*. Antes tarde do que mais tarde, porque nós precisamos salvar vidas pela frente.

O Presidente reuniu os Poderes da República, o que eu acho positivo. O Presidente finalmente criou um grupo de enfrentamento, um comitê de enfrentamento ao coronavírus, o que, aliás, já tinha que ter sido feito lá atrás. Mas, como disse, vamos olhar para frente, vamos virar a página, vamos ter compreensão.

Demorou? Demorou. Mas vamos seguir. Precisamos ter a compreensão de que a saída para tudo isso, Sr. Presidente, só tem um nome: vacina. Para voltarmos ao emprego, vacina; para a Câmara dos Deputados voltar à normalidade, para o Congresso Nacional funcionar pessoalmente, as Comissões, para o comércio, a indústria, os serviços, as academias, o turismo, a economia... Aliás, o Ministro Paulo Guedes disse muito bem: *"Para a economia retomar sua atividade, para recuperarmos o emprego e a renda e para o PIB voltar a crescer, só há um jeito: vacina"*. Isso foi dito pelo próprio Ministro do Presidente, que não é da Saúde. Então, nós já erramos o que chega, o Ministro Pazuella já foi, precisamos viver um novo momento, uma nova oportunidade.

Neste contexto, Sr. Presidente, um momento de reflexão positiva: precisamos que o auxílio emergencial chegue aos 600 reais. Os Governadores estão pedindo isso, os Prefeitos estão pedindo isso, os Deputados estão pedindo isso, nós estamos pedindo isso, porque é disso que estamos fundamentalmente precisando, de forma positiva, para que o Brasil saia deste poço fundo onde nos metemos, para que saia desse atoleiro que é o coronavírus e o jeito equivocado de tratar da pandemia, que não é desse ou daquele partido, dessa ou daquela religião, que não olha lado. Assim como a pandemia não escolhe lado, a vacina também não escolhe. Mas a pandemia é para o mal, e a vacina é para o bem. E eu quero, para o bem de todos, a vacina, a vacina, a vacina, Sr. Presidente, para todos os brasileiros.

Documento 156/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:04

Publ.: DCN - 26/03/2021 --JOSÉ NELTO-PODE -GO

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Necessidade de votação do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, nós sabemos que este Orçamento não é o que queríamos votar. É um orçamento praticamente de guerra. Nós estamos numa guerra, esta é a verdade. O povo brasileiro está sofrendo, e sofrendo muito. São 300 mil mortes. Isso chegou ao Congresso Nacional. Não podemos negar a ciência, não podemos negar o caos sanitário em que está o País. Agora temos que votar o Orçamento, que vai fixar as receitas e também as despesas para o Governo do Brasil. Nós temos que garantir - todos estão falando, e é a realidade - vacina, vacina, vacina, mas temos também que dar ao cidadão brasileiro dignidade.

Num país tão rico como é o Brasil, o cidadão tem que ter direitos: direito à alimentação, direito à saúde...

(Interrupção do som.)

Documento 157/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:16

Publ.: DCN - 26/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da tabela constante da complementação de voto, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui reconhecer, na fala da Deputada Sâmia Bomfim e na atitude do PSOL, uma postura de obstrução de verdade,



que é a mesma que o NOVO está fazendo e por isso também está apoiando este destaque, diferentemente do PT e... Quais foram os outros partidos que orientaram, que só votaram "não", mas fizeram acordo? O PDT, o PSB, a turma toda da Oposição, que agora está junto com o Governo, fez um acordão aí, de não sei o quê. Falaram algumas coisas, mas não está bem claro que PLNs vêm e que PLNs não vêm. Fizeram um acordão aí. Isto é o pior: discursam sempre aqui - e de novo ressaltando a coerência do PSOL -, falam tanto que defendem trabalhador etc., mas aqui permitiram que este Orçamento fosse aprovado, com um corte de 2 bilhões e 600 milhões do seguro-desemprego, durante a pandemia! Esse acordão feito pela Esquerda, pela Oposição, junto com os demais Parlamentares que votaram "sim", corta 7 bilhões e 400 milhões do abono salarial. Cadê a defesa do trabalhador?

Este destaque do PSOL só pôde retirar um dos itens dos 26 bilhões de reais de cortes do Orçamento que o Relator fez, para colocar para emendas suas, discricionárias suas. Obviamente, aqui realmente foi inteligente escolher justamente os benefícios previdenciários urbanos, pois eram a maior rubrica, de 11 bilhões e 600 milhões. Ou seja, mesmo que aproveamos este destaque - e o NOVO é favorável ao destaque -, ainda restarão 18 bilhões de reais para o Relator discricionariamente distribuir, no meio de uma pandemia.

O Relator sabe do maior respeito que eu tenho por ele. O Líder do Governo está aqui. Temos conversado, temos dialogado, temos tentado trazer a nossa opinião, mas nós não concordamos com um Projeto de Lei Orçamentária, durante uma pandemia, cujo novo relatório foi apresentado nesta manhã, às 10 horas da manhã, ampliando as emendas de Relator para 30 bilhões de reais, para obras, para o Ministério do Desenvolvimento - durante uma pandemia, eu repito -, que corta do trabalhador, do seguro-desemprego, do abono salarial, dos benefícios previdenciários urbanos, dos benefícios previdenciários rurais, ou seja, da Previdência.

A verdade é que este Orçamento que estamos votando é uma peça de ficção. Ter votado "não" na primeira votação de hoje, na verdade, a meu ver, era o único voto coerente, porque, mesmo aprovado, este Orçamento é uma ficção. Ele não vai existir, ele não vai se realizar. Por isso esse acordão feito pela Esquerda...

Ah! O Partido Comunista também. Eu me esqueci de citar. Perdão por ter esquecido, Deputado Renildo.

Todos os partidos de esquerda, que dizem tanto defender o trabalhador, estão concordando com os cortes no seguro-desemprego, no abono salarial, nos benefícios previdenciários, na Previdência, portanto, por não terem feito a obstrução, por não terem discutido melhor o projeto e tratado da Lei Orçamentária como ela realmente merecia ser tratada. Agora nos resta aprovar este destaque, para pelo menos reduzir as emendas de Relator, de 30 bilhões para 18 bilhões. É isso o que nos resta.



Por isso, nós votamos "não" ao texto, para suprimir os benefícios previdenciários urbanos, lamentando, porém, que a obstrução que nos propusemos fazer desde o início, que foi acompanhada pelo PSOL - e o elogio mais uma vez, pela coerência -, foi abandonada pela Esquerda, que, neste dia, sacrifica o trabalhador, sacrifica a Previdência, para fazer um acordo que não está claro e que, na verdade, vai permitir emendas para Parlamentares durante uma pandemia. Esta é a realidade da noite de hoje. Lamentável o papel da Esquerda aqui no Parlamento. Poderia ter ajudado na obstrução, mas deixou chegar a este ponto. E agora? Quem vai pagar a conta? O trabalhador brasileiro e todo o povo desta Nação.

Documento 158/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:20

Publ.: DCN - 26/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Declaração de voto do PT contrário à aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Protesto contra a retirada da Peça Orçamentária de recursos destinados ao regime de previdência urbana. Retirada de itens novos aos trabalhadores brasileiros do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Empenho na recomposição das dotações orçamentárias das áreas de educação e saúde. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelo morte de 300 mil brasileiros em decorrência da Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Se puder retomar o tempo, eu agradeço.

Sras. e Srs. Deputados, como V.Exas. viram, diferentemente do que está dizendo o Partido Novo, o Partido dos Trabalhadores votou "não" ao Orçamento, porque este Orçamento - e eu disse isto na minha primeira intervenção - tem a cara do Governo Bolsonaro, que, aliás, o NOVO apoiou no segundo turno, e tem a cara de Paulo Guedes, que é a cara do NOVO também. Portanto, este Orçamento só poderia ter do PT o voto contra, porque ele diminui as verbas da educação, da saúde, da assistência social, do meio ambiente, da reforma agrária. Por isso, o Partido dos Trabalhadores reitera que nós votamos, com muita convicção, "não" a este Orçamento.

Eu queria dizer que a emenda do Partido Novo é mais do que correta. Por isso, uso o tempo de Liderança até para ajudar nesta obstrução. Retirar 11,6 bilhões

do regime de previdência urbana é um crime contra os trabalhadores, principalmente porque este Governo fez a tal reforma da Previdência. Eu abro parêntese aqui: o NOVO votou a favor da reforma da Previdência, que retirou direitos dos aposentados, assim como também foi favorável à reforma trabalhista, que retirou dinheiro dos trabalhadores. Então, esta nova oposição que o NOVO faz agora ao Governo Bolsonaro é bem-vinda, mas é tardia. O arrependimento parece-me mais lágrima de crocodilo desse partido do empresariado brasileiro que é o Partido Novo.

Mas, Sr. Presidente, quero falar do Orçamento em si e também das possibilidades futuras. Nós continuaremos, o Partido dos Trabalhadores - e este é o papel da Oposição - diminuindo as perdas assim que pudermos, a cada minuto. Se nós conseguimos, por exemplo, retirar da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, aquela que fez o ajuste fiscal de Paulo Guedes, vários itens que eram nocivos aos trabalhadores, nós diminuimos as perdas.

Aliás, mais uma vez fizemos isso contra o Partido Novo e o Governo Bolsonaro, que, naquele momento, queriam inclusive desvincular as receitas de educação e saúde.

Agora para frente, nós vamos também continuar com essa insistência. Esperamos que o Governo receba, amanhã, as entidades dos trabalhadores em educação. E vamos, a cada instante, lutar para que seja repostos 1 bilhão que foi retirado da área de educação, centavo a centavo, porque as universidades públicas precisam funcionar, mas sem esses recursos elas podem parar. Nós vamos cobrar também que mais recursos venham para a saúde, porque nós precisamos enfrentar a pandemia. E, para o enfrentamento da pandemia, precisamos de recursos.

Continuaremos lutando para que, por meio de PLNs ou qualquer outra forma, possamos conquistar também o valor de 600 reais para o auxílio emergencial, e não essa bagatela, essa miséria de 250 reais. Repito que também nisso o Partido Novo não faz coro com os trabalhadores. Então, Presidente, não temos nada a comemorar com o Orçamento, infelizmente. Mas vamos continuar cobrando e fazendo nossa oposição, no sentido de minimizar as perdas dos trabalhadores.

Neste minuto que me resta, gostaria de me dedicar também à tal reforma administrativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça. É preciso paralisar a tramitação ali. Não tem nada a ver fazer ajuste fiscal em cima do serviço público, desmanchar o serviço público e penalizar os servidores no momento em que se discute a pandemia. Então, quando o Presidente anunciou que vai paralisar por 2 semanas, no plenário, qualquer proposta que não seja relativa à pandemia, isso tem que incluir as Comissões, porque o rolo compressor neoliberal de Paulo Guedes, do Governo Bolsonaro, não pode continuar no Parlamento.

Não acreditamos também que haja por parte do Governo Bolsonaro nenhuma alteração no rumo da pandemia. O Presidente continua o mesmo, negacionista

e irresponsável como sempre foi, e, por isso, genocida por mais de 300 mil mortes que ocorreram no Brasil.

Por isso, o PT votou "não" ao Orçamento de Paulo Guedes e Bolsonaro.

Documento 159/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:28

Publ.: DCN - 26/03/2021 --JÚLIO DELGADO-PSB -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da tabela constante da complementação de voto, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Deterioração da imagem do País perante a comunidade internacional. Aquisição clandestina de vacinas contra a Covid-19 por empresários de Minas Gerais. Repúdio ao Decreto nº 10.657, de 2021, sobre a instituição da Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero começar saudando V.Exa. pelo exercício da Presidência. Cumprimento-o ainda pela postura de ontem e de hoje ao ressaltar, junto com o nosso Presidente, Deputado Arthur Lira, que as nossas Casas, que o Parlamento brasileiro não vai comprometer sua consciência nem sujar as mãos com esses mais de 300 mil mortos. A postura de V.Exas. nos representou com bastante fidalguia.

Já antecipo que vamos votar favoravelmente ao destaque do PSOL.

Mas eu gostaria de usar o tempo de Liderança para fazer duas observações, sendo a primeira delas o fato de que o Brasil tem sido, muito em razão do que foi debatido na sessão ocorrida ontem no Senado Federal, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, motivo de chacota e rejeição internacional. Tenho contato com familiares e amigos que moram no exterior, os quais relatam que neste momento as pessoas têm verdadeiro assombro com o Brasil. Elas estão, realmente, assustadas. Estamos sendo excluídos das discussões mundiais, não só pela forma como combatemos a pandemia, mas pelas soluções e caminhos na área econômica e em outros setores.

Faço, portanto, o registro dessa nossa preocupação. E quero deixar claro que o PSB tomou uma iniciativa, Sr. Presidente, ante um fato muito grave que ocorreu aqui em Minas Gerais e já rechaçado por V.Exa., Presidente do

Senado Federal e do Parlamento. Refiro-me à atitude de empresários que compraram vacinas que ainda não estão circulando pelo SUS. Elas estão sendo aplicadas - conforme vazamento de imagens em redes sociais por todo o Brasil - na garagem de uma empresa de ônibus intermunicipal. E estão sendo vacinados empresários e políticos.

Portanto, da mesma forma como fomos veementes ao cobrar determinadas atitudes dos servidores administrativos da saúde - e, por essa razão, o Secretário de Saúde de Minas Gerais foi exonerado -, temos que ser muito contundentes com essa questão. O Parlamento e o Ministério Público devem ser contundentes. E o Parlamento deve pensar em uma ação contra essa atitude.

Quero dizer da preocupação com relação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Júlio Delgado, não estamos ouvindo V.Exa.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Nada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agora o som voltou. Peço a V.Exa. que continue. Vamos recuperar seus últimos 20 segundos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que foi muito grave o ocorrido aqui em Minas Gerais, quando empresários compraram vacinas. E é mais grave ainda porque, diferentemente do que foi dito pelo Presidente da República em rede nacional, o Brasil, no último dia 20 de março, era o 43º país em vacinação por mil habitantes. Entre os países com mais de 500 mil habitantes, nossa colocação é o 43º lugar. Se não tivéssemos o SUS, que está possibilitando algum avanço, estaríamos em 74º lugar. Esses são os números de vacinados por mil habitantes em todo o mundo.

Agora empresários sentem-se no direito de algo em virtude do que nós votamos para poder facilitar a vacinação, com a doação ao SUS, ao nosso sistema. Nós temos uma grande preocupação: a farmacovigilância. As vacinas recentes podem abrir espaço para novas variantes. É um risco o que estão fazendo no programa de imunização brasileiro. Isso tem que ser investigado. Como esse carregamento chegou? Quem aplicou a vacina? Quem trouxe a vacina da Pfizer, já que ela ainda não está sendo distribuída pelo sistema de imunização nacional? Isso tudo tem que ser visto com seriedade. O PSB impetrou uma ação, pedindo a apuração desses fatos.

Sr. Presidente, junto com as relações exteriores, com esse problema caótico que vivemos, eu quero recordar que 1 ano atrás o Ministro Ricardo Salles disse que era preciso aproveitar a COVID-19 pra deixar a boiada passar. E eu quero

alertar a todos - como o Deputado Rogério Correia, que acabou de falar -, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a publicação do Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021, sobre a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos, de caráter permanente. Licenciamento permanente! Estão aproveitando a COVID-19, os 300 mil mortos, para deixar a boiada passar! O § 3º do art. 3º, senhoras e senhores, diz que o Ministério da Economia vai prestar apoio ao processo de licenciamento ambiental. Nem o Ministério do Meio Ambiente compõe esse grupo de pessoas da Presidência da República. Isso é muito grave neste momento em que há duas questões do Brasil que importam para o mundo: as nossas relações diplomáticas e a questão ambiental. Nós temos que rever esse decreto e protestar contra ele.

Deixo, no encaminhamento do PSB, essas duas preocupações. Nós já estamos excluídos. Esses dois Ministros tinham que ser ex-Ministros. Eles estão depondo contra a imagem do País no exterior e contra o nosso futuro. Aproveitam-se ainda da pandemia para poderem fazer a boiada passar, comprometendo o meio ambiente com o licenciamento ambiental, principalmente na questão mineral, tão cara a nós mineiros, Sr. Presidente. Que possamos tomar uma atitude com relação a esse decreto, revê-lo. O Ministério da Economia não pode dar licenciamento ambiental nem promover formas de facilitação para isso de caráter permanente.

Deixo mais um protesto para V.Exas., que estão nos representando tão bem com essa postura e essa conduta. A nossa preocupação é com o desgoverno. Os dois Presidentes das duas Casas têm feito esse alerta. E, ao invés de os sinais serem melhores, eles são, infelizmente, sempre piores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 160/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:36

Publ.: DCN - 26/03/2021 --IVAN VALENTE-PSOL -SP

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Protesto contra a prioridade do Orçamento Geral da União de 2021 nas emendas parlamentares e nas Forças Armadas brasileiras. Inconformismo com a retirada da Peça Orçamentária de recursos destinados à área social. Clamor do povo brasileiro por vacinas e pela retomada do auxílio pecuniário emergencial. Repúdio à sanha privatista do Governo Federal. Pedido aos Parlamentares de apoio ao requerimento de destaque para votação em separado da tabela constante da complementação de voto, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, neste momento, fazer uma pergunta ao Plenário. No ano passado, o Congresso, frente à catástrofe iminente da pandemia, aprovou um "orçamento de guerra", quando foram alocados quase 800 bilhões de reais, e um auxílio emergencial de 600 reais. Naquele momento acho que não havia 1.500 mortes, Sr. Presidente, e agora há 300 mil mortes; naquele momento morriam 50 pessoas por dia, e agora, 3.200.

Eu pergunto o que mudou para nós fazermos um Orçamento, Sr. Presidente, que privilegia dois setores: as emendas parlamentares, de um lado, que drenam recursos para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para as famosas obras, e garantem o apoio do Centrão; e, de outro lado, as Forças Armadas. Um quinto, Sr. Presidente, do que sobrou para investimento, 22%, na verdade, vão para as Forças Armadas!

Os militares foram poupados na reforma da Previdência. No ano passado, os militares não tiveram o salário congelado, ao contrário de todo o funcionalismo público. E agora, como são 6 mil militares do Governo, digam-me se isso é prioridade para a Nação brasileira. Eu queria que os Deputados pensassem sobre isso.

Não se fala em romper o teto de gasto; numa guerra o que vale é a vida. Guerras aconteceram, como a Guerra do Paraguai, que matou 50 mil brasileiros em 5 anos. Agora, morreram 300 mil brasileiros em 1 ano, Sr. Presidente. Nesse caso, rompe-se teto de gasto, sim. Ajuste fiscal não garante vida. Nós estamos fazendo o contrário: nós estamos tirando dinheiro da saúde, nós estamos tirando dinheiro da Previdência.

É insustentável, Sr. Presidente, aprovarmos um Orçamento que tira dinheiro do seguro-desemprego, 2,6 bilhões de reais; que tira dinheiro do abono salarial, 7,4 bilhões de reais; que tira dinheiro da Previdência Social, 13 bilhões de reais - que nós estamos propondo repor com a nossa emenda -; que tira dinheiro do PRONAF, da agricultura familiar, para dar prioridade, logicamente, às emendas!

É óbvio, Sr. Presidente, que o povo lá fora está querendo o quê? Vacinas, auxílio emergencial, e o Sr. Paulo Guedes ainda diz que os 44 bilhões de reais que vão para o auxílio emergencial, em 4 parcelas de 250 reais, só podem ser feitos com a PEC Emergencial, ou seja, só podem ser feitos à base de um mega-ajuste fiscal sobre os servidores ou numa linha de privatização. Ontem mesmo, ele disse: "*Vocês querem melhorar o auxílio emergencial? Vamos vender as estatais!*" inclusive, há algo contraditório no Orçamento: criar uma estatal para privatizar a ELETROBRAS, 5 bilhões de reais, para depois

privatizar a ELETROBRAS. Nós não queremos privatizar nada! Isso não é prioridade nacional nenhuma!

Os Parlamentares tinham que, de verdade, dizer: *"Se a prioridade é a pandemia, o Orçamento tem que se voltar para garantir recursos para a saúde pública, para o SUS, para as universidades públicas"* - que sofreram profundos cortes -, *"para a agricultura familiar"*. É esta que garante a comida na mesa do trabalhador e baixa a inflação de verdade.

O que nós estamos fazendo é a farra das emendas paroquiais, para garantir o quê? Que o Centrão apoie a gestão desastrosa e genocida de Jair Bolsonaro, esse que está desmilinguindo como Governo, enquanto o povo morre asfixiado nos hospitais no Brasil.

É por isso que nós votamos contra este Orçamento. E é por isso que nós estamos querendo repor apenas uma parte da Previdência Social neste destaque, para o qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Obrigado, Presidente.

Documento 161/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-19:52

Publ.: DCN - 26/03/2021 --PADRE JOÃO-PT -MG

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Presidente Rodrigo Pacheco. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021. Apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco de criação de força-tarefa, com a participação dos Governadores, para elaboração de propostas em prol do povo brasileiro.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. É uma honra para nós mineiros vê-lo à frente desta sessão, como Presidente do Senado e Presidente do Congresso. Desejo-lhe sucesso e toda a sensibilidade e habilidade mineira para que ajude a colocar o Brasil no rumo certo.

Presidente, eu votei contra - agradeço ao Deputado Arlindo o registro do voto, houve um problema técnico. Eu me manifesto contra porque é inadmissível esse encolhimento do Estado brasileiro. No momento em que o povo, os mais pobres, os trabalhadores, os milhões de desempregados, a saúde, a educação,

a assistência social mais precisam do Estado, há esse ataque aos trabalhadores, através do Orçamento.

Como se já não bastassem tantas outras iniciativas, mudanças na legislação, modificações inclusive da própria Constituição, negando-se o Estado - esse Estado existe para o mercado -, agora se negam políticas e programas. Como não têm orçamento suficiente, muitos programas têm sido quase extintos, estão morrendo por inanição. Há programas que não foram extintos por lei, mas não recebem recursos suficientes.

Externamos aqui a nossa indignação. É um absurdo. Se somarmos os cortes que já aconteceram em 2019 e em 2020, veremos uma coisa absurda! Representam um verdadeiro ataque sobretudo à saúde e à educação. É inadmissível esse encolhimento do Estado para os pobres, para todos os trabalhadores.

O Estado tem que valorizar as suas empresas, como a EMBRAPA, tem que valorizar as políticas e os programas que favorecem a geração de emprego e renda, garantindo dignidade, vida, saúde, educação, profissionalização para o nosso povo, sobretudo para a nossa juventude, para as trabalhadoras e para os trabalhadores.

Em sintonia com todo o Partido dos Trabalhadores, o nosso voto foi contrário e dá a este Governo o recado claro de que ele tem que se sensibilizar. Mais de 300 mil pessoas já morreram.

Parabenizo V.Exa. pela iniciativa, pela participação, mas não podem ficar na fotografia só o Presidente da Câmara, o do Senado, o da República. Onde estão os Governadores? Nós precisamos de uma força-tarefa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Peço que conclua, Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Obrigado pela generosidade.

Concluo fazendo este apelo a V.Exa. É preciso que haja uma força-tarefa. V.Exa. tem um papel estratégico, uma vez que o Governo não está cumprindo o papel que é dele. É necessário que seja formada uma força-tarefa que vá ao encontro do nosso povo brasileiro e que haja políticas e programas que sejam viabilizados pelo Orçamento.

Muito obrigado.

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-20:04

Publ.: DCN - 26/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-ORIENTAÇÃO DE BANCADA

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para restabelecimento do artigo 4º do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, a respeito do Orçamento Geral da União de 2021.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PSOL orienta "sim". Eu queria reforçar que estamos diante de um Orçamento que não responde às demandas reais deste momento da conjuntura brasileira, que, infelizmente, está marcada pelo momento mais agudo da crise sanitária em curso, com mais de 300 mil mortos, com pessoas na fila de UTI morrendo sufocadas, sem oxigênio, sem insumos, nas filas dos hospitais Brasil afora. E a resposta do Governo e da maior parte desta Casa está sendo dizer que a prioridade não é a saúde, que a prioridade é Forças Armadas, é arma, é obra em lugares que servirão de curral eleitoral.

É lamentável vermos a saúde do povo, a vida do povo, o emprego do povo sendo escoraçados por esta Casa e pelo Governo...

(Interrupção do som.)

Documento 163/1.178

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-20:12

Publ.: DCN - 26/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Distorções do Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esta peça orçamentária realmente é muito ruim. Ela foi pouco debatida. Nós tivemos uma enorme dificuldade, no ano passado, quando não conseguimos formar a Comissão de Orçamento. Nós perdemos, em função da pandemia e das dificuldades políticas, oportunidades de debatermos este Orçamento durante o ano de 2020. Ficou tudo muito imprensado agora para o começo de 2021. A atitude e a posição do Governo foram muito nocivas para a Comissão de Orçamento, que trabalhava às pressas.

Este Orçamento é uma desgraça. Ele penaliza a Previdência. Ele penaliza o seguro-desemprego. Ele penaliza a educação como um todo, principalmente a educação básica, como muito bem salientou o Deputado Danilo Cabral. Ele prejudica as universidades, prejudica a ciência e a tecnologia. Ele prejudica os institutos federais de educação. E ele é irreal para a saúde, Presidente.

Nós estamos numa pandemia. E os recursos da saúde foram diminuídos quando o País precisa de mais leitos para receber as pessoas, precisa de mais UTIs, precisa de mais médicos, precisa de mais proteção aos servidores da área de saúde. Como é que passa na cabeça de alguém que, numa situação dessa, ainda vai diminuir os recursos da área de saúde? Isso não existe! É lamentável que esta Casa tenha um Orçamento como este para ser votado, porque ele é muito ruim.

O que nós precisamos fazer, Sr. Presidente, quando formos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, logo em seguida, para prepararmos o Orçamento do ano que vem, é tentar corrigir todas as distorções que existem no Orçamento brasileiro.

O Brasil gasta muito com pagamento de serviços da dívida pública. O Brasil praticamente não investe em ciência e tecnologia. O Brasil não investe o necessário na sua infraestrutura básica. Um país do tamanho do Brasil tem uma infraestrutura ainda precária.

É errada a ideia de que o setor público não deve investir. Ele deve investir. É importante para o desenvolvimento, é importante para gerar empregos, até porque a iniciativa privada só gosta de entrar onde já está pronto. Tudo isso nós precisamos melhorar...

(Interrupção do som.)

6.2021.N-Sessão Outro Evento-25/03/2021-20:16

Publ.: DCN - 26/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CONGRESSO NACIONAL-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário ao Orçamento Geral da União de 2021.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que uma proposta orçamentária é o raio-x de um governo. O Governo mostra a sua cara, mostra as suas intenções a partir da proposta orçamentária, de como ele quer movimentar os recursos que são recursos do conjunto da população. Aí vamos ver a crueldade desse Governo que busca retirar tantos recursos da saúde.

O Brasil precisa de vacinas. Nós precisamos de vacinas, nós precisamos de saúde, nós precisamos de *kit* de intubação, nós precisamos de UTIs, nós precisamos de investimentos na saúde. E, numa crise com a proporção dessa crise que estamos vivenciando, só o Estado pode proporcionar as saídas necessárias. E nós estamos vendo a orfandade de uma política que possa fazer com que o povo brasileiro acredite que há rumos no enfrentamento dessa crise trançada. Mas não é só isso: retira-se dinheiro do meio ambiente. Meio ambiente é soberania nacional. Meio ambiente é fundamental, porque o ser humano faz parte de uma trama de vida, ele não é dono da própria vida. Aliás, até que ponto essa pandemia que o mundo vivencia não é uma resposta às agressões que foram postas ao próprio meio ambiente?

Portanto, retira-se dinheiro do meio ambiente, retira-se dinheiro da educação básica, dos institutos federais de ensino. Nós estamos vendo uma proposta orçamentária que "desesqueletiza" o salário mínimo, que elimina o seguro desemprego, como poderia ser implementado. Nós estamos vendo um raio-x de um Governo que é desprovido, primeiro, de humildade, de humildade para reconhecer os seus erros e poder fazer com que o Brasil tome os rumos necessários para esse enfrentamento. Nós não suportamos mais tanta dor na população brasileira. Nós queremos que a morte não esteja à espreita das nossas vidas, nas esquinas, nos becos deste País.

Nós queremos ter a tranquilidade de poder exercer a dignidade humana que se exerce quando temos a condição de estar com dignidade vivenciando o mínimo necessário para que nós possamos almejar a felicidade.

Portanto, esta proposta orçamentária não pode ter o nosso apoio. Não pode ter o nosso apoio! Ela é a proposta que expressa esse desprezo pelo povo brasileiro.



O Ministro que acaba de ser empossado disse que vai vacinar 1,5 milhão de brasileiros por dia, mas não diz como nem quando. Se for na condição em que estamos hoje, nós teremos 312 dias para vacinar o conjunto do povo brasileiro, entendendo que precisamos de duas doses de vacina.

O Brasil tem pressa de voltar a ser feliz e ser cuidado.

Documento 165/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Registro de 310 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Indignação da oradora com incitações às polícias para realização de motins contra a decretação de lockdown em Estados brasileiros. Aplausos aos Governadores Estaduais pelo empenho da preservação da vida de suas populações diante da epidemia de coronavírus. Informação ao Governo do Estado de Mato Grosso, pela empresa White Martins, sobre a necessidade de apoio das Forças Armadas brasileiras para fornecimento de oxigênio à rede hospitalar. Congratulações ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, pela autorização da vacinação de policiais. Conveniência de extensão da iniciativa aos outros Estados brasileiros.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente e demais pares que acompanham esta sessão, boa tarde.

Entristece-me muito viver em um país, até então democrático, eu tendo sido eleita pelos ares da democracia, que contabiliza no momento mais de 310 mil mortes. Essas pessoas tombaram em função da *(falha na transmissão)* saúde pública brasileira.

Entristece-me ainda - em relação a um Estado em que o Governador está fazendo como todos os Governadores, desdobrando-se, empenhados em combater a mortandade do País - ouvir alguém incitar as polícias dos Estados a se rebelarem contra seus Governadores.

No Estado da Bahia, a imprensa inteira mostrou o policial em surto. Aqui em Mato Grosso, na semana passada, também faleceu nos mesmos moldes uma policial exemplar em surto.

As pessoas estão em surto em função do número de mortes, em consequência dos problemas que estão acontecendo no País, e não porque algum

Governador mandou as pessoas ficarem em casa para não se abraçarem com a morte.

Gostaria que continuássemos lutando por democracia, que aplaudíssemos os Governadores dos Estados, os quais estão cuidando do seu povo, levando alimentação e tentando vaciná-lo, ou seja, fazendo aquilo que o Governo Federal não está fazendo.

Não é o momento de incitar a população contra Prefeitos e Governadores, que estão na base fazendo o trabalho deles, contendo os problemas das famílias, articulando-se em uma grande organização de Governadores brasileiros para que o País passe por este momento e menos pessoas venham a óbito.

No Estado de Mato Grosso, a empresa White Martins já comunicou ao Governador do Estado que, se não tiver apoio das Forças Armadas, não chegará oxigênio para as pessoas que estão nas UTIs. E muitos estão em filas, aguardando vaga de UTI e morrendo por isso.

Quero parabenizar o Governador Rui Costa por já ter autorizado a vacinação dos policiais. Peço aos Governadores de todos os Estados que se empenhem em vacinar os policiais que estão no fronte e os educadores que estão nas escolas, com todo o esforço, fazendo o trabalho deles.

Vamos abraçar a causa do nosso povo. Vamos fazer com que o nosso povo passe por este momento com serenidade. Vamos respeitar a democracia e o Estado Democrático de Direito! Vamos cuidar da nossa gente!

Muito obrigada.

Documento 166/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 310 mortes no País em decorrência da Covid-19. Não coordenação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, das ações de enfrentamento da doença viral. Tentativa do Presidente da República de aprovação de projeto sobre a criação do Estado de Mobilização Nacional, instrumento destinado à ampliação dos seus poderes. Nomeação de Deputada do Centrão para o cargo de Ministra-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. Demissão do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, diante de arroubos antidemocráticos do Presidente Jair Bolsonaro. Homenagem prestada pelo Presidente da República a torturador, por ocasião do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Apresentação do

Requerimento nº 574, de 2021, de moção de repúdio a quaisquer comemorações do golpe militar de 1964.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

O Brasil passa de mais de 310 mil mortos pela COVID-19. Mas temos um Governo Federal que se recusou desde o início a liderar todo esse processo e que vai tentar votar agora um projeto para se dar poderes excepcionais de mobilização nacional, os quais só podem se utilizados em situação de guerra.

(Falha na transmissão) querem se dispor deles. *(Falha na transmissão)* de saúde das UPAs, *(falha na transmissão)* negacionista, pregou tratamentos ineficazes e virou as costas para a economia.

De todas as situações, que já eram muito ruins, no momento em que foi pressionado, o Presidente resolveu dar a mão *(falha na transmissão)*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Camilo Capiberibe, caso V.Exa. esteja me ouvindo, informo que a transmissão está falhando muito.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Sr. Presidente, prossigo.

Então, o Presidente deu a mão para o Parlamento ao colocar uma Deputada do Centrão em Ministério do Palácio do Planalto, mas demitiu o Ministro da Defesa, que disse claramente ter saído porque o Presidente esperava dele e dos Ministros militares, que também se demitiram, uma atuação politizada, com gestos de apoio aos seus ataques à democracia. Mas esses ataques vêm sendo feitos desde quando era Deputado Federal, como ao homenagear, neste plenário da Câmara, no dia do *impeachment* da Presidente Dilma, um torturador que fez tantas pessoas sofrerem e que deveria ter morrido na cadeia. E ele foi homenageado pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional não pode mais silenciar-se. Eu ingressei com o Requerimento nº 574, que pede que a Câmara possa repudiar qualquer tentativa de comemoração do golpe militar de 1964, que faz aniversário amanhã. Sete Líderes partidários da Oposição e da Minoria - MDB, PCdoB, PSOL, PT, REDE, PSB -, enfim, sete partidos querem que a Câmara se posicione. Isso é fundamental. E eu peço que se coloque em votação essa moção de repúdio.

Ditadura nunca mais!



18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:08

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Demissão coletiva dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, diante de arroubos antidemocráticos do Presidente Jair Bolsonaro. Contestação ao discurso do Deputado Coronel Tadeu sobre a responsabilidade do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, pela morte de policial militar contrário à decretação de lockdown. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de politização dos quartéis.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, foi muito importante esta sessão ter sido iniciada por alguém que teve a coragem - talvez mal orientado - de dizer exatamente o que quer Bolsonaro. Bolsonaro quer vestir uma roupa de guerra para enfrentar seus opositores. Muda áreas estratégicas do Governo, mete a mão no setor militar do próprio Governo contra dirigentes das Forças Armadas que, pela primeira vez na história, se demitem de maneira coletiva, porque se negaram a descumprir a Constituição.

Fontes da imprensa revelam o interesse de Bolsonaro em criar regimes alternativos que não tenham, talvez, o vocábulo "estado de sítio", mas que assim possa atuar de maneira imperial, ditatorial.

Infelizmente, o ocorrido na Bahia ontem acabou por tirar a vida de um jovem vitimado, infelizmente, pelo vírus do extremismo. O rapaz surtou, médicos já deram esse laudo. Foram horas de negociação, a família estava indo de Itacaré até lá. O rapaz saiu de Itacaré, que está há centenas de quilômetros distante de Salvador, pintou o rosto de verde e amarelo, fez um discurso contra o *lockdown*, e V.Exa., coronel, quer acusar o Governador Rui Costa? Somente depois de ele sacar um fuzil, à queima-roupa, contra os próprios colegas, é que houve uma reação.

Eu não sou especialista, mas, tecnicamente, a situação estava muito tensa àquela altura. Lamento a morte do soldado, mas vai se fazer uma apreciação, inclusive do celular do soldado, para saber exatamente o que aconteceu. Porém, culpar um Governador que está enfrentando o vírus, enfrentando a pandemia, enquanto Bolsonaro é o principal aliado do vírus no Brasil, não é cabível.

Bolsonaro, está claro, Srs. Deputados, quer politizar os quartéis. Ele quer, às vésperas do aniversário do golpe militar, tecer loas àquela data, que infelicitou o Brasil por 21 anos, podendo se estender a 25 anos de prejuízos! Bolsonaro quer, infelizmente, dando pouco àqueles da política que o acompanham, fazer do Brasil um país sujeito a quarteladas!

Mas nós temos certeza de que a honrosa Polícia Militar da Bahia não coadunará, como já disse que não coaduna, e também as Forças Armadas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputada, o sistema corta automaticamente o som.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Obrigada, Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Documento 168/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:12

Publ.: DCD - 31/03/2021 --LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura do Presidente Jair Bolsonaro no tocante à vacinação do povo brasileiro contra a doença viral. Tentativa do Presidente da República de enfrentamento dos Governadores Estaduais com a desestabilização das Polícias Militares. Contestação ao discurso proferido por Deputado sobre a responsabilidade do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, pela morte de policial militar contrário à decretação de lockdown.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos chegando a este final de março com a triste referência de mais de 300 mil mortos pela COVID-19 no Brasil e anúncios trágicos da possibilidade de chegarmos ao final do próximo mês com mais 100 mil mortos.

Essas são projeções de especialistas, diante de um processo de vacinação claudicante, em que o Governo, um dia, mente e, no outro dia, também, sobre as possibilidades de vacinação, de responsabilidade direta do Governo Federal, do Sr. Presidente, do seu Ministro, que se recusou a comprar as vacinas no período correto de encomenda e de prevenção.

Alguns países, como os Estados Unidos da América, perto de nós, já estão vacinando as pessoas com 30 anos de idade, e anunciam, para o próximo mês, a vacinação de pessoas com até 18 anos de idade.

É nesse quadro que o Governo, isolado diante da população, tenta criar uma narrativa para enfrentamento dos Governos regionais, especialmente os Governadores, com a desestabilização das Polícias Militares.

Não foi outra a intenção de quem iniciou aqui o processo de fala ao defender uma narrativa completamente desconexa do que aconteceu na Bahia, infelizmente, com um policial sob as mais diversas tensões, como centenas de pessoas, especialmente aquelas que cumprem suas funções, que não estão pressionando trabalhador algum a deixar de trabalhar -- o *lockdown* na Bahia não tem sido marcado por qualquer tipo de violência ou repressão a trabalhadores --, e acusa o Governo do Estado.

Foi muito lamentável a situação! A Bahia sofreu com tudo o que aconteceu. A Polícia Militar da Bahia, de grande tradição, também sofre neste momento. Mas não podemos aceitar a politização desconexa do ambiente bolsonarista, que tenta politizar de maneira extremada um fato que é, acima de tudo, lamentável.

Como sempre, defensores, não da vida, tentam politizar para desgastar governos, quando, na verdade, o que deveriam fazer é lutar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 169/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:16

Publ.: DCD - 31/03/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante da marca de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Razão da reforma ministerial promovida pelo Presidente da República. Solidariedade aos Governadores Estaduais, especialmente ao do Estado da Bahia, diante de ataques de seguidores de Jair Bolsonaro contrários ao cumprimento de medidas de contenção do avanço da Covid-19.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos assistindo ao Governo Bolsonaro ir por água abaixo em relação aos cuidados com a COVID. Rejeitado

por grande parte da sociedade, abandonado pelo próprio mercado, perdendo a conexão com o Congresso, com quem não dialoga, sem conseguir dobrar o STF, também não derrotando a firmeza dos Governadores no combate à COVID, nós estamos assistindo hoje a um verdadeiro crime, a um assassinato. São mais de 310 mil pessoas que estão morrendo, e o Governo continua com a mesma atitude.

Há uma pressão enorme da sociedade, que apela para que haja comida na mesa, vacina para todo mundo, ampliação dos leitos, mas isso não acontece. Então, ele apenas resolve, neste momento, tirar seis Ministros e fazer mudanças para acomodar melhor aqueles que provavelmente vão apoiá-lo nesse disparate, nos crimes que ele anda cometendo Brasil afora.

Por isso, deixo aqui a minha indignação, mas também a minha denúncia de que o Governo, diante de 310 mil pessoas mortas por COVID, não demonstra nenhuma sensibilidade para cuidar verdadeiramente das pessoas que estão precisando do auxílio emergencial, de oxigênio nos hospitais, de ampliação de leitos.

Fora, Bolsonaro! Nós estamos de olho, apoiando os nossos Governadores, principalmente o da Bahia, que agora está sofrendo ataques dessa liga de bolsonaristas, apesar de executar corretamente as políticas de combate à COVID.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigada.

Documento 170/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:20

Publ.: DCD - 31/03/2021 --VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Demissão coletiva dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras e do Ministro da Defesa, diante de arroubos antidemocráticos do Presidente Jair Bolsonaro. Atribuição ao Governo Federal da responsabilidade pelos 300 mil óbitos ocorridos no País em decorrência da Covid-19. Imobilismo do Presidente da República diante do aumento do custo de vida e dos índices de desemprego e pobreza no País. Responsabilidade de Jair Bolsonaro pelas crises sanitária, econômica e da saúde reinantes no Brasil. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política brasileira, no dia de hoje, está

vivendo um clima que deixa a todos nós muito preocupados. Preocupados por quê, Sr. Presidente?

As Forças Armadas, instituição do Estado brasileiro, que não aceitou de forma alguma romper com o processo democrático, agora Bolsonaro está perseguindo ao demitir o Ministro da Defesa e, ao mesmo tempo, fazer uma carta comunicando a saída dos Ministros das Forças Armadas.

Essa é uma preocupação, Sr. Presidente! Não adianta o Centrão ganhar um cargo no Governo e alguém achar que, por isso somente, está resolvido o problema no Brasil. Não, Sr. Presidente. São mais de 310 mil pessoas mortas no País por incapacidade do Governo Bolsonaro.

Todos nós estamos vendo o valor da cesta básica, o aumento da carestia no Brasil. Cada vez mais, aumenta o número de pobres, o desemprego no Brasil, e não vemos nenhuma sinalização nesse sentido. Como Bolsonaro sinaliza? Ele bota alguém do Centrão no Governo, troca os militares com função no Governo por outros, e acha que isso vai resolver o problema da crise.

O problema da crise, Sr. Presidente, é o próprio Bolsonaro! Ele é a crise. Ele é a crise da saúde. Ele é a crise da economia. Ele é a crise que vivemos em todo o País. Enquanto Bolsonaro estiver governando, o Brasil vai continuar em crise. Sobre isso não tenho nenhuma dúvida.

Por isso, Sr. Presidente, o remédio não é trocar Ministro A ou Ministro B. O remédio é tirar Bolsonaro. Um dos Ministros que ele deveria tirar era o Guedes, e ele não tira.

Sr. Presidente, nós precisamos cumprir a nossa função como Parlamentares. Para tanto, temos que escolher um dos processos de *impeachment*, e dar *impeachment* no Governo, para podermos cuidar da saúde, cuidar da educação, cuidar do desenvolvimento, cuidar da geração de emprego, cuidar do povo brasileiro. E isso só será possível se tirarmos Bolsonaro. Com Bolsonaro, vai afundar Bolsonaro, vão afundar os Deputados ligados a Bolsonaro, vai afundar o Centrão e vai ser destruído o povo brasileiro. Nós não podemos permitir isso, Sr. Presidente.

Documento 171/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:28

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance de 315 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Posicionamento do general Paulo Sérgio Nogueira de

Oliveira, responsável pela gestão de pessoal do Exército brasileiro, contrário ao tratamento precoce e a favor das evidências científicas de combate à Covid-19 negadas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Tentativa do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro em benefício próprio e dos seus familiares. Repúdio ao posicionamento de ex-Líder do Governo na Casa, favorável à criação do Estado de Mobilização Nacional, instrumento destinado à ampliação dos poderes do Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos vivenciando um momento extremamente grave no País. Já morreram quase 315 mil pessoas, e o Governo Federal não toma qualquer atitude para romper este quadro e interromper esta música, a marcha fúnebre que está se impondo e faz com que se aplaste a população brasileira.

É extremamente grave o que estamos vivenciando neste momento, e o que vimos foi a tentativa do Presidente da República de dominar o Estado. O Ministro da Defesa sai, dizendo que preservou as Forças Armadas como instrumento de Estado e não de governo. Ora, o Presidente da República quer, então, utilizar as Forças Armadas como instrumento de governo.

Deve ter se incomodado sobremaneira também com a entrevista do General Paulo Sérgio, que, responsável pela área de gestão de pessoas do Exército, disse que a mortalidade lá foi de 0,13%, ao passo que, no caso da população em geral, a mortalidade chega a 2,5%. Disse o General que nunca se utilizou de medicamentos que não fossem atestados por órgãos como a OMS e a ANVISA. Portanto, não se utilizou do dito tratamento precoce, que só tem como caráter precoce o negacionismo da gravidade do momento que vivenciamos. Disse que nenhum dos integrantes dessa Força que precisaram do auxílio das estruturas do Exército porque foram acometidos por COVID faleceu por falta de oxigênio, de UTI ou de insumos. Ali difundiu e defendeu a utilização de máscaras, o distanciamento social, a utilização de álcool em gel. Fez, portanto, a confissão de que é adepto das evidências científicas, negadas pelo Presidente da República.

Seguramente, isso incomodou muito o Presidente da República, que quer na AGU, por exemplo, alguém que se submeta a defendê-lo e não a União e o Estado; quer no Ministério da Justiça alguém que possa trabalhar para que os seus filhos não sejam investigados, por todos os malfeitos absolutamente evidentes que cometeram. Bolsonaro busca se apropriar do Estado.

Agora vem um Parlamentar que foi Líder do Governo e defende o estado de mobilização nacional, que só pode ser utilizado em momentos de guerra. Pretende que sejam dados poderes ao Presidente da República para que difunda, através dos seus apoiadores, como a Presidenta da CCJ, *fake news*?

Democracia já!

Sumário

Prejuízos ambientais, econômicos e sociais decorrentes do rompimento de barragem da Mineradora Aurizona S/A, no Município de Godofredo Viana, Estado do Maranhão. Reunião do orador com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, para debate de medidas de mitigação dos impactos do episódio sobre a população local.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como se não bastasse esta pandemia, que já levou mais de 310 mil pessoas à morte no Brasil, outro problema atingiu o Município de Godofredo Viana, no Maranhão, mas precisamente no povoado Aurizona, que tem 4 mil habitantes. O drama daquelas famílias é muito maior neste momento de pandemia. Por quê? Lá está instalada uma mineradora de ouro, uma das maiores do mundo, e a barragem dessa mineradora se rompeu e causou enormes prejuízos ambientais, prejuízos econômicos e prejuízos sociais. A população inteira do povoado está sem água potável. Com o rompimento da barragem, o reservatório de água daquele povoado foi totalmente contaminado. O uso humano dessa água ficou inviabilizado. Toda a população dessa comunidade, de 4 mil habitantes, está impossibilitada de consumir água, porque não existe mais água potável no local.

Essa é uma situação grave, e não estamos tratando de qualquer mineradora. A Mineração Aurizona faz parte de um grupo internacional, de uma multinacional canadense, com forte presença no mercado global. Está instalada no Brasil não só no Maranhão, mas também na Bahia, em Minas Gerais, em outros cantos do País. Portanto, é uma empresa muito forte desse segmento, e por certo não adotou, infelizmente, as providências necessárias para evitar esse enorme problema que hoje recai sobre as costas do povo daquela localidade, como se não bastasse, repito, a pandemia.

Hoje me reuni com o Movimento dos Atingidos por Barragens. Na reunião, nós acertamos que vamos levar essa denúncia ao Ministério Público; vamos pedir o auxílio do Governador do Estado, Flávio Dino, para garantir à comunidade cesta básica e também água potável em caráter de emergência; e vamos fazer uma audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos debater com todas as autoridades envolvidas as medidas necessárias para mitigar os impactos desse episódio sobre a população, que não pode ficar no isolamento.

Esse não é o único caso de barragem rompida no Brasil. Graças a Deus, ninguém perdeu a vida, mas alguns podem perdê-la em razão dos impactos sociais e ambientais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 173/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:32

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ZECA DIRCEU-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razão da reforma ministerial promovida pelo Presidente Jair Bolsonaro. Propósito do Presidente da República de intensificação do conflito com Governadores, Prefeitos Municipais e Poderes da República. Indiferença de Jair Bolsonaro diante do registro de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Descaso do Chefe da Nação com as medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus, com a vacinação e a vida do povo brasileiro.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos que nos assistem pela *TV Câmara* ou nos ouvem pela *Rádio Câmara*, as seis trocas ministeriais que Bolsonaro fez ontem provam a todo o Brasil que a grande prioridade de Bolsonaro não é o enfrentamento da pandemia de COVID. Bolsonaro está preocupado em se proteger. A prioridade de Bolsonaro é a proteção de sua família. A prioridade de Bolsonaro é a luta política, a disputa política sem qualquer tipo de medida de consequência.

Está evidente que, por trás dessas trocas ministeriais, há uma aposta insana, inconsequente de Bolsonaro no conflito. Bolsonaro quer intensificar o conflito com os Governadores. Bolsonaro quer intensificar o conflito com os Prefeitos. Bolsonaro, de novo, dá sinais de que aposta no conflito entre os Poderes. Arma-se para isso. Organiza-se para isso.

Nem de longe dá sinal de qualquer preocupação com a ocorrência de mais de 300 mil mortes, com as 3 mil, 4 mil mortes que estamos vendo acontecer todo dia. Bolsonaro não dá nenhum sinal de preocupação, nenhum sinal de ação relacionada ao enfrentamento da pandemia, à aquisição de vacinas, ao efetivo cuidado com a vida das pessoas.

Bolsonaro, nessas trocas ministeriais, não dá nenhum sinal de que está preocupado e de que vai cuidar, por exemplo, dos pequenos e médios negócios do campo e da cidade, que há muito padecem e não têm qualquer

tipo de apoio financeiro, qualquer tipo de financiamento, qualquer tipo de respaldo do Governo Federal. É preocupante o momento por que passa o País.

Cabe a nós, Deputados, cabe ao Congresso Nacional colocar limites em Bolsonaro, não deixar que ele tumultue ainda mais o enfrentamento da pandemia no País, não deixar que ele politize ainda mais o enfrentamento da pandemia no País. Quem tem que conduzir o enfrentamento da pandemia, diante da ausência de Bolsonaro, são os Governadores e os Prefeitos, sim, é a ciência, são os especialistas, é o SUS, é quem entende, é quem vê e se sensibiliza com as pessoas, que estão morrendo aos milhares a cada dia.

Muita atenção, muito zelo e, da nossa parte, muita firmeza para não deixar que Bolsonaro tumultue o País!

Documento 174/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:36

Publ.: DCD - 31/03/2021 --AIRTON FALEIRO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Demissão do Ministro da Defesa por recusa de transformação das Forças Armadas brasileiras em polícia do governo. Tentativa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de desgaste da imagem do Supremo Tribunal Federal, do Parlamento brasileiro e dos Governadores Estaduais perante a opinião pública. Repúdio à pretendida criação do Estado de Mobilização Nacional para ampliação dos poderes do Presidente da República.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas. e Srs. Deputados, o povo brasileiro deve estar se perguntando a respeito do que está ocorrendo no nosso País, em especial quanto a essas últimas mexidas de pedra do Presidente da República no seu Governo e também a essas narrativas estranhas à democracia.

O que está ocorrendo no Brasil é que o Governo Bolsonaro está em queda! O Governo Bolsonaro está esgotado, está desgastado, está perdendo apoio da opinião pública! Diante disso, ele busca uma saída radicalizada, uma saída autoritária.

Não me enganam e não enganarão o povo brasileiro! A demissão dos Ministros, especialmente a demissão do Ministro da Defesa ocorreu devido à não aceitação de tornar as Forças Armadas em polícias de governo - a posição do Ministro é a de que as Forças Armadas continuem atuando em defesa do Estado brasileiro. É isso que está acontecendo.

Nessa tentativa de se reencontrar e buscar apoio popular e político, está clara a estratégia do Presidente da República de desgastar os Poderes, jogar o povo contra o Supremo, contra o Parlamento e, agora, contra os Governadores. Essa guerra contra os Governadores começou com as medidas protetivas, para amenização da pandemia. Agora ele está tentando jogar os policiais do Estado, a polícia do Estado, contra os Governadores. Pareceu-me uma armação aquele negócio na Bahia.

Agora vem com mobilização no dia 31 de março, a data do golpe. O Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro tem que dizer "não" ao golpe, tem que dizer "não", e tem que parar Bolsonaro antes que ele pare o Brasil de uma vez.

Sr. Presidente, quero que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 175/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 31/03/2021 --NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso dos 57º aniversário do golpe militar ocorrido no Brasil. Comemoração da efeméride pelo Presidente Jair Bolsonaro. Violação dos direitos humanos durante o regime militar. Responsabilidade do Presidente da República pela morte de 310 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Postura autoritária de Jair Bolsonaro. Necessidade de reação do Congresso Nacional contra arroubos golpistas do Chefe da Nação. Defesa da concessão de auxílio pecuniário emergencial às populações vulneráveis; aos médios, pequenos e microempresários para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Necessidade de apoio governamental à agricultura familiar e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, em 31 de março de 1964, o Brasil assistiu atônito ao golpe que derrubou o Presidente João Goulart e deu início à ditadura militar.

Foram 21 anos de violação de direitos humanos, de tortura, choques, pau de arara, assassinatos, estupros, escuridão e de medo. Foram 21 anos de restrição à liberdade de expressão e de organização, de perseguição à imprensa.

Amanhã faz 57 anos o golpe. Quem vê nessa data algum motivo de comemoração é sádico, perverso, desprovido de humanidade, não tem condições de ocupar um cargo público.

Não é de se espantar que a tortura e a violência sejam comemoradas pelo Chefe de Estado responsável pela morte de mais de 310 mil brasileiros, vítimas da COVID e do abandono do seu próprio governo.

O Presidente brasileiro hoje, considerado o pior do mundo na gestão da pandemia, justamente ele, quer celebrar a ditadura. Talvez ele queira fazer isso porque sabe que a democracia é a única vacina contra o autoritarismo. A democracia é a única vacina contra a devastação ambiental, favorece a vacina contra o coronavírus. Na democracia, ocorre combate à corrupção, respeito às instituições de Estado, respeito à ciência, respeito à liberdade de imprensa. A democracia é o regime que permite salvar vidas, distribuir riquezas, combater a desigualdade e promover a inclusão social. Num regime democrático, não haveria redução do auxílio emergencial, tão importante para os brasileiros e as brasileiras neste momento. Bolsonaro flerta com o autoritarismo, acha que pode decidir sozinho os rumos do nosso País. Não pode! É por isso que existe a repartição dos poderes, para que nenhum déspota queira levar o Brasil para o buraco, junto com seus sonhos mesquinhos.

Em momentos como este é que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, precisam mostrar o seu valor e colocar um freio nas ambições golpistas do tirano que ocupa a cadeira da Presidência da República.

Ditadura, nunca mais! Auxílio emergencial, sim! Auxílio aos pequenos e médios empresários, sim! Ajuda à agricultura familiar, sim! Vacina, sim! Bolsonaro genocida, não!

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 176/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:40

Publ.: DCD - 31/03/2021 --GENERAL PTERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância do papel desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras na preservação do Estado Democrático de Direito. Excelência das gestões do ex-Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos ex-Comandantes da Marinha do Brasil, Almirante Ilques Barbosa; da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar, Antônio Carlos Moretti Bermudez; e do Exército brasileiro, Edson Pujol. Votos de sucesso ao novo Ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto.



O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, o art. 142 da Constituição Federal estabelece que *"as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"*. Essas importantes missões foram, são e sempre serão fielmente cumpridas pelos membros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

O texto constitucional fixa que as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes. Essa característica é fundamental e decorre da constatação de que as Forças Armadas são instituições de Estado, pois elas integram, dinamizam e fortalecem o sentido da nacionalidade de um país. Por isso, os militares são representantes do poder do Estado e, nos termos da Constituição, formam um pacto indissolúvel com o povo brasileiro.

As Forças Armadas são a própria representatividade da Nação brasileira. Um país que conta, como o Brasil, com Forças Armadas caracterizadas por estrito apego às suas obrigações constitucionais consubstancia-se em uma nação que alcançou um elevado nível de maturidade institucional. As Forças Armadas compartilham plenamente os valores da justiça, da democracia, da paz e da igualdade de oportunidades, que lastreiam os objetivos internos e externos do Brasil. Contribuem, dessa forma, para consolidar o nosso País como um Estado Democrático de Direito por excelência.

Essa missão foi fiel e categoricamente cumprida pelo General Fernando Azevedo e Silva, que ontem, ao deixar o Ministério da Defesa, após 2 anos e 3 meses à frente da Pasta, afirmou: *"Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituição de Estado"*. Em conjunto com as Forças Armadas - neste ponto parabenizo, pelo excepcional trabalho desenvolvido, os respectivos Comandantes, o Almirante Ilques, o General de Exército Pujol e o Brigadeiro Bermudez -, o Ministro Fernando realizou fundamentais atividades no enfrentamento do coronavírus, instituindo a Operação Covid-19, e sem se descuidar um minuto da missão principal das instituições militares, o disposto no art. 142 da Constituição Federal.

Parabenizo o Ministro Fernando e os Comandantes pela missão cumprida. Desejo sucesso ao novo Ministro, o General Braga Netto, na certeza da continuidade do trabalho e da manutenção dos valores desenvolvidos na nossa querida Academia Militar das Agulhas Negras. Tenho certeza de que, juntos, faremos um Brasil melhor. O nosso foco é sempre - isto, inclusive, está previsto na Constituição - o bem comum do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Felicidades!



Documento 177/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:44

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado General Peternelli pelo discurso proferido sobre a demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos Comandantes da Marinha do Brasil, Almirante Ilques Barbosa; da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar, Antônio Carlos Moretti Bermudez; e do Exército brasileiro, Edson Pujol, diante da tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de transgressão do art. 142 da Constituição Federal. Postura genocida do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Defesa de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Chefe da Nação. Necessidade de instalação da CPI da Saúde pelo Senado Federal.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde. Cumprimento o Presidente, os pares.

Quero parabenizar o meu colega Deputado General Peternelli pelo discurso. Muitas vezes tivemos divergências nesta Casa, mas ele fez um discurso respeitando a democracia.

O art. 142 é bem claro: defesa da Pátria. Foi isso que fez o Ministro da Defesa, o General Fernando Azevedo. Foi a altivez dos três comandantes das Forças Armadas, que, pela primeira vez na história, não compactuando com a tentativa do Presidente Bolsonaro de transgressão do art. 142, entregaram os seus cargos.

E vemos hoje um colega Parlamentar, general, que inclusive serviu o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, fazer a defesa da democracia. Esta é a discussão que está em jogo. O General Peternelli disse que, no art. 142, uma das questões fundamentais é a defesa da Pátria. É isso que o Presidente Bolsonaro não está fazendo, quando não respeita a ciência, quando não respeita a vida, quando cria embaraço do ponto de vista diplomático, a exemplo do caso com a OMS, com quem ele queria até romper. Desde maio a OMS apresenta ao mundo o consórcio Covax-Facility, que ele não assinou - só em setembro ele fez o acordo. Por isso ele tem o DNA da morte, sim, em relação as 300 mil pessoas que morreram acometidas da COVID.

Esta Casa tem que ter altivez e tirar do *freezer* dezenas de processos de impedimento para tirar da Presidência este genocida que não respeita o art.142 e a vida.

É necessário que o Senado Federal tenha coragem e responsabilidade com o povo brasileiro e crie uma CPI da saúde, para apurar todo o processo de negacionismo cometido por Bolsonaro, principalmente pelo Ministro anterior, que fazia recomendações médicas contrariando a ciência e colocando o número de mortes num patamar acima de 300 mil.

Esta é a questão principal: altivez, Congresso, para colocar em pauta o *impeachment* e a CPI no Senado.

Fora, Bolsonaro!

Documento 178/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:48

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance do patamar de 315 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Redução das verbas destinadas ao auxílio emergencial. Carta aberta encaminhada ao Presidente Jair Bolsonaro, por banqueiros, ex-ministros, empresários e economistas, sobre o combate efetivo à Covid-19 como pré-condição para a retomada da economia. Demissão do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva; e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras. Vocação autoritária do Presidente da República. Inexistência de apoio ao Chefe da Nação para eventual golpe de Estado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil atingiu a marca absurdamente trágica de 315 mil mortes pela COVID.

O Governo reduziu a verba para pagamento de auxílio emergencial de 320 bilhões repassados no ano passado para apenas 44 bilhões, quando a pandemia está ainda pior do que já esteve em qualquer momento. E, ao mesmo tempo, a economia não gera emprego.

Nesse ponto, eu quero fazer o registro, mais uma vez, de uma carta assinada por 500 economistas, ex-ministros, ex-presidentes do Banco Central, banqueiros, dizendo que é preciso cuidar da saúde em primeiro lugar, senão não haverá jeito para a retomada da economia.

É o óbvio. São não é o óbvio o Presidente da República Bolsonaro.

Neste momento em que ele substitui seis Ministros, é bom registrar onde está a origem da crise. Ela está no Bolsonaro. Na minha opinião, ele tentou tapan o sol com a peneira, porque aquele que ele não quis demitir e que merecia ser demitido desde o início, pelas trapalhadas, pelas agressões, pelo isolamento internacional - Ernesto Araújo -, resistiu enquanto pôde. Contudo, Bolsonaro foi obrigado a demiti-lo.

Ao mesmo tempo, então, ele demite o Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo, de longa trajetória. Ao final do seu exercício de Ministro, o general reúne os três comandantes das Forças, que comparecem e dialogam, e os três saem ao mesmo tempo, em solidariedade ao Ministro da Defesa, é claro, mas é muito mais um compromisso com o papel de Estado das Forças Armadas.

Isso não é pouco, quando temos um Presidente da República com vocação autoritária, com rompantes golpistas, que não tem nenhuma dúvida em ameaçar Supremo, ameaçar Congresso, ameaçar imprensa. É bom dizer em alto e bom som: não tem apoio da imprensa, não tem apoio do alto comando das Forças Armadas, não tem apoio do empresariado, não tem apoio do Congresso para dar golpe.

Portanto, se tiver qualquer ilusão, na minha opinião, ele não tem liderança nem para dar golpe, que é um ato baixo, é um ato subalterno, porque só visa à sua posição individual e aos seus interesses.

Documento 179/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus, e a grave crise sanitária reinante no País. Incompetência e despreparo do Presidente da República para comando do País. Tentativa do Chefe da Nação de uso das Forças Armadas brasileiras como instrumento de sustentação política. Demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, povo brasileiro, nós estamos vivendo um momento muito crítico e crucial da vida nacional.

Falo isso não só em função dessa grave crise sanitária da pandemia, que leva o nosso povo a essa quantidade de óbitos. Isso é algo inusitado e acontece em

função da falta de política preventiva, da falta de uma ação articulada com os entes federados, ou seja, com os Estados, com os Municípios e com a sociedade, para enfrentar essa que é, sem sombra de dúvidas, a maior crise da humanidade e, sobretudo, aqui do nosso País.

Infelizmente, o Governo Bolsonaro minimizou até onde pôde a gravidade dessa situação, num discurso negacionista. O Presidente negou a importância da máscara e das medidas preventivas até mesmo contra a aglomeração e negou, sobretudo, a importância das vacinas, o que levou o País a esse desastre que nós estamos vivenciando.

É uma situação de profundo pesar e angústia da sociedade brasileira e das pessoas que tiveram seus familiares vitimados por falta de uma ação mais enérgica do Estado brasileiro.

Infelizmente, esta crise se agrava porque o Governo Bolsonaro, na minha leitura, é um governo incapaz, incompetente e despreparado para assumir o desafio do que seja governar a Nação brasileira. Infelizmente, ele tenta usar inclusive as Forças Armadas como instrumento de sustentação política para impor as suas vontades e os seus desejos contra as ações que são a lógica das medidas preventivas que vêm sendo tomadas pelos Governadores e Prefeitos responsáveis do nosso País.

Infelizmente, esta crise leva à demissão do Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, que é um Ministro reconhecido pela sua ponderação, pelas suas medidas de interlocução, e leva as Forças Armadas ao estado de terem que se demitir...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 180/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-14:56

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gravidade da crise socioeconômica brasileira. Repúdio à sanha privativista do Governo Federal. Falta de condições do Presidente Jair Bolsonaro para o comando do País.

Defesa da abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo uma das mais graves crises da história do Brasil: desemprego, fome, miséria, uma política econômica que vem do Governo Temer, desde o golpe, ao Governo Bolsonaro, de total destruição da economia brasileira.

Vivemos agora um grande ataque, por parte do Governo Bolsonaro, de privatização de empresas importantes, empresas que dizem respeito à soberania nacional, que geram lucros, receitas, empregos e desenvolvimento nacional. Falo, entre outras, das empresas do Sistema ELETROBRAS e dos Correios, do ataque que vem sendo feito à PETROBRAS e da venda de refinarias, para nossa total dependência das grandes empresas do petróleo.

O Governo Bolsonaro, se não bastasse o abandono da saúde pública, não tem nenhum projeto para o povo brasileiro e para a defesa do desenvolvimento nacional. É um governo entregue às grandes corporações.

Por isso, mais do que nunca, Sr. Presidente, para o bem da saúde pública do Brasil, para o bem da defesa das empresas estatais e do povo brasileiro, nós precisamos afastar o Presidente Bolsonaro.

Bolsonaro não tem condições nenhuma de governar. Por isso, é fundamental que o Congresso Nacional debata a questão da soberania nacional; a questão do desenvolvimento nacional; da situação emergencial da vacina, do auxílio emergencial e dos cuidados com o povo brasileiro. Nesse assunto, Bolsonaro mostrou que é incompetente, não tem capacidade, a não ser para bajular e se aliar aos bancos e às grandes corporações.

Por isso, *impeachment* já ao Presidente Bolsonaro!

Queria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 181/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ineficácia das medidas restritivas às atividades econômicas para combate à epidemia de coronavírus, segundo pesquisa acadêmica da Universidade de Stanford. Conciliação entre as medidas de preservação da saúde e da economia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero chamar a atenção dos colegas Parlamentares e da sociedade brasileira para um estudo acadêmico e científico publicado em dezembro de 2020, portanto, há pouquíssimo tempo, no *European Journal of Clinical Investigation*, feito por quatro pesquisadores da Universidade de Stanford, Eran Bendavid, Christopher Oh, Jay Bhattacharya e John P. A. Ioannidis. Essa pesquisa acadêmica demonstrou, por meio de estudos comparativos entre 51 regiões de 10 países, que, apesar de o distanciamento social ser importante, bem como a aplicação de medidas restritivas coordenadas - é importante se frisar isso -, os países que tiveram mais restrições às atividades econômicas não obtiveram em comparação aos países que tiveram menos restrições um ganho no combate ao coronavírus em diminuição do número de casos.

Sr. Presidente, esse estudo que comparou oito países que adotaram medidas mais restritivas, Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Irã, Itália, Holanda e Inglaterra, com outros dois, Suécia e Coreia do Sul, demonstrou claramente que as medidas que estão sendo tomadas, de forma arbitrária e exagerada, em muitos Estados e Municípios brasileiros, não têm marginalmente um efeito melhor do que medidas menos restritivas.

Distanciamento social, sim, utilização de álcool em gel, sim, respeito aos protocolos, sim, mas o próprio estudo menciona os efeitos adversos de medidas restritivas demais, como aumento da fome, aumento da dependência química, aumento de doenças que não estão relacionadas à COVID que acabam não tendo tratamento, violência doméstica e outros problemas, que hoje nós estamos enfrentando.

Por isso, Sr. Presidente, eu fico indignado quando vejo que há uma divisão no País entre aqueles que dizem defender a vida e, portanto, que todos devem ficar em casa e aqueles que dizem defender a economia e que pode ser feita aglomeração o tempo todo.

Não, Sr. Presidente, temos que ter bom senso para fazer a defesa da vida nos dois lados, tanto a vida na área da saúde contra o coronavírus e contra outras doenças, como também a vida na área econômica para impedir que o nosso povo morra de fome.

Portanto, Sr. Presidente, para esse estudo eu quero chamar a atenção de todos que estão acompanhando este pronunciamento, porque ele precisa ser mais divulgado, até porque a maior parte dos ótimos efeitos que houve em países mundo afora foi por meio da conscientização das pessoas de que o

distanciamento social tem que ocorrer, que as medidas sanitárias devem ser respeitadas, mas não por meio da imposição. Os maiores problemas que vemos hoje no nosso País são os transportes públicos lotados, são os hospitais superlotados, tudo consequência das péssimas administrações.

Isso para não falar das medidas restritivas abusivas, como ocorre lá no Rio Grande do Sul, cujo Governador Eduardo Leite impede inclusive as pessoas de comprar o que quiserem nos supermercados, colocando lonas sobre produtos tidos como não essenciais.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente! A que nível de arbitrariedade nós estamos chegando? É por isso que vimos, inclusive em alguns lugares, a desobediência civil e pessoas abrindo seus negócios para não morrerem de fome. Precisamos de bom senso, Sr. Presidente! Defesa da vida, sim, sempre, na saúde contra o coronavírus e outras doenças e na economia para que ninguém morra de fome!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 182/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:08

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALÊ SILVA-PSL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inconsistência de declarações de autoridades e políticos sobre o incentivo, por seguidores do Presidente Jair Bolsonaro, à realização de motins policiais contra Governadores pela adoção de medidas de combate à Covid-19. Contrariedade à decretação de lockdown como medida de contenção da doença viral. Pedido aos Prefeitos Municipais de acesso aos programas de segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Regional.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputados. Boa tarde, Brasil.

Ontem ouvi várias autoridades, políticos principalmente, dizerem que nós, bolsonaristas, apoiadores do Presidente da República, estaríamos provocando, estimulando o motim entre as polícias. Venho aqui, a público, dizer que isso é mentira. Nós não estamos provocando motim. Nós não somos a favor disso. O que nós somos a favor é do uso do bom senso por parte dos Governadores, por parte dos comandos, por parte das polícias. Somos a favor do uso do bom senso, sim, porque estamos vivendo um momento crítico, um momento onde há muita desinformação, um momento de insegurança jurídica, um momento em que o trabalhador, o comerciante, o autônomo estão se sentindo altamente

injustiçados por estes decretos de *lockdown*, de onda roxa, de onda preta, promulgados por Governadores.

Então, peço aqui aos Srs. Governadores e aos comandos das polícias que usem o bom senso. O trabalhador não pode ser confundido com o bandido. Temos aqui inúmeras famílias passando fome, passando necessidade e não há - não há, gente! - auxílio emergencial governamental no mundo que supra as necessidades desse trabalhador, como a que pode ser suprida através do trabalho, do trabalho honesto.

Já estamos percebendo aqui, nas bases, um aumento da violência urbana, um aumento do tráfico de drogas, um aumento de homicídios, tudo em razão desta crise que vem sendo agravada por esses decretos de *lockdown*. Portanto, peço à segurança pública e aos Governadores bom senso. Não usem da violência contra o trabalhador, usem do diálogo, usem da conversa, usem da conscientização.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputada, V.Exa. ainda tem 1 minuto.

A SRA. ALÊ SILVA (Bloco/PSL - MG) - Pois não. Então, vou destacar aqui hoje portaria, publicada pelo Governo Federal, que comunica o repasse de cestas básicas para os Municípios. Eu peço aos Srs. Prefeitos e aos administradores municipais que acessem os Programas de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Regional, que são mais um programa do nosso Governo Federal, para amparar as pessoas, para amparar os mais pobres e aqueles que estão sendo mais atingidos por esta crise toda.

Obrigada.

Documento 183/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:16

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ROSANA VALLE-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e ao Secretário Nacional de Portos, Diogo Piloni, por adoção de medidas de proteção da vida dos portuários diante da epidemia de coronavírus. Pedido ao Presidente Arthur Lira de inclusão na pauta de projeto de lei sobre a permissão, aos trabalhadores avulsos de portos, do saque de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A SRA. ROSANA VALLE (PSB - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Parlamentares. Boa tarde a todos os que acompanham esta sessão da Câmara dos Deputados.

Eu pedi a palavra para chamar a atenção dos Srs. Deputados e também do Governo Federal para a situação grave de uma categoria que não parou suas atividades durante a pandemia e, infelizmente, está sofrendo as consequências da falta de atenção do Governo Federal neste momento.

Eu falo do trabalho portuário, que é considerado um serviço essencial. Nós votamos e aprovamos essa medida. O trabalho nos portos brasileiros não parou em nenhum momento durante a pandemia, mesmo com o alto risco de contaminação.

Os trabalhadores dos portos precisam agora da contrapartida, do reconhecimento dos seus esforços pelo País. Afinal, eles atuam diretamente no nosso comércio exterior e garantem milhares de empregos no campo e também nas cidades. O portuário esteve e está na linha de frente, dando o suor do seu trabalho braçal para que o caos na economia não seja maior do que já é hoje.

Os portuários, porém, não estão sendo atendidos. Primeiro, eles foram incluídos em uma lista de prioridades da vacina, só que estão praticamente no fim dessa lista - são a prioridade 28 de um total de 29. E não há sequer uma expectativa para a data de vacinação dessa categoria.

No ano passado, nós aprovamos a Medida Provisória nº 945, de 2020, que garantiu o afastamento parcial e remunerado dos trabalhadores portuários do chamado grupo de risco da COVID-19, mas os efeitos dessa MP já terminaram, e o que nós vemos hoje no Porto de Santos, por exemplo, é o trabalhador avulso, com mais idade, com comorbidade, obrigado a se expor ao risco simplesmente porque ele não tem outra alternativa.

Faço um apelo ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e ao Secretário Nacional de Portos, Diogo Piloni, como Deputada, como representante da Baixada Santista e como Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Futuro do Porto de Santos. Eu peço a reedição das medidas que garantiram um pouco de dignidade a essa categoria.

Faço um apelo ao Presidente Arthur Lira também. Eu tenho um projeto de lei à espera de ser pautado que permite que esses trabalhadores avulsos dos portos brasileiros tenham pelo menos o direito de sacar o Fundo de Garantia. Esse é um direito deles.

Aqui no Porto de Santos, o maior do nosso País, nós temos notícias de trabalhadores portuários mortos pela COVID todos os dias. Precisamos, mais do que nunca, de locais adequados para lavar as mãos, para passar álcool em gel. Percebo que nem isso está sendo cumprido como deveria.

Então, Ministro Tarcísio, precisamos da ação do Governo Federal nos portos. Precisamos dessas medidas para garantir mais proteção ao trabalho, principalmente dos portuários. Essa é uma bandeira que eu defendo...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 184/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:20

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contentamento com a demissão do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, por recusa de transformação das Forças Armadas brasileiras em instrumento político do Presidente Jair Bolsonaro; e do Advogado-Geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior, pela recusa de ajuizamento de ação contra Governadores Estaduais perante o Supremo Tribunal Federal. Demissão dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras por discordância com aventuras golpistas do Presidente da República. Estímulo da Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Bia Kicis, à promoção pela Polícia Militar de motins contra Governadores Estaduais pela decretação de lockdown. Repúdio à apresentação, pelo Líder do PSL na Casa, do Projeto de Lei nº 1.074, de 2021, sobre a criação do Estado de Mobilização Nacional. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Ontem nós assistimos à queda de três Ministros. Um deles, o Ernesto Araújo, caiu porque a destruição que ele já fez na trajetória da diplomacia brasileira não tem precedentes. Ele conseguiu ser o pior representante das relações exteriores do Brasil em toda a sua história, assim como o Bolsonaro é o pior Presidente que já houve neste País. Mas outros dois caíram porque não seguiram as intenções golpistas de Bolsonaro. O Ministro da Defesa se recusou a transformar as Forças Armadas no braço político do PSL, do bolsonarismo, e o da Advocacia-Geral da União se recusou a assinar uma ação no STF contra os governadores.

E hoje os três Comandantes das Forças Armadas pediram renúncia conjunta por discordar do Presidente "Bozo". Reafirmaram que os militares não participam de nenhuma aventura golpista e que enfrentar as medidas dos governadores que visam restringir a circulação do coronavírus, que já matou 310 mil brasileiros, é obsessão do Presidente, é ideia fixa dele.

Inclusive, o ex-Ministro da Defesa Fernando Azevedo admitiu que saiu porque havia pressão para envolver as Forças Armadas nisto, e ele não admitiu envolver as Forças Armadas nos interesses da política rasteira do bolsonarismo.

Mas não param por aí! Não se conformam! Ontem, a Presidente da Comissão de Constituição e Justiça usou as redes sociais com mentiras para estimular motim da Polícia Militar, plantando notícias falsas, plantando mentiras, plantando estímulo à subversão das Polícias Militares.

Está muito claro o interesse. Hoje, o Líder do PSL na Câmara apresenta o Projeto de Lei nº 1.074, para permitir a decretação da mobilização nacional, para que as Polícias Militares fiquem subordinadas ao Presidente nas situações de emergência, como a pandemia. Em vez de estimularem a vacinação dos servidores da segurança pública, como o Governador da Bahia já começou a fazer no nosso Estado, de forma pioneira; em vez de defenderem a vida e a saúde dos trabalhadores, eles estimulam a mentira, o ódio, o motim, a sublevação, o golpe.

Felizmente, as Forças Armadas não os acompanharam. Felizmente, esse projeto do PSL na Câmara não irá prosperar.

Para aqueles que dizem que a fome está voltando, eu digo que está voltando, sim, e a culpa é de vocês! Desde o golpe de Estado, a fome cresce neste País. O auxílio emergencial, que tirou milhões da miséria e da fome no ano passado, vocês transformaram em algo deste tamaninho. Serão 44 bilhões de reais neste ano, contra 294 bilhões de reais no ano passado.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 185/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil. Comparação do Presidente da República com genocidas. Propósito do Chefe da Nação de decretação de estado de sítio no País. Incentivo da Presidenta da Comissão de



Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Bia Kicis, e de filho do Presidente da República à realização, pela Polícia Militar, de motins contra Governadores Estaduais pela decretação de lockdown. Repúdio à acusação do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, contra a Senadora Kátia Abreu. Anúncio de realização, por seguidores do Presidente Jair Bolsonaro, de atos em frente a quartéis a favor da ditadura militar. Responsabilidade do Chefe da Nação e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo caos da saúde pública, pela fome e desemprego e pela crise econômica reinantes no País. Defesa de instalação da CPI da Saúde Pública e da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Jair Bolsonaro é conhecido no mundo inteiro como genocida. Por mais que ele não goste, assim ele é chamado não só no Brasil como no mundo, porque ele tem responsabilidade pelas mortes que acontecem no País.

Agora, além de genocida, parece que ele quer agregar outra desqualificação ao cargo de Presidente: a de golpista. Ele fez uma *live* falando em estado de sítio, insuflando os bolsonaristas a dizerem que isso era correto - um regime ditatorial.

Depois, a Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - que vergonha! -, a Deputada do motim, incentivou policiais a irem contra o Governo do Estado e desrespeitarem a Constituição e as leis, pregando claramente, através do Twitter, motim na Bahia.

Depois, vem o filho do Presidente e pede para que o motim se estenda a todos os Estados brasileiros, colocando em polvorosa as suas milícias, polícias, forças de segurança, das quais ele acha que tem controle.

Depois, vem o Ministro das Relações Exteriores e abre crise no Senado, acusando a Senadora Kátia Abreu, uma pessoa respeitosa, de ser agente chinesa do 5G, um verdadeiro absurdo, que acabou criando uma crise com o Senado.

Agora, bolsonaristas convocam atos para dia 31, em frente aos quartéis, para pedir ditadura, abrindo uma crise com o Supremo Tribunal Federal.

Portanto, os bolsonaristas e o próprio Presidente trabalham para justificar golpe e querem exigir das Forças Armadas que entrem nessa canoa furada e que se qualifiquem para fazer quarteladas no Brasil.

Felizmente, as Forças Armadas não caíram nisso.

O problema é que esse genocida e, agora, golpista não responde pelo que tem que ser feito no Brasil. Ele não controla a pandemia - pelo contrário. Com isso aumentam as mortes, o caos, os colapsos nos hospitais do Brasil inteiro. Há fome, desemprego, economia em queda. Isso é, sim, responsabilidade de

Bolsonaro, de Paulo Guedes e da política econômica deles. Enquanto a fome e a violência aumentam, ele, em vez de agir, coloca a culpa nos outros.

Nós, no Congresso Nacional, devemos ter as nossas responsabilidades. Cadê a CPI da saúde pública, a CPI da cloroquina? Elas já têm pedidos e assinaturas inclusive de Senadores. Cadê o *impeachment* do Bolsonaro? Isso tem que ser colocado na pauta. O Congresso não pode ser cúmplice do golpismo e do genocídio.

Um abraço, Presidente!

Documento 186/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:32

Publ.: DCD - 31/03/2021 --FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de médicos intensivistas na rede hospitalar conveniada com o Sistema Único de Saúde - SUS. Urgente necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de revisão do processo de formação médica no País.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 1 ano, eu alertava, desta tribuna, que o sistema de internação em hospitais oficiais do SUS tinha dificuldades de montar um sistema de tratamento intensivo.

Naquela época, estávamos no início da pandemia, e até hoje estamos com esse problema. As autoridades sanitárias ainda insistem que o problema são os respiradores, os tubos. O problema maior é mão de obra, ou seja, é a falta de especialistas intensivistas. É disso que necessitam os hospitais do SUS neste País.

Todos nós sabemos que, nesta pandemia, o SUS foi glorioso e está sendo glorioso. Existe capilaridade em todo o Brasil. Em todas as cidades, nos mais diversos rincões, nós encontramos uma unidade básica de saúde. A vacinação pode ser feita aplicando-se cerca de 2 milhões de doses por dia. O sistema tem condições de fazer isso. É assim que devemos tratar urgentemente a pandemia, que já mata milhares de pessoas.

Neste instante, nós queremos alertar também as autoridades do ensino, do Ministério da Educação. É preciso fazer uma revisão no processo de formação desses profissionais da área de medicina no Brasil. Precisamos saber como esses médicos são formados e como saem das universidades. Depois que são

colocados no campo de trabalho, numa situação como essa, temos poucos especialistas. Aliás, não deveria existir a necessidade de ser especialista para intubar um paciente. Não só os intensivistas deveriam poder fazer esses procedimentos.

Eles não têm culpa, de maneira alguma. A culpa é do excesso de faculdades criadas neste País. Esses médicos, assim como os demais profissionais de saúde, são heróis. Vão sair como heróis desta pandemia, deste caos da saúde pública não só no Brasil, mas em todo o mundo, pois estão enfrentando todo tipo de dificuldade. E o mais importante: não se vê reclamação de um profissional de saúde.

Então, é necessário que haja um aprimoramento da formação dos profissionais de saúde...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 187/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:36

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Solidariedade às vítimas do policial militar Wesley Soares, morto em confronto com seus pares no Estado da Bahia. Solidariedade aos policiais militares brasileiros. Estímulo da Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Bia Kicis, à insurgência da Polícia Militar contra o Governador do Estado da Bahia, Rui Costa. Revolta do Presidente Jair Bolsonaro e de Deputados da base governista contra Governadores Estaduais, pela adoção de medidas de proteção da vida das populações contra a Covid-19. Não compactuação do ex-Ministro da Defesa e dos ex-Comandantes das Forças Armadas brasileiras com os arroubos antidemocráticos do Presidente da República. Tentativa do Chefe da Nação de aparelhamento de instituições de Estado para proteção de seus filhos envolvidos com a criminalidade. Importância da reação do Parlamento brasileiro contra manifestações golpistas.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente, colegas Deputados e colegas Deputadas.

Eu assumo a tribuna hoje, Presidente, para manifestar a minha solidariedade às vítimas do policial militar que morreu na Bahia, e minha solidariedade aos policiais militares, que todos os dias saem às ruas para garantir a segurança pública na Bahia e no Brasil inteiro.

Ao mesmo tempo, Presidente, quero manifestar a minha indignação com o fato, com o ato praticado pela Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a Deputada Bia Kicis, que, aproveitando-se de um momento dramático e trágico na Bahia, estimulou a insurgência da Polícia Militar contra as ordens do Governador do Estado, Rui Costa.

Essa insurgência não é apenas uma iniciativa da Deputada Bia Kicis, infelizmente, mas de Deputados da base do Governo Bolsonaro, que adotam a mesma posição. Aliás, o próprio Presidente da República adota uma posição de questionamento da Federação, desrespeitando os Governadores. Ele chegou ao cúmulo de ir ao Supremo Tribunal Federal contestar as medidas adotadas pelos Governadores para defender a vida dos brasileiros e brasileiras no combate à COVID.

Esse gesto da Deputada Bia Kicis se soma à escalada autoritária protagonizada por Jair Bolsonaro. Caiu a máscara do Presidente quando, felizmente, os Comandantes das Forças Armadas e o Ministro da Defesa de então, General Fernando Azevedo, não compactuaram com os intentos autoritários de Bolsonaro, que tentava arrastar as Forças Armadas, que são instituições de Estado, para a arena da política.

O Comando das Forças Armadas sabe qual é o seu papel constitucional. Se o Presidente da República não tem apreço e zelo à Constituição Federal, eu tenho convicção de que não serão as Forças Armadas sustentáculo de nenhuma aventura golpista, que é o que defende o Presidente Jair Bolsonaro. Além do mais, tenta aparelhar instituições do Estado, nominadamente a Polícia Federal, para proteger os seus filhos dos crimes de que são acusados.

É por isso, Presidente, que, na semana em que lembramos o golpe militar, a instauração da ditadura no Brasil em 1964, nós temos que repelir toda e qualquer manifestação golpista, temos que repelir energicamente toda e qualquer insinuação autoritária.

A democracia é uma conquista da sociedade brasileira. E cabe a este Parlamento e a todos os brasileiros a defesa da democracia como o bem maior do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Sumário

Demissão do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, diante de arroubos golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio ao Projeto de Lei nº 1.074, de 2021, sobre a criação do Estado de Mobilização Nacional. Necessidade de ação efetiva do Congresso Nacional para garantia do Estado Democrático de Direito. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Reajuste abusivo nos preços de combustíveis. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos assistindo, a cada dia, à cena deplorável de falta de ações do Governo Bolsonaro, um governo desesperado que tenta, a cada hora, a cada minuto, aplicar um golpe.

É um Presidente que não sabe lidar com a democracia.

Estamos, Sr. Presidente, sentindo o cheiro de golpe no ar. O Ministro da Defesa, com a demissão, e os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com a entrega dos cargos hoje, deixaram de forma clara que não iriam embarcar no desespero do Presidente Bolsonaro de decretar um golpe militar, de usar as Forças Armadas para os objetivos políticos dele de se proteger e proteger os filhos de tantos escândalos a que estamos assistindo a cada dia.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos admitir que esse PL 1.074/21 tramite nesta Casa, dando ainda mais poderes a este Presidente genocida. Aqui, eu repito: são mais de 300 mil mortes, sem nenhuma atitude tomada por este Presidente ou pelos Ministros que ora ele nomeou. Aqueles que ousaram ser Ministros da Saúde de verdade ele demitiu.

Queremos, agora, que o Congresso Nacional tome todas as medidas para garantir o Estado Democrático de Direito. Não podemos admitir que este Presidente, o Bolsonaro, genocida, golpista, lambe-botas da ditadura continue a fazer o que está fazendo com o povo brasileiro. Chega! Chegou a hora de dizermos: chega! Não aceitamos!

Precisamos urgentemente da volta do auxílio emergencial. As pessoas estão passando fome! O Presidente - e o Ministro da Economia, o Paulo Guedes - está brincando conosco ao aumentar de forma abusiva o preço dos combustíveis, ao não dar oportunidade a nenhum brasileiro. Neste momento de pandemia, com mais de 300 mil mortes, ninguém faz nada neste Governo.

Chega de Bolsonaro! *Impeachment* já!

Fora, Bolsonaro! Viva a democracia!

Nós precisamos que o Congresso reaja neste momento!

Documento 189/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:44

Publ.: DCD - 31/03/2021 --HEITOR SCHUCH-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razões da insatisfação do orador com o Orçamento Geral da União de 2021, aprovado pelo Congresso Nacional. Inclusão na pauta do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro, o noticiário nacional dá conta de que o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional na semana passada é fictício, é inexecutável e é vergonhoso.

O Ministro Paulo Guedes não gostou. Mas eu pergunto: quem fez a proposta do Orçamento não foi o Ministério dele? Foi, sim senhor. Dos 4,2 trilhões de reais, que é dinheiro que não acaba mais, que vai ser pago pelos impostos brasileiros, a metade - 2,2 trilhões de reais - ficará com o sistema financeiro internacional, a título de pagamento da dívida pública. Disso o Ministro não fala.

Para incrementar este Orçamento, há aumento no Ministério das Comunicações, nas obras públicas, na reserva de contingência, há dinheiro para a compra de submarino e para o aumento salarial dos militares. É proposta de quem? É proposta do Governo; não do Congresso Nacional.

Para privilegiar os setores que eu citei, é preciso sangrar alguém. Quem? Os programas sociais. Perdem recursos hospitais, Municípios, escolas, segurança pública, turismo, habitação, agricultura, a EMBRAPA, o PAA, o PNAE. Não haverá censo demográfico, e o INSS vai ter muito menos recurso.

A mídia veicula também que haverá aumento de emendas dos Deputados e Senadores, porque estouram o Orçamento. Pergunto: quem receberá esse

valor extraordinário? O Governo costuma pagar entre 9 milhões e 12 milhões de emendas para cada Parlamentar. Eu não recebi nenhuma informação de que haverá suplementação de recurso. É a legítima política para desgastar os Parlamentares dizer que existem recursos, e os Deputados dizerem "não" a Prefeitos e Vereadores.

Essa política não me interessa.

Lamento também que o Governo tenha cortado 1,350 bilhão de reais das subvenções do PRONAF. A agricultura familiar agora vai pagar juro real.

Não bastasse o aumento enorme do preço dos insumos e a falta de recursos, diminuir subvenções significa aumentar o custo dos financiamentos para o agricultor, e isso vai ter reflexo na cesta básica, ou seja, é a privatização do crédito rural.

Sr. Presidente, encerro dizendo que está na pauta de hoje requerimento de urgência para o PL 823, similar ao PL 735, que reedita medidas emergenciais da agricultura familiar.

Querem enganar quem, se não há recursos? Se o próprio Governo tirou os recursos?

Muito obrigado.

Documento 190/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:48

Publ.: DCD - 31/03/2021 --CHARLES FERNANDES-PSD -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Presidentes do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, pela reunião com o Presidente da República em busca de ações efetivas de combate à epidemia de coronavírus. Realização de reforma ministerial. Celeridade no processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa da instituição do auxílio emergencial de 500 reais.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos encerrando o mês de março, mês para se esquecer na história deste País, mês para não ser lembrado mais diante de tantas mortes que aconteceram no nosso País.

Quero aqui parabenizar o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, como também o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Fux, porque vamos nos ver daqui para frente, vamos nos encontrar e esquecer esse passado. Pregamos a união dos Poderes há um bom tempo, para que o Presidente Bolsonaro buscasse a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, os Governadores, os Prefeitos, a fim de um entendimento na direção de amenizarmos o problema da população brasileira.

Vamos esquecer o mês de março da história do nosso País. Mas, para aqueles que perderam seus entes queridos, vai ficar marcado o mês de março como o mais trágico dos últimos 100 anos no Brasil.

Precisamos agora de uma atenção do Presidente da República.

Nós precisamos, diante do que aconteceu ontem, seis mudanças ao mesmo tempo no Ministério, de tranquilidade para que todos possam trabalhar daqui para frente; para que o Ministro da Saúde possa colocar aquilo que é o pensamento dele e da sua equipe; para que tratemos dessa pandemia.

O que nós queremos é que o Brasil acelere o seu ritmo de vacinação, para que, no mês de abril, nós possamos dar a volta por cima, esqueçamos o mês de março e tenhamos o maior número de vacinados em nosso País. E que em maio continue assim, em junho, em julho, para que cheguemos ao mês de agosto com mais de 60% da nossa população vacinada. É isto que nós queremos, Presidente Bolsonaro: que o senhor assuma e busque esse entendimento de forma definitiva, para ajudar o nosso povo neste momento difícil.

As pessoas mais carentes estão passando muita, e muita, necessidade neste País. É por isso que nós precisamos do auxílio emergencial, mas que ele seja de 500 reais.

Peço a divulgação do nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 191/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a crise sanitária reinante no Estado do Acre em decorrência da Covid-19. Baixo índice de vacinação da população acriana contra a doença viral. Necessidade de adoção, pelo Presidente da República, de medidas de reversão da crise da saúde pública no Estado. Elevado preço de combustíveis e do gás de cozinha no Acre. Corte de recursos da área social pelo Relator do Orçamento Geral da União de 2021. Sacrifícios impostos à população acriana pelo fechamento de agências do Banco do Brasil e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, teve quase 80% dos votos aqui no meu querido Estado do Acre. Mas, depois de 2 anos de Governo, o que dá para perceber é que literalmente ele está de costas para o povo do Acre. E por que isso? Primeiro, pela questão da pandemia. Nós temos hoje no Estado do Acre 1.240 mortos. Estão faltando UTIs - há mais de vinte pessoas aguardando leitos em UTI, e não há UTI. Está faltando oxigênio em alguns lugares. O Presidente veio aqui para espalhar o vírus, para cometer um crime contra a saúde pública, que foi denunciado por mim na PGR.

E aqui no Estado do Acre o índice de vacinação está abaixo, inclusive, da média nacional, quando nós solicitamos que houvesse vacinação em massa, porque este é um Estado pequeno, e que se encontrava na mesma situação da cidade de Manaus e do Estado de Rondônia.

Mas não é só isso. Mesmo nessa situação, o Presidente poderia ajudar a saúde pública do Acre, porque o sistema de saúde solicitou 184 vagas para o edital do Mais Médicos, e só vieram três vagas.

O Governo Bolsonaro tem ao seu lado tanto o Governador quanto o Vice-Governador, seis Deputados, dos oito Deputados Federais do Acre, e também os três Senadores que fazem parte da sua base. E o Estado está sofrendo, com a população mendigando nas ruas, porque já faz 3 meses que não há auxílio emergencial. É um Estado onde a carestia é imensa. O preço do gás de cozinha em alguns Municípios, como no de Marechal Thaumaturgo, chega a 130 reais; o combustível chega a 8 reais. É um absurdo o massacre que está acontecendo com esse povo.

E agora, na discussão do Orçamento, o Relator, o Senador Marcio Bittar, que é do Acre, além de retirar os recursos do Seguro-Desemprego, da Previdência, da saúde, da educação, inviabilizando, inclusive, o Instituto Federal e a universidade federal daqui do Acre, retirando recursos do PAA, com as emendas de Relator, destinou zero, não destinou nada para o Estado do Acre.

Nós temos outras situações, como o fechamento de agências do Banco do Brasil em sete Municípios. O atendimento do INSS está precário. Há situações em que pessoas deficientes têm que sair de um Município, deslocar-se por 300

quilômetros, para fazer perícia em outros Municípios, como acontece com as pessoas com deficiência de Cruzeiro do Sul que vão até Tarauacá.

Eu lembro que, na época do Presidente Lula, aqui era um canteiro de obras, era um canteiro de obras o Acre. E hoje não existe nenhuma grande obra no Estado.

Peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 192/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-15:56

Publ.: DCD - 31/03/2021 --DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à atuação do Presidente da República no combate à epidemia de coronavírus. Tentativa do Chefe da Nação de transformação das Forças Armadas brasileiras em instrumento de condução de seus arroubos golpistas.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, são 395 dias de Governo Bolsonaro. Todos os dias o Bolsonaro coloca a democracia brasileira em risco, agride o povo brasileiro e se esquece de governar.

Não tem projeto, não tem nenhuma proposta para enfrentar os graves problemas do nosso País. Está aí a pandemia: mais de 300 mil vítimas, famílias que choram os seus mortos. Este é o País em que o vírus mais se dissemina.

Não tem nenhum controle, nenhum comando sobre a política de imunização. Não adianta ele tentar pintar agora de defensor da vacina. Todos acompanharam, todos os dias, a sua atitude em relação à pandemia, de insensibilidade, de falta de compaixão, uma atitude e um comportamento psicopata.

Aliás, muitos já identificam que é esta a característica principal da personalidade do Presidente Bolsonaro. E por isso Bolsonaro está cada dia mais isolado. Os Governadores do Brasil estão na contramão do que ele pensa. Os empresários brasileiros fazem essa manifestação dizendo: "*Chega, basta, não dá mais*".



O Poder Judiciário está cumprindo o seu papel e se colocando contra as loucuras desse Governo. Os Prefeitos fazem como fizeram esta semana, um manifesto apelando para que o Governo assuma o seu papel.

A economia está em frangalhos. As relações exteriores do nosso País não existem. O Brasil ficou de mal com todo o mundo. Todos os países do mundo têm dificuldade de ter relação com Bolsonaro.

Agora, quanto às próprias Forças Armadas, que têm um papel de defesa do Estado brasileiro, é uma instituição do Estado brasileiro, tenta-se utilizá-la para transformá-la num aparelho para conduzir os interesses golpistas do Bolsonaro.

Tenta fazer com a Polícia Federal... para proteger seus filhos. Não dá! Chega! Não será mais possível tolerar esse ambiente.

O Bolsonaro disse que chegaria para desconstruir. Está desconstruindo. E é preciso dizer que não é possível continuar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 193/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:00

Publ.: DCD - 31/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de retomada do alerta luminoso sobre o término do tempo concedido aos oradores para o uso da palavra. Inconsistência do discurso da Esquerda sobre a tentativa de golpe de Estado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Empenho do Governo Federal no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente e nobres colegas.

Inicialmente, vou fazer, Presidente, mais um apelo para que voltem os últimos 30 segundos a ficar piscantes. É muito mais interessante, pois quem está

falando não ouve a buzina. Não ouve! É um apelo de quem trabalha em rádio e televisão. Por favor, volte... (*Falha na transmissão.*)

Fazemos este apelo colaborando com o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Só um minutinho. Vou pedir o restabelecimento de seu tempo para que, após a sua sugestão, V.Exa. tenha os seus 3 minutos completos.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Mas não tem problema, eu quero colaborar!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Sim, eu estou pedindo o seu tempo.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Muito obrigado.

Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar na sessão plenária, mais uma vez, de forma remota.

Eu tenho visto vários Deputados da Esquerda falando em golpe: "*Golpe não! Golpe não!*" Eu pergunto: qual é o Presidente eleito com mais de 58 milhões de votos que nos aeroportos chega ovacionado, como mito? Quem é que, tendo ganhado a eleição dessa maneira, vai querer dar um golpe - um golpe contra si? Não tem sentido algum! Inventem outra! Inventem outra! Como alguém vai dar um golpe contra si, se ganhou democraticamente? Não tem fundamento!

Eu até entendo o desespero da Esquerda em tentar denegrir a imagem do Presidente Bolsonaro, mas procurem, achem, fundamentem seus argumentos. Por enquanto, estão todos alicerçados em pura areia movediça. Não tem por que querer gerar instabilidade continuamente. Já não chega haver vários setores da Esquerda e da imprensa querendo denegrir a imagem do Presidente, dizendo que está um caos o Brasil, quando o País é o quinto - o quinto! - que mais vacina no mundo?

Hoje, a Organização Mundial da Saúde disse que o Brasil é o segundo país do mundo que mais salva pessoas com coronavírus. Por que não falam do lado bom, só do lado ruim? Não pensam no País? Não pensam nos seus irmãos, pais, netos, filhos?

Vamos vencer esta pandemia! O Governo está se empenhando ao máximo. Eu sou contra o radicalismo de esquerda e o radicalismo de direita.

Eu ouvi, há pouco, um Deputado dizer que todos os países do mundo odeiam o Brasil por causa do Bolsonaro. Precisamos ter um mínimo de bom senso! Eu

quero que a Esquerda se fortaleça e tenha argumentos porque dependo dela para fazer o meu combate diário desta tribuna, e, a cada dia, a ela está caindo, caindo, caindo. A Esquerda fala, fala, e diz nada, nada. Eu quero que vocês fundamentem suas opiniões. Eu dependo de vocês, da Esquerda, para esclarecer ao Brasil o que é verdade e o que é mentira, porque a Esquerda é contumaz nas suas mentiras. A Esquerda é formada por mitômanos, que mentem compulsivamente e acreditam na mentira.

Sejam dignos dos seus votos. Vamos ver o que se passa no Brasil.

Fica aqui, mais uma vez, o apelo ao Presidente para que voltem os 30 segundos piscantes.

Muito obrigado. Foi uma honra ter participado, Presidente.

Documento 194/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --HENRIQUE FONTANA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Despreparo do Presidente Jair Bolsonaro para comando do País. Agravamento da crise sanitária reinante no País. Atraso no processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Razão das demissões do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras. Defesa do afastamento do Presidente da República.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar V.Exa., os demais colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da Câmara Federal.

Vivemos um momento de crise profunda em nosso País. Provavelmente, este momento estará descrito nos livros de História como um dos momentos de maior crise da História do nosso País. Infelizmente, temos um Presidente totalmente despreparado para governar o País e vivemos, portanto, uma crise cada vez mais intensa de desgoverno.

Na área da saúde, a crise sanitária se agrava a cada semana. Hoje, neste momento em que conversamos, o Brasil é o País com o maior número de mortes e de novas infecções por coronavírus diariamente. Temos um processo de vacinação extremamente atrasado. Quando analisamos o número de

vacinas por milhão de habitantes, percebemos que o Brasil é um dos países que anda mais atrasado no processo de vacinação.

Isso tudo tem um impacto enorme para a economia, porque agrava a recessão semana a semana e faz crescer o desemprego, e Bolsonaro multiplica as crises políticas. A crise deste momento, a crise desta semana é a crise militar - vamos chamar assim. Há diversos meses, o Presidente tenta utilizar as Forças Armadas do País, que são instituições do Estado brasileiro, como braços do seu Governo e das suas políticas. E todas as notícias que estão circulando nas últimas 24 horas indicam que o afastamento do Ministro da Defesa foi provocado pelo fato de ele ter-se negado a exercer o papel que o Bolsonaro queria que ele exercesse. Atrás do Ministro da Defesa, demitem-se e pedem afastamento os três Comandantes militares, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, porque também dizem que não aceitam a política de Bolsonaro de instrumentalização das Forças Armadas para apoiar uma política de Governo, que é uma política cada vez mais falida e que leva o Brasil à crise em que nos encontramos.

A solução de que o Brasil precisa é o afastamento de Bolsonaro. A solução de que o Brasil precisa é retirar o Bolsonaro da Presidência.

Documento 195/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:08

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agravamento da crise sanitária reinante no País. Colapso da área de saúde em decorrência da Covid-19. Escalada dos índices inflacionários e de pobreza no Brasil. Tentativa de setores da Polícia Militar de amotinação contra Governadores Estaduais. Repúdio às aventuras antidemocráticas do Presidente Jair Bolsonaro. Demissão do chanceler Ernesto Araújo. Expectativa quanto à nomeação de novo Ministro das Relações Exteriores. Razões da necessidade da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Bem, Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e seguir no que preocupa hoje a Nação brasileira.

Veja, a pandemia está no seu pior momento, e ontem nós vivemos um dia absolutamente fora do que é o centro da preocupação deste País. As pessoas morrem aos milhares, faltam insumos, falta oxigênio, há hiperinflação de alimentos, as pessoas vão aos milhões para a faixa de pobreza, e ontem nós

passamos o dia debatendo as aventuras antidemocráticas do Presidente da República.

São aventuras, e eu falo esse nome com convicção, porque nós vimos como determinados setores das Polícias Militares, determinadas figuras, determinados representantes de Polícias Militares estão tentando se sublevar contra Governadores, como ocorreu com o Governo da Bahia e como já vivenciamos no Ceará.

E vemos a tentativa do Presidente da República de trazer para as suas aventuras fora da legalidade o Comando das Forças Armadas, que reagem e resistem. E nós vemos que o Presidente da República vai estreitando as suas mudanças governamentais e desalinhando o seu Governo do que significa um arcabouço democrático, do que significa uma resposta concreta em defesa da vida das pessoas, do que significa a orientação da ciência e do que significa uma política externa adequada.

O fato de o chanceler Ernesto Araújo cair é uma vitória para o Brasil, mas a substituição dele por outro que pense como ele não resolve os problemas do Brasil diante da política externa brasileira.

Eu lamento sinceramente que tenhamos que viver esses sobressaltos, essas tentativas de milicialização das políticas de Governo, a que, corretamente, os Comandos das Forças Armadas resistem. E essa troca de comando não me parece ser para melhor.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o remédio para o Brasil é o *impeachment* de Bolsonaro, o remédio para o Brasil é o impedimento desse Governo. Temos que seguir com democracia, com legalidade; temos que seguir com respeito aos Governadores, com respeito aos entes federativos, com respeito à vida do povo brasileiro, com respeito à saúde do povo brasileiro, com respeito à ciência. E nós precisamos fazer com que o País tenha respostas concretas para a defesa da vida, a fim de que nós consigamos, de fato, responder àquilo que hoje é a preocupação central do povo brasileiro: a formação de uma frente ampla, de unidade, contra essa política neofascista, para que possamos fazer com que o povo brasileiro deixe de morrer e nós superemos a pandemia.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 196/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:12

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Solidariedade ao povo brasileiro diante do registro de 315 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente da República pelo atraso na vacinação contra a doença viral. Atraso na criação do comitê de enfrentamento da crise sanitária pelo Governo Federal. Não instituição do Comitê Nacional de Articulação das ações de Enfrentamento ao Coronavírus e Monitoramento dos Casos e dos Impactos do Covid-19, proposto pelo Projeto de Lei nº 832, de 2020. Falta de oxigênio na rede hospitalar do País. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.069, de 2021, sobre a obrigatoriedade da instalação de usinas geradoras de oxigênio medicinal nos estabelecimentos de saúde hospitalares e de internação. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Requerimento nº 631, de 2021, de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.069, de 2021. Agradecimento a governantes, a instituições e ao governo venezuelano pelo auxílio prestado ao Estado do Amazonas no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Apelo aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal de intercessão junto ao Governo Federal, para não expulsão de diplomatas venezuelanos do País. Anúncio da apresentação de projetos de decreto legislativo para sustação dos efeitos de portarias ministeriais, a respeito da redução da alíquota do imposto de importação incidente sobre eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Eu queria, primeiro, manifestar a solidariedade a todo o povo brasileiro pelas 315 mil mortes que nós já tivemos no Brasil. Aqui no Amazonas, 12 mil pessoas já perderam a vida. É urgente a vacinação. Acho que nós não podemos nos calar diante da demora, diante da desorganização de todo o sistema de vacinação, diante da demora na compra e da irresponsabilidade do Presidente da República.

Nós ouvimos, na semana passada, o Governo dizer que vai criar um comitê para enfrentar essa crise sanitária - depois de 1 ano e mais de 300 mil mortes! No ano passado, encaminhei um projeto de lei, o Projeto de Lei nº 832, de 2020, exatamente propondo a criação de um comitê nacional de crise envolvendo Governadores, Ministérios e outras instituições para realizar ações efetivas de combate à pandemia. Isso não foi feito, e o Governo, até agora, portanto, não implementou nenhuma ação efetiva articulada em todo o Brasil.

É muito importante também que nós vejamos a questão do oxigênio. Está faltando oxigênio, agora, em muitas cidades, em muitos Estados. É a mesma situação que aconteceu aqui na cidade de Manaus.

Por essa razão, eu apresentei, juntamente com o companheiro Padilha, o Projeto de Lei nº 1.069, de 2021, cuja proposta é exatamente que as unidades de saúde onde haja internações sejam obrigadas a ter usinas de oxigênio. Aqui no Estado, vários Municípios adquiriram essas estruturas, e é fundamental que toda unidade de saúde tenha usina de oxigênio.

O Requerimento de Urgência nº 631, de 2021, está em tramitação, e eu gostaria realmente que fosse colocado em pauta. É uma questão de urgência. Nós precisamos investir para garantir usinas de oxigênio nas unidades de saúde de todo o Brasil.

Aproveito para agradecer a solidariedade a tantas pessoas, instituições e governos que ajudaram o Amazonas e ajudaram o povo da cidade de Manaus nos momentos mais críticos. Inclusive ao Governo da Venezuela, nós encaminhamos também um voto de louvor e agradecimento.

Por esta razão, também estou fazendo um apelo, tanto ao Supremo Tribunal Federal como ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, para que intercedam a fim de evitar a expulsão dos diplomatas venezuelanos, na qual o Governo Federal está insistindo. É importante termos relações diplomáticas, relações socioeconômicas e culturais com os países vizinhos, e o gesto de solidariedade humana que foi feito pela Venezuela é muito importante para estreitar esses laços.

Também informo que dei entrada a 3 PDLs contra a decisão do Governo que afeta a economia brasileira com a redução do imposto de importação de eletroeletrônicos, equipamentos e máquinas. Ela prejudica a Zona Franca e gera desemprego. Está na hora de Bolsonaro gerar emprego no Brasil, e não no exterior.

Documento 197/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:16

Publ.: DCD - 31/03/2021 --CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Demissão do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Reação dos comandantes das Forças Armadas brasileiras contra a demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e do Comandante do Exército brasileiro, general Leal Pujol. Denúncias de irregularidades no âmbito do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de criação da CPI da Pandemia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos veem pela *TV Câmara*, eu gostaria de me referir aos fatos que ocorreram no dia de ontem e prosseguem ocorrendo no dia de hoje a respeito da chamada reforma ministerial, iniciado a partir da demissão do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que conseguiu fazer com que o nosso País se transformasse num pária internacional - pária internacional que ele se orgulhava de ser.

Pois bem, o afastamento desse Ministro, que era um dos queridos do Presidente Bolsonaro, levou o Presidente à situação de desespero, uma situação em que resolveu demitir o Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo.

O General Fernando Azevedo, que nós conhecemos há bastante tempo, sempre foi uma pessoa do diálogo. Apesar das diferenças políticas que tivemos com ele em vários momentos, sempre foi uma pessoa capaz de dialogar. Ele dialogou muito, inclusive com a nossa bancada, em relação à reforma previdenciária para os militares.

Pois bem, decidiu o Presidente demitir o General Fernando Azevedo e demitir o Comandante do Exército, General Pujol, com o objetivo único e exclusivo de colocar todas as Forças Armadas sob seu comando absoluto para, evidentemente, fazer um endurecimento do regime e restringir as liberdades democráticas. Acho que o Presidente não contava com uma reação, e a reação se deu exatamente na solidariedade de todos os comandantes militares ao General Pujol.

Isso nos parece claro. O Presidente da República cria uma crise militar, que se soma à crise da pandemia, à crise social, à crise econômica, à crise política que vai afundando o nosso País. A responsabilidade é única e exclusiva do Presidente da República. Ele quer manipular o seu Governo. Ele quer operar o seu Governo com o único objetivo de levar à frente a sua ideologia de extrema direita, a sua ideologia repressiva, e passar a boiada, fazer aprovar projetos de entrega das principais empresas nacionais, como a ELETROBRAS, a PETROBRAS, os Correios. É este o seu interesse.

Nós estamos vendo, dia após dia, surgirem, cada vez mais, denúncias de irregularidades neste Governo. Nós queremos apurá-las. Queremos a instalação da CPI da Pandemia, para que possamos saber quem efetivamente foi responsável por essa situação que nós vivemos hoje.

Documento 198/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de inclusão na pauta e aprovação do Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à proteção, ao apoio psicológico e ao pagamento, pela União, de compensação financeira aos agentes sepultadores durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.



A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta não é a primeira vez que aproveito meu tempo de fala para cobrar do Presidente da Casa e dos Srs. Líderes a inclusão na pauta de votações desta Casa do Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, que apresentei há 10 meses, quando se votava na Casa, muito tempo depois, a autonomia do Banco Central, a PEC 186/19, fraudando os trabalhadores públicos ao mesmo tempo em que se colocava na Constituição uma meta de gastos para a assistência emergencial à população pobre, sofrida e faminta do nosso País. Também mexeram na política cambial, nada é mais estranho aos interesses da população, num período grave de pandemia com mais de 300 mil brasileiras e brasileiros mortos

Esse projeto propõe proteção aos agentes sepultadores, o segmento dos trabalhadores mais invisíveis, mais ignorados e mais desprotegidos, escondidos atrás das cruces que aos milhares se colocam nas covas que eles abrem e dos corpos que eles enterram diariamente. Antes, enterravam de 3 a 4 corpos em média por dia e agora estão enterrando mais de 60 por dia, Sr. Presidente. Estão sendo contaminados, muitos já morreram, estão contaminando os seus familiares, e nada se faz em proteção a eles.

O nosso projeto propõe proteção a eles, com apoio psicológico e compensação financeira por parte da União, durante o período de pandemia, em que esses trabalhadores imprescindíveis à vida de uma sociedade se fazem mais essenciais. Todos nós vamos depender deles um dia, mas nenhum de nós se lembra deles ou poucos se lembram deles.

Por favor, Sr. Presidente e Srs. Líderes, ajudem-nos a pautar essa matéria e a aprová-la para fazer chegar aos coveiros do País um mínimo de proteção, um mínimo de ajuda, um mínimo de assistência, para que possam dar conta do estresse, da dor e do sofrimento que assistem todo dia ao ver familiares em sepultamentos a distância, acompanhando o momento em que eles põem os corpos nas covas que abrem.

Sr. Presidente, isso é trágico. Pelo amor de Deus, por favor, vamos votar esse projeto de lei!

Documento 199/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 31/03/2021 --RICARDO SILVA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



Apresentação de requerimento de criação de CPI para investigação de casos de fura-fila na vacinação contra a Covid-19. Encaminhamento, ao Ministério da Saúde, de requerimento de indicação para inclusão de Oficiais de Justiça em grupo prioritário no âmbito do Plano Nacional de Imunização. Defesa da participação da categoria em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, acerca da alteração de disposições relativas aos servidores públicos e à organização administrativa.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para pedir o apoio de todos os nobres colegas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de minha autoria, já protocolada, que trata da questão do fura-fila da vacina.

Nós estamos com uma média móvel de óbitos por dia de mais de 2.600 pessoas. Pelos quatro cantos deste País, pessoas estão morrendo, esperando por vaga em leitos de UTI. Sr. Presidente, já passou da hora de este Parlamento abrir uma CPI para investigar inclusive políticos. Foi publicado pela mídia, pela revista *Piauí*, depois reverberado por vários órgãos de comunicação, que um ex-Senador da República teria, com seus companheiros de compadrio, furado a fila da vacinação.

E aí, Sr. Presidente, se uma pessoa quiser comprar a vacina, uma pessoa comum do povo - você que está me assistindo pela *TV Câmara* -, não pode! Como eles conseguiram importar as vacinas da Pfizer? Como conseguiram? Quem os ajudou? Como foi no aeroporto? Precisamos fazer o *link* entre os vários casos no Brasil.

A CPI que proponho não é da Oposição, não é da Situação, é da moralidade, é da vergonha. Então, eu peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que assinem o requerimento desta CPI, tanto os que fazem parte da base de apoio do Governo quanto os que fazem parte da Oposição, porque nós temos que fazer essa investigação e isso é função também deste Parlamento, Sr. Presidente.

Quero ainda dizer que tenho feito um pedido constante. Há uma indicação de minha autoria para incluir os oficiais de justiça no Plano Nacional de Imunização. Estou aguardando ainda uma posição do Ministério da Saúde. Espero que aconteça rápido. Disseram-me que seria na última quinta-feira.

Informo também a todos que o Governo do Estado do Rio de Janeiro incluiu os oficiais de justiça, assim como os membros das Forças Armadas, no plano de vacinação. Já que os oficiais de justiça estão nas ruas intimando as pessoas, eles precisam dessa imunização para proteger suas vidas. Então, eu peço ao Governador do Estado de São Paulo, João Doria, que inclua também os oficiais no plano de imunização do Estado. É o que está acontecendo.



Mais do que isso, nós queremos ouvir os oficiais de justiça. Falei há pouco com o Mário Medeiros Neto, Presidente da AOJESP - Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, e com o Edvaldo Lima, Presidente da AFOJUS/FOJEBRA - Associação Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil, presidentes de instituições que representam os oficiais em todo o Brasil. E nós queremos ouvi-los, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre a PEC que trata da reforma administrativa. Nosso requerimento está feito e é por temas justos e corretos que os defendemos na Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 200/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:28

Publ.: DCD - 31/03/2021 --FÁBIO TRAD-PSD -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei 1.665, de 2020, sobre os direitos dos trabalhadores em empresas de aplicativos, lotados no setor de entrega de mercadorias e alimentos, durante o estado de calamidade pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nas ruas do Brasil, trabalham de forma digna e, muitas vezes, abnegada os entregadores de aplicativos.

A pergunta que se faz é a seguinte: eles têm direitos? Quais os direitos garantem os entregadores de aplicativos no Brasil? Nenhum, Sr. Presidente; nenhum, meu colega Deputado, minha colega Deputada Federal.

É preciso, portanto, que o Parlamento assuma a responsabilidade de conferir direitos àqueles que estão nas ruas expondo a sua saúde, muitas vezes, fragilizada, por horas a fio de dedicação ao trabalho para entregar as refeições, as encomendas, os produtos, os bens e serviços que nós, comodamente, dentro das nossas residências, com muita segurança, depois de uma simples ligação pelo celular, aguardamos. Não é justo que o Brasil não proteja os entregadores de aplicativos. E não estou falando de direitos trabalhistas, não.

O projeto de lei do Deputado Ivan Valente é um projeto de caráter humanitário, são direitos básicos; direito, por exemplo, ao consumo de água potável aos trabalhadores; direito, por exemplo, ao descanso; direito que diz respeito à dignidade da pessoa humana, Sr. Presidente.

Portanto, nós não podemos mais transigir e nem empurrar com a barriga. A Espanha, agora, aprovou uma nova normatização para disciplinar os direitos dos entregadores de aplicativos, porque é muito fácil não sentir na própria pele aquilo que eles estão sofrendo nas ruas, para entregar aquilo que nós pedimos na comodidade de nossas residências, dos nossos escritórios, sem expor a nossa vida e a nossa saúde ao risco.

Portanto, vamos votar o projeto de lei do Deputado Ivan Valente. O relatório está pronto. O Partido Novo pediu para fazer algumas alterações, entregamos o relatório, mas até agora não obtivemos resposta. Portanto, não há mais por que retardar. O momento impõe, é uma questão de responsabilidade, de decência e de integridade do Parlamento brasileiro.

Direitos aos entregadores de aplicativos já!

Documento 201/1.178

18.2021.B-Sessão Outro Evento-30/03/2021-16:36

Publ.: DCD - 31/03/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a decretação de lockdown por Governadores Estaduais para combate à Covid-19.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar e lembrar um pouco este pequeno livrinho, que muitos não fazem questão de olhar e alguns até o desconhecem. *(Mostra a Constituição Federal.)*

O art. 1º da Constituição Federal dispõe o seguinte:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

O trabalho está sendo negado por vários Governadores que estão decretando isolamento social, nos seus Estados, rompendo, inclusive, o Estado Democrático de Direito. Estão construindo verdadeiros estados de sítio, estados de defesa. É um estado de sítio! Estão sitiando os Estados e não

deixando as pessoas trabalhar. As pessoas estão indo às ruas, desesperadas, para demonstrar sua insatisfação com atitudes dessa natureza.

Dispõe ainda a própria Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

(...)

IV - promover o bem de todos (...).

Meus amigos, o Congresso Nacional tem ficado muito calado em relação ao que está acontecendo nos Estados.

Na Bahia, na última segunda-feira, o soldado Wesley, no desespero, foi a uma praça, portando armamento de grosso calibre. Não sei por que ele estava com esse armamento. Se ele estava com algum problema de estresse emocional, cabia, talvez, ao comando da corporação identificar isso.

Acabou que aquilo foi a gota d'água no oceano de insatisfação da população. Vários Estados estão se manifestando. Brasília já se manifestou e vai continuar se manifestando contra o isolamento, que não está levando a nada. O isolamento não está conseguindo evitar mais óbitos por conta da COVID, que é silenciosa. Em relação à COVID, há que se dizer que todos esses Governantes incompetentes não abriram mais leitos de UTI, não partiram para a medicação preventiva. Vários médicos estão abordando a possibilidade e a necessidade da medicação preventiva.

Eu lamento muito estarmos vivendo este momento. Eu tenho dito que é uma democracia tupiniquim a que tem sido falada. Eu ouço as pessoas falarem sobre democracia. Democracia tupiniquim é o que estamos vivenciando. Por quê? Porque não se obedece à Constituição Federal. Rasga-se a Constituição Federal no Supremo Tribunal; rasga-se a Constituição Federal nesta Casa; rasga-se a Constituição Federal nos Estados.

Precisamos parar com isso. A história vai cobrar de nós, de maneira muito rigorosa, a nossa inércia, a nossa incompetência, em relação a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus. Contrariedade à pretendida criação da CPI da Pandemia.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente. Eu encaminho a favor do requerimento. A essa regra temporária de isenção de multa contratual para fornecedores que priorizem a rede hospitalar em detrimento de outros contratos sou totalmente favorável.

Nobre Presidente, eu aproveito este momento para falar sobre o assunto do momento, que é a pandemia. Vejo que alguns Parlamentares radicalizam e tentam, a todo momento, causar tumulto no Brasil, passar uma certa insegurança para a população. Agora querem uma CPI da pandemia.

Qual é o sentido de uma CPI da pandemia? Pensem bem, nobres colegas: CPI da pandemia! Para que isso? Há atos de corrupção? O Governo Bolsonaro, em algum momento, está latente em corrupção, em obras superfaturadas, em desvio de dinheiro? Em momento algum.

Imaginem V.Exas., se nós estivéssemos vivendo nos Governos anteriores de esquerda, o que seria esta pandemia. O que seria esta pandemia se a Esquerda estivesse no poder? Não estou generalizando, apenas lembro que a Esquerda teve o mensalão, o petrolão, o BNDES - mais de 500 bilhões de reais colocados para países, em que o viés do empréstimo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado, é para V.Exa. encaminhar a favor do requerimento que trata do Projeto de Lei nº 1.077, por gentileza.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Eu já encaminhei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - V.Exa. pode concluir, então?

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Eu tenho 5 minutos, não é isso?



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Mas é para poder tratar, no discurso, do tema do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.077.

Por determinação do Presidente da Casa e do nosso Regimento, peço a V.Exa. que se atenha ao tema.

Muito obrigado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS) - Sim, mas normalmente se faz o encaminhamento e depois se vai para outro assunto. Tem sido assim até hoje, pelo que eu tenho visto e os nobres colegas também.

Mas, se for o caso, eu me atendo à determinação, porque eu cumpro regras, Presidente. Eu sigo regras e normas.

Se é isso, o meu encaminhamento é favorável. Espero que, na sessão de hoje, outros Deputados se mantenham só no tema. Até hoje, nós tínhamos 5 minutos para falar, mas entendo a sua posição e respeito.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 203/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:12

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos favoráveis a este projeto.

Faço um apelo a todos os Líderes para que possamos dar celeridade a esses requerimentos de urgência, para que haja tempo para entrarmos no mérito e votarmos essas matérias de maneira rápida e efetiva, para que tragam respostas à sociedade neste momento em que precisamos combater a pandemia.

O CIDADANIA orienta o voto "sim" e faz o apelo para que haja celeridade.



Documento 204/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:16

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É de autoria do Deputado Rubens Bueno, da nossa bancada, um projeto extremamente meritório, que trata da Declaração do Imposto de Renda do ano de 2021, nos mesmos moldes do ano de 2020, por conta da pandemia, que prorroga o prazo e permite que nós tenhamos condições de fazer a declaração no tempo oportuno, sem causar nenhuma aglomeração e, principalmente, que dá oportunidade às pessoas de se prepararem de maneira adequada no momento da pandemia.

Então, agradeço pela inclusão na pauta a todos os Líderes e peço apoio para a urgência. Logo na sequência...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 205/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:20

Publ.: DCD - 31/03/2021 --MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 639, de 2021, sobre a prorrogação do prazo de

apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020. Prioridade aos desempregados na restituição do Imposto de Renda, pelo futuro Relator do Projeto de Lei nº 2.664, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.250, de 1995, e 8.134, de 1990, a respeito do Imposto de Renda de Pessoa Física.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, eu quero saudar o Deputado Rubens Bueno também, pela iniciativa, a mesma iniciativa que tivemos no ano passado. Apresentei um projeto de lei nesse sentido, mas ele acabou não sendo apreciado na Câmara, porque o Governo, pouco tempo depois, decidiu, por iniciativa do próprio Ministério da Economia, prorrogar o prazo. Portanto, o projeto naquela época perdeu o objeto. Mais uma vez vê-se a necessidade dessa prorrogação.

Eu quero aproveitar o momento para chamar a atenção do futuro Relator deste projeto, quando for tratado em plenário, para outro projeto de lei, o apresentado pelo Deputado Lucas Gonzalez, por mim e pela bancada do NOVO, que garante que a restituição do Imposto de Renda possa ser feita, primeiramente, para aqueles que porventura tenham perdido o seu emprego em virtude da pandemia.

Portanto, a orientação do NOVO é "sim".

Documento 206/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ZÉ NETO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro para enfrentamento da epidemia de coronavírus e comando do País. Falta de apoio do Presidente da República aos trabalhadores brasileiros, para o cumprimento das medidas sanitárias de combate à Covid-19. Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Necessidade de união entre o Parlamento brasileiro e os Governadores Estaduais para enfrentamento da doença viral e seus efeitos. Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Solidariedade ao ex-Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, diante da sua demissão sumária pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria neste momento fazer algumas reflexões acerca deste instante que o Brasil está vivendo e de algumas falas da base governista, a base que defende intransigentemente este Governo, que eu tenho apelidado de "Governo Sonrisal". Aqui na Bahia, no Nordeste, temos a "estrada Sonrisal", que é aquela estrada que alguns governantes constroem e que não suportam uma chuva. Este Governo está mostrando, na crise, quando precisamos de governo, que não tem capacidade para comandar o País, nem técnica, nem política, nem de harmonização dos Poderes da Nação, para que possamos ultrapassar as grandes dificuldades que neste momento enfrenta a humanidade, com o coronavírus.

Sr. Presidente, o que nós ouvimos - e isto está muito claro - é uma coisa que ouvimos muito sobre a história da Segunda Guerra Mundial. Hitler e Mussolini jogavam os problemas e os atritos para a sociedade e ficavam de fora, insuflando o tempo todo o conflito na sociedade, para depois apresentar soluções autoritárias, e conseguiam trazê-la para o lado deles, tanto que boa parte das duas populações, tanto da Itália quanto da Alemanha, foram com eles em busca de uma aventura que deu no que todo mundo sabe, na Segunda Guerra. A mesma coisa acontece no Brasil. Foi por isso, bem por isso, que o Ministro Fernando Azevedo se viu acuado. Ao ser demitido, vimos uma movimentação que desde 1977 não víamos na história do Brasil, uma movimentação em que as três Forças que compõem o Ministério da Defesa mostraram que não vão em busca da aventura de um governo.

Agora há pouco ouvi um aliado deste Governo falar como se o Governo não tivesse nenhuma responsabilidade em relação ao que está acontecendo nas ruas do País, falar que as pessoas estão indo para as ruas porque querem trabalhar, porque precisam sustentar suas famílias.

"Os comerciantes querem trabalhar, precisam abrir seus comércios." Eu concordo com tudo isso. Não dá para concordar, Sr. Presidente, é com o fato de estarmos, desde dezembro, sem nenhuma política pública por parte de quem deveria estar comandando o País para garantir que as pessoas não precisassem ir para as ruas trabalhar, porque teriam um auxílio emergencial adequado - nem aquele de 600 reais era o adequado, muito menos esse de 150 reais e algumas variações, o que dá um pouquinho mais. Sr. Presidente, como o País vai fazer o distanciamento? Como a população vai cumprir os requisitos dos protocolos de defesa contra o coronavírus, se não tem o apoio do Governo Federal, que, aliás, joga contra os Governadores, quando eles tentam sanear a situação? Vamos ver o que aconteceu no mundo. Eles não diziam tanto que os Estados Unidos são esses e que os países do mundo moderno eram aqueles? Agora, quando procuramos, onde está o apoio aos empresários e à população? Esse apoio não existe. Vamos entrar em abril. Já são praticamente 4 meses sem política de fomento, sem política que garanta às pessoas sobrevivência digna. E o Governo chama as pessoas para irem para as ruas, para ocuparem seus espaços, no momento em que vivemos a maior calamidade sanitária da história recente do País. No mundo - e agora há pouco o Deputado Rogério Correia citou um dado que é verdadeiro - e no

Brasil, neste momento, estamos vivendo o epicentro de todo esse processo de degradação, de dificuldade e de mortalidade causada pelo coronavírus. Sr. Presidente, essa é uma atitude absolutamente trágica para o nosso País.

Para completar, quero dizer que o Presidente prometeu muito tecnicismo, que não ia haver "toma lá, dá cá", que não ia haver aliança política, e está aí a aliança política. Passamos meses e meses com um Ministro da Saúde que não tinha nada a ver com saúde, que não sabia nem o que era o SUS, como ele próprio disse. Vivemos agora este estágio, este instante em que o atual Presidente cisca de um lado para o outro para fortalecer o radicalismo, quando precisamos do inverso. Precisamos de uma grande aliança nacional em torno dos Governadores.

Sr. Presidente, chegou a hora de o Parlamento brasileiro, de o Senado e a Câmara sentarem com os Governadores e, de forma definitiva, já que o Governo Federal não quer, não acha necessário um "orçamento de guerra", não acha que é necessária uma pauta que realmente traduza as grandes expectativas do povo brasileiro, erguerem-se, junto com os Governadores e os Prefeitos deste País, para tomarem as medidas que estejam ao nosso alcance. Nós não podemos ser cúmplices - não podemos, não devemos. Todos nós do Congresso sabemos que o Orçamento que foi votado não traduz de forma nenhuma a atual situação, dramática, que vive o nosso País.

V.Exa. pode ver, Sr. Presidente, a situação de setores como o de eventos, que aqui na Bahia é muito forte. Como está o setor de eventos? A cultura, que teve aquela ajuda, como está? Como vão ficar esses setores? Como vai ficar a indústria brasileira, que ainda está aí tateando?

E isso tudo está acontecendo, Sr. Presidente, em meio à venda da PETROBRAS. Agora já se está articulando, de forma veloz - eu estou sabendo -, nos bastidores, a venda da ELETROBRAS, a entrega do gás. Agora já está aí a venda dos Correios, que eu acho um absurdo, Sr. Presidente. A logística é uma nova dinâmica, é um novo vetor de desenvolvimento do mundo. Depois da pandemia, nós vamos ver a logística, principalmente essa entrega, como algo excepcional. E o Brasil tem uma empresa que não tem comparação no mundo: os Correios. Não existe outra com essa capilaridade, com essa dimensão, com essa grandeza,

Que tenhamos capacidade de conversar, de encontrar um meio-termo. Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Presidente, Deputado Otto Alencar Filho, traz uma importante discussão sobre a possibilidade de uma economia mista, para que nós não percamos essa empresa. Já que não estamos conseguindo uma coisa, vamos tentar essa outra. É um debate. Nós do PT temos uma consciência clara de que não devemos vender os Correios, mas vamos debater, vamos ouvir, não vamos atropelar, como quer o filho do Presidente, como querem os mais radicais.

É por isso, Sr. Presidente, que eu quero aqui deixar a minha saudação ao Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, que não topou essa aventura. Nós do

Parlamento também não devemos topar ficar esperando acontecer. Não sejamos omissos e não sejamos cúmplices.

Viva o Brasil, viva o povo brasileiro, viva a nossa democracia!

Documento 207/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:32

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Indicação do orador e do Deputado Marcelo Freixo, respectivamente, para os cargos de Líder da Oposição e da Minoria na Casa. Renúncia dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, diante da tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de uso da instituição para fins políticos. Reconhecimento da resistência do ex-Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, às pressões antidemocráticas do Presidente da República. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Desprezo do Presidente da República pela vida dos brasileiros, demonstrado na recusa à aquisição e vacinas. Importância do impedimento, pelo Congresso Nacional, da aprovação de projeto de ampliação dos poderes do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os demais colegas e Líderes que acompanham esta sessão.

Eu começo este pronunciamento agradecendo aos Líderes dos partidos de Oposição, que unanimemente me indicaram para o cargo de Líder da Oposição. Eu me refiro aqui ao Deputado Danilo Cabral, Líder da bancada do meu partido. Aproveito também para agradecer o apoio da minha bancada à indicação do meu nome. Sem a indicação da minha bancada, isso não teria sido possível. Então, agradeço a cada membro do PSB e ao Líder da minha bancada, o Deputado Danilo Cabral, por essa indicação. Agradeço também ao Líder Bohn Gass, do Partido dos Trabalhadores, ao Líder Wolney Queiroz, do PDT, à Líder Talíria Petrone, do PSOL, ao Líder Renildo Calheiros, do PCdoB, e à Líder Joenia Wapichana, da REDE.

Agradeço a cada um deles a honrosa missão que me confiaram neste momento tão grave da vida nacional. Eu recebo esta missão com gratidão, com honra e também com senso de responsabilidade.

Cumprimento o Deputado Marcelo Freixo, escolhido pelos mesmos partidos para liderar a Minoria. Vamos trabalhar juntos, unidos, para proteger o Brasil e

os brasileiros de Bolsonaro e de suas ameaças à democracia e à vida dos nossos concidadãos.

Tenho certeza de que o nosso trabalho, Deputado Freixo, vai ser um trabalho muito profícuo. Já começou assim no primeiro dia de nossa indicação. Desejo um grande sucesso a V.Exa. nessa Liderança. Conte comigo para trabalharmos juntos e ajudarmos o Brasil a se proteger.

Temos, diante de nós, Presidente e caros colegas Deputados, um dos momentos mais graves do Brasil. Hoje, renunciaram aos seus cargos os comandantes das três Forças Armadas. Eles entregaram seus cargos no mesmo momento, algo que não se via desde 1985. Todas as matérias que tratam do tema relatam que eles o fizeram para que ficasse clara a sua recusa a uma tentativa de uso das Forças Armadas para interesses políticos, partidários, governamentais.

Durante toda a sua gestão, o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, que foi o primeiro a entregar o seu cargo, disse, em sua carta de despedida, que tinha mantido as Forças Armadas como instituições de Estado. E, de fato, assim o fez. Por isso, tem razão o Deputado Zé Neto, que me antecedeu, quando, usando o tempo de Liderança do PT, disse que o ex-Ministro Fernando Azevedo merece o nosso reconhecimento por ter resistido à pressão para que tratasse o Exército Brasileiro como se fosse o exército de Bolsonaro. Bolsonaro costuma dizer: "*É o meu exército*". Não há exército de Bolsonaro, não há exército do Presidente da República. O que há é o Exército Brasileiro, a Aeronáutica brasileira, a Marinha brasileira, que servem ao País e que, através dos seus três comandantes, que até hoje comandavam essa Forças, demonstraram compromisso com a Constituição e com a democracia.

Este é, portanto, um momento dramático para o País, um momento que há décadas não se vivia, tudo isso porque o Presidente da República não esconde de ninguém o seu apreço, a sua obsessão, a sua mania de querer trilhar um caminho autoritário. Parece que o fato de ter sido eleito para governar o País não é uma honra. É como se ele quisesse impor-se pela força, e não governar pela confiança dos brasileiros, que a cada dia mais ele perde. E perde por essa gestão desastrosa da pandemia, por essa insistência insana nas aglomerações, por desmerecer a importância do uso da máscara, por ter aberto mão de comprar vacina, a mesma vacina que ele disse que não tomaria, a vacina cujas doses ele recusou 70 milhões em agosto do ano passado.

Abriu mão de comprar para nós, brasileiros, para quem nos ouve, 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, que teriam sido entregues em dezembro passado. Se nós tivéssemos recebido essa quantidade de vacinas, mais de um terço da população brasileira já estaria hoje vacinado. Hoje, muitas lojas poderiam estar abertas. Aqui, na minha cidade, o Rio de Janeiro, não teria sido necessário decretar feriado. As escolas estariam cheias de alunos, as ruas estariam cheias de pessoas, a vida seria outra, e nós não teríamos perdido mais de 300 mil brasileiros, que só morreram pelo descaso com a vida, pelo

desprezo pela vida dos brasileiros que o Presidente da República insiste em manifestar.

Mas do outro lado da rua está o Congresso Nacional, do outro lado da Praça dos Três Poderes está o Supremo Tribunal Federal, e essas instituições vão continuar funcionando. Nós estaremos no Congresso para impedir a aprovação de qualquer projeto de mobilização nacional como esse que hoje se discutiu no Colégio de Líderes, de qualquer projeto que permita a ampliação dos poderes do Presidente da República. Este Presidente não merece ter nenhum poder seu ampliado, ao contrário, ele merece ter os seus poderes reduzidos, porque, a cada momento, a desconfiança sobre seu equilíbrio e até mesmo sobre a sua sanidade mental aumenta. A desconfiança aumenta a todo momento, por isso cada vez menos gente o apoia, cada vez menos gente acredita que ele pode conduzir o Brasil para dias melhores.

Mas nós da Oposição estaremos aqui, ao lado dos demais colegas do Congresso, trabalhando não apenas para articular os nossos partidos de oposição, mas também para resistir aos retrocessos que Bolsonaro tenta impor ao Brasil. Estaremos articulados e unidos com todos os democratas do Congresso para proteger a nossa democracia. Nós estaremos unidos a todos aqueles que queiram proteger a vida e a saúde dos brasileiros. Nós estaremos unidos a todos aqueles que queiram buscar saídas para a geração de emprego e renda para os brasileiros, que queiram ajudar a formular outro caminho de desenvolvimento para o País, um caminho que concilie crescimento econômico com justiça social, que proteja o meio ambiente e não passe nem pela destruição da nossa biodiversidade, que é uma das nossas maiores riquezas, nem pela destruição da nossa imagem no exterior, que foi outro dos feitos conquistados pelo Presidente Bolsonaro nestes 2 anos. Transformou o Brasil, que era uma nação respeitada e admirada por quase todos os países do mundo, numa nação que hoje é motivo de preocupação, que é vista como um risco, como uma ameaça, seja pela pandemia, pelas variantes que vão se multiplicando do vírus em razão da não imunização da população pela falta de vacinas e pela sabotagem do Presidente da República, seja pelo risco criado pelo Brasil na medida em que destrói o seu meio ambiente e, com isso, coloca em risco o futuro do clima do planeta.

São enormes os nossos desafios, mas nós da Oposição brasileira, que fazemos oposição ao Governo Bolsonaro, e os brasileiros que estão contra este Governo de morte e de destruição estaremos aqui, de pé, lutando, construindo, articulando, propondo, formulando saídas para o nosso Brasil, defendendo com toda a coragem a nossa democracia e impedindo definitivamente qualquer aventura autoritária. Isso não é permitido pela Constituição e, portanto, não será permitido por nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO

Sumário

Indicação do orador para o cargo de Líder da Minoria na Casa. Saudação ao Líder da Oposição, Deputado Alessandro Molon. Importância da vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Clima de instabilidade reinante no País provocado pelo Palácio do Planalto. Falta de compromisso com a democracia e com a vida dos brasileiros; e defesa da ditadura e da tortura pelo Presidente da República. Falta de compostura de Jair Bolsonaro para o exercício da Presidência da República. Razões da demissão conjunta dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras. Caráter irresponsável do incentivo do Presidente Jair Bolsonaro ao armamento da população civil.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria, neste momento, agradecer a todos os partidos que compõem a Minoria e aos Líderes desses partidos, que me colocaram na imensa responsabilidade de conduzir este trabalho. Queria cumprimentar os Líderes e as direções dos partidos que compõem a Minoria.

Queria saudar o Deputado Molon, Líder da Oposição. Nós, que somos do Rio de Janeiro, que conhecemos de perto a tragédia que hoje ocupa o Palácio do Planalto, vamos, junto com todos os partidos da Oposição, sem dúvida alguma, criar, de forma muito participativa, junto à sociedade civil, uma fronteira de defesa da democracia. Esse é o nosso compromisso maior hoje no Brasil.

Sr. Presidente, qual é o lugar do mundo com 300 mil pessoas mortas, com uma média de mortos por dia que não para de crescer, em que o debate que se faz em parte da sociedade é sobre uma ameaça de golpe? Hoje, durante boa parte do dia, uma quantidade imensa de pessoas nas redes sociais se preocupava com o clima de golpe no País. Isso é resultado de uma tragédia que governa, uma incapacidade plena que se coloca hoje no Palácio do Planalto. É uma vergonha o que nós vivemos. Como pode haver um país que neste momento não esteja debatendo vacina? É isso que o Congresso está fazendo, é isso que nós fizemos hoje o dia inteiro, votando projetos referentes à pandemia, ampliando vacinação, pensando em saídas para preservar vidas. Do outro lado, não é isso que acontece. No Palácio do Planalto, o clima é propício a uma instabilidade, é propício, de alguma maneira, a uma ameaça à democracia. Isso é desumano.

Ele não é só um Presidente ruim; é uma pessoa ruim. Isso é muito sério. Nós precisamos entender que este é um governo que se alimenta de crise. Mas ele



se alimenta de crise, Presidente, porque não tem o que entregar. Ele não consegue ter compromisso com a democracia porque nunca teve: sempre defendeu ditaduras, sempre defendeu tortura, nunca teve responsabilidade com a vida. Alguém que defende tortura não tem responsabilidade com a vida.

Mais do que isso, ele se alimenta de uma crise porque sabe que, pelas vias legais e democráticas, vai perder a próxima eleição. De um lado, faz negociação de cargos, de Ministérios, faz a velha política, que sempre disse que não faria. De outro lado, como sabe que isso não será suficiente, que vai perder a próxima eleição, o Presidente Bolsonaro cria um clima absolutamente inadmissível de instabilidade, de ameaça à ordem democrática. Como pode a Presidente da CCJ fazer uma postagem estimulando motim da polícia, greve da polícia? Isso é algo criminoso!

E não foi só ela, foi todo o "gabinete do ódio". Isso mostra uma falta de postura para o cargo que ocupa, inclusive.

Neste ponto, Presidente, eu queria destacar outros elementos que não são exclusivos de uma ou outra Deputada. Existe um grupo de fanáticos, dentro do Parlamento e fora dele, que tenta entender o Governo quase como uma seita, e não como um processo democrático, Deputado Fontana. Eles falam de golpe, por exemplo, se utilizando de forma covarde da Polícia Militar, mas nunca vi o Presidente Bolsonaro garantir modernização, melhores salários, melhores condições de trabalho para os policiais militares. Ele se utiliza dos policiais para manifestações de ódio, de medo, de raiva e de instabilidade ao jogar os Governadores contra as polícias, o que é péssimo para qualquer morador de qualquer cidade, de qualquer Estado. Ele não tem responsabilidade com a segurança pública.

Pela primeira vez na história, três Ministros das Forças Armadas pedem demissão. E pedem com a seguinte frase: "*As Forças Armadas pertencem ao Estado, e não a um governo, muito menos a um Presidente*". São diversas as tentativas de criar instabilidade, como, por exemplo, o projeto sobre terrorismo, que insistem em tentar aprovar nesta Casa - eu tenho certeza de que o Presente Arthur Lira jamais vai pautar um absurdo desses - e que é claramente para perseguir movimentos sociais e impedir que haja oposição, como todo ditador quer.

Agora, há a ideia de mobilização nacional. Por trás da pandemia, no lugar de garantir vacina, tentam criar um instrumento para que o Presidente possa ter acesso às polícias, ao mesmo tempo que estimulam o ódio na polícia e a "bolsonarização" dos valores dentro da Polícia Militar, sem nenhuma garantia de melhorias no trabalho desses policiais nem de preservação de suas vidas. O tempo inteiro há tentativas de projetos, de arrumação. Distribuem armas para a sociedade como se isso fosse garantir uma sociedade mais livre. Isso é uma ameaça à própria polícia, que eles dizem defender. Uma sociedade mais armada é uma sociedade que cria insegurança para os agentes de segurança pública de cada Estado. Hoje, a sociedade civil compra mais munições e armas do que as próprias polícias, o que é uma irresponsabilidade com a democracia.

E o Governo faz isso através de decretos e portarias, não através de um projeto de lei amplamente debatido na Câmara.

Houve, Presidente, inúmeras situações de ameaça ao Supremo Tribunal Federal, de ameaça ao Congresso Nacional, de manifestações estimuladas e financiadas por fanáticos, isso tudo no arcabouço que é a Presidência da República.

Por isso, quando falo da ideia de golpe, Deputada Jandira, não me refiro a um golpe que se anuncia numa determinada data (*falha na transmissão*).

Documento 209/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:48

Publ.: DCD - 31/03/2021 --TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Incentivo da Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputada Bia Kicis, à realização de motins policiais contra a decretação de lockdown. Demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, diante da tentativa do Presidente da República da decretação de estado de sítio no País. Motivo da demissão do Advogado-Geral da União. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Alcance da marca de 313 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Colapso do sistema de saúde no Brasil provocado pela doença viral. Necessidade da abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro, e da implementação de medidas de enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é inacreditável o que aconteceu ontem: diante da maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram, no momento mais agudo desta crise, uma Deputada que é da base do Governo e preside uma das maiores Comissões desta Casa, a CCJ, incentivou o motim de policiais armados contra o necessário *lockdown*.

Enquanto aqui tentávamos discutir como viabilizar o *lockdown* em lugares mais críticos, a Deputada incentivava um golpe. Infelizmente, ela não está isolada. Ela é parte de um núcleo vinculado ao "gabinete do ódio", de um núcleo envolvido com atos antidemocráticos neste momento no Brasil.

No mesmo dia, ocorre a dança da cadeira ministerial - não é uma reforma, porque reformas mudam o curso da história, mudam o curso da política -, que denuncia um governo em crise, aliás, em crise expressa, na alta cúpula das

Forças Armadas, que agora abre mão de seus cargos e expressa seu descontentamento com os rumos da política bolsonarista.

A saída do Ministro da Defesa, que não bancou - esta é a verdade - o autoritarismo de um Presidente que queria declarar estado de sítio, deixa expresso como está a relação entre o Governo Bolsonaro e a cúpula das Forças Armadas.

Mas isso não para por aí: outro Ministro, o Advogado-Geral da União, também não bancou a política bolsonarista, autoritária, de morte, não topou defender o Chefe de Estado quando este deliberadamente quis usar o Judiciário para ir de encontro a Estados que, de forma necessária, diante deste momento trágico, estão defendendo o *lockdown*.

Infelizmente, Sr. Presidente, não é com alegria que nós denunciamos este momento que o Brasil atravessa, mas com tristeza. Queríamos uma reforma ministerial que mudasse o curso da política de morte do Governo Bolsonaro, da política de morte e, sim, genocida, que se expressa no negacionismo, que se expressa na incompetência para atravessar este momento duro, que se expressa no autoritarismo, seja usando a PF para perseguir quem luta contra o Governo Bolsonaro, seja usando a sua base nesta Casa para fazer avançar neste momento projetos de lei que criminalizam movimentos sociais.

Sr. Presidente, são 313 mil os mortos pelo coronavírus no Brasil. Há 5 dias, mais de 6 mil pessoas esperam por um leito de UTI. As pessoas estão morrendo sufocadas no Brasil. Os preços dos aparelhos para UTI aumentaram em 200%. Há paralisia. Na verdade, a política de morte do Governo Bolsonaro agiganta a tarefa deste Congresso de fazer a luta política pelo *impeachment*, por CPIs, por vacina, por auxílio para garantir o necessário *lockdown*.

Obrigada, Presidente.

Documento 210/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-17:56

Publ.: DCD - 31/03/2021 --MARCELO FREIXO-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Registro de 3.780 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes do coronavírus, pela fome e desemprego reinantes no País. Luta da Oposição em defesa do regime democrático. Falta de compromisso do Presidente da República com a democracia e com a vida do povo brasileiro.



O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Então, Presidente, não é à toa que há este clima de golpe completamente estapafúrdio.

Eu quero lembrar que hoje - acabei de receber o número - foram registradas 3.780 mortes. Eu vou repetir, Presidente: 3.780 mortes, o recorde de mortes. É inadmissível que Deputados falem de golpe, tentem criar clima de golpe. Isso é desumano, até porque, vamos combinar, a força democrática deste País é muito maior do que qualquer golpista fanático de plantão; os profissionais do SUS são muito melhores e maiores do que o medo, do que o negacionismo; os Deputados comprometidos com a democracia são muito maiores do que qualquer grupo de fanáticos; a sociedade, os trabalhadores são muito maiores do que a incompetência de qualquer governo passageiro, porém, é estarecedor nós chegarmos a 3.780 mortes em 24 horas, numa média que está crescente.

Essa responsabilidade pela fome, pelo desemprego e pelas mortes tem um endereço, tem um responsável: Bolsonaro e a incompetência do seu Governo. Por isso, o que cabe aqui à Minoria e à Oposição é ouvir a sociedade, mobilizar a sociedade e denunciar os sucessivos crimes, como o cometido pelo Presidente ontem ao tentar fazer com que as Forças Armadas pudessem estar a serviço dos seus delírios, do seu autoritarismo, e não daquilo que a Constituição determina para elas. Esse é mais um crime que será denunciado pela Oposição e pela Minoria.

Nós não vamos parar de lutar em defesa da democracia um único momento, porque a democracia custou muito caro. Não foram poucas as pessoas, homens e mulheres - jovens, idosos, Parlamentares, militantes -, que perderam a sua vida para que a democracia existisse entre nós, para que pudéssemos educar nossos filhos à base da democracia.

Bolsonaro nunca teve compromisso com a vida nem com a democracia. Ganhou uma eleição, mas não consegue governar porque não tem competência para isso. Esta Oposição, sem dúvida alguma, e a Liderança da Minoria, junto com esses partidos que têm uma história de luta tão digna e tão importante, vão enfrentar esse desmando do Governo Bolsonaro. E, sem dúvida alguma, Presidente - sem dúvida alguma! -, a democracia será restabelecida plenamente. Esse é um Governo que tenta estabelecer o medo e a insegurança, mas não vai. Nós sabemos superar esse medo. Isso já aconteceu em outros momentos da história.

Então, que centralizemos nossas ações na defesa da democracia, da vida, do emprego e da dignidade do povo brasileiro, que é muito maior do que qualquer capitão de plantão neste momento, com todo o respeito aos profissionais das forças de segurança pública, que, neste momento, são usados de forma vil e covarde pelo Presidente da República.

Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos os Líderes dos partidos que compõem a Minoria pela confiança desta coordenação.

Documento 211/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, este Projeto de Lei nº 823, de 2021, responde pelo alimento tão necessário, tão fundamental para o nosso povo brasileiro, principalmente para os mais pobres, e é também estratégico para fomentar e fortalecer a agricultura familiar e camponesa, para que ela produza alimento neste momento de carestia, neste momento de inflação dos alimentos.

Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome do Núcleo Agrário, em nome das entidades e dos movimentos sociais do campo, acumulou-se um debate desde o ano passado. A nossa tentativa no ano passado, quando propomos um projeto de lei de mesma natureza, foi enfrentar a pandemia e dar uma resposta a uma área estratégica da economia brasileira, a daqueles milhões de brasileiros que produzem o alimento que vai à mesa do brasileiro, já que 70% desse alimento têm origem na agricultura familiar e camponesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, votar este requerimento de urgência é dar resposta imediata para as dificuldades que estamos enfrentando no nosso País, com a carestia de alimentos, com a inflação de alimentos, e, ao mesmo tempo e fundamentalmente, é dar uma oportunidade de crédito de até 10 mil reais para os nossos agricultores.

Não se trata de nada absurdo. Nós estamos falando em até 10 mil reais de financiamento. Nós estamos falando de um auxílio emergencial de 2.500 reais ou, quando uma mulher coordena a unidade familiar, de até 3 mil reais. Queremos, neste período de pandemia, construir uma política pública de aquisição de alimento emergencial para aqueles que estão em vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, incentivar a produção de alimento.



Quer gesto melhor deste Parlamento, quer atitude melhor deste Parlamento do que votar um projeto de lei que vai incentivar a produção de comida, de alimento, e vai, ao mesmo tempo, responder às necessidades básicas de milhões de brasileiros que hoje passam fome? Há mais de 14 milhões de desempregados. Essa é a resposta efetiva para enfrentar a pandemia, a pobreza e o desemprego e, ao mesmo tempo, fortalecer aqueles que produzem 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto de lei tem condição de ser votado. Ele tem como Relator uma das Lideranças mais sensíveis a esta causa e junta diferentes setores da sociedade e da agricultura. Aliás, o Deputado Zé Silva já relatou, no ano passado, o Projeto de Lei nº 735. Temos condição de votar hoje, inclusive, nesta noite, o mérito desta matéria, o mérito deste projeto, pela urgência que os agricultores têm em receber esse crédito, esse auxílio, e produzir o alimento e pela urgência que o povo brasileiro, principalmente aqueles que estão nas políticas sociais de Prefeituras, de Governos Estaduais ou do Governo Federal, tem em receber o alimento. Por isso, faço este apelo, em nome dos Deputados que têm na agricultura familiar sua causa, como o Deputado Heitor Schuch, que preside a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, como os demais Deputados deste Parlamento, como a nossa bancada.

A nossa bancada acumulou muitas discussões sobre a importância de enfrentar a pandemia, e uma das formas de fazer isso é fomentar a economia, fomentar a economia agrícola, fomentar a economia rural, fomentar a produção de alimento. Assim, poderemos efetivamente não só dar resposta agora à crise sanitária, mas também dar resposta ao pós-pandemia, porque o êxodo rural não tem volta em curto e médio prazos.

Fortalecer a agricultura familiar e camponesa é fortalecer aqueles que produzem o alimento que vai à mesa do povo brasileiro. E votar a urgência e votar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 212/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:12

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância, para estímulo à agricultura familiar, da aprovação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Lei Assis Carvalho tem como objetivo estimular a produção da agricultura familiar no Brasil, que é responsável, como tão bem disse o Deputado Pedro Uczai, por 70% dos alimentos que vão à mesa do povo brasileiro.

Com o aumento do preço do dólar, a grande produção do agronegócio foi para as *commodities*, para exportação. Com isso, olha o que aconteceu na mesa do povo brasileiro: nós temos a maior inflação de alimentos dos últimos tempos. Nos últimos 12 meses, o preço dos alimentos subiu 15% no País, quase o triplo da taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,20%, como informou nessa quinta-feira o IBGE. Então, há inflação de alimentos. E o objetivo deste projeto é colocar comida mais barata na mesa do povo brasileiro.

Documento 213/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:20

Publ.: DCD - 31/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 823, de 2021, sobre a adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL encaminha "sim" a esta urgência e lamenta que, só agora, esta Casa esteja a se dedicar a promover uma medida emergencial para atender a agricultura familiar, que é um setor da economia que contribui decisivamente no momento em que há fome por todos os cantos deste País e nos grandes centros urbanos também, Sr. Presidente.

Então, se este setor estiver sendo sustentado, estiver sendo apoiado financeiramente, com certeza, a produção que eles vão apresentar virá em auxílio do abastecimento público, além de pressionar no sentido de que a inflação sobre os alimentos não recaia de forma tão insuportável, como está acontecendo nos dias de hoje.

Portanto, aprovemos não só a urgência mas também o projeto que está em pauta, Sr. Presidente.

Documento 214/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - "Voto do Relator.

O projeto de lei em análise altera a redação do § 4º do art. 2º e acrescenta os parágrafos 7º e 8º à Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para autorizar o uso de veículos do transporte escolar dos Estados, Distrito Federal e Municípios no transporte de profissionais da saúde e das pessoas que necessitam de atendimento médico durante o período de enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (COVID-19) a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Em boa medida, a proposição sob nossa relatoria se mostra meritória e razoável. Evidencia-se coerente que, ante a suspensão das aulas presenciais nas escolas públicas de educação básica - medida drástica e infelizmente necessária para a contenção dos óbitos -, os veículos de transporte escolar, atualmente subutilizados, sejam revertidos para uso dos trabalhadores da saúde e das pessoas que necessitam de atendimento médico.

Mediante sugestão da Liderança do Governo, elaboramos o substitutivo anexo, que altera o art. 2º do projeto de lei, para prever que o ônus das despesas com a manutenção dos veículos e gastos com combustíveis no âmbito da lei (*sic*) não por conta dos fundos nacionais de saúde estaduais, distrital e

municipais, mas sim por conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -- PNATE.

Desse modo, diante da gravidade da situação e ante a necessidade de medidas concretas por parte do Congresso Nacional para mitigar os efeitos dessa grave pandemia, somos absolutamente favoráveis à aprovação da presente iniciativa legislativa, ao passo que congratulamos a autora da matéria, a Deputada Carmen Zanotto, bem como todos os Parlamentares signatários do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020.

Conclusão do voto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação, pelo mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, na forma do substitutivo apresentado.

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, pelo mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Educação.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, e do substitutivo da Comissão de Educação.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo apresentado pela Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 2.529, de 2020."

Esse é o relatório.

Obrigado.

Documento 215/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:32

Publ.: DCD - 31/03/2021 --JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Insatisfação com declarações do novo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, durante audiência no Senado Federal. Necessidade de ação efetiva do Congresso Nacional, em prol da retomada do auxílio pecuniário emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Apoio a motins policiais e à disseminação de fake news contra o

Estado Democrático de Direito, pela Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto.

Quero aproveitar este tempo de debate para reafirmar aqui algumas preocupações, preocupações de quem vem acompanhando, como profissional da saúde, a situação da pandemia. Temos repetido números assustadores para o Brasil e para os olhos do mundo inteiro. Aqui todos já ressaltaram que somos o epicentro do mundo.

Ontem ouvi parte da audiência do novo Ministro da Saúde no Senado Federal. Ele não repetiu as afirmações anteriores contra a ciência, mas ele ainda precisa ser bastante afirmativo no sentido de fazer, junto com os Secretários de Estado e com os Secretários dos Municípios, junto com o fortalecimento do SUS, uma política de compra de vacinas e de insumos.

Não gostei quando ele disse que era preciso racionalizar o uso do oxigênio, como se houvesse uso abusivo de oxigênio. Na verdade, está multiplicado por cinco ou por seis a necessidade de oxigênio dos pacientes. Há a absoluta exigência de que, quando um paciente é internado, a primeira medicação seja o oxigênio.

É preciso que as pessoas compreendam qual é a demanda, hoje, deste País em saúde, qual é a demanda, hoje, deste País em auxílio emergencial, qual é a demanda deste País em vacinação de toda a população. Este Congresso Nacional precisa concentrar-se nessas questões principais e compreender também, Sr. Presidente, que precisamos de democracia para atuar, precisamos de estabilidade política para atuar. Não podemos ficar em sobressaltos de aventuras golpistas, aventuras milicianas, aventuras imaturas, infantis e fora dos processos institucionais democráticos do País. Não podemos ter um presidente que fica brincando com a poltrona, com a cadeira da Presidência da República. Não podemos ter...

O SR. PRESIDENTE (Reinhold Stephanes Junior. Bloco/PSD - PR) - Deputada, V.Exa. pode se ater ao tema, por favor?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - ...na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania uma pessoa que apoia motins, que produz *fake news* contra a Constituição e contra a legalidade. Não podemos ter um Parlamento que tem a irresponsabilidade da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que faz propagandas enganosas e que apoia rebeldias de policiais irresponsáveis e que vão contra a hierarquia constitucional e federativa.

Portanto, é importante afirmar a defesa do SUS, da democracia, da saúde e da vida neste momento.

Documento 216/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:36

Publ.: DCD - 31/03/2021 --GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Presidente.

A matéria que nós estamos votando em Plenário neste momento tramitou há pouco na Comissão de Constituição e Justiça. Como já insistimos na semana passada - fizemos um trabalho muito forte na Comissão de Constituição e Justiça -, continuamos a insistir para que as pautas digam respeito exclusivamente aos temas inerentes à COVID-19, à pandemia, que hoje bateu todos os números anteriores de mortes no País. E o fato é que hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, com esse sentimento, nós conseguimos avançar- integrantes da bancada de Oposição renunciaram ao tempo de fala, para garantir que a matéria pudesse ser votada e logo chegasse ao Plenário e fosse deliberada por toda a Casa.

É uma matéria importante, porque trata sobre o uso de veículos de transporte escolar por profissionais da saúde, para que atendam pessoas que necessitem de atendimento médico. Então, esse é o sentimento, um sentimento idêntico ao que tivemos no ano passado, quando o Presidente Bolsonaro queria aprovar o auxílio emergencial de 200 reais: nós nos unimos e, independentemente de coloração partidária, conseguimos o auxílio emergencial de 600 reais, que pôde inclusive chegar ao valor de 1.200 reais.

Esse é o sentimento das pessoas que estão nos Municípios, esse é o sentimento das pessoas que estão em cada um dos Estados da Federação, esperando de nós, que representamos o povo brasileiro, na Casa do Povo, na Câmara dos Deputados, que nós possamos avançar, com a maior agilidade possível, com a maior celeridade, sobretudo porque nosso Presidente é equivocado e tem causado um prejuízo gigantesco para o Brasil, quando nega a ciência, quando deixa de adquirir, como fez no ano passado, 70 milhões de doses da vacina da *Pfizer*, ou quando estimula que as pessoas andem sem

máscara, ou quando, enfim, não faz absolutamente nada a não ser estimular o fim da nossa democracia.

Portanto, Sr. Presidente, pode ter certeza de que a bancada da Oposição, que o PSB integra, estamos determinados a somar esforços para que possamos avançar e sair deste momento difícil. O Brasil está sendo alvo de muitos comentários, pelo mundo todo, porque nós erramos muito, porque o Poder Executivo não fez do dever de casa. Mas a Câmara dos Deputados tem força, tem prerrogativas, e vamos nos unir para que possamos avançar na maior velocidade possível.

Vamos aprovar o PL 2.529!

Documento 217/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:40

Publ.: DCD - 31/03/2021 --BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-DISCUSSÃO

DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Clamor do povo brasileiro pelo fornecimento de oxigênio ao sistema hospitalar, pela vacinação e retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Autoritarismo do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, é evidente que somos favoráveis a esse projeto de lei que prevê o uso do transporte escolar para auxiliar os profissionais da saúde e também os que estejam eventualmente enfrentando algum problema de saúde. É um projeto que nós fazemos questão de votar, e de votar favoravelmente. O que nós não queremos é tratar de temas que não se relacionem ao problema principal que o povo brasileiro enfrenta no momento: a pandemia, que já levou mais de 310 mil pessoas à morte e que precisa de respostas, por tudo o que está acontecendo.

O que o povo está precisando neste momento não é de autoritarismo, não é de escalada autoritária no País. O povo não precisa disso. O povo não quer saber de conspiração contra a democracia. O que o povo quer neste momento é leito hospitalar. Neste momento, o povo precisa é de que se garantam oxigênio e vacinas - todo mundo está esperando sua vez de ser vacinado. O povo quer auxílio emergencial de 600 reais, não essa vergonha de 150 reais que Bolsonaro quer pagar para boa parte das pessoas beneficiárias. A população precisa neste momento que se enfrente o seu problema principal, a pandemia,

que está paralisando a economia, gerando desemprego, causando muito impacto no Brasil e no mundo.

Portanto, este projeto merece o nosso apoio, mas projetos que tiram direitos do trabalhador, que perseguem o servidor público, que fazem o desmonte do Estado não têm e não terão o nosso apoio. Nós precisamos de medidas emergenciais para a agricultura familiar - há pouco foi aprovada a urgência para um deles, de autoria do Deputado Pedro Uczai, a quem quero cumprimentar. Esse é o caminho que nós temos que adotar, para atender as comunidades tradicionais, os povos quilombolas, os povos indígenas que estão nos rincões do País precisando desse olhar do Estado brasileiro, para garantir a eles a subsistência, a sobrevivência diante desse caos que nós vivemos em razão da pandemia.

Repito: este projeto tem o nosso apoio, mas a escalada autoritária jamais terá o nosso apoio, ela terá a nossa resistência - e lutaremos para derrotar o Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 218/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:44

Publ.: DCD - 31/03/2021 --DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PARECER

DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que nos levou a chamar a atenção para esse projeto é o fato de que quem passa ultimamente pela BR-153, no perímetro urbano de Goiânia, avista dezenas de ônibus amarelos estacionados em pátios de empresas, aguardando o momento de serem enviados aos Municípios goianos, de acordo com o Programa Caminho da Escola, criado em 2007.

Estão estacionados lá 176 veículos, que tomam sol e chuva, mas que poderiam ser utilizados no transporte principalmente de trabalhadores da área de saúde. Com isso, iríamos diminuir o fluxo de pessoas, melhorar a mobilidade e promover uma série de fatores positivos em relação à saúde.

Eu vejo com muita propriedade esse projeto de lei, que vai beneficiar milhares de pessoas, vai melhorar o atendimento a pacientes com COVID-19. É claro que vamos manter todas as medidas sanitárias.

O nosso Governador fez hoje um decreto-lei que disponibiliza apenas 50% dos ônibus para as pessoas poderem trabalhar.

Eu vejo isso com muita propriedade.

Documento 219/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:44

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Dr. Zacharias Calil, Relator do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Apoio à aprovação da propositura.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar o Relator, o Deputado Dr. Zacharias Calil, de Goiás, que é um grande médico, um especialista, uma das pessoas que mais conhece o tema de saúde, entre tantos bons que temos aqui no Parlamento.

Sr. Presidente, esse projeto é meritório. Neste momento precisamos fazer todo o esforço para prover a área de saúde de meios para atender tanto aos pacientes, quanto às equipes de saúde.

Neste momento, autorizar que os veículos da área de educação sejam utilizados para o transporte de pacientes e da equipe médica é muito meritório. Essa medida ajuda a combater a COVID-19.

Por isso, eu quero dar os parabéns ao Deputado Dr. Zacharias Calil, de Goiás, que mais uma vez coloca a sua mão em matérias de grande mérito nesta Casa.

Documento 220/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM



Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, acerca do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Agradecimento ao Relator da proposição, Deputado Zacharias Calil.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vou falar como autora do projeto, juntamente com a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, a Deputada Dra. Soraya Manato, a Deputada Mariana Carvalho e a Deputada Paula Belmonte, também do meu partido.

Sr. Presidente, esse projeto de lei foi apresentado em maio de 2020. Ele tem uma importância tão grande! Não são apenas os trabalhadores da área da saúde que o ônibus escolar poderá socorrer. Ele vai socorrer, por exemplo, os pacientes que precisam fazer hemodiálise, deslocando-se de uma cidade para outra, ou que precisam fazer o seu tratamento de câncer, que é feito normalmente nas cidades-sede das regiões dos Municípios de maior porte, como em Lages, minha cidade, que acolhe 18 Municípios da região para os serviços de hemodiálise, quimioterapia e radioterapia.

Quando nós falamos em distanciamento, Sr. Presidente, estamos falando em dar condições com dignidade e com segurança sanitária para o transporte desses pacientes com COVID ou não, para tratamento da COVID ou para um tratamento clínico que se faça necessário dentro da área da saúde.

Quero agradecer ao nobre Deputado Dr. Zacharias Calil, que para nós é uma referência na área da saúde como cirurgião pediátrico, que nos orgulha na Comissão de Seguridade Social e Família e nos orgulha na Comissão Externa.

Quero agradecer o relatório de V.Exa., nobre Deputado Dr. Zacharias Calil. Tenha certeza de que nós estaremos, sim, minimizando o sofrimento dos gestores de saúde nos Municípios, com o apoio da educação enquanto esses ônibus escolares não estiverem em uso, sempre respeitando e garantindo toda a higiene e todos os cuidados sanitários, no pior momento desta pandemia.

Parabéns, Sr. Presidente, por resgatar a pauta dos projetos de lei de enfrentamento a essa pandemia. Só assim nós vamos evitar e reduzir as situações mais complexas do que as que já estamos vivendo no País como um todo.

Obrigada.



28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, acerca do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Congratulações aos Deputados Zacharias Calil e Carmem Zanotto, respectivamente, relator e autora da proposição.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar a Deputada Carmen Zanotto, autora do projeto. Quero parabenizar também o Deputado Dr. Zacharias Calil pelo brilhante relatório que fez.

Este é aquele projeto, Sr. Presidente, que só faz quem conhece a administração pública, quem conhece a dificuldade de se governar, de se administrar uma prefeitura. Não há o menor sentido em, durante um período de pandemia - em que não só os profissionais de saúde, mas a população de maneira geral carece de deslocamento, às vezes com pressa, de um lugar para outro -, quando se sabe que os equipamentos da própria secretaria de saúde e ambulâncias estão superocupados, deixar de utilizar equipamentos disponíveis do poder público para socorrer a saúde da população. Isso é dar bom uso ao equipamento público em benefício da própria população.

O PCdoB...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 222/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-18:56

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Saudação ao Deputado Marcelo Freixo, novo Líder da Minoria na Casa. Registro de 3.780 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, acerca do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, ressaltados os destaques.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, primeiro eu quero abraçar o Deputado Marcelo Freixo, que estará à frente da Minoria, garantindo as opiniões da maioria do povo.

Segundo, Sr. Presidente, quero dizer que este dia é mais uma vez uma estatística triste. O Brasil tem novo recorde de mortes em 24 horas: 3.780 mortes. Essa perda de vidas é algo que poderia plenamente ter sido evitado se tivéssemos tido uma programação responsável de vacinas.

Nós ficamos muito felizes de a Câmara retomar o seu trabalho de enfrentamento à pandemia, sob a sua liderança. Sem dúvida alguma, nós da Minoria vamos estar atentos a essas soluções.

Votamos a favor do projeto, Deputada Carmen Zanotto e Deputado Dr. Zacharias Calil, que têm sido guerreiros junto com todos da Comissão Externa de combate ao coronavírus. Todos os partidos da Minoria votam "sim" a este projeto.

Documento 223/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:00

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALEXANDRE LEITE-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-QUESTÃO DE ORDEM
QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a realização de reuniões de oitivas de testemunhas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em concomitância com a Ordem do Dia no plenário.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu levanto questão de ordem nos termos do art. 46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de hoje foi destinada à oitiva de duas testemunhas da Representação nº 2, de 2021, em desfavor da



Deputada Flordelis. A reunião foi iniciada às 14h12min, com a oitiva da Delegada Bárbara Lomba.

Como é sabido, as oitivas no Conselho de Ética são, em regra, bastante demoradas, em virtude da necessidade de se extrair o máximo de informações possível para balizar o parecer do Relator. Em vista disso, às 17h03min, momento em que se iniciou a Ordem do Dia do Plenário, a Sra. Bárbara ainda estava sendo inquirida pelo advogado da defesa da acusada. Naquele momento, com base no art. 46, § 1º, do Regimento, o Presidente encerrou a reunião, informando que a oitiva das testemunhas não poderia continuar, em virtude da Ordem do Dia do Plenário.

Após essa breve contextualização dos fatos, passo a defender as razões pelas quais solicito deferimento da minha questão de ordem.

Primeiramente, Sr. Presidente, esta questão já foi decidida pela Presidência da Casa, por meio da Questão de Ordem nº 28, de 2015. Naquela oportunidade, a Ordem do Dia começou em meio à oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, ex-Presidente da PETROBRAS, na CPI da PETROBRAS. Naquela ocasião, ao responder a questão de ordem em Plenário, o Presidente decidiu que não há empecilho regimental para a realização de oitivas em Comissões Parlamentares de Inquérito durante a Ordem do Dia em Plenário.

Ora, Sr. Presidente, essa é uma questão lógica do ponto de vista regimental, já que nas reuniões de oitiva de testemunhas não são realizadas deliberações. Tanto é assim que não se exige quórum para a abertura da reunião. Tal entendimento, inclusive, é adotado nas reuniões de audiência pública das Comissões. Como não são reuniões deliberativas, tais reuniões podem coexistir com a Ordem do Dia em Plenário, conforme decidido na Questão de Ordem nº 24, de 2019.

Além disso, Presidente, destaco a grande quantidade de representações represadas no Conselho de Ética em virtude do não funcionamento do Conselho no ano de 2020, devido à pandemia. O número de oitivas a serem realizadas é extremamente elevado, e as instruções possuem prazo para serem finalizadas.

Soma-se a isso o fato de o Conselho não poder se reunir todos os dias, em virtude do revezamento dos plenários, como forma de combater a disseminação do coronavírus.

Dessa forma, Presidente, solicito deferimento da presente questão de ordem, a fim de permitir que as reuniões de oitiva de testemunhas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputado Alexandre Leite, a V.Exa. assiste razão com relação ao que hoje determina o Regimento, através da Questão de Ordem nº 28, de 2015, pertinente a questões relativas a Comissões Parlamentares de Inquérito. Por analogia, eu recolho a questão de ordem de V.Exa. com o objetivo de atendê-la, mas faremos isso de maneira detalhada, por escrito, para que fique consignado que esses casos, doravante, serão permitidos.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP) - Obrigado, Presidente.

Documento 224/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Líderes partidários e aos demais Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, acerca do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço um segundo só para agradecer a todos os Líderes e a todos os Deputados e Deputadas por esta votação, porque eu tenho certeza de que o projeto vai dar mais segurança aos pacientes que precisam do transporte e também aos trabalhadores da área da saúde, que poderão ser transportados com mais segurança para os seus serviços, para salvar vidas, uma vez que esses trabalhadores estão na linha de frente desta pandemia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 225/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a crise da saúde no País.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

O PCdoB orienta o voto "sim" a este projeto, porque consideramos muito importante que a população brasileira que está doente tenha acesso ao oxigênio.

O que nós vimos em Manaus, com famílias inteiras morrendo pela falta do oxigênio, não queremos ver em nenhum outro lugar do Brasil. Mas é preciso que haja uma ação do próprio Governo Federal também ajudando a que o oxigênio chegue às cidades brasileiras, porque nenhuma cidade do Brasil e nenhum país do mundo estava preparado para um gasto tão grande de oxigênio como o que temos hoje.

Como os outros países estão resolvendo isso? Com seus Presidentes tomando a frente da crise, organizando e ajudando a salvar vidas. No caso do Brasil, o Presidente da República passa 3 dias discutindo uma mudança nos seus Ministérios, faz uma verdadeira lambança no Ministério da Defesa com a troca dos Comandantes, e nada...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO) - Sr. Presidente, gostaria de falar pelo PSL só por 1 minuto, por favor, sobre este projeto de lei apresentado pela Deputada...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Concluo, Sr. Presidente.

Nenhuma dessas mudanças que o Presidente da República fez nos últimos dias tem qualquer relação com o que está acontecendo no País, que já tem mais de 315 mil mortos. Isso prova que o Presidente não está preocupado com a saúde pública do País; está preocupado em se arrumar, em se organizar para disputar uma reeleição.

Gostaria muito que o olhar do Presidente da República se voltasse para a saúde pública, a saúde do povo brasileiro. Mas infelizmente não é isso que está acontecendo.

Muito obrigada.

Documento 226/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Inocuidade do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o Partido Novo entende que talvez haja uma confusão entre o oxigênio industrial e o oxigênio medicinal. O oxigênio industrial não pode ser usado, por questões de impureza e de qualidade, de forma medicinal.

Quando se fala em quebrar contratos, estamos nos referindo a contratos do oxigênio medicinal. E, nesse caso, todo o uso dele é prioritário! Não há como priorizar um ou outro. O uso medicinal de oxigênio de qualidade serve para todas as categorias.

Então, entendemos que este projeto talvez crie mais insegurança jurídica, quebra de contratos com uma insegurança muito grande em nosso relacionamento. O que nós temos que pedir para priorizar, sim, é a produção de oxigênio medicinal. Acredito que todos os fabricantes nacionais devem estar na sua capacidade máxima, até por causa da demanda.

Portanto, achamos este projeto um tanto quanto inócuo, uma vez que não dá para substituir oxigênio medicinal por industrial.

Documento 227/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:24

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO



Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus. Regozijo com a aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 10.880, de 2004, relativa ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada Dra. Soraya Manato, pois este projeto é proveniente da Comissão que trata da COVID, da qual fazemos parte.

Na quinta-feira, votamos um requerimento de minha autoria para ver essa situação do oxigênio no Brasil e fazer o seu fornecimento para os hospitais e verificamos que também precisamos de cilindros. Nesse sentido, este projeto também faz com que os cilindros industriais estejam disponíveis para levar o oxigênio para os hospitais. Então, é um projeto de extrema importância, para que possamos garantir a chegada do oxigênio nos hospitais.

Presidente, quero aproveitar ainda esta oportunidade para dizer que o projeto anterior que foi aprovado, que trata dos transportes escolares redirecionados a pacientes da COVID e às pessoas da saúde, também é de minha autoria. Ficamos muito felizes que esse projeto tenha sido aprovado por unanimidade aqui no plenário.

Muito obrigada.

Documento 228/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 31/03/2021 --VITOR HUGO-PSL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Dra. Soraya Manato e Sanderson, respectivamente, autora e relator do Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus.

O SR. VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de agradecer ao Colégio de Líderes e

também a V.Exa. por colocar em votação esse projeto oriundo do nosso partido, da Deputada Dra. Soraya Manato, que, de maneira muito diligente e muito inteligente, apresentou um projeto simples, mas que vai ter um impacto bastante grande no combate à COVID-19 em nosso País e vai salvar muitas vidas.

Quero aproveitar ainda para parabenizar também o Deputado Sanderson, do Rio Grande do Sul, que foi acionado de surpresa, ao longo do dia de hoje, e apresentou um relatório muito abrangente, um relatório completo, que supriu todas as necessidades da aprovação de um projeto de lei tão importante para o Brasil. Então, é o PSL trazendo também a sua contribuição para que consigamos salvar vidas.

Parabéns, Deputada Dra. Soraya Manato! Eu tenho certeza de que o Estado do Espírito Santo está orgulhoso de V.Exa. Parabéns, Deputado Sanderson, do Rio Grande do Sul, pelo trabalho na Relatoria!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 229/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:28

Publ.: DCD - 31/03/2021 --HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus, ressaltados os destaques. Congratulações aos Deputados Dra. Soraya Manato e Sanderson, respectivamente, autora e relator da proposição.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Deputado Arthur Lira.

Quero parabenizar, em nome da bancada, a Deputada Dra. Soraya Manato pela ideia de livrar as empresas que produzem oxigênio medicinal, que também produzem outros tipos de oxigênios para as indústrias, para as oficinas mecânicas, para as funilarias do Brasil inteiro, no sentido de que, se os contratos que, porventura, não forem cumpridos por falta de entrega, essas muitas contratuais serão isentas para que as indústrias possam usar todo o seu parque industrial destinado à produção de oxigênio medicinal e, assim, ajudem a salvar vidas.

Portanto, parabenizo também o Relator da matéria, que fez o substituto, melhorando ainda mais a ideia da Deputada Dra. Soraya Manato.

O MDB orienta "sim", Sr. Presidente.

Documento 230/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:32

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus, ressaltados os destaques. Perplexidade ante o ajuizamento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de ação destinada à suspensão das medidas de combate à Covid-19 adotadas pelos Governadores Estaduais.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta "sim", porque consideramos importante que haja essa discussão, para que o oxigênio chegue exatamente aos hospitais dos Estados e dos Municípios onde há pessoas precisando de apoio e de ajuda.

É preciso salvar vidas. Mas é preciso também que o Presidente Bolsonaro faça a parte dele. Entrar na Justiça contra os Governadores que estão buscando vencer a COVID não ajuda a avaliação sobre o comportamento do Presidente Bolsonaro. É preciso que ele, como Presidente da República, visite os hospitais, porque, ao longo de 2 anos de pandemia, Bolsonaro não botou o pé em qualquer hospital até agora. Não conhece a dor das famílias, não conhece o que está acontecendo nos hospitais brasileiros. Por isso se comporta desse jeito, tentando impedir o trabalho dos Governadores e Prefeitos do Brasil.

Documento 231/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:36

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 1.077, de 2021, sobre o estabelecimento de regras temporárias para o fornecimento prioritário de oxigênio à rede hospitalar durante a epidemia de coronavírus, ressalvados os destaques. Pedido de demissão conjunta pelos Comandantes das Forças Armadas brasileiras, diante da tentativa de quebra de preceitos constitucionais pelo Presidente Jair Bolsonaro. Perplexidade ante a iniciativa do Presidente da República de criação do Estado de Mobilização Nacional. Registro de 3.800 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Necessidade de adoção de pauta destinada ao enfrentamento da epidemia de coronavírus, com ênfase na vacinação do povo brasileiro e no fornecimento de oxigênio à rede hospitalar. Repúdio à sanha privativista do Governo Federal. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando no Brasil uma crise...

Há microfones abertos. *(Pausa.)*

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, a Mesa não pode fechar os microfones?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Eu vou seguir, Sr. Presidente. Prestem atenção no que eu vou dizer.

Na verdade, o Brasil vive essa insegurança de garantir oxigênio nos hospitais.

O projeto é meritório, mas a insegurança perpassa por outras áreas da Nação. Os Comandantes das Forças Armadas pediram hoje demissão em conjunto, em protesto contra Bolsonaro. Eles não quiseram ceder ao Presidente da República nas suas solicitações de quebra do direito constitucional, dos preceitos constitucionais. Agora aparece um projeto para criar o Estado de Mobilização Nacional? O Bolsonaro veste-se para a guerra e transforma todos em seus inimigos. Pensou que, com isso, tiraria a pandemia de pauta. Mas hoje nós já temos 3.800 mortos em 24 horas, Sr. Presidente.

Nós queremos a pauta da pandemia. Nós queremos solucionar a questão da vacina, do oxigênio, como neste projeto, em que a Minoria vota a favor.

Nós não queremos privatizar a EBC, acabar com o programa *A Voz do Brasil*, acabar com a *TV Brasil*. Nós queremos a ELETROBRAS pública, nós queremos os Correios não privatizados. Nós não queremos essa reforma administrativa, que dilacera o Estado nacional.

Por isso a Minoria tem a clareza de votar "sim" ao projeto, que garante a prioridade do oxigênio - claro, com pureza, oxigênio próprio para uso hospitalar - às casas de saúde, aos hospitais.

Amanhã, Sr. Presidente, é aniversário do golpe militar. Nós queremos que o Brasil, com liberdade de manifestação, tenha clareza sobre a sua história. Nós não queremos mais ditadura. Nós queremos liberdade e queremos ar para respirar.

Portanto, votamos "sim" a este projeto e dizemos "não" às traquinagens autoritárias do Sr. Jair Bolsonaro.

Documento 232/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão de indígenas, assistentes sociais e motoristas no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso a vacinas aos caminhoneiros e profissionais responsáveis pelo transporte de cargas durante a epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, sempre estou colaborando com a rapidez nos debates, mas é o seguinte: nós temos uma proposição que tenta introduzir assistentes sociais entre os que receberão prioridade, porque estão trabalhando nos CRAS...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Esse projeto vai dar trabalho amanhã, viu?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Então, Presidente, nós queremos colocar os indígenas, os caminhoneiros e demais motoristas do transporte coletivo rodoviário de cargas, os trabalhadores do transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão ser imunizados. Portanto, nós trazemos aqui os assistentes sociais, os trabalhadores em transportes coletivos no Brasil para dentro desse projeto, porque achamos que são categorias fundamentais para serem incluídas. Os assistentes sociais, Presidente, V.Exa. sabe que são importantes, porque trabalham com os mais pobres. Os trabalhadores da educação e da...

(Desligamento automático do microfone.)



Documento 233/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:52

Publ.: DCD - 31/03/2021 --DANILO CABRAL-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão dos servidores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso a vacinas aos caminhoneiros e profissionais responsáveis pelo transporte de cargas durante a epidemia de coronavírus.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero fazer um breve registro, Presidente, apenas para reforçar a importância da inclusão daqueles que estão à frente do Sistema Único de Assistência Social. Aqui eu também falo na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS. É meritório que, de fato, sejam priorizados os caminhoneiros e mais aqueles que estão, sobretudo, na linha de frente. E os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social estão neste momento nos CRAS, nos CREAS, nos centros de acolhimento, atendendo toda a população em situação de vulnerabilidade, e sabemos das condições de vida dessas pessoas. Elas chegam, inclusive, na busca de um serviço público que lhes dê proteção social. Por isso, nós estamos aqui também fazendo a defesa dessa iniciativa.

Apresentamos uma emenda para que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social sejam incorporados, na expectativa de que possamos ter a sensibilização de todos os colegas para que os incluamos, por ser um dever de justiça para com essa importante categoria.

Documento 234/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-19:56

Publ.: DCD - 31/03/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Defesa da vacinação de caminhoneiros, professores, portadores de deficiência, taxistas, motoboys e servidores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Escalada

autoritária em curso no Brasil. Tentativa de realização de golpe de Estado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de vacinação em massa da população brasileira. Registro de 3.780 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Contrariedade à privatização da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero primeiro firmar meu apoio à alteração da lista e à preferência para que os caminhoneiros sejam vacinados imediatamente. Aliás, um dos projetos é de minha autoria, beneficiando os caminhoneiros, os professores, as pessoas com deficiência, os taxistas, os *motoboy*s, o pessoal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Há uma série de pessoas, Presidente, que estão expostas no cotidiano. Para que possamos manter a economia acesa, viva, elas se expõem ao vírus e precisam, assim como os profissionais de segurança, de um colete não à prova de bala, mas à prova de vírus, à prova do inimigo oculto, o inimigo invisível que é o coronavírus.

Então, quero deixar aqui este meu olhar, até porque tenho projetos de lei exatamente nessa direção e gostaria que fossem discutidos em conjunto, para que pudéssemos fazer um grande debate para que nosso povo seja vacinado.

Mas eu quero, Presidente, firmar e fincar trincheira em defesa do Estado Democrático de Direito. Nós estamos assistindo a uma movimentação que suscita uma escalada autoritária no País. Lamentavelmente, estamos assistindo a isso tudo.

Aliás, o Presidente da República ameaçou há poucos dias com estado de sítio. Como não conseguiu seu intento, ele agora afasta o Ministro da Defesa, os Comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. E não por acaso o Líder do Governo pede urgência a um projeto de lei que regulamenta o estado de mobilização nacional, para que o Presidente da República tenha mais poderes, inclusive sobre as policiais militares, tirando poderes dos Governadores.

Ora, para que isso? De graça? É claro que há muita coisa por trás disso, Presidente. Há fumaça no ar. Isso tem boca de jacaré, couro de jacaré, rabo de jacaré, dente de jacaré. O que é? É jacaré. Então, há uma sanha golpista por trás disso. E quem viveu 1964... A minha família viveu. Eu era uma criança, mas posso testemunhar porque está gravado na retina dos meus olhos o momento em que meu pai foi preso. Nós não queremos que isso se repita. Esse filme nós não queremos que aconteça de novo, não vale a pena ver de novo. Então, não queremos repetir 1964.

Agora quero fazer uma advertência, Presidente. O Presidente Bolsonaro vai errar o pulo. Isso é voo de galinha. Ele vai tentar o golpe. Pode até anoitecer,

mas não amanhece, porque se levantarão a população e o Congresso Nacional; a Bolsa de Valores vai lá para baixo; o dólar vai lá para cima; a economia não se sustentará; não haverá emprego e renda; ele não terá apoio no exterior; então ele vai cair. Ele cai e o tiro sai pela culatra. Eu quero fazer esta advertência.

Nós não precisamos de estado de sítio, nós não precisamos de estado de mobilização nacional. Nós precisamos é da vacina.

Hoje, Presidente, 3.780 pessoas morreram, foram a óbito. Juntando os dez países em que mais morreram pessoas hoje no mundo, o Brasil sozinho - sozinho! - ganha deles. Mais pessoas morreram hoje no Brasil do que nos dez países onde mais morreu gente hoje em decorrência do coronavírus. Então, temos que protestar, temos que contestar. Nós não queremos estado de sítio, nós queremos vacina e enfrentamento da COVID.

Para encerrar, eu quero deixar a minha posição clara contra a privatização da CORSAN no meu Estado.

Quero dizer que eu me alio à luta dos Prefeitos que também se contrapõem à venda da empresa, até porque a CORSAN, primeiro, não é do Governo e, segundo, nem é do Estado gaúcho, ela pertence aos Municípios. Se a CORSAN é do Estado, a concessão da água é dos Municípios. E o que vale mais, a empresa ou a concessão? Empresa sem concessão não vale, e a concessão pode fazer empresa.

Os Prefeitos estão se levantando porque não querem que o Governo do Estado venda a CORSAN e, junto, venda a concessão que não é dele. Aliás, nem a CORSAN é do Governo, a CORSAN é do povo gaúcho. E a água pertence às Prefeituras.

Então, eu me somo aos Prefeitos que estão se levantando contrariamente à terceirização da venda da concessão da água. Há um absurdo aqui no Estado: querem vender o que não é deles; querem vender a água, que é do povo; querem vender a água, que é um bem sagrado que salva a vida, que qualifica a vida, que faz a própria vida.

Presidente, nós não vamos nos calar. Nós vamos resistir. A população vai ser levantar em armas de convicção, de argumentos contra esse absurdo de privatizar a CORSAN, que é uma empresa rentável, lucrativa. Outros países fizeram isso e erraram o pulo. Vão errar o pulo também aqui. O Governador disse que não venderia quando era candidato. Agora eleito, ele quer vender o que não é seu e, inclusive, quer engabelar os Municípios. Os Prefeitos vão resistir e não concordam com a venda da água, da CORSAN, nem da concessão, porque a concessão pública que a CORSAN tem pertence aos Municípios, e eles não vão aceitar a venda da concessão da água.

A concessão da água pertence aos Municípios e ao povo gaúcho. E a CORSAN é uma estatal do Estado gaúcho e não do Governo de plantão.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 235/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-20:04

Publ.: DCD - 31/03/2021 --LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes partidários, pela inclusão na pauta de matérias em prol dos profissionais da saúde pública engajados na luta contra a epidemia de coronavírus. Apelo à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, a respeito do pagamento, pela União, de compensação financeira aos agentes sepultadores vitimados ou incapacitados ao trabalho em decorrência da Covid-19.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero usar este tempo de fala que me foi concedido para saudar o Presidente e o Colégio de Líderes por terem definido esta pauta com matérias absolutamente necessárias para contribuir com as condições de trabalho dos profissionais da saúde pública, do SUS, em relação ao combate à COVID-19.

Eu apelo para V.Exa., Presidente, e para os Líderes a fim de que seja pautado o Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, que apresentamos há 10 meses. Ele propõe proteção aos sepultadores, com apoio psicológico e compensação financeira a esses trabalhadores que estão morrendo porque estão sendo contaminados. São pais de famílias pobres que levam para suas casas o vírus que contraem, evidentemente, ao colocarem a vida em risco quando abrem covas e colocam caixões de mais de 60...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Luiza Erundina, V.Exa. pode abrir o microfone. V.Exa. tem mais 1 minuto para concluir.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Sr. Presidente, eu estava destacando a gravidade da situação dos sepultadores, nas condições de trabalho. Multiplicou-se em muitas vezes o número de corpos que eles enterram diariamente. E o estresse que eles sofrem ao verem familiares a distância, acompanhando a colocação na cova do caixão de um familiar, de um parente muito próximo, de alguém muito querido, sem dúvida, afeta a emoção, as condições psicológicas desses trabalhadores. Eles também são submetidos

ao medo da morte e diretamente colocados em risco de contaminação com um vírus que já vitimou mais de 300 mil trabalhadores e trabalhadoras, brasileiros e brasileiras.

Então, Sr. Presidente, eu rogo que se coloque essa matéria em pauta. Vamos aprová-la e dar uma atenção especial a trabalhadores que são invisíveis. Ninguém chega perto deles, nem tem presente na sua mente ou no seu coração aqueles que trabalham com a morte, que estão próximos daquilo que o ser humano mais rejeita, que é o final da sua vida finita. Esta é a hora também de a sociedade reconhecer a contribuição desses trabalhadores e de o Estado socorrê-los, protegê-los e dar as condições necessárias e a contribuição justa a esses trabalhadores que se dedicam a uma atividade tão penosa, tão estressante e tão grave em termos risco à própria vida.

Obrigada, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu.

Documento 236/1.178

28.2021-Sessão Deliberativa Extraordinária - CD-30/03/2021-20:08

Publ.: DCD - 31/03/2021 --ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS-ORDEM DO DIA-PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Defesa da inclusão de rodoviários e servidores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no texto do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 6.259, de 2020, para garantia do acesso a vacinas aos caminhoneiros e profissionais responsáveis pelo transporte de cargas durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PL 1.011 é absolutamente fundamental para que possamos fazer justiça a uma série de categorias. Eu gostaria de pontuar duas categorias. Uma é a dos rodoviários. Hoje mesmo, um infectologista aqui da Universidade de Brasília se posicionava sobre a necessidade de priorizarmos a vacinação dos rodoviários e das rodoviárias, que estão todos os dias circulando, assegurando o direito fundamental de ir e vir, transportando vidas, e estão sob um risco muito profundo e muito ameaçador.

Também quero destacar os profissionais do SUAS. Os profissionais do SUAS são aqueles que constroem direitos de forma muito concreta. Eles estão nos CRAS e CREAS, no momento em que a fome volta a assolar o Brasil e que há tanto abandono e tanta orfandade neste País, inclusive a orfandade de uma Presidência da República que possa gerir o enfrentamento da pandemia.



Por isso, Presidente, eu gostaria de realçar essas duas categorias, a dos rodoviários e rodoviárias e a dos profissionais do SUAS, que estão construindo direitos, muitas vezes, com os fios de uma sociedade tão injusta e assegurando a dignidade humana. Os profissionais do SUAS compõem uma das categorias que mais assegura direitos no Brasil, a partir da reconceituação da assistência social no País. Por isso, os profissionais do SUAS, os rodoviários e as rodoviárias precisam ser prioridade na vacinação, porque priorizam a vida no dia a dia, no seu cotidiano laboral.

Documento 237/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:08

Publ.: DCD - 01/04/2021 --CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contentamento com a vacinação de policiais contra a Covid-19.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas.

A boa notícia é que hoje, praticamente todos os policiais começam a ser vacinados com a vacina, com o imunizante que combate a COVID-19. Isso é um alento para toda essa categoria, que desde o início da pandemia esteve na linha de frente, nas ruas, combatendo 24 horas por dia esse mal. Essa categoria não abandonou as suas funções, não abandonou a sua missão, e a vacina está chegando para ela. Isso é muito bom.

Aqui no Estado de São Paulo, lamentavelmente, nós perdemos vários e vários colegas, tanto da ativa como já veteranos, já aposentados. Infelizmente, a COVID foi implacável com muitos deles.

Neste momento em que a vacina está chegando para esses profissionais, nós temos a certeza de que eles poderão trabalhar ainda com mais segurança nas ruas, protegendo a população. Essa é a palavra correta que temos que dizer a todos os policiais. A missão deles é de proteger a sociedade. Em alguns lugares, nós estamos vendo praticamente algumas guardas pretorianas, algumas polícias sendo utilizadas como massa de manobra de governantes.

Por falar nisso, Sr. Presidente, o que acontece é que a COVID acabou sendo utilizada como uma carteirinha de autoridade local: "*Aqui eu mando, aqui eu faço*", e a população está completamente acuada neste momento. Eu pergunto: será que nós voltamos a ser colônia? Será que nós temos um País não de cidadãos, mas de súditos, passivamente submetidos às autoridades? Os

abusos que eu tenho visto pela imprensa são um verdadeiro descalabro, uma verdadeira afronta à nossa Constituição Federal.

Este era um momento de nós estarmos praticamente todos unidos, cuidando da saúde, mas também cuidando da pandemia. Lamentavelmente, alguns ainda querem levar o Brasil à bancarrota. Mas nós vamos fazer de tudo para que isso não aconteça. O Brasil é grande e vai sobreviver a esta pandemia.

Documento 238/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:16

Publ.: DCD - 01/04/2021 --POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso de aniversário da Revolução de 1964. Inadmissibilidade de reinstalação da ditadura militar no Brasil. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de decretação de estado de sítio no País. Fator determinante da demissão do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas brasileiras. Apresentação, pelo Líder do Governo na Casa, de projeto de lei em regime de urgência a respeito da criação do Estado de Mobilização Nacional, instrumento destinado à ampliação dos poderes do Presidente da República. Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, e de reversão do colapso do sistema nacional de saúde decorrente da doença viral. Alcance do patamar de 300 mil mortes no Brasil pelo coronavírus. Registro de 3.800 óbitos no País nas últimas 24 horas provocados pela Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é dia 31 de março, e não temos nenhuma razão para comemorar aquilo que aconteceu em 1964. Não que nós devamos esquecer os fatos, porque a história é para ser lembrada como história, é para ser revistada até para que não se repitam os erros cometidos em 1964.

Ditadura nunca mais! Digo, porque sei; sei, porque vi; vi, porque vivenciei, ainda que fosse criança. Meu pai, em 1964, foi preso, e eu fui visitá-lo onde ele estava detido. Quem o prendeu já morreu e nunca disse a ele por que ele foi preso. E meu pai, que também já morreu, nunca ficou sabendo as razões da sua prisão.

Nós não queremos outro 1964, apesar de termos um Presidente da República que adora isso, que quer reviver, rememorar e, se for possível, repetir aquilo que aconteceu lá.

Ele chegou ao ponto de tentar, há poucos dias, criar um estado de sítio, mas não encontrou amparo nem nas Forças Armadas, tanto que ele acabou se desentendendo e demitindo o seu Ministro da Defesa, o honrado Ministro do Exército, o honrado Ministro da Marinha e o honrado Comandante da Aeronáutica. Os Comandantes das três forças saíram juntos. Mas o Presidente Bolsonaro, não se contentando, ainda os demitiu, como se num ato de desforra.

Não contente com isso, ontem o Líder do Governo apresentou a esta Casa um projeto de lei em regime de urgência para criar o estado de mobilização nacional, que só é possível quando o País é invadido por forças estrangeiras. Nós estamos, sim, sendo invadidos pelo coronavírus, mas não precisamos de estado de sítio nem de estado de mobilização nacional para enfrentar o coronavírus. Nós precisamos que seja tomada uma atitude de saúde, e isso o Presidente Bolsonaro não fez. Não precisamos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica nas ruas para enfrentar o coronavírus; precisamos que o povo tenha hospitais, que o povo tenha medicamentos, que o povo tenha vacinas. É disso que o povo precisa, mas isso o Governo não oferece. Aliás, negou a vacina, negou o medicamento, negou a doença. É negacionista. Negaram tudo!

O Brasil não está em guerra, o Brasil está em paz, mas tem um inimigo infeliz, contra o qual precisamos juntar as nossas forças. Quem não entendeu isso até agora foi só o Presidente Bolsonaro. Morreram mais de 300 mil pessoas. Somente ontem morreram 3.800 pessoas no Brasil, mais do que nos dez países onde mais houve mortes no mundo. O Brasil é o campeão de mortes no mundo. Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 239/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:20

Publ.: DCD - 01/04/2021 --BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 57º aniversário da Revolução de 1964. Repúdio às tentativas golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Não aquisição de vacinas pelo Presidente da República.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 31 de março de 2021, completa 57 anos a noite tenebrosa que durou 21 anos: a ditadura, o golpe dado contra a Nação brasileira. Como um Presidente quer garantir comemoração para essa data? Foram noites tenebrosas, de cassação de ideias, de fechamento do Congresso, de censura, de exílio, de execuções, de mortes, enfim, de violações de direitos humanos. Como querer, portanto, comemorar uma coisa dessas?

Além de querer comemorar, ele tentou patrocinar outro golpe. Já chega de golpe! Já houve o golpe contra esta Nação trazido pela ditadura, da qual nós temos resquícios até hoje: está aí o Bolsonaro defendendo, querendo comemorar e patrocinando o desequilíbrio dentro da democracia. Ele tenta usar os militares neste momento para que ele se torne o único. Não é Deus acima de tudo, é Bolsonaro acima de todos. Isso não é possível.

Portanto, houve ditadura, e nós não podemos aceitar que queiram comemorar isso, porque golpe não se comemora, se repudia. Nós já estamos vivendo o resultado de outro golpe, que foi o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, e está aí o resultado. Tudo cai em nossas mãos.

Já chega de patrocinar mortes! Ele não consegue ter um plano para que possamos combater esta pandemia. Em um único dia, mais de 3.700 pessoas morreram. Ele não dá conta disso. Nós já estamos vivendo um tremendo golpe contra a Nação brasileira neste momento, porque ele não tem um plano de execução emergencial.

Ainda bem que o que ele planejou para hoje, para que fosse manchete, graças a Deus as Forças Armadas não aceitaram, e não houve o que ele queria que acontecesse na Bahia com os militares.

Então, Sr. Presidente, esta data não é para comemorar. Famílias perderam seus filhos, e não sabemos para onde alguns foram. Agora nós estamos vivendo outro momento: o golpe que ele está dando na Nação - é ele! - quando não compra vacina, quando não...

(Desligamento automático do microfone.)



19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:28

Publ.: DCD - 01/04/2021 --ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 320 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença viral. Defesa de concentração emergencial dos trabalhos da Casa tão-somente no combate à epidemia de coronavírus. Preservação das Forças Armadas brasileiras como instituições de Estado. Poder dos Governadores Estaduais de controle de suas Polícias Militares.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Bom dia a V.Exa. e a todos os Parlamentares.

Evidentemente, o Brasil passa por uma quadra bastante difícil. Eu me refiro especialmente à quantidade de mortes, que, em breve, chegará, lamentavelmente, a 320 mil. Mais uma vez homenageamos as vítimas e nos solidarizamos com as famílias.

Eu tenho defendido há pelo menos 3 semanas que nós devemos paralisar os trabalhos da Câmara, não para paralisar a Câmara, mas para nos concentrarmos na forma de resolver o problema, dado que até o presente momento o Executivo não conseguiu fazê-lo. Eu vou exemplificar um pequeno plano de trabalho: nós podemos procurar as embaixadas, podemos fazer contato com outros Parlamentos, de países que puderem antecipar a entrega da vacina, e por aí vai.

Na minha opinião, votar projetos - uns mais, outros nem tanto - relevantes não vai resolver. Mesmo a CPI da vacina, a que sou favorável, só vai produzir resultados daqui a 40 dias ou 50 dias. Então, não é esse o caminho, na minha opinião, para esta situação de urgência, de emergência.

Nesse sentido, eu reitero a proposta. Vou reiterá-la no Colégio de Líderes, porque nós estamos trabalhando, mas a ineficácia também está presente, na minha opinião - digo isso respeitando todos os colegas.

Segundo ponto: é preciso que as Forças Armadas tenham presente que nós entendemos perfeitamente e respeitamos aqueles que defendem a Constituição. Mesmo quando acrescentam no seu currículo a demissão de um determinado cargo, seja de Ministro, seja até mesmo do comando das três forças, como acabou de acontecer, levam na sua história a defesa da legalidade, a defesa da Constituição, a preservação das próprias Forças Armadas no seu papel.



Finalizo dizendo o seguinte: não creio que devamos vacilar diante dessa movimentação estimulada de setores das Polícias Militares por todo o País. Quem tem o poder de controlá-las, devendo agir com o nosso apoio, são os Governadores, porque, a depender de determinadas tentativas... Por exemplo, na Bolívia, o golpe teve o apoio das Forças Armadas, mas quem o praticou foram as Polícias Militares.

Documento 241/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 01/04/2021 --PAULÃO-PT -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Homenagem à memória da jovem alagoana Gastone Beltrão, assassinada durante a ditadura militar. Conflito do Presidente Jair Bolsonaro com Governadores favoráveis ao cumprimento das medidas sanitárias de combate à Covid-19. Demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, pelo cumprimento de lockdown nas Forças Armadas brasileiras. Respeito às barreiras sanitárias contra a Covid-19 pelo Comandante do Exército brasileiro. Defesa, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de reinstalação da ditadura militar no Brasil.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente.

Neste dia, eu queria homenagear uma jovem sonhadora que tinha uma utopia: desejava um mundo mais justo, um mundo mais fraterno, em que as palavras fossem "tolerância" e "amor". Eu estou falando da alagoana Gastone Beltrão, uma jovem de 22 anos que tinha todas essas utopias e foi morta pela ditadura militar.

Então, este discurso de hoje é para fazer uma analogia e mostrar à juventude que comportamentos atuais tentam fazer a história voltar de forma nefasta. Enquanto estamos atravessando um processo pandêmico, de um vírus que não tem fronteiras, o Presidente da República nega a ciência, nega a vida, conflita com seus aliados, aqueles que poderiam ser os grandes articuladores no combate à COVID: os governadores. Ele fica trabalhando o caos.

Quanto ao general responsável pelo departamento de saúde do Exército, o motivo da queda dele e do Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, é que o general cumpriu o processo de *lockdown* dentro do Exército, definindo a tratativa de acordo com a OMS. Bolsonaro, não aceitando essa postura, solicitou a sua demissão. O Ministro da Defesa não acatou e, por isso, foi demitido. A outra raivinha do Bolsonaro se deve ao fato de que, quando começou a pandemia, o Presidente da República, em visita ao Estado do Rio

Grande do Sul, deu a mão para cumprimentar o Ministro General do Exército, que deu o cotovelo. E por que fez isso? Porque ele respeita a ciência, respeita as barreiras sanitárias. Mas, na narrativa dos seus seguidores, ele deveria fazer um conflito com os Governadores, que estão fazendo a recomendação correta, conforme define a Organização Mundial de Saúde.

Então, esse modelo a que ele quer voltar é, sim, o da ditadura, e a juventude tem que compreender que a ditadura não tem respeito aos Poderes, não tem respeito à população e não tem respeito à liberdade de expressão. É por isso que eu acredito muito que, quando todo o mundo estiver vacinado, pela importância e pela força da juventude... Como dizia o compositor Gonzaguinha, eu acredito é na rapaziada.

Por favor, Sr. Presidente...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 242/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:32

Publ.: DCD - 01/04/2021 --ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 57º aniversário do golpe militar ocorrido no País. Congratulações ao ex-Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, pela preservação das Forças Armadas brasileiras como instituição de Estado. Contrariedade à declaração do novo Ministro da Defesa sobre a importância da Revolução de 1964 para a pacificação do País. Incompetência demonstrada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, no combate à epidemia de coronavírus. Desprezo do Presidente da República pela vida do povo brasileiro. Importância do Parlamento brasileiro como instrumento de defesa da democracia. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) -
Presidente, colegas Deputados e Deputadas, alguns querem passar a versão de que o dia de hoje é uma data histórica. Se está na história do nosso País,

podem ter certeza de que não é um bom fato histórico. É um fato triste, que ocorreu 57 anos atrás.

E o Governo de plantão tenta achar que foi algo bom, positivo. Aliás, o novo Ministro da Defesa diz que eles fizeram aquilo para pacificar o País, uma pequena transição.

Olhem, as Forças Armadas têm pessoas fortes, competentes e preparadas. E quero aqui aproveitar e saudar o ex-Ministro da Defesa, que fez um bom gesto, segundo aquilo que disse em sua nota: preservou o papel das Forças Armadas como instituição de Estado. Mas o outro Ministro que entrou já disse que o golpe serviu para pacificar. Isso demonstra, na verdade, até a incompetência daqueles que entraram no poder achando que iam pacificar o País, porque ficaram 21 anos. Portanto, foram incompetentes, da mesma maneira que o ex-Ministro da Saúde, que é das Forças Armadas, foi incompetente em todos os seus atos; da mesma maneira que quem nós temos presidindo o País, um egresso das Forças Armadas, é incompetente e, com isso, sua traição à Pátria, sua política genocida, sua política de desprezo pela vida do povo brasileiro, infelizmente tem levado milhares e milhares de brasileiros à morte.

Portanto, o que nós devemos celebrar neste País é a democracia, são os valores humanos, é a postura e o compromisso de todos aqueles que ainda estão na política, que estão no dia a dia do nosso País, na sociedade como um todo, fazendo a disputa por valores consagrados. Esses merecem o nosso respeito, esses merecem os nossos valores, esses merecem ser lembrados, inclusive nesta Câmara e em todo o Parlamento.

Este Parlamento que não pode recuar. Este Parlamento não pode ceder. Este Parlamento tem que mostrar a sua grandeza e compromisso com o voto popular que elegeu cada um dos Deputados e Deputadas desta Casa.

Se nós aqui estamos, é porque nós somos frutos da democracia. Portanto, é por ela que nós devemos lutar, é por ela que nós devemos trabalhar, é ela que nós temos que honrar a cada instante. Não podemos vacilar diante deste Governo de plantão, que está na hora, urgentemente, de ir embora.

Documento 243/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:40

Publ.: DCD - 01/04/2021 --PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso de aniversário do golpe militar ocorrido no Brasil. Apoio do Presidente Jair Bolsonaro à tortura e à ditadura militar. Desrespeito do Presidente da República para com as instituições democráticas.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, meus cumprimentos nesta manhã.

Gostaria de me pronunciar, diante de todo o País, para dizer que o 31 de março é para ser lembrado como o dia que durou longos e sofridos 21 anos.

As ameaças ali alegadas eram na verdade as ameaças das reformas de base em favor da população - bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária - e do direito mais amplo ao voto e à participação popular. O que estava em jogo era a necessidade da presença mais forte do Estado na vida econômica e do povo e uma cutucada nos rincões da elite do País.

As violações sistemáticas dos direitos humanos pelo Estado desencadeadas durante o regime da ditadura civil-militar são inegáveis e ainda causam dor e revolta: torturas, mortes, desaparecimentos, prisões políticas, banimentos, 4 mil cassações de mandatos, uma cifra incalculável de exilados e de refugiados, conforme sinalizam documentos em nosso País. E apareceu alguém para, já durante a democracia, expressar o que existe de pior, apoiar a tortura, o estupro, aceitar absurdos que alimentam o ódio e a violência: *"O erro da ditadura foi torturar e não matar"*, *"Pela memória do Coronel Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (...)"*, *"Ele merecia isso: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura"*, *"Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre!"*, *"(...) se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando pelo FHC (...)"*.

Os seus familiares e apoiadores, saudosistas de tempos sombrios, puderam propor o fechamento do Congresso e a perseguição a Ministros e a outras pessoas. E ele, fazendo arminha, cumpre a promessa de matar muitos, já está a matar, porque, por conta da fome e da pandemia, milhares de brasileiros têm perdido as suas vidas.

Hoje, instituições dedicadas à defesa nacional são achincalhadas por um ex-militar que ocupa a Presidência.

As Forças Armadas não podem ser abrangidas, tomadas por um projeto de ditador, que, segundo matéria da imprensa, só em março utilizou três vezes a expressão "meu Exército". O Exército, as Forças Armadas são do Estado brasileiro. Há um absurdo desrespeito às instituições que são do Estado, que não devem se vergar para governos nem jamais ir além do que demarca a Constituição.

Bolsonaro, respeite as Forças Armadas! Respeite as instituições! Respeite o STF, o Parlamento! Respeite a democracia! Bolsonaro...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 244/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 01/04/2021 --FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 57º aniversário da Revolução de 1964. Necessidade de reexame, pelo Supremo Tribunal Federal, da decisão favorável à comemoração da efeméride pelo Presidente Jair Bolsonaro. Não compactuação, pelas Forças Armadas brasileiras, com os arroubos golpistas do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de afastamento do Presidente da República.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, deixo registrado também que o dia 31 de março de 1964 é uma data para ser lembrada com luto e tristeza. Ela marca um período de 21 anos de um Brasil sem liberdade, mergulhado em incertezas. Houve perseguição contra as igrejas, contra a mídia. Ocorreram torturas, desaparecimentos de pessoas e morte de forma desenfreada. Eu vivi aquele pesadelo e sei como foi tenebroso.

Dessa forma, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal precisa reinterpretar a sua decisão e não permitir que esta data seja comemorada pelo genocida Bolsonaro. A memória do País agradece. Não se comemora tortura.

Democracia, sim! Ditadura nunca mais!

Sr. Presidente, eu também quero registrar que, depois de bagunçar e prejudicar o combate à pandemia no Brasil, Bolsonaro quer levar as Forças Armadas ao descrédito perante a Nação brasileira. Se as Forças Armadas aceitassem as propostas golpistas de Bolsonaro, ficariam desacreditadas pela população brasileira, estariam saindo do seu papel de proteger a Nação para apoiar um Presidente incompetente, que não pensa no bem do País.

É bom dizer que um golpe dificilmente seria colocado em prática. Bolsonaro não tem mais apoio do empresariado nem da mídia tradicional. Além disso, ficou comprovado que ele também não tem apoio do conjunto das Forças Armadas nem apoio internacional.

É bom que se retire esse genocida do Poder. Fora, Bolsonaro!

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes sociais da Câmara e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 245/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:48

Publ.: DCD - 01/04/2021 --NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Celebração pelo Presidente Jair Bolsonaro do aniversário do golpe militar de 1964, no dia do registro de 3.700 mortes no País em decorrência da Covid-19. Semelhança entre os acusados por torturas e mortes durante a ditadura militar, e os responsáveis pela falta de oxigênio e leitos de UTIs na rede hospitalar brasileira. Imobilismo do Parlamento brasileiro diante da manutenção do Presidente Jair Bolsonaro no comando do País, e da comemoração do aniversário do golpe militar ocorrido de 1964.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada.

Presidente, como quem ri na cara do País todo e deste Parlamento, inclusive, o Governo Bolsonaro decidiu que o dia em que mais morreram brasileiros na pandemia - quase 3.700 pessoas - era um dia para começar a celebrar o golpe de 1964. Nós denunciemos isso na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Começam assim os trabalhos do novo Ministro da Defesa, copiando o que lhe antecedeu, aliás.

Pensando bem sobre o Governo Bolsonaro, esses dois temas têm mesmo total relação, afinal, os que torturaram e mataram não são os mesmos que hoje também são responsáveis por novas torturas e novas mortes?

Não são os mesmos que usaram a cadeira do dragão, o pau de arara e o afogamento? Não são os mesmos que hoje têm suas digitais na falta de oxigênio e na falta de leitos de UTI?

O dia 31 de março de 2021, mais um dia da pandemia, é um dia cruel para o povo brasileiro, assim como foram cruéis os 21 anos de ditadura, tempo em que o regime criminoso mandou nossos compatriotas para a prisão, para o exílio, para o cemitério, para lugares que até hoje não se sabe. Ulysses Guimarães dizia, daqui mesmo deste plenário: "*Nós temos ódio e nojo à ditadura*".

Este Parlamento está sendo omissivo. Os remédios para pôr fim ao sofrimento do povo estão aí. Em vez disso, está se mantendo um bandido no Governo, está se admitindo que um regime, que interrompeu os trabalhos desta Casa, seja comemorado. Está se admitindo que, no Governo, trabalhem pessoas capazes de fazer um gesto neonazista de supremacia branca, sem que nada aconteça. São canalhas e genocidas! Só neste tempinho em que eu estou falando aqui, já morreram pessoas sufocadas, sem ar. Estas mortes não precisariam acontecer, se nós tivéssemos um Governo minimamente humano.

O dia de hoje deveria ser o dia para lembrarmos cada brasileiro e cada brasileira que morreu nas mãos de agentes de um Estado criminoso.

É por isso que eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente. Eu venho não só em nome dos heróis que tombaram no combate à ditadura, mas também em nome dos mais de 315 mil que se foram nas mãos dos filhotes da ditadura.

Eu termino me referindo, novamente, a Ulysses Guimarães, que deste mesmo plenário disse: *"A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Amanhã vai ser outro dia"*.

Fora, Bolsonaro genocida! Ditadura nunca mais!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

Documento 246/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-09:52

Publ.: DCD - 01/04/2021 --GENERAL GIRÃO-PSL -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 57º aniversário da Revolução de 1964. Orgulho do orador pela participação nos governos militares. Apoio das Forças Armadas brasileiras à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra a tomada do poder para implantação de regime de exceção no Brasil. Não instalação, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, de hospitais de campanha para atendimento aos contaminados pela Covid-19, não obstante à liberação de recursos pelo Governo Federal.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos.



Eu gostaria de fazer referência ao dia 31 de março de 1964, como militar das Forças Armadas, oriundo da turma de 1976, da Academia Militar das Agulhas Negras, porque eu tenho um orgulho muito grande de ter participado de um período, sim, dos governos militares que interromperam um projeto político de poder. Foi isso que aconteceu há 57 anos. A história contou isso e continuará contando, independentemente de quem não concorde e queira reescrevê-la, ou que queira reescrever as leis do Brasil de uma forma absurda, titulando decisões e, às vezes, até o próprio STF.

O Brasil tem uma Lei da Anistia que valeu para todos. Grande parte dos anistiados, em 1979, voltaram e hoje estão, sim, comandando alguns Governos de Estado, sentados em cadeiras do Parlamento. Esta é uma realidade. Outros não estão porque foram julgados e condenados em primeira, em segunda e em terceira instância e estão impedidos de concorrer a cargos políticos. Esta é uma realidade da história. A história foi e está sendo escrita, e as pessoas precisam entender isso.

Com a implantação do comunismo naquele projeto de poder, o ambiente internacional se torna altamente favorável para que isso fosse feito por meio do processo político de tomada do poder, e não por meio das armas, como já tinham tentado duas vezes antes aqui no Brasil. Esta é a realidade. O que aconteceu? Durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a população foi às ruas pedir socorro ao País. E quem acudiu a população? As Forças Armadas. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica atuaram para impedir aquela tomada do poder para a implantação de um regime de exceção. Era um projeto de poder político, sim. Isso está escrito, foi um fato que aconteceu. A própria Rede Globo, depois da morte do seu fundador, resolveu negá-lo, mas foi o que aconteceu. O fato está aí, basta verificar no Google. Imagens de televisão, reportagens de jornais, tudo está aí.

Respondendo a algumas palavras que foram ditas, as mortes estão sendo creditadas, infelizmente, pela incompetência dos governos. Nosso Rio Grande do Norte, por exemplo, nem hospital de campanha tem. O Governo Estadual não instalou um hospital de campanha, sumiu com 5 milhões de reais, mas o discurso é que a culpa é do Presidente Bolsonaro. Às vezes, as raias da loucura permeiam entre algumas pessoas do Parlamento.

Eu gostaria de terminar dizendo que a força da democracia está no povo. Foi o povo que elegeu o Presidente Bolsonaro. O povo quer, sim, que o Brasil continue com esta faxina geral.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado por todas as redes de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-10:08

Publ.: DCD - 01/04/2021 --JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas crises sanitária e socioeconômica instaladas no País. Falta de vacinas contra a Covid-19. Colapso dos sistemas público e privado de saúde no Brasil. Caos do sistema funerário em decorrência da Covid-19. Descontrole da epidemia de coronavírus no País. Imobilismo do Ministério da Economia diante do quadro por que passa o Brasil, notadamente quanto à necessidade de realização da reforma tributária. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha manifestação de hoje é para demonstrar o caos que se instalou em nosso País.

O Presidente Bolsonaro está isolado, está mergulhado na crescente rejeição popular. Boa parte dos seus aliados, a exemplo dos banqueiros e dos empresários, já desembarcaram dessa nau sem rumo. A crise sanitária está sem controle. A vacinação, que deveria ser a prioridade deste Governo, está atrasada, por irresponsabilidade direta do Presidente Bolsonaro, que teve oferta de vacinas no ano passado, mas não a quis. E nós estamos vacinando como quem anda de carroça.

Nós estamos em pleno colapso no sistema público e no sistema privado de atendimento à saúde. Não há medicamentos, não há insumos, não há leitos nem profissionais intensivistas. É iminente a crise do sistema funerário, o que será mais grave ainda.

A pandemia, portanto, está descontrolada, e o Brasil lidera o patamar das mortes que estão ocorrendo em todo o mundo. A incompetência deste Governo colocou moldura neste quadro triste, que acomete nosso povo, principalmente os mais pobres. Nós estamos mergulhados na maior tragédia humanitária da nossa história. Mas não fica só aí. A crise socioeconômica no País é gravíssima. Olhem que coisas explosivas: a morte, a fome, o desemprego, a carestia!

A imobilidade do Ministério da Economia, que até então só tomou medidas de contenção de gastos, rebaixando a renda dos trabalhadores, escolhendo o funcionário público como principal adversário, fez com que ele se esquecesse de pautar uma profunda e necessária reforma tributária, em busca de um sistema justo, um sistema que abra portas para buscar as receitas onde elas estão. As receitas estão nas mãos da parcela mais rica da sociedade, daqueles que não pagam ou pouco pagam impostos, daqueles que não sentem a inflação dos alimentos.

O Governo Bolsonaro está perto do seu fim melancólico. Ele ligou o botão do desespero e tenta alinhar as Forças Armadas ao seu projeto político autoritário. Bolsonaro não contava com a reação do ex-Ministro Fernando Azevedo e Silva, apegado a suas responsabilidades constitucionais, alguém que evita o caminho golpista, tendo o imediato apoio do comando das três Forças Armadas.

Por isso, genocida nunca mais!

Fora, Bolsonaro!

Documento 1.178/1.178

19.2021.B-Sessão Outro Evento-31/03/2021-10:12

Publ.: DCD - 01/04/2021 --ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS-BREVES COMUNICAÇÕES-BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Indignação com o posicionamento do Ministro da Defesa, general Braga Netto, favorável à comemoração do aniversário do golpe militar de 1964. Inconformismo com a omissão do Congresso Nacional no debate do genocídio provocado pela Covid-19. Defesa da instalação de CPI para investigação de responsabilidades por mortes decorrentes do coronavírus. Defesa da abertura de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também vou me referir ao dia 31 de março, uma data triste para o povo brasileiro, com lembranças muito ruins, porque se comemora - se é que se pode falar em comemoração - a ditadura militar, o golpe militar.

O Ministro Braga Netto começa mal ao dizer que o dia 31 de março deve ser celebrado. Eu nunca vi tanta subserviência a um Presidente como Jair Bolsonaro, que quer submeter as Forças Armadas a esta subserviência! Começou duplamente mal o Ministro Braga Netto. Aos ouvidos do genocida Jair Bolsonaro e dos seus filhos, isso soa como algo que deve ser não apenas celebrado, mas também repetido. É isso que ele e seus filhos querem.

Eu lembro os dois cabos e os dois soldados que iam fechar o STF; os motins nos Estados, para criar o caos e justificar o golpe; a reverência, em plena Câmara de Deputadas e de Deputados, ao coronel Ustra e às torturas; o estado de sítio, em *lives*; o Ato Institucional nº 5, tido como bendito e comemorado; o Congresso Nacional fechado, a Oposição ser calada e sindicatos, silenciados; os 320 mil mortos pela COVID, e o genocida a receitar cloroquina em vez de vacina; os exilados do passado e agora os do presente, que não aguentam mais este Brasil nada solidário; os assassinatos nos

campos e nas cidades; os torturados, que é sempre preciso reprimir; o fascismo.

É realmente um início muito ruim de Braga Netto, dando ouvido a esse genocida, que tanto mal tem feito ao Brasil. O pior disso é o silêncio do Congresso Nacional. Cadê a Comissão Parlamentar de Inquérito para debater o genocídio na saúde e as responsabilidades pelos 320 mil mortos? O Congresso Nacional não pode se calar, do contrário vira cúmplice. Já existem assinaturas suficientes para a criação de uma CPI no Senado Federal. É preciso formá-la. Onde está a discussão e o debate sobre o *impeachment*? O Brasil não aguenta mais. Não podemos assistir ao genocídio e às ameaças de golpe, especialmente agora.

Algumas dezenas de pessoas se juntam nos quartéis, nesta manhã, para celebrar a ditadura militar, e o Presidente os aplaude.
